ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 179

Brasília - DF, segunda-feira, 17 de setembro de 2018

Sumário

PÁGINA
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 8
Ministério da Cultura 9
Ministério da Educação 13
Ministério da Fazenda 19
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 24
Ministério da Integração Nacional 26
Ministério da Justiça 26
Ministério da Saúde 28
Ministério da Segurança Pública 56
Ministério das Cidades 57
Ministério de Minas e Energia 58
Ministério do Desenvolvimento Social 68
Ministério do Esporte 69
Ministério do Meio Ambiente 70
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 70
Ministério do Trabalho 127
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 136
Conselho Nacional do Ministério Público 140
Ministério Público da União 140
Tribunal de Contas da União 144
Poder Judiciário 300
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 302

Total de páginas desta edição: 307

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 500, de 12 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.914.

Nº 501, de 12 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 7.002.

Nº 502, de 12 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.101.

Nº 506, de 14 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2019, exclusivamente em meio eletrônico.

Nº 507, de 14 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.947.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 120, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITRO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do CDR, havida na data de 03 de setembro de 2018.

Considerando o contido no Processo nº 21400.003506/1995-81, Interessado: Francisco Antonio Perius, - Assunto: Cancelamento de dois Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV).

Art. 1º Decide com a votação da maioria do Comitê de Decisão Regional - CDR e a abstenção do servidor Marcelo Alves Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento; baseados na Nota Técnica 2422 (1602714) aprovar o cancelamento do Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV), sob n° 093726, referente ao Lote 24 da Reserva G Gleba 03 e o Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV) nº 093729, referente ao Lote 25 da Reserva "G" da Gleba "03", referente ao Lote 25 da Reserva "G" da Gleba "03" do Núcleo Rural localizado dentro do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão, Brasília - DF, e emitir novo título com remembramento das áreas seguindo a lei vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.013760/2018-96
Interessado: AR SESCAP LDA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SESCAP LDA, vinculada à AC CERTISIGN MULTIPLA.

Processo nº 00100.013759/2018-61
Interessado: AR SESCAP LDA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SESCAP LDA, vinculada à AC INSTITUTO FENACON.

Processo nº 00100.013803/2018-33
Interessado: AR AESCON ES
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR AESCON ES, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA, AC CERTISIGN MÚLTI´PLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGN.

Processo nº 00100.013804/2018-88
Interessado: AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA, AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING.

Processo nº 00100.013952/2018-01
Interessado: AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, vinculada às AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.013954/2018-91
Interessado: AR SESCAP/LDA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SESCAP/LDA, vinculada às AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.013957/2018-25
Interessado: AR AESCON ES
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR AESCON ES, vinculada às AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.014012/2018-21
Interessado: AR NOVA
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR NOVA, vinculada às AC CNDL RFB.

Processo nº 00100.013997/2018-77
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Mogi Guaçu
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR Associação Comercial e Industrial de Mogi Guaçu, vinculada às CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.013808/2018-66
Interessado: AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, vinculada à AC SINCOR.

Processo nº 00100.014176/2018-58
Interessado: AC SERSA CD
DEFIRO o pedido de alterações propostas na versão 6.2 da DPC da AC Serasa CD - 2º Nível, vinculada à AC Serasa.

WALDECK PINTO DE ARAUJO JUNIOR
Diretor-Presidente
Substituto

DESPACHOS

Processo nº 00100.014218/2018-51
Interessado: AR WEBNACIONAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR WEBNACIONAL, vinculada à AC SAFEWEB CD.

Processo nº 00100.012519/2018-40
Interessado: AR FUTURE SOLUÇÕES
DEFIRO o pedido de alteração de endereço da ITS da AR FUTURE SOLUÇÕES, vinculada à AC SAFEWEB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: SANTA CATARINA - JOÃO VENZON NETTO
Endereço Anterior: RUA OS DEZOITO DO FORTE, N° 422, SALA 704, BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, CAIXIAS DO SUL/RS
Endereço Atual: RUA JOÃO VENZON NETTO,N° 105, BAIRRO SANTA CATARINA, NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL/RS

Processo nº 00100.008722/2018-11
Interessado: AR OPUS DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa OPUS DIGITAL CERTIFICAÇÃO LTDA, CNPJ 29.988.253/0001-05 (AR OPUS DIGITAL), vinculada à AC SAFEWEB RFB, com funcionamento no endereço: RUA JOCI JOSE MARTINS N° 247 SALA: 1103 EDIF PME OFFICES TOWER, PAGANI - PALHOÇA /SC.

Processo nº 00100.014048/2018-12
Interessado: AR SERJUS
DEFIRO o pedido de descredenciamento AR SERJUS vinculada às AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN MULTIPLA SSL, AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING e AC OAB, localizada na RUA JUIZ DE FORA, Nº 1231, SANTO AGOSTINHO, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE/MG.

Processo nº 00100.014184/2018-02
Interessado: AR SERJUS
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR SERJUS vinculada à AC CERTISIGN RFB, localizada na RUA JUIZ DE FORA, Nº 1231, SANTO AGOSTINHO, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE/MG.

Processo nº 00100.014183/2018-50
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TAUBATÉ
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TAUBATÉ, vinculada às AC CERTISIGN RFB.

WALDECK PINTO DE ARAUJO JUNIOR
Diretor-Presidente
Substituto

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RETIFICAÇÕES

Na Resolução CAMEX nº 60, de 31 de agosto de 2018, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2018,

No Art 2º o Ex 009 da NCM 8443.32.99:

Onde se lê:

8443.32.99	Ex 009 - Ex 009 - Máquinas de termotransferência utilizadas para impressão de cartões plásticos (PVC ou revestidos com PVC), utilizando transferência térmica de cera ou resina sólida (dye sublimation), podendo receber módulo de atualização para leitura e/ou gravação de "chip" com ou sem contato, podendo operar com embaralhamento dos dados impressos por meio das fitas tintadas doadoras de cor ao cartão, com velocidade máxima igual ou

Leia-se:

8443.32.99	Ex 009 - Máquinas de termotransferência utilizadas para impressão de cartões plásticos (PVC ou revestidos com PVC), utilizando transferência térmica de cera ou resina sólida (dye sublimation), podendo receber módulo de atualização para leitura e/ou gravação de "chip" com ou sem contato, podendo operar com embaralhamento dos dados impressos por meio das fitas tintadas doadoras de cor ao cartão, com velocidade máxima igual ou superior a 150cartões/h (impressão uma face).

No Anexo da Resolução nº 64, de 10 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2018, Seção 1, página 3,

Onde se lê:

3215.11.00	Pretas					
	Ex 001 Tintas pretas de impressão para estamparia digital têxtil	2%	350 toneladas	12 meses	23/01/2018	97/2017

Leia-se:

3215.11.00	Pretas					
	Ex 001 Para estamparia digital têxtil, exceto as reativas.	2%	350 toneladas	12 meses	23/01/2018	97/2017

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 318, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.006378/2017-58, resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento sob o nº BR-SC654 a empresa GLOBAL TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS LTDA, CNPJ nº 28.072.542/0001-99, localizada à Rua Almirante Barroso, 167 Sala 01, Itajai/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar o TRATAMENTO TERMICO - HT.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO.

PORTARIA Nº 319, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 262, inciso I, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 concomitantemente com o Memorando-Circular nº 25/2018/SE-MAPA, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Norma9va nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Art. 71, inciso I, alínea "e" do Decreto nº 4.074 de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.006418/2017-61, resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento sob o nº BR-SC653 da empresa RITALI FERENS SCHADEK, CNPJ Nº 18.813.601/0001-89, localizada na Estrada Horto florestal 457, Bairro Rondinha, Papanduva/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: SECAGEM EM ESTUFA - KD e TRATAMENTO TERMICO - HT.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO.

PORTARIA Nº 341, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Habilitar o médico veterinário, Daison Trindade, inscrito no CRMV/SC Nº 8586, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.005441/2018-10 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 163969 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS DO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, resolve: acatar parcialmente, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item	CER	N°	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1		1098	2017	Altecemino Livi	170023189	Mais
2		1099	2017	Antenor Agostini	162011920	Mais
3		1104	2017	Laerto Scalcon	170017943	Mais
4		1129	2017	Jussara Kemfner Coelho	160377711	Mais
5		1287	2017	Giovani Lauermann	170072431	Mais
6		1297	2017	Rui Jose Bettiolo	161985723	Tradicional
7		1410	2017	Vilmar Stopassole	162036603	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da 5ª Turma de Julgamento Regional

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 10 DE SETEMBRO 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, resolve: acatar parcialmente, por maioria na votação, os recursos abaixo relacionados:

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Item CER	Nº	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1097	2017	Ademir dos Santos	170050263	Mais
2	1389	2017	Claudio Luis Goedert	161632363	Mais
3	1404	2017	Jandir Parcianelo	170053252	Mais
4	1437	2017	Alberto Boing	162107641	Mais
5	1455	2017	Santina Ap. Linhares Muller	170050150	Mais
6	1463	2017	Itacir Tumulero	170072414	Mais
7	1469	2017	Lucimara de F. Schffmacher	170236311	Mais
8	1472	2017	Miguel Antonio Thome	162051819	Mais
9	1491	2017	Jacir Pissaia	170094243	Mais
10	1522	2017	Jociel Bertoldo	161923593	Mais
11	1523	2017	Nadir Vescovi	161985220	Mais
12	1524	2017	Rogerio Luis Nunes	160396379	Tradicional
13	1526	2017	Sabino Francisco	170200020	Mais
14	1534	2017	Vera L. de S. Cunha Molinari	161943363	Tradicional
15	1543	2017	Lauro Camargo	161804074	Mais
16	1548	2017	Ordilei Fogaça Camargo	161818606	Mais
17	1557	2017	Clovis Luiz Luza	170174697	Mais
18	1561	2017	Givanildo Assmann	162062339	Mais
19	1564	2017	Lili Richter	170611522	Mais
20	1567	2017	Quilasmagere S. Salvadori	161943257	Mais
21	1576	2017	Altair Geraldo Garbossa	170114045	Mais
22	1582	2017	Daniela De Souza Augustinhaki	170050142	Mais
23	1583	2017	Emanueli M. Maldener Tortelli	170192325	Mais
24	1590	2017	Jose Vargas	170111063	Mais
25	1591	2017	Julcemar Luiz Mierzwinski	170455014	Mais
26	1600	2017	Valter Andreguetti	170103066	Mais
27	1612	2017	Ailson Antonio Maziero	170029621	Tradicional
28	1613	2017	Antonio Bratti	162000863	Mais
29	1615	2017	Celi Coelho Acacio	170069329	Mais
30	1628	2017	Jussara Pagno Fites	162004744	Mais
31	1631	2017	Luiz Antonio Reste	151698365	Tradicional
32	1644	2017	Ana Claudia Ariati	162062112	Mais
33	1646	2017	Angelo Zampiva	170103044	Mais
34	1647	2017	Alfredo Wolan	170042661	Mais
35	1649	2017	Augustinho Cordeiro	170043685	Mais
36	1655	2017	Itamar Guadagnin	162097508	Mais
37	1656	2017	Joao Knupp Cotrim	170667839	Mais
38	1658	2017	Jones Dall Agnol	162062286	Mais
39	1660	2017	Juliano Somariva	162052076	Mais
40	1662	2017	Marcio Fuchs	170174933	Mais
41	1666	2017	Edivan Jose Todescatto	170040876	Mais
42	1683	2017	Gregorio Ebeling	170111202	Tradicional
43	1686	2017	Valdir Mancin	161942398	Tradicional
44	1712	2017	Idemar Grassi	161945822	Mais
45	1714	2017	Joselino Cancelier	162040555	Mais
46	1715	2017	Laimir Joao Calza	162015689	Mais
47	1718	2017	Paulo Rogerio Pietrzack	162040712	Mais
48	1719	2017	Rafael Ceccon Alves	170227144	Mais
49	1720	2017	Renato Chiodelli	161954713	Mais
50	1722	2017	Roque De Ramos	170123216	Mais
51	1724	2017	Sadi Mário Becher	161972122	Mais
52	1725	2017	Sandra Elisa Peripolli	161923743	Mais
53	1731	2017	Jonas Veiga De Oliveira	170063602	Tradicional
54	1734	2017	Alvaro Leonardi	161992077	Tradicional
55	1773	2017	Cesar Antonio Testa	170107363	Mais
56	1795	2017	Ademar Miguel Da Silva	170393796	Mais
57	1804	2017	Cristiamara Correa	162089445	Mais
58	1808	2017	Everton Mateus Funghetto	170114150	Mais
59	1816	2017	Ivanete Mascarello Talau	170451466	Mais
60	1818	2017	João De Souza	170072339	Mais
61	1835	2017	Marines Fiorese Pavanelo	170452989	Mais
62	1837	2017	Osvaldo Muller	170373296	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da 5ª Turma de Julgamento Regional

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, resolve: negar, por unanimidade na votação, os recursos abaixo relacionados:

Item CER	Nº	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1051	2017	Sergio Brun Moresco	161189236	Mais
2	1237	2017	Flávio Rigamonti	160151233	Tradicional
3	1323	2017	Lorival Moraes	170022881	Mais
4	1339	2017	Ivanor Luiz Kreusch	160519932	Tradicional
5	1345	2017	Altair Dalfovo Primo	162097584	Mais
6	1353	2017	Fabiano Pedro Konzen	162107595	Mais
7	1391	2017	Ciro Fiorentin	170036741	Mais
8	1401	2017	Ivan Antonio Mascarello	162097745	Mais
9	1403	2017	Jackson Antonio Lucini	162012233	Mais
10	1423	2017	Jose Del Carmis	160443812	Mais
11	1435	2017	Adão Silveira Machado	170017358	Mais
12	1438	2017	Alcibiades Fausto	161953644	Mais
13	1443	2017	Cassio Fernando Tlumaski	161642417	Tradicional
14	1445	2017	Emerson Bez Fontana	170174708	Mais
15	1452	2017	Olivo Longo	162012082	Mais
16	1453	2017	Rodrigo Jean Gonsalves	162062094	Mais
17	1454	2017	Rosane Zago Sartor	170036567	Mais
18	1466	2017	Ivan Hugo Pilger	170043661	Mais
19	1473	2017	Nelson Santo Bueno	170174882	Mais
20	1479	2017	Dalton Jonas Rosin	170227357	Mais
21	1481	2017	Everson Roberto Fredo	161914555	Mais
22	1483	2017	Ademir Domingos De Oliveira	170123125	Tradicional
23	1494	2017	Leo Luiz Ceccon	170103965	Tradicional
24	1496	2017	Marciane Chiapetti	170167345	Mais
25	1498	2017	Moacir Romano	170203474	Mais
26	1499	2017	Marcelo Victor Boni	161889724	Mais
27	1500	2017	Mauri Roque Chiodelli	170206465	Tradicional
28	1501	2017	Nery Miola	162012167	Tradicional
29	1502	2017	Nelso da Costa	162106777	Mais
30	1503	2017	Renato da Rocha	161945159	Mais
31	1504	2017	Roberto Carlos Polidoro	170192233	Tradicional
32	1508	2017	Valdir Ivo Pinzon	170350258	Tradicional
33	1510	2017	Valdir Macari	161889668	Mais
34	1514	2017	Carlos Izidro Possato	161758540	Mais
35	1519	2017	Itacir Grassi	170270690	Mais
36	1542	2017	Gelsemir Piaia	162057378	Tradicional
37	1550	2017	Osmar Sponchiado	170093380	Tradicional
38	1551	2017	Pedro Tessari	161390236	Mais
39	1553	2017	Tiago Danielski	162021266	Mais
40	1555	2017	Volmir Palharini	170122895	Mais
41	1558	2017	Edinei Miola	162088873	Mais
42	1563	2017	Josemar Pluta	161943192	Mais
43	1565	2017	Mafaldo Bussolaro	161968828	Mais
44	1651	2017	Cirio Joao Schu	161968850	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da 5ª Turma de Julgamento Regional

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, resolve: negar, por maioria na votação aos recursos abaixo relacionados:

Item CER	Nº	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	984	2017	Angelo Endrice	160021186	Mais
2	985	2017	Aguinaldo Campagnoli	152060790	Tradicional
3	989	2017	Geraldo Campagnoli	160018597	Tradicional
4	993	2017	Orlando Nalin	160068546	Tradicional
5	994	2017	Nilson Gotardo	160167139	Tradicional
6	1125	2017	Rosiley Zago Guerra	170036564	Mais
7	1186	2017	Vlademir Paulo Lavratti	170084307	Mais
8	1232	2017	Amantino Pedro Zanela	170180593	Mais
9	1240	2017	Salete Rech Cortivo	162005606	Mais
10	1241	2017	Vinicio Zanela	170186055	Tradicional
11	1242	2017	Otacilo Grassi	170177011	Mais
12	1393	2017	Dorvalina Josepina Minosso	161984169	Mais
13	1422	2017	Joel Justino Bortot	170238714	Tradicional
14	1425	2017	Laerte Campagnoli	160170712	Tradicional
15	1433	2017	Valmir Antonio	170152995	Mais
16	1440	2017	Ari Valdir Gemmi	170033506	Mais
17	1456	2017	Santino Petkowicz	162036823	Mais
18	1465	2017	Ivacenil Leal de Carvalho	170103209	Mais
19	1474	2017	Nelsi T. Zampiva Dall Agnol	162097583	Mais
20	1505	2017	Ricardo David Romani	162012485	Mais
21	1507	2017	Tiago Ascari	170114868	Mais
22	1512	2017	Vonei Antonio Nardi	170163043	Mais
23	1513	2017	Volmir Palharini	170161841	Mais
24	1521	2017	João Pedro Martinazzo	161171197	Mais
25	1541	2017	Fabio Roberto Tomazetto	162048867	Tradicional
26	1544	2017	Marcio Andre Zancanaro	161997800	Tradicional
27	1545	2017	Mário Luiz Franz	170209060	Tradicional
28	1546	2017	Mário Luiz Franz	170209060	Tradicional
29	1547	2017	Normelio Joao Nadin	170140349	Mais
30	1549	2017	Orivaldo de Souza	162017335	Mais
31	1559	2017	Edinei Miola	162012293	Mais
32	1566	2017	Orlando Inacio Gebing	161943209	Mais
33	1568	2017	Vilmar da Rocha Junior	170125688	Mais
34	1569	2017	Vanda Elena Weber	170246302	Mais
35	1570	2017	Antonio Osmar Tavanti	160710136	Tradicional
36	1572	2017	Edvania S. Murback Marcelino	170006155	Mais
37	1575	2017	Ademar Utzig	170401472	Mais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

38	1578	2017	Anderson Maas De Oliveira	170287862	Mais
39	1580	2017	Celso Tortelli	161927296	Mais
40	1581	2017	Claudemiro de Azevedo	170110534	Mais
41	1584	2017	Fernando Francescatto	162012221	Mais
42	1585	2017	Francieli G. Pedrotti Walter	170174854	Mais
43	1586	2017	Hilario Kolling	170125629	Mais
44	1587	2017	Joao Roberto Ziviani	170481599	Mais
45	1588	2017	Jonas Ronaldo De Souza	162012076	Mais
46	1589	2017	Jorge Borgert	161953871	Mais
47	1592	2017	Lidio Palamar	161671682	Mais
48	1593	2017	Marcos Antonio Balabuch	162052093	Mais
49	1594	2017	Maico Diogo Faversani	162025495	Mais
50	1595	2017	Marcio Zang Panzenhagem	170174682	Mais
51	1596	2017	Paulo Litwin	170042370	Mais
52	1597	2017	Rodolfo Leonel Beal	170048858	Mais
53	1598	2017	Sirlei Paiz dos Santos Chicoski	161943036	Mais
54	1599	2017	Valssir Antonio Melo	170072425	Mais
55	1601	2017	Veronice Aparecida Pegorini	162012213	Mais
56	1602	2017	Vilson Nunes Ribeiro	170029917	Mais
57	1606	2017	Edivaldo Fiorini	170112208	Mais
58	1607	2017	Jurandir Kurten	170422215	Mais
59	1608	2017	Renan Scarabelot	161838479	Tradicional
60	1609	2017	Ademir Nodari	170077611	Mais
61	1610	2017	Adriana Piati Locatelli	170081639	Mais
62	1611	2017	Alexandre Piati	162087898	Mais
63	1614	2017	Carlos Corso	170043909	Mais
64	1618	2017	Custodio Geraldo Maciel	162083303	Tradicional
65	1619	2017	Diogo Cristian Ceccon	170173938	Mais
66	1620	2017	Diva Maria Dreher Ratko	161984386	Mais
67	1623	2017	Hugo Irineu Schnee	162056914	Mais
68	1624	2017	Iraci A. Mudolon de Andrade	161904573	Mais
69	1625	2017	Iroe Antonio da Silva Rocha	170039508	Mais
70	1626	2017	Jian Carlos Guizzo	161797796	Tradicional
71	1627	2017	Jose Antonio Cocoletto	170590570	Tradicional
72	1629	2017	Leonardo Roncatti	162064146	Mais
73	1630	2017	Levino Roque Mossmann	170318534	Tradicional
74	1632	2017	Neirson Goulart	170038236	Mais
75	1633	2017	Neuride Antonio Dallavechia	161983387	Mais
76	1634	2017	Oliveira Pereira	162081023	Mais
77	1635	2017	Oswaldo Seraphim	151900302	Tradicional
78	1636	2017	Paulo A. Moerschbacher	170015131	Tradicional
79	1637	2017	Rodrigo Ribas Bortot	162086956	Mais
80	1638	2017	Robson Marcelo Tomazeli	170148776	Mais
81	1639	2017	Rogerio Tomazeli	161902179	Mais
82	1642	2017	Valdir Cossetin	170185912	Mais
83	1645	2017	Anderson de Souza Graminho	170065140	Mais
84	1650	2017	Celio Carlos Pereira	170434110	Mais
85	1652	2017	Dilmar Eloi Tavares	161855270	Mais
86	1654	2017	Gilberto Marchiori	170033446	Mais
87	1657	2017	Jiovani Zuconelli	162097587	Mais
88	1661	2017	Laudir Luis Rossoni	162070779	Mais
89	1664	2017	Roberto Carlos Mierzwinski	162070780	Mais
90	1669	2017	Valdir Tequio Sobrinho	161943228	Mais
91	1670	2017	Roberson Adriano Bagini	161822084	Tradicional
92	1673	2017	Danubio P. Lazzeris Scheffer	161968264	Mais
93	1674	2017	Eloir Cesar Celso	160531367	Mais
94	1675	2017	Henrique Beito Molina	162021772	Mais
95	1676	2017	Moyses Daniel Liotto	170099953	Mais
96	1677	2017	Orival Roque Betinelli	162000731	Mais
97	1682	2017	Anderson L. Menechini Neves	170491582	Tradicional
98	1684	2017	Izaias Mandotti	170112046	Tradicional
99	1685	2017	Leonardo Luiz Castelli	162059305	Tradicional
100	1687	2017	Alice Tamezawa	170391904	Tradicional
101	1689	2017	Devanir Ferreira Martins	170483773	Mais
102	1690	2017	Hildegardes Mulder Wentz	170483878	Mais
103	1691	2017	Oldemar Stumpf	170005885	Mais
104	1697	2017	Bernardo Loch	161550325	Mais
105	1698	2017	Giovani Dalpiaz	161816497	Mais
106	1699	2017	Lodovino Gemeli Junior	161380868	Mais
107	1701	2017	Celso Itamar Cassol	161989524	Mais
108	1702	2017	Disnei Luquini	162107543	Tradicional
109	1703	2017	Eliana M. Zanettin Wauczinski	162073129	Mais
110	1704	2017	Enedir de Camargo	170309579	Mais
111	1707	2017	Evandro Amelio Pozza	170217375	Tradicional
112	1709	2017	Fernando Alberton	170326052	Tradicional
113	1710	2017	Fernando Alberton	170382031	Tradicional
114	1711	2017	Ernani Machado	170199421	Mais
115	1713	2017	Jair Flavio Falcade	161769122	Mais
116	1716	2017	Lali Baumgratz	170206028	Mais
117	1721	2017	Renato Thome	170152197	Tradicional
118	1723	2017	Rubia Queli Fabiane Fiametti	162010341	Tradicional
119	1726	2017	Zairo Ceccon	170100523	Tradicional
120	1727	2017	Luciana Borin Mattei	162034192	Tradicional
121	1729	2017	Expedito de Oliveira	170023712	Tradicional
122	1732	2017	Rafael Magnanti	170420987	Mais
123	1733	2017	Valdir Willemann	170421931	Mais
124	1735	2017	Alison Zampar Sassi	161990903	Mais
125	1736	2017	Amario Bagio	170159544	Mais
126	1737	2017	Amadeu Machado	161183159	Mais
127	1738	2017	Antonio G. Rodrigues Taveira	170159167	Tradicional
128	1739	2017	Antonio Weber	161954425	Mais
129	1742	2017	Beloni Miguel Vendruscolo	161828827	Mais
130	1743	2017	Daniel Antonio Favero	162055032	Mais
131	1744	2017	Edir Marcos Hellstrom	170452208	Mais
132	1745	2017	Evandro Guarnieri	161975663	Tradicional
133	1746	2017	Helierti Vieira	170011342	Tradicional
134	1748	2017	Normando Antonio Fracaro	170041424	Tradicional
135	1749	2017	Alexandre De Mello	170040941	Mais
136	1750	2017	Cleusa Moreschi Sassi	162073959	Tradicional
137	1753	2017	Mariodin Farias Bitencourt	170080480	Mais
138	1757	2017	Simao Maculan	161984387	Mais
139	1758	2017	Tiago Felipe Molina Pereira	170274201	Tradicional
140	1760	2017	Valdir Feltrin	162057301	Tradicional
141	1761	2017	Valdecir Bueno	170187099	Tradicional
142	1764	2017	Waldomiro Garcia De Azevedo	161989660	Mais
143	1771	2017	Luiz Carlos Smaha	170174671	Mais
144	1772	2017	Eder Guilherme Muller	161643284	Mais
145	1775	2017	Claudino Sasso	161528755	Mais
146	1787	2017	Inácio Royer	170484125	Tradicional
147	1789	2017	Jovelino Moreira	170486368	Tradicional
148	1791	2017	Reinaldo Ferreira Da Silva	170485209	Mais
149	1797	2017	Aldacir Moretti	162107620	Mais
150	1801	2017	Edegar Diceti	161790808	Mais
151	1803	2017	Claudete Cirino Dos Santos	161984166	Mais
152	1806	2017	Dirceu Cecato	170103242	Mais
153	1807	2017	Elizandro Foppa	161968714	Mais
154	1834	2017	Marcos Adriano Weide	162070426	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da 5ª Turma de Julgamento Regional

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, resolve: Não tomar conhecimento dos recursos abaixo - por maioria na votação

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1653	2017	Elizandra P. da S. Dall Agnol	170103226	Mais
2	1665	2017	Pedro Fernandes Cardoso	161953697	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da 5ª Turma de Julgamento Regional

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 10 DE SETEMBRO 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, resolve: acatar aos pedidos de revisão, por maioria na votação, aos recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1414	2016	Ana Maria P Sgarbi	160129696	Mais
2	680	2017	Luiz Gatti	161312219	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da 5ª Turma de Julgamento Regional

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 10 DE SETEMBRO 2018

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 29 e 30 de agosto de 2018, resolve: negar aos pedidos de revisão, por maioria na votação, aos recursos abaixo relacionados:

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	133	2017	Glaucia R Severiano Zanin	15962320	Tradicional
2	134	2017	Isabella Severiano Zanin	151953088	Tradicional
3	1193	2017	Leodir Antonio Bordignon	170064500	Tradicional

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da 5ª Turma de Julgamento Regional

WILSON VAZ DE ARAUJO
Presidente da Comissão Especial de Recursos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5ª TURMA DE JULGAMENTO REGIONAL

ATA DA 3ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2018

Ao vigésimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na Superintendência Federal de Agricultura, Ministério da Agricultura e Abastecimento- MAPA. Enderenço: Rua Emiliano Perneta Nº 10, 14º Andar. Curitiba - PR, reuniu-se a Quinta Turma de Julgamento Regional - 5ª TJR-CER/PROAGRO, para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua terceira reunião ordinária, sob a presidência do representante titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Erni Cristiano Germendorff (Presidente da 5ª TJR/CER/PROAGRO). Presentes os representantes legais das instituições que compõem o Colegiado, como segue: Luciana Souza Marrara do Banco Central do Brasil - BACEN; Jefrey Kleine Albers, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Andreia Lucia Araújo da Cruz de Carvalho, do Ministério da Fazenda - MF; Maurilio Canut, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SEAD/MDA; Maiko Vinicius Zanella, da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB; Sérgio Alexandre Bulla e Luiz Antônio Gressana, do Banco do Brasil; Emiliano Santarosa, da EMBRAPA; Marcos Junior Brambilia, da CONTAG; Jonas Altenburg Braatz, da FEBRABAN; Ausentes os representantes das demais entidades que compõe o colegiado ou seja, Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG, Associação Brasileira das Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA. Participaram, também, desta reunião, Valdecir Martins e Felipe Faedo da Cooperativa de Crédito - CRESOL BASER, Michel M Yamamoto do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil- SICOOB, Agnaldo Sérgio Missura da CREDICOAMO e Elissandro de Sousa Barbosa, como secretário da reunião. Os trabalhos ocorreram de acordo com o regimento interno da CER, ou seja, após o relator expor o recurso os representantes manifestavam seu voto. A representante do Bacen, Luciana Souza Marrara, solicitou que seja constado em ata a abstenção dela na votação dos processos nos quais não teve acesso prévio dos pareceres, o que foi atendido e assinalado nos pareceres a abstenção na votação da representante do Bacen. Foram submetidos a julgamento 274 (duzentos e setenta e quatro) recursos administrativos dirigidos à CER, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 09 (nove) do Banco do Brasil, 63 (sessenta e três) da Sicredi, 22 (vinte e dois) da Credicoamo, 113 (cento e treze) da Cresol Baser, 67 (sessenta e sete) do Sicoob e autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento, datado de 06 de agosto de 2018, sendo que 71 (setenta e um) tiveram seus recursos acolhidos, 203 (duzentos e três) negados, 02 (dois) não tomar conhecimento. Os processos julgados são: 15 (quinze) da safra 2015/2016 e 259 (duzentos e cincoenta e nove) safra 2016/2017 dos quais 66 (sessenta e seis) são PROAGRO "TRADICIONAL" e 208 (duzentos e oito) PROAGRO "MAIS". Nada mais havendo a tratar, os trabalhos transcorreram nos dias 29 e 30/08/2018, até as dezoito horas, do que para constar, eu Elissandro de Sousa Barbosa, na condição de secretário da reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Curitiba, 30 de agosto 2018.
ELISSANDO DE SOUZA BARBOSA
Secretário

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO N° 74, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Resumo dos pleitos de registro concedidos, de acordo com o Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1 - a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Diquat Técnico YN

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26118, conforme processo nº 21000.004164/2013-17.

d. Fabricante: Nome: Zhejiang Funong Biotech Co., Ltd. - Endereço: Lantian Yongqiang 325024 Wenzhou, Zhejiang - China.

e. Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide. Nome Comum: Dibrometo de Diquate.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

2 - a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.

b. Marca comercial: Diquat Técnico Nortox

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26218, conforme processo nº 21000.007228/2014-12.

d. Fabricante: Nome: Zhejiang Funong Biotech Co., Ltd. - Endereço: Lantian Yongqiang 325024 Wenzhou, Zhejiang - China.

e. Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide. Nome Comum: Dibrometo de Diquate.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

3 - a. Titular do registro: Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Diquat Técnico Cropchem

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26318, conforme processo nº 21000.005270/2015-71.

d. Fabricante: Nome: Zhejiang Funong Biotech Co., Ltd. - Endereço: Lantian Yongqiang 325024 Wenzhou, Zhejiang - China.

e. Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide. Nome Comum: Dibrometo de Diquate.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

4 - a. Titular do registro: Sapec Agro Brasil Ltda. - Campinas/SP.

b. Marca comercial: Diquat Sapec Técnico

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26418, conforme processo nº 21000.036496/2016-03.

d. Fabricante: Nome: Zhejiang Funong Biotech Co., Ltd. - Endereço: Lantian Yongqiang 325024 Wenzhou, Zhejiang - China.

e. Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide. Nome Comum: Dibrometo de Diquate.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

5 - a. Titular do registro: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE.

b. Marca comercial: Tiodicarbe Nufarm 350 SC

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26518, conforme processo nº 21000.001591/2013-35.

d. Fabricante do produto técnico(Tiodicarbe Técnico Nufarm): Nome: Yancheng South Chemicals Co. Ltd. - Endereço: Chenjiagang Chemicals District of Xiangshui 224631, Yancheng, Jiangsu - China. Produto técnico(Tiodicarbe Técnico Nufarm BR): Nome: Sinochem Lianyungang Chemical Co. Ltd. - Endereço: Dui Gou Gang Town, Chemical Industry Zone, Guan Nan County, Lian Yun Gang City, Jiangsu Province - China. Formulador: Nome: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - CNPJ: 07.467.822/0001-26 - Endereço: Av. Parque Sul, 2138, Distrito industrial, Maracanaú/CE - CEP: 61.939-000.

e. Nome químico: 3,7,9,13-tetramethyl-5,11-dioxa-2,8,14-trithia-4,7,9,12-tetraazapentadeca- 3,12-diene-6,10-dione. Nome Comum: Tiodicarbe.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Milho e Soja.

h. Classificação toxicológica: Classe II - Altamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

6 - a. Titular do registro: FMC Química do Brasil Ltda. - Campinas/SP.

b. Marca comercial: Uzat

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26618, conforme processo nº 21000.000621/2010-43.

d. Fabricante do produto técnico(Azoxistrobin Técnico Cheminova): Nome: Cheminova India Ltd - Endereço: 241-242, GIDC, Industrial Estate Panoli, Dist Bharuch, Gurajat, 394116 - Índia. Formuladores: Nome: FMC Química do Brasil Ltda. - CNPJ: 04.136.367/0005-11 - Endereço: Av. Antônio Carlos Guillaumon, nº 25 -Distrito Industrial Ili - Uberaba/MG - CEP: 38001-970; Nome: Cheminova A/S - Endereço: Thyboronvej 76-78, DK 7673, Harboore - Dinamarca. Manipuladores: Nome: Sipcam Nichino Brasil S.A - CNPJ: 23.361.306/0001-79 - Endereço: Rua Igarapava, 599, Distrito Industrial III - Uberaba/MG - CEP: 38044-755; Nome: Servatis S.A - CNPJ: 06.697.008/0001-35 - Endereço: Rod. Presidente Dutra S/Nº, Km 300,5, Parque Embaixador - Resende/RJ - CEP: 27537-000; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Poço Fundo - Paulínia/SP - CEP: 13140-000; Nome: BASF S.A - CNPJ: 48.453.407/0002-07 - Endereço: Av. Brasil, 791, Engenheiro Neiva - Guaratinguetá/SP - CEP: 12521-900; Nome: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. - CNPJ: 62.182.092/0012-88 - Endereço: Rod. Sorocaba Pilar do Sul, Km 122, Campo Largo - Salto de Pirapora/SP - CEP:18160-000; Nome: Ouro Fino Química Ltda. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Av. Filomena Cartafina, 22335, Qd. 14, Lt. 5, Distrito Industrial III - Uberaba/MG - CEP: 38040-450; Nome: Iharabras S/A Indústrias Químicas - CNPJ: 61.142.550/0004-82 - Endereço: Avenida Liberdade, 1701, Cajuru do Sul - Sorocaba/SP - CEP: 18087-170; Nome: StählerTec Deutschland GmbH & Co. KG - Endereço: Stader Elbstrasse 26, D-21683 Stade Postiach 2047, D21660 Stade - Alemanha; Nome: Cheminova India Ltd - Endereço: 241-242, GIDC, Industrial Estate Panoli, Dist Bharuch Gurajat, 394116 - Índia; Nome: Proquimur Ltda. - Endereço: Ruta 5, Km 35, 700, Canelones - Uruguai; Nome: DVA Agro do Brasil - CNPJ:02.974.733/0003-14 - Endereço: Avenida Maeda, s/n, Distrito Industrial, Ituverava/SP - CEP: 14.500-000.

e. Nome químico:methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate. Nome Comum: Azoxistrobina.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Arroz, Batata, Feijão, Soja e Trigo.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

7 - a. Titular do registro: Cross Link Consultoria e Comércio Ltda. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Acetamiprid STK 200 SP.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26718, conforme processo nº 21000.002573/2014-51.

d. Fabricante do produto técnico(Acetamiprido SHCC Técnico): Nome: Shaanxi Hengtian Chemical Co., Ltd. - Endereço: Dali Core Zone, WEi Nan National Agricultural Science and Technology Park, 715100 Dali, Shaanxi - China. Formulador: Nome: Shaanxi Hengtian Chemical Co., Ltd. - Endereço: Dali Core Zone, WEi Nan National Agricultural Science and Technology Park, 715100 Dali, Shaanxi - China. Importador: Nome: Stockton-Agrimor do Brasil Ltda. - CNPJ: 09.468.367/0001-09 - Endereço: Rua Mourato Coelho, 90, Cj. 64, Pinheiros, São Paulo/SP - CEP: 05417-000.

e. Nome químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine. Nome Comum: Acetamiprido.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Batata, Feijão, Maçã, Mamão, Melancia, Melão, Pinhão Manso, Tomate e Trigo.

h. Classificação toxicológica: Classe II - Altamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

8 - a. Titular do registro: Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG.

b. Marca comercial: Bitelo

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26818, conforme processo nº 21000.062383/2016-55.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d. Fabricante do produto técnico(Picloram Técnico Ourofino): Nome: Lier Chemical Co., Ltd. - Endereço: Economic and Technical Development Zone, Mianyang - 621000 - Sichuan Province - China. Produto técnico(2,4-D Técnico OF): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd - Endereço: Binhai Economic Development Area 262737 Weifang Shandong - China. Produto técnico(2,4-D Ácido Técnico Milênia BR): Nome: Makhteshim Agan Agro Poland S. A. - Endereço: DL Sienkiewicza 4, 56-120 Brzeg Dolvy - Polônia. Formulador: Nome: Ouro Fino Química Ltda. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Avenida Filomena Cartafina, n° 22335, Q14 L05, Distrito Industrial III - Uberaba/MG - CEP: 38044-750.

e. Nome químico: (2,4-dichlorophenoxy)acetic acid; 4-amino-3,5,6-trichloropyridine -2-carboxylic acid. Nome Comum: 2,4-D ; Picloram.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para aplicação em pastagem.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

9 - a. Titular do registro: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - Salto/SP.

b. Marca comercial: Auin CE

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 26918, conforme processo nº 21000.008986/2018-73.

d. Fabricante/Formulador: Nome: MFB Agrícola Indústria e Comércio Ltda. - CNPJ: 09.485.365/0001-28 - Endereço: Av. Moisés Lopes Silva, 50, Árvore Grande, Pouso Alegre/MG - CEP: 37.550-000.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: *Beauveria bassiana,* isolado CBMAI 1306.

g. Indicação de uso: Indicado para todas as culturas com ocorrência do alvo biológico Diabrotica speciosa.

h. Classificação toxicológica: Classe IV - Pouco Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

10 - a. Titular do registro: Ballagro Agro Tecnologia Ltda. - Bom Jesus dos Perdões/SP.

b. Marca comercial: Vantage.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27018, conforme processo nº 21000.052341/2017-97.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Ballagro Agro Tecnologia Ltda. - CNPJ: 06.789.993/0001-09 - Endereço: Estrada Municipal Carlos Gebim, 2353, Laranja Azeda, Bom Jesus dos Perdões/SP - CEP: 12.955-000.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: *Metarhizium anisopliae,* isolado IBCB 425.

g. Indicação de uso: Indicado para todas as culturas com ocorrência dos alvos biológicos Deois flavopicta, Mahanarva fimbriolata e Zulia entreriana.

h. Classificação toxicológica: Classe IV - Pouco Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

11 - a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Fluroxipir Técnico Rainbow

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27118, conforme processo nº 21000.003513/2012-94.

d. Fabricante: Nome: Shandong Luba Chemical Co., Ltd. - Endereço: Loujia Village, Tangwang Town 250106 Licheng District, Jinan - China.

e. Nome químico: 1-methylheptylester(4-amino-3,5-dichloro-6-fluoro-2-pyridyloxy)acetate. Nome Comum: Fluroxipir-meptilico.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

12 - a. Titular do registro: Bayer S.A. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Curbix 200 SC A

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27218, conforme processo nº 21000.042847/2016-15.

d. Fabricantes do produto técnico(Curbix técnico): Nome: Cabb OY - Endereço: Kemiran_e 1, 67900 Kokkola - Finlândia; Nome: Shanghai High Victory Fine Chemical Co., Ltd. - Endereço: Shanghai Second Industrial Zone, Nº 4688, Jisan Avenue, 201512, Shanghai - China; Nome: Bayer Cropscience (China) Co., Ltd. - Endereço: Nº 5 Road Hangzhou Economic & Technological Development Area, 310018 Hangzhou - China; Nome: Bayer Vapi Private Limited - Endereço: Plot Nº 306/3 II Phase, G.I.D.C., 396 195 Vapi, Gujarat - Índia. Formulador: Nome: Bayer S.A. - CNPJ: 18.459.628/0033-00 - Endereço: Estrada da Boa Esperança, 650, Centro, Belford Roxo/RJ - CEP: 26110-100.

e. Nome químico: 5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-ethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile. Nome Comum: Etiprole.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Arroz e Cana-de-açúcar.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

13 - a. Titular do registro: Bio Controle - Métodos de Controle de Pragas Ltda. - Indaiatuba/SP.

b. Marca comercial: Isomate-OFM TT

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27318, conforme processo nº 21000.006599/2018-01.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Shin-Etsu Chemical Co., Ltd. - Endereço: Nishifukushima 28-1, Kubiki-ku, Joetsu-shi, Niigata, 942-8601 - Japão. Manipulador: Nome: Bio Controle - Métodos de Controle de Pragas Ltda. - CNPJ: 01.841.604/0001-23 - Endereço: Rua Ema Gazzi Magnunsson, 405, Distrito Industrial Vitória Martini, Indaiatuba/SP - CEP: 13.347-630.

e. Nome químico: (Z)-8-dodecenyl acetate; (E)-8-dodecenyl acetate; (Z)-8-dodecenyl alcohol. Nome Comum: Acetato de (Z)-8-dodecenila; Acetato de (E)-8-dodecenila; (Z)-8-dodecenol.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para todas as culturas com ocorrência do alvo biológico Grapholita molesta.

h. Classificação toxicológica: Classe IV - Pouco Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

14 - a. Titular do registro: FMC Química do Brasil Ltda. - Campinas/SP.

b. Marca comercial: Trovati

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27418, conforme processo nº 21000.007483/2008-17.

d. Fabricante do produto técnico(Clomazone Técnico Cheminova): Nome:Anhui Fengle Agrochemical Co. Ltd. - Endereço: Heyu Road, Hugang, Hefei, 230031, China. Formuladores: Nome: Cheminova A/S - Endereço: Thyboronvej 76-78, DK7673, Harboore - Dinamarca; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.885.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP - CEP: 14140-000.

e. Nome químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one. Nome Comum: Clomazona.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Arroz, Cana-de-açúcar, Mandioca, Pimentão e Soja.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

15 - a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP.

b. Marca comercial: Fipronil 250 FS Agria

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27518, conforme processo nº 21000.004916/2011-70.

d. Fabricante do produto técnico(Fipronil Técnico Agria): Nome: Anhui Huaxing Chemical Industry Co. Ltd. - Endereço: Wujiang Town, Hexian County, Anhui - China. Formuladores: Nome: Sulphur Mills Limited - Endereço: G.I.D.C., Plot No. 1904, A-18/18, Panoli, Dist Bharuch, State, Gujarat - Índia; Nome: Anhui Huaxing Chemical Industry Co. Ltd. - Endereço: Wujiang Town, Hexian County, Anhui - China.

e. Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile. Nome Comum: Fipronil.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Arroz, Cevada, Feijão, Milho, Pastagem, Soja e Trigo.

h. Classificação toxicológica: Classe II - Altamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

16 - a. Titular do registro: TZ Biotech Ltda. - ME. - Ribeirão Preto/SP.

b. Marca comercial: Boveryd FR 25

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27818, conforme processo nº 21000.049907/2017-01.

d. Fabricante/Formulador: Nome: TZ Biotech Ltda. - ME - CNPJ: 11.425.100/0001-86 - Endereço: Av. Dra Nadir Aguiar, N° 1805 - Centro de Negócios,Prédio 1,Sala 04, Jardim Dr. Paulo Gomes Romeo, Ribeirão Preto/SP - CEP: 14.056-680.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: *Beauveria bassiana,* isolado IBCB 66.

g. Indicação de uso: Indicado para todas as culturas com ocorrência do alvo biológico Bemisia tabaci raça B.

h. Classificação toxicológica: Classe IV - Pouco Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

17 - a. Titular do registro: Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG.

b. Marca comercial: ÁvidoBR

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 27918, conforme processo nº 21000.002341/2016-65.

d. Fabricante do produto técnico(Metomil Técnico Ouro Fino): Nome: Shandong Huayang Pesticide Chemical Industry Group Co., Ltd. - Endereço: Ciyao Town, Ningyang County, Shandong 271411 - China. Formulador: Nome: Ouro Fino Química Ltda. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Avenida Filomena Cartafina, Nº 22335, Q14, L05, Distrito Industrial III, Uberaba/MG - CEP: 38044-750.

e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate. Nome Comum: Metomil.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso:

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

18 - a. Titular do registro: Maneogene Agrociências S.A. - Jaguariúna/SP.

b. Marca comercial: Dobbel

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 28018, conforme processo nº 21000.019734/2018-70.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Maneogene Agrociências S.A. - CNPJ: 20.220.461/0002-68 - Endereço: Rua Emílio Marconato, 1000, Galpão 12-B, Chácara Primavera, Jaguariúna/SP - CEP: 13.820-000.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: *Metarhizium anisopliae, c*epa IBCB 425; *Beauveria bassiana,* cepa IBCB 66.

g. Indicação de uso: Indicado para todas as culturas com ocorrência dos alvos biológicos Deois flavopicta e Euschistus heros.

h. Classificação toxicológica: Classe IV - Pouco Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

PORTARIA Nº 223, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 25 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 e no Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 e o que consta do Processo nº 21000.020271/2018-99, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, por um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa, ANEXO I da presente Portaria, que aprova a lista de referência de espécies animais pragas de vegetais utilizados nas atividades agrícolas que foram introduzidas no território nacional.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa citado no caput deste artigo estará disponível na rede mundial de computadores, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através do endereço http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacaosocial/consultas-publicas.

Art. 2º As sugestões advindas da consulta pública de que trata o art. 1º, uma vez tecnicamente fundamentadas, deverão observar o modelo constante do ANEXO II desta Portaria e serem encaminhadas, por escrito, ao seguinte endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável, Coordenação-Geral de Qualidade, Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo Ala B, 1º andar, sala 103-B, CEP: 70.043- 900, Brasília - DF, ou para o endereço eletrônico: drg.cgq@agricultura.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO DÓRIA

ANEXO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº DE DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, no Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e o que consta do Processo no 21000.020271/2018-99, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Instrução Normativa nº 19, de 16 de abril de 2018 para incluir as espécies animais pragas de vegetais na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.

Art. 2º As espécies constantes da Lista de Pragas Quarentenárias Ausentes e da Lista de Pragas Quarentenárias Presentes do MAPA não são consideradas patrimônio genético encontrado em condições in situ no território nacional.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

Espécies animais pragas de vegetais que foram introduzidas no território nacional.

Espécie (nome científico)	Formam populações espontâneas?
Agrotis ipsilon	Não
Alabama argillacea	Não
Anthonomus grandis	Não
Anticarsia gemmatalis	Não
Aphis gossypii	Não
Ascia monuste orseis	Não
Bemisia argentifolii	Não
Bemisia tabaci	Não
Bemisia tabaci raça B	Não
Bonagota cranaodes	Não
Bonagota salubricola	Não
Brevicoryne brassicae	Não
Caliothrips phaseoli	Não
Ceratitis capitata	Não
Chrysodeixis includens	Não
Coccus viridis	Não
Corcyra cephalonica	Não
Dalbulus maidis	Não
Diaphania nitidalis	Não
Diaphorina citri	Não
Diatraea saccharalis	Não
Dichelops furcatus	Não
Dichelops melacanthus	Não
Edessa meditabunda	Não
Elasmopalpus lignosellus	Não
Ephestia kuehniella	Não
Euschistus heros	Não
Faustinus cubae	Não
Frankliniella occidentalis	Não
Frankliniella schultzei	Não
Grapholita molesta	Não
Helicoverpa armigera	Não
Helicoverpa zea	Não
Heliothis virescens	Não
Lasioderma serricorne	Não
Liriomyza huidobrensis	Não
LIriomyza sativae	Não
Mocis latipes	Não
Myzus persicae	Não
Nezara viridula	Não
Oebalus poecilus	Não
Orthezia praelonga	Não
Panonychus ulmi	Não
Parlatoria cinerea	Não
Pectinophora gossypiella	Não
Phthorimaea operculella	Não
Phyllocnistis citrella	Não
Phyllocoptruta oleivora	Não
Piezodorus guildinii	Não
Pinnaspis aspidistrae	Não
Planococcus minor	Não
Plutella xylostella	Não
Polyphagotarsonemus latus	Não
Pseudaletia sequax	Não
Rachiplusia nu	Não
Rhizopertha dominica	Não
Rhopalosiphum maidis	Não
Schizaphis graminum	Não
Sitobion avenae	Não
Sitophilus zeamais	Não
Sitotroga cerealella	Não
Spodoptera cosmioides	Não
Spodoptera eridania	Não
Spodoptera frugiperda	Não
Tenebrio molitor	Não
Tetranychus ludeni	Não
Tetranychus mexicanus	Não
Tetranychus urticae	Não
Thaumastocoris peregrinus	Não
Thrips palmi	Não
Thrips tabaci	Não
Tribolium castaneum	Não
Trichoplusia ni	Não
Thrips tabaci	Não

ANEXO II

Nome Completo (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):		
Endereço (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão):		
Cidade:	UF:	
Telefone: ( )	Fax: ( )	E-mail:
Segmento de atuação:		
Texto publicado na Consulta Pública:	Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública (destacado ao lado)	
Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada:		

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria Nº 4, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2013, Seção 1, página 7, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, para a cultura de Mandioca no Estado de Minas Gerais, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, incluir o município de Paraisópolis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 6.879 - SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO, CNPJ nº 60975737005110, Processo nº 53504.007184/2018-61;

Nº 6.880 - MUNICIPIO DE FRANCA, CNPJ nº 47970769000104, Processo nº 53504.006861/2018-24;

Nº 6.885 - KLABIN S.A., CNPJ nº 89637490000145, Processo nº 53504.008375/2018-41;

Nº 6.886 - POJUCA S/A, CNPJ nº 13250998000558, Processo nº 53504.007109/2018-09;

Nº 6.887 - ASSOCIACAO ALPHAVILLE NOVA ESPLANADA 1, CNPJ nº 10802559000199, Processo nº 53504.006818/2018-69;
Nº 6889 - COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA, CNPJ nº 53859112000169, Processo nº 53504.009191/2018-06;

Nº 6.888 - CONDOMINIO CIVIL CENTER PLAZA SHOPPING, CNPJ nº 07348740000162, Processo nº 53504.007882/2018-67;

Nº 6.891 - JOSE A. FURTADO E OUTROS, CNPJ nº 08354444000137, Processo nº 53504.008959/2018-16

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 6.956, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Expede autorização à RÁDIO UNIÃO DE CAMOCIM LTDA, CNPJ nº 10.379.808/0001-85 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 6.971, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SALINOR - SALINAS DO NORDESTE S.A., CNPJ nº 03.994.427/0004-93 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.298, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53508.002248/2017-17. Autoriza à INTELSAT LICENSE LLC, por meio de seu representante legal, a INTELSAT BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 03.804.764/0001-28, o uso em todo território nacional de radiofrequências em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro IS-37e, conferido por meio do Ato nº 164, de 10/01/2018, respeitadas as condições estabelecidas, pelo prazo de 1 (um) ano.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.384, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53500.039400/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA, CNPJ/MF nº 17.178.195/0001-67, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Belo Horizonte/MG.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.411, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53500.039537/2018-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GUIA, CNPJ/MF nº 09.227.786/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Patos/PB.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.436, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53500.039650/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GERACAO FM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 95.087.649/0001-06, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Salto do Jacuí/RS.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATOS DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Nº 6.516 Processo nº 53500.040080/2018-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MORRO ALTO FM LTDA, CNPJ/MF nº 02.391.120/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rosário do Sul/RS.

Nº 6.537 Processo nº 53500.040202/2018-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FM LIBERDADE DE ABRE CAMPO LTDA, CNPJ/MF nº 01.912.004/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Abre Campo/MG.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.575, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53500.040523/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO MENINA DO ATLANTICO FM LTDA, CNPJ/MF nº 79.947.131/0001-30, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Balneário Camboriú/SC.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATOS DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Nº 6.624 Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à BETA ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.934.928/0001-22, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 6.635 Processo nº 53500.038092/2018-63. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à FIUZA INFORMATICA & TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 20.212.207/0001-37, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 6.652 Processo nº 53504.004823/2018-37. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à M. L DE OLIVEIRA E CIA LTDA, CNPJ/MF nº 12.940.937/0001-26, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação Supervisão e Controle.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.674, DE 1º DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.038639/2018-21. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ONG GENTILEZA GERA GENTILEZA, CNPJ/MF nº 04.025.170/0001-81, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirandópolis/SP.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.675, DE 02 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53528.006399/2017-14. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à INVIOLÁVEL CARAZINHO ALARMES ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ/MF nº 10.388.301/0001-98, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação Supervisão e Controle.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATOS DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 6.711 Processo nº 53542.001161/2016-25. Expede autorização à NOVA GÁLIA BIOENERGIA LTDA, CNPJ/MF nº 11.416.268/0001-25, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.717 Processo nº 53500.038648/2018-11. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL FUTURA DA GRANDE DOURADOS, CNPJ/MF nº 11.896.298/0001-86, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dourados/MS.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.813, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.035992/2018-59. Expede autorização à 6D TELECOM EIRELI, CNPJ/MF nº 30.090.182/0001-08, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATOS DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 6.825 Processo nº 53500.038915/2018-51. Expede autorização à G15NET LTDA, CNPJ/MF nº 29.591.180/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.837 Processo nº 53500.040088/2018-65. Expede autorização à INTERPOP TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 30.341.995/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.840 Processo nº 53500.039127/2018-81. Expede autorização à NET FIBER TELECOMUNICACOES E SERVICOS EIRELI, CNPJ/MF nº 29.188.088/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

ATOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 6907 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Santos/SP, no período de 16/09/2018 a 16/09/2018.

Nº 6.908 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 09/09/2018 a 12/09/2018.

Nº 6.909 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 09/09/2018 a 09/09/2018.

AGOSTINHO LINHARES DE SOUZA FILHO
Superintendente
Substituto

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
COMISSÃO DELIBERATIVA

RESOLUÇÃO Nº 231, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 642ª Sessão, realizada em 05 de setembro de 2018, resolve:
Art. 1º Alterar a Norma CNEN NN 3.02 Serviços de Radioproteção, em seu item 6.1.1.2, alínea c) que passa a ter a seguinte redação:
c) testes diários dos monitores de contaminação em pessoas com fontes-teste adequadas, e calibração em intervalos apropriados, por instituições autorizadas pela CNEN.
Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro

JOSE CARLOS BRESSIANI
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO N° 232, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 642ª Sessão, realizada em 05 de setembro de 2018,

CONSIDERANDO que o Instituto de Radioproteção e Dosimetria - IRD/CNEN é uma Unidade Técnico-Científica da CNEN que:

a) Realiza pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos em radioproteção, dosimetria e metrologia das radiações ionizantes;

b) Presta serviços tecnológicos especializados em radioproteção, dosimetria e metrologia das radiações ionizantes, bem como para o licenciamento de instalações nucleares, radioativas, minero-industriais e de depósito de rejeitos radioativos, dentre outros afeitos à tecnologia nuclear;

c) Ministra cursos e treinamentos regulares, cursos de especialização e cursos de pós-graduação stricto sensu em radioproteção, dosimetria e metrologia das radiações ionizantes; e

d) Colabora com universidades, agências governamentais e indústrias para promover o uso seguro das radiações ionizantes e da tecnologia nuclear, resolve:

Art. 1 Tornar sem efeito a Resolução nº 210, de 30 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 2, de 3 de janeiro de 2017, Seção 1, pág. 2, que aprovou a alteração da subordinação do Instituto de Radioproteção e Dosimetria - IRD na estrutura interna da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento - DPD para a Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear - DRS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro

JOSE CARLOS BRESSIANI
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53524.008138/2012	Associação Comunitária Nova Era - Aconer	RADCOM	Carvalhópolis	MG	Não conhece	1586
53504.027472/2009	Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP (TELEFÔNICA BRASIL S.A.)	RADCOM	Carvalhópolis	MG	Anular o Despacho nº 1388, de 31/07/2018, DOU de 02/08/2018	1625

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 4.210/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.029302/2018-18, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Comunitária Painfilhense, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua João Lacerda, n° 35 - Centro para a Rua Afonso Dal Molin, s/n° - Centro, na localidade de Paim Filho / RS. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 675/2009 publicada no Diário Oficial da União em 14 de setembro de 2009, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 121/2011, publicado no Diário Oficial da União em 01 de março de 2011, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.028693/2007.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 27°42'47"S e longitude 51°45'30"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 3.855/SEI, DE 30 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.042439/2018-68, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Maringá/PR, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 4.661, de 13 de setembro de 2018, referente ao Processo nº 01250.048485/2018-71, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de setembro de 2018, Seção 1, página 8, onde se lê: "PORTARIA Nº 4.661/SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018", leia-se: "PORTARIA Nº 4.641/SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018".

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.534/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.041910/2018-09, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de LONDRINA, estado do Paraná, no canal nº 32 (trinta e dois) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 18899/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.539/SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.020819/2015-09, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos do CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de ITAPERUNA, estado do RIO DE JANEIRO, utilizando o canal digital nº 33 (trinta e três), nos termos da Nota Técnica nº 18934/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.552/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.046593/2018-17, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da SPRING TELEVISÃO S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de ANGRA DOS REIS, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal digital nº 47 (quarenta e sete), nos termos da Nota Técnica nº 19029/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.584/SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.028085/2018-49, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SÃO FRANCISCO, estado de Minas Gerais, com possibilidade de utilização do canal digital nº 21 (vinte e um) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 19413/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 166, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar pública decisão, pelo Comitê Gestor do FSA, que permite à Empresa de Cinema Audiovisual de São Paulo S.A. (SPCINE) a utilização do saldo remanescente do Termo de Complementação Nº 8-E/2016 relativo à Chamada Pública FSA Nº 01/2015 - Linha de Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais - e a suplementação referente à previsão para Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais no Plano Anual de Investimentos de 2016, conforme deliberado na 46ª Reunião do CGFSA e ratificado na 47ª Reunião do CGFSA, nos seguintes termos:

I Aporte de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com o objetivo de investimento retornável em projetos audiovisuais, sendo o montante de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) referentes ao saldo remanescente do Termo de Complementação Nº 8-E/2016 relativo à Chamada Pública FSA Nº 01/2015 - Linha de

Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais e R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) referentes à previsão para os Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais do Plano Anual de Investimentos de 2016.

II Adequação do investimento às novas regras descritas na Resolução do Comitê Gestor do FSA/ANCINE/N º 132/2018, possibilitando a aplicação da nova proporção a ser suplementada pelo FSA de até 03 (três) vezes os valores aportados pela entidade regional do Estado de São Paulo.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 167, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar pública a criação, no âmbito do Fundo Setorial do Audiovisual, de linha de investimento em Capacitação, segundo proposta apresentada pelo MinC/CTAV na 47ª Reunião do Comitê Gestor do FSA e aprovada pelo CGFSA, nos seguintes termos:

I. Aporte de R$ 16.150.000,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta mil reais), conforme objeto de financiamento "Capacitação" previsto no Plano Anual de Investimentos de 2018.

II.O objetivo principal da capacitação a ser realizada será a "Formação de mão de obra técnica, artística e gerencial". As propostas apresentadas deverão estar alinhadas aos seguintes eixos:

i. Gestão empresarial e de mecanismos de financiamento, normativo do setor audiovisual, direitos autorais, gestão de propriedade intelectual e elaboração de projetos;

ii.Criação e formação técnica para cinema, TV, animação, jogos eletrônicos, narrativas transmídias e para o campo da preservação e do restauro;

iii.Acessibilidade audiovisual, inclusive no segmento de jogos eletrônicos.

I-A empresa proponente deverá ter 3 (três) anos de atuação no campo da formação audiovisual, ou os sócios da empresa deverão ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência na área de formação audiovisual.

II-Cada proponente ou grupo econômico do qual faça parte poderá acessar no máximo 10% (dez por cento) do valor disponibilizado na Chamada, podendo ser apresentada mais de uma proposta por proponente.

III-Os projetos serão avaliados de acordo com os seguintes critérios e pontuações:

i.-TRAJETÓRIA: Atuação, em anos, na área de formação audiovisual, com atribuição máxima de 10 (dez) pontos

ii -POTENCIAL DE GERAÇÃO DE RECEITAS: Qualidade da proposta sob o aspecto da estratégia e viabilidade da geração de receitas, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos;

iii - PROPOSTA PEDAGÓGICA: Qualidade do projeto no que concerne à proposta pedagógica dos cursos, com pontuação máxima de 30 (pontos);

I-A comissão de avaliação deverá ser composta por 3 (três) ou 5 (cinco) membros titulares, de acordo com a demanda, e será formada por membros do CTAV - Centro Técnico Audiovisual/MINC e da ANCINE.

II -O valor do aporte nos projetos observará as seguintes faixas de investimento, de acordo com a pontuação obtida:

i- Projetos com nível de complexidade I: poderá ser concedido aporte entre R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). A nota mínima alcançada deverá ser de 30 (trinta) pontos;

ii -Projetos com nível de complexidade II: poderá ser concedido aporte entre R$ 600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavos) e R$ 900.000,00 (novecentos mil reais). A nota mínima alcançada deverá ser de 40 (quarenta) pontos;

iii -Projetos com nível de complexidade III: poderá ser concedido aporte entre R$ 900.000,01 (novecentos mil reais e um centavo) e R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). A nota mínima alcançada deverá ser de 50 (cinquenta) pontos.

I-Serão adotados indutores para projetos realizados fora do eixo Rio-São Paulo.

II-As empresas contratadas deverão entregar um Relatório de Impacto ao final da realização do projeto, destacando os resultados alcançados com a capacitação.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 168, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º. Tornar públicas, conforme deliberado pelo Comitê Gestor do FSA na 47ª Reunião do Comitê Gestor do FSA, realizada em 31 de agosto de 2018, alterações na Resolução N º 151, publicada no Diário Oficial da União N º 71, seção 1, página 42, no dia 13/04/2018, que trata da criação de nova linha de financiamento e das regras gerais de acesso e operação, nos seguintes termos:

I.O Artigo 1º, item I, alínea b, passará a vigorar com o seguinte texto:

b) Modalidade 2 - Projetos do Setor Audiovisual, regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, além dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os objetivos e condições são os mesmos da Modalidade 1, porém os recursos serão destinados a projetos a serem realizados nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, bem como nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A única diferença se refere ao custo financeiro, cuja taxa será de reduzida para Taxa Referencial (TR), acrescido de 2% (dois por cento) ao ano.

II O Artigo 1º, item c, passará a vigorar com o seguinte texto:

a)Modalidade 3 - Projetos de Desenvolvimento de Novas Tecnologias e Acessibilidade. O objetivo é financiar investimentos das empresas pertencentes às cadeias produtivas do audiovisual que objetivem implementação de soluções de desenvolvimento de ferramentas de desenvolvimento de novas tecnologias e/ou acessibilidade, ficando a aquisição de equipamentos restrita à sua aplicação nessas duas finalidades.

b)O Artigo 1º, item VII, passará a vigorar com o seguinte texto:

c)Nas modalidades 4 - "Capital de Giro" e 5 - "Adiantamento de Recebíveis", o valor a ser aplicado nas operações contratadas não poderá exceder o limite de 50% (cinquenta por cento) dos recursos disponibilizados para a Chamada.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 169, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar públicas a suplementação de recursos e alterações na Chamada Pública SAV/MINC/FSA Nº 11, de 27 de fevereiro de 2018 - Investimento em Festivais, aprovadas na 47ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual nos seguintes termos:

I Quanto ao objeto, estabelecer a ampliação do escopo das categorias contempladas no Edital, com a inclusão dos seguintes itens:

i) Eventos de Formação Audiovisual com, no mínimo, 2 (duas) edições já realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;

ii) Eventos do segmento de jogos eletrônicos / games já constituídos.

II Quanto ao valor do investimento, inclusão da possibilidade de aporte adicional de 50% para os projetos de festivais que se enquadrarem na categoria "A" e que envolvam Evento de Mercado.

III. Suplementar a referida Chamada no montante de R$ 10.575.000,00 (dez milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais), oriundos do objeto de financiamento "Festivais" previsto no Plano Anual de Financiamento de 2018.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 170, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º. Tornar pública a aprovação por unanimidade, na 47ª Reunião do Comitê de Investimento do Fundo Setorial do Audiovisual, realizada em 31 de agosto de 2018, o relançamento das seguintes linhas de investimento para chamadas binacionais:

a) Coprodução internacional obras para cinema Brasil-Chile, cujo aporte será de U$ 100.000,00 (cem mil dólares americanos), oriundo do objeto de financiamento "Produção-Cinema - Internacional" previsto no Plano Anual de Investimentos de 2018;

b)Coprodução internacional de obras para cinema Brasil-Portugal, cujo aporte será de U$ 300.000,00 (trezentos mil dólares americanos), oriundo do objeto de financiamento "Produção-Cinema - Internacional" previsto no Plano Anual de Investimentos de 2018;

c)Coprodução internacional de obras para cinema Brasil-Uruguai, cujo aporte será de U$ 200.000,00 (duzentos mil dólares americanos), oriundo do objeto de financiamento "Produção-Cinema - Internacional" previsto no Plano Anual de Investimentos de 2018.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 171, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º. Tornar pública a decisão do Comitê Gestor do FSA, em sua 47ª Reunião, realizada em 31 de agosto de 2018, sobre o adiamento, para 2019, da aplicação dos limites financeiros por produtora/ grupo econômico para investimento do FSA, conforme estabelecido na Resolução N º 135, publicada no Diário Oficial da União, N º 54, Seção 1, página 13, no dia 20 de março de 2018, devido à necessidade de adaptações nos sistemas da ANCINE.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 172, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar pública, conforme deliberado na 47ª Reunião do CGFSA, a retificação da Resolução nº 150, publicada no Diário Oficial da União nº 71, em 13 de abril de 2018 - Seção 1 - página 42, conforme descrito a seguir:

I.Alterar o Art.1º item IV, substituindo pelo seguinte texto:

"Foram excluídos todos os fatores de ponderação do cálculo da pontuação do Suporte Automático, exceto aqueles relativos ao módulo de Programação, conforme detalhado na Resolução Nº 150, Art. 1 º item V, de 12 de abril de 2018".

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO Nº 173, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar pública, conforme aprovado na 47ª Reunião do CGFSA, em 31 de agosto de 2018, a alteração do item 129.2 do Regulamento Geral do Prodav, visando sua harmonização às regras estabelecidas para os projetos que utilizam recursos dos mecanismos de incentivos fiscais federais administrados pela Ancine, para os quais não há exigência de equivalência entre o percentual dos recursos aportados pelas coprodutoras nos orçamentos de produção e o percentual de direitos patrimoniais adquiridos em virtude do aporte.

I.O item 129.2 passa a vigorar com o seguinte texto:

"129.2. As empresas não classificadas como produtoras brasileiras independentes poderão deter direitos patrimoniais sobre uma obra audiovisual fomentada, desde que seja comprovado seu investimento na produção e seja mantida a condição de obra audiovisual brasileira independente."

(obs: havia proposto um parágrafo: A Ancine poderá indeferir a participação patrimonial de agente econômico não independente, se considerar que há desequilíbrio econômico entre o investimento do agente, bem como os benefícios à circulação da obra que este proporciona, e sua contrapartida em direitos patrimoniais.)

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 534-E, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018 e na resolução n.º 159 de 3 de julho de 2018, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação das empresas selecionadas, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "MIPCOM", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

AÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS-2018 MIPCOM	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Filmart Produções Artísticas Ltda.
2	Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.
3	Cabong Studios Ltda - ME
4	Animaking Produções, Promoções Artísticas e Cinematográficas e Com. Ltda. EPP
5	Your Mama Produção de Filmes Ltda.
6	Sbusiness Produções artísticas e Comércio de Bens e Serviços Ltda.
7	Elevation Tecnologia & Comunicação Ltda.
8	Mar Brasilis Produções Culturais e Comércio Ltda.
9	MD Entretenimentos Ltda.
10	Api Produções Artísticas e Audiovisuais Ltda EPP
11	Split Studio Produções Audiovisuais Ltda.
12	Alopra Estudio Ilustrações e Animações Ltda. - ME
13	Lojinha Urbana de Videos Animados Produções Ltda.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

PORTARIA Nº 538-E, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018 e na resolução n.º 159 de 3 de julho de 2018, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação das empresas selecionadas, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "MIA/ Mercato Internazionale Dell´Audiovisivo/ Festival de Roma", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

AÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS-2018 MIA/ MERCATO INTERNAZIONALE DELL´AUDIOVISIVO/ FESTIVAL DE ROMA	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Gullane Entretenimento SA
2	Sombumbo Filmes Ltda. - ME
3	Mar Brasilis Produções Culturais e Comércio Ltda.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 366, de 04 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, n° 173, Seção 1, página 24, de 6 de setembro de 2018;

Onde se lê:

"ANEXO 01

DIRETRIZES PARA PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO"

Leia-se:

"ANEXO 01

DIRETRIZES PARA PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO INCÊNDIO E PÂNICO"

Onde se lê:

"1.7.4 Para ambientes com pé direito inferior a 2,50 m a população..."

Leia-se:

"1.8.4 Para ambientes com pé direito inferior a 2,50 m a população..."

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 55, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01- Processo nº: 01514.002741/2008-83
Projeto: Programa de Prospecção, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área do Acesso do Magela, Complexo Mineral de Patrocínio
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02- Processo n. º 01514.002291/2013-76
Projeto: Monitoramento e Arqueológico no Loteamento Estância do Lago
Arqueóloga Coordenadora: Jaqueline Gomes Santos
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Contagem, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03- Processo n. º 01510.001539/2010-79
Projeto: Prospecção Arqueológica na PCH Itapocuzinho IIa
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ - Prefeitura de Joinville
Área de Abrangência: Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses
04- Processo n° 01510.001683/2013-58
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Construção do Novo Acesso ao Aeroporto Hercílio Luz
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí-Fundação Genésio de Miranda Lins-Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Florianópolis, Estado do Santa Catarina
Prazo de Validade: 12(doze) meses

ANEXO II

01- Processo n. º 01403.000140/2014-11
Projeto: Acompanhamento e Prospecções Arqueológicas nas Áreas de Influência Direta da Rodovia AL/435 Passo do Camaragibe/Matriz do Camaragibe
Arqueóloga Coordenadora: Djnane Fonseca da Silva
Apoio Institucional: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL - Governo do Estado de Alagoas
Área de Abrangência: Município de São Luiz do Quitunde, Estado de Alagoas
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02- Processo nº 01512.002640/2014-51
Projeto: Salvamento e Monitoramento Arqueológico nas Áreas de Implantação e Reassentamento da Ponte de Transposição do Delta do Rio Jacuí
Arqueólogo Coordenador: Alexandre Pena Matos
Apoio Institucional: Museu Municipal Irmã Celina Schardong - Prefeitura Municipal de Gaurama
Área de Abrangência: Municípios de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO III

01- Processo nº: 01408.000416/2014-11
Projeto: Pesquisa Arqueológica do Plano de Conservação e Restauração do Convento de Santo Antônio da Ordem Franciscana de João Pessoa
Arqueólogo Coordenador: Ulisses Pernambucano de Melo Neto
Apoio Institucional: Superintendência do Iphan no Estado da Paraíba
Área de Abrangência: Município de João Pessoa, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO IV

01- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: CAP Arquitetura e Construção Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Vista Verde
Processo n. º 01506.005261/2016-63
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Loteamento Jardim Vista Verde

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Arqueólogo Coordenador: Robson Rodrigues
Arqueólogo de Campo: Renan Pezzi Rasteiro
Área de Abrangência: Município de Garça, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 08 (oito) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construnível Energias Renováveis LTDA
Empreendimento: CGH Itapuí
Processo n. º 01510.900171/2017-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento CGH Itapuí
Arqueólogo Coordenador: Éberson Martins do Couto
Arqueólogo de Campo: Éberson Martins do Couto
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

ANEXO V

01- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Central Eólica Aventura II S.A
Empreendimento: LT 230kV Aventura II-V- SE João Câmara II
Processo n. º 01421.000116/2018-98
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao patrimônio Arqueológico da linha de Transmissão 230kV Aventura II-V- SE João Câmara II
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueólogos de Campo: Alexandre Cavalcanti Gomes Neto e Alano Jaciguara Dantas de Alencar Martins
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: municípios de Touros, Parazinho e João Câmara, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 03(três) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: BJL SPE Transmissora de Energia S.A.
Empreendimento: LT 500 kV Juazeiro III - Ourolândia II (C1)
Processo n°. 01502.900045/2017-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 kV Juazeiro III - Ourolândia II (C1)
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueóloga de Campo: Yana Raquel Viana Alves
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia- NEPAB- Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Municípios de Juazeiro, Campo Formoso, Ourolândia e Umburanas, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 02(dois) meses
03- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: ENGIE Transmissão de Energia Ltda
Empreendimento: LT 230 kV Irati Norte - Ponta Grossa C2
Processo nº 01508.000256/2018-14
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Subgrupo VI: Linha de Transmissão 230 kV Irati Norte - Ponta Grossa C2
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Márcio Alonso Lima e Everaldo Gomes Dourado
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Imbituva, Ipiranga e Ponta Grossa, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
04- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Rialma Transmissora de Energia II S/A
Empreendimento: LT de 500KV Campina Grande III - Pau Ferro
Processo nº 01450.008159/2017-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão de 500KV Campina Grande III - Pau Ferro
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogo de Campo: Ítalo Barbosa de Souza
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LABAP - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Área de Abrangência: Municípios de Igarassu, Araçoiaba, Tracunhaém, Nazaré da Mata, Vicência e São Vicente Ferrer, Estado do Pernambuco e Municípios de Natuba, Aroeiras, Fagundes, Queimadas e Campina Grande, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: ENGIE Transmissão de Energia Ltda
Empreendimento: Seccionamento da LT 230 kV Klacel - Ponta Grossa Norte (C1) até a Subestação Castro Norte
Processo nº 01508.000280/2018-45
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Subgrupo VII: Seccionamento da LT 230 kV Klacel - Ponta Grossa Norte (C1) até a Subestação Castro Norte
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Márcio Alonso Lima e Everaldo Gomes Dourado
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Carambeí e Castro, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Urbanizadora Barretos
Empreendimento: Loteamento Residencial Mais Parque Barreto IV
Processo n. º 01506.005445/2016-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Mais Parque Barretos IV
Arqueólogo Coordenador: Pedro Victor Sartori Cassioti
Arqueóloga de Campo: Gabriela Ferreira de Soares
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Barretos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Urbanizadora Barretos
Empreendimento: Loteamento Residencial Mais Parque Barreto III
Processo n. º: 01506.005443/2016-34
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Mais Parque Barretos III

Arqueólogo Coordenador: Pedro Victor Sartori Cassioti
Arqueóloga de Campo: Gabriela Ferreira de Soares
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano- Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Barretos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Verso Agropecuária Ltda.
Empreendimento: Fazenda Evangelina
Processo n. º 01506.004514/2015-09
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto Loteamento Urbano Fazenda Evangelina.
Arqueólogo Coordenador: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Arqueólogo de Campo: Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Condomínio Residencial HM40
Empreendimento: HM40 Empreendimento imobiliário SPE Ltda.
Processo nº. 01506.002743/2018-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Condomínio Residencial HM40
Arqueóloga coordenadora: Lucia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de campo: Luiz Alberto Silveira da Rosa
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de abrangência: Município de Guarujá, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
10- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Zanugia Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Jardim das Acácias
Processo n. º 01506.001227/2018-81
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da área de Implantação do Loteamento Jardim das Acácias
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueólogo de Campo: Fábio Rodrigues Teles
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Capivari, Estado de e São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
11- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Usina Termelétrica de Lins S/A
Empreendimento: Usina Termelétrica de Lins
Processo n. º 01506.001179/2018-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área Usina Termelétrica de Lins
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de campo: Job Lobo
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Municípios de Lins e Guaiçara, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Empreendimento: LT 230 KV Xingu/ Altamira; LT 230 KV Altamira/ Transamazônica; LT 230 KV Transamazônica/ Tapajós; Instalação da Subestação Tapajós; Ampliação das Subestações Altamira, Transamazônica e Rurópolis e implantação de compensador síncrono na Subestação Rurópolis. Tramo Oeste do Pará
Processo n. º. 01492.000698/2017-98
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Área de Influência da Linha de Transmissão Tramo Oeste do Pará
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Arqueóloga de Campo: Edvaldo Pereira
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá - Fundação Casa da Cultura de Marabá- Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Municípios de Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Santarém, Rurópolis, Uruará e Vitória do Xingu, Estado do Pará
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: VPower Telemenia SPE LTDA
Empreendimento: UTE São Gabriel da Cachoeira
Processo n. º 01490.000197/2018-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da UTE São Gabriel
Arqueólogo Coordenador: João Queiroz Rebouças
Arqueólogo de Campo: João Queiroz Rebouças
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) - Associação privada Museu da Amazônia
Área de Abrangência: de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas
Prazo de Validade: 03 (três) meses
14- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Telemar Norte Leste S/A
Empreendimento: BackBone - Oiapoque -Calçoene rede de fibra óptica
Processo n. º 01424.900120/2017-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico decorrente da Implantação da BackBone - Oiapoque -Calçoene rede de fibra óptica
Arqueóloga Coordenadora: Jaionara Rodrigues Dias da Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva - Governo do Estado do Amapá
Área de Abrangência: Municípios de Oiapoque e Calçoene - Estado do Amapá
Prazo de Validade: 03 (três) meses
15- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pedro Henrique Bobato Rabito
Empreendimento: Fazenda Centenário
Processo n. º 01422.000419/2016-39
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Fazenda Centenário
Arqueólogo Coordenador: Juliano Fonseca da Silva Rezende
Arqueólogo de Campo: Juliano Fonseca da Silva Rezende
Apoio Institucional: Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA - Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
Área de Abrangência: Município de Dois Irmãos, Estado do Tocantins
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Melnick Even Hortência Empreendimento
Empreendimento: Loteamento Residencial Camaquã
Processo n. º 01512.900122/2017-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Camaquã
Arqueóloga Coordenadora: Cristine Mallmann Vicroski
Arqueóloga de Campo: Cristine Mallmann Vicroski
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia - NuPHA - Universidade de Passo Fundo - UPF
Área de Abrangência: Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
17- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Makoto Edison Sekita
Empreendimento: Makoto Edison Sekita
Processo n. º 01514.900473/2017-38
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Sekita Agronegócios
Arqueóloga Coordenadora: Aline Gonçalves dos Santos
Arqueóloga de Campo: Alessandra Teixeira Fonte
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Municípios de Ibiá e Paranaíba, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (Seis) meses
18- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Capivari do Sul
Empreendimento: Loteamento Polo Gerador de Trabalho e Renda
Processo n. º 01512.900266/2017-01
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Polo Gerador de Trabalho e Renda
Arqueólogo Coordenador: Gil Passos de Mattos
Arqueólogo de Campo: Freddy Bager Junior
Área de Abrangência: Município de Capivari do Sul, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
19- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A
Empreendimento: Ampliação da Mina Cuiabá
Processo n. º 01514.001155/2018-73
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Ampliação da Mina de Cuiabá
Arqueóloga Coordenadora: Juliana de Souza Cardoso
Arqueólogo de Campo: Uelde Ferreira de Souza
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Sabará, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
20- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pedreira Siqueira Ltda
Empreendimento: Pedreira Siqueira - Ampliação de Jazida de Basalto
Processo n. º 01506.900490/2017-74
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Ampliação da Pedreira Siqueira (DNPM 820.043/1990)
Arqueólogo Coordenador: Leonardo Tomé de Souza
Arqueólogo de Campo: Leonardo Tomé de Souza
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA-Prefeitura de Araraquara
Área de Abrangência: Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 01 (um) mês

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Incorporadora Campo Belo Monte Castelo Ltda
Empreendimento: Residencial Campo Belo
Processo n° 01506.007238-2016-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Residencial Campo Belo
Arqueóloga Coordenadora: Jessiane Montenegro Barboza dos Santos
Arqueóloga de Campo: Jessiane Montenegro Barboza dos Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara - MAPA-Prefeitura de Araraquara
Área de Abrangência: Município de Monte Castelo, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
22- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: A. Gonçalves Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento de uso misto Colinas do Campestre
Processo n° 01506.006708/2016-11
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na área do Loteamento de uso misto Colinas do Campestre
Arqueólogo Coordenador: Robson Antonio Rodrigues
Arqueóloga de Campo: Carla Verônica Pequini
Área de Abrangência: Município de Monte Alto, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

PORTARIA Nº 56, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I- Autorização nº 09, Seção I, Anexo IV Página 10, Portaria nº 41/2018, publicada no Diário Oficial da União em 16/07/2018 em nome da arqueóloga Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani, referente ao Processo n° 01506.006421/2016-91, projeto "Acompanhamento Arqueológico do Empreendimento Loteamento Panamby 2", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 09, de 26 de fevereiro de 2018, Seção I, Anexo II, Página 11, Renovação nº 02, publicada em 27 de fevereiro de 2018, onde se lê: "Arqueólogos Coordenadores: Plácido de Cali, Rodrigo Angeles Flores e Marianne Sallum", leia-se: "Arqueólogos Coordenadores: Plácido de Cali, Rodrigo Angeles Flores, Marianne Sallum e Silvia Kameyama Domingos Leal".

Na Portaria nº 44, de 27 de julho de 2018, Seção I, Anexo V, Página 17, Autorização nº 16, publicada em 30 de julho de 2018, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Rodrigo Penha Freitas Melo", leia-se: "Arqueóloga de Campo: Maria da Gloria Tavares Demamann".

Na Portaria nº 44, de 27 de julho de 2018, Seção I, Anexo V, Página 16, Autorização nº 32, publicada em 30 de julho de 2018, onde se lê: "Arqueóloga de campo: Duane Paola Cardoso Mota", leia-se: "Arqueólogas de Campo: "Duane Paola Cardoso Mota e Sónia Cristina Henriques Cunha".

Na Portaria nº 41, de 13 de julho de 2018, Seção I, Anexo IV, Página 10, Autorização nº 06, publicada em 16 de julho de 2018, onde se lê: "Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani".

Na Portaria nº 22, de 13 de abril de 2018, Seção I, Anexo IV, Página 11, Autorização nº 13, publicada em 16 de abril de 2018, onde se lê: "Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia- Departamento de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Santa Cruz", leia-se: "Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 605, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
177728 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA - EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO INTERNA
Fundação Roberto Marinho
CNPJ/CPF: 29.527.413/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 2.835.350,78
Valor total atual: R$ 29.554.333,02

PORTARIA N° 606, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto "Cortejo Afro - Carnaval 2015 - Iansã Balé: A dona Porteira do Continente Africano e Oficinas de Capacitação para o Mercado do Carnaval", Pronac nº 14-11013, na Portaria nº 595 de 10/09/2018, publicada no D.O.U. nº 175 de 11/09/2018, Seção 1, páginas 20 e 21.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias nº 36 e 37, de 05 de setembro de 2018, publicadas no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 2018, Seção 1, páginas 22 e 23:

Onde se lê:
"PORTARIA Nº 36, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018"
Leia-se:
"PORTARIA Nº 136, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018"
Onde se lê:
"PORTARIA Nº 37, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018"
Leia-se:
"PORTARIA Nº 137, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018"

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 952, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 452/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201702479;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade do Cariri Paraibano (UNICIR), a ser instalada na BR 412, Km 105, Bairro Sítio Novo Oriente, no Município de Sumé, no estado da Paraíba, mantida pela UNICIR - Faculdade do Cariri Ltda. - EPP (CNPJ 20.946.639/0001-71).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 953, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 395/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510313;

Art. 2º Fica recredenciado o Centro Universitário FACEX (UNIFACEX), com sede na Rua Orlando Silva, nº 2.896, bairro Capim Macio, no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, mantido pelo Centro Integrado para Formação de Executivos (CNPJ 08.241.911/0001-12).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 954, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 122/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200905004;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana (FAT), com sede na Rua Juracy Magalhães, nº 222, Bairro Ponto Central, no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, mantida pela Sociedade Cientifica e Cultural Anísio Teixeira Ltda. (CNPJ 01.149.432/0001-21).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 955, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 390/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201100333;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdades Integradas de Araraquara (FIAR), com sede na Avenida Brasil, nº 782, centro, no Município de Araraquara, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Escola de Agrimensura de Araraquara (CNPJ 43.968.940/0001-81).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 956, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 392/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416643;

Art. 2º Fica recredenciado o Centro Universitário Eurípedes de Marília (UNIVEM), com sede na Avenida Higyno Muzzy Filho, nº 529, bairro Campus Universitário, no Município de Marília, no Estado de São Paulo, mantido pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha (CNPJ 52.059.573/0001-94).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 957, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 393/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416726;

Art. 2º Fica recredenciada a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, com sede na Avenida Vitória, nº 1729, bairro Jucutuquara, no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, mantido pelo Ministério da Educação (MEC) (CNPJ 00.394.445/0030-38).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 958, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 384/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201503237;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Cesumar, com sede na Rua Doutor Pedrosa, nº 55, centro, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, mantida pelo CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. (CNPJ 79.265.617/0001-99).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 959, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 466/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20070482;

Art. 2º Fica recredenciada, em caráter excepcional, a Universidade Pitágoras Unopar, com sede na Avenida Paris, n° 675, bairro Jardim Piza, no Município de Londrina, Estado do Paraná, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O recredenciamento de que se trata o art. 2º fica condicionado ao atendimento da seguinte meta: ampliar a oferta, até o ano de 2016, da pós-graduação stricto sensu por meio de, pelo menos, mais 1 (um) curso de mestrado e 1 (um) curso de doutorado, reconhecidos pelo MEC.

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 950, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Institui a Rede de Evidências Educacionais, coordenada pelo Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, bem como o disposto no Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Rede de Evidências Educacionais, com vistas a institucionalizar o diálogo e a colaboração entre o Ministério da Educação, as instituições e os pesquisadores, sobre o uso de evidência e inovação para melhorar a educação pública brasileira.

Art. 2º A Rede de Evidências Educacionais terá as seguintes atribuições:

I - criar um espaço de troca de experiências e ideias sobre o uso de evidências e inovação em educação;

II - promover discussões metodológicas sobre a prática de avaliação no Brasil;

III - apoiar tecnicamente a concepção e a condução de projetos-piloto realizados no âmbito do Ministério da Educação;

IV - colaborar com a promoção do uso apropriado de evidências e fomento da cultura de inovação no cenário educacional brasileiro; e

V - apoiar as ações realizadas no âmbito da Assessoria Estratégica de Evidências, do Gabinete do Ministro.

Art. 3º A Rede de Evidências Educacionais poderá ser composta por órgãos ou instituições públicas, e suas vinculadas, de todos os poderes e entes da federação; instituições do terceiro setor; organizações multilaterais; instituições de ensino e pesquisa; e pesquisadores independentes e especialistas com reconhecida atuação nas temáticas de avaliação e inovação em políticas educacionais.

Art. 4º A associação à Rede deverá ser feita por meio da assinatura do Termo de Adesão que consta no Regulamento da Rede de Evidências Educacionais em anexo.

Art. 5º As parcerias com membros da Rede poderão ser formalizadas via Acordo de Cooperação Técnica ou instrumento equivalente.

Art. 6º A Assessoria Estratégica de Evidências, do Gabinete do Ministro, coordenará as ações da Rede.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I
REGULAMENTO DA REDE DE EVIDÊNCIAS EDUCACIONAIS
CAPÍTULO I
DA REDE DE EVIDÊNCIAS EDUCACIONAIS

Art. 1º Este Regulamento estabelece as diretrizes básicas de funcionamento da Rede de Evidências Educacionais, em conformidade a Portaria nº 950, de 14 de setembro de 2018, que institui a formação da Rede de Evidências Educacionais.

Parágrafo único. A Rede de Evidências Educacionais tem como finalidade institucionalizar o diálogo e a colaboração entre o Ministério da Educação, as instituições e os pesquisadores sobre o uso de evidência e inovação para melhorar a educação pública brasileira.

CAPÍTULO II
DOS MEMBROS

Art. 2º São membros da Rede de Evidências Educacionais instituições e pessoas físicas que possuem reconhecida atuação nas temáticas de avaliação e inovação em políticas educacionais, incluindo:

I - órgãos ou instituições públicas, e suas vinculadas, de todos os poderes e entes da federação;

II - instituições do terceiro setor;

III - organizações multilaterais;

IV - instituições de ensino e pesquisa; e

V - pesquisadores independentes e especialistas.

§ 1º A adesão se dará por meio de assinatura do Termo de Adesão anexo a este Regulamento, encaminhado ao Ministério da Educação, por intermédio da Assessoria Estratégica de Evidências, do Gabinete do Ministro, com posterior comunicação aos demais Partícipes.

§ 2º A formalização das parcerias se dará por meio de Acordo de Cooperação Técnica ou instrumento equivalente.

CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO

Art. 3º Caberá à equipe da Assessoria Estratégica de Evidências:

I - auxiliar na organização de atividades da Rede, bem como no compartilhamento de informações e na cooperação entre os membros da Rede de Evidências Educacionais;

II - articular a cooperação entre a Rede e os gestores do Ministério da Educação responsáveis pelo desenho, pelo monitoramento e pela avaliação de políticas educacionais, visando promover o uso de evidências e inovação nas políticas educacionais brasileiras;

III - deliberar sobre solicitações de participação e sobre a permanência dos membros da Rede de Evidências Educacionais;

IV - coordenar ou moderar questões que tenham repercussão na Rede de Evidências Educacionais, ou que possam interferir em seu funcionamento e horizontalidade; e

V - auxiliar, excepcionalmente, na condução de atividades relacionadas às formas de cooperação de que trata o art. 5º.

CAPÍTULO IV
DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

Art. 4º É premissa básica de funcionamento da Rede de Evidências Educacionais a inexistência de hierarquia entre todos os membros de que trata o art. 2º.

§ 1º Os direitos de todos e de quaisquer materiais, bens e conhecimentos produzidos no âmbito da Rede de Evidências Educacionais terão caráter coletivo e poderão, a critério da coordenação de cada projeto, ser disponibilizados a seus membros para livre divulgação, desde que para fins não comerciais.

§ 2º A produção de trabalhos no âmbito da Rede de Evidências Educacionais está sujeita à aprovação da Assessoria Estratégica de Evidências, do Gabinete do Ministro, que consultará os demais membros em sua decisão.

Art. 5º As formas de cooperação de que trata a cláusula segunda dos Acordos de Cooperação Técnica, de que trata o § 2º do art. 2º, se aplicam a todos os membros e poderão ser propostas e coordenadas por qualquer um deles, sem necessidade de consulta prévia aos demais, respeitadas as condições elencadas neste artigo.

§ 1º É facultada a qualquer membro da Rede de Evidências Educacionais a proposição de projetos de avaliação e inovação de seu interesse específico e que possa se beneficiar da contribuição dos demais membros.

§ 2º A definição e condução de projetos mobilizadores que envolvam políticas educacionais do Ministério da Educação dependerão de aprovação prévia da Assessoria Estratégica de Evidências Educacionais.

§ 3º É livre a participação dos membros da Rede em projetos e reuniões, exceto nos casos que envolverem informações de natureza restrita.

§ 4º A coordenação de cada projeto será definida entre os membros interessados nas discussões e atividades relacionadas à temática.

§ 5º Caberá ao coordenador do projeto liderar o planejamento e a execução das atividades, bem como zelar pela transparência e divulgação dos resultados nos espaços e eventos de comunicação da Rede de Evidências Educacionais.

§ 6º Quando necessário, os projetos serão financiados pelos membros, de acordo com suas possibilidades, respeitadas as competências específicas e a legislação em vigor.

§ 7º O compartilhamento de informações para fins de contribuição aos projetos deverá ser previamente acordado e respeitará os interesses e os normativos internos de cada membro da Rede de Evidências Educacionais.

§ 8º Em todos os casos, serão observados o direito autoral e a confidencialidade de todos os dados ou informações, inclusive desenhos técnicos, criações, especificações técnicas, marcas, condições comerciais, cursos, programas ou materiais de divulgação institucional de outro membro, e deverão ser informados o crédito da autoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material.

Art. 6º Sempre que necessário, a Rede poderá instituir grupos de trabalho entre os membros participantes e outras instituições para realizarem discussões temáticas.

Art. 7º A participação na Rede de Evidências Educacionais é considerada atividade de relevante interesse público e não será remunerada.

CAPÍTULO V
DAS VEDAÇÕES

Art. 8º É vedado aos membros da Rede de Evidências Educacionais e seus representantes:

I - atuar ou manifestar-se em nome da Rede para fins comerciais;

II - intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse pessoal perante outro membro com o qual tenha estabelecido relacionamento em razão de sua participação na Rede;

III - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão de sua participação na Rede;

IV - impedir ou restringir o acesso a informações públicas por organizações não integrantes da Rede;

V - atuar em desrespeito ao princípio da integridade, faltando com honestidade e objetividade nas atividades da Rede; e

VI - afrontar contra os valores éticos em suas atuações, decisões e vinculações.

CAPÍTULO VI
DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º A Rede de Evidências Educacionais reunir-se-á:

I - em eventos gerais destinados à integração dos membros, ao planejamento, ao compartilhamento ou à avaliação de resultados da Rede, organizados pela Assessoria Estratégica de Evidências, do Gabinete do Ministro de Estado da Educação;

II - em eventos específicos sobre assuntos relevantes à avaliação e inovação no setor público, sugeridos e organizados por qualquer de seus membros; e

III - em reuniões específicas destinadas à condução dos projetos vinculados às formas de cooperação, sugeridas e organizadas pelos respectivos coordenadores.

Parágrafo único. Os eventos da Rede serão amplamente divulgados, pelos respectivos organizadores, nos canais de comunicação próprios e com a antecedência devida, sendo abertos a qualquer membro interessado.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos membros da Rede, coordenados pela Assessoria Estratégica de Evidências, do Gabinete do Ministro de Estado da Educação.

Art. 11. Este Regulamento poderá ser modificado por decisão do Ministério da Educação, consultados os demais membros.

ANEXO II
TERMO DE ADESÃO À REDE DE EVIDÊNCIAS EDUCACIONAIS

O _____ (NOME DO ÓRGÃO), representado por _____ (NOME DA PESSOA), _____ (CARGO), CPF nº _____ e RG nº _____, expedido por _____, resolve firmar o presente TERMO DE ADESÃO À REDE DE EVIDÊNCIAS EDUCACIONAIS, criada por meio da Portaria nº 950, de 14 de setembro de 2018, pelo Ministério da Educação, observado o cumprimento dos seguintes critérios e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a adesão do _____ (NOME DO ÓRGÃO) à Rede de Evidências Educacionais, que abrange órgãos governamentais, instituições do terceiro setor, organizações multilaterais, centros de pesquisa e especialistas que possuem reconhecida atuação nas temáticas de avaliação e inovação em políticas educacionais, com a finalidade de institucionalizar o diálogo e a colaboração entre o Ministério da Educação e instituições/pesquisadores sobre o uso de evidência e inovação para melhorar a educação pública brasileira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO OU DESVINCULAÇÃO DE PARTÍCIPES

Outros órgãos públicos e entidades poderão aderir à Rede de Evidências Educacionais, ou desvincular-se dela, na condição de Partícipes, mediante as condições a seguir:

I - A adesão se dará por meio de assinatura de termo de adesão, encaminhado ao Ministério da Educação, por intermédio da Assessoria Estratégica de Evidências, do Gabinete do Ministro, com posterior comunicação aos demais Partícipes.

II - As condições para a participação na Rede de Evidências Educacionais estão estabelecidas em regulamento próprio, elaborado e aprovado pelos representantes designados pelos Partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente instrumento é celebrado a título gratuito, não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E DEVERES

A assinatura do presente Termo de Adesão implica a assunção de todos os direitos e deveres previstos no Regulamento da Rede de Evidências e que poderão ser detalhados em Acordo de Cooperação Técnica e no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

Os Acordos de Cooperação Técnica da Rede de Evidências Educacionais terão prazos a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, definidos em cada instrumento, podendo ser prorrogados mediante termo aditivo firmado entre os Partícipes originais do Acordo.

Nestes termos, o _____ (NOME DO ÓRGÃO) assina o presente Termo de Adesão em duas vias de igual teor e forma.

Brasília, de de 2018.

(Assinatura do Responsável)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

O Anexo II da Portaria MEC nº 1.527, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 239, de 14 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 69 a 76, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições:

Onde se lê:

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26431 - IFPI					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
701055	Nutricionista-Habilitação	E	1	0983019	-

Leia-se:

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26431 - IFPI					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
701055	Nutricionista-Habilitação	E	1	0983044	-

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.197, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.009245/2017-87/Departamento de Fonoaudiologia/ Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 16/10/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 009/2017, publicado no D.O.U. em 05/05/2017, para a Matéria de Ensino "Audiologia", homologado através da Portaria nº 1.588, de 11/10/2017, publicada no D.O.U. em 16/10/2017, seção 1, páginas 15 e 16.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.198, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.026636/2016-85/Departamento de Odontologia/ Campus Universitário Prof. João Cardoso Nascimento Júnior; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 18/10/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva objeto do Edital nº. 007/2017, publicado no D.O.U. em 31/03/2017, para a Matéria de Ensino "Odontologia Social I e II e Clínica Integrada I e II", homologado através da Portaria nº 1.604, de 11/10/2017, publicada no D.O.U. em 18/10/2017, seção 1, página 49.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.199, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.003073/2016-52/Departamento de Farmácia/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 18/10/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 007/2017, publicado no D.O.U. em 31/03/2017, para a Matéria de Ensino "Farmácia Hospitalar, Assistência Farmacêutica e Farmacoepidemiologia", homologado através da Portaria nº 1.603, de 11/10/2017, publicada no D.O.U. em 18/10/2017, seção 1, páginas 48 e 49.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 35, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Divulga resultado da avaliação dos materiais audiovisuais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2019 - Edital 01/2017/CGPLI.

A DIRETORA DE APOIO ÀS REDES DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 778 de 10 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da avaliação do Material Digital Audiovisual no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019, conforme Edital 01/2017/CGPLI - Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas.

Art. 2º Em atendimento ao Decreto nº 9.099, de 19 de julho de 2017, e ao Edital referido no Art.1º desta Portaria, o resultado da etapa de avaliação pedagógica foi publicado por meio da Portaria nº 30, de 16 de agosto de 2018.

Art. 3º Em conformidade com o item 2.2.4.2do Edital referido no Art.1º desta Portaria, o resultado da avaliação do Material Digital Audiovisual não condiciona a aprovação da coleção.

Art. 4º Em atenção ao item 3.3.1.2.2 do Anexo III do Edital referido no Art.1º desta Portaria, o material audiovisual, foi avaliado por sua relevância para o enriquecimento do trabalho do professor, de forma complementar e coerente com o material impresso.

Art. 5º Segue, nos anexos a esta Portaria, o resultado da avaliação do Material Digital Audiovisual do PNLD 2019.

§ único - Os pareceres que fundamentaram o resultado divulgado nesta portaria estarão disponíveis para acesso no endereço www.simec.gov.br, Módulo Livros, aba avaliação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LOYANE DE SOUSA TAVARES
Substituta

ANEXO I
MATERIAIS DIGITAIS AUDIOVISUAIS APROVADOS

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Arte	0076P19061
Arte	0206P19061
Ciências	0155P19031
Ciências	0228P19031
Geografia	0156P19051
Geografia	0223P19051
Geografia	0225P19051
História	0219P19041
História	0220P19041
Interdisciplinar (História- Geografia)	0152P19366

ANEXO II
MATERIAIS DIGITAIS AUDIOVISUAIS PARCIALMENTE APROVADOS

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Arte	0085P19061
Ciências	0230P19031
História	0157P19041
História	0226P19041
Matemática	0238P19021

ANEXO III
MATERIAIS DIGITAIS AUDIOVISUAIS REPROVADOS

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Interdisciplinar (Ciências - História- Geografia)	0158P19363
Língua Portuguesa	0160P19011
Matemática	0153P19021
Matemática	0159P19021
Matemática	0218P19021

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA N° 619, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201700668	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA (802)	ASSOCIACAO CARIOCA DE ENSINO SUPERIOR (CNPJ: 31886146000100)	RUA VENCESLAU, 192, MÉIER, RIO DE JANEIRO/RJ
2	201701185	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE APOGEU (4588)	APOGEU CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO LTDA - ME (CNPJ: 06929784000113)	ÁREA ESPECIAL 12, 0, LOTE D, SETOR SUL (GAMA), BRASÍLIA/DF
3	201700514	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE NOVA SERRANA (1940)	FUNDACAO EDUCACIONAL FAUSTO PINTO DA FONSECA (CNPJ: 04149536000124)	RUA LÍGIA RODRIGUES, 600, FAUSTO PINTO DA FONSECA, NOVA SERRANA/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 620, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201503858	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA (707)	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA. (CNPJ: 51793826000196)	RUA MIGUEL PETRONI, 5111, CAIXA POSTAL 307, LOTEAMENTO HABITACIONAL SÃO CARLOS 1, SÃO CARLOS/SP
2	201504199	ENFERMAGEM (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA (4450)	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA (CNPJ: 37174034000102)	AVENIDA VISCONDE DE SOUZA FRANCO, 72, , REDUTO, BELÉM/PA
3	201503644	BIOMEDICINA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS (1299)	FUNDACAO EDUCACIONAL DE FERNANDOPOLIS (CNPJ: 49678881000193)	AVENIDA TEOTÔNIO VILELA, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, FERNANDÓPOLIS/SP
4	201616417	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	75 (setenta e cinco)	INSTITUTO SUPERIOR E CENTRO EDUCACIONAL LUTERANO - BOM JESUS - IELUSC (1014)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS/IELUSC (CNPJ: 84685163000145)	RUA MAFRA, 84, , BAIRRO SAGUAÇU, JOINVILLE/SC
5	201503467	MEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (21)	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA (CNPJ: 88630413000109)	AV. IPIRANGA, 6681, , PARTENON, PORTO ALEGRE/RS
6	201503958	ENFERMAGEM (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (13)	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (CNPJ: 88648761000103)	RUA FRANCISCO GETÚLIO VARGAS, 1130, BLOCO A, PETRÓPOLIS, CAXIAS DO SUL/RS
7	201616435	ENGENHARIA AGRÍCOLA (Bacharelado)	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (295)	ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL (CNPJ: 95438412000114)	AVENIDA INDEPENDÊNCIA, 2293, , UNIVERSITÁRIO, SANTA CRUZ DO SUL/RS
8	201616466	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (579)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (CNPJ: 24098477000110)	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO II, CIDADE UNIVERSITÁRIA, AREIA/PB
9	201509710	TERAPIA OCUPACIONAL (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (579)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (CNPJ: 24098477000110)	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
10	201503595	ENFERMAGEM (Bacharelado)	460 (quatrocentas e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA (322)	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA. (CNPJ: 06099229000101)	AVENIDA ARMANDO GIASSETTI, 577, , VILA HORTOLÂNDIA, JUNDIAÍ/SP
11	201503494	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (27)	FUNDACAO COMUNITARIA TRICORDIANA DE EDUCACAO (CNPJ: 25872854000199)	AV. CASTELO BRANCO, 82, , CHÁCARA DAS ROSAS, TRÊS CORAÇÕES/MG

PORTARIA N° 621, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO (Autorização de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201700521	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE (826)	BRASIL EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS SA. (CNPJ: 06004775000111)	BR 040 - KM 16, S/N, LUZIÂNIA, LUZIÂNIA/GO
2	201608468	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO (483)	SOCIEDADE GUARULHENSE DE EDUCACAO (CNPJ: 49073182000110)	RUA DOUTOR SOLON FERNANDES, 155, CAMPUS DE VILA ROSALIA, VILA ROSÁLIA - GUARULHOS, GUARULHOS/SP
3	201606610	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE PASSO FUNDO (1830)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	RUA PAISSANDU, 1200, - DE 1103/1104 A 1527/1528, CENTRO, PASSO FUNDO/RS
4	201607051	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA (4655)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	AVENIDA DOUTOR ARMANDO PANNUNZIO, 1478, JARDIM VERA CRUZ, SOROCABA/SP
5	201701782	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (3617)	SOCIEDADE AMIGOS DA INSTRUCAO DE JATINA - ME (CNPJ: 09801291000191)	RUA CORONEL TRAPIÁ, 202, CENTRO, BELÉM DE SÃO FRANCISCO/PE
6	201702876	LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE BELO HORIZONTE (2233)	BAIAO CONSULTORIA & CONTABILIDADE LTDA - EPP (CNPJ: 73581118000124)	AVENIDA ANTÔNIO CARLOS, 521, 1º AO 4º ANDAR, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
7	201712474	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO (3881)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA - SESST - EPP (CNPJ: 06090271000161)	RUA JOÃO LUIZ DE MELO, 2110, TANCREDO NEVES, SERRA TALHADA/PE
8	201712409	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO (3881)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA - SESST - EPP (CNPJ: 06090271000161)	RUA JOÃO LUIZ DE MELO, 2110, TANCREDO NEVES, SERRA TALHADA/PE
9	201702071	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DOS CARAJÁS (13728)	FACULDADE DOS CARAJAS LTDA - ME (CNPJ: 08907203000178)	FOLHA 32 QD.16 LOTE,, 02, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10	201702070	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DOS CARAJÁS (13728)	FACULDADE DOS CARAJAS LTDA - ME (CNPJ: 08907203000178)	FOLHA 32 QD.16 LOTE,, 02, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
11	201701955	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAL WYDEN (1423)	SOCIEDADE EDUCACIONAL IDEAL LTDA (CNPJ: 02696435000148)	TRAVESSA TUPINAMBÁS, 461, ENTRE AS RUAS MUNDURUCUS E PARIQUIS, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
12	201700612	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DE RIO DO SUL (4157)	INSTITUTO EDUCACIONAL DO ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (CNPJ: 07162848000166)	RODOVIA BR-470, 5.253, - DO KM 140,001 AO KM 140,999 - LADO ÍMPAR, BARRA ITOUPAVA, RIO DO SUL/SC
13	201702621	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES (18628)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA KIICHIRO MURATA, 343/ 359, LOTE 06 E 07, JARDIM IMPERIAL, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
14	201606979	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA (1492)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
15	201701496	DIREITO (Bacharelado)	113 (cento e treze)	FACULDADE PITÁGORAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA (18625)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA JOSÉ DE MELO, 99, CENTRO, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
16	201701122	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO GERALDO (2537)	ESCOLA SAO GERALDO LTDA (CNPJ: 39780655000165)	RUA 13 DE MAIO, 40, SÃO GERALDO, CARIACICA/ES
17	201703077	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE SERGIPE (14622)	ASSOCIACAO DE APOIO A EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SERGIPE - APEC-SE - EPP (CNPJ: 10896955000122)	RUA LARGO DO GLICERINO CERQUEIRA, 387, CENTRO, TOBIAS BARRETO/SE
18	201708986	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU FORTALEZA (14321)	SER EDUCACIONAL S.A. (CNPJ: 04986320000113)	RUA GERMANO FRANCK, 567, PARANGABA, FORTALEZA/CE
19	201700542	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PARNAÍBA (1552)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA (CNPJ: 03190773000176)	BR 343, KM 7,5, FLORIÓPOLIS, PARNAÍBA/PI
20	201702757	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FAVENORTE DE PORTEIRINHA (19555)	SOCIEDADE EDUCACIONAL MATO VERDE LTDA - ME (CNPJ: 06270288000443)	AVENIDA DALTON CUNHA, 851, ELDORADO, PORTEIRINHA/MG
21	201702967	DIREITO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS (3279)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS (CNPJ: 10723648000140)	AVENIDA DOUTOR JOSÉ SEBASTIÃO DA PAIXÃO, S/N, LINDO VALE, RIO POMBA/MG
22	201700827	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE BOA VISTA (18651)	SER EDUCACIONAL S.A. (CNPJ: 04986320000113)	RUA CAPITÃO FRANCO DE CARVALHO, 195, SÃO FRANCISCO, BOA VISTA/RR
23	201702268	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE BOA VISTA (18651)	SER EDUCACIONAL S.A. (CNPJ: 04986320000113)	RUA CAPITÃO FRANCO DE CARVALHO, 195, SÃO FRANCISCO, BOA VISTA/RR

PORTARIA N° 622, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO (Autorização de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201507338	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (21238)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA JOSÉ SCARPELLI SOBRINHO, 0, JARDIM VIVENDAS, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
2	201507319	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (21238)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA JOSÉ SCARPELLI SOBRINHO, 0, JARDIM VIVENDAS, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
3	201701138	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE BELAS ARTES DE SÃO PAULO (22099)	FEBASP ASSOCIACAO CIVIL (CNPJ: 62294053000110)	AVENIDA GISELE CONSTANTINO, 1850, 2º ANDAR E 15º ANDAR, PARQUE BELA VISTA, VOTORANTIM/SP
4	201702617	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE BELAS ARTES DE SÃO PAULO (22099)	FEBASP ASSOCIACAO CIVIL (CNPJ: 62294053000110)	AVENIDA GISELE CONSTANTINO, 1850, 2º ANDAR E 15º ANDAR, PARQUE BELA VISTA, VOTORANTIM/SP
5	201701104	DESIGN GRÁFICO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE BELAS ARTES DE SÃO PAULO (22099)	FEBASP ASSOCIACAO CIVIL (CNPJ: 62294053000110)	AVENIDA GISELE CONSTANTINO, 1850, 2º ANDAR E 15º ANDAR, PARQUE BELA VISTA, VOTORANTIM/SP
6	201701105	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE BELAS ARTES DE SÃO PAULO (22099)	FEBASP ASSOCIACAO CIVIL (CNPJ: 62294053000110)	AVENIDA GISELE CONSTANTINO, 1850, 2º ANDAR E 15º ANDAR, PARQUE BELA VISTA, VOTORANTIM/SP
7	201609686	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE CEAFI (21680)	CENTRO DE ESTUDOS AVANCADOS E FORMACAO INTEGRADA LTDA - ME (CNPJ: 04182760000118)	RUA T 28, 1806, - DE 1171/1172 AO FIM, SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO
8	201609482	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE CENBRAP (21872)	CENBRAP - CENTRO BRASILEIRO DE POS GRADUACOES LTDA (CNPJ: 10660800000192)	AVENIDA QUARTA RADIAL, 1748, Q.207, LT.07, SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA/GO
9	201609483	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE CENBRAP (21872)	CENBRAP - CENTRO BRASILEIRO DE POS GRADUACOES LTDA (CNPJ: 10660800000192)	AVENIDA QUARTA RADIAL, 1748, Q.207, LT.07, SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA/GO
10	201702219	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE ALAGOINHAS (22227)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA LAURO DE FREITAS, 198, CENTRO, ALAGOINHAS/BA
11	201702220	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE ALAGOINHAS (22227)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA LAURO DE FREITAS, 198, CENTRO, ALAGOINHAS/BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12	201701633	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE BRUMADO (22124)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA EUGÊNIA DANTAS ARAUJO, 55, HOSPITAL, BRUMADO/BA
13	201701963	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE BRUMADO (22124)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA EUGÊNIA DANTAS ARAUJO, 55, HOSPITAL, BRUMADO/BA
14	201701645	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE JEQUIÉ (22127)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	AVENIDA FRANZ GEDEON, 485, - DE 326/327 A 1622/1623, JEQUIEZINHO, JEQUIÉ/BA
15	201701663	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE JEQUIÉ (22127)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	AVENIDA FRANZ GEDEON, 485, - DE 326/327 A 1622/1623, JEQUIEZINHO, JEQUIÉ/BA
16	201701643	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE JUIZ DE FORA (22129)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 499, - DE 0011/12 A 679/0680, MANOEL HONÓRIO, JUIZ DE FORA/MG
17	201701727	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE JUIZ DE FORA (22129)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 499, - DE 0011/12 A 679/0680, MANOEL HONÓRIO, JUIZ DE FORA/MG
18	201701113	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE DIREITO 8 DE JULHO (22100)	FACULDADE 8 DE JULHO EIRELI - ME (CNPJ: 24126320000150)	RUA ANTÔNIO ANDRADE, 1190, COROA DO MEIO, ARACAJU/SE
19	201600927	PEDAGOGIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADE DE SANTO ÂNGELO (21537)	SOCIEDADE EDUCACIONAL GUAPORE LTDA - ME (CNPJ: 21669095000100)	RUA DO SEMINÁRIO, S/N, VERA CRUZ, SANTO ÂNGELO/RS
20	201603697	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES (19791)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA AURORA DINIZ CARNEIRO LEÃO, 5.281, CANDEIAS, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
21	201603696	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES (19791)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA AURORA DINIZ CARNEIRO LEÃO, 5.281, CANDEIAS, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
22	201608121	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PITAGORAS DE JACOBINA (19283)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA CORONEL JOÃO VIEIRA, 38, CENTRO, JACOBINA/BA
23	201608120	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PITAGORAS DE JACOBINA (19283)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RUA CORONEL JOÃO VIEIRA, 38, CENTRO, JACOBINA/BA
24	201610193	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE POLIENSINO - FP (21977)	CENTRO UNIVERSITARIO POLIENSINO LTDA - ME (CNPJ: 26134455000193)	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 1340, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
25	201610194	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE POLIENSINO - FP (21977)	CENTRO UNIVERSITARIO POLIENSINO LTDA - ME (CNPJ: 26134455000193)	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 1340, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
26	201610332	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE POLIENSINO - FP (21977)	CENTRO UNIVERSITARIO POLIENSINO LTDA - ME (CNPJ: 26134455000193)	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 1340, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
27	201610192	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE POLIENSINO - FP (21977)	CENTRO UNIVERSITARIO POLIENSINO LTDA - ME (CNPJ: 26134455000193)	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 1340, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
28	201610196	SEGURANÇA PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE POLIENSINO - FP (21977)	CENTRO UNIVERSITARIO POLIENSINO LTDA - ME (CNPJ: 26134455000193)	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 1340, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
29	201602434	AGRONOMIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE POLITÉCNICA DE LONDRINA (21614)	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA (CNPJ: 79265617000199)	AVENIDA CELSO GARCIA CID, 1523, - DE 957/958 AO FIM, NOSSA SENHORA DE LOURDES, LONDRINA/PR
30	201603253	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE POLITÉCNICA DE LONDRINA (21614)	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA (CNPJ: 79265617000199)	AVENIDA CELSO GARCIA CID, 1523, - DE 957/958 AO FIM, NOSSA SENHORA DE LOURDES, LONDRINA/PR
31	201602439	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE POLITÉCNICA DE LONDRINA (21614)	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA (CNPJ: 79265617000199)	AVENIDA CELSO GARCIA CID, 1523, - DE 957/958 AO FIM, NOSSA SENHORA DE LOURDES, LONDRINA/PR

PORTARIA Nº 623, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de penalidade de descredenciamento ao Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), mantido pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321). Processo administrativo de supervisão nº 23709.000248/2016-74.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 315 de 04/04/2018, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 84/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES determina:

Art. 1º A aplicação da penalidade de descredenciamento ao Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), mantido pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), e a desativação de seus cursos, nos termos do art. 73, inciso II, alínea d, do Decreto nº 9.235 de 2017.

Art. 2 Na hipótese de constatação da impossibilidade de transferência dos estudantes para outra instituição, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do(s) curso(s), que será(ão) reconhecido(s) para fins de expedição e registro dos diplomas, nos termos do art. 73, § 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, observado o limite do quantitativo declarado no último Censo da Educação Superior.

Art. 3 O cumprimento, por parte da Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), das seguintes obrigações, nos termos do art. 57 do Decreto nº 9.235, de 2017 e da Portaria nº 315, de 2018.

I - vedação de ingresso de novos estudantes;

II - entrega de registros e documentos acadêmicos aos estudantes no prazo máximo de seis meses.

Art. 4 A responsabilização da Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321) pela guarda e gestão do acervo acadêmico do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, respondendo o seu representante legal, nos termos da legislação civil e penal, inclusive nas hipóteses de negligência ou da utilização fraudulenta do acervo.

Art. 5 Na hipótese de transferência da responsabilidade pela guarda e gestão do acervo acadêmico a outra IES devidamente credenciada, a Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321) deverá encaminhar a esta Secretaria termo de transferência e aceite por parte da IES receptora, na pessoa de seu representante legal, que será integralmente responsável pela guarda dos documentos e registros acadêmicos dos estudantes e dos cursos ofertados pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria nº 315, de 2018.

Art. 6 O encaminhamento, a esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), no prazo de até trinta dias, de informação sobre a localização do acervo acadêmico, a qual deverá constar em seu sítio eletrônico, nos termos da Portaria nº 315, de 2018.

Art. 7 A identificação e o cancelamento imediato, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), mantido pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), de eventuais diplomas expedidos de cuja análise fique evidenciada a sua irregularidade a partir da identificação de uma das seguintes situações, entre outras, que violem o marco regulatório educacional:

a) oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

b) oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES, entre eles o quantitativo de vagas autorizadas para os seus cursos de graduação e o local autorizado para a oferta;

c) terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, na oferta de educação superior;

d) convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior;

e) diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;

f) expedição de diplomas de alunos não declarados no Censo da Educação Superior.

Art. 8 A publicização, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), mantido pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), da lista de eventuais diplomas cancelados com nome, curso, e CPF do discentes no em jornal de grande circulação no estado de origem da IES e em jornal de grande circulação nacional, em jornal local de grande circulação e no sítio eletrônico da IES, devendo tal informação estar disponível em sua página principal pelo período mínimo de doze meses, e o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo de trinta dias, de comprovação do cumprimento desta medida.

Art. 9 Serão considerados regulares apenas os diplomas expedidos e registrados em nome de estudantes que tenham concluído cursos de graduação na IES em conformidade com os dados constantes da declaração do último Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10 A publicização da decisão de descredenciamento, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), mantido pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), no prazo de 15 (quinze) dias, em pelo menos 2 (dois) jornais de grande circulação de sua região, a decisão do descredenciamento imposto por esta SERES/MEC, indicando o responsável pela IES, o telefone e o local de atendimento aos alunos para entrega de documentação acadêmica e demais orientações. Igualmente, no prazo de 5 (cinco) dias da última publicação, deverão apresentar à SERES/MEC os comprovantes dessas publicações a que está obrigada, igualmente sob pena de aplicação de medidas legais cabíveis, nos termos da legislação civil e penal.

Art. 11 A publicização da decisão de descredenciamento, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), mantido pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321),de forma ostensiva e permanente em seu sítio eletrônico pelo período mínimo de seis meses.

Art. 12 A notificação do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), e de sua mantenedora, Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), da presente decisão e da possibilidade de apresentação de recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017.

SILVIO JOSE CECCHI

PORTARIA Nº 624, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o arquivamento dos processos administrativos e a instauração de processos administrativos de supervisão, individualizados, em desfavor da face Faculdade de Fortaleza - FAFOR (cód. 2240) e da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE (cód. 1647), visando a elucidação dos fatos. Processo administrativo de supervisão nº 23000.006537/2010-69.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 315 de 04/04/2018, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 63/2018/CGSO-TECNICOS/DISUP/SERES determina:

Art. 1º - A conclusão dos processos administrativos instaurados em face Faculdade de Fortaleza - FAFOR (cód. 2240) e da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE (cód. 1647), por meio da Portaria nº 739/2010 e da Portaria nº 740/2010, respectivamente, bem como o arquivamento do referido Processo;

Art. 2º - A instauração de processos administrativos de supervisão em desfavor da Faculdade de Fortaleza - FAFOR (cód. 2240) e da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE (cód. 1647), ensejando apurar os indícios de possíveis inconformidade regulatórias, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15/12/2017; e

Art. 3 º - A notificação da Faculdade de Fortaleza - FAFOR (cód. 2240) e da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE da presente decisão.

SILVIO JOSÉ CECCHI

DESPACHO Nº 64, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o arquivamento do procedimento sancionador instaurado no bojo do processo administrativo de supervisão nº 23000.009503/2012-98, nos termos do art. 29 da Portaria nº 315, de 04/04/2018, publicada no Diário Oficial da União de 05/04/2018.

SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 315 de 04/04/2018, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 61/2018/CGSO-TECNICOS/DISUP/SERES determina:

Art. 1º O arquivamento, com fulcro no art. 29 da Portaria nº 315/2018, do processo de supervisão nº 23000.009503/2012-98, instaurado em face da Faculdade de Tecnologia GAP (13716), tendo em vista que o prazo da penalidade aplicada se expirou em 23/03/2018;

Art. 2º A retirada das sinalizações e marcações no sistema e-MEC relacionados ao procedimento sancionador instaurado no bojo do processo nº 23000.009503/2012-98, tendo em vista a necessidade de desbloquear o trâmite regular de processos de regulação de interesse da Faculdade de Tecnologia GAP (13716), do sistema e-MEC.

Art. 3º. A notificação da Faculdade de Tecnologia GAP (13716), da decisão de arquivamento do processo 23000.009503/2012-98.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 1.343, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Documento Avulso nº 23068.051827/2018-30, resolve:

Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 28/09/2018, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 84/2016-R, publicado no DOU de 19/05/2016, homologado conforme Edital nº 156/2016-R, publicado no DOU de 28/09/2016, na parte referente à Área/Subárea: Nutrição/Análise Nutricional de População.

REINALDO CENTODUCATTE

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO N° 16.588, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

ACS - CONTABILIDADE E AUDITORIA S/S - ME

CNPJ: 01.780.693.0001/45

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza unidades federadas a publicar relação de atos normativos conforme o disposto no parágrafo único da cláusula terceira do Convênio ICMS 190/17.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDARIA-CONFAZ, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o §1º do art. 4º e o art. 41 do Regimento do CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS 133/97, de 12 de dezembro de 1997, resolve:

Art 1º Ficam autorizados os Estados do Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, nos termos do parágrafo único da cláusula terceira e parágrafo único da cláusula quarta do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, a publicar no Diário Oficial do Estado, até 31 de julho de 2019, relação com a identificação de atos normativos relativos aos benefícios fiscais, instituída por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, conforme deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 307ª reunião extraordinária, realizada no dia 14 de setembro de 2018, em Brasília, DF, na forma do anexo único desta resolução.

Parágrafo único. Fica estendido até 27 de dezembro de 2019 o prazo para registrar e depositar na Secretaria Executiva do CONFAZ a documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais mencionados no caput deste artigo, inclusive os correspondentes atos normativos, conforme disposição do parágrafo único da cláusula quarta do Convênio ICMS 190/17.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

ANEXO ÚNICO

I - PIAUÍ

Atos	Número	Ementa ou assunto	Dispositivo específico	Publicação DOE	Termo inicial	Observações
5	*355/2009*	*Dispõe sobre as mercadorias beneficiadas pelo Regime Especial de Tributação concedido aos estabelecimentos distribuidores e atacadistas de medicamentos e de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratório.*	*Arts. 1º e 2º.*	*03/07/2009*	*02/07/2009*	
5	*583/2009*	*Altera a Portaria GSF nº 355/09, de 02 de julho de 2009 que dispõe sobre as mercadorias beneficiadas pelo Regime Especial de Tributação concedido aos estabelecimentos distribuidores e atacadistas de medicamentos e de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratório.*	*Arts. 1º e 2º.*	*06/11/2009*	*03/11/2009*	

II - RIO DE JANEIRO

Atos	Número	Ementa Ou Assunto	Dispositivo Específico	Publicação DOE	Termo Inicial	Observações
Lei	6.068/11	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - Fundes e dá outras providências .	Art. 6º	31/10/2011	31/10/2011	

III - RIO GRANDE DO SUL

Atos	Número	Ementa Ou Assunto	Dispositivo Específico	Publicação DOE	Termo Inicial	Observações
Lei	Lei 13.526, de 14/10/2010	Isenção nas saídas internas de pão francês e massa congelada para pão francês	Art. 1º, Inciso III	15/10/2010	15/10/2010	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resolução Normativa	Resolução Normativa 03/2000, de 13/11/2000	Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM-RS (Lei 6.427/72) - Crédito Presumido	-	17/11/2000	13/11/2000	*Revogador*
Decreto	Decreto 36.490, de 06/03/1996	Dispõe sobre o Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul - PRIN/RS - Crédito presumido	-	07/03/1996	07/03/1996	*Retificado em 19/03/1996*
Decreto	Decreto 39.108, de 02/12/1998	Dispõe sobre o Fundo para Investimento e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul - FITEC/RS - Crédito Presumido	-	03/12/1998	03/12/1998	-
Decreto	Decreto 47.676, de 20/12/2010	Dispõe sobre o Fundo para Investimento e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul - FITEC/RS - Crédito Presumido	-	21/12/2010	21/12/2010	-
Decreto	Decreto 48.717, de 20/12/2011	Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul - Crédito Presumido	-	21/12/2011	21/12/2011	-
Decreto	Decreto 48.717, de 20/12/2011	Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul - Crédito Presumido	-	21/12/2011	21/12/2011	-
Decreto	Decreto 53.255, de 17/10/2016	Dispõe sobre os procedimentos para a organização e o funcionamento do Programa de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul - PRÓ-ESPORTE/RS - Crédito Presumido	-	18/10/2016	18/08/2015	*Revogado em 03/10/2017*
Lei	Lei 14.864, de 11/05/2016	Institui a Política Estadual do Biometano, o programa Gaúcho de Incentivo à Geração e Utilização de Biometano - RS-Gás e dá outras providências.	Art. 9º e Art. 10	12/05/2016	12/05/2016	-
Decreto	Decreto 53.172, de 15/08/2016	Institui a Política Estadual do Biometano, o programa Gaúcho de Incentivo à Geração e Utilização de Biometano - RS-Gás e dá outras providências.	Art. 2º	16/08/2016	16/08/2016	
Lei	Lei nº 11.245, de 02/12/1998	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Setor de Metalurgia do Estado do Rio Grande do Sul - FDM/RS	-	03/12/1998	03/12/1998	*Retificado em 09/12/1998*
Lei	Lei nº 14.744, de 24/09/2015	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Setor de Metalurgia do Estado do Rio Grande do Sul - FDM/RS	Art. 14	25/09/2015	25/09/2015	*Revogador*
Decreto	Decreto nº 39.107, de 02/12/1998	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Setor de Metalurgia do Estado do Rio Grande do Sul - FDM/RS	-	03/12/1998	03/12/1998	-

SECRETARIA-EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº46, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Altera o Ato COTEPE/ICMS 26/16, que divulga a relação dos contribuintes credenciados para fins do disposto no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula segunda-A do Protocolo ICMS 55/13, de 22 de maio de 2013, torna público:

Art. 1º Fica revogado o Anexo III do Ato COTEPE/ICMS 26/16, de 27 de outubro de 2016.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 116, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Publica Convênio ICMS aprovado na 307ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 14.09.2018.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 307ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 14 de setembro de 2018, foi celebrado o seguinte ato normativo:

CONVÊNIO ICMS 86/18, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo ao Convênio ICMS 84/18, que autoriza os Estados a concederem isenção do ICMS nas operações internas e interestaduais com medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 307ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 14 de setembro de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica incluído o Estado do Espírito Santo nas disposições do Convênio ICMS 84/18, de 21 de agosto de 2018.

Cláusula segunda Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 84/18, que passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Autoriza os Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins a concederem isenção do ICMS nas operações internas e interestaduais com medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins autorizados a concederem isenção do ICMS nas operações internas e interestaduais com medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, Ana Paula Vitali Janes Vescovi, em exercício; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - Manoel Xavier Ferreira Filho, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - José Luiz Bovo, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luiz Antônio Bins, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Ronaldo Marcílio Santos, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, Sergipe - Ademario Alves de Jesus, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.429, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova a versão 2.0 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e das Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NEBS).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL e o SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 5º do Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, e os arts. 1º e 4º da Portaria Interministerial nº 385, de 29 de novembro de 2012, resolveM:

Art. 1º Ficam aprovadas a versão 2.0 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e a versão 2.0 das Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NEBS), propostas pela comissão de representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), nos termos dos Anexos I e II desta Portaria Conjunta.

§ 1º Os Anexos I e II do Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, ficam substituídos pelos Anexos I e II desta Portaria Conjunta.

§ 2º Os Anexos I e II desta Portaria Conjunta estarão disponíveis no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/nbs-nomenclatura-brasileira-de-servicos-intangiveis-e-outras-operacoes-que-produzam-variacoes-no-patrimonio>, e no sítio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços na Internet, no endereço <http://www.mdic.gov.br/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs-13>.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.820, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

DOUGLAS FINARDI FERREIRA
Secretário de Comércio e Serviços

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.195, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.30 Mercadoria: Cápsula de 500 mg contendo L-Leucina, L-Valina, LIsoleucina, amido, estearato de magnésio e vitamina B6, comercialmente conhecida como BCAA (aminoácidos de cadeia ramificada) em cápsula.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 21.06), RGI 6 (texto da subposição de 1o nível 2106.90) e RGC 1 (texto do item 2106.90.30) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.224, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 0106.49.00 Mercadoria: Vespas endoparasitóides (Cotesia Flavipes), vivas, cultivadas com dieta artificial em laboratório, para controle biológico, comercializadas em copos descartáveis com tampa de polipropileno contendo 500, 750 ou 1.500 vespas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 01.06) e RGI 6 (texto das subposições 0106.4 e 0106.49) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.226, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 7013.99.00 Mercadoria: Vaso de vidro comum, sem conteúdo de chumbo, do tipo utilizado para ornamentação de interiores, com 14 cm de altura e 6 cm de largura.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 70.13) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 7013.9 e da subposição de segundo nível 7013.99.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.227, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8467.89.00 Mercadoria: Compactador de solo manual, não autopropulsado, com motor a gasolina incorporado, do tipo utilizado em obras de construção civil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.67) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8467.8 e da subposição de segundo nível 8467.89.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.228, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8543.70.99 Mercadoria: Dispositivo acoplado a eixos e rotores de colheitadeiras, com função de emitir pulsos elétricos a cada rotação de 360°, detectando a variação do campo magnético de ímãs acoplados ao eixo e enviando o sinal para um módulo eletrônico que irá determinar a quantidade de pulsos/rotações por minuto (RPM), denominado comercialmente de "sensor de rotação".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.43), RGI 6 (texto da subposição 8543.70) e RGC-1 (textos do item 8543.70.9 e do subitem 8543.70.99) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.229, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8543.70.99 Mercadoria: Dispositivo utilizado em eixos e rotores de colheitadeiras, com a função de emitir pulsos elétricos, ao detectar a variação do campo magnético quando um dente da engrenagem passa próximo à superfície de seu ímã interno, enviando o sinal a um microcontrolador, responsável por efetuar a contagem das rotações, denominado comercialmente de "sensor de velocidade".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.43), RGI 6 (texto da subposição 8543.70) e RGC-1 (textos do item 8543.70.9 e do subitem 8543.70.99) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.230, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3917.32.10 Mercadoria: Tubo plano (chato) de plástico flexível, termocontrátil, multicamadas, obtido por extrusão, em que predomina em sua composição o copolímero de etileno, com tensão de ruptura inferior a 27,6 MPa, espessura de 45 micra, apresentado em bobinas com largura de 240 mm, para fabricação de embalagem para carnes e produtos lácteos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 8 do Capítulo 39 e texto da posição 39.17), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 3917.3 e da subposição de 2º nível 3917.32) e RGC 1 c/c RGI 3 b) (Nota 4 do Capítulo 39 e texto do item 3917.32.10) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizada pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.231, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3917.32.10 Mercadoria: Tubo plano (chato) de plástico flexível, termocontrátil, multicamadas, obtido por extrusão, em que predomina em sua composição o copolímero de etileno, com tensão de ruptura inferior a 27,6 MPa, espessura de 45 micra, apresentado em bobinas com largura de 250 mm, para fabricação de embalagem para carnes e produtos lácteos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 8 do Capítulo 39 e texto da posição 39.17), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 3917.3 e da subposição de 2º nível 3917.32) e RGC 1 c/c RGI 3 b) (Nota 4 do Capítulo 39 e texto do item 3917.32.10) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizada pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.232, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3917.32.10 Mercadoria: Tubo plano (chato) de plástico flexível, termocontrátil, multicamadas, obtido por extrusão, em que predomina em sua composição o copolímero de etileno, com tensão de ruptura inferior a 27,6 MPa, espessura de 45 micra, apresentado em bobinas com largura de 220 mm, para fabricação de embalagem para carnes e produtos lácteos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 8 do Capítulo 39 e texto da posição 39.17), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 3917.3 e da subposição de 2º nível 3917.32) e RGC 1 c/c RGI 3 b) (Nota 4 do Capítulo 39 e texto do item 3917.32.10) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizada pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.233, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3917.32.10 Mercadoria: Tubo plano (chato) de plástico flexível, termocontrátil, multicamadas, obtido por extrusão, em que predomina em sua composição o copolímero de etileno, com tensão de ruptura inferior a 27,6 MPa, espessura de 45 micra, apresentado em bobinas com largura de 200 mm, para fabricação de embalagem para carnes e produtos lácteos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 8 do Capítulo 39 e texto da posição 39.17), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 3917.3 e da subposição de 2º nível 3917.32) e RGC 1 c/c RGI 3 b) (Nota 4 do Capítulo 39 e texto do item 3917.32.10) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizada pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.234, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2710.19.99 Mercadoria: Poliolefinas sintéticas líquidas, constituídas principalmente por isômeros do hexadeceno, de fórmula geral C16H32, entre os quais prevalece o 1-hexadeceno, com 68,5%, em peso, com ponto de ebulição inicial de 274°C e ponto final de ebulição de 286ºC, obtidas por oligomerização do etileno, utilizadas para a preparação de fluido de perfuração para poços de petróleo e gás.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 do Capítulo 27 e texto da posição 27.10), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 2710.1 e da subposição de 2º nível 2710.19) e RGC-1 (textos do item 2710.19.9 e do subitem 2710.19.99), da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 130, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 35 II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 10183.726.050/2016-49. declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 17.981.034/0001-07 em nome de Marlene Soares.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 35 II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 10183.720122/2017-25. declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 19.176.069/0001-07 em nome de Edivaldo Rodrigues da Silva.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 35 II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 10010.035796/0417-56. declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 26.838.354/0001-01 em nome de Ezabela Fernanda de Souza.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 35 II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 10183.721873/2017-69. declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 12.759.849/0001-22 em nome de Elizabeth Oliveira de Assis.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 146, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Declara a NULIDADE da CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, em face do disposto no art. 14 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta no dossiê 10010.028935/0818-27, resolve:

Art.1º- declarar NULA a CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO de número B549.5708.A656.A49A, emitida indevidamente em 24/08/2018 em favor do contribuinte ATITUDE REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 05.011.136/0001-10.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 13 DE TEMBRO DE 2018

declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 4º da Portaria DRF/BEL nº 13, de 29 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 31/01/2018, com fundamento no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/07/2018 e considerando ainda o que consta nos autos do processo administrativo nº 10280.721754/2018-99, declara:

Art. 1º CANCELADO o Registro Especial na atividade de GRÁFICA sob o nº GP-02101/00078, concedido mediante o Ato declaratório Executivo nº 0064/2011, de 28 de setembro de 2011, publicado no DOU de 01/11/2011, do estabelecimento abaixo indicado:

GRÁFICA RÁPIDA LTDA

CNPJ: 03.574.406/0001-76

Endereço: Avenida Pedro Miranda, 2199 - Pedreira

CEP: 66085-026 - Belém-PA

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO DOS SANTOS GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

declara o cancelamento do Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 4º da Portaria DRF/BEL nº 13, de 29 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 31/01/2018, com fundamento no inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/07/2018 e considerando ainda o que consta nos autos do processo administrativo nº 10280.721758/2018-77, declara:

Art. 1º CANCELADO o Registro Especial na atividade de GRÁFICA sob o nº GP-02101/00090, concedido mediante o Ato declaratório Executivo nº 0001/2014, de 30 de janeiro de 2014, publicado no DOU de 06/02/2014, do estabelecimento abaixo indicado:

EMPRESA JORNALÍSTICA O DIÁRIO DE CASTANHAL LTDA

CNPJ: 11.999.011/0001-43

Endereço: Rua Comandante Assis, 1972 - Centro

CEP: 68742-425 - Castanhal-PA

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO DOS SANTOS GONÇALVES

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.010, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: LICENÇA DE COMERCIALIZAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARE. PAGAMENTO, CRÉDITO, ENTREGA, EMPREGO OU REMESSA PARA O EXTERIOR. ROYALTIES. TRIBUTAÇÃO. As importâncias pagas, creditadas, entreguem, empregadas ou remetidas a residente ou domiciliado no exterior, em contraprestação pelo direito de comercialização ou distribuição de software, para revenda a consumidor final, o qual receberá uma licença de uso do software, enquadra-se no conceito de royalties e estão sujeitas à incidência de Imposto sobre a Renda na Fonte (IRRF) à alíquota de 15% (quinze por cento). SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 18, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Arts.1º e 2º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998; art. 7º, inciso XII, da Lei nº 9.610, de 2 de fevereiro de 1998; art. 710 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui as pessoas jurídicas, que menciona, do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, conforme Portaria RFB nº 606, de 20 de abril de 2018, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e nos arts. 9º ao 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata a Lei nº 10.684/2003, a pessoas jurídicas listadas abaixo, tendo em vista que até o vencimento da última parcela não houve a liquidação total dos débitos, nos termos do disposto no art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004.

06.572.028/0001-80	FORTBOI COMERCIO LTDA	10380.727951/2018-93
07.542.392/0001-60	GEONORTE ENG. DE SOLOS E FUNDACOES EIRELI	10380.727952/2018-38
07.679.228/0001-07	CIAVEL COMERCIO E INDUSTRIA DE AVES LTDA	10380.727953/2018-82
41.543.497/0001-71	BY BORDEM CASABLANCA COM. DO VESTUARIO LTDA	10380.727958/2018-13
05.311.642/0001-25	PRONTLAV LAVANDERIA LTDA	10380.727956/2018-16
09.524.406/0001-48	MAXIMO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	10380.727959/2018-50
03.259.029/0001-80	TTM PALAS CORRETORA DE SEGUROS, REPRESENTACOES, CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	10380.727961/2018-29
11.744.455/0001-38	INSTITUTO PEDAGOGICO GURI LTDA	10380.727962/2018-73
04.382.181/0001-19	DULUB LUBRIFICANTES LTDA	10380.727963/2018-18
03.276.267/0001-02	TROPICAL MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA	10380.727964/2018-62
73.958.423/0001-92	NEBLINA INDUSTRIA DE MINERACAO LTDA	10380.727965/2018-15
06.606.297/0001-10	TRIGOPAN-COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	10380.727967/2018-04
01.223.698/0001-77	STYLO ALUMINIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	10380.727969/2018-95
11.690.088/0001-37	MAC IMOVEIS LTDA	10380.727970/2018-10
01.302.889/0001-24	DISTRIBUIDORA CBN COMERCIAL E REP. LTDA	10380.727971/2018-64
05.603.014/0001-13	ORGAFAR ORGANIZACAO FARMACEUTICA J E RODRIGUES LTDA	10380.727972/2018-17
000.234.343-68	MAURO MENDES RANGEL	10380.727973/2018-53

Art 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato declaratório Executivo - ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Fortaleza - CE, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1/2007, na rua Barão de Aracati, 909 - 1ª sobre-loja, bairro Meireles, CEP 60115-080 - Fortaleza - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação do recurso, no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO BRUNO TEIXEIRA BEZERRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Concede inscrição no registro especial de controle de papel imune (REGPI) para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições previstas no artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, em consonância com o artigo 11º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, declara:

Art. 1º - Conceder pelo prazo de 03(três) anos a inscrição no REGPI nº GP-07108/00390 - atividade de - gráfica no Registro Especial de Controle de Papel Imune para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos à COLIBRI CULTURAL GRAFICA EIRELI, CNPJ: 17.892.869/0001-90, situada na Rua Comendador Leonardo nº 13, parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.220-390, requeridas no processo eletrônico administrativo nº 11707.720.896/2018-43.

Art. 2º - O presente registro poderá ser cancelado se for verificada uma das hipóteses previstas no artigo 11º da referida Instrução Normativa.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 124, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

declara habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.034330/0818-75, com fulcro nos artigos 2º, inciso IV; 4º, § 1º, inciso I, alínea "a"; 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica EMGS Serviços Geológicos Eletromagnéticos do Brasil Ltda., CNPJ (matriz) nº 07.195.911/0001-60, para atuar como operadora e realizar aquisição e processamento de dados geofísicos eletromagnéticos (CSEM) e magnetotelúricos (MT), metodologias 2D e 3D, em base não exclusiva e com fins comerciais em todas as bacias marítimas brasileiras até 22/05/2020, que não pode ser superior ao prazo disposto no artigo 6º,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 125, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Aplica a sanção administrativa de cancelamento do registro para o exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, e tendo em vista a decisão exarada no processo administrativo nº 15444.720043/2018-09, que aplicou a sanção administrativa de cassação da inscrição de despachante aduaneiro, com base no artigo 76, inciso III, alínea "d" da Lei nº 10.833 de 2003 e no artigo 735, inciso III, alínea "d" do Decreto nº 6.759, de 2009 (Regulamento Aduaneiro), declara:

Art. 1º Cancelada a inscrição do despachante aduaneiro ULYSSES MARTINS SOUSA, CPF 053.103.667-76, inscrito no Registro de Despachantes Aduaneiros sob o nº 7D.01.379, de acordo com o ADE DIANA/7ªRF nº 16, de 13/01/2003, publicado no DOU de 14/01/2003, seção 1, pg. 08.

Art. 2º Vedado ao sancionado o ingresso em local sob controle aduaneiro, sem autorização do titular da unidade jurisdicionante, nos termos do art. 76, § 7° da Lei n° 10.833/2003.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a Situação de Fiscalização em caráter permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência definida pelo parágrafo 2º do artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e à vista do que consta do processo nº 11128.723077/2017-98, declara:

Art. 1º. Fica reconhecida a situação de fiscalização, em caráter permanente, do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX situado na Rua Júlia Ferreira de Carvalho, 65 - bairro Chico de Paula - município de Santos/SP, com área total de 28.522,00 m², administrado por NADIM GANNOUM FERNANDES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.323.690/0001-15.

Art. 2º. O recinto em questão está sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BLUMENAU no uso de suas atribuições nos termos da Portaria SRRF09 nº 08, de 08 de fevereiro de 2013 e, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos artigos 9º a 17º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata a Lei nº 10.684/2003, a pessoas jurídicas listadas abaixo, tendo em vista que até o vencimento da última parcela não houve a liquidação total dos débitos, nos termos do disposto no art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004.

Art. 2º É facultado aos sujeitos passivos, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau/SC, no endereço: Rua Namy Deeke, n.º 40, Centro, Blumenau/SC, CEP 89010-130.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE MOREIRA DE SOUZA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

78.885.217/0001-13	80.482.326/0001-31	75.403.626/0001-48
82.776.972/0001-37	01.961.752/0001-81	01.930.623/0001-26
80.646.177/0001-07		

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Anula inscrição no CNPJ

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, alterada pela Portaria MF nº 331 de 03 de julho de 2018 publicada no DOU de 04 de julho de 2018 e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016:

Artigo 1º. declarar a nulidade das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, com efeito a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de vício para essas inscrições conforme apurado nos respectivos processos administrativos fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE EFEITO
A. E. COMERCIAL E INFORMÁTICA LTDA	12.440.758/0001-20	11089.720288/2018-63	18/08/2010
AMARAL & SOUZA LTDA	11.475.030/0001-70	11089.720285/2018-20	28/12/2009
E C M - COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	11.460.089/0001-95	11089.720299/2018-43	08/01/2010

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

PORTARIA Nº 192, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Delega competência

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos artigos 15 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e suas alterações, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e alterações posteriores, e considerando a conveniência da desburocratização e da descentralização administrativa, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Gestão de Riscos Aduaneiros (Serad) e, em sua ausência ou impedimento, ao Substituto Eventual, para autorizar a realização de operações de transbordo, baldeação, descarregamento ou armazenamento em locais sediados no município de Foz do Iguaçu/PR, indicados pelo Exportador, pela Empresa Comercial Exportadora ou pelo Transportador, nos termos do artigo 6º da IN RFB nº 1.152, de 10 de maio de 2011.

Art. 2º Revogar Portaria ALF/FOZ nº 182, de 16 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 160, de 20 de agosto de 2018.

HIPOLITO JOSE ARRRUDA CAPLAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA- PR, no exercício das atribuições conferidas pelo incio I, alínea "b", do art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 18 e 328 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e face o que consta do Processo Administrativo nº 10930.722021/2018-70, declara:

Art.1º. INSCRITA NO REGISTRO ESPECIAL sob o Nº. GP-09102/00211, o estabelecimento abaixo indicado, que realizava operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas atividades de Gráfica "GP":

MIDIOGRAF PERSONALE - IMPRESSÃO DIGITAL LTDA

CNPJ Nº. 12.541.902/0001-14

RUA DAS INDUSTRIAIS , 223 - BAIRRO CIDADELA

CEP-86.072-100 - LONDRINA-PR

Art.2º. O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB Nº. 1817, de 20 de julho de 2018.

Art.3º. Este Ato declaratório entra em vigor na data da sua publicação e terá validade pelo prazo de 3 (três) anos. A renovação deverá ser requerida no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da sua validade.

ELISABETH VIEIRA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

Cancelamento do Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de DISTRIBUIDOR.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA- PR, no exercício das atribuições conferidas pelo incio I, alínea "b", do art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 18 e 328 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e face ao que consta do Processo Administrativo nº. 10930.721453/2014-30, declara:

Art.1º. CANCELADA O REGISTRO ESPECIAL sob o nº. DP-09102/00203, por motivo de nenhum CNAE do estabelecimento estar contido na relação dos que podem operar como DISTRIBUIDOR de papel imune, artigo 11 alínea III da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018:

ANDERGRAF PRODUÇÃO GRÁFICA E MULTIMÍDIA LTDA - ME

CNPJ Nº. 08.422.188/0001-78

Av. Alziro Zarur, 116- Sala 01 - Bairro San Conrado

CEP-86.038-130 - LONDRINA-PR

Art.2º.Este Ato declaratório entra em vigor na data da sua publicação e caberá recurso ao Delegado da Receita Federal do Brasil DRF/ Londrina -Pr., no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação.

ELISABETH VIEIRA BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 22 DE AGOSTO DE 2018

Cancelamento do Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA- PR, no exercício das atribuições conferidas pelo incio I, alínea "b", do art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto nos artigos 18 e 328 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e face ao que consta do Processo Administrativo nº. 10930.001755/2008-40, declara:

Art.1º. CANCELADA O REGISTRO ESPECIAL sob o nº. GP-09102/00185, por motivo de omissão na entrega da Dif, do estabelecimento abaixo indicado, que realizava operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de Gráfica (GP), Artigo 11 alínea "IV" da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018:

W. M GRÁFICA E EDITORA - ME

CNPJ Nº. 03.395.406/0001-09

RUA DRONGO, 91- CONJ. HAB. VIOLIM

CEP. 86084-720 - LONDRINA-PR

Art.2º.Este Ato declaratório entra em vigor na data da sua publicação e caberá recurso ao Delegado da Receita Federal do Brasil DRF/ Londrina - Pr., no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação.

ELISABETH VIEIRA BARBOSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

SEÇÃO DE CONTROLE DE CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO (SACTA), no uso da competência delegada pelo art. 5º, inc. I, da Portaria ALF/URA/nº 021/2018, de 18 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas interessadas:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11071.720.205/2018-75	RAFAEL BATISTA	036.024.670-23
11077.720.204/2018-21	CIRILO FINH DE CAMPOS NETO	023.597.940-60
11075.720.663/2018-24	ALCEBIADES KARSBURG FILHO	001.923.550-07

Art. 2º. O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior (sistema CAD-ADUANA), para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012, e ADE Coana nº 016, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO LEITE LEAL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 634, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho Estoque da Dívida Pública Federal (DPF), em conformidade com a Portaria n° 214, de 12/03/2018.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n° 285, de 14 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 90 dias o prazo de apresentação, pelo Grupo de Trabalho Estoque da Dívida Pública Federal (DPF), do Relatório Final contendo a descrição das tarefas desenvolvidas, a análise dos dados e das informações, bem como a conclusão com proposição para aprimoramentos e encaminhamentos, conforme previsto no Artigo 6º da Portaria STN n° 214, de 12 de março de 2018, que instituiu o referido Grupo de Trabalho.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 832, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004592/2018-12, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios FIPECqPrev, CNPB nº 2006.0029-29, administrado pela FIPECQ - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 833, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002289/2018-85, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Benefícios A, CNPB nº 1997.0013-65, administrado pela Previ Novartis Sociedade de Previdencia Privada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 838, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002290/2018-18, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios D, CNPB nº 2002.0001-74, administrado pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 841, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002487/2018-49, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários n° 001, CNPB nº 1998.0036-47, administrado pela Faelba - Fundação Coelba de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 847, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002800/2018-49, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001, CNPB nº 1998.0065-65, administrado pela Fundação Cosern de Previdência Complementar - FASERN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 857, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.003186/2018-32 e Juntada 0147664, resolve:

Art. 1º Aprovar o 8º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Fibria Celulose S/A, CNPJ nº 60.643.228/0001-21, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Votorantim Prev, CNPB nº 2005.0067-11, e a entidade Fundação Sen. José Ermírio de Moraes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 858, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.004937/2018-38, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Companhia Jaguari de Energia, CNPJ nº 53.859.112/0001-69, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Santa Cruz Prev, CNPB nº 2007.0030-74, e a entidade BB PREVIDÊNCIA - FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 859, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003043/2018-21, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários - SICOOB Multi Instituido, CNPB nº 2007.0023-29, administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - SICOOB PREVI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 863, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004868/2018-62, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios BentelerPrev, CNPB nº 2008.0011-56, administrado pelo MULTIBRA Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 1.076, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.618946/2018-70, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 92.661.388/0001-90, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de maio de 2018:

I - Redução do capital social em R$ 1.523.000.000,00, alterando-o para R$ 1.170.817.637,71, representado por 887.370.716 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Ressaltar que a redução de capital social descrita no inciso I do artigo 1º somente se tornará efetiva após decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo 174 da Lei n. 6.404, de 1976, contado a partir de 31 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.077, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.618788/2018-58, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ITAÚ SEGUROS S.A., CNPJ n. 61.557.039/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de maio de 2018:

I - Redução do capital social em R$ 1.896.000.000,00, alterando-o para R$ 1.756.138.857,01, representado por 187.410.362 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 182.564.408 ordinárias e 4.845.954 preferenciais; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Ressaltar que a redução de capital social descrita no inciso I do artigo 1º somente se tornará efetiva após decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo 174 da Lei n. 6.404, de 1976, contado a partir de 31 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 25, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

A Secretária de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, substituta, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

ANDREA PEREIRA MACERA

ANEXO

PROPOSTAS Nº 060/17, 022/18, 023/18 e 035/18 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR

As Portarias Interministeriais MDIC/MCTIC nºs 57 e 58, de 2 de agosto de 2017, passam a ter as seguintes alterações:

A) Alterar o cronograma estabelecido no inciso V do Art. 1º, que estabelece o percentual de circuitos integrados de memórias, conforme a seguir:

DE:

Art. 1º .....

V - fabricação dos circuitos integrados de memórias conforme seu respectivo processo produtivo básico, de acordo com o seguinte cronograma:

2016	2017	2018	2019 em diante
30%	30%	50%	60%

PARA:

"Art. 1º .....

V - fabricação dos circuitos integrados de memórias conforme seu respectivo processo produtivo básico, de acordo com o seguinte cronograma:

2016	*2017*	*2018*	*2019*	*2020 em diante*
30%	*30%*	*50%*	*50%*	*60%*

..... " (NR)

B) Alterar a redação do inciso VII ao Art. 2º, conforme a seguir:

DE:

Art. 2º (...)

.....

VII - Excepcionalmente para o ano de 2017, os fabricantes ficam dispensados do cumprimento do inciso V do art. 1º, desde que invistam em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) num percentual adicional, de 1,4% (um inteiro e quatro décimos por cento), em relação ao previsto pela legislação, para cada 900.000 (novecentas mil) unidades, de forma proporcional.

PARA:

"Art. 2º (...)

.....

VII - Excepcionalmente para o ano de 2017 e 2018, os fabricantes ficam dispensados do cumprimento do inciso V do art. 1º, desde que invistam em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) num percentual adicional, de 1,4% (um inteiro e quatro décimos por cento), em relação ao previsto pela legislação, para cada 900.000 unidades, de forma proporcional.

....." (NR)

C) Incluir o §11 ao Art. 2º, para estender o prazo para cumprimento do limite residual do ano de 2018, exclusivamente para bateria, conforme a seguir:

"Art. 3º (...)

.....

§ 11. Excepcionalmente para o ano de 2018, e alternativamente ao estabelecido pelo § 1º deste artigo, a empresa poderá cumprir até 31 de dezembro de 2019, para baterias (inciso III do art. 1º), a diferença residual quantitativa limitada a 150.000 unidades." (NR)

D) Alterar a redação do §3º do Art. 6º, conforme a seguir:

DE:

§ 3º O limite máximo para o intercâmbio é de 10% (dez por cento) da obrigação mínima constante no art. 1º.

PARA:

"Art. 6º (...)

.....

§ 3º A partir do ano de 2018, o limite máximo para o intercâmbio é de 20% (vinte por cento) da obrigação mínima constante no art. 1º, enquanto que, para carregadores e baterias, este percentual é de 10% (dez por cento).

E) Alterar a redação do Art. 7º, conforme a seguir:

DE:

Art. 7º Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicionais ao exigido pela legislação, a que se refere esta Portaria, deverão ser aplicados em projetos previamente aprovados pela Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - SEPIN/MCTIC, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) destes investimentos adicionais deverão ser realizados sob a forma de convênio com centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino credenciadas pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, assim definido no art. 27 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

§ 1º Os projetos de P&D executados pelas empresas deverão estar enquadrados nas linhas temáticas prioritárias estabelecidas pelo CATI, definidas para o setor de tecnologias da informação e comunicação e inovação.

§ 2º A aprovação prévia dos projetos pela SEPIN/MCTIC não implica em aceitação automática nos mesmos.

§ 3º A SEPIN/MCTIC será responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos.

§ 4º Os resultados da execução dos projetos serão comprovados quando da apresentação do Relatório Demonstrativo Anual de que trata o art. 33 do Decreto nº 5.906, de 2006.

§ 5º Para efeito da aplicação dos investimentos em P&D adicionais, serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário, os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março do ano subsequente.

§ 6º Todas as demais condições deverão estar em conformidade com Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações, e Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

§ 7º A base de cálculo dos investimentos adicionais estabelecidos nesta Portaria, quando não expressamente indicado, é o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, dos terminais portáteis de telefonia celular, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados, no ano-calendário.

PARA:

Art. 7º Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicionais ao exigido pela legislação, a que se refere esta Portaria, deverão ser aplicados em Programas e Projetos de Interesse Nacional nas Áreas de Tecnologias da Informação e Comunicação (PPIs) considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º Para efeito da aplicação dos investimentos em P&D adicionais, serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário, os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março do ano subsequente.

§ 2º Todas as demais condições deverão estar em conformidade com Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações, e Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

§ 3º A base de cálculo dos investimentos adicionais estabelecidos nesta Portaria, quando não expressamente indicado, é o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, dos terminais portáteis de telefonia celular, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados, no ano-calendário.

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

A Secretária de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, substituta, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de CARTUCHOS QUÍMICOS DE CARVÃO ATIVADO INDICADOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mct.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

ANDREA PEREIRA MACERA

ANEXO

PROPOSTA Nº 030/2016 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE CARTUCHOS QUÍMICOS DE CARVÃO ATIVADO INDICADOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL:

I. ETAPAS PRODUTIVAS PROPOSTAS

I - carbonização e ativação das matérias-primas (carvão ativado);

II - injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) das partes plásticas;

III - extrusão, corte do não tecido de retenção, quando aplicável;

IV - corte da manta de não tecido de retenção;

V - soldagem ultrassônica do não tecido de retenção na base;

VI - soldagem ultrassônica do não tecido de retenção na tampa;

VII - corte, dobra, colagem e montagem da embalagem individual e coletiva, quando aplicável

VIII - impressão e corte das etiquetas, quando aplicável;

IX - montagem do cartucho químico, composto de base, carvão ativado e tampa;

X - aplicação da etiqueta com dados do produto;

XI - teste do cartucho químico;

XII - selagem da embalagem; e

XIII - empacotamento.

II. CONDICIONANTES:

A) Todas as etapas acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as etapas I e III que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

B) Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes as etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas constantes dos incisos X, XI, XII, XIII e XIV que não poderão ser terceirizadas.

C) Ficam dispensados os cumprimentos das etapas constantes dos incisos I e III, desde que a empresa opte pela aplicação de 0,06% (seis centésimos por cento) do faturamento incentivado bruto anual, aplicado de forma proporcional, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização, em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) na Amazônia Ocidental ou Amapá, mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou mediante a formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e no Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 49, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Portaria nº 23, de 14 de julho de 2011, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, incisos I e XIX, do Anexo I ao Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em vista o constante nos autos do processo administrativo nº 52100.101709/2018-34, resolve:

Art. 1º O item V do Anexo IV da Portaria nº 23, de 14 de julho de 2011, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"V - PRODUTOS AUTOMOTIVOS SUJEITOS AO ACORDO SOBRE A POLÍTICA AUTOMOTIVA COMUM BRASIL-ARGENTINA - A habilitação para a importação de autopeças destinadas à produção de tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas e rodoviárias autopropulsadas com redução do imposto de importação ao montante equivalente à aplicação da alíquota de oito por cento, prevista no art. 7º do Acordo sobre a Política Automotiva Comum firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina (anexo ao 38º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14, internalizado na ordem jurídica nacional pelo Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008), deverá observar os procedimentos previstos no art. 6º da Portaria nº 160, de 22 de julho de 2008, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a saber:

a) A solicitação de habilitação será efetuada mediante preenchimento e envio de formulário eletrônico acessível via Portal Siscomex (www.siscomex.gov.br) e estará condicionada à:

a.1) regularidade com o pagamento de impostos e contribuições sociais federais; e

a.2) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

b) As empresas fabricantes de autopeças deverão apresentar declaração firmada pelos representantes legais da empresa afirmando que mais de vinte e cinco por cento do valor de seu faturamento líquido anual é decorrente de venda de bens de sua produção destinados à montagem e à fabricação dos "Produtos Automotivos", e/ou ao mercado de reposição de autopeças.

b.1) No caso de empresas com menos de um ano de funcionamento, será admitida declaração contendo previsão de faturamento, consoante critérios estabelecidos na alínea anterior.

b.2) Na hipótese de a empresa possuir mais de um estabelecimento, a declaração ou previsão de faturamento líquido anual deverá ser relativa a cada uma das unidades incluídas no pedido de habilitação;

c) A habilitação será efetivada por meio da inserção CNPJ da empresa no SISCOMEX para utilização do regime de tributação 4 e fundamento legal 97, denominado "AUTOPEÇAS P/ PRODUÇÃO TRATORES, COLHEITADEIRAS, MÁQ.AGRÍC E RODOV. AUTOPROPULSADAS (38ºPROT.ADIC.AO ACE 14-ART.7º ANEXO).";

d) As empresas habilitadas ficam obrigadas a comunicar ao DECEX, na forma definida no art. 257, a ocorrência de qualquer alteração dos dados informados na solicitação para a habilitação ou das condições comprovadas pelos documentos a que se referem as alíneas a.1 e a.2; e

e) Conforme disposto no § 7º do art. 6º da Portaria MDIC nº 160, de 2008, os tratamentos fiscais previstos no Acordo sobre a Política Automotiva Comum para a importação de autopeças de extrazona não poderão ser usufruídos cumulativamente com outros de mesma natureza." (NR) Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 27 de setembro de 2018.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 254, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59052.000790/2017-17, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previstos no art. 3º da Portaria n. 2, de 4 de janeiro de 2018, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Governo do Estado de Minas Gerais - MG, para ações de Defesa Civil, para até 08/01/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.426, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57435, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por OSIAS DOS SANTOS FILHO, inscrito no CPF sob o nº 328.785.597-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.427, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54321, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MOACYR SCHLECHT RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 216.935.607-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.428, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55598, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de AÉCIO PINTO GOMES, filho de LETICE PINTO GOMES, formulado por MARIA DA PAZ TORRES PINTO, inscrita no CPF sob o nº 142.293.584-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.429, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55652, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de DOMÍNGOS APARECIDO BISSOLI, filho de ADELINA S. BISSOLI, formulado por MARILZA HELENA BISSOLI MEDEIROS, inscrita no CPF sob o nº 045.526.281-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.430, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54849, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de LUIZ CARLOS FONTES PINTO, filho de ANGELINA FONTES PINTO, formulado por MARINA IZABEL LEITE, inscrita no CPF sob o nº 800.314.207-53.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.431, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54842, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JACY DE SOUZA, filho de LEONINA DE SOUZA, formulado por NEUSA BARBOSA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 403.381.857-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.432, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55544, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de NOEL MAGNO DE MENDONÇA, filho de MARIA FERREIRA DE MENDONÇA, formulado por CARMEN PEREIRA DE MENDONÇA, inscrita no CPF sob o nº 529.070.747-68.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.433, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.18557, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ GARCIA, filho de GENI ALVES FERREIRA, formulado por HILDA TEREZA PEREIRA GARCIA, inscrita no CPF sob o nº 138.425.658-01.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.434, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55437, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ABELARDO MANSILHA, filho de MARIA DAS NEVES MANSILHA, formulado por CLARICE FRANCO DE MORAES, inscrita no CPF sob o nº 139.843.811-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.435, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54132, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de MILTON NUNES, filho de ALZINA MARIA DOS REIS NUNES, formulado por MARIA APARECIDA SANTORO NUNES, inscrita no CPF sob o nº 742.000.037-91.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.436, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08980, resolve:

Desprover o Recurso, e indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ADIMAR DE SOUSA DINIZ, filho de ANA BORGES DINIZ.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.437, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08511, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ARISTIDES MIGUEL DENICOL, inscrito no CPF sob o nº 017.835.990-49, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.438, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 25 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07128, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JULIA BATISTA DE BARROS, inscrita no CPF sob o nº 019.976.884-68, em nome de JOSÉ CONDESMAR DE BARROS post mortem, filho de MINERVINA RODRIGUES DE BARROS, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.439, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 25 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06297, resolve::

Desprover o Recurso interposto por SEBASTIÃO FRANCISCO DA SILVA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 274.254.447-04, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.440, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 25 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06565, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOÃO CLESIO SALES MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 034.174.332-15, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.441, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 5ª Sessão Plenária, realizada no dia 25 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06713, resolve:

Desprover o Recurso interposto por VERONICA SIQUEIRA CAMPOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 603.246.357-53, em nome de JUAREZ SIQUEIRA CAMPOS post mortem, filho de OPHELIA DE SIQUEIRA CAMPOS, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.442, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09201, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ANTONIO RICARDO RODRIGUES GUIMARÃES, inscrito no CPF sob o nº 217.781.914-87, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.443, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54646, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por TELMO LIMA MARINHO, inscrito no CPF sob o nº 039.468.512-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.444, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10277, resolve:

Desprover o Recurso interposto por RAIMUNDO SANTOS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 064.189.455-49, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.445, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09466, resolve:

Desprover o Recurso interposto por EDUARDO GUIMARÃES, inscrito no CPF sob o nº 174.860.506-25, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 1.171. Ato de Concentração n° 08700.004422/2018-14. Requerentes: Elfa Medicamentos S.A. e Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda. Advogados: Paulo Leonardo Casagrande, Ana Paula Paschoalini, José Eduardo Gomes da Silva e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.173. Ato de Concentração nº 08700.004030/2018-47. Requerentes: São Francisco Sistema de Saúde Empresária Ltda. e Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Paulo Eduardo de Campos Lilla e outros.

Acolho o Parecer nº 8/2018/CGAA2/SGA1/SG, de 14 de setembro de 2018, e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 1.176. Ato de Concentração nº 08700.004901/2018-22. Requerentes: Fras-Le S.A. e Jofund S.A. Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Ademir Antonio Pereira Júnior e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 268 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, a pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:
MOHAMMED HAFIZ ISSI - G298327-S, natural de Gana, nascido em 15 de maio de 2011, filho de Issu Mohammed e de Lubabatu Iddrisu, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.020004/2017-73).

Nº 269 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, a pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:
EDMUNDO DAMIAN FAINBRUM - Y047417-6, natural da Argentina, nascido em 20 de janeiro de 1951, filho de Moises Fainbrum e de Alba Hebe Electra Pochat, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.043378/2017-85).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Considerando que o presente requerimento foi protocolado sob a vigência da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e que todos as condições ali previstas foram observadas, DEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência formulado pela nacional portuguesa, CACILDA GOLÇALVES, na forma do art. 3º da referida Resolução. Processo nº 08460.017833/2017-51 - CACILDA GONÇALVES

Considerando que o presente requerimento foi protocolado sob a vigência da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e que todos as condições ali previstas foram observadas, DEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência formulado pela nacional de Portugal, ANTONIO LAGOAS FERREIRA, na forma do art. 3º da referida Resolução. Processo nº 08460.011059/2017-74 - ANTONIO LAGOAS FERREIRA

Determino o arquivamento do processo, nos termos do art. 52 da lei 9.784/99, tendo em vista a perda do objeto, uma vez que o interessado obteve a convalidação da sua permanência, conforme a RN 97/12 do CNIG. Processo nº 08451.006898/2017-80 - LOUINER MICHAUD

Considerando que o interessado efetuou registro posterior ao presente pedido, com amparo no art. 14, I, alínea c, da Lei 13.445/2017, conforme consulta realizada no Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros - SINCRE (7105680), o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional, determino o ARQUIVAMENTO do processo, nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99. Processo nº 08506.010618/2017-55 - YLRIC VIL

INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista que o estrangeiro não preenche os requisitos da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração. Processo nº 08420.013561/2017-96 - FERNANDO DUARTE DA COSTA

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe
Substituto

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 159, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Filme: OPERAÇÃO OVERLORD (OVERLORD, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): J.J. Abrams/Lindsey Weber
Diretor(es): Julius Avery
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação/Suspense
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência Extrema e Conteúdo impactante
Processo: 08000.033229/2018-70
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Coletânea de Curtas: PIXAR SHORT FILMS COLLECTION - VOLUME 3 (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Pixar Animations Studios
Diretor(es): Domee Shi/Dave Mullins/Alan Barillaro/Sanjay Patel
Distribuidor(es): RIMO ENTERTAINMENT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08000.034334/2018-26
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O MANICÔMIO (HEILSTATTEN, Alemanha - 2017)
Produtor(es): Marie Ebenhan/Daniel Funke/Sven Jenuwein
Diretor(es): Michael David Pate
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034443/2018-43
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O PARQUE DO INFERNO (HELL FEST, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Alex Ginno/Gale Anne Hurd/Ben Rogerts/Outros
Diretor(es): Gregory Plotkin
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034445/2018-32
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CANO SERRADO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Christian de Castro/Edu Felistoque
Diretor(es): Erik de Castro
Distribuidor(es): H20 FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Policial
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001138/2018-96
Requerente: BSB CINEMA PRODUÇÕES LTDA. - ME

Filme: CANDEIA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Luiz Antonio Pilar
Diretor(es): Luiz Antonio Pilar
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001154/2018-89
Requerente: LAPILAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

Programa: EISENBAHN MESTRE CERVEJEIRO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Endemol Shine Brasil Produções Ltda.
Diretor(es): Cassia Dian Xavier
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Reality Show
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001169/2018-47
Requerente: ENDEMOL SHINE BRASIL PRODUÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Filme: TINTA BRUTA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Filipe Matzembacher/Jessica Luz/Marcio Reolon
Diretor(es): Filipe Matzembacher/Marcio Reolon
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito , Violência e Nudez
Processo: 08017.001188/2018-73
Requerente: VITRINE FILMES

Série: BIA DESENHA (Brasil - 2018)
Episódio(s): 1 A 13
Produtor(es): REC Produtores Associados
Diretor(es): Neco Tabosa
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001198/2018-17
Requerente: REC PRODUTORES ASSOCIADOS

Filme: ARIDEZ: METAL MUITO ALÉM DO FIM DO MUNDO (Brasil - 2017)
Produtor(es): B&T Audiovisual
Diretor(es): Erick Miranda Gomes
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001210/2018-85
Requerente: MAGNO & MAGNO LTDA ME

Trailer: A ESPOSA (THE WIFE - 2017)
Produtor(es): Claudia Bluemhuber
Diretor(es): Bjorn Runge
Distribuidor(es): RJ DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001253/2018-61
Requerente: RJ DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: MOACIR (MOACIR III, Argentina / Brasil - 2018)
Produtor(es): Tomas Lipgot/Sergio Roizenblit
Diretor(es): Tomas Lipgot
Distribuidor(es): MIRAÇÃO FILMES
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001257/2018-49
Requerente: Miração Filmes Ltda.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 160, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Título: SPINTIRES: MUDRUNNER - AMERICAN WILDS EDITION (Rússia - 2018)
Produtor(es): FOCUS HOME INTERACTIVE
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Simulação
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001173/2018-13
Requerente: FOCUS HOME INTERACTIVE

Título: WRECKFEST (Áustria - 2018)
Produtor(es): THQ NORDIC GMBH
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001236/2018-23
Requerente: THOMAS REISINGER

Título: BRAWLHALLA (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): UBISOFT
Distribuidor(es): Ubisoft
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Luta
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001242/2018-81
Requerente: ANDRES CHIRINO

Título: 8 TO GLORY - THE OFFICIAL GAME OF THE PBR (Áustria - 2018)
Produtor(es): THQ NORDIC GMBH
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001249/2018-01
Requerente: THOMAS REISINGER

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve:

Despacho nº 171/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.029256/2015-03
Filme: "JECA MACUMBEIRO "
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Emissora: Fundação Nossa Senhora Aparecida (TV Aparecida)

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "JECA MACUMBEIRO" com autoclassificação "livre", conforme requerimento protocolado em 29 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibid, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "JECA MACUMBEIRO" e classificá-la como "não recomendado para menores de doze anos" por conter violência e drogas lícitas, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

Despacho nº 169/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.034332/2018-37
Filme: "O PREDADOR " - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos

CONSIDERANDO que o requerente entrou com pedido de reconsideração de classificação indicativa da obra "O PREDADOR", protocolado em 13 de setembro de 2018, com a pretensão de não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos.

CONSIDERANDO que a obra foi classificada como "não recomendado para menores de dezoito anos" por conter violência extrema, linguagem imprópria e drogas lícitas, conforme publicação no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2018, por meio da Portaria 158, seção I, páginas 181/182.

CONSIDERANDO que, após nova análise, constatou-se que o contexto fantasioso da obra se sobressai à violência apresentada, conforme atenuante presente no Guia Prático de Classificação Indicativ, resolve:

Deferir o pedido de reconsideração do filme "O PREDADOR", alterando sua classificação para "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos", reiterando a importância para a obra dos blocos temáticos de violência extrema, linguagem imprópria e drogas lícitas.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Despacho nº 170/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000336/2017-51
Título: GWENT: THE WITCHER CARD GAME
O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO o pedido de revisão pelo requerente da obra "GWENT: THE WITCHER CARD GAME" quanto ao conteúdo inadequado apresentado na obra, classificada em 2017.

CONSIDERANDO a possibilidade de reanálise da obra em seu inteiro teor, com conteúdo adicional ao que fora previamente analisado em trechos do jogo em víde, resolve:

em nova análise da obra, determinar a revisão da respectiva classificação para "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos", por conter "Violência".

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA
Diretor

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.211, DE 20 JULHO DE 2018

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Centro, Opção IV, nova) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Palhoça.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 52873, NUP-SEI 25000.115319/208-05, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Centro, Opção IV, nova) localizada no Município de Palhoça (SC).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.644.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Palhoça (SC), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Palhoça, IBGE 421190, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o art. 2° tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor do repasse anual	Gestão	Proposta
SC	Palhoça	421190	9010459	Opção IV	05 (médicos)	82.68	25000.115319/2018-05	R$ 1.644.000,00	Municipal	52873

PORTARIA Nº 2.871, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PI	TERESINA	FUNDO DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI	06206659000118001	164.940,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			1 PROPOSTAS	164.940,00		

PORTARIA Nº 2.872, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PA	ALMEIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000218540201800	32600001	80.000,00	80.000,00	10122201545250015
TOTAL			1 PROPOSTAS			80.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.873, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000118010	952.880,00	0000	10302201520R40001
CE	FORTALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11621453000118007	459.140,00	0000	10302201520R40001
PI	TERESINA	FUNDO DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI	06206659000118012	199.950,00	0000	10302201520R40001
PI	TERESINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA	11273170000118004	199.940,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			4 PROPOSTAS	1.811.910,00		

PORTARIA Nº 2.874, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	CARIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIDADE	36000216424201800	37780002 37780020	100.000,00 400.000,00	500.000,00	10122201545250023 10122201545250023
CE	CRATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRATEUS CE	36000216554201800	37780003	200.000,00	200.000,00	10122201545250023
PA	PEIXE-BOI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEIXE - BOI	36000218681201800	32600001	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
TO	RECURSOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RECURSOLANDIA	36000218674201800	26900005	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TOTAL			4 PROPOSTAS			1.020.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.875, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000118008	80.000,00	0000	10302201520R40001
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000118009	530.000,00	0000	10302201520R40001
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	05816630000118008	1.200.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			3 PROPOSTAS	1.810.000,00		

PORTARIA Nº 2.876, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	11502413000118011	27260001	299.970,00	299.970,00	10301201585810027
GO	SERRANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRANOPOLIS	12251090000118004	28330016	190.000,00	190.000,00	10301201585810052
PR	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICPO DE TURVO	09354277000118003	30410012	99.960,00	99.960,00	10301201585810041
TOTAL			3 PROPOSTAS			589.930,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.877, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370229000118003	36400002	726.000,00	726.000,00	10301201585810012
BA	MEDEIROS NETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO MEDEIROS NETO	10831179000118001	31660001	663.000,00	663.000,00	10301201585810029
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11315213000118001	28340003	725.000,00	725.000,00	10301201585810052
RO	ESPIGAO D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO DO OESTE (FMS)	23109604000118001	24200008	726.000,00	726.000,00	10301201585810011
TOTAL			4 PROPOSTAS			2.840.000,00	

PORTARIA Nº 2.878, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	FEIRA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FEIRA DE SANTANA	08576590000118006	690.000,00	0000	10302201520R40001
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	05816630000118020	690.000,00	0000	10302201520R40001
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	05816630000118021	690.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			3 PROPOSTAS	2.070.000,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.879, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RN	JUNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034776000118002	24090008	131.285,00	131.285,00	10301201585810024
SC	FRAIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO	10496741000118005	29250001	149.988,00	149.988,00	10301201585810042
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13799876000118002	25340004 33600007	149.976,00 150.000,00	299.976,00	10301201585810035 10301201585810035
TOTAL			3 PROPOSTAS			581.249,00	

PORTARIA Nº 2.880, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma NEONATAL.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PA	BREVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17298800000118008	440.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			1 PROPOSTAS	440.000,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.881, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RODRIGUES ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11591240000118002	447.285,00	0000	10301201585810001
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	12415300000118004	455.725,00	0000	10301201585810001
PA	BARCARENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARCARENA	12710978000118006	460.545,00	0000	10301201585810001
PA	ITUPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11851575000118010	460.550,00	0000	10301201585810001
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000118007	460.540,00	0000	10301201585810001
TOTAL			5 PROPOSTAS	2.284.645,00		

PORTARIA Nº 2.924, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000118002	105.600,00	0000	10303201565160001
PB	JOAO PESSOA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA PARAIBA - FESEP	03609595000118003	104.960,00	0000	10303201565160001
PI	TERESINA	FUNDO DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI	06206659000118011	105.000,00	0000	10303201565160001
RN	NATAL	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO RIO GRANDE DO NORTE	14031955000118006	150.000,00	0000	10303201565160001
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00733062000118006	140.000,00	0000	10303201565160001
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	80673411000118005	105.000,00	0000	10303201565160001
TO	PALMAS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO TOCANTINS	13849028000118003	104.990,00	0000	10303201565160001
TOTAL			7 PROPOSTAS	815.550,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.925, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	MARACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219087201800	27390007	540.040,00	540.040,00	10122201545250029
TOTAL			1 PROPOSTAS			540.040,00	

PORTARIA Nº 2.926, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	MARACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219085201800	60.000,00	27390007	60.000,00	10122201545250029	2493799	60.000,00
TOTAL			1 PROPOSTAS	60.000,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.927, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	TARAUACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARAUACA	11507430000118005	29140008	539.800,00	539.800,00	10301201585810012
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO GRANDE	11844616000118009	26760004	84.700,00	84.700,00	10301201585810016
GO	PIRENOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRENOPOLIS	11409678000118004	37210009	149.970,00	149.970,00	10301201585810052
MG	RUBELITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBELITA	11759447000118003	36820020	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
SP	MORRO AGUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO AGUDO	11833991000118011	38660006	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
TOTAL			5 PROPOSTAS			1.014.470,00	

PORTARIA Nº 2.928, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MT	MIRASSOL D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11240344000118001	37920006	398.660,00	398.660,00	10302201585350051
TOTAL			1 PROPOSTAS			398.660,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.929, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	CONDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000218974201800	38400001	50.000,00	50.000,00	10122201545250043
SP	PIRATININGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRATININGA	36000218985201800	25170006	200.000,00	200.000,00	10122201545250035
TOTAL			2 PROPOSTAS			250.000,00	

PORTARIA Nº 2.930, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JIJOCA DE JERICOACOARA	36000216609201800	511.933,00	37780020 37780003	11.933,00 500.000,00	10122201545250023 10122201545250023	6556809 6556809	11.933,00 500.000,00
CE	TAMBORIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAMBORIL	36000216256201800	500.000,00	37780020 37780002	200.000,00 300.000,00	10122201545250023 10122201545250023	2479273 2479273	200.000,00 300.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000206824201800	150.000,00	19860013	150.000,00	10122201545250043	2246961	150.000,00
TO	PALMEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIROPOLIS	36000176838201800	156.271,00	29180001	156.271,00	10122201545250017	6537561	156.271,00
TOTAL			4 PROPOSTAS	1.318.204,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.931, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PI	MIGUEL ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIGUEL ALVES PI	11586541000118012	11680007	71.419,00	71.419,00	10301201585810022
SP	SANTA GERTRUDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13879576000118005	15680012	299.999,00	299.999,00	10301201585810035
TOTAL			2 PROPOSTAS			371.418,00	

PORTARIA Nº 2.932, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13167503000118004	34870009	199.048,00	199.048,00	10301201585810029
MG	CORONEL PACHECO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL PACHECO - MG	13889387000118006	27650004	199.998,00	199.998,00	10301201585810031
SP	DRACENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13890575000118005	30940004	353.050,00	353.050,00	10301201585810035
SP	PARAIBUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBUNA	13788373000118010	30890009 37590001	136,00 350.000,00	350.136,00	10301201585810035 10301201585810035
TOTAL			4 PROPOSTAS			1.102.232,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.182, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 019, realizada em 28 de agosto de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

RENATO ALENCAR PORTO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Euromed Comércio e Importação Ltda
CNPJ: 02.769.002/0001-75
Processo: 25351.914764/2016-00
Expediente: 1756766/16-9
Processo: 25351.649650/2011-78
Expediente: 1756667/16-3
Processo: 25351.912665/2016-13
Expediente: 1690274/16-2
Processo: 25351.469271/2012-88
Expediente: 1691987/16-4
Processo: 25351.919103/2016-19
Expediente: 1690277/16-7
Processo: 25351.315861/2012-89
Expediente: 1691878/16-9
Processo: 25351.912674/2016-12
Expediente: 1690279/16-3
Processo: 25351.451562/2012-28
Expediente: 1690292/16-1
Processo: 2535.1914720/2016-10
Expediente: 1690284/16-0
Processo: 25351.247637/2012-61
Expediente: 1691724/16-3
Processo: 25351.919076/2016-14
Expediente: 1692164/16-0
Processo: 25351.302627/2005-66
Expediente: 1690289/16-1
Processo: 25351.912617/2016-82
Expediente: 1690335/16-8
Processo: 25351.469718/2012-17
Expediente: 1690298/16-0
Processo: 25351.914845/2016-00
Expediente: 1692120/16-8
Processo: 25351.550596/2013-33
Expediente: 1690301/16-3
Processo: 25351.918117/2016-33
Expediente: 1690306/16-4
Processo: 25351.113646/2015-96
Expediente: 1691857/16-6
Processo: 25351.919082/2016-13
Expediente: 1690317/16-0
Processo: 25351.026624/2011-51
Expediente: 1692041/16-4
Processo: 25351.919094/2016-51
Expediente: 1690323/16-4
Processo: 25351.193105/2015-77
Expediente: 1690355/16-2
Processo: 25351.918154/2016-23
Expediente: 1690330/16-7
Processo: 25351.033343/2014-14
Expediente: 1692104/16-6
Processo: 25351.912640/2016-44
Expediente: 1690346/16-3
Processo: 25351.550615/2013-74
Expediente: 1691737/16-5
Processo: 25351.919050/2016-16
Expediente: 1690358/16-7
Processo: 25351.058545/2011-83
Expediente: 1694104/16-7
Processo: 25351.918113/2016-27
Expediente: 1692201/16-8
Processo: 25351.099568/2013-98
Expediente: 1691866/16-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO dos recursos por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata os pareceres 153, 143, 145, 151, 142, 149, 154, 152, 148, 141, 147, 146, 144, 140 e 150/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Medi-Globe Brasil Ltda
CNPJ: 04.242.860/0001-92
Processo: 25351.220034/2017-66
Expediente: 0301670/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 98/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: PDT Pharma Indústria e Comércio de Produtos Farmacêutico Ltda - EPP
CNPJ: 10.785.694/0001-73
Processo: 25351.047570/2017-05
Expediente: 0372166/17-3
Processo: 25351.048568/2017-05
Expediente: 0372207/17-4
Processo: 25351.047593/2017-08
Expediente: 0372210/17-4
Processo: 25351.047597/2017-07
Expediente: 0372224/17-4
Processo: 25351.047566/2017-08
Expediente: 0372230/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata os pareceres 196, 199, 197, 198 e 195/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Biogen Comercial e Distribuidora Ltda
CNPJ: 01.547.208/0001-98
Processo: 25351.113176/2018-17
Expediente: 0544690/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 162/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Lamedid Comercial e Servicos Ltda
CNPJ: 46.568.655/0001-61
Processo: 25351.337936/2005-57
Expediente: 2083926/16-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 216/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Biopar Confecções em Paramentação Limitada Micro Empresa
CNPJ: 09.183.527/0001-73
Processo: 25351.157310/2016-70
Expediente: 2214114/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 213/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Logiteknica Comércio de Produtos para Saúde e Logística Eireli- ME
CNPJ: 07.570.445/0001-56
Processo: 25351.371106/2016-45
Expediente: 2422026/16-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 230/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Vena Vita Consultoria Comecial Eireli - EPP
CNPJ: 22.392.045/0001-91
Processo: 25351.036957/2017-04
Expediente: 0342601/17-7
Processo: 25351.036960/2017-09
Expediente: 0342605/17-0
Processo: 25351.036952/2017-09
Expediente: 0342721/17-8
Processo: 25351.036958/2017-09
Expediente: 0342682/17-3
Processo: 25351.036955/2017-08
Expediente: 0342656/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata os pareceres 169, 170, 171, 172 e 168/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Micromedical Implantes do Brasil Ltda
CNPJ: 07.326.871/0002-20
Processo: 25351.393968/2016-05
Expediente: 2517182/16-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 173/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Flex Indústria e Comércio de Papéis Ltda EPP
CNPJ: 10.733.878/0001-90
Processo: 25351.892971/2016-06
Expediente: 1661837/16-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 186/2018 - CRTPS/Diare.
Processo: 25351.892979/2016-12
Expediente: 1723376/16-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 222/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Galenica Comércio Internacional Ltda
CNPJ: 28.599.587/0001-16
Processo: 25351.234917/2012-69
Expediente: 1723444/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, declaraR A EXTINÇÃO do recurso por perda de objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 221/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Injex Indústrias Cirúrgicas Ltda
CNPJ: 59.309.302/0001-99
Processo: 25000.028301/98-15
Expediente: 2025121/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 194/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Genomma Laboratories do Brasil Ltda
CNPJ: 09.080.907/0001-82
Processo: 25351.042454/2016-99
Expediente: 1866121/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 229/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Copeli Cosméticos e Perfumes Ltda
CNPJ: 01.156.613/0001-85
Processo: 25351.437332/2017-98
Expediente: 0482513/18-6
Processo: 25351.437312/2017-54
Expediente: 0482509/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 133/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Ferrara Ophthalmics Ltda
CNPJ: 03.280.502/0001-01
Processo: 25351.362500/2016-26
Expediente: 0521943/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 139/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: MF Importação e Exportação de Cosméticos e Acessórios Eireli
CNPJ: 10.320.807/0001-65
Processo: 25351.308212/2018-11
Expediente: 0549028/18-6
Processo: 25351.308213/2018-65
Expediente: 0549576/18-8
Processo: 25351.308214/2018-18
Expediente: 0549584/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 190, 191 e 192/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Doc Med Comércio Importação e Exportação Ltda
CNPJ: 66.877.184/0001-80
Processo: 25351.046931/2018-32
Expediente: 0453521/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 122/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Fixano Comércio de Implantes Ortopédicos Ltda
CNPJ: 02.088.608/0001-45
Processo: 25351.624980/2017-38
Expediente: 0439902/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 125/2018 - CRTPS/Diare.
Empresa: Kasvi Importação e Distribuição de Produtos para Laboratórios Ltda
CNPJ: 13.324.282/0001-24
Processo: 25351.237726/2018-09
Expediente: 0442977/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 124/2018 - CRTPS/Diare.

ARESTO Nº 1.183, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 019, realizada em 28 de agosto de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

RENATO ALENCAR PORTO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Alexion Farmacêutica Brasil Importação e Distribuição de Produtos e Serviços de Administração
CNPJ: 10.284.284/0001-49
Medicamento: ravulizumabe (ALXN1210)
Processo: 25351.327396/2017-37
Expediente: 0001060/18-0
Assunto: Indeferimento de inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, com retorno à Área Técnica para reavaliação, nos termos do Voto do relator - Voto nº 125/2018/DSNVS, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 214/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional Ltda
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Medicamento: Codex (paracetamol + fosfato de codeína)
Processo: 25000.005009/98-24
Expediente: 0121402/13-1
Assunto: Indeferimento de renovação de registro de medicamento.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do Voto do relator - Voto nº 131/2018/DSNVS.
Recorrente: Santisa Laboratório Farmacêutico S/A
CNPJ: 04.099.395/0001-82
Medicamento: diclofenaco sódico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 25351.558680/2012-08
Expediente: 0132598/18-1
Assunto: Indeferimento de registro de medicamento.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 195/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Medquímica Indústria Farmacêutica Ltda
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Medicamento: Nifedipress (nifedipino)
Processo: 25000.005695/95-91
Expediente: 0275467/18-3
Assunto: Revisão de decisão de recursos administrativos
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 223/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Levviale Indústria de Insumos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 02.769.512/0001-42
Medicamento: cloridrato de ciprofloxacino monoidratado
Processo: 25351.774930/2014-15
Expediente: 400213/16-0
Assunto: Indeferimento da concessão de registro de insumo
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 191/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: EMS S/A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: Infralax (paracetamol + cafeína + carisoprodol + diclofenaco de sódio)
Processo: 25000.018161/98-21
Expediente: 0087661/18-5
Assunto: Indeferimento de Renovação de registro e Alteração de local de fabricação do medicamento de liberação convencional.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, retornando o processo à área técnica para que seja feita a análise completa da renovação de registro, nos termos do Voto nº 121/2018-Diare, que acompanha o Voto nº 044/2018/Direg/Anvisa. Decidiu ainda, por unanimidade, determinar que a área notifique a Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária (GGFIS) quanto à irregularidade constatada para providências cabíveis.
Recorrente: IMEC - Indústria de Medicamentos Custódia Ltda
CNPJ: 08.055.634/0001-53
Medicamento: ácido acetilsalicílico
Processo: 25351.435263/2016-03
Expediente: 0019003/18-9
Assunto: Indeferimento de registro de medicamento.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 231/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Medicamento: lanzoprazol + claritromicina + amoxicilina
Processo: 25351.615050/2008-01
Expediente: 0146599/17-6
Assunto: Indeferimento da de Inclusão da rota de síntese do fármaco.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 192/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Apsen Farmacêutica S/A
CNPJ: 62.462.015/0001-29
Medicamento: Desol (colecalciferol)
Processo: 25351.624192/2015-27
Expediente: 0362840/18-0
Assunto: Indeferimento de registro de medicamento.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, com retorno da petição de registro para a área técnica para análise, considerando-se as novas metodologias analíticas, nova validação e os novos estudos de estabilidade apresentados antes do indeferimento, nos termos do voto do relator - Voto nº 71/2018/Dimon/Anvisa.
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: azitromicina di-hidratada
Processo: 25351. 569228/2014-99
Expediente: 1213826/16-6
Assunto: Indeferimento da concessão de registro de insumo.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 181/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Zodiac Produtos Farmacêuticos S/A
CNPJ: 55.980.684/0001-27
Medicamento: cloridrato de tansulosina
Processo: 25351.386019/2014-06
Expediente: 0159265/18-3
Assunto: Indeferimento de registro de medicamento.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 210/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional S. A.
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Medicamento: Seth (cloridrato de bupropiona)
Processo: 25351.276813/2015-12
Expediente: 0135255/18-5
Assunto: Indeferimento de Modificação pós-registro.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 208/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Sun Farmacêutica do Brasil Ltda
CNPJ: 05.035.244/0001-23
Medicamento: Fresgar (carmelose sódica)
Processo: 25351.674594/2015-73
Expediente: 0244314/18-7
Assunto: Indeferimento de registro de medicamento.
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 221/2018 - Corec/GGMED.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.486, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.487, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 25 da Resolução-RDC nº. 243, de 2018, e art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.488, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018 (*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir, por perda de objeto, as petições de alimentos constantes do anexo desta Resolução nos termos do art. 25 da Resolução-RDC nº. 243, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução-RE Nº 2.378, de 30 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 170, de 03 de setembro de 2018, na Seção 1 pág. 79, e em suplemento, pág. 19, referente ao processo 25004.011548/2006-70, da empresa CMW SAUDE E TECNOLOGIA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA - ME., onde se lê:
2254722/17-3

Leia-se:
2254740/17-1

Na Resolução-RE Nº 473, de 1º de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 05 de março de 2018, na Seção 1 pág. 45, e em suplemento, pág. 20, referente ao processo 25004.110118/2009-89, da empresa MEAD JOHNSON DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE NUTRIÇÃO LTDA., onde se lê:

ENFAMIL ESPESSADO PREMIUM

Leia-se:

ENFAMIL AR PREMIUM

Na Resolução-RE Nº 2.213, de 16 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 160, de 20 de agosto de 2018, na Seção 1 pág. 39, e em suplemento, pág. 24, referente ao processo 25351.396295/2018-97, da empresa THN NUTRIÇÃO E SAÚDE EIRELI - ME LTDA, onde se lê:

02 meses

Leia-se:

02 anos

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO Nº 2.489, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 1.972, de 21 de julho de 2017, única e exclusivamente quanto ao texto "142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO" para o medicamento CLARILIB, processo 25351.020574/01-45, referente à empresa LABORATÓRIOS LIBRA DO BRASIL LTDA, publicada no Diário Oficial da União nº. 140, de 24 de julho de 2017, Seção 1, página 37 e Suplemento página 11.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.490, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.491, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições de registro de medicamento novo conforme anexo.

Art. 2º Mais informações devem ser consultadas no site da Anvisa - www.anvisa.gov.br;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.492, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e, visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.493, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.494, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.495, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.496, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.497, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 1.629, de 21 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 120, de 25 de junho de 2018, Seção 1 Pág. 38 e Suplemento Pág. 32, referente ao processo 25351.641054/2012-97.

Onde se lê:
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA 73856593000166
INDAPAMIDA 25351.641054/2012-97 06/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0919584/12-0
1.2568.0267.001-1 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 10
1.2568.0267.002-8 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 15
1.2568.0267.003-6 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 30
1.2568.0267.004-4 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 60
1.2568.0267.005-2 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 90
1.2568.0267.006-0 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 150
1.2568.0267.007-9 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 300
1.2568.0267.008-7 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 300
1.2568.0267.009-5 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 600
1.2568.0267.010-9 12 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL C7 BL AL AL X 900
Leia-se:
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA 73856593000166
INDAPAMIDA 25351.641054/2012-97 06/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0919584/12-0
1.2568.0267.001-1 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 10
1.2568.0267.002-8 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 15
1.2568.0267.003-6 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 30
1.2568.0267.004-4 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 60
1.2568.0267.005-2 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.2568.0267.006-0 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 150 (EMB FRAC)
1.2568.0267.007-9 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 300 (EMB FRAC)
1.2568.0267.008-7 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 300
1.2568.0267.009-5 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 600
1.2568.0267.010-9 18 Meses
1,5 MG COM REV LIB PROL C7 BL AL AL X 900

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 1.629, de 21 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 120, de 25 de junho de 2018, Seção 1 Pág. 38 e Suplemento Pág. 32, referente ao processo 25351.341167/2016-11.

Onde se lê:
PREGABALINA 25351.341167/2016-11 06/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2266047/16-0
1.0118.0620.001-5 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0620.002-3 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0118.0620.003-1 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0620.004-1 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0118.0620.005-8 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0620.006-6 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0620.006-6 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0118.0620.007-4 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0118.0620.008-2 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0620.009-0 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0620.009-0 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0118.0620.010-4 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
Leia-se:
PREGABALINA 25351.341167/2016-11 06/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2266047/16-0
1.0118.0620.001-5 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0620.002-3 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0118.0620.003-1 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0620.004-1 24 Meses
50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0118.0620.005-8 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0620.006-6 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0620.011-2 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0118.0620.007-4 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0118.0620.008-2 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0118.0620.009-0 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0118.0620.012-0 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0118.0620.010-4 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 1.629, de 21 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 120, de 25 de junho de 2018, Seção 1 Pag. 38 e Suplemento Pag. 32, referente ao processo nº 25351.316245/2011-33.

Onde se lê:
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA 73856593000166
CLORIDRATO DE PAROXETINA 25351.316245/2011-33 06/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4 3 9 5 1 9 / 11 - 1
1.2568.0266.001-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 20
1.2568.0266.002-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 30
1.2568.0266.003-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 300
1.2568.0266.004-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC INC X 500
1.2568.0266.005-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC INC X 20
1.2568.0266.006-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC INC X 30
1.2568.0266.007-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC INC X 300
1.2568.0266.008-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC INC X 500
Leia-se:
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA 73856593000166
CLORIDRATO DE PAROXETINA 25351.316245/2011-33 06/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4 3 9 5 1 9 / 11 - 1
1.2568.0266.001-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 20
1.2568.0266.002-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 30
1.2568.0266.003-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 300
1.2568.0266.004-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 500
1.2568.0266.005-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 20
1.2568.0266.006-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 30
1.2568.0266.007-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 300
1.2568.0266.008-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 500

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 1.841, de 12 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 135, de 16 de julho de 2018 Seção 1 Pág. 47 e Suplemento Pág. 9, referente ao processo 25351.666140/2014-86.

Onde se lê:
MERCK S/A 33069212000184
CLORIDRATO DE METFORMINA + ESTEARATO DE MAGNÉSIO + GLICLAZIDA
Glivance 25351.666140/2014-86 07/2023
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS 0984578/14-0
1.0089.0404.001-2 24 Meses
500 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0089.0404.002-0 24 Meses
500 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0089.0404.003-9 24 Meses
750 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0089.0404.004-7 24 Meses
750 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0089.0404.005-5 24 Meses
1000 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0089.0404.006-3 24 Meses
1000 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60
Leia-se:
MERCK S/A 33069212000184
CLORIDRATO DE METFORMINA + GLICLAZIDA
Glivance XR 25351.666140/2014-86 07/2023
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS 0984578/14-0
1.0089.0404.001-2 24 Meses
500 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0089.0404.002-0 24 Meses
500 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60

1.0089.0404.003-9 24 Meses
750 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0089.0404.004-7 24 Meses
750 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0089.0404.005-5 24 Meses
1000 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X
30
1.0089.0404.006-3 24 Meses
1000 MG + 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X
60

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 1.948, de 19 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 140, de 23 de julho de 2018, Seção 1 Pag. 60 e Suplemento Pag. 43, referente ao processo nº 25351.174829/2017-22.

Onde se lê:
EMS S/A 57507378000365
(...)
PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO + NIMESULIDA
Nivux 25351.174829/2017-22 07/2023
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS 0514379/17-9
1.0235.1266.001-2 24 Meses
100 MG + 20 MG COM CT BL AL AL X 6
1.0235.1266.002-0 24 Meses
100 MG + 20 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0235.1266.003-9 24 Meses
100 MG + 20 MG COM CT BL AL AL X 12
Leia-se:
EMS S/A 57507378000365
(...)
NIMESULIDA + PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO
Nivux 25351.174829/2017-22 07/2023
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS 0514379/17-9
1.0235.1266.001-2 24 Meses
100 MG + 20 MG COM CT BL AL AL X 6
1.0235.1266.002-0 24 Meses
100 MG + 20 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0235.1266.003-9 24 Meses
100 MG + 20 MG COM CT BL AL AL X 12

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 2.149, de 9 de Agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 13 de Agosto de 2018, Seção 1 Pág. 75 e Suplemento Pág. 32, referente ao processo 25351.266596/2012-11.

Onde se lê:
Althaia S.A Indústria Farmacêutica 48344725000719
VALSARTANA 25351.266596/2012-11 08/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0382846/12-8
1.3517.0035.001-1 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.3517.0035.002-1 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.3517.0035.003-8 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.3517.0035.004-6 24 Meses
80 MG BL AL COM REV CT AL X 90 (EMB FRAC)
1.3517.0035.005-4 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 420
1.3517.0035.006-2 24 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.3517.0035.007-0 24 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.3517.0035.008-9 24 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.3517.0035.009-7 24 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.3517.0035.010-0 24 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 420
1.3517.0035.011-9 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.3517.0035.012-7 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.3517.0035.013-5 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.3517.0035.014-3 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 90 EMB FRAC
1.3517.0035.015-1 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 420
Leia-se:
Althaia S.A Indústria Farmacêutica 48344725000719
VALSARTANA 25351.266596/2012-11 08/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0382846/12-8
1.3517.0035.001-1 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.3517.0035.002-1 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.3517.0035.003-8 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.3517.0035.004-6 36 Meses
80 MG BL AL COM REV CT AL X 90 (EMB FRAC)
1.3517.0035.005-4 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL AL X 420 (EMB HOSP)
1.3517.0035.006-2 36 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.3517.0035.007-0 36 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.3517.0035.008-9 36 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.3517.0035.009-7 36 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.3517.0035.010-0 36 Meses
160 MG COM REV CT BL AL AL X 420 (EMB HOSP)
1.3517.0035.011-9 36 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.3517.0035.012-7 36 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.3517.0035.013-5 36 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.3517.0035.014-3 36 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.3517.0035.015-1 36 Meses
320 MG COM REV CT BL AL AL X 420 (EMB HOSP)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 2.218, de 16 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 160, de 20 de agosto de 2018, Seção 1 Pág. 40 e Suplemento Pág. 24, referente ao processo 25351.455459/2011-26.

Onde se lê:
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
6 0 6 6 5 9 8 1 0 0 0 11 8
FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA
FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 25351.455459/2011-26 08/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 6 3 7 0 5 3 / 11 - 5
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 637064/11-1 - 25351.455466/2011-61)
1.0497.1424.001-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.002-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.003-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.004-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PET AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.005-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PET AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.006-9 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR PET AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.007-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.008-5 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.009-3 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.010-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PET AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.011-5 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PET AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.012-3 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PET AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.013-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1424.014-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1424.015-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1424.016-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PET AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1424.017-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PET AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1424.018-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PET AMB X 120 ML + SER DOS
Leia-se:
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
6 0 6 6 5 9 8 1 0 0 0 11 8
FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA
FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 25351.455459/2011-26 08/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 6 3 7 0 5 3 / 11 - 5
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 637064/11-1 - 25351.455466/2011-61)
1.0497.1424.001-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.002-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.003-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR VD AMB X 60 ML + 100 SER DOS
1.0497.1424.004-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1424.005-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 60 ML + 50 SER DOS
1.0497.1424.006-9 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR PLAS AMB X 60 ML + 100 SER DOS
1.0497.1424.007-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.008-5 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 100 ML + 25 SER DOS
1.0497.1424.009-3 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 100 ML + 50 SER DOS
1.0497.1424.010-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1424.011-5 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PLAS AMB X 100 ML + 25 SER DOS
1.0497.1424.012-3 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 100 ML + 50 SER DOS
1.0497.1424.013-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1424.014-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 120 ML + 25 SER DOS
1.0497.1424.015-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 120 ML + 50 SER DOS
1.0497.1424.016-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT PLAS AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1424.017-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PLAS AMB X 120 ML + 25 SER DOS
1.0497.1424.018-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 120 ML + 50 SER DOS

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 3.157, de 30 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 231, de 04 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 44 e Suplemento Pág. 4, referente ao processo 25351.201322/2016-91.

Onde se lê:
GILEAD SCIENCES FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA
15.670.288/0001-89
L E D I PA S V I R
SOFOSBUVIR
HARVONI TM 25351.201322/2016-91 12/2022
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 2061839/16-6
1.0929.0002.001-3 24 MESES
90 MG + 400 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 28
Leia-se:
GILEAD SCIENCES FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA
15.670.288/0001-89
L E D I PA S V I R
SOFOSBUVIR
HARVONI 25351.201322/2016-91 12/2022
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 2061839/16-6
1.0929.0002.001-3 24 MESES
90 MG + 400 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 28

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 1.629, de 21 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 120, de 25 de junho de 2018, Seção 1 Pág. 38 e Suplemento Pág. 32, referente ao processo 25351.455466/2011-61.

Onde se lê:
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
6 0 6 6 5 9 8 1 0 0 0 11 8
FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA
PRECORT 25351.455466/2011-61 06/2023
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 637064/11-1
1.0497.1423.001-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1423.002-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1423.003-9 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1423.004-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PET AMB X 60 ML + SER

DOS
1.0497.1423.005-5 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PET AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1423.006-3 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR PET AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1423.007-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.008-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.009-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.010-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PET AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.011-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PET AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.012-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PET AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.013-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1423.014-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1423.015-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1423.016-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PET AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1423.017-9 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PET AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1423.018-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PET AMB X 120 ML + SER DOS
Leia-se:
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
6 0 6 6 5 9 8 1 0 0 0 11 8
FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA
PRECORT 25351.455466/2011-61 06/2023
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 637064/11-1
1.0497.1423.001-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1423.002-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 60 ML + 50 SER DOS
1.0497.1423.003-9 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR VD AMB X 60 ML + 100 SER DOS
1.0497.1423.004-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 60 ML + SER DOS
1.0497.1423.005-5 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 60 ML + 50 SER DOS
1.0497.1423.006-3 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 100 FR PLAS AMB X 60 ML + 100 SER DOS
1.0497.1423.007-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.008-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 100 ML + 25 SER DOS
1.0497.1423.009-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 100 ML + 50 SER DOS
1.0497.1423.010-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 100 ML + SER DOS
1.0497.1423.011-1 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PLAS AMB X 100 ML + 25 SER DOS
1.0497.1423.012-8 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 100 ML + 50 SER DOS
1.0497.1423.013-6 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1423.014-4 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR VD AMB X 120 ML + 25 SER DOS
1.0497.1423.015-2 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 120 ML + 50 SER DOS
1.0497.1423.016-0 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 120 ML + SER DOS
1.0497.1423.017-9 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 25 FR PLAS AMB X 120 ML + 25 SER DOS
1.0497.1423.018-7 24 Meses
3 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 120 ML + 50 SER DOS

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 1.841, de 12 de julho de 2018 publicada no Diário Oficial da União nº 135, de 16 de julho de 2018 Seção 1 Pág. 47 e Suplemento Pág. 9, referente ao processo 25351.218953/2017-60.

Onde se lê:
ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
Cloridrato de Metformina 25351.218953/2017-60 07/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0696298/17-0
1.5537.0064.001-9 24 Meses
500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5537.0064.002-7 24 Meses
500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5537.0064.003-5 24 Meses
500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.5537.0064.004-3 24 Meses
500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 10
1.5537.0064.005-1 24 Meses
500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 30
1.5537.0064.006-1 24 Meses
500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 60
Leia-se:
ACCORD FARMACÊUTICA LTDA 64171697000146
Cloridrato de Metformina 25351.218953/2017-60 07/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0696298/17-0
1.5537.0064.001-9 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5537.0064.002-7 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5537.0064.003-5 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.5537.0064.004-3 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 10
1.5537.0064.005-1 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 30
1.5537.0064.006-1 24 Meses
500 MG COM LIB PROL CT BL AL AL X 60

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 1.948, de 19 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 140, de 23 de julho de 2018, Seção 1 Pag. 60 e Suplemento Pag. 43, referente ao processo nº 25351.573573/2017-55.

Onde se lê:
NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
Everolimo 25351.573573/2017-55 07/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2096071/179
(...)
1.8261.0002.011-9 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
1.8261.0002.012-7 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
(...)
Leia-se:
NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
Everolimo 25351.573573/2017-55 07/2023
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2096071/179
(...)
1.8261.0002.011-9 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28
(...)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 1.948, de 19 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 140, de 23 de julho de 2018, Seção 1 Pag. 60 e Suplemento Pag. 43, referente ao processo nº 25351.495199/2017-40.

Onde se lê:
TEVA FARMACÊUTICA LTDA. 05333542000108
AZITROMICINA DI-hIDRATADA
TEVAZI 25351.495199/2017-40 07/2023
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 1843207/17-7
1.5573.0044.001-5 24 Meses
500 MG PO SOL INFUS CT FA VD TRANS X 1
1.5573.0044.002-3 24 Meses
500 MG PO SOL INFUS CT FA VD TRANS X 5
1.5573.0044.003-1 24 Meses
500 MG PO SOL INFUS CT FA VD TRANS X 10

Leia-se:
TEVA FARMACÊUTICA LTDA. 05333542000108
AZITROMICINA DI-hIDRATADA
TEVAZI 25351.495199/2017-40 07/2023
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 1843207/17-7
1.5573.0044.001-5 24 Meses
500 MG PO LIOF SOL INJ INFUS IV CT FA VD TRANS X 1
1.5573.0044.002-3 24 Meses
500 MG PO LIOF SOL INJ INFUS IV CT FA VD TRANS X 5
1.5573.0044.003-1 24 Meses
500 MG PO LIOF SOL INJ INFUS IV CT FA VD TRANS X 10

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 2.016, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 145, de 30 de julho de 2018, Seção 1 Pág. 123 e Suplemento Pág. 20, referente ao processo 25351.356554/2014-54.

Onde se lê:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
44734671000151
CLORIDRATO DE ESMOLOL
BREVIBLOC DILUÍDO 25351.356554/2014-54 08/2023
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 1162293/14-8
1.0298.0470.001-3 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 5 BOLS PLAS TRANS SIST FECH
X 100 ML
1.0298.0470.002-1 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0298.0470.003-1 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 5 BOLS PLAS TRANS SIST FECH
X 250 ML
1.0298.0470.004-8 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML

Leia-se:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
44734671000151
CLORIDRATO DE ESMOLOL
BREVIBLOC DILUÍDO 25351.356554/2014-54 07/2023
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 1162293/14-8
1.0298.0470.001-3 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 5 BOLS PLAS TRANS SIST FECH
X 100 ML
1.0298.0470.002-1 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0298.0470.003-1 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 5 BOLS PLAS TRANS SIST FECH
X 250 ML
1.0298.0470.004-8 24 Meses
ü 10 MG/ML SOL INF IV CX 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 2.024, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 145, de 30 de julho de 2018, Seção 1 Pag. 123 e Suplemento Pag. 26, referente ao processo nº 25351.171671/2017-51.

Onde se lê:
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56.994.502/0001-30
SUCCINATO DE RIBOCICLIBE
KISQALI 25351.171671/2017-51 07/2023
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 0506573/17-3
1.0068.1157.001-5 24 MESES
254.4 MG/DOSE COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.0068.1157.002-3 24 MESES
254.4 MG/DOSE COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.0068.1157.003-1 24 MESES
254.4 MG/DOSE COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 63
Leia-se:
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56.994.502/0001-30
SUCCINATO DE RIBOCICLIBE
KISQALI 25351.171671/2017-51 07/2023
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 0506573/17-3
1.0068.1157.001-5 24 MESES
200 MG/DOSE COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.0068.1157.002-3 24 MESES
200 MG/DOSE COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.0068.1157.003-1 24 MESES
200 MG/DOSE COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 63

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 215, de 26 de Janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de Janeiro de 2017, Seção 1 Pág. 100 e Suplemento Pág. 16, referente ao processo 25351.243160/2014-13.

Onde se lê:

EMS S/A 57507378000365

SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA MONOIDRATADO

25351.243160/2014-13 02/2022

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0334569/14-6

1.0235.1188.001-9 24 Meses

50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 10

succinato de desvenlafaxina monoidratado

(...)

1.0235.1188.028-0 24 Meses

100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 200 (EMB HOSP)

succinato de desvenlafaxina monoidratado

Leia-se:

EMS S/A 57507378000365

SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA MONOIDRATADO

25351.243160/2014-13 01/2022

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0334569/14-6

1.0235.1188.001-9 24 Meses

50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 10

succinato de desvenlafaxina monoidratado

(...)

1.0235.1188.028-0 24 Meses

100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 200 (EMB HOSP)

succinato de desvenlafaxina monoidratado

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 2.867, de 26 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 208, de 30 de outubro de 2017, Seção 1 Pag. 46 e Suplemento Pag. 21, referente ao processo nº 25351.579532/2016-03.

Onde se lê:

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 55980684000127

Succinato de desvenlafaxina monoidratado

Succinato de desvenlafaxina monoidratada 25351.579532/2016-03

11/2022

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2623430/166

(...)

Leia-se:

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 55980684000127

Succinato de desvenlafaxina monoidratado

Succinato de desvenlafaxina monoidratada 25351.579532/2016-03

10/2022

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2623430/166

(...)

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.479, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GLÓRIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.498, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.499, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Cancelar por caducidade os Registros de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais das marcas, conforme anexo, por não terem sido peticionadas as renovações de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 221, de 05 de setembro de 2018, publicado no DOU nº 174, de 10 de setembro de 2018, Seção 1, pág. 57,

onde se lê:

Autuado: FABRÍCIO ROCHA DE SOUSA

CPF: 845.468.161-20

PROCESSO Nº: 25069.408802/2018-38 - AIS: 017/2018

Expediente: 0581160/18-1

Penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais).

leia-se:

Autuado: FABRÍCIO ROCHA DE SOUSA

CPF: 845.468.161-20

PROCESSO Nº: 25069.408802/2018-38 - AIS: 017/2018

Expediente: 0581160/18-1

Penalidade de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.419, de 30 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 170, de 03 de setembro de 2018, Suplemento, pág. 28 e Seção 1, pág 81.

onde se lê:

PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 04.041.933/0001-88

Marca: SHELTON ORIGINAL KS (cigarro com filtro) - embalagem box

Processo: 25351.140551/2007-31

Expediente: 0790972/18-1

Assunto: 6001 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco

leia-se:

PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 04.041.933/0001-88

Marca: SHELTON ORIGINAL KS (cigarro com filtro) - embalagem box

Processo: 25351.140551/2007-31

Expediente: 0790972/18-1

Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.480, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as alterações, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.500, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.501, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.502, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.503, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 26 de 05 de janeiro de 2017, publicada em DOU nº 6 de 09 de janeiro de 2017, Seção 1 página 43 e em suplemento página 69.

Onde se lê:

ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A 1.03494-5

Cimentos Odontologicos 25351.482123/2016-01

MTA ANGIE PULPO

FABRICANTE : ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A - BRASIL

Apresentação comercial: Embalagens primárias em dose única contendo 0,17g de pó (cápsula) e 0,25ml de líquido (frasco). Embalagens secundárias (código - conteúdo): 2800 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 0,17g de pó e 0,25ml de líquido; 2801 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 0,85g de pó e 1,25ml de líquido; 2802 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 1,7g de pó e 2,5ml de líquido; 2803 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 2,55g de pó e 3,8ml de líquido; 2804 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 3,4g de pó e 5ml de líquido; 2805 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 8,5g de pó e 12,5ml de líquido. Produto não estéril.

CLASSE : II 10349459012

8030 - MATERIAL - Cadastro de Material de Uso Médico Nacional .

Leia-se:

ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A 1.03494-5

Cimentos Odontologicos 25351.482123/2016-01

MTA ANGIE PULPO

FABRICANTE : ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A - BRASIL

Apresentação comercial: Embalagens primárias em dose única contendo 0,17g de pó (cápsula) e 0,25ml de líquido (frasco). Embalagens secundárias (código - conteúdo): 2800 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 0,17g de pó e 0,25ml de líquido; 2801 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 0,85g de pó e 1,25ml de líquido; 2802 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 1,7g de pó e 2,5ml de líquido; 2803 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 2,55g de pó e 3,8ml de líquido; 2804 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 3,4g de pó e 5ml de líquido; 2805 MTA ANGIE PULPO - Embalagem contendo 8,5g de pó e 12,5ml de líquido. Produto não estéril.

CLASSE : IV 10349459012

8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico Nacional.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.525, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Toxicologia Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO - RE Nº 2.477, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 174, de 10 de setembro de 2018, seção 1, página. 58.

Onde se lê:

Art. 1º Excluir as culturas do arroz, batata, coco, feijão, mamão, manga, milho, tomate, trigo e uva; nova definição de resíduo, expresso como carbofurano; e alteração da ida e inclusão da DRfA, na monografia do ingrediente ativo C26 - CARBOSSULFANO, contido na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Leia-se:

Art. 1º Excluir as culturas da batata, coco, feijão, mamão, manga, tomate, trigo e uva; dar nova definição de resíduo, expresso como carbofurano; alterar IDA para 0,00015 mg/kg p.c. e incluir a DRfA de 0,00015 mg/kg p.c. na monografia do ingrediente ativo C26 - CARBOSSULFANO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.504, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.505, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.506, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.507, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 229, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

Recorrente: DROGARIA MOLLER LTDA. - ME
CNPJ: 28.844.703/0001-15
Nº do Processo: 25351.176736/2018-36
Exp. do Recurso: 0429756/18-3 Data de Protocolo: 28/05/2018
Prazo máximo para decisão: 24/11/2018
Recorrente: ITON REIS
CNPJ: 17.022.906/0001-00
Nº do Processo: 25351.186338/2014-02
Exp. do Recurso: 0464237/18-6 Data de Protocolo: 11/06/2018
Prazo máximo para decisão: 08/12/2018
Recorrente: ANDRESA SIMÃO ZANATTA - ME
CNPJ: 11.514.576/0001-93
Nº do Processo: 25351.243879/2014-37
Exp. do Recurso: 0535253/18-3 Data de Protocolo: 04/07/2018
Prazo máximo para decisão: 31/12/2018

WILLIAM DIB

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.481, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.482, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.483, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.484, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.508, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.509, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.510, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.511, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.512, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018 (*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.513, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018 (*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.514, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.515, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o pedido de desistência feito pela solicitante, por meio do expediente nº 2473480/16-2, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos concedida à empresa GRIFOLS WORLDWIDE OPERATIONS LIMITED, solicitada pela empresa WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ nº 61.072.393/0001-33, publicada pela Resolução - RE Nº 1.234, de 17 de maio de 2018, no Diário Oficial da União nº 96, de 21 de maio de 2018, Seção 1, pág. 63, e em suplemento da Seção 1, pág. 77.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.516, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Zentiva Saglik Urunleri San Ve Tic A.S., em todas as certificações vigentes à data de 17 de setembro de 2018, para Sanofi Ilaç Sanayi ve Ticaret Anonim Serket.

Art. 2º Alterar a razão social da empresa Cook Pharmica LLC, em todas as certificações vigentes à data de 17 de setembro de 2018, para AstraZeneca Catalent Indiana, LLC.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.517, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.518, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.519, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.520, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.521, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.522, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.523, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.524, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir o insumo Trastuzumabe na certificação da empresa Biogen (Denmark) Manufacturing ApS, solicitada pela empresa Samsung Bioepis BR Pharmaceutical Ltda., CNPJ nº 24.563.776/0001-88, publicada pela Resolução RE nº 197, de 25 de janeiro de 2017, no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2017, Seção 1, pág. 24 e suplemento da Seção 1, pág. 24, conforme expedientes nº 2475351/16-3 e 0119096/18-2.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 3.415, de 21 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 247, de 26 de dezembro de 2016, Seção 1 pág. 54, Suplemento pág. 32.

Onde se lê:

EMPRESA: HD INTERDENTAIS

ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS NR. 103

BAIRRO: CENTRO CEP: 8877000 - IMARUÍ/SC

CNPJ: 07.867.800/0001-53

PROCESSO: 25351.538450/2016-05 AUTORIZ/MS: 2.09056.9

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: PROD. DE HIGIENE

DISTRIBUIR: PROD. DE HIGIENE

EMBALAR: PROD. DE HIGIENE

EXPEDIR: PROD. DE HIGIENE

FABRICAR: PROD. DE HIGIENE

REEMBALAR: PROD. DE HIGIENE

Leia-se:

EMPRESA: HD INDUSTRIA E COMERCIO DE ESCOVAS DE HIGIENE DENTAL LTDA ME

ENDEREÇO: RUA EZAU LUIZ DE BITTENCOURT NR. 820

BAIRRO: CENTRO CEP: 8877000 - IMARUÍ/SC

CNPJ: 07.867.800/0001-53

PROCESSO: 25351.538450/2016-05 AUTORIZ/MS: 2.09056.9

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: PROD. DE HIGIENE

DISTRIBUIR: PROD. DE HIGIENE

EMBALAR: PROD. DE HIGIENE

EXPEDIR: PROD. DE HIGIENE

FABRICAR: PROD. DE HIGIENE

REEMBALAR: PROD. DE HIGIENE

Na Resolução - RE n° 1.171, de 9 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 91, de 14 de maio de 2018, Seção 1 pág. 34, Suplemento págs. 82 e 85.

Onde se lê:

EMPRESA: SANDRA MARTINS - EPP

ENDEREÇO: RUA MONSENHOR PASSALAQUA Nº 124

BAIRRO: BELA VISTA CEP: 01323010 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 04.777.639/0001-39

PROCESSO: 25351.282123/2012-53 AUTORIZ/MS: G8549716W48W (8.08653.3)

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

EXPORTAR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: SANDRA MARTINS LTDA

ENDEREÇO: RUA MONSENHOR PASSALAQUA Nº 124

BAIRRO: BELA VISTA CEP: 01323010 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 04.777.639/0001-39

PROCESSO: 25351.282123/2012-53 AUTORIZ/MS: G8549716W48W (8.08653.3)

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

EXPORTAR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE N° 1.557, de 8 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 111, de 12 de junho de 2017, Seção I, pág. 42 e em suplemento da Seção I, pág. 27 a 28, referente a certificação da empresa Terumo Clinical Supply Co., Ltd., solicitada pela empresa Terumo Medical do Brasil Ltda, CNPJ 03.129.105/0001-33, conforme expediente nº 2471218/16-3 e 0515995/18-4.

Onde se lê: Equipamentos de uso médico da classe IV

Leia-se: Materiais de uso médico da classe IV

Na Resolução RE nº 2.285, de 22 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº.165, de 27 de agosto de 2018, Seção I, pág. 131 e em suplemento da Seção I, pág. 77, referente a certificação da empresa Establishment Labs S.A., solicitada pela empresa Establishment Labs Brasil Produtos para Saude Ltda., CNPJ 08.290.164/0001-02, conforme expediente nº 2282453/17-7 e 0857865/18-6.

Onde se lê: Endereço: Coyol Free Zone & Business Park Building, 4th Street, Building B15, Alajuela, 20102

Leia-se: Endereço: Coyol Free Zone & Business Park Building, 4th Street, Building B-25, Alajuela, 20102

Onde se lê: Expediente: 0223163/18-8

Leia-se: Expediente: 2282453/17-7

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 243, de 31 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 25, de 05 de fevereiro de 2018, seção 1, página 66 e em suplemento da Seção 1, página 92, referente à certificação da empresa União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Onde se lê: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis

Leia-se: Semissólidos não estéreis (Hormônios): Cremes; Géis

Na Resolução RE nº 3.092, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 226, de 27 de novembro de 2017, seção 1, página 114 e em suplemento da Seção 1, página 70, referente à certificação da empresa Blanver Farmoquímica Ltda.

Onde se lê: Blanver Farmoquímica Ltda

Leia-se: Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A.

Na Resolução RE nº 2.267, de 24 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 28 de agosto de 2017, seção 1, página 50 e em suplemento da Seção 1, páginas 52, referente à certificação da empresa Grünenthal Do Brasil Farmacêutica Ltda.

Onde se lê: Rodovia Antonio Heil, Sc 486, Km 4-Parte 16a

Leia-se: Rodovia Antonio Heil, nº 4.999, Km 4-Parte 16a

Na Resolução RE nº 390, de 16 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 33, de 19 de fevereiro de 2018, seção 1, página 55 e em suplemento da Seção 1, página 34, referente à certificação da empresa GlaxoSmithKline Brasil Ltda.

Onde se lê: Elixires; Emulsões; Soluções; Suspensões; Xaropes

Leia-se: Emulsões; Soluções; Suspensões; Xaropes

Na Resolução RE nº 1.700, de 28 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 02 de julho de 2018 Seção 1, pág. 94 e em suplemento, pág. 100, referente a certificação da empresa Actavis Farmacêutica Ltda.

Onde se lê: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos

Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Comprimidos Revestidos

Leia-se: Sólidos não estéreis: cápsulas, comprimidos e comprimidos revestidos

Na Resolução RE nº 3.167, de 1º de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 231, de 4 de dezembro de 2017, seção 1, página 47 e em suplemento da Seção 1, página 36, referente à certificação da empresa Cifarma Científica Farmacêutica Ltda.

Onde se lê:

Sólidos não estéreis (contendo microorganismos vivos): Comprimidos; Cápsulas

Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Efervescentes;

Comprimidos Revestidos; Cápsulas; Pastilhas; Pós; Pós Efervescentes

Leia-se:

Sólidos não estéreis (contendo micro-organismos vivos): Cápsulas; Pós

Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Efervescentes;

Comprimidos Revestidos; Cápsulas; Granulados Efervescentes; Pastilhas; Pós; Pós Efervescentes

Na Resolução RE nº 1.905, de 18 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 140, de 23 de julho de 2018, seção 1, página 70 e em suplemento da Seção 1, página 102, referente à certificação da empresa Althaia S.A. Indústria Farmacêutica.

Onde se lê: CNPJ: 48.344.725/0007-19 ENDEREÇO: Av. Tégula, nº 888 - Edifício Topázio, Módulo 15, Condomínio Centro Empresarial Atibaia MUNICÍPIO: ATIBAIA - UF: SP

Leia-se: CNPJ: 48.344.725/0001-23 ENDEREÇO: AV ENGENHEIRO HEITOR ANTONIO EIRAS GARCIA, 2756 - MUNICÍPIO: SÃO PAULO - UF: SP

Na Resolução RE nº 2.631, de 4 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 194, de 9 de outubro de 2017, Seção 1, página 80.

Onde se lê: 1.00.105-2

Leia-se: 1.02.110-1

Na Resolução RE nº 1.801, de 05 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 09 de julho de 2018 Seção 1, pág. 34 e em suplemento, pág. 73, referente à certificação da empresa Allergan Sales, LLC.

Onde se lê: Allergan, INC.

Leia-se: Allergan Sales, LLC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.526, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO DE AGUIAR MARSHALL

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.527, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO DE AGUIAR MARSHALL

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.528, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO DE AGUIAR MARSHALL

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.529, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO DE AGUIAR MARSHALL

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 585, DE 10 DE MAIO DE 2018

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Quinta Reunião Ordinária, realizada nos dias 9 e 10 de maio de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata; e

considerando os resultados e a declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável "Rio +20", ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 2012;

considerando a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas, da qual o Brasil é signatário;

considerando que a implantação da Agenda 2030 exigirá uma nítida prioridade dos governos federal, estaduais, distrital e municipais para superação do desafio de implementar políticas e programas transversais e intersetoriais;

considerando que os ODS sucederam ao ciclo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de 2000 a 2015, que a partir do cumprimento das metas tornou o Brasil referência mundial e um dos principais interlocutores na fase de negociação dos ODS, na ONU;

considerando que a construção dos ODS esteja amparada na perspectiva da inclusão, da equidade e da implementação efetiva dos direitos humanos consagrados nos diversos instrumentos internacionais que buscam garantir a igualdade a grupos vulneráveis, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (2001), entre outras;

considerando que o protagonismo internacional do Brasil nos ODS proporcionou ao país assento no Grupo de Alto Nível da ONU, que acompanha a implementação mundial da Agenda 2030;

considerando que a ampliação dos canais institucionais de participação social tem sido fundamental para o aprofundamento do exercício da democracia, por meio da prática de uma cidadania ativa;

considerando o Plano de Ação 2017-2019, elaborado pela Comissão Nacional para os ODS (CNODS), que contribuirá para que sejam estabelecidas as condições adequadas à implementação dos ODS, incluindo o fortalecimento do diálogo entre o governo e sociedade civil, para a construção de mecanismos institucionais e de participação social no processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

considerando a Resolução nº 568 do Conselho Nacional de Saúde, de 8 de dezembro de 2017, que em seu art. 2º aprova as atividades que comporão as etapas preparatórias da 16ª CNS (=8ª+8); e

considerando a reunião do Grupo de Trabalho sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ocorrida nos dias 19 e 20 de outubro de 201, resolve:

Art. 1º Reafirmar o papel estratégico da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e como promotora de equidade, contribuindo para que o Brasil tenha, novamente, papel destacado em virtude de suas ações para o cumprimento das metas.

Art. 2º Reforçar que o controle social é o instrumento fundamental para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 3º Estimular os Conselhos de Saúde, em suas diversas esferas à:

§1º Mapear as relações entre as políticas públicas vigentes e o orçamento destinado para o cumprimento das metas dos ODS, verificando a suficiência e possíveis lacunas, necessária adequação das metas globais à realidade nacional.

§2º Acompanhar os indicadores dos ODS, em especial os da saúde.

§3º Desenvolver ferramentas e estratégias para disseminação dos ODS e para processos e iniciativas de interiorização da Agenda 2030 em todo território nacional.

Art. 4º Determinar que a Agenda 2030 seja umas das questões transversais a serem abordadas na construção das atividades temáticas preparatórias da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) pelas Comissões Intersetoriais do CNS.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 585, de 10 de maio de 2018, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

GILBERTO OCCHI
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 587, DE 7 DE JUNHO DE 2018

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7 de junho de 2018, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata, resolve:

Aprovar o Regimento da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 587, de 7 de junho de 2018, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

GILBERTO OCCHI
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO I

Regimento da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (6ª CNSI), convocada pela Portaria Ministerial nº 1.730, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de junho de 2018, terá como objetivo construir a atualização da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas visando a manutenção e o fortalecimento do Sistema Unico de Saúde (SUS).

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO

Art. 2º A 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena será realizada em 3 (três) etapas - local, distrital e nacional - nas quais será debatido o tema central, a partir de Documento Orientador, sem prejuízo de debates específicos, em função da realidade de cada território distrital.

Art. 3º As etapas da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena serão realizadas nos seguintes períodos:

I - Etapa Local: até o dia 30 de novembro de 2018;

II - Etapa Distrital: até o dia 31 de dezembro de 2018; e

III - Etapa Nacional: de 27 a 31 de maio de 2019.

§1º Nas etapas distrital e nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena será assegurada a paridade dos delegados(as) representantes dos usuários em relação ao conjunto dos delegados(as) dos demais segmentos, conforme a Resolução CNS nº 453/2012 e a Lei nº 8.142/1990.

§2º Como cumprimento da etapa local será elaborado Relatório dessa etapa a ser encaminhado à Comissão Organizadora da etapa distrital, ressaltando-se, entre as propostas aprovadas, as que subsidiarão as discussões a nível distrital e as discussões a nível nacional.

§3º Como cumprimento da etapa distrital será elaborado Relatório dessa etapa, ressaltando-se, entre as propostas aprovadas nessa etapa, as que subsidiarão as ações de saúde distrital para uso do DSEI, e as que subsidiarão as discussões a nível nacional e que deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora da etapa nacional.

§4º Serão realizadas, no primeiro dia da etapa nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (27 de maio de 2019), as seguintes reuniões macrorregionais para articulação das delegações: Norte 1, Norte 2, Nordeste, Sul/Sudeste e Centro-Oeste (Anexo IV).

Art. 4º A realização das etapas local e distrital da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena será de responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e dos respectivos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), e a realização da etapa nacional será de responsabilidade do Ministério da Saúde (MS) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Art. 5º Somente as propostas e moções de âmbito nacional serão consideradas na etapa nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Parágrafo único. As propostas aprovadas irão orientar a minuta da nova Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena que deverá ser aprovada na plenária final da 6ª CNSI.

Art. 6º O documento orientador da 6ª CNSI será elaborado pela Comissão Organizadora prevista no Art.3º, inciso I, da Portaria nº 1.730, de 14 de junho de 2018.

CAPÍTULO III

DO TEMA E DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 7º Nos termos da Portaria nº 1.730, de 14 de junho de 2018, e deste Regimento, a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena terá como tema central "Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas-PNASPI: Atenção Diferenciada, Vida e Saúde nas Comunidades Indígenas", com os seguintes eixos e subeixos temáticos:

I - Articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde:

- Implantação de farmácias vivas e hortos de plantas medicinais.
- Práticas de cura e autocuidado com especialistas tradicionais.
- Identificação e notificação dos tratamentos tradicionais.
- Articulação da biomedicina com a medicina tradicional, respeitando os itinerários terapêuticos.

II - Modelo de atenção e organização dos serviços de saúde:

- Atenção diferenciada.
- Indígenas em diferentes contextos: aldeados, contexto urbano, isolados e de recente contato, e em situações de vulnerabilidade.
- Criação de novos distritos.
- Média e alta complexidade.
- Produção de conhecimento.
- Sistema de informação e monitoramento das ações de saúde.

III - Recursos humanos e gestão de pessoal em contexto intercultural:

- Força de trabalho para atuar em contexto intercultural.
- Educação permanente para AIS e AISAN, e para profissionais da saúde indígena.
- Condições adequadas de espaço físico, logística e insumos para o desenvolvimento da qualidade do trabalho.
- Saúde do trabalhador.

IV - Infraestrutura e Saneamento:

- Infraestrutura dos estabelecimentos da saúde indígena.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Saneamento dos territórios indígenas (água, esgoto, resíduos sólidos).

V - Financiamento:

- Utilização do PAB Fixo e demais recursos da saúde dos municípios no atendimento diferenciado à população indígena, especialmente em contexto urbano.

- Aumento orçamentário e financeiro da saúde indígena.

- Estratégias para qualificar a gestão e aumentar a capacidade de execução orçamentária.

- Critérios de distribuição dos recursos orçamentários e financeiros.

- Política de assistência farmacêutica.

VI - Determinantes Sociais de Saúde:

- Regularização e proteção das terras indígenas, e reconhecimento dos territórios indígenas em contexto urbano.

- Cuidados ambientais, áreas degradadas, e faixa de proteção das Terras Indígenas.

- Sustentabilidade familiar.

- Segurança alimentar e nutricional.

- Suicídio, alcoolismo e dependência química.

VII - Controle Social e Gestão Participativa:

- Controle Social e gestão participativa.

- Instâncias de controle social da saúde indígena: FPCondisi, CONDISI, CLSI e CISI.

- Independência administrativa do controle social em relação à administração (SESAI, DSEI, Polo Base e políticos locais).

- Educação permanente dos conselheiros da saúde indígena.

§1º O tema central, os eixos temáticos e subeixos serão discutidos em mesas redondas, com coordenação, secretaria e expositores indicados pela Comissão Organizadora, com debate e participação dos delegados(as) e convidados(as).

§ 2º Serão elaboradas ementas que orientarão as apresentações dos expositores nas mesas redondas.

CAPÍTULO IV

DA METODOLOGIA

Art. 8º Os Relatórios das Conferências Distritais de Saúde Indígena, apresentados em versão resumida, em espaço dois, fonte Times New Roman ou Arial, deverão ser encaminhados à Comissão de Relatoria da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena até 1º de março de 2019, para elaboração do Relatório Consolidado da etapa distrital que subsidiará as discussões da etapa nacional.

§1º O Relatório da etapa local deve considerar os 7 (sete) eixos temáticos da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, e cada eixo poderá conter até 15 (quinze) propostas a serem encaminhadas à etapa distrital.

§2º O Relatório da etapa distrital deve considerar os 7 (sete) eixos temáticos da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, e cada eixo poderá conter até 10 (dez) propostas a serem encaminhadas à etapa nacional.

§3º O número geral de propostas da etapa local e distrital, além dos critérios previstos nos §1º e §2º deste artigo, será definido pela Comissão Organizadora da respectiva etapa e não comporá o Relatório da etapa distrital a ser enviado à etapa nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

§4º Os 7 (sete) eixos temáticos que irão orientar as etapas locais e distritais da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena deve conter no mínimo 2 (dois) subeixos e no máximo 6 (seis) subeixos relacionados com o tema central da 6ª CNSI.

Art. 9º A Comissão Organizadora da 6ª CNSI receberá os relatórios aprovados nas etapas distritais e elaborará o Relatório Consolidado da etapa distrital, que conterá até 10 propostas por subeixos, em um total de até 300 propostas, de acordo com o tema central da Conferência.

Art. 10 As discussões na etapa nacional da 6ª CNSI terão como base o Relatório Consolidado, os debates ocorridos nas reuniões macrorregionais, mesas redondas e nos Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO V

DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS

Art. 11 Serão consideradas como instâncias deliberativas da etapa nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena:

I - A Plenária de Abertura;

II - Os Grupos de Trabalho; e

III - A Plenária Final

§1º A Plenária de Abertura terá como objetivo deliberar sobre o Regulamento da etapa nacional da 6ª CNSI e contará com uma mesa paritária com coordenação e secretaria, todos indicados pela Comissão Organizadora.

§2º Os Grupos de Trabalho, compostos paritariamente, serão realizados simultaneamente, em um número total de 20 (vinte), e deliberarão sobre o Relatório Consolidado da etapa distrital, disponibilizado aos delegados(as) da etapa nacional da 6ª CNSI, da seguinte forma:

I - O Relatório Consolidado da etapa distrital será lido e votado em cada Grupo de Trabalho;

II - As propostas constantes do Relatório Consolidado da etapa distrital não destacadas nos Grupos de Trabalho serão consideradas aprovadas e farão parte do Relatório Final da 6ª CNSI;

III - As propostas que forem destacadas e que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais dos votos em Grupos de Trabalho, e que forem aprovadas por 11 (onze) ou mais dos Grupos de Trabalho, farão parte do Relatório Final da 6ª CNSI;

IV - Para apreciação na Plenária Final, as propostas constantes do Relatório Consolidado da etapa distrital, destacadas nos Grupos de Trabalho, deverão, obrigatoriamente, ter a aprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos votos mais um em 11 (onze) ou mais Grupos de Trabalho;

V - Na etapa nacional, haverá possibilidade de exclusão parcial ou total de texto e não serão acatadas propostas novas; e

VI - Os Grupos de Trabalho terão mesas paritárias, com coordenação e secretaria, todos indicados pela Comissão Organizadora.

§3º A delegação de algum DSEI que não se sentir contemplada na redação do Relatório Consolidado da etapa distrital poderá encaminhar recurso à Comissão de Relatoria, até às 18 horas do primeiro dia da etapa nacional (27 de maio de 2019), cabendo a esta Comissão responder o recurso antes da discussão do tema pelos Grupos de Trabalho, sendo indeferido qualquer recurso que não tiver relação com o Relatório da etapa distrital.

§4º A Plenária Final terá como objetivo aprovar: o Relatório Final da 6ª CNSI, a minuta atualizada da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e as moções de âmbito nacional.

§5º O Relatório Final, aprovado na Plenária Final da 6ª CNSI, será encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde e ao Ministério da Saúde para assinatura.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

Art. 12 A Comissão Organizadora é composta de 24 (vinte e quatro) membros e de forma paritária, indicados pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, assim distribuídos:

I - 12 (doze) representantes de usuários indígenas, sendo 6 (seis) indígenas representantes da CISI/CNS e 6 (seis) indígenas representantes do Fórum de Presidentes de CONDISI;

II - 4 (quatro) representantes não-indígenas;

III - 4 (quatro) representantes do segmento de gestores/prestadores de serviço, sendo um deles o Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), um representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e um representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); um outro representante do segmento de gestores/prestadores de serviço; e

IV - 4 (quatro) representantes do segmento de trabalhadores da saúde.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora poderá dispor, quando necessário, de convidados nas suas reuniões.

Art. 13 A Comissão Organizadora terá a seguinte estrutura:

I - Coordenador-Geral;

II - Secretário-Geral;

III - Comissão de Relatoria;

IV - Comissão de Comunicação e Informação; e

V - Comissão de Infraestrutura.

§1º O Coordenador-Geral será o Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

§2º O Secretário-Geral será indicado pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde dentre os integrantes da Comissão Organizadora Nacional da 6ª CNSI.

§3º A Comissão de Relatoria será composta por 17 (dezessete) integrantes, sendo:

I - 1 (um) Relator-Geral e 1 (um) Relator-Adjunto, indicados pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, sendo um deles conselheiro nacional de saúde; e

II - 15 (quinze) relatores, indicados pela Comissão Organizadora.

§4º As Comissões de Comunicação e Informação e de Infraestrutura serão compostas por 8 (oito) integrantes cada, de forma paritária, sendo o coordenador e o coordenador adjunto indicados dentre os membros da Comissão Organizadora e terá a seguinte composição:

I - 4 (quatro) usuários, sendo 3 (três) indígenas e 1(um) não-indígena;

II - 2 (dois) gestores; e

III - 2 (dois) profissionais/trabalhadores de saúde, sendo 1 (um) trabalhador da saúde indígena e 1 (um) do Conselho Nacional de Saúde.

§5º A Comissão Organizadora poderá indicar pessoas e representantes de entidades com contribuição significativa na área, para integrarem as Comissões como apoiadores.

§6º A Comissão Organizadora contará, para a execução de suas atividades, com o apoio do Comitê Executivo e das Comissões de Relatoria, de Comunicação e Informação e de Infraestrutura.

Art. 14 O Comitê Executivo será designado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes dos seus órgãos, para dar apoio administrativo, financeiro, técnico e de infraestrutura para execução das suas atividades e das deliberações do Pleno do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Organizadora à realização da 6ª CNSI.

Parágrafo único. O Comitê Executivo contará com a participação de dois membros da Comissão Organizadora, e com o Secretário-Executivo e Secretário-Adjunto do Conselho Nacional de Saúde.

Art.15 A Comissão Organizadora, o Comitê Executivo e as Comissões de Relatoria, de Comunicação e Informação e de Infraestrutura contarão com suporte técnico, financeiro e administrativo do Ministério da Saúde para realização da 6ª CNSI.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16 A Comissão Organizadora da 6ª CNSI tem as seguintes atribuições:

I. Encaminhar a realização da 6ª CNSI, atendendo às deliberações do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde;

II. Acompanhar e apoiar a realização das etapas locais e distritais da 6ª CNSI;

III. Indicar os nomes dos 15 (quinze) relatores para comporem a Comissão de Relatoria;

IV. Propor ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde:

a. O Regulamento da etapa nacional e a metodologia de realização da 6ª CNSI;

b. Os nomes dos expositores das mesas redondas; e

c. A elaboração do roteiro de orientação para os expositores das mesas redondas.

V. Acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para a etapa nacional;

VI. Apresentar ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde a prestação de contas da 6ª CNSI;

VII. Encaminhar o Relatório Final da 6ª CNSI ao Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional Saúde;

VIII. Realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados(as); e

IX. Discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da 6ª CNSI e não previstas nos itens anteriores, ad referendum ao Conselho Nacional de Saúde.

Art. 17. Ao Coordenador-Geral cabe:

I. Convocar as reuniões da Comissão Organizadora;

II. Coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;

III. Submeter à aprovação do Conselho Nacional de Saúde as propostas e os encaminhamentos da Comissão Organizadora anteriores à realização da etapa nacional; e

IV. Supervisionar todo o processo de organização e realização da 6ª CNSI.

Art. 18 Ao Secretário-Geral cabe:

I. Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;

II. Participar das reuniões do Comitê Executivo;

III. Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da realização da 6ª CNSI; e

IV. Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da 6ª CNSI para providências.

Art. 19 Ao Relator-Geral cabe:

I. Coordenar a Comissão de Relatoria da etapa nacional;

II. Estimular o encaminhamento, em tempo hábil, dos Relatórios das Conferências Distritais à Comissão Organizadora da 6ª CNSI;

III. Coordenar a elaboração do Relatório Consolidado da etapa distrital para distribuição aos delegados(as) da etapa nacional da 6ª CNSI;

IV. Consolidar os Relatórios da etapa distrital e preparar para distribuição aos delegados(as) da 6ª CNSI;

V. Coordenar a elaboração dos consolidados dos Grupos de Trabalho;

VI. Acompanhar a elaboração do modelo do Sistema de Apoio a Conferências (SISConferência) adequado à saúde indígena pelo Datasus;

VII. Coordenar a elaboração e a organização das moções, aprovadas na Plenária Final, no Relatório Final da 6ª CNSI; e

VIII. Coordenar a elaboração da minuta de atualização da PNASPI e do Relatório Final da 6ª CNSI a ser encaminhado ao Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde.

Parágrafo único. O Relator-Geral será substituído, em seus impedimentos eventuais, pelo Relator Adjunto.

Art. 20 Ao Coordenador de Comunicação e Informação cabe:

I. Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da 6ª CNSI;

II. Promover a divulgação do Regimento da 6ª CNSI;

III. Orientar as atividades de Comunicação Social da 6ª CNSI;

IV. Promover a divulgação da 6ª CNSI; e

V. Articular, especialmente com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro da Saúde, a elaboração de um plano geral de Comunicação Social da Conferência.

Art. 21 Ao Coordenador da Comissão de Infraestrutura cabe:

I.Propor condições de infraestrutura necessárias à realização da 6ª CNSI referente ao local, equipamentos e instalações, recursos audiovisuais, reprografia, comunicação, hospedagem, transporte, alimentação; e

II. Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da 6ª CNSI.

Art. 22 Ao Comitê Executivo cabe:

I. Implementar as deliberações da Comissão Organizadora;

II. Articular a dinâmica de trabalho entre a Comissão Organizadora e o Ministério da Saúde;

III. Enviar orientações aos Conselhos Distritais de Saúde Indígenas dos DSEI e às entidades nacionais da sociedade relacionadas às matérias aprovadas pela Comissão Organizadora;

IV. Estimular e apoiar as etapas locais e distritais da 6ª CNSI nos seus aspectos preparatórios;

V. Encaminhar processos administrativos com prestação de contas à Comissão Organizadora da 6ª CNSI;

VI. Obter dos expositores os textos de suas apresentações para fins de arquivo e divulgação;

VII. Elaborar o orçamento e providenciar as suplementações necessárias, assim como propor a infraestrutura da 6ª CNSI;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII. Convocar técnicos dos órgãos do Ministério da Saúde, e auxiliá-los, em caráter temporário ou permanente, no exercício das suas atribuições;

IX. Propor a celebração de contratos e convênios necessários à realização da 6ª CNSI;

X. Propor, elaborar e realizar métodos de credenciamento dos delegados(as) da etapa nacional e os controles necessários;

XI. Propor e organizar a Secretaria da 6ª CNSI;

XII. Promover, em conjunto com a Comissão de Comunicação e Informação, a divulgação da 6ª CNSI;

XIII. Monitorar o andamento das etapas locais e distritais da 6ª CNSI, por meio das suas Comissões Organizadoras Distritais, especialmente no recebimento de seus relatórios finais; e

XIV. Providenciar os atos e encaminhamentos pertinentes ao fluxo dos gastos com as devidas previsões, cronogramas e planos de aplicação.

Parágrafo único. O Comitê Executivo da 6ª CNSI contará com suporte técnico e administrativo do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena, para a realização das atividades necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 23 O Plenário do Conselho Nacional de Saúde terá como atribuições principais:

I. Deliberar sobre todas as questões pertinentes à realização da 6ª CNSI;

II. Participar da promoção e supervisão da 6ª CNSI, em todas as suas etapas de realização, observando os aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros; e

III. Indicar os membros da Comissão Organizadora, exceto o Coordenador-Geral, o Relator-Geral e o Relator-Adjunto da Comissão de Relatoria e os Coordenadores das Comissões de Comunicação e Informação e de Infraestrutura, garantindo, em cada uma dessas Comissões, a participação indígena no segmento de usuários e de profissionais/trabalhadores de saúde.

CAPÍTULO VIII

DOS PARTICIPANTES

Art. 24 A etapa nacional da 6ª CNSI contará com 1.910 participantes, dentre os quais 1.819 serão delegados(as), conforme consta dos Anexos I, II e III.

Parágrafo único. Nos termos do §4º, Art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução CNS nº 453/2012, a representação dos usuários nas Etapas Distrital e Nacional da 6ª CNSI será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais/trabalhadores de saúde, sendo assim configurada a participação:

I. 50% dos participantes serão representantes dos usuários indígenas;

II. 25% dos participantes serão representantes dos profissionais/trabalhadores de saúde; e

III. 25% serão representantes de gestores e prestadores de serviços de saúde.

Parágrafo único. Os presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena serão delegados(as) natos da delegação de cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Das vagas destinadas ao segmento do usuário, uma vaga deverá ser garantida aos indígenas que residem fora de Terra Indígena.

Art. 25 Os participantes da Etapa Nacional da 6ª CNSI distribuir-se-ão em duas categorias:

I. Delegados(as), com direito à voz e voto; e

II. Convidados, com direito à voz.

Art. 26 Serão delegados(as) na 6ª CNSI (Anexo I):

I. Delegados(as) eleitos nas etapas distritais, de acordo com os seguintes critérios:

a.A distribuição do total de delegados se fará a partir da divisão proporcional do índice de representação de cada delegado(a), resultado da divisão da população indígena do País pelo número de delegados(as) previstos para serem eleitos; e

b.O número final de delegados(as) por DSEI deverá ser múltiplo de 4 (quatro), para dar cumprimento ao previsto no Art. 22 deste Regimento.

II. Delegados(as) eleitos por órgãos de governo e entidades de abrangência e representação nacionais no total de 5% (cinco por cento) dos delegados(as) dos DSEI da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, assim distribuídos:

a.Delegados(as) eleitos pelos gestores municipais (CONASEMS), estaduais (CONASS) e federal (Ministério da Saúde);

b.Delegados(as) eleitos por entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde;

c.Delegados(as) eleitos por entidades nacionais de profissionais/trabalhadores de saúde;

d.Delegados(as) eleitos por entidades e movimentos de usuários incluindo as organizações indígenas de macrorregiões.

III. Delegados(as) natos do Conselho Nacional de Saúde, conselheiros nacionais de saúde, titulares ou suplentes.

Parágrafo único. Com o propósito de promover ampla participação dos usuários, trabalhadores da saúde, gestores e prestadores, a Comissão Organizadora Nacional recomenda que a eleição de delegados distritais considere os critérios demográficos, de equidade e a legitimidade das representações.

Art. 27 Serão eleitos, na etapa Distrital, 30% (trinta por cento) de delegados suplentes do total de cada segmento, para a substituição, se necessário, de titulares na 6ª CNSI.

§1º As Comissões Organizadoras da etapa distrital deverão comunicar, até o dia 29 de março de 2019, os suplentes que serão credenciados no início da 6ª CNSI.

§2º Os demais suplentes que vierem a preencher vagas de titulares entre os dias 29 de março a 12 de abril de 2019 serão credenciados, excepcionalmente, no dia 27 de maio de 2019.

Art. 28 A inscrição de delegados para a 6ª CNSI deverá ser feita nos DSEI, pelas Comissões Organizadoras de cada Distrito Sanitário Especial Indígena.

I. As inscrições dos delegados eleitos nos DSEI devem ser enviadas ao Comitê Executivo até 15 de março de 2019; e

II. As inscrições dos delegados eleitos por órgãos de governo e entidades de abrangência e representação nacionais devem ser enviadas ao Comitê Executivo até 15 de março 2019.

Art. 29 Os delegados que participarão da etapa distrital da 6ª CNSI serão eleitos entre os participantes das etapas locais e os que participarão da Etapa Nacional serão eleitos entre os participantes das etapas distritais.

Parágrafo único. Recomenda-se à Comissão Organizadora da etapa distrital que sejam contempladas as participações de conselheiros estaduais e municipais de saúde.

Art. 30 Os Conselheiros de Saúde titulares são delegados natos para participarem das seguintes etapas:

I. Etapa local: Conselheiros Locais de Saúde Indígena;

II. Etapa distrital: Conselheiros Distritais de Saúde Indígena;

III. Etapa nacional: Conselheiros Representantes do FPCONDISI; e

IV. Etapa nacional: Conselheiros Nacionais de Saúde.

Art. 31 Serão convidados para a 6ª CNSI:

I. Representantes de órgãos, entidades, instituições nacionais e internacionais;

II. Personalidades nacionais e internacionais, com atuação de relevância na área de saúde indígena e setores afins;

III. Entidades/movimentos sociais indígenas.

§1º Os convidados para a Conferência Nacional terão percentual de até 15% (quinze por cento) do total de delegados da 6ª CNSI.

§2º O Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde/SESAI definirão os convidados da 6ª CNSI.

§3º As inscrições dos convidados deverão ser enviadas ao Comitê Executivo até 20 de março de 2019.

Art. 32 Os participantes com deficiências e/ou patologias deverão fazer o registro na ficha de inscrição da 6ª CNSI, para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 33 As despesas com a organização geral para a realização da 6ª CNSI correrão à conta da dotação orçamentária consignada pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde arcará com as despesas de hospedagem, alimentação e transporte de todos os Delegados que participarão da 6ª CNSI durante a realização da sua etapa nacional.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 6ª CNSI.

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE DELEGADOS E CONVIDADOS - ETAPA NACIONAL

SEGMENTOS	ELEITOS DSEI	ELEITOS ENTIDADES E INTITUIÇÕES NACIONAIS	ELEITOS CONSELHEIROS NACIONAIS DE SAÚDE	ELEITOS CONSELHEIROS DO FPCONDISI	TOTAL PARCIAL	5% CONVIDADOS	TOTAL
Usuários (50%)	824	40	24	43	931	-	931
Trabalhadores da Saúde (25%)	412	20	12	-	444	-	444
Gestores e Prestadores (25%)	412	20	12	-	444	-	444
TOTAL	1.648	80	48	43	1.819	91	1.910

ANEXO III

DISTRIBUIÇÃO DELEGADOS PARA ETAPA DISTRITAL

										Trabalhadores			Gestores/Prestadores				
DSEI	População Siasi 2017	População/1000	Ajuste Multiplo 4	Usuá-rios	Subtotal Usuários	No. Municipios SUS	Vagas Paritárias	Total Parcial	Vagas Usuários	No. Vagas	Eleito pelo CLSI	Eleito pelo CMS	No. Vagas	Eleito pelo CLSI	Eleito pelo CMS	Conselheiro Distrital	Total Geral
ALAGOAS E SERGIPE	15.336	15	17	32	64	10	40	104	52	26	16	10	26	16	10	24	128
ALTAMIRA	3.938	4	12	16	32	5	20	52	26	13	8	5	13	8	5	68	120
ALTO RIO JURUÁ	17.547	17	23	40	80	8	32	112	56	28	20	8	28	20	8	20	132
ALTO RIO NEGRO	40.684	40	40	80	160	3	12	172	86	43	40	3	43	40	3	56	228
ALTO RIO PURUS	14.308	14	18	32	64	7	28	92	46	23	16	7	23	16	7	28	120
ALTO RIO SOLIMÕES	67.532	68	68	136	272	7	28	300	150	75	68	7	75	68	7	72	372
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	12.286	12	12	24	48	4	16	64	32	16	12	4	16	12	4	32	96
ARAGUAIA	5.445	5	11	16	32	12	48	80	40	20	8	12	20	8	12	72	152
BAHIA	30.334	30	34	64	128	23	92	220	110	55	32	23	55	32	23	36	256
CEARÁ	34.134	34	38	72	144	18	72	216	108	54	36	18	54	36	18	72	288
CUIABÁ	6.620	7	9	16	32	16	64	96	48	24	8	16	24	8	16	32	128
GUAMÁ-TOCANTINS	13.802	14	18	32	64	17	68	132	66	33	16	17	33	16	17	36	168
INTERIOR SUL	74.200	74	78	152	304	65	260	564	282	141	76	65	141	76	65	64	628
KAIAPÓ DO MATO GROSSO	6.321	6	10	16	32	6	24	56	28	14	8	6	14	8	6	40	96
KAIAPÓ DO PARÁ	5.631	6	10	16	32	6	24	56	28	14	8	6	14	8	6	20	76
LESTE DE RORAIMA	52.198	52	52	104	208	10	40	248	124	62	52	10	62	52	10	40	288
LITORAL SUL	11.304	11	13	24	48	68	272	320	160	80	12	68	80	12	68	68	388
MANAUS	29.941	30	34	64	128	15	60	188	94	47	32	15	47	32	15	48	236
MARANHÃO	35.832	35	37	72	144	16	64	208	104	52	36	16	52	36	16	52	260
MATO GROSSO DO SUL	80.848	80	80	160	320	129	516	836	418	209	80	129	209	80	129	40	876

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

DISTRIBUIÇÃO DELEGADOS PARA ETAPA NACIONAL

DSEI	População Siasi 2017	Pop/ 1000	Ajuste Múltiplo 4	Usuários	Trabalhadores	Gestores/ Prestadores	TOTAL
ALAGOAS E SERGIPE	15.336	15	1	16	8	8	32
ALTAMIRA	3.938	4	4	8	4	4	16
ALTO RIO JURUÁ	17.547	17	3	20	10	10	40
ALTO RIO NEGRO	40.684	40	0	40	20	20	80
ALTO RIO PURUS	14.308	14	2	16	8	8	32
ALTO RIO SOLIMÕES	67.532	68	0	68	34	34	136
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	12.286	12	0	12	6	6	24
ARAGUAIA	5.445	5	3	8	4	4	16
BAHIA	30.334	30	2	32	16	16	64
CEARÁ	34.134	34	2	36	18	18	72
CUIABÁ	6.620	7	1	8	4	4	16
GUAMÁ-TOCANTINS	13.802	14	2	16	8	8	32
INTERIOR SUL	74.200	74	2	76	38	38	152
KAIAPÓ DO MATO GROSSO	6.321	6	2	8	4	4	16
KAIAPÓ DO PARÁ	5.631	6	2	8	4	4	16
LESTE DE RORAIMA	52.198	52	0	52	26	26	104
LITORAL SUL	11.304	11	1	12	6	6	24
MANAUS	29.941	30	2	32	16	16	64
MARANHÃO	35.832	35	1	36	18	18	72
MATO GROSSO DO SUL	80.848	80	0	80	40	40	160
MÉDIO RIO PURUS	7.082	7	1	8	4	4	16
MÉDIO RIO SOLIMÕES E AFLUENTES	23.568	24	0	24	12	12	48
MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	16.034	16	0	16	8	8	32
PARINTINS	16.603	16	0	16	8	8	32
PERNAMBUCO	52.321	52	0	52	26	26	104
PORTO VELHO	12.297	12	0	12	6	6	24
POTIGUARA	16.486	16	0	16	8	8	32
RIO TAPAJÓS	12.630	12	0	12	6	6	24
TOCANTINS	12.297	12	0	12	6	6	24
VALE DO JAVARI	6.169	6	2	8	4	4	16
VILHENA	8.423	8	0	8	4	4	16
XAVANTE	20.156	20	0	20	10	10	40
XINGU	7.216	7	1	8	4	4	16
YANOMAMI	24.915	25	3	28	14	14	56
TOTAL	785.770			824	412	412	1.648

ANEXO V

DISTRIBUIÇÃO DELEGADOS DA ETAPA NACIONAL POR REGIÃO

REGIÃO	DSEI	No. DELEGADOS
REGIÃO NORTE 1	ALTO RIO NEGRO	80
	ALTO RIO SOLIMÕES	136
	MANAUS	64
	MÉDIO RIO PURUS	16
	MÉDIO RIO SOLIMÕES E AFLUENTES	48
	PARINTINS	32
	VALE DO JAVARI	16
	SUBTOTAL	392
REGIÃO NORTE 2	ALTAMIRA	16
	ALTO RIO JURUÁ	40
	ALTO RIO PURUS	32
	AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	24
	GUAMÁ-TOCANTINS	32
	KAIAPÓ DO PARÁ	16
	LESTE DE RORAIMA	104
	PORTO VELHO	24
	RIO TAPAJÓS	24
	TOCANTINS	24
	VILHENA	16
	YANOMAMI	56
	SUBTOTAL	408
REGIÃO NORDESTE	ALAGOAS E SERGIPE	32
	BAHIA	64
	CEARÁ	72
	MARANHÃO	72
	PERNAMBUCO	104
	POTIGUARA	32
	SUBTOTAL	376
REGIAO CENTRO-OESTE	ARAGUAIA	16
	CUIABÁ	16
	KAIAPÓ DO MATO GROSSO	16
	MATO GROSSO DO SUL	160
	XAVANTE	40
	XINGU	16
	SUBTOTAL	264
REGIÃO SUL/SUDESTE	INTERIOR SUL	152
	LITORAL SUL	24
	MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	32
	SUBTOTAL	208

RESOLUÇÃO Nº 589, DE 13 DE JULHO DE 2018

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Sétima Reunião Ordinária, realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2018, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata; e

considerando o que dispõe ao Art. 198 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil;

considerando o que dispõe a Lei nº 8142/1990, em seu Art. 1º, § 2° "O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo";

considerando o que dispõe a Lei nº 141/2012, em seu artigo 44: "No âmbito de cada ente da Federação, o gestor do SUS disponibilizará ao Conselho de Saúde, com prioridade para os representantes dos usuários e dos trabalhadores da saúde, programa permanente de educação na saúde para qualificar sua atuação na formulação de estratégias e assegurar efetivo controle social da execução da política de saúde, em conformidade com o §2º do Art. 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990";

considerando as Resoluções CNS nº 513, de 6 de maio de 2016 e nº 525, de 8 de julho de 2016, que dispõem sobre as Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde;

considerando as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS, aprovada pela Resolução CNS nº 363, de 11 de agosto de 2006;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando que a Comissão Interserorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS (CIEPCSS) tem a missão de assessorar o Conselho Nacional de Saúde no acompanhamento da implementação da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS, com o objetivo de fortalecimento do controle social;

considerando que diversas atividades realizadas pelo Conselho Nacional de Saúde tem a intencionalidade de construir um processo de Educação Permanente e que, especialmente, o "Projeto de Formação para o Controle Social no SUS", realizado no período de 2017 a 2018, com abrangência nacional e avaliação positiva de seus impactos, inclusive para a formação de multiplicadores;

considerando o objetivo nº 10 dos ODS/ONU, que propõe a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles, tanto pelo empoderamento e promoção "da inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra" (10.2) quanto pela garantia de igualdade de oportunidades e redução das desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito; e

considerando os debates realizados pela Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS (CIEPCSS/CNS), no dia 14 de junho de 2018, no item 3 da pauta com o tema "formação para os/as conselheiros/as nacionais de saúde, resolve:

Art. 1º A cada início de gestão do Conselho Nacional de Saúde, antecedendo a realização do Planejamento Estratégico, será realizada atividade de formação para as Conselheiras e os Conselheiros Nacionais de Saúde, titulares e suplentes, organizada pela Comissão de Educação Permanente para o Controle Social no SUS (CIEPCSS).

Art. 2º A atividade a que se refere o Art. 1º desta resolução tem por objetivo contribuir com uma atuação em prol da democratização do Estado, da garantia dos direitos sociais e da participação da população na política da saúde, reafirmando o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde para o fortalecimento do controle social no SUS.

Art. 3º O conteúdo da atividade formativa prevista nesta resolução deve ter a seguinte temática:

I - Conceito de saúde e concepção de sociedade;

II - Histórico da política de saúde e do SUS;

III - Princípios do SUS;

IV - Modelo de atenção e organização das ações e serviços;

V- Democracia, participação social e controle social; e

VI - Estrutura institucional da participação no SUS.

Art. 4º A participação nesta atividade de formação também deve ser ofertada e garantida a cada substituição de Conselheiros(as), durante todo o mandato.

Art. 5º Aos integrantes das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde também deve ser garantida a realização de atividade de formação e acolhimento, no início da gestão.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 589, de 13 de julho de 2018, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

GILBERTO OCCHI
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 592, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), na sua Trecentésima Oitava Reunião Ordinária, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata; e

Considerando a necessidade de avançar no processo organizativo e de articulação entre os conselhos de saúde nas esferas nacional, estaduais e municipais com vistas ao fortalecimento do controle social e da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando que o Conselho Nacional de Saúde é parte essencial do processo de articulação entre os Conselhos, sendo esta uma de suas competências regimentais;

Considerando que a Coordenação Nacional de Plenárias de Conselhos de Saúde foi aprovada no 1º Congresso Nacional de Conselhos de Saúde, que ocorreu no ano de 1995 na cidade de Salvador, com a função de potencializar a relação do controle social em defesa do SUS por meio do intercâmbio de demandas, práticas, experiências e saberes entre os conselhos nos três entes federativos;

Considerando a conjuntura de austeridade fiscal e restrição de direitos como a aprovação da Lei da Terceirização e da promulgação da Emenda Constitucional nº 95 que põem em xeque inúmeras conquistas sociais pós-redemocratização;

Considerando a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas, da qual o Brasil é signatário;

Considerando que a implantação da Agenda 2030 exigirá uma nítida prioridade dos governos federal, estaduais, distrital e municipais para superação do desafio de implementar políticas e programas transversais e intersetoriais;

Considerando que a ampliação dos canais institucionais de participação social tem sido fundamental para o aprofundamento do exercício da democracia, por meio da prática de uma cidadania ativa; e

Considerando que a 21ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Populares, realizada em Brasília, nos dias 4 e 5 de abril de 2018, aprovou moção de apoio à Coordenação Nacional de Plenárias recomendando a atualização da Resolução CNS nº 451, de 15 de março de 2012, que define as regras básicas de sua organização, no sentido de garantir maior envolvimento dos Munícipios, Estados e Distrito Federa, resolve:

Art. 1º A Resolução CNS nº 451, de 15 de março de 2012, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

"[...]

9. Sem prejuízo do disposto na Resolução CNS nº 451, de 15 de março de 2012, os Coordenadores Estaduais e Distrital de Plenária serão membros da Coordenação da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde.

9.1. Os Conselhos Estaduais de Saúde deverão comunicar ao Conselho Nacional de Saúde, em tempo hábil, as datas das respectivas plenárias estaduais que elegerão os coordenadores estaduais para compor a Coordenação de Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, para envio de representante do CNS para acompanhamento do processo eleitoral.

10. Com vistas a viabilizar o funcionamento da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, a função da Coordenação da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde é promover processos participativos de qualificação política, mobilização social e aprofundamento do diálogo interfederativo pelo controle social.

a) Diante das atribuições previstas no tópico 9, a Coordenação da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde deve reportar seus esforços ao Pleno do Conselho Nacional de Saúde, que encaminhará seus debates para possíveis deliberações, ações e atos normativos de sua competência legal e institucional.

b) A Coordenação da Plenária Estadual de Conselhos de Saúde está vinculada ao Conselho Estadual de Saúde, sendo seus membros eleitos nas Plenárias Estaduais.

11. Sem prejuízo do disposto no tópico 2 da Resolução CNS nº 451, de 15 de março de 2012, os/as representantes dos estados na Coordenação de Plenária Nacional de Conselhos de Saúde serão eleitos em Plenária Estadual, entre todos/as candidatos/as interessados/as, com representação do máximo de Conselhos de Saúde dos Munícipios do respectivo estado.

12. Após o processo eleitoral para a condução dos representantes titulares e suplentes dos estados à Coordenação da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e dos atos de ofício previstos no tópico 5 da Resolução CNS nº 451, de 15 de março de 2012, caberá ao Gestor Estadual do SUS garantir a participação dos Coordenadores Estaduais e Distrital de Plenária nas ações e atividades institucionais convocadas e/ou deliberadas pelas instâncias do Controle Social por meio do custeio das despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 592, de 9 de agosto de 2018, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

GILBERTO OCCHI
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 594, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Oitava Reunião Ordinária, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2018, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata, resolve:

Aprovar o Regimento da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), que tem por tema "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução nº 594, de 9 de agosto de 2018, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

GILBERTO OCCHI
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO I

REGIMENTO DA 16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (=8ª+8)

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º A 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), convocada pelo Decreto Presidencial nº 9.463, de 08 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 10 de agosto de 2018, tem por objetivos:

I - Debater o tema da Conferência com enfoque na saúde como direito e na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS);

II - Pautar o debate e a necessidade da garantia de financiamento adequado e suficiente para o SUS;

III - Reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do SUS, para garantir a saúde como direito humano, a sua universalidade, integralidade e equidade do SUS, com base em políticas que reduzam as desigualdades sociais e territoriais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

IV - Mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade brasileira acerca da saúde como direito e em defesa do SUS;

IV - Fortalecer a participação e o controle social no SUS, com ampla representação da sociedade em todas as etapas da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

VI - Avaliar a situação de saúde, elaborar propostas a partir das necessidades de saúde e participar da construção das diretrizes do Plano Plurianual - PPA e dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde, no contexto dos 30 anos do SUS;

VII - Aprofundar o debate sobre as possibilidades sociais e políticas de barrar os retrocessos no campo dos direitos sociais, bem como da necessidade da democratização do Estado, em especial as que incidem sobre o setor saúde.

CAPÍTULO II

DO TEMA

Art. 2º A 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), em virtude da referência celebratória à 8ª Conferência Nacional de Saúde, tem como tema: "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

§1º Os eixos temáticos da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) são:

I - Saúde como direito;

II - Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); e

III - Financiamento adequado e suficiente para o SUS.

§2º As apresentações das Expositoras e dos Expositores, nas distintas etapas da Conferência, têm a finalidade de qualificar os debates, e serão orientadas por Ementas.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS

Art. 3º As Atividades Preparatórias possuem caráter formativo e, conforme previsto na Resolução CNS nº 568, de 8 de dezembro de 2017, é integrada pelos seguintes documentos e processos:

I - Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu);

II - 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (1ª CNVS);

III - Fórum Social Mundial/2018;

IV - Semana da Saúde, de 2 a 8 de abril de 2018;

V - Congresso da Rede Unida/2018;

VI - Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) 2018;

VII - XXXIV Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde/2018;

VIII - Atividades temáticas, nas áreas abaixo relacionadas, a serem coordenadas pelas Comissões Intersetoriais do CNS de forma articulada com as questões transversais de equidade, saúde de pessoas com patologias, ciclos de vida, promoção, proteção e práticas integrativas, alimentação e nutrição e educação permanente:

a) Saúde das Pessoas com Deficiência;

b) Assistência Farmacêutica e Ciência e Tecnologia;

c) Saúde Bucal;

d) Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

e) Saúde Mental;

f) Saúde da População Negra;

g) Recursos Humanos e Relações de Trabalho; e

h) Orçamento e financiamento adequado e suficiente para o SUS.

IX - Plenárias Populares, com a participação de conselheiras e conselheiros municipais, estaduais e nacionais, entidades e movimentos sociais, populares e sindicais, cujos objetivos, conteúdos e metodologias terão por base as definições do Art. 1º deste Regimento.

X - Conferências livres, compreendidas como os Debates, Encontros e Plenárias para promover a participação nas etapas Municipal, Estadual e do Distrito Federal e Nacional.

§1º As atividades preparatórias não têm caráter deliberativo e antecede as etapas Municipal, Estadual/Distrito Federal e Nacional.

§2º Com o objetivo de ampliar a participação popular nos debates dos temas propostos pela 16ª CNS (=8ª+8), as atividades preparatórias possuem alta relevância política e por isso, constituirão parte significativa da Conferência em todas as ações prévias de suas etapas, conforme previsto neste Regimento.

§3º Diante da necessidade de ampliar a participação e a mobilização popular nos debates e na ação pública em torno da saúde como direito e do processo eleitoral do ano de 2018, a participação direta nas atividades preparatórias será condição essencial para a candidatura enquanto Delegada e Delegado de todas as demais etapas da conferência, sobretudo, para o conjunto da delegação a ser eleito por via horizontal.

CAPÍTULO IV

DAS ETAPAS

Art. 4º A 16ª CNS conta com 3 (três) etapas para debate, elaboração, votação e acompanhamento de propostas, de acordo com o seguinte calendário:

I - Etapa Municipal: 2 de janeiro a 15 de abril de 2019;

II - Etapa Estadual e do Distrito Federal: 16 de abril a 15 de junho de 2019;

III - Etapa Nacional: 28 a 31 de julho de 2019.

§1º Todas as etapas deverão ser antecedidas por atividades preparatórias, bem como de monitoramento e acompanhamento do posterior desdobramento das diretrizes e propostas aprovadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§2º Os debates sobre o tema e os eixos temáticos da Conferência serão conduzidos nas etapas Municipal, Estadual e do Distrito Federal e na etapa Nacional, com base em Documento Orientador elaborado pelo Conselho Nacional de Saúde.

§3º As deliberações da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) serão objeto de monitoramento pelas instâncias de controle social, em todas suas esferas, com vistas a acompanhar seus desdobramentos.

§4º A Etapa Nacional ocorrerá ainda que não sejam realizadas as etapas previstas nos incisos I e II em sua integralidade.

§5º Em todas as etapas da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será assegurada a paridade das Delegadas e dos Delegados representantes dos Usuários em relação ao conjunto das Delegadas e dos Delegados dos demais segmentos, no conjunto dos eleitos pela via ascendente, obedecendo ao previsto na Resolução CNS nº 453/2012 e na Lei nº 8.142/1990.

§6º A eleição por via ascendente é aquela regida pelos processos eleitorais tradicionais das Conferências de Saúde, ou seja, é pela via ascendente que se elege, na Etapa Municipal, a delegação do respectivo Município para participação da Etapa Estadual, sendo na Etapa Estadual que se elege a delegação do respectivo estado e do Distrito Federal para a Etapa Nacional.

§7º A eleição por via horizontal é uma nova prática da participação social por meio da qual uma parcela da delegação estadual será eleita entre as/os representantes de entidades e movimentos sociais que, comprovadamente, atuaram na mobilização social e nos debates públicos das atividades preparatórias da 16ª CNS (8ª+8).

§8º Em todas as etapas da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será assegurada acessibilidade plena, considerando aspectos arquitetônicos, atitudinais, programáticos e comunicacionais, de acordo com o Manual de Acessibilidade para a 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), recomendado pela Comissão Intersetorial de Atenção a Saúde das Pessoas com Deficiência (CIASPD/CNS), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

§9º Conforme previsto na Resolução CNS nº 568, de 8 de dezembro de 2017, a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (6ª CNSI), convocada pela Resolução CNS nº 567, de 08 de dezembro de 2017, contribuirá com subsídios para a 16ª CNS (=8ª+8).

Art. 5º A responsabilidade pela realização de cada etapa da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), incluído o seu acompanhamento, será de competência da respectiva esfera de governo (Municipal, Estadual e do Distrito Federal e Nacional) e seus respectivos Conselhos de Saúde, com apoio solidário de movimentos, entidades e instituições.

Seção I

DA ETAPA MUNICIPAL

Art. 6º A Etapa Municipal da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), com base em Documento Orientador e sem prejuízo de outros debates, tem o objetivo de analisar as prioridades locais de saúde, formular propostas no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União, e elaborar Relatório Final, nos prazos previstos por este Regimento.

§1º A divulgação da Etapa Municipal será ampla e a participação aberta a todas e a todos, com direito a voz e voto, em todos seus espaços.

§2º O Documento Orientador a que se refere o caput deste artigo será definido pelo Conselho Nacional de Saúde e editado após a publicação deste Regimento.

§3º As propostas e diretrizes que incidirão sobre as políticas de saúde nas esferas Estadual, do Distrito Federal e Nacional serão destacadas no Relatório Final da Etapa Municipal.

§4º O Relatório Final da Etapa Municipal será de responsabilidade dos Conselhos Municipais de Saúde e deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 25 de abril de 2019.

§5º O Relatório Final das conferências regionais do Distrito Federal deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Etapa do Distrito Federal até o dia 25 de abril de 2019.

§6º O registro dos dados sobre sua Conferência no Portal da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será feito por cada Conselho Municipal de Saúde, até o dia 25 de abril de 2019.

Art. 7º Na Conferência Municipal serão eleitas, de forma paritária, as Delegadas e os Delegados que participarão da Conferência Estadual, conforme Resolução CNS nº 453/2012.

§1º O resultado da eleição das Delegadas e Delegados da Etapa Municipal será enviado pelos Conselhos Municipais de Saúde à Comissão Organizadora da Etapa Estadual e do Distrito Federal até o dia 15 de abril de 2019.

§2º A atualização dos dados junto ao Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde - SIACS será feito por cada Conselho Municipal de Saúde, até o dia 25 de abril de 2019.

§3º As Plenárias das Conferências Municipais deverão incentivar que sejam eleitas pessoas que ainda não participaram de outras conferências e que tenham demonstrado compromisso ético e político com a conferência, bem como com os debates em torno do tema central da 16ª CNS (=8ª+8).

§4º Poderá compor a delegação dos munícipios para a etapa estadual da 16ª CNS (=8ª+8), todas as pessoas interessadas nos debates, desde que se inscrevam na condição de participante livre, para os quais não será assegurada hospedagem e alimentação.

Art. 8º As atividades preparatórias da Etapa Municipal da 16ª CNS (=8ª+8) devem ser organizadas ainda no ano de 2018 com vistas a potencializar a participação popular nos debates dos eixos da Conferência e ampliar as vozes e representações sociais em torno da defesa da consolidação do SUS e do seu financiamento adequado e suficiente.

§1º Todas as instituições, entidades e movimentos populares e sociais que tenham em sua agenda de debate e ação a defesa dos direitos sociais, da democracia e da participação popular poderão organizar atividades da Etapa Preparatória da 16ª CNS (=8ª+8), em especial as descritas nos incisos VIII, IX e X do Art. 5º deste Regimento.

§2º Em virtude da agenda eleitoral do ano de 2018, as atividades preparatórias da Etapa Municipal poderão pautar os projetos políticos em curso pela defesa do SUS, de sua consolidação e financiamento adequado e suficiente.

§3º Só poderão participar das etapas subsequentes, na condição de Delegadas e Delegados, as pessoas que participarem ativamente nos processos e atividades preparatórias da Etapa Municipal.

Seção II

DA ETAPA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 9º A Etapa Estadual e do Distrito Federal da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) , com base no Documento Orientador da Conferência, ocorrerá entre 16 de abril e 15 de junho de 2019, tem por objetivo analisar as propostas e prioridades de âmbito estadual e nacional provenientes das Conferências Municipais; formular diretrizes para a saúde nas esferas Estadual, do Distrito Federal e Nacional; e elaborar Relatório final da Etapa Estadual e do Distrito Federal, dentro dos prazos previstos por este Regimento.

Art. 10 Participam da Etapa Estadual e do Distrito Federal as Delegadas eleitas e os Delegados eleitos nas Conferências Municipais, no caso dos estados, e nas conferências regionais, no caso do Distrito Federal, as Delegadas e os Delegados eleitos pelo Conselho Estadual de Saúde e Conselho de Saúde do Distrito Federal, assim como Convidadas e Convidados e outros participantes, nos termos deste Regimento.

§1º Os critérios de participação para a Etapa Estadual e do Distrito Federal são estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Saúde, observando-se a recomendação do Art. 41 deste Regimento.

§2º Poderão ser Delegadas e Delegados da Etapa Estadual as Conselheiras e Conselheiros Estaduais, titulares e suplentes, assim como Delegadas eleitas e Delegados eleitos pelo Pleno do respectivo Conselho Estadual de Saúde, constituindo, em seu conjunto, até 10% (dez por cento) do número total das Delegadas e dos Delegados Municipais eleitos nas Conferências Municipais.

§3º A composição do conjunto total de Delegadas e Delegados da Etapa Estadual e do Distrito Federal da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) buscará promover o mínimo de 50% de mulheres no conjunto total de cada delegação.

§4º A atualização dos dados junto ao Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS) será feito por cada Conselho Estadual de Saúde e o Conselho de Saúde do Distrito Federal, até o dia 21 de junho de 2019.

Art. 11 Na Etapa Estadual e do Distrito Federal serão eleitas as Delegadas e os Delegados que participarão da Etapa Nacional, de forma paritária, conforme Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, atendendo de igual maneira ao que está previsto neste artigo.

§1º 70% dos/as Delegados/as que participarão da Etapa Nacional serão eleitos/as na Plenária Final da Etapa Estadual pela via ascendente, ou seja, entre todos os participantes, considerando-se a proporcionalidade populacional de cada estado conforme tabela em anexo a este Regimento, sendo recomendada a escolha de um total de 20% de suplentes para os casos de impedimento ou ausência dos Delegados/as eleitos/as.

§2º Após a eleição a que se refere o §1º, também na Plenária Final da Etapa Estadual, poderão ser eleitos/as os/as demais 30% dos/das Delegados/as pela via horizontal, ou seja, que, comprovadamente, participaram da organização e mobilização das atividades preparatórias da Etapa Municipal e da Etapa Estadual/Distrito Federal, conforme os critérios descritos nos incisos deste parágrafo.

a) Ainda que não tenham participado da Etapa Estadual, poderão postular uma vaga na delegação do estado ou do Distrito Federal para a Etapa Nacional da 16ª CNS (8ª+8) as pessoas ou os/as representantes de entidades e movimentos sociais que:

I - Tenham organizado atividades políticas, de debate e de mobilização das atividades preparatórias da 16ª CNS (=8ª+8), que tenham reunido no mínimo 5 vezes o número de Delegados/as, previstos para o respectivo estado, na tabela anexa deste Regimento; e

II - Tenham colhido assinaturas de, no mínimo 10 vezes a mais de pessoas que o número de Delegados/as previstos para o respectivo estado, conforme tabela anexa a este Regimento, para o abaixo assinado "Somos amigas e amigos das causas: SUS público, universal, integral e de qualidade. Educação pública, gratuita e de qualidade", disponível no site do Conselho Nacional de Saúde, http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/08ago01_abaixo AssinadoEC95.html.

III - Ainda que não obedeça às proporcionalidades organizativas dos Conselhos de Saúde, recomenda-se a observância da paridade prevista na Resolução CNS nº 453/2012, para a composição do conjunto de Delegados/as eleitos/as pela via horizontal, prevista neste parágrafo 2º.

IV - Aqueles que optarem por disputar as vagas da eleição pela via horizontal, ou seja, entre os 30% do total de vagas, não poderão pleitear a concorrência entre as vagas da eleição por via ascendente, ou seja, entre os 70% eleitos entre os Delegados/as da Etapa Estadual.

b) As regras pormenorizadas do processo de candidatura e eleição do conjunto de Delegados/as a serem eleitos/as por via horizontal, como descrito no §2º deste artigo, serão publicadas no Documento Orientador da 16ª CNS (=8ª+8).

§3º Caso o total de vagas reservadas às delegações estaduais não sejam preenchidas na sua totalidade, ou na ausência ou impedimento de algum dos seus Delegados/as, a Plenária Final da Etapa Estadual indicará suplente nos termos do §1º.

§4º As propostas e diretrizes que incidirão sobre as políticas de saúde de âmbito Nacional serão destacadas no Relatório final da Etapa Estadual e do Distrito Federal.

§5º O Relatório Final da Etapa Estadual e do Distrito Federal será de responsabilidade dos respectivos Conselhos de Saúde e deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Etapa Nacional até o dia 21 de junho de 2019.

§6º As despesas com o deslocamento dos Delegados e Delegadas eleitos na Etapa Estadual para Brasília serão de responsabilidade dos seus respectivos Estados de origem.

§7º O Conselho Estadual de Saúde e o Conselho de Saúde do Distrito Federal devem indicar um representante da Delegação Estadual e do Distrito Federal, dentre as Delegadas eleitas e Delegados eleitos, para articulação com a Comissão Organizadora Nacional.

§8º As inscrições das Delegadas eleitas e dos Delegados eleitos, titulares e suplentes para 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) deverão ser feitas pela Comissão Organizadora da Etapa Estadual e do Distrito Federal, e devem ser enviadas à Comissão Organizadora Nacional, através do Portal da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), até 21 de junho de 2019.

Art. 12 As atividades preparatórias da Etapa Estadual da 16ª CNS (=8ª+8) devem ser organizadas, em articulação regional ou com municípios específicos do estado, com vistas a potencializar a participação popular nos debates dos eixos da Conferência e ampliar as vozes e representações sociais em torno da defesa da consolidação do SUS e do seu financiamento adequado e suficiente.

§1º A participação dos/as conselheiros/as estaduais de saúde, das entidades e dos movimentos populares e sociais de representação estadual nas atividades preparatórias da Etapa Municipal é de extrema relevância e podem ser consideradas condição especial para eleição das Delegadas e Delegados da Etapa Estadual.

§2º Todas as instituições, entidades e movimentos populares e sociais que tenham em sua agenda de debate e ação a defesa dos direitos sociais, da democracia e da participação popular poderão organizar atividades preparatórias à Etapa Estadual da 16ª CNS (=8ª+8), em especial as descritas nos incisos VII, VIII e IX do Art. 5º deste Regimento.

§3º Em virtude da agenda eleitoral do ano de 2018, as atividades preparatórias da Etapa Estadual poderão pautar os projetos políticos em curso pela defesa do SUS, de sua consolidação e financiamento adequado e suficiente.

§4º 30% dos/as Delegados/as representantes dos estados e do Distrito Federal na Etapa Nacional da 16ª CNS serão eleitos entre aqueles que participarem ativamente na organização dos processos e atividades preparatórias, nos termos previstos no Art. 11 deste Regimento.

Seção III

DA ETAPA NACIONAL

Art. 13 A Etapa Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) ocorrerá em Brasília, de 28 a 31 de julho de 2019 e têm por objetivos principais analisar e votar o Relatório Nacional Consolidado, elaborado pela Comissão de Relatoria, com base nos Relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, sob a perspectiva do direito à saúde, pública e de qualidade, como direito do povo brasileiro.

§1º A 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será presidida pelo Ministro de Estado da Saúde e, em sua ausência ou impedimento, pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde.

§2º A 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será coordenada pelo/a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, e, em sua ausência ou impedimento pelo Secretário-Geral ou Secretária Geral da Comissão Organizadora.

§3º Em virtude do processo de transição pelo qual passará o Pleno e a direção do Conselho Nacional de Saúde e buscando o fortalecimento e a continuidade dos processos organizativos e operacionais da 16ª CNS (8ª+8), o atual Presidente do CNS exercerá, após o término de seu mandato, a função de Coordenador-Adjunto da Comissão Organizadora da 16ª CNS.

Art. 14 A Etapa Nacional da 16ª CNS (=8ª+8) será constituída por 5 (cinco) momentos estratégicos:

I - A Plenária de Abertura;

II - A 3ª Marcha em Defesa do SUS, da Democracia e da Saúde do Povo Brasileiro;

III - A Plenária Final;

IV - Instâncias deliberativas; e

V - Atividades autogestionadas.

Art. 15 São instâncias deliberativas da Etapa Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8):

I - Os Grupos de Trabalho; e

II - A Plenária Deliberativa.

§1º A proposta de Regulamento da Etapa Nacional será amplamente divulgada e submetida à consulta virtual no Portal da 16ª Conferência Nacional de Saúde, por um período de no mínimo 30 dias.

§2º As sugestões a que se refere o §1º deste artigo serão sistematizadas pela Comissão Organizadora da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

§3º O Regulamento da Etapa Nacional, sistematizado pela Comissão Organizadora após consulta virtual, será apreciado e aprovado, em caráter definitivo, pelo Pleno do CNS até dezembro de 2018.

§4º Os Grupos de Trabalho serão compostos paritariamente por Delegadas e Delegados, nos termos da Resolução CNS nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com participação de Convidadas e Convidados, estes proporcionalmente divididos em relação ao seu número total.

§5º Os Grupos de Trabalho serão realizados simultaneamente, para discutir e votar os conteúdos do Relatório Nacional Consolidado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§6º A Plenária Deliberativa tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes do Relatório Consolidado dos Grupos de Trabalho, bem como as moções de âmbito nacional e internacional.

§7º O Relatório aprovado na Plenária Deliberativa da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será apresentado na Plenária Final da conferência e, posteriormente encaminhado ao CNS e ao Ministério da Saúde, devendo ser editado no primeiro trimestre de 2020 e amplamente divulgado, por meios eletrônicos e impressos, com versão em braile, e servirá de base para os processes posteriores de monitoramento e acompanhamento.

I - A Plenária Final da 16ª CNS (=8ª+8) será um momento celebratório aos lutadores sociais pela defesa do direito à saúde.

II - A 3ª Marcha em Defesa do SUS, da Democracia e da Saúde do Povo Brasileiro percorrerá a Esplanada dos Ministérios e se encerrará na Alameda dos Estados, onde o abaixo-assinado "Somos amigas e amigos das causas" será protocolado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Seção IV

DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 16 A Comissão Organizadora da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será composta por 26 (vinte e seis) membros e, após as eleições do Conselho Nacional de Saúde, poderá ser ampliada em até 100% com a inclusão dos novos conselheiros nacionais de saúde, nos moldes a seguir elencados:

I - A Comissão Organizadora será formada pelo/a Coordenador/a de cada uma das 18 (dezoito) Comissões Intersetoriais do CNS juntamente com os membros da Mesa Diretora; e

II - Após as eleições, em havendo renovação da Coordenação das Comissões, os novos coordenadores e os membros da Mesa Diretora poderão integrar a Comissão Organizadora nos termos do caput deste artigo.

§1º A Comissão Organizadora será coordenada pelo/a Presidente do Conselho Nacional de Saúde e, na sua ausência ou impedimento, pelo Coordenador-Adjunto.

§2º Um total de 50% dos/as conselheiros/as eleitos/as para o triênio 2018-2021 integrarão a Comissão Organizadora da 8ª+8 em conjunto com os membros indicados antes do processo eleitoral.

§3º Todos/as os/as novos/as coordenadores/as das Comissões Intersetoriais do CNS indicados para o triênio 2018-2021 integrarão a Comissão Organizadora em conjunto com os demais anteriormente indicados.

§4º Os membros a que se refere o caput deste artigo permanecerão na Comissão Organizadora, após a finalização do triênio 2015-2018, ainda que não tenham mandato renovado no Pleno do CNS.

Art. 17 A Comissão Organizadora terá a seguinte estrutura:

I - Coordenador/a Geral, em sua ausência representado/a pelo/a Coordenador/a-Adjunto/a;

II - Secretário/a Geral e Secretário/a Adjunto/a;

III - Relator/a Geral e Relator/a Adjunto/a;

IV - Coordenador/a de Comunicação, Informação e Acessibilidade;

V - Coordenador/a de Articulação e Mobilização;

VI - Coordenador/a de Infraestrutura e Acessibilidade; e

VII - Coordenador/a de Cultura e Educação Popular.

§1º Os membros da Secretaria Geral; Coordenação de Comunicação, Informação e Acessibilidade; Coordenação de Articulação e Mobilização; Coordenação de Infraestrutura e Acessibilidade; e Coordenação de Cultura e Educação Popular serão indicados pelo Pleno do CNS entre os integrantes da Comissão Organizadora Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

§2º A Comissão Organizadora escolherá, entre os conselheiros nacionais de saúde, um/a Secretário/a Adjunto/a e um/a Coordenador/a Adjunto/a para a secretaria e as coordenações referidas nos incisos IV, V, VI e VII.

Art. 18 A Comissão Organizadora contará com Comitê Executivo, coordenado pela Secretaria Executiva do CNS, que trabalhará de modo articulado com os demais órgãos do Ministério da Saúde, instâncias, entidades e movimentos sociais, populares e sindicais envolvidos, para apoio técnico, administrativo, financeiro, logístico e de infraestrutura da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

Parágrafo único. O Comitê Executivo será composto por:

I - 02 (dois) integrantes da Secretaria Executiva do CNS;

II - 02 (dois) integrantes da Comissão Organizadora; e

III - 02 (dois) integrantes do Ministério da Saúde.

Seção V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 19 A Comissão Organizadora da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) tem as seguintes atribuições:

I - Promover as ações necessárias à realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), atendendo às deliberações do CNS e do Ministério da Saúde e propor:

a) O detalhamento de sua metodologia;

b) Os nomes do/as expositores/as das mesas redondas e participantes das demais atividades;

c) Os critérios para participação e definição dos/as convidados/as nacionais e internacionais, a serem aprovados pelo Pleno do CNS;

d) A elaboração de ementas para os/as expositores/as das mesas; e

e) Os/as Delegados/as indicados/as ou eleitos/as por entidades nacionais, de gestores e prestadores de serviços de saúde, a serem aprovados pelo Pleno do CNS.

II - Envidar todos os esforços necessários ao cumprimento das condições de infraestrutura e acessibilidade para a Etapa Nacional;

III - Acompanhar a execução orçamentária da Etapa Nacional;

IV - Analisar e aprovar a prestação de contas da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

V - Encaminhar até 60 (sessenta) dias, após o encerramento da Conferência, o Relatório Final da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) ao CNS e ao Ministério da Saúde, com prazo de edição previsto para o primeiro trimestre de 2020, para ampla divulgação e início dos processos de monitoramento;

VI - Apreciar os recursos relativos ao credenciamento de Delegadas e Delegados, assim como discutir questões pertinentes à 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), submetendo-as ao Pleno do CNS.

VII - Indicar, como apoiadores, pessoas e representantes de entidades e movimentos com contribuição significativa em cada área para integrarem as Comissões, caso julgue necessário.

Art. 20 Ao Coordenador/a Geral cabe:

I - Convocar as reuniões da Comissão Organizadora;

II - Coordenar as reuniões e atividades da Comissão Organizadora;

III - Submeter à aprovação do CNS as propostas e os encaminhamentos da Comissão Organizadora;

IV - Supervisionar todo o processo de organização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

Art. 21 Ao Secretário/a Geral cabe:

I - Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;

II - Participar das reuniões do Comitê Executivo;

III - Ter acesso e conhecimento de todos os documentos recebidos e encaminhados em função da realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

IV - Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) para providências.

V - Substituir ao Coordenador/a Geral nos seus impedimentos.

Art. 22 Ao Relator/a Geral cabe:

I - Coordenar a Comissão de Relatoria da Etapa Nacional;

II - Promover o encaminhamento, em tempo hábil, dos relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal à Comissão Organizadora da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

III - Orientar o processo de trabalho dos relatores das Plenárias e dos Grupos de Trabalho;

IV - Consolidar os Relatórios da Etapa Estadual e do Distrito Federal e prepará-los para distribuição às Delegadas e aos Delegados da Etapa Nacional;

V - Sistematizar a produção dos Grupos de Trabalho;

VI - Coordenar a elaboração e a organização das moções de âmbito nacional e internacional, aprovadas na Plenária Final da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

VII - Estruturar o Relatório Final da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) a ser apresentado ao CNS e ao Ministério da Saúde; e

VIII - Reunir os textos das apresentações dos expositores para fins de registro e divulgação.

Parágrafo único. O Relator/a Geral e o Relator/a Adjunto/a serão indicados pelo Pleno do CNS, sendo um deles, necessariamente, Conselheiro/a Nacional de Saúde.

Art. 23 À Coordenadora ou ao Coordenador de Comunicação e Informação e Acessibilidade cabe:

I - Propor a política de divulgação da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

II - Promover a divulgação do Regimento da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

III - Orientar as atividades de Comunicação Social da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

IV - Promover ampla divulgação da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) nos meios de comunicação social, inclusive o virtual;

V - Articular, em conjunto com a Secretaria Executiva do CNS e órgãos de comunicação do Ministério da Saúde, a elaboração de um plano geral de Comunicação Social da Conferência;

Parágrafo único. A Comissão de Comunicação e Informação assegurará que todo o material da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) seja produzida de maneira a garantir acessibilidade, conforme disposto no Manual de Acessibilidade da CIASPD/CNS.

Art. 24 À Coordenadora ou ao Coordenador de Infraestrutura e Acessibilidade cabe:

I - Envidar todos os esforços necessários ao cumprimento das condições de infraestrutura e acessibilidade necessárias à realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), referentes ao local, equipamentos e instalações audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação, tradutor de sinais;

II - Supervisionar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

III - Propor os meios de acessibilidade, com vistas a incluir pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, asseguradas condições para sua efetiva participação, nos termos do Manual de Acessibilidade da CIASPD/CNS.

Art. 25 À Coordenadora ou ao Coordenador de Mobilização e Articulação cabe:

I - Estimular a organização e a realização de Conferências de Saúde em todos os Municípios, Estados e no Distrito Federal, em todas as etapas da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

II - Mobilizar e estimular a participação paritária das Usuárias e dos Usuários em relação ao conjunto das Delegadas e dos Delegados de todas as etapas da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

III - Mobilizar e estimular a participação paritária das trabalhadoras e dos trabalhadores de saúde em relação à soma das Delegadas e dos Delegados gestores e prestadores de serviços de saúde;

IV - Fortalecer e articular o intercâmbio Estado-Estado e Distrito Federal e incentivar a troca de experiências positivas sobre o alcance do tema das etapas Estadual, do Distrito Federal e Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8); e

V - Garantir a articulação dos movimentos sociais, populares e sindicais para a realização de ato político, em cada uma das 03 (três) etapas, com vistas a sensibilizar a opinião pública para o tema e os eixos temáticos da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

Art. 26 À Coordenadora ou ao Coordenador de Cultura e Educação Popular cabe:

I - Identificar grupos de arte e cultura, especialmente aqueles que desenvolvem ações no âmbito da saúde e mobilizá-los para participar do processo de construção da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

II - Participar diretamente da organização da Programação Cultural da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

III - Promover grande ato político-cultural durante a Etapa Nacional da 16ª CNS (=8ª+8) objetivando inserir o tema da conferência nas mídias sociais e na agenda cultural da cidade com vistas a ampliar a relevância sociocultural da conferência;

IV - Contribuir com a construção metodológica da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), identificando e compartilhando referências, dinâmicas, vivências e práticas que promovam o diálogo e articulação entre o saber e o protagonismo popular no âmbito da Conferência;

V - Assessorar a Coordenação de Infraestrutura no que concerne às condições de acessibilidade contemplando as particularidades socioculturais e regionais dos diferentes grupos sociais presentes, como também no cuidado à saúde disponibilizado aos participantes; e

VI - Propor práticas e dinâmicas de acolhimento e de humanização no espaço da Etapa Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

Art. 27 Ao Comitê Executivo da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) cabe:

I - Garantir o cumprimento do Termo de Referência (TR), aprovado pela Comissão Organizadora, seu acompanhamento e sua fiscalização e execução na Etapa Nacional;

II - Implementar as deliberações da Comissão Organizadora;

III - Articular a dinâmica de trabalho entre a Comissão Organizadora e o Ministério da Saúde;

IV - Enviar orientações e informações relacionadas às matérias aprovadas pela Comissão Organizadora aos Conselhos de Saúde, aos movimentos sociais, populares e sindicais, aos gestores e prestadores de serviço de saúde e às demais entidades da sociedade civil sobre a 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

V - Apoiar as etapas Municipal, Estadual e do Distrito Federal na condução dos atos preparatórios para a 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

VI - Elaborar o orçamento e solicitar suplementações necessárias;

VII - Organizar a prestação de contas e encaminhar informes à Comissão Organizadora da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

VIII - Apresentar propostas para atividades, infraestrutura e acessibilidade da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

IX - Solicitar a participação de técnicos dos órgãos do Ministério da Saúde, no exercício das suas atribuições, para contribuir, em caráter temporário ou permanente com a organização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

X - Providenciar a divulgação do Regimento e Regulamento da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

XI - Propor a celebração e acompanhar a execução dos contratos e convênios necessários à realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

XII - Formular a sistemática de credenciamento e votação da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

XIII - Acompanhar o credenciamento das Convidadas e dos Convidados e das Delegadas e dos Delegados da Etapa Nacional;

XIV - Organizar os procedimentos para a votação das Delegadas e dos Delegados da Etapa Nacional e os seus controles necessários;

XV - Propor e organizar a Secretaria da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8);

XVI - Promover, em articulação com a Coordenação de Comunicação e Informação e a Coordenação de Mobilização e Articulação, a divulgação da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), considerando os princípios e as condições de Acessibilidade; e

XVII - Providenciar os atos e encaminhamentos pertinentes ao fluxo dos gastos com as devidas previsões, cronogramas e planos de aplicação.

Art. 28 As Adjuntas e os Adjuntos correspondentes à estrutura da Comissão Organizadora prevista no Art. 14 deste Regimento substituirão as respectivas Coordenadoras ou Coordenadores, Secretária Geral ou Secretário Geral e Relatora Geral ou Relator Geral, em caso de impedimentos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção VI

DOS PARTICIPANTES

Art. 29 A Etapa Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) terá um público variável, conforme os seus distintos momentos estratégicos, contando com 3.248 (três mil duzentos e quarenta e oito) Delegadas/os, 976 (novecentos e setenta e seis) Convidadas/os e 100 (cem) participantes por credenciamento livre, nos termos deste Regimento.

§1º A definição dos participantes da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) nas etapas municipais e estaduais, buscará atender aos seguintes critérios de equidade:

I - Gênero, identidade de gênero e diversidade sexual;

II - Étnico-raciais, de modo a garantir representatividade aos diversos grupos que compõe as populações negra e indígena, e as comunidades originárias e tradicionais, respeitadas as diferenças e proporcionalidades locais;

III - Representatividade rural e urbana, considerando as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e da cidade;

IV - Geracional, estimulando, especialmente, a participação de entidades, coletivos e movimentos de jovens e de idosos e aposentados;

V - Pessoas com deficiência e com necessidades especiais, patologias e doenças raras ou negligenciadas;

§2º A composição do conjunto total de Delegadas e Delegados da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) buscará promover o mínimo de 50% de mulheres no conjunto total de cada delegação.

§3º Nos termos do §4°, do Art. 1°, da Lei n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução nº 453/2012 do CNS, a representação das Usuárias e dos Usuários nas etapas Estadual e do Distrito Federal e Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e trabalhadoras e trabalhadores da saúde, sendo assim configurada a participação:

I - 50% dos participantes serão representantes dos Usuários, e de suas entidades e movimentos;

II - 25% dos participantes serão representantes dos Trabalhadores da Saúde; e

III - 25% serão representantes de Gestores e Prestadores de Serviços de Saúde.

§4º O número de Convidadas e Convidados previsto no caput deste Artigo equivale a 30% (trinta por cento) do número total de delegados, ajustado para múltiplo de quatro, e o número de participantes com credenciamento livre equivale a 10% (dez por cento) do número de Convidadas e Convidados.

Art. 30 Os participantes da Etapa Nacional distribuir-se-ão nas seguintes categorias:

I - Delegadas e Delegados, com direito a voz e voto;

II - Convidadas e Convidados, com direito a voz;

III - Participante, por credenciamento livre, com direito a voz nas mesas de debate; e

IV - Outros participantes nas atividades não deliberativas.

Art. 31 As Delegadas e os Delegados da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) serão eleitas e eleitos nas etapas Estadual e do Distrito Federal, e pelo Conselho Nacional de Saúde, obedecendo às seguintes regras, explicitadas no Anexo:

I - Divisão equitativa de até 30% do total de Delegadas e Delegados entre os 27 Estados e o Distrito Federal que tenham desenvolvido atividades de debate e mobilização social e popular em torno dos eixos da 16ª CNS (=8ª+8), conforme previsto no Art. 11 deste Regimento;

II - Distribuição de, no mínimo, 70% do total de Delegadas e Delegados a partir da divisão proporcional da população de cada Estado e do Distrito Federal, mantido como piso o número de Delegadas e Delegados participantes da 15ª Conferência Nacional de Saúde;

III - O número final de Delegadas e Delegados por Unidade da Federação, para cumprimento do previsto no §3º do Art. 29 deste Regimento, será distribuído conforme anexo; e

IV - Serão Delegadas e Delegados na 16ª CNS (8ª+8) as Conselheiras e Conselheiros Nacionais, titulares e suplentes, assim como Delegadas e Delegados eleitas e eleitos pelo Pleno do CNS, constituindo, em seu conjunto, 10% (dez por cento) do número total das Delegadas e dos Delegados Estaduais e do Distrito Federal previstos neste regimento.

Parágrafo único. As Delegadas eleitas e os Delegados eleitos pelo Conselho Nacional de Saúde, preservada a paridade, serão escolhidos entre:

1. Gestores e prestadores de serviço em saúde municipais, estaduais e federais;

2. Entidades de trabalhadores de saúde;

3. Entidades e movimentos de usuários.

Art. 32 Serão eleitas e eleitos, nas Etapas Municipal, Estadual e do Distrito Federal, 30% (trinta por cento) de Delegadas e Delegados suplentes, de cada segmento, para a substituição, se necessário, de titulares de cada Etapa da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

Art. 33 As Conselheiras e os Conselheiros de Saúde, titulares e suplentes, poderão ser Delegadas e Delegados para participarem das etapas da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) nos seguintes termos:

I - Etapa Estadual e do Distrito Federal: Conselheiras e Conselheiros de Saúde Estaduais e do Distrito Federal;

II - Etapa Nacional: Conselheiras e Conselheiros Nacionais de Saúde.

§1º As Conselheiras e os Conselheiros nacionais poderão participar das etapas Municipal, Estaduais e do Distrito Federal como Convidados.

§2º A Delegação indígena contará com 200 pessoas de modo a representar a maior diversidade possível do total de grupos étnicos que compõe essa importante parcela da população brasileira, sendo:

1. 50% escolhidas na 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena; e

2. 50% indicadas pelo Movimento Indígena.

Art. 34 As Convidadas e os Convidados para a 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) poderão ser escolhidas entre:

I - Participantes das Plenárias Populares;

II - Participantes das Conferências livres;

III - Participantes das atividades preparatórias previstas no Art. 5º, inciso VIII;

III - Participantes de Debates, Encontros e Conferências Livres, realizadas por unidades de saúde, entidades sindicais e da sociedade civil, movimentos e associações comunitárias, escolas, vilas, bairros, assentamentos, comunidades, inclusive virtuais, distritos ou regiões, desde que abertas e informadas no Portal da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), em cadastro específico;

IV - Representantes de entidades e instituições de âmbito nacional, pesquisadores e personalidades do campo científico ou popular com atuação relevante na área da saúde; e

V - Entidades e movimentos populares e sindicais, religiosos, dos povos indígenas e quilombolas, trabalhadoras e trabalhadores rurais e assentados, movimento feminista e de mulheres, movimento negro, movimento LGBT, da luta antimanicomial, da luta contra a Aids, comunidades dos rios, do campo e da floresta, comunidades extrativistas, coletivos da juventude e movimento estudantil, pessoas com patologias, pessoas com deficiências, idosos e aposentados, população em situação de rua, população cigana e demais populações em situação de vulnerabilidade social.

§1º Os Conselhos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal que indicarem as Convidadas e os Convidados obedecerão os mesmos critérios para participação das Convidadas e dos Convidados nacionais.

§2º Poderão ser convidados representantes de entidades e instituições internacionais; dos demais conselhos de direitos sociais e políticas públicas vinculados à administração pública federal; membros dos órgãos de controle; integrantes do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional do Ministério Público, vinculados à saúde; entre outros que tenham aderência à temática da conferência.

Art. 35 Os Conselhos Estaduais de Saúde e o Conselho de Saúde do Distrito Federal ou respectivas Comissões Organizadoras das conferências comunicarão, pelo Portal da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), a presença de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais de acessibilidade e mães com crianças em período de amamentação, para os cuidados de alimentação e creche, com vistas a garantir condições necessárias à sua plena participação.

Art. 36 A Etapa Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) estará aberta ao credenciamento livre de participantes, cujo limite de vagas e ficha de inscrição serão divulgados pelo Portal da Conferência.

Parágrafo único. Os participantes com credenciamento livre terão direito à alimentação no local do evento, durante sua realização, não cabendo ao Ministério da Saúde ou ao CNS qualquer responsabilidade por seus gastos com hospedagem, transporte e traslado em Brasília.

Seção VII

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 37 As despesas com a preparação e realização da Etapa Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas pelo Ministério da Saúde.

§1º O Ministério da Saúde arcará com as despesas relativas à Etapa Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), da seguinte forma:

I - Delegadas e Delegados, que são conselheiros nacionais de saúde e eleitos pelo Conselho Nacional de Saúde, terão suas despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento para Brasília custeadas pelo Ministério da Saúde;

II - Delegadas eleitas e Delegados eleitos na Etapa Estadual e no Distrito Federal terão suas despesas de deslocamento para Brasília, custeadas pelos seus respectivos Estados e pelo Distrito Federal; e de hospedagem e alimentação, em Brasília, custeadas pelo Ministério da Saúde.

III - Convidadas e Convidados, e participantes com credenciamento livre terão suas despesas com alimentação, no local do evento, custeadas pelo Ministério da Saúde.

§2º A Comissão organizadora buscará, em conjunto com o Ministério da Saúde e outras entidades, especialmente as integrantes do CNS, meios solidários de alojamento e transporte local para as convidadas e aos convidados nacionais e internacionais.

Seção VIII

DO ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS E DO MONITORAMENTO

Art. 38 Caberá ao Pleno do CNS, bem como às demais esferas do Controle Social, acompanhar o andamento das Etapas Municipal, Estadual e do Distrito Federal e Nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

Art. 39 O Monitoramento da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) tem como objetivo viabilizar o permanente acompanhamento, por parte do Conselho Nacional de Saúde, dos encaminhamentos e efetivação das deliberações aprovadas nas Conferências Nacionais de Saúde, nos termos previstos pela Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução CNS n.º 454, de 14 de junho de 2012.

Parágrafo único. O monitoramento será de responsabilidade solidária das três esferas do Controle Social e objetiva verificar a efetividade das diretrizes e proposições constantes no Relatório Final da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8).

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 A metodologia para a 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) será objeto de Resolução do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 41 Os critérios de participação das Delegadas e Delegados, Convidadas e Convidados e Participantes para a Etapa Estadual e do Distrito Federal poderão ser os mesmos adotados na Etapa Nacional, conforme previsto neste Regimento.

Art. 42 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), ad referendum do Pleno do Conselho Nacional de Saúde.

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS DA 16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Estado/Região	NÚMERO DE DELEGADOS
Região Norte	444
Rondônia	56
Acre	48
Amazonas	76
Roraima	48
Pará	112
Amapá	48
Tocantins	56
Região Nordeste	872
Maranhão	100
Piauí	68
Ceará	120
Rio Grande do Norte	72
Paraíba	76
Pernambuco	124
Alagoas	72
Sergipe	60
Bahia	180
Região Centro-Oeste	296
Mato Grosso do Sul	64
Mato Grosso	68
Goiás	96
Distrito Federal	68
Região Sudeste	960
Minas Gerais	232
Espírito Santo	76
Rio de Janeiro	192
São Paulo	460
Região Sul	380
Paraná	140
Santa Catarina	100
Rio Grande do Sul	140
TOTAL DE DELEGADOS DOS ESTADOS	2.952
TOTAL DE DELEGADOS NACIONAIS*	296
TOTAL DE DELEGADOS NA 16ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE	3.248
TOTAL DE CONVIDADOS	974
TOTAL DE DELEGADOS/AS INDÍGENAS	200
TOTAL DE PARTICIPANTES LIVRES	100
TOTAL DE PARTICIPANTES NA 16ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE	4.522

* Serão eleitas e eleitos 144 (cento e quarenta e quatro) Conselheiras e Conselheiros Nacionais, titulares e suplentes e 152 (cento e cinquenta e dois) Delegadas eleitas e Delegados eleitos pelo Pleno do CNS, equivalente a 10% do número total de Delegadas e Delegados eleitos nas conferências estaduais.

NOTA 1 - Para a 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8) utiliza-se como critério de equidade territorial a proporção 40%-60%. Isso significa que 40% da população total do país foi dividida igualmente pelos 27 Estados, independentemente do número de habitantes, e os demais 60% de acordo com a população de cada Estado. Para garantir paridade entre usuários, trabalhadores da saúde, gestores e prestadores (50%, 25%, 25%) o resultado foi arredondado para o múltiplo de quatro mais próximo. Para o cálculo utilizou-se a projeção do IBGE para 2014, realizada para o TCU.

NOTA 2 - O número de vagas foi calculado de modo a não haver redução, em nenhum Estado, do número de delegados que participaram da 14ª Conferência Nacional de Saúde

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 47, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de incorporação do cloridrato de pazopanibe e malato de sunitinibe para carcinoma de células renais metastático, apresentada pela Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica nos autos dos processos NUP 25000.042902/2018-81 e NUP 25000.042829/2018-48. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.102, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56441 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEVIG - PROTECAO E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.955.192/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1805/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.125, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/71044 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS, CNPJ nº 53.221.255/0001-40 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.163, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/56862 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRUPO ÚNICO SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 06.219.748/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1766/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.181, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15761 - DPF/NRI/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIO SECURITY TEAM SEGURANÇA E VIGILANCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.735.542/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1924/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.190, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/75452 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0199-75, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

733 (setecentas e trinta e três) Munições calibre 38

589 (quinhentas e oitenta e nove) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.211, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47343 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NOOTURNA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 22.358.690/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1710/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.214, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51587 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0024-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1612/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0024-95); nº 1887/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0165-26); nº 1767/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0119-90) e nº 1768/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0120-24).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.222, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/53962 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRUPO PREVIL SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.618.311/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1844/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.225, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54852 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASP EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.130.750/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1953/2018 (CNPJ nº 03.130.750/0001-76) e nº 1901/2018 (CNPJ nº 03.130.750/0002-57).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.232, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/69174 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EMPRESA DE SEGURANÇA INFINITY - EIRELI, CNPJ nº 18.714.967/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

672 (seiscentas e setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.236, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/73011 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 66.700.295/0001-17, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.240, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/74293 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTAURO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 31.245.699/0001-83, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

629 (seiscentas e vinte e nove) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.241, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/74604 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 26.886.266/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

26 (vinte e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.246, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/68097 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SPARTAC SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 00.776.119/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2027/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.249, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76321 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Conceder autorização à empresa O INFANTE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM EM SEGURANÇA LTDA. - ME, CNPJ nº 18.255.652/0001-32, sediada em Sergipe, para adquirir:

Da empresa cedente SERGIPE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 12.469.343/0001-89:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.255, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76602 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CAXIAS ESCOLA DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE SEGURANCAS LTDA, CNPJ nº 00.034.387/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MARVIN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.145.243/0001-79:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SELTA DO BRASIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 12.152.235/0001-88:

2 (duas) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

2504 (dois mil e quinhentos e quatro) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

1200 (uma mil e duzentas) Espoletas calibre .380

1200 (um mil e duzentos) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.262, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/65244 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CETREL-CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 17.019.775/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2017/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.277, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/35753 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa S B VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 15.344.731/0001-21, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

48 (quarenta e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.278, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/43001 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA BOM JESUS S/A, CNPJ nº 10.785.202/0001-40 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1983/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.285, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/57803 - DPF/NRI/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 10.904.557/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1934/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.286, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/59138 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 23.237.497/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1906/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.290, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/63079 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VEPER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.848.003/0004-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1999/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.291, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/64923 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAFEWEB SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 01.579.286/0001-74 para atuar no Rio Grande do Sul.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.294, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/66066 - DPF/BRU/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STAFF- CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.577.491/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1896/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 556, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, que estabelece a integração dos órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários municipais ao Sistema Nacional de Trânsito,

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.023845/2018-40, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Esperança no Estado da Paraíba, por meio do Departamento Municipal de Trânsito - DMT, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 557, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, que estabelece a integração dos órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários municipais ao Sistema Nacional de Trânsito,

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.026845/2018-00, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Arvoredo no Estado de Santa Catarina, por meio do Órgão Executivo de Trânsito do Município de Arvoredo - DETRAR, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 558, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, que estabelece a integração dos órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários municipais ao Sistema Nacional de Trânsito,

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.026467/2018-56, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Igaratá no Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Mobilidade Urbana, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 559, DE 13 DE SETEMBRO 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.024135/2018-37, resolve:

Art. 1º Revogar, a partir da data de publicação desta Portaria, em virtude do Município já compor o Sistema Nacional de Trânsito e atender integralmente ao disposto na Resolução CONTRAN nº 357/2010, ao art. 3º da Resolução CONTRAN nº 560/2015 e ao estabelecido no Código de Trânsito Brasileiro, a Portaria nº 367, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2018, Seção 1, página 143, que integrou o Município de Soledade no Estado da Paraíba, por meio do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 570, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução nº 691, de 27 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

Considerando o que consta no processo administrativo nº 80000.017224/2018-27, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução nº 691, de 2017, a pessoa jurídica TOMMASI ANALÍTICA LTDA, CNPJ sob n°. 04.485.521/0001-37, sediado na Avenida Luciano das Neves, nº 2016, bairro Divino Espírito Santo, Vila Velha/ES - CEP: 29107-010, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JACKSON LUCENA SANTOS

PORTARIA Nº 571, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução nº 691, de 27 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.022640/2018-47, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução nº 691, de 2017, a pessoa jurídica DB - Medicina Diagnóstica LTDA, CNPJ sob n°. 12.433.420/0001-40, sediado na Rodovia BR 376, n°. 11.313, Bairro: Cruzeiro, São José dos Pinhais/PR - CEP: 83010-500, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JACKSON LUCENA SANTOS

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.276, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005085/2002-15. Interessado: Paranatinga Energia S.A. Objeto: Revoga a Resolução nº 740, de 18 de dezembro de 2002, que autorizou a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.132.872/0001-27, a implantar e explorar a PCH Rio Maria, sob o regime de Produção Independente de Energia, localizada nos municípios de Paranatinga e Campinápolis, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.279, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004513/2018-12. Interessada: COPEL Distribuição S/A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Casoni 138 kV - 83 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.287, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.007124/2008-77. Interessada: AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. Objeto: Autoriza o ressarcimento financeiro, via Encargos de Serviços do Sistema - ESS, à AES Uruguaiana Empreendimentos S.A., referente ao custo de manutenção incorrido após o período de operação da unidade geradora a gás nº 1 da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Uruguaiana. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO N° 1.947, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002826/2018-36, decide conhecer e dar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para homologar o Termo de Repactuação nº 02/2017 relativo à dívida da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, no âmbito do Fundo Setorial da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO N° 1.960, DE 28 DE AGOSTO DE 2018.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.003454/2018-65, decide conhecer e negar provimento ao Requerimento Administrativo, com pedido de Medida Cautelar, interposto pela Energia Sustentável do Brasil S.A., com vistas ao expurgo dos montantes relativos às despesas suportadas pela empresa em razão do vertimento turbinável da Usina Hidrelétrica - UHE Jirau no valor da liquidação de agosto implementada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.036, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.000811/2016-71, decide: (i) deferir o pleito da Rio Canoas Energia S.A. de expurgo de registros de ultrapassagens do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratado para a UHE Garibaldi apuradas no período de abril a julho de 2015; e (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o ressarcimento dos valores pagos pela Rio Canoas Energia S.A. atualizados pelo Índice de Atualização da Transmissão - IAT como crédito na Apuração Mensal dos Encargos e Serviços - AMSE da transmissão.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.037, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001223/2016-55, decide: conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Empresa Elétrica Bragantina S.A.- EEB, contra o Auto de Infração nº 14/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou multa, em decorrência da implementação de contrato entre partes relacionadas sem a anuência prévia da ANEEL, e, no mérito, dar-lhe provimento, com o consequente cancelamento da penalidade de multa aplicada e o arquivamento do Auto de Infração n° 14/2016-SFF.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.038, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001227/2016-33, decide: conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Força de Luz do Oeste - CFLO, contra o Auto de Infração nº 15/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou multa, em decorrência da implementação de contrato entre partes relacionadas sem a anuência prévia da ANEEL, e, no mérito, dar-lhe provimento, com o consequente cancelamento da penalidade de multa aplicada e o arquivamento do Auto de Infração n° 15/2016-SFF.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.039, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001224/2016-08, decide: conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.- EDEVP, contra o Auto de Infração nº 16/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou multa, em decorrência da implementação de contrato entre partes relacionadas sem a anuência prévia da ANEEL, e, no mérito, dar-lhe provimento, com o consequente cancelamento da penalidade de multa aplicada e o arquivamento do Auto de Infração n° 16/2016-SFF.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.040, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001243/2016-26, decide: conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Energisa Tocantins Distribuidora S.A. - ETO, contra o Auto de Infração nº 17/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou multa, em decorrência da implementação de contrato entre partes relacionadas sem a anuência prévia da ANEEL, e, no mérito, dar-lhe provimento, com o consequente cancelamento da penalidade de multa aplicada e o arquivamento do Auto de Infração n° 17/2016-SFF.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.041, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001224/2018-61, decide: conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Nova Eólica Cajucoco S.A. contra a penalidade de multa no valor de R$ 103.248,90 (cento e três mil e duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos) aplicada pelo Auto de Infração nº 0006/2017-ARCE-SFG, lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE para, no mérito, negar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.043, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002359/2018-44, decide: conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista em face de decisão proferida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP que considerou procedente o pleito apresentado pelo Instituto de Saúde Animal Taquaral, para, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) manter a decisão proferida pela Diretoria da ARSESP, no sentido de determinar que a CPFL Paulista efetue a devolução em dobro dos valores faturados a maior, na forma do regulamento vigente, decorrentes dos erros de classificação da Unidade Consumidora nº 9073973, referente ao período de 36 ciclos de faturamento imediatamente anteriores à constatação do erro, descontados os valores já pagos; (iii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias a partir da sua publicação; e (iv) determinar que a CPFL Paulista encaminhe à ARSESP a comprovação do pagamento, no prazo de até de 15 (quinze) dias a partir de sua efetivação.

ANDRE PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.051, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003626/2015-58, decide: indeferir os Requerimentos Administrativos interpostos pelas empresas Copelmi Mineração Ltda e Tractebel Energia, com vistas à alteração dos critérios da Resolução Normativa nº 500/2012, que estabeleceu os procedimentos para reembolso do custo de carvão mineral nacional, por intermédio da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.052, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.000965/2017-44, decide alterar o item iii do Despacho nº 1.785, de 7 de agosto de 2018, publicado no D.O, de 14 de agosto de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação: determinar à Xingu Rio Transmissora de Energia S.A., em até 90 dias contados da publicação dessa decisão, encaminhar à ANEEL o termo aditivo ao contrato de concessão assinado, sob pena de revogação da declaração de Utilidade Pública estabelecida na Resolução Autorizativa no 7.001, de 24 de abril de 2018, e da decisão constante do Despacho no 690, de 27 de março de 2018.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 2.056, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3°, inciso XIX, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 59 do Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME n° 73, de 25 de fevereiro de 2014, e o que consta do Processo nº 48500.007124/2008-77, decide: (i) determinar à AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. o ressarcimento financeiro, à conta Encargo de Serviço do Sistema - ESS da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no primeiro processo de contabilização e liquidação financeira a ser realizado após a publicação deste Despacho, do valor total de R$ 3.982.403,85 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e três reais e oitenta e cinco centavos), referenciados à maio de 2014, recebidos a maior, pela operação, excepcional e temporária, no ano de 2014, da Usina Termelétrica - UTE Uruguaiana, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.GN.RS.002913-0.01; (ii) a CCEE deverá atualizar o valor constante do item (i) pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado entre os meses de maio de 2014 e a data de publicação deste Despacho; e (iii) o valor constante do item (i) atualizado nos termos do item (ii) deverá ser devolvido aos agentes que suportaram o custo variável de geração dos meses de março a maio de 2014, na proporção do ESS recebido pela AES Uruguaiana Empreendimentos S.A., autorizado respectivamente pelos Despachos n° 1.225, de 16 de abril de 2014, nº 1.519, de 15 de maio de 2014, e nº 1.826, de 13 de junho de 2014.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.082, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.001897/2018-11. Interessadas: SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. e Arcoverde Transmissão de Energia S.A. Decisão: (i) considerar atendida, pelas Interessadas, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 1.111, de 18 de maio de 2018; e (ii) estabelecer que os Termos Aditivos aos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nºs 31/2017 e 35/2017, deverão ser assinados pelas concessionárias e seus acionistas controladores, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.080, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.005717/2015-28, decide conhecer e dar provimento à solicitação da empresa COPEL - Companhia Paranaense de Energia para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da UTE Figueira, para o valor de 475,68 R$/MWh (quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos por megawatt-hora), a ser aplicado a partir da data de publicação deste Despacho.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 1.060, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RR0174920	ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA - ME.	09.546.858/0001-20	48610.012298/2008-12
GLP/SP0211426	BRUNO ALVES DA SILVA GÁS - ME	14.141.512/0001-82	48610.013991/2011-08
GLP/RS0238440	CARLA MARIA ZORZI DAMBROS	14.434.410/0001-55	48610.001215/2017-42
GLP/MG0243275	DANILO DE PAULA BATISTA - ME	28.549.140/0001-32	48610.013293/2017-90
GLP/SP0181237	DEBORA REGINA ALVES LEITE ME	10.394.308/0001-12	48610.014056/2009-36
GLP/SP0214490	DECIO TEIXEIRA FILHO 10889200807	14.165.593/0001-50	48610.004118/2012-05
GLP/RN0220507	F. BERTULEZA FILHO ME	16.483.201/0001-27	48610.003739/2013-44
GLP/TO0214510	GUARAI - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	08.690.550/0006-04	48610.004077/2012-49
GLP/TO0218081	GUARAI - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	08.690.550/0011-63	48610.012497/2012-07
GLP/AL0234657	JET GÁS LTDA - ME	23.238.101/0001-09	48610.006163/2016-10
GLP/SC0212969	JOSE CARLOS TOMAZ ME.	00.926.744/0001-31	48610.000191/2012-08
GLP/ES0223697	KAIROS DE CACHOEIRO DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI - ME	18.880.083/0001-16	48610.012228/2013-13
001/GLP/RJ0003515	LUGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	05.163.825/0001-40	48610.000447/2005-41
GLP/SP0240403	M G MASTER GÁS - EIRELI - ME	27.126.185/0001-31	48610.005503/2017-76
GLP/MA0241993	M R GOMES & CIA LTDA ME	27.828.990/0001-07	48610.009571/2017-12
GLP/MG0230712	MARCIA ALVES DA SILVA	22.669.958/0001-02	48610.008084/2015-62
GLP/PB0057933	MARIA ROSA RIBEIRO DA SILVA - ME.	24.502.171/0001-87	48610.007736/2008-12
GLP/SP0215177	MEDEIROS PANIFICADORA E CONVENIENCIA LTDA - ME	14.698.981/0001-05	48610.005476/2012-27
GLP/SP0244389	NEIDE MAGALHAES CRUZ MATOS 27771099823	29.462.767/0001-14	48610.001920/2018-21
001/GLP/SC0021790	OESTE DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	09.076.792/0001-52	48610.006701/2008-66
GLP/MA0217867	PLIE - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	03.734.476/0004-97	48610.010482/2012-04
GLP/SP0234917	PRISCILA VIEIRA DOS SANTOS 41201987822	24.197.756/0001-30	48610.006796/2016-28
001/GLP/RO0016220	R G DA SILVA - ME	08.258.466/0001-01	48610.009003/2007-31
001/GLP/MT0005300	RICARDO ARGUELHO DE FARIA - ME.	07.181.348/0001-71	48610.006876/2005-21
GLP/PE0239095	RISOALDO ANTONIO DA SILVA - ME	23.312.870/0001-00	48610.003031/2017-17
001/GLP/SP0010076	SANTA CLARA COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME.	02.788.361/0001-70	48610.012012/2006-29
GLP/BA0224024	SIDINALVA DOS SANTOS SILVA - ME	19.322.170/0001-10	48610.012995/2013-22
GLP/SP0217891	SUDOESTE COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA	08.329.111/0003-10	48610.011450/2012-18
001/GLP/RO0018694	SUPERMERCADO ALPHAVILLE LTDA - ME	15.878.234/0001-03	48610.013900/2007-41
GLP/SP0184243	THIAGO MALAQUIAS ROCHA - ME	08.664.268/0001-30	48610.002440/2010-20
GLP/AC0215745	V L LOPES	13.874.520/0001-75	48610.006845/2012-07

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.061, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPSP0304860	ADAILTON ARAUJO SANTANA 37521243854	30.698.356/0001-01	48610.009593/2018-55
GLPMG0304954	AGNALDO GERMANO DA SILVA 03064843664	29.278.803/0001-94	48610.009606/2018-96
GLPRO0304923	AMILTON DE SOUZA PIMENTA	05.934.212/0001-60	48610.009491/2018-30
GLPMS0304903	ANDERSON GUTIERREZ RODRIGUES 93829558104	27.793.214/0001-19	48610.009508/2018-59
GLPMG0304915	ANDERSON NEVES COUTINHO 05514963632	18.851.021/0001-86	48610.009504/2018-71
GLPMG0305011	ANDRE LUIS DA SILVA MARCELO 03192887656	17.734.704/0001-90	48610.009365/2018-85
GLPBA0305022	ARGEMIRO NETO DA SILVA MACHADO	09.565.545/0001-10	48610.009739/2018-62
GLPSP0305026	BARBARA MARIA TEIXEIRA 01691608319	28.858.044/0001-76	48610.009738/2018-18
GLPSC0304871	BASE - GAS REGIONAL LTDA	06.983.577/0006-51	48610.006985/2018-62
GLPES0304844	BENIVALDO MELO DA SILVA 76513440734	30.231.705/0001-80	48610.009570/2018-41
GLPGO0304969	CENTRO COMERCIAL CONQUISTA LTDA	02.003.591/0001-86	48610.009589/2018-97
GLPRO0304917	CLAUDEMIR JOSE SCHWANZ 58440011253	30.042.628/0001-10	48610.009478/2018-81
GLPPA0305030	CURUA COMBUSTIVEIS LTDA.	14.082.502/0001-13	48610.009489/2018-61
GLPSC0304893	DEIVID WILLIAN DE AUGUSTINHO	30.939.010/0001-58	48610.009592/2018-19
GLPSC0304961	DOMINGOS PATERNO JUNIOR	29.861.179/0001-53	48610.009595/2018-44
GLPMA0304907	D'VIP COMERCIO DE PETROLEO EIRELI	27.163.596/0001-05	48610.009509/2018-01
GLPMT0305032	DYNAMENE SILVA TEIXEIRA E CIA LTDA	15.754.929/0001-83	48610.009588/2018-42
GLPAC0304874	E. NOBRE DE OLIVEIRA	29.663.304/0001-10	48610.006455/2018-14
GLPAM0304878	E O DA SILVA COMERCIO	08.967.644/0001-65	48610.009612/2018-43
GLPPE0304855	ERCO ROGERIO DA SILVA	10.894.643/0001-80	48610.009596/2018-99
GLPAC0304901	F M LINDOSO OLIVEIRA	17.785.935/0001-23	48610.009480/2018-50
GLPRS0304944	FELIPE ZORZI DAMBROS	29.341.215/0001-58	48610.009516/2018-03
GLPTO0304794	G. M. DA SILVA - COMERCIO DE GAS	28.914.221/0001-94	48610.009797/2018-96
GLPMG0304913	GABRIEL PETRINI MAIA LIMA	28.068.353/0001-42	48610.009503/2018-26
GLPGO0305013	GAS, MERCEARIA E BEBIDAS CENTRAL EIRELI	30.758.644/0001-04	48610.009366/2018-20
GLPMG0305024	GEOVANI PEREIRA DOS SANTOS 11537843605	29.380.124/0001-21	48610.009510/2018-28
GLPPA0304921	GERALDO MAGELA DE JESUS SALDANHA	07.712.074/0001-08	48610.009477/2018-36
GLPTO0304840	GISLENE MEDEIROS MORI 01962764117	30.360.751/0001-80	48610.009194/2018-94
GLPMT0305040	GLOBO GAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	04.296.133/0003-70	48610.009605/2018-41
GLPMG0304848	GRACIELE DE SOUZA FERREIRA 09489655686	30.384.544/0001-65	48610.009569/2018-16
GLPMT0304838	H A CADORE	16.929.122/0001-05	48610.009195/2018-39
GLPRS0304857	HELEN SIR ALVES ANDRADE 00262755033	30.345.925/0001-35	48610.009591/2018-66
GLPMG0304942	ITURAMA GAS LTDA	21.081.758/0002-52	48610.009607/2018-31
GLPRS0304977	IVANTUIR MADRUGA CASARTELLI 00981692036	29.004.929/0001-70	48610.009670/2018-77
GLPES0304818	IVO PEREIRA DE SOUZA 10632479779	27.618.972/0001-09	48610.008301/2018-67
GLPMA0304827	J. A. REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	20.957.132/0001-13	48610.009362/2018-41
GLPRS0304981	J P COMERCIO DE GAS LTDA	30.160.607/0001-08	48610.009729/2018-27
GLPPE0304934	JAELSON PETRUCIO CELESTINO PEREIRA 08237030451	29.433.857/0001-87	48610.009771/2018-48
GLPGO0305028	JAILSON RODRIGUES DE AZEVEDO 02399669452	30.710.839/0001-84	48610.009586/2018-53
GLPRO0304853	JBIM COMERCIO E SERVICOS LTDA	29.180.962/0001-51	48610.009597/2018-33
GLPSP0304866	JD - COMERCIO DE GAS EIRELI	27.720.583/0001-81	48610.007424/2018-81
GLPSP0304984	JOAO PAULO BERNARDINO 46693164862	30.659.785/0001-70	48610.009763/2018-00
GLPRN0304940	JOSE CARLOS RAMOS DA SILVA 00921946481	29.273.295/0001-51	48610.009487/2018-71
GLPBA0304930	JOSE OLIVEIRA BORGES 25252395802	14.604.848/0001-34	48610.009482/2018-49
GLPMG0304911	JUNIA MARIZE MOREIRA SANTIAGO 12682274633	25.100.388/0001-23	48610.009501/2018-37
GLPRJ0304999	L. GOMES DE SOUZA COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA	29.536.078/0001-07	48610.009897/2018-12
GLPPE0304814	LAUDICEIA ROCHA DE MELO GAS	29.554.306/0001-71	48610.008970/2018-39
GLPPB0305034	LAURICELIA DE FARIAS TORRES 06204510410	30.031.558/0001-03	48610.009294/2018-11
GLPMA0304919	LEAL GAS EIRELI	20.919.034/0001-91	48610.009492/2018-84
GLPCE0305001	LEIDIANE LOPES CASTRO 05691863312	28.547.084/0001-05	48610.009329/2018-11
GLPAL0304835	LIMA COMERCIO DE GLP EIRELI	30.244.986/0001-06	48610.007808/2018-01
GLPSC0304886	LOURDES DE FATIMA SAUTNER 71910190934	30.489.539/0001-17	48610.009521/2018-16
GLPSP0304993	LUIZ FERNANDO BOLDRIN FONSECA	29.091.215/0001-47	48610.009328/2018-77
GLPSP0304884	M J F DO NASCIMENTO GAS	29.982.954/0001-29	48610.009293/2018-76
GLPES0305019	MAKEI SANTOS CARDOSO 12112669745	29.410.187/0001-83	48610.009742/2018-86
GLPSC0304842	MARIO SERGIO PINHEIRO 02388768969	29.662.642/0001-38	48610.008816/2018-67
GLPMA0304880	MERCADINHO CARONE LTDA.	35.120.369/0010-03	48610.009239/2018-21
GLPGO0304846	MOREIRA E RABELO LTDA	29.737.013/0001-20	48610.006089/2018-01
GLPPR0304862	NILSON DA SILVA GOMES 05757736933	29.865.065/0001-81	48610.009197/2018-28

GLPES0304889	NOVO PARQUE REVENDEDORA DE GAS E AGUA EIRELI	29.999.985/0001-92	48610.009613/2018-98
GLPPE0304932	NUBIO PESSOA SILVA	26.910.998/0001-55	48610.009704/2018-23
GLPPE0304824	P. HENRIQUE RODRIGUES PIMENTEL	30.410.202/0001-72	48610.007855/2018-47
GLPRS0305036	PAMPA COMERCIO & DISTRIBUICAO DE GAS LTDA	29.079.931/0001-09	48610.007875/2018-18
GLPGO0304956	PARAIBA DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA	30.259.232/0001-20	48610.009512/2018-17
GLPMG0304975	PAULO AUGUSTO CORREA	30.708.956/0001-03	48610.009601/2018-63
GLPPE0304950	PETRO COMERCIO DE GLP LTDA	02.456.379/0005-06	48610.009295/2018-65
GLPSP0304952	PETROGAZ SALENSE COMERCIO DE GAS LTDA	31.001.018/0001-31	48610.009599/2018-22
GLPSC0304979	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0048-77	48610.009764/2018-46
GLPRO0304905	R. DIAS TENORIO NAZARIO	29.330.462/0001-59	48610.009615/2018-87
GLPAC0305008	RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA SANTOS 36039691204	25.036.147/0001-62	48610.009762/2018-57
GLPPR0304832	RAUL SERVELO 16962648987	28.611.881/0001-04	48610.007723/2018-15
GLPMG0304895	REGINALDO FERREIRA DOS SANTOS	30.397.487/0001-59	48610.009517/2018-40
GLPPA0304899	REGO UCHOA & INOMATA CARVALHO LTDA	28.608.011/0001-78	48610.009507/2018-12
GLPSP0304938	RENATA SANCHES FAGUNDES EIRELI	30.864.116/0001-30	48610.009514/2018-14
GLPPR0304909	RIBEIRO & PRADO COMERCIO DE GAS LTDA	31.131.193/0001-43	48610.009500/2018-92
GLPRJ0304882	RIOGAS COMERCIO DE GAS LTDA	30.796.892/0001-40	48610.009522/2018-52
GLPSP0305006	ROSANA APARECIDA CELESTINO CONDI	27.371.255/0001-17	48610.009332/2018-35
GLPPR0304925	ROSELI DURAN BATISTA 00632343940	30.534.004/0001-10	48610.009476/2018-91
GLPMA0304868	SALVADOR & PEREIRA LTDA	27.742.054/0002-60	48610.008116/2018-72
GLPMG0304973	SILVIA MARA DE SOUZA FERNANDES	30.765.174/0001-06	48610.009770/2018-01
GLPGO0304830	SONIA REGINA FELIPE DA SILVA 77015282100	26.967.234/0001-04	48610.009479/2018-25
GLPSC0305003	SPESSATINHO GAS EIRELI	29.005.049/0001-19	48610.009728/2018-82
GLPPR0305015	SUPERMERCADO BOVO LTDA	82.498.239/0002-89	48610.009743/2018-21
GLPSP0304850	SUPERMERCADOS PESSOTTO EIRELI	10.733.672/0004-02	48610.009581/2018-21
GLPSC0305038	TAISE DA ROSA CROZETA	30.822.146/0001-83	48610.009706/2018-12
GLPSP0304936	THIAGO ALENCAR FERREIRA 35201898874	30.693.395/0001-16	48610.009609/2018-20
GLPMT0304971	TIAGO LINS DA SILVA 78142369168	29.267.214/0001-00	48610.009587/2018-06
GLPPR0304864	VILSE T G PAETZOLD	26.524.545/0001-90	48610.007179/2018-10
GLPPR0304891	W. A. CUPERTINO - DISTRIBUIDOR DE GAS	17.297.015/0001-66	48610.009520/2018-63
GLPRO0304897	W RODRIGUES GUTIERRES	30.556.201/0001-30	48610.009616/2018-21
GLPPB0304928	WELLINGTON RIBEIRO MARINHO 05597532413	30.134.143/0001-57	48610.009443/2018-41
GLPPE0304876	WILDYSALMAY CRISTINA DA SILVA CRUZ	30.880.051/0001-16	48610.009610/2018-54
GLPPR0304967	WILLIAM NASCIMENTO LANCA 09791626960	30.149.720/0001-84	48610.009297/2018-54

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.062, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30.11.2016, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao GPAC REVENDEDORA DE GLP LTDA., CNPJ nº 09.257.695/0003-28.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.063, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº CE0108783 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao D & Z COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 13.742.285/0001-88, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.006730/2014-76.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.064, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/RS0016584	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS MARCA LTDA	03.387.434/0001-84	48610.009810/2007-54
001/GLP/RS0008797	GIL MEIRELLES AFFONSO	06.091.387/0001-15	48610.009316/2006-17
GLP/AL0186210	MAYARA MOURA SILVA	11.791.773/0001-50	48610.006311/2010-19
001/GLP/SP0006923	MULTGAZ COMERCIO DE GAS LTDA.	96.448.725/0001-16	48610.003996/2006-57

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.065, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº MG0011312 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO DIESEL MIRADOURO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 02.817.009/0001-15, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011015/2017-06.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.066, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SC0194333	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS PINHEIRO LTDA - EPP	07.751.371/0001-54	48610.002690/2006-83
PR/RS0147402	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS UNION LTDA	18.051.996/0004-72	48610.011601/2013-19
PR/RS0144122	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS UNION LTDA	18.051.996/0005-53	48610.010103/2013-59
PR/RS0144942	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS UNION LTDA	18.051.996/0006-34	48610.010384/2013-40
PR/ES0155502	AUTO POSTO BAIMINAS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	18.493.389/0001-10	48610.004492/2014-64
PR/SP0060924	AUTO POSTO DE SERVICOS MAVERICK LTDA - EPP	09.218.515/0001-37	48610.009425/2008-98
PR/RN0016609	AUTO POSTO DUDU LTDA	12.753.380/0003-86	48610.015193/2001-31
PR/SP0024180	AUTO POSTO MAIMONE & MAIMONE LTDA	66.139.544/0001-47	48610.004596/2002-35
PR/SP0091242	AUTO POSTO MATTERA LTDA.	12.940.711/0001-25	48610.001114/2011-86
PR/PA0168779	C R DO COUTO	04.746.748/0001-99	48610.001949/2004-15
PR/RS0019692	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	45.543.915/0051-40	48610.000386/2002-78
PR/PI0198784	COMÉRCIO DE PETRÓLEO MEU POSTO LTDA.	07.880.587/0001-10	48610.007369/2006-95
PR/RS0212889	DISMABE COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	00.272.169/0010-91	48610.007202/2007-13
PR/CE0184419	F.P. PETROLEO EIRELI	05.024.078/0002-40	48610.002021/2005-21
PR/PB0166305	JOSE CLEUDISON BARBOSA MOURA	04.525.187/0001-06	48610.000088/2004-41
PR/PA0094023	L.R.P. DA SILVA EPP	06.966.233/0001-20	48610.004550/2011-15
PR/SC0020238	MF - TRANSPORTES E COMÉRCIO DE DERIV. DE PETRÓLEO LTDA.	78.986.437/0001-33	48610.019664/2001-81
PR/RS0102383	MOTTA PINHEIRO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	11.368.493/0001-33	48610.012951/2011-31
PR/BA0098466	N. A. M. ANDRADE VILAS BOAS DERIV. DO PETR. E TRANSP. LTDA.	13.724.410/0001-27	48610.008813/2011-57
PR/RS0018931	POINT VEICULOS LTDA	93.782.183/0002-06	48610.015527/2001-76
PR/RS0172127	POINT VEICULOS LTDA	93.782.183/0003-97	48610.009498/2015-17
PR/BA0076541	POSTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LICIA E ZULEIDE LTDA - ME	10.900.585/0001-50	48610.012192/2009-91
PR/SC0178757	POSTO DE COMBUSTIVEL IMBUIA LTDA	24.316.439/0001-96	48610.012820/2016-68
PR/ES0002534	POSTO DE GASOLINA PADRE EUSTAQUIO LTDA	27.728.005/0001-91	48610.005028/2000-91
PR/RS0172211	POSTO RD LTDA	19.094.201/0001-23	48610.009702/2015-91
PR/MG0155802	S. K. WAN DER MAAS - EPP	19.267.099/0001-10	48610.004803/2014-95
PR/MA0227531	V RODRIGUES MELO	03.005.692/0001-59	48610.004521/2008-40
PR/GO0173966	VENEZA COMBUSTÍVEIS EIRELI	22.355.048/0001-55	48610.000551/2016-97

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.067, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº SP0025752 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO PENTE FINO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 04.697.341/0001-19, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.007906/2017-50.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO

Ref. Processo SEI nº: 48400.702.550/2018-18

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Em cumprimento à determinação judicial contida no Ofício/DIR/Nº 315, de 22.08.2018, Parecer de Força Executória nº 00052/2018/SEIEDE/PFMG/PGF/AGU datado de 31.08.2018, AUTORIZA a indisponibilidade de todos e quaisquer direitos minerários em nome das requeridas, SAMARCO MINERAÇÃO S/A-CNPJ 16.628.281/0001-61, VALE S/A - CNPJ 33.592.510/0001-54 e BHP BILLITON BRASIL LTDA - CNPJ 42.156.596/0001-63, Autor: UN IÃO FEDERAL, em face da Cautelar Fiscal nº 0021378-63.2018.4.01.3800, expedido pelo MM. Juiz Federal da 27ª Vara Federal da Comarca de Belo Horizonte/MG. **(1811).**

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 47/2018/AM

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
880.060/2014-LIDIANE COLARES DE ALMEIDA
Indefere pedido de reconsideração(263)
880.120/2001-LITHOS MINERAÇÃO LTDA.
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
880.435/2009-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA
880.356/2010-ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
880.174/2014-MG DA AMAZONIA LTDA
880.175/2014-MG DA AMAZONIA LTDA
880.176/2014-MG DA AMAZONIA LTDA
880.177/2014-MG DA AMAZONIA LTDA
Nega provimento ao recurso interposto(1222)
880.160/2014-PAULO VIRGÍLIO MOREIRA MONTEIRO
880.161/2014-GERALDO EDUARDO CARDOSO RODRIGUES
880.162/2014-GERALDO EDUARDO CARDOSO RODRIGUES
880.163/2014-PAULO VIRGÍLIO MOREIRA MONTEIRO

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 129/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Hgn Mineração Ltda - 800310/16 - Not.159/2018 - R$ 3.119,76

SAULO DE ALMEIDA GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 130/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Hgn Mineração Ltda - 800310/16 - Not.160/2018 - R$ 3.485,44

SAULO DE ALMEIDA GOMES
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 151/2018/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.124/2018-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°674/2018
860.132/2018-AMAN2 MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°676/2018
860.135/2018-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°677/2018
860.152/2018-JFP AREIA E CASCALHO EIRELI ME-OF. N°663/2018
860.160/2018-LESSIO DIAS DA COSTA-OF. N°660/2018
860.162/2018-SEBASTIÃO ALVES DE CARVALHO JÚNIOR-OF. N°661/2018
860.163/2018-RIO GRANITO LTDA-OF. N°662/2018
860.171/2018-GIOVANNI TADEU GIOIA-OF. N°650/2018
860.172/2018-GIOVANNI TADEU GIOIA-OF. N°651/2018
860.176/2018-A. R. T. AREIAS RIO TESOURAS LTDA ME-OF. N°673/2018
860.180/2018-AREIAS CDR LTDA ME-OF. N°671/2018
860.182/2018-UNAMINA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA-OF. N°652/2018
860.183/2018-UNAMINA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA-OF. N°652/2018
860.185/2018-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°658/2018
860.187/2018-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-OF. N°645/2018
860.189/2018-RONALDO BASILIO GOMES-OF. N°653/2018
860.199/2018-CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES-OF. N°657/2018
860.200/2018-JJX: FORTES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°655/2018
860.204/2018-IRACIMAR VAZ ME-OF. N°654/2018
860.205/2018-MINERAÇÃO APOLLO LTDA-OF. N°683/2018
860.206/2018-MINERAÇÃO APOLLO LTDA-OF. N°683/2018
860.208/2018-PAULO DE SOUZA PAU FERRO-OF. N°686/2018
860.212/2018-IDAIANE COSTA VIEIRA-OF. N°684/2018
860.214/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-OF. N°685/2018
860.215/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-OF. N°685/2018
860.218/2018-EDMAR APARECIDO MOTA-OF. N°687/2018
860.220/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°688/2018
Fase de Licenciamento
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
860.387/2017-ANTONIO DONIZETE DE AMORIM-AREIA e CASCALHO - Registro de Licença N° 100/2017, DOU de 06/10/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.502/2016-ONESIO JOSE DE ALMEIDA-OF. N°6432018
860.365/2018-JOAO CARNEIRO MENDONÇA-OF. N°699/2018
860.543/2018-FRANCISCO DAS CHAGAS VIEIRA DOS SANTOS-OF. N°610/2018
860.545/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°612/2018
860.546/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°612/2018
860.547/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°612/2018
860.551/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°612/2018
860.552/2018-EXTRACAO DE AREIA E TRANSPORTES PIRACANJUBA LTDA ME-OF. N°612/2018
860.556/2018-P2M LTDA ME-OF. N°611/2018
860.569/2018-DARCI PEREIRA PINTO JUNIOR-OF. N°608/2018
860.580/2018-WAGNA MARIA APARECIDA GOMES-OF. N°636/2018
860.583/2018-PAULO SÉRGIO DA SILVA REGO-OF. N°637/2018
860.584/2018-RODRIGO DUARTE DOS REIS-OF. N°638/2018
860.585/2018-POTÊNCIA PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI-OF. N°634/2018

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 92/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.663/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°491/2018-DGTM
866.319/2018-IDAEL PEREIRA SAMPAIO-OF. N°488/2018-DGTM
866.459/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°485/2018-DGTM
866.465/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°509/2018-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.304/2012-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Claudio da Silva Simião- CPF ou CNPJ 408.465.471-04- Alvará n°2755/2014
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
866.134/2014-JOSIMAR VIEIRA PIRES-Arenito
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
867.179/2011-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15634/2015
866.302/2012-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15639/2015
866.031/2014-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15996/2015
866.897/2014-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°16390/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.353/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.354/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.355/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.356/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.357/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.358/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.359/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.360/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.361/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.362/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.363/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.364/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.365/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.366/2015-DORACY FERRER KALIX-OF. N°235/2018-SR
866.507/2017-VERA LÚCIA DE ALMEIDA ME-OF. N°236/2018-SR
867.070/2017-L G LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°239/2018-SR
867.080/2017-IRINEU LINK-OF. N°238/2018-SR
867.129/2017-PAULO RICARDO FENNER-OF. N°237/2018-SR

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 110/2018

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.558/1993-BENEDITO JOSE LAGOS ME-OF. N°1479/2018
868.278/2013-BENEDITO JOSE LAGOS ME-OF. N°1483/2018
868.306/2013-A R MAÇANEIRO ME-OF. N°1480/2018
868.022/2014-DARIO PEGORARO-OF. N°1476/2018
868.192/2015-FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A.-OF. N°1470/2018
868.071/2016-MINERADORA SANTINI E NANTES LTDA ME-OF. N°1478/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
866.588/1993-PEDREIRA DOURADENSE LTDA EPP-Cessionário:CONSTRUTORA SÃO JERÔNIMO OBRAS, TRANSPORTE E COMERCIO LTDA- CNPJ 03.861.929/0001-01-Registro de Licença N° 16/1996-23º DS- Vencimento da Licença: 16/08/2021
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
868.192/2015-FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A.- AI N°394/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
868.902/1996-PEDREIRA AMAMBAI LTDA ME-OF. N°221.44.013/2018

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 112/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.095/2018-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-OF. N°1452/2018
868.103/2018-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°1454/2018
868.105/2018-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°1454/2018
868.106/2018-MAURICIO CAMPOS DE JESUS-OF. N°1454/2018
868.109/2018-EDUARDO ANTÔNIO PRADO MARTINS-OF. N°1455/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.114/2010-JUARÊS JOSÉ AUMOND-OF. N°1449/2018
868.350/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°1443/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
868.349/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA -Alvará N°2114/2018
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
868.331/2009-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°3104/2013
868.332/2009-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°3105/2013
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
867.199/1991-MARACAJU ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°1484/2018
868.096/2004-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°1499/2018

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 109/2018/RN

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.192/2014-JOSÉ FRANCELINO JUNIOR-OF. N°782/2018
848.180/2015-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°716/2018
848.250/2015-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°716/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.012/2012-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA- Área de 998,92 ha para 626,64-FELDSPATO, QUARTZO E XISTO
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
848.191/2013-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-ALVARÁ N°8.804/2013
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.439/2011-CAMILO HEMERLY SIMONELLI-AI N°129/2018
848.323/2013-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-AI N°131/2018
848.138/2015-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-AI N°130/2018
848.176/2016-EDILZA SOLINO DE SOUZA-AI N°132/2018
848.187/2016-CERÂMICA IGUATU LTDA.-AI N°133/2018
848.189/2016-CERÂMICA IGUATU LTDA.-AI N°134/2018
848.193/2016-CERÂMICA IGUATU LTDA.-AI N°135/2018
848.194/2016-CERÂMICA IGUATU LTDA.-AI N°136/2018
848.196/2016-MULTI COMÉCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA. EPP-AI N°137/2018
848.202/2016-LINDOMAR NUNES ALVES-AI N°128/2018
848.106/2018-SP CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI-AI N°138/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.210/2007-GRANORTE MINERACAO DE MARMORES E GRANITOS DO RIO GRANDE DO NORTE EIRELI-OF. N°720/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.017/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°779/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.083/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°780/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.192/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°773/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.193/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°774/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.194/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°775/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.195/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°776/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.196/2010-ABG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°777/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
848.592/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°778/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
Aceita defesa apresentada(809)
848.157/2006-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
848.578/2008-METAL DATA S.A. MINERAÇÃO E METALURGIA- Alvara n° 2.378/1973 - Cessionário: VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA.- CNPJ 71.466.569/0001-95
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.157/2006-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. N°783/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.410/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°739/2018-SGTM/DNPM/RN
848.412/2012-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°740/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.193/2018-EDILZA SOLINO DE SOUZA-OF. N°738/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
848.016/2004-MONT GRANITOS S A

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 112/2018/RN

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Acf Mineração Ltda - 848043/17 - A.I. 155/18
Clecio Silvino Bezerra - 848319/16 - A.I. 149/18
Eugenio Ribeiro de Souza Neto - 848295/16 - A.I. 147/18
Francisco Izenildo Teixeira - 848230/15 - A.I. 141/18
Helen Pimenta Rodrigues - 848218/17 - A.I. 158/18, 848037/18 - A.I. 164/18, 848038/18 - A.I. 165/18
Imobiliaria Oitava Rosado Ltda - 848156/15 - A.I. 140/18
Isabelle Arruda Moreira - 848252/16 - A.I. 144/18
João Maria da Silva Ferreira - 848019/17 - A.I. 151/18, 848079/17 - A.I. 156/18
Jonas Medeiros de Lucena - 848318/16 - A.I. 148/18, 848226/17 - A.I. 159/18
Jose Airton Assunção Gomes - 848047/18 - A.I. 166/18
José Braz Neto - 848030/17 - A.I. 153/18, 848031/17 - A.I. 154/18
Julio Cesar de Vasconcelos - 848070/15 - A.I. 139/18
Klauss Francisco Torquato Rego - 848023/18 - A.I. 162/18
l. l. da c. Fernandes me - 848082/17 - A.I. 157/18
Lion Mineracao Brasil Ltda - 848253/16 - A.I. 145/18, 848254/16 - A.I. 146/18
Luzimar Ferreira de Lima - 848027/18 - A.I. 163/18
Marco Aurélio Gonçalves de Farias - 848026/17 - A.I. 152/18
Maria Gecina Marinho - 848011/17 - A.I. 150/18
Milton Carlos Bonato - 848263/15 - A.I. 142/18
Mineração Potiguar Ltda me - 848018/18 - A.I. 161/18
Nova Jerusalem Mineracao, Comercio e Servicos Ltda me - 848048/18 - A.I. 167/18
Ricardo Luiz Freire da Silva - 848126/16 - A.I. 143/18
Serrinha Industria e Comercio Ltda - 848052/18 - A.I. 168/18, 848105/18 - A.I. 169/18, 848004/18 - A.I. 160/18

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 88/2018/RS

Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de Licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
810.103/2015-JMM COMERCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA- NOT Nº247/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.086/1986-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.-OF. N°2165/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
810.576/2009-BASALTO SÃO GABRIEL LTDA-OF. N°667/2018
810.304/2016-TERRAPLANAGEM CHESINI LTDA-OF. N°450/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.086/1986-COMERCIAL DE AREIA CAMILLO LTDA.- Registro de Licença N° 526/2007 - Vencimento em 06/07/2020
810.150/1997-JAZIDA TATUIRA-EXTRAÇÃO DE AREIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-ME- Registro de Licença N° 1413/1997 - Vencimento em 24/05/2019
810.200/2010-PEDREIRA GILIOLI LTDA- Registro de Licença N° 46/2010 - Vencimento em 07/01/2019
810.856/2014-MIROMAR B NUNES INDÚSTRIA DE CERÂMICAS LTDA- Registro de Licença N° 12/2015 - Vencimento em 21/06/2020
810.857/2014-MIROMAR B NUNES INDÚSTRIA DE CERÂMICAS LTDA- Registro de Licença N° 13/2015 - Vencimento em 21/06/2020
811.277/2014-ROBERTO ESCARCEL MARQUES- Registro de Licença N° 159/2015 - Vencimento em 03/11/2018
810.834/2015-IVAN RIPPEL- Registro de Licença N° 241/2015 - Vencimento em 23/06/2021
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
810.580/2008-TREVIPLAM ENGENHARIA LTDA.- Cessionário:Avantte Engenharia e Participações Ltda- CNPJ 23.467.362/0001-92- Registro de Licença N° 30/2011- Vencimento da Licença: 16/08/2022
Despacho publicado(756)
811.236/2014-ASTER MINERAÇÃO COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA-Registro de Licenciamento nº 290/2017 - DE: Aster-Comércio e Terraplanagem Ltda - PARA: Aster-Mineração Comércio e Terraplanagem Ltda - Substância: Areia.
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
811.289/2010-JS MELLO PEDRAS LTDA-OF. N°781/2018
810.148/2011-VANDERLEI FERREIRA DA SILVA-OF. N°784/2018
810.011/2014-FERRARI E SARTORI LTDA-OF. N°746/2018
810.307/2016-FERRARI E SARTORI LTDA-OF. N°746/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.215/1981-JOÃO PEREIRA & CIA. LTDA.-OF. N°773/2018
810.150/1997-JAZIDA TATUIRA-EXTRAÇÃO DE AREIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-ME-OF. N°764/2018
810.035/1999-CONSTRUTORA SULTEPA S.A.-OF. N°760/2018
811.443/2012-JAZIDA GOMES LTDA EPP-OF. N°762/2018
811.444/2012-JAZIDA GOMES LTDA EPP-OF. N°762/2018
811.520/2013-DUTRA & LIESENFELD LTDA EPP-OF. N°783/2018
810.621/2014-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA-OF. N°771/2018
810.746/2014-JOÃO ARCELINO DA SILVA-OF. N°765/2018
810.522/2015-JOSÉ EDUARDO DE BORBA-OF. N°780/2018
810.275/2016-ASTOR E. RAUBER E CIA. LTDA-OF. N°758/2018
811.181/2016-COMÉRCIO DE PEDRAS BELA VISTA LTDA-OF. N°759/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.323/2018-EC TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE LTDA-Registro de Licença N° 091/2018 - Vencimento em 25/04/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.607/2016-REINALDO ZANON-OF. N°2153/2018
810.713/2016-MINERAÇÃO CRISTAL LTDA ME-OF. N°2169/2018
810.861/2016-LMR ENGENHARIA LTDA.-OF. N°2161/2018
810.978/2016-AIRTON ANTONIO SCHAEFER ME-OF. N°2170/2018
811.010/2016-BOLZAN E BRM BOLZAN LTDA-OF. N°2172/2018
811.104/2016-PEDREIRA SECRETTI LTDA ME-OF. N°2168/2018
811.104/2016-PEDREIRA SECRETTI LTDA ME-OF. N°2168/2018
811.171/2016-EDIO HANSEN-OF. N°2167/2018
811.256/2016-FRANZ E FILHOS LTDA-OF. N°2166/2018
811.392/2016-ARTEFATOS DE CONCRETO PEDRO OSÓRIO LTDA-OF. N°2163/2018
811.415/2016-ESTANCIA VELHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SS LTDA-OF. N°2164/2018
811.438/2016-DMS PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA ME-OF. N°2171/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
810.190/2010-ALICERCE CENTRAL DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
810.895/2012-PIAIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
810.898/2012-NÉLSON JACOB GIEHL ME
811.560/2013-OLARIA ZANOTTO LTDA.
810.461/2014-DANIEL JOANELLA CERÂMICA ME
810.407/2015-ARILDO LEMOS BOTELHO ME
810.035/2016-CERÂMICA IRMÃOS SUSIN LTDA
810.082/2016-WAGNER MACHADO DUARTE ME
810.086/2016-JOSE CARLOS OLIVEIRA PACHECO ME
810.469/2016-JJM CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. ME
810.788/2016-JJM CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA. ME
810.994/2016-DANIELA KLAUS TEDESCHI ME
810.995/2016-JONES TEDESCHI
811.229/2016-CELI DA SILVA CORREA
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
810.764/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE EREBANGO-Registro de Extração N°47/2014 de 08/05/2014
Autorizo o aditamento de substância mineral(935)
810.382/2010-MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES-Arenito-Registro de Extração N°60/2010, DOU de 10/08/2010
Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)
810.268/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ- Registro de Extração N°45/2011- DOU de 19/05/2011
Determina arquivamento definitivo do processo(951)
810.268/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
811.271/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES COROAS-OF. N°761/2018

ALVIMAR LUIZ LISOT
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 90/2018/RS

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.303/2012-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.030/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4163/2015
810.031/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4164/2015
810.032/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4165/2015
810.033/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4166/2015
810.035/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4167/2015
810.036/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4168/2015
810.037/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4169/2015
810.038/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4170/2015
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.055/1992-PEDREIRA VILA RICA LTDA-OF. N°775/2018
810.975/2014-PEDREIRA VILA RICA LTDA-OF. N°775/2018
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
810.055/1992-Pedreira Vila Rica Ltda- AI N°205/2018
810.975/2014-Pedreira Vila Rica Ltda- AI N°206/2018
Determina a interdição da lavra(1199)
811.018/2013-ANTÔNIO GODOIS DE JESUS- N° do Termo de Interdição:02/2018, de 29/08/2018- Lacre N°
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
810.195/1991-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°774/2018
810.282/1991-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°774/2018
810.293/2003-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°774/2018
811.075/2007-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°774/2018
810.166/2011-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°774/2018

ALVIMAR LUIZ LISOT
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 102/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
886.163/2018-RICAL RACK INDUSTRIA E COMERCIO DE ARROZ LTDA-OF. N°1072/2018-DOU de 05/09/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
886.609/2011-M. D. CONSTRUCÕES LTDA- AI N°185/2017 Pub. no DOU de 17/07/2018.

ANDREIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 103/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
886.346/2006-MINERAÇÃO ACARÁ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
886.387/2009-IMS CONSTRUTORA LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
886.207/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°2344/2013
886.047/2010-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°12264/2010
886.530/2011-MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA -Alvará N°8764/2013
886.374/2014-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°4765/2016
886.375/2014-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°16484/2015
886.441/2014-CENA PRODUTOS CERÂMICOS LTDA - Alvará N°1082/2015
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
886.399/2011-MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA-AI N°403/2018
886.481/2011-GIOMAR JOSÉ ZAMPERINI-AI N°410/2018
886.484/2011-ELETROLIGAS LTDA-AI N°404/2018
886.370/2012-ANDRADE MARCELLO LTDA-AI N°405/2018
886.074/2013-RUDINEY RESENDE VELHO-AI N°402/2018
886.450/2013-JOAQUIM AUGUSTO BARROS-AI N°407/2018
886.307/2014-MARCIO UMINO-AI N°385/2018
886.495/2014-KENIO KESTERING DE MORAES-AI N°387/2018
886.560/2014-ALBUQUERQUE & FERNANDES LTDA-AI N°344/2018
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
886.152/2009-GEOEX MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. ME - AI N°120/2016
886.196/2009-POLIMINAS CONSTRUTORA E MINERAÇÃO LTDA - AI N°217/2018
886.265/2009-BIOCHIN IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. - AI N°176/2018
886.421/2009-LUCIMAR CELLA - AI N°203/2018
886.039/2010-AMÂNCIO LOPES E CIA LTDA - AI N°276/2018
886.061/2010-LUCIDIO JOSÉ CELLA - AI N°439/2016
886.133/2010-VICTOR MARCELLO - AI N°200/2018
886.233/2010-VICTOR MARCELLO - AI N°282/2018
886.360/2010-CRISTAIS IND.E COM.IMP. E EXPO. LTDA - AI N°275/2018
886.049/2011-AREAL VITORIA LTDA ME. - AI N°182/2018
886.201/2011-ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA JÚNIOR - AI N°231/2018
886.356/2011-MARIA ÂNGELA SIMÕES SEMEGHINI - AI N°207/2018
886.371/2011-FABIO ALVES DE ASSIS - AI N°216/2018
886.497/2011-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A - AI N°202/2018
886.528/2011-MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA - AI N°262/2018
886.529/2011-MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA - AI N°263/2018
886.533/2011-ORLIZES SOUZA DA SILVA - AI N°92/2016
886.609/2011-M. D. CONSTRUCÕES LTDA - AI N°79/2016
886.064/2012-DAYANE KEROLLEM PETTENON - AI N°183/2018
886.108/2012-J. COSTA MOREIRA ME - AI N°221/2018
886.206/2012-ALBUQUERQUE & FERNANDES LTDA - AI N°168/2018
886.012/2013-JORGINA PRANDO TUDELA - AI N°20/2017
886.036/2013-RUDINEY RESENDE VELHO - AI N°171/2018
886.110/2013-SILVA & PERSCHA LTDA - AI N°31/2017
886.124/2013-MINERADORA MAGNA GEMA EIRELI ME - AI N°289/2018
886.125/2013-DIEGO ALVES BARBOSA - AI N°290/2018
886.147/2013-VALENTIM MANDUCA PACIOS - AI N°39/2017
886.169/2013-MELLO & SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TIJOLOS LTDA. ME - AI N°464/2016
886.240/2013-DIEGO ALVES BARBOSA - AI N°181/2018
886.252/2013-NATIVIDADE & CIA LTDA EPP - AI N°307/2018
886.294/2013-F. BEZERRA SOBRINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - AI N°78/2017
886.347/2013-RUMILDA GUSSE OSOWSKI AREIAS EIRELI ME - AI N°68/2017
886.364/2013-MARCIO UMINO - AI N°66/2017
886.424/2013-DIEGO ALVES BARBOSA - AI N°197/2018
886.432/2013-ALFREDO DOMINGOS LUCENA - AI N°288/2018
886.433/2013-ALEXANDRE PASSOS PAGIN - AI N°287/2018
886.444/2013-JOAQUIM AUGUSTO BARROS - AI N°199/2018
886.447/2013-CONQUISTA REPRESENTAÇÃO E ADMNISTRAÇÃO LTDA - AI N°279/2018
886.482/2013-NILTON DA SILVA FERREIRA - AI N°284/2018
886.025/2014-RUDINEY RESENDE VELHO - AI N°268/2018
886.047/2014-EXPEDITO MOURA DE CARVALHO DANTAS - AI N°305/2018
886.104/2014-CERAMICA BRASIL LTDA ME - AI N°202/2018
886.204/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MIERADORES DO BRASIL - AI N°210/2018

ANDREIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 112/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
886.424/2011-M.M.M.MINAS MINERAÇÃO MADEIRAS E ENGENHARIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.456/2011-M.M.M.MINAS MINERAÇÃO MADEIRAS E ENGENHARIA LTDA-OF. N°1227/2018
886.457/2011-M.M.M.MINAS MINERAÇÃO MADEIRAS E ENGENHARIA LTDA-OF. N°1227/2018
886.458/2011-M.M.M.MINAS MINERAÇÃO MADEIRAS E ENGENHARIA LTDA-OF. N°1227/2018
Indefere pedido de reconsideração(181)
886.284/2017-LUCIANO SILVA DE MORAES MINERADORA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
886.141/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MIERADORES DO BRASIL-OF. N°1229/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
886.060/2012-ALBINO ALFONÇO WOBETO
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
886.304/2010-CERÂMICA BELEM IND. E COM. LTDA-AI N°350/2018
886.407/2010-ALDIR DA SILVA GONÇALVES-AI N°348/2018
886.465/2010-MINERAÇÃO JACIARA S A-AI N°383/2018
886.214/2013-ÉRICA ALMEIDA NASCIMENTO-AI N°343/2018
886.484/2013-DRAGA SANTO ANTONIO LTDA-AI N°352/2018
886.235/2014-CONCRENORTE CONCRETO E CONSTRUÇÕES DO NORTE LTDA-AI N°364/2018
886.237/2014-SEVERINO DA CRUZ ALVES-AI N°365/2018
886.256/2014-NILMAR FEITOSA DOS SANTOS-AI N°363/2018
886.260/2014-MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA-AI N°358/2018
886.262/2014-JOVELINO PERONDI-AI N°360/2018
886.263/2014-JOVELINO PERONDI-AI N°362/2018
886.275/2014-CARLOS ALBERTO ALVES GOMES-AI N°384/2018
886.278/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°382/2018
886.281/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°349/2018
886.283/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°354/2018
886.317/2014-OLIVEIROS RODRIGUES DA CRUZ-AI N°353/2018
886.395/2014-ELETROLIGAS LTDA-AI N°355/2018
886.396/2014-ELETROLIGAS LTDA-AI N°356/2018
886.397/2014-ELETROLIGAS LTDA-AI N°357/2018
886.423/2014-GEOCONSULT GEOLOGIA MINERAÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI ME-AI N°379/2018
886.438/2014-JOSE APARECIDO SODRE-AI N°371/2018
886.441/2014-CENA PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-AI N°378/2018
886.463/2014-PORTO DE AREIA MAMORÉ LTDA ME-AI N°373/2018
886.475/2014-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°377/2018
886.476/2014-MARCIO UMINO-AI N°376/2018
886.481/2014-SÉRGIO CARVAJAL FEITOSA-AI N°375/2018
886.496/2014-KENIO KESTERING DE MORAES-AI N°372/2018
886.502/2014-ISRAEL FELIX DA SILVA-AI N°346/2018
886.503/2014-ISRAEL FELIX DA SILVA-AI N°345/2018
886.521/2014-PORTO DE AREIA MAMORÉ LTDA ME-AI N°332/2018
886.522/2014-PORTO DE AREIA MAMORÉ LTDA ME-AI N°370/2018
886.533/2014-ZULMIRA SUARES GRECO ME-AI N°369/2018
886.556/2014-NILSON GARCIA-AI N°368/2018
886.564/2014-CANAÃ INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS LTDA-AI N°367/2018
886.566/2014-CANAÃ INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS LTDA-AI N°366/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.554/2007-L A DE OLIVEIRA ME-OF. N°113/2018
886.559/2007-L A DE OLIVEIRA ME-OF. N°114/2018
886.145/2011-JALAPÃO COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA ME.-OF. N°1033/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
886.312/2001-MARCOS DA SILVA PINHO-COSTA MARQUES/RO - Guia n° 22/2018-100kg-ametista-Validade:10/09/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

886.327/2007-VALZOMIRO BIZARELLO ME.-PORTO VELHO/RO - Guia n° 23/2018-8.500toneladas-cascalho-Validade:05/03/2022

Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2024)

886.008/2007-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-OF. N°1117/2018

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)

886.145/2011-JALAPÃO COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA ME.-OF. N°1034/2018

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

880.391/1987-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE SANTA CRUZ LTDA- AI N° 002.370, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400 e 401/2018

880.393/1987-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE SANTA CRUZ LTDA- AI N° 002.370, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400 e 401/2018

Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)

002.965/1965-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-OF. N°1117/2018

002.967/1965-MINERAÇÃO CÉU AZUL LTDA-OF. N°1117/2018

814.215/1973-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-OF. N°1117/2018

800.945/1974-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-OF. N°1117/2018

Fase de Disponibilidade

Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)

886.246/2016-BRASIL MANGANÊS CORPORATION MINERAÇÃO S/A

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

886.558/2004-GOMES & TOLEDO LTDA.

886.072/2011-ANDERSON HIROSHI KUBOTANI

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)

886.129/2018-CONSTRUTORA AMIL LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

886.072/2018-LEILA MARIA LOPES DOS SANTOS-OF. N°969/2018

ANDREIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S/A

CNPJ Nº 10144628/0001-14

DECISÃO DE 29 DE JUNHO DE 2018

A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. informa que em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2018, foi aprovado o Estatuto Social da Petrobras Biocombustível S.A., tendo em vista as determinações contidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na forma do anexo.

FABIO MARQUES ARAGÃO DA SILVA
Secretário Geral

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

TÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL

Capítulo I - Denominação

Art. 1º. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. doravante denominada "Companhia", é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 ("Lei nº 9.478/97"), pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ("Lei nº 13.303/2016"), e pelo Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 ("Decreto Federal nº 8.945/2016").

Capítulo II - Sede

Art. 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e poderá criar filiais, agências, sucursais, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no país ou no exterior.

Capítulo III - Prazo de duração

Art. 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo IV - Objeto Social

Art. 4º. A Companhia tem por objeto, observados os preceitos normativos, legais e constitucionais a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica associada às suas operações de produção de biocombustíveis, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades.

§ 1º. A Companhia, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer, no país ou fora do território nacional, qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

§ 2º. Para as atividades de logística em território nacional a cargo da Petrobras Biocombustível S/A, o descarregamento dos produtos deverá, sempre que possível, ser realizado nos centros coletores da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS ou de sociedade por ela indicada.

§ 3º. As atividades de logística e comercialização dos subprodutos serão realizadas pela Petrobras Biocombustível S/A no País ou fora do território nacional.

§ 4º. A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa e desenvolvimento de negócios e empreendimentos cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abranjam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética, e tecnologias sustentáveis, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades.

§ 5º. Na execução de suas atividades, a Companhia poderá, observadas as disposições legais aplicáveis, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de sociedade e participar do capital de outras sociedades, relacionadas ao seu objeto social, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 9.478/97.

§ 6º. A Companhia poderá constituir subsidiárias cujo objeto seja participar de outras sociedades, desde que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios da Companhia.

§ 7º. As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras sociedades, segundo as normas e condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes das Leis nº 9.478/97, nº 10.438/02, e nº 11.097/05.

Art. 5º. A Companhia poderá ter suas atividades orientadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, desde que: (i) estejam alinhadas com as leis nº 9.478/97 e nº 13.303/16; (ii) sejam compatíveis com seu objeto social; (iii) não coloquem em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira; (iv) sejam formalizadas e definidas em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e (v) tiver custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§1º - Na hipótese de orientação da PETROBRAS para atender o interesse público deverá ser avaliado e mensurado, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§2º - Na hipótese de não respeitar as condições de mercado adequadas ao setor privado em que atue, a PETROBRAS garantirá a compensação, a cada exercício social, da Companhia pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§ 3º - O exercício da prerrogativa de que trata este artigo será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

TÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Capítulo I - Capital Social e Ações Ordinárias

Art. 6º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 4.378.443.732,58 (quatro bilhões, trezentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e dois reais, e cinquenta e oito centavos), dividido em 437.844.373 (quatrocentos e trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, trezentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo único. O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

Art. 7º. Cada ação ordinária confere o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Art. 8º. As ações da Companhia são nominativas, devendo ser registradas em livro próprio, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos da legislação em vigor.

Capítulo II - Capital autorizado

Art. 9º. A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por esse órgão, aumentar o capital social até o limite de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, concedendo-se aos acionistas preferência para subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

TÍTULO III - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E REGRAS GERAIS

Capítulo I - Órgãos Estatutários

Art. 10º. A Companhia é composta pelos seguintes órgãos estatutários:

I. Assembleia Geral;

II. Conselho de Administração;

III. Diretoria Executiva;

IV. Conselho Fiscal com funcionamento permanente;

V. Comitê de Auditoria Estatutário; e

VI. Comitê de Elegibilidade.

Parágrafo único. A Companhia fornecerá apoio técnico e administrativo aos órgãos estatutários.

Capítulo II - Requisitos e Impedimentos de Investidura

Art. 11º. São requisitos para a investidura em cargos de diretor e conselheiro de administração, inclusive para as indicações da União:

I. Ser pessoa natural;

II. Possuir reputação ilibada;

III. Possuir notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;

IV. Possuir formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação; e

V. Ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

a) 10 (dez) anos na área de atuação da Companhia ou em área conexa ao cargo para o qual foi indicado, em função de direção superior;

b) 4 (quatro) anos em cargo de diretor, de conselheiro de administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em sociedade de porte ou objeto social semelhante ao da Companhia, entendendo-se, como cargo de chefia superior, aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da sociedade;

c) 4 (quatro) anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4 (quatro), ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, em pessoa jurídica de direito público interno;

d) 4 (quatro) anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior, na área de atuação da Companhia; ou

e) 4 (quatro) anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da Companhia.

§ 1º. Os diretores deverão residir no país e possuir experiência mínima de 5 (cinco) anos em cargo gerencial ou de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional, ou em empresa do Sistema Petrobras ou do setor de atividade da estatal.

§ 2º. As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso V do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 3º. As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso V do caput poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

Art. 12º. São impedimentos para a investidura em cargos de diretor e conselheiro de administração, incluindo tanto as indicações dos empregados como a dos acionistas minoritários:

I. Possuir impedimento por lei especial;

II. Possuir condenação por crime falimentar, de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra a fé pública ou contra a propriedade, ou condenação à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

III. Ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, exceto se houver dispensa pela Assembleia Geral;

IV. Ser representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita, ou seu parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau;

V. Ser Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Secretário Municipal, ou seu parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau;

VI. Ser titular de cargo em comissão na Administração Pública Federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público, ou seu parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau, aplicando-se a vedação ao servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da Administração Pública Federal direta ou indireta;

VII. Ser dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciado do cargo, ou seu parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau;

VIII. Ser titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado do cargo, ou seu parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau;

IX. Ter atuado, nos últimos 36 (trinta e seis meses), como participante de estrutura decisória de partido político;

X. Ter atuado, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

XI. Exercer cargo em organização sindical;

XII. Ser pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria Companhia ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação;

XIII. Ter ou poder vir a ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da Companhia ou com a própria Companhia; e

XIV. Se enquadrar em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 13º. São requisitos para a investidura em cargo de conselheiro fiscal:

I. Ser pessoa natural;

II. Residir no país;

III. Possuir reputação ilibada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV. Possuir formação acadêmica compatível com o exercício da função, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação; e

V. Ter exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos:

a) Função de direção ou assessoramento na Administração Pública, direta ou indireta; ou

b) Cargo de conselheiro fiscal ou administrador de sociedade.

§ 1º. As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso V do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 2º. As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso V do caput poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

Art. 14º. São impedimentos para a investidura em cargos de conselheiro fiscal:

I. Possuir impedimento por lei especial;

II. Possuir condenação por crime falimentar, de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra a fé pública ou contra a propriedade, ou condenação à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

III. Ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, exceto se houver dispensa pela Assembleia Geral;

IV. Ser ou ter sido, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, membro de órgão de administração da Companhia, de sua subsidiária ou de sociedade do mesmo grupo;

V. Ser empregado da Companhia, de sua subsidiária ou de sociedade do mesmo grupo;

VI. Seu cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia;

VII. Ser representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita;

VIII. Ser dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciado do cargo;

IX. Ser titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado do cargo;

X. Ser pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria Companhia ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação;

XI. Ter ou poder vir a ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da Companhia ou com a própria Companhia; e

XII. se enquadrar em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1o da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 15º. A investidura em cargo de administração ou fiscal da Companhia observará as condições impostas pelo artigo 147 e complementadas por aquelas previstas no artigo 162 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como aquelas previstas na Política de Indicação, na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Parágrafo único: Para fins de cumprimento dos requisitos e vedações legais, a Companhia considerará ainda as seguintes condições para a caracterização da reputação ilibada do indicado para o cargo de administração, as quais serão detalhadas na Política de Indicação:

I. Não possuir contra si processos judiciais ou administrativos com acórdão desfavorável ao indicado, em segunda instância observada a atividade a ser desempenhada;

II. Não possuir pendências comerciais ou financeiras que tenham sido objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes, sendo possível o esclarecimento à Companhia sobre tais fatos;

III. Diligência adotada na resolução de apontamentos indicados em relatórios de órgãos de controle interno ou externo em processos e/ou atividades sob sua gestão, quando aplicável;

IV. Não possuir falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, Guia de Conduta, Manual do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção ou outros normativos internos, quando aplicável; e

V. Não ter sido enquadrado no sistema de consequência disciplinar no âmbito de qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Petrobras ou ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.

Capítulo III - Verificação dos Requisitos e Impedimentos de Investidura

Art. 16º. Os requisitos e os impedimentos para a investidura em cargos de diretor e conselheiro fiscal devem ser observados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em casos de recondução.

§ 1º. Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida por formulários padronizados estabelecidos na Política de Indicação.

§ 2º. A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro importará em rejeição dos respectivos formulários padronizados pelo Comitê de Elegibilidade.

§ 3º. Os impedimentos serão verificados por meio da auto declaração apresentada pelo indicado, nos moldes do formulário disponibilizado pela Companhia.

§ 4º. A documentação comprobatória dos requisitos e impedimentos de investidura deverá ser mantida na sede da Companhia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do último dia de prazo de gestão ou atuação do membro eleito.

Capítulo IV - Eleição, Destituição e Posse

Art. 17º. Os conselheiros de administração e conselheiros fiscais serão eleitos pela Assembleia Geral, e os diretores e membros dos comitês estatutários serão eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição ad nutum.

Art. 18º. Os conselheiros de administração e os diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§ 1º. O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia.

§ 2º. Aos conselheiros de administração e aos diretores é dispensada a garantia de gestão para investidura no cargo.

Art. 19º. Os conselheiros fiscais e os membros dos comitês estatutários serão investidos em seus cargos desde a data da respectiva eleição, contudo, para fins de registro, devem assinar o termo de posse no livro de registro de atas do Conselho Fiscal ou do respectivo comitê, conforme o caso.

Art. 20º. Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar declaração anual de bens à Companhia e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR.

Art. 21º. Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia, permitido, porém, após justificativa e aprovação pelo Conselho de Administração, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia e, excepcionalmente, no Conselho de Administração de outras sociedades.

Capítulo V - Prazos do Mandato, de Gestão, Atuação e Reconduções

Art. 22º. O prazo de gestão dos conselheiros de administração será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

Art. 23º. O prazo de gestão dos diretores será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

Art. 24º. O prazo de atuação dos conselheiros fiscais será de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas.

Art. 25º. Atingido o prazo máximo de gestão ou atuação, o retorno dos diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais para a Companhia somente poderá ocorrer após o decurso do período equivalente a um prazo de gestão ou atuação, conforme o caso.

Parágrafo único. O prazo de gestão dos conselheiros de administração e diretores e o prazo de atuação dos conselheiros fiscais se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros eleitos.

Art. 26º. Para efeito de recondução, considera-se:

I. O prazo de gestão dos conselheiros de administração e diretores interrompido há menos de dois anos do início do novo prazo de gestão; e

II. O prazo de gestão exercido pelo diretor em outra Diretoria Executiva da Companhia.

Parágrafo único. É vedada a recondução do conselheiro de administração, diretor ou conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela sociedade nos dois anos anteriores ao início do novo prazo de gestão ou atuação.

Capítulo VI - Vacância e Substituição

Art. 27º. Além dos casos previstos em lei, perderá o cargo:

I. O conselheiro de administração e conselheiro fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) alternadas, nas últimas 12 (doze) reuniões;

II. O diretor que se afastar por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de licença remunerada, ou mediante autorização do Conselho de Administração; ou

III. O membro estatutário, verificada hipótese de impedimento ou vedação, ainda que superveniente à posse, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 28º. No caso de ausências ou impedimentos temporários de qualquer conselheiro de administração, o colegiado deliberará com os membros remanescentes.

§ 1º. No caso de vacância do cargo de conselheiro de administração, o colegiado deliberará com os membros remanescentes até a próxima Assembleia Geral que eleger um novo conselheiro para completar o prazo de gestão do anterior.

Art. 29º. No caso de vacância do cargo de diretor, o Presidente da Companhia designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva, o qual servirá até a próxima reunião do Conselho de Administração que eleger um novo diretor para completar o prazo de gestão do anterior. No caso de ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, o Presidente da Companhia designará seu substituto dentre os membros da Diretoria Executiva, até o seu retorno.

Art. 30º. Em caso de vacância do cargo de Presidente da Companhia, a Diretoria Executiva designará seu substituto dentre os seus membros, o qual servirá até a próxima reunião do Conselho de Administração que eleger um novo Presidente para completar o prazo de gestão do anterior. No caso de ausências ou impedimentos temporários, as atribuições do Presidente da Companhia serão exercidas pelo membro da Diretoria Executiva designado pelo próprio Presidente.

Art. 31º. Em caso de ausências ou impedimentos de qualquer conselheiro fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

Parágrafo único. Ocorrendo a vacância do cargo de conselheiro fiscal titular e do cargo de seu respectivo suplente no Conselho Fiscal, deverá ser convocada Assembleia Geral com o objetivo de eleger um novo conselheiro fiscal e seu respectivo suplente para completar o prazo de atuação dos anteriores.

Art. 32º. O cargo de membro de comitê estatutário é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente.

§ 1º. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de membro de comitê estatutário, o colegiado deliberará com os remanescentes.

§ 2º. No caso de vacância do cargo de membro de comitê estatutário, o Conselho de Administração designará outro membro para completar o mandato do anterior.

Capítulo VII - Instalação e Quórum de Deliberação

Art. 33º. Os órgãos estatutários, com exceção da Assembleia Geral, reunir-se-ão com a presença da maioria dos seus membros.

§ 1º. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

§ 2º. Em caso de decisão não unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro.

§ 3º. Nas deliberações dos órgãos estatutários, os respectivos Presidentes terão o voto de desempate, além do voto pessoal.

Art. 34º. As reuniões dos órgãos estatutários, com exceção da Assembleia Geral, tratada no Art. 47º deste Estatuto Social, serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, e serão presenciais, admitindo-se a participação na reunião por teleconferência, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e autenticidade do seu voto, mediante justificativa aprovada pelo colegiado.

Parágrafo único. Da reunião será lavrada ata que deverá ser assinada por todos os membros presentes à reunião, nos termos do caput, e posteriormente transcrita no livro de registro de atas. Os votos proferidos por membros que participarem remotamente da reunião deverão igualmente constar no livro de registro de atas, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

Art. 35º. Os membros de um órgão estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto.

Capítulo VIII - Convocação

Art. 36º. As convocações para as reuniões dos órgãos estatutários, com exceção da Assembleia Geral, serão realizadas por seus respectivos Presidentes ou pela maioria dos membros do colegiado. O Comitê de Auditoria poderá ser convocado também pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. A pauta de reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela Companhia e acatadas pelo colegiado.

Capítulo IX - Remuneração

Art. 37º. A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores e membros dos comitês estatutários, bem como os limites da remuneração variável dos diretores, observadas as normas da legislação específica.

§ 1º. No caso de a Assembleia Geral fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição entre os órgãos da administração da Companhia e os comitês estatutários.

§ 2º. É vedado o pagamento de qualquer remuneração aos membros estatutários não aprovada em Assembleia Geral.

Art. 38º. Nos exercícios em que forem pagos o dividendo obrigatório e a participação de lucros aos empregados, a Assembleia Geral poderá atribuir participação nos lucros da Companhia aos diretores, respeitados os limites do parágrafo 1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo único. O atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo deverá gerar reflexo financeiro para os diretores, sob a forma de remuneração variável, inclusive se a Companhia estiver deficitária, nos termos da legislação aplicável.

Art. 39º. Os diretores, inclusive o Presidente da Companhia, farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença remunerada, mediante prévia autorização da Diretoria Executiva, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

Art. 40º. A remuneração mensal devida aos conselheiros de administração e conselheiros fiscais não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

Parágrafo único. Os conselheiros de administração e os conselheiros fiscais terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da Companhia, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 41º. É vedada a participação remunerada de membros da Administração Pública federal, direta ou indireta, em mais de dois órgãos colegiados de empresa estatal, incluídos os Conselhos de Administração e Fiscal e os comitês estatutários.

Capítulo X - Responsabilidades

Art. 42º. Os membros estatutários são responsáveis, nos termos do art. 158 da Lei nº 6.404, de 1976, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

Art. 43º. A Companhia, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, assegurará, aos membros e ex-membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia, podendo manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração.

§ 1º. Os benefícios previstos acima aplicam-se aos membros dos comitês estatutários e àqueles empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia, conforme apólice e normas internas vigentes.

§ 2º. Os limites e a forma da defesa em processos judiciais e administrativos serão definidos em padrão interno aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 3º. Havendo condenação transitada em julgado na esfera judicial, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto Social, ou decorrente de ato culposo ou doloso, o beneficiário deverá ressarcir à Companhia todos os custos e despesas decorrentes da defesa, além de eventuais prejuízos causados.

Art. 44º. Fica assegurado aos membros e ex-membros estatutários, bem como àqueles empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia, o acesso às informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da Companhia, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou atuação.

Capítulo XI - Treinamentos

Art. 45º. Os administradores e conselheiros fiscais da Companhia, devem participar, logo após a posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela Companhia sobre:

I. Legislação societária e de mercado de capitais;

II. Divulgação de informações;

III. Controle interno;

IV. Código de conduta;

V. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

VI. Demais temas relacionados às atividades da Companhia.

Capítulo XII - Quarentena

Art. 46º. Após o término da gestão ou de atuação, os ex-membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal ficam impedidos, por um período de seis meses, contados do término do prazo de gestão ou atuação, se maior prazo não for fixado por lei, de:

I. Aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades concorrentes da Companhia;

II. Aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término do prazo de gestão ou atuação, se maior prazo não for fixado em lei; e

III. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término do prazo de gestão ou atuação, se maior prazo não for fixado em lei.

§ 1º. Incluem-se, no período a que se refere o caput deste artigo, eventuais períodos de licença anual remunerada não gozadas.

§ 2º. Durante o período de impedimento, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal farão jus a remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal do cargo que ocupavam.

§ 3º. Não terão direito à remuneração compensatória os ex-membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal que optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada, tendo em vista a inexistência de conflito de interesses.

§ 4º. O descumprimento do impedimento de seis meses implica, além da perda de remuneração compensatória, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§ 5º. A configuração da situação de impedimento e o pagamento da remuneração compensatória será precedido de consulta formal à Comissão de Ética da Presidência da República nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

TÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL

Capítulo I - Convocação, instalação e quórum de deliberação

Art. 47º. A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o Estatuto Social, possui poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social, bem como para tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

Art. 48º. A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e 10 (dez) dias de antecedência em segunda convocação, se necessária.

Parágrafo único. Na Assembleia Geral, tratar-se-á exclusivamente do objeto declarado no edital de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais.

Art. 49º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto, e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 50º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou pelo substituto que este vier a designar, ou, na ausência ou impedimento de ambos, por representante escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes.

§ 1º. O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

§ 2º. A Assembleia Geral será realizada na sede social da Companhia, podendo ser realizadas fora da sede social por motivo de força maior ou por outro motivo previsto em lei.

§ 3º. Será considerada regular, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

§ 4º. Ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, e serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas de forma sumária. Em caso de decisão não-unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo acionista.

Capítulo II - Assembleia Geral Ordinária

Art. 51º. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, em local, data e hora previamente fixados, para:

I. Aprovar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário;

II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III. Eleger os conselheiros de administração e os conselheiros fiscais; e

IV. Fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores e membros dos comitês estatutários, a remuneração dos conselheiros fiscais, bem como os limites da remuneração variável dos diretores, observadas as normas da legislação específica.

Capítulo III - Assembleia Geral Extraordinária

Art. 52º. A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, para:

I. Alterar o Estatuto Social;

II. Reduzir ou aumentar o capital social, fixando o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão de cada ação, bem como o prazo e as condições de integralização, bem como alterar o limite do capital autorizado;

III. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os conselheiros de administração e os conselheiros fiscais;

IV. Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social ou para a integralização de ações, em caso de aumento de capital;

V. Aprovar a abertura do capital social;

VI. Aprovar a dissolução, liquidação e cessação do estado de liquidação da Companhia, além de eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

VII. Aprovar a transformação, incorporação, cisão, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia e de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, inclusive a incorporação de ações;

VIII. Aprovar a constituição ou extinção de consórcios e parcerias contratuais, bem como a constituição e a extinção de sociedades, a aquisição e a alienação de quotas ou ações de sociedades, no Brasil ou no exterior;

IX. Aprovar acordos de acionistas a serem firmados pela Companhia e suas modificações;

X. Autorizar a Companhia a mover ação de responsabilidade civil contra os seus administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

XI. Aprovar a emissão de quaisquer valores mobiliários no país ou no exterior;

XII. Aprovar a permuta de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;

XIII. Aprovar a negociação, no todo ou em parte, de ações do capital social da Companhia, nas hipóteses permitidas por lei;

XIV. Renunciar ao direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

XV. Aprovar a participação da Companhia em grupo de sociedades, conforme definição contida no artigo 265 da Lei nº 6.404/76;

XVI. Deliberar sobre as demais matérias previstas em lei, de competência da Assembleia Geral, bem como sobre os assuntos que forem propostos pelos Conselhos de Administração ou Fiscal;

XVII. Aprovar a alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles; e

XVIII. Eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas.

TÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO

Capítulo I - Órgãos da Administração

Art. 53º. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração, responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, e pela Diretoria Executiva, conforme atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social.

§ 1º. Além das normas previstas neste Estatuto Social, aplicam-se aos administradores da Companhia o disposto na Lei nº 6.404/76, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Federal nº 8.945/2016, inclusive quanto a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para a investidura e a remuneração.

§ 2º. O Presidente da Companhia não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente.

§ 3º. No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito pelos Conselheiros na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral.

Capítulo II- Conselho de Administração

Seção I - Composição

Art. 54º. O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros, cabendo ao colegiado designar, dentre eles, o seu Presidente.

§ 1º. Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos termos da legislação vigente.

§ 2º. O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes.

§3º. Caracteriza-se como conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 22, §1º da Lei nº 13.303/2016, bem como no art. 36, §1º de seu Decreto Federal nº 8.945/2016.

Seção II - Funcionamento

Art. 55º. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

§ 2º. O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar Diretores da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

Seção III - Competências

Art. 56º. Compete ao Conselho de Administração:

I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II. Aprovar o plano básico de organização e suas modificações;

III. Eleger e destituir os diretores da Companhia, propondo-lhes as atribuições;

IV. Definir as atribuições da Auditoria Interna, regulamentar o seu funcionamento, bem como nomear e dispensar o seu titular;

V. Criar comitês de suporte ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

VI. Decidir sobre a criação, extinção e funcionamento dos comitês estatutários, bem como eleger e destituir os seus membros, fixando-lhes as atribuições nos respectivos regimentos internos;

VII. Fixar a remuneração individual dos membros da administração e comitês estatutários, de acordo com o montante global fixado pela Assembleia Geral, quando não fixada por este órgão;

VIII. Manifestar-se sobre a proposta de remuneração dos membros da Diretoria Executiva e respectiva participação nos lucros da Companhia;

IX. Conceder afastamento ao Presidente da Companhia e aos demais Diretores, que se ausentem do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias;

X. Aprovar as metas e resultados específicos a serem alcançados pelos diretores e fiscalizar o seu cumprimento;

XI. Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, as atas, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

XII. Avaliar anualmente o resultado do desempenho, individual e coletivo, dos diretores e dos membros dos comitês estatutários, com assessoramento do Comitê de Elegibilidade, observados os seguintes quesitos mínimos:

a) Exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

b) Contribuição para o resultado do exercício; e

c) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

XIII. Realizar a auto avaliação anual de seu desempenho;

XIV. Aprovar e acompanhar o orçamento anual, o orçamento plurianual e o orçamento de capital, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XV. Aprovar e acompanhar o plano de dispêndios globais ("PDG") e o orçamento anual de investimentos ("OAI"), que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XVI. Aprovar e acompanhar o plano estratégico, o plano de investimentos e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XVII. Aprovar e acompanhar o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com a análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os cinco

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

anos seguintes, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva até a última reunião ordinária do Conselho de Administração;

XVIII. Promover, anualmente, a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas, com exceção das informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia;

XIX. Aprovar, sem a presença do Presidente da Companhia e dos demais Diretores, o plano anual de atividades de auditoria interna - PAINT e o relatório anual das atividades de Auditoria Interna - RAINT, que deverá ser apresentado pela Auditoria Interna e divulgado em local de fácil acesso ao público em geral;

XX. Manifestar-se acerca do relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva após o término de cada exercício social;

XXI. Manifestar-se sobre as demonstrações financeiras do exercício social encaminhadas pela Diretoria Executiva;

XXII. Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XXIII. Aprovar as políticas gerais da Companhia, incluindo, mas não se limitando, às políticas de distribuição de dividendos, conformidade, controle interno e gerenciamento de riscos, participações societárias, transações com partes relacionadas, porta-vozes e divulgação de informações, seleção para os titulares das áreas de Auditoria Interna, Conformidade, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria, e gestão de pessoas;

XXIV. Aprovar o regulamento de pessoal, bem como o quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, convenções ou acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XXV. Aprovar e revisar o regulamento de licitações;

XXVI. Aprovar os regimentos internos do Conselho de Administração e dos comitês estatutários;

XXVII. Aprovar a carta anual de governança corporativa, com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;

XXVIII. Discutir, aprovar e monitorar assuntos relacionados a práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta e integridade dos agentes;

XXIX. Determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XXX. Aprovar padrão sobre o contrato de seguro de responsabilidade civil permanente para os membros e ex-membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

XXXI. Definir os assuntos e valores de alçada decisória do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

XXXII. Definir, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva ou de seus membros, deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração;

XXXIII. Autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva;

XXXIV. Autorizar a instituição de quaisquer direitos reais de garantia e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

XXXV. Autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XXXVI. Avaliar a necessidade de manter os ativos que não são de uso próprio da Companhia, por indicação da Diretoria Executiva;

XXXVII. Convocar, por intermédio do seu Presidente, a Assembleia Geral;

XXXVIII. Manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral;

XXXIX. Aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

XL. Solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios da Companhia;

XLI. Manifestar-se sobre o relatório resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar, que deverá ser apresentado pela Diretoria Executiva;

XLII. Aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

XLIII. declarar dividendos intermediários, intercalares e juros sobre o capital próprio, que serão computados no total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, com base nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras semestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;

XLIV. Deliberar sobre a abertura, transferência ou fechamento de filiais, agências, sucursais, escritórios e representações, no país ou no exterior;

XLV. Aprovar a cessão de direitos sobre marcas e patentes;

XLVI. Aprovar a alienação de debêntures simples ou conversíveis em ações, de emissão de suas controladas, que sejam de titularidade da Companhia; e

XLVII. Deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social.

Capítulo III - Diretoria Executiva

Seção I - Composição

Art. 57º. A Diretoria Executiva será composta por 4 (quatro) membros efetivos, residentes no Brasil.

Art. 58º. É condição para investidura no cargo de Diretor a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, na forma aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. A investidura em cargo da Diretoria Executiva da Companhia requer dedicação integral, sendo vedado a qualquer de seus membros, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, salvo:

I. Em sociedades controladoras, subsidiárias integrais ou controladas da Companhia, ou em sociedade das quais esta participe, direta ou indiretamente; ou

II. Em outras sociedades, mediante autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

Seção II - Funcionamento

Art. 59º. A Diretoria Executiva reunir-se-á uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Seção III - Representação

Art. 60º. A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, individualmente por seu Presidente, ou por, no mínimo, 2 (dois) Diretores em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.

Parágrafo único. As matérias submetidas à apreciação da Diretoria Executiva serão instruídas com as manifestações da área técnica, e ainda do parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

Seção IV - Competências da Diretoria Executiva

Art. 61º. Cabe à Diretoria Executiva e a seus membros exercer a gestão dos negócios, assegurar o funcionamento regular da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal, sempre observando as boas práticas de governança corporativa.

Art. 62º. Compete à Diretoria Executiva:

I. Gerir as atividades da Companhia e avaliar os seus resultados;

II. Definir a estrutura organizacional básica da Companhia e a distribuição interna das atividades administrativas;

III. Colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;

IV. Indicar os representantes da Companhia nos órgãos estatutários de sociedades em que detém participação;

V. Monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

VI. Cumprir as metas e resultados fixados pelo Conselho de Administração;

VII. Elaborar o orçamento anual, o orçamento plurianual e o orçamento de capital, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;

VIII. Elaborar o plano de dispêndios globais ("PDG") e o orçamento anual de investimentos ("OAI"), submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;

IX. Elaborar o plano estratégico, o plano de investimentos e as metas de desempenho, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;

X. Elaborar o plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com a análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração até a última reunião ordinária deste órgão;

XI. Elaborar, após o término de cada exercício social, o relatório da Administração e o relatório de gestão da Diretoria Executiva, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;

XII. Determinar a elaboração, após o término de cada exercício social, das demonstrações financeiras, submetendo-as à Auditoria Independente, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário;

XIII. Aprovar as normas internas de funcionamento da Companhia;

XIV. Aprovar o regimento interno da Diretoria Executiva;

XV. Elaborar a carta anual de governança corporativa, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;

XVI. Aprovar os atos e contratos ou operações relativas à sua alçada decisória, definidos na tabela de limites de competência;

XVII. Aprovar contratações de bens e de serviços, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas por exercício anual, inclusive aditivos a tais contratos;

XVIII. Aprovar a compra e venda de matéria-prima e produtos, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas por exercício anual, inclusive aditivos a tais contratos;

XIX. Autorizar o ajuizamento de demandas nas esferas judicial ou arbitral, bem como atos de transação nestas esferas;

XX. Identificar a existência de ativos que não são de uso próprio da Companhia e a necessidade de mantê-los, submetendo-os à avaliação do Conselho de Administração;

XXI. Submeter ao Conselho de Administração o relatório resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar;

XXII. Submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;

XXIII. Aprovar a prática de atos que importem em renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, bem como em compromisso arbitral;

XXIV. Aprovar a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia;

XXV. Exercer a administração de pessoal, admitir, promover, punir, conceder licenças, transferir e dispensar empregados de qualquer categoria, podendo delegar tais poderes aos demais Diretores ou a titulares de órgãos da Companhia;

XXVI. Aprovar a designação dos titulares das gerências da Companhia, podendo ser delegada ao diretor da área de contato correspondente;

XXVII. Autorizar a celebração de convênios ou contratos com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores, de acordo com a alçada aprovada pelo Conselho de Administração;

XXVIII. Acompanhar as atividades das subsidiárias, controladas e sociedades das quais a Companhia participe ou com as quais esteja associada;

XXIX. Submeter à avaliação do Conselho de Administração o resultado de desempenho das atividades da Companhia; e

XXX. Deliberar sobre os assuntos que lhe são submetidos por qualquer Diretor, por intermédio do Presidente da Companhia.

Seção V - Competências do Presidente

Art. 63º. Cabe, privativamente, ao Presidente ou ao seu substituto, a direção e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II. Coordenar, planejar, supervisionar e presidir as atividades da Companhia;

III. Garantir a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

IV. Tomar decisões de competência da Diretoria Executiva, ad referendum desta, em caráter de urgência;

V. Exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria Executiva;

VI. Presidir as Assembleias Gerais de Acionistas, nos termos deste Estatuto, ou designar um substituto;

VII. Representar a Companhia nas reuniões do Conselho de Administração, quando outro Diretor não tenha sido convocado;

VIII. Submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos para composição da Diretoria Executiva da Companhia, podendo, inclusive, propor a destituição destes a qualquer tempo;

IX. Autorizar a admissão e demissão de empregados em sua área de atuação;

X. Manter os Conselhos de Administração e Fiscal informados das atividades da Companhia; e

XI. Exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Seção VI - Competências Individuais dos demais Diretores

Art. 64º. Os Diretores terão as atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Art. 65º. São atribuições individuais comuns a todos Diretores:

I. Executar as atribuições relativas à sua área de atuação;

II. Participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para definição das matérias trazidas a sua apreciação, e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III. Designar e instruir os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais, ou equivalentes, de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e de outras sociedades relativas à sua área de atuação; e

IV. Autorizar a admissão e demissão de empregados em sua área de atuação.

TÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Capítulo I - Composição,

Art. 66º. O Conselho Fiscal, que terá as atribuições e os poderes conferidos por lei e funcionará de modo permanente, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º. Além das normas previstas neste Estatuto Social, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia o disposto na Lei nº 6.404/76, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Federal nº 8.945/2016, inclusive quanto a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para a investidura e a remuneração.

§ 2º. Em qualquer hipótese, 1 (um) membro efetivo do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente será indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

§ 3º. Os membros do Conselho Fiscal elegerão o seu Presidente e o secretário do órgão em sua primeira reunião.

Capítulo II - Funcionamento

Art. 67º. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 68º. O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um de seus membros às reuniões da Assembleia Geral e responderá aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Capítulo III - Competências

Art. 69º. Compete ao Conselho Fiscal:

I. Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II. Opinar e emitir parecer sobre o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras do exercício social e sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III. Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

IV. Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias;

V. Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

VI. Fornecer informações, sempre que solicitadas, sobre matéria de sua competência a acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia;

VII. Exercer as atribuições previstas neste artigo durante a eventual liquidação da Companhia;

VIII. Examinar o PAINT e o RAINT;

IX. Assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que forem deliberados assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

X. Aprovar seu regimento interno e seu plano de trabalho anual;

XI. Realizar a auto avaliação anual de seu desempenho;

XII. Solicitar, a pedido de qualquer dos seus membros, designação de pessoal qualificado para secretariá-los e prestar-lhes apoio técnico, bem como esclarecimentos aos auditores independentes e apuração de fatos específicos;

XIII. Apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular questões, com justificativas, a serem respondidas por perito escolhido pelo Conselho Fiscal mediante lista tríplice apresentada pela Diretoria Executiva até trinta dias depois da solicitação;

XIV. Acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e

XV. Fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Companhia no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.

TÍTULO VII - COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Art. 70º. A Companhia compartilhará o Comitê de Auditoria Estatutário da sua acionista controladora, nos termos do artigo 14 e 24, V, do Decreto Federal nº 8.945/2016, adotando-se as mesmas regras de funcionamento e atribuições deste Comitê.

TÍTULO VIII - COMITÊ DE ELEGIBILIDADE

Art. 71º. A Companhia compartilhará o Comitê de Elegibilidade da sua acionista controladora, nos termos do artigo 14 do Decreto Federal nº 8.945/2016, adotando-se as mesmas regras de funcionamento e atribuições deste Comitê.

TÍTULO IX - AUDITORIA INTERNA

Art. 72º. A Companhia disporá de uma Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, cujo titular poderá permanecer na função por até 6 (seis) anos, tendo como atribuições:

I. Executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da Companhia;

II. Propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III. Verificar o cumprimento e a implementação pela Companhia das recomendações ou determinações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Fiscal;

IV. Executar outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V. Aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeira.

Parágrafo único. A Auditoria Interna encaminhará relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria Estatutário sobre as atividades desenvolvidas.

TÍTULO X - ÁREAS DE CONFORMIDADE E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 73º. A Companhia disporá de uma área de Conformidade, vinculada diretamente ao Presidente, com as seguintes atribuições:

I. Propor políticas de conformidade para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II. Verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III. Comunicar à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao CAE a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;

IV. Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V. Verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e administradores da Companhia sobre o tema;

VI. Estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

VII. Elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao CAE;

VIII. Disseminar a importância da Conformidade, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos; e

IX. Executar outras atividades correlatas definidas pelo Presidente.

§ 1º. A área de Conformidade poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração, em situações em que se suspeite do envolvimento do Presidente em irregularidades ou quando este se furtar aÌ obrigação de adotar medidas necessárias em relação aÌ situação a ele relatada.

§ 2º. A área de Conformidade deverá enviar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria Estatutário sobre as atividades desenvolvidas.

Art. 74º. A Companhia compartilhará a Área de Gerenciamento de Riscos da sua acionista controladora, nos termos do artigo 14 do Decreto Federal nº 8.945/2016, adotando-se as mesmas regras de funcionamento e atribuições desta área.

Parágrafo único. A área de Gerenciamento de Riscos deverá enviar relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria Estatutário sobre as atividades desenvolvidas.

TÍTULO XI - OUVIDORIA

Art. 75º. A Companhia possui um canal de denúncias disponibilizado pela Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS para recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Ética e Guia de Conduta e das demais normas internas de ética e obrigacionais.

TÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Capítulo I - Exercício Social

Art. 76º. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro, com término em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto Social e à legislação aplicável.

Parágrafo único. A Companhia deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais de acordo com regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404/76 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, e divulgá-las em sítio eletrônico.

Capítulo II - Dividendos

Art. 77º. Os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos obrigatórios e/ou juros sobre capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

Art. 78º. A Companhia determinará, por deliberação da Assembleia Geral, a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver, na forma da Lei nº 6.404/76.

Art. 79º. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento dos dividendos e/ou dos juros sobre capital próprio devidos aos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

Art. 80º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

§ 1º. Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado.

§ 2º. Os dividendos poderão ser pagos a título de juros sobre o capital próprio.

§ 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

TÍTULO XIII - PESSOAL

Art. 81º. A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos os quais estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos da Companhia.

Art. 82º. Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários serão fixados em plano de cargos e salários e plano de funções, aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 83º. As funções da Administração Superior e as responsabilidades dos respectivos titulares serão definidas no Plano Básico de Organização da Companhia.

§ 1º. As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas à Diretoria Executiva ou aos seus membros, poderão, mediante proposta e justificativa da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho de Administração, de forma excepcional, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de cargos em comissão de livre provimento.

TÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 84º. Deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, tendo por objeto a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes dos contratos eventualmente celebrados pela Companhia com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, e dos respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso.

Parágrafo único. Excluem-se, ainda, do disposto no caput, as disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis.

Art. 85º. Os contratos celebrados pela Companhia para aquisição de bens e serviços deverão observar o disposto na Lei n. º 13.303/2016 e no Decreto Federal nº 8.945/2016, além das demais disposições aplicáveis.

Ministério do Desenvolvimento Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 659, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre alteração de denominação de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011;
Portaria MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando a necessidade de readequar a Rede Atendimento da Previdência Social, resolve:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Agência da Previdência Social São José dos Campos - Digital - APSSJCDI, a qual é vinculada à Gerência-Executiva São José dos Campos, Estado de São Paulo, que passa a ser denominada Agência da Previdência Social Santa Isabel - APSSTI, mantendo-se sua codificação e tipologia.

Parágrafo único. A APS de que trata o caput deixa de ser da modalidade Digital.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 219, DE 31 DE AGOSTO DE 2018
(Publicada no DOU de 3-9-2018)

ANEXO I (*)

UF	MUNICÍPIO	ENTE	CNPJ	NÚMERO PROGRAMAÇÃO	EMENDA	AÇÃO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR DE CUSTEIO	VALOR DE INVESTIMENTO	VALOR TOTAL DA PROGRAMAÇÃO
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOAS	14.794.318/0001-04	430460620180001	-	2A69	0824420372A690001	R$ 1.020.000,00	R$ -	R$ 1.020.000,00
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ESTEIO	14.370.156/0001-79	430770820180001	-	2A69	0824420372A690001	R$ 530.400,00	R$ -	R$ 530.400,00
TOTAL GERAL								R$ 1.550.400,00	R$ -	R$ 1.550.400,00

(*) Republicado por ter saído no DOU de 3-9-2018, Seção 1, página 91, com incorreção no original.

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 281, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Prorrogação excepcional do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aprovado pela Portaria nº 84, de 24 de abril de 2013, do Ministério do Esporte (ME).

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo para atendimento de cláusulas suspensivas nos Termos de Compromisso nº 0437260-90/2014 e nº 0437267-69/2014, firmados com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativos aos processos administrativos: nº 58701.000376/2014-19 (Deodoro - Área Norte) e nº 58701.000375/2014-66 (Deodoro - Área Sul), que por motivos alheios ao seu dever de diligência não puderam ser cumpridos no prazo previamente estabelecido; e visando à adaptação dos equipamentos para o legado da Cidade do Rio de Janeiro (Retrofit):

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Prorrogar, excepcionalmente, até 17 de dezembro de 2018, o prazo para o cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando à implantação de infraestruturas necessárias à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no âmbito dos Termos de Compromisso firmados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Mandatária da União, com o Município do Rio de Janeiro, com vistas à execução das obras do Centro Olímpico de Deodoro, no Rio de Janeiro, especificamente no que concerne às instalações da Área Norte e Área Sul e, particularmente, da necessidade de elaboração dos projetos visando a "adaptação dos equipamentos olímpicos do Complexo Esportivo de Deodoro para o legado da Cidade do Rio de Janeiro".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.199 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 05/09/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionado no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 05/09/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.003268/2018-11
Proponente: Associação Argos
Título: Avança na Escola e na Bola - Ano II
Registro: 02MG136132014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 19.638.657/0001-07
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 357.573,38
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 32535-X
Período de Captação até: 05/09/2020

2 - Processo: 58000.117035/2017-13
Proponente: Associação Beneficente de Esportes e Cultura de Rio Claro
Título: Equipe de Ciclismo ABEC Rio Claro - Feminino
Registro: 02SP141182014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.040.368/0001-25
Cidade: Rio Claro UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 255.157,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0172 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 83229-4
Período de Captação até: 05/09/2020

3 - Processo: 58000.005860/2018-57
Proponente: Adventureclub - Associação dos Esportistas de Corrida de Aventura
Título: Na trilha Certa Continuidade
Registro: 02SP069562010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.417.564/0001-07
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 515.943,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1526 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 27078-4
Período de Captação até: 29/05/2019

4 - Processo: 58000.005910/2018-04
Proponente: Adventureclub - Associação dos Esportistas de Corrida de Aventura
Título: Desafio das Serras Continuidade
Registro: 02SP069562010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.417.564/0001-07
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 632.658,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1526 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 27077-6
Período de Captação até: 05/09/2020

5 - Processo: 58000.118431/2017-68
Proponente: Associação Educacional de Desenvolvimento Esportivo Cultural - AEDEC
Título: Cesta na Educação
Registro: 02MG159802016
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.707.709/0001-33
Cidade: Uberlândia UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 560.763,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2918 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 86821-3
Período de Captação até: 05/09/2020

6 - Processo: 58000.008556/2018-61
Proponente: Cruzeiro Esporte Clube
Título: 31 Copa Santiago de Futebol Juvenil
Registro: 02RS087002011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 87.898.243/0001-77
Cidade: Santiago UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 180.960,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0353 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38556-5
Período de Captação até: 03/01/2019

7 - Processo: 58000.009037/2018-11
Proponente: Fundação Special Olympics Brasil - Promoção de Esportes
Título: Vamos Passear
Registro: 02SP051382009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 09.640.867/0001-86
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.166.620,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6941 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9271-1
Período de Captação até: 25/10/2018

8 - Processo: 58000.008324/2018-11
Proponente: Instituto Futebol de Rua
Título: Futebol de Rua Pela Educação Ano VIII
Registro: 02SP033172008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.607.847/0001-40
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 3.180.621,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1518 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 30250-3
Período de Captação até: 05/09/2020

9 - Processo: 58000.007118/2018-86
Proponente: Mackenzie Esporte Clube
Título: Mackenzie Formando Atletas Olímpicos III
Registro: 02MG020162008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 17.499.252/0001-10
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.679.394,41
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 54181-8
Período de Captação até: 05/09/2020

10 - Processo: 58000.006624/2018-58
Proponente: Mackenzie Esporte Clube
Título: Mackenzie Formando Atletas Olímpicos III
Registro: 02MG020162008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 17.499.252/0001-10
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.346.134,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 54180-X
Período de Captação até: 05/09/2020

11 - Processo: 58000.117804/2017-83
Proponente: Sociedade Educativa Cultural e Poliesportiva Bento Gonçalves
Título: Bento Vôlei Categorias de Base Ano VI
Registro: 02RS003402007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.348.699/0001-73
Cidade: Bento Gonçalves UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.201.724,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0181 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 86897-3
Período de Captação até: 05/09/2020

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 792, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Palmas, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, nos estados do Paraná e Santa Catarina. (Processo SEI nº 02070.011443/2017-84).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil n° 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018,

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2.000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UCs, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;

Considerando o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta 11 a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas;

Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013; e,

Considerando a proximidade física destas unidades e as ações conjuntas e integradas já desenvolvidas pelas UCs, as quais estão sediadas no mesmo local e compartilham a mesma estrutura física e equipamentos; resolve:

Art. 1º Instituir o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Palmas, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federais, integrando a gestão das unidades citadas a seguir:

I - Estação Ecológica da Mata Preta;

II - Parque Nacional das Araucárias; e

III - Refugio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

§ 1º O ICMBio Palmas, se constitui numa estratégia de gestão visando ao cumprimento dos objetivos específicos de cada uma das unidades de conservação, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, seus Decretos de Criação, seus Planos de Manejo, seus planejamentos e orientações de seus conselhos gestores.

§ 2º As unidades de conservação integrantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, na qual as prioridades de gestão nas UC são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.

§ 3º As competências do ICMBio Palmas serão desempenhadas para gerir e manter a integridade, além de promover o desenvolvimento sustentável, dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o SNUC.

Art. 2º São objetivos gerais do ICMBio Palmas:

I - o alcance de maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade protegida e no uso sustentável dos recursos naturais no território das UCs abrangidas pelo ICMBio Palmas;

II - o alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais, da melhor expressão das complementaridades funcionais das UCs e da adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas; e

III - o fortalecimento socioambiental da região de forma a garantir um ambiente socialmente igualitário e ecologicamente equilibrado.

Art. 3º A gestão do ICMBio Palmas se dará mediante a integração de suas equipes, a elaboração conjunta de seus planejamentos, a execução integrada de suas atividades e o compartilhamento de recursos e de suas estruturas.

Art. 4º O ICMBio Palmas deverá estabelecer, periodicamente, planejamento operacional, planos de trabalho e/ ou outros instrumentos técnicos de gestão, estabelecendo prioridades e orientando a destinação de meios e de recursos para a realização das atividades de gestão das unidades.

Art. 5º Na execução de suas atividades finalísticas e de suporte operacional, o ICMBio Palmas poderá ser estruturado em áreas temáticas.

§ 1º O Chefe do ICMBio Palmas designará, por meio de Ordem de Serviço, os servidores responsáveis pelas áreas temáticas, observadas a capacidade técnica e gerencial para exercer as funções atribuídas.

§ 2º A composição das áreas temáticas, bem como as suas atribuições organizacionais e as atividades operacionais serão definidos em Regimento Interno, em até 120 dias após a vigência desta Portaria, o qual será submetido à aprovação pela Coordenação Regional respectiva e da Presidência do ICMBio e posterior publicação no Boletim de Serviço.

Art. 6º Os servidores lotados ou em exercício nas unidades de conservação mencionadas no artigo 1º desta Portaria passam a ser lotados ou terem seu exercício no ICMBio Palmas.

Art. 7° O ICMBio Palmas será sediado em Palmas/PR.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 3.354, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Alteração das Resoluções DIR BNDES nº 665, de 10 de dezembro de 1987, [...] e revogação das Resoluções DIR BNDES no 660, de 30 de setembro de 1987 e 675, de 28 de julho de 1988.Interessado: BNDES. Referência: Informação Padronizada AJ/JURINP nº 003/2018, de 22.8.2018.

A Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b", inciso I, do artigo 19 do Estatuto Social do BNDES, aprovado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária do BNDES, de 20 de fevereiro de 2017, e respectivas alterações,, resolve:

Art. 1º Alterar os arts. 6º, 34, III, V, VI, VII, XII e XIV e 36 da Resolução DIR BNDES nº 665, de 10 de dezembro de 1987 (Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES), que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º .....

I. ter sido aplicada no projeto a parcela do crédito anteriormente liberada;

.....

Parágrafo Quarto - A comprovação da aplicação dos recursos de que trata o inciso I deste artigo poderá ser feita pela verificação, entre outros documentos, de notas fiscais, faturas, folhas de pagamento, contratos, os quais deverão ser arquivados e mantidos pela Beneficiária até o fim do prazo de vigência do Contrato e apresentados ao BNDES sempre que solicitados.

.....

Art. 26. .....

Parágrafo Único - Deverão ser cumpridas as exigências do BNDES e de autoridades federais, estaduais e municipais, relativas à preservação do meio ambiente, no que concerne aos bens constitutivos da garantia.

.....

Art. 34 . .....

III. sempre que solicitado, remeter ao BNDES, no prazo fixado ou em até 15 (quinze) dias a partir da data de solicitação:

a) as alterações de seu contrato ou estatuto social;

b) as atas de suas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e das reuniões do Conselho de Administração;

c) a relação dos acionistas presentes às assembleias e o número de ações com que cada qual compareceu;

d) a lista de subscritores com o respectivo número de ações subscritas na hipótese de aumento de capital por subscrição;

e) relatórios, informações e demonstrativos sobre sua situação técnica, econômica, financeira e jurídica, do Projeto e do cumprimento do Contrato;

.....

V. contabilizar a aplicação da Colaboração Financeira e, quando solicitado, distribui-la em rubricas, contas ou subcontas correspondentes aos itens do projeto, obedecendo à discriminação estabelecida pelo BNDES;

VI. facultar ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos para a execução do projeto, franqueando ao BNDES por seus representantes ou prepostos:

.....

c) o acesso ao seu corpo de pesquisadores, para responder a consultas sobre o programa e projetos, sem que essa assistência técnica resulte em ônus para o BNDES;

VII. manter o BNDES informado sobre a ocorrência de qualquer fato que possa alterar substancialmente a sua situação econômico-financeira ou que possa comprometer a execução do projeto ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos aprovados pelo BNDES;

.....

XII. sem prévia autorização do BNDES, não alienar nem onerar bens de seu ativo não circulante, salvo quando se tratar:

.....

XIV. apresentar, se assim exigida, no prazo fixado ou em até 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação, prova idônea do cumprimento de obrigação a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar.

.....

Art. 36. Além das obrigações previstas no Capítulo V do Título I destas Disposições, os terceiros prestantes de garantia real obrigam-se, para fins de preservação da garantia prestada, a reembolsar ao BNDES as despesas efetuadas na fiscalização, regularização, segurança, conservação ou realização de seus direitos creditórios.

.....

Art. 2º Revogam-se os incisos I, IV, X, XI, XV, XVI, XVIII, XX e XXI do art. 34, Resolução DIR BNDES nº 665, de 1987.

[...]

Art. 4º Revogam-se as Resoluções DIR BNDES nº 660, de 30 de setembro de 1987 e 675, de 28 de julho de 1988.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União (DOU) quanto à revogação das Resoluções DIR BNDES nº 660, de 30 de setembro de 1987 e 675, de 28 de julho de 1988 e quanto às alterações promovidas na Resolução DIR BNDES nº 665, de 10 de dezembro de 1987 e [...].

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 9.420, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e

Considerando a necessidade de ajustar a alocação das fontes 56 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e 69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, a fim de viabilizar o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, no âmbito dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Defesa; e do Desenvolvimento Social;

Considerando a inviabilidade de uso da fonte 76 - Outras Contribuições Sociais na execução das ações "Aposentadorias e Pensões Civis da União" e "Ativos Civis da União", e a oportunidade de aproveitamento do excesso de arrecadação da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, para o atendimento das referidas ações, na Agência Nacional de Aviação Civil;

Considerando a premência de reduzir o déficit financeiro das fontes 56 e 69, e a possibilidade de utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, relativos às fontes 50 - Recursos Próprios Não Financeiros e 80, com vistas à realização de despesas com pessoal e encargos sociais em favor de diversos órgãos do Poder Executivo; e

Considerando a necessidade de viabilizar a abertura de crédito suplementar, cuja programação a ser cancelada tem fonte de recursos incompatível com o objeto da suplementação pretendida, de modo a permitir o cumprimento de requisições de pagamento expedidas pela Justiça Federal contra a Fazenda Pública, no Ministério do Desenvolvimento Social, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, no que concerne a diversos órgãos do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXOS

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.364.105
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.364.105
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							6.364.105
			S	1	1	90	0	350	6.364.105
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.364.105
TOTAL - GERAL									6.364.105

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	650	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.082.268
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.082.268
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							6.082.268
			S	1	1	90	0	350	6.082.268
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.082.268
TOTAL - GERAL									6.082.268

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							226.117.387
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							226.117.387
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							226.117.387
			S	1	1	90	0	350	226.117.387
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									226.117.387
TOTAL - GERAL									226.117.387

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.109.529
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.109.529
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							5.109.529
			S	1	1	90	0	350	5.109.529
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.109.529
TOTAL - GERAL									5.109.529

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.976.798
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							27.976.798
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							27.976.798
			S	1	1	90	0	680	27.976.798
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.976.798
TOTAL - GERAL									27.976.798

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.539.342
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.539.342
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.539.342
			S	1	1	90	0	280	2.539.342
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.539.342
TOTAL - GERAL									2.539.342

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							220.795
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							220.795
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							220.795
			S	1	1	90	0	650	220.795
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									220.795
TOTAL - GERAL									220.795

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.660.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.660.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							10.660.000
			S	1	1	90	0	650	10.660.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.660.000
TOTAL - GERAL									10.660.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							329.142.119
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							329.142.119
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							329.142.119
			S	1	1	90	0	650	329.142.119
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									329.142.119
TOTAL - GERAL									329.142.119

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							668.587
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							668.587
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							668.587
			S	1	1	90	0	650	668.587
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									668.587
TOTAL - GERAL									668.587

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							594.183
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							594.183
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							594.183
			S	1	1	90	0	650	594.183
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									594.183
TOTAL - GERAL									594.183

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							130.970
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							130.970
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							130.970
			S	1	1	90	0	650	130.970
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.970
TOTAL - GERAL									130.970

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.579.470
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.579.470
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							15.579.470
			S	1	1	90	0	650	15.579.470
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.579.470
TOTAL - GERAL									15.579.470

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.000.000
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							8.000.000
			S	1	1	90	0	650	8.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.000.000
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.607.582
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.607.582
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							5.607.582
			S	1	1	90	0	650	5.607.582
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.607.582
TOTAL - GERAL									5.607.582

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.596.993
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.596.993

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							11.596.993
			S	1	1	90	0	650	10.596.993
			S	1	1	90	0	680	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.596.993
TOTAL - GERAL									11.596.993

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.000.000
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							10.000.000
			S	1	1	90	0	650	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000.000
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.243.332
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.243.332
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.243.332
			S	1	1	90	0	680	2.243.332
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.243.332
TOTAL - GERAL									2.243.332

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.175.756
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.175.756
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							11.175.756
			S	1	1	90	0	650	1.175.756
			S	1	1	90	0	680	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.175.756
TOTAL - GERAL									11.175.756

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.968.185
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.968.185
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.968.185
			S	1	1	90	0	650	3.968.185
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.968.185
TOTAL - GERAL									3.968.185

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.106.952
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.106.952
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							9.106.952
			S	1	1	90	0	280	539.867
			S	1	1	90	0	650	7.190.291
			S	1	1	90	0	680	1.376.794
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.106.952
TOTAL - GERAL									9.106.952

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.845.721
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.845.721
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							4.845.721
			S	1	1	90	0	650	4.845.721
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.845.721
TOTAL - GERAL									4.845.721

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							66.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							66.000.000
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							66.000.000
			S	1	1	90	0	650	65.000.000
			S	1	1	90	0	680	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									66.000.000
TOTAL - GERAL									66.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.000.000
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							9.000.000
			S	1	1	90	0	650	9.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.000.000
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							25.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							25.000.000
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							25.000.000
			S	1	1	90	0	650	25.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25.000.000
TOTAL - GERAL									25.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							59.277.403
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							59.277.403
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							59.277.403
			S	1	1	90	0	250	6.189.908
			S	1	1	90	0	650	42.777.420
			S	1	1	90	0	680	10.310.075
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									59.277.403
TOTAL - GERAL									59.277.403

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							25.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							25.000.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							25.000.000
			S	1	1	90	0	650	25.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25.000.000
TOTAL - GERAL									25.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.338.403
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.338.403
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.338.403
			S	1	1	90	0	680	5.338.403
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.338.403
TOTAL - GERAL									5.338.403

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.948.175
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.948.175
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							5.948.175
			S	1	1	90	0	650	5.948.175
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.948.175
TOTAL - GERAL									5.948.175

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.000.000
			S	1	1	90	0	650	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							1.000.000
			S	1	1	90	0	650	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							359.353
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							359.353

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							359.353
			S	1	1	90	0	650	359.353
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									359.353
TOTAL - GERAL									359.353

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.253.497
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.253.497
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							4.253.497
			S	1	1	90	0	650	4.253.497
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.253.497
TOTAL - GERAL									4.253.497

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							835.420
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							835.420
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							835.420
			S	1	1	90	0	650	835.420
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									835.420
TOTAL - GERAL									835.420

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.353.937
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.353.937
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							4.353.937
			S	1	1	90	0	650	4.353.937
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.353.937
TOTAL - GERAL									4.353.937

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.130.473
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.130.473
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.130.473
			S	1	1	90	0	650	1.130.473
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.130.473
TOTAL - GERAL									1.130.473

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.239.865
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.239.865

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							11.239.865
			S	1	1	90	0	650	9.900.095
			S	1	1	90	0	680	1.339.770
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.239.865
TOTAL - GERAL									11.239.865

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.228.027
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.228.027
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.228.027
			S	1	1	90	0	650	2.228.027
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.228.027
TOTAL - GERAL									2.228.027

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.152.349
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.152.349
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							2.152.349
			S	1	1	90	0	650	2.152.349
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.152.349
TOTAL - GERAL									2.152.349

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.430
			S	1	1	90	0	650	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.493.828
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.493.828
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							1.493.828
			S	1	1	90	0	650	1.493.828
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.493.828
TOTAL - GERAL									1.493.828

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.000.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.000.000
			S	1	1	90	0	650	3.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									3.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.650.216
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.650.216
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							20.650.216
			S	1	1	90	0	650	16.987.114
			S	1	1	90	0	680	3.663.102
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.650.216
TOTAL - GERAL									20.650.216

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							80.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							80.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							80.000.000
			S	1	1	90	0	650	65.000.000
			S	1	1	90	0	680	15.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.000.000
TOTAL - GERAL									80.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.066.112
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.066.112
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							7.066.112
			S	1	1	90	0	250	758.876
			S	1	1	90	0	650	4.802.508
			S	1	1	90	0	680	1.504.728
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.066.112
TOTAL - GERAL									7.066.112

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.296.419
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.296.419
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							10.296.419
			S	1	1	90	0	650	9.000.000
			S	1	1	90	0	680	1.296.419
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.296.419
TOTAL - GERAL									10.296.419

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.000.000
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							8.000.000
			S	1	1	90	0	650	8.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.000.000
TOTAL - GERAL									8.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.747.652
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.747.652
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							7.747.652
			S	1	1	90	0	650	7.747.652
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.747.652
TOTAL - GERAL									7.747.652

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.554.704
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.554.704
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.554.704
			S	1	1	90	0	250	1.107.732
			S	1	1	90	0	650	1.446.972
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.554.704
TOTAL - GERAL									2.554.704

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000.000
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							5.000.000
			S	1	1	90	0	650	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.800.841
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.800.841
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							2.800.841
			S	1	1	90	0	650	2.800.841
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.800.841
TOTAL - GERAL									2.800.841

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							2.000.000
			S	1	1	90	0	650	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.975.923
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.975.923

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							4.975.923
			S	1	1	90	0	650	3.100.000
			S	1	1	90	0	680	1.875.923
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.975.923
TOTAL - GERAL									4.975.923

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000.000
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							5.000.000
			S	1	1	90	0	650	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.431.882
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.431.882
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							8.431.882
			S	1	1	90	0	650	5.170.958
			S	1	1	90	0	680	3.260.924
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.431.882
TOTAL - GERAL									8.431.882

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.092.286
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.092.286
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.092.286
			S	1	1	90	0	650	2.092.286
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.092.286
TOTAL - GERAL									2.092.286

00

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.127.773
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.127.773
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							3.127.773
			S	1	1	90	0	250	913.557
			S	1	1	90	0	650	1.302.850
			S	1	1	90	0	680	911.366
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.127.773
TOTAL - GERAL									3.127.773

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.374.135
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.374.135
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							5.374.135
			S	1	1	90	0	650	5.374.135
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.374.135
TOTAL - GERAL									5.374.135

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.416.044
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.416.044
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							21.416.044
			S	1	1	90	0	650	21.416.044
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.416.044
TOTAL - GERAL									21.416.044

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.242.808
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.242.808
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							1.242.808
			S	1	1	90	0	650	1.242.808
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.242.808
TOTAL - GERAL									1.242.808

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.750.692
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.750.692
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							2.750.692
			S	1	1	90	0	650	2.750.692
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.750.692
TOTAL - GERAL									2.750.692

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							157.354
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							157.354
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							157.354
			S	1	1	90	0	650	157.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									157.354
TOTAL - GERAL									157.354

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.430
			S	1	1	90	0	650	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.643.427
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.643.427

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.643.427
			S	1	1	90	0	650	1.643.427
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.643.427
TOTAL - GERAL									1.643.427

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.105.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.105.000
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.105.000
			S	1	1	90	0	650	1.105.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.105.000
TOTAL - GERAL									1.105.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							121.592
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							121.592
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							121.592
			S	1	1	90	0	650	121.592
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.592
TOTAL - GERAL									121.592

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.430
			S	1	1	90	0	650	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							85.829
			S	1	1	90	0	650	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							486.041
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							486.041
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							486.041
			S	1	1	90	0	650	486.041
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									486.041
TOTAL - GERAL									486.041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.430
			S	1	1	90	0	650	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.703.587
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.703.587
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							3.703.587
			S	1	1	90	0	650	3.703.587
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.703.587
TOTAL - GERAL									3.703.587

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							686.846
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							686.846
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							686.846
			S	1	1	90	0	650	686.846
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									686.846
TOTAL - GERAL									686.846

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							877.337
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							877.337
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							877.337
			S	1	1	90	0	650	877.337
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									877.337
TOTAL - GERAL									877.337

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.100.655
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.100.655
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.100.655
			S	1	1	90	0	650	3.100.655
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.100.655
TOTAL - GERAL									3.100.655

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.200.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.200.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	650	1.200.000
									1.200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.500.000
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.500.000
			S	1	1	90	0	650	2.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.500.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.000.000
			S	1	1	90	0	650	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.491.999
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.491.999
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							1.491.999
			S	1	1	90	0	650	1.491.999
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.491.999
TOTAL - GERAL									1.491.999

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.200.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.200.000
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							1.200.000
			S	1	1	90	0	650	1.200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000.000
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							5.000.000
			S	1	1	90	0	650	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							739.401
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							739.401
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							739.401
			S	1	1	90	0	650	739.401
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									739.401
TOTAL - GERAL									739.401

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.215.200
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.215.200
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.215.200
			S	1	1	90	0	650	1.215.200
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.215.200
TOTAL - GERAL									1.215.200

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.061.713
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.061.713
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							1.061.713
			S	1	1	90	0	650	1.061.713
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.061.713
TOTAL - GERAL									1.061.713

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.643.303
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.643.303
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							1.643.303
			S	1	1	90	0	650	1.643.303
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.643.303
TOTAL - GERAL									1.643.303

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							2.000.000
			S	1	1	90	0	650	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.015.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.015.000
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							2.015.000
			S	1	1	90	0	650	2.015.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.015.000
TOTAL - GERAL									2.015.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							260.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							260.000
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							260.000
			S	1	1	90	0	650	260.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									260.000
TOTAL - GERAL									260.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							130.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							130.000
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							130.000
			S	1	1	90	0	650	130.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.000
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.155.354
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.155.354
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							2.155.354
			S	1	1	90	0	650	1.800.000
			S	1	1	90	0	680	355.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.155.354
TOTAL - GERAL									2.155.354

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							85.829
			S	1	1	90	0	650	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.075.367
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.075.367
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							2.075.367
			S	1	1	90	0	650	2.075.367
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.075.367
TOTAL - GERAL									2.075.367

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							500.000
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							500.000
			S	1	1	90	0	650	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							1.000.000
			S	1	1	90	0	650	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.570.643
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.570.643
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							2.570.643
			S	1	1	90	0	650	357.622
			S	1	1	90	0	680	2.213.021
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.570.643
TOTAL - GERAL									2.570.643

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.818.870
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.818.870
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.818.870
			S	1	1	90	0	650	3.818.870
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.818.870
TOTAL - GERAL									3.818.870

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.355.924
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.355.924
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							2.355.924
			S	1	1	90	0	250	1.011.135
			S	1	1	90	0	650	1.344.789
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.355.924
TOTAL - GERAL									2.355.924

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.525.826
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.525.826
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.525.826
			S	1	1	90	0	650	1.525.826
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.525.826
TOTAL - GERAL									1.525.826

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							863.540
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							863.540
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							863.540
			S	1	1	90	0	650	863.540
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									863.540
TOTAL - GERAL									863.540

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							638.423
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							638.423
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							638.423
			S	1	1	90	0	650	638.423
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									638.423
TOTAL - GERAL									638.423

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							584.840
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							584.840
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							584.840
			S	1	1	90	0	650	584.840
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									584.840
TOTAL - GERAL									584.840

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							520.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							520.000
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							520.000
			S	1	1	90	0	650	520.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									520.000
TOTAL - GERAL									520.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							1.430
			S	1	1	90	0	650	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							325.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							325.000
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							325.000
			S	1	1	90	0	650	289.238
			S	1	1	90	0	680	35.762
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									325.000
TOTAL - GERAL									325.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							28.610
			S	1	1	90	0	680	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							260.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							260.000
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							260.000
			S	1	1	90	0	650	260.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									260.000
TOTAL - GERAL									260.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							413.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							413.000
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							413.000
			S	1	1	90	0	650	413.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									413.000
TOTAL - GERAL									413.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							60.887.071
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							60.887.071

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	650	60.887.071
									60.887.071
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									60.887.071
TOTAL - GERAL									60.887.071

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.991.638
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.991.638
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							12.991.638
			S	1	1	90	0	350	12.991.638
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.991.638
TOTAL - GERAL									12.991.638

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							47.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							47.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							47.000.000
			S	1	1	90	0	350	47.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									47.000.000
TOTAL - GERAL									47.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							385.065
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							385.065
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							385.065
			S	1	1	90	0	650	385.065
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									385.065
TOTAL - GERAL									385.065

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.036.160
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.036.160
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							10.036.160
			S	1	1	90	0	350	10.036.160
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.036.160
TOTAL - GERAL									10.036.160

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.180.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.180.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							11.180.000
			S	1	1	90	0	650	11.180.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.180.000
TOTAL - GERAL									11.180.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.470.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.470.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.470.000
			S	1	1	90	0	650	2.470.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.470.000
TOTAL - GERAL									2.470.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.247.885
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.247.885
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							4.247.885
			S	1	1	90	0	350	4.247.885
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.247.885
TOTAL - GERAL									4.247.885

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							100.134
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							100.134
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							100.134
			S	1	1	90	0	650	100.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.134
TOTAL - GERAL									100.134

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							77.710.114
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							77.710.114
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							77.710.114
			S	1	1	90	0	250	5.924.316
			S	1	1	90	0	280	4.261.547
			S	1	1	90	0	650	62.031.593
			S	1	1	90	0	680	5.492.658
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									77.710.114
TOTAL - GERAL									77.710.114

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.268.437
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.268.437
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.268.437
			S	1	1	90	0	650	10.000.000
			S	1	1	90	0	680	2.268.437
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.268.437
TOTAL - GERAL									12.268.437

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							74.715.505
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							74.715.505
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							74.715.505
			S	1	1	90	0	250	1.442.288
			S	1	1	90	0	280	1.805.721
			S	1	1	90	0	650	33.189.683
			S	1	1	90	0	680	38.277.813
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									74.715.505
TOTAL - GERAL									74.715.505

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.235.179
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.235.179
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							4.235.179
			S	1	1	90	0	650	4.235.179
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.235.179
TOTAL - GERAL									4.235.179

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							145.657.614
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							145.657.614
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							145.657.614
			S	1	1	90	0	150	77.656.747
			S	1	1	90	0	180	4.604.129
			S	1	1	90	0	350	59.118.581
			S	1	1	90	0	380	4.278.157
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									145.657.614
TOTAL - GERAL									145.657.614

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.930.892
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.930.892
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.930.892
			S	1	1	90	0	650	12.930.892
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.930.892
TOTAL - GERAL									12.930.892

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.486.184
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.486.184
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.486.184
			S	1	1	90	0	650	2.486.184
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.486.184
TOTAL - GERAL									2.486.184

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							143.091.559
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							143.091.559
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							143.091.559
			S	1	1	90	0	650	143.091.559
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									143.091.559
TOTAL - GERAL									143.091.559

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							239.244
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							239.244
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							239.244
			S	1	1	90	0	280	239.244
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							5.541
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							5.541
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							5.541
			F	1	1	90	0	280	5.541
TOTAL - FISCAL									5.541
TOTAL - SEGURIDADE									239.244
TOTAL - GERAL									244.785

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.135.446
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.135.446
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							17.135.446
			S	1	1	90	0	680	17.135.446
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.135.446
TOTAL - GERAL									17.135.446

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.002.748
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.002.748
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.002.748
			S	1	1	90	0	650	2.002.748
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.002.748
TOTAL - GERAL									2.002.748

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.015.648
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.015.648
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.015.648
			S	1	1	90	0	650	1.015.648
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.015.648
TOTAL - GERAL									1.015.648

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							33.441.976
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							33.441.976
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							33.441.976
			S	1	1	90	0	156	33.441.976
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							22.150.000
		Operações Especiais							
28 846	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							22.150.000
28 846	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							22.150.000
			S	1	1	90	0	100	22.150.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									55.591.976
TOTAL - GERAL									55.591.976

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							34.773.458
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							34.773.458
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							34.773.458
			S	1	1	90	0	650	29.038.920
			S	1	1	90	0	680	5.734.538
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									34.773.458
TOTAL - GERAL									34.773.458

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.419.093
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.419.093
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							4.419.093
			S	1	1	90	0	650	4.419.093
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.419.093
TOTAL - GERAL									4.419.093

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							806.044.251
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							806.044.251
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							806.044.251
			S	1	1	90	0	169	806.044.251
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									806.044.251
TOTAL - GERAL									806.044.251

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.037.585.588
		Operações Especiais							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							16.499.216
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							16.499.216
			S	1	1	90	0	100	16.499.216
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.021.086.372
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.021.086.372
			S	1	1	90	0	169	1.009.357.408
			S	1	1	90	0	380	11.728.964
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							1.815.401.659
		Atividades							
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							1.815.401.659
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							1.815.401.659
			F	1	1	90	0	100	1.815.401.659
TOTAL - FISCAL									1.815.401.659
TOTAL - SEGURIDADE									1.037.585.588
TOTAL - GERAL									2.852.987.247

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.044
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.044
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							10.044
			S	1	1	90	0	650	10.044
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.044
TOTAL - GERAL									10.044

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52222 - Fundação Osório
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							561.746
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							561.746
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							561.746
			S	1	1	90	0	650	561.746
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									561.746
TOTAL - GERAL									561.746

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.226.697
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.226.697
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							7.226.697
			S	1	1	90	0	150	651.238
			S	1	1	90	0	350	2.627.021
			S	1	1	90	0	650	2.648.438
			S	1	1	90	0	680	1.300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.226.697
TOTAL - GERAL									7.226.697

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.908.060
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.908.060
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							3.908.060
			S	1	1	90	0	380	3.908.060
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.908.060
TOTAL - GERAL									3.908.060

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.950.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.950.000
09 272	0089 0181 6000	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Amazônia Legal							1.950.000
			S	1	1	90	0	650	1.950.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.950.000
TOTAL - GERAL									1.950.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.357.211
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.357.211
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							3.357.211
			S	1	1	90	0	650	3.357.211
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.357.211
TOTAL - GERAL									3.357.211

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.000.000
			S	1	1	90	0	650	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0050	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Centro-Oeste							1.430
			S	1	1	90	0	650	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							201.123
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							201.123
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							201.123
			S	1	1	90	0	380	201.123
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									201.123
TOTAL - GERAL									201.123

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.626.488
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.626.488

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.626.488
			S	1	1	90	0	650	1.002.201
			S	1	1	90	0	680	1.624.287
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.626.488
TOTAL - GERAL									2.626.488

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							667.020.546
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							667.020.546
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							667.020.546
			S	1	1	90	0	156	5.207.240
			S	1	1	90	0	650	587.813.306
			S	1	1	90	0	680	74.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									667.020.546
TOTAL - GERAL									667.020.546

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	Previdência Social							768.497.000
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							768.497.000
09 271	2061 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional							768.497.000
			S	3	1	90	0	144	768.497.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									768.497.000
TOTAL - GERAL									768.497.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.457
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.457
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							21.457
			S	1	1	90	0	380	21.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.457
TOTAL - GERAL									21.457

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							374.197.000
		Operações Especiais							
20 608	2012 0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							374.197.000
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							374.197.000
			F	3	1	90	0	100	374.197.000
	2077	Agropecuária Sustentável							394.300.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							203.000.000
20 605	2077 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							203.000.000
			F	3	1	90	0	100	203.000.000
20 605	2077 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							191.300.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20 605	2077 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	191.300.000 191.300.000
TOTAL - FISCAL									768.497.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									768.497.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.364.105
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.364.105
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							6.364.105
			S	1	1	90	0	156	2.589.290
			S	1	1	90	0	169	3.774.815
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.364.105
TOTAL - GERAL									6.364.105

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.082.268
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.082.268
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							6.082.268
			S	1	1	90	0	156	6.082.268
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.082.268
TOTAL - GERAL									6.082.268

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							226.117.387
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							226.117.387
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							226.117.387
			S	1	1	90	0	156	219.788.750
			S	1	1	90	0	169	6.328.637
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									226.117.387
TOTAL - GERAL									226.117.387

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.109.529
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.109.529
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							5.109.529
			S	1	1	90	0	156	5.109.529
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.109.529
TOTAL - GERAL									5.109.529

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.976.798
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							27.976.798
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							27.976.798
			S	1	1	90	0	156	19.676.798
			S	1	1	90	0	169	8.300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.976.798
TOTAL - GERAL									27.976.798

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.539.342
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.539.342
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.539.342
			S	1	1	90	0	156	2.539.342
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.539.342
TOTAL - GERAL									2.539.342

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							220.795
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							220.795
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							220.795
			S	1	1	90	0	169	220.795
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									220.795
TOTAL - GERAL									220.795

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.660.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.660.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							10.660.000
			S	1	1	90	0	156	1.173.002
			S	1	1	90	0	169	9.486.998
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.660.000
TOTAL - GERAL									10.660.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							329.142.119
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							329.142.119
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							329.142.119
			S	1	1	90	0	156	98.878.447
			S	1	1	90	0	169	230.263.672
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									329.142.119
TOTAL - GERAL									329.142.119

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							668.587
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							668.587
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							668.587
			S	1	1	90	0	156	668.587
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									668.587
TOTAL - GERAL									668.587

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							594.183
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							594.183
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							594.183
			S	1	1	90	0	156	594.183
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									594.183
TOTAL - GERAL									594.183

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							130.970
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							130.970
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							130.970
			S	1	1	90	0	156	130.970
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.970
TOTAL - GERAL									130.970

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.579.470
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.579.470
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							15.579.470
			S	1	1	90	0	156	15.579.470
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.579.470
TOTAL - GERAL									15.579.470

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.000.000
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							8.000.000
			S	1	1	90	0	156	8.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.000.000
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.607.582
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.607.582

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	156	5.607.582
									5.607.582
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.607.582
TOTAL - GERAL									5.607.582

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.596.993
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.596.993
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo							11.596.993
			S	1	1	90	0	156	11.596.993
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.596.993
TOTAL - GERAL									11.596.993

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.000.000
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							10.000.000
			S	1	1	90	0	156	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000.000
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.243.332
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.243.332
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.243.332
			S	1	1	90	0	156	2.243.332
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.243.332
TOTAL - GERAL									2.243.332

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.175.756
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.175.756
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							11.175.756
			S	1	1	90	0	156	11.175.756
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.175.756
TOTAL - GERAL									11.175.756

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.968.185
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.968.185
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.968.185
			S	1	1	90	0	156	3.968.185
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.968.185
TOTAL - GERAL									3.968.185

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.106.952
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.106.952
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							9.106.952
			S	1	1	90	0	169	9.106.952
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.106.952
TOTAL - GERAL									9.106.952

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.845.721
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.845.721
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							4.845.721
			S	1	1	90	0	156	4.845.721
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.845.721
TOTAL - GERAL									4.845.721

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							66.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							66.000.000
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							66.000.000
			S	1	1	90	0	156	66.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									66.000.000
TOTAL - GERAL									66.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.000.000
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							9.000.000
			S	1	1	90	0	156	9.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.000.000
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							25.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							25.000.000
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							25.000.000
			S	1	1	90	0	156	25.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25.000.000
TOTAL - GERAL									25.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							59.277.403
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							59.277.403
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							59.277.403
			S	1	1	90	0	156	59.277.403
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									59.277.403
TOTAL - GERAL									59.277.403

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							25.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							25.000.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							25.000.000
			S	1	1	90	0	156	25.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									25.000.000
TOTAL - GERAL									25.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.338.403
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.338.403
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.338.403
			S	1	1	90	0	156	5.338.403
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.338.403
TOTAL - GERAL									5.338.403

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.948.175
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.948.175
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							5.948.175
			S	1	1	90	0	156	5.948.175
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.948.175
TOTAL - GERAL									5.948.175

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.000.000
			S	1	1	90	0	156	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							1.000.000
			S	1	1	90	0	156	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							359.353
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							359.353
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							359.353
			S	1	1	90	0	156	359.353
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									359.353
TOTAL - GERAL									359.353

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.253.497
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.253.497
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							4.253.497
			S	1	1	90	0	156	4.253.497
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.253.497
TOTAL - GERAL									4.253.497

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							835.420
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							835.420
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							835.420
			S	1	1	90	0	156	835.420
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									835.420
TOTAL - GERAL									835.420

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.353.937
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.353.937
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							4.353.937
			S	1	1	90	0	156	4.353.937
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.353.937
TOTAL - GERAL									4.353.937

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.130.473
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.130.473
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.130.473
			S	1	1	90	0	156	1.130.473
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.130.473
TOTAL - GERAL									1.130.473

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.239.865
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.239.865
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							11.239.865
			S	1	1	90	0	169	11.239.865
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.239.865
TOTAL - GERAL									11.239.865

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.228.027
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.228.027
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.228.027
			S	1	1	90	0	156	2.228.027
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.228.027
TOTAL - GERAL									2.228.027

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.152.349
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.152.349
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							2.152.349
			S	1	1	90	0	156	2.152.349
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.152.349
TOTAL - GERAL									2.152.349

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.493.828
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.493.828

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia	S	1	1	90	0	156	1.493.828
									1.493.828
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.493.828
TOTAL - GERAL									1.493.828

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.000.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.000.000
			S	1	1	90	0	156	3.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.650.216
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							20.650.216
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							20.650.216
			S	1	1	90	0	156	20.650.216
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.650.216
TOTAL - GERAL									20.650.216

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							80.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							80.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							80.000.000
			S	1	1	90	0	156	80.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.000.000
TOTAL - GERAL									80.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.066.112
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.066.112
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							7.066.112
			S	1	1	90	0	156	5.561.384
			S	1	1	90	0	169	1.504.728
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.066.112
TOTAL - GERAL									7.066.112

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.296.419
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.296.419
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							10.296.419
			S	1	1	90	0	156	9.000.000
			S	1	1	90	0	169	1.296.419
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.296.419
TOTAL - GERAL									10.296.419

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.000.000
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							8.000.000
			S	1	1	90	0	156	8.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.000.000
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.747.652
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.747.652
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso							7.747.652
			S	1	1	90	0	156	7.747.652
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.747.652
TOTAL - GERAL									7.747.652

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.554.704
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.554.704
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.554.704
			S	1	1	90	0	156	2.554.704
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.554.704
TOTAL - GERAL									2.554.704

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000.000
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							5.000.000
			S	1	1	90	0	156	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.800.841
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.800.841
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							2.800.841
			S	1	1	90	0	156	2.800.841
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.800.841
TOTAL - GERAL									2.800.841

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							2.000.000
			S	1	1	90	0	156	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.975.923
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.975.923
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							4.975.923
			S	1	1	90	0	156	4.975.923
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.975.923
TOTAL - GERAL									4.975.923

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000.000
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							5.000.000
			S	1	1	90	0	156	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.431.882
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							8.431.882
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							8.431.882
			S	1	1	90	0	156	5.170.958
			S	1	1	90	0	169	3.260.924
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.431.882
TOTAL - GERAL									8.431.882

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.092.286
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.092.286
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.092.286
			S	1	1	90	0	156	2.092.286
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.092.286
TOTAL - GERAL									2.092.286

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.127.773
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.127.773
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							3.127.773
			S	1	1	90	0	156	643.720
			S	1	1	90	0	169	2.484.053
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.127.773
TOTAL - GERAL									3.127.773

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.374.135
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.374.135
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							5.374.135
			S	1	1	90	0	156	591.357
			S	1	1	90	0	169	4.782.778
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.374.135
TOTAL - GERAL									5.374.135

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.416.044
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.416.044
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							21.416.044
			S	1	1	90	0	156	8.770.416
			S	1	1	90	0	169	12.645.628
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.416.044
TOTAL - GERAL									21.416.044

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.242.808
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.242.808
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							1.242.808
			S	1	1	90	0	156	1.242.808
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.242.808
TOTAL - GERAL									1.242.808

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.750.692
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.750.692
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							2.750.692
			S	1	1	90	0	156	677.260
			S	1	1	90	0	169	2.073.432
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.750.692
TOTAL - GERAL									2.750.692

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							157.354
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							157.354
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							157.354
			S	1	1	90	0	156	157.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									157.354
TOTAL - GERAL									157.354

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.643.427
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.643.427
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.643.427
			S	1	1	90	0	156	1.643.427
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.643.427
TOTAL - GERAL									1.643.427

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.105.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.105.000
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							1.105.000
			S	1	1	90	0	156	121.592
			S	1	1	90	0	169	983.408
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.105.000
TOTAL - GERAL									1.105.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							121.592
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							121.592
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							121.592
			S	1	1	90	0	156	121.592
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.592
TOTAL - GERAL									121.592

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão							85.829
			S	1	1	90	0	156	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							486.041
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							486.041
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							486.041
			S	1	1	90	0	156	486.041
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									486.041
TOTAL - GERAL									486.041

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.703.587
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.703.587
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas							3.703.587
			S	1	1	90	0	156	3.703.587
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.703.587
TOTAL - GERAL									3.703.587

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							686.846
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							686.846

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas							686.846
			S	1	1	90	0	169	686.846
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									686.846
TOTAL - GERAL									686.846

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							877.337
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							877.337
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							877.337
			S	1	1	90	0	156	877.337
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									877.337
TOTAL - GERAL									877.337

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.100.655
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.100.655
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							3.100.655
			S	1	1	90	0	156	1.344.660
			S	1	1	90	0	169	1.755.995
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.100.655
TOTAL - GERAL									3.100.655

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.200.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.200.000
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.200.000
			S	1	1	90	0	156	1.200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.500.000
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							2.500.000
			S	1	1	90	0	156	2.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.500.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais							1.000.000
			S	1	1	90	0	156	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.491.999
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.491.999
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							1.491.999
			S	1	1	90	0	169	1.491.999
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.491.999
TOTAL - GERAL									1.491.999

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.200.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.200.000
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba							1.200.000
			S	1	1	90	0	156	1.200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000.000
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							5.000.000
			S	1	1	90	0	156	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							739.401
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							739.401
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							739.401
			S	1	1	90	0	169	739.401
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									739.401
TOTAL - GERAL									739.401

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.215.200
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.215.200
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.215.200
			S	1	1	90	0	156	1.215.200
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.215.200
TOTAL - GERAL									1.215.200

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.061.713
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.061.713
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia							1.061.713
			S	1	1	90	0	156	278.945
			S	1	1	90	0	169	782.768
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.061.713
TOTAL - GERAL									1.061.713

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.643.303
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.643.303
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							1.643.303
			S	1	1	90	0	156	1.643.303
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.643.303
TOTAL - GERAL									1.643.303

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe							2.000.000
			S	1	1	90	0	156	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.015.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.015.000
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins							2.015.000
			S	1	1	90	0	156	221.726
			S	1	1	90	0	169	1.793.274
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.015.000
TOTAL - GERAL									2.015.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							260.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							260.000
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre							260.000
			S	1	1	90	0	156	28.610
			S	1	1	90	0	169	231.390
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									260.000
TOTAL - GERAL									260.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							130.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							130.000
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá							130.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	1	1	90	0	156	14.305
			S	1	1	90	0	169	115.695
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.000
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.155.354
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.155.354
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							2.155.354
			S	1	1	90	0	156	1.800.000
			S	1	1	90	0	169	355.354
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.155.354
TOTAL - GERAL									2.155.354

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.829
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							85.829
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							85.829
			S	1	1	90	0	156	85.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.829
TOTAL - GERAL									85.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.075.367
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.075.367
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás							2.075.367
			S	1	1	90	0	156	2.075.367
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.075.367
TOTAL - GERAL									2.075.367

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							500.000
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco							500.000
			S	1	1	90	0	156	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí							1.000.000
			S	1	1	90	0	156	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.570.643
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.570.643
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							2.570.643
			S	1	1	90	0	156	357.622
			S	1	1	90	0	169	2.213.021
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.570.643
TOTAL - GERAL									2.570.643

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.818.870
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.818.870
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.818.870
			S	1	1	90	0	156	3.818.870
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.818.870
TOTAL - GERAL									3.818.870

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.355.924
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.355.924
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							2.355.924
			S	1	1	90	0	156	2.355.924
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.355.924
TOTAL - GERAL									2.355.924

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.525.826
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.525.826
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.525.826
			S	1	1	90	0	156	1.525.826
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.525.826
TOTAL - GERAL									1.525.826

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							863.540
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							863.540
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima							863.540
			S	1	1	90	0	169	863.540
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									863.540
TOTAL - GERAL									863.540

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							638.423
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							638.423
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina							638.423
			S	1	1	90	0	169	638.423
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									638.423
TOTAL - GERAL									638.423

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							584.840
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							584.840
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							584.840
			S	1	1	90	0	169	584.840
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									584.840
TOTAL - GERAL									584.840

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							520.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							520.000
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							520.000
			S	1	1	90	0	156	57.220
			S	1	1	90	0	169	462.780
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									520.000
TOTAL - GERAL									520.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							325.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							325.000
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							325.000
			S	1	1	90	0	156	35.762
			S	1	1	90	0	169	289.238
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									325.000
TOTAL - GERAL									325.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.610
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							28.610
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará							28.610
			S	1	1	90	0	156	28.610
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.610
TOTAL - GERAL									28.610

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							260.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							260.000
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará							260.000
			S	1	1	90	0	156	28.610
			S	1	1	90	0	169	231.390
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									260.000
TOTAL - GERAL									260.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							413.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							413.000
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia							413.000
			S	1	1	90	0	156	45.446
			S	1	1	90	0	169	367.554
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									413.000
TOTAL - GERAL									413.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							60.887.071
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							60.887.071
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							60.887.071
			S	1	1	90	0	156	20.034.929
			S	1	1	90	0	169	40.852.142
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									60.887.071
TOTAL - GERAL									60.887.071

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.991.638
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.991.638
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							12.991.638
			S	1	1	90	0	156	12.991.638
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.991.638
TOTAL - GERAL									12.991.638

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							47.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							47.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							47.000.000
			S	1	1	90	0	156	47.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									47.000.000
TOTAL - GERAL									47.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							385.065
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							385.065
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							385.065
			S	1	1	90	0	156	385.065
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									385.065
TOTAL - GERAL									385.065

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.036.160
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.036.160
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							10.036.160
			S	1	1	90	0	156	5.883.865
			S	1	1	90	0	169	4.152.295
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.036.160
TOTAL - GERAL									10.036.160

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.180.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							11.180.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							11.180.000
			S	1	1	90	0	156	1.230.221
			S	1	1	90	0	169	9.949.779
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.180.000
TOTAL - GERAL									11.180.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.470.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.470.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							2.470.000
			S	1	1	90	0	156	271.793
			S	1	1	90	0	169	2.198.207
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.470.000
TOTAL - GERAL									2.470.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.247.885
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.247.885
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							4.247.885
			S	1	1	90	0	156	4.247.885
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.247.885
TOTAL - GERAL									4.247.885

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							100.134
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							100.134
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							100.134
			S	1	1	90	0	156	100.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.134
TOTAL - GERAL									100.134

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							77.710.114
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							77.710.114
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							77.710.114
			S	1	1	90	0	156	38.725.840
			S	1	1	90	0	169	38.984.274
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									77.710.114
TOTAL - GERAL									77.710.114

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.268.437
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.268.437
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.268.437
			S	1	1	90	0	156	12.268.437
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.268.437
TOTAL - GERAL									12.268.437

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							74.715.505
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							74.715.505
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							74.715.505
			S	1	1	90	0	156	20.737.291
			S	1	1	90	0	169	53.978.214
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									74.715.505
TOTAL - GERAL									74.715.505

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.235.179
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.235.179
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							4.235.179
			S	1	1	90	0	156	466.029
			S	1	1	90	0	169	3.769.150
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.235.179
TOTAL - GERAL									4.235.179

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							145.657.614
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							145.657.614
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							145.657.614
			S	1	1	90	0	156	145.657.614
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									145.657.614
TOTAL - GERAL									145.657.614

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.930.892
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.930.892
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.930.892
			S	1	1	90	0	156	1.422.885
			S	1	1	90	0	169	11.508.007
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.930.892
TOTAL - GERAL									12.930.892

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.486.184
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.486.184
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.486.184
			S	1	1	90	0	156	623.693
			S	1	1	90	0	169	1.862.491
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.486.184
TOTAL - GERAL									2.486.184

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							143.091.559
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							143.091.559
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							143.091.559
			S	1	1	90	0	156	38.329.339
			S	1	1	90	0	169	104.762.220
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									143.091.559
TOTAL - GERAL									143.091.559

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							239.244
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							239.244
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							239.244
			S	1	1	90	0	176	239.244
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							5.541
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							5.541
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							5.541
			F	1	1	90	0	176	5.541
TOTAL - FISCAL									5.541
TOTAL - SEGURIDADE									239.244
TOTAL - GERAL									244.785

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							17.135.446
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							17.135.446
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							17.135.446
			S	1	1	90	0	156	8.116.335
			S	1	1	90	0	169	9.019.111
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.135.446
TOTAL - GERAL									17.135.446

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.002.748
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.002.748
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.002.748
			S	1	1	90	0	156	2.002.748
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.002.748
TOTAL - GERAL									2.002.748

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.015.648
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.015.648
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.015.648
			S	1	1	90	0	156	1.015.648
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.015.648
TOTAL - GERAL									1.015.648

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							33.441.976
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							33.441.976
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							33.441.976
			S	1	1	90	0	100	33.441.976
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							22.150.000
		Operações Especiais							
28 846	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							22.150.000
28 846	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							22.150.000
			S	1	1	90	0	156	22.150.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									55.591.976
TOTAL - GERAL									55.591.976

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							34.773.458
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							34.773.458
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							34.773.458
			S	1	1	90	0	156	34.773.458
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									34.773.458
TOTAL - GERAL									34.773.458

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.419.093
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.419.093
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							4.419.093
			S	1	1	90	0	156	1.884.574
			S	1	1	90	0	169	2.534.519
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.419.093
TOTAL - GERAL									4.419.093

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							806.044.251
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							806.044.251
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							806.044.251
			S	1	1	90	0	100	806.044.251
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									806.044.251
TOTAL - GERAL									806.044.251

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.037.585.588
		Operações Especiais							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							16.499.216
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							16.499.216
			S	1	1	90	0	156	16.499.216
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.021.086.372
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.021.086.372
			S	1	1	90	0	100	1.009.357.408
			S	1	1	90	0	156	11.728.964
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							1.815.401.659
		Atividades							
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							1.815.401.659
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							1.815.401.659
			F	1	1	90	0	169	1.815.401.659
TOTAL - FISCAL									1.815.401.659
TOTAL - SEGURIDADE									1.037.585.588
TOTAL - GERAL									2.852.987.247

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.044
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.044
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							10.044
			S	1	1	90	0	156	10.044
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.044
TOTAL - GERAL									10.044

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52222 - Fundação Osório
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							561.746
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							561.746
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							561.746
			S	1	1	90	0	156	561.746
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									561.746
TOTAL - GERAL									561.746

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.226.697
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.226.697
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							7.226.697
			S	1	1	90	0	156	2.627.021
			S	1	1	90	0	169	4.599.676
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.226.697
TOTAL - GERAL									7.226.697

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.908.060
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.908.060
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							3.908.060
			S	1	1	90	0	156	430.034
			S	1	1	90	0	169	3.478.026
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.908.060
TOTAL - GERAL									3.908.060

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.950.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.950.000
09 272	0089 0181 6000	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Amazônia Legal							1.950.000
			S	1	1	90	0	156	214.573
			S	1	1	90	0	169	1.735.427
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.950.000
TOTAL - GERAL									1.950.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.357.211
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.357.211
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							3.357.211
			S	1	1	90	0	156	369.420
			S	1	1	90	0	169	2.987.791
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.357.211
TOTAL - GERAL									3.357.211

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.000.000
			S	1	1	90	0	156	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.430
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.430
09 272	0089 0181 0050	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Centro-Oeste							1.430
			S	1	1	90	0	156	1.430
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.430
TOTAL - GERAL									1.430

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							201.123
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							201.123
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							201.123
			S	1	1	90	0	156	22.131
			S	1	1	90	0	169	178.992
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									201.123
TOTAL - GERAL									201.123

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.626.488
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.626.488
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.626.488
			S	1	1	90	0	156	2.626.488
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.626.488
TOTAL - GERAL									2.626.488

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							667.020.546
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							667.020.546
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							667.020.546
			S	1	1	90	0	100	5.207.240
			S	1	1	90	0	156	661.813.306
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									667.020.546
TOTAL - GERAL									667.020.546

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	Previdência Social							768.497.000
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							768.497.000
09 271	2061 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional							768.497.000
			S	3	1	90	0	100	768.497.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									768.497.000
TOTAL - GERAL									768.497.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							21.457
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							21.457

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	156	21.457
									21.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.457
TOTAL - GERAL									21.457

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							374.197.000
		Operações Especiais							
20 608	2012 0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							374.197.000
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							374.197.000
			F	3	1	90	0	144	374.197.000
	2077	Agropecuária Sustentável							394.300.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							203.000.000
20 605	2077 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							203.000.000
			F	3	1	90	0	144	203.000.000
20 605	2077 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							191.300.000
20 605	2077 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							191.300.000
			F	3	1	90	0	144	191.300.000
TOTAL - FISCAL									768.497.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									768.497.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

PORTARIA Nº 9.070, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO EM SERGIPE, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU em 30/06/2010, c/c art. 1º, inciso VI, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, publicada no DOU em 23/02/2016 e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e demais elementos que integram o Processo de n° 04906.000896/2018-11, resolve:

Art. 1º Autorizar o Estado de Sergipe através da Secretária de Segurança Pública do Estado de Sergipe a realizar intervenções na área denominada "antigo atracadouro das balsas" no Município de Barra dos Coqueiros/SE, de acordo com relatórios e projetos anexados ao processo administrativo n° 04906.000896/2018-11.

Art. 2º A autorização de obras mencionada no art. 1º refere-se a implantar uma Marina Integrada da Secretária de Estado de Segurança Pública denominada Unidade Integrada de Operações Aquáticas composta por Policia Militar, Policia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 3º Excluem-se da presente autorização a construção de quiosques, abrigos, lanchonetes, construção/reforma de quaisquer outras benfeitorias que importem em uso exclusivo por terceiros.

Art. 4° A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Art. 5º O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6º Durante o período de execução da obra a que se refere o art. 1º é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União em Sergipe".

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ALVES FILHO

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0405/2018 de 11/09/2018, 0406/2018 de 11/09/2018, 0408/2018 de 12/09/2018, 0409/2018 de 12/09/2018, 0411/2018 de 13/09/2018 e 0412/2018 de 13/09/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47039011871201812 Requerente: CONSORCIO ALUMINI- ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIAOJIE LIN Data Nascimento: 25/10/1975 Passaporte: PE 1323229 País: CHINA Mãe: SHUIYING WU Pai: CHEN LIN; Processo: 47039011888201870 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VICTOR ALCARAZ GONZALEZ Data Nascimento: 12/04/1966 Passaporte: G16739572 País: MÉXICO Mãe: Maria del Carmen GONZALEZ GUTIERREZ Pai: Elias ALCARAZ RAMIREZ; Processo: 47039012165201898 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAVID ANTOLIN LAGUNA APONTE Data Nascimento: 09/05/1978 Passaporte: 505435920 País: EUA Mãe: GUILLERMINA APONTE PRIETO Pai: ANTOLIN LAGUNA LEGARRETA; Processo: 47039012172201890 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RAMAKRISHNAN MANATTPOLAT Data Nascimento: 25/05/1979 Passaporte: K0874452 País: ÍNDIA Mãe: PANKAJAVALLY MANATTPOLATT Pai: MUKUNDAN ELEMPRA PALLIKKUTH; Processo: 47039012498201817 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ABHAY SHARMA Data Nascimento: 01/01/1984 Passaporte: Z2869170 País: ÍNDIA Mãe: Tripta Sharma Pai: Kapil Kumar Sharma; Processo: 47039012500201858 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SARVESHKUMAR VIRENDRAKUMAR GUPTA Data Nascimento: 02/05/1985 Passaporte: M4376679 País: ÍNDIA Mãe: Gupta Shashikiran Pai: Gupta Virendrakumar Brijbhushan; Processo: 47039012501201801 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VENKATA SRAVAN RAGHAVA KUMAR DARA Data Nascimento: 14/08/1982 Passaporte: Z4210147 País: ÍNDIA Mãe: Vijaya Lakshmi Pai: Venugopal Rao; Processo: 47039012502201847 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIO ALBERTO CERECEDO SANCHEZ Data Nascimento: 21/02/1994 Passaporte: G29642225 País: MÉXICO Mãe: MARTHA SÁNCHEZ CARRIZOSA Pai: ROLANDO CERECEDO SOBREVILLA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:
Processo: 47039014609201820 Requerente: CLUBE ANDRAUS BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: ARINZE JUDE EZEJA Data Nascimento: 03/03/1995 Passaporte: A09214331 País: NIGÉRIA Mãe: VIRGINIA EZEJA Pai: FREDRICK EZEJA; Processo: 47039014971201809 Requerente: ASSOCIACAO SOCIAL E ESPORTIVA SADA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: TAYLOR LEE SANDER Data Nascimento: 17/03/1992 Passaporte: 530932343 País: EUA Mãe: KERA LEE SANDER Pai: STEVEN LEE SANDER; Processo: 47039014972201845 Requerente: ASSOCIACAO SOCIAL E ESPORTIVA SADA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: KEVIN ERIC MARC LE ROUX Data Nascimento: 11/05/1989 Passaporte: 15CL87067 País: FRANÇA Mãe: CHRISTINE LE ROUX Pai: THIERRY LE ROUX.

Residência Prévia - RN 26 - Resolução Normativa, de 02/04/2018 (Artigo 2º):
Processo: 47039013965201826 Requerente: COLEGIO ELEVA EDUCACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ABIGAIL RUTH CRAMER Data Nascimento: 25/07/1995 Passaporte: 561789071 País: EUA Mãe: KARA NATALIE KNOX Pai: BRIAN HUGH CRAMER.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):
Processo: 47039013605201824 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ERIC LOUIS L LEROY Data Nascimento: 24/03/1964 Passaporte: EM859195 País: BÉLGICA; Processo: 47039013623201814 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AKSHAY PAUL Data Nascimento: 16/05/1991 Passaporte: Z3374727 País: ÍNDIA; Processo: 47039013694201817 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GLYNN PATRICK PRICE Data Nascimento: 01/06/1968 Passaporte: 579378281 País: EUA; Processo: 47039013707201840 Requerente: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANI PUPIC Data Nascimento: 02/02/1964 Passaporte: 7495636 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039013756201882 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sanup Das Data Nascimento: 08/12/1987 Passaporte: L4051649 País: ÍNDIA; Processo: 47039013757201827 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ravikumar Swaminathan Data Nascimento: 30/07/1973 Passaporte: K4257195 País: ÍNDIA; Processo: 47039013759201816 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Christopher Manh-Phu Nguyen Data Nascimento: 30/04/1982 Passaporte: 477569283 País: EUA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):
Processo: 47039012079201885 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: até 04/12/2018 Imigrante: REINALDO CHRISTIAN MOLINA CATALÁN Data Nascimento: 20/03/1970 Passaporte: P04940884 País: CHILE; Processo: 47039012530201864 Requerente: TELTRONIC BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE IGNACIO DIEZ RIAZA Data Nascimento: 22/02/1962 Passaporte: AAB432124 País: ESPANHA; Processo: 47039013230201801 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Thomas James Mignano Data Nascimento: 07/10/1958 Passaporte: 531274058 País: EUA; Processo: 47039013293201859 Requerente: ABB LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: ALEKSEI VASILEV Data Nascimento: 27/04/1974 Passaporte: 720871446 País: RÚSSIA; Processo: 47039013298201881 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSEPH REECE GARRENS Data Nascimento: 28/05/1992 Passaporte: 511244033 País: INGLATERRA; Processo: 47039013367201857 Requerente: NEOPUL - SOCIEDADE DE ESTUDOS E CONSTRUCOES S.A. DO BRASIL. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Carlos Alberto Martins Ferreira Data Nascimento: 03/11/1973 Passaporte: CA106751 País: PORTUGAL; Processo: 47039013379201881 Requerente: CONSORCIO TECHINT - TECHINT OLEO E GAS Prazo: até 28/12/2018 Imigrante: STEPHAN ANDREW ROBERSON Data Nascimento: 06/05/1970 Passaporte: 483018851 País: EUA; Processo: 47039013390201841 Requerente: MONSANTO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JERRY DANA AUSTIN Data Nascimento: 06/06/1966 Passaporte: 456943856 País: EUA; Processo: 47039013399201852 Requerente: LUCY ARTECHE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ASHOK ROY Data Nascimento: 30/10/1985 Passaporte: J8707719 País: ÍNDIA; Processo: 47039013400201849 Requerente: LUCY ARTECHE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARKAYAN BAGCHI Data Nascimento: 23/10/1983 Passaporte: N8214068 País: ÍNDIA; Processo: 47039013801201807 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARTUR PIEKARSKI Data Nascimento: 03/07/1978 Passaporte: EJ1611147 País: POLÔNIA; Processo: 47039014005201883 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEFAN BOLZE Data Nascimento: 15/01/1971 Passaporte: C12M8PRT3 País: ALEMANHA; Processo: 47039014095201811 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BUJAR SEJDIU Data Nascimento: 20/03/1981 Passaporte: EM873694 País: BELGICA Imigrante: KEMAJL KRASNIQI Data Nascimento: 29/10/1981 Passaporte: K00338658 País: IUGUSLAVIA Imigrante: LEON BABIC Data Nascimento: 29/05/1984 Passaporte: 141513104 País: CROÁCIA Imigrante: MARIAN-RAUL SURCEL Data Nascimento: 16/09/1986 Passaporte: 087827115 País: ROMÊNIA Imigrante: MARIO MICHAEL ENDRIKAT Data Nascimento: 11/09/1961 Passaporte: C9VTV5CJT País: ALEMANHA; Processo: 47039014084201822 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WILHELM PETRUS MARIA HORSTEN Data Nascimento: 27/05/1993 Passaporte: NW3748245 País: HOLANDA; Processo: 47039014091201824 Requerente: VESTERGAARD MARINE, SERVICE DO BRASIL, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LARS SOENDERGAARD Data Nascimento: 01/08/1970 Passaporte: 205141069 País: DINAMARCA; Processo: 47039014096201857 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Chunghwan Seo Data Nascimento: 17/02/1980 Passaporte: M62105660 País: CORÉIA; Processo: 47039014097201800 Requerente: LINDE GASES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FERNANDO RODOLFO GAETE LUCO Data Nascimento: 25/07/1974 Passaporte: F22615333 País: CHILE; Processo: 47039014103201811 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUAN CESAR ZARAZUA HERNANDEZ Data Nascimento: 04/07/1968 Passaporte: G26861624 País: MÉXICO; Processo: 47039014105201818 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Tatsuya Miyai Data Nascimento: 25/08/1986 Passaporte: TK9036443 País: JAPÃO; Processo: 47039014123201891 Requerente: SAPURA ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jayeddra Vishnudutt Oza Data Nascimento: 04/05/1964 Passaporte: Z4402726 País: ÍNDIA; Processo: 47039014125201881 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BENT OLESEN Data Nascimento: 26/07/1969 Passaporte: 206748346 País: DINAMARCA; Processo: 47039014131201838 Requerente: METROBARRA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHIWEI WANG Data Nascimento: 05/05/1985 Passaporte: EA8448685 País: CHINA; Processo: 47039014129201869 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HANZHI ZHANG Data Nascimento: 04/05/1992 Passaporte: E68751912 País: CHINA; Processo: 47039014132201882 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 40 Dia(s) Imigrante: ZHICHAO LIN Data Nascimento: 18/11/1985 Passaporte: ED4447349 País: CHINA; Processo: 47039014133201827 Requerente: METROBARRA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAORAN DU Data Nascimento: 06/09/1991 Passaporte: EI5983948 País: CHINA; Processo: 47039014134201871 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HUAIYU ZHU Data Nascimento: 15/07/1984 Passaporte: E91300092 País: CHINA; Processo: 47039014135201816 Requerente: METROBARRA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIANG ZHOU Data Nascimento: 08/02/1988 Passaporte: E70723960 País: CHINA; Processo: 47039014136201861 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KANG YUAN Data Nascimento: 29/04/1987 Passaporte: E16748301 País: CHINA; Processo: 47039014138201850 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUI WANG Data Nascimento: 03/12/1984 Passaporte: E88367933 País: CHINA; Processo: 47039014152201853 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANKIT CHAWDA Data Nascimento: 03/01/1988 Passaporte: K7161590 País: ÍNDIA; Processo: 47039014151201817 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NESHO STOYANOV BAIROV Data Nascimento: 18/07/1982 Passaporte: 383779709 País: BULGÁRIA; Processo: 47039014153201806 Requerente: ROCKWELL COLLINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRUCE CHARLES REYNOLDS Data Nascimento: 14/09/1965 Passaporte: 586983246 País: EUA; Processo: 47039014156201831 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHRIKANT KESHAV GAWADE Data Nascimento: 03/02/1988 Passaporte: L7017757 País: ÍNDIA; Processo: 47039014155201897 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BOJAN IRSAG Data Nascimento: 04/10/1987 Passaporte: 044861120 País: CROÁCIA; Processo: 47039014157201886 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SUJATA DHANRAJ PATIL Data Nascimento: 06/09/1991 Passaporte: L6511062 País: ÍNDIA; Processo: 47039014162201899 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAULO IGNACIO ABURTO LEFIMIL Data Nascimento: 13/04/1992 Passaporte: F20349430 País: CHILE; Processo: 47039014159201875 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SUSHIL RAJINDER KABOTRA Data Nascimento: 05/09/1988 Passaporte: M1944652 País: ÍNDIA; Processo: 47039014165201822 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Petri Vilho Pynnonen Data Nascimento: 29/06/1967 Passaporte: FP1128488 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039014166201877 Requerente: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NAVNEET KUMAR DWIVEDI Data Nascimento: 03/01/1980 Passaporte: J3851265 País: ÍNDIA; Processo: 47039014170201835 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHENG SHI Data Nascimento: 25/10/1973 Passaporte: PE0895012 País: CHINA; Processo: 47039014173201879 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARTIN BRIZA Data Nascimento: 12/08/1963 Passaporte: C4CZ8Z3N7 País: ALEMANHA; Processo: 47039014175201868 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAVIER ARREGUI IBANEZ Data Nascimento: 13/02/1992 Passaporte: PAE462946 País: ESPANHA; Processo: 47039014176201811 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAULO JORGE NEVES HENRIQUES Data Nascimento: 09/02/1987 Passaporte: P652075 País: PORTUGAL; Processo: 47039014204201891 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAN RAJSKY Data Nascimento: 19/12/1995 Passaporte: 43817944 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: KAREL RAJSKY Data Nascimento: 27/04/1994 Passaporte: 40963756 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: LADISLAV BOUMA Data Nascimento: 09/08/1997 Passaporte: 44859735 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: MARTIN DUPAL Data Nascimento: 31/10/1995 Passaporte: 44087217 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: MARTIN KRATOCHVIL Data Nascimento: 10/10/1988 Passaporte: 43820938 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: ROMAN KOPRIVA Data Nascimento: 14/01/1990 Passaporte: 39452617 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: VADYM STIZKO Data Nascimento: 06/07/1995 Passaporte: 44242608 País: REPÚBLICA TCHECA Imigrante: VOJTECH STEJSKAL Data Nascimento: 18/05/1994 Passaporte: 43845191 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014214201827 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Michael Thomas McAreavery Data Nascimento: 27/02/1970 Passaporte: 511047725 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039014220201884 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Baldeep Singh Data Nascimento: 11/02/1983 Passaporte: N8532416 País: ÍNDIA; Processo: 47039014219201850 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KALOYAN ZHIVKOV BORISOV Data Nascimento: 26/03/1974 Passaporte: 383015436 País: BULGÁRIA; Processo: 47039014234201806 Requerente: OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Edgar Martinez Jimenez Data Nascimento: 01/03/1977 Passaporte: 618264448 País: MÉXICO; Processo: 47039014243201899 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AARON COULSON Data Nascimento: 01/10/1988 Passaporte: 504577882 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039014252201880 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YASUTAKA OHTERA Data Nascimento: 27/07/1982 Passaporte: TS1241456 País: JAPÃO; Processo: 47039014254201879 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: KENICHI TAIRA Data Nascimento: 07/09/1967 Passaporte: TR3105864 País: JAPÃO; Processo: 47039014276201839 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BYEONGHYEON KIM Data Nascimento: 29/09/1967 Passaporte: M91326770 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014277201883 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONGWOO CHUN Data Nascimento: 30/11/1964 Passaporte: M41887337 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014278201828 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GILYOUNG CHEON Data Nascimento: 15/06/1971 Passaporte: M81907839 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014279201872 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HEUNGWOO LEE Data Nascimento: 24/10/1971 Passaporte: M57752312 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014280201805 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JANG-PYO SEOK Data Nascimento: 17/03/1962 Passaporte: M36184563 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014281201841 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JINSEONG JEONG Data Nascimento: 29/03/1979 Passaporte: M73677089 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014282201896 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JINWAN AHN Data Nascimento: 20/03/1963 Passaporte: M90166607 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014283201831 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MINSANG KIM Data Nascimento: 03/11/1961 Passaporte: M49801461 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014284201885 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YIEKYOUNG WOO Data Nascimento: 20/11/1970 Passaporte: M34870943 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014290201832 Requerente: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNGYUL KWON Data Nascimento: 23/10/1985 Passaporte: M35882359 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014296201818 Requerente: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: até 31/12/2018 Imigrante: Brendan James Parker Data Nascimento: 27/10/1982 Passaporte: N4217793 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039014297201854 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: REINHARD LAMBERTUS HOFMAN Data Nascimento: 03/07/1985 Passaporte: NS64FF4D6 País: HOLANDA; Processo: 47039014300201830 Requerente: TRUMPF MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL PROKESCH Data Nascimento: 23/09/1980 Passaporte: C9T0PG0ZN País: ALEMANHA; Processo: 47039014309201841 Requerente: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: até 31/12/2018 Imigrante: Richard Michael Thomas John Leroy Data Nascimento: 01/02/1983 Passaporte: N3200109 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039014315201806 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MILOSLAV ROLENC Data Nascimento: 03/07/1973 Passaporte: 41792810 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014319201886 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARTIN SKAPIK Data Nascimento: 16/09/1993 Passaporte: 44207580 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014323201844 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ONDREJ KAPUCIAN Data Nascimento: 19/02/1973 Passaporte: 40443789 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014326201888 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PETR ANTON Data Nascimento: 29/12/1983 Passaporte: 44650001 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014327201822 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PETR BURDA Data Nascimento: 05/06/1984 Passaporte: 40721889 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014332201835 Requerente: PRENSAS SCHULER S A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS WALTER Data Nascimento: 15/12/1969 Passaporte: CGW5PCKT3 País: ALEMANHA; Processo: 47039014333201880 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BERND JOSEF WILLY EBNER Data Nascimento: 08/01/1955 Passaporte: CH9WY5WPP País: ALEMANHA; Processo: 47039014337201868 Requerente: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHN GORDON OLSON Data Nascimento: 28/09/1957 Passaporte: 468488110 País: EUA; Processo: 47039014339201857 Requerente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SVEN GUSTAV BJORKSTROM Data Nascimento: 13/04/1964 Passaporte: 95256059 País: SUÉCIA; Processo: 47039014341201826 Requerente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIKAEL ARI HOLTTINEN HOLMELIND Data Nascimento: 14/07/1975 Passaporte: 92681210 País: SUÉCIA; Processo: 47039014343201815 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAN KUCERA Data Nascimento: 29/06/1993 Passaporte: 39793224 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014345201812 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IGOR VIZNER Data Nascimento: 28/05/1986 Passaporte: 43615522 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014347201801 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IVAN CUVALOV Data Nascimento: 14/04/1991 Passaporte: 44905889 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014349201892 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAKUB KASPAR Data Nascimento: 23/04/1986 Passaporte: 44919404 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014351201861 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIRI DVORAK Data Nascimento: 22/03/1993 Passaporte: 40300121 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014354201803

Requerente: ZOPONE-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LONG GU Data Nascimento: 22/02/1989 Passaporte: PE1623215 País: CHINA Imigrante: PENGFEI YUE Data Nascimento: 04/06/1989 Passaporte: PE1623214 País: CHINA; Processo: 47039014356201894 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KARALEE KAISER Data Nascimento: 04/03/1984 Passaporte: HD978225 País: CANADÁ; Processo: 47039014360201852 Requerente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PHILLIPPE GUIGON Data Nascimento: 29/03/1961 Passaporte: 16AA74718 País: FRANÇA; Processo: 47039014363201896 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOERG KARL TAIBER Data Nascimento: 01/10/1967 Passaporte: C7C1RJ91H País: ALEMANHA; Processo: 47039014362201841 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RYOHEI IWANE Data Nascimento: 02/02/1991 Passaporte: TK8327463 País: JAPÃO; Processo: 47039014365201885 Requerente: ZOPONE-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONG XU Data Nascimento: 18/08/1990 Passaporte: E60555950 País: CHINA Imigrante: HAO HU Data Nascimento: 09/07/1975 Passaporte: ED0146528 País: CHINA Imigrante: JIN YU Data Nascimento: 23/03/1989 Passaporte: EC1373597 País: CHINA Imigrante: KAI HUANG Data Nascimento: 02/11/1989 Passaporte: EC2024351 País: CHINA Imigrante: KAI MA Data Nascimento: 08/11/1993 Passaporte: EA0316429 País: CHINA Imigrante: QIANG XU Data Nascimento: 10/08/1993 Passaporte: ED8425467 País: CHINA Imigrante: SIQI HENG Data Nascimento: 14/09/1994 Passaporte: ED9475827 País: CHINA Imigrante: YONGJIE GUAN Data Nascimento: 18/08/1973 Passaporte: E05321682 País: CHINA; Processo: 47039014369201863 Requerente: ZOPONE-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BIAN PENG Data Nascimento: 01/04/1970 Passaporte: ED0178160 País: CHINA Imigrante: LINLONG ZHU Data Nascimento: 12/10/1989 Passaporte: E17087818 País: CHINA Imigrante: LIULIN HU Data Nascimento: 28/07/1971 Passaporte: EC3343518 País: CHINA Imigrante: XIN LI Data Nascimento: 23/04/1995 Passaporte: ED0005229 País: CHINA Imigrante: XINGLAI ZONG Data Nascimento: 14/04/1989 Passaporte: EC4277534 País: CHINA Imigrante: YAN TANG Data Nascimento: 29/10/1993 Passaporte: E99047872 País: CHINA Imigrante: ZHENGBING NI Data Nascimento: 10/03/1986 Passaporte: G57763796 País: CHINA Imigrante: ZHIQIANG ZHANG Data Nascimento: 06/10/1991 Passaporte: EB7278182 País: CHINA; Processo: 47039014377201818 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIRI KARIZEK Data Nascimento: 31/07/1974 Passaporte: 41494336 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014378201854 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUKAS SOBOTA Data Nascimento: 02/02/1976 Passaporte: 44905541 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014381201878 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAL KARIZEK Data Nascimento: 02/07/1995 Passaporte: 42954025 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014384201810 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAREK WASSERBAUER Data Nascimento: 11/11/1991 Passaporte: 44906288 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014385201856 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Bent Lund Data Nascimento: 05/04/1974 Passaporte: 209308751 País: DINAMARCA; Processo: 47039014390201869 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Michael Lassen Data Nascimento: 02/09/1969 Passaporte: 204208847 País: DINAMARCA; Processo: 47039014392201858 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Karsten Knudsen Data Nascimento: 08/06/1955 Passaporte: 209919946 País: DINAMARCA; Processo: 47039014394201847 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Morten Kjul Larsen Data Nascimento: 07/02/1964 Passaporte: 208710999 País: DINAMARCA; Processo: 47039014396201836 Requerente: JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ADRIAN REGINALD RAPKIN Data Nascimento: 27/09/1959 Passaporte: 5259602285 País: INGLATERRA; Processo: 47039014401201819 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BESIM KABASHAJ Data Nascimento: 04/03/1979 Passaporte: C6XCZH0C9 País: ALEMANHA; Processo: 47039014400201866 Requerente: JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ELTON ANTHONY RAE Data Nascimento: 12/04/1973 Passaporte: 501530585 País: INGLATERRA; Processo: 47039014402201855 Requerente: JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SCOTT ROGER PORTO Data Nascimento: 21/10/1987 Passaporte: 209721901 País: INGLATERRA; Processo: 47039014403201808 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SARO RALF EBERWEIN Data Nascimento: 06/10/1990 Passaporte: C6ZGYHNJ4 País: ALEMANHA; Processo: 47039014404201844 Requerente: JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIMOTHY JOHN HALL Data Nascimento: 13/10/1972 Passaporte: 544908176 País: INGLATERRA; Processo: 47039014407201888 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROCKY LANE HALL Data Nascimento: 26/01/1966 Passaporte: 461932073 País: EUA; Processo: 47039014426201812 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: ANDREAS ULFRIED ANGELUS HOFMANN Data Nascimento: 17/04/1957 Passaporte: C5LHMF65R País: ALEMANHA; Processo: 47039014430201872 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARI LOEVALD ANDRESEN Data Nascimento: 27/06/1990 Passaporte: 32728212 País: NORUEGA; Processo: 47039014442201805 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOANNA AGATA WLOSEK Data Nascimento: 14/04/1977 Passaporte: EB2883615 País: POLÔNIA; Processo: 47039014445201831 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IVAN GARNICA GARCIA Data Nascimento: 19/04/1984 Passaporte: G17551469 País: MÉXICO; Processo: 47039014446201885 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAN ANDERS BENGTSSON Data Nascimento: 16/01/1956 Passaporte: 87381780 País: SUÉCIA; Processo: 47039014444201896 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GEORGIOS BOUSIOS Data Nascimento: 21/09/1962 Passaporte: YB1438083 País: ITÁLIA; Processo: 47039014622201889 Requerente: SIPA - SUL AMERICA LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: PAOLO TADIOTTO Data Nascimento: 19/11/1967 Passaporte: YA8219652 País: ITÁLIA Imigrante: TONINO CAGGIULA Data Nascimento: 10/04/1969 Passaporte: YB3216797 País: ITÁLIA; Processo: 47039014462201878 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KOJI ENOMOTO Data Nascimento: 23/01/1976 Passaporte: TR8454309 País: JAPÃO; Processo: 47039014463201812 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHIGEJI YAMADA Data Nascimento: 30/08/1954 Passaporte: TR7217014 País: JAPÃO; Processo: 47039014465201810 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 45 Dia(s) Imigrante: Marijnus Johannes Bram Data Nascimento: 16/02/1974 Passaporte: BM2J255K4 País: HOLANDA; Processo: 47039014464201867 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TADASHI OKUI Data Nascimento: 19/06/1967 Passaporte: TK1019529 País: JAPÃO; Processo: 47039014473201858 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KE CHEN Data Nascimento: 21/04/1987 Passaporte: ED7529248 País: CHINA Imigrante: XUEHU TIAN Data Nascimento: 22/09/1965 Passaporte: EE0500693 País: CHINA Imigrante: YONGJIAN KE Data Nascimento: 24/11/1988 Passaporte: EE0482546 País: CHINA Imigrante: ZHONGCHI HAN Data Nascimento: 03/03/1986 Passaporte: EB2673213 País: CHINA; Processo: 47039014475201847 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WANDAN ZHANG Data Nascimento: 28/10/1969 Passaporte: EE0497897 País: CHINA Imigrante: YINGGAO PENG Data Nascimento: 21/12/1994 Passaporte: EE0499631 País: CHINA Imigrante: YINGPENG PENG Data Nascimento: 07/01/1987 Passaporte: ED7480480 País: CHINA Imigrante: YINGYU PENG Data Nascimento: 04/12/1994 Passaporte: EE0497895 País: CHINA Imigrante: ZHIQIANG FANG Data Nascimento: 28/06/1967 Passaporte: ED8649306 País: CHINA; Processo: 47039014482201849 Requerente: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ADITI AGGARWAL Data Nascimento: 17/09/1991 Passaporte: K4981107 País: ÍNDIA; Processo: 47039014487201871 Requerente: DIEFFENBACHER DO BRASIL - CONSTRUCAO DE MAQUINAS E INSTALACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HUBERT ADOLF DRESSEL Data Nascimento: 11/11/1955 Passaporte: C95WNJRW3 País: ALEMANHA; Processo: 47039014488201816 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL BLOKES Data Nascimento: 20/10/1992 Passaporte: 41500013 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014489201861 Requerente: DIEFFENBACHER DO BRASIL - CONSTRUCAO DE MAQUINAS E INSTALACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ADRIAN TISSEN Data Nascimento: 11/09/1988 Passaporte: C790TRNNV País: ALEMANHA; Processo: 47039014492201884 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SAMEK RASTISLAV Data Nascimento: 29/09/1990 Passaporte: BD4168679 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039014494201873 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CARLOS MIGUEL GONÇALVES CORREIA Data Nascimento: 29/11/1977 Passaporte: P253382 País: PORTUGAL; Processo: 47039014493201829 Requerente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOMAS VESELY Data Nascimento: 11/06/1983 Passaporte: 44905992 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014495201818 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCISCO MATEOS RICO Data Nascimento: 31/01/1972 Passaporte: PAA744841 País: ESPANHA; Processo: 47039014514201814 Requerente: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIM KAUPPERT Data Nascimento: 18/03/1983 Passaporte: C6ZM4YYRC País: ALEMANHA; Processo: 47039014517201840 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPH JAKOB RIDIL Data Nascimento: 17/05/1991 Passaporte: CH05F9MRM País: ALEMANHA; Processo: 47039014521201816 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARCO SEEDORF Data Nascimento: 16/07/1991 Passaporte: C282PPHKP País: ALEMANHA; Processo: 47039014520201863 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AARON JEFFREY KRICK Data Nascimento: 05/01/1987 Passaporte: 477341085 País: EUA; Processo: 47039014522201852 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID ABIGAEL RODRIGUEZ OPORTA Data Nascimento: 01/05/1995 Passaporte: 491912924 País: EUA; Processo: 47039014525201896 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DIRK MICHAEL ROSENTRETER Data Nascimento: 24/08/1970 Passaporte: CF8JCRXRC País: ALEMANHA; Processo: 47039014537201811 Requerente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Seog Min Kang Data Nascimento: 25/03/1974 Passaporte: M23317112 País: CORÉIA; Processo: 47039014538201865 Requerente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sung Dong Son Data Nascimento: 28/02/1972 Passaporte: M27164495 País: CORÉIA; Processo: 47039014539201818 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CARLOS ANDRES ARIAS Data Nascimento: 12/12/1980 Passaporte: AT804724 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014540201834 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DEIVID FABIAN NIÑO Data Nascimento: 18/10/1986 Passaporte: AO921275 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014541201889 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EDGAR ALBERTO CASTILLO GONZALEZ Data Nascimento: 23/09/1986 Passaporte: AU558667 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014542201823 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHN ALEXANDER CLAVIJO MORENO Data Nascimento: 28/02/1986 Passaporte: AN911487 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014543201878 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JORGE ALBERTO QUIROGA RODRIGUEZ Data Nascimento: 23/04/1981 Passaporte: AU085972 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014546201810 Requerente: PHILCO ELETRONICOS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Chen Chen Data Nascimento: 13/08/1975 Passaporte: E48008930 País: CHINA; Processo: 47039014544201812 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LEONARDO SERRANO RODRIGUEZ Data Nascimento: 23/10/1980 Passaporte: AU903697 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014545201867 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUIS EDUARDO SANCHEZ MONTAÑO Data Nascimento: 01/06/1977 Passaporte: AV186054 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014547201856 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PEDRO JOSE SERRANO RODRIGUEZ Data Nascimento: 10/03/1978 Passaporte: AN953060 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014548201809 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WILLMER ROJAS FRANCO Data Nascimento: 04/08/1983 Passaporte: AR576665 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014551201814 Requerente: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YAN EDUARD CORTES GARNICA Data Nascimento: 22/11/1977 Passaporte: AU085974 País: COLÔMBIA; Processo: 47039014555201801 Requerente: PHILCO ELETRONICOS SA Prazo: 180 Mês(es) Imigrante: JUN WU Data Nascimento: 21/12/1982 Passaporte: G55891137 País: CHINA; Processo: 47039014571201895 Requerente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEFAN WOLFGANG VOGEL Data Nascimento: 26/01/1969 Passaporte: C1CVJGRVZ País: ALEMANHA; Processo: 47039014579201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUE XU Data Nascimento: 28/09/1989 Passaporte: ED7751781 País: CHINA; Processo: 47039014582201875 Requerente: BERICAP DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVIDE TOGNIN Data Nascimento: 14/08/1993 Passaporte: YA9376266 País: ITÁLIA Imigrante: DIEGO PORCELLATO Data Nascimento: 16/09/1981 Passaporte: YB1367281 País: ITÁLIA; Processo: 47039014581201821 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TATSUKI KATO Data Nascimento: 11/09/1965 Passaporte: TR3223242 País: JAPÃO; Processo: 47039014584201864 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NAOKI YAMAMOTO Data Nascimento: 19/02/1974 Passaporte: TK0623610 País: JAPÃO; Processo: 47039014587201806 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RYOSUKE MIYATA Data Nascimento: 19/07/1987 Passaporte: TK7763931 País: JAPÃO; Processo: 47039014588201842 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOSHIYUKI NISHIMURA Data Nascimento: 24/04/1970 Passaporte: TR3227443 País: JAPÃO; Processo: 47039014591201866 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KEITA TSUZUKI Data Nascimento: 02/02/1989 Passaporte: TK6781082 País: JAPÃO; Processo: 47039014592201819 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHINGO AKITA Data Nascimento: 14/09/1992 Passaporte: TR4162127 País: JAPÃO; Processo: 47039014593201855 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKUMA ISHIHARA Data Nascimento: 28/04/1980 Passaporte: TR7464881 País: JAPÃO; Processo: 47039014608201885 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NUTTHAPON PHUMARUN Data Nascimento: 08/05/1989 Passaporte: AA8159565 País: TAILÂNDIA; Processo: 47039014620201890 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KORBINIAN JOSEF PABST Data Nascimento: 19/04/1964 Passaporte: CF351CW26 País: ALEMANHA; Processo: 47039014648201827 Requerente: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASARU ICHIMURA Data Nascimento: 25/05/1963 Passaporte: TR3792249 País: JAPÃO; Processo: 47039014649201871 Requerente: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s)

Imigrante: MILAD KHOSRAVI LARIJANI Data Nascimento: 27/04/1981 Passaporte: P96621428 País: IRÃ; Processo: 47039014659201815 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: até 04/12/2018 Imigrante: ELIAS-GRATIAN SIBISAN Data Nascimento: 01/10/1995 Passaporte: 055609963 País: ROMÊNIA; Processo: 47039014658201862 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: até 28/02/2019 Imigrante: VIKTOR FIALA Data Nascimento: 15/12/1986 Passaporte: 40398358 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039014660201831 Requerente: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RONALD ONG KOK KIM Data Nascimento: 15/02/1971 Passaporte: E6794695J País: SINGAPURA; Processo: 47039014722201813 Requerente: SMP AUTOMOTIVE PRODUTOS AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALEXANDER SCHWAB Data Nascimento: 07/08/1968 Passaporte: C5L26V3J4 País: ALEMANHA; Processo: 47039014725201849 Requerente: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SANG HOUN HAN Data Nascimento: 05/04/1970 Passaporte: M43259400 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014727201838 Requerente: RADI SOFTWARE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AMIT POPATRAO KAKADE Data Nascimento: 26/11/1983 Passaporte: N5225254 País: ÍNDIA; Processo: 47039014728201882 Requerente: RADI SOFTWARE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KAMLESH BAMBARDE Data Nascimento: 23/04/1969 Passaporte: S0631547 País: ÍNDIA; Processo: 47039014737201873 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE ADAN CRUZ GOMEZ Data Nascimento: 16/05/1993 Passaporte: G17732209 País: MÉXICO; Processo: 47039014738201818 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GONZALO DIAZ OLVERA Data Nascimento: 11/03/1971 Passaporte: G17731506 País: MÉXICO; Processo: 47039014739201862 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE FRANCISCO ORTIZ LOYOLA Data Nascimento: 29/10/1962 Passaporte: G22926926 País: MÉXICO; Processo: 47039014742201886 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUBEN ORTIZ LOYOLA Data Nascimento: 21/09/1969 Passaporte: G30554786 País: MÉXICO; Processo: 47039014743201821 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAMON ORTIZ LOYOLA Data Nascimento: 21/05/1967 Passaporte: G30554780 País: MÉXICO; Processo: 47039014744201875 Requerente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE ENRIQUE NAVA BERNABE Data Nascimento: 11/02/1974 Passaporte: G30796866 País: MÉXICO; Processo: 47039014746201864 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAKHYEONG LEE Data Nascimento: 31/03/1992 Passaporte: M44216128 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: YOUNG YOON LEE Data Nascimento: 26/06/1981 Passaporte: M72061214 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039014787201851 Requerente: KLM CIA REAL HOLANDESA DE AVIACAO Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RANDOLPH WILFRIDO LAMPE Data Nascimento: 07/12/1957 Passaporte: NT4R8H7DO País: HOLANDA; Processo: 47039014800201871 Requerente: TIANDA CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Dongkai Xu Data Nascimento: 15/10/1991 Passaporte: G53045285 País: CHINA; Processo: 47039014813201841 Requerente: JT & PARTNERS FERROVIAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JARI KALEVI PIRINEN Data Nascimento: 26/11/1981 Passaporte: PM9565985 País: FINLÂNDIA Imigrante: JUHA-PEKKA PEHKONEN Data Nascimento: 13/05/1991 Passaporte: FP1484093 País: FINLÂNDIA Imigrante: JUHO TUOMAS SEPPANEN Data Nascimento: 20/12/1985 Passaporte: PD3595828 País: FINLÂNDIA Imigrante: MATTI OSKARI MUJUNEN Data Nascimento: 20/01/1991 Passaporte: PC6706604 País: FINLÂNDIA Imigrante: PEKKA OLAVI PENTTINEN Data Nascimento: 10/07/1979 Passaporte: FP1527525 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039014806201849 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIANGJIE CHANG Data Nascimento: 21/10/1984 Passaporte: EE1245801 País: CHINA Imigrante: PANPAN CHU Data Nascimento: 04/02/1988 Passaporte: EE0750397 País: CHINA Imigrante: WEI LI Data Nascimento: 15/02/1984 Passaporte: EC8933363 País: CHINA Imigrante: YINGSHENG BU Data Nascimento: 19/09/1989 Passaporte: E41182513 País: CHINA; Processo: 47039014807201893 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 46 Dia(s) Imigrante: AKIHO HIRAI Data Nascimento: 18/09/1994 Passaporte: TR9800499 País: JAPÃO; Processo: 47039014810201815 Requerente: LEAR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INTERIORES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL JOSHUA HOLCOMB Data Nascimento: 05/04/1990 Passaporte: 544232098 País: EUA; Processo: 47039014808201838 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 46 Dia(s) Imigrante: YASUSHI OKAMOTO Data Nascimento: 11/05/1973 Passaporte: TR6064919 País: JAPÃO; Processo: 47039014853201892 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARMIN GEORG WILDENAUER Data Nascimento: 18/03/1971 Passaporte: CFZ1CFPCX País: ALEMANHA; Processo: 47039014899201810 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: TOWA TOMIMOTO Data Nascimento: 12/10/1993 Passaporte: TS1600182 País: JAPÃO; Processo: 47039014900201806 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: MITSUHIRO KUSATSUGU Data Nascimento: 16/06/1989 Passaporte: MU8284964 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):
Processo: 47039014472201811 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: JACOB PAUL ESCHETE Data Nascimento: 17/01/1995 Passaporte: 490752692 País: EUA; Processo: 47039014474201801 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: JACE MICHAEL LYONS Data Nascimento: 12/12/1992 Passaporte: 526987784 País: EUA; Processo: 47039014614201832 Requerente: PEROXY BAHIA INDUSTRIA QUIMICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MUKUNDAN TELAKKATU CHATHOTH Data Nascimento: 01/06/1952 Passaporte: Z3327208 País: ÍNDIA; Processo: 47039014865201817 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 61 Dia(s) Imigrante: FLORIAN EBERHARD LANGENBUCHER Data Nascimento: 02/01/1983 Passaporte: C8MW01C7F País: ALEMANHA; Processo: 47039014868201851 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 61 Dia(s) Imigrante: MICHAEL SCHUST Data Nascimento: 08/04/1979 Passaporte: C8MV4VX34 País: ALEMANHA; Processo: 47039014869201803 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 61 Dia(s) Imigrante: JENS KOBER Data Nascimento: 02/08/1958 Passaporte: C3JJKJR88 País: ALEMANHA; Processo: 47039014870201820 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 61 Dia(s) Imigrante: MORITZ MARTIN KUHNERT Data Nascimento: 16/03/1989 Passaporte: C8M9P3C5Y País: ALEMANHA; Processo: 47039014872201819 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: CORINNE PASCALE GUYOT ÉP. CHAMBE Data Nascimento: 08/03/1967 Passaporte: 14DP75780 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47039012646201801 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HOUGUO LU Data Nascimento: 12/08/1967 Passaporte: G 55171504 País: CHINA; Processo: 47039012650201861 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XIANGLIANG LI Data Nascimento: 24/12/1980 Passaporte: G 54304293 País: CHINA; Processo: 47039013576201809 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NAGA VENKATA LALITHA SIVA JYOTI DARBHA Data Nascimento: 27/05/1990 Passaporte: Z3509945 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47041005220201844 Requerente: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AGOSTINA ZANASSI Data Nascimento: 23/11/1991 Passaporte: AAA232248 País: ARGENTINA Imigrante: ALFIE JUANINO PULIDO Data Nascimento: 15/10/1991 Passaporte: P5953695A País: FILIPINAS Imigrante: ALLIEN ANTHONY REYNOSO VILORIA Data Nascimento: 06/11/1988 Passaporte: P4848299A País: FILIPINAS Imigrante: AMIEN RAIS Data Nascimento: 05/08/1996 Passaporte: B4203356 País: INDONÉSIA Imigrante: ANDIKA DWI ANTORO Data Nascimento: 23/05/1988 Passaporte: B7288553 País: INDONÉSIA Imigrante: ANTHON PRIONO Data Nascimento: 03/05/1981 Passaporte: B8096257 País: INDONÉSIA Imigrante: ARCHIMEDES RELATUS SINGIAN Data Nascimento: 10/10/1978 Passaporte: EC1277155 País: FILIPINAS Imigrante: AUGUST BARRIENTOS DUMALAOG Data Nascimento: 10/08/1979 Passaporte: EC7662821 País: FILIPINAS Imigrante: BENJIE MAR TOLORES ANDAYA Data Nascimento: 20/12/1990 Passaporte: EC6076492 País: FILIPINAS Imigrante: BRANDOND SAMIR LOPEZ CASTELLANOS Data Nascimento: 08/02/1997 Passaporte: F488925 País: HONDURAS Imigrante: CAIWAN Data Nascimento: 25/12/1982 Passaporte: B3264183 País: INDONÉSIA Imigrante: CARL GENERAL DOTILLOS Data Nascimento: 25/10/1990 Passaporte: EC5437685 País: FILIPINAS Imigrante: CHEZTER MONTOYA COLADA Data Nascimento: 20/03/1989 Passaporte: P5771925A País: FILIPINAS Imigrante: DANIEL COJOCARIU Data Nascimento: 06/05/1974 Passaporte: 055009208 País: ROMÊNIA Imigrante: DANIEL ENRIQUE VERGARA RAMIREZ Data Nascimento: 28/12/1984 Passaporte: F12213301 País: CHILE Imigrante: DENNIS GASCON RICARDOS Data Nascimento: 04/09/1968 Passaporte: P6739662A País: FILIPINAS Imigrante: DHARMESH BUDDOO Data Nascimento: 21/03/1991 Passaporte: 1295894 País: MAURÍCIO Imigrante: DIANA CAROLINA PULIDO RANGEL Data Nascimento: 13/01/1990 Passaporte: AO484214 País: COLÔMBIA Imigrante: DORIS JEANETH ABELENDA DIAZ Data Nascimento: 19/10/1976 Passaporte: F655373 País: HONDURAS Imigrante: EDER STEVEN ORTIZ SILVA Data Nascimento: 18/10/1994 Passaporte: 6933679 País: PERU Imigrante: EDWYN PASTOR REYES HERNANDEZ Data Nascimento: 01/07/1985 Passaporte: F667547 País: HONDURAS Imigrante: ELVIN OMAR RAMOS SARMIENTO Data Nascimento: 04/02/1979 Passaporte: F372561 País: HONDURAS Imigrante: ERICK DARIO OCHOA AMAYA Data Nascimento: 01/04/1985 Passaporte: E412924 País: HONDURAS Imigrante: ESMERALDA STEPHANY JUAREZ AMAYA Data Nascimento: 26/08/1993 Passaporte: E996210 País: HONDURAS Imigrante: FERMIN PENA PALMA Data Nascimento: 04/03/1968 Passaporte: E560306 País: HONDURAS Imigrante: FERNANDO CANALES FERRUFINO Data Nascimento: 14/11/1968 Passaporte: F632153 País: HONDURAS Imigrante: FRANCISCO OSCAR MARTINEZ MARTINEZ Data Nascimento: 17/09/1980 Passaporte: F006015 País: HONDURAS Imigrante: GILBERT NICOLASORA MONTALBO Data Nascimento: 01/02/1982 Passaporte: P2789708A País: FILIPINAS Imigrante: GUNAWAN Data Nascimento: 01/09/1991 Passaporte: B4931511 País: INDONÉSIA Imigrante: HARYADI Data Nascimento: 05/04/1971 Passaporte: B3550037 País: INDONÉSIA Imigrante: HECTOR ARMANDO CARCAMO Data Nascimento: 29/11/1962 Passaporte: E469687 País: HONDURAS Imigrante: I KETUT MANURYA Data Nascimento: 02/08/1983 Passaporte: B6765288 País: INDONÉSIA Imigrante: I KOMANG SAPUTRAWAN Data Nascimento: 21/12/1980 Passaporte: B8817803 País: INDONÉSIA Imigrante: ISRRAEL RODRIGUEZ VASQUEZ Data Nascimento: 18/08/1967 Passaporte: F613578 País: HONDURAS Imigrante: JAISON ELINJIKADAN GEORGE Data Nascimento: 23/01/1978 Passaporte: Z1997788 País: ÍNDIA Imigrante: JASMADI Data Nascimento: 29/02/1968 Passaporte: B0786047 País: INDONÉSIA Imigrante: JAYADI SIKKI Data Nascimento: 22/03/1981 Passaporte: B8183562 País: INDONÉSIA Imigrante: JEROME CALANOGA LAGMAY Data Nascimento: 11/04/1974 Passaporte: P1577545A País: FILIPINAS Imigrante: JOAN MENDOZA HERNANDEZ Data Nascimento: 17/10/1980 Passaporte: EC2633922 País: FILIPINAS Imigrante: KASO Data Nascimento: 10/04/1969 Passaporte: B4027365 País: INDONÉSIA; Processo: 47041005224201822 Requerente: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stephan Zielinski Data Nascimento: 17/09/1983 Passaporte: C0KR6C96M País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 12 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47039010264201835 Requerente: STAHL BRASIL SA Prazo: Indeterminado Imigrante: SAUL RIOS ALVAREZ Data Nascimento: 30/07/1971 Passaporte: G28432060 País: MÉXICO.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47041004585201851 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/12/2019 Imigrante: ISRAEL DIANON LEYSON Data Nascimento: 01/08/1984 Passaporte: EC6444283 País: FILIPINAS; Processo: 47041004805201847 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: VIACHESLAV TKACHEV Data Nascimento: 15/08/1988 Passaporte: 713640428 País: RÚSSIA Imigrante: VLAS RUDNEV Data Nascimento: 23/06/1990 Passaporte: 753186042 País: RÚSSIA; Processo: 47041004806201891 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Aswin Kumar Sellappan Data Nascimento: 31/12/1989 Passaporte: J2470534 País: ÍNDIA Imigrante: Deepak Mehta Data Nascimento: 25/02/1993 Passaporte: M0709752 País: ÍNDIA Imigrante: Punit Kumar Data Nascimento: 04/12/1989 Passaporte: Z4049548 País: ÍNDIA Imigrante: Sanjay Pandurang Pawaskar Data Nascimento: 28/09/1986 Passaporte: R0803239 País: ÍNDIA; Processo: 47041004810201850 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 03/12/2019 Imigrante: Alexander Barakhta Data Nascimento: 25/02/1983 Passaporte: 752997669 País: RÚSSIA; Processo: 47041004841201819 Requerente: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 25/12/2019 Imigrante: Edwin Hinojales Alpuerto Data Nascimento: 30/09/1960 Passaporte: EC7786875 País: FILIPINAS; Processo: 47041004846201833 Requerente: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 25/12/2019 Imigrante: MACIEJ RYSZARD PROCHNICKI Data Nascimento: 19/09/1976 Passaporte: ED5618775 País: POLÔNIA; Processo: 47041004908201815 Requerente: FAIRFIELD DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/03/2019 Imigrante: ARISTEO DIVERSON CRUZ Data Nascimento: 25/08/1976 Passaporte: P5153509A País: FILIPINAS; Processo: 47041004910201886 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Josip Cernjul Data Nascimento: 19/04/1980 Passaporte: 020607027 País: CROÁCIA; Processo: 47041004909201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Reymark Obar Nimo Data Nascimento: 27/03/1990 Passaporte: P3398472A País: FILIPINAS; Processo: 47041004921201866 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/07/2020 Imigrante: Benjamin Ballesteros Gutierrez Data Nascimento: 15/01/1972 Passaporte: EC5933500 País: FILIPINAS Imigrante: Dionysios Varvaressos Data Nascimento: 28/08/1985 Passaporte: AN3794615 País: GRÉCIA Imigrante: Roberto Mabini Salceda Data Nascimento: 19/04/1960 Passaporte: P7062751A País: FILIPINAS Imigrante: Rowell Felipe Del Rosario Data Nascimento: 27/12/1989 Passaporte: EC6896548 País: FILIPINAS; Processo: 47041004931201800 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dennis Waalewijn Data Nascimento: 24/01/1988 Passaporte: NPOL1H317 País: HOLANDA; Processo: 47041004934201835 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stijn Van Winsen Data Nascimento: 15/04/1991 Passaporte: NND331075 País: HOLANDA; Processo: 47041004933201891 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/05/2020 Imigrante: Julan Bacud Ballester Data Nascimento: 07/01/1976 Passaporte: P3819635A País: FILIPINAS; Processo: 47041004935201880 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/07/2020 Imigrante: Arkadiusz Bakaj Data Nascimento: 22/10/1993 Passaporte: EH3332318 País: POLÔNIA; Processo: 47041004936201824 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Hanus Ingi Hansen Data Nascimento: 16/12/1980 Passaporte: 205317520 País: DINAMARCA; Processo: 47041004937201879 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Rodrigo Vergara Villanueva Data Nascimento: 13/02/1960 Passaporte: P2412013A País: FILIPINAS; Processo: 47041004938201813 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ian Anthony Teodorczuk Data Nascimento: 18/04/1973 Passaporte: 518034055 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041004942201881 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lebogang Daniel Lithuge Data Nascimento: 18/10/1974 Passaporte: M00234622 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041004944201871 Requerente: ALFA LULA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fred Inciong Masalunga Data Nascimento: 29/11/1959 Passaporte: EC1103598 País: FILIPINAS; Processo: 47041004946201860 Requerente: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GAURAV ARORA Data Nascimento: 02/07/1988 Passaporte: K1111549 País: ÍNDIA; Processo: 47041004947201812 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: César Michel François Lapiere Data Nascimento: 14/12/1981 Passaporte: 15FV31968 País: FRANÇA; Processo: 47041004958201894 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Imigrante: Davit Abashidze Data Nascimento: 28/11/1995 Passaporte: 15BB29892 País: GEÓRGIA; Processo: 47041004959201839 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Olivier Den Boon Data Nascimento: 24/12/1974 Passaporte: NU6C1KHF8 País: HOLANDA; Processo: 47041004960201863 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2020 Imigrante: Manuel Adornado Miras Data Nascimento: 13/10/1969 Passaporte: P7727313A País: FILIPINAS Imigrante: Sammy Nebreja Bayeta Data Nascimento: 08/12/1974 Passaporte: EC4379339 País: FILIPINAS; Processo: 47041004962201852 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stephen Raymund Ponte De Gracia Data Nascimento: 21/02/1976 Passaporte: EC5844838 País: FILIPINAS; Processo: 47041004965201896 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Imigrante: Kiran Data Nascimento: 10/08/1995 Passaporte: L9155999 País: ÍNDIA Imigrante: Prasad Shahu Patil Data Nascimento: 10/11/1985 Passaporte: N3726671 País: ÍNDIA Imigrante: Shubham Sarin Data Nascimento: 29/06/1994 Passaporte: N9140797 País: ÍNDIA; Processo: 47041004966201831 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: Alexandru Neicu Data Nascimento: 18/04/1982 Passaporte: 052998840 País: ROMÊNIA; Processo: 47041004968201820 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stamatios D Giannoulos Data Nascimento: 01/10/1984 Passaporte: 481581646 País: EUA; Processo: 47041004974201887 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ceferino Caneda Quinanola Data Nascimento: 03/02/1967 Passaporte: P3393755A País: FILIPINAS Imigrante: Richard Palanog Marfil Data Nascimento: 13/12/1980 Passaporte: EC3391084 País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):
Processo: 47039011206201829 Requerente: ENEL X BRASIL S.A Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: Nestor Jesus Benito Saenz Data Nascimento: 30/11/1971 Passaporte: AAF630594 País: ESPANHA; Processo: 47039013703201861 Requerente: NTT DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHINSUKE MIZUMORI Data Nascimento: 31/01/1969 Passaporte: MU2381644 País: JAPÃO; Processo: 47039013706201803 Requerente: BRASOL SOLUCOES ENERGETICAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TYLER ANDREW ELDRIDGE Data Nascimento: 27/02/1991 Passaporte: 477285271 País: EUA; Processo: 47039013828201891 Requerente: ITOCHU BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: Yoshiyuki Makita Data Nascimento: 02/02/1985 Passaporte: TS0161642 País: JAPÃO; Processo: 47039013884201826 Requerente: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NOBUYOSHI KADONO Data Nascimento: 23/02/1964 Passaporte: TK3255310 País: JAPÃO; Processo: 47039014025201854 Requerente: CASIO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TOYOTARO HIRAISHI Data Nascimento: 25/03/1978 Passaporte: TK 5.782.030 País: JAPÃO Imigrante: TOYOTARO HIRAISHI Data Nascimento: 25/03/1978 Passaporte: TK 5.782.030 País: JAPÃO; Processo: 47039014029201832 Requerente: CASIO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAHIRO MIURA Data Nascimento: 11/04/1976 Passaporte: TR 9.036.873 País: JAPÃO Imigrante: MASAHIRO MIURA Data Nascimento: 11/04/1976 Passaporte: TR 9.036.873 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:
Processo: 47039004969201813 Requerente: MXM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YANG JINYANG Data Nascimento: 03/08/1973 Passaporte: E83625460 País: CHINA; Processo: 47039005344201879 Requerente: MOSAICO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SARKIS FADLALLAH Data Nascimento: 05/10/1992 Passaporte: RL 3967438 País: LÍBANO; Processo: 47039012049201879 Requerente: RENOIR IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS TEXTEIS E ACESSORIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Cheung Ha Choi Data Nascimento: 06/03/1951 Passaporte: KJ0187468 País: CHINA; Processo: 47039013060201856 Requerente: SOMARSIL - ESTRUTURAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Bruno Elói Faria Pereira Data Nascimento: 30/06/1988 Passaporte: N661866 País: PORTUGAL; Processo: 47039013268201875 Requerente: WELIGHT TECNOLOGIA SOCIAL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: CEM NUFUSI Data Nascimento: 13/04/1976 Passaporte: U02617332 País: TURQUIA; Processo: 47039014376201865 Requerente: HUNING-WESSELER PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: WALTER WILHELM HUNING-WESSELER Data Nascimento: 07/12/1954 Passaporte: COL5M6N39 País: ALEMANHA; Processo: 47039014433201814 Requerente: ERNST & YOUNG ASSESSORIA REQUERENTERIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Thomas Paul Joseph Marie Bessineau Data Nascimento: 11/05/1980 Passaporte: 13CT21905 País: FRANÇA.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47039011911201826 Requerente: COMSA INFRA-ESTRUTURAS, INSTALACOES E SISTEMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARITZ RICO SALINAS Data Nascimento: 04/08/1977 Passaporte: BF350457 País: ESPANHA Mãe: ROSARIO PILAR SALINAS Y LA PEÑA Pai: JUAN ANTONIO RICO Y SAN VICENTE; Processo: 47039013596201871 Requerente: GEA EQUIPAMENTOS E SOLUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SVEN ROSSBRUCH Data Nascimento: 21/06/1987 Passaporte: C73Z61T2V País: ALEMANHA Mãe: KARIN ROSSBRUCH Pai: BERNHARD ROSSBRUCH; Processo: 47039013602201891 Requerente: BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOICHI KAWAKAMI Data Nascimento: 04/03/1986 Passaporte: TR6815615 País: JAPÃO Mãe: SEIKO KAWAKAMI Pai: SEIICHI KAWAKAMI; Processo: 47039013624201851 Requerente: ITUMBIARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZENGRONG YANG Data Nascimento: 16/05/1985 Passaporte: PE0937294 País: CHINA Mãe: GUIYU LI Pai: HUANJIN YANG; Processo: 47039013627201894 Requerente: ITUMBIARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LINGYUN HU Data Nascimento: 26/06/1975 Passaporte: PE0937293 País: CHINA Mãe: YUHUA LI Pai: DEBING HU; Processo: 47039013639201819 Requerente: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHUGO TOYODA Data Nascimento: 19/09/1975 Passaporte: TK3531653 País: JAPÃO Mãe: MASAKO TOYODA Pai: NOBUYUKI TOYODA; Processo: 47039013648201818 Requerente: TOYO MATIC AEROSPACE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Martha Xiomara Prato Valero Data Nascimento: 04/07/1976 Passaporte: AR607820 País: COLÔMBIA Mãe: MARTHA VALERO DE PRATO Pai: RUBEN DARIO PRATO CASTILLO; Processo: 47039013687201815 Requerente: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Duarte Maria Vieira Pedroso Data Nascimento: 27/07/1978 Passaporte: C973564 País: PORTUGAL Mãe: Maria Helena de Fátima Carrilho de Vieira Pedroso Pai: José Antônio Mascarenhas Pedroso; Processo: 47039013689201804 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: QIYONG XU Data Nascimento: 04/10/1981 Passaporte: G51209585 País: CHINA Mãe: SHENGXIANG SANG Pai: ZHENYANG XU; Processo: 47039013704201814 Requerente: TECHNOGYM EQUIPAMENTOS DE GINASTICA E SOLUCAO PARA BEM-ESTAR LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MATTEO PAOLINI Data Nascimento: 04/02/1983 Passaporte: YB0862796 País: ITÁLIA Mãe: SUSANNA GIORGIONI Pai: DAVIDE PAOLINI.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:
Processo: 47039014955201816 Requerente: PLANALTINA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: NASHAR UDDIN Data Nascimento: 16/02/1989 Passaporte: BR0614853 País: BANGLADESH Mãe: NASIMA BEGUM Pai: SARF ULLAH; Processo: 47039014959201896 Requerente: AMERICA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: DWIGHT THEODORE GENTRY II Data Nascimento: 20/01/1987 Passaporte: 515039358 País: EUA Mãe: Virginia Louise Gentry Pai: Dwight Theodore Gentry.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:
Processo: 47039004872201819 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO Prazo: Indeterminado Imigrante: ESEQUIEL DA VEIGA PEREIRA Data Nascimento: 24/07/1982 Passaporte: N605761 País: CABO VERDE Mãe: MARTINA VAZ DA VEIGA Pai: DOMINGOS PEREIRA; Processo: 47039012789201813 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS Prazo: até 31/07/2020 Imigrante: Arthur Anker Data Nascimento: 23/05/1972 Passaporte: C9718KJ6C País: ALEMANHA Mãe: Tatiana Anker Pai: Adolf Anker.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):
Processo: 47039013502201864 Requerente: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bruno Frate Data Nascimento: 23/02/1951 Passaporte: YB3374035 País: ITÁLIA; Processo: 47039013608201868 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: até 07/12/2019 Imigrante: SAHIL SODHI Data Nascimento: 30/07/1991 Passaporte: H6078915 País: ÍNDIA.

Residência - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47039013802201843 Requerente: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juho Johannes Junnola Data Nascimento: 23/06/1988 Passaporte: PE7210771 País: FINLÂNDIA.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:
Processo: 47041004996201847 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Satwinder Singh Data Nascimento: 24/09/1965 Passaporte: Z4341073 País: ÍNDIA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:
Processo: 47039013821201870 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Neha Khandpur Data Nascimento: 19/12/1982 Passaporte: Z3802628 País: ÍNDIA; Processo: 47039014805201802 Requerente: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS/CBPF Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SAMI JUHANI VASALA Data Nascimento: 26/04/1983 Passaporte: PU2676954 País: FINLÂNDIA.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:
Processo: 47039009277201861 Requerente: DERADA DESIGN LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NICOLA DERADA Data Nascimento: 07/01/1986 Passaporte: YA5961955 País: ITÁLIA; Processo: 47039011053201810 Requerente: BUSSER CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Andres Busser Giraldo Data Nascimento: 02/02/1982 Passaporte: 6701007. País: PERU; Processo: 47039011317201835 Requerente: GURUS GEMS COMERCIO DE JOIAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Rishabh Jain Data Nascimento: 03/04/1995 Passaporte: K3395236 País: ÍNDIA; Processo: 47039014127201870 Requerente: FDCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FEDERICO ANTONIAZZI Data Nascimento: 20/07/1992 Passaporte: YA7469473 País: ITÁLIA; Processo: 47039014208201870 Requerente: COMERCIAL CHALEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: XIONG CHEN Data Nascimento: 21/12/1991 Passaporte: E32990597 País: CHINA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:
Processo: 47041003587201823 Instituição: MITRA ARQUIDIOCESANA DE SAO PAULO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAINÉRIO SAPALO MARTINHO Data Nascimento: 17/07/1982 Passaporte: N1914456 País: ANGOLA; Processo: 47041003768201850 Instituição: IGREJA PRESBITERIANA J.E. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZANG YUN LIM Data Nascimento: 07/06/1962 Passaporte: M48187437 País: COREIA DO SUL; Processo: 47041004173201811 Instituição: MITRA DIOCESANA DE OSASCO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALVARO NIETO ROMERO Data Nascimento: 13/09/1979 Passaporte: G05016673 País: MÉXICO; Processo: 47041004186201891 Instituição: INSTITUTO DAS IRMAS MISSIONARIAS DE CRISTO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Rachel Mpempe Ngele Data Nascimento: 23/10/1989 Passaporte: OP0174660 País: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO; Processo: 47041004445201883 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS BENEDITINAS MISSIONARIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALDONA MONIKA LAGOWSKA Data Nascimento: 06/10/1977 Passaporte: EC2231129 País: POLÔNIA; Processo: 47041004592201853 Instituição: SEGUNDA IGREJA BATISTA CRISTA COREANA DE SAO PAULO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUN SANG HAM Data Nascimento: 02/01/1967 Passaporte: M89760697 País: COREIA DO SUL; Processo: 47041005032201816 Instituição: MISSIONARIOS DO VERBO DIVINO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIVA SHANKAR KUMAR CHIGURUPATI Data Nascimento: 28/06/1986 Passaporte: P0573348 País: ÍNDIA; Processo: 47041005038201893 Instituição: GIGLIOLA STELLA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GIGLIOLA STELLA Data Nascimento: 25/04/1974 Passaporte: YA9683060 País: ITÁLIA; Processo: 47041005113201816 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrew Carl Brindley Data Nascimento: 02/11/1998 Passaporte: 557904401 País: EUA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:
Processo: 47041004218201858 Requerente: MARIVIC CABILIS DURWIN Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marivic Cabilis Durwin Passaporte: EC 4209692; Processo: 47039006705201802 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YAN;MINGJUN Passaporte: E88716183; Processo: 47039011228201899 Requerente: CELFINET (BRASIL) - CONSULTORIA EM TELECOMUNICACOES; LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: NUNO MIGUEL CRISTÓVÃO RIBEIRO Passaporte: C573754; Processo: 47041004141201816 Requerente: ANABELA MONTEIRO SALGADO Prazo: Indeterminado Imigrante: ANABELA MONTEIRO SALGADO Passaporte: M843784; Processo: 47039011357201887 Requerente: SPT BRASIL EQUIPAMENTOS DE MEDICAO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CRESPO BRAVO LESTER Passaporte: 1758158; Processo: 47039006704201850 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WANG;PAN Passaporte: E40234894; Processo: 47039011285201878 Requerente: VILLARES METALS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GERHARD STEINBERGER Passaporte: 8061283; Processo: 47039011535201870 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Denis Ratkovic Passaporte: 073983656; Processo: 47039012419201878 Requerente: S & S SERVICOS DE MANUTENCAO EM MAQUINAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: ENRIQUE ALVAREZ CASTRO Passaporte: AAH382328; Processo: 47039014161201844 Requerente: PECVAL INDUSTRIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUKIMASA WAKABAYASHI Passaporte: TR3454293; Processo: 47039014724201802 Requerente: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GILES MARCUS ROPER Passaporte: 550148630; Processo: 47039008092201830 Requerente: TEMPERO DELLA NONA RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FAUSTO DONATO D´ALESSANDRO Passaporte: YA6428020; Processo: 47039006425201896 Requerente: VLL TECHNOLOGY COMERCIO DE CELULARES EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: Suliman Nuristani Passaporte: POO531420; Processo: 47039006991201806 Requerente: ENERFLEX ENERGIA

LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KENNETH RICHARD ROMERO Passaporte: 1013110536; Processo: 47039008063201878 Requerente: ELOYSA VILELA DINIZ 02673343113 Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Olivier Guillerme Passaporte: 11CV06826; Processo: 47039010272201881 Requerente: ANA CRISTINA VEIGA SILVA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANGELA SOFIA SEMEDO FREIRE Passaporte: PA036076; Processo: 47041003095201838 Requerente: ADATA ELECTRONICS BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIANFENG JIA Passaporte: E88084731; Processo: 47039012156201805 Requerente: ALLERGAN PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OMAR LUQMAAN-HARRIS Passaporte: 561771138; Processo: 47041003392201883 Requerente: Yohana Jonh Mwanasule Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Yohana Jonh Mwanasule Passaporte: AB 763340; Processo: 47041004096201808 Requerente: PROVINCIA DOS MISSIONARIOS COMBONIANOS DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Enrique Ibarra Herandez Passaporte: G12154049; Processo: 47041004126201878 Requerente: IGREJA MISSIONARIA DE RECUPERACAO VALE DA BENCAO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Isidro João António Passaporte: 15AH64819; Processo: 47041004610201805 Requerente: ORDEM CARMELITANA DESCALCA NO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHANNES JOSEPHUS HUBERTUS HENRICUS BONTEN Passaporte: NX7FB2997; Processo: 47039010010201817 Requerente: P. W. COMERCIO DE MATERIAL ESCOLAR LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PEIJI WANG Passaporte: E78972109.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Coordenador-Geral de Imigração

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 170 de 03/09/2018, Seção 1, p. 100, Processo: 47039.013654/2018-67, onde se lê: Imigrante: SHI XIULAN, leia-se: Imigrante: XIULAN SHI.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.004290/2016-61	209031549	Amazongas Distribuidora de Gas Liquefeito de Petroleo Ltda	AM
2	46202.021603/2015-64	208451315	Novamed Fabricacao de Produtos Farmaceuticos Ltda.	AM
3	47904.008679/2014-79	203911440	Caixa Economica Federal	BA
4	47904.008687/2014-15	203913043	Caixa Economica Federal	BA
5	46204.014992/2016-32	210796057	Centro de Diagnose e Terapia Ltda - ME	BA
6	46204.014990/2016-43	210795999	Centro de Diagnose e Terapia Ltda - ME	BA
7	46204.014991/2016-98	210796171	Centro de Diagnose e Terapia Ltda - ME	BA
8	46778.001454/2010-98	20861419	Ceramica Amado Bahia Industria e Comercio Ltda	BA
9	47904.006707/2014-13	203635400	Conik Construtora Ltda	BA
10	47904.006710/2014-37	203635761	Conik Construtora Ltda	BA
11	47904.000261/2015-02	205677266	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
12	47904.000262/2015-49	205677169	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
13	47904.001219/2015-09	205845703	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
14	47904.001220/2015-25	205845690	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
15	47904.001221/2015-70	205845673	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
16	47904.001222/2015-14	205845631	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
17	47904.001223/2015-69	205845584	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
18	47904.001224/2015-11	205845550	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
19	47904.001225/2015-58	205845452	HD Montagens Eletronicas Eireli	BA
20	47904.004264/2015-15	206328613	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
21	47904.004272/2015-53	206328362	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
22	47904.005590/2015-31	206349777	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
23	47904.005591/2015-86	206349769	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
24	47904.005600/2015-39	206349785	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
25	47904.005601/2015-83	206349831	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
26	47904.005602/2015-28	206349840	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
27	47904.005603/2015-72	206349874	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
28	47904.005604/2015-17	206349866	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
29	47904.005605/2015-61	206349793	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
30	46205.019355/2014-81	205127291	Tok Seguranca Patrimonial Ltda	CE
31	46205.019264/2014-45	205100694	Walney A Araujo - ME	CE
32	46206.001711/2016-61	209099879	Aquaplay Piscinas Ltda - EPP	DF
33	46206.012417/2015-02	207339848	Basa-Brasilia Alimentos S/A	DF
34	46206.020642/2015-12	208317171	Geap Autogestao em Saude	DF
35	46206.007096/2016-05	209723963	Maqcampo Solucoes Agricolas S/A	DF
36	46206.007157/2016-26	209745941	Maqcampo Solucoes Agricolas S/A	DF
37	46206.001793/2016-44	209123541	Paulista Servicos e Transportes Ltda - EPP	DF
38	46206.001794/2016-99	209124041	Paulista Servicos e Transportes Ltda - EPP	DF
39	46206.001796/2016-88	209123800	Paulista Servicos e Transportes Ltda - EPP	DF
40	46207.004752/2015-19	207031304	Arcelormittal Brasil S.A.	ES
41	46207.004753/2015-63	207031282	Arcelormittal Brasil S.A.	ES
42	46207.004754/2015-16	207031509	Arcelormittal Brasil S.A.	ES
43	46207.004755/2015-52	207031487	Arcelormittal Brasil S.A.	ES
44	46207.004964/2015-04	207163634	Arcelormittal Tubarao Comercial S.A.	ES
45	46207.004965/2015-41	207164533	Arcelormittal Tubarao Comercial S.A.	ES
46	46207.005226/2015-76	207225834	Arcelormittal Tubarao Comercial S.A.	ES
47	46207.001044/2016-15	208843019	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	ES
48	46207.001045/2016-51	208843167	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	ES
49	46207.001046/2016-04	208843213	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	ES
50	46207.001048/2016-95	208842969	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	ES
51	46207.001695/2016-05	208992286	Plamont - Planejamento Montagem e Engenharia Ltda	ES
52	46207.001696/2016-41	208992316	Plamont - Planejamento Montagem e Engenharia Ltda	ES
53	46207.001697/2016-96	208992324	Plamont - Planejamento Montagem e Engenharia Ltda	ES
54	46207.001698/2016-31	208992332	Plamont - Planejamento Montagem e Engenharia Ltda	ES
55	46207.004091/2015-21	206864779	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	ES
56	46207.009492/2015-78	208254871	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	ES
57	46207.010983/2015-61	208531378	SLB Sociedade Luso Brasileira Ext e Com de Resina Ltda	ES
58	46207.010984/2015-14	208531386	SLB Sociedade Luso Brasileira Ext e Com de Resina Ltda	ES
59	46207.010985/2015-51	208531181	SLB Sociedade Luso Brasileira Ext e Com de Resina Ltda	ES
60	46207.010986/2015-03	208531319	SLB Sociedade Luso Brasileira Ext e Com de Resina Ltda	ES
61	46207.010987/2015-40	208531157	SLB Sociedade Luso Brasileira Ext e Com de Resina Ltda	ES
62	46207.002680/2016-56	209215275	Vitoria Apart Hospital S/A	ES
63	46223.006129/2016-83	210006056	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
64	46223.006131/2016-52	210006081	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
65	46223.006132/2016-05	210006064	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
66	46223.006135/2016-31	210037849	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
67	46223.006136/2016-85	210006102	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
68	46223.007548/2016-32	210466324	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
69	46223.007549/2016-87	210466341	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
70	46223.007550/2016-10	210466332	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
71	46223.007551/2016-56	210466367	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
72	46223.007552/2016-09	210466359	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
73	46223.007553/2016-45	210466383	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
74	46223.007554/2016-90	210466375	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
75	46223.007556/2016-89	210466391	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
76	47747.005890/2014-90	204172489	Construtora Agmar Ltda	MG
77	47747.005891/2014-34	204176930	Construtora Agmar Ltda	MG
78	47747.005992/2014-13	204197783	Construtora Agmar Ltda	MG
79	47747.005108/2015-13	206659113	Construtora Tenda S/A	MG
80	46247.000300/2015-91	206875983	Geraldo Magela de Almeida	MG
81	46238.001151/2014-14	204967571	Unimed Patrocinio Cooperativa de Trabalho Medico Ltda	MG
82	46246.003545/2014-08	205334482	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
83	46246.003546/2014-44	205334571	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
84	46246.003547/2014-99	205334521	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
85	46246.003548/2014-33	205334440	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
86	46246.003549/2014-88	205334237	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
87	46246.003550/2014-11	205334377	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
88	46246.003551/2014-57	205334164	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
89	46246.003552/2014-00	205335543	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
90	46246.003553/2014-46	205335993	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
91	46246.003554/2014-91	205335161	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
92	46246.003555/2014-35	205336086	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
93	46246.003556/2014-80	205333478	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
94	46246.003557/2014-24	205336205	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
95	46246.003558/2014-79	205335578	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
96	46246.003559/2014-13	205335624	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
97	46246.003560/2014-48	205335641	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
98	46246.003561/2014-92	205335608	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
99	46246.003562/2014-37	205335667	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
100	46246.003563/2014-81	205335951	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
101	46246.003564/2014-26	205335551	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
102	46246.003565/2014-71	205335560	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

103	46246.003566/2014-15	205336043	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
104	46246.003567/2014-60	205335985	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
105	46246.003568/2014-12	205336108	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
106	46246.003569/2014-59	205333877	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
107	46246.003570/2014-83	205333869	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
108	46246.003571/2014-28	205334547	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
109	46246.003572/2014-72	205335110	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
110	46246.003573/2014-17	205334491	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
111	46246.003574/2014-61	205333745	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
112	46246.003575/2014-14	205334539	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
113	46246.003576/2014-51	205335098	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
114	46246.003577/2014-03	205335039	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
115	46246.003578/2014-40	205335047	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
116	46246.003579/2014-94	205335080	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
117	46246.003580/2014-19	205334598	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
118	46246.003581/2014-63	205334229	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
119	46246.003582/2014-16	205334199	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
120	46246.003583/2014-52	205333931	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
121	46246.003584/2014-05	205334555	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
122	46246.003585/2014-41	205335021	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
123	46246.003586/2014-96	205334563	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
124	46246.003587/2014-31	205335942	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
125	46246.003588/2014-85	205334997	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
126	46246.003590/2014-54	205336141	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
127	46246.003591/2014-07	205336183	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
128	46246.003592/2014-43	205336001	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
129	46246.003593/2014-98	205336019	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
130	46246.003594/2014-32	205336035	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
131	46246.003595/2014-87	205335136	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
132	46246.003596/2014-21	205336060	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
133	46246.003597/2014-76	205335152	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
134	46246.003598/2014-11	205334636	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
135	46246.003599/2014-65	205334661	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
136	46246.003600/2014-51	205334687	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
137	46246.003602/2014-41	205334725	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
138	46246.003603/2014-95	205334741	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
139	46246.003604/2014-30	205334768	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
140	46246.003605/2014-84	205334784	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
141	46246.003606/2014-29	205334806	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
142	46246.003607/2014-73	205334822	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
143	46246.003608/2014-18	205334849	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
144	46246.003609/2014-62	205334865	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
145	46246.003611/2014-31	205343538	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
146	46246.003640/2014-01	205360190	Vigax Contact Center Norte MG Ltda EPP	MG
147	46312.002220/2017-10	212211129	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
148	46312.002221/2017-56	212211111	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
149	46312.002222/2017-09	212211102	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
150	46312.002223/2017-45	212211099	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
151	46312.002224/2017-90	212211081	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
152	46312.002225/2017-34	212211072	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
153	46312.002226/2017-89	212211064	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
154	46312.002227/2017-23	212211056	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
155	46312.002228/2017-78	212210939	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
156	46312.002229/2017-12	212210921	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
157	46312.002230/2017-47	212210947	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
158	46312.002231/2017-91	212210955	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
159	46312.002232/2017-36	212210980	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
160	46312.002233/2017-81	212210998	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
161	46312.002234/2017-25	212211005	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
162	46312.002235/2017-70	212211013	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
163	46312.002236/2017-14	212211021	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
164	46312.002237/2017-69	212211030	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
165	46312.002239/2017-58	212210971	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
166	46312.002409/2017-02	211857203	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
167	46312.002410/2017-29	211857271	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
168	46312.002411/2017-73	211857289	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
169	46312.002412/2017-18	211857297	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
170	46312.002433/2017-33	212247689	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
171	46312.002434/2017-88	212247697	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
172	46312.002435/2017-22	212247701	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	MS
173	46653.003342/2016-73	210000503	BRF S/A.	MT
174	46653.003350/2016-10	210000589	BRF S/A.	MT
175	46653.003352/2016-17	210000554	BRF S/A.	MT
176	46653.004163/2016-53	210318201	BRF S/A.	MT
177	46306.001214/2015-54	207355401	Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A	MT
178	46306.001266/2015-21	207347565	Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.	MT
179	46306.001849/2014-71	205263011	Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.	MT
180	46306.001241/2015-27	207351945	Odebrecht Global S.A.	MT
181	46306.001242/2015-71	207351961	Odebrecht Global S.A.	MT
182	46306.001243/2015-16	207351996	Odebrecht Global S.A.	MT
183	46306.001251/2015-62	207352101	Odebrecht Global S.A.	MT
184	46306.001216/2015-43	207349584	Odebrecht Global S/A.	MT
185	46306.001227/2015-23	207113424	Odebrecht Global S/A.	MT
186	46306.001233/2015-81	207113360	Odebrecht Global S/A.	MT
187	46306.001234/2015-25	207113378	Odebrecht Global S/A.	MT
188	46306.001247/2015-02	207352046	Odebrecht Global S/A.	MT
189	46306.001255/2015-41	207347344	Odebrecht Global S/A.	MT
190	46306.001258/2015-84	207347395	Odebrecht Global S/A.	MT
191	46306.001274/2015-77	207347646	Odebrecht Global S/A.	MT
192	46214.005869/2015-21	207889121	Centro Hospitalar de Atencao a Saude Ltda	PI
193	46214.005870/2015-55	207889074	Centro Hospitalar de Atencao a Saude Ltda	PI
194	46294.001122/2016-31	209876441	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
195	46294.001132/2016-77	209876166	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
196	46294.001133/2016-11	209876131	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
197	46294.001135/2016-19	209875984	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
198	46294.001138/2016-44	209875585	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
199	46294.001139/2016-99	209875569	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
200	46294.001140/2016-13	209875526	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
201	46294.001141/2016-68	209875267	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
202	46294.001142/2016-11	209874988	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
203	46294.001143/2016-57	209874686	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
204	46294.001144/2016-00	209867388	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
205	46294.001145/2016-46	209867345	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
206	46294.001147/2016-35	209866012	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
207	46294.001149/2016-24	209865814	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
208	46294.001150/2016-59	209865750	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
209	46294.001152/2016-48	209865679	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
210	46294.001153/2016-92	209865661	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
211	46294.001156/2016-26	209865458	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
212	46294.001157/2016-71	209865407	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
213	46294.001158/2016-15	209865385	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
214	46294.001159/2016-60	209865377	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
215	46294.001161/2016-39	209865342	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
216	46294.001163/2016-28	209865288	Frigorifico Sao Miguel Ltda	PR
217	46212.010762/2016-03	209594896	Maynards Industria Comercio e Servicos de Seguranca Ltda	PR
218	46212.010763/2016-40	209595230	Maynards Industria Comercio e Servicos de Seguranca Ltda	PR
219	46212.010764/2016-94	209595248	Maynards Industria Comercio e Servicos de Seguranca Ltda	PR
220	46212.010765/2016-39	209595256	Maynards Industria Comercio e Servicos de Seguranca Ltda	PR
221	46293.000571/2017-53	211263371	Sinatraf - Engenharia e Comercio Ltda	PR
222	46293.000572/2017-06	211263389	Sinatraf - Engenharia e Comercio Ltda	PR
223	46293.000573/2017-42	211263397	Sinatraf - Engenharia e Comercio Ltda	PR
224	46212.009299/2016-49	209431776	Spal Industria Brasileira de Bebidas S/A	PR
225	46212.009300/2016-35	209431792	Spal Industria Brasileira de Bebidas S/A	PR
226	46212.009301/2016-80	209431784	Spal Industria Brasileira de Bebidas S/A	PR
227	46230.008007/2009-11	19419988	Associaçao Salgado de Oliveira de Educaçao e Cultura	RJ
228	46215.006248/2012-10	15065197	Autcom Sistemas Ltda	RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

229	46215.006249/2012-56	15065189	Autcom Sistemas Ltda	RJ
230	46230.000563/2010-75	20026765	Banco Santander (Brasil) S.A.	RJ
231	46230.000564/2010-10	20026773	Banco Santander (Brasil) S.A.	RJ
232	46230.000597/2010-60	19410981	Banco Santander (Brasil) S.A.	RJ
233	46230.000599/2010-59	19411006	Banco Santander (Brasil) S.A.	RJ
234	46230.006318/2012-33	23028017	Brasil Sul Industria e Comercio Ltda	RJ
235	46230.006319/2012-88	23028025	Brasil Sul Industria e Comercio Ltda	RJ
236	46230.006320/2012-11	23029242	Brasil Sul Industria e Comercio Ltda	RJ
237	46230.006321/2012-57	23028033	Brasil Sul Industria e Comercio Ltda	RJ
238	46062.002286/2014-48	205507603	Construgar Construtora Ltda	RJ
239	46062.002291/2014-51	205507751	Construgar Construtora Ltda	RJ
240	46062.002292/2014-03	205507611	Construgar Construtora Ltda	RJ
241	46062.002293/2014-40	205508499	Construgar Construtora Ltda	RJ
242	46062.002294/2014-94	205508430	Construgar Construtora Ltda	RJ
243	46062.002295/2014-39	205508774	Construgar Construtora Ltda	RJ
244	46062.002296/2014-83	205509487	Construgar Construtora Ltda	RJ
245	46062.002297/2014-28	205509282	Construgar Construtora Ltda	RJ
246	46062.002298/2014-72	205509584	Construgar Construtora Ltda	RJ
247	46062.002299/2014-17	205509771	Construgar Construtora Ltda	RJ
248	46062.002300/2014-11	205509932	Construgar Construtora Ltda	RJ
249	46062.002301/2014-58	205507891	Construgar Construtora Ltda	RJ
250	46062.002302/2014-01	205508014	Construgar Construtora Ltda	RJ
251	46062.002303/2014-47	205507921	Construgar Construtora Ltda	RJ
252	46062.002304/2014-91	205507824	Construgar Construtora Ltda	RJ
253	46228.000749/2014-05	202928047	Dical - Diesel Campos S.A.	RJ
254	46228.000753/2014-65	202928268	Dical - Diesel Campos S.A.	RJ
255	46228.000754/2014-18	202928276	Dical - Diesel Campos S.A.	RJ
256	46228.000755/2014-54	202928284	Dical - Diesel Campos S.A.	RJ
257	46228.000756/2014-07	202934659	Dical - Diesel Campos S.A.	RJ
258	46215.004162/2014-14	202871967	Empresa Brasil de Comunicacao S.A. - EBC	RJ
259	46215.028734/2013-61	202239462	MRS Logistica S/A	RJ
260	46215.003504/2012-17	23078324	Norskan Offshore Ltda	RJ
261	46215.003505/2012-53	23078316	Norskan Offshore Ltda	RJ
262	46215.000875/2014-09	202654931	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	RJ
263	46215.022559/2014-80	204871298	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
264	46215.022560/2014-12	204871344	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
265	46215.022561/2014-59	204871352	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
266	46215.022562/2014-01	204871361	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
267	46215.022563/2014-48	204871409	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
268	46215.022564/2014-92	204871476	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
269	46215.022565/2014-37	204871484	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
270	46215.022566/2014-81	204871506	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
271	46215.022567/2014-26	204871522	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
272	46215.022569/2014-15	204871581	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
273	46215.022571/2014-94	204871727	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
274	46215.022572/2014-39	204871611	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
275	46215.022573/2014-83	204871735	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
276	46215.022574/2014-28	204872006	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
277	46215.022576/2014-17	204872031	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
278	46215.022577/2014-61	204872138	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
279	46215.022578/2014-14	204872171	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
280	46215.022579/2014-51	204872201	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
281	46215.029232/2014-39	205423213	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
282	46215.029234/2014-28	205425976	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
283	46215.029237/2014-61	205422951	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
284	46215.029240/2014-85	205429891	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
285	46215.029244/2014-63	205431747	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
286	46215.029247/2014-05	205412815	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
287	46215.011498/2012-63	20749651	Remaje Madeiras Ltda EPP	RJ
288	46215.011499/2012-16	20749660	Remaje Madeiras Ltda EPP	RJ
289	46215.011500/2012-02	20749635	Remaje Madeiras Ltda EPP	RJ
290	46215.011501/2012-49	20520654	Remaje Madeiras Ltda EPP	RJ
291	46215.011503/2012-38	20520662	Remaje Madeiras Ltda EPP	RJ
292	46215.011504/2012-82	20749678	Remaje Madeiras Ltda EPP	RJ
293	46215.011505/2012-27	20749686	Remaje Madeiras Ltda EPP	RJ
294	46215.017266/2012-19	20741812	Sanerio Construções Ltda	RJ
295	46215.017292/2012-47	20741804	Sanerio Construções Ltda	RJ
296	46215.015870/2012-19	20536895	Sanerio Engenharia Ltda	RJ
297	46215.015871/2012-55	20536909	Sanerio Engenharia Ltda	RJ
298	46215.015876/2012-88	20536950	Sanerio Engenharia Ltda	RJ
299	46215.015878/2012-77	20536976	Sanerio Engenharia Ltda	RJ
300	46215.015911/2012-69	20761260	Sanerio Engenharia Ltda	RJ
301	46215.045191/2008-80	15241815	Telemar Norte Leste S/A	RJ
302	46215.008515/2014-47	203319630	Tengel Tecnica de Engenharia Ltda	RJ
303	46215.008516/2014-91	203319125	Tengel Tecnica de Engenharia Ltda	RJ
304	46215.008517/2014-36	203319061	Tengel Tecnica de Engenharia Ltda	RJ
305	46215.038902/2010-84	22976060	White Martins Gases Industriais S/A	RJ
306	46217.009722/2015-80	208043161	Bompreco Supermercados do Nordeste Ltda	RN
307	46216.005153/2015-11	208177035	Associação de Assistência Técnica e Est Rural do Estado de Rondônia	RO
308	46216.005154/2015-58	208181229	Associação de Assistência Técnica e Est Rural do Estado de Rondônia	RO
309	46216.000873/2015-82	205974970	Construtora Norberto Odebrecht S A	RO
310	46766.000894/2016-52	209599685	Emsel - Empresa Prestadora de Servicos Ltda - EPP	RO
311	46216.004884/2015-31	208109242	FBX - Servicos de Seguranca Ltda - EPP	RO
312	46216.001577/2016-80	210294779	Lacerda Alimentos Ltda - EPP	RO
313	46216.001578/2016-24	210294787	Lacerda Alimentos Ltda - Epp	RO
314	46216.001579/2016-79	210294795	Lacerda Alimentos Ltda - Epp	RO
315	46216.001575/2016-91	210294752	Lacerda Alimentos Ltda - EPP	RO
316	46216.001576/2016-35	210294761	Lacerda Alimentos Ltda - EPP	RO
317	46216.001597/2016-51	210226919	Lacerda Alimentos Ltda - EPP	RO
318	46216.004836/2015-43	207638349	Transportadora Rapido Real Logistica Ltda.	RO
319	46216.002470/2016-59	211005959	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
320	46216.002471/2016-01	211006092	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
321	46216.002472/2016-48	211006017	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
322	46216.002473/2016-92	211006815	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
323	46216.002474/2016-37	211006840	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
324	46216.002475/2016-81	211006858	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
325	46216.002476/2016-26	211006866	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
326	46216.002477/2016-71	211006785	Veloz Transportes Rodoviarios Ltda	RO
327	46225.005529/2015-71	208108653	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
328	46225.005533/2015-39	208108521	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
329	46225.005534/2015-83	208108556	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
330	46225.005536/2015-72	208108629	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
331	46225.005537/2015-17	208108581	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
332	46225.005538/2015-61	208108602	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
333	46225.005542/2015-20	208093354	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
334	46225.005543/2015-74	208093389	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
335	46225.005551/2015-11	208093478	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
336	46225.005552/2015-65	208093486	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
337	46225.005556/2015-43	208108050	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
338	46225.005557/2015-98	208108041	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
339	46225.005558/2015-32	208108386	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
340	46225.005559/2015-87	208108394	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
341	46225.005560/2015-10	208108416	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
342	46225.005561/2015-56	208108432	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
343	46225.000461/2015-33	205933106	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda	RR
344	46225.000444/2015-04	205920195	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
345	46225.000457/2015-75	205932967	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
346	46225.000458/2015-10	205932878	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
347	46225.000459/2015-64	205932932	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
348	46225.000460/2015-99	205932908	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
349	46225.000462/2015-88	205932894	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
350	46225.000463/2015-22	205932916	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
351	46225.000464/2015-77	205932991	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
352	46225.000465/2015-11	205932860	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
353	46225.000466/2015-66	205933084	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
354	46225.000468/2015-55	205933131	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
355	46225.000471/2015-79	205933165	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
356	46225.000472/2015-13	205933114	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
357	46225.000473/2015-68	205933149	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
358	46225.002121/2015-47	206800452	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
359	46225.002238/2015-21	206877463	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
360	46225.002239/2015-75	206877498	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
361	46225.002240/2015-08	206877536	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
362	46225.002241/2015-44	206877552	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
363	46225.002242/2015-99	206877587	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
364	46225.002243/2015-33	206877625	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
365	46225.002244/2015-88	206877650	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
366	46225.002245/2015-22	206877757	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
367	46225.002246/2015-77	206877811	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
368	46225.002248/2015-66	206877951	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
369	46225.002249/2015-19	206878303	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

370	46225.002250/2015-35	206878516	E. D. S. Construcoes e Servicos Ltda EPP	RR
371	46225.004008/2015-04	207694184	W.C.L. da Silva - ME	RR
372	46225.004005/2015-62	207694303	W.C.L. Da Silva - ME	RR
373	46225.004006/2015-15	207694133	W.C.L. Da Silva - ME	RR
374	46225.004007/2015-51	207694451	W.C.L. Da Silva - ME	RR
375	46225.004009/2015-41	207694338	W.C.L. Da Silva - ME	RR
376	46218.001435/2016-01	208789553	Associacao Antonio Vieira	RS
377	46218.000418/2016-48	208716581	JTI Kannenberg Comercio de Tabacos do Brasil Ltda.	RS
378	46275.003664/2015-96	208428836	Pedro Fernando Pereira - ME	RS
379	46218.002124/2016-51	208840206	Telefonica Brasil S.A.	RS
380	46218.001824/2016-28	208803289	Vibra Agroindustrial S/A	RS
381	46218.001825/2016-72	208812261	Vibra Agroindustrial S/A	RS
382	46218.001826/2016-17	208803301	Vibra Agroindustrial S/A	RS
383	46220.003064/2015-63	206951469	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
384	46220.003065/2015-16	206951108	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
385	46220.003066/2015-52	206949421	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
386	46220.003067/2015-05	206948166	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
387	46220.003072/2015-18	206944365	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
388	46220.003073/2015-54	206944551	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
389	46220.002168/2016-31	209318627	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
390	46220.002169/2016-86	209316250	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
391	46220.002170/2016-19	209319569	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
392	46220.002171/2016-55	209320702	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
393	46220.002172/2016-08	209322080	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
394	46220.002173/2016-44	209322195	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
395	46220.002174/2016-99	209322268	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
396	46220.002175/2016-33	209322276	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
397	46220.002306/2016-82	209361948	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
398	46220.002308/2016-71	209359030	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
399	46220.002309/2016-16	209358572	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
400	46220.002310/2016-41	209358530	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
401	46220.002311/2016-95	209358505	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
402	46220.002312/2016-30	209358483	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
403	46220.002313/2016-84	209358467	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
404	46220.002320/2016-86	209357665	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
405	46220.002321/2016-21	209347643	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
406	46220.002322/2016-75	209346337	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
407	46220.002323/2016-10	209345756	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
408	46220.002324/2016-64	209344016	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
409	46220.002325/2016-17	209343524	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
410	46220.002326/2016-53	209341076	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
411	46220.002327/2016-06	209340274	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
412	46220.002328/2016-42	209339705	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
413	46220.002329/2016-97	209338865	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
414	46220.002330/2016-11	209337711	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
415	46220.002331/2016-66	209337010	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
416	46220.002332/2016-19	209336684	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
417	46220.002400/2016-31	209342200	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
418	46220.002442/2016-72	209358041	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
419	46220.002443/2016-17	209358068	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
420	46220.002444/2016-61	209358076	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
421	46220.002445/2016-14	209358092	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
422	46220.002446/2016-51	209358157	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
423	46220.002447/2016-03	209358203	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
424	46220.002456/2016-96	209358271	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
425	46220.002457/2016-31	209358301	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
426	46220.002458/2016-85	209358335	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
427	46220.002459/2016-20	209358386	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
428	46220.002460/2016-54	209358408	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
429	46220.002461/2016-07	209358424	SPR Consultoria, Investimentos e Participacoes Ltda	SC
430	46221.001549/2016-93	208888594	Estrela - Serviços Terceirizados Ltda. EPP	SE
431	46221.003582/2015-77	25932179	Estrela - Serviços Terceirizados Ltda. EPP	SE
432	46221.003583/2015-11	25932152	Estrela - Serviços Terceirizados Ltda. EPP	SE
433	46219.007550/2016-71	209600306	. Central Islâmica Brasileira de Alimentos Halal Ltda	SP
434	46219.007382/2016-13	209577134	Banco Bradesco S/A	SP
435	46258.004485/2013-12	202368734	Capezio Confeccao e Beneficiamento Ltda - ME	SP
436	46219.001138/2016-47	208802380	Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A. - A/C Claudia José Abud	SP
437	46256.001158/2015-91	206441894	Cervejaria Petropolis S/A	SP
438	46219.008694/2016-44	209749148	Cummins Brasil Limitada	SP
439	46219.008695/2016-99	209748478	Cummins Brasil Limitada	SP
440	46219.008696/2016-33	209748630	Cummins Brasil Limitada	SP
441	46219.008697/2016-88	209749229	Cummins Brasil Limitada	SP
442	46219.008388/2016-16	209729449	Danlex Serviços Ltda	SP
443	46219.005693/2016-48	209307587	GPS Logística e Gerenciamento de Riscos S.A.	SP
444	46265.002740/2016-46	210467908	Gramatura Papeis e Artefatos Ltda	SP
445	46258.003434/2015-35	207460531	Industria e Comercio de Bebidas Funada Ltda	SP
446	46262.004213/2015-15	207690308	Industria Mecanica e Artefatos de Metais Parva Ltda	SP
447	46262.004214/2015-60	207690294	Industria Mecanica e Artefatos de Metais Parva Ltda	SP
448	46262.004524/2015-84	207880433	Industria Mecanica e Artefatos de Metais Parva Ltda	SP
449	46262.004201/2015-91	207653151	Macedonia Comercio de Auto Pecas Ltda - EPP	SP
450	46262.004112/2015-44	207641242	Macedonia Comercio de Auto Pecas Ltda - EPP	SP
451	47998.008257/2015-82	208323597	Mann+Hummel Brasil Ltda.	SP
452	46219.012153/2016-11	210236931	MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A	SP
453	47670.000167/2016-17	209721804	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	SP
454	47670.000168/2016-61	209721812	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	SP
455	46219.009495/2016-53	209916117	Polimix Concreto Ltda	SP
456	46219.002854/2016-41	208951865	Qualy Construtora Ltda	SP
457	46428.000202/2015-26	206733089	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
458	46428.000203/2015-71	206732937	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
459	46219.022065/2015-46	208489304	Techcasa Incorporação e Construção Ltda.	SP
460	46219.005873/2016-20	209336137	Viacao Atual Ltda	SP
461	46219.006326/2016-61	209397624	Vos Obras e Serviços de Construção Civil Ltda	SP
462	46219.005989/2016-69	209346833	Vox Line - Contact Center Intermediação de Pedidos Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46248.001768/2016-74	200.768.051	Remanufaturada Santos Ltda. - ME	MG
2	46218.001827/2016-61	200.665.154	Vibra Agroindustrial S.A.	RS
3	46258.001810/2016-38	200.707.221	Vitapelli Ltdsa. - em recuperação Judicial	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46223.006830/2012-79	20146591	Novus Engenharia Ltda.	MA
2	46258.005621/2015-53	208658386	SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46225.005554/2015-54	208108092	Brasil Bio Fuels S.A.	RR
2	46473.002791/2010-27	21815194	Silmar Química Indústria e Comércio Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46778.002668/2016-77	210897902	Magalhaes e Aquino Ltda - EPP	BA
2	46778.002666/2016-88	210897872	Magalhaes e Aquino Ltda - EPP	BA
3	46778.002669/2016-11	210897929	Magalhaes e Aquino Ltda - EPP	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4	47904.004268/2015-95	206328575	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	BA
5	46778.000119/2017-49	211266302	Quality Welding Servicos Ltda	BA
6	46778.000130/2017-17	211266264	Quality Welding Servicos Ltda	BA
7	46778.000131/2017-53	211266256	Quality Welding Servicos Ltda	BA
8	46778.000132/2017-06	211265861	Quality Welding Servicos Ltda	BA
9	46206.012634/2016-75	210850191	Irmaos Rodopoulos Ltda	DF
10	46243.002063/2016-14	209919477	Coderpe Comercio de Derivados de Petroleo Ltda	MG
11	46246.000858/2016-68	209254025	Ebano Construcoes e Empreendimentos Imobiliarios Ltda -	MG
12	46240.002456/2015-77	207854441	Frigorifico Itamuri Ltda. - EPP	MG
13	47747.002456/2016-10	209383411	Intercement Brasil S.A.	MG
14	47747.002457/2016-64	209383429	Intercement Brasil S.A.	MG
15	47747.002458/2016-17	209383453	Intercement Brasil S.A.	MG
16	47747.004628/2016-90	210041439	J J A Participacoes e Transportes Ltda	MG
17	46236.000588/2016-12	209553341	Posto Prata Ltda	MG
18	46235.000265/2016-21	209606924	Rojam Comercial de Calcados Ltda - Epp	MG
19	47747.004686/2016-13	210068477	Supermix Concreto S/A	MG
20	46246.003113/2015-70	207964203	Vidrobox de Montes Claros Ltda - EPP	MG
21	46653.000648/2015-97	205851835	MRF Transportes Ltda	MT
22	46294.000259/2016-79	208840265	Vital Engenharia Ambiental S/A	PR
23	46215.002014/2016-19	208846751	Consorcio Construtor Galeao	RJ
24	46221.012939/2015-16	208478281	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda ME	SE
25	46221.012940/2015-32	208478213	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda ME	SE
26	46221.012941/2015-87	208478108	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda ME	SE
27	46221.012942/2015-21	208478060	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda ME	SE
28	46221.012944/2015-11	208453067	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda ME	SE
29	46221.012945/2015-65	208452923	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda ME	SE
30	46221.006600/2015-72	207023425	Solog - Solução Logística Ltda.	SE
31	46221.006601/2015-17	207023417	Solog - Solução Logística Ltda.	SE
32	46221.006603/2015-14	207023298	Solog - Solução Logística Ltda.	SE
33	46221.006604/2015-51	207023280	Solog - Solução Logística Ltda.	SE
34	46221.006605/2015-03	207023247	Solog - Solução Logística Ltda.	SE
35	46221.006606/2015-40	207023212	Solog - Solução Logística Ltda.	SE
36	46221.006602/2015-61	207023301	Solog Solucao Logistica Ltda	SE
37	46252.000438/2016-01	209031972	Italcabos Ltda	SP
38	46257.004883/2016-91	210575948	Taufer Esquadrias Metalicas Ltda - EPP	SP
39	46226.022641/2013-02	202434061	Município de Araguacema	TO

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.006578/2016-30	209535121	Comunidade Editora Ltda.	DF
2	46206.005941/2016-08	209517514	Editora Gráfica Ipiranga	DF
3	46551.000015/2016-16	208560971	Debora Dornelas Braga Santos Eireli - ME	MG
4	46215.017367/2014-51	204249953	Erasmo Pereira dos Santos e outros	RJ
5	46215.029245/2014-16	205425071	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	RJ
6	46257.004519/2016-21	210402865	Rochedo Fundações e Sondagens Ltda. - ME	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.007176/2011-33	19545355	FASI Fundação de Atenção a Saude de Itabuna	BA
2	46778.002667/2016-22	210897899	Magalhães e Aquino Ltda. - EPP	BA
3	46778.002754/2016-80	210898011	Magalhães e Aquino Ltda. - EPP	BA
4	46504.000026/2016-53	208704965	Carga e Transporte São Geraldo Ltda	MG
5	46504.000029/2016-97	208705295	Carga e Transporte São Geraldo Ltda	MG
6	46242.001666/2015-28	207757054	Centro de Integracao Joao Gurgel de Souza - CIJGS	MG
7	46240.002457/2015-11	207854459	Frigorifico Itamuri Ltda - EPP	MG
8	46247.000153/2014-79	24547590	Instituto Brasileiro de Políticas Públicas	MG
9	47747.002454/2016-21	209383399	Intercement Brasil S.A.	MG
10	47747.002455/2016-75	209383402	Intercement Brasil S.A.	MG
11	46215.482927/2009-88	20000201	Apece Serviços Gerais Ltda	RJ
12	46334.003690/2012-20	24858382	E.A.Oliveira Empreiteira de Pav. e Reformas ME	RJ
13	46334.003691/2012-74	24858391	E.A.Oliveira Empreiteira de Pav. e Reformas ME	RJ
14	46666.003203/2015-10	207874280	Hamlet Curso de Linguas Ltda - ME	RJ
15	46274.001904/2016-17	210172495	Construmamp Comercio E Construcoes Ltda	RS
16	46736.001245/2017-15	211528021	Alfa Serviços Empresa Limpadora Ltda	SP
17	46256.000791/2015-61	206151519	Cervejaria Petrópolis S.A.	SP
18	46259.009037/2014-86	204882869	Eletro Metalurgica Brum Ltda	SP
19	46259.009038/2014-21	204882991	Eletro Metalurgica Brum Ltda	SP
20	46736.000291/2017-99	211175935	Forintec Seguranca - Eireli - EPP	SP
21	46736.000289/2017-10	211175951	Forintec Seguranca - Eireli - EPP	SP
22	46736.000290/2017-44	211175943	Forintec Seguranca - Eireli - EPP	SP
23	46736.003303/2017-37	212373161	Primicia Servicos e Promocoes de Eventos Ltda	SP

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.014991/2012-44	24268364	Bar e Restaurante Hora Extra Ltda. - ME	DF
2	46206.014164/2011-70	19873611	Climática Engenharia Ltda.	DF
3	46206.004477/2006-52	10191861	Escola de Recreação Infantil Bandeirantes Ltda.	DF
4	46286.000486/2005-41	10124861	Simpal Construtora Ltda.	DF

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Coordenador-Geral de Recursos

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 2.881, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, e considerando o que consta no Processo ANAC nº 00065.048152/2018-76; resolve:

Art. 1º Aplicar medida administrativa cautelar ao Aeródromo Público Oscar Laranjeiras (Código OACI: SNRU), localizado em Caruaru (PE).

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à Proibição de Operações de Pouso de aeronaves de asa fixa na pista de pouso e decolagem 13-31.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o operador do aeródromo solicite a sua revogação e demonstre cumprimento das condições para reabertura definidas no parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 2.836, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VIII, X e XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 12 e 13 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017, e nos itens 2.8.1 a 2.8.3 do Edital nº 48/ANAC/2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.530677/2017-69, resolve:

Art. 1º Credenciar, por prazo indeterminado, o examinador Sylvio Malheiro Junior, CANAC 123952, para realização de exames de proficiência técnica previstos no RBAC 61, de acordo com os critérios da IS nº 00-002, conforme estabelecido abaixo:

Área	Aeródromos abrangidos	Prerrogativas e limitações
Belo Horizonte	SBBH, SBPR	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMLT e IFRH, em helicópteros de classe multimotor
Belo Horizonte	SBBH, SBPR	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNC e IFRH, em helicópteros de classe monomotor convencional
Belo Horizonte	SBBH, SBPR	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNT e IFRH, em helicópteros de classe monomotor turbina
Rio de Janeiro	SBRJ, SBJR, SBCB, SDMC	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMLT e IFRH, em helicópteros de classe multimotor
Rio de Janeiro	SBRJ, SBJR, SBCB, SDMC	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNT e IFRH, em helicópteros de classe monomotor turbina
Salvador	SBSV	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMLT e IFRH, em helicópteros de classe multimotor
Salvador	SBSV	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNC e IFRH, em helicópteros de classe monomotor convencional
Salvador	SBSV	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNT e IFRH, em helicópteros de classe monomotor turbina
São Paulo	SBSP, SBGR, SBMT, SBBP, SBJD, SDCO	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMLT e IFRH, em helicópteros de classe multimotor

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Paulo	SBSP, SBGR, SBMT, SBBP, SBJD, SDCO	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNC e IFRH, em helicópteros de classe monomotor convencional
São Paulo	SBSP, SBGR, SBMT, SBBP, SBJD, SDCO	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMNT e IFRH, em helicópteros de classe monomotor turbina

Art. 2º A ANAC designará previamente, por intermédio de comunicação eletrônica, os exames de proficiência técnica que deverão ser aplicados pelo examinador credenciado.

Parágrafo único. O examinador credenciado está limitado à aplicação dos exames de proficiência técnica previamente determinados, conforme estabelecido no Art. 2º desta portaria.

Art. 3º O examinador fará jus a remuneração prevista na Portaria nº 3.796/SPO, de 16 de novembro de 2017.

Art. 4º O examinador poderá ser descredenciado ou ter seu credenciamento suspenso, a qualquer tempo, nos termos do previsto nos arts. 26, 29, 31, 32, 33 e 34 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 1.890, de 18 de junho de 2018.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 2.837, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nº 00065.025313/2018-53 e 00065.000055/2018-01, resolve:

Art. 1º Revalida, até 29 de outubro de 2021, o credenciamento do médico Dr. José Eneas de Figueiredo - CRM-SC 4896, MC 110, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 2.561, Centro, São José(SC), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

PORTARIA Nº 2.838, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.013529/2018-76, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a clínica AEROTOP LTDA., CNPJ 30.523.990/0001-03 , CLC 53, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Soledade, nº 569, Torre Alfa, Sala 912, Petrópolis, Porto Alegre (RS), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º A Clínica AEROTOP LTDA., deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

PORTARIA Nº 2.839, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nº 00065.000051/2018-14 e 00065.046708/2018-90, resolve:

Art. 1º Revalida, até 20 de outubro de 2021, o credenciamento do médico Dr. Vinícius dos Santos Fernandes - CRM-SP 138644, MC 88, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Voluntários da Pátria, nº 2820 - Conjunto 31 - Santana, São Paulo(SP), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

PORTARIA Nº 2.840, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nº 00065.000057/2018-91 e 00065.046314/2018-31, resolve:

Art. 1º Revalida, até 29 de outubro de 2021, o credenciamento da médica Dra. Fátima Cristina Ribeiro Rodrigues Ferreira - CRM-RJ 52-49282-0, MC 109, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Conde de Bonfim, nº 422, sala 309, Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

PORTARIA Nº 2.845, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nº 00065.000047/2018-56 e 00065.040326/2018-52, resolve:

Art. 1º Revalida, até 12 de outubro de 2021, o credenciamento do médico Dr. Victor Dubin Wainberg - CRM-RS 27935, MC 106, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Soledade, nº 569, Torre Alfa, sala 912, Três Figueiras, Porto Alegre (RS), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

PORTARIA Nº 2.856, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nº 00065.000025/2018-96 e 00065.048239/2018-43, resolve:

Art. 1º Revalida, até 15 de setembro de 2021, o credenciamento médico do Dr. João Anderson Araújo Nunes - CRM-MG 41249, MC 87, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 803, Barro Preto, Belo Horizonte (MG) , para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pelo referido médico, no âmbito dos termos desta Portaria, desde 16 de setembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

PORTARIA Nº 2.878, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta dos processos nº 00065.000042/2018-23 e 00065.048427/2018-71, resolve:

Art. 1º Revalida, até 28 de setembro de 2021, o credenciamento do médico Dr. Floriano Schwanz Filho - CRM-ES 5114, MC 103, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida João Felipe Calmon, nº 1262, sala 302, Centro, Linhares (ES), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 2.885, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32, incisos XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 491, de 5 de setembro de 2018, e considerando o que consta no processo nº. 00058.032088/2018-09, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos procedimentos para o cumprimento da Resolução nº 491, de 5 de setembro de 2018, que estabelece os requisitos e procedimentos para empresas brasileiras de transporte aéreo referentes à designação e utilização de frequências com o propósito de realizar serviços aéreos regulares internacionais.

Art. 2º As notificações dos atos processuais serão realizadas pela ANAC mediante o envio de correspondência eletrônica aos endereços de e-mail informados no formulário de solicitação ou previamente cadastrados pelas empresas aéreas interessadas e serão consideradas realizadas na data do envio.

Art. 3º Os pedidos de alocação de frequências serão submetidos à ANAC pelo protocolo eletrônico ou físico, utilizando o formulário constante do Anexo desta Portaria, devidamente preenchido e assinado por representante legal da empresa ou procurador munido dos respectivos poderes.

Parágrafo único. O pedido deve ser acompanhado da documentação comprobatória da representação, exceto se ela já constar do cadastro da empresa mantido pela GEAM.

Art. 4º A consulta às demais empresas prevista no art. 6º da Resolução 491/2018 consistirá no envio de e-mail para os endereços previamente cadastrados pelas empresas aéreas, que informará a existência de procedimento de alocação de frequências e o prazo no qual eventuais pedidos das demais empresas para o mesmo país serão considerados como parte do referido procedimento.

Art. 5º Os sorteios previstos nos arts. 7º, § 2º e 10, § 3º, inciso II, da Resolução nº 491/2018, terão por base o resultado da Loteria Federal e atenderão às seguintes regras:

I - caso identificada, durante a análise do processo, a necessidade de realização de sorteio, as participantes do procedimento serão notificadas, com antecedência mínima de 5 dias da data da extração, sobre:

a) a data da extração da Loteria Federal a ser utilizada;

b) as empresas participantes; e

c) em caso de sorteio previsto no art. 7º, § 2º, da referida Resolução, a ordem cronológica da protocolização das solicitações das empresas;

II - para cada evento, ou etapa de evento, que requeira a realização de sorteio, serão distribuídos, em igual quantidade entre as empresas participantes do respectivo sorteio, todos os números de "00" a "99" em séries contínuas, permanecendo eventual resto sem distribuição;

III - para se determinar a ordenação das empresas para atribuição das séries de números previstas no inciso II, será considerada:

a) para o sorteio previsto no art. 7º, § 2º, da referida Resolução, a ordem cronológica de protocolização de suas respectivas solicitações iniciais no processo; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) para o sorteio previsto no art. 10, § 3º, inciso II, da referida Resolução, a ordem alfabética de suas razões sociais;

IV - para as situações que requeiram sorteio, inclusive na eventualidade de um número sorteado não ter sido atribuído a nenhuma empresa, serão utilizados em sequência, como número sorteado, os seguintes conjuntos de algarismos:

a) o algarismo da dezena simples e o algarismo da unidade simples do 1º prêmio;

b) o algarismo da dezena simples e o algarismo da unidade simples do 2º prêmio;

c) o algarismo da dezena simples e o algarismo da unidade simples do 3º prêmio;

d) o algarismo da dezena simples e o algarismo da unidade simples do 4º prêmio;

e) o algarismo da dezena simples e o algarismo da unidade simples do 5º prêmio;

f) o algarismo da centena simples e o algarismo da dezena simples do 1º prêmio;

g) o algarismo da centena simples e o algarismo da dezena simples do 2º prêmio;

h) o algarismo da centena simples e o algarismo da dezena simples do 3º prêmio;

i) o algarismo da centena simples e o algarismo da dezena simples do 4º prêmio; e

j) o algarismo da centena simples e o algarismo da dezena simples do 5º prêmio.

Art. 6º Caso seja numericamente constatada a existência de frequências com baixa utilização, nos termos do art. 11, § 4º, da Resolução nº 491/2018, conceder-se-á às empresas às quais essas frequências estiverem alocadas o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação por e-mail, para a apresentação de eventuais justificativas de operações não realizadas.

Parágrafo único. Não serão avaliadas eventuais justificativas recebidas após o último dia do prazo estipulado.

Art. 7º Os casos omissos referentes aos procedimentos aqui estabelecidos serão resolvidos pela ANAC.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

ANEXO

SOLICITAÇÃO DE FREQUÊNCIAS INTERNACIONAIS	
1. EMPRESA SOLICITANTE	
a. Razão Social:	
b. CNPJ:	
c. Endereço completo (com código postal):	
d. *E-mail* de contato:	
2. ALOCAÇÃO SOLICITADA	
a. País:	
b. Quantidade:	
c. Tipo de Serviço:	[ ] Misto [ ] Exclusivamente Cargueiro
d. Rotas Pretendidas *(preencher somente se os entendimentos com o país indicado estabelecerem direitos de tráfego ou limites de capacidade distintos para territórios, regiões ou pontos específicos do quadro de rotas acordado)*:	
3. LOCAL E DATA	
a. Local:	
b. Data:	
4. NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA *(preenchimento do campo destinado à assinatura dispensado, caso o formulário seja assinado eletronicamente)*	
a. Representante Legal ou Procurador:	
b. Assinatura:	

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO Nº 79, DE 24 DE JULHO DE 2018

Processo nº 50300.001884/2018-41. Fiscalizada: MARQUES PINTO NAVEGAÇÃO LTDA., CNPJ nº 05.704.861/0001-74. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), pelo cometimento da infração disposta no inciso XIX do artigo 20 da Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Chefe

UNIDADE REGIONAL DO RECIFE-PE

DESPACHO Nº 7, DE 23 DE JULHO DE 2018

Processo nº 50300.005349/2018-69. Fiscalizada: VALDEMAR ABREU CRUZ - ME, CNPJ nº 10.677.447/0001-53. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXXVIII do art. 23 da Resolução n° 1.274/2009-ANTAQ.

SILLAS CESAR DE LUNA
Chefe
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 219, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03/05/2018, publicada no D.O.U em 08/05/2018, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.093786/2017-44, resolve:

Art. 1º - Alterar a Portaria nº 100/2018/SUINF/ANTT, de 11/05/2018, cujo Extrato foi publicado no D.O.U. de 15/05/2018, para modificar o interessado e responsável pela construção e manutenção da interseção autorizada, que passa a ser o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

PORTARIAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018

N.º 221 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação longitudinal, nos trechos entre o km 50+700m e o km 50+401,11m, na Pista Sul, e ocupação transversal no km 50+401,11m, em Lorena/SP, de interesse da SAMM - Sociedade de atividades em multimídia LTDA.. Processo n.º 50515.040784/2018-14.

Nº 222 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 69+200m e o km 69+229m, na Pista Sul, em Aparecida/SP, de interesse da SAMM - Sociedade de atividades em multimídia LTDA.. Processo n.º 50515.040778/2018-67.

Nº 223 - Autorizar a implantação de acesso às margens da Rodovia BR-101/SC - km 108+450m, sentido norte, no Município de Penha/SC, de interesse de B2RN Administração Patrimonial LTDA.. Processo n.º 50545.016598/2018-15.

Nº 224 - Autorizar a implantação de acesso às margens da Rodovia BR-101/SC - km 194+680m, sentido norte, no Município de Biguaçu/SC, de interesse de Havan Lojas de Departamentos LTDA.. Processo nº 50545.014670/2018-61.

Nº 225 - Autorizar a readequação de acesso às margens da Rodovia BR-101/SC - km 78+160m, sentido norte, no Município de Araquari/SC, de interesse de Tamborsul Indústria e Comércio de Embalagens LTDA.. Processo n.º 50545.014668/2018-92.

Nº 226 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na Rodovia BR-116/RS, por meio de travessia aérea no km 567+422m, no município de Pedro Osório/RS, de interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Processo n.º 50520.016888/2018-39.

Nº 227 - Autorizar a implantação de acesso às margens da Rodovia BR-101/SC - km 165+300m, sentido norte, no Município de Tijucas/SC, de interesse do Consórcio para Construção do I Fashion Outlet Santa Catarina. Processo n.º 50545.014150/2018-59.

Nº 228 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia, BR-381/MG, por meio de travessia no km 538+062m, em Itatiaiuçu/MG, de interesse da CEMIG Distribuição S.A. Processo n.º 50510.045640/2018-02

Nº 229 - Autorizar a travessia de fibra óptica subterrânea na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, no km 116+550m, em Itajaí/SC, de interesse da Algar Soluções em TIC S/A. Processo n.º 50545.018348/2018-10

Nº 230 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, por meio de travessia no km 752+500m, em Sorriso/MT, de interesse da Telefônica Brasil S/A. Processo n.º 50520.016879/2018-48

Nº 231 - Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, do km 521+000m ao km 521+350m, na Pista Leste, em Feira de Santana/BA, de interesse da O.V.D. Importadora e Distribuidora Ltda. Processo n.º 50535.001934/2018-36

Nº 232 - Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, do km 535+199m ao km 535+564m, na Pista Leste, em Conceição de Jacuípe/BA, de interesse da Jacuípe Derivados de Petróleo. Processo n.º 50535.001794/2018-04

Nº 233 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS, por meio de travessia no km 273+936m, em Dourados/MS, de interesse da Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados - CERGRAND. Processo n.º 50520.016878/2018-01

Nº 234 - Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, no km 517+840m, na Pista Sul, em Pelotas/RS, de interesse do Sr. Solismar Harms. Processo n.º 50520.016886/2018-40

Nº 235 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-364/MT, por meio de travessia no km 204+838m (km 123+738m da Rodovia BR-163/MT), em Rondonópolis/MT, de interesse da Tim Celular S/A. Processo n.º 50520.016880/2018-72

Nº 236 - Autorizar a ocupação transversal por rede de gás na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, por meio de travessia no km 622+000m, em São José dos Pinhais/PR, de interesse da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS. Processo n.º 50515.041744/2018-90

Nº 237 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de travessia no km 52+422m, em Lorena/SP, de interesse da DEBIAN SIGNAL COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELLI. Processo n.º 50515.014012/2018-27

Nº 238 - Autorizar a readequação de acesso às margens da Rodovia BR-101/SC - km 116+375m, sentido norte, no Município de Itajaí/SC, de interesse do Sr. Arlindo Jacob de Oliveira. Processo n.º 50545.016602/2018-37

Nº 239 - Autorizar a implantação de acesso às margens da Rodovia BR-101/SC - km 113+080m, sentido sul, no Município de Itajaí/SC, de interesse de Morton Capital LTDA. Processo n.º 50545.016596/2018-18

Nº 240 - Autorizar a implantação de acesso às margens da Rodovia BR-101/SC - km 112+980m, sentido sul, no Município de Itajaí/SC, de interesse de A.E.S. Empreendimentos em Participações LTDA. Processo n.º 50545.016597/2018-62

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 220, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação de drenagem, na altura do km 141, na Rodovia Santos Dumont - da BR 116/RJ, no Município de Duque de Caxias, de interesse da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ. Protocolo 50501.320014/2018-10.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 105, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50510.036504/2017-32, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução de obra de interligação de linhas das malhas ferroviárias concedidas à Ferrovia Centro Atlântica S/A e VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., no município de Anápolis/GO.

Parágrafo Único. A obra se constitui de uma extensão do Pátio de General Curado (EGA), pertencente à malha ferroviária concedida à FCA, com a construção de um AMV em bitola métrica e de 117 metros de linha em bitola métrica, além de puxamento de 42 metros da linha existente da Ferrovia Norte-Sul e da implantação de terceiro trilho na linha da mesma numa extensão total de 1.248 metros.

Art. 2° Esta autorização limita-se ao escopo da obra, de modo que qualquer interesse de ingresso intermalhas deverá ser regido por instrumento próprio firmado entre as partes interessadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 106, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50510.036823/2017-48, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução de obra de implantação de Oficina de Locomotivas e Vagões, no município de Imperatriz/MA, na malha ferroviária subconcedida à Ferrovia Norte Sul S/A - FNS.

Paragrafo Único. A obra será composta de duas edificações principais, quais sejam os blocos da Oficina de Locomotivas e da Oficina de Vagões, além de blocos auxiliares ao funcionamento das mesmas, girador de locomotivas e vias férreas de circulação e acesso.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 107, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50501.304243/2018-89, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução de obra de substituição da Passagem Superior Eugênio Melo, no km 377+820 m, no município de São José dos Campos/SP, na malha concedida à MRS Logística S.A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 108, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50501.297191/2018-87, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução da obra de vedação da faixa de domínio, do km 420+300 ao km 433+000, no Município de Carandaí/MG, na malha concedida à MRS Logística S.A.

Parágrafo Único. A obra se trata de vedação da faixa de domínio constituída por pilares de concreto armado, blocos de concreto e tela, com altura total de 2,0 metros.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 109, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, com a Resolução nº 4.131/2013 e alterações e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50510.028931/2017-47, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de passarela para pedestres no km 289+220 m da malha ferroviária concedida à Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, no município de Jaguariúna/SP, integrante da Prioridade 1 da relação de projetos indicados no Anexo I da Resolução ANTT nº 4.131/2013, alterada pela Resolução ANTT nº 4.750/2015.

Art. 2º O valor reconhecido da obra fica limitado a R$ 1.503.574,56 (um milhão, quinhentos e três mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), para o estado de São Paulo, com data-base de novembro de 2016, cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Parágrafo único. O valor apresentado no caput do art. 2º já contempla o impacto do benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Art. 3º A Concessionária deverá apresentar mensalmente à ANTT os relatórios de monitoramento da implantação do objeto autorizado, bem como, informar esta Agência em até 30 (trinta) dias da conclusão da referida obra.

Parágrafo único. O acompanhamento das obras será feito pela Gerência de Projetos Ferroviários e observará o disposto na Deliberação ANTT nº 419/2015.

Art. 4º Verificado o efetivo término da obra, a ANTT expedirá documento constatando a sua conclusão.

Art. 5º Após constatada a conclusão da obra, a Concessionária deverá transferir a propriedade do ativo ao Poder Concedente no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 4.771, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo nº 50606.004462/2018-92, resolve:

Art. 1º declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias, excluídas as áreas que compõem a faixa de domínio existente da rodovia e demais áreas pertencentes à União, delimitadas pela poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, as quais delimitam a faixa de utilidade pública de 150 metros, para cada lado, contados do eixo do traçado da rodovia conforme projeto aprovado pela portaria nº 161, publicada no B.A. nº 007, de 16 a 20 de fevereiro de 2009 e 1ª Revisão de Projeto em Fase de Obras, aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT em Ata nº 06/2012, referente a Reunião da Diretoria colegiada do dia 15 de fevereiro de 2012, necessária as obras de eliminação de pontos críticos da BR-365/MG, do Km 691,16 ao Km 695,60.721574,729 7911693,632; 722072,069 7911709,723; 722342,542 7911710,061; 723481,538 7911649,942; 723580,203 7911649,537; 723642,492 7911656,776; 723690,381 7911669,398; 723750,432 7911691,675; 723776,998 7911704,402; 723802,101 7911719,567; 723828,116 7911736,89; 723857,414 7911761,801; 723903,704 7911806,75; 723934,921 7911845,224; 723990,067 7911921,054; 724641,685 7912805,185; 724706,973 7912891,221; 724787,553 7912998,231; 724863,062 7913096,372; 724902,689 7913140,484; 724952,352 7913196,019; 725080,389 7913318,122; 725183,91 7913209,57; 725287,431 7913101,018; 725168,025 7912987,147; 725126,088 7912940,252; 725093,867 7912904,384; 725026,27 7912816,526; 724946,291 7912710,315; 724881,936 7912625,508; 724232,131 7911743,837; 724172,881 7911662,363; 724125,457 7911603,915; 724059,295 7911539,67; 724009,04 7911496,939; 723962,876 7911466,199; 723919,699 7911440,117; 723867,658 7911415,185; 723780,997 7911383,036; 723698,318 7911361,245; 723596,964 7911349,466; 723473,012 7911349,974; 722334,817 7911410,051; 722077,109 7911409,729; 721584,431 7911393,788; 721579,58 7911543,71; 721574,729 7911693,632. UTM Zona 22S Datum Sirgas 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DA SILVA TIAGO

PORTARIA Nº 4.782, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo nº 50605.001259/2018-74, resolve:

Art. 1º declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias, excluídas as áreas pertencentes à faixa de domínio existente e demais áreas de propriedade da União, delimitadas pela poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, as quais delimitam a faixa de utilidade pública de 150 metros, para cada lado, contados do eixo do traçado da Obra de Construção conforme Projeto Geométrico e de Terraplanagem na Rodovia BR-135/BA; Trecho: Divisa PI/BA - Divisa BA/MG; Subtrecho: Entrº. BR-349 (Correntina) - Entrº. BA-172 (Coribe); Segmento: km 340,0 ao km 378,0, Lote 03, SNV: 135BBA0601 a 135BBA0607 aceito por meio do Termo de Aceitação parcial do Projeto Geométrico e de Terraplanagem PRBA.BA 135.0598314.03.058.

560312.48120 8490520.20200 ; 560255.94130 8489313.55300; 560249.50750 8489258.30600; 560240.32860 8489208.90600; 560215.67350 8489121.68100; 560197.63360 8489074.78600; 560172.10640 8489020.42900; 560125.72130 8488942.55400; 560096.16160 8488901.92400; 560057.43890 8488856.02400; 560005.67810 8488804.27700; 559659.47880 8488488.43800; 559620.28580 8488462.62400; 559575.03410 8488450.18400; 559528.15320 8488452.33700; 559484.23210 8488468.87200; 559447.57010 8488498.16900; 559421.75590 8488537.36200; 559409.31650 8488582.61400; 559411.46950 8488629.49500; 559428.00400 8488673.41600; 559457.30170 8488710.07800; 559802.18980 8489024.71500; 559837.87300 8489060.51100; 559875.78670 8489108.55700; 559907.10670 8489161.13900; 559931.29740 8489217.35900; 559947.94490 8489276.25500; 559953.34590 8489306.39300; 559958.29060 8489360.36800; 560012.80210 8490534.07500; 560013.80190 8490622.44000; 560020.54850 8490716.70300; 560012.23250 8490751.24400; 559992.01080 8490799.87800; 559957.22100 8490840.49600; 559916.75910 8490872.73200; 559829.03010 8490975.38500; 559789.55050 8491016.43900; 559714.71320 8491101.01100; 559603.04410 8491236.32000; 559480.51610 8491371.86900; 559411.86130 8491436.37500; 559386.75090 8491456.91600; 559340.95440 8491503.48300; 559306.18070 8491550.37000; 559286.44490 8491586.29500; 559260.91500 8491622.72500; 559240.69470 8491659.66300; 559224.66390 8491682.08800; 559179.27740 8491731.92000; 559131.78240 8491778.93400; 559097.62230 8491807.78900; 559060.09160 8491833.82300; 559001.49360 8491867.07000; 558873.24680 8491924.94000; 558787.49780 8491976.63700; 558620.70320 8492056.43000; 558591.25340 8492067.03300; 558459.31250 8492129.44900; 558420.00140 8492144.30400; 558309.71210 8492212.09900; 558274.29940 8492239.13500; 558109.72640 8492310.52900; 558074.80250 8492341.87800; 558067.10730 8492355.16000; 558031.69260 8492373.32500; 557986.52930 8492387.95000; 557927.61330 8492416.27400; 557901.49400 8492425.62600; 557861.08060 8492435.67200; 557470.54500 8492496.70400; 557382.24750 8492512.90400; 557289.16490 8492537.52400; 557197.80250 8492572.85700; 557111.06550 8492618.37800; 557069.78780 8492644.77900; 557014.29160 8492685.89700; 556943.20980 8492748.09200; 556756.09300 8492930.81800; 556703.57260 8492979.39000; 556653.35260 8493019.00000; 556600.71840 8493051.67700; 556544.70120 8493078.13900; 556467.82880 8493103.34100; 556179.29690 8493168.89800; 556088.57940 8493194.29800; 556037.91590 8493213.76800; 555991.39510 8493235.74200; 555946.59390 8493261.03700; 555904.13400 8493289.23700; 555848.66120 8493333.17800; 555798.34910 8493378.95200; 554501.36480 8494609.02800; 554426.66560 8494690.43600; 554358.75480 8494775.03800; 554163.37280 8495059.75700; 554086.36530 8495158.53000; 554026.68890 8495223.52600; 553783.22290 8495456.46400; 553729.48230 8495511.93700; 553661.17840 8495571.35800; 553604.77700 8495615.44300; 553531.10280 8495666.21800; 553469.70900 8495703.30300; 553258.87360 8495818.47700; 553159.11050 8495878.22700; 553139.87530 8495875.34100; 553092.94650 8495875.72500; 553048.43320 8495890.59200; 553010.69250 8495918.48600; 552983.41890 8495956.67800; 552969.28200 8496001.42800; 552969.53690 8496032.60600; 552916.51730 8496093.01800; 552862.21870 8496169.35400; 552823.69450 8496236.90800; 552784.12970 8496326.51900; 552756.08920 8496415.90200; 552737.37730 8496512.05400; 552730.41260 8496589.45100; 552731.39230 8496685.89700; 552744.32780 8496799.90700; 552773.72110 8496946.23000; 553190.51980 8498719.03000; 553208.64480 8498762.90500; 553275.18940 8499047.55500; 553302.17640 8499185.65500; 553313.25670 8499274.35700; 553316.08610 8499317.64200; 553315.42280 8499401.50300; 553310.92190 8499448.08000; 553303.40010 8499493.90400; 553292.85630 8499539.12800; 553279.33680 8499583.55400; 553262.90130 8499626.98500; 553243.62190 8499669.23100; 553221.58370 8499710.10500; 553196.88360 8499749.42900; 553169.63030 8499787.02700; 553111.33990 8499853.15600; 553047.88170 8499910.97200; 552939.34500 8499991.89800; 552818.66790 8500069.30700; 551464.32310 8500899.68700; 551407.33550 8500937.22500; 551360.86340 8500972.93400; 551306.44750 8501022.89700; 551270.54310 8501061.61700; 551048.97280 8501329.08400; 550997.75720 8501387.71300; 550944.80580 8501441.87100; 550887.34630 8501494.39500; 548611.42250 8503460.55700; 548540.06600 8503527.31300; 548482.23370 8503595.38200; 548433.85350 8503669.61700; 548409.81740

8503716.03100; 548382.49750 8503780.26700; 547661.24290
8505730.58100; 547632.91060 8505799.80700; 547601.02630
8505864.60500; 547564.76290 8505927.05800; 547524.29210
8505986.87000; 547479.80530 8506043.75800; 547429.78660
8506099.37400; 547017.63690 8506527.15500; 546970.69730
8506580.01500; 546950.03340 8506607.44600; 546920.10900
8506655.45200; 546900.99680 8506694.26900; 546881.19460
8506747.25800; 546870.16600 8506789.09600; 546861.27370
8506844.96100; 546858.66210 8506895.23200; 546860.92390
8506948.02500; 546967.72260 8507853.63000; 546980.47880
8507898.79400; 547006.56700 8507937.80500; 547043.43340
8507966.84500; 547087.46930 8507983.07100; 547134.36410
8507984.89500; 547179.52760 8507972.13900; 547218.53860
8507946.05100; 547247.57870 8507909.18500; 547263.80510
8507865.14900; 547265.62950 8507818.25400; 547160.00350
8506924.51900; 547159.57040 8506877.27300; 547163.75280
8506850.99700; 547171.38760 8506825.50900; 547189.00070
8506789.73600; 547223.31770 8506746.37600; 547647.60390
8506305.68000; 547706.31550 8506240.53200; 547769.86590
8506159.26500; 547821.60690 8506082.16300; 547867.92520
8506001.68700; 547908.60170 8505918.21700; 547941.73850
8505837.01800; 548455.38770 8504447.47900; 548488.42460
8504426.98200; 548518.70530 8504391.12800; 548536.42450
8504347.67100; 548537.44570 8504333.70600; 548547.86410
8504311.58600; 548553.76200 8504265.02700; 548544.98390
8504218.92500; 548541.92930 8504213.36500; 548673.79380
8503860.34300; 548696.27630 8503815.05600; 548735.33540
8503758.71500; 548769.85780 8503721.77500; 548817.54710
8503678.88700; 551088.20150 8501717.24400; 551156.37180
8501654.61000; 551220.92190 8501588.25000; 551279.01550
8501521.65800; 551490.87720 8501265.43300; 551517.22450
8501236.39200; 551554.53630 8501202.08000; 551586.62360
8501177.92600; 551630.74560 8501149.48400; 552976.83420
8500324.22500; 553065.12570 8500268.49500; 553150.68280
8500210.21600; 553237.63310 8500143.35900; 553280.10770
8500106.60200; 553321.46960 8500067.30800; 553361.32950
8500025.27000; 553403.50470 8499974.98400; 553442.70660
8499921.46300; 553478.27330 8499865.46100; 553510.04820
8499807.22300; 553537.89140 8499747.00700; 553564.89200
8499675.65700; 553581.31040 8499621.70500; 553596.69510
8499557.17200; 553607.76670 8499491.76000; 553615.08150
8499416.53800; 553615.97210 8499308.64800; 553611.88670
8499245.55400; 553598.85600 8499141.09000; 553579.33790
8499034.93900; 553556.57400 8498932.13800; 553069.22200
8496858.48500; 553050.04930 8496763.28300; 553041.51970
8496702.89200; 553037.44190 8496645.05400; 553039.23450
8496580.70100; 553043.53380 8496544.54800; 553059.25160
8496473.49100; 553070.60110 8496438.89700; 553100.03290
8496372.33900; 553137.99590 8496310.25000; 553159.97440
8496281.22500; 553183.82530 8496253.71700; 553230.22340
8496209.08900; 553300.39180 8496155.85700; 553380.79490
8496105.52800; 553607.96830 8495978.44700; 553695.85220
8495925.90000; 553784.27810 8495865.18100; 553876.01640
8495792.54400; 554009.06580 8495668.75500; 554036.53950
8495676.43300; 554067.74180 8495680.83800; 554099.25330
8495680.93700; 554125.09760 8495677.76500; 554175.51810
8495662.52600; 554198.79240 8495650.85200; 554224.97430
8495633.31700; 554252.30360 8495608.40300; 554280.81600
8495570.76100; 554381.19610 8495369.70100; 554401.18940
8495338.06000; 554429.25170 8495300.95400; 554468.03490
8495260.60800; 554511.52670 8495225.38900; 554677.37170
8495122.44800; 554694.24050 8495117.91000; 554710.21300
8495118.82300; 554869.58620 8495158.48500; 554908.53020
8495165.55300; 554956.26170 8495167.51900; 554996.79070
8495163.21600; 555046.01930 8495150.18600; 555088.20300
8495131.38900; 555374.89560 8494952.40000; 555399.46590
8494939.64200; 555433.18630 8494928.17800; 555476.88770
8494922.20900; 555746.59630 8494912.88800; 555804.61750
8494908.63900; 556283.74260 8494853.00400; 556364.24310
8494838.08300; 556437.39960 8494812.51800; 556497.14780
8494781.31800; 556544.24790 8494748.67600; 556574.80530
8494722.83200; 556657.93200 8494636.51500; 556772.29960
8494584.23600; 556811.51310 8494558.45300; 556840.84010
8494521.81500; 556857.40970 8494477.90700; 556859.60010
8494431.02800; 556847.19680 8494385.76600; 556821.41390
8494346.55300; 556784.77530 8494317.22600; 556740.86740
8494300.65600; 556693.98820 8494298.46600; 556648.72660
8494310.86900; 556535.56810 8494362.16800; 556500.71140
8494380.91900; 556453.57240 8494416.75100; 556382.71990
8494491.29900; 556361.08300 8494511.02800; 556327.12780
8494532.90300; 556289.46860 8494547.50700; 556246.38870
8494555.33800; 555774.59630 8494610.14100; 555453.58750
8494623.06700; 555416.34870 8494626.62100; 555366.64280
8494635.61700; 555301.33660 8494655.67300; 555237.44080
8494685.45300; 554944.91880 8494867.68800; 554786.34020
8494828.25700; 554727.22570 8494818.85200; 556014.21480
8493598.19500; 556067.76470 8493551.00100; 556117.82820
8493517.13800; 556164.08050 8493494.46000; 556214.67450
8493477.22400; 556492.74660 8493414.11100; 556590.85810
8493387.91500; 556681.80120 8493354.10000; 556765.16310
8493312.07000; 556808.76880 8493285.21100; 556850.67760
8493255.77500; 556904.83070 8493212.01600; 556962.97610
8493158.63300; 557150.85390 8492975.07100; 557209.06520
8492923.99700; 557276.22300 8492878.13700; 557336.06440
8492848.11200; 557400.39840 8492825.16400; 557472.71270
8492808.45900; 557894.60600 8492742.09100; 557974.24920
8492724.81600; 558025.00910 8492708.34000; 558066.87300
8492691.21400; 558203.97730 8492622.11800; 558237.28450
8492621.34100; 558281.56790 8492605.80300; 558326.45660
8492577.82100; 558361.35050 8492559.44600; 558411.61310
8492526.49600; 558439.44550 8492519.79700; 558524.15220
8492484.34100; 558571.42240 8492459.67700; 558677.89630
8492393.98200; 558915.49120 8492266.35200; 558974.01020
8492241.78800; 559026.41160 8492223.42900; 559044.18590
8492214.26000; 559079.25350 8492189.38600; 559133.46430
8492156.81100; 559259.23100 8492085.66300; 559308.10750
8492051.89700; 559345.26250 8492021.45800; 559385.96390
8491983.76100; 559429.85730 8491935.10200; 559463.67640
8491891.00100; 559486.80520 8491868.74600; 559532.77120
8491831.19200; 559574.04880 8491801.80400; 559611.15470
8491766.55700; 559665.46420 8491693.03400; 559681.01230
8491665.82600; 559732.14340 8491596.32600; 559746.55860
8491572.95000; 559846.29880 8491449.18600; 559966.61550
8491314.31700; 560070.43440 8491182.55500; 560158.71120
8491081.62600; 560183.51520 8491041.78600; 560185.02000
8491035.70800; 560287.75320 8490907.45400; 560309.09580
8490868.12100; 560323.34900 8490822.50200; 560326.84700
8490775.06500; 560325.01510 8490651.49500; 560312.48120
8490520.20200. Sistema de referência UTM Zona 23S Datum Sirgas 2000.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DA SILVA TIAGO

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 112, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pelo art. 130-A, § 2º, inc. I, da Constituição Federal, e art. 12, inc. XVII, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e;

CONSIDERANDO a criação do cargo de natureza especial de Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público de acordo com o art. 20, § 2º, da Lei n. 13.316, de 20 de julho de 2016,

CONSIDERANDO a autorização para transformar, sem aumento de despesa e sem majoração de quantitativos físicos previstos em lei, no âmbito de suas competências, as funções de confiança e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, bem como alterar-lhes a denominação específica, conforme o art. 22, § 1º, da Lei n. 13.316, de 20 de julho de 2016,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria CNMP-PRESI nº 142, de 7 de agosto de 2012, e

CONSIDERANDO o disposto no Processo CNMP n. 19.00.5000.0004459/2017-91, resolve:

Art. 1º Transformar, sem aumento de despesas e majoração no quantitativo físico do CNMP, consoante disposto no Anexo desta Portaria:

I - o Cargo em Comissão de Secretário-Geral, CC-7, em Assessor Nível IV da Presidência, CC-4;

II - o Cargo em Comissão de Coordenador de Gestão de Pessoas, CC-3, em Secretário de Gestão de Pessoas, CC-4;

III - a Função Comissionada de Chefe de Seção da Seção de Acompanhamento de Decisões, FC-2, em Chefe de Núcleo do Núcleo de Acompanhamento de Decisões, FC-3;

IV - a Função Comissionada de Chefe de Seção da Seção de Gestão de Carreiras, FC-2, em Chefe de Núcleo do Núcleo de Gestão de Carreiras, FC-3;

V - a Função Comissionada de Chefe de Seção da Seção de Contratos, FC-2, em Chefe de Núcleo do Núcleo de Contratos, FC-3.

Parágrafo único. As transformações especificadas neste artigo gerarão resíduo no valor de R$ 141,42 (cento e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º Alterar a nomenclatura das seguintes unidades:

I - Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial para Assessoria de Comunicação Social; e

II - Núcleo de Cerimonial para Assessoria de Cerimonial e Eventos.

Art. 3º Transferir a Função Comissionada Assistente, FC-3, vinculada à Assessoria de Cerimonial e Eventos para a Presidência.

Art. 4º Transferir o Cargo em Comissão Assessor Nível III, CC-3, vinculado à Secretaria de Administração para a Assessoria de Cerimonial e Eventos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19/09/2018

Hora: 13:00h
Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - Recursos administrativos
Processo IC-004118.2016.01.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ALL TAX PLATFORM - SOLUCOES TRIBUTARIAS S.A., NOTICIANTE: JOSE TAMBASCO - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.
Processo IC-009373.2017.02.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO METRÔ, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRT 2ª REGÃO - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.
Processo NF-000109.2018.12.003/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: FRANCISCO GOMES, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. E COOP. DE CARNES E DERIVADOS, RACOES, MASSAS, BISCOITOS, TRIGO, MILHO, LATICINIOS E DERIVADOS E AFINS DE QUILOMBO-SC, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES CELETISTAS NAS COOPERATIVAS DE PINHALZINHO E SAUDADES-SC, NOTICIADO: VILMAR RODRIGUES - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.
Processo NF-000126.2018.12.003/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA, NOTICIADO: ROTOPLAST INDUSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.
Processo IC-002554.2017.07.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: METALGRAFICA CEARENSE S/A - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-000246.2018.04.007/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ARLEI DIAS DOS SANTOS, NOTICIADO: SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINCODIV/RS, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SAO JERONIMO E REGIAO, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo NF-002639.2018.15.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: A APURAR , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo IC-000719.2018.17.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAUDE, TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.
Processo IC-003680.2016.04.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: GLÓRIA MARIA LOBATO QUALISONI, INQUIRIDO: NEUTRON ELETROMECANICA IND E COMERCIO LT - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo IC-000334.2017.01.002/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-001566.2018.09.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: DORALINA TREVISOL DO NASCIMENTO, NOTICIADO: EMPRESA SUL AMERICANA DE TRANSPORTES EM ÔNIBUS , NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, NOTICIADO: SUL AMERICANA TRANSPORTES LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo IC-000003.2018.12.005/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: CLUB DA PIZZA LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-002325.2018.15.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: CAMPINAS DAY HOSPITAL SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA - EPP (ANTERIORMENTE CADASTRADA COMO CAMPINAS DAY HOSPITAL S/C LTDA.), NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.
Processo NF-000445.2018.15.002/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: UNIVERSO ELECTRON COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA , NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TAUBATÉ - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo PP-000711.2018.17.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL , NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAUDE, TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000700.2018.19.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL (PRÉDIO SEDE) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000859.2018.22.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA FAZENDA ESTADUAL DO PIAUÍ - SINAFFEPI - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

II - Declínios de atribuições

Processo NF-005382.2018.02.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: NAVISHOP COMERCIO ELETRÔNICO LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001147.2018.18.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: SOFIA DE OLIVEIRA MEIRELLES - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001279.2018.20.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: JOSÉ DE SOUZA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000728.2018.23.000/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, NOTICIANTE: MPF/PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-002760.2012.01.000/2, IC-000018.2012.01.005/3, IC-000708.2014.01.004/0, IC-005165.2015.01.000/6, IC-000174.2015.01.008/2, IC-000742.2016.01.004/6, NF-000570.2018.01.006/6, IC-003808.2008.01.000/1, IC-000460.2013.01.003/4, IC-000901.2013.01.004/9, IC-003880.2014.01.000/4, IC-004010.2014.01.000/0, IC-000141.2014.01.004/5, IC-000057.2014.01.005/6, IC-001786.2015.01.000/5, IC-000804.2015.01.006/7, IC-002057.2016.01.000/0, IC-004072.2016.01.000/2, IC-004280.2016.01.000/2, IC-000098.2016.01.001/2, IC-000914.2016.01.004/3, IC-002362.2017.01.000/3, IC-005570.2017.01.000/8, IC-006079.2017.01.000/9, IC-006370.2017.01.000/1, IC-000295.2017.01.003/2, IC-000214.2017.01.005/0, IC-000564.2017.01.005/0, IC-000031.2017.01.007/0, IC-000158.2018.01.000/4, IC-000684.2018.01.000/1, NF-000786.2018.01.000/2, NF-000100.2018.01.002/9, NF-000366.2018.01.004/9, PP-000118.2018.01.006/0, NF-000620.2018.01.006/8, NF-000630.2018.01.006/5, IC-000105.2018.01.007/5, IC-000982.2013.01.004/3, IC-000167.2014.01.003/7, IC-000338.2014.01.003/8, IC-001191.2015.01.000/0, IC-003917.2015.01.000/7, IC-003365.2016.01.000/6, IC-005900.2016.01.000/0, IC-000371.2016.01.006/0, IC-000345.2016.01.007/5, IC-002150.2017.01.000/1, IC-002619.2017.01.000/1, IC-003494.2017.01.000/9, PP-004838.2017.01.000/0, IC-000465.2017.01.005/9, IC-000717.2017.01.006/0, IC-000028.2018.01.000/4, NF-002905.2018.01.000/7, NF-003474.2018.01.000/8, IC-000086.2018.01.001/0, NF-000312.2018.01.004/7, IC-000013.2018.01.005/9, IC-000098.2018.01.006/2, IC-000182.2018.01.006/3, NF-000381.2018.01.006/3, NF-000623.2018.01.006/7, NF-000626.2018.01.006/6, IC-000081.2018.01.007/5, IC-000005.2018.01.008/3, IC-000315.2016.01.003/0, IC-000640.2016.01.005/6, IC-003562.2017.01.000/6, IC-000085.2017.01.002/1, NF-000273.2018.01.004/9, IC-000920.2011.01.000/8, IC-000814.2017.01.000/4, IC-000423.2017.01.003/5, IC-000527.2017.01.005/0, IC-000617.2018.01.000/0 - PRT 2ª Região-SP - IC-003870.2017.02.000/4, IC-004374.2017.02.000/8, IC-005983.2017.02.000/0, IC-007202.2017.02.000/0, IC-008061.2017.02.000/6, NF-003660.2018.02.000/5, NF-004076.2018.02.000/9, NF-004222.2018.02.000/0, NF-004268.2018.02.000/8, NF-004802.2018.02.000/0, IC-000412.2013.02.000/0, IC-004251.2015.02.000/8, IC-000446.2015.02.005/7, IC-000768.2017.02.000/0, IC-001461.2017.02.000/8, IC-003275.2017.02.000/8, IC-004219.2017.02.000/0, IC-004490.2017.02.000/6, IC-004806.2017.02.000/0, IC-008106.2017.02.000/2, IC-009524.2017.02.000/1, IC-000956.2017.02.001/7, IC-000592.2017.02.002/9, IC-000105.2018.02.000/0, PP-001147.2018.02.000/8, PP-001215.2018.02.000/5, NF-001649.2018.02.000/5, PP-002188.2018.02.000/7, NF-002765.2018.02.000/1, IC-003432.2018.02.000/2, PP-003467.2018.02.000/9, IC-003573.2018.02.000/0, NF-003623.2018.02.000/6, IC-003843.2018.02.000/3, NF-003959.2018.02.000/0, NF-004150.2018.02.000/0, NF-004181.2018.02.000/5, NF-004347.2018.02.000/7, PP-004359.2018.02.000/4, NF-004464.2018.02.000/0, NF-004483.2018.02.000/8, NF-004546.2018.02.000/6, NF-004560.2018.02.000/6, NF-004641.2018.02.000/6, NF-004719.2018.02.000/8, NF-004850.2018.02.000/1, NF-004908.2018.02.000/0, NF-004951.2018.02.000/4, NF-005000.2018.02.000/0, NF-005045.2018.02.000/2, NF-005077.2018.02.000/2, NF-005097.2018.02.000/5, NF-000706.2018.02.001/7, IC-000352.2018.02.002/6, NF-000460.2018.02.002/9, NF-000248.2018.02.003/0, IC-003595.2014.02.000/7, IC-000125.2014.02.004/8, IC-002152.2015.02.000/0, IC-004653.2016.02.000/0, IC-000049.2016.02.004/0, IC-000099.2017.02.000/8, IC-003840.2017.02.000/5, IC-009421.2017.02.000/8, IC-000353.2017.02.002/0, IC-000247.2017.02.004/1, NF-000462.2018.02.000/0, NF-000790.2018.02.000/3, NF-001267.2018.02.000/8, NF-001769.2018.02.000/5, NF-001818.2018.02.000/5, IC-003109.2018.02.000/0, NF-003483.2018.02.000/0, PP-003771.2018.02.000/4, NF-003878.2018.02.000/0, NF-003906.2018.02.000/1, NF-003934.2018.02.000/0, NF-004004.2018.02.000/3, NF-004089.2018.02.000/1, NF-004226.2018.02.000/1, PP-004249.2018.02.000/0, NF-004349.2018.02.000/8, NF-004366.2018.02.000/4, NF-004404.2018.02.000/2, NF-004681.2018.02.000/1, NF-004767.2018.02.000/9, NF-004775.2018.02.000/4, NF-004780.2018.02.000/3, NF-004893.2018.02.000/3, NF-004942.2018.02.000/3, NF-005206.2018.02.000/7, NF-005640.2018.02.000/9, IC-000018.2018.02.002/2, NF-000339.2018.02.003/7, IC-000271.2017.02.005/6, NF-004579.2018.02.000/1, NF-004803.2018.02.000/6, IC-004958.2018.02.000/2, NF-005020.2018.02.000/2, PP-000032.2018.02.003/7, IC-004124.2014.02.000/6, IC-000398.2015.02.003/6, IC-000632.2015.02.003/9, IC-001020.2017.02.001/6, IC-000758.2018.02.000/5, PP-002412.2018.02.000/1, NF-004240.2018.02.000/1, NF-004253.2018.02.000/4, NF-004405.2018.02.000/8, NF-004742.2018.02.000/9, NF-004914.2018.02.000/5, NF-000334.2018.02.003/5 - PRT 3ª Região-MG - IC-000246.2015.03.005/2, IC-000131.2016.03.005/8, IC-000162.2017.03.006/0, NF-000469.2018.03.001/7, IC-000309.2018.03.002/6, IC-003149.2015.03.000/0, IC-000545.2015.03.002/0, IC-000101.2015.03.004/2, IC-000237.2015.03.009/5, IC-000641.2016.03.009/0, IC-000226.2016.03.010/7, IC-001469.2017.03.000/2, IC-002778.2017.03.000/3, IC-000771.2017.03.001/5, IC-000807.2017.03.001/0, IC-000247.2017.03.002/1, IC-000157.2017.03.005/3, IC-000110.2017.03.010/6, PP-000655.2018.03.000/0, IC-000880.2018.03.000/6, IC-001948.2018.03.000/2, NF-003071.2018.03.000/4, NF-000461.2018.03.001/6, PP-000571.2018.03.002/2, IC-000011.2018.03.007/3, IC-000030.2018.03.007/2, NF-000141.2018.03.008/3, IC-000372.2011.03.002/3, IC-000476.2012.03.001/9, IC-000154.2012.03.002/8, IC-003073.2016.03.000/1, IC-001561.2017.03.000/6, PP-001569.2017.03.000/0, IC-004217.2017.03.000/0, IC-000007.2017.03.010/3, IC-001560.2018.03.000/2, NF-001869.2018.03.000/3, NF-002538.2018.03.000/5, IC-000479.2018.03.001/4, PP-000210.2018.03.002/8, NF-000288.2018.03.003/0, NF-000144.2018.03.004/9, NF-000301.2018.03.006/9, IC-000303.2016.03.007/7, IC-000056.2017.03.001/8, IC-000124.2017.03.010/9, NF-000310.2018.03.007/0, IC-000151.2015.03.010/6, IC-000252.2016.03.000/2, IC-000289.2016.03.009/7, IC-004984.2017.03.000/9, IC-000667.2017.03.001/8, IC-000071.2017.03.005/5, IC-000408.2017.03.005/8 - PRT 4ª Região-RS - IC-000708.2014.04.006/7, IC-001280.2015.04.000/8, IC-003132.2017.04.000/0, IC-004161.2017.04.000/1, IC-000104.2017.04.001/0, PP-002348.2018.04.000/7, IC-000196.2011.04.008/4, IC-001207.2015.04.000/5, IC-001805.2015.04.000/8, IC-002092.2015.04.000/9, IC-002605.2016.04.000/3, IC-004237.2016.04.000/0, IC-004718.2016.04.000/0, IC-004725.2016.04.000/0, IC-000016.2016.04.001/4, IC-000025.2016.04.007/6, IC-000759.2017.04.000/9, IC-003248.2017.04.000/6, IC-003520.2017.04.000/1, IC-003791.2017.04.000/7, IC-004082.2017.04.000/2, IC-004542.2017.04.000/3, IC-004922.2017.04.000/0, IC-005110.2017.04.000/2, PP-000419.2017.04.002/1, IC-000010.2018.04.000/2, PP-000020.2018.04.000/0, IC-000857.2018.04.000/7, PP-000979.2018.04.000/2, IC-001172.2018.04.000/0, IC-001184.2018.04.000/8, IC-001505.2018.04.000/1, IC-001749.2018.04.000/3, NF-002141.2018.04.000/4, IC-002335.2018.04.000/5, NF-002377.2018.04.000/1, NF-002380.2018.04.000/9, NF-002410.2018.04.000/1, NF-002542.2018.04.000/9, IC-000062.2018.04.001/9, IC-000106.2018.04.005/5, IC-000110.2018.04.006/5, IC-001457.2012.04.000/7, IC-001504.2015.04.000/0, IC-001559.2016.04.000/1, IC-001777.2016.04.000/8, IC-003762.2016.04.000/0, IC-004310.2016.04.000/7, IC-000219.2016.04.001/2, IC-001021.2017.04.000/4, IC-001303.2017.04.000/4, IC-002070.2017.04.000/9, IC-003422.2017.04.000/5, IC-004630.2017.04.000/3, IC-005007.2017.04.000/7, PP-000307.2017.04.002/2, IC-000044.2017.04.003/5, IC-000047.2017.04.005/7, IC-000337.2017.04.008/4, IC-000216.2018.04.000/6, IC-000292.2018.04.000/5, PP-001018.2018.04.000/8, PP-001406.2018.04.000/0, IC-001407.2018.04.000/5, NF-001514.2018.04.000/3, PP-001826.2018.04.000/1, IC-002239.2018.04.000/9, NF-002340.2018.04.000/3, NF-002512.2018.04.000/0, IC-000139.2018.04.008/3, NF-000255.2018.04.008/0, IC-000860.2013.04.000/0, IC-000475.2017.04.008/9, IC-000174.2018.04.000/5, IC-000245.2018.04.000/8, PP-000668.2018.04.000/4, IC-003853.2015.04.000/5, IC-002170.2017.04.000/6, PP-004409.2017.04.000/0, IC-000817.2018.04.000/1, IC-001013.2018.04.000/0, IC-001040.2018.04.000/3, PP-001856.2018.04.000/1 - PRT 5ª Região-BA - IC-002522.2015.05.000/2, IC-002559.2017.05.000/3, IC-000584.2018.05.000/0, IC-000184.2016.05.002/4, IC-000283.2017.05.004/0, IC-000371.2017.05.004/9, IC-000441.2018.05.000/4, IC-000859.2018.05.000/5, NF-001495.2018.05.000/3, NF-000203.2018.05.002/3, IC-000581.2015.05.000/3, IC-000613.2017.05.000/9, IC-002984.2017.05.000/4, IC-000325.2018.05.000/7, NF-000866.2018.05.000/3, IC-000069.2018.05.003/0, IC-000483.2015.05.006/3, IC-001280.2018.05.000/5, IC-000452.2018.05.006/3 - PRT 6ª Região-PE - IC-002509.2017.06.000/2, PP-003863.2017.06.000/8, NF-001071.2018.06.000/0, PP-000005.2018.06.002/5, IC-001719.2014.06.000/0, IC-002206.2015.06.000/0, IC-001599.2017.06.000/1, IC-002157.2017.06.000/4, IC-002438.2017.06.000/9, IC-003753.2017.06.000/4, IC-000267.2018.06.000/2, NF-000438.2018.06.000/3, IC-000567.2018.06.000/7, IC-000832.2018.06.000/8, IC-001183.2018.06.000/5, PP-000102.2018.06.002/0, PP-000129.2018.06.002/0, NF-000198.2018.06.002/4, NF-000261.2018.06.002/6, IC-000836.2015.06.000/5, IC-000965.2015.06.000/9, IC-000393.2016.06.000/1, IC-002205.2016.06.000/2, IC-002262.2017.06.000/0, IC-000216.2017.06.002/9, IC-000564.2017.06.002/7, IC-000772.2017.06.002/8, IC-000030.2018.06.000/8, IC-000188.2018.06.000/5, IC-000376.2018.06.000/1, NF-000656.2018.06.000/1, NF-001396.2018.06.000/2, PP-000133.2018.06.002/9, IC-000146.2018.06.002/5, NF-000308.2018.06.002/5, IC-000659.2018.06.000/0, PP-000147.2018.06.002/1 - PRT 7ª Região-CE - NF-000140.2018.07.001/9, IC-001612.2014.07.000/6, IC-000913.2016.07.000/8, IC-000526.2017.07.000/4, IC-001479.2017.07.000/3, IC-001523.2017.07.000/6, PP-002464.2017.07.000/8, PP-000368.2017.07.001/7, PP-000211.2018.07.000/3, PP-000246.2018.07.000/7, PP-000306.2018.07.000/6, NF-001438.2018.07.000/4, NF-001547.2018.07.000/1, IC-000066.2014.07.000/4, IC-000041.2016.07.000/2, IC-000120.2016.07.000/0, IC-002147.2016.07.000/8, IC-002164.2016.07.000/4, IC-000155.2016.07.001/2, IC-000001.2017.07.000/0, IC-000859.2017.07.000/0, IC-001340.2017.07.000/8, IC-001377.2017.07.000/5, PP-000766.2018.07.000/2, IC-001184.2015.07.000/7, CP-000739.2015.07.000/8, IC-002317.2016.07.000/3, IC-001269.2017.07.000/2, PP-000379.2018.07.000/6 - PRT 8ª Região-PA - NF-000152.2018.08.002/8, PP-001139.2010.08.000/1, IC-000478.2013.08.002/1, IC-000043.2013.08.003/0, IC-000341.2014.08.002/2, IC-000094.2016.08.003/9, IC-000212.2017.08.003/8, PP-000140.2018.08.000/9, IC-000533.2018.08.000/3, NF-001320.2018.08.000/7, NF-000109.2018.08.002/6, IC-000074.2014.08.002/5, IC-000228.2015.08.003/7, IC-000346.2016.08.002/0, IC-000925.2017.08.000/9, IC-000097.2017.08.003/4, IC-000789.2018.08.000/7, IC-000047.2018.08.003/8, IC-000205.2017.08.000/7, IC-001784.2017.08.000/2, IC-000136.2017.08.002/9 - PRT 9ª Região-PR - PP-002983.2016.09.000/0, IC-000040.2017.09.001/2, IC-000228.2017.09.006/8, IC-000618.2015.09.001/3, IC-000038.2016.09.001/9, IC-000299.2016.09.006/2, IC-000490.2017.09.001/0, IC-000163.2017.09.005/6, IC-000216.2017.09.006/8, PP-000062.2018.09.000/5, PP-000079.2018.09.000/4, PP-000158.2018.09.000/9, IC-000164.2018.09.000/0, PP-000318.2018.09.000/6, PP-000522.2018.09.000/1, PP-000768.2018.09.000/5, NF-001821.2018.09.000/0, NF-000141.2018.09.004/0, IC-000180.2018.09.005/4, NF-000198.2018.09.009/6, NF-000117.2018.09.010/4, IC-001046.2016.09.000/8, IC-001208.2016.09.000/8, IC-002832.2016.09.000/6, IC-000503.2017.09.000/0, IC-001103.2017.09.000/5, IC-002959.2017.09.000/6, PP-003571.2017.09.000/4, IC-003721.2017.09.000/7, IC-000593.2017.09.003/9, IC-000459.2017.09.007/3, IC-000057.2017.09.010/1, PP-000175.2018.09.000/4, IC-000212.2018.09.000/0, NF-000675.2018.09.000/5, IC-000987.2018.09.000/0, PP-001165.2018.09.000/6, IC-001589.2018.09.000/0, NF-001850.2018.09.000/3, IC-000064.2018.09.001/1, NF-000243.2018.09.004/1, NF-000152.2018.09.006/6, IC-000116.2017.09.007/0, IC-000263.2017.09.009/8, IC-000270.2018.09.000/0, IC-000732.2018.09.000/5, IC-001588.2018.09.000/4, IC-000181.2018.09.005/0, IC-000564.2017.09.000/0, IC-003039.2017.09.000/6, IC-003961.2017.09.000/7, IC-000078.2017.09.006/4, IC-000103.2017.09.008/5, IC-000212.2018.09.005/4 - PRT 10ª Região-DF - IC-000227.2014.10.001/1, IC-002000.2017.10.000/2, NF-001089.2018.10.000/6, IC-001247.2015.10.000/9, IC-000372.2017.10.000/4, IC-000861.2017.10.000/1, IC-001433.2017.10.000/9, IC-001563.2017.10.000/5, IC-000095.2017.10.001/7, PP-000522.2018.10.000/7, IC-000921.2018.10.000/3, PP-001079.2018.10.000/0, PP-001436.2018.10.000/7, IC-002435.2016.10.000/6, IC-002317.2017.10.000/9, PP-000017.2018.10.000/9, PP-001085.2018.10.000/4, IC-000020.2018.10.002/8, IC-002544.2016.10.000/4, IC-000060.2016.10.001/2, IC-000086.2017.10.002/7, IC-001333.2018.10.000/3, IC-

000003.2018.10.000/5, NF-000238.2018.10.001/6 - PRT 11ª Região-AM - NF-000410.2018.11.000/0, IC-000851.2015.11.000/0, IC-001046.2015.11.000/7, IC-000449.2017.11.000/6, IC-000512.2012.11.000/4, IC-000255.2015.11.000/6, IC-000187.2016.11.000/5, PP-001523.2017.11.000/8, IC-000238.2017.11.001/4, IC-001572.2017.11.000/4, IC-000545.2013.11.000/8, IC-000556.2018.11.000/5 - PRT 12ª Região-SC - IC-001467.2015.12.000/2, IC-000229.2017.12.000/6, IC-000366.2017.12.000/4, NF-000176.2018.12.004/0, IC-000046.2012.12.004/1, IC-000230.2014.12.004/0, IC-000136.2015.12.004/3, IC-000025.2016.12.004/2, IC-000203.2016.12.004/3, IC-000148.2017.12.003/0, IC-000180.2017.12.005/5, IC-000269.2017.12.005/6, IC-000317.2017.12.005/5, IC-000363.2017.12.005/6, IC-000034.2018.12.002/9, IC-000074.2018.12.004/3, IC-000083.2018.12.005/5, IC-000191.2018.12.005/1, IC-000215.2013.12.005/3, IC-001094.2015.12.000/6, IC-000009.2015.12.002/2, IC-000250.2017.12.000/0, IC-000493.2017.12.000/5, IC-000416.2017.12.002/2, PP-000241.2018.12.000/2, PP-000777.2018.12.000/3, NF-000194.2018.12.004/2, IC-000610.2017.12.001/2, IC-000470.2011.12.000/5 - PRT 13ª Região-PB - IC-000434.2017.13.000/9, PP-000150.2018.13.001/4, IC-019387.2010.13.000/8, IC-001594.2013.13.000/7, IC-001541.2014.13.000/0, IC-000915.2015.13.000/6, IC-000295.2015.13.002/3, IC-001308.2016.13.000/2, IC-000463.2016.13.001/0, IC-000045.2018.13.001/5, IC-001780.2013.13.000/3, IC-001036.2014.13.000/5, IC-001235.2014.13.000/4, IC-000901.2015.13.000/3, IC-001423.2015.13.000/3, IC-000520.2016.13.000/1, IC-000185.2016.13.002/0, IC-001409.2017.13.000/7, PP-001756.2017.13.000/4, PP-000236.2018.13.001/6, IC-001160.2015.13.000/0, IC-001429.2015.13.000/6, PP-000174.2018.13.001/4, IC-000990.2013.13.000/7, IC-000045.2017.13.000/0, IC-000694.2017.13.001/7 - PRT 14ª Região-RO - IC-000233.2014.14.001/7, IC-000703.2012.14.000/2, IC-000302.2014.14.001/7, IC-000346.2014.14.001/1, IC-000084.2014.14.002/9, IC-000183.2016.14.001/0, IC-000381.2016.14.002/2, IC-000173.2017.14.002/4, IC-000073.2018.14.001/7, IC-000051.2011.14.000/0, IC-000608.2012.14.000/6, IC-000550.2014.14.000/9, IC-000024.2016.14.002/7, IC-000226.2017.14.001/7, PP-000021.2017.14.002/9, NF-000180.2018.14.002/5, IC-000133.2015.14.002/0 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-002514.2018.15.000/0, IC-001976.2013.15.000/0, IC-002112.2015.15.000/4, IC-000078.2016.15.002/9, IC-000435.2016.15.002/0, IC-000824.2016.15.006/2, IC-000359.2016.15.007/3, IC-000622.2017.15.000/7, IC-001018.2017.15.000/5, IC-000393.2017.15.001/8, IC-000780.2017.15.001/4, IC-000310.2017.15.002/9, IC-001056.2017.15.008/8, PP-000442.2018.15.000/8, PP-000721.2018.15.000/1, PP-000829.2018.15.000/0, PP-000908.2018.15.000/8, PP-000984.2018.15.000/0, IC-001314.2018.15.000/7, NF-002787.2018.15.000/5, PP-000075.2018.15.001/3, PP-000364.2018.15.001/5, PP-000478.2018.15.001/6, PP-000564.2018.15.001/1, PP-000090.2018.15.003/5, IC-000337.2018.15.008/0, IC-000199.2014.15.004/6, IC-001001.2016.15.000/9, IC-000017.2016.15.005/5, IC-000543.2016.15.007/4, IC-002098.2017.15.000/4, IC-003482.2017.15.000/2, IC-000306.2017.15.001/1, IC-000098.2017.15.002/9, IC-000497.2017.15.003/8, IC-000116.2017.15.005/5, IC-000074.2018.15.000/5, IC-001397.2018.15.000/4, PP-000624.2018.15.001/0, IC-000472.2018.15.002/6, IC-000465.2018.15.008/7, IC-000492.2018.15.008/0, IC-001378.2017.15.000/5, IC-000783.2017.15.006/4, PP-001843.2018.15.000/7, IC-002115.2018.15.000/6, NF-000308.2018.15.003/3, NF-000768.2018.15.008/0, IC-001758.2013.15.000/4, IC-004014.2017.15.000/8, PP-000455.2018.15.000/4, NF-002754.2018.15.000/0, NF-000313.2018.15.003/9 - PRT 16ª Região-MA - IC-001425.2017.16.000/2, NF-000690.2018.16.000/9, IC-000208.2012.16.001/3, IC-000358.2014.16.001/3, IC-000317.2015.16.001/0, IC-000131.2016.16.001/3, IC-000030.2016.16.002/0, IC-000235.2017.16.000/1, IC-001350.2017.16.000/7, NF-000597.2018.16.000/5, IC-000692.2018.16.000/1, IC-000741.2016.16.000/1, IC-000049.2016.16.002/3, IC-000902.2017.16.000/8, IC-000101.2017.16.001/4, IC-000175.2017.16.001/0, IC-000162.2018.16.000/9, IC-000356.2018.16.000/3, NF-000163.2018.16.001/3, IC-000011.2013.16.002/0, IC-000348.2014.16.001/6, IC-000886.2017.16.000/3, IC-000538.2018.16.000/8, IC-000128.2017.16.001/3, NF-000555.2018.16.000/3, NF-000796.2018.16.000/5 - PRT 17ª Região-ES - IC-000374.2008.17.000/2, IC-000013.2016.17.003/8, IC-000232.2017.17.001/1, IC-000829.2015.17.000/4, IC-000088.2016.17.000/9, IC-000857.2017.17.000/9, IC-001131.2017.17.000/3, PP-001614.2017.17.000/3, IC-000185.2017.17.001/9, IC-000221.2017.17.003/4, NF-000856.2018.17.000/5, IC-001157.2016.17.000/7, IC-001586.2017.17.000/1, IC-001677.2017.17.000/8, PP-000297.2018.17.000/1, IC-000044.2018.17.003/7, IC-000019.2017.17.001/3, PP-000161.2018.17.000/3 - PRT 18ª Região-GO - IC-000825.2014.18.000/7, IC-000059.2018.18.000/0, IC-000985.2015.18.000/1, IC-000292.2015.18.001/0, IC-000220.2016.18.000/1, IC-002155.2016.18.000/2, IC-001863.2017.18.000/2, PP-002234.2017.18.000/3, IC-000343.2017.18.002/2, IC-000351.2017.18.003/5, IC-000230.2018.18.000/4, IC-000980.2018.18.000/8, IC-000989.2018.18.000/5, NF-001096.2018.18.000/1, NF-001181.2018.18.000/5, IC-000128.2018.18.002/6, IC-000049.2016.18.002/7, IC-000872.2017.18.000/2, IC-001893.2017.18.000/1, IC-002216.2017.18.000/1, IC-000021.2017.18.002/6, IC-000337.2017.18.002/0, PP-000540.2018.18.000/6, IC-000921.2018.18.000/0, NF-001064.2018.18.000/1, IC-000066.2018.18.003/0, IC-001085.2016.18.000/6, NF-001306.2018.18.000/6, IC-000198.2018.18.003/5, IC-000106.2017.18.000/0, IC-000292.2017.18.003/2 - PRT 19ª Região-AL - IC-000344.2017.19.000/3, IC-000307.2018.19.000/6, IC-000649.2018.19.000/2, IC-000728.2018.19.000/0, IC-000146.2018.19.001/0, IC-001106.2016.19.000/6, IC-001197.2017.19.000/0, IC-001755.2017.19.000/8, IC-001860.2017.19.000/4, IC-000226.2017.19.001/1, IC-000004.2018.19.000/8, IC-000180.2018.19.000/3, IC-000410.2018.19.000/7, IC-000503.2018.19.000/7, IC-000568.2018.19.000/2, IC-000655.2015.19.000/6, IC-000264.2018.19.000/2 - PRT 20ª Região-SE - IC-000073.2015.20.001/1, IC-000368.2016.20.000/4, IC-001071.2011.20.000/4, IC-000230.2014.20.000/8, IC-000109.2016.20.000/0, IC-002948.2016.20.000/6, IC-002974.2016.20.000/3, IC-000376.2017.20.000/1, IC-000452.2017.20.000/0, IC-001684.2017.20.000/1, IC-000933.2018.20.000/5, IC-001126.2011.20.000/7, IC-000528.2014.20.000/6, IC-000820.2017.20.000/8, PP-002086.2017.20.000/7, NF-001183.2018.20.000/1, IC-000408.2018.20.000/4, IC-001936.2016.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000572.2016.21.000/0, IC-000502.2012.21.000/9, IC-000272.2015.21.000/3, IC-001764.2015.21.000/0, IC-001112.2017.21.000/8, IC-000028.2017.21.001/6, NF-000126.2018.21.001/0, PP-000158.2018.21.001/5, IC-000002.2015.21.001/1, IC-001744.2016.21.000/0, IC-000254.2017.21.000/7, NF-001051.2017.21.000/0, PP-001783.2017.21.000/1, IC-000005.2018.21.001/0, IC-000104.2018.21.001/3, IC-000107.2017.21.002/8, IC-000111.2017.21.002/7 - PRT 22ª Região-PI - NF-000898.2018.22.000/4, IC-000141.2013.22.001/0, IC-000229.2018.22.000/0, IC-000654.2018.22.000/3, NF-000907.2018.22.000/0, IC-000063.2018.22.000/7, IC-000795.2016.22.000/1, IC-000394.2018.22.000/8, NF-000874.2018.22.000/4, IC-000294.2017.22.000/7, NF-000866.2018.22.000/0 - PRT 23ª Região-MT - IC-000511.2015.23.000/0, IC-000295.2015.23.004/1, IC-000769.2017.23.000/9, IC-000449.2017.23.001/8, IC-000691.2017.23.001/0, IC-000220.2017.23.003/6, IC-000075.2018.23.001/2, IC-000162.2018.23.001/6, IC-000030.2016.23.001/6, IC-000191.2017.23.004/3, NF-000135.2018.23.003/0, IC-000022.2013.23.001/1, IC-000873.2016.23.000/3, IC-000429.2017.23.000/5, IC-000642.2017.23.001/0, IC-000160.2016.23.001/8, IC-000703.2017.23.001/5, NF-000691.2018.23.000/4 - PRT 24ª Região-MS - IC-000751.2017.24.000/1, IC-000642.2018.24.000/5, IC-000490.2017.24.000/0, IC-001166.2017.24.000/6, IC-000250.2017.24.001/2, PP-000365.2018.24.000/4.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

SANDRA LIA SIMÓN
Subprocuradora Geral do Trabalho
Coordenadora da 3ª Subcâmara Coordenação e Revisão do MPT

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 460ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2018

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar: Dr. Clauro Roberto de Bortolli (Coordenador), Dr. Cezar Luís Rangel Coutinho (Membro), Dr. Dimorvan Gonçalves Leite e Dra. Anete Vasconcelos de Borborema. (Suplentes). Aberta a reunião às 14h. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 110.2018.000094.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.

Ementa: PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. DIFICULDADES DE AGENDAMENTO DE CONSULTA JUNTO AO HOSPITAL GERAL DO RIO DE JANEIRO (HGERJ - RIO DE JANEIRO/RJ), POR MEIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO HOSPITALAR. Implantação do sistema, visando facilitação de acesso do usuário à prestação de serviço de saúde.

Possibilidade de uso de outros canais, aptos a apoiar e resolver as demandas. Matéria administrativa. Inexistência de indícios mínimos de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.2. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 110.2018.000052.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Dimorvan Gonçalves Leite.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC). SUPOSTA PREVARICAÇÃO DA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM DO HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO

DIAS, PELA NÃO INDICAÇÃO DE MILITARES PARA A COMPOSIÇÃO DE UM GRUPO DE RECEBIMENTO (GR) DE UM NAVIO NO EXTERIOR (INGLATERRA). Verificada a legalidade

e regularidade dos atos administrativos praticados pela Administração Militar, em conformidade com as Normas Administrativas da Marinha do Brasil. Ausência de indícios de ilícitos penais.

Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 110.2018.000130.

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado

Relator: Dr. Cezar Luís Rangel Coutinho.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO INICIADA POR EX-MILITAR AO INFORMAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO

RECEBIMENTO DE PENSÃO POR SUA EX-MULHER. Pensão requerida na qualidade de esposa do instituidor. Existência de separação de fato. Recebimento de pensão amparado por

suposta legalidade. Necessidade de Inquérito Policial Militar para aprofundar a apuração empreendida em sede de PIC.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar, para que, se entender do mesmo modo, designe

outro membro do *Parquet* Castrense para que requisite a instauração de IPM, assim como outras diligências que repute como pertinentes no sentido da investigação a ser empreendida.

1.4. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 110.2018.000013.

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO SISTEMA DE CALDEIRAS DA ESCOLA DE MARINHEIROS APRENDIZES NO

ESPÍRITO SANTO - EAMES (VILA VELHA-ES), POR FALTA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA, EXPONDO EM RISCO À VIDA DE COLABORADORES CIVIS E

MILITARES E GERANDO ACIDENTES DE TRABALHO. Inexistência de elementos mínimos que respingam na seara penal militar e comum. Irregularidades sanadas pela Organização

Militar, após os Auditores-Fiscais do Trabalho e o *Parquet* do Trabalho constatar algumas questões que estão fora das normas de segurança e saúde do trabalho. Existência de manutenção

periódica e ausência de acidente de trabalho e de danos pessoais. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 110.2018.000099.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Dimorvan Gonçalves Leite.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. NOTÍCIA SOBRE ALUGUEL DE DEPENDÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO MILITAR (OM), CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ALMIRANTE ADALBERTO NUNES (CEFAN), SEDIADO NO RIO DE JANEIRO/RJ E USO DE PESSOAL MILITAR PARA FINS PARTICULARES. Regularidade de

Procedimentos Administrativos referentes às permissões de uso das instalações da OM, de acordo com as normas administrativas vigentes. Atividades de serviços necessários à manutenção das

instalações e do patrimônio sob administração militar. Ausência de indícios de ilícitos penais. Arquivamento Homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 141.2018.000048.

Origem: PJM Juiz de Fora - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. Cezar Luís Rangel Coutinho.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. CÓPIAS DE RELATÓRIO E SOLUÇÃO DE SINDICÂNCIA ENVIADA AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR. DANO AO

ERÁRIO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE CRIME MILITAR. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. Procedimento Investigatório Criminal iniciado pelo envio de cópias de relatórios

e soluções de sindicâncias instauradas no âmbito do 11o. Batalhão de Infantaria de Montanha, em São João Del Rei/MG. Apurações de danos causados ao Erário. Acidente de trânsito envolvendo viatura

militar. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 161.2018.000059.

Origem: PJM Salvador - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.

Ementa: PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. NOTÍCIA VEICULANDO DESRESPEITO, POR PARTE DE ENCARREGADO DE SINDICÂNCIA, DE DIREITOS DO SINDICADO,

DENTRE OS QUAIS O DE PERMANECER EM SILÊNCIO E DE TER ACESSO E INTERFERÊNCIA NAS OITIVAS DE TESTEMUNHAS. A consequência para descumprimento de

normas constitucionais, materiais e processuais, para o caso noticiado, é o desentranhamento da suposta prova obtida ilicitamente e o refazimento do ato. Questão que não ultrapassa os limites do

direito administrativo/disciplinar. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, decidiu concordar com o arquivamento, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 116.2017.000024.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Dimorvan Gonçalves Leite.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC). NOTÍCIA DE FRAUDES NO HOSPITAL GERAL DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE UTILIZAÇÃO ILEGAL DE ATAS DE

REGISTRO DE PREÇOS. ANÁLISE MINUCIOSA DOS PREGÕES ELETRÔNICOS CITADOS. PROCEDIMENTO INSTRUÍDO COM ACÓRDÃO DO TCU, RELATÓRIO DE

SINDICÂNCIA E INQUÉRITO POLICIAL MILITAR, PARECER DA 1ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS E CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO E NÃO

CONFIRMAÇÃO DAS FRAUDES NOTICIADAS. Ausência de indícios de ilícitos penais. Remessa de cópia dos autos para a Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR, para apurar suposta

irregularidade em Pregão Eletrônico realizado no 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, sediado em Curitiba/PR. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento, sem prejuízo da reabertura da investigação, nos termos legais.

1.9. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 171.2017.000005.

Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.

Ementa: PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. NOTÍCIA APÓCRIFA DANDO CONTA DA COBRANÇA DE PROPINA, POR PARTE DE OFICIAIS DO 72º BATALHÃO DE INFANTARIA

MOTORIZADO, PETROLINA-PE. Instauração de IPM, em relação a parcela dos fatos. Quanto aos demais, os elementos colhidos na investigação dão conta da inexistência de lastro probatório mínimo, nem expectativa de obtê-lo, acaso se dê continuidade às investigações. Delação criminosa apresentada de forma apócrifa, sem qualquer outro suporte probatório, por mínimo que seja, não deve

dar ensejo à abertura de investigação criminal. Arquivamento homologado, sem prejuízo da reabertura da investigação, nos termos legais.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento, sem prejuízo da reabertura da investigação, nos termos legais.

1.10. Processo: Notícia de Fato 120.2018.000168.

Origem: 2ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.

Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.

Ementa: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA ANÁLISE DE REQUERIMENTO PROTOCOLADO NO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS

CONTROLADOS DA 2° REGIÃO MILITAR (SÃO PAULO/SP). Processo desencadeado inicialmente junto a órgão incompetente para sua apreciação. Nova demanda, dessa feita junto ao SFPC/2,

cujo prazo para análise não havia se escoado, ao tempo do recurso. Matéria de cunho eminentemente administrativo. Inexistência de indícios mínimos da prática de ilícito penal militar. Não provimento ao

recurso. Homologação do arquivamento ditado na Instância.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu no sentido de negar provimento ao recurso interposto e homologar a decisão de arquivamento proferida na Instância.

1.11. Processo: Notícia de Fato 210.2018.000071.

Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Dimorvan Gonçalves Leite.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO DE SUBTENENTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO SOBRE A INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE

MILITARES, PELOS COMANDANTES DA CIA CMDO DO 13º BIMTZ, ENTRE OS ANOS DE 2012/2015. Ausência de implementação de ações e reintegração profissional do militar, por parte dos

comandantes da OM. Fichas de avaliação fornecidas pelo Departamento Geral de Pessoal do Exército devidamente fundamentadas. Questão administrativa de competência da Justiça Federal. Ausência

de indícios de ilícitos penais. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Notícia de Fato 120.2018.000170.

Origem: PJM São Paulo

Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.

Ementa: RECURSO. NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA OBSTRUÇÃO NO CURSO DE IPM PELO ENCARREGADO. Não caracterização. Renúncia de Mandato da Advogada da Representante e

descontentamento com Decisões Judiciais. Matérias que refogem ao âmbito de atuação do Ministério Público Militar. Inexistência de crime militar. Não provimento ao recurso. Arquivamento.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu no sentido de negar provimento ao recurso interposto e homologar a decisão de arquivamento proferida na Instância.

1.13. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 116.2017.000014.

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. DESVIO DE FINALIDADE NÃO CARACTERIZADO. Procedimento instaurado a partir de denúncia anônima narrando suposto uso de viatura militar

para o transporte de familiares de militar. Desvio de finalidade não caracterizado. As provas produzidas comprovam que o uso da viatura sempre esteve relacionado à atividade funcional. Arquivamento

homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, Coordenador da CCR, declarou finda a reunião às dezesseis horas. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Coordenador da CCR/MPM

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 33, DE 29 DE AGOSTO DE 2018
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Benjamin Zymler, em férias, e o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial.

CELEBRAÇÃO DE CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE MINISTRO EMÉRITO

A Presidência informou que, conforme convocação feita na Sessão Plenária de 30 de maio de 2018, nos termos do § 1º do art. 298-B do Regimento Interno, a primeira parte desta sessão se destina à celebração do centenário de nascimento do Ministro Ivan Luz.

Em seguida, registrou a presença do Ministro Emérito do TCU, Carlos Átila Alvares da Silva, do Subprocurador-Geral Emérito do MP/TCU, Sebastião Baptista Affonso do Desembargador de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Eurico Barros, e dos familiares do homenageado: Angela Maria Luz Barreto, Edson Luiz de Oliveira Luz, Solange Maria Luz Braga, Ana Cristina de Oliveira Luz, Mauricio de Oliveira Paiva Luz, Armando José Barreto, Mario Fortes Braga, Angelin Reffatti, Nadir Borges Luz, Flavia Regis de Paiva Laurentino Luz, Rafael Luz Barreto, Priscila Luz Goulart, Camila Borges Luz, Filipe do Rego Barroso Luz, Alice Stin Luz, Maitê Luz Goulart, Luis Felipe, Lígia, Adriele Stin Madruga, Diogo Mendes Goulart, Waldino Magalhães Mármore, Paulo Cezar Dantas da Costa, Josefa Tânia da Costa, Cora Pereira Nunes, José Nildo Lau Pereira, João Batista, Tânia, Vanessa de Albuquerque e Vanessa Cordeiro.

Na sequência, concedeu a palavra ao Ministro José Múcio Monteiro, que prestou a homenagem em nome do Tribunal (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata).

Dando prosseguimento, o Presidente fez a entrega da medalha alusiva aos 125 anos de criação do Tribunal de Contas da União, bem como de diploma com registro da homenagem às senhoras Ângela Maria de Oliveira Luz Barreto, Ana Cristina de Oliveira Luz e Solange Maria Luz Braga e aos senhores Edson Luiz de Oliveira Luz e Maurício de Oliveira Luz, todos filhos do Ministro Ivan Luz.

A palavra foi então concedida ao senhor Edson Luiz de Oliveira Luz, para falar em nome do homenageado (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata).

Ao fim, o Presidente agradeceu a presença de todos que participaram da homenagem.

SUSPENSÃO DA SESSÃO

Às 14 horas e 48 minutos, a Presidência suspendeu a sessão ordinária para cumprimentos aos homenageados.

REABERTURA DA SESSÃO

A sessão foi reaberta às 14 horas e 52 minutos.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 32, referente à sessão ordinária realizada em 22 de agosto de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 23 e 29 de agosto, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 015.406/2009-6
Interessado: Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o colegiado que proferiu a deliberação recorrida, excluído o autor da respectiva deliberação. Inciso I do art. 154 do RITCU. Arts. 21 e 22 da Resolução-TCU nº 175/2005
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 018.120/2018-0
Interessado: Instituto Butantan, Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR
Motivo do sorteio: Impedimento ou suspeição do relator atribuído por LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Art. 39, VIII; parágrafo único do art. 151 do RITCU. Art. 11 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 024.080/2018-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento ou suspeição do relator atribuído por LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Art. 39, VIII; parágrafo único do art. 151 do RITCU. Art. 11 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 028.688/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento ou suspeição do relator atribuído por LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Art. 39, VIII; parágrafo único do art. 151 do RITCU. Art. 11 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

Processo: 029.073/2018-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Matéria administrativa ou Projeto de Ato Normativo
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o Plenário, excluídos, em caso de projeto de ato normativo, o autor da proposição e o relator do projeto nas comissões. Arts. 72 a 74; 76; inciso III do art. 154 do RITCU. Art. 19 da Resolução-TCU 175/2005. Art. 28, § 2º,da Resolução-TCU 249/2012.
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 031.839/2015-0
Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o colegiado que proferiu a deliberação recorrida, excluído o autor da respectiva deliberação. Inciso I do art. 154 do RITCU. Arts. 21 e 22 da Resolução-TCU nº 175/2005
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Recurso: 024.827/2009-7/R003
Recorrente: João Soares Lyra Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 029.751/2010-1/R001
Recorrente: Marilda Figueiredo de Paiva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 030.941/2010-5/R001
Recorrente: Alcio Medeiros Mendes
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 014.019/2012-4/R001
Recorrente: Sergio Luiz Cortes da Silveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 010.913/2013-0/R001
Recorrente: Jose Ahyrton da Silva
ONG Cata-Ventos Juventude e Cidadania
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 007.393/2014-8/R002
Recorrente: José Arlindo da Silva Filho
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 011.286/2014-8/R003
Recorrente: Pedro Serafim de Souza Filho
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 014.974/2014-2/R001
Recorrente: João Alves Alencar
João de Oliveira Alencar
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 030.047/2014-5/R001
Recorrente: Eduardo Raupp de Vargas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 031.927/2014-9/R001
Recorrente: Gautama LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 001.245/2015-5/R001
Recorrente: Jose Claudio Dias de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 002.721/2015-5/R001
Recorrente: João Roberto Pereira de Melo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 003.238/2015-6/R001
Recorrente: Celso Luiz da Silva Vargas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 010.225/2015-3/R001
Recorrente: Carlos Roberto da Cunha
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 017.065/2015-1/R001
Recorrente: Cleto José Alves da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 020.586/2015-9/R001
Recorrente: Cleide Maria de Souza Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 031.992/2015-3/R001
Recorrente: Emília Maria Salvador Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recurso: 033.133/2015-8/R001
Recorrente: Carmelo Zitto Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 033.133/2015-8/R002
Recorrente: Francisco Prado de Oliveira Ribeiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 035.105/2015-1/R001
Recorrente: José Júlio Seabra Santos
José Roberto Mellara
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 009.519/2016-5/R001
Recorrente: José Maria Bessa de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 011.486/2016-3/R001
Recorrente: Francisco Prado de Oliveira Ribeiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 011.686/2016-2/R001
Recorrente: Francisco Aécio Alves da Nóbrega
Isaac Gomes da Silva Junior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 014.534/2016-9/R001
Recorrente: José Maria Bessa de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 020.115/2016-4/R001
Recorrente: José Maria Bessa de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 022.206/2016-7/R001
Recorrente: Associação Esporte Abraça Campinas
João Batista Andreotti Gomes Tojal
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 024.307/2016-5/R001
Recorrente: Evaldo Oliveira da Cunha
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 028.492/2016-1/R001
Recorrente: José Alex Botelho de Oliva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 033.500/2016-9/R001
Recorrente: Antonio Carlos Faria de Paiva
Renato de Oliveira Guerreiro
Paulo Roberto dos Santos Silveira
Marcos Vinícius de Almeida Nogueira
Eduardo de Xerez Vieiralves
Jose Francisco Albuquerque da Rocha
Luiz Armando Crestana
Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira
Luis Hiroshi Sakamoto
Radyr Gomes de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 006.639/2017-8/R001
Recorrente: Elito Araújo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 013.383/2017-5/R002
Recorrente: Construtora Queiroz Galvao S A
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 013.396/2017-0/R001
Recorrente: Renato de Souza Duque
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 034.411/2017-8/R001
Recorrente: José Alex Botelho de Oliva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 035.154/2017-9/R001
Recorrente: Edinilza Vieira da Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 035.156/2017-1/R001
Recorrente: José Augusto Monteiro Esteves
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata):

Da Presidência (lidas na sessão extraordinária reservada e tornadas públicas por decisão do colegiado):

Assinatura da Portaria-TCU 237, de 24 de agosto de 2018, que institui o Comitê para planejar e coordenar os preparativos para a realização do XXIV Incosai - Congresso da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), em 2022, em atendimento à proposta apresentada pelo Ministro Bruno Dantas na semana passada (22), e aprovada pelo Plenário.

Lançamento da campanha "Simplifica, TCU!", com a disponibilização do sistema Simplifica, que permitirá o compartilhamento de sugestões apresentadas pelos colaboradores desta Casa no sentido de desburocratizar os processos de trabalho.

Informação de que a Segecex, em atendimento à solicitação para que fosse elaborada estratégia para identificar fragilidades no uso dos recursos fundo a fundo da saúde, apresentou plano com ações de curto, médio e longo prazos.

Recebimento, pelo TCU, do "Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade", promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, no âmbito da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), ficando em primeiro lugar na categoria "Inovação na Gestão Pública". Foi premiado o projeto "Caminhos para Energia Limpa", que consiste na implantação de usina fotovoltaica na Sede do TCU, desenvolvido pela Segedam.

Realização, na sexta-feira dia 24, do Diálogo Público sobre o tema "Reforma e Simplificação Tributária: Reduzindo o Custo Brasil", coordenado pela SecexFazenda, na Sede do TCU.

Assinatura da Portaria 233, de 21 de agosto de 2018, que aprimora as regras inerentes ao teletrabalho no TCU.

Entre as fiscalizações iniciadas, destaque para a auditoria na Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) para examinar os contratos de partilha de produção na área do Pré-Sal (TC 027.079/2018-0), de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

Assinatura da Portaria-TCU 238, de 27 de agosto de 2018, que dispõe sobre substituição de Ministro por Ministro-Substituto ou em face de convocação deste último para exercer as funções relativas ao cargo de Ministro, no caso de vacância.

Do Ministro Aroldo Cedraz:

Participação, na sexta-feira dia 24, no evento comemorativo aos 60 anos de cooperação técnico-científica entre Brasil e Alemanha, promovido pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

Do Ministro Vital do Rêgo:

Proposta de solicitação à Segecex para que confira a devida prioridade, em seu plano de fiscalizações, ao processo que cuida do monitoramento do Acórdão 394/2018-TCU-Plenário, que tratou de auditoria operacional no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - o Proadi, de relatoria do Ministro Augusto Nardes. Aprovada.

Autorizada fiscalização na Itaipu Binacional, com o objetivo de verificar a regularidade das transferências aos órgãos e às entidades brasileiras em ações de convênios, patrocínios, publicidade e outras afins, realizadas em território nacional nos exercícios de 2016 e 2017.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1983 a 2003.

Na oportunidade do julgamento do processo n° TC-020.609/2004-9 (Acórdão n° 2001/2018), Relação n° 34, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, a representante do Ministério Público junto ao TCU, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em consonância com o artigo 62, inciso III, c/c os artigos 109 e 143, § 1º, do Regimento Interno, manifestou-se oralmente.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-003.063/2012-7, TC-019.133/2018-9, TC-029.536/2016-2, TC-031.684/2015-7 e TC-032.257/2012-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-009.031/2012-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-017.257/2018-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-021.210/2018-7, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-017.549/2016-7 e TC-023.466/2016-2, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-007.113/2013-7 e TC-016.008/2016-2, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-020.089/2018-0, TC-021.696/2013-6 e TC-036.133/2016-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-012.191/2018-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-012.621/2016-1, que trata de aposentadoria de magistrado com tempo de advocacia desacompanhado de contribuição previdenciária, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler e primeiro revisor o Ministro Vital do Rêgo, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz. Já votou o relator, acompanhado pela Ministra Ana Arraes e pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, no sentido de considerar o ato ilegal e negar o seu registro. O Ministro Walton Alencar Rodrigues votou no sentido de considerar o ato legal, no que foi acompanhado pelos Ministros José Múcio Monteiro, Vital do Rêgo e pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Os votos proferidos constam do Anexo IV desta Ata.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-015.516/2011-3, que trata de pedido de reexame contra acórdão que aplicou multas aos recorrentes em processo de denúncia sobre possíveis irregularidades verificadas em concorrência com vistas à contratação de serviços de publicidade, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-023.393/2007-4, que trata de monitoramento de determinações para realizar auditorias em contratos de publicidade, com o objetivo de identificar pagamentos de bônus de volume, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ADIAMENTO DE DISCUSSÃO

Com base no artigo 113, inciso I, do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-021.696/2013-6, que trata de tomada de contas especial instaurada em razão da prática de ato antieconômico relacionado à suspensão da execução de termo de parceria que tinha por objeto apoiar a formulação e a implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira), cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís Carvalho, a pedido do Ministro Bruno Dantas, após a produção de sustentação oral pelos Drs. Claudismar Zupiroli e Ubiratan Menezes, em nome de Márcia Genésia de Sant'Anna Reis e de Maria Emília Nascimento Santos, respectivamente.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-021.696/2013-6, que trata de tomada de contas especial instaurada em razão da prática de ato antieconômico relacionado à suspensão da execução de termo de parceria que tinha por objeto apoiar a formulação e a implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira), cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís Carvalho, os Drs. Claudismar Zupiroli e Ubiratan Menezes produziram sustentação oral em nome de Márcia Genésia de Sant'Anna Reis e de Maria Emília Nascimento Santos, respectivamente. Foi adiada a discussão do processo, na forma do art. 113, inciso I, do Regimento Interno, a pedido do Ministro Bruno Dantas.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-012.621/2016-1 (Ata nº 50/2017), que trata de ato de aposentadoria de magistrado com tempo de advocacia desacompanhado de contribuição previdenciária, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler e revisor o Ministro Vital do Rêgo. Já votou o relator, acompanhado pela Ministra Ana Arraes e pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, no sentido de considerar o ato ilegal e negar o seu registro. O Ministro Walton Alencar Rodrigues votou no sentido de considerar o ato legal, no que foi acompanhado pelos Ministros José Múcio Monteiro, Vital do Rêgo e Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Ao apregoar o processo, o Presidente indagou ao Plenário se haveria, por parte dos ministros, alguma objeção para que o processo fosse apreciado sem a presença do relator. Na oportunidade, esclareceu que, consoante o disposto no art. 119, § 3º, do RITCU, os votos já proferidos pelos ministros ou ministros-substitutos convocados, ainda que não compareçam à sessão, são computados.

O Ministro Vital do Rêgo usou da palavra para se associar à manifestação da Presidência.

O Ministro Bruno Dantas e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira usaram da palavra pela ordem, para discutir o uso do instituto de antecipação de voto.

Com fundamento no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a discussão do processo, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-014.174/2012-0 (Ata nº 31/2017), que trata de tomada de contas especial instaurada em razão de indícios de superfaturamento nas obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros e da pista auxiliar do aeroporto de Congonhas/SP, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas e revisor o Ministro Benjamin Zymler. Acórdão 2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nos termos dos art. 112, § 4º, do Regimento Interno, o Ministro Benjamin Zymler, por não se encontrar presente à sessão, foi considerado desistente do pedido de vista.

Nos termos do art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-038.272/2012-1 (Ata nº 18/2018), que trata de representação acerca de irregularidades em concessões de férias semestrais de vinte dias a todos os servidores ativos da Comissão Nacional de Energia Nuclear, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e revisor o Ministro-Substituto Weder de Oliveira. Acórdão 2011.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-004.082/2016-8- Acórdão 2004
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-008.239/2016-9 - Acórdão 2005
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-009.834/2010-9 - Acórdão 2006

TC-029.173/2015-9 - Acórdão 2008
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-034.856/2016-1 - Acórdão 2009
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-010.688/2012-9 - Acórdão 2007

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-014.174/2012-0 - Acórdão 2010
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-038.272/2012-1 - Acórdão 2011

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-010.615/2014-8 - Acórdão 2012

TC-023.400/2011-0 - Acórdão 2013

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-012.196/2016-9 - Acórdão 2014

TC-020.073/2016-0 - Acórdão 2018
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-026.709/2012-0 - Acórdão 2019

TC-035.019/2015-8 - Acórdão 2020

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-012.710/2011-3 - Acórdão 2015

TC-014.246/2014-7 - Acórdão 2016

MINISTRA ANA ARRAES

TC-003.880/2017-6 - Acórdão 2017

Nos termos do art. 28, XI, do Regimento Interno, foi computado o voto do Presidente Raimundo Carreiro.

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-022.381/2006-0 - Acórdão 2021

TC-023.480/2009-8 - Acórdão 2022

TC-023.809/2009-4 - Acórdão 2023

MINISTRO-SUBSTITUTO Augusto Sherman Cavalcanti

TC-018.361/2015-3 - Acórdão 2024

MINISTRO-SUBSTITUTO André luís de carvalho

TC-004.719/2017-4 - Acórdão 2025
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-004.974/2018-2 - Acórdão 2026

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 1983 a 2003, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 2004 a 2026, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 27/2018 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 1983/2018 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal, requerendo a reabertura das contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado de São Paulo - Senac/SP, relativa ao exercício de 2004, e o julgamento pela irregularidade das contas dos gestores que teriam dado causa às diversas irregularidades identificadas em aquisições de bens e contratações de serviços relativas às obras do Centro Universitário do Campus Santo Amaro do Senac/SP, também conhecido como Campus Universitário Abram Szajman do Senac/SP, durante o período de 2002 a 2008;

considerando que, mediante despacho à peça 2, p. 252, determinou-se o sobrestamento do presente processo até a apreciação de mérito do TC 022.255/2007-3 (inspeção);

considerando que na instrução, à peça 33, a unidade técnica propôs levantar o sobrestamento dos autos e considerar o recurso de revisão prejudicado por perda de objeto, uma vez que o julgamento definitivo do TC 022.255/2007-3 não ensejou qualquer alteração no julgamento das contas referentes ao exercício de 2004 e tampouco gerou a necessidade de se majorar as multas aplicadas aos responsáveis, uma vez que as multas decorrentes das irregularidades constatadas na inspeção lhes foram imputadas no âmbito daquele processo, eliminando a necessidade de se efetuar tal majoração nesta assentada;

considerando que o representante do MP/TCU, à peça 36, manifestou-se de acordo com a proposta da Secex-SP;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos arts. 32, inciso III, 35, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em i) levantar o sobrestamento destes autos, em razão do julgamento definitivo do TC 022.255/2007-3; ii) conhecer do recurso de revisão, considerando-o prejudicado por perda de objeto e mantendo inalterado o Acórdão 5264/2008-1ª Câmara; e iii) encaminhar os autos à Serur para instrução dos recursos de reconsideração apostos às peças 9 e 19.

1. Processo TC-010.257/2005-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - EXERCÍCIO DE 2004)
1.1. Apensos: 014.027/2004-9 (Representação)
1.2. Responsáveis: Abram Abe Szajman (001.214.108-97); Akira Kido (045.485.748-91); Alaor Augusto Cruz (116.507.028-68); Alberto Weberman (030.527.378-72); Alcides Facó Vidigal (454.273.218-53); Algirdas Antonio Balsevicius (172.901.128-49); Amilcar Campana Neto (629.339.658-87); Antonio Di Girolamo (048.996.088-02); Antonio Guilherme Fracasso (107.854.858-72); Antonio Henrique Medeiros Duarte (265.419.808-10); Antonio Martins Nogueira (066.552.388-20); Argemiro de Barros Araújo (016.553.968-20); Arlette Cângero de Paula Campos (200.171.708-34); Arnaldo Augusto Ciquielo Borges (005.994.138-32); Artur Mendes Quintella (106.268.998-42); Assis de Andrade Vieira (195.145.148-15); Atílio Carlos Daneze (169.708.708-63); Carlos Eduardo Gabas (067.194.598-05); Carlos Gobbo (014.461.858-34); Clairton Martins (194.125.418-72); Dario Miguel Pedro (025.798.048-20); Edson Gaglianone (012.167.168-20); Emilio Roberto Chierighini Martins (036.121.068-05); Euclydes Carli (003.264.538-49); Eunilde Lopes de Carvalho (873.711.208-25); Felicia Aparecida de Souza Areias (167.124.308-01); Frednês Correa Leite (792.982.068-87); Garabed Kenchian (022.887.588-99); Gener Silva (073.866.218-68); George Assad Chahade (199.285.058-53); Gilberto Garcia da Costa Júnior (122.381.898-58); Haroldo Silveira Piccina (006.552.328-85); Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro (105.530.968-34); Jorge Duarte de Souza (016.156.108-04); Jose Domingues Vinhal (302.642.788-87); José Antonio Scomparin (002.042.038-21); José Camargo Hernandes (727.346.808-82); José Carlos Buchala Moreira (035.457.098-68); José Claudinei Primolan (080.399.498-23); João Franco de Godoy Filho (062.306.288-72); Juliano Seabra Santiago de Oliveira Silva (302.683.668-02); Laercio Fernandes Marques (665.756.058-34); Laerte Brentan (003.454.348-11); Ludgero Migliavacca (064.624.808-15); Luiz Armando Lippel Braga (104.063.528-87); Luiz Carlos Dourado (767.338.408-63); Luiz Francisco de Assis Salgado (047.793.128-68); Marcio Barros Souza (056.921.818-78); Marco Antonio Câmara Pias (057.826.688-14); Marco Aurelio Sprovieri Rodrigues (184.187.328-49); Michel Jorge Saad (160.830.248-20); Milton Zamora (013.110.348-20); Márcio Olívio Fernandes da Costa (043.941.868-20); Nelson Antonio Mathidios dos Santos (036.220.618-04); Nelson Tavares (039.445.818-49); Oswaldo Bandini (377.113.188-04); Paulo Fernandes Lucania (159.237.978-87); Pedro Zidoi Sdoia (051.569.718-49); Ramez Gabriel (455.882.448-34); Roberto Arutim (979.148.518-68); Rubens Torres Medrano (063.594.508-87); Ruy Pedro de Moraes Nazarian (007.991.658-91); Ulisses Defonso Matano (084.978.998-22); Wilson Hiroshi Tanaka (189.722.768-04)
1.3. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.7. Representação legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF) e outros, representando Amilcar Campana Neto e Luiz Francisco de Assis Salgado; Katia Maria Nunes (12.383E/OAB-DF) e outros, representando Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1984/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em considerar prorrogado, por 5 (cinco) dias, o prazo para atendimento do Ofício 1517/2018 - TCU - Secex/AM, emitido em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 1763/2018 - TCU - Plenário.

1. Processo TC-023.460/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessados: Amazonpostes Industria de Artefatos de Concreto Ltda. (06.065.624/0001-73) e Arcoma da Amazonia Ind e Com Ltda (84,094.911/0001-15).
1.2. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.6. Representação legal: Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (2819/OAB-AM), representando Amazonpostes Industria de Artefatos de Concreto Ltda.; Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (12170/OAB-AL) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; Camila Ferreira Lucio Henrique Pereira (8417/OAB-AM), representando Arcoma da Amazonia Ind e Com Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1985/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo responsável Tarcísio Esfefano Rosa, por mais 15 (quinze) dias, para atendimento da oitiva determinada no item 9.3 do Acórdão 1.764/2018 - TCU - Plenário.

1. Processo TC-023.692/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: não há.
1.2. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.6. Representação legal: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/OAB-MG) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 30/2018 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1986/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominada pelo item 9.5 do Acórdão 1080/2016 - Plenário, feita pelo responsável Francisco Nivaldo Silva Ribeiro, ACORDAM em adotar as seguintes providências:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-022.809/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-025.664/2009-4 (Representação)

1.2. Responsável: Francisco Nivaldo Silva Ribeiro (282.718.153-34)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Bacabeira/MA

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Representação legal: não há

1.8. Autorizar o pagamento da dívida de R$ 3.000,00 (três mil reais) em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal atualização monetária;

1.9. Alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

1.10. Determinar à Secex/MA que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

1.11. Autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

ACÓRDÃO Nº 1987/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "c", 235, 237, inciso VII, 250, inciso V, e 276 do Regimento Interno, c/c o art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, ACORDAM em conhecer da presente representação, indeferir o requerimento de medida cautelar e determinar a realização de oitivas, conforme proposto pela unidade técnica:

1. Processo TC-025.278/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Atlântico Engenharia Ltda. (14.355.750/0001-90)

1.2. Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Anna Tereza Castro Silva Ribeiro (OAB/DF 48.149) e outros, representando Atlântico Engenharia Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1988/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, indeferindo, por consequência, a medida cautelar pleiteada, arquivando o processo e dando ciência da decisão à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.452/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Link Card Administradora de Benefícios Eireli (12.039.966/0001-11)

1.2. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Epaminondas Alves Ferreira Junior (OAB/SP 387.560)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 31/2018 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1989/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso e com fundamento nos arts. 183, parágrafo único, e 185, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Subsecretaria de Reordenamento Agrário, por mais 60 (sessenta) dias contados do término do prazo anteriormente concedido, para atendimento das determinações constantes do item 1.8 do acórdão 563/2018 - Plenário.

1. Processo TC-026.960/2018-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários de Mato Grosso.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1990/2018 - TCU - Plenário

Visto este pedido de reexame interposto pela Barbosa & Oliveira Comércio de Hortifrutigranjeiros Ltda. contra o acórdão 1.309/2018 - Plenário, que considerou parcialmente procedente representação por ela encaminhada e revogou medida cautelar anteriormente referendada pelo Acórdão 875/2018 - Plenário.

Considerando jurisprudência deste Tribunal de que o "denunciante não é considerado, automaticamente, parte processual, devendo, para obter essa condição, formular pedido de ingresso nos autos como interessado e comprovar razão legítima para intervir no processo";

considerando que, apesar de iniciar a ação fiscalizatória, não existe para o denunciante/representante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos em defesa de seus pontos de vista, uma vez que o próprio Tribunal assume o curso das apurações;

considerando que o exercício da representação perante esta Corte com o objetivo de proteger o interesse público foi respeitado, uma vez que foi conhecida a representação e seu mérito foi devidamente examinado por este Tribunal, conforme instrução que fundamentou o acordão recorrido;

considerando que a instância recursal não se presta ao exame de novas irregularidades/ilegalidades que não tenham sido objeto de análise pela unidade técnica competente na inicial, devendo novos elementos porventura levantados ser objeto de nova denúncia/representação;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 48 da Lei 8.443/1992, 146 e 282 do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame, por ausência de legitimidade e de interesse recursal; e em encaminhar os autos à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, para que dê ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 134, à recorrente e aos demais interessados.

1. Processo TC-007.209/2018-5 (PEDIDO DE REEXAME - REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Recorrente: Barbosa & Oliveira Comercio de Hortifrutigranjeiros Ltda. (CNPJ 05.326.844/0001-40).

1.3. Unidade: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Relator da deliberação recorrida: ministro Bruno Dantas.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 26/2018 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1991/2018 - TCU - Plenário

Considerando que, por meio do Acórdão 1.396/2018-TCU-Plenário, este Tribunal rejeitou embargos de declaração opostos por Pedro Rodrigues Barbosa;

Considerando que os presentes embargos (peça 191) não inovam em relação aos embargos opostos anteriormente pelo mesmo recorrente;

Considerando que o manejo intempestivo de recurso não possui efeito processual, quer suspensivo, quer interruptivo;

Considerando, finalmente, o entendimento desta Corte no sentido que o manejo de embargos de declaração manifestamente protelatórios enseja multa, nos termos do § 2º do art. 1.026 do Novo Código de Processo Civil, c/c o *caput* do art. 58 da Lei 8.443/1992, na forma do art. 298 do RI/TCU, conforme restou decidido no Acórdão 593/2017-TCU-Plenário, reforçado pelos Acórdãos 1.044/2017, do Plenário, e 2.365/2017, 3.882/2017 e 5.513/2018, da 1ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inc. II, e 34 da Lei 8.443/1992, bem como art. 287, caput, e 278, §§ 2º e 3º, c/c art. 143, inc. V, "f", ambos do Regimento Interno, em não conhecer dos embargos de declaração opostos por Pedro Rodrigues Barbosa (peça 191) ao Acórdão 1.396/2018-TCU-Plenário, em razão do não preenchimento dos requisitos pertinentes; determinar o imediato cumprimento dos acórdãos anteriores, já que novos pleitos não possuem efeito suspensivo; e adotar a medida a seguir, dando ciência deste acórdão ao recorrente.

1. Processo TC-013.167/2011-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 005.952/2015-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.953/2015-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.954/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Enad Engenharia e Administração de Negócios de Construção Civil Ltda (10.244.747/0001-49); Pedro Rodrigues Barbosa (060.099.482-15)

1.3. Recorrente: Pedro Rodrigues Barbosa (060.099.482-15)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Portel - PA

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.9. Representação legal: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (14045/OAB-PA) e outros, representando Pedro Rodrigues Barbosa; Reynaldo Jorge Calice Auad (12591/OAB-PA), representando Enad Engenharia e Administração de Negócios de Construção Civil Ltda.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.10.1. alertar o embargante que novo manejo de embargos de declaração poderá lhe ensejar multa, ante o caráter eminentemente protelatório, nos termos do entendimento firmado no Acórdão 593/2017-TCU-Plenário.

RELAÇÃO Nº 23/2018 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1992/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE/PI), em favor das ex-servidoras Elza da Rocha Nogueira Barros, Maria de Jesus Carvalho e Maria Lúcia de Melo Sérvio.

Considerando que o Acórdão 3.388/2006-TCU-2ª Câmara, confirmado pelo Acórdão 2.099/2007-TCU-2ª Câmara, proferido em sede de pedido de reexame, considerou ilegais os atos de alteração referentes às concessões de aposentadorias emitidas em favor das interessadas, em razão da percepção de quintos cumulativamente com a vantagens previstas no art. 184 da Lei 1.711/1952, em contrariedade com a vedação disposta no artigo 5º da Lei 6.732/1979;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Mandado de Segurança 27.006/DF, transitado em julgado em 9/5/2016, invalidou, exclusivamente para as interessadas Elza da Rocha Nogueira Barros e Maria Lúcia de Melo Sérvio, os sobreditos Acórdãos proferidos por esta Corte de Contas;

Considerando que, no referido *Writ,* a Corte Suprema decidiu:

"que a vedação prevista no art. 5º da Lei nº 6.732/79 somente seria aplicável ao caso ora em análise se as respectivas aposentadorias tivessem sido concedidas sob a égide da Lei 1.711/52 e da Lei nº 6.732/79, *o que não ocorreu*". (destaques originais).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, § 1º, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) tornar insubsistente o item 9.1 do Acórdão 3.388/2006-TCU-2ª Câmara, exclusivamente em relação às interessadas Elza da Rocha Nogueira Barros e Maria Lúcia de Melo Sérvio, em razão do que restou decidido nos autos do Mandado de Segurança 27.006/DF, que tramitou no Supremo Tribunal Federal;

b) considerar legais, para fins de registro, os atos de alteração referentes às concessões de aposentadorias da senhoras Elza da Rocha Nogueira Barros (20779402-04-2003-000010-6) e Maria Lúcia de Melo Sérvio (20779402-04-2003-000011-4);

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU, ao TRE/PI e as interessadas; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-008.808/2006-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Elza da Rocha Nogueira Barros (217.223.153-34); Maria Lúcia de Melo Sérvio (182.498.923-72) e Maria de Jesus Carvalho (151.624.783-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1993/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) contra os itens 1.7.1 e 1.7.3 do Acórdão 2.627/2017-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas julgou regulares com ressalvas as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação, bem como deu ciência ao ora recorrente a respeito de impropriedades constatadas (peça 16).

Considerando que o Acórdão 250/2018-TCU-Plenário não conheceu do recurso de reconsideração interposto pelo TRF-2, por inexistência de interesse recursal;

Considerando que a referida unidade opôs embargos de declaração alegando haver contradição no Acórdão 2.627/2017-TCU-Plenário, em face da inexistência da falha cientificada àquele órgão;

Considerando que este Tribunal, com base no art. 499 do CPC, reconheceu, de ofício, a existência de interesse recursal e de contradição entre o mérito, culminando com a prolação do

Acórdão 777/2018-TCU-Plenário, em que se conheceu dos embargos, para no mérito, acolhê-los, com efeitos infringentes, para tornar insubsistente o Acórdão 250/2018-TCU-Plenário;

Considerando que, no preâmbulo do Acórdão 2.627/2017-TCU-Plenário, consta o "de acordo" com os pareceres emitidos e a respectiva fundamentação, legal e regimental, que faz referência, não ao julgamento das contas regulares com ressalva, mas regulares com quitação plena;

Considerando, no entanto, que, na redação do subitem 1.7.1 do acórdão ora recorrido, foi consignado, de forma contraditória, que as contas fossem julgadas "regulares com ressalva", restando caracterizado, portanto, a existência de erro material;

Considerando que, a partir de 2017, houve alteração de sistemática de procedimentos quanto ao fornecimento dos dados previstos no art. 11, inciso IV, da IN-TCU 63/2010, para fins de responsabilização, nos seguintes termos:

(...)

4. O e-Contas não contempla os dados previstos no inciso IV do art. 11 da IN TCU 63/2010, significando que as UPC estão dispensadas de informar sobre a identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração.

5. Caso seja necessária a identificação dos atos relacionados no parágrafo anterior para fins de responsabilização, o OCI ou a unidade técnica do TCU deverá fazer a solicitação da informação por outra via pertinente, fora do sistema e-Contas.

Considerando, por fim, que a cientificação constante no subitem 1.7.3 do acórdão recorrido não atende mais a sua natureza pedagógica, orientacional ou preventiva sobre eventuais futuros descumprimentos quanto à forma e/ou o conteúdo de apresentação do rol de responsáveis, o que, dito por outras palavras, não atende mais ao princípio administrativo da eficiência constitucional;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "a", inciso V, alínea "d", 277, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) corrigir, de ofício, erro material no subitem 1.7.1 do Acórdão 2.627/2017-TCU-Plenário, para que onde se lê "julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação", leia-se "julgar regulares as contas dos responsáveis com quitação plena";

b) conhecer o recurso de reconsideração, para, no mérito dar-lhe provimento, tornando insubsistente o subitem 1.7.3 do Acórdão 2.627/2017-TCU-Plenário;

c) dar ciência ao recorrente e aos demais interessados da presente deliberação.

1. Processo TC-023.374/2017-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Andreia Alvares de Azevedo Oliveira (796.180.737-34); Maria Lucia Pedroso de Lima Raposo (880.026.677-00); Poul Erik Dyrlund (550.795.987-00); Roy Reis Friede (628.580.337-49).

1.2. Recorrente: Tribunal Regional Federal da 2ª Região (32.243.347/0001-51).

1.3. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1994/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de proposta, formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará, a fim de rever de ofício o Acórdão 314/2018-TCU-Plenário (peça 36), de modo a tornar insubsistente a multa aplicada no item 9.4.3 ao Sr. Expedito Severo da Silva, em razão de seu falecimento.

Considerando que o Sr. Expedito Severo da Silva faleceu em 31/7/2016, antes, portanto, do trânsito em julgado da decisão condenatória, conforme certidão de óbito juntada à peça 69, p.2;

Considerando que a cobrança executiva da multa junto aos sucessores não é possível quando o falecimento do responsável acontece antes do trânsito em julgado do acórdão condenatório;

Considerando que a multa então cominada não tomou a natureza de dívida de valor, não sendo transferível, portanto, ao espólio e aos herdeiros, nos termos do art. 5º, XLV, da Constituição Federal de 1988;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) rever de ofício o Acórdão 314/2018-TCU-Plenário, tornando insubsistente o subitem 9.4.3 para excluir a multa aplicada ao Sr. Expedito Severo da Silva (CPF 109.276.975-72), em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado da decisão condenatória;

b) enviar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU, ao espólio ou aos herdeiros do Sr. Expedito Severo da Silva, ao Instituto Nacional do Seguro Social e aos eventuais interessados.

1. Processo TC-003.462/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Expedito Severo da Silva (109.276.975-72); Francisco Ricardo Lima Cruz (425.957.113-34); Jose Afro Pereira (452.642.957-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Representação legal: Gilberto Marcelino Miranda (OAB/CE 3.205).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1995/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de tomada de contas especial instaurada por determinação do Acórdão 630/2017-TCU-Plenário, em desfavor dos Srs. Alexej Predtechensky, Antônio Carlos Conquista e Paulo Eduardo Cabral Furtado, ex-Diretores Presidentes do Postalis Instituto de Previdência Complementar (Postalis), no período de 1/1/2009 a 26/7/2016, e dos Srs. Adílson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, André Luís Carvalho da Motta e Silva e Humberto José Teófilo Magalhães, ex-Diretores Financeiros do Postalis no período de 1/1/2009 a 26/7/2016, em razão dos investimentos realizados pelo Postalis no FIDC Trendbank.

Considerando que foi autorizada a realização da citação sugerida pela SecexPrevidência nas instruções de peças 19 a 24, em valor diferente daquele apurado pela unidade técnica, conforme despacho acostado à peça 26;

Considerando as ponderações trazidas pela SecexPrevidência às peças 27 e 28, que, ante as considerações apostas no referido Despacho, propõe nova metodologia de cálculo de apuração do prejuízo causado ao Postalis, em que desconsidera os períodos de gestão fixado pelo subitem 9.6.2 do Acórdão 630/2017-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em autorizar a SecexPrevidência a proceder o cálculo dos prejuízos causados ao Postalis no âmbito do investimento realizado no fundo financeiro FIDC Trendbank, de acordo com a metodologia sugerida à peça 27.

1. Processo TC-010.409/2017-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adilson Florencio da Costa (359.351.621-72); Alexej Predtechensky (001.342.968-00); André Luis Carvalho da Motta e Silva (993.006.567-91); Antonio Carlos Conquista (010.852.708-58); Humberto José Teófilo Magalhães (480.396.911-68); Paulo Eduardo Cabral Furtado (093.364.432-91); Ricardo Oliveira Azevedo (471.567.401-72).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

1.6. Representação legal: Jose Caubi Diniz Junior (OAB/DF 29.170) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1996/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, inciso I e II e § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "b", e 202, incisos I e II e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em:

a) rejeitar os argumentos apresentados nos documentos constantes das peças 111, 112 e 113, no sentido de suspender o prazo para apresentação de alegações de defesa, por falta de amparo legal;

b) cientificar o Ministro de Estado da Educação da instauração desta Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 198, parágrafo único, do RITCU;

c) excluir do pólo passivo da presente tomada de contas especial o Sr. Carlos Liberato Portugal (CPF 231.156.538-91);

d) incluir no pólo passivo da presente tomada de contas especial a empresa Etelo Engenharia de Estruturas Ltda. - EPP (CNPJ 03.326.311/0001-33), bem como a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC (CNPJ: 15.513.690/0001-50);

e) fixar novo e improrrogável prazo de 15 dias para que o Sr. Wilson Marques Barbosa e a empresa 3RD Engenharia Ltda. apresentem suas respectivas alegações de defesa;

f) realizar a citação solidária do Sr. Wilson Marques Barbosa (CPF 007.555.671-53), da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC (CNPJ: 15.513.690/0001-50), da empresa Etelo Engenharia de Estruturas Ltda. - EPP (CNPJ 03.326.311/0001-33) e da empresa 3RD Engenharia Ltda. (CNPJ 02.947.219/0001-94), nos termos dos pareceres contidos às peças 114 e 117;

g) encaminhar à empresa Etelo Engenharia de Estruturas Ltda. - EPP (CNPJ 03.326.311/0001-33) cópias da peça 2 do presente processo e da peça 93 do TC- 029.545/2011-0 (apensado); e

h) informar à empresa Etelo Engenharia de Estruturas Ltda. - EPP (CNPJ 03.326.311/0001-33) que, caso venha a ser condenada pelo Tribunal, o débito ora apurado será acrescido de juros de mora.

1. Processo TC-028.674/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 029.545/2011-0 (Representação).

1.2. Responsáveis: 3RD Engenharia Ltda (02.947.216/0001-94); Carlos Liberato Portugal (231.156.538-91); Etelo Engenharia de Estruturas Ltda. - EPP (03.326.311/0001-33); Fernando Massamori Asato (106.592.771-15); Wilson Marques Barbosa (007.555.671-53).

1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.7. Representação legal: Roberto Arcangelo.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1997/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 241 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar atendida a determinação constante do item 9.8 do Acórdão 1.545/2017-TCU-Plenário;

b) dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

c) apensar os presentes autos ao TC-019.819/2014-5, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-023.159/2017-0 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1998/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.203/2017-TCU-Plenário;

b) dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal do Cariri;

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-006.678/2017-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Francisco Dreno Viana da Silva (260.231.213-49); Silverio de Paiva Freitas Junior (087.067.257-67); Tulio Bessa Almeida Goncalves (955.572.373-72).

1.2. Interessado: Congresso Nacional.

1.3. Entidade: Universidade Federal do Cariri.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1999/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação ao Sr. José Ronald Cavalcante Soares, diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo item 8.1 do Acórdão 150/1999-TCU-Plenário (peça 3, páginas 50/51);

b) considerar atendidas as determinações constantes dos itens 8.1.1 e 8.1.2 da Decisão 573/1999-TCU-Plenário (peça 3, página 46), com nova redação dada pelo Acórdão 709/2003-TCU-2ª Câmara (peça 15, páginas 31/32)

c) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU, ao Sr. José Ronald Cavalcante Soares e ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE;

d) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-275.622/1996-7 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Apensos: 027.060/2016-0 (Cobrança Executiva); 002.464/2005-0 (Cobrança Executiva).

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).
1.8. Representação legal: Marisley Pereira Brito (OAB/CE 8.530); Guilherme Capriata Vaccaro Campelo Bezerra (OAB/DF 44.089) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2000/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de representação, com requerimento de concessão de medida cautelar, formulada pela empresa Vitorialuz Construções Ltda. (CNPJ 01.921.499/0001-32), a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social , relacionadas ao Pregão Eletrônico AARH 16/2018, tendo como objeto a contratação de serviços técnicos especializados necessários à estruturação de projeto de Parceria Público-Privada destinada à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Vila Velha/ES.

Considerando que, segundo a jurisprudência predominante desta Corte de Contas, o representante, tal qual o denunciante, não é considerado, automaticamente, parte processual, devendo, para obter essa condição, formular pedido de ingresso nos autos como interessado e comprovar razão legítima para intervir no processo (Acórdãos 773/2004, 320/2006, 2.323/2006, 139/2007, 1.855/2007, 519/2008, 649/2008, 1.218/2008, 923/2010, 1.090/2010, 1.430/2010, 1.793/2010, 2.627/2010, 3.327/2010, 88/2011, 161/2011, 257/2011, todos do Plenário, entre outros);

Considerando, no entanto, que não se observa óbices a que as empresas arroladas, ou mencionadas nos autos, obtenham acesso às informações processuais, para que possam, se assim desejarem, apresentar memoriais na tutela de seus interesses privados;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 276, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos (peças 37 a 39), em:

a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à empresa representante e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

d) deferir a solicitação de vista e cópia dos autos formulada pela empresa representante; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-019.907/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).
1.5. Representação legal: Marcelo de Siqueira Freitas (OAB/RJ 210.208); Tiago Rocon Zanetti (OAB/ES 13.753) e outros.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 34/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2001/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento da Decisão 534/2002 - TCU - Plenário, proferida nos autos do TC-008.148/1999-6, motivada por irregularidades praticadas na aplicação de recursos federais transferidos ao Município de Pirapemas/MA por meio de diversos convênios e contratos de repasse, dentre os quais o Convênio 8204/1997-FNDE, objeto da presente TCE, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o mencionado município, que resultou na transferência de recursos federais no valor de R$ 63.152,00 (não houve previsão de contrapartida municipal), objetivando a construção de uma escola conjugada, com equipamento, além da capacitação de recursos humanos para educação pré-escolar,

Considerando que, por intermédio do Acórdão 2535/2010 - TCU - Plenário (fls. 9/12, peça 12), este Tribunal deliberou por julgar irregulares as contas dos responsáveis referidos no item 3, entre os quais a sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura, condená-los solidariamente em débito (item 9.3), aplicar-lhes multa (itens 9.4 e 9.5), autorizar a cobrança judicial das dívidas (item 9.6), solicitar o arresto de bens com vistas a assegurar a execução das dívidas (item 9.7), decretar a inabilitação de responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança (item 9.8) e declarar a inidoneidade das empresas envolvidas (item 9.9);

Considerando o aspecto de que referido *Decisum* foi mantido, em sede de Recursos de Reconsideração, por meio do Acórdão 2486/2013 - TCU - Plenário (peças nºs 52, 53 e 54), embora haja sido objeto de apostilamentos, para correção de inexatidões materiais, por intermédio dos Acórdãos 1567/2011 - TCU - Plenário (fls. 18, peça nº 12) e 468/2014 - TCU - Plenário (peça 65);

Considerando que, na continuidade de medidas preliminares necessárias com vistas à eventual constituição de processos de cobrança judicial, a Secex/MA identificou que a data do trânsito em julgado do Acórdão 2535/2010 - TCU - Plenário em relação à sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura, 14/4/2015 (peça 201), verificou-se posteriormente à data de seu falecimento, 12/7/2013 (fls. 3, peça 67);

Considerando, então, a ponderação daquela unidade técnica quanto à necessidade, à luz do disposto no § 2º do art. 3º da Resolução TCU 178/2005, de tornar-se insubsistente, apenas em relação à sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura, a sanção aplicada por meio do item 9.4 do Acórdão 2535/2010 - TCU - Plenário, tendo em vista seu falecimento antes do trânsito em julgado daquela deliberação;

Considerando o aspecto de o item 9.8 do Acórdão 2535/2010 - TCU - Plenário também constituir sanção e, portanto, igualmente necessitar de tratamento similar ao proposto pela Secex/MA em relação à penalidade prevista no item 9.4 daquele julgado;

Considerando nada haver a ser feito em relação à condenação em débito também imputada solidariamente à responsável falecida (item 9.3 do Acórdão 2535/2010 - TCU - Plenário), dado não constituir sanção e tendo em vista a possibilidade de sua cobrança poder ser intentada junto a seus sucessores, até o montante do patrimônio que lhes houver sido transferido pela *De Cujus*;

Considerando, ainda, que, em verificações promovidas em meu Gabinete, identificou-se que o CPF consignado nos Acórdãos 2535/2010 - TCU - Plenário (fls. 9, peça 12), 1567/2011 - TCU - Plenário (fls. 18, peça 12) e 468/2014 - TCU - Plenário (peça 65) para o sr. José Orlando Rodrigues Aquino, 150.210.683-34, corresponde àquele que veio a ser cancelado por multiplicidade, já que dito responsável também contava com o CPF 028.094.243-57, este mantido em situação regular (cfe. registro constante de despacho de expediente correspondente à peça 117), sendo que tal situação permanece sem retificação;

Considerando a concordância do Ministério Público junto a esta Casa (peça 249), neste ato representado pelo Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé, quanto a tornar insubsistentes as sanções aplicadas à sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura (falecida) e a possibilidade de obter-se, durante a Sessão, a manifestação do *Parquet* especializado em relação à necessidade de promover-se o saneamento da inexatidão material verificada quanto ao CPF do Sr. José Orlando Rodrigues Aquino;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) proceder, com fulcro no § 2º do art. 3º da Resolução TCU 178/2005, à revisão de ofício do Acórdão 2535/2010 - TCU - Plenário, para tornar insubsistentes, somente em relação à sra. Carmina Carmen Lima Barroso Moura (falecida), as sanções aplicadas por meio dos itens 9.4 e 9.8 daquele *Decisum*;

b) determinar, com fundamento na Súmula 145, o apostilamento dos Acórdãos 2535/2010 - TCU - Plenário, 1567/2011 - TCU - Plenário e 468/2014 - TCU - Plenário, com vistas à correção de erro material, a fim de que seja retificado, respectivamente nos itens 3, 1.1 e 1.1 daquelas deliberações, o nº do CPF do responsável José Orlando Rodrigues Aquino para "028.094.243-57".

1. Processo TC-020.609/2004-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carmina Carmen Lima Barroso Moura, CPF 055.517.223-68; Eliseu Barroso de Carvalho Moura, CPF 054.829.413-53; Francisco de Assis Sousa, CPF 308.937.043-34; Gilmar Sales Ribeiro, CPF 507.833.783-00; João Araújo da Silva Filho, CPF 128.676.753-91; João da Silva Neto, CPF 239.914.963-72; José Orlando Rodrigues Aquino, CPF 028.094.243-57; Maurie Anne Mendes Moura, CPF 854.498.064-34; Walter Pinho Lisboa Filho, CPF 074.646.653-68; Wellington Manoel da Silva Moura, CPF 170.199.582-49; Alana Comércio e Representações Ltda., CNPJ 01.869.901/0001-87; Construtora Vale do Itapecuru Ltda., CNPJ 23.704.778/0001-87; Osaka Engenharia Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 63.586.077/0001-05; V. de Paula de C. Fernandes, CNPJ 02.257.674/0001-00.
1.2. Órgão/Entidade: Município de Pirapemas/MA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).
1.5. Unidade Técnica: Secex/MA.
1.6. Representação legal: Adilson Santos Silva Melo, OAB/MA 5.852; Emmanuel Almeida Cruz, OAB/MA 3.806; Eriko José Domingues da Silva Ribeiro, OAB/MA 4.835; José Maria Campos Couto, OAB/MA 8.312; José Norberto Lopes Campelo, OAB/PI 2.594; José de Ribamar Cardoso Filho, OAB/MA 2.666; Luiz Jorge Matos, OAB/MA 5.962; Paulo Humberto Freire Castelo Branco, OAB/CE 9.474 e OAB/MA 7.488-A; e outros.

ACÓRDÃO Nº 2002/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, indeferir o pedido de medida cautelar constante dos documentos anexados à inicial, e, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-se o processo após ciência desta deliberação ao representante e ao Senac/MG, de acordo com os pronunciamentos da secretaria às peças 13 e 14 destes autos.

1. Processo TC-010.251/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Administração Regional do Senac no Estado de Minas Gerais (03.447.242/0001-16)
1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senac no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.6. Representação legal: Mariana Rodrigues Figueiredo (47.332-E/OAB-MG) e outros, representando Administração Regional do Senac no Estado de Minas Gerais.

ACÓRDÃO Nº 2003/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, noticiando possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 12/2018 promovido pelo Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - CRO/SP, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço especializado no gerenciamento de abastecimento, lavagem de veículos e lubrificantes (óleo e componente), com implantação e operação de um sistema informatizado/integrado com utilização de cartão magnético via WEB com tecnologia "Smart Card" a ser utilizado no fornecimento de combustíveis automotivos, através de postos credenciados, para atender a frota de veículos oficiais de transporte de pessoal e carga do CRO/SP.

Considerando que a representante se insurge contra os subitens 4.2.1 e 4.2.2 do Anexo I do edital (Termo de Referência), que exigiam a apresentação durante a fase de habilitação de uma vasta rede de postos credenciados em São Paulo e nos demais Estados da Federação;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal;

Considerando que o CRO/SP suspendeu o certame e informou que o edital será republicado, com novo prazo para realização da sessão, após as seguintes alterações: exclusão do subitem 4.2.2; readequação do subitem 4.2.1, relacionando os endereços de todas as unidades do conselho e as rodovias que devem conter postos de abastecimento; bem como exigência de comprovação da rede 50% na assinatura do contrato e 50% no prazo máximo de 30 dias;

Considerando que a ausência do *periculum in mora*, diante da suspensão do certame, conduz à impossibilidade de adoção da medida cautelar prevista no art. 276 do Regimento Interno/TCU;

Considerando que as questões levantadas pela representante não subsistem, uma vez que o CRO/SP efetuou as alterações nos subitens do edital reclamados;

Considerando a instrução elaborada no âmbito da Secex/SP com proposta de arquivar os presentes autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto e indeferir por consequência a medida cautelar pleiteada;

b) dar ciência desta deliberação à representante e ao CRO/SP; e

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-027.621/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP (CNPJ 05.340.639/0001-30)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - CRO/SP
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - CRO/SP que a adoção de editais publicados por outros órgãos como modelo, como ocorreu na readequação do edital do Pregão Eletrônico 12/2018, deve ser ajustada à realidade do conselho e fundamentada no processo licitatório, de modo a justificar as condições previstas e evitar exigências excessivas que limitem a competição, em consonância com o art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2004/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.082/2016-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Eliana Silva de Souza (570.551.227-91).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em desfavor de Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), ex-servidora da autarquia, em razão de concessão irregular de aposentadorias por tempo de serviço, no Posto de Seguro Social Irajá III, no Rio de Janeiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual os segurados Amauri da Silva Scarpelli (falecido, CPF 217.037.607-00), José Bernardo Dantas (CPF 443.197.467-91) e Maria Aparecida Alvim Godoy (CPF 128.965.277-53);

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), ex-servidora do INSS (datilógrafa), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'd', da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar a responsável mencionada no subitem anterior, com fundamento no art. 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de aposentadorias por tempo de serviço, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.3.1 José Bernardo Dantas (CPF: 443.197.467-91)

Data	Valor - R$
24/06/1997	64,50
09/07/1997	648,89
11/08/1997	648,89
09/09/1997	648,89
09/10/1997	648,89
11/11/1997	648,89
09/12/1997	1.027,41
12/01/1998	648,89
10/02/1998	648,89
10/03/1998	648,89
13/04/1998	648,89
12/05/1998	648,89
09/06/1998	648,89
09/07/1998	680,10
11/08/1998	680,10
10/09/1998	680,10
09/10/1998	680,10
11/11/1998	680,10
09/12/1998	1.360,20
12/01/1999	680,10
10/02/1999	678,74
09/03/1999	678,74
11/05/1999	678,74
11/05/1999	678,74

9.3.2 Maria Aparecida Alvim Godoy (CPF: 128.965.277-53)

Data	Valor R$
17/09/1997	2.872,26
14/10/1997	948,22
14/11/1997	948,22
12/12/1997	1.498,37
15/01/1998	951,20
13/02/1998	948,22
13/03/1998	948,22
16/04/1998	948,22
15/05/1998	948,22
15/06/1998	948,22
14/07/1998	993,81
14/08/1998	993,83
15/09/1998	993,83
15/10/1998	993,81
16/11/1998	993,81
14/12/1998	1.987,62
15/01/1999	993,81
12/02/1999	991,85
12/03/1999	991,85
16/04/1999	991,85
14/05/1999	991,85
14/02/2000	1.041,35
24/02/2000	9.341,19
14/04/2000	1.041,35
15/05/2000	1.041,35
14/06/2000	1.041,35
14/07/2000	1.100,96
14/08/2000	1.100,96
15/09/2000	1.100,96
16/10/2000	1.100,96
16/11/2000	1.100,96
14/12/2000	2.201,92
15/01/2001	1.100,96
14/02/2001	1.101,87
14/03/2001	1.101,87
16/04/2001	1.102,73
15/05/2001	1.102,73
15/06/2001	1.102,73
13/07/2001	1.186,61
14/08/2001	1.186,61
17/09/2001	1.186,61
16/10/2001	1.186,61
16/11/2001	1.186,61
14/12/2001	2.366,20
15/01/2002	1.186,61
18/02/2002	1.186,61
14/03/2002	1.186,78
12/04/2002	1.187,00
15/05/2002	1.187,00
14/06/2002	1.187,00
12/07/2002	1.295,67
14/08/2002	1.295,67
16/09/2002	1.295,67
14/10/2002	1.295,67
14/11/2002	1.295,67
13/12/2002	2.585,31
15/01/2003	1.295,67
14/02/2003	1.295,67
18/03/2002	1.295,67
14/04/2003	1.295,67
15/05/2003	1.295,67
13/06/2003	1.295,67
14/07/2003	1.550,64
14/08/2003	1.550,64
12/09/2003	1.550,64
14/10/2003	1.550,64
14/11/2003	1.550,52
12/12/2003	3.098,19
15/01/2004	1.550,52
13/02/2004	1.550,52
12/03/2004	1.550,52
07/04/2004	1.550,52
07/05/2004	1.550,52
07/06/2004	1.620,73
07/07/2004	1.620,73
06/08/2004	1.620,73
08/09/2004	1.620,73
07/10/2004	1.620,90
08/11/2004	1.620,78
07/12/2004	3.241,57
07/01/2005	1.620,78
09/02/2005	1.620,79
07/03/2005	1.620,79
07/04/2005	1.620,79
06/05/2005	1.620,79
07/06/2005	1.722,42
07/07/2005	1.722,42
05/08/2005	1.722,42
08/09/2005	1.722,42
07/10/2005	1.722,42
08/11/2005	1.722,42
07/12/2005	3.445,91
06/01/2006	1.722,16
07/02/2006	1.722,16
07/03/2006	1.721,93
07/04/2006	1.722,09
08/05/2006	1.808,13
07/06/2006	1.809,45
07/07/2006	1.809,45
07/08/2006	1.809,45
08/09/2006	2.714,58
06/10/2006	1.809,79
08/11/2006	1.809,51
07/12/2006	2.713,93
08/01/2007	1.808,63
07/02/2007	1.808,66
07/03/2007	1.808,66
09/04/2007	1.808,66
08/05/2007	1.867,63
08/06/2007	1.867,91
06/07/2007	1.867,91
07/08/2007	1.867,91
10/09/2007	2.802,99
05/10/2007	1.867,91
08/11/2007	1.867,91
07/12/2007	2.802,84
08/01/2008	1.868,10
12/02/2008	1.863,06
07/03/2008	1.863,06
07/04/2008	1.956,21
08/05/2008	1.956,21
06/06/2008	1.956,21
07/07/2008	1.956,21
07/08/2008	1.956,21
05/09/2008	2.934,31
07/10/2008	1.956,21
07/11/2008	1.956,21
05/12/2008	2.934,32
08/01/2009	1.956,21
06/02/2009	1.956,21
06/03/2009	2.072,01
07/04/2009	2.072,01
08/05/2009	2.072,01
05/06/2009	2.072,01
07/07/2009	2.072,01
07/08/2009	2.072,01
08/09/2009	3.108,01
07/10/2009	2.072,01
09/11/2009	2.072,01
07/12/2009	3.108,02
08/01/2010	2.072,01
05/02/2010	2.199,23
05/03/2010	2.199,23
08/04/2010	2.199,23
07/05/2010	2.199,23
08/06/2010	2.199,23
07/07/2010	2.199,23
06/08/2010	2.428,34
08/09/2010	3.347,94
07/10/2010	2.231,96
08/11/2010	2.231,96

9.3.3 Amauri da Silva Scarpelli (falecido, CPF: 217.037.607-00)

Data	Valor R$
14/08/1997	1.274,30
08/09/1997	242,46
02/10/1997	242,46
04/11/1997	242,46
02/12/1997	400,95
05/01/1998	245,63
03/02/1998	242,46
03/03/1998	242,46
02/04/1998	242,46
05/05/1998	242,46
02/06/1998	242,46
02/07/1998	254,11
04/08/1998	254,14
02/09/1998	254,14
02/10/1998	254,11
04/11/1998	254,11
02/12/1998	508,23
05/01/1999	254,11
02/02/1999	252,14
02/03/1999	252,14
07/04/1999	252,14
02/02/2000	535,28
02/03/2000	2.141,38
04/04/2000	267,64
03/05/2000	267,64
02/06/2000	267,64
04/07/2000	282,29
02/08/2000	282,29
04/09/2000	282,29
03/10/2000	282,29
03/11/2000	282,29
04/12/2000	1.810,06
03/01/2001	282,29
05/02/2001	282,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02/03/2001	282,32
03/04/2001	283,19
03/05/2001	283,19
04/06/2001	283,19
03/07/2001	305,61
02/08/2001	305,61
04/09/2001	305,61
02/10/2001	305,61
05/11/2001	305,61
04/12/2001	606,22
03/01/2002	305,61
04/02/2002	305,61
04/03/2002	305,79
02/04/2002	305,00
03/05/2002	305,00
04/06/2002	305,00
02/07/2002	333,60
02/08/2002	333,60
03/09/2002	333,60
02/10/2002	332,88
04/11/2002	332,88
03/12/2002	660,10
03/01/2003	332,88
04/02/2003	332,88
06/03/2003	333,60
02/04/2003	333,60
05/05/2003	333,60
03/06/2003	333,60
02/07/2003	398,58
04/08/2003	398,58
02/09/2003	398,58
02/10/2003	398,58
04/11/2003	398,58
02/12/2003	793,15
05/01/2004	398,58
03/02/2004	398,58
02/03/2004	398,58
02/04/2004	398,58
04/05/2004	398,36
02/06/2004	416,38
02/07/2004	416,38
03/08/2004	416,38
02/09/2004	416,38
04/10/2004	416,55
03/11/2004	416,44
02/12/2004	831,58
04/01/2005	416,44
02/02/2005	416,45
02/03/2005	416,44
04/04/2005	416,44
03/05/2005	416,44

9.4. aplicar à Sra. Eliana Silva de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 60.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. considerar graves as infrações cometidas pela responsável Eliana Silva de Souza (570.551.227-91);

9.7. declarar a responsável mencionada no subitem anterior inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, pelo período de cinco anos;

9.8. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria Geral Federal - PGF que a decisão indicada no subitem 9.1 da presente deliberação não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos aos segurados ali referidos, em razão da concessão indevida de benefícios previdenciários;

9.11. dar ciência desta deliberação à responsável.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2004-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2005/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.239/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Trabalho.

3.2. Responsáveis: Carlos César Pereira (309.546.309-04); João Roberto Porto (218.473.049-15); Juventilha Cordeiro dos Santos (596.477.529-20); Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34); Maria Delcides da Silva Pinheiro (854.049.699-20); Maria José de Souza (016.236.249-83); Marli Maria de Souza (022.217.929-55); Pedro Paulo Reis (248.770.349-00); e Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor do Sr. João Roberto Porto, ex-servidor da entidade, haja vista o prejuízo por ele causado em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual os Srs. Juventilha Cordeiro dos Santos-falecida (596.477.529-20), Maria Delcides da Silva Pinheiro (854.049.699-20), Maria José de Souza (016.236.249-83), Marli Maria de Souza (022.217.929-55), Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34) e Pedro Paulo Reis (248.770.349-00);

9.2. julgar irregulares as contas de João Roberto Porto (218.473.049-15), na condição de ex-servidor do INSS, Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15) e Carlos César Pereira (309.546.309-04), ambos na condição de intermediários na concessão irregular de benefícios previdenciários, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.3. condenar o Sr. João Roberto Porto (218.473.049-15) ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, pela concessão irregular dos seguintes benefícios previdenciários aos beneficiados a seguir indicados:

9.3.1. Débito ref. NB 41/137.795.932-2 - Beneficiária: Juventilha Cordeiro dos Santos (596.477.529-20):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
11/4/2006	300,00
11/4/2006	300,00
8/5/2006	350,00
8/6/2006	350,00
7/7/2006	350,00
7/8/2006	350,00
8/9/2006	350,00
8/9/2006	160,41
6/10/2006	350,00
8/11/2006	350,00
7/12/2006	350,00
7/12/2006	160,42
8/1/2007	350,00
7/2/2007	350,00
7/3/2007	350,00
9/4/2007	350,00
8/5/2007	380,00
8/6/2007	380,00
6/7/2007	380,00
7/8/2007	380,00
10/9/2007	380,00
10/9/2007	190,00
5/10/2007	380,00
8/11/2007	380,00
7/12/2007	380,00
7/12/2007	190,00
9/1/2008	380,00

9.4. condenar os Srs. João Roberto Porto (218.473.049-15) e Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15), em solidariedade, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, pela concessão irregular dos seguintes benefícios previdenciários aos beneficiados a seguir indicados:

9.4.1. Débito ref. NB 42/128.845.120-0 - Beneficiária: Maria Delcides da Silva Pinheiro (854.049.699-20):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
15/8/2003	880,00
16/9/2003	1.100,00
15/10/2003	1.100,00
2/12/2003	1.100,00
15/12/2003	2.749,40
15/1/2004	1.100,00
13/2/2004	1.100,00
12/3/2004	1.100,00
7/4/2004	1.100,00
7/5/2004	1.100,00
7/6/2004	1.150,49
7/7/2004	1.150,49
6/8/2004	1.150,49
8/9/2004	1.150,49
7/10/2004	1.150,49
8/11/2004	1.150,49
7/12/2004	1.150,49
7/12/2004	1.150,49
7/1/2005	1.150,49
9/2/2005	1.150,49
7/3/2005	1.150,49
7/4/2005	1.150,49
6/5/2005	1.150,49
7/6/2005	1.223,60
7/7/2005	1.223,60
5/8/2005	1.223,60
8/9/2005	1.223,60
7/10/2006	1.223,60
8/11/2005	1.223,60
7/12/2005	1.223,60
7/12/2005	1.223,60
6/1/2006	1.223,60
7/2/2006	1.223,60
7/3/2006	1.223,60
7/4/2006	1.223,60
8/5/2006	1.284,78
7/6/2006	1.284,78
28/7/2006	1.284,78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7/8/2006	1.284,78
8/9/2006	1.284,78
8/9/2006	642,39
6/10/2006	1.284,90
8/11/2006	1.284,90
7/12/2006	1.284,90
7/12/2006	642,51
8/1/2007	1.284,90
7/2/2007	1.284,90
7/3/2007	1.284,90
9/4/2007	1.284,90
8/5/2007	1.327,30
8/6/2007	1.327,30
6/7/2007	1.327,30
7/8/2007	1.327,30
10/9/2007	1.327,30
10/9/2007	663,65
5/10/2007	1.327,30
8/11/2007	1.327,30
7/12/2007	1.327,30
7/12/2007	663,65

9.5. condenar os Srs. João Roberto Porto (218.473.049-15) e Carlos César Pereira (309.546.309-04), em solidariedade, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, pela concessão irregular dos seguintes benefícios previdenciários aos beneficiados a seguir indicados:

9.5.1. Débito ref. NB 42/138.139.006-1 - Beneficiária: Marli Maria de Souza (022.217.929-55):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
8/5/2006	1.311,00
8/5/2006	1.337,31
7/6/2006	1.337,31
5/7/2006	1.337,31
2/8/2006	1.337,31
11/9/2006	1.337,31
11/9/2006	557,21
6/10/2006	1.337,43
6/11/2006	1.337,43
6/12/2006	1.337,43
6/12/2006	557,31
4/1/2007	1.337,43
9/2/2007	1.337,43
12/3/2007	1.337,43
12/4/2007	1.337,43
7/5/2007	1.381,56
11/6/2007	1.381,56
6/7/2007	1.381,56
2/8/2007	1.381,56
4/9/2007	1.381,56
4/9/2007	690,78

9.5.2. Benefício NB 42/137.139.957-0 - Beneficiária: Maria José de Souza (016.236.249-83):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
28/7/2005	1.594,61
28/7/2005	3.178,61
8/8/2005	1.594,61
8/9/2005	1.594,61
5/10/2005	1.594,61
8/11/2005	1.594,61
6/12/2005	1.594,61
6/12/2005	1.195,95
9/1/2006	1.594,61
6/2/2006	1.594,61
6/3/2006	1.594,61
6/4/2006	1.594,61
8/5/2006	1.674,34
5/6/2006	1.674,34
5/7/2006	1.674,34
3/8/2006	1.674,34
5/9/2006	837,17
5/9/2006	1.674,34
4/10/2006	1.674,50
6/11/2006	1.674,50
5/12/2006	1.674,50
5/12/2006	837,33
4/1/2007	1.674,50
5/2/2007	1.674,50
5/3/2007	1.674,50
4/4/2007	1.674,50
4/5/2007	1.729,75
5/6/2007	1.729,75
4/7/2007	1.729,75
3/8/2007	1.729,75
5/9/2007	1.729,75
5/9/2007	864,87
3/10/2007	1.729,75
6/11/2007	1.729,75
5/12/2007	1.729,75
5/12/2007	864,88

9.6. aplicar aos responsáveis abaixo indicados multas individuais previstas no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.6.1. João Roberto Porto, no valor de R$ 64.000,00;

9.6.2. Wilson Francisco Rebelo, no valor de R$ 28.000,00;

9.6.3. Carlos César Pereira, no valor de R$ 32.000,00;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis João Roberto Porto (218.473.049-15), Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15) e Carlos César Pereira (309.546.309-04);

9.10. declarar os responsáveis acima mencionados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/92, pelo período de cinco anos;

9.11 encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.12. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à Procuradoria Geral Federal - PGF que a decisão indicada no item 9.1 deste acórdão não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos aos segurados ali referidos, em razão da concessão indevida de benefício previdenciário;

9.13. dar ciência dessa deliberação ao espólio da Sra. Juventilha Cordeiro dos Santos (596.477.529-20) e aos Srs. Maria Delcides da Silva Pinheiro (854.049.699-20), Maria José de Souza (016.236.249-83), Marli Maria de Souza (022.217.929-55), Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34) e Pedro Paulo Reis (248.770.349-00).

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2005-33/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2006/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.834/2010-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Agravo (Relatório de Auditoria)
3. Recorrente: Iesa Óleo e Gás S/A.
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S/A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Iesa Óleo e Gás S/A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de agravo contra o Acórdão 1.639/2018-TCU-Plenário, decisão que revogou de ofício as medidas cautelares de indisponibilidade de bens das empresas Galvão Engenharia S/A e Alumini Engenharia S/A, adotadas pelo Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:
9.1. com fundamento no art. 289 do Regimento Interno, conhecer do agravo interposto, para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de que seja revogada, de ofício, a medida cautelar de indisponibilidade de bens determinada para a empresa Iesa Óleo e Gás S/A mediante o Acórdão 632/2017-TCU-Plenário;
9.2. solicitar à Advocacia-Geral da União que adote as medidas judiciais cabíveis junto ao juízo falimentar competente, caso já não tenha feito, para assegurar a constrição patrimonial relativa à empresa Iesa Óleo e Gás S/A, com fundamento na determinação exarada nos autos do processo de recuperação judicial 1010111-27.2014.8.26.0037, proferida pela 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central Cível de São Paulo/SP;
9.3. solicitar à 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central Cível de São Paulo/SP que encaminhe a este Tribunal as decisões que vierem a ser proferidas relativas aos processo de recuperação judicial da empresa Iesa Óleo e Gás S/A;
9.4. dar ciência desta deliberação ao agravante.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2006-33/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2007/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.688/2012-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Severina de Melo (143.434.794-04)
3.3. Embargante: Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social de Pernambuco - Sindsprev/PE.
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Claudio Soares de Oliveira Ferreira (OAB/PE 15.020) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social de Pernambuco, em face do Acórdão 10.295/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas não conheceu de pedido de reexame interposto pelo embargante contra o Acórdão 5.142/2017-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. anular de ofício, nos termos dos artigos 174 e 175 do Regimento Interno do TCU o Acórdão 5.142/2017-TCU-1ª Câmara e os atos dele decorrentes, em razão da ausência de contraditório e ampla defesa, consoante preconiza o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, considerando que, *in casu*, entre a disponibilização do ato ao TCU (2/4/2012) e a efetiva apreciação por esta Corte de Contas (4/7/2017), transcorreu lapso temporal superior a cinco anos.
9.3. encaminhar os autos ao Relator *a quo* para que seja determinada nova instrução dos autos;
9.4. dar ciência desta deliberação ao embargante, à interessada e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2007-33/18-P.
13. Especificação do quorum:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2008/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.173/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40).

3.2. Responsáveis: Adauto José Gomes da Silva (138.513.304-04) e Maria Adelaide da Rocha Pinto Lopes (007.680.234-59).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: Rafael Carneiro Leão (OAB/PE 20.841), representando Maria Adelaide da Rocha Pinto Lopes

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor do Sr. Adauto José Gomes da Silva (falecido), ex-servidor da agência do INSS em Recife/PE, e da Sra. Maria Adelaide da Rocha Pinto Lopes, beneficiária da vantagem irregular, haja vista o prejuízo causado em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar o processo, sem julgamento de mérito, exclusivamente quanto ao Sr. Adauto José Gomes da Silva, em virtude da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, em relação a este responsável, nos termos do art. 212, c/c o art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Maria Adelaide da Rocha Pinto Lopes (007.680.234-59), na condição de beneficiária da aposentadoria irregularmente concedida, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.3. condenar a Sra. Maria Adelaide da Rocha Pinto Lopes (007.680.234-59) ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, pela concessão irregular dos seguintes benefícios previdenciários aos beneficiados a seguir indicados:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
626,74	12/04/1996
626,74	14/05/1996
670,59	13/06/1996
670,59	10/07/1996
670,59	13/08/1996
670,59	10/09/1996
670,59	08/10/1996
670,59	13/11/1996
1.285,29	09/12/1996
670,59	10/01/1997
670,59	19/02/1997
670,59	11/03/1997
670,59	07/04/1997
670,59	09/05/1997
670,59	17/06/1997
722,62	08/07/1997
722,62	11/08/1997
722,62	05/09/1997
722,62	07/10/1997
722,62	11/11/1997
1.445,24	05/12/1997
725,50	08/01/1998
722,62	09/02/1998
722,62	09/03/1998
722,62	13/04/1998
722,62	11/05/1998
722,62	09/06/1998
757,37	07/07/1998
757,37	07/08/1998
757,37	08/09/1998
757,37	07/10/1998
757,37	09/11/1998
1.514,74	08/12/1998
757,37	13/01/1999
757,37	08/02/1999
757,37	05/03/1999
757,37	09/04/1999
757,37	11/05/1999
757,37	08/06/1999
792,28	07/07/1999
792,28	05/08/1999
792,28	08/09/1999
792,28	07/10/1999
792,28	08/11/1999
1.584,56	07/12/1999
792,28	10/01/2000
792,28	08/02/2000
792,28	15/03/2000
792,28	07/04/2000
792,28	10/05/2000
792,28	09/06/2000
838,31	07/07/2000
838,31	10/08/2000
838,31	11/09/2000
838,31	10/10/2000
838,31	08/11/2000
1.676,62	08/12/2000
838,31	08/01/2001
839,00	08/02/2001
839,00	12/03/2001
839,00	05/04/2001
839,00	08/05/2001
839,00	11/06/2001
903,37	06/07/2001
903,37	09/08/2001
903,37	10/09/2001
903,37	05/10/2001
903,37	08/11/2001
1.797,74	11/12/2001
903,37	08/01/2002
903,37	07/02/2002
903,26	07/03/2002
903,00	05/04/2002
903,00	08/05/2002
903,00	07/06/2002
986,00	08/07/2002
986,00	12/08/2002
986,00	09/09/2002
986,00	08/10/2002
986,00	18/11/2002
1.965,00	06/12/2002
986,00	10/01/2003
986,00	07/02/2003
986,00	11/03/2003
986,00	08/04/2003
986,00	08/05/2003
986,00	06/06/2003
1.180,27	07/07/2003
1.180,27	08/08/2003
1.180,27	08/09/2003
1.180,27	07/10/2003
1.180,27	10/11/2003
2.354,12	05/12/2003
1.179,80	08/01/2004
1.179,80	06/02/2004
1.179,80	05/03/2004
1.179,80	07/04/2004
1.179,80	07/05/2004
1.233,24	07/06/2004
1.233,24	07/07/2004
1.233,24	06/08/2004
1.233,24	08/09/2004
1.233,24	07/10/2004
1.617,82	08/11/2004
3.043,04	07/12/2004
1.516,29	07/01/2005
1.517,16	09/02/2005
1.517,78	07/03/2005
1.518,25	07/04/2005
1.519,00	06/05/2005
1.610,42	07/06/2005
1.611,11	07/07/2005
1.610,88	05/08/2005
1.610,74	08/09/2005
1.610,52	07/10/2005
1.610,54	08/11/2005
3.126,69	07/12/2005
1.611,89	06/01/2006
1.612,38	07/02/2006
1.612,80	07/03/2006
1.612,94	07/04/2006
1.688,91	08/05/2006
1.688,96	07/06/2006
1.689,02	07/07/2006
1.688,88	07/08/2006
2.484,55	08/09/2006
1.689,19	06/10/2006
1.689,21	08/11/2006
2.485,51	07/12/2006
1.690,24	08/01/2007
1.691,01	07/02/2007
1.691,58	07/03/2007
1.692,00	09/04/2007
1.744,96	08/05/2007
1.745,13	08/06/2007

9.4. aplicar à responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 30.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. considerar grave a infração cometida pela responsável Maria Adelaide da Rocha Pinto Lopes (007.680.234-59);

9.8. declarar a responsável acima mencionada inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/92, pelo período de cinco anos;

9.9 encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.10. dar ciência dessa deliberação ao espólio do Sr. Adauto José Gomes da Silva (138.513.304-04).

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2008-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2009/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.856/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Manoel do Carmo dos Santos (012.178.284-00).

4. Entidade: Município de Serrinha - RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Diretoria Financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor do Sr.

Manoel do Carmo dos Santos, prefeito do município de Serrinha/RN, na gestão 2005-2008, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos federais transferidos àquele município, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar, exercício 2007 (PNAE/2007);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Manoel do Carmo dos Santos (012.178.284-00), ex-Prefeito de Serrinha/RN, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar o responsável acima mencionado, com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Ordem Bancária n.	Data da OB	Valor (R$)	Programa/2007
2007OB400375	1º/3/2007	6.476,80	PNAE - Fundamental (PNAE)
2007OB400458	6/4/2007	6.476,80	
2007OB400555	5/5/2007	6.476,80	
2007OB400572	31/5/2007	6.476,80	
2007OB400634	29/6/2007	6.476,80	
2007OB400724	31/7/2007	6.476,80	
2007OB400782	31/8/2007	6.476,80	
2007OB400884	2/10/2007	6.476,80	
2007OB400980	31/10/2007	6.476,80	
2007OB401017	5/12/2007	6.476,80	
2007OB450038	1º/3/2007	919,60	PNAE - Creche (PNAC)
2007OB450132	6/4/2007	919,60	
2007OB450214	5/5/2007	919,60	
2007OB450238	31/5/2007	919,60	
2007OB450288	29/6/2007	919,60	
2007OB450389	31/7/2007	919,60	
2007OB450454	31/8/2007	919,60	
2007OB450541	2/10/2007	919,60	
2007OB450635	31/10/2007	919,60	
2007OB450701	5/12/2007	919,60	
TOTAL	-	73.964,00	-

9.3. aplicar ao Sr. Manoel do Carmo dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Manoel do Carmo dos Santos a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. considerar graves as infrações cometidas pelo responsável Manoel do Carmo dos Santos (012.178.284-00);

9.6. declarar o responsável acima mencionado inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/92, pelo período de cinco anos;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.10. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Prefeitura de Serrinha/RN.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2009-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2010/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.174/2012-0.

1.1. Apenso: TC 005.782/2007-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Interessados:

3.1. Interessados: Carlos Wilson Rocha de Queiroz (073.008.591-00); Francisco Erivan de Albuquerque (121.186.561-49); Rogério Mansur Barata (283.706.516-15); Josefina Valle de Oliveira Pinha (185.527.571-68).

3.2. Responsáveis: Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão (07.044.982/0001-62); Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores (369.876.387-72); Maria Cristina Ponchon da Silva (105.411.388-20); Priscilla Filadoro Nogueira (169.905.558-07).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal:

8.1. Viviane Barci de Moraes (166465/OAB-SP) e outros, representando Maria Cristina Ponchon da Silva.

8.2. Clovis Manzoni dos Santos Lores (42883/OAB-DF) e outros, representando Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores.

8.3. Francisco José de Siqueira (13081/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

8.4. Bernardo Nunes Ramos da Cunha (18.486/OAB-BA) e outros, representando Construtora OAS S.A.

8.5. Walter Ramos da Costa Porto (6098/OAB-DF) e outros, representando Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão.

8.6. Priscilla Bigotte Donato (248777/OAB-SP) e outros, representando Priscilla Filadoro Nogueira.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em atendimento ao item 9.2 do Acórdão 1.240/2012-TCU-Plenário em razão de indício de superfaturamento nas obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros e da pista auxiliar do Aeroporto de Congonhas/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas de Priscilla Filadoro Nogueira, dando-lhe quitação plena, com fundamento nos arts 1º, inciso I, 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, Maria Cristina Ponchon da Silva e Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão, com fundamento nos arts. 1o, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23 da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, fixando o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de **20/6/2008** até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores porventura ressarcidos:

9.2.1. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores e Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
48.548.541,93	20/6/2008
213.970,44	20/6/2008
967.328,50	20/6/2008
6.790.870,80	20/6/2008

9.2.2. Maria Cristina Ponchon da Silva e Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
13.310,35	20/6/2008
770.536,71	20/6/2008

9.2.3. Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
900.176,00	20/6/2008
284.441,98	20/6/2008

9.3. aplicar aos seguintes responsáveis, individualmente, as multas abaixo indicadas, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data do recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R$)
Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores	9.700.000,00
Maria Cristina Ponchon da Silva	135.000,00
Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão	10.000.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas dos responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. considerar graves as infrações cometidas por Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.8 inabilitar Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.9. solicitar, com base no art. 61 da Lei 8.443/1992, e no art. 275 do Regimento Interno do TCU, à Advocacia-Geral da União , por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, a adoção das medidas necessárias ao arresto dos bens de Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, Maria Cristina Ponchon da Silva, e das empresas que compõem o Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão (Construtora OAS S.A., CNPJ 14.310.577/0001-04, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., CNPJ 61.522.512/0001-02, e Galvão Engenharia S.A., CNPJ 01.340.937/0001-79, até o montante atualizado do total dos débitos que lhes foram imputados, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do recolhimento das dívidas, devendo este Tribunal ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e a sua restituição;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.10. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.11. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, ao Consórcio OAS/Camargo Corrêa/Galvão, a Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, a Maria Cristina Ponchon da Silva, a Priscilla Filadoro Nogueira, a Carlos Wilson Rocha de Queiroz, a Francisco Erivan de Albuquerque, a Rogério Mansur Barata, a Josefina Valle de Oliveira Pinha, à Secretaria Nacional de Aviação Civil, ao Departamento de Polícia Federal e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2010-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2011/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.272/2012-1.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: Duvanier Paiva Ferreira (899.076.638-91); Geraldo Antonio Nicoli (221.392.811-87); Maria do Socorro Mendes Gomes (048.843.498-06); Otavio Correa Paes (120.581.141-91); Ricardo Murilo Liberal Silva (350.944.941-04); Sérgio Antônio Martins Carneiro (091.738.892-53); Valéria Porto (210.361.441-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Representação legal: Juliana Tavares Almeida (12.794/OAB-DF) e outros, representando Valéria Porto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, acerca de possíveis irregularidades no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnem), na concessão de férias semestrais de vinte dias a todos os seus servidores ativos em desacordo com o art. 79 da Lei 8.112/1990, que prevê tal concessão somente aos servidores que operem direta e permanentemente com raios X,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar extinta a punibilidade quanto ao Sr. Duvanier Paiva Ferreira, falecido;

9.2. acolher as razões de justificativas apresentadas por Otávio Corrêa Paes, Geraldo Antônio Nicoli, Maria do Socorro Mendes Gomes, Ricardo Murilo Liberal Silva e Sérgio Antonio Martins Carneiro;

9.3. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Valéria Porto e aplicar-lhe, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 3.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis, à Comissão Nacional de Energia Nuclear e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

9.6. determinar à Segecex que inclua no plano operacional do exercício de 2019 da SecexEstatais, ainda no primeiro semestre, a realização do monitoramento do item 9.1 do Acórdão 1.030/2015-Plenário, verificando-se a existência de concessão de férias semestrais de vinte dias consecutivos a servidores que não operem direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas;e

9.7. arquivar os presentes autos após transcorrido o trânsito em julgado desta decisão.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2011-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que não participou da votação: Walton Alencar Rodrigues.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Revisor).

ACÓRDÃO Nº 2012/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.615/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em recurso de reconsideração em tomada de contas especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Procuradoria da República/AM - MPF/MPU (26.989.715/0008-89)

3.2. Responsável: Edson Bastos Bessa (413.687.622-04)

3.3. Recorrente: Edson Bastos Bessa (413.687.622-04).

4. Órgão/Entidade Município de Manacapuru - AM.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Edson Bastos Bessa em face do Acórdão 2.912/2016-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

9.3. encaminhar ao recorrente cópia das peças 75 e 76 destes autos.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2012-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2013/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.400/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Haroldo Barbosa Filho (266.751.107-72); Helena Arruda (120.264.411-20)

3.2. Recorrente: Haroldo Barbosa Filho (266.751.107-72).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Deana da Conceição (13.317/OAB-DF) e outros, representando Haroldo Barbosa Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Haroldo Barbosa Filho contra o Acórdão 194/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. negar provimento ao pedido de reexame interposto por Haroldo Barbosa Filho, conhecido por meio do Acórdão 395/2017-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2013-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2014/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.196/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Monitoramento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrente
s:

3.1. Responsável: George de Melo Aragão (202.304.783-87)

3.2. Recorrente: George de Melo Aragão (202.304.783-87).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam Pedido de Reexame interposto por George de Melo Aragão, à época dos fatos superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão (INCRA/MA) contra o Acórdão 2878/2017 - 2ª Câmara, o qual aplicou-lhe multa no valor R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em face do descumprimento de determinação deste Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2014-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2015/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.710/2011-3
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (em Relatório de Auditoria)
3. Recorrente: Ricardo Leyser Gonçalves, ex-Secretário (CPF 154.077.518-60)
4. Unidade: Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e SecexEducação
8. Advogados constituídos nos autos: Fábio Franklin Amaral (OAB/SP 274.299 e OAB/DF 51.324) e outros

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1922/2017-Plenário, que, entre outras providências, rejeitou parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Ricardo Leyser Gonçalves, mas deixou, em caráter excepcional, de aplicar-lhe a multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Ricardo Leyser Gonçalves e dar-lhe provimento;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Ricardo Leyser Gonçalves, em atendimento à audiência promovida por meio do Ofício 0399/2013-TCU/SecexEduc, de 24/7/2013;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2015-33/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2016/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.246/2014-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Paulo Sérgio da Silva Araújo (CPF: 602.200.234-68), ex-prefeito; Dennilson Sobral dos Santos (CPF: 055.206.454-85), supervisor; João de Souza Melo - ME (CNPJ: 10.757.841/0001-00); Pioneira Construções Ltda. - ME (CNPJ: 09.647.682/0001-01); Vectra Construções Ltda. (CNPJ: 04.456.669/0001-43) e Município de Marcação/PB (CNPJ: 01.612.351/0001-16);
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Marcação/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: Antônio Leonardo Gonçalves de Brito Filho (OAB/PB 20.571)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra Paulo Sérgio da Silva Araújo, prefeito de Marcação/PB na gestão 2005-2008 e de 2009 a setembro/2011, em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos repassados ao município por força dos Convênios 111/2007 e 112/2007, que tiveram por objeto, respectivamente, a implantação de unidades de criação e produção de galinha caipira para corte (111/2007) e para postura (112/2007).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Marcação/PB;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que o Município de Marcação/PB efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
03/01/2008	4.781,98
15/01/2008	4.310,75
07/05/2010	159,59
25/06/2010	398,99
02/07/2010	239,39
26/10/2010	159,59
31/12/2010	4.910,49
31/12/2010	4.856,66

9.3. alertar o município que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se-lhe quitação, ao passo que a ausência de pagamento levará à irregularidade das contas, com condenação em débito, cujo valor será atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2016-33/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2017/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.880/2017-6
2. Grupo I - Classe I - Recurso Administrativo.
3. Recorrente: Luzia Soares de Melo (CPF 380.036.434-49).
4. Unidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Consultoria Jurídica - Conjur.
8. Representante legal: Michel Pereira Barreiro (OAB/PB 11.432) representando Luzia Soares de Melo.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso administrativo, interposto por Luzia Soares de Melo contra decisão do presidente deste Tribunal que determinou o cancelamento de pensão fundamentada no art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58 (filha maior de 21 anos e solteira), em consequência da constatação de união estável, com recebimento de pensão do INSS por morte do ex-companheiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 30, *caput*, do Regimento Interno c/c o art. 59 da Lei 9.784/1999, em:

9.1. conhecer do recurso administrativo e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2017-33/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2018/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.073/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Damião Cavalcanti dos Santos (804.957.884-49); Hercules Barros Mangueira Diniz (873.025.604-63); Marcília Mangueira Guimarães (046.944.944-65); Marden Rômulo Lima Mota (526.192.573-87); São Bento Construções e serviços Ltda. - ME (09.356.377/0001-52).
4. Órgão/Entidade: Município de Diamante - PB; Ministério da Integração Nacional.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em desfavor dos ex-Prefeitos Sr. Hércules Barros Mangueira Diniz e Sra. Marcília Mangueira Guimarães, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 1534/2009, celebrado com o município de Diamante/PB, com vigência de 14/1/2010 a 12/4/2013, objetivando a "construção e recuperação de açudes", para o qual foi previsto o valor de R$ 410.000,00, sendo R$ 400.000,00 do concedente e R$ 10.000,00 do convenente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 50 da Lei 10.406/2002 e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "d", e § 2º; 19, caput; 12, § 3º; 23, inciso III; 28, II; 46; 57; e 60 da Lei 8.443/92, em:

9.1. desconsiderar a personalidade jurídica da empresa São Bento Construções e Serviços Ltda., para que seus sócios de fato e de direito, respectivamente, Damião Cavalcanti dos Santos e Marden Rômulo Lima Mota, respondam pelo débito apontado nestes autos;

9.2. convalidar, com fundamento no art. 172 do Regimento Interno do TCU, as citações dos Sres. Damião Cavalcanti dos Santos e Marden Rômulo Lima Mota, feitas após a desconsideração da personalidade jurídica da empresa São Bento Construções e Serviços Ltda.;

9.3. considerar revéis, para todos os efeitos, os Srs. Hércules Barros Mangueira Diniz, Damião Cavalcanti dos Santos, Marden Rômulo Lima Mota, a Sra. Marcília Mangueira Guimarães e a empresa São Bento Construções e Serviços Ltda.;

9.4. julgar irregulares as contas do Sr. Hércules Barros Mangueira Diniz e da Sra. Marcília Mangueira Guimarães, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "a" e "d", da Lei 8.443/1992;

9.5. julgar irregulares as contas da empresa São Bento Construções e Serviços Ltda. e dos Srs. Damião Cavalcanti dos Santos e Marden Rômulo Lima Mota, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992;

9.6. imputar aos responsáveis a seguir indicados os débitos solidários, conforme o caso, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

Valores Históricos (R$)	Datas	Responsáveis
31.712,77	2/8/2012	Hércules Barros Mangueira Diniz, São Bento Construções e Serviços Ltda., Damião Cavalcanti dos Santos e Marden Rômulo Lima Mota
117.120,36	2/8/2012	
144.323,94	3/9/2012	
58.986,89	3/12/2012	

Valores Históricos (R$)	Data	Responsáveis
47.856,04	11/4/2013	Marcília Mangueira Guimarães, São Bento Construções e Serviços Ltda., Damião Cavalcanti dos Santos e Marden Rômulo Lima Mota

9.7. aplicar ao Sr. Hercules Barros Mangueira Diniz a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.8. aplicar à Sra. Marcília Mangueira Guimarães a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.9. aplicar, individualmente, à empresa São Bento Construções e Serviços Ltda. e aos Srs. Damião Cavalcanti dos Santos e Marden Rômulo Lima Mota, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia dos efetivos recolhimentos, caso não sejam pagas no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.10. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.10.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.10.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.11. considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis Hércules Barros Mangueira Diniz, Damião Cavalcanti dos Santos, Marden Rômulo Lima Mota, Marcília Mangueira Guimarães e empresa São Bento Construções e Serviços Ltda.;

9.12. inabilitar, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, Hércules Barros Mangueira Diniz, Damião Cavalcanti dos Santos, Marden Rômulo Lima Mota, Marcília Mangueira Guimarães;

9.13. declarar inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal, por 5 (cinco) anos, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, a empresa São Bento Construções e Serviços Ltda.;

9.14. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

9.15. arquivar os autos.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2018-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2019/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 026.709/2012-0.

1.1. Apensos: 033.352/2014-3; 033.351/2014-7; 019.315/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (CNPJ 00.530.493/0001-71)

3.2. Responsável: Bruno Gustavo Araújo Loureiro (CPF 010.024.804-77)

3.3. Recorrente: Bruno Gustavo Araújo Loureiro (CPF 010.024.804-77).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Japaratinga - AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).

8. Representação legal:

8.1. Henrique Correia Vasconcellos (8.004/OAB-AL) e outros, representando Bruno Gustavo Araújo Loureiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Bruno Gustavo Araújo Loureiro, contra o Acórdão 5.954/2014-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento da importância de 25.000,00, e aplicando-lhe a multa referida no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 2.500,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso III e 35, inciso III, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 288, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Revisão interposto pela Sr. Bruno Gustavo Araújo Loureiro para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. anular o Acórdão 5.954/2014-TCU-2ª Câmara;

9.3. encaminhar os autos ao relator **a quo** para as providências que entender pertinentes;

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, aos órgãos/entidades interessados e à Procuradoria da República no Estado no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2019-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2020/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 035.019/2015-8.

1.1. Apenso: 028.531/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Oliveiro Torres Piancó (CPF 788.076.624-34).

3.2. Recorrente: Oliveiro Torres Piancó (CPF 788.076.624-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Igaci - AL.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Bernardo (5908/OAB-AL) e outros, representando Oliveiro Torres Piancó.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pelo Sr Oliveiro Torres Piancó (Peças 78-79), contra o Acórdão 549/2016-TCU-Plenário (Peça 12) que lhe aplicou multa, com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992 em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Oliveiro Torres Piancó para, no mérito, conceder-lhe provimento, para tornar insubsistente a multa constante do subitem 9.6 do Acórdão 549/2016-TCU-Plenário, excluindo, também, o subitem 9.7 do mesmo Acórdão;

9.2. dar conhecimento da presente deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2020-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2021/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.381/2006-0.

1.1. Apenso: 017.951/2005-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Editora Gráficos Burti Ltda. (43.150.499/0001-26).

4. Órgão: Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica - PR.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal:

8.1. Roberto Carlos Keppler (OAB-SP 68.931) e outros, representando Editora Gráficos Burti Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Editora Gráficos Burti Ltda. em face do Acórdão 1.331/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal negou conhecimento a recurso de revisão interposto pela embargante,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.331/2018-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2021-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2022/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.480/2009-8.

1.1. Apensos: 033.588/2015-5; 033.586/2015-2; 033.587/2015-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Construtora Xico's Ltda. (03.719.584/0001-48); José Simão de Sousa (287.711.504-63)

3.2. Recorrente: José Simão de Sousa (287.711.504-63).

4. Entidade: Município de Manaíra/PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (10.204 OAB/PB) e outros, representando José Simão de Sousa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por José Simão de Sousa, ex-prefeito do Município de Manaíra/PB, contra o Acórdão 4.772/2011-Primeira Câmara, por meio do qual teve suas contas julgadas irregulares e foi condenado ao pagamento de débito e multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de revisão, mantendo inalterado o Acórdão 4.772/2011-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Procuradoria da República na Paraíba.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2022-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2023/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.809/2009-4.

1.1. Apensos: 023.421/2012-6; 031.201/2013-0; 031.202/2013-6; 031.207/2013-8; 020.390/2014-9; 031.206/2013-1; 031.208/2013-4; 031.204/2013-9; 031.205/2013-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Maria Eliza Alves da Silva (190.809.644-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Largo - AL.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).

8. Representação legal:

8.1. Rubens Marcelo Pereira da Silva (OAB-AL 6.638) e outros, representando Maria Eliza Alves da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por Maria Eliza Alves da Silva em face do Acórdão 1.942/2012-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, imputando-lhe débito total de R$ 839.054,32 e aplicando-lhe multa de R$ 125.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de revisão, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.942/2012-TCU-2ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão tanto à recorrente, diretamente, quanto ao procurador constituído em 2/3/2011 (peça 2, p. 10).

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2023-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2024/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.361/2015-3.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (em Relatório de Auditoria)

3. Embargante: Consórcio Frota-BH, representado pela empresa líder CAF Brasil Indústria e Comércio S. A. (CNPJ 02.430.238/0001-82)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Ariovaldo Barbosa Pires Junior (OAB/SP 214.089), Maurício Boudakian Moysés (OAB/SP 221.705) e outros, representando o Consórcio Frota-BH.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Consórcio Frota-BH, integrado pela empresa líder CAF Brasil Indústria e Comércio S. A. e pela empresa Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda., contra o Acórdão 2672/2017-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Consórcio Frota-BH, visto que não preenchem o requisito de admissibilidade atinente à tempestividade, conforme previsto no art. 34 da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2024-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2025/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.719/2017-4.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Rosana Soares Vicente (CPF 045.020.708-07).

4. Entidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo - Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Sul contra a Sra. Rosana Soares Vicente, como então servidora da aludida autarquia, diante da fraude pela irregular concessão de benefícios previdenciários com a produção de dano ao erário sob o valor histórico de R$ 339.947,32;

ACÓRDÃO os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Rosana Soares Vicente, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Rosana Soares Vicente, nos termos dos arts. 16, III, "b", "c" e "d", e 19, **caput,** da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento do débito apurado nestes autos, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

9.2.1. pela concessão irregular de benefício ao Sr. Clóvis Giron da Silva:

Data	Valor (R$)
13/3/2007	280,25
9/4/2007	934,19
8/5/2007	942,22
8/6/2007	942,22
6/7/2007	942,22
7/8/2007	942,22
10/9/2007	942,22
10/9/2007	392,59
5/10/2007	942,22
8/11/2007	942,22
7/12/2007	942,22
7/12/2007	392,59
8/1/2008	942,22
12/2/2008	942,22
7/3/2008	942,22
7/4/2008	989,33
8/5/2008	989,33
6/6/2008	989,33
7/7/2008	989,33
7/8/2008	989,33
5/9/2008	989,33
5/9/2008	494,66
7/10/2008	989,33
7/11/2008	989,33
5/12/2008	989,33
5/12/2008	494,67
8/1/2009	989,33
6/2/2009	989,33
6/3/2009	1.047,89
7/4/2009	1.047,89
8/5/2009	1.047,89
5/6/2009	1.047,89
7/7/2009	1.047,89
7/8/2009	1.047,89
8/9/2009	1.047,89
8/9/2009	523,94
7/10/2009	1.047,89
9/11/2009	1.047,89
7/12/2009	1.047,89
7/12/2009	523,95
8/1/2010	1.047,89
5/2/2010	1.112,23
5/3/2010	1.112,23
8/4/2010	1.112,23
7/5/2010	1.112,23
8/6/2010	1.112,23
7/7/2010	1.112,23
6/8/2010	1.128,78
6/8/2010	99,30
8/9/2010	1.128,78
8/9/2010	564,39
7/10/2010	1.128,78
8/11/2010	1.128,78
7/12/2010	1.128,78
7/12/2010	564,39
7/1/2011	1.128,78
7/2/2011	1.201,13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10/3/2011	1.201,13
7/4/2011	1.201,13
6/5/2011	1.201,13
7/6/2011	1.201,13
7/7/2011	1.201,13
5/8/2011	1.201,13
8/9/2011	1.201,81
8/9/2011	600,90
8/9/2011	4,76

9.2.2. pela concessão irregular de benefício ao Sr. Manoel Bezerra:

Data	Valor (R$)
13/6/2007	190,34
3/7/2007	713,80
2/8/2007	713,80
4/9/2007	713,80
4/9/2007	208,19
2/10/2007	713,80
5/11/2007	713,80
4/12/2007	713,80
4/12/2007	208,19
3/1/2008	713,80
7/2/2008	713,80
4/3/2008	713,80
2/4/2008	747,56
5/5/2008	747,56
3/6/2008	747,56
2/7/2008	747,56
4/8/2008	747,56
2/9/2008	747,56
2/9/2008	373,78
2/10/2008	747,56
4/11/2008	747,56
2/12/2008	747,56
4/11/2008	747,56
2/12/2008	747,56
2/12/2008	373,78
5/1/2009	747,56
3/2/2009	747,56
3/3/2009	791,81
2/4/2009	791,81
5/5/2009	791,81
2/6/2009	791,81
2/7/2009	791,81
4/8/2009	791,81
2/9/2009	791,81
2/9/2009	395,90
2/10/2009	791,81
4/11/2009	791,81
2/12/2009	791,81
2/12/2009	395,91
5/1/2010	791,81
2/2/2010	840,42
2/3/2010	840,42
5/4/2010	840,42
4/5/2010	840,42
2/6/2010	840,42
2/7/2010	840,42
3/8/2010	852,93
3/8/2010	75,06
2/9/2010	852,93
2/9/2010	426,46
4/10/2010	852,93
3/11/2010	852,93
2/12/2010	852,93
2/12/2010	426,47
4/1/2011	852,93
2/2/2011	907,60
2/3/2011	907,60
4/4/2011	907,60
3/5/2011	907,60
2/6/2011	907,60
4/7/2011	907,60

9.2.3. pela concessão irregular de benefício à Sra. Marlene Maria Neves Silva:

Data	Valor (R$)
13/10/2009	814,86
13/10/2009	977,84
10/11/2009	977,84
15/12/2009	977,84
15/12/2009	407,53
8/1/2010	977,84
5/2/2010	1.037,87
5/3/2010	1.037,87
8/4/2010	1.037,87
7/5/2010	1.037,87
8/6/2010	1.037,87
7/7/2010	1.037,87
6/8/2010	1.053,32
6/8/2010	92,70
8/9/2010	1.053,32
8/9/2010	526,66
7/10/2010	1.053,32
8/11/2010	1.053,32
7/12/2010	1.053,32
7/12/2010	526,66
7/1/2011	1.053,32
7/2/2011	1.120,83
10/3/2011	1.120,83
7/4/2011	1.120,83
6/5/2011	1.120,83
7/6/2011	1.120,83
7/7/2011	1.120,83
5/8/2011	1.120,83
8/9/2011	1.121,46
8/9/2011	560,73
7/10/2011	1.121,46
8/11/2011	1.121,46
7/12/2011	1.121,46
7/12/2011	560,73
6/1/2012	1.121,46
7/2/2012	1.189,64
7/3/2012	1.189,64

9.2.4. pela concessão irregular de benefício ao Sr. Antônio Gomes de Oliveira:

Data	Valor (R$)
13/10/2009	814,86
13/10/2009	977,84
10/11/2009	977,84
15/12/2009	977,84
15/12/2009	407,53
8/1/2010	977,84
5/2/2010	1.037,87
5/3/2010	1.037,87
8/4/2010	1.037,87
7/5/2010	1.037,87
8/6/2010	1.037,87
7/7/2010	1.037,87
6/8/2010	1.053,32
6/8/2010	92,70
8/9/2010	1.053,32
8/9/2010	526,66
7/10/2010	1.053,32
8/11/2010	1.053,32
7/12/2010	1.053,32
7/12/2010	526,66
7/1/2011	1.053,32
7/2/2011	1.120,83
10/3/2011	1.120,83
7/4/2011	1.120,83
6/5/2011	1.120,83
7/6/2011	1.120,83
7/7/2011	1.120,83
5/8/2011	1.120,83
8/9/2011	1.121,46
8/9/2011	560,73
7/10/2011	1.121,46
8/11/2011	1.121,46
7/12/2011	1.121,46
7/12/2011	560,73
6/1/2012	1.121,46
7/2/2012	1.189,64
7/3/2012	1.189,64
7/5/2010	70,00
7/5/2010	2.098,47
1/6/2010	2.098,47
2/7/2010	2.098,47
2/8/2010	2.129,71
3/9/2010	2.129,71
3/9/2010	798,64
1/10/2010	2.129,71
1/11/2010	2.129,71
2/12/2010	2.129,71
2/12/2010	798,64
4/1/2011	2.129,71
1/2/2011	2.266,22
2/3/2011	2.266,22
1/4/2011	2.266,22
2/5/2011	2.266,22
1/6/2011	2.266,22
1/7/2011	2.266,22
1/8/2011	2.266,22
1/9/2011	2.267,50
1/9/2011	1.133,75
3/10/2011	2.267,50
1/11/2011	2.267,50
2/12/2011	2.267,50
2/12/2011	1.133,75
3/1/2012	2.267,50
1/2/2012	2.405,36
1/3/2012	2.405,36

9.2.5. pela concessão irregular de benefício à Sra. Fabiana Zacarias França:

Data	Valor (R$)
2/6/2010	95,07
2/6/2010	1.426,03
2/7/2010	1.426,03
3/8/2010	1.447,26
3/8/2010	43,87
2/9/2010	1.447,26
2/9/2010	482,42
4/10/2010	1.447,26
4/11/2010	1.447,26
2/12/2010	1.447,26
2/12/2010	482,42
4/1/2011	1.447,26
2/2/2011	1.540,02
2/3/2011	1.540,02
4/4/2011	1.540,02
3/5/2011	1.540,02
2/6/2011	1.540,02
4/7/2011	1.540,22
2/8/2011	1.540,02
2/9/2011	1.540,89
2/9/2011	770,44
2/9/2011	6,09
4/10/2011	1.540,89
3/11/2011	1.540,89
2/12/2011	1.540,89
2/12/2011	770,45
3/1/2012	1.540,89
2/2/2012	1.634,57
2/3/2012	1.634,57

9.2.6. pela concessão irregular de benefício à Sra. Maria Aparecida Neves dos Santos:

Data	Valor (R$)
20/7/2010	1.239,12
3/8/2010	1.486,95

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3/9/2010	1.486,95
3/9/2010	433,69
18/10/2010	1.486,95
3/11/2010	1.486,95
3/12/2010	1.486,95
3/12/2010	433,69
4/1/2011	1.486,95
3/2/2011	1.582,26
4/3/2011	1.582,26
4/4/2011	1.582,26
3/5/2011	1.582,26
2/6/2011	1.582,26
4/7/2011	1.582,26
3/8/2011	1.582,26
2/9/2011	1.583,15
2/9/2011	791,57
2/9/2011	6,23
6/10/2011	1.583,15
3/11/2011	1.583,15
2/12/2011	1.583,15
2/12/2011	791,58
3/1/2012	1.583,15
2/2/2012	1.679,40
2/3/2012	1.679,40

9.2.7. pela concessão irregular de benefício à Sra. Roselaine Oliveira Ferreira dos Santos:

Data	Valor (R$)
20/7/2010	1.000,00
20/7/2010	2.500,00
2/8/2010	2.500,00
2/9/2010	2.500,00
2/9/2010	312,50
1/10/2010	1.250,00
1/10/2010	520,83

9.2.8. pela concessão irregular de benefício ao Sr. Luiz Carlos de Oliveira Nunes:

Data	Valor (R$)
23/11/2009	124,00
23/11/2009	38,75
1/12/2009	465,00
1/1/2010	465,00
1/2/2010	510,00
1/3/2010	510,00
1/4/2010	510,00
1/5/2010	510,00
1/6/2010	510,00
1/7/2010	510,00
1/8/2010	510,00
1/8/2010	255,00
1/9/2010	510,00
1/10/2010	510,00
1/11/2010	510,00
1/11/2010	255,00
1/12/2010	510,00
1/1/2011	540,00
1/2/2011	540,00
1/3/2011	545,00
1/4/2011	545,00
1/5/2011	545,00
1/6/2011	545,00
1/7/2011	545,00
1/8/2011	545,00
1/8/2011	272,50
1/9/2011	545,00
1/10/2011	545,00
1/11/2011	545,00
1/11/2011	272,50
1/12/2011	545,00
1/1/2012	622,00
1/2/2012	622,00
1/3/2012	622,00
1/4/2012	622,00
1/5/2012	622,00
1/6/2012	622,00
1/7/2012	622,00
1/8/2012	622,00
1/8/2012	311,00
1/9/2012	622,00
1/10/2012	622,00
1/11/2012	622,00
1/11/2012	311,00
1/12/2012	622,00
1/1/2013	678,00
1/2/2013	678,00
1/3/2013	678,00
1/4/2013	678,00
1/5/2013	678,00
1/6/2013	678,00
1/7/2013	678,00
1/8/2013	678,00
1/8/2013	339,00

9.3. aplicar em desfavor de Rosana Soares Vicente a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Advocacia-Geral da União adote as medidas necessárias ao arresto dos bens da responsável indicada no item 9.2 deste Acórdão, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de promover o referido aresto em relação ao valor consolidado do débito imputado contra a aludida responsável em vários outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Rosana Soares Vicente, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.8. inabilitar a Sra. Rosana Soares Vicente, pelo período de 6 (seis) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria-Geral Federal - PGF junto à Advocacia-Geral da União, para ciência e adoção das providências solicitadas pelo item 9.6 deste Acórdão;

9.10. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.8 deste Acórdão; e

9.11. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2025-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2026/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.974/2018-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU).
4. Órgão: Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento sobre o cumprimento das determinações proferidas pelo Acórdão 2.713/2017-TCU-Plenário em relação ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), ao apreciar a representação autuada no TC 008.054/2016-0 para apurar as possíveis irregularidades na condução dos Pregões Eletrônicos 06/2015 e 07/2015 pelo 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve (2º GAC L);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprido o item 1.7.1 do Acórdão 2.713/2017-Plenário, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao original representante e ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), para ciência; e

9.2.2. promova o definitivo apensamento do presente processo ao TC 008.054/2016-0, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

10. Ata n° 33/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2026-33/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ENCERRAMENTO

A Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para escolha de função, de que trata os arts. 6º e 8º da Resolução-TCU nº 273/2015, para às 16 horas e 37 minutos, e lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado em seguida, e, às 17 horas e 35 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário
Substituto

Aprovada em 5 de setembro de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

ATA Nº 34, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 14 horas e 36 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas) e André Luís de Carvalho, bem

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

como a Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial, o Ministro Bruno Dantas, em razão de participação em evento educacional no exterior, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 33, referente à sessão ordinária realizada em 29 de agosto de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 30 de agosto e 5 de setembro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 031.434/2018-5
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 007.739/2015-0
Interessado: Ministério do Turismo (vinculador), Caixa Econômica Federal
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o colegiado que proferiu a deliberação recorrida, excluído o autor da respectiva deliberação. Inciso I do art. 154 do RITCU. Arts. 21 e 22 da Resolução-TCU nº 175/2005
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 007.739/2015-0
Interessado: Ministério do Turismo (vinculador), Caixa Econômica Federal
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o colegiado que proferiu a deliberação recorrida, excluído o autor da respectiva deliberação. Inciso I do art. 154 do RITCU. Arts. 21 e 22 da Resolução-TCU nº 175/2005
Relator sorteado: Ministra Ana Arraes

Processo: 010.911/2010-3
Interessado: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Extinta)
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o Plenário, excluído o autor da deliberação recorrida. Inciso I do art. 154 do RITCU. Arts. 20 e 22 da Resolução-TCU nº 175/2005
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 028.578/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento ou suspeição do relator atribuído por LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Art. 39, VIII; parágrafo único do art. 151 do RITCU. Art. 11 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER

Processo: 029.944/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento ou suspeição do relator atribuído por LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Art. 39, VIII; parágrafo único do art. 151 do RITCU. Art. 11 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 030.187/2018-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de competência
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos envolvidos no conflito de competência. Art. 34 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministra ANA ARRAES

Processo: 031.450/2018-0
Interessado: Mouhamad Moustafa
Motivo do sorteio: Matéria administrativa ou Projeto de Ato Normativo
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o Plenário, excluídos, em caso de projeto de ato normativo, o autor da proposição e o relator do projeto nas comissões. Arts. 72 a 74; 76; inciso III do art. 154 do RITCU. Art. 19 da Resolução-TCU 175/2005. Art. 28, § 2º,da Resolução-TCU 249/2012.
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Recurso: 015.947/2009-6/R006
Recorrente: Advocacia-Geral da União
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 006.446/2013-2/R001
Recorrente: David Lee Fortune
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 012.227/2014-5/R001
Recorrente: Dilza Maria Pantoja Correa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.192/2014-5/R001
Recorrente: Jose Nerito de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 003.331/2015-6/R001
Recorrente: Claudia Gomes de Melo
Premium Avança Brasil
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 008.111/2015-4/R001
Recorrente: Claudia Gomes de Melo
Premium Avança Brasil
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 008.450/2015-3/R001
Recorrente: Gleice Regina Balbino de Almeida
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 008.450/2015-3/R002
Recorrente: Paulo Roberto Dias Morales
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 008.450/2015-3/R003
Recorrente: Claudio Vinicius Costa Rodrigues
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 008.450/2015-3/R004
Recorrente: Washington Luiz de Paula
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.123/2015-1/R001
Recorrente: Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Andradina
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.123/2015-1/R002
Recorrente: Marcelo Dantas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 022.825/2015-0/R001
Recorrente: Marcos Barreto Dantas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 014.616/2016-5/R001
Recorrente: Renato Nunes de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 017.740/2016-9/R001
Recorrente: Eraldo Cavalcante Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 024.808/2016-4/R001
Recorrente: Luiz Gonzaga Leite Lopes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 024.808/2016-4/R002
Recorrente: Francineti Maria Rodrigues Carvalho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 005.051/2018-5/R002
Recorrente: Jose Orlando Ribeiro Cardoso
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 005.051/2018-5/R003
Recorrente: Joseilton Goncalves dos Santos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 020.146/2018-3/R001
Recorrente: Convenience Medical Ltda
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Da Presidência:

Proposta de ação de controle para apurar, no âmbito das competências desta Corte de Contas, as eventuais falhas administrativas e irregularidades ou omissão que possam ter contribuído para os danos ao patrimônio da União decorrentes do trágico incêndio que destruiu a quase totalidade das instalações do Museu Nacional e do respectivo acervo histórico e científico no último dia 2 de setembro. Aprovada.

Determinação para que a Segecex elabore, nos termos da Portaria-TCU nº 548/2017, no prazo de 15 (quinze) dias, a devida manifestação quanto aos reflexos desse trabalho no respectivo Plano Diretor.

Os Ministros Vital do Rêgo, José Múcio Monteiro, Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler usaram da palavra para discutir a matéria.

Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional, por meio do Aviso nº 1.059-GP/TCU, de 30/8/2018, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2018.

Recebido do Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 143/MF, de 14 de agosto de 2018, contendo o Plano de Ação apresentado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) para implementar ambiente seguro e controlado, conhecido como "sala de sigilo", que permitirá às equipes de auditoria do TCU acesso às informações sob a guarda da Receita necessárias à auditoria da administração tributária e aduaneira. O Ministro Vital do Rêgo usou da palavra para discutir a matéria e parabenizar a Presidência pela vitória do Controle.

Entre as inspeções iniciadas recentemente, destaque para a Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, sob a relatoria do Ministro Bruno Dantas, TC 023.720/2018-2, que trata da avaliação dos mecanismos de gestão nos contratos de serviços de manutenção de rodovias a cargo das superintendências do Dnit nos Estados.

Proposta de Termo de Execução Descentralizada (constante da peça 11 do TC 022.947/2018-3), a ser firmado com a Universidade Federal de Lavras, de iniciativa da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul (Secex/MS), que tem por objeto a participação de três servidores da Secex/MS no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em "Controle, Detecção e Repressão a Desvios de Recursos Públicos", a ser realizado em Campo Grande/MS. Aprovada.

Presença no TCU, nos dias 30 e 31 de agosto últimos, da delegação da Auditoria-Geral de Taiwan e de representantes do Escritório Econômico e Cultural de Taipei no Brasil. A visita teve como tema "Novas Tecnologias e Inovações para o Controle" e foram ministradas palestras aos visitantes sobre o incremento na atuação do Tribunal de Contas da União.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2059 a 2072.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-014.907/2015-1 e TC-026.039/2010-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
TC-015.516/2011-3, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;
TC-007.253/2007-4, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;
TC-034.514/2014-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
TC-031.563/2016-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
TC-010.700/2016-1, TC-023.301/2015-5, TC-030.171/2014-8 e TC-036.133/2016-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-005.822/2015-7, que trata de consulta sobre a possibilidade de concessão de pensão por morte aos dependentes de servidor em gozo de licença sem remuneração, não optante pela manutenção do vínculo com o Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS, nos termos do art. 183, § 3º, da Lei n. 8.112/1990, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-017.549/2016-7, que trata de representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratar serviços de produção gráfica, em condições especiais de segurança e sigilo, dos cadernos de provas e instrumentos de aplicação destinados à realização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem/2016, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler, antes da produção de sustentação oral por parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Após a manifestação do Ministro Benjamin Zymler pelo pedido de vista do referido processo, a Presidência indagou à interessada em produzir sustentação oral se ela preferia se manifestar naquela oportunidade ou quando o processo for pautado pelo revisor, tendo, a interessada, optado por produzir sua sustentação oral no retorno do processo à pauta.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-023.466/2016-2, que trata de representação sobre supostas irregularidades em certame realizado para contratar serviços especializados de aplicação e correção do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler, antes das produções de sustentações orais por parte da fundação Cesgranrio e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Após a manifestação do Ministro Benjamin Zymler pelo pedido de vista do referido processo, a Presidência indagou aos interessados em produzir sustentação oral se eles preferiam se manifestar naquela oportunidade ou quando o processo for pautado pelo revisor, tendo, todos eles, optado por produzir suas sustentações orais no retorno do processo à pauta.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-029.060/2010-9, que trata de recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas dos recorrentes, com imputação de débitos e multas, em razão de irregularidades em pregão eletrônico para a contratação de serviços de organização de eventos, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Sra. Maria de Fátima Batista Lima de Carvalho declinou de produzir sustentação oral em nome próprio. Acórdão 2079.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-024.950/2014-9, que trata de pedido de reexame interposto pelo Dnit contra determinações destinadas à alteração de normativos da autarquia que tratam da elaboração, análise e aprovação de anteprojetos utilizados em licitações sob o regime de contratação integrada do RDC, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, primeiro revisor, o Ministro Benjamin Zymler, e segundo revisor, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira. A proposta da relatora, por maioria, sagrou-se vencedora. Acórdão 2075.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-010.370/2011-0 - Acórdão 2073

TC-018.718/2015-9 - Acórdão 2074

MINISTRA ANA ARRAES

TC-024.950/2014-9 - Acórdão 2075

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-015.301/2018-4 - Acórdão 2076

TC-020.867/2017-4 - Acórdão 2078

TC-029.060/2010-9 - Acórdão 2079

TC-029.452/2010-4 - Acórdão 2080

TC-031.661/2015-7 - Acórdão 2081

TC-018.486/2013-4 - Acórdão 2077

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-003.063/2012-7 - Acórdão 2082

TC-021.216/2018-5 - Acórdão 2083

TC-029.695/2017-1 - Acórdão 2084

TC-029.696/2017-8 - Acórdão 2085

TC-029.698/2017-0 - Acórdão 2086

TC-031.684/2015-7 - Acórdão 2087

TC-031.707/2014-9 - Acórdão 2088

TC-032.257/2012-0 - Acórdão 2089

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-003.643/2012-3 - Acórdão 2090

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-007.684/2015-0 - Acórdão 2091

TC-022.745/2009-0 - Acórdão 2092

MINISTRA ANA ARRAES

TC-005.189/2018-7 - Acórdão 2093

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-000.668/2016-8 - Acórdão 2094

TC-008.334/2016-1 - Acórdão 2095

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-012.560/2005-0 - Acórdão 2096

TC-015.224/2016-3 - Acórdão 2097

TC-015.443/2015-9 - Acórdão 2098

TC-023.215/2015-1 - Acórdão 2099

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-034.453/2011-3 - Acórdão 2100

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA em substituição ao MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-015.433/2018-8 - Acórdão 2103- REFERENDO DE CAUTELAR

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-005.849/2014-4 - Acórdão 2101

TC-011.849/2016-9 - Acórdão 2102

MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-012.654/2018-3 - Acórdão 2104

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 2059 a 2072, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 2073 a 2104, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 26/2018 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2059/2018 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração, interposto por Paulo Roberto de Souza Falcão, contra o Acórdão 766/2018 - Plenário, por meio do qual esta Corte julgou suas contas irregulares e o condenou ao pagamento de débito solidário com aplicação de multa individual de R$ 20.000,00;

Considerando que a notificação da decisão ocorreu em 4/5/2018 (peça 96) e o presente recurso foi interposto em 25/5/2018 (peça 106);

Considerando que os elementos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, efetivamente comprovados, capazes de alterar os fundamentos da deliberação recorrida ou que admitam a exceção de intempestividade prevista no parágrafo único do art. 32, da Lei nº 8.443/92, c/c o § 2º do art. 285 do Regimento Interno/TCU;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao Tribunal no sentido do não-conhecimento do presente recurso, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c o § 2º do art. 285 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração, por intempestivo e não apresentar fatos novos; e dar ciência deste acórdão ao recorrente, bem como do exame de admissibilidade de peça 107.

1. Processo TC-007.822/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 006.766/2009-1 (DENÚNCIA)
1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.9. Representação legal: Vera Lucia Assad (28292/OAB-RJ) e outros, representando Paulo Roberto de Souza Falcão; Roberto de Bastos Lellis (18.435/OAB-RJ) e outros, representando Raymundo Theodoro Carvalho de Oliveira.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2060/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno do TCU, observado o que determina o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, em autorizar a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas-Selog a apostilar o Acórdão nº 1384/2018-TCU-Plenário, para correção de erro material contido no item 9, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

onde se lê: VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por André Luís Bonifácio de Carvalho contra o Acórdão 420/2018 - Plenário, por meio do qual o Tribunal aplicou ao embargante e a outros responsáveis a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992; 3.

leia-se: VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por André Luís Bonifácio de Carvalho contra o Acórdão 420/2018 - Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou os recursos de reconsideração interpostos por Gilnara Pinto Pereira, Maria Angélica Aben-Athar e André Luís Bonifácio de Carvalho, contra o Acórdão 998/2016-Plenário;

1. Processo TC-024.073/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 009.536/2013-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Andre Miura Nakayama (157.602.478-40); Andrea Garrido Laborne Valle (352.317.691-34); André Luís Bonifácio de Carvalho (277.186.624-20); Comunix Teconologia e Soluções Corporativas Ltda.-Epp (11.387.411/0001-06); Geraldo Misael (057.346.651-34); Gilnara Pinto Pereira (184.148.001-06); Marcos José Pereira Damasceno (300.747.032-34); Maria Angélica Aben-athar (645.108.081-00)
1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Leila Suely Chacon Dória (51.191/OAB-DF), representando Maria Angélica Aben-athar; Caroline Endo Ougo Tavares, representando Andre Miura Nakayama; Luana Soares Portela (34692/OAB-DF), representando Gilnara Pinto Pereira; Fernando Caldas de Souza (27804/OAB-DF) e outros, representando Geraldo Misael; Fábio Augusto de Mesquita Porto (26.567/OAB-DF), representando Comunix Teconologia e Soluções Corporativas Ltda - Epp; Claudinei Jose Fiori Teixeira (128.774 /OAB-SP) e outros, representando Andrea Garrido Laborne Valle.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2061/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação à responsável Ieda Praia de Souza, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do acórdão 2.816/2013-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Valor original da multa: R$ 4.400,00 Data de origem da multa: 16/10/2013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor recolhido: R$ 5.245,03 Data do recolhimento: parcelado.

1. Processo TC-037.998/2011-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsáveis: Brasil Material Técnico e Segurança Ltda. - ME (10.312.264/0001-34); Ieda Praia de Souza (052.733.402-25); Rômulo Henrique da Cruz (313.676.901-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2062/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143 e 250, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 4º da Resolução-TCU 265/2014, em expedir a determinação abaixo e restituir os presentes autos à Secex/ES, para expedição das comunicações processuais pertinentes e continuidade do presente acompanhamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.562/2018-6 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: 015.062/2017-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. determinar ao FNDE, que, no prazo de 60 dias, elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação, detalhando as medidas pendentes para cumprimento das determinações constantes do item 9.1 do Acórdão 496/2018-TCU- Plenário, especificando as ações a serem adotadas, com indicação dos respectivos responsáveis e prazos de implementação, levando em consideração, na definição das medidas tendentes a solucionar deficiências nas instalações físicas das escolas estaduais e municipais (cozinhas, refeitórios e depósitos de alimentos), a eventual possibilidade de serem adotadas ações estratégicas, em âmbito nacional, visando à reforma dessas instalações mediante o repasse de recursos oriundos de programas específicos dessa autarquia, tais como o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

RELAÇÃO Nº 27/2018 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2063/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, c/c os arts. 103 e 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação e determinar o seu arquivamento, dando ciência a respeito ao representante, de acordo com os pareceres emitidos no âmbito da Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI):

1. Processo TC-000.256/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Piauí
1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Piauí
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2064/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso VI e parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação e considerá-la procedente, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos auto, dando ciência ao representante, conforme abaixo descrito:

1. Processo TC-021.751/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul (00.394.460/0205-09)
1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. recomendar, com fulcro no art. 250 inciso III, do RITCU, à Superintendência de Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul que, atendendo aos princípios da economicidade e da eficiência, priorize realizar, sempre que possível, efetiva pesquisa de mercado para construção e atualização das plantas de valores genéricos sob sua responsabilidade, podendo, no âmbito dessa pesquisa, estabelecer parcerias com órgãos e entidades de reconhecida competência na área de avaliação imobiliária, bem como utilizar e incorporar informações de bases de dados já existentes, como as informações constantes dos cadastros dos municípios para fins de cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis; e
1.7.2. apensar, em definitivo, o presente processo ao TC 014.319/2014-4, para análise em conjunto e confronto, nos termos dos arts. 2º, inciso I, 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014.

RELAÇÃO Nº 32/2018 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2065/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-016.257/2017-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
2. Unidades: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Petróleo Brasileiro S.A.; Superintendência Nacional de Previdência Complementar
3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
4. Representante do Ministério Público: não atuou
5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
6. Representação legal: Cláudia Marinho da Silva Viana (29224/OAB-DF) e outros, representando Fundação dos Economiários Federais; Mário Renato Balardim Borges (50627/OAB-RS) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; Murilo Muraro Fracari (22.934/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rafael Zimmermann Santana (154238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.
7. Acordão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento realizado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc com finalidade de prospecção dos principais investimentos feitos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), mais conhecidas como fundos de pensão, cujos patrocinadores principais são instituições estatais, apreciado mediante o Acórdão 595/2018-Plenário.

Considerando que, no referido acórdão, foi determinado à Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros que efetuasse investigações com vistas à avaliação, quantificação e responsabilização por prejuízos decorrentes de investimentos em FIPs;

Considerando que, nos itens 9.1.2.2, 9.3.2.2 e 9.4.2.2 da decisão, foi determinado à Petrobras que, na condição de entidade patrocinadora da Petros, encaminhasse a este Tribunal, em até 30 dias após o término das investigações requeridas ao fundo de pensão, relatório com avaliação das apurações feitas;

Considerando que as investigações demandadas à Petros já foram realizadas, conforme demonstra o respectivo relatório, ingressado neste Tribunal em 26/7/2018, data que, se considerada como de término das apurações, fixa para 25/8/2018 o prazo final que teria a Petrobras para atendimento às determinações dos itens 9.1.2.2, 9.3.2.2 e 9.4.2.2 do Acórdão 595/2018-Plenário;

Considerando que a Petrobras, às peças 154 e 155, solicita prorrogação de 30 dias do prazo fixado, cujo termo final passaria para 24/9/2018;

Considerando que a Petrobras fundamenta seu pedido "*no grande volume de documentos a serem analisados*";

Considerando que a SecexPrevidência não vê óbice à concessão do prazo adicional, manifestando-se pelo deferimento do pleito, em homenagem ao princípio da ampla defesa e do contraditório e tendo em vista a pertinência das razões alegadas (peça 156);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, na forma do art. 143, inciso V; alínea "e", do Regimento Interno/TCU, em autorizar a prorrogação do prazo requerida, fixando-se o dia 24/9/2018 como data final para cumprimento dos itens 9.1.2.2, 9.3.2.2 e 9.4.2.2 do Acórdão 595/2018-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2066/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso III, e 243 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar atendidos os comandos expedidos por meio do Acórdão 965/2018 - Plenário, determinando o encerramento do processo, conforme proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-008.523/2018-5 Monitoramento (em Representação)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2067/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, indeferindo, por consequência, o pedido de concessão de medida cautelar, arquivando-a e dando-se ciência à representante, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.114/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Limpmaxi - Limpeza, Conservação e Serviços Eireli (CNPJ: 08.666.310/0001-51)
1.2 Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Manuel Luis da Rocha Neto (OAB/CE 7.479) e outros, representando Limpmaxi - Limpeza, Conservação e Serviços Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2068/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado nos autos e adotar as medidas abaixo especificadas:

1. Processo TC-027.305/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Freitas Macedo Advogados Associados (CNPJ 00.886.352/0001-96)
1.2. Unidade: Banco do Brasil Administradora de Consórcios S. A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Informar à BB Administradora de Consórcios que a exigência de atuação prévia em 13 estados, contida no item 8.8.2 do edital do Pregão Eletrônico 2018/00001(4122), não resta justificada, uma vez que não pretende averiguar a capacidade de atuação da interessada com base no quantitativo do objeto, conforme assentada jurisprudência desta Corte de Contas, mas da capilaridade territorial de atuação ou experiência da licitante, porquanto constitui exigência potencialmente restritiva e deve ser revisada em seus próximos certames;
1.8. Dar ciência à BB Administradora de Consórcios e à empresa representante do teor desta deliberação, bem como da instrução da Selog;
1.9. Arquivar o presente processo.

RELAÇÃO Nº 25/2018 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2069/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Procurador Rodrigo Medeiros de Lima, contra o Acórdão 7.504/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do Sr. Paulo Batista Machado, condenando-o em débito e multa (peça 21).

Considerando que o responsável faleceu em 29/4/2016, antes, portanto, da citação promovida por este Tribunal, em 31/8/2016 (peça 30, p. 6);

Considerando que, na forma da jurisprudência assente neste Tribunal, caso o responsável faleça antes de ser citado, mas o conhecimento desse fato somente aconteça após a prolação do acórdão condenatório, cabe ao TCU tornar, de ofício, insubsistente a deliberação e determinar a citação do espólio, ou, caso concluído o inventário, dos sucessores, até o limite do patrimônio transferido;

Considerando que, diante do evidente vício processual, impõe-se a declaração, de ofício, da nulidade da citação e, por consequência, da condenação imposta pelo Acórdão 7.504/2017-TCU-1ª Câmara, ante o disposto nos arts. 174 e 175, ambos do Regimento Interno/TCU;

Considerando as manifestações uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto a este Tribunal (peças 46 a 48), no sentido de que se declare, de ofício, a referida nulidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 174 e 175 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

b) declarar, de ofício, a nulidade da citação constante do Ofício 1.280/2016- TCU-Secex/PE (peça 15), tornando insubsistente o Acórdão 7.504/2017-TCU-1ª Câmara; e

c) restituir os autos ao relator *a quo* para a renovação dos atos processuais, momento em que poderá proceder à análise da conveniência e oportunidade da renovação da citação em apreço, dado o longo tempo decorrido desde a ocorrência dos fatos.

1. Processo TC-003.735/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Paulo Batista Machado (060.720.205-00).

1.2. Recorrente: Rodrigo Medeiros de Lima (019.066.031-70).

1.3. Entidade: Município de Senhor do Bonfim - BA.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2070/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto pela empresa RCD Empreendimentos Ltda. em face do Acórdão 6.990/2014-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, condenando-a em débito (peça 19).

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam: erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que a recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que a recorrente repete, em grande medida, argumentos já apresentados em seu recurso de reconsideração (peça 35), os quais foram apreciados por meio do Acórdão 6.087/2016-TCU-1ª Câmara, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento (peça 46);

Considerando que é pacífico o entendimento de que não é necessária a entrega pessoal das comunicações processuais realizadas pelo TCU, razão pela qual o aviso de recebimento não precisa ser assinado pelo próprio destinatário, conforme Acórdãos 14/2007-TCU-1ª Câmara, 48/2007-TCU-2ª Câmara e 338/2007-TCU-Plenário;

Considerando que a comunicação sobre a apreciação do recurso de reconsideração foi entregue no endereço determinado pelo procurador da empresa RCD Empreendimentos Ltda. para receber intimações e procurações, conforme peças 12-13;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto pela empresa RCD Empreendimentos Ltda., por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno/TCU; e

b) dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

1. Processo TC-018.457/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 000.022/2017-9 (Cobrança Executiva); 000.021/2017-2 (Cobrança Executiva).

1.2. Responsáveis: RCD Empreendimentos Ltda (00.762.199/0001-95); Wilson Borlin (429.613.279-20).

1.3. Recorrente: RCD Empreendimentos Ltda (00.762.199/0001-95).

1.4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.9. Representação legal: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361); Marcelo Ramos Peregrino Ferreira (OAB/SC 12.309) e outros.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 37/2018 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2071/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação autuada a partir de documentação encaminhada pelo Ministério Público Militar (cópia integral dos autos do Inquérito Policial Militar nº 177-77.2015.7.12.0012), a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Contrato 17/CINDACTAIV/2011, celebrado para execução de serviços de manutenção das instalações do DTCEA-UA e Vila Habitacional de São Gabriel da Cachoeira/AM.

Considerando, de um lado, que a matéria se insere na competência do Tribunal, refere-se a responsável sujeito a sua jurisdição, está redigida em linguagem clara e objetiva, contém nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontra-se acompanhada de indícios concernentes à irregularidade apontada;

Considerando, de outro lado, que há TCE com idêntico teor em tramitação no âmbito desta Corte (TC 023.924/2018-7), encaminhada pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica, oriunda da mesma apuração que gerou a presente representação;

Considerando a análise empreendida pela unidade técnica à peça 17 dos autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno c/c os arts. 36, 40, inciso I, e 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada;

b) dar ciência da presente deliberação ao Ministério Público Militar, informando à Procuradoria da Justiça Militar em Manaus/AM que a TCE referente ao dano apurado no Contrato 17/CINDACTAIV/2011 foi autuada como o TC 023.924/2018-7, sendo este o processo principal;

c) determinar o apensamento da presente representação ao TC 023.924/2018-7.

1. Processo TC-019.290/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Militar

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2072/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Eduardo Manzano Filho, ante o recolhimento da multa que lhe foi aplicada, promovendo-se em seguida, o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.905/2011-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-013.275/2011-9 (Representação); TC-013.316/2013-3 (Monitoramento); TC-013.303/2013-9 (Monitoramento); TC-001.452/2013-4 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Eduardo Manzano Filho (097.045.138-52); Gilberto Turcato de Oliveira (648.107.040-68); Jair Correa Junior (331.741.641-68); Raul de Jesus Lustosa Filho (170.256.211-53).

1.3. Interessado: Congresso Nacional.

1.4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Palmas/TO.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.8. Representação legal: Wylkyson Gomes de Sousa (2838/OAB-TO) e outros, representando Eduardo Manzano Filho; Lenymara Carvalho (33.087/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Marcelo de Souza do Nascimento (23.180/OAB-DF) e outros, representando Delta Construções SA.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão 1.115/2013, proferido pelo Plenário, em Sessão de 8/5/2013, Ata 15/2013.

Data de origem da multa: 8/5/2013 Valor original da multa: R$ 10.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:

30/05/2014 R$ 295,25
02/07/2014 R$ 296,61
30/07/2014 R$ 297,79
29/08/2014 R$ 297,85
30/09/2014 R$ 298,60
29/10/2014 R$ 300,30
01/12/2014 R$ 301,59
29/12/2014 R$ 303,18
28/01/2015 R$ 305,54
27/02/2015 R$ 309,33
26/03/2015 R$ 313,09
30/04/2015 R$ 317,24
29/05/2015 R$ 319,49
30/06/2015 R$ 321,85
31/07/2015 R$ 324,41
31/08/2015 R$ 326,39
30/09/2015 R$ 327,13
04/11/2015 R$ 328,89
01/02/2016 R$ 338,15
05/02/2016 R$ 338,15
01/04/2016 R$ 346,25
29/04/2016 R$ 347,83
29/06/2016 R$ 352,70
25/08/2016 R$ 355,77
05/10/2016 R$ 357,32
24/01/2017 R$ 720,58
24/02/2017 R$ 325,49
31/03/2017 R$ 326,72
28/04/2017 R$ 327,37
31/05/2017 R$ 327,83
30/06/2017 R$ 328,86
29/09/2017 R$ 600,00
31/01/2018 R$ 333,83
27/02/2018 R$ 334,77
29/03/2018 R$ 197,97
21/05/2018 R$ 198,58

ACÓRDÃO Nº 2073/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.370/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Recorrentes: Ailton Nascimento (227.517.505-91), Aldo Hora (911.592.615-04), Altamiro Nascimento (312.302.885-20), Alsilene Nascimento Santos Gonçalves (014.272.515-33), Elder Santana Santos (050.742.045-42), Gisélia Araújo Tavares (472.906.414-34), Igor Lima Tavares (819.867.185-49), José Marcos Santana Silva (016.003.805-73), José Sérgio de Aguiar Rocha (093.823.055-72), Lauro Gomes dos Santos (126.966.685-15), Maria das Graças Barbosa Araújo (460.128.345-00), Thiago Ferreira (025.709.405-93) e Sanfarma Distribuidora e Representações Ltda. (00.895.119/0001-70).

4. Órgão/Entidade: Município de São Francisco-SE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: João Batista Medeiros (OAB/SE 1.344), Layana Tyara Campos Dertônio (OAB/SE 4.990), Letícia Cabral Melo Sobral (OAB/SE 7.639), Mamede Fernandes Dantas Neto (OAB/SE 1.814), Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, discutidos e relatados estes autos de Representação, nos quais são apreciados Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 2.656/2014-Plenário, por meio do qual foram apreciados indícios de irregularidades na utilização de recursos federais repassados pelos Ministérios da Saúde e das Cidades ao município de São Francisco-SE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/92, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1 conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos por Ailton Nascimento, Gisélia Araújo Tavares, Thiago Ferreira, Elder Santana Santos e José Marcos Santana Silva para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. conhecer e dar provimento parcial aos Pedidos de Reexame interpostos por Igor Lima Tavares e Aldo Hora, de modo a reduzir o valor das multas que lhes foram aplicadas, de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), no caso do primeiro recorrente, e de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para R$ 15.000,00 (quinze mil reais) no caso do segundo recorrente;

9.3. conhecer e dar provimento aos recursos interpostos por José Sérgio de Aguiar Rocha, Altamiro Nascimento, Maria das Graças Barbosa Araújo, Alsilene Nascimento Santos Gonçalves, Lauro Gomes dos Santos e Sanfarma Distribuidora e Representações Ltda., de modo a tornar insubsistentes as multas que lhes foram aplicadas e a excluir a sanção de inidoneidade para licitar imposta à empresa recorrente;

9.4. dar ciência da deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2073-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2074/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.718/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidades: Caixa Econômica Federa, Ministério do Esporte (vinculador) e Município do Rio de Janeiro - RJ.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal:

8.1. Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este Relatório de Auditoria realizada no Ministério do Esporte (ME), na Caixa Econômica Federal e na Empresa Municipal de Urbanização da Prefeitura do Rio de Janeiro (RioUrbe), com o objetivo de verificar a execução física e o cronograma das obras do Complexo Esportivo de Deodoro-RJ;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar cópia da presente deliberação à Caixa Econômica Federal, ao Ministério do Esporte e à Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ;

9.2. com fulcro no art. 169, inciso V do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2074-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2075/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.950/2014-9

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Recorrente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit contra o acórdão 2.725/2016 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o subitem 9.1.4 do acórdão 2.725/2016 - Plenário;

9.3. recomendar ao Dnit, em prestígio ao princípio da eficiência, estabelecido pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como ao princípio da motivação dos atos administrativos, previsto no art. 2º da Lei 9.784/1999, que elabore normativo o qual contenha critérios de delegação de competência às superintendências regionais do Dnit para elaboração e análise de anteprojetos de engenharia, estabelecendo critérios quanto aos seguintes aspectos, no mínimo: quais tipos de obra cuja análise dos anteprojetos seria passível de delegação de competência; quais etapas dos anteprojetos cuja análise seria objeto de delegação de competência; quais etapas dos anteprojetos cuja análise continuaria a cargo da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do Dnit (DPP); quem seria o responsável pela análise e aceitação do anteprojeto no âmbito da Superintendência; e quem na sede do Dnit seria o responsável pela delegação de competência para analisar e aprovar anteprojetos nas superintendências;

9.4. dar ciência ao Dnit de que a delegação de competência às superintendências regionais para elaboração, análise, aceitação e/ou aprovação de anteprojetos e projetos de engenharia, nos casos em que as unidades locais não possuam estrutura ou expertise técnica suficiente para realização dos trabalhos delegados, configura culpa *in elegendo*, que atrai a responsabilização da autoridade delegante pelas eventuais irregularidades decorrentes; e

9.5. dar ciência desta deliberação ao Dnit.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2075-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (2º Revisor), Benjamin Zymler (1º Revisor), José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros com voto vencido: Benjamin Zymler (1º Revisor), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto convocado que votou em 6/12/2017: Weder de Oliveira.

13.5. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.6. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2076/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.301/2018-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Alexandre Marino Costa (796.510.389-34).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Representação legal: Representação legal: Priscila Consani das Merces (OAB/MT 18569-B), representando Gráfica Print Indústria e Editora Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, noticiando irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 116/2018, realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, com vistas ao fornecimento de cadernos de prova e cartões-respostas para realização de vestibulares e outros processos seletivos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. com fulcro no art. 45 da Lei 8.443/1992, assinar o prazo de quinze dias para que a Universidade Federal de Santa Catarina que, nos termos do art. 21, inciso I, do Decreto 7.892/2013, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, consistente em cancelar a Ata de Registro de Preços 188/116/2018, em razão da irregularidades exposta no voto, abstendo-se, definitivamente, de promover novas aquisições e autorizar adesões decorrentes da referida ata;

9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993, em futuras licitações, evite o excesso de formalismo, promovendo, nos limites da lei, as diligências necessárias a impedir a desclassificação de propostas potencialmente vantajosas para a administração;

9.3. dar ciência desta deliberação à representante e à empresa Reuter Gráficos Editores Ltda.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2076-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2077/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.486/2013-4.

1.1. Apenso: 014.213/2016-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame em Representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Freitas Alves (634.633.772-68); Construtora Trindade Ltda. - ME (13.875.689/0001-40); Ester Cândida Chagas da Silva (146.462.502-68); José Roberto Galvão (363.101.828-20); Lídia Paula da Cruz (659.215.002-59); Mirivaldo dos Santos Costa (209.370.592-34); Ribeiro & Florêncio Serviços Ltda. - ME (09.193.807/0001-62)

3.2. Recorrente: Mirivaldo dos Santos Costa (209.370.592-34).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Amapá; Município de Itaubal/AP.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

8. Representação legal:

8.1. Diogo Rogers Pantoja Ferreira (2984/OAB-AP), representando Mirivaldo dos Santos Costa.

8.2. Francisco Pytter Queiroz Leite (1840/OAB-AP), representando Carlos Eduardo Freitas Alves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de pedido de reexame interposto por Mirivaldo dos Santos Costa (209.370.592-34) contra o Acórdão 2.500/2016-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48, c/c com os arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Superintendência Estadual da Funasa no Amapá, à Prefeitura Municipal de Itaubal/AP, ao Ministério Público Federal do Amapá, à 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amapá e à Superintendência da Polícia Federal no Estado do Amapá.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2077-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2078/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.867/2017-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Ricardo Marcelo Fonseca (729.663.519-34).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de auditoria realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no âmbito da fiscalização de orientação centralizada (FOC), com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições, a fim de evitar desperdício de recursos públicos e mitigar as hipóteses de erro, fraude e corrupção.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. determinar, com fundamento no inciso I do artigo 43 da Lei 8.443/1992, à Universidade Federal do Paraná (UFPR) que:

9.1.1. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apresente ao Tribunal as medidas adotadas, acompanhadas dos elementos comprobatórios pertinentes, para verificar a regularidade das aquisições junto às empresas Labmaster Comércio de Produtos Científicos Ltda. - EPP (01.974.431/0001-11) e PH Científica Aparelhos Científicos Ltda. - EPP (CNPJ 05.287.391/0001-90), realizadas no período de 2007 a 2017, incluindo a avaliação dos seus respectivos recebimentos e pagamentos e, nos casos de dano ao Erário, a identificação dos responsáveis, a quantificação do débito e a implementação das medidas administrativas necessárias para o respectivo ressarcimento;

9.1.2. no prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 7º, inciso V, do Decreto 7.724/2012 e no art. 8º, *caput* e incisos III, e IV da Lei 12.527/2011, promova as seguintes alterações na divulgação das contratações em seu *site* na internet:

9.1.2.1. divulgue todas as contratações realizadas pela UFPR, independentemente do setor demandante (Superintendência de Infraestrutura (Suinfra), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) etc.), incluindo as dispensas e inexigibilidades de licitação;

9.1.2.2. garanta que a integralidade das contratações realizadas seja divulgada em um único local, com acesso a partir da página principal da UFPR, tratando as especificidades (modalidade de licitação, setor demandante, fase do processo etc.) em subgrupos, que podem ser acessados a partir do local destinado à integralidade das informações;

9.1.2.3. crie *links* para que, a partir de consulta a determinado processo licitatório, seja possível acessar de forma direta o respectivo contrato no Sistema Integrado de Gestão de Acordos (SigeA), o edital e o resultado do certame ou contratação direta, se for o caso;

9.1.3. no prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 17 da Instrução Normativa MPOG/CGU 1/2016, apresente plano de ação com vistas à implementação de política de gestão de riscos,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

incluindo, entre outras providências, a criação do Comitê de Governança, Riscos e Controles;

9.1.4. no prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento nos itens 83 a 92 da Instrução Normativa MT/CGU 3/2017, comprove ao Tribunal as ações adotadas para que o plano da auditoria interna seja baseado em análise de riscos dos processos da UFPR;

9.1.5. no prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 2º, inciso XXV, art. 4º, § 3º e art. 10, § 2º, da Resolução 10/2008, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), designe representantes locais da comissão de ética;

9.2. recomendar à Universidade Federal do Paraná que o plano de trabalho da comissão de ética seja vinculado ao planejamento estratégico da entidade;

9.3. determinar à Universidade Federal do Paraná que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe ao Tribunal plano de ação para cumprimento do item 9.2 deste acórdão, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, as unidades e os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação, justificando, se for o caso, a não adoção da recomendação contida no referido item;

9.4. determinar à Superintendência da Controladoria Regional da União no Paraná que, ao realizar a análise do Paint da UFPR, nos termos do art. 6º da Instrução Normativa CGU 24/2015, verifique se ele foi elaborado com base em riscos, segundo os itens 83 a 92 da Instrução Normativa MT/CGU 3/2017, e se manifeste quanto ao cumprimento da presente determinação nos Relatórios Anuais de Contas da UFPR;

9.5. requisitar à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 101 da Lei 8.443/1992, a prestação de serviço técnico especializado, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, avalie o valor de mercado do imóvel localizado na Rodovia João Leopoldo Jacomel, 4015, bairro de Jardim Primavera, município de Piraquara, no estado do Paraná, à época de celebração do Contrato 36/2014, da Universidade Federal do Paraná, considerando as restrições de uso do referido imóvel;

9.6. determinar à Secex-PR que autue processo apartado a fim de verificar, com base no laudo de avaliação objeto do item 9.5, a regularidade do valor pago pela UFPR na mediante o Contrato 36/2014, bem como identificar as responsabilidades pela subutilização do imóvel, pela dispensa irregular de licitação e possíveis danos ao Erário;

9.7. determinar à Secex-PR que autue processo apartado para avaliar a legalidade da contratação da Cooperativa de Educadores e Instrutores de Línguas de Curitiba (Ceilin) pela UFPR, se necessário, em parceria com a SecexEducação, e:

9.7.1. emita parecer conclusivo e fundamentado sobre a possibilidade de execução indireta das atividades contratadas, à luz do Decreto 2.271/1997 e de normativos e orientações expedidas pelos órgãos competentes, como o Ministério da Educação, bem como considerando a relação de tais atividades com as demais atribuições do Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR e questões atinentes ao financiamento dos cursos ministrados;

9.7.2. com base nas novas informações obtidas, reavalie ou ratifique as conclusões obtidas nos presentes autos sobre a regularidade da execução de cursos de idiomas na forma adotada pela UFPR;

9.7.3. no processo apartado, realize a oitiva da Cooperativa de Educadores e Instrutores de Línguas de Curitiba sobre as questões tratadas, uma vez que decisão a ser adotada por este Tribunal pode afetar direito subjetivo da contratada;

9.8. com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992, promover a audiência de Edelvino Razzolini Filho, Pró-Reitor de Administração da UFPR responsável pelas contratações emergenciais realizadas no exercício de 2016, nos termos propostos no relatório de fiscalização;

9.9. indeferir o pedido de ingresso da Cooperativa de Educadores e Instrutores de Línguas de Curitiba nos presentes autos, com fundamento no §2º do artigo 146 do Regimento Interno do Tribunal;

9.10. autorizar o monitoramento desta deliberação pela Secex-PR; e

9.11. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Paraná e à Cooperativa de Educadores e Instrutores de Línguas de Curitiba.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2078-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2079/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.060/2010-9.

1.1. Apensos: 017.289/2016-5; 013.962/2012-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Agnelo Santos Queiroz Filho (196.676.555-04); B2br Business TO Business Informática do Brasil Ltda (01.162.636/0001-00); Dirceu Bras Aparecido Barbano (058.918.758-96); Dirceu Raposo de Mello (006.641.228-50); Jose Agenor Alvares da Silva (130.694.036-20); Lorena Cristiane da Silva (051.459.916-22); Luzia Cristina Contim (030.066.818-00); Maria Amelia Parente Arena (090.549.791-00); Maria Cecilia Martins Brito (472.350.471-00); Maria de Fátima Batista Lima de Carvalho (199.899.973-49); Márcio Antônio Rodrigues (431.397.796-15); Neuza Alves de Avelar Costa (210.058.501-00); Rosenilde Martins Lima Borges (599.302.761-49); Unimix Tecnologia Ltda (37.979.531/0001-88); Vgs Producoes S/a (02.036.987/0001-20); Walmir Gomes de Sousa (334.034.061-72); Wesley Jose Gadelha Beier (352.027.181-87)

3.2. Recorrentes: Wesley Jose Gadelha Beier (352.027.181-87); Maria de Fátima Batista Lima de Carvalho (199.899.973-49); Rosenilde Martins Lima Borges (599.302.761-49); Vgs Producoes S/a (02.036.987/0001-20).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal :

8.1. Yago de Oliveira Rodrigues (14.889/E/OAB-DF) e outros, representando B2br Business TO Business Informática do Brasil Ltda.

8.2. Ana Carolina Mazoni (31.606/OAB-DF) e outros, representando Vgs Producoes S/a.

8.3. Sheila Mildes Lopes (23.917/OAB-DF) e outros, representando Luzia Cristina Contim, Luzia Cristina Contim e Vgs Producoes S/a;

8.4. Fabio Fontes Estillac Gomez (34.163/OAB-DF), representando Maria Amelia Parente Arena.

8.5. Jose Raimundo das Virgens Ferreira (3761/OAB-DF) e outros, representando Neuza Alves de Avelar Costa.

8.6. Bruno Barata Berg (25145/OAB-DF) e outros, representando Agnelo Santos Queiroz Filho.

8.7. Rodrigo Albuquerque de Victor (22050/OAB-DF) e outros, representando Maria de Fátima Batista Lima de Carvalho e Márcio Antônio Rodrigues.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração em processo de prestação de contas interpostos por Wesley José Gadelha Beier, Maria de Fátima Batista Lima de Carvalho, Rosenilde Martins Lima Borges e F.J. Produções Ltda./Gv2 Produções S/A, insurgindo-se contra o Acórdão 895/2015-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32 e 33 da Lei 8.443/92:

9.1. conhecer dos recursos para, no mérito:

9.1.1. negar provimento aos recursos interpostos por Wesley José Gadelha Beier, Rosenilde Martins Lima Borges e F.J. Produções Ltda./Gv2 Produções S/A;

9.1.2. dar provimento ao recurso interposto por Maria de Fátima Batista Lima de Carvalho, para afastar o débito a ela imputado e julgar suas contas regulares com ressalvas;

9.2. dar ciência da presente deliberação aos Ministério Público da União, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde e Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU/PR).

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2079-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2080/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.452/2010-4.

1.1. Apensos: 007.379/2014-5; 007.377/2014-2; 007.376/2014-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81); Escola Maria Rosa (16.417.081/0001-60)

3.2. Responsáveis: Escola Maria Rosa (16.417.081/0001-60); Reivaldo Moreira Fagundes (140.828.965-20)

3.3. Recorrente: Reivaldo Moreira Fagundes (140.828.965-20).

4. Entidade: Escola Maria Rosa (16.417.081/0001-60).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal:

8.1. Jutahy Magalhaes Neto (23066/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Reivaldo Moreira Fagundes contra o Acórdão 7.127/2012-TCU-Primeira Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2080-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2081/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.661/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento de Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Carlos do Amaral Filho (024.986.288-35); Carlos Nabil Ghobril (101.684.888-92); Christian Nielsen Faria Lombardi (114.149.348-90); Luiz Concilius Goncalves Ramos (049.672.408-87); Pedro Tomas do Canto Benedetti (178.339.928-79).

4. Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Joao Paulo Goncalves da Silva (19442/OAB-DF) e outros, representando Pedro Tomas do Canto Benedetti.

8.2. Claudio Tucci (33.928/OAB-SP) e outros, representando Carlos Nabil Ghobril.

8.3. Christopher Rezende Guerra Aguiar (203028/OAB-SP) e outros, representando Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 2.050/2014-TCU-Plenário, proferido em auditoria operacional realizada na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), a fim de avaliar a regularidade e a economicidade dos contratos de cessão de uso de áreas comerciais do Entreposto Terminal São Paulo (ETSP);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Carlos Nabil Ghobril e Pedro Tomás do Canto Benedetti;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Antonio Carlos do Amaral Filho, Christian Nielsen Faria Lombardi e Luiz Concilius Gonçalves Ramos;

9.3. aplicar a multa individual no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a Antonio Carlos do Amaral Filho, Christian Nielsen Faria Lombardi, Luiz Concilius Gonçalves Ramos e Johnni Hunter Nogueira, com fulcro no art. 58, inciso IV da Lei 8.443/1992, e fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. fixar novo prazo à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo para que, até 31/12/2018, informe a este Tribunal acerca do cumprimento dos subitens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.1.3.1, 9.1.3.2, 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 2.050/2014-TCU-Plenário, assim como discorra sobre as recomendações contidas nos itens 9.2 do Acórdão 2.050/2014-TCU-Plenário e 9.3 do Acórdão 289/2015-TCU-Plenário, alertando-se a entidade sobre futuras responsabilizações caso sejam adotadas interpretações contrárias ao entendimento firmado pelo TCU;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2081-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2082/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.063/2012-7.

1.1. Apensos: 005.687/2015-2; 031.637/2014-0; 030.105/2010-2; 027.866/2014-9; 001.715/2012-7; 018.653/2012-0; 012.670/2013-8

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame em Monitoramento

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adão Magnus Marcondes Proença (306.836.530-91); Brasília-Guaíba Obras Públicas S/A (33.192.873/0001-00); Constran S/A - Construções e Comércio (61.156.568/0001-90); Construtora Pelotense Ltda. Terraplenagens, Pavimentações e Construções. (92.190.503/0001-95); Consórcio Ivaí - Aterpa M. Martins - SD (76.592.542/0001-62); Consórcio Travessia (90.318.338/0001-89); Hiratan Pinheiro da Silva (976.900.900-87); Jorge Ernesto Pinto Fraxe (108.617.424-00); José Florentino Caixeta (122.495.056-91); MAC Engenharia Ltda. (80.083.454/0001-02); Mario Dirani (922.508.078-68); Pedro Coutinho dos Santos (937.716.900-30); Pedro Luzardo Gomes (401.223.600-87); Rafael Gerard de Almeida Demuelenaere (040.097.276-08); Raquel Fernanda Osório (002.674.560-77); Roger da Silva Pegas (410.106.550-00); SBS - Engenharia e Construções Ltda. (88.348.024/0001-87); Tarcísio Gomes de Freitas (180.777.838-05); Trier Engenharia Ltda. (10.441.611/0001-29)

3.2. Recorrentes: MAC Engenharia Ltda. (80.083.454/0001-02); Constran S/A - Construções e Comercio (61.156.568/0001-90); SBS Engenharia e Construções Ltda. (88.348.024/0001-87); Sultepa Construções e Comércio Ltda. (90.318.338/0001-89); Brasília Guaíba (33.192.873/0001-00).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: André Naves Laureano Santos (112.694/OAB-MG) e outros, representando Brasília-Guaíba Obras Públicas S/A; Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Constran S/A - Construções e Comércio, Construtora Pelotense Ltda., MAC Engenharia Ltda., SBS - Engenharia e Construções Ltda. e Sultepa Construções e Comércio Ltda.; Miriam Rosane Gomes De Siqueira (23.384/OAB-PR, representando Ivaí Engenharia de Obras S.A.; José Américo Miari e outros, representando Trier Engenharia S/A; e Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelas sociedades empresárias MAC Engenharia Ltda. (peça 265), Constran S/A - Construções e Comércio (peça 266), SBS Engenharia e Construções S/A (peça 267) e Sultepa Construções e Comércio Ltda. (peça 268) e pelo Consórcio Brasília Guaíba/Ribas (peça 269) contra o Acórdão 1845/2015-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, dar-lhes provimento, de modo a tornar a insubsistentes os subitens 9.4.2 e 9.5 do Acórdão 1845/2015-Plenário, revogando as medidas cautelares pertinentes;

9.2. autorizar, com fundamento no art. 233 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 14, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008, a imediata inclusão no próximo Plano de Fiscalizações de Obras Públicas, as obras de adequação de capacidade e duplicação da BR-116/RS, entre os Municípios de Porto Alegre e Pelotas;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil que promova a análise global da economicidade dos contratos do empreendimento indicado no subitem anterior e avalie a manutenção da diferença percentual entre o valor global dos contratos e os preços globais de referência, após eventuais aditivos, nos termos do art. 14 do Decreto 7.983/2013; e

9.4. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul e à Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal, em atendimentos às solicitações contidas nos TCs 027.866/2014-9 e 031.637/2014-0, ao Dnit, aos responsáveis e às empresas interessadas.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2082-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2083/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.216/2018-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTB/AL)

4. Representante: Link Card Administradora de Benefícios Eireli EPP (12.039.966/0001-11)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT)

8. Advogado constituído nos autos: Epaminondas Alves Ferreira Junior (OAB/SP 387.560)

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que versam sobre representação acerca de indícios de irregularidades no Pregão Eletrônico 4/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RITCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa Link Card Administradora de Benefícios Eireli EPP (12.039.966/0001-11), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

9.3. quanto ao mérito, considerar parcialmente procedente a presente representação;

9.4. dar ciência à Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTB/AL) de que a definição da solução a ser adotada nas contratações sem a observância das diretrizes constantes do art. 24, § 1º, da IN MPOG 5/2017, em especial quanto ao levantamento de mercado e justificativa fundamentada da escolha do tipo de solução a contratar, conforme ocorreu com os serviços de lavagem de veículos no Pregão Eletrônico 4/2018, contraria o disposto na referida instrução normativa e no art. 3º, inciso III, da Lei 10.520/2002;

9.5. dar ciência da presente deliberação à representante e à Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTB/AL); e

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do RITCU.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2083-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2084/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.695/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento (Indisponibilidade de Bens)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Bruno Von Bentzeen Rodrigues (627.535.926-91).

4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (30293/OAB-DF) Caio Soares Junqueira (70398/OAB-MG); Roberto Henrique Couto Corrieri (19071/OAB-DF) e outros, representando Bruno Von Bentzeen Rodrigues.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos apartados para acompanhamento das medidas processuais cabíveis para efetivar a declaração de indisponibilidade bens do Sr. Bruno Von Bentzeen Rodrigues (627.535.926-91), constituído por força dos subitens 9.1 e 9.7.1 do Acórdão 2.305/2017-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 274 do RI/TCU, manter a medida cautelar de indisponibilidade de bens do responsável, dando-lhe ciência desta decisão;

9.2. retornar os autos à SeinfraOperações para a adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2084-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2085/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.696/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento (Indisponibilidade de Bens)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: André Von Bentzeen Rodrigues (549.140.786-00).

4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (30293/OAB-DF) Caio Soares Junqueira (70398/OAB-MG); Roberto Henrique Couto Corrieri (19071/OAB-DF) e outros, representando André Von Bentzeen Rodrigues.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos apartados para acompanhamento das medidas processuais cabíveis para efetivar a declaração de indisponibilidade de bens do Sr. André Von Bentzeen Rodrigues (627.535.926-91), constituído por força dos subitens 9.1 e 9.7.1 do Acórdão 2.305/2017-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 274 do RI/TCU, manter a medida cautelar de indisponibilidade de bens do responsável, dando-lhe ciência desta decisão;

9.2. retornar os autos à SeinfraOperações para a adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2085-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2086/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.698/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento (Indisponibilidade de Bens)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (25.707.134/0001-78).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. André Luiz Melo de Oliveira Carneiro (30293/OAB-DF) Caio Soares Junqueira (70398/OAB-MG); Roberto Henrique Couto Corrieri (19071/OAB-DF) e outros, representando SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos apartados para acompanhamento das medidas processuais cabíveis para efetivar a declaração de indisponibilidade de bens da empresa SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (25.707.134/0001-78), constituído por força dos subitens 9.1 e 9.7.1 do Acórdão 2.305/2017-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 274 do RI/TCU, manter a medida cautelar de indisponibilidade de bens da responsável, dando-lhe ciência desta decisão;

9.2. retornar os autos à SeinfraOperações para a adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2086-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2087/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.684/2015-7 (apenso: 045.983/2012-7)

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em tomada de contas especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda. (02.065.049/0001-58); Estrutural Montagem e Empreendimentos Ltda. (54.481.148/0001-14); DMDL Montagem de Stands Ltda. (05.332.851/0001-55); Set Locações Ltda. (03.486.512/0001-06); CBM Empresa Brasileira de Montagens Ltda. (88.157.789/0001-30); sra. Luciana Gatto Fonseca (554.029.411-49); sr. José Ricardo Santana (262.736.888-50); sr. Rogério Bellini dos Santos (CPF 163.097.746-20)

3.2. Recorrente: DMDL Montagem de Stands Ltda. (05.332.851/0001-55)

4. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal:

8.1. Jose Alfredo Lion (74.074/OAB-RJ), representando Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda.;

8.2. José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior (146.428/OAB-SP) e Carla Maluf Elias (110.819/OAB SP), representando Estrutural Montagens e Empreendimentos Ltda.;

8.3. Fransrui Antônio Salvetti (45.801/OAB-SP), representando Set Locações Ltda.;

8.4. Eduardo Lowenhaupt da Cunha (6.856/OAB-DF), representando Luciana Gatto Fonseca;

8.5. Gustavo Scagliarini Jardim (14.799/OAB-DF) e Vilma Braz da Cruz (31.780/OAB DF), representando José Ricardo Santana;

8.6. Daniella Vitelbo Aparicio Pazini Riper (174.987/OAB-SP), representando Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos;

8.7. Alan Gustavo de Oliveira (237.936 OAB/SP), representando DMDL Montagem de Stands Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 1.280/2018-Plenário, proferido em tomada de contas especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência ao recorrente do teor desta deliberação.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2087-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2088/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.707/2014-9.

1.1. Apenso: 001.493/2016-7

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Rubens Falcão da Silva Neto (338.529.604-87); e Yasnaia Pollyanna Werton Dutra (027.944.304-83).

4. Entidades: Caixa Econômica Federal; Companhia de Água e Esgotos da Paraíba; Fundação Nacional de Saúde; Ministério das Cidades (vinculador); Município de Bonito de Santa Fé - PB; Município de Cajazeiras - PB; Município de Mogeiro - PB; Município de Monteiro - PB; Município de Pombal - PB; Município de São Bento - PB; Município de Vista Serrana - PB

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (31920/OAB-PE), representando Ministério das Cidades (vinculador); Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (10.827/OAB-PB) e outros, representando Yasnaia Pollyanna Werton Dutra; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria realizada no Ministério das Cidades, na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na Caixa Econômica Federal, na Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba (Funasa/PB) e em prefeituras do estado da Paraíba no período compreendido entre 1/12/2014 e 13/2/2015, no âmbito do Fiscobras 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. Rubens Falcão da Silva Neto da relação processual;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa da Sra. Yasnaia Pollyana Werton Feitosa;

9.3. determinar à Funasa, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

9.3.1. adote as providências necessárias para garantir a funcionalidade dos empreendimentos relativos aos termos de compromisso TC/PAC 0461/09 e TC/PAC 0415/11, firmados com o município de Pombal/PB, que não geraram funcionalidade;

9.3.2. em caso de insucesso, proceda à instauração de tomada de contas especial para quantificação dos débitos e identificação dos responsáveis; e

9.3.2. informe a este Tribunal as providências adotadas.

9.4. autorizar a SeinfraUrbana a monitorar as determinações especificadas nos subitens anteriores em processo apartado, com fundamento no art. 35 da Resolução - TCU 259/2014;

9.5. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal, à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, à Fundação Nacional de Saúde, ao Ministério das Cidades, às Prefeituras Municipais de Cajazeiras - PB, Mogeiro - PB, Pombal - PB e São Bento - PB e aos responsáveis; e

9.6. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 69, inciso IV do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2088-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2089/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.257/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Antônio Máximo da Silva Filho (022.328.803-97); Benedito Madian Viana de Carvalho (016.976.413-34); Dirceu Cesar Façanha (178.409.617-20); Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Iter Engenharia de Construções Ltda. (08.730.731/0001-02)

3.2. Recorrentes: Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Dirceu Cesar Façanha (178.409.617-20); Antônio Máximo da Silva Filho (022.328.803-97).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão - Dnit/MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

8. Representação legal: Vivian Valle D'Ornellas (OAB/RJ 150.002) e Fabrício Nelson de Faria Máximo (OAB/DF 16.312), Larissa de Carvalho Pires (OAB/DF 47386), André Guimarães Cantarino (OAB/MG 116021) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interpostos pelos Srs. Antônio Máximo da Silva Filho, Dirceu César Façanha e Francisco Augusto Pereira Desideri em desfavor do Acórdão 1.327/2016-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelos Srs. Dirceu César Façanha, Francisco Augusto Pereira Desideri e Antônio Máximo da Silva Filho, para, no mérito, dar-lhes provimento;

9.2. reformar o subitem 9.2 do Acórdão 1.327/2016-Plenário para julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Antônio Máximo da Silva Filho, Benedito Madian Viana de Carvalho, Dirceu César Façanha e Francisco Augusto Pereira Desideri, bem como da empresa Iter Engenharia de Construções Ltda., nos termos do art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação, suprimindo o débito a eles imputado;

9.3. tornar insubsistente o subitem 9.3 da referida deliberação;

9.4. dar ciência desta decisão aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2089-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2090/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.643/2012-3

1.1. Apenso: TC 015.019/2009-2

2. Grupo I - Classe: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Adeílson Teixeira Bezerra - ex-superintendente (494.355.744-91); Bergson Aurélio Farias - membro de comissão de licitação (218.079.144-53); Carlos Roberto Ferreira Costa - membro de comissão de licitação (417.980.074-87); Clodomir Batista de Albuquerque - membro de comissão de licitação (377.900.644-87); Damião Fernandes da Silva - membro de comissão de licitação (140.143.604-82); Famor - Fabricacao e Montagem de Equipamentos Industriais e Representações Ltda. (04.184.837/0001-99); G&A Nobre Ltda. (03.553.201/0001-04); Gilmar Cavalcante Costa - assistente operacional (208.038.184-91); Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar - membro de comissão de licitação (134.306.704-97); José Carlos Lopes de Souza - assistente operacional (135.846.344-15); José Lúcio Marcelino de Jesus - membro de comissão de licitação (287.087.844-34); José Queiroz de Oliveira - ex-gerente de administração e finanças (140.494.905-44); José Zilto Barbosa Júnior - ex-gerente de Operações (371.174.404-49); Log Logística, Comercial e Representações Ltda. - Me (04.463.080/0001-72); MCC Manutenção, Construção e Comércio Ltda. - Me (00.400.963/0001-82); MR Engenharia Ltda. (03.066.245/0001-00); Pratica Engenharia e Construções Ltda. (01.722.421/0001-99); Salinas Construções e Projetos Ltda. - Me (05.559.104/0001-54); Silva & Cavalcante Ltda - Me (03.924.817/0001-44); Tacofer Comercial Ltda. (02.993.357/0001-43); Terceirizadora Santa Clara Ltda. - Me (04.963.564/0001-80); e Valber Paulo da Silva - membro de comissão de licitação (470.063.584-34)

4. Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos em Alagoas

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL)

8. Representantes legais constituídos nos autos: Raquel Cristine Mendes Ramos e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Carlos Roberto Lima Marques da Silva (OAB/AL 5.820), representando José Queiroz de Oliveira; Cosmo Fernandes da Silva (OAB/AL 5.131) e outros, representando Damião Fernandes da Silva e Damião Fernandes da Silva; Fabrycya Parlla Rodrigues Lucas (OAB/AL 5.798) e outros, representando Silva & Cavalcante Ltda - Me.; Yves Maia de Albuquerque e outros, representando Gilmar Cavalcante Costa; Fabricio Silva Ramos e outros, representando Clodomir Batista de Albuquerque; Aristenio de Oliveira Juca Santos (OAB/AL 3.148) e outros, representando Valber Paulo da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de tomada de contas especial (TCE) acerca de irregularidades em procedimentos licitatórios e contratos ocorridas no exercício de 2004 na Companhia Brasileira de Trens Urbanos em Alagoas (CBTU/AL).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, incisos I, II e III, alíneas "b" e "c", e § 3º; 17; 18; 19; 23, incisos I, II e III; 28, inciso II; 46; 57; 58, incisos II e III (conforme o voto); e 60 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 1º, inciso I; 207; 208; 209, inciso III; 210; 214, incisos I, II e III, alínea "a"; 267 e 268, incisos II e III; do Regimento Interno, em:

9.1. acolher as alegações de defesa das empresas Tacofer Comercial Ltda., Famor Fabricação e Montagem de Equipamentos Industriais e Representações Ltda., G&A Nobre Ltda. e MR Engenharia Ltda., afastando as respectivas responsabilidades;

9.2. julgar regulares as contas de Damião Fernandes da Silva e Gilmar Cavalcante Costa, dando-lhes quitação plena;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Carlos Roberto Ferreira Costa, dando-lhe quitação;

9.4. julgar irregulares as contas de Adeílson Teixeira Bezerra, Clodomir Batista de Albuquerque, José Lúcio Marcelino de Jesus, Valber Paulo da Silva, José Queiroz de Oliveira, Bergson Aurélio Farias, Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar e José Zilto Barbosa Júnior (falecido);

9.5. condenar Adeílson Teixeira Bezerra, solidariamente com os responsáveis a seguir indicados, ao pagamento das quantias adiante especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5.1. com Clodomir Batista de Albuquerque e a empresa MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda.:

Data	Valor histórico (R$)
13/9/2004	32.262,60
6/10/2004	10.818,80
30/11/2004	11.198,00

9.5.2. com Bergson Aurélio Farias e a empresa MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda.:

Data	Valor histórico (R$)
30/3/2005	33.010,01
31/3/2005	57.418,95

9.5.3. com a empresa LOG Logística, Comercial e Representações Ltda.:

Data	Valor histórico (R$)
30/7/2004	37.683,60
24/9/2004	24.430,00
30/3/2005	21.339,50

9.5.4. com José Lúcio Marcelino de Jesus e a empresa LOG Logística, Comercial e Representações Ltda.:

Data	Valor histórico (R$)
17/9/2004	25.369,06
4/4/2005	29.068,41

9.5.5. com a empresa MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda.:

Data	Valor histórico (R$)
1/7/2004	136.775,40
1/7/2004	43.590,00

9.5.6. com Clodomir Batista de Albuquerque, José Lúcio Marcelino de Jesus, Valber Paulo da Silva, o espólio de José Zilto Barbosa Júnior e a empresa LOG Logística, Comercial e Representações Ltda.:

Data	Valor histórico (R$)
29/12/2004	50.813,40
30/3/2005	49.273,00

9.5.7. com José Lúcio Marcelino de Jesus, José Queiroz de Oliveira e com a empresa Terceirizadora Santa Clara Ltda.:

Data	**Valor histórico (R$)**
31/3/2004	3.373,60
30/4/2004	10.120,82
31/5/2004	10.120,82
30/6/2004	10.120,82
31/7/2004	10.120,82
31/8/2004	10.120,82
30/9/2004	10.120,82
31/10/2004	10.120,82
30/11/2004	10.120,82
31/12/2004	10.120,82

9.5.8. com José Queiroz de Oliveira e com a empresa Silva & Cavalcante Ltda.:

Data	**Valor histórico (R$)**
31/1/2004	5.506,87
29/2/2004	5.506,87
31/3/2004	5.506,87
30/4/2004	5.506,87
31/5/2004	5.506,87
30/6/2004	5.506,87
31/7/2004	5.506,87
31/8/2004	5.506,87
30/9/2004	5.506,87
31/10/2004	5.506,87
30/11/2004	5.506,87
31/12/2004	5.506,87

9.5.9. com a empresa Salinas Construções e Projetos Ltda.:

Data	Valor histórico (R$)
9/6/2005	130.936,05
23/6/2005	52.773,81
18/11/2005	20.663,19

9.6. aplicar aos seguintes responsáveis, individualmente, as multas a seguir especificadas, fixando o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data desta deliberação até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Adeílson Teixeira Bezerra	R$ 250.000,00
Clodomir Batista de Albuquerque	R$ 60.000,00
Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar	R$ 20.000,00
José Queiroz de Oliveira	R$ 40.000,00
José Lúcio Marcelino de Jesus	R$ 100.000,00
Valber Paulo da Silva	R$ 80.000,00
Bergson Aurélio Farias	R$ 40.000,00
MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda.	R$ 100.000,00
LOG Logística, Comercial e Representações Ltda.	R$ 80.000,00
Terceirizadora Santa Clara Ltda.	R$ 50.000,00
Salinas Construções e Projetos Ltda.	R$ 60.000,00
Silva & Cavalcante Ltda.	R$ 40.000,00

9.7. considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis Adeílson Teixeira Bezerra, Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar, José Lúcio Marcelino de Jesus, Clodomir Batista de Albuquerque e Valber Paulo da Silva;

9.8. inabilitar os seguintes responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, pelos prazos a seguir especificados:

Adeílson Teixeira Bezerra	8 (oito) anos
Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar	5 (cinco) anos
José Lúcio Marcelino de Jesus	7 (sete) anos
Clodomir Batista de Albuquerque	6 (seis) anos
Valber Paulo da Silva	7 (sete) anos

9.9. declarar a inidoneidade das empresas MCC Manutenção, Comércio e Construção Ltda., Prática Engenharia e Construções Ltda. e LOG Logística, Comercial e Representações Ltda., para participar de licitação na administração pública federal pelo prazo de 5 (cinco) anos;

9.10. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.11. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República em Alagoas, ao Juiz Federal da 4ª Vara da Justiça Federal em Alagoas, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União em Alagoas.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2090-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2091/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.684/2015-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Auditoria

3. Responsáveis: José Muniz Rebouças (CPF: 550.844.007-00), Diretor-Presidente; e Newton Ferreira Dias (CPF: 107.264.545-91), Diretor

4. Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia S.A. (Codeba)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/BA

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Carlos Costa de Alencar Marinho (OAB/BA 16.568), Carolina Pina Mendonca (OAB/BA 41.806), Ival Maia Ribeiro (OAB/BA 9.122), Graciele Oliveira Coutinho (OAB/BA 19.024) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Companhia das Docas do Estado da Bahia S.A. (Codeba) em cumprimento à determinação contida no item 9.4 do Acórdão 1.103/2014 - Plenário, para examinar a regularidade dos procedimentos relativos às ações trabalhistas movidas contra a entidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 239 e 250 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. acolher as razões de justificativa de José Muniz Rebouças e Newton Ferreira Dias;

9.2. dar ciência à Codeba da necessidade de estabelecer em normativo quais os procedimentos a serem adotados no caso de ser verificado conflito de interesse, real ou potencial, em relação aos seus dirigentes ou empregados, capaz de fragilizar a defesa da empresa na esfera judicial ou administrativa;

9.3. arquivar este processo, dando ciência desta decisão à entidade e aos responsáveis.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2091-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2092/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-022.745/2009-0

2. Grupo II - Classe I - Embargos de declaração (em Embargos de declaração)

3. Embargante: Consórcio Logos-Concremat 2 (CNPJ 11.431.658/0001-74)

4. Unidade: Ministério da Integração Nacional

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Luiz Zanforlin Filho (OAB/DF 29.953), Camilla Moura Ferreira de Oliveira (OAB/DF 40.552) e outros (representando o Consórcio Logos-Concremat 2)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento em fase de embargos de declaração opostos pelo Consórcio Logos-Concremat 2 contra o Acórdão 2.197/2017-Plenário, no qual, por sua vez, foram rejeitados embargos de declaração contra o item 9.3 do Acórdão 1.417/2017-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2092-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2093/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.189/2018-7

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Halpher Luiggi Monico Rosa (CPF 069.128.177-77), Gilberto Massucheto (CPF 161.036.619-00) e José da Silva Tiago (CPF 089.172.641-15).

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná - Dnit/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil - SeinfraRod.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil, no âmbito do Fiscobras 2018, nas obras da BR-163/PR - duplicação entr. BR-277 (Cascavel) - Marmelândia, segmento km 117,1 ao km 191,1, a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º e 43, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 157 e 250, incisos II, III e IV, do Regimento Interno, em:

9.1. realizar as audiências dos responsáveis a seguir relacionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem justificativas pelas ocorrências indicadas, relativas ao anteprojeto para adequação da BR-163/PR, no trecho entre Cascavel e Marmelândia (base para o edital 347/2014):

9.1.1. Gilberto Massucheto, engenheiro do Dnit, pela aprovação do anteprojeto com preços excessivos em relação ao mercado, com inconsistência nos quantitativos dos serviços de pavimentação e com previsão de serviços que não seriam executados, o que contrariou os arts. 3º e 8º, §§ 3º e 4º, da Lei 12.462/2011 e o art. 8º, parágrafo único, do Decreto 7.983/2013; e

9.1.2. José da Silva Tiago, superintendente regional do Dnit no estado do Paraná, pela:

a) omissão no dever de supervisionar atividades de seus subordinados que culminaram na aprovação do anteprojeto com preços excessivos em relação ao mercado, com inconsistência nos quantitativos dos serviços de pavimentação e com previsão de serviços que não seriam executados, o que contrariou os arts. 111, inciso IV, e 127, incisos I, II e VII, do Regimento Interno do Dnit vigente à época (Resolução 10/2007);

b) designação de um único servidor para análise e aprovação do anteprojeto com valor estimado em R$ 590 milhões, com fundamento em delegação dada pela Portaria 488/2002, que limitava a delegação a projetos com valor até R$ 10,5 milhões e que estabelecia a competência dos superintendentes no sentido de nomear uma comissão (e não designar apenas um servidor) para desempenho dessas atividades (arts. 1º, inciso V, e 4º, inciso I).

9.2. promover a oitiva da empresa projetista, Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda., para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, a respeito da elaboração do anteprojeto para adequação da BR-163/PR, no trecho entre Cascavel e Marmelândia (base para o edital 347/2014), com preços excessivos em relação aos de mercado, com inconsistência nos quantitativos dos serviços de pavimentação e com previsão de serviços que não seriam executados, o que contrariou os arts. 3º e 8º, §§ 3º e 4º, da Lei 12.462/2011 e o art. 8º, parágrafo único, do Decreto 7.983/2013;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente estudo comparativo entre o preço total da obra licitada pelo RDC 347/2014 (anteprojeto) e o preço total da obra a ser executada no âmbito do contrato 836/2014 (segundo projeto executivo apresentado), com estimativa de custo das intervenções necessárias em cada tipo de pavimento, flexível no anteprojeto e rígido no projeto executivo, até o término da vida útil da solução em execução;

9.4. recomendar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

9.4.1. adote procedimentos internos para assegurar a análise e a homologação, pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura, das composições de preços unitários dos serviços não constantes do Sicro (preços novos), elaboradas na orçamentação de anteprojetos de engenharia voltados a contratações do RDC, a exemplo do que já ocorre no caso de projetos básicos e executivos;

9.4.2. aprimore o planejamento na execução de obras de duplicação de trechos rodoviários, de modo a evitar descompassos significativos entre as diferentes etapas de serviços (terraplanagem, drenagem e pavimentação) e, com isso, antecipar a liberação de trechos duplicados aos usuários;

9.4.3. intensifique providências necessárias para acelerar procedimentos de regularização fundiária em eventuais áreas já afetadas pelas obras de duplicação e para assegurar a liberação tempestiva das áreas essenciais ainda não desapropriadas.

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil que:

9.5.1. encaminhe aos responsáveis chamados em audiência e à Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. cópias das peças 9, 17 e 19 destes autos, como subsídio;

9.5.2. monitore o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3 deste acórdão; e

9.5.3. após encaminhamento, pelo Dnit, do estudo comparativo previsto no subitem 9.3 acima, analise as informações apresentadas e verifique a compatibilidade dos preços efetivamente contratados em relação aos parâmetros de mercado.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2093-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2094/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.668/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Maria de Jesus Alves dos Santos Sousa (878.293.471-15); Sylvia Salla Setubal (383.781.670-20).

4. Entidade: Instituto de Pesquisa Ambiental - Ekos (05.214.023/0001-12).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Márcio Ferreira Lins (OAB/TO 2.587), representando Maria de Jesus Alves dos Santos Sousa e Sylvia Salla Setubal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Maria de Jesus Alves dos Santos Sousa (878.293.471-15) e Sylvia Salla Setubal (383.781.670-20), como ex-presidente e então conselheira do Instituto de Pesquisa Ambiental Ekos, respectivamente, contra o Acórdão 1.498/2017-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2094-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2095/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.334/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos César Pereira (309.546.309-04); João Lindolfo de Oliveira (246.833.379-91); João Roberto Porto (218.473.049-15); Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34); Maria Irene Pacheco (484.040.559-04); Osvaldo de Souza (168.977.149-68); Pedro Paulo Reis (248.770.349-00); Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15); Anildo Pacheco (351.734.839-20).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor do Sr. João Roberto Porto, ex-servidor da entidade, haja vista o prejuízo por ele causado em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual os Srs. João Lindolfo de Oliveira (246.833.379-91), Osvaldo de Souza (168.977.149-68), Anildo Pacheco (351.734.839-20), Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34), Pedro Paulo Reis (248.770.349-00) e Maria Irene Pacheco (484.040.559-04);

9.2. julgar irregulares as contas de João Roberto Porto (218.473.049-15), na condição de ex-servidor do INSS, Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15), na condição de beneficiário e intermediário na concessão irregular de benefícios previdenciários, e Carlos César Pereira (309.546.309-04), na condição de intermediário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.3. condenar os Srs. João Roberto Porto (218.473.049-15) e Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15)), em solidariedade, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, pela concessão irregular dos seguintes benefícios previdenciários aos beneficiados a seguir indicados:

9.3.1. Benefício NB 42/133.355.345-2 - Beneficiário: João Lindolfo de Oliveira (246.833.379-91):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
7/5/2004	1.100,00
7/5/2004	1.100,00
3/6/2004	1.110,34
2/7/2004	1.110,34
3/8/2004	1.110,34
2/9/2004	1.110,34
8/10/2004	1.110,34
3/11/2004	1.110,34
2/12/2004	1.110,34
2/12/2004	925,28
4/1/2005	1.110,34
2/2/2005	1.110,34
2/3/2005	1.110,34
3/5/2005	1.110,34
3/5/2005	1.110,34
2/6/2005	1.180,90
4/7/2005	1.180,90
2/8/2005	1.180,90
2/9/2005	1.180,90
3/10/2005	1.180,90
3/11/2005	1.180,90
2/12/2005	1.180,90
2/12/2005	1.180,90
2/1/2006	1.180,90
3/2/2006	1.180,90
2/3/2006	1.180,90
3/4/2006	1.180,90
3/5/2006	1.239,94
1/6/2006	1.239,94
3/7/2006	1.239,94
2/8/2006	1.239,94
1/9/2006	1.239,94
1/9/2006	619,97
3/10/2006	1.240,05
1/11/2006	1.240,05
1/12/2006	1.240,05
1/12/2006	620,08
2/1/2007	1.240,05
2/2/2007	1.240,05
2/3/2007	1.240,05
2/4/2007	1.240,05
2/5/2007	1.280,97
4/6/2007	1.280,97
3/7/2007	1.280,97
1/8/2007	1.280,97
3/9/2007	1.280,97
3/9/2007	640,48
5/10/2007	1.280,97

9.3.2. Benefício NB 42/126.724.765-4 - Beneficiário: Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
4/4/2003	1.301,30
8/5/2003	1.561,56
9/6/2003	1.561,56
11/7/2003	1.869,34
7/8/2003	1.869,34
4/9/2003	1.869,34
6/10/2003	1.869,34
12/11/2003	1.869,34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5/12/2003	1.869,34
5/12/2003	1.557,78
8/1/2004	1.869,34
5/2/2004	1.869,34
4/3/2004	1.869,34
6/4/2004	1.869,34
6/5/2004	1.869,34
4/6/2004	1.954,02
6/7/2004	1.954,02
9/8/2007	1.954,02
6/9/2004	1.954,02
6/10/2004	1.954,02
5/11/2004	1.954,02
6/12/2004	1.954,02
6/12/2004	1.954,02
6/1/2005	1.954,02
4/2/2005	1.954,02
4/3/2005	1.954,02
6/4/2005	1.954,02
5/5/2005	1.954,02
6/6/2005	2.078,19
6/7/2005	2.078,19
4/8/2005	2.078,19
6/9/2005	2.078,19
6/10/2005	2.078,19
7/11/2005	2.078,19
6/12/2005	2.078,19
6/12/2005	2.078,19
5/1/2006	2.078,19
7/2/2006	2.078,19
6/3/2006	2.078,19
6/4/2006	2.078,19
5/5/2006	2.182,09
6/6/2005	2.182,09
6/7/2006	2.182,09
4/8/2006	2.182,09
6/9/2006	2.182,09
6/9/2006	1.091,04
5/10/2006	2.182,29
7/11/2006	2.182,29
6/12/2006	2.182,29
6/12/2006	1.091,25
5/1/2007	2.182,29
7/2/2007	2.182,29
6/3/2007	2.182,29
5/4/2007	2.182,29
9/5/2007	2.254,30
6/6/2007	2.254,30
5/7/2007	2.254,30
6/8/2007	2.254,30
6/9/2007	2.254,30
6/9/2007	1.127,15
5/10/2007	2.254,30
7/11/2007	2.254,30
6/12/2007	2.254,30
6/12/2007	1.127,15
7/1/2008	2.254,30

9.4. condenar os Srs. João Roberto Porto (218.473.049-15) e Carlos César Pereira (309.546.309-04), em solidariedade, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, pela concessão irregular dos seguintes benefícios previdenciários aos beneficiados a seguir indicados:

9.4.1. Benefício NB 42/138.139.395-8 - Beneficiário: Maria Irene Pacheco (484.040.559-04):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
19/10/2006	1.470,00
7/11/2006	1.470,00
6/12/2006	1.470,00
6/12/2006	1.470,00
5/1/2007	490,00
6/2/2007	1.470,00
6/3/2007	1.470,00
5/4/2007	1.470,00
7/5/2007	1.514,39
6/6/2007	1.514,39
5/7/2006	1.514,39
6/8/2007	1.514,39
6/9/2007	1.514,39
6/9/2007	757,19
7/1/2008	1.514,39
7/1/2008	757,20

9.4.2. Benefício NB 42/137.139.924-4 - Beneficiário: Osvaldo de Souza (168.977.149-68):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
8/7/2005	1.762,00
8/7/2005	58,73
2/8/2005	1.762,00
2/9/2005	1.762,00
4/10/2005	1.762,00
4/11/2005	1.762,00
2/12/2005	1.762,00
2/12/2005	1.027,83
3/1/2006	1.762,00
2/2/2006	1.762,00
2/3/2006	1.762,00
4/4/2006	1.762,00
3/5/2006	1.850,10
2/6/2006	1.850,10
4/7/2006	1.850,10
2/8/2006	1.850,10
4/9/2006	1.850,10
4/9/2006	925,05
03/10/2006	1.850,27
3/11/2006	1.850,27
4/12/2006	1.850,27
4/12/2006	925,22
3/1/2007	1.850,27
2/2/2007	1.850,27
2/3/2007	1.850,27
3/4/2007	1.850,27
3/5/2007	1.911,32
4/6/2007	1.911,32
3/7/2007	1.911,32
2/8/2007	1.911,32

9.5. aplicar aos responsáveis abaixo indicados multas individuais previstas no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.5.1. João Roberto Porto, no valor de R$ 75.000,00;

9.5.2. Wilson Francisco Rebelo, no valor de R$ 54.000,00;

9.5.3. Carlos César Pereira, no valor de R$ 21.000,00;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. considerar graves as infrações cometidas pelos responsáveis João Roberto Porto (218.473.049-15), Wilson Francisco Rebelo (246.738.469-15) e Carlos César Pereira (309.546.309-04);

9.9. declarar os responsáveis acima mencionados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/92, pelo período de cinco anos;

9.10. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.11. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à Procuradoria Geral Federal - PGF que a decisão indicada no item 9.1 deste acórdão não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos aos segurados ali referidos, em razão da concessão indevida de benefício previdenciário;

9.12. dar ciência dessa deliberação aos Srs. João Lindolfo de Oliveira (246.833.379-91), Osvaldo de Souza (168.977.149-68), Anildo Pacheco (351.734.839-20), Mailton Pedro de Souza (439.512.879-34), Pedro Paulo Reis (248.770.349-00) e Maria Irene Pacheco (484.040.559-04).

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2095-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2096/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.560/2005-0.

1.1. Apensos: TC 002.580/2009-1; TC 006.020/2008-6; TC 033.638/2010-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Ivanildo Ferreira Alves (186.385.032-53).

4. Órgão: Governo do Estado do Pará - Secretaria de Segurança Pública.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Ana Amélia Lima D'Albuquerque de Oliveira (OAB/PA 10.506).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Sr. Ivanildo Ferreira Alves contra o Acórdão 6.738/2010-TCU-1ª Câmara, decisão mediante a qual o Tribunal, entre outros, julgou irregulares as contas especiais do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Ivanildo Ferreira Alves (186.385.032-53), com fulcro nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito os itens 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 6.738/2010-TCU-1ª Câmara;

9.2. julgar as contas especiais do Sr. Ivanildo Ferreira Alves (186.385.032-53) regulares com ressalva e dar-lhe quitação, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.3. dar ciência da presente deliberação ao recorrente; e

9.4. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará; aos Procuradores da República Daniel César Azeredo Avelino e Alan Rogério Mansur Silva, em complemento de resposta às solicitações de informações de que tratam os processos apensados TC-006.020/2008-6 e TC-002.580/2009-1, respectivamente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; e à Secretaria Executiva de Segurança Pública do Estado do Pará.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2096-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2097/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.224/2016-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Alexandre Perez Marques (353.956.807-72); Jonas de Jesus Ribeiro (810.796.727-53); Mário Augusto Ronconi (830.965.668-87); Chan Sao Heng (546.745.067-00).

4. Entidade: Universidade Federal Fluminense.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Walter Carlos da Conceição (OAB/RJ 102.064) e outros, representando Mário Augusto Ronconi, Chan Sao Heng, Jonas de Jesus Ribeiro e Alexandre Perez Marques.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que nesta fase cuidam de embargos de declaração opostos em conjunto por Mário Augusto Ronconi, Chan Sao Heng, Jonas de Jesus Ribeiro e Alexandre Perez Marques em face do Acórdão 1.698/2018-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, antes as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los, parcialmente, a fim de integrar o Acórdão 1.698/2018-TCU-Plenário com os fundamentos expostos no voto condutor desta deliberação, sem efeitos infringentes;

9.2. dar ciência desta decisão aos embargantes.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2097-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2098/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.443/2015-9.

1.1. Apensos: 007.880/2016-2; 007.879/2016-4; 007.877/2016-1; 016.626/2015-0; 007.875/2016-9; 007.883/2016-1; 007.872/2016-0; 007.870/2016-7; 007.881/2016-9; 001.164/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Monitoramento (Solicitação do Congresso Nacional).

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão: Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

8. Representação legal:

8.1. Mariana Mello Lombardi (OAB/DF 53.879);

8.2. José Barreto de Arruda Neto (OAB/PR 9.426).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento acerca do cumprimento dos itens 9.4 e 9.5 do Acórdão 864/2016-TCU-Plenário, referente à Solicitação do Congresso Nacional decorrente do Ofício 102/2015/CMA-SF, de 30/6/2015, subscrito pelo Senador Otto Alencar, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, no sentido de que fosse realizada auditoria no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar parcialmente implementada a recomendação contida no item 9.4 do Acórdão 864/2016-TCU-Plenário;

9.2. considerar cumprida a determinação contida no item 9.5 do Acórdão 864/2016-TCU-Plenário;

9.3. juntar ao TC 014.779/2015-3 cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, nos termos do item 9.3 do Acórdão 2.072/2015-TCU-Plenário;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão:

9.4.1. à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em atendimento ao Ofício 102/2015/CMA-SF, de 30/6/2015;

9.4.2. à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, em atendimento ao Ofício P.045/15-CTASP, de 17/6/2015, que encaminhou o Requerimento 53 de 2015-CTASP de autoria do Deputado Benjamin Maranhão;

9.4.3. à Casa Civil da Presidência da República;

9.4.4. à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);

9.4.5. ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis); e

9.4.6. à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

9.5. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2098-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2099/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.215/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).

3. Recorrentes: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de pedido de reexame em processo de representação, em face do Acórdão 1.884/2016-TCU-Plenário, que expediu determinação e recomendação ao Dnit relativas à ilegalidade da dispensa de estudos de viabilidade técnica e econômica autorizadas pela Portaria/DG 1.562/2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a conferir a seguinte redação ao item 9.2 do Acórdão 1.884/2016-TCU-Plenário:

"9.2. dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de que a não elaboração de EVTE previamente a licitações de obras viola as disposições previstas no art. 3º, incisos 'f' a 'j', da Lei 5.917/1973, na Portaria DG 1.705/2007 do Dnit, além de jurisprudência deste Tribunal, e pode ensejar aplicação de sanções aos responsáveis, além de adoção de medida cautelar de suspensão de editais de licitação e contratos, a depender das circunstâncias de cada caso concreto."

9.2. prestar os seguintes esclarecimentos ao Dnit:

9.2.1. o item 9.3.1 do Acórdão 1.884/2016-TCU-Plenário recomendou ao Dnit a revogação da Portaria DG 1.562/2008, e não sua anulação, razão pela qual a retirada do referido normativo do mundo jurídico somente produz efeito a partir da sua revogação;

9.2.2. o Tribunal, por meio do acórdão recorrido, não questionou a validade da Portaria DG 1.705/2007, por meio da qual o Dnit já estabelecia quais tipologias de obras, consoantes suas complexidades, exigiriam ou não a elaboração de estudos de viabilidade.

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2099-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2100/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-034.453/2011-3

2. Grupo: I - Classe: IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Cláudio Bezerra Saraiva, ex-Prefeito (CPF 229.740.243-00); Francisco Warney Barros, ex-Secretário Municipal de Educação (CPF 442.128.603-68); José Távora Costa, ex-Secretário Municipal de Educação (CPF 209.078.003-78); Antônio Ernando Araújo de Souza, ex-Pregoeiro e ex-Presidente da CPL (CPF 381.509.723-15); Agostinho Pereira Lima, ex-membro da CPL (CPF 318.050.003-49); Ana Flávia Pereira Andrade, ex-membro da CPL (CPF 727.937.323-20); Michael Ferreira Fernandes, ex-membro da CPL (CPF 036.353.163-77); A & M Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 10.519.413/0001-30); Brasil Locação Edificações e Serviços de Limpeza Ltda. (CNPJ 08.583.980/0001-04); Destak Transporte e Serviços Ltda. (CNPJ 09.237.214/0001-50); RAPI 10 Transportes e Turismo Ltda. (CNPJ 07.687.596/0001-99); Real Serviços de Limpeza e Locação de Veículos Ltda. (CNPJ 11.042.842/0001-22); S. C. Serviços e Locações de Veículos Ltda. (CNPJ 07.752.641/0001-41); Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda. (CNPJ 07.702.124/0001-68).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capistrano/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Drª Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: Thalys Anderson Malta Bitar (OAB/CE 16.893), representando a empresa S. C. Serviços e Locações de Veículos Ltda.; Karileny Sales Pinto Uchôa (OAB/CE 21.348), representando o Sr. Cláudio Bezerra Saraiva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, originária de conversão de processo de auditoria (TC-004.764/2011-0), conforme determinado pelo Acórdão 8336/2011-1ª Câmara, em decorrência da constatação de sobrepreço na contratação de serviços de transporte escolar integralmente subcontratados pelas empresas vencedoras de certames licitatórios promovidos pela Prefeitura Municipal de Capistrano/CE nos exercícios de 2009 e 2010, com vistas à execução do Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Cláudio Bezerra Saraiva, José Távora Costa e Francisco Warney Barros, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. aplicar individualmente aos Srs. Cláudio Bezerra Saraiva, José Távora Costa e Francisco Warney Barros a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 268, inciso I, do RI/TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Regimento Interno, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar individualmente aos Srs. Cláudio Bezerra Saraiva, José Távora Costa e Antônio Ernando Araújo de Souza a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c art. 268, inciso II, do RI/TCU, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar individualmente à Srª Ana Flávia Pereira Andrade e ao Sr. Michael Ferreira Fernandes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 268, inciso II, do RI/TCU, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI /TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. excluir o Sr. Agostinho Pereira Lima da relação processual;

9.7. declarar a inidoneidade das empresas A & M Construções e Serviços Ltda. (10.519.413/0001-30); Brasil Locação Edificações e Serviços de Limpeza Ltda. (08.583.980/0001-04); Destak Transporte e Serviços Ltda. (09.237.214/0001-50); RAPI 10 Transportes e Turismo Ltda. (07.687.596/0001-99); Real Serviços de Limpeza e Locação de Veículos Ltda. (11.042.842/0001-22); S. C. Serviços e Locações de Veículos Ltda. (07.752.641/0001-41); e Transmaster Locações de Veículos e Serviços de Limpeza Ltda. (07.702.124/0001-68) para participarem, pelo prazo de três anos, de licitação que envolva recursos públicos federais (vide Acórdão 348/2016-Plenário), com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 271 do RI/TCU;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, após o trânsito em julgado desta deliberação, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para as providências necessárias com vistas a tornar efetiva a sanção de inidoneidade constante do item 9.7 deste acórdão, especialmente junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);

9.9. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992; e

9.10. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, à Prefeitura Municipal de Capistrano/CE, à Câmara Municipal daquele município, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2100-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2101/2018/2018 - TCU - Plenário

1. Processo n. 005.849/2014-4.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Órgãos/Entidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Município de Porto Velho/RO.

4.1. Responsáveis: Mauro Nazif Rasul (701.620.007-82), Hildon de Lima Chaves (476.518.224-04).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana - SeinfraUrbana.

8. Representação Legal:

8.1. da Caixa Econômica Federal: Guilherme Lopes Mair, OAB/DF 32.261; Murilo Fracari Roberto, OAB/DF 22.934;

8.2. do Ministério das Cidades: Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas;

8.3. do Sr. Mauro Nazif Rasul: Nelson Canedo Motta, OAB/RO 2.721; Cristiane Silva Pavin Sabadini, OAB/SP 352.734.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento das determinações constantes do Acórdão 3.271/2013 - Plenário, referente à Auditoria do Contrato de Repasse 227.253-53/2007, celebrado pelo Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal com o Município de Porto Velho/RO, tendo por objeto a construção de unidades habitacionais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendida pela Caixa Econômica Federal a determinação constante no subitem 9.4 do Acórdão 3.271/2013-TCU-Plenário;

9.2. considerar desatendida pelo Município de Porto Velho/RO a determinação constante no subitem 9.3 do Acórdão 3.271/2013-TCU-Plenário;

9.3. determinar:

9.3.1. ao Município de Porto Velho/RO, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação, informe ao TCU as providências necessárias à conclusão dos empreendimentos custeados com recursos provenientes do Contrato de Repasse 227.253-53/2007, incluindo cronograma de ações e indicação de responsáveis pela implementação de cada medida;

9.3.2. à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 197 do RI/TCU e no art. 4º, § 4º, da IN TCU 71/2012, com redação dada pela IN-TCU 76/2016, que instaure Tomada de Contas Especial em razão do débito de R$ 303.026.32, referente ao pagamento por serviços não executados no âmbito do Contrato 46/PMG/2008, celebrado pela Prefeitura de Porto Velho/RO com a empresa Tec - Tecnologia Civil Ltda., com recursos provenientes do Contrato de Repasse 227.253-53/2007, encaminhando-a a esta Corte de Contas em até 180 dias após a sua instauração, conforme dispõe o art. 11 da IN-TCU 71/2012;

9.3.3. à Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia que examine o cumprimento das determinação constantes dos subitens 9.3.1 e 9.3.2 nestes mesmos autos;

9.4. aplicar a multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992 individualmente aos Srs. Mauro Nazif Rasul e Hildon de Lima Chaves, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), devido à não apresentação, a este Tribunal, das informações requeridas por meio do subitem 9.3 do Acórdão 3.271/2013-TCU-Plenário, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2101-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2102/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-011.849/2016-9.

1.1. Apenso: TC-018.756/2014-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ana Zuleide Barroso da Silva (382.277.032-91).

4. Entidade: Universidade Federal de Roraima - UFRR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima - Secex/RR.

8. Representação legal: Paulo Nicholas de Freitas Nunes, OAB/AL 5.076; Fernanda Marinela de Sousa Santos, OAB/AL 6.086; Bernardino Dias de Souza Cruz Neto, OAB/RR 178.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 659/2016 - Plenário, proferido no bojo do processo de Representação (TC-018.756/2014-0), em que foi apurada a ocorrência de prejuízo ao erário decorrente do afastamento da professora Ana Zuleide Barroso da Silva, servidora efetiva da Universidade Federal de Roraima, para participar de curso de doutorado cuja titulação não foi obtida pela responsável.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Ana Zuleide Barroso da Silva, condenando-a ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida à Universidade Federal de Roraima:

Valor (R$)	Data de ocorrência
4.157,13	1º/9/2008
4.157,13	1º/10/2008
4.157,13	3/11/2008
3.246,68	1º/4/2009
4.638,12	4/5/2009
4.638,12	1º/6/2009
7.735,06	1º/7/2009
7.256,62	1º/7/2010
5.289,00	2/8/2010
5.289,00	1º/9/2010
5.289,00	1º/10/2010
5.289,00	1º/11/2010
10.274,00	1º/12/2010
7.781,50	3/1/2011
5.289,00	1º/2/2011
5.574,75	1º/3/2011
3.531,55	1º/4/2011

9.2. aplicar à Sra. Ana Zuleide Barroso da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas indicadas nos subitens 9.1 e 9.2 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Roraima, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2102-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2103/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.433/2018-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador) ()

3.2. Responsáveis: Allan Magalhaes Machado (043.991.469-82); Hiratan Pinheiro da Silva (976.900.900-87).

4. Órgãos/Entidades: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio Grande do Sul - DNIT/RS.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no edital de licitação para contratação das obras de construção da ponte rodoviária sobre o Rio Ibicuí e seus acessos, na BR-472/RS, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276, caput, do Regimento Interno/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo Ministro Bruno Dantas por meio do despacho contido na peça 101 destes autos, transcrito no Relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;

9.2. encaminhar à Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio Grande do Sul (Dnit/SRE-RS) cópia do Relatório de Auditoria (peça 97) e desta deliberação, para subsidiar sua manifestação.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2103-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2104/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.654/2018-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.

3. Responsáveis: Alex Marcio Cabral do Rosário (CPF 577.477.252-72); Cairo Cardoso Madureira (CPF 789.179.212-72); Eliane Superti (CPF 137.230.588-25); Erick Franck Nogueira da Paixão (CPF 596.372.342-68); Jennefer Lavor Bentes (CPF 881.074.852-20); Luiz Otávio Pereira do Carmo Júnior (CPF 677.621.662-20).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria autorizada pelo Acórdão 843/2018-TCU-Plenário, no bojo do Fiscobras-2018, e realizada no período de 23/4 a 13/6/2018 (Fiscalis 138/2018) com o objetivo de avaliar a construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá (Unifap);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que a Fundação Universidade Federal do Amapá adote as seguintes medidas:

9.1.1. formalize perante a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) o protocolo de intenções com vistas à celebração do contrato de gestão para o Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá (Unifap) em Macapá - AP;

9.1.2. elabore, em conjunto com a Ebserh, o plano de ação para a implementação das medidas necessárias à transição da gestão e à correta operação do aludido hospital universitário, com a indicação dos respectivos responsáveis com os correspondentes prazos, aí incluída a elaboração de mapa de riscos com o intuito de identificar e de tratar os eventos tendentes a comprometer a entrega do empreendimento em condições de utilização pela comunidade beneficiária, logo após a conclusão das obras, tendo em vista, em especial, os riscos apontados neste processo de auditoria, sem prejuízo de, entre outras normas, usar como referência a Instrução Normativa MP/CGU nº 1/2016, já que dispõe sobre os controles internos, a gestão de riscos e a governança no âmbito do Poder Executivo federal;

9.1.3. faça incluir, no plano de ação indicado no item 9.1.2 deste Acórdão, as medidas destinadas a sincronizar o cronograma de execução das obras com o provimento dos recursos humanos e materiais necessários para o tempestivo funcionamento do hospital, negociando previamente com os órgãos responsáveis as metas e os prazos com vistas ao início do atendimento hospitalar no menor prazo após a conclusão das obras;

9.1.4. apresente ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência desta deliberação, o plano de ação fixado pelos itens 9.1.2 e 9.1.3 deste Acórdão;

9.2. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde atentem para a efetiva necessidade de evitar a materialização do prejuízo porventura causado ao erário a partir do eventual atraso no repasse dos recursos financeiros previstos para a execução das obras no Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá, atentando, ainda, para a necessidade de mitigação dos riscos identificados neste processo de auditoria;

9.3. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que a Fundação Universidade Federal do Amapá adote as seguintes medidas:

9.3.1. abstenha-se de incluir as cláusulas de eliminação na fase de pontuação técnica, a exemplo da exigência de experiência em serviços sem a maior relevância para a obra ou em serviços atrelados a determinadas tipologias de obra sem a comprovação da imprescindibilidade para a boa execução do objeto ajustado;

9.3.2. faça registrar, nos respectivos processos administrativos, a motivação técnica para a inclusão de requisitos de habilitação tendentes a eventualmente restringir o caráter competitivo da licitação, em consonância com a legislação aplicável e com a jurisprudência do TCU;

9.3.3. faça registrar, no edital de licitação, as etapas de medição e de pagamento dos itens de serviço, por ocasião, especialmente, do uso do regime de empreitada por preço global;

9.3.4. permita a apresentação da declaração de visitas pelas licitantes, em vez de exigir a prévia visita obrigatória ao local da obra, em sintonia com a jurisprudência do TCU;

9.3.5. aplique o princípio do formalismo moderado no julgamento das propostas, quando a desconformidade possa ser sanável, nos termos do art. 24, V, da Lei nº 12.462 (RDC), de 2011;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Fundação Universidade Federal do Amapá, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, às Comissões de Educação e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e aos Senadores e Deputados Federais relacionados com o Estado do Amapá, para ciência e eventuais providências; e

9.4.2. promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de determinar que a Secex-AP promova o monitoramento das determinações prolatadas pelo item 9.1 deste Acórdão, dispensando-a do monitoramento das demais determinações proferidas neste Acórdão.

10. Ata n° 34/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2104-34/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ENCERRAMENTO

Antes do encerramento da sessão, o Vice-Presidente José Múcio Monteiro, em nome de todos os membros do Tribunal, usou da palavra para parabenizar o Presidente Raimundo Carreiro por ocasião de seu aniversário. A Presidência agradeceu a homenagem e registrou que é a primeira vez na história do Tribunal que um Ministro completa 70 anos no exercício do cargo e no exercício da Presidência, tudo isso por força da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 88, de 7 de maio de 2015).

Em seguida, o Presidente Raimundo Carreiro lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado no próximo dia 12, e, nos termos do art. 6º, inciso I, da Res. 160/2003, convocou os ministros para reunião extraordinária do Conselho do Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, a ser realizada após o encerramento da referida sessão reservada, encerrando, às 16 horas e 54 minutos, a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário, em substituição

Aprovada em 12 de setembro de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO, DE 19/09/2018, ÀS 14H30

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

018.102/2017-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Responsável: Minoru Martins Kinpara
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

023.318/2015-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

007.117/2016-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Fabio Pessoa da Silva Nunes; José Maria da Cunha; Rodrigo Portal de Matos; Álvaro Campos de Carvalho
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Guilherme de Faria Rosa (OAB-MG 120819), representando Fabio Pessoa da Silva Nunes e Rodrigo Portal de Matos

018.089/2018-6
Natureza: Representação
Representante: PJF Almeida Construções e Serviços (Eireli/ME)
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Solonópole - CE
Representação legal: não há

023.744/2018-9
Natureza: Consulta
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

031.885/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Homacc Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: Anderson Peixoto de Faria (OAB-RJ 87.396) e outros, representando Homacc Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda

Ministro AROLDO CEDRAZ

002.767/2009-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Raimundo Andrade Morais
Responsáveis: Epec - Estudos, Projetos e Construções Ltda.; Raimundo Andrade Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Madalena - CE
Representação legal: não há

012.676/2011-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Departamento Penitenciário Nacional; Governo do Estado de Rondônia
Responsáveis: Caixa Econômica Federal; Gilvan Cordeiro Ferro; Guilherme Gustavo de Oliveira Lagares; John Kennedy Carneiro de Oliveira; Marcia Vasconcelos Santos; Mayra Magalhães
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Rafaela Piquia Soares (OAB-RO 5203), representando Mayra Magalhães; Jailton Zanon da Silveira (OAB-RJ 77.366) e outros, representando Caixa Econômica Federal

016.065/2017-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra - PB
Responsáveis: Adriana Karla Medeiros dos Santos; Alexandre de Lima; Alserv Construtora Ltda.; CBM Construções Ltda; Ems Empresa de Manutenção Serviços e Construção Ltda.; George dos Santos Alves; Isac Rodrigo Alves; Newdson Ceres Costa Guedes; Severino Valerio da Silva
Representação legal: Moizaniel Vitorio da Silva (OAB-PB 11.435) e outros, representando George dos Santos Alves, Adriana Karla Medeiros dos Santos e Severino Valerio da Silva; John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB-PB 1663) e outros, representando Isac Rodrigo Alves

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

012.468/2018-5
Natureza: Representação
Representante: Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal

013.070/2012-6
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

023.487/2018-6
Natureza: Representação
Representante: T&S Locação de Mão de Obra em Geral - Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil (BCB)
Representação legal: Frederico Bernardes Vasconcelos (OAB/DF 11.709), Marcel Mascarenhas dos Santos (OAB/DF 31.580) e outros

028.203/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Distrito Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Representação legal: Adam Luiz Alves Barra (OAB-DF 19.786) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Douglas Bontempo Gomes (OAB-DF 30.468) e outros, representando Fundação dos Economiários Federais

031.748/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Alberto Antônio de Albuquerque Campos (OAB/PA 5.541) e outros

031.792/2018-9
Natureza: Representação
Representante: MRA Comércio de Materiais de Construção e Construções Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Lucas Gouvêa Valença de Melo (OAB/PE 37.014); Marino Sérgio Oliveira de Abreu (OAB/PE 35.401).

Ministra ANA ARRAES

012.494/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

006.567/2004-7
Natureza: Tomada de Contas Simplificada - Exercício: 2003
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social; Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Responsáveis: Cicera Bezerra de Morais; Cobra Tecnologia S.A.; Eliel Ferreira Pires; Francisco José Nunes Ferreira; Marcus Jose Santiago Bezerra; Maria da Gloria Silva Nascimento; Mauro Leno Rodrigues de Souza; Silvia Regina de Souza Lessa; Therezinha de Jesus Bastos Freitas
Representação legal: Drielly Alves de Castro (OAB/GO 47.744) e outros, representando Cobra Tecnologia S.A.

012.333/2013-1
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA
Responsáveis: Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro de Santana; Clériston José da Silva Andrade; Edson Moraes Ruas
Interessados: Congresso Nacional
Representação legal: Luiz Antonio Costa de Santana (OAB/BA 14.496)

023.651/2018-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba; Ministério da Integração Nacional
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

023.184/2018-3
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Goiânia/GO
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

032.315/2011-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins/TO
Responsáveis: Almeida Rios Moreira Junior; Arnaud de Souza Bezerra; Empresa de Hospedagem e Eventos de Sonorização Ltda.; Karina Furtado de Deus; Lucimar da Silva Tavares; Luis da Silva César Júnior; Manoel Pedro Castro Pinho; Marcos Antonio Neves; Maria de Fátima Pires da Silva; Negreiros & Negreiros Ltda. - Epp; Neves & Figueredo Ltda. - ME; Nivaldo Rodrigues Franco; Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins - TO; Pro 2 Produções e Estrut. P Eventos Ltda.; Raimunda Alves de Medeiros; Rita Araujo Cavalcante; Sebastião Paulo Tavares; Valdeni Martins Brito; Verônica Augusto Oliveira; Whillam Maciel Bastos
Representação legal: Alessandra de Fatima Soares Cezar (OAB-TO 5087) e outros, representando Ordem dos Advogados do Brasil no Tocantins, Karina Furtado de Deus e Maria de Fátima Pires da Silva; Ercílio Bezerra de Castro Filho (OAB-TO 69-B) e outros, representando Arnaud de Souza Bezerra; Gedeon Batista Pitaluga Junior (OAB-TO 2116), representando Negreiros & Negreiros Ltda. - Epp

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

012.700/2017-7
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)
Representação legal: não há

014.677/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edvaldo Ângelo da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Representação legal: não há

030.653/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Campos Sales - CE
Responsáveis: A.P.B.J. Construções e Serviços Ltda.; Antônio Diego Rodrigues Feitosa; Carlos Virgílio Pereira de Brito; Cesar Carlos Rodrigues Lima; Fabricio Lima de Matos; Fenix Serviços, Assessoria, Construções e Empreendimentos Ltda.; Luzeilton de Oliveira Santiago; M7 Construções e Serviços Eireli; Paulo Ney Martins; Sandra Maria da Silva Araújo
Representação legal: Antônio Moreira Cavalcante (OAB/CE 30.385), representando a M7 Construções e Serviços Eireli; e Francisco Gonçalves Dias (OAB/CE 10.416), representando Sandra Maria da Silva Araújo

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

008.624/2015-1
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades em convênio cujo objeto era apoiar o evento "Circuito Goiano de Rodeio - Temporada 2009". Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - ME; Luiz Henrique Peixoto de Almeida; Premium Avança Brasil
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB-DF 18444) e outros, representando Premium Avança Brasil e Claudia Gomes de Melo
Interessado em sustentação oral:
Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292), representando a PREMIUM AVANÇA BRASIL E CLÁUDIA GOMES DE MELO.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

029.729/2014-9
Representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Banco do Brasil relacionadas à concessão de crédito, a partir de uma linha subsidiada do BNDES, com possível infringência aos normativos internos das duas instituições financeiras.
Representante: Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Responsáveis: Alexandre Teofanes Pissolatto, Alexandre de Melo Canizella, Asclepius Ramatiz Lopes Soares, Carlos Roberto Petri, Érica de Lima Silva, Fabiana Aparecida Schiavon, Gerôncio Paes de Luna Filho, Hamilton Soares Homobono, João Vagnes de Moura Silva, Marcelo Nobuhiko Shimmoto, Márcio Aloisio Tavares Scalioni, Marcos Polischuk de Oliveira, Marlon de Castro Lauria, Maurício Macoto Tinen, Oscar Yassuo Sawae e Simone Aparecida Floriano
Representação legal: Lucineia Possar (OAB/DF 40.297) e outros, representando o Banco do Brasil S.A. e Gerôncio Paes de Luna Filho; Antônio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1.739-A) e outros, representando Simone Aparecida Floriano, Hamilton Soares Homobono, Carlos Roberto Petri, Marcelo Nobuhiko Shimmoto, Oscar Yassuo Sawae, João Vagnes de Moura Silva, Asclepius Ramatiz Lopes Soares, Érica de Lima e Silva, Alexandre Teófanes Pissolatto, Marcos Polischuk de Oliveira, Maurício Macoto Tinen, Marlon de Castro Lauria e Gerôncio Paes de Luna Filho
Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (36/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

023.374/2018-7
Representação acerca de supostas irregularidades em concorrência que tem por objeto a contratação de empresa para a prestação do serviço de construção civil, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução de reforma do prédio e da cobertura da quadra do Campus São José do Rio Preto.
Representante: Ramos Sales Construtora e Comércio Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).
Representação legal: não há

034.984/2017-8
Acompanhamento da execução e dos resultados do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação - MEC
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

012.820/2018-0
Auditoria com o objetivo de fiscalizar a retomada da implantação da Linha de Transmissão Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul e Subestações associadas.
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

014.361/2015-9
Tomada de contas especial para apurar indícios de superfaturamento em contrato relativo ao Lote 2 da Ferrovia Norte-Sul, no Estado de Goiás. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias SA.
Responsáveis: Constran SA - Construcões e Comércio; Francisco Elisio Lacerda; Jorge Alberto Aun; José Roberto Bertoli; José Américo Cajado de Azevedo; José Francisco das Neves; Luiz Carlos Oliveira Machado; Luiz Sérgio Nogueira; Maria Estela Filardi; Ulisses Assad
Representação legal : Cyrlston Martins Valentino (OAB/DF 23.287), representando José Américo Cajado de Azevedo; Edgard Hermelino Leite Junior (OAB-DF 49.331), representando Jose Roberto Bertoli, Jorge Alberto Aun e Constran SA - Construcões e Comércio; Gabriel Miranda Coelho (OAB/RJ 43.502), representando Maria Estela Filardi;, Leonardo Lacerda Jube (OAB/GO 26.903), representando Francisco Elisio Lacerda; Eri Rodrigues Varela (OAB/RN 1.807) e outros, representando Ulisses Assad; Najla Saad El Haouli (OAB/GO 40.566), representando José Francisco das Neves; Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando Luiz Sérgio Nogueira; Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias SA.

Ministro AUGUSTO NARDES

010.482/2016-4
Embargos de declaração opostos contra acórdão que atendeu integralmente Solicitação do Congresso Nacional para examinar a conformidade de contrato de concessão da BR-101/ES/BA, especialmente quanto ao atraso na execução dos investimentos previstos.
Embargante: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Interessado: Presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Marcus Vicente
Representantes legais: Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB/SP 92.114); Márcia Heloisa Pereira da Silva Buccolo (OAB/SP 36.434)

017.901/2017-0
Processo administrativo sobre alteração da forma de cálculo dos proventos de aposentadoria proporcional.
Representante: Secretaria-Geral de Administração do TCU
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

015.400/2018-2
Processo de desestatização para acompanhamento da quinta rodada de licitações para outorga de blocos, em áreas do pré-sal, para exploração e produção de petróleo e gás natural em regime de partilha de produção. Análise de primeiro estágio de que trata a Instrução Normativa-TCU 27/1998.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

016.150/1993-7
Pensão civil para beneficiária na condição de filha maior solteira.
Interessada: Izabel Neves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

022.858/2018-0
Processo administrativo com anteprojeto de decisão normativa que disciplinará a organização e a apresentação dos documentos que comporão a prestação de contas anuais do exercício 2018, a serem enviados pelas unidades prestadoras de contas em 2019.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Interessada: Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo
Representação legal: não há

040.953/2012-2
Embargos de declaração interpostos contra deliberação que não conheceu de recursos de reconsideração opostos pelos recorrentes em face de acórdão que julgou suas contas irregulares e condenou-lhes ao pagamento de débito e de multa em razão de irregularidades cometidas no âmbito de pregão eletrônico que tinha por objetivo o registro de preços para contratação de serviços de organização de eventos.
Embargantes: Due Promocoes e Eventos Ltda; Renato Stoppa Candido
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades
Representantes legais: Erenice Alves Guerra (OAB/DF 12.515)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

011.388/2002-0
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração interposto pelo embargante em face de deliberação prolatada em recurso de revisão que conduziu à irregularidade de suas contas ordinárias relativas ao exercício de 2001.
Embargante: Lourival da Cunha Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão
Representação legal: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912)

016.090/2018-7
Representação contra possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico destinado ao registro de preços para contratação de serviços de suporte operacional, de apoio técnico-administrativo e atividades auxiliares.
Representante: BK Consultoria e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Representação legal: Raphael Galvani (OAB/SC 19.540) e outros

031.723/2018-7
Solicitação de prorrogação de prazo para apresentação de peças que comporão o processo de contas do exercício de 2017.
Solicitante: Eduardo Refinetti Guardia, Ministro de Estado da Fazenda
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

007.253/2007-4
Embargos de declaração contra acórdão que rejeitou embargos declaratórios opostos contra deliberação que dera provimento parcial a recurso de reconsideração em face de acórdão por meio do qual as contas especiais foram julgadas irregulares, com imputação de débito e multa em razão de irregularidades detectadas na realização de eventos.
Embargante: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros representando a Cooperhaf e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar em Chapecó - SC; Fábio Henrique Binicheski (OAB/DF 16.980) representando Jaqueline Souto Mangabeira Binicheski; Gentil Ferreira de Souza Neto (OAB/DF 40.008) e outros representando Magda Oliveira de Myron Cardoso; Rafael Teixeira Martins (OAB/DF 19.274) e outros representando a Aplauso Aluguel de Equipamentos Ltda.; Ana Paula de Albuquerque Cavalcante (OAB/DF 39.938) e outros representando José Maria Martins e Renato Stoppa Cândido; e outros

019.286/2017-1
Auditoria, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, que teve por objetivo avaliar a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
Responsáveis: Raquel Porto Santori e Tânia Regina Mello Minussi
Representação legal: não há

028.605/2017-9
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que considerou legais atos de aposentadoria e determinou a exclusão dos proventos da vantagem do Bônus de Eficiência e Produtividade.
Recorrentes: Celeste Filomena Cruz, Beatriz Bizzotto e Célia Maria Fontainha Henriques
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: Cláudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005) e outros representando Célia Maria Fontainha Henriques e Beatriz Bizzotto

028.673/2017-4
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que considerou legais atos de aposentadoria e determinou a exclusão dos proventos da vantagem do Bônus de Eficiência e Produtividade.
Recorrentes: Libório da Costa, Luimara Silva Godo Fagundes, Luís Sérgio da Silva Aguiar e Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: Alessandra Damian Cavalcanti (OAB/DF 17.717) e outros representando o Sindireceita, Luimara Silva Godo Fagundes e Luís Sérgio da Silva Aguiar; Cláudio Renato do Canto Farág (OAB/DF 14.005) e outros representando Libório da Costa

Ministro BRUNO DANTAS

005.959/2015-2
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação dos recursos federais transferidos por meio de diversos convênios e contratos de repasse no período de 2007 a 2011. Análise das audiências e alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Fagundes - PB
Responsáveis: Construtora Daobra Ltda. - ME; Deusilene de Fátima Dantas de Arruda; Duvanil Ribeiro; Gilberto Muniz Dantas; José Luís de Souza; JW Construções Ltda.; Maria Dijanete Macedo Correia; PB Construções e Serviços Ltda. - EPP; Prestacon Prestadora de Serviços Construções Ltda. - ME; Robério Saraiva Grangeiro; Sandro Ferreira de Sousa; Scheylla do Nascimento de Farias; Vanderlei do Nascimento Peixoto; William Pereira de Farias; Construtora Bandeirante Ltda. - EPP; Saulo de Tarso Grangeiro de Farias - EPP; Barbosa Construções e Serviços Ltda. - ME; Equilibrium Construções e Serviços Ltda. - EPP; Construtora Suport Ltda. - EPP; PB Construções e Serviços Ltda. - EPP; ALB Engenharia e Serviços Eireli - EPP; Bercon Engenharia Eireli - EPP; Construções Sollo Ltda. - ME; Construtora Renascer Ltda. - ME; Engeferros - Indústria , Comercio e Serviços Ltda. - EPP; Falconi Construções e Serviços Ltda. - EPP; Inprel Construções e Serviços Ltda.. - ME; RF Construção, Incorporação e Imobiliária Ltda.; Sérgio Apolinário de Oliveira - ME
Representação legal: Bruno Menezes Leite (OAB/PB 17.247) e outros, representando Bercon Engenharia Eireli - EPP e Jancer Wellington da Silva Gomes; Daniel Pinto Nóbrega Gadelha (OAB/PB 8.883), representando Inprel Construções e Serviços Ltda. - ME; Hugo Tardely Lourenço (OAB/PB 16.211), representando Deusilene de Fátima Dantas de Arruda, Scheylla do Nascimento de Farias, Vanderlei do Nascimento Peixoto, Maria Dijanete Macedo Correia e Sandro Ferreira de Sousa; Thelio Queiroz Farias (OAB/PB 9.162) e outros, representando Engeferros - Indústria , Comércio e Serviços Ltda.. - EPP

012.650/2018-8
Solicitação do Congresso Nacional de fiscalização no contrato celebrado entre a Câmara dos Deputados e a empresa Kroll Advisory para atender à CPI da Petrobrás.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

015.778/2018-5
Solicitação do Congresso Nacional de cópia dos trabalhos de fiscalização e de acompanhamento relativos ao contrato de concessão da rodovia BR-040, no trecho entre Juiz de Fora/MG e Rio de Janeiro/RJ.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)
Representação legal: não há

016.008/2016-2
Monitoramento do atendimento a determinações dirigidas ao MEC e à UFRN acerca dos aspectos jurídico e patrimonial dos termos de parceria e de cooperação celebrados pela Universidade para implantação do projeto Campus do Cérebro, no município de Macaíba/RN.
Órgãos/Entidade/Unidade: Ministério da Educação e Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Responsáveis: Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont; Maria Helena Guimarães de Castro e Theodoro Paraschiva
Representação legal: Rubens Naves (OAB/SP 19.379) e outros, representando Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

026.071/2017-7
Acompanhamento do primeiro estágio de desestatização, na forma de subconcessão, do serviço público associado à infraestrutura da Estrada de Ferro EF-151 no trecho de Porto Nacional/TO a Estrela D'Oeste/SP, denominado Ferrovia Norte-Sul Tramo Central (FNSTC).
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - Presidência da República; e Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
Representação legal: Sílvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372), representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

034.459/2017-0
Solicitação do Congresso Nacional de fiscalização na Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e nos contratos firmados entre a União e a empresa Concessionária BR-040 S.A. (Via 040).
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Representação legal: Paulo Sérgio Bezerra dos Santos

Ministro VITAL DO RÊGO

029.073/2018-9
Recurso administrativo contra indeferimento em pedido de acesso à informação.
Recorrente: Bárbara Rodrigues Lima Teles
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

002.275/2018-0
Auditoria em fase de análise das operações de crédito externo realizadas pelo BNDES para obras de energia elétrica.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Danilo Messere Romancini (25.054/OAB-DF) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

012.178/2018-7
Consulta sobre a possibilidade de eventual contratação, pelo Ministério das Relações Exteriores, de operações de arrendamento mercantil ("leasing") ou de locação sob medida ("built to suit") destinadas à compra ou construção de imóveis no exterior para a União.
Consulente: Ministério de Estado das Relações Exteriores
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

015.932/2018-4
Auditoria com a finalidade de verificar a conformidade dos procedimentos realizados quando da assinatura três contratos de Tecnologia da Informação (TI), e a aderência às normas pertinentes à matéria no que diz respeito ao planejamento da contratação.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

023.599/2018-9
Representação, com pedido de medida cautelar, em face de indícios de irregularidades graves e dano ao erário na execução de contrato cujo objeto é o fornecimento de solução de gerenciamento de portfólio e projetos, contratos administrativos (Gescon) e indicadores de desempenho (BI), incluindo a aquisição de licenças de uso e a prestação de serviços para fins de instalação, treinamento de usuários, serviços de suporte técnico e manutenção e serviços de apoio estratégico.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Responsável: N2o Tecnologia da Informação Ltda
Representação legal: Leonardo Estevam Maciel Campos Marinho (23119/OAB/DF) e outros, representando N2o Tecnologia da Informação Ltda.; Frederico Spagnuolo de Freitas (186.248/OAB/SP), representando Companhia Docas do Estado de São Paulo

027.290/2018-2
Solicitação de prorrogação do prazo para o encaminhamento de tomada de contas especial instaurada para apurar dano ao erário resultante de irregularidades na contabilidade e na renda consular da embaixada do Brasil em Porto Príncipe, nos exercícios de 2012 a 2017.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

034.932/2015-1
Representação com vistas a esclarecer os aspectos financeiros, os critérios utilizados na escolha das empresas do setor e as vantagens sociais geradas na aquisição de debêntures da empresa JBS visando à sua capitalização com a finalidade de adquirir a empresa americana Pilgrim's Pride Corporation e associar-se com a empresa Bertin S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Bndes Participações S.A
Interessados: Tribunal de Contas da União; Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados - CFFC
Representação legal: Estevão Gomes Correa dos Santos (OAB/RJ 116.597) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Álvaro Oliveira de Freitas (OAB/RJ 75912) e outros, representando Bndes Participações S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

007.181/2012-4
Embargos de declaração opostos contra acórdão que julgou irregulares as contas da recorrente, condenando-lhe ao pagamento de débito e de multa em razão do não atendimento de critérios legais para revisão de contrato para a construção do novo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Hospital da Base Aérea de Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro/RJ.
Embargante: Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro/Comando da Aeronáutica
Representação legal: Pedro Albino de Paiva

024.637/2013-0
Representação sobre possíveis irregularidades ocorridas na alienação de imóveis, que compõem a Fazenda Militar de Barueri/SP, pelo Comando da 2ª Região Militar do Exército à Fundação Habitacional do Exército e desta para a Prefeitura de Barueri/SP, por preço inferior ao praticado no mercado e com indícios de dano ao erário.
Representante: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República em Osasco.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da 2ª Região Militar do Exército/Comando Militar do Sudeste e Fundação Habitacional do Exército/FHE
Representação legal: Sandro Luiz Ferreira de Abreu (OAB/SP 148.173), Hedilene Freire Caseca Rosa (OAB/DF 9.552), Leonardo Henrique Costa de Queiroz (OAB/DF 41.826) e outros

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

009.369/2017-1
Tomada de contas especial instaurada diante de fraude perpetrada pela irregular concessão de benefícios previdenciários com o dano ao erário. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Volta Redonda/RJ
Responsáveis: Claudio Regi de Oliveira Pinto; Estela Mari Cortez; Jose Goulart Nicolau e Júlio Cesar Freitas Petrelli
Representação legal: Fabiano Campos Neves (OAB/RJ 172.098) e outros, representando Cláudio Regi de Oliveira Pinto

011.011/2018-1
Monitoramento de deliberação em que se examinou representação sobre possíveis irregularidades em concorrência para a contratação de serviços de cobrança administrativa extrajudicial e judicial de pessoas físicas e jurídicas.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

018.178/2018-9
Monitoramento de determinação proferida em auditoria nas obras de implantação do corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte na região sul de Palmas/TO.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades
Representação legal: não há

021.128/2016-2
Tomada de contas especial instaurada diante da impugnação total das despesas relativas aos recursos federais repassados por convênio que tinha por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cachoeirinha/TO
Responsáveis: Marco Antônio Oliveira Prado e Zélio Herculano de Castro
Representação legal: Stéfany Cristina da Silva (OAB/TO 6.019), representando Zélio Herculano de Castro

023.301/2015-5
Agravo em face da cautelar de indisponibilidade de bens decretada diante dos indícios de dano ao erário em contrato para a execução das unidades e dos sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, de coque e de HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar); e embargos de declaração opostos em face de deliberação que determinou a citação do espólio de responsável.
Agravantes: José Paulo Assis e Petróleo Brasileiro S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238); Rosana de Oliveira Gama Vieira (OAB/RJ 122.894), representando Henrique da Silva Ferreira; Jade Regina da Trindade Cortes, representando Alexandre Pereira Cortes; João de Baldaque Danton Coelho Mestieri (OAB/RJ 171.466), representando Paulo Roberto Costa; Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412); Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601); Eduardo Boccuzzi (OAB/SP 105.300); José Roberto Manesco (OAB/SP 61.471); Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015); Rogerio Pires da Silva (OAB/SP 111.399), representando Augusto Ribeiro de Mendonca Neto, SOG - Óleo e Gás S.A., Alberto Jesus Padilla Lizondo e Carlos Alberto Rodrigues; José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (OAB/RJ 106.810); Maria Abreu do Valle (OAB/RJ 145.508), representando a MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Antonio Augusto Lopes Figueiredo Basto (OAB/PR 16.950); e Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041)

036.133/2016-7
Processo de indisponibilidade de bens concedida diante dos indícios de dano ao erário no bojo do contrato para a execução das obras inerentes à UHDTI (U-2313), à UGH (U-22311) e à UDEA (U-32323) e à unidade integrante da carteira de gasolina da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar).
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsável: UTC Engenharia S.A.
Representação legal: Renato Tai (OAB/SP 156.610) e outros, representando a UTC Engenharia S.A.

Em 14 de setembro de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

1ª CÂMARA

ATA Nº 30, DE 28 DE AGOSTO DE 2018
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Benjamin Zymler, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 29, referente à Sessão realizada em 21 de agosto de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 022.513/2017-5, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 017.779/2008-0 cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- 011.412/2016-0, 011.600/2009-5 e 020.075/2009-2, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro;

- 019.759/2004-3, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas;

- 017.201/2014-4, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo; e

- 016.023/2016-1, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9481 a 10087.

RELAÇÃO Nº 26/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 9481/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.071/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Isaises Maria Mendes Safe (343.890.086-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9482/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.713/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Auriluci de Carvalho Figueiredo (018.238.888-36)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9483/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.722/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alvaro Cesar Pereira Barbosa (559.129.907-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9484/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.727/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademir Reis Guimarães (243.025.467-00); Cristina Aurelia Gadelha Mund da Rocha e Silva (598.746.947-34); Ilton Silva de Oliveira (461.914.967-53); Jorge Ferreira de Souza (465.559.277-04); Jorge da Conceição (267.652.767-34); Juarez Rosa (009.108.057-68); Maria Luiza dos Santos (530.030.397-68); Murilo Antonio Rodrigues de Andrade Filho (371.966.697-20); Regina Maria Dias (295.633.137-04); Rita Maria Carrera Neves Braz (033.594.847-20); Roberto da Silva (544.900.737-04); Wilson Gomes de Freitas Junior (353.350.507-30)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9485/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.728/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Policápio Teles de Sena (012.848.943-04)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9486/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.735/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dalva da Mota (299.374.347-34); Denise Henriques Mercante Paes (790.777.227-34); Diana Eisfeld da Silva Leite de Assumpção Magalhães (023.677.187-68); Dirce da Penha

de Jesus (436.466.707-20); Dirceu Tostes Fernandes (047.520.077-20); Dunia Maria Dima (581.236.957-72); Edenyr Novaes Thomaz Netto (029.520.927-53); Edileuza Costa da Silva Ferreira (004.762.227-02); Edite Resende Vieira (408.527.097-49); Edith do Nascimento Camargo (771.769.107-82); Edno Ignacio Dagne (304.479.927-91); Edson D'amato (023.921.437-49); Elba Ferreira Lima (135.061.027-53); Elmo Gomes (010.161.997-91); Eloy Nuno de Barros Pereira (026.796.207-04); Elzio de Lara Rocha (045.573.607-34); Elzy Coelho Carrasquel (230.404.247-34); Esther Ozon Monfort (024.118.737-00); Fatima Palha de Oliveira (373.474.467-91)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9487/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.737/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Carlos Santiago (101.493.097-91); Luiz Gonzaga Caetano (429.169.257-91); Malta Mazzoccoli da Silva (086.516.097-01); Maria Aguiar Arrais (272.041.207-44); Maria Amélia da Silva (462.255.367-87); Maria Assunção (459.161.367-49); Maria Custódia Ferreira Berttoly (347.069.257-20); Maria Inês Gurjão (101.213.317-68); Maria José Pichler Bentes Leal (028.119.527-72); Maria Lucilla Alves da Costa (029.949.337-72); Maria Salete Mendonça de Souza (384.480.097-20); Maria da Graça Gomes Bello de Campos (040.641.197-20); Marivaldo Netto Salles (217.943.917-20); Marylda Helena Baère (027.534.137-20); Mercedes Barbosa Romeu (290.002.467-68); Miriam Moreira Duque (639.537.497-49); Mozart de Oliveira (131.189.277-04); Nadyr Ferreiro Barbosa Silveira (025.307.597-15); Naira Miler Vercesi (343.642.007-78)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9488/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.842/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rizia Maria Nogueira Bayao (285.460.676-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9489/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.849/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria José de Castro Lessa (700.562.347-91); Mario Antonio Borges Martins (322.087.157-72); Nelson de Azeredo Barbosa (423.893.057-68); Normea Tavares Gomes (473.096.527-20); Pedro Correia de Lima Filho (192.698.467-68); Rita Maria de Abreu Maia (003.779.517-14); Rosalvo Moreira de Abreu (104.465.167-91); Sebastião Ribeiro da Silva (160.535.167-91); Valter Tavares de Freitas (063.584.117-72); Vanessa Pimentel Vargas Araujo (087.961.407-20); Wilson Manhaes de Siqueira (075.552.027-00); Wilson Pereira (162.382.737-04); Zenilda Guimarães Crespo de Abreu (501.665.907-97)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9490/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.854/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marlene Alexandre (248.661.306-44)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9491/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.897/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Geraldo Pantaleão Sá Peixoto Pinheiro (046.453.322-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9492/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.898/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Braulio Magalhães Castro (000.534.901-00); Dante Bresolin (090.438.701-10); Donizetti Ramos de Oliveira (119.169.311-20); José Maria Guimarães (032.683.491-53); Moyses Tenenblat (026.498.967-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9493/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.900/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Cassiano do Nascimento (030.315.942-15); José Sebastiao de Mont'alverne (016.336.002-20); Rubens Xavier Machado (003.336.032-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9494/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.902/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Tonzar Manarini (230.260.811-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9495/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.903/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Daliana Helena Cardoso Rodrigues (425.439.596-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9496/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.904/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lorena Arruda Gomes de Souza (200.791.760-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9497/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.905/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ana Coeli Mendes de Neiva (079.272.313-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9498/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.906/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nair Peixoto Faria (215.706.040-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9499/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.907/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Francisco dos Santos (067.855.905-82); Josilávio de Almeida Araujo (661.467.128-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9500/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.908/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Anália Luíza Pimenta (182.593.406-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9501/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.909/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ernesto Oliveira da Silva (123.686.016-00); Orison Suitt Marden Gama (135.032.356-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9502/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.911/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Álvaro da Silva (508.077.577-72); Jorge dos Santos Almeida (647.655.717-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9503/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.922/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Enice Martini Gaspar (032.017.167-15); Evandro Gesteira dos Santos (389.295.707-04); Horácio da Silva Brito (398.387.497-53); Iva Pereira de Figueiredo (037.731.757-87); João Farias (226.648.907-00); José Monteiro de Souza (164.177.557-20); Leni de Sá Duarte Barboza (067.896.847-00); Magali Cerdeira (456.439.547-53); Maria da Ajuda de Souza Pinto (257.138.257-87); Renato José Lopes Filho (229.707.547-20); Savenay Amaral Lopes (174.953.187-91); Sônia Maria Fleury da Silveira Leitão (380.224.607-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9504/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.980/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alberto Jorge Albuquerque Fontan (003.196.354-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9505/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.981/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ângela Maria Gonçalves Canuto de Lima (226.463.374-34); Maria de Fátima de Brito (004.057.954-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9506/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.982/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Milton Araripe dos Santos (232.028.905-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9507/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.983/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acrisio Ramos Scorzelli (014.110.717-00); Adalmi da Cruz Chagas (379.152.157-87); Adelci de Souza Miranda (514.811.117-87); Ademar França Amorim (113.729.587-20); Adherlina Martins da Silva (018.846.617-77); Adilson D'Ávila (112.968.607-87); Adilson Vicente (209.571.067-34); Affonso Celso Galvão (040.672.077-00); Aidio Alves de Azevedo (422.530.807-30); Ailsa Alves Pacheco (753.779.427-87); Ailton Pereira Rocha (354.560.357-15); Albertino da Silva Fernandes (442.215.847-34); Alcione da Conceição Lopes (458.354.207-06); Alcyr Ferreira de Oliveira (238.907.207-06); Alédio Rangel dos Santos (367.015.487-68); Alex de Castro Bastos (009.090.767-15); Almir Barbosa (047.885.677-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9508/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.984/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloísio Ferreira (358.205.197-87); Amando Alves (014.292.997-20); Américo Lopes de Matos (081.762.303-59); André Pinheiro (173.556.567-91); Anita Freitas Novaes (905.340.427-91); Anna Beatriz Amaral Santos (406.925.317-34); Anna Ricordi Bazin (304.960.127-20); Antenor José Fernandes (415.520.167-49); Antonio Carlos Coelho Affonso (475.151.207-20); Antonio Carlos dos Santos (385.175.237-68); Antonio Jorge Soares de Senna (305.701.747-91); Antonio Luís Baronto Pereira Jorge (640.600.477-91); Antonio Luiz Guerra Filho (573.707.457-91); Antonio Mário Alves Garcia (251.398.607-59); Antonio Pedro Pimentel (113.460.867-53); Antonio Pessoa Reginaldo (452.019.277-34); Apolônio Gomes da Cunha (208.527.707-15); Araken Pedroza Caldas (284.607.747-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9509/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.985/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arany de Lima Martins (014.431.787-72); Arino Alves Cabral (107.953.757-00); Arlindo Lourenço Francisco (113.355.807-00); Arnaldo Cabral Feijó (354.815.107-82); Ary Fortes Filho (033.078.677-68); Ary Lima de Almeida (323.999.287-68); Augusto Cezar de Mello Cidade (361.427.197-87); Aurélio Pitanga Seixas Filho (010.967.297-68); Belmiro Ivo Lunz (023.034.777-00); Bernardino Matheos dos Santos (323.693.107-82); Bernardino de Souza Coutinho (235.309.287-04); Carlos Alberto Fernandes (353.973.067-20); Carlos Alberto Stephano Bousquet (353.975.357-53); Carlos Alberto Villas Boas (208.872.647-00); Carlos Alberto de Andrade (222.583.617-53); Carlos Alberto de Oliveira (082.854.117-53); Carlos Augusto Duarte Dumpel (323.616.107-87); Carlos Augusto Guedes (491.152.197-04); Carlos Edno de Oliveira Gonçalves (306.889.497-20); Carlos de Castro Pereira Jorge (235.204.187-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9510/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.989/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Fernandes Filho (097.561.837-72); Francisco Fidelis (479.295.107-00); Genésio Gomes (414.414.787-87); Gervásio Monteiro dos Reis (458.569.157-04); Getúlio de Mello e Alvim (092.564.237-15); Ginialte José Machado de Sousa (490.992.487-68); Glícia Rocha Serra (391.365.907-20); Guanair Ramos da Silva (377.775.307-63); Hamilton Ramos Cardoso (281.583.507-04); Helena Alves de Oliveira (649.932.806-53); Helena Mota da Silva (624.525.687-91); Hélio Monteiro Penha (045.254.697-49); Hélio de Almeida Fernandes (077.306.596-20); Herve Rogério das Dores (231.931.317-68); Hyara Vodopives de Assumpção (311.162.307-63); Hélio Pereira dos Santos (284.949.037-72); Iran Rocha Quinteiro Affonso (452.421.437-20); Isaac Veprinski (024.813.917-72); Ivan Anátocles da Silva Ferreira (030.695.087-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9511/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.990/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivan Monteiro de Barros (240.186.607-82); Ivan Pereira de Araujo (039.920.807-06); Ivanir Vieira Miranda (278.206.457-68); Ivo Fernandes de Araujo (261.758.607-30); Jerônimo Bispo dos Santos (542.256.397-20); João Baptista Pimentel (075.754.167-49); João Barbosa Damacena (516.755.957-04); João Bosco Carlos da Costa (284.642.497-72); João Moreira da Silva (243.866.857-15); Joaquim Rodrigues da Silva (327.805.917-49); Joaquim Sabino do Amaral (041.514.457-49); Jorge Célio Correa (307.293.007-49); Jorge da Silva (209.190.267-53); João Baptista Bayão Ribeiro (258.271.387-20); João Batista dos Santos (354.163.607-63); João Correa de Mesquita (305.764.667-00); João Fernandes Lagoa (306.512.397-53); João Francisco Rodrigues (319.969.307-53); João José Eliziário Filho (188.932.607-00); João José Pena (354.074.507-63)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9512/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.991/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jorge José Paes Sobrinho (222.655.977-91); José Antonio Alves Teixeira (027.583.507-34); José Borret Pedrosa (278.232.617-15); José Cardoso da Silva (325.860.947-00); José Carlos Mendonça de Carvalho (355.060.677-04); José Cypriano de Souza (136.111.357-04); José Flávio Velloso Bentes (012.309.727-49); José Mário Franqueira da Silva (335.491.687-72); José Mentor Ramos de Almeida (334.565.267-68); José Antonio de Oliveira (209.593.627-20); José Carlos Saddy (013.926.467-15); José Carlos dos Santos (516.045.907-34); José Cunha dos Santos Filho (306.664.907-59); José Dias dos Santos Vilhena (023.439.127-85); José Inácio de Castro (323.781.147-53); José Luiz Guarino (014.127.367-49); José Mamede da Silva (413.362.677-04); José Marcos Domingues (361.261.017-15); José Marques da Silva (309.550.097-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9513/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.992/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Ottilio Leite Machado (031.823.987-68); Josef Perecmanis (014.058.537-00); José Moreira da Silva (113.436.217-04); José Rodrigues Torres (186.936.107-59); José Roosevelt Dias (107.677.387-72); Juan Roberto Capobianco Aristeguy (149.659.097-04); Julio Bastos de Albuquerque Moura (019.610.477-72); Jurandyr Lopes Martins (278.180.397-91); Jussara Ribeiro (414.401.617-04); Kurt Homburger (005.726.597-68); Laurecir Carvalho de Lima (479.178.497-91); Lauricy Ferreira Leite (222.345.277-91); Ledenir Alves Ribeiro de Almeida (278.284.847-04); Leila do Carmo Verticchio (444.167.687-53); Leila Telles Barbosa Scorzelli (444.089.007-53); Leila de Souza Leite Cabral (802.598.807-44); Leonardo Silva dos Reis (875.619.217-72); Leôntina Ferreira da Costa (419.439.457-72); Lília Maria Soares Guedes (031.915.677-04); Loilce Gomes de Oliveira (282.001.367-87)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9514/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.994/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Magda Valentim de Freitas (543.238.007-20); Manoel Amador (391.260.307-30); Manoel Monteiro (323.692.987-15); Manoel de Aguiar Fagundes (076.993.957-00); Marcial Sanchez Claros (037.839.527-00); Maria Adilcéa de Barros Elias (102.011.657-91); Maria Alice Garcia de Mello (192.320.390-87); Maria Alice Terra Garcia (463.670.397-91); Maria Auxiliadora da Costa Simão (355.030.097-20); Maria Celeste de Castro (116.145.872-72); Maria Clara Militão da Silva (503.614.577-15); Maria Elena Figliolia Pitanga (304.995.427-20); Maria Eliza de Souza Bomfim (390.474.667-72); Maria da Conceição Almeida (444.589.407-91); Maria da Conceição Cabral Barbosa (517.403.207-78); Maria da Graça Nunes Picado (794.858.477-34); Maria de Fátima Azevedo Loureiro (032.360.897-33); Maria de Jesus Cordeiro (022.194.507-59)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9515/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.996/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nelson Lopes (284.524.027-91); Nelson Pereira dos Santos (045.555.547-87); Ney dos Santos Eufrásio (380.634.927-49); Nícia Mafalda Teixeira Ferreira (100.845.767-15); Nilson Martins Vianna (177.947.067-34); Nires Gomes da Silva (311.580.307-97); Oberdan de Oliveira (888.601.327-20); Odemar Cássio Brígido de Brígido (075.855.787-68); Olenema Ramos Kastrup (710.068.427-72); Olier Fernandes (040.545.127-04); Olympio José dos Santos Peçanha (422.383.157-72); Orlando Guilherme de Salles Garcia (305.609.347-34); Orlando Marques (402.432.227-34); Orlando Santiago Neto (040.666.187-15); Osvaldo Ferreira dos Santos (354.561.247-34); Osvaldo Portugal (486.179.387-49); Paschoal José Pereira (208.874.507-68); Patrícia Cavalcanti Pereira Nunes Mills (503.873.757-91); Paulina da Fonseca (638.197.407-91); Paulo Armando Motta (129.193.307-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9516/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.997/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Paulo Cezar da Cruz Medeiros (290.221.427-87); Paulo Roberto do Amaral (192.672.827-00); Paulo Soares (113.437.297-34); Paulo Soares da Silva (423.376.317-53); Paulo dos Santos Andrade (354.162.207-59); Pedro Castro Silva (001.861.635-68); Pedro Couto (278.492.607-91); Pedro Duarte Silva (307.134.127-04); Pedro Mota (113.480.387-72); Péricles Tavares Moraes (433.568.267-00); Raimundo Magno (274.434.267-04); Raphael Guerrante Gomes (014.268.937-87); Raul de Albuquerque Filho (177.805.787-04); Regina Alcântara Granato (638.181.327-04); Regina Célia da Silva Correa (012.890.217-59); Regina Maria Leite Garcia (553.115.397-04); Reynaldo Negreiros de Miranda (222.299.307-53); Rita Maria Ferreira Gama (639.129.107-15); Roberto Quintanilha Novo (202.555.437-00); Rogério Marcelino (783.800.907-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9517/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-024.998/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rômulo de Abreu Rozzante (380.736.337-87); Ruy Kirk do Espírito Santo (209.336.067-53); Ruy Rabello (025.955.677-72); Ruy Tamoio Vendas Rodrigues (036.225.927-53); Sandia Brígida Teles Izabel (618.993.567-20); Sandra Casa Nova Derivi (214.342.128-15); Sandra Maria Guizan Rodrigues (720.761.357-15); Sandra Westermann Malafaia (641.701.107-06); Sandra de Negreiros Bezerra (619.132.007-87); Santo Conterato (237.941.947-72); Saturnino Rodrigues (321.804.387-53); Sebastião de Souza (574.094.807-00); Sergio Augusto Wanderley Pinto de Oliveira (008.146.017-15); Sergio Rockert (186.083.537-68); Sergio da Rocha Souza (033.320.127-20); Severino Monteiro (209.324.057-20); Sezimundo Gomes da Silva (076.527.207-53); Sérgio Cândido Costa (208.537.267-87); Sérgio Sebastião Reis (075.723.957-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9518/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.000/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Wanderlei Moreira dos Santos (284.661.017-72); Washington Ramalho Rosas (253.641.207-59); Wilson Castilhos da Silva (500.915.307-68); Wilson Soares Câmara (040.036.597-91); Wilson de Oliveira Andrade (283.711.867-20); Yara Rita Lima (763.225.217-72); Zenito Antunes Damacena (067.916.461-87); Zilete de Carvalho Torres (618.300.897-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9519/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.002/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Oswaldo Costa (000.228.536-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9520/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.003/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria da Conceição de Souza (595.006.116-00); Paulo Ferreira da Silva (174.933.906-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9521/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.004/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aluízio Lourenço da Silva (308.987.064-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9522/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.006/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Cecy (000.064.169-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9523/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.007/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miguelina Maria Biora (142.040.109-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9524/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.009/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joana Darc Bezerra (188.185.874-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9525/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.011/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cenno José Friedrich (000.740.550-20); Claudio do Carmo Silva Bevonesi (013.737.730-49); Clovis Vilanova (097.696.417-15); Dirceu José Alves Silva (082.292.280-00); Egon Frederico Steyer (036.778.850-00); Flavio Fett (000.331.030-20); Jorge Claudio Cardoso da Silva (295.958.600-00); José Arcanjo dos Santos (206.116.250-91); Nelson Torrano Santos (001.335.150-87); Normelio Nedel (000.956.640-68); Paulo Cabral Castilhos (011.446.260-72); Raymundo Kaiser (802.558.170-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9526/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.012/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Volmir Oliveira Villagran (509.699.430-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9527/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.013/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Soares (214.872.197-68); Adir Moyses Luiz (180.999.807-78); Afonso Rodrigues (202.593.367-34); Akiba Schechtman (003.245.827-49); Alaerte Narciso Gomes (395.869.607-49); Albertina Leite Cruz (646.238.077-20); Alcemar de Oliveira Lima Filho (649.394.807-04); Alceu Alves Martins (331.107.277-49); Almerinda Alves Ferreira (542.172.377-15); Almir Amorim (229.622.127-00); Almir Fraga Valladares (042.570.067-49); Almira Braz de Oliveira (606.894.637-15); Aloisio Barboza de Araújo (054.637.777-72); Aloisio Boyd Soares (254.618.007-00); Altair da Silva Pimenta (462.853.857-34); Aluisio Campos Machado (376.386.377-04); Alzira Rodrigues dos Santos (884.670.077-53); Amaury Ferreira Maia (274.784.597-49); Ana Maria Gomes Braz (440.183.807-63); Ana Maria Lugão Rios (826.739.507-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9528/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.015/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Roberto Fagundes da Silva (467.702.327-15); Carmen Maria Pires (502.508.177-72); Cesar Correa Bevilacqua (465.944.347-72); Claudia de Moraes Jardim Awerianow (466.131.537-53); Claudia de Vasconcelos (935.540.607-04); Cloves dos Santos (057.338.987-04); Damião Ferreira da Cunha (245.448.177-49); Daniel Alves de Freitas (229.949.807-97); Darcy Roberto Andrade Lima (133.742.300-91); Dario Cesario de Oliveira (383.304.407-10); Decio Daniel Bracher (033.884.927-00); Delfim Vera Cruz Aguiar (246.135.507-00); Delta Madureira Filho (328.271.137-91); Demir de Souza (231.077.157-00); Domingos Carlos Ribeiro (270.484.977-34); Doracy Faustino da Silva (635.713.317-53); Dulce Helena Chiaverini (073.356.447-04); Durvalice Jurema da Silva (275.143.157-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9529/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.018/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Janira Martins Costa (180.000.377-34); João Rodrigues de Campos Filho (179.343.207-44); João Vicente Ganzarolli de Oliveira (787.478.567-34); João do Espirito Santo (317.140.807-49); Jobert da Fonseca Guimarães (316.900.417-49); Joel Rufino dos Santos (767.200.718-15); Jorge Fernandes Lima (265.814.697-34); Jorge Ferreira Barbosa Filho (374.461.427-15); Jorge da Silva Fernandes (204.811.957-34); Jorge de Paula Ribeiro (332.765.017-91); Jorgina de Jesus (749.396.537-49); José Augusto Barbosa (467.583.567-87); José Augusto Soares (513.063.877-87); José Carlos Gomes Parreira (362.543.987-53); José Ferreira Vilela Junior (085.712.601-68); José dos Santos Vasconcelos (351.959.677-68); José Coelho Neto (314.378.777-53); João Vicente Ganzarolli de Oliveira (787.478.567-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9530/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.019/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Inácio Ferreira (666.895.547-91); José Mauricio Capinussu de Souza (033.616.167-00); José Moraes (581.562.167-68); José Urbano de Souza (399.235.927-15); Josias Francisco dos Santos (595.360.807-10); Jovelino Antonio (400.768.907-59); Julia Souza de Almeida Uzeda (378.260.347-87); Julio Cesar de Sá Peixoto Uchoa (022.421.337-72); Julio da Silva Sobrinho (045.280.187-72); Julita Maria Baptista (351.657.827-00); Juraci Ferreira de Souza (585.972.557-49); Jurema Ribeiro da Silva (264.485.567-53); Jussara da Silva Nunes (553.859.407-63); Laura Machado Ramos (403.881.827-68); Leandro Ribeiro da Silva (033.096.227-20); Leopoldo de Meis (041.325.307-44); Leticia Silva de Oliveira Freitas (739.388.827-00); Liane Almeida Pinzon (753.833.147-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9531/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.020/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lilian Rose Ulup (245.562.117-00); Lourdes Maria Batista Moreira (466.812.057-04); Lucia Maria Lima Pereira (221.670.997-20); Lucia de Queiroz Mendes (106.483.995-91); Lucia de San Tiago Dantas Barbosa Quental (505.948.501-34); Luis Carlos Pereira (182.929.337-00); Luiz Carlos de Araujo Silva (829.996.947-68); Luiz Eduardo Costa (313.589.697-87); Luiz Eloy Vaz (238.496.817-34); Luiz Machado Pereira (070.287.257-15); Luiz Sérgio Soares de Alcantara (296.874.897-15); Luzinete Gomes de Freitas (586.234.347-49); Magali Moraes Rego Costa (032.647.267-34); Marcio Valadares Versiani Caldeira (242.939.707-20); Margarida Maria da Silva (924.695.907-87); Maria Angela Matulevicius de Paula (794.280.297-34); Maria Aparecida do Nascimento (506.413.287-53); Maria da Conceição Bento (505.305.697-87); Maria da Graça Constantino de Deus (802.442.387-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9532/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.023/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Noemia Alves Paixão (215.409.774-04); Norma Colino Sarmento Figueiredo (337.292.717-68); Odimar da Silva Moreira (352.537.117-91); Orlando Pedro da Silva (137.577.414-04); Osvaldo Cardoso da Silva (389.758.587-15); Paulo Cesar Gomes Leite Pitanga (191.268.677-53); Paulo Fernandes Pinto (349.117.407-44); Paulo Francisco da Costa Vianna (310.925.607-00); Pedro Magalhaes da Costa (399.699.597-00); Percival Andrade Grizente (434.208.427-91); Raimundo Casemiro de Souza (385.105.537-34); Ramiro da Conceição (439.990.697-91); Raul Antonio Sanjines Lanza (245.052.427-49); Raul Edgardo Rapp (466.055.257-87); Regina Maria de Oliveira Avelino (403.477.457-68); Ricardo Milton Frischtak (022.049.757-53); Rita Maria Saint Just (441.843.447-04); Roberto Mafra (100.141.877-87); Rogerio Arnaldo de Miranda Cunha (386.692.187-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9533/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.024/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ronaldo de Souza Alves (855.429.627-34); Rosa Maria da Silva Carvalho (003.130.487-70); Rosangela Feitosa da Silva (412.641.937-34); Rui Alberto Mira dos Santos Nazareth (098.162.757-91); Rute Santos de Almeida (343.950.837-49); Sady Rodrigues Pereira (387.226.157-68); Salete Barcellos (128.025.907-82); Sandra Maria Gomes Miranda (590.605.307-72); Sebastiana Lucio da Silva (573.209.007-00); Shirley Maria Marques Jacintho (308.108.767-87); Silvio Luis Medeiros (389.141.667-91); Sueli de Lima Teixeira (598.550.537-53); Suely Guerra da Costa (770.929.707-25); Tania Sant Anna (362.112.227-34); Telma Alves da Silva (052.601.287-02); Valdir Teixeira da Rosa (694.104.617-15); Vera Maria Campos dos Nascimento (724.542.617-15); Vera da Silva (509.964.287-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9534/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.025/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Walter Bloise (179.280.107-63); Wilma Lima da Rocha (918.990.957-72); Wilma Nascimento de Jesus (854.517.207-97); Wilson Barcelos Bezerra (253.314.267-00); Wilson Fernandes Pereira (037.980.977-04); Wilson Mendes (369.028.537-20); Zileia Clemente Porto (540.453.397-87); Zilma da Rocha Moreira (545.508.157-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9535/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.026/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abner Barbosa da Fonseca (125.921.027-87); João de Souza (360.438.007-30); Jorge da Costa Santanna (152.042.277-68); Jorge da Silva (036.665.307-53); José Luiz de Mello Wanderley (227.987.737-68); Juvencio Carvalho Fernandes Filho (215.127.367-91); Luiz Barbosa da Silva (228.506.197-87)
1.2. Órgão/Entidade: Representação do MEC no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9536/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.028/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Cardozo Antunes (278.119.217-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9537/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.029/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Celso da Silva (341.993.657-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9538/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.030/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geraldo da Costa Pereira (053.550.877-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9539/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.031/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilberto Abrantes Filho (023.263.778-42); Helio de Magalhães Cardoso (151.905.017-87); Jair Valerio de Mello (477.815.567-04); Jorge Roque da Silva (308.388.517-20); José Luiz da Silva (101.126.007-78); Leonice Pires de Medeiros (907.303.137-00); Manoel Bento de Lima (285.983.187-87); Maristela Santos Castor (644.811.317-72); Pancracio de Almeida Esmeraldo (252.596.107-25); Paulo Antonio Francisco (381.286.837-72); Rose Mary Fernandes Teixeira (749.294.887-53); Sebastião Bernardino da Costa (272.095.397-00); Waldonyer Santos Miranda (099.333.367-20); Wanda Mattos Lopes de Souza (374.953.137-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9540/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.033/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Dolores de Araujo Waltrick (551.514.939-49); Maria Salete Eyng Laurindo (471.962.469-34); Romulo Mozart Coelho (159.120.789-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9541/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.340/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tereza Cristina de Avila Christian (221.760.471-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9542/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.358/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio dos Santos (593.231.408-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9543/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.359/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria da Anunciação Silva (253.136.496-04); Otacílio Borges Canavarros (002.167.801-44); Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati (070.093.211-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9544/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.374/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amarildes Sales Cunha Henriques (331.329.924-53); Americo Perazzo Neto (206.949.544-20); Benigna Consolata Duarte de Lima (587.973.514-15); Eliezer Pessoa de Souza (219.737.174-68); Enoaldo Enoque da Silva (032.094.898-66); Francisco Pereira de Lima (181.975.824-91); Giovanna Gusmão Botelho (343.167.014-87); Herinaldo Pedrosa Ramos (109.138.824-53); Hilda de Menezes Moura (570.238.834-87); Isolda Ayres Viana Ramos (048.747.654-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9545/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.376/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lia Maria Alcoforado de Melo (170.034.824-87); Maria Solange Dutra da Cruz (098.099.534-53); Marluce da Silva Pereira (131.073.484-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9546/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.451/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Garcia Neto (175.408.874-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9547/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.462/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Figueiredo Ferretti (021.797.767-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9548/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.594/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Breno Cesar Vieira (055.378.446-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9549/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.629/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Soares de Melo (093.192.711-00); Edithe Maria Rena Silveira (021.218.957-36); João Batista Barbosa (057.505.476-04); Maria das Graças Rodrigues de Freitas (281.457.476-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9550/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.661/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Regina Filgueiras Antoniazzi (764.669.228-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9551/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.665/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Mendonça Rezende (040.129.091-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9552/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.669/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edna Lucia Vieira de Almeida (161.641.054-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9553/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.673/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Armando José Farah (001.521.020-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9554/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.785/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Auxiliadora Miquele de Melo (034.748.598-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9555/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.793/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rahilda Conceição Ferreira Brito (066.213.502-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9556/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.910/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria José Duarte Catão (250.690.394-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9557/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.686/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas Ost Duarte (000.820.810-77); Lucas da Silva de Oliveira (003.915.020-85); Luciana Adolfo Ferreira (006.133.570-35); Luciana Ferreira de Oliveira (011.600.090-23); Luciana Jocele Nunes dos Santos (994.634.660-53); Luciana Pereira Tarrago de Souza (823.525.770-04); Luciane Lacerda Gomes Gonçalves (988.678.220-04); Luciane Minussi (944.970.950-53); Luis Felipe Matos dos Santos (919.141.400-87); Luisa Gomes Klein (003.514.510-21)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9558/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.730/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Regina Martha Silva (532.249.306-91); Renata Bomfim Martins (036.451.381-02); Renata Mainenti Gomes (041.574.656-60); Ronilson Nunes Mendes (418.566.353-68); Samella Michelly Freitas Russo (002.611.271-01); Samuel Marques de Freitas (948.915.081-91); Sandia Kesia Lemos Dutra (708.823.711-34); Sandra Silva Ferreira (016.325.621-70); Sylvia Cristina Toledo Gouveia (338.451.858-64); Tatiana de Oliveira de Almeida (017.232.571-41)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9559/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1, e em determinar o destaque do ato referente ao interessado Carlos Spartacus da Silva Oliveira (387.736.944-87) para processo apartado, para cumprimento da proposta oferecida pelo Ministério Público, nos termos constantes do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.164/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Edicarlos de Aquino (011.576.371-67); Thiago Rodrigues Cavalcante (017.373.661-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, quanto ao ato do Sr. Carlos Spartacus da Silva Oliveira (387.736.944-87), promova a análise da irregularidade apontada pelo órgão de controle interno, o qual opinou pela ilegalidade da admissão (fl. 2).

ACÓRDÃO Nº 9560/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.201/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônia Fábia Ferreira Lima (027.024.333-08); Antônia Regina Lima da Silva (712.657.241-72); Antonio Gonçalves Rodrigues Junior (617.596.603-10); Antonio Marcos Barbosa da Silva (772.833.254-68); Aparecida Barbosa de Freitas Resende (927.969.586-04); Aparecida Maria da Cruz (002.695.076-63); Aparecida de Oliveira Silva (877.292.706-25); Aracélia Gurgel Rodrigues (835.857.613-72); Aretusa Seabra de Morais Silva (013.510.776-86)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9561/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.517/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Rodrigues Monteiro (665.554.262-68); Allan Jasper Rocha Mendes (655.067.902-87); Anderson Adriano Pinto Ferraz (557.938.602-82); Antônio Carlos Cavalcante Correia (210.788.403-00); Augusto Cézar Ferreira de Baraúna (234.418.442-20); Beatriz Lima de Paula (303.698.238-85); Carlos André Hernaski (039.403.369-80); Cristiane de Cássia Santos Rodrigues (607.121.712-15); Daniel Gaio (857.544.719-04); Deisiane Lima Castro (436.173.873-49); Ederson Staudt (990.941.340-04); Fabio Campos Dias (996.375.022-20); Felipe Moreira Azevedo (961.871.232-04); Flavio Henrique Ferreira Barbosa (050.762.106-98); Flavius Augusto Pinto Cunha (450.309.103-44); Fátima Maria Andrade Pelaes (122.244.302-30); Glaucia Maximin Mendes (332.133.258-21); Izabel Maria Barral Teixeira (663.587.792-49); Álvaro Tamer Vasques (433.415.352-68); Ângela Fabíola Alves Chagas (692.935.622-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9562/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.610/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anna Karoline Fausto da Silva (738.905.451-49); Anna Maria de Barros Silva Lima (088.279.817-05); Anna Paula Soares Lemos (051.490.997-83); Anselmo Afonso Golynski (933.092.109-44); Antonio Affonso Pimentel Junior (009.226.257-00); Antonio Francisco de Andrade Junior (090.435.307-94); Antonio Julio Pantaleão (894.990.506-04); Antonio da Silveira Brasil Junior (095.434.537-13); Aquiles Ventura Jardim Filho (018.518.007-86); Archimedes Barbosa de Castro Junior (089.058.247-57); Ari Soares Lima (816.358.000-30); Ariane Diniz Holzbach (039.684.944-07); Ariel Levi (509.282.527-87); Arlete Moreira dos Santos (088.521.737-30); Armanda de Oliveira Pache de Faria (090.535.707-80); Arthur Bernardo Prado Cardoso (083.953.327-69); Artur Lorran Corrêa Pinheiro (129.764.537-56); Atila Fernandes Muniz (044.496.187-93); Bárbara Cristina Cruz Aguiar (112.237.087-30); Bárbara da Silva Nalin de Souza (106.270.807-58)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9563/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.615/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristina Moura Carvalho (029.404.387-06); Cristina Varandas Rubim (025.962.827-12); Cynthia Barbosa da Silveira (114.971.407-73); Daelly da Costa Paulo Macharete (105.911.477-18); Dagma Araujo de Souza Ponte (539.455.813-20); Daiane da Silva Lima (096.982.977-90); Daise Cristina Pires de Morais (057.859.597-47); Daniel Drumond Castellani Ribeiro (100.935.627-56); Daniel Jean Silva dos Santos (377.839.392-87); Daniel Karl Resende (086.246.207-08); Daniel Rodrigues Baessa (023.492.887-57); Daniela Augusto Chaves (071.941.197-14); Daniela Oliveira Gonçalves (113.943.887-56); Daniele Moreira Cavalcante Dourado (013.977.867-52); Daniele Neves de Oliveira (075.499.257-80); Daniele Pereira dos Santos Magon (111.837.277-80); Daniele Ramos Vanezia dos Santos (028.723.577-77); Daniele Schott de Aquino (110.180.157-36); Danieli Viegas de Andrade Oliveira (042.840.727-73); Danielle Kely Gomes (090.665.987-60)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9564/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.620/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiola Vieira Ferreira (033.176.127-03); Fabricio Tavares de Moraes (074.199.696-04); Felipe Kezen Vieira (831.575.307-04); Felipe Santos Toste (094.543.797-80); Felipe de Souza Gatto (076.843.547-10); Fernanda Cavalcanti Carneiro (075.973.537-90); Fernanda Cristina Matos (056.388.027-97); Fernanda Gonçalves de Oliveira Passos (115.602.017-46); Fernanda Nunes de Souza (052.675.477-00); Fernanda Paulina Oliveira (086.504.597-65); Fernanda Pires Ferreira Gaffree (095.153.907-88); Fernanda Pontes Pimentel (012.260.547-06); Fernanda Ribeiro Elias (042.528.796-39); Fernando Bastos Mendes (095.154.167-60); Fernando Cassibi de Souza (056.008.547-81); Fernando Luiz Henriques Tebaldi (616.288.167-91); Fernando de Abreu Pereira (795.451.307-68); Fernando de Souza Paiva (972.881.527-15); Flaminia Flammini (762.139.277-00); Flavia Barreto Giacomini (080.591.087-51)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9565/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.626/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: João Paulo Garrido Pimentel (085.261.787-92); Jocileni Muniz Bastos da Conceição (010.241.847-06); Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza (822.981.817-72); Jonas da Silva Abreu (611.538.507-53); Jorge Manuel Vieira Borges Lourenço Rodrigues (702.219.321-51); Jorge de Souza Pinheiro Junior (041.784.987-70); Jorgeana Augusto Menezes (012.615.187-30); José Airton Moreira Gonçalves (203.079.420-15); José Ferrari Neto (025.686.627-94); José Guilherme Serrano Cheim (034.031.407-92); José Marco Tayah (960.789.017-53); José Augusto Oliveira Huguenin (076.950.467-10); José Hildefonso de Souza (041.341.186-97); João Carlos Galvão Junior (026.676.027-90); João Carlos de Souza Côrtes Júnior (028.508.977-36); João Felippe Villarinho (095.037.337-07); João Marciano Laredo dos Reis (026.667.767-35); João Paulo Guimarães Salvador (097.453.997-01); João Paulo Zumack (106.809.987-99); João Ricardo Pinho Martins (094.944.737-44)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9566/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.632/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Moreira Chedier (006.916.137-29); Luciana Santos Castro (099.106.747-93); Luciane Gomes Roberto de Lima (079.600.897-36); Luciane Rangel Rodrigues (957.061.517-68); Luciano Lucena de Souza Silva (003.662.387-36); Luciano Pinheiro de Sa (034.193.876-95); Luciene Carneiro Baracat (062.058.406-85); Luciene Marcolino dos Santos (098.119.057-03); Luciene Poiares de Avelar Alberoni (764.160.897-34); Lucilia Carvalho da Silva (080.738.897-14); Lucimere Bezerra Costa (002.296.647-17); Lucyane Lucidy da Silva Santana (074.399.417-56); Ludmilla da Silva Viana (093.449.757-52); Luis Fernando Valverde Salandia (805.450.687-20); Luis Guilherme Teixeira dos Santos (077.234.727-14); Luiz Alberto Viana da Silva (111.308.787-08); Luiz Alexandre Lellis Mees (008.129.327-57); Luiz Andre Gazir Martins Soares (068.615.417-70); Luiz Augusto da Costa Poubel (010.209.917-04); Luís Antônio da Costa Kremer (543.794.827-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9567/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.636/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcus Vinicius Carvalho Floriano (091.502.987-12); Marcus Wagner de Seixas (011.802.367-50); Margarida Molina Magalhães (458.265.607-20); Maria Aparecida Lima dos Santos (077.009.448-14); Maria Aparecida Magalhães Salles (768.294.057-34); Maria Auxiliadora Fontenele Brito (857.839.861-00); Maria Carmen Euler Torres (072.319.177-80); Maria Gorete Gomes da Silva (708.735.853-72); Maria Isabel Busato (020.033.737-80); Maria Isabel de Toledo Andrade (080.191.437-00); Maria José Gomes dos Santos (081.620.607-40); Maria José Pereira Costa (726.728.543-00); Maria Lea Monteiro de Aguiar (646.331.368-87); Maria Lucia Borges de Farias (546.805.737-91); Maria Luciane Sousa Ricardo (042.835.247-27); Maria Luiza Ribeiro da Costa Ribeiro (099.875.427-78); Maria Madalena do Prado (690.442.797-34); Maria Marcia Gomes Ramos (042.333.427-14); Maria da Gloria Venceslau de Souza Ferreira da Costa (000.006.537-48); Maria das Graças Tavares da Silva (802.699.317-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9568/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.637/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariana Fonseca e Silva de Moraes Amaral (097.896.887-50); Mariana Gesualdi Villapouca (110.706.237-33); Mariana Rodrigues Pereira (088.692.147-37); Mariana Sarto Figueiredo (093.913.147-16); Mariana Tojeiro Batista (098.799.887-01); Mariana Trotta Dallalana (088.564.507-39); Mariane Gonçalves de Alcantara (059.911.787-71); Mariane Pires Carvalho (095.214.447-62); Marilene Calheiros Alvarenga (324.032.087-87); Marilene Parente Gonçalves (017.704.947-23); Marilia Etienne Arreguy (000.519.366-40); Marina Esther Groshaus (060.524.217-89); Marina Freire da Cunha Vianna (302.988.898-38); Marina Guimarães Vieira (047.487.696-96); Marina Liliane dos Santos Lopes (108.368.797-24); Marineide dos Santos Mendonça (041.118.047-99); Marinete de Souza Pinheiro (617.664.107-15); Marineth dos Santos Antenor (003.410.207-88); Mario Cesar Newman de Queiroz (720.668.907-82); Mario Ferreira de Pragmacio Telles (973.523.303-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9569/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.639/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Milton Roberto Monteiro Ribeiro (127.919.117-15); Miria de Oliveira Scotelaro (021.759.107-84); Mirian Prates (003.214.847-03); Monica Alessandra Cerqueira Gomes (019.547.377-93); Monica Barreto de Souza (035.544.507-74); Monica Gomes da Silva (093.178.457-38); Monica Rosa de Freitas Felix (022.003.497-42); Monica Zopelari Roseti (024.829.417-25); Monica de Aquino Galeano Massera da Hora (913.457.587-15); Mylene Cristina Santiago (009.090.366-83); Nailza da Conceição Ferreira (100.614.407-28); Natache Paes Cavalcanti da Silva (100.076.337-42); Natalia Aparecida Nogueira da Silva Souza (128.487.697-77); Natalia Coelho de Oliveira (118.814.507-08); Natalia Moreira Felix (086.601.127-76); Natalia Santos (095.786.707-70); Nathalia Eboli Silva Botelho (119.062.717-55); Nathalie Costa da Cunha (048.263.207-01); Nathália Partenom Vale Silva de Toledo (015.330.876-10)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9570/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.646/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Figueira de Brito Resende (100.706.107-38); Rodrigo Salles Pereira dos Santos (088.362.697-70); Rodrigo Silva Lima (043.491.537-80); Rodrigo Tiossi (215.941.848-01); Rodrigo Vieira Brito dos Santos (087.206.697-55); Rodrigo Vilela Rodrigues (935.363.056-87); Rodrigo de Souza Viana (121.300.887-59); Roger Keller Celeste (688.172.310-53); Rogeria Cristina da Silva Rosa (045.518.967-64); Rogerio Casanovas Tilio (029.309.917-04); Rolf Ribeiro de Souza (771.630.367-87); Romana Freire Marques Bello de Campos (099.982.857-63); Romulo Rios Rosa (055.429.037-54); Ronaldo Alipio da Costa Piloto (010.223.847-24); Ronaldo Moura Cabral (379.228.157-00); Ronaldo de Moraes Brilhante (014.066.537-48); Rosalia Beber de Souza (083.637.167-40); Rosana Pinheiro dos Santos (025.744.917-50); Rosana Soares de Lima (052.594.237-80); Rosana dos Santos Alvarenga (027.424.377-62)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9571/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.648/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Scheilla Nunes Gonçalves (115.000.737-09); Senir Santos da Hora (113.064.587-81); Sergio Miguel Turcatto (605.350.919-15); Sheila Klem Rodrigues das Neves (085.663.007-18); Sheila da Cruz Cerdeira (112.287.727-70); Silvana Aguiar Nunes (017.739.947-35); Silvana Bauer Rodrigues (114.223.407-08); Silvana Pereira de Campos (569.630.847-34); Silvia Cristina Belo e Silva (923.647.481-00); Silvia Maria de Sousa (071.021.627-07); Silvia Martelo Souza da Fonseca (012.673.057-11); Silvia Regina Silva Ribeiro (620.229.547-34); Silvia Regina de Oliveira Cavalcante (034.000.917-90); Simone Coutinho Sabino (424.538.606-15); Sirlene Lucia dos Santos da Silva (035.392.937-95); Stefane Rodrigues Xavier Lopes (940.837.206-97); Sueli Brandão de Melo (988.822.017-91); Sueli da Fonseca Costa (828.235.707-30); Suellen de Oliveira Silva (147.219.387-30); Suely Lima Braga Antunes da Silva (788.839.977-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9572/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.655/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sydênia de Miranda Fernandes (021.173.541-81)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9573/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.680/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mauricio Vasconcelos Galvão Filho (074.412.307-05); Michele Teixeira Teixeira (091.151.127-05); Milena da Paixão Gonçalves Viana (839.763.615-34); Milton Silveira Pita (090.223.077-86); Miriam Soares Leite (636.355.697-04); Miriam de Oliveira Santos (773.186.927-04); Monique Soares Ferreira (086.742.657-82); Montauban Moreira e Oliveira Junior (053.670.767-77); Nakedia Maysa Freitas Carvalho (087.408.717-11); Nathalia Gonçalves Fernandes Pereira (104.125.627-23); Nathalie Balloussier Fernandes Braga (837.740.417-68); Nelson Pimenta de Castro (758.018.337-49); Paola Barreto Leblanc (024.902.237-04); Paolo Crivelli (060.575.047-55); Patricia Rocha de Oliveira Francelino (758.851.402-78); Paula Di Angelis Barros Mendonça Abboud Pinto (107.638.777-27); Paula Rebello Magalhães de Oliveira (072.032.997-32); Paulo Cesar da Rocha Correa (109.376.097-49); Paulo Henrique Schau Guerra (057.904.067-42); Pedro Henrique Evora Esteves Amaral (076.217.007-77)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9574/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.683/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Fonseca Boche (131.530.957-28); Thiago Silva Frauches (086.063.347-07); Uiaran de Oliveira Magalhães (110.145.937-94); Victor Gomes Pereira (124.332.047-80); Victor Pessanha Gonçalves (096.019.207-73); Victor Santos Cabral da Silva (125.694.937-08); Vinicius Novaes Rocha (091.919.637-37); Vinicius Oliveira Godoy (827.235.400-49); Vinícius Chalfun Mainoth (104.188.967-47); Viviane Silva de Paula (053.471.337-83); Wania Guimarães Damaceno Bastos (902.967.617-53); Welleson Florencio da Costa (124.186.587-67)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9575/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.691/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jacqueline Silveira de Quadros (012.732.890-48)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9576/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.699/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Fialho de Abreu (065.993.476-06); Dourival Maciel Junior (006.367.211-16); Evelynne Urzedo Leão (017.146.061-80)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9577/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.276/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abia Evangelista Gonçalves (020.869.292-42); Ivaldo Ferreira Ledo (933.639.822-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9578/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.279/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alecsandro de Góes Guedes (643.446.062-72); Aline Costa Elhke (006.912.552-02); Alisson Ferreira Silva (949.966.012-72); Andrea Francischini Leal (486.150.302-78); Andreia Correia de Souza (962.656.392-34); Andrelize Schabo Ferreira de Assis Carreira (001.376.802-60); Beatriz Bezerra Pereira da Costa (003.372.272-25); Bernardo Nomerg Ferreira (509.524.632-53); Bruce Fabian Reis Albuquerque (876.954.802-15); Bruna Cristiane Souza Bueno (944.732.422-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9579/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.281/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Ferreira Wakahara (529.633.812-04); Fernanda de Oliveira Freitas Cavalcante (834.845.402-06); Gislaine Izidoro da Silva (004.209.762-21); Janaina Maria Ferri Candea Saldanha (817.711.421-20); Janiana Dantas da Mota (677.506.722-49); Joel de Souza Sá (841.282.832-15); Joelson Dias da Silva (478.639.192-15); Jucélia Alexandre Martins (867.377.322-91); Leila Costa dos Santos (703.972.442-15); Ligia Cristina de Souza (808.456.302-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9580/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.282/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucy Falquevcz Pereira (922.029.772-87); Marcos Rogerio de Oliveira Azevedo (667.167.302-06); Matusalem Aliares da Silva (675.134.842-87); Moisés Lima Marques (002.441.842-08); Paulo Gesse dos Santos Bruno (981.949.502-44); Raphael Augusto Vaz dos Santos (350.487.148-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22); Renato Gomes Lima (010.693.352-31); Rosaly Maria de Lima Santos (219.194.102-87); Suzana Caroline da Silveira Couti (734.219.952-49); Uélio Souza de Oliveira (017.474.171-57)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9581/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.286/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Eduardo Batista de Sousa Junior (627.668.482-15); Marcelo Góes da Silva (522.362.772-53); Marcio Gilvandro Moreira da Silva (740.883.782-53); Milane Lima Pontes (965.232.202-49); Paulo Henrique Valente Neves (761.827.972-15); Paulo Roberto Neres (918.094.872-34); Rafael Rodrigo dos Santos Miranda (925.879.842-20); Rosa Luciana Pereira Rodrigues (414.596.282-68); Tatiane Figueira Almeida Zambrano (827.939.302-10); Thaita Daine dos Santos Costa (010.647.672-65)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9582/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.287/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thatila Celestino Girard (509.393.942-00); Tulio Pereira de Souza (002.134.222-98); Vanessa Rodrigues de Sousa (010.468.812-21); Vivian Silva da Costa Pontes (711.996.752-53); Wayka Preston Leite Batista da Costa (762.388.814-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9583/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.290/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nilton Souza Oliveira (018.839.121-56); Rodrigo Silva Fontoura (023.166.591-10); Victor de Carvalho Rezende (066.818.896-03)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9584/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.298/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Santos Nascimento (058.019.495-77); Elder Assis Miranda (023.768.955-37); Erlon Assunção Wandenkolk Alves (029.903.565-41); Everton Renan da Cunha Moreira Silva (025.081.875-26); Gabriela do Nascimento Silva (085.783.136-40)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9585/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.300/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joyce de Sousa Moreno (047.356.405-09); Juracy Santana Rodrigues (563.437.102-30); Karla Correia Sales Conceição (965.563.665-87); Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro (033.203.695-20); Leila Maria Prates Teixeira Mussi (005.000.585-55)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9586/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.301/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Ercilia Oliveira de Jesus (043.334.375-39); Polyana Carneiro dos Santos (013.793.085-26); Sanlai Santos Lima (010.939.045-85); Sidneia Flores Luz (031.919.525-27); Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda (093.083.967-64)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9587/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.304/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alyne de Fátima Lourenço dos Santos (056.023.114-83); Ana Paula Rossaci Schneider (986.376.062-53); Ana Quiovetti do Nascimento (598.613.202-53); Andreia Mendonça dos Santos (036.046.739-33); Aremilson Elias de Oliveira (012.678.511-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9588/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.306/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Aparecida Prates (351.004.192-53); Cleonete Martins de Aguiar (349.363.782-91); Daiane Cristina Marques dos Santos (513.322.052-91); Davys Sleman de Negreiros (271.667.208-32); Debora Costa Barroso Correa (108.530.757-35)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9589/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.309/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erick Antonio Souza de Castro (341.042.752-04); Eudoxia Lottie Silva Moura (005.687.582-77); Ezequiel Ferreira Barbosa (486.982.291-15); Fabricio Marinho Lisboa (850.550.342-20); Faelen Tais Kolln (835.407.682-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9590/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.312/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Josenaldo Santos Porto (251.430.774-00); Josélia Fontenele Batista Cabral (936.972.364-15); Juliana Maria Freitas Assis Holanda (011.466.204-54); Juliano Resende Bucchianeri (934.084.121-20); Larissa Cristina Torrezani Starling (005.949.912-50)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9591/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.316/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samanta Margarida Milani (902.737.882-72); Sílvia Tassia Lovatto (745.432.962-49); Sirlei Soares dos Santos (984.114.622-34); Sirley Leite Freitas (612.918.892-72); Sônia Maria Teixeira Machado (592.777.936-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9592/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.318/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Walace Soares de Oliveira (543.082.919-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9593/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.319/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Araujo Castro (779.150.202-00); Adriano Cesar Rabelo (061.886.976-03); Adriano Olímpio da Silva (837.158.191-20); Advânio Inácio Siqueira Silva (039.940.486-48); Alan Anderson de Arruda Tino (080.483.034-77)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9594/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.321/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angeli Pena Galvão Fonseca (875.392.252-20); Annelyse Rosenthal Figueiredo (002.338.281-33); Antonio Alessandro de Jesus Braga (008.483.592-32); Antonio Carlos de Siqueira Neto (031.270.781-96); Celeste Queiroz Rossi (817.132.825-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9595/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.326/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Heloísa do Nascimento de Moura Meneses (070.110.897-56); Ícaro dos Santos Cabral (029.743.645-78); João Paulo Soares de Cortes (368.606.728-54); Léo Cesar Parente de Almeida (763.754.472-91); Leônidas Luiz Volcato Descovi Filho (975.498.600-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9596/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.327/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lorena Lopes da Costa (074.006.016-36); Luamim Sales Tapajós (015.383.272-01); Lucas Cunha Ximenes (009.249.292-43); Lucas Vaz Peres (002.430.960-54); Luciano Jensen Vaz (017.497.839-16)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9597/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.329/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maruzanete Pereira de Melo (048.121.816-58); Michelly Rios Arevalo (529.622.882-00); Nelson de Souza Amorim (635.488.442-00); Paula de Mattos Colares (124.455.797-83); Paulo Araujo de Azevedo (925.414.613-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9598/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.331/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rui Massato Harayama (332.848.348-93); Sílvia Cristina Barros de Souza (686.688.992-87); Suzete Roberta da Silva (600.057.023-64); Sylvia de Nazaré Ferreira Castro (733.756.672-72); Teógenes Luiz Silva da Costa (993.248.493-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9599/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.333/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Aline Picoli Sonza (945.497.610-91)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9600/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.336/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Ferreira Silva (049.344.646-03); André Luiz Coelho Thomé (712.671.151-49); Lívia Gomes dos Santos (005.504.941-97); Rodrigo Cássio Oliveira (003.358.461-30); Zilene Moreira Pereira (053.054.837-27)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9601/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.338/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renata Libonati dos Santos (081.058.427-18); Renata Rozzante Lemos (104.766.787-81); Renato Nunes Bittencourt (084.744.397-36); Ricardo Gonçalves Cesar (105.248.857-96); Ricardo Lopes Correia (339.227.528-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9602/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.339/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rita de Cássia Monteiro Afonso (907.931.377-72); Roberta Costa Capela (092.483.847-73); Roberta Peres da Silva (072.040.737-03); Roberto Ivo da Rocha Lima Filho (260.407.938-05); Rodrigo Salles Pereira dos Santos (088.362.697-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9603/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.436/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Diane Ivanise Fiamoncini (554.116.730-20)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Técnica Federal de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Escola Técnica Federal de Brasília que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 9604/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.437/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ramon Missias Moreira (032.583.805-46)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9605/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.443/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcus Vinícius Moncada Pereira Marques (119.053.627-73)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 9606/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.446/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Paula de Almeida Carvalho (063.698.356-09)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 9607/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.594/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Martins Miranda (135.692.717-30); Leonardo Mendes Neves Felix (058.936.337-92); Roberta Grasselli Batitucci Pinel (095.845.557-07); Rodrigo Nunes Oss (109.086.907-03); Thales de Oliveira Gonçalves (130.588.417-52)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9608/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.597/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabio Luiz de Arruda Herrig (023.300.941-83)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9609/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.600/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Keliana de Sousa Carvalho (049.618.103-39)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9610/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.607/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavia Wayne de Souza Severino (959.589.082-00); Francianny Keyla Cabral Moraes (651.141.912-68); Renato Luiz de Carvalho (014.503.301-50)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9611/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.611/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jhonantan da Costa Pereira (044.891.193-05); Marcelo Augusto Nunes Soares (014.000.873-09); Thaysi Nayani Santos Pereira (046.994.583-43); Valdir de Oliveira Junior (622.827.003-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9612/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.616/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Candeias da Silva (024.641.405-70); Vanessa Araujo Dias (061.597.646-83); Vinicius Dias Reis Mariotoni Coppi (398.733.988-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9613/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.622/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcia Dantas Guimarães Dupim (759.248.117-00); Shayenne Schneider Silva (142.353.977-02)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9614/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.628/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademir Toebe (008.833.250-04); Andressa Marina Mativi Rocha (804.390.800-10); Barbara Maria Giaccom Ribeiro (325.233.598-04); Bruno Spanevello Pergher (018.180.790-46); Cristiane Trivisiol Arnemann (014.251.620-10); Fernanda Saidelles Bataglin (027.160.910-99); Jenifer Godoy Daltrozo (030.029.370-45); Latif Kalin (090.722.241-24); Marilia de Nardin Budo (000.404.810-50); Robert Sterling Rose (772.303.967-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9615/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.634/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glauber Henrique Fernandes da Silva (049.701.644-36); João Marcos de Souza (701.279.244-26); Pedro Henrique de Araujo Aires (078.522.144-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9616/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.638/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elenir Ferreira Peixoto (019.172.557-99); Ercilia de Stefano (804.674.909-53); Flavia Lopes Lobão (021.737.027-69); Lena Benzecry (016.826.867-10); Marcela Dutra de Oliveira Soalheiro Cruz (120.824.937-17); Raiane Dandara Pereira Pimentel (150.233.057-16); Renata Costa Reis de Meirelles (098.767.487-00); Silvia Miranda Amorim (094.902.196-22); Thiago de Melo Lima (003.111.001-04); Welinton Conte Ferreira (114.848.037-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9617/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.647/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Henrique Alves (360.450.518-66); Eduardo Rodrigues Davidovich (021.023.947-60); Eleonora de Magalhães Carvalho (042.367.736-51); Elisabete Barbarino (002.791.167-56); Erika Elizabeth Vieira Frazão (124.252.777-06); Felix Antoine Claude Mora Camino (722.027.267-72); Ligia Azevedo Diogo (002.182.975-64); Luana Ellen de Sales Inocencio (086.720.424-92); Raphael Rodrigues de Paula (098.431.667-10); Tatiana das Chagas Almeida (079.965.026-92)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9618/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.653/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Jessica Correa Santos (035.194.023-51); Marcus Vinicius Araujo da Costa (990.696.443-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9619/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.657/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago de Araujo Costa (074.224.606-01)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9620/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.664/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Luis Lemos (033.821.690-10); Fernanda Maria Follmann (011.663.500-29); Filipe Kulinski Mello (011.472.880-11); Monica Santanna de Vargas (001.880.270-25); Paulo Henrique Braz (022.712.201-14); Rodrigo Luis Melz (808.756.450-20); Sabrina Guimarães de Vargas (031.183.570-88); Samay Zillmann Rocha Costa (117.009.617-48); Silvie Janis Mossate Jobim (662.979.900-34); Thiago Della Nina Idalgo (004.053.670-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9621/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.667/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aisllan Augusto de Souza (263.227.528-80); Alecsandra Santos da Cunha (942.778.776-72); Camila Silveira Stangherlin (002.770.990-64); Candida Aparecida Machado (001.332.760-74); Carla Alves Lima (007.759.270-07); Claudia Alves Ortiz Gularte (028.034.120-20); Ivan Rodrigo Kaufmann (018.453.630-86); Pricila dos Santos Martins (026.030.370-48); Tiago Silva de Avila (011.613.520-40); William Nunes (017.863.210-41)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9622/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.677/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gabriela Bastos de Castro (002.854.253-31)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9623/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.681/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Laisla Carla Vieira Costa (015.407.991-07); Lorena Pereira de Brito (007.416.851-75)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9624/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.696/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camilo Bruno Ramos de Jesus (026.524.445-57); Cecília Raquel Alves Costa (043.637.405-66); Diva Aliete dos Santos Vieira (026.375.725-07); Julio Renovato dos Santos (010.492.315-62); Luana Foroni Andrade (076.647.306-60); Nanci Derevtsoff Munford (026.595.835-01); Natália Maramarque Nespolo (309.374.838-00); Thais Ettinger Oliveira Salgado (008.509.815-90)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9625/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.710/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anabelle Silva Cornachione (219.831.498-37); Camila Bianca Falasco Pantoni (302.681.038-01); Carla Barroso de Oliveira Leão (789.856.412-04); Henrique Quero Polli (287.026.958-71); Jorge Luís Rodrigues Pantoja Filho (685.938.562-68); Joyce Felipe Cury (310.815.448-64); Lilian Menezes de Jesus (035.943.555-60); Lúcio Salles de Salles (007.515.000-03); Maria Carolina Donatoni (325.131.968-05); Renata Regina Passetti (405.513.928-43)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9626/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.711/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Walter Orlando Beys da Silva (982.298.000-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9627/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.713/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Petroni (319.811.958-82); Angelina Pandita Pereira (326.956.008-79); Diana Amaral Monteiro (294.859.228-33); Guillermo Andrey Ariza Traslavina (232.063.848-26); Gustavo Cavalari Barboza (224.258.008-67); Inez Reptton Dias (013.161.026-02); Maria Nazaré da Cruz (086.577.118-93); Mário Cesar San Felice (223.206.338-04); Nayara Girardi Baraldi (370.392.408-07); Pedro Fernandes Gale (312.905.148-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9628/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.717/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Soares Lopez (361.265.228-18); Marcelo Divino de Moraes (029.673.211-76); Pedro Henrique Martins Prado (088.722.306-08); Polyana de Sousa Araujo (126.042.576-29); Saira Mabel Nara Neves (078.182.776-09); Taciana Carla Maia Feibelmann (025.775.276-59); Tamiris Santos de Camargo (030.376.203-90); Valquíria Cristina Amaral (094.671.506-89)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9629/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.719/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Isadora Nogueira Barbosa (090.484.766-74)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9630/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.731/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Signorelli Calazans (056.734.557-20); Gabriel Nuto Nóbrega (655.974.943-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9631/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.735/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Caierao (951.482.990-53); Katia Rezzadori (005.888.440-80); Lucélia Santi (709.760.310-00); Michele Lindner (997.778.190-72); Ricardo Antonio Cavalcanti Schiel (802.936.467-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9632/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.740/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline de Oliveira Bernardi (057.003.207-54); Sergio Roberto dos Passos Telles (034.090.367-84); Sueli Cristina Freire Guerra Maio (871.251.457-87)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9633/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.745/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Walter Torezani Neto Boschetti (124.183.217-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9634/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.747/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Karla Victal Parreira (086.348.936-26); Fabíula Natiele Santos (125.990.836-48); Lívia Pimenta Bonifácio (075.416.326-19); Rafael Ferreira Bizelli (036.054.461-40); Roberta Barbosa Oliveira (087.490.306-80); Sandra de Fátima Barcelos Correa Moura (888.944.876-87); Taís Duarte Silva (091.613.156-48)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9635/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.823/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cláudia Minervina Souza Cunha (571.286.005-82); Francisco Helton de Araujo Oliveira Filho (038.685.133-61); Heitor Matos da Silva (033.550.243-17); Lara Ferreira da Silva (033.634.513-50); Ronaldo Carvalho da Silva (049.650.453-35)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9636/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.824/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson Costa da Silva (082.870.167-97); Jéssica Alves Barbosa Oliveira (060.056.707-94); Maira da Rocha (118.340.157-40); Marisol Valência Orrego (061.692.327-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9637/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.831/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Juliette Reis Caldeira Pedroza (986.518.892-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9638/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.833/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rosani Muniz Marlow (947.176.137-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9639/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.835/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Cristiane do Socorro dos Santos Nery (946.529.962-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9640/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.844/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cláudio Vítor Maquine Salvador (112.027.766-39)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9641/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.848/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Celso Machado dos Santos Junior (704.264.733-53); Geylson Fernando Leite de Oliveira (026.926.393-40)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9642/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.854/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Kalinine (827.896.810-15); Marcos Teixeira de Souza (013.498.245-26)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9643/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.863/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Sacramento Santos (023.568.425-27); Laura Naspitz (365.267.288-71); Nathalia Thomaz Fernandes Ribeiro (360.909.678-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9644/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.874/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Cardoso de Queiroz (090.737.536-78); Cláudia de Oliveira DArede (387.633.705-49); Fernando Antonio Leite Vieira Lima (041.936.315-75); Ilias Alfama Vaz Moniz (042.678.227-51); Juliana Torres Rodrigues Pereira (055.394.417-70); Marina Christine Rougeon (088.686.431-38); Nathalia Evelyn Morais Costa (051.012.705-39)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9645/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.875/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flávio Leão Pinheiro (089.536.597-95); Guilherme da Costa Pereira Innocentini (219.639.798-93)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9646/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.879/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Bárbara Silva Okano (098.680.746-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9647/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.882/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sativa Barbosa de Brito Lelis Villar (068.879.734-21)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9648/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.887/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joyce Niagla Paulino (087.269.539-51); Pedro Henrique Gonzalez de Cademartori (016.343.510-37); Sandra Rota da Purificação (817.445.609-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9649/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.888/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Braulio Vieira de Sousa Borges (037.104.173-25); Camila Arrivabene Neves (029.371.803-29); David Germano Gonçalves Schwarz (040.995.149-86); Gabriel Nunes Lopes Ferreira (037.398.103-19); Juliana Fernandes Teixeira (056.369.137-96); Marcus Vinicius Amaral e Silva (062.509.784-02); Polyana Norberta Mendes (042.860.373-47); Silvio Henrique Vieira Barbosa (110.968.058-98); Tobias Tobit de Barros Melo (055.251.614-78); Vanessa Batista de Sousa Lima (035.968.053-41)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9650/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.890/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cleidiane de Carvalho Pereira (028.665.563-21)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9651/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.892/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Rodrigues de Andrade Graca (394.145.848-54); Bruno Lima Pessoa (053.364.977-38); Cesar Augusto Bonan Ribeiro (124.319.047-76); Daniel Jost Brod (731.850.351-00); Glenda Vicenzi (071.182.489-40); Iago Arcas da Fonseca (107.832.907-99); Rafael de Paula Garcia (097.759.076-32); Renata Matuck Roque Rangel (115.242.097-67); Rocio Fernandez Santos Viniegra (082.238.877-46); Saulo Machado Moreira Sousa (123.993.187-57)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9652/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.896/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Katiucha Orrico de Moraes (068.535.467-92)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9653/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.897/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafaela dos Reis Rodrigues (653.085.303-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9654/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.900/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Carvalho Alves (929.364.156-91); Marcia Regina Chiareto Soares (284.650.068-14); Tiago Juliano (365.812.498-90); Uanderson Rodrigues Costa Mazzoni (350.800.208-06)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9655/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.902/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: João Moreira Neto (334.141.828-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9656/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.906/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amalia Ivine Costa Santana (020.056.965-10); Camila Alencar Viena Rodrigues (112.047.007-29); Decio de Jesus Gomes (986.016.875-04); Divaldo Ribeiro Lopes Filho (817.893.945-20); Julia Lopes de Brito Costa (067.643.506-80); Jutembergue Souza Maciel (867.420.275-68); Maria Gabriela Santos de Souza (011.770.925-57); Savio Martinatto Vieira Junior (007.842.660-00); Soleane Silva Alves (090.871.167-05); Vanessa Pereira da Silva (051.305.955-56)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9657/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.909/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana de Almeida Valadares Pereira (032.160.211-06); Luciane Gonçalves dos Santos (585.949.301-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9658/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.914/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Georgios Joannis Pappas Junior (473.396.241-04); Ludivine Eloy Costa Pereira (534.402.502-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9659/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.917/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christiane do Nascimento Santos (048.082.597-10); Geraldo Adriano Godoy de Campos (303.132.498-65)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9660/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.920/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Aparecida Bovolenta (303.136.418-03); Guilherme Antonio Rago Lobo (170.051.198-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9661/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.925/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Almir Gomes de Almeida Junior (123.076.137-30); Deise Bento de Oliveira Guimarães (094.517.357-12); Estefanie Silva do Nascimento (102.342.297-21); Filipe Torres Figueiredo (127.356.487-10); Francisco José Rabello (086.257.747-09); Gisele Neves Silva (080.501.857-37); Gustavo Pereira (059.044.907-98); Karina dos Santos de Albuquerque Lima (159.984.507-52); Rogerio Rodrigues Damasceno (098.819.897-52); Thelma Christina Ribeiro Cortes Spinelli (103.313.737-50)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9662/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.927/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erival Amorim Gomes Junior (025.720.925-57); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (008.742.865-22); Lara Britto de Almeida Domingues Neves (015.981.885-00); Mariana Gomes de Oliveira (013.803.245-99); Pedro Paulo Dias Skinner (034.599.715-84); Poliana Mousinho Magalhães de Almeida (013.013.805-39); Priscila Cabral Almeida (094.319.477-65); Renata Ferreira Santana (075.466.646-83); Wellington Lima Leal (033.253.715-31); Willian Pereira Silva (042.747.915-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9663/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.967/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleuir Viegas da Silva Mascarenhas (014.249.341-41); Cristiane Yuriko Kawasoko Shiguemoto (000.697.311-60); Daniel Rage Abdala (595.797.731-49); Flavio Pimentel Espindola (270.627.108-65); Helio Barco (061.181.506-05); Leticia de Barros Solano (010.117.991-03); Mirian de Oliveira Ferreira Costa (354.738.498-22); Rafael Ovando Fraiha (046.369.401-56)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9664/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.972/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hayla Isabely Nakauth dos Santos (017.092.022-46); Luana Rios Moura dos Santos (012.772.792-25); Roseane Pereira Morais (985.528.992-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9665/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.976/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Igo Renan Albuquerque de Andrade (015.255.233-25); João Garcia Alves Filho (003.836.523-59); João Paulo Ribeiro de Holanda (048.398.573-26); Jorge Ricardo Felix de Oliveira (004.435.283-22); Paulo Junior Pontes Gonçalves (026.812.743-38)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9666/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.980/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Iara Silva Evangelista (020.571.283-50); Lucas Daniel de Carvalho Santos (981.898.673-34); Orlando Lima de Sousa Ferreira (003.337.713-89)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9667/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.982/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Katarina Oliveira Aragão (043.860.164-57)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9668/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.984/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Kaio Alencar de Azevedo Dantas (877.367.644-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9669/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.000/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciano Fernandes de Magalhães (095.793.056-92); Mario Lucio Arreguy Maia (414.133.696-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9670/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.002/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Carolina Fernandes de Lima (144.606.787-48); Helen Pereira Ferreira (079.246.687-05); Mariana Sarto Figueiredo (093.913.147-16)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9671/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.004/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson Tavares da Cruz (015.754.912-73); Ana Aline Lacet Zaccara (085.349.984-50); Bruno Nicolau Paulino (089.328.556-09); Daiana Klicia Queiroz de Souza (989.813.582-49); Deuticilam Gomes Maia Junior (932.363.952-49); Elkin Oveimar Quintero Vanegas (235.666.468-81); Israel Maia Damasceno (511.399.872-91); Josué Vieira Quaresma (025.720.052-55); Marco Antonio Guerreiro Prado Filho (003.337.712-06); Rayanne Pacheco da Costa (005.028.882-29)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9672/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.008/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Kardec Fonseca Maduro Junior (002.226.452-37); Ana Luíza Loureiro Guerreiro (347.423.362-91); Beatriz Rafaela Varjão do Nascimento (123.631.346-13); Caroline de Oliveira Collyer (008.206.842-95); Ederson Medeiros Colares (752.131.922-20); Jane Márcia Pinto Moura (176.564.272-87); Marina Pereira Rocha Lima (009.214.811-52); Michelle Alexandrina dos Santos Furtado (851.976.882-20); Thiago Rodrigues Cavalcante (853.877.462-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9673/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.009/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriella Soares Borges Salomão Campos (111.225.276-24); Tamires dos Santos Vieira (128.567.427-85); Weverton Ferreira Barros (119.208.987-19)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9674/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.013/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lutiele Machado Godois (029.751.390-71)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9675/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.015/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Cristiane Teixeira Cordeiro (134.843.607-71)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9676/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.017/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Matias de Medeiros (035.545.173-56); Renier Felinto Julião da Rocha (011.298.833-45)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9677/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.022/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Rosane Caldeira (014.308.087-30); Thais Emília Rodrigues Vaz (031.145.681-22)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9678/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.026/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josiane Gonzaga de Oliveira (053.319.296-05); Miguel Angel Cuayla Zapata (234.050.788-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9679/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.030/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Sandro Gomes Pessoa (346.974.078-06); Camila Miranda Carvalho (327.080.458-06); Elaine da Silva (161.872.698-61); Francielle Santo Pedro Simões (383.415.198-01); Juliana Araujo Silva (316.065.308-01); Ricardo Luiz Marks (678.058.098-87); Sergio Rykio Kussuda (357.145.988-14)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9680/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.032/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Gurgel de Lima (003.609.502-80); Camilla Félix Barbosa de Oliveira (130.470.347-96); Graciete Pinho de Sousa (005.477.902-28); Gustavo Luna Maia Correia Fernandes (789.471.972-20); Katia Kely Gonçalves Moutinho (561.061.732-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9681/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.033/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Zanata Davel (056.944.237-04); Bruna Ferreira da Silva Costa (115.719.367-69); Ivete de Souza Roma (001.580.055-54); Karina Mendes (079.416.659-80); Laura Cabral Santos (052.382.546-36); Maria de Lourdes Duz (834.458.380-20); Mariana da Cruz Silva (047.692.594-09); Michela Zamin (768.621.190-87); Paula Helena Janson (086.702.719-31); Zedemair do Nascimento (974.643.929-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9682/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.037/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Isabella Rodrigues Gomes (064.906.224-83); Ana Paula Pereira de Jesus (009.462.085-73); Anderson Wagner Ramos Martins (089.026.084-25); Anielle Menezes Faria (042.915.106-32); Caio Correa e Correia (042.793.655-12); Carlos Eduardo Ribeiro de Mendonça (014.956.775-83); Danila Pereira Santana (021.731.765-01); Edney Enéas de Carvalho (016.625.013-90); Elaine dos Santos Cazumba (784.850.375-53); Fernanda Brunelli Reis Lemos (041.930.825-39)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9683/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.040/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro da Silva Santos (787.997.165-34); Carla de Andrade Lopes (925.988.545-00); Evandro Henrique Pereira Dutra (051.145.465-11); Fernanda Monica Pinheiro Galindo (030.298.174-82); Fernanda Oliveira de Meneses (834.778.105-20); Gildiane de Melo Rangel (010.615.325-00); Izabel Laís de Oliveira (035.286.515-63); Jamille da Silva Santos (030.415.985-90); Milena Souza Oliveira (027.070.175-31); Shirley Cavalcante da Trindade Barbosa (046.226.464-55)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9684/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.042/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Porcino de Oliveira (351.555.088-78); Gabriele Franco (391.871.858-14); Jeferson Genaro Gomes (296.003.198-98); Marcel Yuzo Kondo (323.810.658-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9685/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.044/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Gabriel Almeida dos Santos (012.666.895-75); Josefa Simone de Menezes (945.032.305-49); Karinna Coutinho da Silva (000.546.995-33); Katia Cristina Tertulina Mendonça (888.552.104-59); Katia Santos Buarque (046.383.454-25); Keyla Cristina dos Santos Costa (962.945.585-49); Monique Angelica Souza Ataide (076.649.754-25); Nayara Luiza Sousa do Carmo (095.265.686-80); Rodrigo de Castro Mendonça (602.936.321-20); Thaisa Raquel Menezes Lima Oliveira (029.617.965-55)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9686/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.046/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina de Moraes (043.150.519-50); Mirlene Fatima Simões Wexell Severo (196.340.368-13); Valdecila Cruz Lima (077.379.668-11)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9687/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.048/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elaine Maria Gracioli Rodrigues (512.104.440-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9688/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.052/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabel Cristina Blum Schneider (255.616.678-90); Jackson dos Santos Bispo (029.693.201-93); Jean Pierre Pierote Silva (034.726.815-35); José Carlos de Souza Teles (022.844.201-09); Luiz Eduardo Bento Ribeiro (022.330.811-02); Makario Luiz Orozimbo Junior (017.892.111-40); Roger Cardoso Moreira (069.797.736-66)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9689/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.059/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kelly Medeiros Bastos (223.281.158-10); Mariana Bernardi Viviani Silveira Saba (293.719.558-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9690/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.060/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raquel de Deus Mendonça (069.148.206-35); Wendy Yadira Eras Herrera (018.048.836-89)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9691/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.062/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Clara Teixeira Coelho (135.853.937-56); Bianca Jurema Ferreira de Brito (013.307.247-98); Douglas Heliodoro Firmino da Costa (101.596.527-07); Gabriella Moraes da Silva (140.079.027-12); João Paulo Henrique Pinto (104.789.696-60); José Eduardo Felix do Nascimento (103.977.197-10); José Ronaldo Silva Junior (112.901.217-45); Marilia Rodrigues Ginglass (151.476.187-40); Tatiana de Almeida Accioly (079.624.247-02); Vinicius Rucci Carvalho Crato (105.173.977-22)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9692/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.074/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Viviane da Silva Serafim (108.667.436-77)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9695/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.077/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Roberta Scaramussa da Silva (051.998.397-13)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9696/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.078/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela Negraes Pinheiro Andrade (722.054.150-34); Mariana Gonzalez de Oliveira (906.315.870-04); Michele Poletto (809.564.400-53); William Douglas dos Reis (012.128.700-93)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9697/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.082/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Estevão de Sousa Lopes (106.053.596-36); Juliana de Arruda Soares (064.762.069-31); Marla Rodrigues de Oliveira (083.624.239-43)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9698/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.089/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cemary Correia de Sousa (026.700.125-82); Cibele Moreira Nobre Bonfim (004.950.023-64); Louise Perna Martins da Cunha (033.391.975-04); Maicon Deivid Pereira (040.814.429-75); Roberto Domingos de Freitas (292.183.575-49); Tiago Oliveira Ribeiro (053.513.525-40); Viviane Souza Martins (005.547.385-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9699/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.092/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Catulio dos Santos (061.776.725-40); Flavia Campello (989.439.951-72); Hanna Brito Holanda Soares (028.835.963-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9700/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.095/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Miranda Ferreira (104.559.677-92); Nathalia Paula da Silva Moreira (122.728.217-66)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9701/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.097/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Judas Tadeu de Azevedo Neto (078.498.514-63); Leonardo Leandro Silva (029.118.183-00); Pedro Henrique de Freitas Coelho (050.832.013-56); Rafael Maia Reis (033.307.543-97); Rayara Falkenstins Gois Mendes (047.892.493-36); Willian Gladson de Castro Brito (616.673.583-91); Ygor Frota de Oliveira (050.149.393-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9702/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.099/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Viviane Oliveira Macedo (062.570.766-41)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9703/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.101/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Celia Cristina de Oliveira (787.438.007-00); Fernanda Katharina Fontes (258.882.528-16); Jaqueline Olimpio da Silva (100.112.867-25); José Lucas dos Santos (042.239.453-00); Magda de Freitas Gonze (124.275.897-64); Mainara Maria Ramos de Oliveira (022.450.755-95); Maria da Conceição Rodrigues Duarte (054.570.267-44); Rodrigo Eduardo Costa Binda (089.269.817-97); Rosana Muniz de Almeida (021.649.897-08); Vinicius Vargas Trindade (037.173.737-06)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9704/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.108/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Laysa Vargas Albuquerque (843.715.520-72); Lorena Di Mayo Guedes Monteiro (036.110.133-31); Manoel Leal da Silveira (017.594.410-58); Marcel Ricardo de Oliveira Santana (802.519.000-53); Maryellen Nepomuceno Benites (010.112.140-75); Michael Goulart Soares (833.730.200-34); Nirian Solano Araujo (004.673.050-80); Olinda da Silva Oliveira Neta (027.776.593-54); Pedro Baptista dos Santos (838.804.370-68); Roxana Lucas da Costa (018.321.480-33)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9705/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.113/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline da Silva Torres Magenta (010.451.255-55); Ana Paula Sousa Cardoso Portela (946.199.305-63); Danillo Thiago Pantoja dos Reis (926.722.562-68); Laisa Ribeiro de Sá (087.051.444-00); Luiz Fernando Ferreira Pereira (456.601.906-34); Marcio de Oliveira Leal (890.401.555-34); Maria Carolina Wanderley Costa de Medeiros (012.959.494-66); Marise Garcia Ferreira Lima (856.127.901-04); Tamiris Coelho Guerra (016.483.605-56); Weber de Souza e Silva Junior (816.791.816-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9706/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.118/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline da Silva Mota da Cunha (010.300.085-23); André Asebey Llanos (556.923.205-25); André Luiz Cardoso da Silva (022.320.895-76); André Vital Nazianzeno (010.425.064-00); Dalila da Silva Barbosa (039.243.235-85); Flávia Ladeia Meira (834.961.225-87); Jamile Galvão Targino (100.911.094-26); Klesia Mary Singoala da Costa Coelho (085.069.934-74); Marcelo Gottschald Ferreira (947.549.005-10); Nilsinélia de Sousa Dias (747.103.113-15)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9707/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.121/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Correia de Araujo Bezerra Figueiredo Leal (011.785.494-88); Cleide Lopes Sameshima (047.054.666-24); Edjânia Cristina Bispo dos Santos (003.723.995-33); Elaine Quadros de Almeida (649.061.162-72); João Eugênio Machado Teixeira Dias (576.532.405-34); Maria Rute Belo da Silva Lopes (103.963.774-40); Polianna Maria de Andrade (067.253.714-18); Silvana dos Santos Araujo (091.311.457-01); Valdemir Rodrigues da Luz (248.127.488-10); Yette da Cruz Soares (058.811.054-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9708/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.128/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lilian Franco Belussi (351.276.368-59)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9709/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.129/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Matheus Lima Frossard (101.368.567-99)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9710/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.134/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anna Marcia Maranhão Santana de Medeiros (035.104.524-45); Fernanda Melo Muller (977.671.660-15); Helena de Oliveira Santos (702.167.031-15); Lilian Caroline de Melo Moreira (015.545.885-02); Marcela de Freitas Pinto (004.132.255-00); Monique Ramos Moreira (091.152.737-09); Paulo André de Jesus Oliveira (756.214.440-00); Ricardo Jorge Ribeiro Sales (330.859.515-04); Sandra Pimenta Dias (804.462.213-68); Simone Barbosa do Nascimento (966.189.495-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9711/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.136/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Ruani (053.995.829-88); Fernanda Bauzys (314.707.578-85); Rodolfo Moresco (060.963.579-46)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9712/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.140/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciano Gomes Brazil (068.382.556-93)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9713/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.148/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio José Bianchetti (040.623.046-35); Laura Fernanda de Oliveira Silva Conde (075.334.826-89); Leandro dos Santos Magalhães (072.802.396-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9714/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.149/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Yoshinori Kawakami (214.407.248-57); Barbara de Barros Fonseca (034.138.791-62); Daniele Ramos Simões (014.610.761-61); Gizele Fernanda Abdon Julio (839.328.792-87); Larissa Dantas Oliveira (004.229.381-22); Marcos Aurelio Nascimento (530.437.749-49); Marina Gabriella Ribeiro Bardella Benicio (024.852.481-09); Marlon Marques Soudre (041.173.191-24); Victoria Araujo Ganzaroli Amador Reis (023.209.971-56); Vinicius Moreira Mello (008.651.111-46)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9715/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.152/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Lucio Rodrigues de Souza (185.678.351-00); Daniela Gomes de Farias (030.674.551-85); Edu Ricardo Carrilho da Costa (802.366.771-87); Fabio Willian Martins da Silva (024.540.951-30); Gabriel Ginani Ferreira (035.900.711-25); Karolina Oliveira da Silva (002.332.161-03); Leandro dos Santos Cordeiro (863.842.871-53); Luciana de Oliveira Campolina (803.750.221-04); Mariana de Sousa Santos (017.261.991-26); Tomaz Back Carrijo (737.293.961-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9716/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.153/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz de Brito Alves (659.060.711-72); Graciele Neto Cardoso Lins Dutra (048.427.716-23); Gustavo Luiz Sandri (021.861.980-45); Mariana Carolina Barbosa Rego (037.261.081-14); Naiara Denicolo (394.654.030-91); Rodrigo dos Santos Alves (026.245.381-94); Shirley Pereira Gomes (883.756.171-72); Vanessa Fonseca Machado (016.134.341-46)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9717/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.158/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Aparecida Justino (047.111.549-57); Amelia Regina Somensi Zeggio (033.347.039-75); Bianca Kaizer de Oliveira (078.165.569-26); João Gabriel Duarte Ferreira (058.837.407-58); Julia Zarpelon Coelho de Souza (932.551.280-72); Marcelo Pinheiro Cigales (021.789.470-42); Marcos Paulo Kretschmann (017.446.980-23); Maria Raquel Duarte (018.495.279-46); Marlon de Matos de Oliveira (003.690.280-23); Rodrigo Rosa da Silva (278.556.548-79)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9718/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.163/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabel Cristina Vidal Siqueira de Castro (032.267.116-79); Victor Fernandes (062.455.456-25)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9719/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.164/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dayanne Schetz (073.252.999-90); Gustavo Fontana Canella (063.721.429-37); Gustavo Guilherme Back (008.695.349-47); Juliano Zago da Silva (016.350.459-83); Mauricio Neves Cantor Magnani (316.207.538-63); Paulinho Demeneghi (012.173.280-09); Procassia Maria Lacerda Barbosa (024.275.684-06); Rafael Guedert Batista (059.497.979-06); Suelen Santos da Silva (024.858.300-02); Thiago Torres Grams (055.480.069-16)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9720/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.167/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jessica Amanda Hasse (082.905.099-01); Laís de Melo Milani (070.206.639-74); Leandro Espindola (065.099.289-06); Maynara Schlickmann de Freitas (044.956.229-86); Rayza Dal Molin Cortese (058.862.409-85)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9721/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.170/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luisa Santos Soares de Araujo (030.646.565-54); Danilo Batista dos Santos (060.713.245-05); Guilherme Pereira de Oliveira (068.501.515-76); Kadu de Oliveira Cornelio (061.597.005-29); Luciana Ventura Souza (024.587.105-57); Patricia Franco de Vasconcelos (082.572.366-32); Tenisa Emanuelly Santos (028.787.225-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9722/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.172/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Miguel Angel Aguirre (880.564.060-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9723/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.175/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Taise Cristina Gomes Clementino de Negreiros (012.687.214-76); Thiago Simonetti Fleury (305.624.208-86)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9724/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.176/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabricio Costa Resende de Campos (056.640.136-30); Karina Possa Abrahão (316.382.548-69); Regina Yoshie Matsue (539.455.061-15); Solange Ledi Gonçalves (321.838.978-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9725/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.177/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Edir Vilmar Henig (001.386.261-89)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9726/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.181/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edmilson Paulo de Oliveira (060.076.916-08); Marcela Vieira Caixeta Machado (015.610.536-51); Maria Marcia Caetano da Silva (725.135.356-34); Monise de Paula Rodrigues (106.082.746-82); Tharuelssy Resende Henriques (086.259.606-85); Thiago Faria Tormin (089.520.906-32)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9727/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.192/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sayuri de Oliveira Oyama (041.838.639-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9728/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.197/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Monica Midori Kido (077.428.349-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9729/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.201/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Catarina da Rocha Medeiros (672.157.934-00); Wagner de Araujo Rabelo (086.229.884-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9730/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.220/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiano Francisco Woellner (030.661.869-97); Emerson Cristiano Barbano (353.339.478-64); Ewerton Lemos Gomes (380.102.108-46); José Roberto do Carmo Junior (066.340.638-26); Keylla Lencone Mischiatti (007.352.379-80); Maurício Zanovello Schuster (060.889.039-10); Rodrigo dos Remédios Carvalho Cruz (039.844.819-18)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9731/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.224/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra da Rocha Duailibe Monteiro (057.311.807-84); Ana Beatriz Neves Martins Barbosa de Mello (131.277.047-39); Ana Debora Nunes Pinheiro (026.855.723-33); Camila Nunes de Oliveira (114.085.267-19); Eduardo Helfer de Farias (124.800.697-61); Marcilene Rodrigues (095.507.897-05); Marcos Geraldo Tomazi (009.918.357-94); Matheus Cavalcanti Bartholomeu (096.883.526-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9732/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.227/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kherlley Caxias Batista Barbosa (003.697.077-88); Salua Romano de Oliveira (028.423.639-06)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9733/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.234/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marco Aurélio Pessoa de Souza (011.102.521-45)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9734/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.236/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eugênio Miranda Sperandio (024.868.461-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9735/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.239/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anne Kamilly Nogueira Félix (010.538.643-02); Daniele Miguel da Silva (045.222.923-50); Edmilson de Andrade Machado Neto (049.625.233-09); Edwilson de Sousa Carvalho (029.247.523-37); Francisca Fabrine Farias Martins (034.808.423-48); Jamile Mesquita Nunes (021.778.253-18); Luiz Daniel Vidal Maia (524.918.893-15); Maria Elioneide de Souza Costa (019.241.073-33); Michael Segundo Sena (020.475.403-80); Pedro Raphael Carneiro Vasconcelos (012.715.863-47)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9736/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.241/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Francisco Gomes Costa (604.005.993-17)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9737/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.247/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Maria Klock (065.048.609-98); Ângela Barros (047.381.979-16); Dayane Lebedief Sakamoto Rabello (069.203.259-26); Jarbas Melo Filho (057.934.299-99); Jonas Souza da Silva (042.619.699-63); Ketlin Adriana Tives Ribeiro (066.404.419-00); Marlize Ferreira Cravo (986.686.500-25); Thiago Amadeu Nardi (010.109.049-81); Wilian Antonio Pacheco dos Santos (035.582.389-66)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9738/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.249/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Evelyn de Freitas Guimarães Gouvêa (023.593.037-75); Jaqueline Souza de Freitas (024.270.117-54)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9739/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.256/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Izabele Domingues Soares (528.870.652-20); João Guilherme Nizer Rahmeier (068.135.289-20); Paola Brito de Paula (094.274.096-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9740/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.259/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano de Alcântara Oliveira Sousa (051.698.123-45); Andrea Pereira da Silva (035.554.383-44); Carolina Maria Furtado Matos (035.351.583-38); David Rufino Ferreira (028.107.523-97); Ellery Henrique Barros da Silva (019.873.393-39); Honácio Braga de Araujo (007.830.273-03); Ingrid Rodrigues de Aguiar (050.462.093-22); Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho (050.392.643-48); José de Siqueira Amorim Junior (046.028.013-90); Mayla Rosa Guimarães (013.308.713-16)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9741/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.263/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda de Andrade Dias Tavares (025.493.691-14); Ana Cristina Murta Collares (001.186.206-81); Cecília José de Souza (665.959.401-91); Evalina Costa de Sousa (516.014.781-00); Harineide Madeira Macedo (224.494.422-00); Izabela Maria de Oliveira Pinheiro (002.103.141-09); Jandira Martins Soares (210.614.081-91); Juvenil Enrique Cares (150.675.641-72); Lucas Rezende da Costa (022.584.931-37); Maria Rafaela Bento (078.138.884-80)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9742/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.264/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Massadar Morel (119.636.807-40); Cesar Cunha Pacheco (122.885.857-81); Itaynara Batista (115.841.757-88); Paula Cristina Paiva dos Santos (118.558.987-21); Roberta Duboc Pedrinha (037.424.947-40)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9743/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.268/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allesson de Souza Barbosa (033.929.343-80); Bruna Kessia Rodrigues da Silva (018.771.033-30); David Motta Sá Grego (048.243.373-64); Débora Hellen Almeida de Brito (036.544.673-42); Giselle Taveira Fernandes (104.408.906-75); Helge Moeller Pedersen (238.213.038-59); Heline Oliveira Lopes (036.798.663-99); Lady Dayana Silva de Oliveira (052.841.294-90); Nathalia de Freitas Leonel Melo (008.888.123-70); Tábata Vieira de Araujo (055.700.843-39)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9744/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.270/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Luís Vieira Cortez (692.699.551-68); Cecília Mori Cruz (393.529.191-49); Eber Junio Borges Moreira (919.244.561-68); Edson Wanclecio da Silva (697.664.791-00); Ivete Teresinha Saito (489.426.690-34); Jéssica Fonseca Machado (027.519.261-00); João Henrique Marques de Brito e Silva (018.888.271-57); Luís Filomeno de Jesus Fernandes (702.234.591-00); Marco Antonio Ferreira Lopes (037.065.011-55); Marutschka Martini Moesch (339.587.500-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9745/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.275/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Rios Teixeira (985.764.291-87); Estela Reis de Andrade (025.177.921-19); Jair Trape Goulart (076.671.776-35); Jhon Nero Vaz Goulart (778.087.110-04); José Zuchiwschi (013.895.868-80); Letícia Meda Vendrusculo Fangel (323.140.188-77); Liliane de Almeida Maia (184.438.181-15); Michelle Zampieri Ipólito (313.444.778-95); Michelli Alves Marques (704.582.191-34); Nádia Skorupa Parachin (722.023.941-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9746/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.276/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Karime Pechutti Fante (378.621.488-35); Leandro de Campos Carahybas Dias (313.606.438-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9747/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.278/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fábio Rodrigues Silvatti (224.885.798-58); Henrique Pott Junior (330.941.758-13); Marcella Salomão Guimarães Gonçalves (349.808.488-77)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9748/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.280/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Artur Antonio de Almeida Portela (317.650.841-72); Bruno Vinícius Ramos Fernandes (052.307.316-05); Paulo Gustavo Barboni Dantas Nascimento (261.304.708-94)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9749/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.282/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Steiner Elias (045.228.399-01); André Lucas Maffissoni (089.838.649-74); Francielle da Silva Motta (068.610.809-42); Kainara Ferreira de Souza (432.232.058-96); Lucas Antonio da Silva Purificação (078.222.639-60); Marco Aurélio Ribeiro da Silva (485.159.300-72); Marielli de Souza Schlickmann (032.674.939-00); Meire Mendes Ouriques (790.177.469-04); Scott Rocco Dezorzi (063.611.979-30); Vinícius André Massuchetto (044.151.849-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9750/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.283/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Franciele da Trindade Gonçalves (838.408.340-15); David Coelho Rodrigues (639.956.703-34); Fernando Cesar Câmara de Oliveira (046.642.224-59); Flávia Augusta dos Santos (064.596.324-05); Jonatah Lucas Neier Riccio (007.036.669-16); Lívia Della Libera Affonso (116.743.967-83); Luanda Corina Leite dos Santos (884.562.002-63); Ludmilla Dantas Pinheiro (010.728.275-57); Paola Maira Gomes Caracciolo Silva (005.916.322-41); Tarcila Nóbrega Queiroga Feitosa (047.056.474-16)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9751/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.289/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abner Moreira Sampaio (430.170.023-49); Ana Júlia Rodrigues (906.876.120-04); Andreia Cristina Teixeira (691.626.389-04); Augusto Ferreira Neto (011.598.205-11); Gessiane Teles dos Santos Brito (033.258.755-05); Layre de Lima Bezerra (084.741.014-50); Leonardo Correia Santana (803.595.155-68); Sinara Maira Teixeira Ramos (037.153.185-38); Suellen Batista Mariano de Deus (020.057.301-22); Uri Gomes Nogueira Diniz (056.039.964-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9752/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.291/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alfa Moraes Barata (032.347.185-47); Andreia da Silva Horácio Abreu (037.569.039-58); Cristiane Oliveira Gomes (039.153.654-08); Francisca Franciana de Paiva (851.155.092-53); Gleyssa Lene Nunes Carvalho (044.587.893-25); Iranilde Santos Ribeiro (265.979.932-68); Jayana Carvalho de Sá Oliveira (001.349.113-00); Karine Winterhalter (030.748.760-18); Keila Margarida do Monte Moura de Britto (702.191.924-72); Mayara Lays dos Santos Ibiapina (046.207.053-06)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9753/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.295/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Helena Cardoso de Araujo (087.558.154-48); Ana Karla Bezerra Lopes (062.325.374-75); Denilson Alves de Brito (005.978.915-83); Elisete da Cunha Levandovski (887.427.920-53); Franciellen Magalhães dos Santos (138.795.097-51); Frederico Dantas Ramalho Cavalcanti (010.771.134-63); Helio Fabricio de Souza (863.905.039-20); Maria Anete Coelho Rodrigues (021.511.804-92); Priscilla Rios Cordeiro Macedo (009.414.615-21); Reinaldo Donizete de Moraes (012.285.466-73)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9754/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.297/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Marcelo Gomes Cruz (007.562.954-24); Mauricleide Maria da Cruz Pequeno (802.247.684-68); Verena de Araujo Ribeiro Esquivel (025.542.985-13)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9755/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.298/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariel Lara de Oliveira (023.824.840-20); Felipe Moura de Oliveira (007.141.310-32); Jeferson Ferraz Goularte (001.903.750-35); João Pedro Paim de Almeida (005.494.960-25); Luiz Augusto Leitão da Silva (502.813.720-04); Luiza Peruffo (010.932.080-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9756/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.300/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daiane da Silva Acosta (818.613.970-20); Edina Aparecida da Silva Enevan (071.824.809-05); Fábio Junior Pickler (288.950.608-81); Fernanda Teixeira Macagnan (015.099.210-60); Kamille Vaz (006.919.899-31); Scheila Raldi (048.163.839-30); Thiago Aguiar Portela (971.052.363-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9757/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.305/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Virgínia Silva Mendes (006.429.033-60); Igliane Teles do Bomfim (043.104.285-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9758/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.309/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Dutervil Moliterno Franco (724.954.301-63); Leandro Santos Bicalho (716.706.451-34); Paulo Roberto Bahia da Silva (032.365.415-04); Pedro Ivo Barbosa dos Santos (724.463.071-91); Pedro Mandagara Ribeiro (005.617.090-41); Rachel Bezerra Goes e Silva (023.089.001-64); Raquel Carneiro Dorr (545.992.456-15); Rebecca Forattini Altino Machado Lemos Igreja (472.995.411-49); Tatiane Paschoal (218.525.698-08); Teofilo Emidio de Campos (184.452.518-05)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9759/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.311/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Bandeira Cândido Martins (004.092.141-75); Priscilla Fernandes do Nascimento (016.904.361-40); Raphael Alves de Aguiar (716.418.821-15); Raul Lima Barbosa Sousa (026.894.893-33); Rayra Fernandes Martins (030.673.521-06); Ricardo Moreno Lima (856.496.435-04); Ricardo Rios de Souza Moreira (004.564.981-25); Ricardo de Farias Barbosa (037.843.501-94); Roberta Macedo Santos de Mello Frosi (037.499.536-27); Rodrigo Arbey Munoz Meneses (748.412.201-78)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9760/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.317/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joshua Daniel Shake (233.706.938-95); Lívia Seno Ferreira Camargo (311.237.928-44); Vladimir Sokolov (239.381.368-39); Vlatko Broz (237.949.018-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9761/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.321/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jaqueline Rodrigues da Silva (611.325.514-04); Marco Antonio Freitas de Queiroz Mauricio Filho (007.666.441-46); Tiago Guedes Russomanno (284.092.848-55); Valmir Emil Hoffmann (520.987.299-87); Victor Petrogradskiy (703.643.051-69); Vinicius do Couto Pinheiro (018.618.491-33); Virginia Andrea Garrido Meirelles (694.153.821-04); Wilma Pedroza de Rezende (582.952.406-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9762/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.322/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Bertoco (308.096.178-11); Letícia Bojikian Calixtre (396.269.618-05); Lucas Gomes Duarte (414.525.658-13); Paulo Giusti Rossi (004.018.140-50)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9763/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.323/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Albenice Vieira de Araujo (059.638.134-41); Alexandre Pereira dos Santos (045.802.484-81); Francisca Marisa Cunha Sousa (039.446.853-85); Janio Elias Pereira Santos (861.167.542-87); Jessica Maria Nogueira Menezes (047.901.843-07); Leila do Vale Souza Santos (815.934.813-49); Lucineide Cabral dos Santos Bezerra (062.292.364-19); Madelon Novato Ribeiro (078.535.347-01); Rodrigo Rodrigues Vasques (458.673.302-06); Vana Janaina Gomes Ribeiro Coutinho Frazão (039.659.774-23)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9764/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.326/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Tavares dos Santos (015.569.952-02); Camilla de Godoy Maciel (075.586.014-44); Diego Callai Schuh (028.170.109-14); Diego Costa Cabral da Silva (957.593.522-53); Imiliane Muller Campos da Silva (594.017.960-68); Izadora Cristina Correa da Silva (090.584.189-10); Maria Elidiana de Vasconcelos Silva (015.406.113-10); Maria Evanir Oliveira dos Santos Ferreira (035.221.293-42); Shirley Castro da Silva (105.627.187-61); Wallace Silva Andrade (841.094.835-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9765/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.330/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Kloeckner Tudesco (000.728.630-99); André Camargo de Azevedo (010.908.240-09); Andres Armando Mendiburu Zevallos (234.318.248-54); Camila Penna de Castro (065.820.696-67); Camila Rosa de Moura (016.494.120-70); Fernanda Neubauer (012.362.510-67); Guilherme Henrique Fiorot (359.290.888-02); Lisiane Pedroso Lima (915.522.140-87); Lucimar de Fátima dos Santos Vieira (493.750.320-00); Rafael Real Guerra (814.943.270-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9766/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.331/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brena Karla Batista da Silva (043.969.134-60); Daiane Prata dos Santos (020.628.765-80); Iany Neres Ramalho (035.964.446-59); Kirla Barbosa Detoni (091.396.666-54); Leticia Martins dos Santos (842.690.142-53); Marilia Ribeiro da Silva Costa (013.101.075-13); Naira Maria Bizarro (915.582.800-06); Thales Portela Barbosa (000.109.623-01); Vanderleia Neves Leal (080.244.944-18); Vanessa Duarte Barros (002.718.150-27)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9767/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.333/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adrienne Bentes de Melo e Silva (264.838.232-15); Aguinaldo Andrade Ribeiro (333.344.982-04); Allan do Nascimento (940.642.882-20); Carlos Eduardo Santana Gomes (655.134.522-00); Clayton Pontes dos Santos (903.640.742-72); Dyana Barbosa Ferreira (746.661.932-00); Dyonatham da Silva Sales (007.036.322-64); Fernanda dos Santos de Sá Liberato (732.151.551-68); Lays Gisele Santos Bomfim (047.789.615-44); Michaell Enio Lima de Oliveira (807.524.895-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9768/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.334/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Nopper Silva Rodrigues (347.665.128-20); Elen Arroyo Peres (337.264.538-30); Marcelo José Sturaro (323.062.578-17); Rodrigo Esaki Tamura (277.510.168-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9769/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.340/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandrey Souza Rolemberg (054.172.175-57); Ana Claudia Freire Startari (026.901.315-60); Erica Santana da Silva (813.132.925-91); Erica Santos Cunha (024.872.955-11); Erica de Vasconcelos Balbino Alvarenga (089.930.777-97); Lilia Feitosa Filgueira (047.379.255-94); Luana Rodrigues Santana (018.523.225-60); Rita de Cassia Santa Rosa Matos (018.687.865-60); Rosa Cristina da Silva Nascimento (042.662.565-07); Vanessa Leite de Almeida (751.657.752-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9770/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.342/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alecia Cavalcante Alves (710.101.145-49); Ana Clea Frois Santos (021.887.815-03); Douglas Nascimento Azevedo (007.928.145-17); Elizabete Almeida Santos (054.297.355-31); Emerson de Santana Silva (053.271.914-00); Emile Nicole de Oliveira Santos (022.963.395-14); Israel Bonfim dos Santos (806.632.815-04); Josevaldo Pedreira de Lima (277.480.548-19); Julia dos Santos Fernandes (122.166.067-58); Lucimaria Batista de Souza (020.129.405-28)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9771/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.345/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Caroline de Lara (037.177.771-22); Beverton Alves Leite (783.131.395-87); Bruna Ravena Bezerra de Sousa (036.826.263-44); Dejenane Maqueli Freitas de Oliveira (979.370.531-00); Jossiele Ferreira Matos (043.704.095-00); Kleyton Ramos Santos (041.705.795-42); Lucir da Silva Campos (048.867.315-11); Marcela Correia dos Santos (051.063.634-97); Marcos Roger Pereira Alves (370.377.573-49); Rosicleia Dias Novais (031.019.645-04)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9772/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.352/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Costa Cavalcante Aragão (620.278.243-91); Elana Couto de Alencar Daniel (623.189.693-53); Fernanda Cajuhy dos Santos (025.419.995-00); Igor Faria Dutra (101.055.327-54); Laryssa Pinto de Aragão (652.706.223-00); Lorena Rebouças Teixeira Quaresma (968.050.215-53); Rivia Siqueira Amorim (017.549.825-30); Rodrigo Lopes Nunes (059.762.329-57); Tatiane Cristina de Castro Brito (080.665.706-51); Theisla Kely Azevedo Raiol da Silva (710.771.622-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9773/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.354/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rayane Sol Amaral Silva Sgarbossa (043.059.939-02); Welby Nunes Pereira (260.508.888-09)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9774/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.356/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Paula Correia Ferreira (918.826.483-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9775/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.359/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adenise Bottcher (065.954.469-52); Ana Paula Segantin Gaspari Giovanini (061.261.929-07); Cintia Teixeira Preve (065.669.589-75); Marcio Antonio Sapatini (765.796.709-91); Marco Aurelio Rocha (510.469.119-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9776/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.363/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evandro Fornias Sperandio (367.939.378-47); Humberto Saconato (702.828.114-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9777/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.367/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessana Franciele Schlichting (007.245.181-50); Ediane Marcia Lazzari Anghinoni (459.037.780-20); Eliana Celestino da Paixão Rodrigues dos Santos (046.374.939-19); José Rubens Neris Junior (010.234.021-81); Patricia Bachiega (731.652.801-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9778/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.822/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Palas Ateneia Dantas de Medeiros (044.512.594-28)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9779/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.826/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano da Silva Felix (075.684.394-45); Juliana Miranda de Cadastro e Silva Gonçalves (039.970.184-21); Thiago da Silva Almeida (057.728.844-09)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9780/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.831/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Livia Oliveira Ribeiro Santos (024.719.471-90); Luiz Felipe Cavalcante Amui (007.120.871-25); Marçal Pedro Neto (020.311.309-86); Raimundo Cardoso da Silva Filho (899.237.741-04); Thaís Souza Gonçalves (011.269.781-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9781/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.838/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Donavan Souza Maia (031.730.341-47); Jonatam Moreira Rodrigues (017.471.101-83)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9782/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.841/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: David Paolini Develly (090.106.737-74); Karine Silveira (073.027.086-65); Nastassia Santos Neves Coutinho (124.982.447-86); Rafael Mantovaneli Sousa (117.197.837-56)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9783/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.844/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Joédila Manoeli Queiroz Gomes (026.854.493-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9784/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.849/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Debhora Fernanda Custódio Bento (014.519.474-45); Delmiro Daladier Sampaio Neto (042.517.893-50); Érica Martins de Lavor (090.454.564-43); Victória Regina de Alencar Carvalho (086.582.354-59)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9785/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.860/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Valentim Bandeira Lisboa (100.463.017-47); Carla Silva do Nascimento (109.625.517-08); Carlos Guilherme de Souza Sampaio (908.530.597-72); Carlos Luís Mendes Guimarães Pinheiro (139.760.087-02); Carmelita de Amorim Simão de Araujo (062.971.338-32); Carolina Costa de Souza Gomes (053.289.397-27); Carolina de Medeiros Magalhães Azevedo (133.981.287-85); Christiano Britto Monteiro dos Santos (042.487.637-02); Clarissa Mattana de Oliveira (056.417.867-56); Cláudia Helena Lara (018.465.967-18); Cláudia Valéria Santos da Luz (042.601.177-50); Cláudio Miceli de Farias (112.816.357-82); Cleber Melo da Silva (013.851.730-41); Cláudio Luiz Marques de Mello (016.241.557-58); Cristiane Pereira de Moraes Bastos (083.954.837-08); Cristina Silva Kreutzfeld (113.614.297-55); Dalmo Carqueija Mota (971.481.487-15); Dálvio Lessa de Miranda (033.935.627-89); Daniel Augusto de Pinho e Souza Souza (118.734.127-46); Daniela Correa de Barros (095.807.807-65)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9786/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.863/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Ferreira de Lacerda Duarte (117.148.957-93); Gisele Pegado de Lima (108.211.957-19); Grazielle Avellar Bragança da Costa (053.836.747-48); Guilherme André Carrera (100.561.207-29); Gustavo Henrique Coimbra Sobreira (111.567.637-70); Hallan Bruno de Matos Angeira Gomes (117.936.757-08); Inês Teodoro SantAnna (044.633.647-52); Ingrid Eliana Ferreira Bellucci Fonseca (104.078.617-00); Isabel Santos de Lima Gomes (052.752.837-41); Isabela da Silva Braz (124.252.797-41); Iury Kersnowsky de SantAnna (054.894.927-16); Ivis Fernandes Bravo Duarte (115.873.027-64); Izac Trindade Coelho (356.433.568-48); Izaura Vieira Mariano de Sousa (107.137.427-39); Jacqueline de Oliveira Gonçalves Calderon (099.058.657-05); Jaqueline Araújo Ribeiro (009.466.627-03); Jaqueline Vieira de Aguiar (073.702.607-39); Joana Martins Saraiva (097.329.707-74); João Carlos Batista Silva (076.678.377-40); João Lúcio de Castro Ramos (057.074.577-20)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9787/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.870/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tiago Sales dos Reis Santos (100.209.487-94); Tomas Dias Barreto (142.373.567-60); Vancler de Assis (076.556.007-08); Vanessa Gomes Teixeira (137.003.357-50); Vanessa Ribas da Silva (059.210.737-09); Vanessa da Silva Ferreira (077.917.267-18); Victor Dias Maia Soares (058.347.357-11); Victor da Fonseca de Mello (108.365.937-58); Viviane Cristina Pereira de Oliveira (069.547.287-99); Vivianne Sampaio Duarte (054.315.037-23); Wagner Souza da Silva (094.333.017-30); Wanara Wolter Savaget Duarte Pinto (025.098.977-80); William Oliveira Taveira (142.699.177-09); Willian Batista de Azevedo (057.582.867-61); Yasmin de Moraes Borges (137.373.107-93); Ygor Bueno Fitaroni Ferreira (072.842.667-67); Zervane de Farias Nascimento (000.660.041-79)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9788/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.888/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cibele Araujo Cabral (090.900.976-78); Eduardo Luiz de França (126.407.718-17)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9789/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.895/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Henrique Santos Meloni (074.047.596-76); Quézia Silva Souza Gomes (116.638.407-17); Rafael da Silva Lima (131.158.467-62); Rafaela dos Santos Souza Muniz (136.744.107-29); Regina Angélica de Azevedo Santos (039.368.837-26); Renata Costa Fonseca Artiles (074.419.017-74); Renata Nogueira Cardoso (119.162.127-86); Roberta de Sousa Ramalho (028.645.857-82); Rodrigo Gama de Lima (118.751.747-02); Rodrigo Ribeiro Soares (079.287.677-67); Rodrigo Siqueira Pitanga (004.308.527-03); Ronie Martins Almeida (031.132.827-05); Sergio José da Mota Lopes (524.633.707-34); Sidclei Rangel (076.005.447-92); Talita Nascimento dos Santos (116.230.617-33); Tânia Cristina da Silva Rangel (794.600.897-04); Tassia Menezes Oliveira (119.122.627-11); Tatiana Ferreira Vaz (102.645.187-64); Thais Coimbra Gabry (058.322.677-96); Thiago Silva Soares (092.023.397-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9790/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.898/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrezza Renata Araujo de Figueredo Priori (037.955.914-57); Caio Guilherme Secco de Souza (339.564.618-19); Jerônimo José de Oliveira (056.053.674-71); Simone Frye Peixoto (799.884.664-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9791/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.905/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: João Alberto Farinelli Pantaleão (369.783.748-65)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9792/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.909/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tatiana Teixeira de Miranda (063.079.636-03)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9793/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.294/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fábio Félix Silveira (010.806.391-79); Gustavo Braga Alcântara (001.368.641-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9794/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.297/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Marcelo Cambraia de Castro (593.166.912-49); Paulo da Veiga Moreira (197.555.386-15); Poliana Letícia Dias dos Santos (849.812.022-53); Rafael Nardi (091.732.307-66); Ramiro Esdras Carneiro Batista (007.957.136-06); Raquel Souza da Silva (791.735.942-53); Reginaldo Gomes da Silva (014.788.067-02); Renato Socorro Fernandes da Rocha (615.943.342-34); Renieriston Dias dos Passos (682.326.164-15); Robert Saraiva Matos (944.435.052-53); Ronaldo Antônio Barbosa Sanches (180.831.612-68); Ronaldo França de Sarges (315.988.112-15); Roseane da Conceição Costa Norat (277.888.222-72); Rosenilton Costa Silva (467.055.622-34); Rosilene Corrêa da Silva (571.222.702-97); Rosinete dos Santos Rodrigues (226.778.952-34); Sérgio Grott (913.078.729-72); Tobias Schariach (524.224.372-49); Vítor de Lima Jaime (944.605.072-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9795/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.305/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rosilene Jara Reis (336.757.670-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9796/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.308/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Andresa Silva da Costa Mutz (917.847.600-30); Viviane Capoane (001.250.300-29)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9797/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.311/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andressa Rocha Campos (110.183.606-70)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9798/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.340/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Freitas Cazadine (128.203.027-26); Amaury da Silva Oliveira (812.280.075-00); Carlos Roberto de Souza Rodrigues (069.586.677-00); Cláudia de Araujo Marques (074.743.177-96)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9799/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.345/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Antonio Bicalho dos Santos (486.554.736-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9800/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.350/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio José Araujo Portela (818.881.717-15); Átila Arueira Jones (127.368.037-52); Atílio Gabriel Cunha (105.833.937-05); Aurélia Noelina Maciel (729.451.416-04); Bárbara Barbosa Succar (082.805.407-09); Bárbara Breder Machado (109.734.957-82); Bárbara Cardoso Dias (093.060.696-50); Bárbara Cristina dos Santos (733.871.267-00); Bárbara da Silva e Silva Cunha (097.462.657-09); Bárbara de Souza Duarte (138.955.507-01); Beatriz Cordeiro Araujo (404.234.528-00); Bráulio Costa Pereira (131.825.537-63); Bruna Maiara Ferreira Barreto (121.634.207-52); Bruno Cesar Fernandes da Costa (054.083.137-94); Bruno Oliveira Antonio da Silva (077.281.207-19); Bruno Peres Freitas (094.730.717-60); Caian Soares Mello (138.743.117-08); Camila Aguiar Lins do Nascimento (137.438.207-81); Camila Aloísio Alves (086.648.857-02); Camila Barbosa de Carvalho (105.032.037-93)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9801/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.356/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Mendes Gonçalves Schmidt (024.097.927-31); Fernanda Moreth do Valle (101.181.007-77); Fernanda Pacheco da Silva Huguenin (089.863.847-01); Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá Brito (103.681.057-76); Filipe Ferreira Pires Volz (124.221.957-92); Flávia Mota Laranjeira (055.266.367-04); Flávia Pereira da Silva (052.861.737-05); Flávia de Angelis (256.862.378-08); Flávio Rondinelli de Sá (032.444.367-65); Francisca Deusilene da Silva Capistrano (441.399.693-34); Francisco Lúcio de Schneider Bustamante (122.772.027-03); Francisco Rafael Barbosa Caselli (055.879.684-21); Frederico Benevides Parente (993.906.983-91); Frederico Monteiro Neves e Neves (119.475.127-06); Gabriel Moore Forell Bevilacqua (213.077.438-54); Gabriel da Fonseca Onofre (108.964.137-05); Gabriele Rangel dos Santos Barreto Alves (081.099.477-19); Gabriella de Souza Xavier (113.904.957-79); Gilvanete Vianna (013.094.587-07); Giovana Kohl (011.981.547-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9802/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.361/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo André Barbosa Teixeira (317.461.358-24); Leonardo Bruno Vana (018.767.987-85); Leonardo Pires Ferreira (070.433.197-73); Leonardo Sepulveda da Silva (017.595.207-80); Leonardo da Silva Galdino (097.709.217-85); Ligia Azevedo Diogo (002.182.975-64); Liliane Santos da Silva (013.095.467-54); Livia Borges Hoffmann Dorna (099.115.867-90); Livia Cristina da Silva Santos (101.298.657-88); Livia Guimarães Andrade (133.785.847-18); Livia Pagano Andreozzi da Rosa (103.211.027-97); Lourdes Margarete da Silva (524.484.876-34); Luana de Oliveira Alves (052.111.006-89); Lucas Almeida Maia (100.647.097-28); Lucas Oliveira de Santana (305.959.407-49); Lucelena Morais Schoeder (564.286.509-91); Lucia Helena Leite Almeida (876.005.877-34); Lucia Maria Pereira Lacerda (833.955.807-25); Lucia Maria dos Anjos Amorim (917.949.517-68); Lucia Regina Ferreira de Alencar Silva (573.632.007-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9803/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.367/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Clarinda de Messias dos Santos (029.881.087-57); Paula Alves Pereira da Silva (070.815.596-03); Paula Nascimento Almeida (015.319.836-26); Paula dos Santos Viana Silva (100.284.377-48); Paulo Emanuel Soares Viana (123.952.547-89); Paulo Fernando Peixoto da Costa Fazzioni (018.541.227-03); Pedro Henrique Barbosa D Almeida (059.045.617-25); Pedro Ivo Camacho Alves Salvador (106.063.217-99); Pedro Monferrari Monteiro Vianna (061.764.016-58); Petter Medeiros Santiago (120.686.147-90); Pia Jaqueline Behar Negrete (213.645.058-19); Priscila Freitas de Carvalho (113.554.007-16); Priscila Keiko Cossual Sakurada (057.834.857-80); Priscila Tavares Lima (090.614.627-54); Queila Araujo Rocha (026.537.647-50); Rafael Maciqueira da Silva (132.496.727-77); Rafael Maul de Carvalho Costa (084.454.487-65); Rafael Mofreita Saldanha (100.843.957-61); Rafael Santos Erbisti (119.970.847-08); Raila de Souza Santos (115.559.427-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9804/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.371/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sheila Alves Costa (413.175.307-30); Sheila Espirito Santo Araujo (106.695.857-26); Shirlei Luiz (044.019.837-26); Silvana Martins Virtuoso de Assis (897.233.417-00); Silvia Barbosa Young (029.782.657-36); Silvia Ribeiro da Silva (079.622.877-99); Silvia de Souza Rosa (953.802.727-20); Silvio José de Mello Junior (783.789.407-30); Silvio Ricardo Leite Monteiro (092.981.487-80); Simone Antunes Marques (017.881.277-30); Simone Freitas (047.788.876-38); Simone de Sousa Nunes Cardoso (074.335.537-70); Simone do Carmo Povoas (028.509.107-75); Solange Couto Luiz (008.509.327-00); Solange Passos Masson (193.847.266-72); Solange de Alencar (013.176.807-74); Solony Godefroy Silva da Costa (022.212.627-27); Sueli de Mello Silva (494.397.077-04); Sylvia Pavan Rodrigues de Paula (041.301.507-66); Tadeu André dos Santos Campos Lima (086.297.447-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9805/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.374/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Viviane Cezario Barroso (117.230.897-70); Viviane dos Anjos Amorim (075.027.237-65); Vlamir Costa Magalhães (071.031.427-26); Wallace Cerutti Santana (135.606.517-19); Walter Luis Soares Fialho (021.931.687-25); Welik dos Santos (105.020.387-99); Wellinton Draxler Pereira de Souza (017.511.437-40); Yuri Ki (224.728.398-55)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9806/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.378/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Moreira Mendonça Gomes (052.715.306-04); Karina Viana Camargos (074.999.986-14); Luciano Andrade Coutinho (065.142.246-95); Mariana Rocha Lopes (074.088.446-86); Marina Campos Zicker (079.730.546-77); Ricardo Humberto Antonio Sousa (074.524.726-16); Simone Nascimento Santos Ribeiro (013.748.866-10); Tiago Kuntzler Ellwanger (826.916.140-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9807/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.384/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavio Dionel Baistrocchi (024.933.897-19); Renata de Abreu Neves Salles (134.759.397-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9808/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.391/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Vaz de Mello Guimarães (078.369.717-16); Gustavo da Costa Ferreira (909.886.550-04); Gustavo de Jesus Monteiro (056.367.567-55); James Lewis Wardel (056.548.897-02); Janaina Paes de Andrade Albuquerque (074.559.757-24)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9809/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.396/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Carvalho Camargo (002.704.702-47); André Oliveira de Souza (653.121.980-72); André Santos Figueiredo (004.065.872-48); Andrea Freitas de Vasconcelos (446.525.262-53); Andrei de Lima e Silva (068.983.414-48); Andreia Cristina Nicoletti Carvalho (814.819.180-87); Andreza de Melo Lima (736.325.622-53); Angelo Geovani Rodrigues (520.441.146-15); Anna Suellen Salazar Pedrosa (528.177.682-72); Antonio Bartolomeu Nilfran Mercedes de Aguiar (835.875.602-00); Antonio Carlos de Lima Carvalho Filho (816.005.422-04); Antonio Vaz de Meneses (071.740.608-38); Antonio de Souza Nascimento (738.283.192-20); Armando Lopes Dias Junior (271.843.858-45); Artur José Ricardo de Souza (186.410.218-76); Atemison Luiz de Carvalho (677.029.534-20); Ayana Dantas de Medeiros (027.176.531-39); Barbara Morais da Costa (842.387.203-34); Bernard José Pereira Alves (104.984.337-14); Bruna Queiroz Ale (004.904.502-45)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9810/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.398/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Carlos Júlio Nóbrega de Oliveira (957.124.967-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9811/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.405/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marina Teixeira Gonçalves (118.747.607-21); Marinete Bezerra Rodrigues (011.668.607-36); Mario José de Oliveira (872.661.481-20); Marta Ferreira da Silva (018.130.867-37); Martinho Tota Filho Rocha de Araujo (038.376.844-66); Mauricio Soares da Silva (100.470.587-57); Mayara Maria de Lima Pessoa (063.967.964-14); Miguel Henriques de Carvalho (341.605.338-92); Patricia Dias Tavares (015.264.016-90); Patricia Ferreira Ponciano Ferraz (074.182.606-28); Patricia Hessab Alvarenga (076.892.347-63); Patricia de Cassia Pereira Porto (016.352.507-22); Patricia de Oliveira Plácido (058.004.617-67); Paula Uglione (603.394.540-91); Paula do Nascimento Goulart (124.600.037-73); Paulo Ricardo da Costa Reis (081.517.576-04); Paulo de Tarso Silva Antunes (001.487.497-04); Pollyanna Rodrigues de Oliveira dos Santos (117.635.897-90); Priscila Aparecida Souza (112.072.777-46)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9812/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.800/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rosilene Jara Reis (336.757.670-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9813/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.802/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcel Brito Soares (515.839.922-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9814/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.809/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glauce Vitor da Silva (857.668.602-34); Josivan Rodrigues dos Reis (803.403.342-15); Raimundo Martins de Araujo Junior (834.410.182-49); Raoni Fernandes Azeredo (083.821.494-05); Raphael da Costa Silva (988.119.242-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9815/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.816/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gilberto Campos Guimarães Filho (863.107.631-72); Gustavo de Conti Teixeira Costa (013.950.606-30); Iara Toscano Correia (910.851.606-53); Ilaydiany Cristina Oliveira da Silva (051.772.804-46); Leandro Brambilla Martorell (005.550.811-17)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9816/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.824/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joice Rodrigues de Mendonca Reis (293.697.198-57); Jonata Franca Bittencourt (021.578.065-55); Jonatas Luan Macedo de Morais (062.506.463-10); Jonatas Vinicius Souza dos Santos (010.610.325-31); Jordana de Santana Rocha (008.870.535-80); Jose Alberto Ferreira de Andrade Junior (016.586.325-08); Josebel Maia dos Santos (031.972.565-06); Josilene Santos de Freitas (806.316.305-20); Josuel Ferreira dos Santos (957.900.715-20); Katiana Carla Bezerra Rigaud (000.278.895-05)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9817/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.826/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcio Carvalho Vaz de Alencar (901.231.905-68); Marlon Alves Pedra Cardoso (057.871.025-09); Monyque Santana dos Santos de Farias (810.637.415-72); Patricia Alves Casaes Alves (639.839.745-20); Rafael Matos Nunes (031.996.875-80); Renatta Soares Souza (117.571.646-42); Rodrigo Barreto Carvalho (045.977.635-54); Ronald Tavares Leao Moret (059.367.877-02); Sirlei Neves Sobrinho (035.185.495-96); Taina Matos Lima Alves Boaventura (033.361.205-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9818/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.830/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Wilson Gomes dos Santos (090.945.633-04); Laís Conceição Tavares (917.982.212-68); Leiliane Cristina Cardoso Araujo (005.244.362-07); Marcos Ferreira da Silva (516.701.002-00); Maria Eduarda da Silva Oliveira (013.437.662-57)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9819/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.840/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Pereira Teodoro de Araújo (061.311.356-06); Daniel de Melo Mendes (012.489.806-89); Dayana Rubia Carneiro (059.973.606-28); Graciele de Fatima Sousa (096.553.306-99); Isabela Martins Pompeu (090.422.816-93); Juliana Silva Andrade (068.671.566-73); Maria Luzia Alves Brito (078.475.406-30); Merielle Martins Alves (084.467.716-75); Márcia Ferreira dos Santos (063.560.966-59); Patrícia Ferreira Fernandes da Cruz (090.309.926-89)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9820/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.846/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leandro Viana Silva (045.216.213-09); Marcus Vinícius da Silva Brito (864.750.701-06); Paulo Cezar Bispo da Silva (055.374.819-01); Thabyta Cristina de Oliveira (017.841.091-85); Vanessa Sayuri Hayashi (022.925.381-48); Welton Rodrigues Lima (807.669.001-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9821/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.129/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Almira Alves Pio (738.612.606-97)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9822/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.130/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Geisa Gouveia de Novais (517.753.365-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9823/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.133/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Gercina Soares Ribas (028.181.616-65)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9824/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.162/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luci Frizzoni Cantaruti (906.579.776-91)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - Mec
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9825/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.163/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Helena Buchholz Guzella (008.130.016-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9826/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.165/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Benedita Sanches Macedo (150.112.403-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9827/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.167/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Orlando Mongelli (024.562.901-78)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9828/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.169/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Josefa Francisca de Lima (265.407.288-67)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9829/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.171/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Luíza de Oliveira (713.659.236-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9830/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.174/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Plínio Ferreira Ramos (032.954.191-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9831/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.189/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Guilherme Bacellar Figueiredo (076.874.465-26); Maria Josilene Souza Maciel (854.003.355-00); Terezinha Regis dos Santos (910.895.575-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9832/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.190/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Heloísa Lúcia de Aguiar (060.021.426-57)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9833/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.191/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Fidelis da Silva (038.890.124-18); Maria das Neves Costa (141.012.114-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9834/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.192/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elisabete Xisto Krevieski (720.926.379-91); Jaime Kulak (003.006.249-72); Maria Hortênsia de Azevedo Linhares (748.847.609-30); Maria Kania (479.331.519-49); Maria de Lourdes Carneiro Buffara (010.354.019-91); Yolanda Schlichting Prodócimo (710.131.309-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9835/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.195/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivo Francisco da Silva (184.581.064-34); Maria do Carmo de Morais Santos (016.891.114-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9836/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.196/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Alvarina Lima da Cruz (691.379.867-91); Ruth da Silva Mendes (805.980.566-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9837/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.388/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Neiva de Souza Gomes (674.885.440-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9838/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.389/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nilza Gonçalves Correa (407.429.116-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9839/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.391/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Cléa Ribeiro de Moura Brasil (772.268.877-20); Yvone Ribeiro de Moura Brasil (059.443.857-82)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9840/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.402/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cleocilane Soares Mota (418.397.062-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9841/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.403/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clea Melo Moura (038.671.885-72); Gabriel Melo Moura (067.592.915-65)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9842/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.405/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bruna da Silva Ramos (730.061.571-68); Francisco de Assis da Silva Ramos (051.778.601-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9843/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-025.409/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Evaneide Maria Fonseca da Silva (569.776.974-15); Rebeca Calmon da Silva Maracaja (112.901.074-08); Renato Calmon da Silva Maracaja (112.900.864-94); Robson Wendell da Silva Maracaja (141.749.974-54); Rodrigo da Silva Maracaja (112.900.954-85)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9844/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.419/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Gilca Pinto Xavier (716.757.014-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9845/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.421/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rafaella Marques da Costa Barbosa (134.707.886-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9846/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.424/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Pelágio Palma Filho (001.704.371-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9847/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.428/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Hilma Mendes Santos (268.481.202-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9848/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.429/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Joerdson Duarte Bandeira (095.333.154-74); Maria da Penha Duarte Bandeira (616.852.834-20); Teresinha Alves André (250.764.424-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija os fundamentos legais dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9849/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.453/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Luís Floriano Renault dos Santos (019.366.656-11); Raissa Sharon Ferreira Dias (167.119.857-37)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9850/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.548/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Consuelo Costa Santos (132.730.275-68); José Alexandrino de Alencar (001.014.435-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9851/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.552/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Wanda Senhorinha Peixoto (026.910.607-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9852/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.880/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Marlene Maria Costa Gomes (081.353.186-18)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9853/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.896/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lourival Francisco de Oliveira (077.061.384-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 17/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 9854/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.165/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Domingos Waldemar Bisinotto (003.392.451-15)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9855/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.706/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amarilio Sales de Melo (003.536.714-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9856/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.707/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Haydn de Souza Pinto (001.536.132-20); José Lino Lira (300.971.507-20); Miguel Alves de Paiva (094.548.886-68); Paulo de Albuquerque Sa (094.034.937-04); Sebastião de Souza Werneck (119.631.827-15); Vicente Pinto de Aguiar Filho (149.493.341-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9857/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.718/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dilson Nunes Gouvea (006.286.702-49); Tarcilo Borges Guerreiro (008.023.362-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9858/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.723/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Luiz Freitag de Lima (346.865.507-00); Astolpho Ferreira Lima (456.245.427-04); Henrique Patron Szklarz (118.427.766-49); Henrique Richter (298.670.027-68); Inacio Walter Ramos (102.253.907-87); Jairo dos Santos Ribeiro (692.302.007-78); Janete de Alvarenga Mascarenhas (372.217.287-04); Joao Aluisio Castro Gomes (352.901.617-91); Jose Carlos Moreira (067.047.197-68); Jose Carlos Moreira (067.047.197-68); Jose Gornsztejn (130.558.017-68); Jose Victor (217.217.857-87); Jose Victor (217.217.857-87); Leo Dalle de Lamare (310.960.007-25); Luis Alberto de Carvalho dos Santos (422.291.897-00); Margarida Granjeiro Bueno (603.203.627-87); Maria Helena de Sene Brito (721.491.247-34); Mario da Silva Rodrigues (670.616.807-68); Osvaldo Almeida (314.287.627-87); Osvaldo Almeida (314.287.627-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio de Janeiro - Dnit/mt
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9859/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.724/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Roberto Monterisi de Almeida (337.727.117-15); Walbert Oliveira da Silva (090.250.657-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio de Janeiro - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9860/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.585/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Leandro da Silva (079.989.026-04); Magdalia de Farias Barros Santana Batista (107.198.737-20); Salvador Almeida Coelho (108.293.937-49); Valentim Lopes (279.668.287-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9861/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.599/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio de Gouveia Henriques Filho (001.538.851-49)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9862/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.701/2010-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mariangela Calabrese (688.777.497-68)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9863/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-025.434/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosana Daher Van Der Broocke (690.936.361-20); Simone Ferreira Magalhães (016.265.871-08); Tatiana Paranhos Cerqueira (069.194.107-61)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao órgão/entidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 9864/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.866/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Caixeta Valim (006.116.856-47); Joao Carlos Hertel Santiago (028.994.961-07); Rafael Dalchiavon (043.852.319-90)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9865/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.924/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Santos Ferreira Ramos (007.680.155-10); Camila Perna Santos Martins (033.748.095-88); Esa Pekka Tapani Horttanainen (231.392.128-01); Renato Maia Nunes Rodrigues Pereira (091.984.026-41)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9866/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.410/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caroline Fernandes Pastana (908.277.915-34); Charles da Silva Maia (038.101.411-86); Clarissa Oliveira Carvalho (010.806.631-26); Claudenir Rios de Oliveira (031.891.685-12); Clever de Almeida Correa (008.642.561-75); Clovis de Carvalho Torres (281.369.506-87); Cristiane Hirata da Silva (016.268.931-44); Cristilla Marinho Avelino da Silva (020.880.221-55); Cynthia Barroso Heibel (005.044.471-90); Daniel Felix da Silva (703.563.781-87); Daniel Kenji Yamaguchi (016.101.436-47); Daniel Rocha Bispo (691.187.015-15); Daniel de Figueiredo Bandarrinha (089.209.377-37); Daniela Serafini Machado (937.211.700-59); David dos Santos Leipnitz (058.927.629-80); Dayane Feitosa Ribeiro (026.345.511-42); Debora Alvara Vieira (016.926.671-06); Eduardo Luiz Teodoro (038.161.226-04); Fabiola Paiva Rodrigues (045.800.096-57); Julimar Pereira da Silva Epifanio (723.350.926-34)
1.2. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.a.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9867/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-025.118/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adelia Nunes da Silva (652.058.711-72); Adriely Adiles da Silva (046.242.641-69); Amalia Peres Jaques (294.800.808-50); Anna Paula Cordeiro Martins (030.224.883-86); Benicia da Rosa (050.600.209-83); Doracelia Rosa da Silva (106.381.897-48); Doraci de Souza Ricardo (621.355.709-15); Eliete Antunes Coelho (811.727.614-34); Elisa Martins (600.035.967-53); Eurides da Penha Silva Santos (587.270.437-20); Geny Gouveia Correa (866.038.924-72); Gonçala Germano de Souza (287.460.231-00); Laudelina Maria Caje Silva (157.251.687-94); Maria Antonia Ribeiro Soares (052.722.486-35); Maria Jose Simplicio Alves (894.905.843-04); Maria de Lourdes Antunes Coelho (170.189.944-20); Maria do Rosário Fátima Caldas Braga (150.405.933-68); Raquel Casario da Rocha (020.213.674-44); Severina Pereira Soares (632.497.584-34); Yuri Martins Garcia da Silva (146.011.127-37)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9868/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.132/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Angela Cristina Chagas Sousa (024.964.973-00); Karla Raiany Chagas Sousa (037.755.283-69); Maria de Ribamar Chagas Sousa (253.989.113-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão - Dnit/MT

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9869/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.415/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Moises Pereira do Nascimento (542.072.152-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9870/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.436/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carmina Feitosa Pereira (453.633.663-04); Cleide Gonçalves Azevedo Carvalho (935.940.897-20); Doralice Araujo Januario (839.684.903-04); Janaina Fausta da Silva Gomes (075.163.684-31); Luzia Ferreira de Oliveira (672.520.524-00); Maria Aparecida Martins Habkost (579.317.129-00); Maria Nazareth Fontenelle (348.317.624-15)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9871/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 1.8 do Acórdão 5.214/2018 - TCU- 1ª Câmara, de forma que onde se lê "determinar à Controladoria Geral do Estado de Roraima que o Planejamento Estratégico estabelecido para o nível de gestão da Funasa/Suest-RR seja objeto de verificação nas próximas contas, com enfoque para as ações desenvolvidas, bem como às metas alcançadas no exercício", leia-se "determinar à Controladoria-Geral da União no Estado de Roraima que o Planejamento Estratégico estabelecido para o nível de gestão da Funasa/Suest-RR seja objeto de verificação nas próximas contas, com enfoque para as ações desenvolvidas, bem como às metas alcançadas no exercício", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.565/2017-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Anselmo Menezes Goncalves (508.586.702-59); Aucilene Pereira de Souza (112.114.232-04); Eneide Pereira de Matos (112.257.422-34); Fábio Gonçalves de Almeida (447.278.872-15); Gardênia Rodrigues da Costa (199.904.302-25); Gerson Barbosa Lima (166.734.762-49); Geruza de Fatima Pessoa dos Anjos (204.021.044-04); Helvya Rochelle Tavora Minotto (509.557.212-53); Jose Evaldo Correia (139.390.333-91); Jose Luiz Correia dos Santos (048.437.112-68); Jose Ribamar da Rocha (536.936.984-49); Paulo Henrique Brasil Hass Goncalves (189.342.182-15); Paulo Roberto Oliveira de Vasconcelos (039.800.812-49); Raimunda Silva Rodrigues (144.458.162-72); Vanderlucia dos Santos Vieira (164.341.452-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Roraima

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9872/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;

Considerando que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido, cujas razões discorridas se limitam a demonstrar a discordância com as conclusões deste Tribunal e o simples interesse na rediscussão do mérito;

Considerando que as condutas atribuídas ao ex-prefeito e à empresa contratada estão associadas ao pagamento por serviços não executados ou executados fora dos padrões dispostos no plano de trabalho (imprestáveis), pagamentos esses que ocorreram em 6/6/2007, 20/9/2007, 24/10/2007 e 8/11/2007;

Considerando que o ato que ordenou a citação foi assinado em 23/11/2017;

Considerando a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, pois superado o prazo de dez anos desde as ocorrências;

Considerando a possibilidade de se reconhecer de ofício a prescrição da pretensão punitiva, consoante art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente nesta Corte de Contas, nos termos do art. 298 do Regimento Interno/TCU (precedentes conforme Acórdãos 5.454/2018 e 6.897/2018-TCU-2ª Câmara);

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Aldenir Santana Neves (peça 38) em face do Acórdão 4.743/2018-TCU-1ª Câmara (peça 26); em tornar insubsistente o item 9.4 do Acórdão 4.743/2018-TCU-1ª Câmara, ante a prescrição da multa aplicada aos responsáveis; e em dar ciência deste acórdão ao recorrente, juntamente com as instruções (peças 42 e 46), de acordo com o parecer ministerial (peça 46).

1. Processo TC-002.863/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aldenir Santana Neves (176.561.093-15); JPL - Construções Ltda - Me (07.556.570/0001-01)

1.2. Recorrente: Aldenir Santana Neves (176.561.093-15)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Urbano Santos - MA

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.8. Representação legal: Gentil Augusto Costa (2.682/OAB-MA), representando JPL - Construções Ltda - Me; Francisco de Assis Souza Coelho Filho (3810/OAB-MA) e outros, representando Aldenir Santana Neves.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9873/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;

Considerando que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido, cujas razões discorridas se limitam a demonstrar a discordância com as conclusões deste Tribunal e o simples interesse na rediscussão do mérito;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar - MA (peça 66) em face do Acórdão 4.563/2018-TCU-1ª Câmara (peça 48), e em dar ciência deste acórdão à recorrente, juntamente com a instrução (peça 71), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.445/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Glorismar Rosa Venâncio (146.995.593-87); Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar - MA (06.003.636/0001-73)

1.2. Recorrente: Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar - MA (06.003.636/0001-73)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar - MA

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.8. Representação legal: Carolina Rodrigues Silva Farias (18030/OAB-MA) e outros, representando Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar - MA.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9874/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis indicados no item 1.1, dando-lhes quitação, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 57), à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.570/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Digmotor Equipamentos Eletro Mecanicos Digitais Ltda (52.963.675/0001-30); Eduardo Giani Tavares (130.513.038-36); Pedro Beni Damianovic (073.730.538-07); Rogério Marcos Arrighi (058.922.838-28); Vlademir Luis Migliati (091.165.188-88)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Marcos Henrique Zimermam Scalli (317.172/OAB-SP) e outros, representando Digmotor Equipamentos Eletro Mecanicos Digitais Ltda e Eduardo Giani Tavares.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9875/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.425/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Clodoveu de Arruda Coelho Neto (139.662.513-53)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sobral - CE

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Fixar prazo de 30 dias para que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/Ministério da Educação apresente parecer conclusivo quanto à execução do Programa Peja, exercício de 2013;

1.8. Determinar o sobrestamento do julgamento destas contas, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno/TCU, até que seja encaminhado parecer conclusivo acima mencionado.

ACÓRDÃO Nº 9876/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, os itens 3, 9 e 9.1 do Acórdão 6.108/2017-TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê "Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC e Região", leia-se "SEHAL - Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC", de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 67.

1. Processo TC-024.420/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); SEHAL - Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC (51.109.841/0001-72); Walter Barelli (008.056.888-20); Wilson Aparecido Bianchi (028.838.848-89)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Joao Manoel Pinto Neto (52232/OAB-SP) e outros, representando Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande Abc e Região.

1.7. Determinar à unidade instrutiva de origem que proceda à alteração nos sistemas deste Tribunal do nome do responsável ora retificado, de forma a evitar futuros erros materiais, porquanto ainda não sanado.

ACÓRDÃO Nº 9877/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 5.580/2018 -TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê "Valor original (R$) 25.597,00", leia-se "Valor original (R$) 25.597,20", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.083/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Beneficente Educacional Conhecer Aprendendo (03.086.104/0001-59); Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); Neilde Matos Rodrigues (000.953.758-99)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9878/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 6º, inciso I, c/c o art. 19 da Instrução Normativa TCU 71/2012, em arquivar os presentes autos sem julgamento de mérito, tendo em vista a ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo; adotar a medida a seguir e em dar ciência deste acórdão, juntamente com os pareceres (peças 16 e 19), ao responsável e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-028.697/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco Adelmo Nogueira Queiroz de Aquino (472.110.083-34)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Potiretama - CE

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Comunicar ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, à Câmara Municipal de Potiretama/CE e ao Ministério Público daquele Estado, para adoção das medidas cabíveis em suas respectivas esferas de competência, que o débito imputado ao responsável Francisco Adelmo Nogueira Queiroz de Aquino, ex-prefeito do Município de Potiretama/CE, decorrente da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos por meio do Convênio 062/2010 (Siconv 736423), firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi recolhido aos cofres do Tesouro Nacional indevidamente com recursos do Município de Potiretama/CE, no valor total de R$ 255.761,02, em 18/12/2017.

ACÓRDÃO Nº 9879/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, da leitura conjunta da IN-TCU 71/2012 c/c o parágrafo 28 da Portaria-Segecex 12/2016, vê-se que a primeira linha de defesa na fiscalização da aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere é a própria autoridade administrativa competente, que deve imediatamente adotar as medidas ao seu alcance para corrigir eventuais impropriedades ou ilegalidades, observados os princípios norteadores dos processos administrativos, que a segunda linha de defesa são os órgãos e entidades repassadores de recurso e que a terceira linha de defesa compete ao órgão de controle interno;

Considerando que o TCU, na condição de órgão julgador dos processos que envolvem a aplicação de recursos repassados pela União, deve prioritariamente analisar as medidas adotadas pelos órgãos e entidades repassadores dos recursos tendo por finalidade identificar pontos críticos na execução descentralizada da ação de governo e oportunidade de aperfeiçoamento do processo de implementação da política pública e dos mecanismos de controle dos entes públicos responsáveis, certificando-se, especialmente por ocasião do exame das contas ordinárias anuais, dos resultados das providências adotadas em decorrência das questões apontadas pelo controle interno;

Considerando que o parágrafo 31 da Portaria-Segecex 12/2016 orienta que os documentos que comunicam a ocorrência de supostas impropriedades ou ilegalidades, sem débito, em procedimentos atinentes à aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere devem ser cadastrados com o tipo "Comunicação de irregularidades", ainda que intitulados de representação;

Considerando que as informações constantes de tais documentos devem ser mantidas na unidade instrutora, e que, além de contribuir para o exame nas tomadas ou prestações de contas, poderão servir de subsídio para diligência, planejamento ou proposição de fiscalizações, produção de conhecimento ou para outros fins gerenciais e de inteligência;

Considerando que no exame feito pela unidade instrutora foi claramente informado não haver a existência de qualquer menção a débito nos autos (§19) e que as irregularidades versam sobre falhas formais (§21), reforçando a necessidade de seguir o parágrafo 31 da Portaria-Segecex 12/2016;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, c/c arts. 103 e 105 da Resolução-TCU 259/2014, c/c parágrafos 28 e 31 da Portaria-Segecex 12/2016, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, e em dar ciência desta deliberação ao autor da comunicação.

1. Processo TC-011.119/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. determinar à unidade instrutora que em casos futuros e similares, observe as disposições da Portaria-Segecex 12/2016, que tem o intuito de uniformizar procedimentos atinentes à autuação, instrução e exame das denúncias e representações à luz da Resolução-TCU 259/2014, com especial atenção para o fato de que nem todos os documentos encaminhados ao TCU noticiando a ocorrência de supostas irregularidades ou ilegalidades devem ser autuados como processo de controle externo de denúncia ou representação, sem prejuízo, por óbvio, que sirvam de subsídio para o planejamento ou a proposição de fiscalizações, produção de conhecimento ou para outros fins gerenciais e de inteligência.

ACÓRDÃO Nº 9880/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a competência do Tribunal de Contas da União nos processos de controle externo, em especial as denúncias e representações, destina-se a assegurar primordialmente a observância do interesse público e não de interesse meramente privado (e.g., Acórdãos 3.273/2013, do Plenário, 4.402/2016, da 1ª Câmara, e 7.329/2014, 2.082/2014, 5.826/2012 e 8.203/2011, da 2ª Câmara);

Considerando que a tutela de interesses ou direitos subjetivos deve ser resolvida perante a própria administração contratante, por meio de recurso administrativo, ou perante o Poder Judiciário, mediante a devida ação judicial, como, inclusive, já foi feito pela representante (e.g., Acórdãos 4.402/2016 e 1.166/2015, da 1ª Câmara);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 237, parágrafo único, e o art. 235 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade pertinentes, e em dar dada ciência deste acórdão, juntamente com a instrução inicial (peça 9), à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.795/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.5. Representação legal: Alex Zeidan dos Santos (19.546/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 24/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 9881/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, 259, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido pelo MPTCU, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-008.992/2012-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Lima Gidi (072.540.675-53); Maria Neuza da Silva Santiago (221.690.835-53); Sonia Maria Santos Sobral (101.330.035-15).

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que:

1.7.1. nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0010924-11.2014.4.01.3300, que tramita junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em favor de Maria Neuza da Silva Santiago (CPF 221.690.835-53); e

1.7.2. priorize a análise do ato de de controle 10012923-04-2016-000014-2, emitido em favor de Maria Neuza da Silva Santiago (CPF 221.690.835-53).

ACÓRDÃO Nº 9882/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.418/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Naima Paiva Ferreira Martins (092.638.702-25); Marilucia Silva dos Anjos dos Santos (182.222.342-34); Otavio Oliveira da Silva (038.446.842-04); Otni Miranda de Alencar (016.942.942-34); Raimunda Iralice Videira Barreto (163.937.672-00); Raimundo Vilhena da Rocha (017.530.372-04); Rosa Maria Caldas Silva (182.173.462-91); Sonia Maria Vaz Medeiros (209.482.042-49); Wilson Jose Queiroga de Souza (002.840.068-23); Zeneide Freitas de Souza (267.380.072-72).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9883/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria (inicial e alteração) ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-024.134/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Anilson Wellareo Toledo (381.852.961-20).

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9884/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.858/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Accácio de Paiva Valle (016.608.371-20); Adalton Amadeu Bastos (300.324.667-49); Adamastor Soares da Silva (214.673.407-82); Adanir Antonio Santarem (201.543.649-91); Adilson Brandão Chiacchio (066.140.275-49); Adroaldo Santos (035.731.507-30); Adélia Bloise (094.114.457-72); Alcides Malaquias de Aquino (032.714.557-91); Alfredo Cunha de Vasconcellos (019.163.787-49); Alfredo Vieira Farias (004.998.461-68); Alfredo Vieira Farias (004.998.461-68); Alfredo Vieira Farias (004.998.461-68); Alfredo Vieira Farias (004.998.461-68); Alice Barbosa de Moura Leite (410.054.908-30); Alice Barbosa de Moura Leite (410.054.908-30); Alice Melo da Silva (296.777.007-82); Alice Melo da Silva (296.777.007-82); Alvaro Macedo Bittencourty (052.633.447-91); Alzimar Mafra Martins (592.038.627-49); Amaril Zambrano Prates (070.209.610-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9885/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.859/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Amir Paulo Dela Rocca (031.808.409-00); Ana Cecília Garcia de Oliveira Vinco (442.262.417-20); Ana Elisa Macedo Lima (143.554.343-20); André Canto da Silva (003.392.102-49); Angela Maria Nogueira Bahia Miranda (705.372.837-49); Angelo Dias Maciel (009.166.417-91); Angelo Mauricio Camargo dos Santos (074.139.390-53); Anilques Paz de Oliveira (346.722.737-68); Anna Amelia Trotte de Menezes (190.353.577-87); Antonio Carlos Gonçalves (521.463.248-72); Antonio Carlos do Couto Lobão (158.403.282-00); Antonio Francisco da Silva (308.799.147-34); Antonio Gomes Cardoso (057.452.681-15); Antonio Henrique de Souza (015.371.302-00); Antonio José Livalter (028.727.733-04); Antonio Luiz de Sampaio Brasil (027.511.601-82); Antonio de Oliveira Machado (332.610.407-34); Antonio de Oliveira Neves (046.380.267-53); Antonio de Oliveira Neves (046.380.267-53); Antônio José Domingues (018.109.600-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9886/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.860/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Maioli (151.529.369-68); Antonio Pereira Ramos (047.336.573-15); Aparecida Rodrigues (106.644.591-53); Aparecida Rodrigues (106.644.591-53); Ariete Maria Sa de Souza (209.532.592-34); Arlindo Pedroso Ferreira Filho (028.699.342-20); Armando da Graça Gonçalves (466.079.607-82); Aroaldo Santos (035.731.507-30); Augusto Faria de Souza (022.967.486-00); Augusto Fernandes Cardiano (239.115.227-20); Augusto Fernandes Cardiano (239.115.227-20); Benedito Ferreira da Silva Neto (299.049.607-63); Benedito Leopoldino da Silva (031.650.354-15); Benedito Pedroso (042.517.177-91); Benedito Pedrozo (042.517.177-91); Benedito Salomao (240.423.079-49); Benedito Soares (207.743.467-87); Bento Rodrigues Leite Neto (435.542.707-25); Bernadatte Ribeiro Ponciano (329.197.007-15); Carlitos Roque Reis (006.671.701-97).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9887/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.861/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Dias de Souza (309.612.037-49); Carlos Alberto Lauria (252.599.207-59); Carlos Alberto Miranda (036.205.652-87); Carlos Albertolauria (252.599.207-59); Carlos Cesar de Sá Rocha Salgado (190.613.827-34); Carlos Henrique Klein (017.037.498-04); Carlos de Freitas (950.555.258-00); Carmelino Arias da Cubha (023.960.502-06); Carmelo Nunes (151.536.148-91); Celso de Andrade Rodrigues (424.710.107-25); Chaim Leib Katz (030.434.287-49); Charles de Freitas Ribeiro (511.148.017-04); Claudio Alex Fagundes da Silva (274.635.837-91); Claudio Antonio Dias da Costa (185.309.400-59); Claudio Antonio Dias da Costa (185.309.400-59); Claudio Oliveira Ribeiro (174.145.818-88); Cleuza do Sacramento Praxedes (458.202.607-91); Constantino Juknevicius Neto (269.740.708-10); Creimar José de Souza (598.548.047-04); Cristovão Machado de Freitas (481.443.557-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9888/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.863/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eldo de França Ferreira (030.311.441-04); Eldo de França Ferreira (030.311.441-04); Elesbão de Santana Filho (007.032.655-04); Eliane Souza de Vasconcellos (260.994.707-00); Elias Alves de Oliveira (351.964.407-04); Elio de Oliveira Ramos (357.295.207-78); Elizabeth Casaes Ferreira Pinho (466.540.977-34); Elizabeth Casaes Ferreira Pinho (466.540.977-34); Elizabeth Pereira Quintella (347.863.177-72); Eloisa Helena de Souza (141.268.779-91); Elpidio Maia de Rezende (026.050.156-53); Elzi de Souza Santana (238.320.297-53); Eneily de Fatima Maciel Alencar (142.209.973-34); Ernesto Soares de Oliveira (142.353.234-15); Esmeralda Teixeira David (483.997.877-87); Estacio Ramos de Arruda (045.970.521-00); Eudas Carneiro Rego Bastos (684.064.104-00); Euridice Vani Rangel (068.792.331-04); Ewerton Gayo Rodrigues de Oliveira (143.453.314-04); Fabio Goes Guerra (127.692.587-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9889/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.865/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gilce Faria (410.452.547-20); Gildo Silveira Ghelli (032.315.692-49); Gildo Silveira Ghelli (032.315.692-49); Gilson Jose Vilela Ferreira (049.205.384-72); Gilvan Bento da Silva (041.551.901-25); Giomar Pereira Dias (532.799.487-20); Gladstone Bicalho Passos Homem (467.626.127-68); Gloria Costa Antunes de Lemos (712.458.477-91); Gloria Costa Antunes de Lemos (712.458.477-91); Gloria Maria Pimenta de Castro (370.416.657-04); Guido Luiz Alves Tramont (281.085.907-87); Guido Torres Giovanini (663.522.407-63); Guido Torres Giovanini (663.522.407-63); Guilhermino de Jesus Barcelos Feijo (084.959.390-53); Heitor Manoel Santos (181.210.807-97); Helena Bezerra Torelly (766.929.737-91); Helena Bezerra Torelly (766.929.737-91); Heloisa Maria Rodrigues Monteiro (270.502.897-87); Henrique Gadelha de Souza (004.324.152-20); Hélcio Araújo da Cunha (034.444.907-63).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9890/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.868/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jorge José (383.696.307-82); Jorge Moreira do Couto Filho (245.287.067-68); Jorge Nazareno Lima Pinto (139.100.004-87); Jorge Pedro Gonçalves (509.552.257-87); Jorge Souza de Amorim (711.970.367-68); Jorge da Silva Maldonado (023.772.097-34); Jose Antonio Pinto Gonzalez (090.416.131-53); Jose Carlos Langa (159.448.597-68); Jose Carlos Martins Pereira (265.030.697-15); Jose Carlos Pereira Antas (319.837.407-30); Jose Celso Joteika Galvao (684.214.438-87); Jose Dacio Rodrigues de Carvalho (031.963.994-00); Jose de Jesus Farias Filho (037.882.293-49); Jose de Jesus Farias Filho (037.882.293-49); José Adonis Sobrinho (312.216.888-04); José Arnaldo Oliveira Morais (037.563.605-63); José Bezerra de Araújo (176.023.864-34); José Carlos Guimarães Sardinha (002.437.875-53); José Carlos Vicentini (087.858.649-00); José de Deus (065.083.913-72).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9891/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.869/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Francisco dos Santos (602.133.297-00); Jose Geraldo de Souza Faria (070.461.036-15); Jose Homero Leite Vieira (126.622.674-53); Jose Leandro de Lima (402.603.647-20); Jose Luiz Bautista Vidal (018.424.555-91); Jose Luiz de Miranda (367.745.028-49); Jose Maria Pinheiro (373.332.087-53); Jose Maria dos Santos Serrão (011.286.632-87); Jose Raimundo de Araujo (200.313.276-72); Jose Siqueira (041.455.858-87); José Fernando Garcia Caldieraro (228.997.580-04); José Ferreira Neto (239.099.787-20); Jozias Ribamar Silva (045.337.397-68); Juarez Carlos Jose (329.757.327-91); Juarez de Castro Oliveira (468.796.847-34); Julio Cezar Silva Breves (347.216.657-68); Juracy Carvalho de Farias (003.389.072-20); Juracy Carvalho de Farias (003.389.072-20); Juracy Carvalho de Farias (003.389.072-20); Kelma Pestana Borba (097.583.647-15).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9892/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.871/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Kwanko Shinzato (361.953.678-34); Laurici Vicente (126.568.608-49); Laurici Vicente (126.568.608-49); Leila Regina Ebendinger Martins (359.339.417-00); Leila Regina Ebendinger Martins (359.339.417-00); Leo Jose de Oliveira Lima (014.734.248-10); Lilian Lewald (064.206.807-00); Lilian Lewald (064.206.807-00); Lilian Lewald (064.206.807-00); Limdemberg Carreira (246.459.747-34); Lindemberg Carreira (246.459.747-34); Lisis Bittencourt de Souza (003.733.032-20); Loide de Matos Alvarenga Juliao (670.287.218-68); Lourdes Montanari Gonçalves (415.033.096-49); Lourdes Montanari Gonçalves (415.033.096-49); Lucia Ailleen Hippett de Cerqueira (153.668.711-15); Lucimar Assis Barbosa (506.911.987-72); Luis Carlos Bordin (873.926.238-34); Luis Francisco da Silva (051.091.754-20); Luis Gilbrã Paim Coelho (206.975.030-20).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9893/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.872/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Alves Galvão (114.977.857-15); Luiz Alves Matos (184.307.407-91); Luiz Anselmo Fortuna Dias (330.023.476-04); Luiz Anselmo Fortuna Dias (330.023.476-04); Luiz Antonio Cruz (464.888.397-72); Luiz Antonio Cruz (464.888.397-72); Luiz Antonio Machado (217.567.240-91); Luiz Antonio Treuko (150.426.509-20); Luiz Carlos Areias (270.254.207-78); Luiz Carlos Delomo (863.367.208-10); Luiz Carlos Figueiredo (264.918.777-87); Luiz Carlos Graciano (135.241.511-91); Luiz Carlos de Oliveira Filho (185.890.579-68); Luiz Carreiro do Amaral (311.736.917-15); Luiz Claudio Barcellos (447.736.927-15); Luiz Eugenio Soares Cibrão (269.816.707-63); Luiz Fernando Marques de Lima (273.299.927-04); Luiz Fernando Marques de Lima (273.299.927-04); Luiz Pedro de Andrade Neto (167.283.604-25); Lusia Pinheiro Teixeira (343.614.727-34).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9894/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.873/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luzia do Cabo (379.206.857-53); Manoel Borges Barcelos (075.880.387-72); Manoel David de Lima (086.635.214-72); Manoel Faustino Neto (002.309.361-72); Manoel da Trindade Gaia (237.824.806-78); Marcia Maria dos Santos (072.823.895-00); Marcio Luciano Siqueira (308.430.221-91); Marcio Oliveira Pereira (271.123.577-72); Margarida da Cruz Botelho (970.387.258-15); Margarida da Cruz Coelho Botelho (970.387.258-15); Mari Lucia Goulart (600.600.937-49); Maria Aparecida de Paula Faria (558.835.678-00); Maria Marques Santos (313.319.554-91); Maria da Guia Teles Galvão (291.444.851-15); Maria de Fatima Alpande de Figueiredo (510.329.537-72); Maria de Jesus Melao (182.351.401-44); Maria de Nazaré do Socorro de Pinho Lima (043.162.742-87); Maria do Carmo Dealmeida Vasconcelos (138.595.364-00); Maria do Carmo da Costa Cunha (412.480.077-00); Márcia Maria dos Santos (072.823.895-00).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9895/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.878/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Oswaldo Nunes (020.417.827-49); Otavio Correa (012.631.021-15); Ovidio Joaquim dos Santos (058.772.611-34); Paulo Augusto Gonçalves (044.785.686-34); Paulo Celio Cirino Silva (024.113.851-53); Paulo Celio Cirino Silva (024.113.851-53); Paulo Emilio França Sette Pinheiro (166.537.266-49); Paulo Emilio França Sette Pinheiro (166.537.266-49); Paulo Jorge de Barros Malta (112.927.924-34); Paulo Lopes de Carvalho (048.354.926-68); Paulo Paes Araujo (711.366.147-53); Paulo Paterlini Vieira (515.088.428-68); Paulo Ramalho de Souza Filho (101.998.885-15); Paulo Roberto Alves (238.725.787-15); Pedro Lopes Cardoso (006.850.971-53); Pedro Lopes Cardoso (006.850.971-53); Pedro Marcos da Silva (350.794.447-20); Raimundo Antonio Mendonça (012.886.103-78); Raimundo Cerqueira Melo (092.673.875-53); Raimundo Gomes da Silva (043.580.743-91).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9896/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.880/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rodney Loyola Monte da Silva (483.899.007-34); Rogerio Antonio Lagoeiro de Magalhães (035.437.577-68); Rogerio Antonio Lagoeiro de Magalhães (035.437.577-68); Ronilson Souto Lima (431.478.797-04); Rosilda Ribeiro Machado (436.156.437-04); Rubem Rodrigues Lourenço (092.853.696-34); Rubens Rocha de Almeida (366.819.467-04); Rui Camara Barbosa (329.114.677-87); Ruy Barbosa Torres (024.351.956-72); Sandra Marcia Simoes dos Santos (060.072.468-92); Sandra Marcia Simões dos Santos (060.072.468-92); Sandra Marcia Simões dos Santos (060.072.468-92); Saphira Bastos de Araújo Goes (112.490.645-20); Sebastiao Serafim Alves (074.852.204-20); Sebastião Moraes Marques (411.371.837-72); Segisnando de Lima Milanez (059.886.323-00); Sergio Luiz Santos das Dores (463.248.107-63); Sergio de Fatima Manso Carapeto (224.604.970-91); Severino Evaristo Gama (059.860.014-00); Sérgio Luiz Santos da Dores (463.248.107-63).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9897/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.881/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Severino Ramos Leão (011.865.904-91); Silvio Carlos de Araujo (939.603.798-20); Silvio Souza Vieira (047.206.105-44); Sinval Moreira de Souza (084.731.025-68); Sinval Moreira de Souza (084.731.025-68); Sinval Moreira de Souza (084.731.025-68); Sonia Elizabeth dos Anjos Ferreira de Oliveira (721.785.077-00); Sonia Elizabeth dos Anjos Ferreira de Oliveira (721.785.077-00); Sonia Maria Dantas Freitas (562.056.197-68); Sonia Regina Pessoa Dias (671.299.787-91); Sueli Barroso (435.538.347-49); Suely Araújo Montenegro (698.483.277-20); Suely Moura dos Santos (238.320.969-49); Suely Novais Santos Damasceno Figueiredo (092.911.995-91); Sulivan Calife Damião (103.396.047-00); Sônia Leir Lima Furtado (098.648.573-04); Terezinha Frota Sá (343.689.577-68); Trajano Zaninelli (047.159.429-68); Tânia Regina Duarte Motta Rossini (352.391.587-20); Urahi Brum de Oliveira (549.417.687-87).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9898/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.882/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Valderes Fraga de Souza (477.256.720-87); Valderes Fraga de Souza (477.256.720-87); Vera Lucia Moraes Cruz (374.066.807-59); Vera Regina Affonso de Oliveira (542.195.587-72); Vilma da Costa Vidal (437.087.147-68); Vitor Longo da Silva Filho (363.161.727-53); Vitoria Regia Oliveira Teixeira (338.890.827-34); Vivaldo Ferreira Ribeiro (184.527.957-34); Waldir Tiburcio Pinto (299.701.138-87); Walter Carlos Pinheiro Junior (344.542.767-49); Walter Medeiros Simbras (181.805.317-91); Walter Medeiros Simbras (181.805.317-91); Walter Sergio Marchetti (197.496.197-49); Walter Soares dos Santos (129.237.536-15); Wanderley Cardoso do Nascimento (271.552.937-68); Wanderley Mairinck (268.521.447-04); Wilson Duque Estrada Regis (220.703.707-04); Yara de Moura Fernandes Mattos (728.851.067-00); Yonei da Silveira Belmonte dos Santos (289.411.877-53).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9899/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.112/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lea Guimarães Amarante (045.528.418-07).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9900/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.394/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Costa Goes (049.792.526-56); Antonio Marcos Rodrigues (915.231.846-04); Carmen Celeste Correia Cavalcanti de Albuquerque (837.167.774-04); Claudio Ferreira dos Santos (827.549.266-15); Danielle Aguiar Carvalho (012.246.656-00); David Silva Ferraz (073.309.806-17); Enzo Ortenzio Lopes (000.020.276-23); Euslane Michele de Souza (016.337.006-07); Gislene Miriele Silva Reis (074.691.166-13); Guilherme Messeder Caldas Bretas (057.061.606-94); Izael de Lima Junior (013.899.274-66); Jessica Nogueira Correia (075.771.776-44); Joamir Henrique da Silva (703.416.724-91); Joao Carlos Borges Correia de Aguiar (051.309.744-92); Joao Herculano da Silva (244.954.847-53); Jomarg Alves de Araujo (072.316.236-03); Jose Carlos Beker (566.253.327-04); Kebia Carine de Jesus Borges (013.620.986-63); Marcelo Martins da Silva (070.194.346-73); Marcia Marques Vieira (879.648.806-91).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9901/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.434/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adi Siqueira de Vilhena (526.265.122-49); Adilson Leibal (106.670.468-60); Adriana Hoff Rodrigues (602.055.120-20); Adriana Pereira de Freitas Sousa (028.333.941-10); Adriana da Conceicao de Oliveira (059.719.895-02); Agata Jessica da Silva Stadler (050.575.719-23); Akinjogbin Pereira Santa Rita (057.392.615-89); Alair Gustavo Carvalho Guedes (116.932.286-70); Alba Livia Brizolla dos Santos (022.456.880-90); Albeneide Adelino Ferreira (959.468.021-00); Albino Soares Feitosa (223.933.661-72); Aldo Daniel Bastos Carneiro (147.840.017-00); Alessandra de Moura Campos Silva (951.196.631-68); Alexandre Bispo dos Santos (073.633.377-05); Alexandre Bom Mazzitelli (394.713.650-15); Alexandre Roberto Monteiro (076.675.166-00); Alfred Rinald Ribeiro Torres (002.673.933-00); Alice Maria Silva Santos (824.209.553-15); Aline Aguiar Amorim (048.621.671-36); Aline Cristina Wolff Saquet (020.071.510-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9902/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.441/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danyela Guimaraes Lucena Romao (777.511.754-00); Darlene da Cruz Nunes (016.419.956-02); Darven Bispo Homem (018.481.170-86); Daylton Jonnes Cavalcante Barros (002.629.043-06); Debora Severo da Silva (030.100.360-27); Deividi Gaziero Klein (005.056.150-29); Deize Cristiane Manhago (670.648.090-87); Dener Christian de Souza Braga (044.523.541-14); Denis Giordani Carrion Pereira (003.563.820-60); Denis Ribeiro de Castro Castanheira (030.416.631-63); Denise Dumke (016.145.970-65); Denise Lunardi (004.803.170-46); Denise de Araujo Santos (022.103.937-60); Denise de Moraes Santanna Santos (009.241.967-42); Diego da Silva de Andrade (009.785.570-77).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9903/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.445/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dora Sugimoto (898.271.398-00); Douglas Missio Machado (012.579.620-00); Ederaldo de Assis Rodrigues Junior (077.761.254-23); Ederson Dantas Ribeiro (384.050.348-54); Edlaine Reboucas Moreira (012.815.685-62); Edna Maria Ferreira (448.216.039-34); Edson Jose Ito (018.731.939-12); Eduardo Freire Santana (114.089.898-16); Eduardo Guimaraes Domingos (318.084.628-31); Eduardo Phaelante da Camara Lima (955.739.250-91); Eduardo Silveira Damo (002.697.210-70); Edulmar Sadi Ruchinsque Junior (959.867.660-91); Elenice Araujo Franca (476.614.700-63); Elias Israel Silva (266.741.368-75); Eliete Mantovani (800.328.008-78); Eliete Silva Meneses dos Santos (787.138.387-68); Eliza Sayuri Higa (393.687.341-00); Elizabeth Romero de Almeida Cruz (110.538.676-70); Eloa Eli Santos de Aguiar (284.060.790-53); Elvira Aparecida Faria (627.033.741-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9904/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.452/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Fernanda Matias Cavalcante Bruno (003.105.942-27).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9905/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.455/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Frederico de Brenner Lima Tschiedel (006.198.890-12).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9906/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.461/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme Dal Sasso (024.276.350-22); Guilherme Porto Nogueira (063.413.173-79); Guilherme Siqueira Oliveira do Couto (089.305.696-09); Guilherme Vidal dos Santos (425.691.548-65); Guilherme dos Santos Martins (031.184.970-92).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9907/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.465/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hugo Roberto Hinterholz (970.267.430-15); Humberto Lopes (697.932.988-04); Hyago Andrade Brito (151.896.627-64); Iara Borges Carneiro (145.672.287-58); Icaro Novaes Nader de Azevedo (087.402.054-95); Ida Porto de Oliveira (018.355.714-09); Igon Monteiro de Oliveira (017.232.572-22); Igor Carvalho Nazario (048.095.945-56); Igor Manoel Oliveira (824.448.465-91); Ilson Oliveira Ramos (047.446.275-79); Isa Cristina de Almeida Santos (051.553.135-97); Isabel Cristina Freitas Benites (471.511.960-91); Isabel Cristina Oliveira Vellasco (454.511.507-10); Isabela Rodrigues Setubal (110.813.936-10); Israel Alves da Silva (059.089.273-84); Italo Fernandes de Lima (043.024.341-39); Italo da Silva Carvalho (038.282.973-58); Iury Macks Miranda (072.752.074-19); Ivan Carlos Costa Aquila (840.632.899-15); Ivana Nayhalla Duarte Nunes (023.862.073-58).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9908/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.469/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jeferson Schneider (020.044.110-82).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9909/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.473/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jonathan Henrique Konrath (082.719.949-05); Jonathas Genaldo Barreto de Azevedo (073.999.674-66); Joniel de Sousa Araujo (037.355.273-45); Jordana Moraes Bianchi Botaro (106.479.596-07); Jorge Antonio Lima da Silveira (742.871.761-20); Jorge Lucio Castanho (032.630.537-87); Jorge Luiz Caetano da Silva (023.817.867-67); Jorge Luiz Viveiros (023.541.458-10); Jose Augusto Oliveira Silva (115.053.776-09); Jose Benjamim Guimaraes (035.884.971-37); Jose Bonifacio de Paiva Neto (021.321.653-19); Jose Carlos Jovino

Belem (047.021.343-45); Jose Carlos Silva Nascimento (299.560.641-49); Jose Cipriano Mauriz Lira (999.732.193-68); Jose Edelvan Guia (054.095.223-03); Jose Ewerton Gomes da Graca Cunha (111.455.344-14); Jose Fabiano Ribeiro da Cunha Junior (081.315.154-60); Jose Gustavo de Carvalho Neto (106.889.556-06); Jose Jairo da Silva Martins (041.127.804-51); Jose Janailson Gomes da Silva (100.883.294-45).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9910/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.477/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Leandro Sales dos Santos (016.068.984-85).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9911/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.482/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luis Felipe Alvim Ferreira (023.370.691-76).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9912/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.489/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nayra Ariel Dias Nogueira (022.362.323-73); Nei Brun Lazzaroni (125.039.080-04); Nicholas Lemos de Figueiredo (012.717.566-09); Nicolas da Silva Correa (040.817.930-93); Nilo de Medina Coeli Neto (156.909.828-06); Nina Laender Pita (082.034.146-05); Normando Gomes de Oliveira (034.692.074-45); Ohana Rabelo Tomaz (450.949.608-73); Ostivan Trindade de Sousa Santos Junior (047.246.195-89); Pamella de Sa Azevedo Chaves (012.033.841-65); Patricia Aparecida Ribeiro (921.623.391-53); Patricia Daniely Marques Cavalcante (081.675.644-95); Patrick Ferreira Loureiro (120.038.947-64); Patrick Kayter Rodrigues de Jesus (754.408.811-15); Paula Batista Mattos (090.834.656-59); Paula Cristina Palma de Oliveira (064.813.629-97); Paulo Cabral Souza (046.598.013-90); Paulo Fernando Moresco Martins (670.109.700-68); Paulo Filipe Pereira (083.674.769-05); Paulo Henrique Moreira Bertolini da Silva (067.815.656-56).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9913/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.495/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Ferreira de Souza (011.931.454-14).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9914/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.497/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Romario do Nascimento Ferreira (013.220.712-50).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9915/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.504/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thays Machado Soares (140.902.377-00); Themis Alves Oliveira (048.325.853-98); Thiago Albuquerque Jorge (054.946.384-48); Thiago Augusto Teixeira da Silva (069.061.606-64); Thiago Cruz Pimentel (135.916.117-19); Thiago Fernando Santos Tiers (048.314.323-50); Thiago Ferreira da Costa Caldas (154.420.737-92); Thiago Hilleis de Oliveira Morais (021.266.421-27); Thiago Luis Pedroso Moreira (023.912.761-76); Thiago Villafane de Almeida (714.401.271-15); Thiago de Santana Marques (012.382.315-35); Thyago Frizzo (076.200.549-10); Tiago Aires Araujo (000.451.480-74).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9916/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.509/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vitor Luis Wake Buaretto (022.857.671-70); Vitor Yoshihara Miano (112.867.047-07); Vitoria de Oliveira Tavares (035.106.401-01); Vivian Sobral Lima (135.097.527-32); Viviane Campezate Diniz (286.667.668-83); Viviane Gemerasca de Oliveira (629.703.640-34); Viviane Holanda Rangel (098.027.944-57); Vonder Freitas Maia (133.876.181-15).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9917/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.511/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Wanderson Oliveira de Morais (097.232.616-26); Wanessa Gabrielle Toledo Martins (016.658.766-46); Welber Ferreira Gomes (721.843.021-04); Wellen Narcizo dos Santos (156.374.987-41); Wellington Gomes dos Santos (108.036.096-47); Wellington Trochik (056.176.369-01); Welteman Lopes Neves (694.878.041-53); Wender Jose Santos Castro (010.036.213-33); Wesley Douglas Marinho dos Santos (096.191.714-89); Weslley Georgython Brandao Lopes (032.872.375-43); Wilker Bezerra Lucio (046.520.053-26); Wilks Barreto da Silva (941.631.542-72); William Batista de Vasconcellos Ramello (341.229.018-12); Willyson Pabulo Prado da Silva (062.325.553-76); Xambe Barcelo Carneiro Arantes (584.169.192-91); Yuri Guimaraes (012.791.170-79); Yuri Moreira Figas (015.514.780-30); Yuri Riul Fernandes (090.178.236-07); Zeferino de Oliveira (199.087.929-20); Zelia Nascimento de Lima (795.553.067-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9918/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.697/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Advair Carvalho Silva (011.520.582-90); Diego Ferreira Garcia (011.325.220-05).

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9919/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.651/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camilla Carolina Hunt (091.198.127-60); Daniel Gaspar Parente Teixeira (108.452.547-07); Eraldo Natalicio Ferreira Pinto Junior (081.459.607-03); Fernando Cezar Ribas Cagido (882.650.997-20).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9920/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.679/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio William Correia Diniz (092.629.864-08); Tomas Barreiros de Mello (095.618.354-95).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9921/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.021/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiz Henrique do Espirito Santo Andrade (023.339.751-56).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9922/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.143/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Daniel Junges Menezes (022.464.150-63).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9923/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.875/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gildo Pedro da Silva (665.442.204-00); Giovani Araujo Homem (259.539.313-87); Greyson Luiz Magalhães Gomes (068.668.386-22); Hudson Dantas Monteiro (042.382.016-80); Hugo Josue de Assis Costa (012.116.184-63); Jack Crawford Fernandes (446.991.586-68); Jarbas Neves Guedes (546.935.603-59); Jardel Freire Leite (480.170.943-53); Joao Gustavo da Costa Moreira (045.145.696-31); Joel Paulo Batista da Silva (625.708.113-00); Jorenilson Madeiros Medeiros (758.876.903-30); Jose Ferreira Mendes Junior (231.986.723-68); Jose Jacinto de Melo dos Santos (114.458.168-06); Jose Marcio Maciel de Carvalho (055.118.064-12); Jose Rodson Miguel dos Santos (043.161.644-22); João Bosco Costa (056.104.513-53); João Rafael Souto dos Santos (619.051.513-49); Juliana Barbosa Esteves (109.374.037-09); Juslane Alves Lacerda Varela (037.826.476-10); Leandro Athouguia Rocha (983.455.406-00).
1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9924/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.914/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Reis da Silva (947.365.882-68); Adriele Regina Rodrigues Campos (049.845.963-25); Adrielly Cristina Ponciano (107.267.506-46); Adryanna Dantas do Nascimento (001.325.033-79); Aender Souza Fonseca (115.869.716-38); Afonso Celso Machado (049.572.457-20); Afonso Felix Barra (992.034.056-15); Agailson Andrade da Silva (081.276.824-89); Agatha Cristina Rosa da Silva (053.106.619-30); Aghata Cris Carneiro Furtado (114.594.197-40); Agnes Aparecida Folan Costa (145.630.487-98); Aguida Aparecida Ferreira (613.720.996-20); Aguinaldo Antonio Rodrigues (826.203.341-87); Aida Peres de Macedo (998.967.613-53); Aiko Inumaru (640.299.219-49); Aila Rayana Lopes Monteiro Lima (031.473.383-39); Ailton Pedro Nunes Junior (093.970.106-54); Ailton da Silva Cordeiro (072.383.434-28); Airon Rodrigues de Souza (081.857.054-70); Airton Neves Carvalho (004.342.792-85).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9925/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.918/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Kleber Monteiro Areas (015.603.889-78); Alex Rezende (027.201.531-84); Alex Sander da Conceicao Alves (139.289.927-32); Alex Sandro Alves da Silva (080.336.427-00); Alex Sandro Amorim Leao (107.942.546-24); Alex Sandro Novais dos Santos (077.289.914-26); Alex Sandro Serra de Sousa (013.676.223-95); Alexander Barbosa Maciel Ferreira (083.288.306-98); Alexander Freitas do Monte (786.343.772-53); Alexandra Aparecida de Jesus Santos (030.649.686-02); Alexandra Guimaraes de Oliveira Pereira (133.913.677-50); Alexandra Hercilia Pereira Silva (838.364.970-34); Alexandra Maria de Lima Pereira (048.196.444-40); Alexandra Queiroz Santos de Oliveira (001.145.766-02); Alexandre Alves Lima (081.237.867-94); Alexandre Alvim Araujo (854.914.206-97); Alexandre Biembengut Asanuma (087.791.509-18); Alexandre Bordovsky (105.874.307-45); Alexandre Campos Inacio da Fonseca (136.620.287-27); Alexandre Costa Lopes (855.144.541-34).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9926/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.921/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Alice Machado Lobo Cabral (832.093.795-72); Alice Shirliane Bezerra Pereira (013.596.474-14); Alice Teixeira Silva (109.853.486-74); Alicianne Araujo Oliveira da Silva (022.281.271-08); Alikaelli Paulino da Porciuncula (102.668.174-08); Alina Cecilia Costa Sousa (467.383.393-72); Aline Almeida de Souza (109.333.177-19); Aline Amaral da Silva Neves (030.668.655-41); Aline Andrade Porcino (085.488.217-01); Aline Barbosa de Santana (103.727.534-93); Aline Bianchini Henriques (092.747.287-27); Aline Carvalho Sanches (102.643.737-74); Aline Cavalcanti Ribeiro (066.360.264-56); Aline Claudia Lopes da Silva (715.902.343-91); Aline Cristina Alves da Silva (397.066.638-43); Aline Cunha Pereira (842.905.795-15); Aline da Silva Barbosa (114.280.367-84); Aline da Silva Rosa (023.487.897-52); Aline da Silva Santos (147.503.317-67); Aline das Neves Martins (033.301.895-84).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9927/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.929/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Caroline Fretes Paz (015.174.381-95); Ana Caroline Rodrigues dos Santos (145.049.317-37); Ana Catarina da Silva Santos (902.272.394-15); Ana Cecilia Lara Barbosa (084.503.869-93); Ana Cecilia Rodrigues dos Santos Godoi (074.411.114-55); Ana Clara da Costa Carvalho Fernandes (097.308.824-95); Ana Claudia Barbosa Sabino de Sousa (053.934.974-74); Ana Claudia Camargo Souza (934.655.482-72); Ana Claudia Campos Rabelo (076.568.356-36); Ana Claudia Firmino Barros (053.395.864-48); Ana Claudia Lopes Cantanhede (410.653.872-53); Ana Claudia Nogueira Teixeira (108.426.486-23); Ana Claudia Silva (470.010.621-20); Ana Claudia da Cruz Alves (021.126.521-76); Ana Claudia da Mata Nunes (092.074.296-32); Ana Claudia de Jesus Pio Matos (038.663.237-51); Ana Clea Francisco de Souza (087.745.819-70); Ana Cristina Maciel da Silva (758.265.187-15); Ana Cristina Mendes (032.049.593-09); Ana Cristina da Silva Serafim (017.291.927-42).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9928/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.931/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Luisa Veroneze Solorzano (036.510.040-40); Ana Luiza Martins dos Santos (971.954.727-87); Ana Luiza Toscano Silveira (025.035.334-26); Ana Luiza Viegas Mendes (094.308.686-83); Ana Maria Alcantara Silva (045.558.896-14); Ana Maria Alves da Silva (129.779.207-65); Ana Maria Cunha da Cruz (114.885.557-29); Ana Maria Procidonio Soares (009.051.019-44); Ana Maria Rezende Latalisa (159.069.811-87); Ana Maria Rocha Portugal (716.530.406-10); Ana Maria Zolini Moreira (076.673.726-83); Ana Maria da Conceicao Sousa (043.333.963-28); Ana Mery Carvalho Santos (728.255.965-15); Ana Nery Martins Laurindo (850.468.847-04); Ana Paula Anunciacao (035.311.435-90); Ana Paula Azevedo da Rocha (088.332.829-10); Ana Paula Braganca Rodrigues de Souza (070.202.206-30); Ana Paula Correia dos Santos (700.436.471-20); Ana Paula D Assumpcao Lins (689.622.071-68); Ana Paula da Silva Guedes Lima (058.403.203-07).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9929/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.937/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luiz Macur (080.621.489-98); Andre Luiz Marcal da Silva (001.107.071-41); Andre Luiz Megda Ramos (055.361.429-09); Andre Luiz Nogueira do Amaral (050.688.443-06); Andre Luiz Ramos Gurgel (030.238.257-77); Andre Luiz Rodrigues Simoes (012.003.682-74); Andre Machado Santos (876.089.955-72); Andre Martins da Costa (964.452.117-04); Andre Massayuki Hoyassy (045.377.659-09); Andre Nardelli Vasconcellos (033.031.087-90); Andre Oliveira Lima (608.196.883-98); Andre Pereira Oldenburg (006.245.850-77); Andre Pozzato Martins (093.884.997-27); Andre Ricardo Martins Costa (010.173.765-30); Andre Roberto Presa (029.825.860-96); Andre Santos Moreira (012.156.192-51); Andre Sarmento Barbosa (035.128.737-07); Andre Sergio Soares Guedes Trigueiro (045.634.974-01); Andre Ventura Pereira de Souza (096.929.666-58); Andre Victor Aragao Soares (040.270.543-26).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9930/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.942/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonia Botelho Ferreira (089.760.216-14); Antonia Cleilsa Rocha Pinto (020.047.262-37); Antonia Naiara Glim de Oliveira (936.653.002-82); Antonia Nildene Silva Alencar (753.322.993-20); Antonia Patricia Lopes Araujo (002.168.092-23); Antonia Raquel Brincas Guerra (049.260.159-35); Antonia Sheilane Carioca Silva (012.289.403-04); Antonia da Conceicao Freires da Rocha (052.778.883-06); Antonia de Maria Diniz Silva (007.911.833-00); Antonihone Camelo Dantas (014.511.341-85); Antonio Adenilson de Souza Costa (021.941.422-07); Antonio Aerton Clemente da Silva (485.397.834-87); Antonio Alberto de Menezes (526.538.202-00); Antonio Alves de Araujo Junior (029.898.363-06); Antonio Apolinario Barbosa (085.231.384-55); Antonio Augusto Quinhones Barros (696.956.101-10); Antonio Barroso de Oliveira Filho (968.293.973-91); Antonio Batista da Fonseca Junior (076.098.354-20); Antonio Bernardo Uchoa (298.186.723-72); Antonio Bezerra da Silva (091.858.434-58).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9931/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.947/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ariane Rogeria de Oliveira (051.929.476-93); Ariane Roldao de Oliveira (124.348.497-76); Ariane dos Santos Teixeira (030.162.235-38); Ariano Vila Nova de Oliveira (698.886.394-04); Ariany Almeida Laune (008.227.542-40); Aricia Augusta Moellmann (120.797.401-30); Ariel Devitte (082.984.349-35); Ariel Felipe da Silva (029.325.400-17); Ariel Miranda Pimentel (003.331.921-92); Ariel de Assis Lima (364.198.688-58); Ariel de Moura Santos (057.074.414-84); Arielle Marciano Martins Ferreira (035.337.753-80); Ariely Menezes da Silva (834.900.782-68); Arilson Araujo Pereira Junior (052.733.811-77); Ariocildo Antonio da Silva (058.197.344-59); Ariosvaldez Rodrigues de Lima (531.904.081-49); Arislene Rodrigues dos Santos (980.377.301-15); Aristides Farinazzo (683.559.558-20); Aristoteles Fernandes Goncalves Lacerda (049.875.924-52); Aristoteles Quirino Xavier (030.656.563-37).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9932/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.950/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Augusto Cesar Araujo Franca (605.475.702-44); Augusto Cesar Melo Carone (006.896.543-59); Augusto Cesar dos Santos Mello (744.395.107-87); Augusto Cezar Goncalves Bello (833.425.672-87); Augusto Domingues Almeida (025.224.450-81); Augusto Goulart Casagrande (024.099.350-01); Augusto Henrique Alves Bezerra (084.288.584-62); Augusto Henrique Dias (412.888.108-22); Augusto Henrique Rodrigues da Silva (031.307.601-48); Augusto Oliveira de Souza Filho (004.582.142-99); Augusto Othon Farias Cabral (463.602.803-10); Augusto Sergio Farias Fernandes (097.255.994-97); Aurea Nunes Langhorst Ribeiro (017.274.699-09); Aurea Yellena da Silva Galvao Nunes (051.746.574-41); Aurea da Silva Oliveira (018.799.303-31); Aurelinda Conceicao Rodrigues (785.118.951-91); Aurelucia de Lima Rodrigues (005.279.383-43); Auricedia de Morais Araujo (004.087.902-02); Auricleiton Antonio de Araujo (092.952.074-24); Aurivania Jovino da Silva (319.588.898-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9933/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.955/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bianca Guineli Lhety (394.483.608-19); Bianca Hammerschmidt (064.366.549-84); Bianca Larissa de Carvalho (016.178.556-50); Bianca Luiz Fernandes (758.145.360-04); Bianca Marques Bianchini Nogueira (083.233.076-01); Bianca Mirissa Goyata Camopy (013.509.480-12); Bianca Pimentel da Rocha Silva (063.622.564-09); Bianca Silva Trindade (044.130.535-08); Bianca Tchornei (078.657.379-12); Bianca Viana Rocha (054.435.563-63); Bianca do Rocio Vogler (072.717.799-06); Bibiana Brandes (115.722.437-75); Bibiana Terra Soares Cavalcanti (091.384.094-70); Bismark Andrade de Souza (477.790.803-82); Bluno Elionai Martins da Silva (947.042.102-78); Bonnyeck Mayk Xavier da Silva (097.377.974-85); Branda Cavalcante Dourado (065.308.455-26); Brenda Silva Costa (420.664.238-90); Brenda Silva Ramos (050.730.715-14); Brenno Augusto Borges Guedes (118.941.186-50).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9934/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.962/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caio Emmanuel Silva Nascimento (040.373.225-52); Caio Henrique Ananias de Aguiar (116.354.626-73); Caio Henrique Cardoso Linhares (409.926.568-42); Caio Henrique Pinheiro de Paula (106.892.526-41); Caio Iggo de Araujo Goncalves Miranda (039.661.493-03); Caio Lins de Albuquerque (097.076.584-36); Caio Macio da Silva (032.923.185-56); Caio Marcio Gervasio e Silva (375.888.187-00); Caio Milani Correa (086.324.879-90); Caio Neves Teixeira (040.288.125-77); Caio Rabello Decuzzi (109.220.737-67); Caio Ribeiro Monteiro (122.620.157-16); Caio Rodrigo Araujo de Oliveira (529.344.972-91); Caio Rodrigues Gomes Leite (016.100.646-90); Caio Safi Fernandes do Monte (124.801.517-78); Caio Silva de Souza (100.813.737-59); Caio Vitor Costa da Silva (049.123.515-12); Caique Ferreira do Valle (036.784.195-93); Cairo Alencar Ferreira (052.341.223-10); Calvin Costa Rocha (123.342.707-50).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9935/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.967/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carla Katlein de Lima Felisberto (008.648.792-29); Carla Leite Almeida (824.080.415-20); Carla Lima Miranda (018.407.475-44); Carla Maria Cremonesi (284.566.964-04); Carla Roberta Couto Silva (015.205.595-93); Carla Soares dos Santos (047.289.375-00); Carla Vanusia Astaurete (997.557.857-87); Carlos Alberto Araujo Bezerra de Mello (887.535.574-68); Carlos Alberto Fernandes Pereira Junior (105.094.207-88); Carlos Alberto Guedes Silva de Oliveira Fabin (047.947.304-89); Carlos Alberto Lopes Santana Filho (025.348.365-44); Carlos Alberto Ramos (738.893.857-53); Carlos Alberto Rodrigues de Souza (119.153.167-82); Carlos Alberto Sesti Junior (512.464.730-20); Carlos Alberto Silveira Robalo (944.296.000-82); Carlos Alberto da Encarnacao Junior (919.368.022-87); Carlos Alberto da Hora Junior (301.382.068-30); Carlos Alberto de Oliveira Pagan (094.363.647-76); Carlos Alberto de Souza Vieira (308.275.518-60); Carlos Alcides de Morais (346.191.351-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9936/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.974/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cassio Silva dos Santos (006.252.092-06); Cassio Soares Lopes Andrade (062.082.186-83); Cassyo Andre Sonda (044.967.171-23); Castiel Jorge Braga Rocha (006.083.522-25); Catia Gabriela Kazmierczak (066.284.159-02); Catia Maria Neves de Santana (375.323.674-87); Catiana Freitas Pinto de Oliveira (031.115.785-85); Catiane Celestino da Silva (034.646.531-10); Catiane de Araujo Maia (003.911.875-46); Caua Martins Pessoa (028.948.731-58); Cauan Braga da Silva Cardoso (014.200.371-96); Caue Moura de Castro (088.903.504-07); Caue de Jesus Cruz (430.701.578-90); Cecilia Lemos do Prado Silva (029.700.391-76); Cecilia Maria Motta de Mello (207.488.090-15); Cecilia Sousa do Nascimento (086.683.176-28); Celi Andrea Maria do Nascimento (893.644.651-72); Celia Charlene Nascimento da Silva (057.330.564-10); Celiane Santos Leite (021.878.655-76); Celina da Conceicao Aguiar dos Reis Barbosa (606.414.951-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9937/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.978/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clarenir Cristiane Hirt (052.355.239-46); Clariana de Andrade Miranda (010.735.231-10); Clarice Kinue Goncalves Sakamoto Perera (101.487.088-70); Clarice Matsuyama Rodegheri (043.634.159-08); Clarice Resende Valentim (705.363.494-95); Clarice Soares da Costa (136.663.027-00); Clarice de Almeida Santana (116.555.886-64); Clarissa Bastos de Oliveira (104.425.277-48); Clarissa Cardoso Medeiros (007.075.402-08); Clarissa Maria Lopes Gonzaga (030.105.475-44); Clarissa Reis Oliveira (091.829.016-35); Clarissa Santos de Miranda (014.300.490-57); Clarissa Smaniotto Baptista (989.937.710-49); Clarissa de Lima Monge (011.019.631-74); Clark Pinheiro da Silva (036.881.373-88); Claryssa Oliveira Fraga (033.121.151-32); Claubert Lima Torres (020.917.483-82); Clauciana Cerqueira Bezerra (061.442.294-93); Claudemir Ribeiro Assis (017.614.653-92); Claudete Maria de Melo (004.321.899-71).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9938/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.980/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudio Marinho de Albuquerque (088.499.874-63); Claudio Nunes Pontes Junior (027.332.391-12); Claudio Ramon Sena Vasconcelos (015.685.722-71); Claudio Renato dos Santos Souza (965.074.970-53); Claudio Trigueiro de Barros (022.263.154-62); Claudio Velasco Franca (005.025.117-10); Clayton Deodoro Goncalves de Alcantara (041.997.721-03); Clayton Dias Galdino (071.470.126-23); Clayton Fernando de Oliveira Goncalves (073.616.349-23); Clayton Ramon Costa de Souza (874.390.932-91); Cleber Cabral de Oliveira (030.917.453-84); Cleber Oliveira da Silva (829.980.431-00); Cleber Rodrigo Braz (002.618.320-00); Cleber Santos Santana (046.595.875-33); Cleber Vieira Soares (044.695.136-60); Cleber da Silva Leal (020.136.697-55); Cleber de Souza Ferreira (031.282.154-99); Clebercon Soares Vieira (003.172.613-55); Cleberton Luiz Gomes Barboza (077.057.124-74); Clebson Ferreira Oliveira (040.800.024-40).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9939/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.988/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Dante Cognato (739.471.640-68); Daniel Farias da Silva (151.938.257-02); Daniel Fernandes Lopes de Freitas (141.471.407-69); Daniel Ferreira Henriques (124.367.897-62); Daniel Fillipe Dantas de Macedo (079.757.954-02); Daniel Florentino de Oliveira (633.971.612-15); Daniel Goncalves da Fonseca e Souza (380.916.718-57); Daniel Henrique Ferreira da Silva (936.101.302-53); Daniel Igor Cordeiro Perboire (115.271.414-70); Daniel Iverlando da Silva Azevedo (020.073.795-38); Daniel Jonathas de Souza (037.306.524-86); Daniel Leandro Jeronimo da Silva (019.457.671-03); Daniel Leonel da Rocha (102.156.517-23); Daniel da Silva Vieira (318.806.731-34); Daniel de Araujo Sousa (053.320.963-30); Daniel de Castro Hidalgo (329.511.448-06); Daniel de Jesus Oliveira (048.609.163-52); Daniel dos Anjos Nazare Vilhena Junior (931.453.812-53); Daniel dos Santos Jorge (101.765.216-31); Daniel dos Santos Maciel (011.952.375-29).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9940/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.990/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Simoes Dutra (016.686.753-58); Daniel Soares do Nascimento (085.255.894-54); Daniel Souza Teixeira (070.462.334-03); Daniel Veloso Bruno Antelo (013.521.251-02); Daniel Viegas Zeitoune (140.262.467-01); Daniel Vila Nova Nascimento (026.921.185-37); Daniel Vitorino da Costa e Silva (013.475.583-90); Daniel Wachholz Neves (960.565.330-34); Daniela Almeida Santos (044.841.554-27); Daniela Barreto Coelho (044.632.677-14); Daniela Benevenuto Aguiar Andrade (079.926.176-90); Daniela Brito Ramos (087.405.454-07); Daniela Camila Nunes de Souza (092.243.747-51); Daniela Duarte Carneiro Manoel (109.468.337-02); Daniela Goncalves de Freitas (087.897.674-46); Daniela Karla Vasconcelos de Medeiros Farias (066.051.804-02); Daniela Luz de Almeida (958.040.993-53); Daniela Maria de Jesus Pereira (030.842.071-35); Daniela Martins Quintela (952.557.532-20); Daniela Nicacio da Silva (086.555.147-21).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9941/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.995/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Davi Germano de Oliveira (010.241.483-19); Davi Nogueira do Nascimento (035.368.704-90); Davi Parente Ribeiro (006.386.021-06); Davi Rodrigues de Mesquita (069.219.126-71); Davi Teixeira Viana (040.762.893-23); Daviane Batisti Pergher (012.666.430-79); David Augusto Gimenez Cabanha (076.820.089-03); David Bruno Gomes de Souza (083.153.144-40); David Eduardo Santos Viana (033.808.125-95); David Francisco de Carvalho Neto (033.328.741-01); David Godes Moreira (124.878.637-81); David Haony do Nascimento Fernandes (038.704.853-70); David Jackson Evangelista (121.219.746-10); David Machado Daniel (769.128.923-53); David William Arco Verde Medeiros de Paiva (060.405.134-46); David William dos Santos Feitosa (001.146.902-19); David da Rosa Madruga (004.783.050-60); David da Silva Batista (025.570.047-40); David de Vasconcelos (025.088.921-81); Davidson Jose Alves Miranda (054.143.336-96).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9942/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.001/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diana Maria Rodrigues Santos (013.093.803-33); Diana Matos da Silva Dias (014.631.465-40); Diandra Soares de Araujo (076.440.314-13); Diego Brito Cruz (082.221.884-45); Diego Carmo da Costa (748.030.422-68); Diego Felipe de Oliveira Assis (890.658.082-72); Diego Francisco Barroso Abreu (102.009.356-07); Diego Giulliano Barros Brito da Silva (131.613.437-78); Diego Gomes Marques Sampaio (042.683.563-80); Diego Gomes de Sousa (365.575.558-98); Diego Guilherme Santos (060.914.366-27); Diego Guimaraes Mendonca do Couto (015.657.916-22); Diego da Silva Bezerra (051.009.863-01); Diego da Silva Peixoto (101.744.694-62); Diego de Lima Barros (023.186.483-36); Diego de Matos Lautenchleger (014.096.090-22); Diego de Oliveira Menezes (039.524.890-69); Diego de Oliveira Vieira (064.902.619-52); Diego de Sousa Marques (069.089.784-78); Diego de Souza Lopes (092.955.384-55).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9943/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.004/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo Francisco Dubiela (047.453.129-54); Diogo Gomes Brandao (079.296.714-37); Diogo Henrique Costa Cardoso Ribeiro Sinimbu (030.948.053-10); Diogo Henrique de Sena Reinert (004.293.109-60); Diogo Maxwell Tavares dos Santos (957.287.592-20); Diogo Reuhel Marins Gomes Ribeiro (118.950.957-19); Diogo Vasconcelos Pontes (061.372.184-57); Diogo Xavier Goncalves (064.188.374-95); Diogo dos Santos Fonseca (056.349.604-52); Diogo dos Santos Pantoja (007.158.112-07); Dione Costa da Silva (081.892.977-40); Diones Mayck Oliveira dos Santos (855.810.462-04); Dioni Ferreira de Azevedo (136.076.767-39); Dionisio Costa Silva Oliveira (053.967.754-08); Dirciane Eugenia da Costa (622.010.341-68); Divina Cristiana de Souza (033.972.176-60); Divina Margareth de Oliveira (844.878.101-59); Divino Eterno Vilela Costa (704.480.001-72); Divoneis Braga (667.891.099-00); Djaelson Santana da Cruz (002.532.025-40).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9944/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.010/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edson Oliveira da Silva Junior (098.550.284-30); Edson Rocha Ferro Neto (075.666.134-05); Edson Seixas (436.774.606-20); Edson Silva da Cunha (017.244.692-90); Edson Souza Araujo Filho (031.180.951-05); Edson Willy Correa da Cruz (919.082.993-04); Eduarda Fernandes Ferreira (114.551.136-89); Eduardo Alves Lacerda Junior (083.196.064-70); Eduardo Antonio Marques Lachowicz (085.536.779-23); Eduardo Aoki Moreira (346.634.988-50); Eduardo Augusto Silva (103.453.526-96); Eduardo Badia Junior (012.739.500-89); Eduardo Barile Ferreira (006.059.147-10); Eduardo Carvalho Brasil (010.271.772-98); Eduardo Cedraz Veloso da Silveira (023.310.895-58); Eduardo Cedraz Veloso da Silveira (023.310.895-58); Eduardo Cesar de Melo Silva (087.994.776-45); Eduardo Cezar Victorino de Mattos (124.684.737-01); Eduardo Douglas Oliveira Abreu (017.605.853-27); Eduardo de Moraes Nogueira (359.373.607-10).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9945/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.015/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliana Alves de Moraes (011.299.077-08); Eliana Cunha Linhares (879.390.101-15); Eliana Silva dos Santos (002.641.262-46); Eliana Toscano de Araujo (134.840.908-80); Eliana de Padua Queiroz (054.998.296-59); Eliana do Nascimento Costa (042.607.463-75); Eliandra Mascarello Guerra (618.010.970-20); Eliane Almeida Silva (027.605.195-54); Eliane Barcelos Machado Toste (032.510.237-64); Eliane Camilo de Souza (000.232.681-74); Eliane Ferreira Cordeiro (841.968.741-34); Eliane Gonzalez (051.880.798-36); Eliane Leila de Lima (773.692.549-68); Eliane Lemos da Silva Peixoto dos Santos (663.890.897-91); Eliane Martins Ferreira (073.286.614-61); Eliane Monteiro da Silva Tavares (082.713.107-04); Eliane Silva da Silva (858.177.242-00); Eliane de Lima Costa Lira (698.467.312-72); Eliani Seibert (069.032.247-00); Elias Alves Bonfim Neves (792.642.632-68).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9946/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.020/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Emanuel Epaminondas Rocha Ferreira da Silva (068.202.444-95); Emanuel Lucas de Barros (077.300.764-46); Emanuel Nasareno de Medeiros (052.658.794-63); Emanuele Singh Marineli (139.094.707-69); Emanuelina Rodrigues de Siqueira (034.751.604-12); Emanuella Kelly dos Santos (071.027.614-14); Emanuelle Jorgiane Vidal Honorato Alencar (053.425.224-98); Emanuelle Rodrigues Franca Moreira (123.727.937-21); Emerson Alves dos Reis (055.768.796-94); Emerson Leonardo Serra dos Santos (011.926.117-05); Emerson Magnani (202.806.268-19); Emerson Nascimento dos Anjos (027.316.343-40); Emerson Salles de Jesus (104.684.997-25); Emerson Xavier Brandao (873.598.711-15); Emerson de Oliveira Cosme (908.202.156-00); Emerson de Oliveira Viana (049.244.054-93); Emile Gutierrez Iziara Ruiz (312.134.408-07); Emilio Gabriel Goncalves Cerqueira (010.716.635-69); Emilly Coeli da Silva Coutinho (100.170.054-69); Emily Alessandra Weishaupt Meyer (271.683.928-08).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9947/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.025/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Euripedes Camilo de Oliveira Neto (900.560.861-72); Eva Cristina de Medeiros (042.581.414-96); Evamara Portugal Xavier Lana (016.204.576-01); Evanderson Bessa Rodrigues (007.497.583-84); Evandro Afonso Nakao (332.394.708-88); Evandro Angelo de Jesus Junior (033.075.291-02); Evandro Comissario Melo Elias (127.299.507-02); Evandro Jose da Silva Junior (002.718.342-42); Evandro Lima Rodrigues (380.981.598-50); Evandro Luis Glim de Oliveira (866.745.602-00); Evandro Ricardo Seabra da Silva (101.728.634-57); Evandro Valenca de Oliveira (025.698.695-97); Evanilce dos Santos Pereira Miranda Coelho (004.819.483-25); Evanio da Costa Silva (043.681.463-36); Evelin Cristiane Hipolito (091.668.999-90); Evelin Santos Vieira (911.025.705-59); Eveline Maria Ponte Freire (023.519.853-62); Evelyn dos Santos Guenda (040.427.761-67); Everaldo Ferreira Leao Florentino (050.726.294-81); Everson Lisboa Souza (038.430.945-35).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9948/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.029/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Martins de Sousa (015.634.485-80); Fabio Nazareno Valente (784.507.802-68); Fabio Quinta dos Santos (095.439.667-70); Fabio Roberto Pimentel Simas (021.595.264-28); Fabio Rodrigo Ulinski (098.101.936-61); Fabio Tenorio Correa (071.754.677-29); Fabio Ventura dos Santos (055.239.027-56); Fabio Wesley Medrado Roque (689.206.441-87); Fabiola Rodrigues da Costa (049.661.914-40); Fabiola de Brito (066.252.469-13); Fabricia Augusta de Oliveira Machado (100.244.266-44); Fabricia Souza Silva (044.177.591-89); Fabricio Brigido Jacome da Costa (040.623.276-86); Fabricio Jose Celso de Camargo (888.452.571-34); Fabricio Pereira Rodrigues (070.689.924-55); Fabricio Ramires Bonacina (013.569.970-31); Fabricio Ribeiro Rocha (013.872.245-57); Fabricio Sousa da Silva (089.968.554-48); Fabricio Yukio Rosa de Castro Yokoyama (949.681.012-87); Fabricio dos Santos Calmon (132.056.407-05).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9949/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.033/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Nascimento dos Santos (065.085.904-99); Felipe Nunes Velho (058.707.569-44); Felipe Palma da Fonseca (108.702.726-83); Felipe Pereira de Jesus Santos (020.318.215-47); Felipe Pereira de Souza (073.767.994-86); Felipe Queiroz de Araujo (088.893.234-00); Felipe Rogerio Santos Frade (047.257.495-75); Felipe Schafhauser Lubke (009.435.169-43); Felipe Silva de Aguiar (073.964.984-14); Felipe Tissot Molina (031.384.730-40); Felipe Toshimitsu Heggler (072.417.769-84); Felipe Valdes Nascimento (107.424.326-96); Felipe Ventorim Mendonca (139.935.227-02); Felipe Vieira Frazao Silva (403.129.988-56); Felipe Vieira Rodrigues Dumont (032.642.233-17); Felipe Zacarias Santos de Lima (068.661.844-01); Felippe Rodrigo Souza Silva (019.765.451-70); Fellipe Rodrigues Garcia (016.673.010-63); Fellipe Silva Sousa (026.331.933-40); Fellipe de Pontes Marendaz Mury (121.290.737-00).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9950/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.039/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Filipe Diniz Marques Rocha (045.703.965-50); Filipe Jose Rodrigues Azevedo (098.043.784-93); Filipe Oliveira de Borba (025.317.160-17); Filipe Rodrigues Nascimento Borges (084.349.914-11); Filipe Tomaz Figueiredo Duarte (020.951.001-31); Filipe Varlos Pereira de Sousa (089.677.969-60); Filipe de Castro Lopes (037.310.551-71); Filipe dos Santos de Araujo (043.309.291-20); Fillip Nunes Fernandes (717.195.801-97); Flabis Barbosa Missagia (083.907.777-70); Flailson Araujo de Almeida (013.711.333-10); Flavia Alessandra Martins (941.424.911-72); Flavia Alves Melo (097.143.714-90); Flavia Cabral da Silva (822.798.374-04); Flavia Campos Leite (094.267.947-43); Flavia Cristina Fernandes dos Santos (128.273.167-06); Flavia Graziele Gomes de Oliveira (012.477.216-12); Flavia Maria Petri Dias (439.590.830-68); Flavia de Assuncao Neves (019.755.031-20); Flavia dos Santos Vieira (115.849.327-40).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9951/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.045/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Regis Santos Vasconcelos (043.428.341-03); Francisco Rivanio Ferreira (023.224.693-94); Francisco Roberio Alves de Almeida Filho (008.849.863-81); Francisco Romario Silva Rodrigues (036.924.113-40); Francisco Solon Martins Filho (029.878.383-52); Francisco Tarciso Gomes Martins (767.119.353-49); Francisco Tercio Pereira de Lucena Junior (439.465.427-00); Francisco Thadeu Araujo Alcantara Junior (050.374.984-22); Francisco Tiago Pereira Diogenes (041.986.853-47); Francisco Vianey Nascimento (067.933.763-65); Francisco Vicente Alexandre da Silva Junior (058.695.384-16); Francisco Vitor Neto (038.706.885-64); Francisco Waldir da Silva Souza (322.383.982-87); Francismeire Queiroz da Silva (909.872.331-49); Francoise Jacqueline Moreto Marcos (075.828.249-46); Francoise dos Santos Pereira de Souza (581.262.102-06); Francyelly Monicke Bezerra de Moura (087.108.034-67); Francyne da Silva Goncalves (057.932.983-63); Francyne de Souza Fraga (024.661.650-40); Frank Apolo Pimentel de Oliveira (962.185.172-68).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9952/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.050/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Geane Carla Goncalves (012.962.896-48); Geicy Rezende da Mota (007.262.381-04); Geilson Jackson Sousa Costa (003.696.113-22); Geilson Moreira de Souza (029.656.869-40); Geilza da Costa Freitas (094.782.787-03); Geisa Laura Oliveira de Freitas (357.175.708-48); Geisa Pinto Zeferino (717.637.671-91); Geisiany Andrade Luz (013.492.662-56); Geisyla Paula dos Santos (934.621.662-04); Geiza Mara Almeida Marques (098.233.947-09); Gelma Janine da Silva (093.894.804-00); Gemirson de Paula dos Reis (082.827.596-35); Genaelson Paulino Alves (081.994.804-75); Geneses Tavares de Souza (465.945.928-40); Genio Ferreira Araujo (857.757.375-39); Genival de Sousa Santos (787.554.331-20); Genivaldo Pereira dos Santos (014.198.045-10); George Alexsandro Diniz de Dantas Moura (020.254.444-35); George Alves Otero (047.654.827-66); George Augusto Barboza Rocha (904.511.472-00).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9953/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.055/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ginaildo de Sa Sousa (060.226.044-27); Giocemar Nunes Correa (747.247.380-49); Giordana Reboucas de Araujo Gois (053.609.324-57); Giordano Bruno Araujo Garcez (089.052.014-31); Giordano Marques da Costa (127.110.237-45); Giordano de Araujo e Silva Goncalves (055.606.803-38); Giorgio Guglielmo Giovanni Giaccomo Menegatti (410.153.088-21); Giovana Osinski Benato (016.790.849-92); Giovani Alves de Sousa (946.161.753-49); Giovani Ferreira (045.698.091-11); Giovani da Silva Vieira (937.615.461-49); Giovanna Ferreira Vicentini (120.454.247-31); Giovanna Fioravanti Savioli (369.057.488-97); Giovanna Mattos de Brito Barros (048.966.481-45); Giovanna Teixeira Ribeiro (044.160.873-65); Giovanni D Assuncao Silva (040.540.796-36); Giovanni Oliveira da Costa (048.951.784-63); Giovanni Pedroso de Moraes (916.668.215-00); Girlande de Araujo Silva (020.611.581-45); Girlei dos Santos (064.979.976-36).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9954/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.060/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Dittrichi Neves Nogueira (411.774.278-77); Guilherme Domingues dos Santos (054.227.897-92); Guilherme Ferraz Franco (043.318.431-06); Guilherme Fraga Nelsen (066.554.049-32); Guilherme Henrique Maia (127.186.486-00); Guilherme Jose Silveira de Sousa (020.714.462-16); Guilherme Kulinitz Rodrigues (083.573.699-79); Guilherme Lucas do Nascimento Camelo (081.057.344-00); Guilherme Luis (416.841.288-11); Guilherme Moretto Delpino (406.022.208-90); Guilherme Nunes Marques (100.454.666-10); Guilherme Rodrigues Barros (039.084.111-06); Guilherme Santana Lopes da Cruz (015.432.335-70); Guilherme Silva Fonseca (043.373.451-59); Guilherme Vampre Homsy (020.926.917-08); Guilherme Xavier de Santana (111.133.427-73); Guilherme da Silva Souza Pires (128.577.557-08); Guilherme da Silveira Capriolli (026.137.030-83); Guilherme de Campos Borges (627.435.891-91); Guilherme de Medeiros Lopes Bezerra (101.777.804-36).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9955/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.064/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Helio Borkowski Finkensieper (860.090.799-34); Helio Henrique da Silva Mufarrej (605.498.402-06); Helio Jose Reis de Almeida Magalhaes (477.478.626-87); Helio Strzykalski (689.951.210-68); Hellane Samylla Pompeu Queiroz (005.769.943-75); Hellen Alexandre Moreira (127.431.927-71); Hellen Navarini (691.517.411-72); Hellington Silva Rodrigues de Souza (147.380.387-02); Hellyane Karla Alves Araujo (082.923.484-50); Heloine Pereira dos Santos (099.523.166-40); Heloisa Lamounier Sena (889.942.446-20); Heloisa Matsumoto (368.295.598-47); Heloiza Cristina dos Santos Romeiro (060.268.474-99); Heminny Galvao da Cruz (057.259.375-93); Henrique Alberto da Silva (045.279.074-33); Henrique Albino Andrade de Azevedo Maia (943.190.905-78); Henrique Campelo Sobrinho Junior (073.829.084-02); Henrique Daniel Barbosa de Almeida (847.413.171-53); Henrique de Miranda Cronemberger Nunes (016.930.083-86); Henrique de Oliveira Vichi (094.790.087-00).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9956/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.066/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Herberte Santos Oliveira (602.598.783-16); Hercules Martin Gama e Silva (848.855.052-91); Heriberto Luiz Domingos Franca (089.165.904-85); Herick Dharttannha Alves Cruz (020.413.013-17); Herics Bezerra da Silva (052.253.084-22); Herlan Cassio de Alcantara Pacheco (127.512.037-79); Hermes Santos da Silveira (956.816.041-87); Hernisson Harlan Freitas dos Santos (016.602.885-17); Herykson Lender da Cunha Oliveira (873.324.852-49); Herzem Ramos Carioca Junior (916.195.052-15); Hian Gustavo Godoi Elias (043.337.421-70); Higor Ramom Passos Nobre (015.602.922-70); Higor Ricardo Caravaggio de Lima Monezi (089.765.074-36); Hilberto Prochnow Filho (949.100.650-91); Hilda Martins de Freitas (061.852.426-64); Hildebrando Genuino de Morais Silva (067.262.384-60); Hildemario Brito Barros (013.245.683-48); Hilgemberg Goncalves Hilgenberg (007.089.813-80); Hilton Carlos Oliveira Fernandes (029.831.115-12); Hinayra Cristina de Almeida Bueno (080.760.099-79).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9957/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.072/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Irene Alves Santana Braga (383.626.272-04); Irene Lachovicz Silva (455.543.310-68); Ireni Lourenco dos Santos (021.204.149-55); Irenilde Santos de Alencar (005.034.352-10); Iria Regina Lemos Stoider (184.476.191-68); Irineu de Souza Rosa Neto (016.398.326-70); Iris Cristina Barreto Oliveira (777.822.595-68); Irlan Barreto Fontes (042.119.075-22); Irle Carine da Silva (026.394.354-26); Irlene dos Santos Sena (953.592.572-53); Isaac Alberto Alcaraz Sorio (809.277.001-82); Isaac Danny Peniel Sotero Guedes (087.973.864-21); Isaac Heber Melo de Oliveira (004.902.515-52); Isaac de Melo Silva (019.154.483-36); Isabel Cosme de Lacerda (555.925.463-00); Isabel Cristina Streme (101.209.189-94); Isabel Virginia Ramos Moura (765.193.414-87); Isabela Fernandes Carneiro (146.748.897-66); Isabela Goncalves Magalhaes (047.736.104-84); Isabela Rodrigues Silva (370.549.578-06).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9958/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.076/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ivani Aparecida Teixeira Morais (790.970.656-15); Ivanilda Pereira Ferreira (025.829.575-93); Ivanildo dos Santos Viana (357.361.512-00); Ivis Darlan Torres Alves (008.065.552-11); Ivisson Felipe da Silva Nunes (039.135.365-90); Ivo Siurumiki Ribas (016.140.299-20); Ivone Margaret Friedermann (539.153.649-91); Ivonete Almeida da Silva Santos (017.805.435-65); Ivori Vanderlei Fantin (944.561.609-00); Ivson Mario Siqueira Leite Junior (040.996.654-10); Iwgson Pereira Silva (028.436.993-47); Izabel Cristina Borges de Souza (029.315.879-74); Izabel Cristina Silva (871.037.883-91); Izabela Gomes Oliveira (081.861.486-20); Izabela Lorraine Santos (101.962.456-64); Izabela Quaresma Monteiro D Barros Teixeira (038.291.265-90); Izabela da Silva Araujo (949.324.412-15); Izabella Agnes de Freitas Siqueira (123.436.246-58); Izabella Leles Almeida (116.923.386-41); Izadora Ribeiro de Souza Silva (006.407.392-02).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9959/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.081/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jane Santana Lopes (017.686.675-27); Jane Teixeira de Melo (146.833.027-64); Janecleide de Sousa Santos (024.917.605-09); Janice Guimaraes Martellet (385.231.400-34); Janilson Bandeira Portela (297.354.832-20); Janine Levenhagen Ferreira (073.389.156-01); Janio Alves da Silva (067.447.924-66); Janio Santos Freitas (811.601.603-25); Janizete dos Santos Souza (040.084.255-60); Janneyde Krause Ribeiro Rodrigues (258.980.942-53); Janniele do Nascimento Santana Leite (040.002.813-13); Janos Biro Marques Leite (980.433.901-34); Janyelle Mayara Bento (076.939.334-92); Jaqueline Alves da Silva (020.135.651-19); Jaqueline Alves do Carmo (079.284.276-64); Jaqueline Cristina da Silva Costa (892.627.867-00); Jaqueline Figueroa Hernandez (987.947.792-87); Jaqueline da Silva Cunha Borges (024.555.376-25); Jaqueline de Oliveira Pinto (099.006.127-28); Jaqueline de Souza Passos (001.368.730-14).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9960/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.083/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jean Carlos da Silva Santos (003.017.572-08); Jean Felipe Canuto de Almeida (073.987.124-21); Jean Freire Barreto (026.807.713-46); Jean Kelpy de Pontes Sousa (028.744.831-25); Jean Lucas Ramos da Costa (016.534.273-02); Jean Rafael Di Santi Gomes (013.259.430-70); Jean do Nascimento Flores (077.934.719-62); Jean dos Santos Lemos (046.984.423-03); Jeane Lima Paixao (002.071.902-75); Jeane Moreira de Jesus dos Anjos (009.679.672-36); Jeane Nazare Cezar de Carvalho Nascimento (802.573.649-00); Jeanine Casagrande (035.010.100-01); Jecynara Rabeba de Andrade (014.870.180-96); Jedaias Januario da Silva (077.910.144-83); Jedeson Fabio Vergilio da Silva (898.968.901-53); Jeferson Adriano Carvalho Cavalcante (003.911.762-69); Jeferson Barbosa Cunha (032.865.603-83);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Jeferson Bruno da Silva Rocha (016.820.061-90); Jeferson Ferreira de Castro (885.710.682-91); Jeferson da Costa Lopes (014.241.112-42).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9961/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.089/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Antonio Bezerra Rodrigues (401.768.128-06); Joao Arthur Teixeira Anselmo (441.939.498-69); Joao Augusto Rosa Xisto Alves (090.520.936-28); Joao Azevedo Meireles Neto (050.538.213-05); Joao Batista Gaia da Silva (773.092.942-20); Joao Batista Laiber Santos (099.202.587-76); Joao Batista Rezende de Castro Junior (089.546.606-65); Joao Batista Saraiva Pinto (059.098.153-69); Joao Bezerra Silva Junior (032.871.823-82); Joao Bosco de Moura e Silva Neto (105.459.536-42); Joao Candido de Oliveira Ferreira (046.377.335-70); Joao Caribe Marques Silva (015.716.245-11); Joao Carlos Goncalves (094.084.344-71); Joao Carlos Miranda (095.186.508-02); Joao Carlos de Oliveira (741.032.293-49); Joao Claudio Ximenes do Prado (026.763.823-06); Joao Coelho Neto (069.720.708-05); Joao Edson Trajano Jesuino (068.736.334-96); Joao Edson da Silva (778.477.257-20); Joao Felipe Dias de Souza (031.678.680-23).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9962/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.093/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Vitor Nunes Saraiva (043.929.833-40); Joao Vitor Silva Menezes (040.728.133-97); Joao Vitor Sunderhus Gloria (026.815.890-88); Joaquim Gabriel Santos de Moura Pacheco (014.927.033-03); Joaquim Santos Moura (077.295.434-86); Joaquim Sobreira Filho (046.369.093-13); Joas Silva Santos (049.906.805-02); Jocelio Marques da Silva (035.226.933-29); Jociane Silva Ramos (014.903.532-24); Jocicleide Brasilino Soares da Silva (100.618.254-33); Jocinei Lopes Araujo (026.284.791-41); Jociney Honorio Ferreira (762.186.942-91); Jocione Ferreira dos Santos (944.605.741-87); Joel Raimundo da Conceicao (396.584.225-00); Joelma Chagas Lima (095.667.147-00); Joelson Carvalho Barbosa (013.112.935-07); Joenne Ferreira Soares (003.761.461-41); Johan Fillipe Costa Debtil (081.107.909-09); John Kenedy Tavares de Oliveira (038.105.963-45); John Rick Lima de Oliveira (031.601.205-03).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9963/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.099/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Delfim dos Santos Pereira (142.444.797-67); Jose Edinaldo Santos de Brito (871.117.722-53); Jose Edson Soares da Silva (048.120.344-34); Jose Edson da Silva Freire (067.353.914-89); Jose Eduardo Bueno de Moraes Gomes (355.060.978-75); Jose Eduardo Goulart Filho (296.437.728-61); Jose Eduardo Ritter Brodt (005.258.310-45); Jose Erivar Rocha Barbosa (321.317.393-20); Jose Estevam da Silva Faria (068.888.714-79); Jose Felippe Soares Fernandes Dantas (069.671.884-70); Jose Fernando da Silva Laran (951.533.652-04); Jose Fernando de Lima Valenca Filho (062.410.594-67); Jose Fernando de Oliveira Cirilo Filho (075.327.464-70); Jose Fernando de Oliveira Moreira (395.826.470-00); Jose Fidelis da Silva Neto (020.745.852-92); Jose Flavio Estevam de Lima (009.019.834-46); Jose Geovani dos Santos Freitas (035.204.503-56); Jose Geraldo Protzek (816.179.689-00); Jose Gomes Farias Filho (125.077.684-87); Jose de Ribamar dos Santos Filho (064.886.503-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9964/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.102/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Roberto Lima (060.291.766-25); Jose Roberto Poltronieri Prata (113.435.947-07); Jose Roberto Vieira Filho (088.376.339-71); Jose Rodrigues Guimaraes Filho (053.047.474-37); Jose Ronildo do Nascimento Costa (088.987.564-29); Jose Ruda Rodrigues Lopes (603.271.353-95); Jose Sidinei Ribeiro Gomes (075.816.834-94); Jose Tavares Peixoto (264.709.186-20); Jose Teodoro de Paula Junior (048.719.491-84); Jose Teofilo Batista de Queiroz Junior (049.125.764-33); Jose Vangladson Cavalcante Ferreira (275.723.073-53); Jose Vinicius Marques Cavalcante (081.705.894-01); Jose Wellington da Silva Nascimento (065.275.204-76); Jose Wellton de Assis Nascimento (032.474.785-31); Jose Wendell Willams Barros (045.714.994-93); Jose Wildo Bispo Almeida (100.887.554-60); Jose Willam Lopes Filho (051.931.383-65); Jose Willess do Vale Junior (022.209.513-08); Jose Zaidan Chaves Cunha (011.324.462-28); Joseane Aparecida da Silva (120.860.116-44).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9965/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.108/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Juliana Ferreira da Conceicao (113.906.817-26); Juliana Firmiano Martins (118.276.777-08); Juliana Fragoso Acioli (089.173.834-75); Juliana Leite Pinto Magalhaes (040.334.983-46); Juliana Mara Carneiro (066.381.169-40); Juliana Maria Bezerra Veras (018.590.783-03); Juliana Martellet Job (029.812.660-55); Juliana Martins Teixeira (045.216.196-73); Juliana Morais da Silva (992.389.770-20); Juliana Murakami (066.584.859-50); Juliana Pallos Tauil (049.709.636-65); Juliana Pereira de Araujo Lima (059.728.674-43); Juliana Pereira de Deus (910.799.852-04); Juliana Prudente Alves Mendes (138.097.617-02); Juliana Scussel Roque (065.700.989-00); Juliana Siqueira da Silva (119.522.257-28); Juliana Trindade dos Santos (005.245.241-73); Juliane Guerra do Nascimento (013.882.792-31); Juliane Holanda Ferreira (048.743.943-02); Juliane Kristine de Lima (010.083.099-40).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9966/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.115/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kelry Karolina Araujo Lisboa (042.263.371-23); Kelven Barbosa Amaral (017.849.152-70); Kelvin Abreu da Silva (751.562.371-34); Kelvin Lucas Borges dos Santos (096.741.579-99); Kemmer Cerize Barros Marques (001.295.802-60); Kenia Cristina Rosa (112.362.246-98); Kenniely Custodio da Silva (008.244.892-25); Keren Amanda Viana de Vasconcelos (005.333.522-82); Kerolen de Souza Silva (009.809.402-57); Kesia Carvalho Junqueira (051.982.069-03); Kesia Lopes da Silva (080.181.959-86); Kessys Lorranya Peralta de Oliveira (015.143.622-36); Kethully Albuquerque Ferreira de Lima (090.704.264-39); Ketlen Cristina dos Santos Oliveira (016.074.342-70); Ketlenn Jaklynny Alves dos Santos (053.782.371-90); Ketully Pazini Lacerda (026.437.721-48); Kevin Hilder Nogueira Fontes (623.758.143-04); Keyla Gomes Leitao (051.807.183-92); Keyla Nazare Paula Nogueira (779.703.062-68); Kezia Silva Araujo (058.662.633-60).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9967/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.119/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Larissa Regina Silva (025.302.291-63); Larissa Rodrigues Rocha (042.695.701-64); Larissa Silveira Brum Lopes (010.329.730-80); Larissa Souza Catala (012.109.491-05); Larissa Tosta Arantes (040.904.271-42); Larissya Barbosa Pereira (165.682.847-26); Lariza Souza da Conceicao (045.273.695-12); Larry Martins Fernandes (827.782.641-91); Laryssa Viana Vargas (054.018.963-44); Larysse Dayane Barbosa da Silva (095.386.244-59); Lauane Matos e Silva (003.427.992-07); Laudemir Goncalves de Lira (069.260.204-69); Laudiceia Rodrigues Nicacio (027.481.833-71); Laudyana Aparecida Costa e Souza (028.718.811-62); Laura Adelino Oliveira (074.344.844-89); Laura Borges de Oliveira (041.846.555-05); Laura Brandao Lopes (756.267.567-87); Laura Cristhina Barbosa Farias (000.481.772-96); Laura Ferreira dos Reis Valenca de Melo (047.142.511-71); Laura Mercia de Almeida Costa (059.268.544-66).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9968/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.123/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leane Kelly Cristovam Dantas (065.824.344-62); Leia Lediane Gross (055.901.099-06); Leidiane Dantas Barbosa (088.895.776-90); Leidiane Moreira Cardoso (037.267.771-13); Leidiane Souza Goncalves (012.174.002-14); Leila Muniz Ferreira (256.243.168-52); Leila Nabuco Branco (055.841.669-10); Leila dos Santos Pereira (567.534.541-87); Leilianny de Oliveira Santos (105.460.644-77); Leiliany Negrao de Moura (011.214.664-35); Leisiane Soares de Assis Lima (074.046.394-25); Leivam Rodrigues Pereira (002.512.623-75); Lenara Cardoso Fagundes (976.227.021-53); Lenara Pereira Araujo (027.625.900-94); Lendl Alves de Oliveira (947.670.172-20); Lenice Laureano Silva (910.980.419-68); Lenildo Jorge Malet da Silva (645.835.629-34); Lenilson Fabiano Campos (012.297.834-07); Lenilson Ferreira da Silva (005.473.903-94); Lenilton Barbosa Silva Filho (820.169.335-34).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9969/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.128/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lidia Ribeiro Algarves (050.778.543-60); Lidia Silva Nunes de Souza (094.949.647-21); Lidiana de Souza Brito dos Santos (784.171.202-20); Lidiane Marileide da Silva (118.678.867-40); Lidiane Soares Mendes (008.462.901-03); Lidiane da Silva Ramos (997.023.045-04); Lidiane de Oliveira Pinheiro (005.561.460-42); Lidiane dos Santos Lemos (095.399.154-73); Lidiano Reis da Silva (089.873.696-09); Lidielen Arnoud Dorneles (002.235.910-92); Lidiomar Cardoso da Silva (873.783.706-06); Lidyanne Christine Monteiro de Freitas (015.250.382-06); Ligia Gleice Barbosa Alves (035.212.085-16); Ligia Regina Yoshimura (017.991.111-21); Ligiomar Vargas (523.405.119-68); Lilia Maria Souza Aguiar (874.022.463-53); Lilia de Souza (007.375.432-30); Liliam de Nazare Rabelo Barbosa (618.834.502-25); Lilian da Silva Rosa (032.130.191-94); Lilian de Andrade Virgilio (065.102.324-64).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9970/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.133/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luan Maia Machado (008.344.092-59); Luan Oliveira Santos (021.876.375-14); Luan Palmeira do Nascimento (014.274.482-48); Luan Santana Moreira (043.880.805-35); Luan Santos Nicolau (126.147.977-74); Luan Siqueira (132.136.937-90); Luan da Silva Rezende (105.399.266-12); Luan de Jesus Oliveira (064.453.255-64); Luan de Jesus Soriano da Silva (045.107.861-66); Luana Aguiar Moreira (005.902.342-26); Luana Almeida Godinho Barbosa (992.231.551-34); Luana Alves Silva (021.281.893-73); Luana Barbosa Ferreira (102.060.677-04); Luana Cardoso de Freitas (115.675.186-13); Luana Carolina Barros dos Santos (048.023.683-64); Luana Coelho Caribe (036.286.975-81); Luana Estrela Diniz Lopes (047.909.414-42); Luana Ferreira Valdivino (853.204.712-20); Luana dos Reis Py (036.337.411-60); Luana e Silva Costa (018.388.633-03).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9971/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.138/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Lucia Regina Machado de Almeida (465.060.550-49); Luciana Alves de Almeida (111.484.217-69); Luciana Alves de Novais (864.701.591-68); Luciana Andrea Siaudzionis (317.169.838-27); Luciana Andreia Silva Bacelar (016.491.203-70); Luciana Aparecida da Costa (087.627.206-51); Luciana Bandeira de Souza (967.116.802-78); Luciana Cardoso Olimpio (021.978.723-97); Luciana Fernandes Braga do Nascimento (082.842.636-88); Luciana Ferreira Gomes (081.104.544-70); Luciana Junqueira Santiago (080.888.257-09); Luciana Leite Floriano (046.906.554-05); Luciana Marcia Machado (635.170.510-04); Luciana Maria Martins Taddei (290.495.958-04); Luciana Maria de Oliveira Marques (076.367.546-65); Luciana Nascimento Neves (771.159.102-00); Luciana de Carvalho Castelo Branco (003.885.032-03); Luciana do Espirito Santo Pinheiro (925.155.092-15); Luciana dos Santos Silva (036.348.317-90); Luciana dos Santos Vieira (090.478.537-84).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9972/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.143/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Andre Silva de Araujo (002.810.547-89); Luiz Antonio Morais de Souza (050.011.196-00); Luiz Antonio Moreira (505.981.557-91); Luiz Antonio Robaina Severo (014.171.020-98); Luiz Antonio Torres Feitosa (096.882.724-18); Luiz Augusto Barbosa Machado (004.712.202-13); Luiz Augusto Rodrigues de Lima (031.033.441-12); Luiz Brandao Filho (180.372.911-20); Luiz Carlos Batista Julho (630.245.195-72); Luiz Carlos Bezerra (027.443.373-74); Luiz Carlos Fe Xavier (017.054.621-70); Luiz Carlos Ferreira dos Santos Junior (108.199.846-63); Luiz Carlos Gonzales Passos (844.742.890-72); Luiz Carlos Lagasse Junior (098.794.147-05); Luiz Carlos Lopes da Silva (078.660.461-15); Luiz Carlos Moreira Junior (095.503.186-99); Luiz Carlos da Costa Ferreira Junior (125.327.947-04); Luiz Carlos de Azevedo (742.510.827-53); Luiz Carlos de Jesus Vasconcellos (416.428.801-91); Luiz Carlos de Oliveira Silva (963.723.207-97).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9973/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.145/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Gustavo Camara Nunes (142.373.477-70); Luiz Henrique Dutra Santos (047.094.566-40); Luiz Henrique do Carmo Silva (073.254.126-30); Luiz Martins Costa Neto (183.906.098-00); Luiz Otavio Stangherlin (030.860.250-18); Luiz Otavio Viana Teixeira (036.880.103-96); Luiz Paulo de Jesus Rocha (021.626.291-78); Luiz Pedro da Silva Junior (298.788.988-73); Luiz Poletto (318.601.689-49); Luiz Ricardo Quintino (679.166.359-68); Luiz Ricardo Souza Ripardo (038.898.853-30); Luiz Roberto Borges Junior (015.842.701-79); Luiz Ubirata dos Santos Dietz (011.548.440-05); Luiza Beatriz Freire da Silva (381.821.868-46); Luiza Borba Chiesa (445.593.148-10); Luiza Deschamps Cavalcanti Moreira (051.803.597-24); Luiza Soares (233.511.529-49); Luma Beatriz Fernandes (118.692.776-35); Luma Piedade de Araujo (010.605.482-16); Lumi Patricia Hatakeyama (270.819.508-50).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9974/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.153/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Henrique Costa Braga Campos (027.228.803-93); Marcelo Henrique Oliveira Silva (053.005.201-60); Marcelo Henrique Violin (351.604.008-42); Marcelo Henrique dos Santos (398.703.338-00); Marcelo Holanda de Lima (744.117.803-72); Marcelo Lago da Silva (009.614.902-76); Marcelo Luiz Peixoto Leite (030.881.831-84); Marcelo Lukas de Castro Ligorio (182.119.668-67); Marcelo Maia Sampaio (002.318.917-76); Marcelo Mendes Almeida (953.953.002-44); Marcelo Nascimento Silva (085.449.884-23); Marcelo Pires Tadeu de Aquino Falcao (118.342.087-00); Marcelo Rodrigo Moreira da Silva (104.952.836-06); Marcelo Silva Barbosa (039.811.753-52); Marcelo Silva Paiom (101.113.976-69); Marcelo Souza da Silva (404.621.248-94); Marcelo Tabosa de Castro (335.983.198-51); Marcelo Tavares Granada (012.688.450-19); Marcelo Vianna (019.064.037-59); Marcelo Victor Sousa Almeida (014.821.026-09).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9975/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.158/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Antonio Fontinelli (473.460.359-68); Marcos Antonio Mira (033.454.318-58); Marcos Antonio Sena Almeida (433.752.356-15); Marcos Antonio Vieira da Silva (279.360.664-20); Marcos Antonio de Goveia (033.473.787-76); Marcos Cerveira de Souza (687.132.072-53); Marcos Dalcin Bonacina (031.068.380-78); Marcos Daniel Nigro da Silva (060.889.214-98); Marcos Douglas Oliveira de Souza (015.584.212-97); Marcos Ferreira Costa (027.058.115-40); Marcos Filipe de Oliveira Brito (031.310.111-65); Marcos Gabriel Furtado Reis (036.226.521-60); Marcos Gleisson Barbosa Carvalho (112.114.216-86); Marcos Goncalves Rios Sampaio (020.371.035-57); Marcos Goncalves Veloso (104.145.796-07); Marcos da Silva Brito (008.422.412-64); Marcos da Silva Maciel (633.592.513-34); Marcos de Avila Silva (146.388.207-60); Marcos de Paula Farias (041.469.864-94); Marcos de Souza Maciel (688.191.452-00).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9976/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.160/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcus Alexander Werner Leopold Vollmers Filho (122.503.437-05); Marcus Aurelio Santos Virgilio (019.926.755-38); Marcus Emanuel Andrade Rodrigues (015.200.313-43); Marcus Jhames Alves de Matos (027.632.091-30); Marcus Jose Correia de Paiva (040.784.863-04); Marcus Van Basten Rodrigues Mendes Ribeiro (033.770.771-54); Marcus Vinicius Amaral (021.662.524-60); Marcus Vinicius Araujo Facchini (016.167.001-65); Marcus Vinicius Borges Ferreira (031.404.101-07); Marcus Vinicius Carneiro Cristaldo (018.277.091-54); Marcus Vinicius Carvalho Vilela (577.301.051-87); Marcus Vinicius Cavalcante da Silva (020.680.841-04); Marcus Vinicius Ferreira Evaristo (070.796.206-43); Marcus Vinicius Ferreira dos Santos (076.350.229-46); Marcus Vinicius Lacerda (043.200.569-22); Marcus Vinicius Lira de Sousa (020.749.541-66); Marcus Vinicius Nunes Sandes (029.191.315-67); Marcus Vinicius Santos Supeleto (142.304.627-78); Marcus Vinicius de Almeida Souza Cruz Ferreira (018.151.453-23); Marelene Rodrigues de Sousa (594.953.322-49).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9977/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.166/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Maria Suely Rodrigues Pedro (887.402.852-00); Maria Tania Alves Cabral (074.774.184-02); Maria Thereza Nogueira de Miranda Medeiros (034.887.384-00); Maria Tomas Batista (285.377.002-82); Maria Valeria Barbosa de Barros (013.370.186-78); Maria Valeria Rodrigues Lacerda (804.614.922-53); Mariah Martins Machado (038.359.970-92); Mariana Alice de Souza Miranda (024.602.961-77); Mariana Araujo Basilio (067.912.816-69); Mariana Araujo Moreira (020.587.630-76); Mariana Baptista (077.328.256-40); Mariana Cordeiro da Rocha (076.771.014-29); Mariana Cristina Vital Amaral (063.051.064-44); Mariana Cristina de Oliveira (085.403.604-03); Mariana da Conceicao Alves (066.471.014-03); Mariana de Fatima Almeida Galvao (081.489.274-48); Mariana de Fatima Farias (065.257.204-94); Mariana de Melo Monteiro Mendes (732.949.421-68); Mariana de Souza Castro (143.138.547-62); Mariana do Rego Barros Souza (039.103.764-10).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9978/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.170/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marina Almeida Nicacio (087.717.256-01); Marina Amanda Roos (057.837.609-19); Marina Aparecida Martins da Cruz (058.419.837-09); Marina Ataide Carvalho da Costa (997.243.082-00); Marina Baunilha de Almeida (099.209.087-38); Marina Crestani Soares (074.582.229-05); Marina Cristina Alves (089.487.566-30); Marina Fagundes Tomazini (117.192.617-09); Marina Ildefonso (101.629.244-96); Marina Julia Domakoski Lemos (042.124.579-46); Marina Miranda de Santana (002.782.333-41); Marina Moreira Barboza (016.330.576-58); Marina Noro dos Santos (763.122.162-68); Marina de Souza Pereira (086.648.746-89); Marinete de Amorim Lima (666.733.482-91); Marinna Alves Mendes (036.986.861-71); Mario Afonso Ligorio (638.410.706-63); Mario Augusto Vicente da Silva (025.154.145-24); Mario Cesar Braga Oliveira (017.780.231-69); Mario Cesar Junior (872.853.558-87).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9979/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.177/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mauro Silva Fogaca (038.949.495-03); Max Ariel Monteiro Santos (010.900.720-40); Max Emiliano Couto da Cruz (037.612.041-08); Maximiliano Diogo Gomes dos Santos (058.828.204-99); Maximo Pereira dos Santos (035.431.811-06); Maxsowell dos Anjos Ramos (866.481.522-49); Maxsuely Queiroz Batista (054.594.343-43); Maxwell Alexandre Brandao da Silva (083.995.204-03); Maxwell de Lima Tavares (097.038.004-67); Maya Luiza Teles Garcia (058.958.827-30); Mayana Almeida da Costa (604.953.483-76); Mayanna Flor Montiel Pereira Marquez (070.302.106-03); Mayara Almeida de Oliveira (036.555.935-03); Mayara Alves de Morais (033.668.131-30); Mayara Dantas Moreira (083.084.844-41); Mayara Justus (078.902.759-35); Mayara Soares da Silva (021.580.241-19); Mayara da Costa Oliveira (016.104.722-09); Mayara de Sa Dias (031.945.131-33); Mayara de Souza Teles (145.596.937-06).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9980/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.183/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Moises Sena de Oliveira (047.274.593-02); Moisses Brito Silva (024.961.493-60); Monaira Cavalcante da Silva (904.113.902-87); Monalisa Rodrigues Lima (695.812.742-00); Monica Hiromi Katayama Pessoa (933.789.807-10); Monica Moglie Birnfeld (335.151.820-04); Monica Moreira Borges (022.642.601-73); Monica Rebeca Costa Nunes (018.047.253-40); Monica Rodrigues da Silva Bonfim (801.623.476-34); Monica Ruana Soares (002.126.712-00); Monica Santiago de Jesus Carnaval (102.815.197-73); Monielle Zelia Leite de Oliveira (021.972.851-81); Monique Amaral Rodrigues (077.155.746-94); Monique Caroline Plantes (080.663.129-54); Monique Maculan Moura (010.058.869-70); Monique de Carvalho Silva (077.385.224-70); Monique de Sousa Galucio (016.201.192-00); Monityelle Saturnino Neves (079.888.956-05); Morgana Oliveira (013.111.696-79); Morgana Weiss (090.360.469-80).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9981/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.189/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nayara Fonseca Vieira (060.367.639-13); Nayara Franco Marques Portela (017.556.561-90); Nayara Lane de Souza (072.018.274-30); Nayara Oliveira da Silva (919.406.302-82); Nayara Sampaio Bernardino Mota (040.984.891-39); Nayara Teixeira Mendes (127.858.287-80); Nayara Thainan Costa Ruggeri (004.059.312-63); Nayara de Paula Silva (085.466.566-81); Nayme Neiverth (058.822.669-63); Nayra Fernanda do Nascimento Rodrigues Barbosa Lima (021.492.703-23); Nayra Lorhanne Caldeira Bertoleza (013.985.102-03); Nayra Rackelinne da Costa Leite Melo (604.306.003-56); Neide Cruz de Almeida (710.319.281-20); Neilane Barreira Cardoso (117.054.997-75); Neilza Silva Barbosa (003.847.292-90); Neire Santana de Oliveira Lima (626.287.121-72); Neiryane Maciel da Cruz (081.102.614-00); Nelcilene Mery dos Santos Cabral (046.120.733-80); Nelidiana Araujo Castro (021.597.993-19); Nelselino Noronha (182.547.482-68).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9982/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.192/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nilson Rego Santos (827.533.503-53); Nilson Sampaio Guimaraes Neto (071.102.807-99); Nilton Benedito Alvarez Sampaio (139.916.042-72); Nilton Cesar Gomes Barbosa (013.952.496-79); Nilton Zago Soares da Silva (071.112.469-85); Nilton de Oliveira Ribeiro (076.369.587-40); Nilza Cristina Mantelli (430.730.850-68); Nilza Eugenia dos Santos (550.037.291-20); Nina Rosa Carneiro de Almeida Luiz Esteves (363.024.657-53); Nirany dos Reis Franca da Silva (890.515.213-91); Nirley Bertillia Araujo (616.576.701-04); Nivaldo Costa Silva de Jesus (790.579.265-04); Nivea Ramos de Sa Lima (962.435.461-87); Nivia Regina Bezerra Cavalcanti (064.597.014-07); Niwerton Bezerra da Mota Filho (083.267.094-41); Noemi Cordeiro Silva (019.012.171-83); Noemi Vieira de Alencar Lima (027.229.113-70); Norma Suely de Castro (254.827.338-58); Normando Marcio Soares da Silva (178.097.778-66); Nubia Auxiliadora Medeiros (512.030.811-20).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9983/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.195/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Osvaldo Alves de Andrade Junior (023.090.215-47); Osvaldo Batista de Oliveira Neto (039.919.224-79); Osvaldo Eden Lacerda Lemos (035.905.095-62); Otavio Augusto Alves dos Santos (076.529.584-90); Otavio Augusto Costa Junqueira (095.362.506-08); Otavio Goncalves Rezende (118.553.927-12); Otavio Queiroz Coutinho (069.999.447-09); Otilia Martins da Silva (529.139.539-72); Otto Neufeld (010.143.909-15); Ozilene Gomes Ferreira (906.535.057-87); Pablino Colen Martins (987.578.226-20); Pablo Camargo Carrilho (335.403.438-65); Pablo Demontie Tavares Clemente de Almeida (686.113.072-91); Pablo Goncalves Malheiros (011.967.766-01); Pablo Gonzaga de Oliveira Junior (966.405.882-34); Pablo Julyerme da Silva (001.067.611-29); Pablo Kennedy da Silva Cabral (122.419.917-08); Pablo Leonardo de Sousa Franca (124.308.737-45); Pablo Luis Gomes Silveira Caldas (008.518.665-14); Pablo dos Santos Sousa Sampaio (139.487.917-24).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9984/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.203/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Angelo Gomes Linhares (042.316.113-00); Pedro Aritana Filgueiras Ochoa (011.139.650-61); Pedro Arnon Mendes Barroso (109.961.216-09); Pedro Arthur Pereira da Silva (096.077.744-00); Pedro Augusto Quintino de Moraes Silva (067.827.214-06); Pedro Augusto Vieira Bordin (371.294.338-50); Pedro Augusto de Oliveira Alcantara (137.062.067-57); Pedro Barbosa de Sousa Junior (600.065.913-02); Pedro Benetazzo Serrer (369.532.308-60); Pedro Bruno Lima de Souza (015.559.432-09); Pedro Camargo Pedroso (025.397.590-50); Pedro Colavolpe da Silveira (544.052.545-91); Pedro Daniel Jordao Mamede Inacio (041.297.751-62); Pedro Duarte Chaves (133.632.657-35); Pedro Eugenio Muffato (436.219.886-53); Pedro Felipe Freitas Cazelli Gomes (070.426.356-47); Pedro Franco de Carvalho da Silva Pereira (033.006.721-47); Pedro da Rocha Lucas Bueno (441.975.258-00); Pedro de Carvalho Sipauba Neto (043.462.753-46); Pedro de Freitas Rodrigues (081.329.239-52).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9985/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.205/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Jorge Rocha Garcia (145.395.777-43); Pedro Lacerda Santos (071.050.696-19); Pedro Paulo Almeida (060.928.575-02); Pedro Paulo Bezerra da Silva (055.282.607-36); Pedro Paulo Mendes da Silva (042.449.791-31); Pedro Paulo de Sousa (038.539.553-12); Pedro Pires Parreiras (088.985.786-52); Pedro Renato Souza de Oliveira (091.639.886-23); Pedro Ribeiro Soares Filho (049.161.603-12); Pedro Vinicius Rondora Soares (050.984.821-43); Penelope Freitas Serra (020.787.901-09); Perez de Sousa Silva (051.391.383-10); Periany de Freitas Silva (033.749.623-43); Pericles Barroso Lessa Junior (030.589.713-62); Pericles Vale Pordeus (048.790.934-83); Peterson Martins da Costa (038.300.921-99); Petronio Correia Teixeira (910.718.015-20); Petronio Henrique Moreira Cruz (022.472.521-17); Phabiulla Christina de Sousa e Silva Nascimento (021.984.801-74); Phablo Eduardo da Silva Modesto (750.046.232-87).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9986/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.211/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Gomes Scheiner (140.054.127-18); Rafael Gualberto Alves da Silva (053.780.397-11); Rafael Guedes Seixas (008.078.652-90); Rafael Henrique Barros (016.587.446-59); Rafael Lamburghini (126.548.937-82); Rafael Lins Tenorio (086.433.864-30); Rafael Lira Moreno (035.924.983-39); Rafael Lobato de Araujo (861.220.962-53); Rafael Lopes Salgueiro (128.292.356-06); Rafael Lucas Correa de Melo (052.482.747-88); Rafael Luiz Rodrigues Gomes (051.362.827-46); Rafael Machado Bortone (078.589.466-76); Rafael Machado Carlos (110.361.656-04); Rafael Maroquio Casotti (114.323.207-00); Rafael Marques Gomes (038.117.623-11); Rafael Marques Goncalves Aragao (015.394.781-06); Rafael Martins Lourenco (885.796.622-49); Rafael Martins Nascimento (048.822.263-08); Rafael Martins de Sousa (044.052.673-67); Rafael Matias de Lira (075.385.784-71).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9987/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.214/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafaela Silva Macedo (002.747.962-52); Rafaela Vila Nova das Chagas (056.896.344-09); Rafaella Fernanda Villa Nova da Silva (092.111.424-90); Rafaella Paes de Araujo (160.574.687-83); Rafaella Pereira da Silva (011.850.301-40); Rafaella de Miranda da Silva (124.479.477-55); Rafaella dos Santos Melo (039.918.513-50); Rafaelle Pereira Silva (044.424.943-55); Rafaelo Barros Mignoni (008.353.793-70); Rafhael Almeida Goncalves (021.305.555-43); Rai Bezerra da Silva (977.004.102-59); Raiana Soares Paranhos (133.569.427-78); Raiany Julliete da Silva (014.055.954-00); Raiany Julliete da Silva (014.055.954-00); Raiany Sousa e Sousa (004.099.822-37); Raici Marry de Aguiar Morais (014.176.421-06); Raila da Silveira Gomes Masuda (084.394.759-42); Railson de Paula Silveira (005.395.691-51); Raimunda Celia do Vale Pires (415.974.432-04); Raimundo Araujo Lopes (760.664.103-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9988/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.222/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renata Cristhina Silva Leite Lira (075.385.714-69); Renata Gabriela Teixeira Mestriner (224.247.868-01); Renata Gomes Doria (054.502.627-01); Renata Lorena Morais da Silva (085.294.789-59); Renata Marafon (009.884.469-52); Renata Maria Fernandes (079.702.106-00); Renata Marquise Oliveira Ferreira (047.017.055-78); Renata Meneguitte da Silva (111.233.016-03); Renata Moura Fernandes (965.216.002-49); Renata Patricia Soares (055.099.976-05); Renata Paula Negrelli de Araujo (719.909.507-44); Renata Pereira de Oliveira (227.041.158-77); Renata Rayssa Macedo Leite (057.976.943-79); Renata Sarrassini dos Santos (063.203.049-60); Renata Sena Mineiro (777.655.326-34); Renata Terra Paixao (117.318.767-77); Renata Tosca de Souza (020.504.145-01); Renata Vianna Poltronieri (057.315.497-02); Renata de Souza Pinheiro (052.000.417-59); Renato Alves do Valle (235.047.226-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9989/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.226/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rita Apolonia Zanardini de Andrade (707.040.239-20); Rita Arlete Pissaia Rech (475.127.330-20); Rita de Cassia Alves de Oliveira Goncalves (010.221.581-20); Rita de Cassia Barbosa de Araujo Santana (009.057.065-01); Rita de Cassia Rodrigues (091.545.609-50); Rita de Cassia Rodrigues de Souza (200.353.142-49); Rita de Cassia Silva (104.913.408-77); Rithiele Barbosa Brito (089.730.866-26); Rivaldavia Bernardes de Paula Neto (096.017.684-59); Rivanda da Silva Neves e Castro (513.926.662-87); Rivanildo Rodrigues Bastos (001.591.062-81); Rivelino Alexandre de Sousa (750.367.383-49); Rizia Kelube Costa Queiroz (065.270.564-27); Roberio Pereira dos Santos (054.236.244-95); Roberio Rodrigues de Sousa (904.336.451-72); Roberio dos Santos Nascimento (996.645.501-91); Robert Marcio da Silva Penha (856.901.553-49); Roberta Augusta Dario (032.693.037-00); Roberta Barbosa Costa Lima (084.781.334-70); Roberta Cabral Masrouah (041.086.756-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9990/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.231/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Goulart Sereno (085.922.657-38); Rodrigo Guerra Luongo (077.983.107-11); Rodrigo Lages Aguni (012.384.591-29); Rodrigo Lopes Fonseca (093.313.027-97); Rodrigo Lopes Lucas (025.555.431-12); Rodrigo Lopes da Silva (902.341.541-87); Rodrigo Maciel Galhardo de Paula (051.922.274-10); Rodrigo Marques Fernandes da Silva (071.901.094-20); Rodrigo Mateus dos Santos (003.208.602-48); Rodrigo Menegusse de Britis (150.616.347-56); Rodrigo Messias Ortiz (602.841.290-20); Rodrigo Oliveira Lourenco (025.422.065-70); Rodrigo Oliveira de Matos (015.019.672-58); Rodrigo Palermo (497.236.509-91); Rodrigo Ribas Goreski (480.450.479-68); Rodrigo Ribeiro de Freitas (814.692.171-04); Rodrigo Rosendo Jelinek (033.875.940-97); Rodrigo Salerno Santos (097.399.037-62); Rodrigo Sales Barros Ferreira (014.458.704-10); Rodrigo Sartori Bogo (067.711.449-41).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9991/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.234/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronald Alexandre Colares Peixoto (853.290.702-44); Ronaldo Barros de Melo Filho (064.229.604-92); Ronaldo Carvalho da Silva (089.745.192-91); Ronaldo Fernandes da Silva Junior (965.806.312-87); Ronaldo Ferreira de Brito (020.538.185-57); Ronaldo Weigert (221.675.529-04); Ronaldo Wilson Rocha (663.982.666-68); Ronaldo da Silva Oliveira (020.012.775-63); Ronaldo de Almeida Sobrinho (845.908.907-04); Ronaldo de Assuncao de Jesus Junior (834.426.262-34); Ronalto de Souza Galvao (027.085.723-00); Ronan Lima Santos (225.736.608-50); Rone Cardoso Campos (053.968.893-22); Roney Almeida Brandao (056.506.415-01); Roni Jose Grabowski Franco (042.606.929-33); Ronie Silva Costa (017.584.432-19); Roniery Capel Lopes (026.375.671-80); Ronildo dos Santos Silva (523.454.407-91); Ronilso Messa de Souza (595.793.071-72); Ronilson de Sousa Santos (603.008.823-86).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9992/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.238/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ruam Arievilo Moreira (083.520.716-10); Ruan Carlos Costa de Souza (140.360.607-24); Ruan Leonardo Marcondes Rodrigues (067.635.059-30); Ruan Miranda de Oliveira Soares (843.889.005-91); Ruana Garcia de Souza Brito (135.862.177-22); Ruann Couto Pinheiro (042.675.733-52); Rubecreusa Frazao Lins (902.710.762-91); Rubem Rafael Freitas Gualberto (109.944.416-06); Rubenir Oliveira Silva (012.152.582-16); Rubens Calixto de Barros Junior (022.332.411-69); Rubens Tarcisio da Luz Stelmachuk (033.210.539-34); Rubens de Araujo Van Dingenen (044.196.284-05); Rubens do Amaral Filho (291.313.081-04); Ruberpaulo Miranda de Sousa (811.231.831-04); Rubia Regina Guedes (119.143.326-95); Rubvaldo Evangelista Gomes (629.238.382-20); Rudgery de Carvalho Rodrigues (050.654.493-17); Rudimar Souza Lima (057.202.314-63); Rudnei de Oliveira Nascimento (052.546.982-68); Rui Telhado Pereira (425.385.807-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9993/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.244/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Carlos Jekemem Damazio (951.041.278-34); Sergio Ewerton Menezes dos Santos (600.336.243-05); Sergio Ferreira Inocencio (021.813.251-46); Sergio Keichi Yamasaki (825.367.671-91); Sergio Laurentino de Melo (292.113.444-68); Sergio Mauricio Reinholz (481.750.561-34); Sergio Murilo Bordini Rodrigues (859.450.217-68); Sergio Murilo Rios da Silva (843.259.845-34); Sergio Paulo da Silva (029.788.724-62); Sergio Pereira da Silva Porto Neto (292.249.728-37); Sergio Ricardo Lima Ribeiro (930.119.624-72); Sergio Silva Braga (023.546.483-08); Sergio Vieira da Cunha (706.596.307-10); Sergio Wilson de Sa Roriz (707.158.231-91); Sergio de Queiroz Mesquita Junior (701.967.021-00); Sergio dos Santos Junior (053.534.357-45); Shaiane de Souza Santos Silveira (124.205.197-01); Shangai Rios Fontoura (020.772.475-09); Sheila Aparecida de Souza (048.548.146-40); Sheila de Sousa Teodosio (600.456.053-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9994/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.250/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sophia Thompson Lugao Ronchetti (328.574.648-35); Soraia Baptista Oliveira (762.002.052-72); Soraia Costa de Araujo (136.184.767-01); Soraia Liz de Sousa Jacome da Paz (074.521.684-61); Sorelle Almeida Moraes (070.648.044-92); Sostenes Emanuel de Medeiros Cavalcante (646.791.603-49); Stalin Santos Souza (033.512.145-45); Stefanie Monteiro Santos Cabral (119.284.737-76); Stefano Jose de Farias (128.882.447-56); Stefany Ariadley Martins da Silva (044.868.725-92); Stella Antunes Moraes Pereira (126.024.257-96); Stenio Oliveira do Nascimento (044.789.605-93); Stephania Marconcini (099.993.717-01); Stephanie Fenselau (366.375.178-36); Stephanie Ferreira Bexiga (020.381.950-05); Stephanie Ferreira de Sousa (048.450.823-73); Stephanie Regina Caciatori de Paula (071.161.329-02); Stephany Sarah Bento (090.781.986-99); Sthefany Felix Santos (132.543.807-38); Suanne Costa do Carmo (052.421.653-32).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9995/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.255/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tamires Francoyse Costa de Azevedo (055.305.854-18); Tamires Machado Pereira (058.682.107-43); Tamires Martins Ferreira Santa Rosa (149.616.177-76); Tamires Oliva de Carvalho (140.177.637-07); Tamires Vercosa Cardoso (984.054.382-20); Tamires de Lima Leite (016.631.726-84); Tamires dos Santos Pereira (074.539.134-62); Tamirys Denise Santos Amarante (060.833.144-96); Tana Julieta Miranda (045.776.639-53); Tania Costa Leoncio (834.902.487-91); Tania Denise Demori (279.068.090-68); Tania Mara Perussolo (318.534.209-72); Tania Marcia Ferreira Mello Fonseca Porto (077.819.687-94); Tania Onorati (071.355.964-04); Tania Ramona Cordeiro (379.186.131-04); Tania Rosalina Martins Caetano (045.447.706-61); Tanielle Christine Soares das Chagas (028.523.723-39); Tarciana Marques Martins da Cruz (928.721.233-34); Tarcila Martins Melo (027.271.843-28); Tarcisio Alves Caldas Lopes (032.456.925-44).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9996/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.260/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thais Pereira Becker (092.856.136-40); Thais Quacchia Miranda (053.801.097-56); Thais Vieira de Sousa (083.365.654-69); Thaisa Pestana Sousa (011.692.983-97); Thaise Ferreira Carvalho (021.557.855-42); Thaise Sampaio de Oliveira (024.919.705-70); Thales Crespo Sobreira (130.217.187-95); Thales Ernesto Cristino Braga (399.901.308-76); Thales Juan Nunes Rodrigues (037.378.813-40); Thales Roberto Ferreira Barbosa de Melo (076.265.024-93); Thales Yann da Silva Orlando (005.459.131-79); Thalisson de Araujo Vieira (070.196.419-70); Thalita Campos Lima (369.946.378-83); Thalita Celi Damasceno dos Santos (098.041.044-40); Thalita Maciel de Melo (097.619.666-23); Thalita Santana de Sousa (020.877.592-78); Thalita de Melo Rocha Antunes (118.920.047-39); Thallyda Leonel de Rangel Moreira Cavalcanti (064.564.594-00); Thalyta Sabura Batista dos Santos (721.372.821-00); Thalyta Shely Souza Sardinha (124.263.817-28).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9997/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.265/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Vieira de Carvalho (106.566.027-83); Thiago Weber Carvalho (007.040.680-44); Thiago Wilson Cunha Cordeiro (063.152.466-56); Thie Luan Ribeiro Teixeira (078.890.664-06); Thissiana Barbalho Cordeiro (100.510.367-46); Thomas Nery da Silva Teixeira (014.997.650-02); Thurian Abrianos Campos (022.578.330-40); Tiago Alexandre Pereira da Silva (060.895.564-75); Tiago Alves Wially (037.504.031-55); Tiago Antonio Figueiredo (082.391.336-81); Tiago Antonio dos Santos (049.628.946-25); Tiago Augusto Campos Carneiro (134.113.327-35); Tiago Barbosa (027.482.195-89); Tiago Barbosa dos Santos (033.265.771-09); Tiago Barreto El Uri (018.590.340-12); Tiago Barroso Pimentel (058.339.715-86); Tiago Caetano da Silva Teixeira (053.632.755-62); Tiago Castilho Orengo (001.698.370-09); Tiago Cruz do Nascimento (007.821.965-51); Tiago da Costa Farinon (992.479.250-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9998/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.267/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tiago Rodrigues Silva (097.706.376-37); Tiago Santana de Paula (110.867.497-66); Tiago Teixeira Viviani (113.857.067-24); Tiarley Eduardo Pogianelli (089.835.126-01); Tiberio Cesar de Franca Dantas (050.886.974-90); Ticiana Inacio Trabach (136.403.977-03); Ticiane Carvalho da Silva (028.530.755-08); Ticiano Dias Corral (004.994.310-30); Ticyane Madeira Cavalcanti (915.015.393-53); Tila Maris Schroeder (014.538.530-22); Tille Souza de Miranda (864.449.306-00); Tilza Cristina dos Santos Costa (890.455.052-15); Timoteo Borges Bosso (021.202.641-04); Tobias Rizatti (022.239.080-80); Tomas Ferreira Cordeiro dos Santos (106.041.187-32); Tomas Matheus Giacomel de Oliveira (099.743.379-50); Tomaz Jose de Lira Neto (017.980.783-84); Tomaz de Melo Neto (022.659.893-47); Toni dos Santos Bispo (057.896.095-89); Traudi Heisler (001.800.930-10).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9999/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.272/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Vanessa Candido Peixoto (111.346.097-01); Vanessa Carla Felipe Goncalves (099.423.237-32); Vanessa Cecilia Benavides Silva (089.787.246-04); Vanessa Claudia da Silva (116.435.147-84); Vanessa Cristina Alves dos Santos (044.271.366-56); Vanessa Cristina Couto (103.916.726-81); Vanessa Cristina da Silva (052.890.277-69); Vanessa Ferreira de Almeida (059.580.507-88); Vanessa Goncalves Vieira (027.376.131-59); Vanessa Hipolito (049.025.399-77); Vanessa Kariny de Lira Coelho (008.173.864-16); Vanessa Mariano da Rosa (069.283.267-00); Vanessa Mascarenhas Leite (033.674.755-13); Vanessa Melo de Lima (017.073.111-10); Vanessa Monteiro Cunha (379.830.068-29); Vanessa Morais Miranda (104.331.896-81); Vanessa da Silva Cunha (041.129.813-50); Vanessa de Oliveira Queiroz (046.343.841-83); Vanessa de Oliveira Silva (136.888.577-20); Vanessa dos Santos Queiroz (916.592.802-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10000/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.277/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vinicius Bretas Vieira Porto (117.556.586-56); Vinicius Carvalho da Silva (025.961.885-38); Vinicius Duarte Caetano (297.429.758-76); Vinicius Dutra Arrais (049.386.731-77); Vinicius Felix de Lima Oliveira (897.540.262-20); Vinicius Ferro (018.871.370-09); Vinicius Giusti Silva Abreu (605.014.293-95); Vinicius Leonardo de Souza Bhering (139.172.207-84); Vinicius Marin (008.237.440-60); Vinicius Monteiro dos Santos (021.253.571-43); Vinicius Morais da Costa (058.167.374-30); Vinicius Muniz Vasco (020.698.852-40); Vinicius Pales Quaresma (024.740.405-52); Vinicius Paulo Kloster Filho (055.944.439-75); Vinicius Reis Freitas (101.814.386-66); Vinicius Riskalla (017.805.310-44); Vinicius Rodrigues (022.818.551-39); Vinicius da Mota Ribeiro (108.059.456-60); Vinicius da Silva Ferreira (124.345.427-00); Vinicius de Oliveira Raymundo (005.607.762-92).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10001/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.281/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wable dos Santos Malheiros (030.844.593-71); Wadilson Teixeira Madureira (541.773.676-72); Wagneer Pessoa Rafael Bomfim (045.607.474-07); Wagner Alves Monzyne (007.707.225-12); Wagner Barcellos dos Santos (144.899.117-00); Wagner Bonesso (292.932.270-53); Wagner Cunha da Silva (071.966.034-35); Wagner Elias dos Santos (090.420.797-89); Wagner Elias dos Santos Araujo (024.709.013-16); Wagner Luiz Martins da Silva Junior (013.940.862-29); Wagner Ramos da Cruz (943.864.122-04); Wagner Siqueira de Brito Alvares (332.635.728-14); Wagner da Costa Illanez (112.498.277-95); Waldek de Almeida Barros (913.149.767-53); Waldemair Sampaio (857.498.428-00); Waldemberg Pereira da Costa Leite (109.993.197-52); Walisson Campos Jacomini (000.287.296-09); Walisson Gastaldi Menezes (016.616.976-58); Wallace Felipe Serafim (409.532.838-01); Wallace da Cruz Medeiros (881.277.882-87).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10002/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.288/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Yan Barreto Diener (021.571.771-67); Yan Filipe Cavalcante Lobato Alves da Silva (333.280.028-04); Yanes da Conceicao Gentil (996.835.713-87); Yann Sena Figueiredo (969.880.372-68); Yara Freitas de Carvalho (001.138.093-44); Yasmin Coral Rodrigues Martorano (612.877.509-82); Yasmin Soares Tinoco (102.041.127-96); Yasmin Souza Bohrer (006.005.962-14); Yasmini Gomes Tomaz (141.296.847-01); Yedda Pereira de Melo Faria (619.173.387-91); Ygor Barbosa Credi Dio (108.992.477-17); Yoan Wendel Silva Morais (047.560.395-88); Yukio Felberk Shigihara (010.824.162-90); Yure Henrique Silva (121.962.487-03); Yuri Costa Lima (064.332.465-83); Yuri Esttefann Jorge (036.897.501-05); Yuri Machado de Oliveira (043.278.053-00); Yuri Nunes Venancio (110.990.056-20); Yuri Riehl de Souza Almeida (151.194.287-89); Yuri da Silva Mello (028.372.190-10).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10003/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-025.117/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Célia Joana Ribeiro (312.727.204-97); Edinor Costa Junior (242.584.664-68); Maria Enedina Costa (183.952.284-49); Midiam Maria Costa (012.618.314-70); Nimsy Maria de Oliveira (172.328.054-20).
1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10004/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-025.138/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Sebastiana Braga de Oliveira (196.306.112-87).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10005/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-025.186/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Dorvalina Pessoa da Silva (134.440.932-68).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10006/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-025.209/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Amara José Francisco (038.403.024-63); Maria Socorro Leitão (885.784.451-04).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10007/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-025.413/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Teresinha de Fátima da Silva (376.791.121-34).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10008/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.494/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dora Americano Lessa Vasconcellos (032.965.127-72); Everaldo Fernandes de Oliveira (044.318.207-87); José Victor Magalhães Ferreira (041.578.672-03); Lucy Martins da Silveira (023.902.637-39); Yolanda Leitão de Azevedo (095.644.727-92).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10009/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.533/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rosa Pinheiro de Oliveira (447.086.102-20).
1.2. Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10010/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-030.007/2008-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Valdomiro Marques das Neves (031.639.037-20).
1.2. Órgão: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10011/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-041.828/2012-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Juliana Euflasino Vitorino (090.350.404-90); Juliana Euflasino Vitorino (090.350.404-90); Suzana Vitorino da Silva (083.416.274-18); Suzana Vitorino da Silva (083.416.274-18).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10012/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor de Nilson Ferreira da Silva Junior, Diretor-Presidente do Projeto Graciliano é uma Graça - Prograça, em razão da impugnação total das despesas dos recursos repassados, por força do Convênio 79/2005.

Considerando que, além da proposta de alteração do Acórdão 6.356/2018-TCU-1ª Câmara formulada pela unidade técnica (peça 113), se detectou equívoco na remissão da data do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

débito relativo ao primeiro valor constante da tabela aposta no item 9.1 do Acórdão 1.006/2018-TCU-1ª Câmara;

Considerando que, no campo "DATA DA OCORRÊNCIA" da tabela constante do referido Acórdão, se utilizou como parâmetro para aferir a data de ocorrência do débito constante da coluna "VALOR ORIGINAL (R$)" o dia em que os recursos foram transferidos à conta corrente vinculada ao convênio, em linha com jurisprudência recente desta Corte de Contas (Acórdão 8.781/2017-1ª Câmara);

Considerando ainda que, segundo tal decisão, não há que se falar de vício ou nulidade das citações, porquanto a retificação das datas implica situação menos gravosa aos responsáveis, o que, inclusive, favorece os devedores, em consonância com o que prevê o art. 210, § 3º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando, por fim, que as data de ocorrência dos débitos indicados no item 9.1 do Acórdão 1.006/2018-TCU-1ª Câmara podem ser verificadas na documentação aposta à peça 76, página 28, e à peça 78, página 14;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.1 do Acórdão 6.356/2018-TCU-1ª Câmara (peça 108), mantendo-se inalterados os demais termos dos Acórdãos ora retificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente com efeitos infringentes, para reduzir o valor do débito constante do item 9.2 Acórdão 1.006/2018-TCU-1ª Câmara, para R$ 56.091,45 (cinquenta e seis mil, noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), e a multa arbitrada pelo item 9.3 do mesmo acórdão, para R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)."

Leia-se:

"9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente com efeitos infringentes, para reduzir o valor do débito constante do item 9.2 Acórdão 1.006/2018-TCU-1ª Câmara, para R$ 56.091,45 (cinquenta e seis mil, noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), conforme disposto abaixo, e a multa arbitrada pelo item 9.3 do mesmo acórdão, para R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

VALOR ORIGINAL (R$) DATA DA OCORRÊNCIA
1.091,45 06/09/2006
23.994,00 15/01/2008
11.006,00 15/01/2008
20.000,00 15/01/2008
(...)"

1. Processo TC-010.827/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Nilson Ferreira da Silva Junior (985.987.914-15) e Projeto Graciliano É Uma Graça - Prograça (06.259.347/0001-30).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).

1.6. Representação legal: Eduardo Henrique Monteiro Rego (OAB/AL 7.576); Ellis Denise Correa (OAB/DF 13.883) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10013/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Ricardo Luzzetti, ex-prefeito municipal de Terra Roxa/PR, em razão da omissão no dever de prestar contas referente ao Convênio 5.300/1997, firmado entre o FNDE e a Prefeitura Municipal de Terra Roxa/PR, que teve por objeto promover o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar aos alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede municipal e estadual das zonas urbana e rural e entidades filantrópicas.

Considerando que os recursos relativos ao aludido convênio foram transferidos no período de 30/10/1997 a 29/12/1998;

Considerando que o prazo final da prestação de contas expirou em 29/4/1999;

Considerando que, nos termos do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, a prescrição a que alude o art. 205 do Código Civil Brasileiro é contada a partir da data de ocorrência da irregularidade sancionada;

Considerando que a notificação do responsável pela autoridade administrativa federal competente ocorreu apenas em 2/6/2015, ou seja, após mais de dez anos da ocorrência do fato gerador;

Considerando, por fim, que o transcurso desse tempo inviabiliza o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa e que o processo ainda se encontra pendente de citação válida.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos válidos de constituição e regular desenvolvimento do processo; e

b)encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público de Contas, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

1. Processo TC-014.942/2018-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ricardo Luzetti (118.600.659-53).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Terra Roxa/PR.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10014/2018 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Ernane Bilotte Primazzi, contra os itens 9.2, 9.3 e 9.5, do Acórdão 3.894/2018-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou suas contas irregulares, imputando-lhe débito e multa (peça 23).

Considerando que, regularmente notificado da deliberação recorrida (Acórdão 3.894/2018-TCU-1ª Câmara), em 5/6/2018 (peça 34), o responsável somente compareceu aos autos em 28/6/2018, oportunidade em que protocolizou seu recurso de reconsideração (peça 37);

Considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de quinze dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 6/6/2018, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 20/6/2018;

Considerando que, conforme o art. 285, § 2º, do RITCU "não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contados do término do prazo indicado no caput, caso em que não terá efeito suspensivo";

Considerando que a tentativa de afastar responsabilidade por meio de argumentos e teses jurídicas, ainda que inéditos, não são considerados fatos novos por este Tribunal, conforme consolidada jurisprudência desta Corte (Acórdão 923/2010-TCU-Plenário, Acórdãos 1.760/2017 e 323/2010, ambos da 1ª Câmara, e Acórdãos 2.860/2018, 12.751/2016 e 3.293/2016, todos da 2ª Câmara);

Considerando que novas linhas argumentativas representariam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame na hipótese de interposição tempestiva do recurso, e que entendimento diverso estenderia para cento e oitenta dias, em todos os casos, o prazo para interposição do presente recurso, tornando letra morta o disposto no artigo 33 da Lei 8.443/1992, que estabelece período de quinze dias para apresentação deste apelo;

Considerando que a tentativa de se provocar a pura e simples rediscussão de deliberações do TCU com base em discordância com as conclusões deste Tribunal não se constitui em fato ensejador do conhecimento do recurso fora do prazo legal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Ernane Bilotte Primazzi, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos; e

b)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do MPTCU, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-020.109/2016-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ernane Bilotte Primazzi (857.650.908-34).

1.2. Recorrente: Ernane Bilotte Primazzi (857.650.908-34).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de São Sebastião/SP.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

1.8. Representação legal: Patrícia Machado (OAB/SP 189.880) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 23/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 10015/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.923/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Alves (646.378.407-91); Aparecida Maria das Virgens (566.045.057-15); Benvindo Rodrigues da Silva (117.210.141-87); Carlos Augusto Agnelo Moreira (342.247.777-20); Claudio Vianna Lopes (304.533.647-72); Damazio de Souza Furtado (563.603.717-15); Demostenes Silva Fonseca (346.427.817-49); Demétrio José da Silva (384.710.607-44); Devair Manoel dos Santos (567.472.767-87); Devair Manoel dos Santos (567.472.767-87); Elio Cruz Tatagiba (523.107.797-68); Ernani Servulo de Jesus (419.831.657-00); Helio Schechter (045.866.037-04); Henrique Constantino da Silva (432.531.057-68); Ivan de Carvalho (044.814.107-87); Ivonete Cupertino Fialho (881.688.757-53); Jair Domingos da Silva (605.971.008-53); Joao Carlos Rodrigues Loureiro (235.394.297-00); Jocely Pinto Duarte (348.835.417-20); João Guedes (130.742.967-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10016/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.925/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Celia Fontes da Cruz (404.775.257-68); Maria da Conceiçao (490.163.777-00); Maria da Gloria Antunes Pereira (018.889.277-04); Mauro Correa Fagundes (313.454.417-20); Nancy Lopes de Faria (563.722.727-68); Nelson Leocadio da Rosa (027.853.581-04); Oriel Jose Chaves (419.871.957-87); Osmar de Almeida Viana (297.504.077-68); Paulo Jose de Souza (397.040.097-04); Reinaldo Theodoro dos Santos (582.222.867-49); Sebastiao Fabiano de Lima (086.818.051-34); Sebastiao Moreira Gaudencio (180.969.137-00); Siro Sergio da Silva (341.453.037-68); Sonia Gomes da Silva (506.570.207-10); Virginia Vasconcellos Monteiro Guedes (698.860.917-20); Virgulino Nunes de Sousa (047.013.991-91); Waldir Silva Anunciação da Cruz (167.572.466-00); Walter Ferreira de Castilho (297.504.317-15); Wilson da Fonseca (312.602.687-72); Zaida Lisboa de Azevedo (495.875.527-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10017/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.926/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alice Martins da Costa (211.496.237-72); Alice Martins da Costa (211.496.237-72); Antonio Ferreira da Silva (520.265.587-87); Carmen Alves de Aguiar (603.037.947-04); Etienne Lucia dos Santos Cardoso (374.813.397-91); Jorge Gomes dos Santos (031.319.987-68); Jorge Gomes dos Santos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(031.319.987-68); Jorge Gomes dos Santos (031.319.987-68); Lea Selem (161.166.237-00); Leda Maria Gago Peixoto (254.898.367-68); Lucia Maria Fonseca de Souza (299.688.107-97); Luis Felipe Rios Macedo (297.824.227-20); Maria do Socorro da Silva e Souza (774.178.107-30); Marina Crepaldi de Castro (375.154.117-91); Monica Lins de Andrade (387.476.424-91); Naila Barroso de Castro (260.848.807-20); Paulo da Silva (330.303.087-15); Reinaldo Clem de Freitas (414.304.687-34); Sebastião dos Santos Paula (264.588.537-34); Wilson Faria de Souza (404.890.517-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10018/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.266/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eugenio Alegria de Almeida Baptista (081.969.967-56); Evandro Arenari Oliveira (851.446.907-00); Ingrid Jensen Schimidt (006.662.257-37)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10019/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.271/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Manoel Carlos Vieira de Moraes Junior (170.804.208-30); Marcelo Ricardo Schwarz (963.144.600-00); Marcos Eduardo de Oliveira (098.721.867-07); Marla Bruna Melo de Menezes Amorim (828.019.755-91); Michelle Izolina Lopes de Souza (088.180.156-99); Márcio Feres Bessa (793.469.797-04); Natercia Fonseca de Carvalho da Silva (361.873.991-53); Nathalia Christina de Souza Tavares Passos (064.629.319-22); Nathalia Pereira Cavaleiro (107.612.667-71); Nichele Cristina de Freitas Juchneski (013.001.040-58)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10020/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e autorizar os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.275/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Panmela Pereira Merlo (124.152.717-21); Pedro Henrique Vieira Garcia (123.859.867-60); Rafael Fiorencio Mendonca (082.682.557-57); Rafael Vieira Camerini (891.352.880-00); Renan Silva Santos (125.412.997-96); Ricardo Moreira dos Santos (026.939.047-22); Silver Rodrigues Zandona (101.739.067-37); Thayse Cristina Pereira Bertucci (323.740.498-50); Uira Rodrigues da Silveira Montani (108.803.027-04); Vitor Brait Carmona (348.714.368-29); Willian Jose Rodrigues da Silva (322.245.038-22).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10021/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.533/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Simon de Almeida Branco Silva (024.883.361-81); Waldemar Guilherme Kurten Ihlenfeld (436.666.809-25)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10022/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.548/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Franco Barbi Cinti (799.040.765-53); Celso Silva Alvarez (035.798.297-50); Daniela Moreira Henriques (055.366.687-81); Francisco Johann (007.056.920-78); Isabel de Fátima Alvim Braga (102.341.617-44); Israel Ramos Junior (086.079.707-47); Leonardo dos dos Santos Pinheiro (106.153.787-06); Marcelo Vitor Martins de Meneses (074.098.676-71); Mariana Camargo Campos de Souza (002.157.291-70); Mauricio Machado Garcez (640.791.040-49); Pedro Henrique Rincon Amaral (012.269.211-08); Rodrigo Ferreira de Souza (072.042.187-01); Thiago Oliveira Hoerlle (066.555.366-85)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10023/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.549/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Wendel Torreao de Andrade Melo (033.835.584-79)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10024/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.445/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Vera Lúcia Penafort Gomes (113.173.022-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10025/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.603/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisca Santana Bastos (272.741.522-20); Maria Lucia Pereira de Azevedo (317.398.222-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10026/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.810/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Auxiliadora Esteves de Souza (080.083.022-91); Benedito Jose Campos (318.725.307-53); Juliana de Souza Pedrosa (151.192.397-06); Maria Jose Vieira de Souza (078.693.427-18); Maria Rosa da Silva (509.120.621-34); Mariza Valerio de Souza do Nascimento (038.602.747-16); Nelzi Gomes Marcellino Ribeiro (456.330.377-15); Neuza Guimaraes Baptista (429.454.027-34); Nilda Faria da Silva (744.306.887-53); Olivia Frazão Costa (025.058.227-94)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10027/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.812/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Samir Said Matheus (008.091.527-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10028/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.179/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ariovaldo Franco Filho (000.490.421-49); Dea Pinto de Moura (099.609.597-75); Therezinha de Almeida Machado (316.705.981-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10029/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.408/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Eliza Lima da Silva (159.814.522-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10030/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 29 a 32), em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Srs. Eduardo Silveira Sobral - falecido, presidente do Conselho Administrativo de 1º/1/2014 a 19/11/2014, e Dênio Augusto Leite Santos, Superintendente, à época dos fatos, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares as contas dos responsáveis Srs. Ivan Apóstolo Sobral, presidente do Conselho Administrativo de 20/11/2014 a 31/12/2014, e Joaci Lima Vilanova, presidente do Conselho Administrativo-Suplente, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

c) adotar as demais medidas propostas, segundo os pareceres, conforme item 1.7 deste acórdão, arquivando-se em seguida os autos, com fulcro no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, depois de efetuadas as comunicações e o trânsito em julgado da deliberação.

1. Processo TC-031.375/2015-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Dênio Augusto Leite Santos (664.134.865-20); Eduardo Silveira Sobral (068.040.395-72); Ivan Apostolo Sobral (843.311.515-49); Joaci Lima Vilanova (068.457.385-72)

1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senar No Estado de Sergipe

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional de Sergipe (Senar/AR-SE) acerca das impropriedades a seguir, havidas na gestão da unidade no exercício de 2014, com vistas a que sejam adotadas providências no sentido de evitar recorrências ou realizar-se o seu saneamento:

1.7.1.1. a ausência dos itens abaixo relacionados no Relatório de Gestão, exercício 2014, relativos aos Serviços Sociais Autônomos, atentou contra o disposto na parte C do Anexo II da DN TCU 134/2013:

1.7.1.1.1. demonstração da vinculação do plano estratégico da entidade com suas competências institucionais, legais ou normativas;

1.7.1.1.2. demonstração da vinculação do plano estratégico da entidade com o plano plurianual, identificando os programas, objetivos e iniciativas relacionadas no plano plurianual vigente que vincule a atuação da entidade;

1.7.1.1.3. avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas;

1.7.1.1.4. estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados;

1.7.1.1.5. justificativa para as variações significativas entre os valores planejados e efetivamente realiz
ados das ações 8729 e 8788;

1.7.1.1.6. demonstração da receita por natureza, com menção à receita proveniente do
Pronatec;

1.7.1.1.7. composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

1.7.1.2. a ausência de composição do quadro de servidores inativos e pensionistas na Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados, afrontou o disposto no item 5.1 da Parte C do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 134/2013;

1.7.1.3. a ausência de referência no Relatório de Gestão sobre as normas que regulamentam o uso da frota de veículos Gestão do Patrimônio Mobiliário, afrontou o disposto no item 6.1 da Parte C do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 134/2013;

1.7.1.4. a ausência de critérios objetivos para o pagamento de gratificações, conforme consignado no item 3.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Gestão (peça 15), atenta contra o princípio da impessoalidade.

ACÓRDÃO Nº 10031/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, em desfavor do Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz, ex-Prefeito do Município de Curuçá/PA, em decorrência da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 708.842/2009, celebrado em 24/11/2009 pelas duas entidades, que teve por objeto a execução de obras de complementação de 22,7 km de estradas vicinais na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá ao abrigo do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Considerando os valores repassados pela União no valor de R$ 498.178,38 (quatrocentos e noventa e oito mil, cento e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), correspondente ao aporte inicial, e R$ 59.335,07 (cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e sete centavos), correspondente ao aporte adicional, aos quais deveria ter sido acrescido o valor de R$ 16.745,62 (dezesseis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), correspondente à contrapartida municipal;

Considerando que o Incra concluiu pela irregularidade da prestação de contas do convênio, com débito correspondente ao valor integral repassado (§§ 7º e 8º da instrução da unidade técnica);

Considerando que a unidade técnica, analisando a documentação constante dos autos, aponta que o próprio Incra atestou a execução de 100% do objeto do convênio (§§ 12 a 14 da instrução) e que se encontram presentes nos autos comprovantes de pagamentos, cópias de notas fiscais, medições, cópia do contrato e edital de licitação, recibos e relatórios de execução (§ 13 da instrução);

Considerando que não se encontram nos autos a demonstração da aplicação integral da contrapartida (comprovados apenas R$ 12.876,10 (doze mil, oitocentos e setenta e seis reais e dez centavos) - § 12 da instrução) e a devolução do saldo do convênio (no valor de R$ 14.475,37 (quatorze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos) - § 18 da instrução);

Considerando que foram registradas como ausentes a publicação do extrato do termo aditivo no DOU, informações sobre recolhimento de tributos e identificação do convênio e de atesto da prefeitura em algumas notas fiscais (§ 15 da instrução);

Considerando que a unidade técnica entende que, comprovada a execução integral do objeto, a ausência dos documentos retro referidos deve ser considerada falha formal (§§ 16 e 17 da instrução);

Considerando que a unidade técnica aponta que os valores dos referidos débitos, somados e atualizados, atingem R$ 25.343,31 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos), valor inferior ao montante estabelecido por este Tribunal para o andamento de processo de TCE e de eventual cobrança judicial, objetivando evitar que o custo do ressarcimento seja maior que o da importância ressarcida (§ 19 da instrução);

Considerando as propostas uniformes da unidade técnica, no sentido do arquivamento do presente processo, sem prejuízo da subsistência do referido débito (§ 19 da instrução);

Considerando que o MP/TCU se manifestou de acordo com a proposta da unidade técnica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em:

a) com fundamento no art. 1º, inciso I, e 93 da Lei nº 8.443/92, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU, c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012, arquivar o presente processo;

b) comunicar ao Incra e à Prefeitura Municipal de Curuçá/PA que o valor de R$ 25.343,31 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos), atualizado até 4/5/2018, é devido pelo município à entidade; e

c) dar ciência deste acórdão à PM de Curuçá/PA e ao Incra.

1. Processo TC-000.723/2018-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fernando Alberto Cabral da Cruz (123.709.592-15); Prefeitura Municipal de Curuçá - PA (05.171.939/0001-32)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Curuçá/PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10032/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor, solidariamente, do Sr. Emerson Rosa da Silva, então Presidente da Associação Coral Univali, atualmente denominada Associação Cultural e Esportiva Univali - Aceu, e dessa entidade, em razão da rejeição total da prestação de contas relativa ao Termo de Compromisso firmado para a captação de recursos com incentivos fiscais (R$ 70.715,00), com base na Lei 8.313.91 (Lei Rouanet), visando à realização do Projeto Pronac 0611447 - implementação do CD "O Desafio do Vazio",

Considerando que não houve questionamento quanto à captação de recursos, aos valores aplicados em cada fase do projeto e à idoneidade da documentação apresentada;

Considerando que a reprovação das contas foi motivada, essencialmente, no entendimento de que houve desvio de finalidade, posto que as canções que compõem o disco deveriam ser de autores, compositores e arranjadores catarinenses, na voz do Coral Univali, no entanto, das 16 faixas de canções populares gravadas somente 2 são de autoria de compositores locais, sendo 11 de compositores de várias regiões do Brasil e 3 internacionais;

Considerando que o desvio foi justificado pelo trabalho de pesquisa realizado, que fazia parte do projeto, uma vez que as obras dos compositores e arranjadores catarinenses fugiam do escopo do título "O desafio do vazio", que pretendia evocar o vazio da sociedade moderna em "bandeiras pelo que lutar";

Considerando que o CD foi gravado pelo Coral Univali, o qual divulgou a arte musical e coral catarinense, que o produto representa uma valorização da produção universitária e catarinense e que o trabalho ajudou a emoldurar o coral à música popular nacional e regional, importando, ao menos em parte, no alcance das metas descritas no projeto;

Considerando que o produto em questão, ainda que não contenha, exclusivamente, canções compostas e arranjadas por artistas catarinenses, atende às finalidades e aos objetivos pretendidos pela Lei Rouanet (arts. 1º e 3º da Lei 8.313/1991);

Considerando que restou demonstrada a realização de diversas apresentações de divulgação do projeto e a distribuição gratuita dos CDs, ainda que tardia;

Considerando que as alegações de defesa apresentadas pela Aceu podem ser aproveitadas ao ex-presidente da associação, revel, nos termos do art. 161 do Regimento Interno/TCU;

Considerando que, diante das informações constantes dos autos, a unidade técnica, com o apoio do Parquet Especializado, propõe julgar as contas dos responsáveis regulares com ressalva;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em:

a) considerar revel o Sr. Emerson Rosa da Silva (CPF 279.410.108-01), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

b) acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Associação Cultural e Esportiva Univali - Aceu (CNPJ 76.696.087/0001-45);

c) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Emerson Rosa da Silva (CPF 279.410.108-01) e da Associação Cultural e Esportiva Univali - Aceu (CNPJ 76.696.087/0001-45), dando-lhes quitação;

d) dar ciência da presente deliberação ao Ministério da Cultura e aos responsáveis; e

c) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-001.452/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Emerson Rosa da Silva (CPF 279.410.108-01) e Associação Cultural e Esportiva Univali - Aceu (CNPJ 76.696.087/0001-45)

1.2. Unidade jurisdicionada: Associação Cultural e Esportiva Univali - Aceu

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representante Legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10033/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em desfavor de Raimundinho Gomes Barros, ex-prefeito de Lajeado Novo/MA, em face da não inclusão da prestação de contas final no Siconv referente ao Convênio 704457/2009.

Considerando que a prestação de contas foi incluída no Siconv em 07/12/2017, tendo o gestor justificado a não inclusão da prestação de contas tempestivamente em razão de dificuldades operacionais do Siconv, que se encontrava em implantação à época da prestação de contas;

Considerando que o Incra atestou a execução física de 100% das metas conveniadas (peça 3, p. 31-32);

Considerando que, quanto à execução financeira, consta dos Siconv as notas fiscais emitidas pela empresa contratada, extratos bancários com lançamentos compatíveis com os pagamentos, e comprovante de devolução de saldo de aplicações financeiras em 2/12/2010, mediante GRU, no valor de R$ 1.331,15, não se evidenciando, a princípio, impropriedades quanto à execução financeira do convênio;

Considerando os pareceres uniformes da Secex-TCE (peça 20) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 23), pugnando pelo arquivamento dos autos, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) arquivar os presentes autos, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, além do art. 5º da Instrução Normativa TCU 71/2012;

b) dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

1. Processo TC-011.075/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Raimundinho Gomes Barros (146.881.403-63)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lajeado Novo - MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: Jose Veras de Paiva Junior (OAB/MA 14544) e outros, representando Raimundinho Gomes Barros.

ACÓRDÃO Nº 10034/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público (peças 52/55), dando-se ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo, aos responsáveis, e à Procuradoria da República no Espírito Santo (Referência: PIC n° 1.102.002.000056/2016.90, relativo ao processo apenso a esta TCE).

1. Processo TC-032.070/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 008.346/2018-6 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade - ES (00.818.233/0001-04); Elza Regina dos Santos Pepino (148.668.207-30).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.7. Representação legal: Dra. Raquel Brodsky Rodrigues, Defensora Pública Federal.

ACÓRDÃO Nº 10035/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primera Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução à peça 40 destes autos, em:

a) tornar insubsistente o subitem 1.7.1 do Acórdão 6778/2016-TCU-1ª Câmara, por perda de objeto, em decorrência da revogação, por meio do Ato Normativo Conjunto 11/2018 (peça 37, p. 7), do Incentivo por Tempo de Serviço;

b) dar ciência ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Distrito Federal (Sesi/DF) que a multa aplicada ao Sr. Albano Esteves de Abreu por meio do Acórdão 9798/2017-TCU-1ª Câmara, decorreu do descumprimento da determinação do item 1.7.1 do Acórdão 6778/2016-TCU-1ª-Câmara, transitado em julgado, não havendo, portanto, como afastá-la em razão da revogação posterior do ato que motivou a determinação descumprida;

c) dar ciência desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução à peça 40 destes autos, ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Distrito Federal (Sesi/DF); e

d) apensar definitivamente o presente processo ao TC-029.877/2015-6, com fundamento no art. 5º, inc. II, da Portaria Segecex 27, de 19/10/2009.

1. Processo TC-001.254/2017-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Albano Esteves de Abreu (352.059.621-00)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Sesi No Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.6. Representação legal: André Luis Pinheiro Guimarães (33.822/OAB-DF) e outros, representando Departamento Regional do Sesi No Distrito Federal.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10036/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do item 9.2 do Acórdão 3.032/2014 - Plenário, por meio do qual esta Corte determinou à Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno - SR (28) a conclusão da análise da prestação de contas do Convênio 535118, celebrado com a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, para cadastro de georreferenciamento da estrutura fundiária nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás;

Considerando que o Tribunal, consoante Acórdão TCU 598/2017 - Plenário, considerou em cumprimento a determinação contida no item 9.2 do Acórdão 3.032/2014 - Plenário e determinou à Secex/GO que continuasse o monitoramento do integral cumprimento da referida deliberação;

Considerando que, apesar da atuação da regional da autarquia para sanear o processo, não há, até o momento, parecer conclusivo do órgão concedente nem a remessa da tomada de contas especial ao órgão de controle interno, em decorrência de indefinições sobre o valor correto do débito;

Considerando o entendimento exposto no voto condutor do Acórdão 598/2017 - Plenário, no sentido de que a responsabilidade do superintendente quanto a possíveis prejuízos causados ao andamento do processo e à recuperação dos valores, bem como que a eventual aplicação de multa em razão do não atendimento à decisão do Tribunal devem ser avaliadas por ocasião do mérito da tomada de contas especial a ser instaurada por esta Corte;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "g", do Regimento Interno/TCU, por unanimidade, em:

a) determinar a instauração de tomada de contas especial, com base no art. 4º, §4º, da IN/TCU 71/2012, com vistas à quantificação do débito e correta identificação dos responsáveis no âmbito da prestação de contas do Convênio 535118, celebrado entre o Incra SR(28) e a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agência Rural), vinculada à então Secretaria de Agricultura e Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (SEAGRO);

b) dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução de peça 31, à Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, à Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno - SR-28/Incra e à Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário;

c) apensar os presentes autos ao processo que vier a ser instaurado.

1. Processo TC-019.344/2017-1 (Monitoramento)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno - SR-28/Incra

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno - SR-28/Incra que, no prazo de quinze dias, remeta o processo 54700.001568/2010-60, que trata de tomada de contas especial instaurada em decorrência de impugnação de despesas realizadas no âmbito do Convênio 535118, celebrado entre o Incra SR(28) e a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agência Rural), vinculada à então Secretaria de Agricultura e Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (SEAGRO), com interveniência do Estado de Goiás.

ACÓRDÃO Nº 10037/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os autos tratam de expediente encaminhado à Secex-SP pela Procuradoria da República no Município de São João da Boa Vista/SP, a fim de que fosse analisada a legalidade do Contrato 058/2017-SUPFIS - Processo C - 000428/1983, firmado entre o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo (Crea-SP) e a entidade de classe Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Vale do Rio Pardo, em especial quanto a possível irregularidade no alegado patrocínio do CREA/SP, por meio financeiro e de cessão de prédio urbano, à Associação Civil de profissionais da mesma classe;

Considerando que o objeto do contrato consiste, em suma, na cessão de uso de imóvel de propriedade do Crea-SP em contrapartida à prestação de serviços de inspetoria pela Associação, em auxílio às atividades de fiscalização do exercício profissional, no município de São José do Rio Pardo (peça 1, p. 97);

Considerando o especial relevo dado ao item 4 da cláusula quarta do contrato, que prevê que caso a Associação não implementasse as obrigações quanto ao adimplemento de despesas como consumo de água, energia elétrica e tributos e quanto à conservação do imóvel, inclusive a contratação de seguro contra incêndio, o Crea-SP poderia, a seu critério, realizar tais atos às suas expensas, efetuando o desconto dos valores despendidos para tal fim quando da remessa da prestação mensal subsequente;

Considerando, também, que a avença prevê o pagamento mensal à Associação da monta de R$ 6.995,00;

Considerando, por um lado, que, nos termos do Acórdão 356/2010-Plenário, restou assente que não se insere entre as competências do Tribunal de Contas da União manifestar-se sobre documentos que lhe sejam encaminhados por outras instituições, para fins de instrução de inquérito ou outro procedimento administrativo;

Considerando, de outro lado, que o expediente apresentado se encontra acompanhado do indício concernente à irregularidade noticiada e que a Secex-SP entende que a documentação poderia ser recebida como representação, ante a legitimidade do Ministério Público da União (inciso I do art. 237 do RI/TCU);

Considerando que o contrato se reveste de características de convênio, ante a existência de objetivos recíprocos, cooperação mútua e interesses convergentes entre as partes, mas que inexiste previsão quanto à apresentação, análise ou aprovação de prestação de contas por parte do Crea/SP,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 41, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, I do Regimento Interno deste Tribunal c/c art. 103, § 1º, in fine, da Resolução - TCU 259/2014, para expedir a determinação constante do item 1.7.1 abaixo e comunicar a presente decisão à Procuradoria da República no Município de São João da Boa Vista, fazendo-se menção ao Inquérito Civil 1.34.025.000035/2017-83, encaminhando-se à Procuradoria e ao Crea/SP cópia da instrução à peça 2 destes autos.

1. Processo TC-000.475/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - MPF - Procuradoria da República no Município de São João da Boa Vista

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 determinar ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo - Crea/SP, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:

a) avalie a conveniência e a oportunidade de alterar o nome dado à avença celebrada com a Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Vale do Rio Pardo, passando a refletir sua real natureza de convênio;

b) inclua na avença firmada junto à Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Vale do Rio Pardo, bem como em eventuais instrumentos similares firmados com o mesmo objeto com outras entidades de classe, cláusula prevendo a prestação de contas dos recursos repassados mensalmente à Associação, disciplinando a forma e prazo de apresentação, bem como prazo para análise e eventuais medidas a serem adotadas em caso de rejeição, em consonância com o dever constitucional de prestar contas insculpido no parágrafo único do art. 70 da CF/88;

c) encaminhe ao Tribunal, no prazo de trinta dias, informações sobre as conclusões e providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 10038/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que os autos cuidam de representação oferecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na contratação das obras de implantação de sistemas de drenagem de águas pluviais pela Prefeitura Municipal de Itapema/SC, financiadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por meio do Contrato de Repasse 292.751-47/2009 (Siafi 658600), no valor de R$ 39.159.924,81, celebrado por intermédio do Ministério das Cidades em 12/11/2009 (peça 1, p. 38-47);

Considerando que, em fiscalização empreendida pelo TCE/SC, haviam sido apontadas irregularidades a respeito do processo de contratação da obra e também indícios quanto à falta de adoção de BDI diferenciado para fornecimento de materiais relevantes para as obras, com potencial de causar prejuízos de aproximadamente R$ 1,4 milhão aos cofres federais, e atraso relevante na execução das obras, possivelmente, até sua paralisação;

Considerando que, após diligência promovida pela Secex-SC, consoante Despacho proferido à peça 21, a prefeitura manifestou concordância em relação à necessidade de se retificar, por meio de termo aditivo, os valores da contratação em relação ao percentual de BDI adotado pela empresa, tendo realizado estudo com vistas a determinar o percentual adequado ao caso;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que, pelos cálculos realizados pela comuna, o BDI, que era de 29,7%, seria reduzido para 16,73%, em razão da composição do valor da contratação: 66% serviços e 34% materiais;

Considerando que a empresa então contratada para a execução do objeto, a empresa Sul Catarinense, abandonou a obra em março de 2015, supostamente devido a dificuldades financeiras, tendo requerido a recuperação judicial (peça 18) e dado azo à rescisão unilateral do contrato em 9/12/2015 (peça 15, p. 59);

Considerando a celebração de novo contrato para término da execução da obra, Contrato 86/2016, com o consórcio Engeplan - Fredom e o município de Itapema, ao valor inicial de R$ 2.727,469,12 (peça 16);

Considerando, de um lado, a possível ocorrência do dano mencionado acima, e, de outro, o fato de que o instrumento de repasse ainda está vigente (peça 17), existindo obrigação primária do órgão concedente pela adoção das providências necessárias, caso identificada alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei 8.443/1992, circunstância em que deverá instaurar a devida tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento;

Considerando, portanto, a inviabilidade de se retificar o BDI por meio de termo aditivo e a instauração de processo de Sindicância por parte da Prefeitura (Portaria 057/2018 de 26 de janeiro de 2018) para apuração das irregularidades em relação ao Contrato 080/2011, após a extinção do procedimento administrativo aberto anteriormente para o mesmo fim;

Considerando, por fim, a análise técnica e a proposta aventada pela unidade técnica (peças 26-27),

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 41, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, arquivar o presente feito, na forma do art. 250, inciso I do Regimento Interno do TCU, após a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo de expedir as seguintes ciências:

a) ao Ministério das Cidades de que, quando do exame da prestação de contas do Contrato de Repasse 292.751-47/2009, deve ser feita a glosa dos valores de BDI excedentes a 16,73%, nas faturas pagas à empresa Sul Catarinense, na forma calculada pela prefeitura de Itapema-SC, glosando-se, de igual modo, eventuais pagamentos de serviços que tenham sido refeitos por conta do abandono da obra;

b) dar ciência ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal quanto à necessidade de se manter tempestivo acompanhamento da execução do empreendimento, na forma do estipulado na Cláusula Terceira - Das Obrigações, do contrato de repasse;

c) dar ciência à prefeitura de Itapema-SC de que, quando da gestão de recursos federais, atente-se para a tempestiva atuação face ao inadimplemento das obrigações pelas empresas contratadas, aplicando, se necessário, as sanções pertinentes previstas na Lei 8.666/1993.

1. Processo TC-007.085/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (83.279.448/0001-13)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapema - SC

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10039/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela Procuradoria da República no Município de Tabatinga/AM, com cópia do Relatório 00203.000120/2011-91 elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU), tratando de irregularidades na gestão de recursos federais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e na utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), nos exercícios de 2009 e 2010;

Considerando que esta Corte, por meio do Acórdão 5444/2015 - 1ª Câmara, determinou a instauração de tomada de contas especial para apuração do dano até então quantificado, além de determinar à Secex/AM que aprofundasse a análise sobre a gestão dos recursos federais repassados, tendo em vista as graves ocorrências constatadas nos autos e o montante disponibilizado nos referidos exercícios;

Considerando que, no âmbito do TC-033.391/2015-7 (Tomada de Contas Especial), autuado em cumprimento à citada deliberação, o Sr. Saul Nunes Bemerguy, ex-prefeito, teve suas contas julgadas irregulares e foi condenado à restituição de R$ 146.255,00 (Pnae 2009) e R$ 585.815,00 (Fundeb 2009), conforme Acórdão 9081/2017 - 1ª Câmara;

Considerando que, após a realização de diligências junto à Prefeitura Municipal de Tabatinga, ao Conselho do Fundeb, ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM), verificou-se a ausência de documentação comprobatória das despesas realizadas no âmbito do Pnae e do Fundeb, exercícios 2009 e 2010, à exceção, em relação aos recursos do Fundeb/2010, do valor de R$ 11.282.907,33 constatado nas folhas de pagamento, conforme registrado no Relatório Conclusivo 06/2014-CI/Dicami/Tabatinga do TCE/AM.;

Considerando a proposta da unidade técnica de constituir processo apartado, com natureza de tomada de contas especial, para fins de citação do Sr. Saul Nunes Bemerguy, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Pnae e do Fundeb, nos exercícios de 2009 e 2010, em decorrência da ausência de documentação comprobatória;

Considerando que a Secex/AM registrou que o valor objeto da citação deve corresponder ao total dos recursos disponibilizados em ambos os programas e exercícios, abatidos os valores das folhas de pagamento relativas ao Fundeb de 2010 (R$ 11.282.907,33) e os valores apurados em outros processos neste Tribunal: TC-033.391/2015-7 (Pnae 2009 e Fundeb 2009), TC 026.074/2017-6 (Pnae 2010) e TC-032.256/2017-5 (Pnae 2009);

Considerando que os TCs 026.074/2017-6 (Pnae 2010) e 032.256/2017-5 (Pnae 2009) estão em fase inicial de apuração e que, no TC-033.391/2015-7, já foram montados os processos de cobrança executiva;

Considerando, portanto, a tramitação de processos específicos tratando do Pnae e a conveniência de que as irregularidades constatadas no referido programa em cada exercício sejam analisadas em um único feito, sendo dispensável o prosseguimento da apuração de eventual débito nos presentes autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "g", do Regimento Interno/TCU, por unanimidade, em:

a) determinar a conversão destes autos em tomada de contas especial, mediante a constituição de apartado específico nos termos do art. 41 da Resolução TCU 259/2014;

b) autorizar, com fulcro nos arts. 10, §1º, e 12, inciso I e II, da Lei 8.443/1992, a citação do Sr. Saul Nunes Bemerguy (CPF 053.110.802-30), ex-prefeito do Município de Tabatinga/AM, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2009 e 2010, haja vista a ausência de documentação comprobatória, pelo valor total disponibilizado nos mencionados exercícios (anexo II, "c" e "d", da instrução de peça 110), abatendo-se o montante das folhas de pagamento relativas aos recursos do Fundeb/2010, conforme registrado no Relatório Conclusivo 06/2014-CI/Dicami/Tabatinga do TCE/AM, e o valor do débito já apurado no TC 033.391/2015-7;

c) dar ciência da presente deliberação às unidades técnicas responsáveis pela análise dos TC 026.074/2017-6 (Pnae 2010) e TC 032.256/2017-5 (Pnae 2009), bem como ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; e

d) apensar o presente processo ao TC 033.391/2015-7, de modo a cumprir a determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 5444/2015-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-007.230/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Saul Nunes Bemerguy (CPF 053.110.802-30)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tabatinga/BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10040/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, formulada pela empresa Kantro Empreendimentos Apoio e Serviços Ltda., sobre possíveis irregularidades no Pregão Presencial 02/2018, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), que teve por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação em geral, copeiragem, recepcionista, artífice de manutenção, agente patrimonial e encarregado, com fornecimento de materiais de limpeza, serviços a serem executados nas dependências do Cremerj e de suas seccionais;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do RI/TCU c/c artigo 103, § 1º, in fine, da Resolução TCU 259/2014, podendo ser conhecida;

Considerando que o pedido de medida cautelar de suspensão do pregão, formulada pela empresa representante, evidencia o risco de periculum in mora reverso, pois, caso atendido, poderia levar a uma nova contratação emergencial para manutenção do contrato atual (peça 8, p. 30-31), cujos serviços atualmente prestados, e que serão substituídos pelo referido certame, possuem características imprescindíveis a continuidade das atividades do conselho;

Considerando que a Cremerj adotou pregão presencial, no lugar do eletrônico, para a aquisição de serviço comum, fato que afronta o disposto no art. 4º, § 1º do Decreto 5.450/2005, decreto esse a que estão sujeitos os conselhos de fiscalização profissional, conforme ficou assente no voto condutor do Acórdão 1.623/2013-TCU-Plenário, sendo que o Cremerj já foi anteriormente alertado, por meio do item 1.7.1 do Acórdão 3.199/2013-TCU-Plenário, de que isso se constitui de irregularidade;

Considerando que a alegações de existência de dificuldades burocráticas impostas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como a de necessidade de realização de treinamento dos membros da atual Comissão Permanente de Licitação, não foram consideradas suficientes pela unidade técnica para elidir a irregularidade de não utilização de pregão eletrônico (peça 9, p. 3, § 16);

Considerando que a empresa representante descumpriu exigência do edital ao apresentar uma certidão vencida, em 13/6/2018, dando causa a sua própria desclassificação do certame ao não comprovar sua regularidade junto ao fisco estadual;

Considerando que, em homenagem aos princípios da busca da proposta mais vantajosa, da razoabilidade e da formalidade moderada, o Cremerj deveria, em situações análogas à ocorrida no certame em tela, promover a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, conforme jurisprudência predominante deste Tribunal (acórdãos do Plenário 1.924/2011, 747/2011, 1.899/2008 e 2.521/2003, dentre outros);

Considerando que o Pregão Presencial 02/2018 foi homologada em favor da empresa Átria Serviços Terceirizados Ltda., a qual ainda não firmou contrato com o Cremerj em decorrência de o certame ter sido suspenso (peça 9, p. 4, § 26), sendo que a adjudicação da licitação não garante àquela empresa direito subjetivo à celebração de contrato ou à possível prorrogação de ajuste que venha a ser firmado, e sim mera expectativa de direito;

Considerando que a empresa Átria Serviços Terceirizados Ltda., ao requerer seu ingresso aos autos como parte interessada, alegando que a decisão que vier a ser tomada poderá atingi-la diretamente (peça 11), não demonstrou a possibilidade de ter direito subjetivo próprio prejudicado por decisão a ser exarada pelo Tribunal ou razão legítima para intervir no processo, nos termos do artigo 146 do RI/TCU c/c artigo 2º, § 2º, da Resolução TCU 36/1995;

Considerando, ainda, os pronunciamentos uníssonos da unidade técnica (peça 9 e 10).

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c artigos 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, além do art. 103, §1°, da Resolução TCU 259/2014, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de adoção de medida cautelar por inexistência dos pressupostos para a sua concessão;

c) indeferir o pedido de ingresso como parte interessada neste processo formulado pela empresa Átria Serviços Terceirizados Ltda.;

d) dar ciência desta deliberação à representante e ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando-lhes cópia do pronunciamento da unidade técnica à peça 9;

e) adotar as demais medidas constantes do item 1.7 deste acórdão;

f) arquivar os presentes autos sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto caso presentes elementos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-023.280/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.5. Representação legal: Silmar Isaias Dias (OAB/RJ 189.655), representando a empresa Kantro Empreendimentos Apoio e Serviços Ltda.

1.6. Representante: Kantro Empreendimentos Apoio e Serviços Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que se abstenha de prorrogar o contrato decorrente do Pregão Presencial 02/2018, deflagrando novo certame licitatório em tempo hábil, ou seja, durante os seus doze meses de vigência, informando ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas adotadas com vistas ao cumprimento da determinação;

1.7.2. dar ciência ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) de que:

1.7.2.1. a adoção de pregão presencial no lugar do eletrônico, para a aquisição de serviço comum, identificada no Pregão Presencial 02/2018, afronta o disposto no art. 4º, § 1º do Decreto 5.450/2005, decreto esse a que estão sujeitos os conselhos de fiscalização profissional, conforme ficou assente no voto condutor do Acórdão 1.623/2013-TCU-Plenário, sendo que o conselho já foi anteriormente alertado, por meio do item 1.7.1 do Acórdão 3.199/2013-TCU-Plenário, de que isso se constitui de irregularidade;

1.7.2.2. a não adoção de pregão eletrônico para a aquisição de serviços comuns, sem causa justificada, conforme identificado no Pregão Presencial 02/2018, e principalmente após a emissão de alerta por este Tribunal de que isso se trata de irregularidade, pode sujeitar os responsáveis à aplicação de sanção prevista no art. 58, incisos II e VII, da Lei 8.443/1992; e

1.7.2.3. a desclassificação da proposta de menor preço em razão da ausência de informações que poderiam ser supridas por diligência, identificada no Pregão Presencial 02/2018, afronta o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, a jurisprudência dominante deste Tribunal (acórdãos do Plenário 1.924/2011, 747/2011, 1.899/2008 e 2.521/2003, dentre outros) e os princípios da razoabilidade, do formalismo moderado e da busca da proposta mais vantajosa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10041/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, considerar a presente representação prejudicada quanto ao exame de mérito, ante os motivos expostos no parecer da Secex/AM (peças 4/5), e tendo em vista o disposto no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, determinando-se, por fim, o envio de cópia das peças 2 e 3, bem como da instrução e pronunciamento de peças 4/5 ao Plenário do CRMV-AM e órgão de controle interno do CFMV, para as providências cabíveis, e o arquivamento deste processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-029.700/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amazonas
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10042/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de solicitação (peça 1; N.F. 1.15.000.001611/2018-24) do Sr. Oscar Costa Filho, Procurador da República, demandando a "realização de auditoria nas contas do CREA-CE, notadamente acerca da discrepância salarial dos agentes em cargo comissionado relativamente aos funcionários de cargo efetivo, cuja tabela salarial não varia desde 2015",

Considerando que, nos termos dos artigos 71, inciso IV, da Constituição Federal e do artigo 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c artigo 232 do Regimento Interno do TCU, o Ministério Público da União não se encontra no rol de legitimados para solicitar fiscalizações a esta Corte de Contas;

Considerando que o objeto tratado na presente solicitação possui similaridade com a matéria discutida no âmbito do TC 012.441/2018-0, Representação que versou sobre supostas irregularidades relacionadas a pagamentos de gratificações de funcionários do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Ceará (Crea/CE);

Considerando que, por meio do Acórdão 6.447/2018-TCU-1ª Câmara, este Tribunal não conheceu da referida Representação, nos termos dos artigos 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e do artigo 103, §1°, da Resolução TCU 259/2014, por esta não apresentar quaisquer elementos de prova, ainda que indiciária, das presumidas irregularidades relatadas nem demonstrar a existência de interesse público no trato das supostas ilegalidades apontadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer o Ofício 4909/2018-GAB/OCF/PR/CE (peça 1) como solicitação de informações, nos termos do artigo 59, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014 c/c com o art. 8º, inciso II, da Lei Complementar 75/1993;

b) remeter ao solicitante, representante do parquet federal:

b.1) cópia do Acórdão 6.447/2018-TCU-1ª Câmara e da instrução da unidade técnica que o fundamentou; e

b.2) cópia da presente deliberação; e

c) apensar estes autos ao TC 012.441/2018-0.

1. Processo TC-023.502/2018-5 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Órgão: Procuradoria da República no Estado do Ceará - MPF/MPU.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 26/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 10043/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.215/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Benedito Martins Rodrigues (046.334.901-68).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10044/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.219/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elza Cunha Luso Filha (297.130.801-49).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10045/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.223/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Flamarion Pinto da Motta (492.442.567-20).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10046/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.225/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilberto Carlos Ciola (230.656.649-68).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10047/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria do interessado abaixo:

1. Processo TC-023.229/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ribeiro de Moraes (074.417.111-34).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10048/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.232/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Laura Von Sohsten Gomes Ferraz (110.013.567-72).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10049/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.233/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Olivia Campos (003.797.862-49).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10050/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.242/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valeria Serra Cordeiro (424.069.514-72).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10051/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pela reversão da concessão de Amaury Vieira de Mendonça (505.220.947-91), e falecimento dos demais beneficiários.

1. Processo TC-024.825/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acyr de Medeiros Leite (203.294.587-87); Adhemar Martins de Lima (178.914.507-49); Adolpho Laurindo dos Santos (098.334.717-49); Altamiro Pimenta de Araujo (065.790.517-87); Amaury Vieira de Mendonça (505.220.947-91); Ana Melo Gomes (603.653.587-20); Antonio Ferreira do Rosario (063.457.607-06); Antonio Pereira da Cunha (159.989.327-49); Antonio Reis Lima (180.710.157-68); Antonio de Santana (159.909.587-49); Antônio Nunes de Barros (186.799.437-20); Armando Maia de Oliveira (034.606.497-04).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10052/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-024.830/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hamilton Benjamin da Costa (076.929.357-34); Haroldo Menezes Lopes (050.922.647-72); Haroldo Ramos de Brito (105.219.847-34); Helio Cinelli de Angelo (199.534.707-82); Heloisa Bezzi de Almeida Paiva (233.602.327-04); Heloisa de Souza da Costa e Sá (236.302.057-04); Hélia Montezani de Magalhães (219.827.167-20).
1.2. Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10053/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-024.831/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Heloisa Mangeon (049.277.617-20); Hilda Dias de Souza (019.715.527-80); Indio Tubiraja Eckhardt (209.414.397-04); Iris de Castro (227.517.347-15); Isa de Souza Viard (476.542.877-04); Ivan Breves Jayme (040.604.157-15); Jack da Costa Cerqueira (009.558.417-04); Jacyrio Gomes Coelho (105.201.207-87); Jair dos Passos Borba (378.764.907-78); Jamille Oazem Lockermann (078.511.207-30); Janes de Jesus Melo Braga (731.190.677-68); Jefferson Ferreira de Carvalho (044.037.207-06); Joao Nicolau Mader Gonçalves (008.390.517-00).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10054/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo, por perda de objeto, motivado por existir registro de reversão na base Sisac do beneficiário Marcelo Valente da Fonte e pelo falecimento dos demais.

1. Processo TC-024.834/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucia Gurgel de Alencar (289.607.347-72); Lucy de Oliveira Santos (037.990.267-20); Luiz Basto Lima (040.629.657-04); Luiz Nardoto Conde (050.752.897-20); Manoel Bento de Oliveira (160.204.567-49); Manoel Bernardo de Barros (083.385.667-72); Manoel Silveira Ferreira (037.056.177-53); Manoel da Costa Moreira (074.673.207-44); Marcelo Valente da Fonte (490.794.177-34); Maria Augusta Amado Henriques Correia de Souza (131.266.107-06).
1.2. Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10055/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-024.838/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Otton Ferreira dos Santos (061.219.427-20); Pedro Ferreira de Souza (079.794.367-68); Rubens Moraes da Silva (032.973.307-91); Ruth Meirelles Viana (539.166.977-49); Ruth de Luna Freire (052.770.607-82); Sara Francisca Baptista (013.354.017-09); Sebastiana da Silva Santiago (217.970.567-00); Sebastiao Carlos da Silva (050.783.507-72); Sebastiao Jose de Oliveira (164.040.097-49).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10056/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-024.840/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Wilson Cobalea (160.955.967-34); Wilson Fernandes de Oliveira (174.752.607-04); Yohsyka Walkia Ribeiro Valle (000.611.077-00); Yolanda Picorelli (032.664.007-04).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10057/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-024.916/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abidoral Maciel (012.918.822-00); José Dias Pinheiro (003.899.862-91); Pedro Costa Lima (044.328.432-68).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10058/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-024.919/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Roberto Rodrigues de Castro (026.206.183-04).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10059/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-024.932/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arilda Parreiras de Oliveira (008.290.301-82).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10060/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-024.933/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Pedro de Moraes (823.444.188-49); Walter Medus (746.096.968-00).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10061/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.362/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Raimundo Dutra (101.826.160-53).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10062/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.364/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Neusa Donizete Melin Nakamura (199.865.992-53); Nilce da Silva Morais (031.373.502-63); Nilda Albuquerque Brasil (041.336.252-34); Nilson Correia Moura (339.106.180-49); Nilton Pereira da Costa (106.525.822-49); Nilva Batista da Silva (259.752.771-91); Olandyr Ribeiro de Macedo (606.637.587-34); Orlando Guimaraes da Silva (181.452.212-34); Osanelha Silveira (296.948.846-91); Paulo Cesar Alexandrino Augusto (308.150.707-30).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10063/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.368/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Weber Rodrigues Alves (149.998.541-04).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10064/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-028.621/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Guilhermina Gonçales Machado (298.478.181-34).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10065/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-028.646/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Benedito Alves Jacob de Carvalho (028.539.732-04).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10066/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-028.788/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Katia Filgueira Santos (859.350.778-68).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10067/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 6º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, fazendo-se a determinação abaixo.

1. Processo TC-025.447/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alvaro Alberto de Barros Filho (480.312.671-20).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Águas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à entidade de origem que, no prazo de 30 (trinta) dias cadastre novo ato, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 260, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 4º, da Instrução Normativa TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 10068/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.910/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Giordano Daniel Anastacio (516.531.502-97).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10069/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-026.144/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Reis da Silva (947.365.882-68); Valcilene Souza Lima (735.355.082-15); Wanderson Manoel Junio Batista Cavalcante (039.330.951-74).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10070/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-026.258/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thainan Silva Bornato (406.022.808-77); Vanessa Barbosa Silva Avalo (693.759.091-15); Vinicius Ferreira (053.168.723-63).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10071/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-026.274/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Barbara Dalazen Machado (077.395.319-10); Flavia Olinger Vieira (086.817.059-38); Gabriela Casa (060.980.789-71); Helem de Souza Lacerda (102.854.986-57); Kelly Scherer de Oliveira (019.391.419-07); Manuela Martins Pereira (087.933.129-11); Marcelo Nalin (545.682.501-53); Rafael Albrecht (079.753.649-32); Rebeca Dopke (027.130.340-94); Thiago Diego dos Santos (063.928.639-90).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10072/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados.

1. Processo TC-027.857/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Franco Passarini (347.144.868-37); Maicon Dhiego Sgarbossa (054.278.399-17); Raquel Pereira Costa (034.569.971-83).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10073/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.446/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Nilza Maria Trindade Gama (303.687.582-49); Raimunda Santos Fernandes (057.038.912-72).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10074/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-025.159/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Lucia do Nascimento Gama (208.417.014-15).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10075/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência do falecimento das beneficiárias.

1. Processo TC-025.175/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carolina Martins Pereira (033.494.196-23); Henriqueta Botelho Weikert (997.711.876-00); Ilidia Barbosa Duarte (501.060.666-68).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10076/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-025.177/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Angelina Martins dos Santos (662.553.170-72).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10077/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência do falecimento das beneficiárias.

1. Processo TC-025.178/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Isabel Alves de Arruda (347.312.208-40); Marli Caetano dos Santos (670.344.467-68).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10078/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada, fazendo-se a determinação sugerida nos autos:

1. Processo TC-025.430/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Geni Martins de Oliveira (374.588.334-91).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, II, da Resolução TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10079/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-028.491/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Souza Soares (068.984.117-56).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10080/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência da exclusão da beneficiária abaixo no Siape.

1. Processo TC-028.536/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Terezinha de Jesus (516.845.005-91).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10081/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-028.884/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliane Aparecida Duarte Nogueira (972.288.341-00); Maria Marta Aragao (602.863.103-50); Victor Duarte de Oliveira (701.883.491-03).
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10082/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-028.890/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Agamenon Gomes da Silva (007.199.942-68); Claudineide de Jesus Coelho (024.189.925-78); Maria Iza Alves de Oliveira (099.880.842-34); Matusalem Coelho Pereira (045.159.365-06).
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10083/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em declarar, com fundamento no art. 174 c/c art. 175 do RI/TCU, a nulidade do acórdão 676/2016-TCU-1ª Câmara, em relação ao Sr. João Américo Oliveira Neto (falecido em 22/2/2012), , arquivar, em relação ao citado responsável, a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 6º, II, IN TCU 71/2012), bem como dar ciência desta deliberação à Sra. Bethy Miyamura Hirata (viúva do falecido), à empresa Ambiental Serviços Técnicos Ltda., à Procuradoria da República no Estado da Bahia, à Fundação Nacional de Saúde (FNS) e à Procuradoria-Geral da União - Coordenação-Geral de Recuperação de Ativivos (CGRAT/DPP/PGU) em referência ao Ofício 01832/2017/PGU/AGU.

1. Processo TC-013.878/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 012.382/2016-7 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsáveis: Ambiental Serviços Técnicos Ltda. (04.723.322/0001-10); João Américo Oliveira Neto (060.222.275-34).
1.3. Entidade: Município de Ubaíra/BA.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10084/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), aos representantes.

1. Processo TC-000.635/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representantes: Carlos Alberto Barroso Corrêa (344.870.932-87); Carlos Fábio Braga Monteiro (342.889.702-10).
1.2. Entidade: Município de Urucurituba/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. encaminhar cópia dos autos Tribunal de Contas do Estado do Amazonas para que adote as medidas de sua alçada.

ACÓRDÃO Nº 10085/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 35), à representante e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, fazendo-se a ciência sugerida no parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-012.566/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Coqueiro & Pereira Consultoria Eireli - ME (04.927.866/0001-01).
1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:
1.7.1. dar ciência ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no pregão eletrônico 6/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrência semelhantes:
1.7.1.1. desclassificação indevida de licitantes em virtude de falhas formais nas propostas de preços que poderiam ser sanadas em sede de diligência, desde que não impliquem majoração dos preços da proposta inicial (acórdão 719/2018-TCU, Revisor: Ministro Benjamin Zymler, acórdãos 830/2018 e 2546/2015, ambos da relatoria do Ministro André de Carvalho, 187/2014, Relator: Ministro Valmir Campelo, 1811/2014, Relator: Ministro Augusto Sherman, todos do Plenário);
1.7.1.2. fixação indevida de percentuais para encargos sociais e trabalhistas, ainda que mínimos, em desacordo com o art 6º da IN 5/2017-Seges/MP e com a jurisprudência do TCU (acórdãos 1407/2014, Relator: Ministro-Substituto André de Carvalho, 1699/2007 - Relator: Ministro Marco Vinicios Vilaça e 2646/2007 - Relator: Ministro Guilherme Palmeira, todos do Plenário e 372/2011-2ª Câmara - Relator: Ministro Augusto Nardes);
1.7.1.3. desclassificação indevida de licitante em virtude de não ter apresentado, em conjunto com a documentação de habilitação, cópia dos contratos referentes aos atestados (item 8.8.1.5 do edital do pregão eletrônico 6/2018), em desacordo com a relação taxativa dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 e com a jurisprudência do TCU (acórdão 1224/2015-TCU-Plenário, Relatora: Ministra Ana Arraes); e
1.7.1.4. recusa sumária de intenção de recurso em inobservância à jurisprudência do TCU, segundo a qual, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

antecipadamente, no mérito da questão (acórdão 602/2018-TCU-Plenário Relator: Ministro Vital do Rego).

ACÓRDÃO Nº 10086/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 24), ao representante e ao Conselho Regional de Biomedicina - 1ª Região (SP, PR, RJ, ES, MS).

1. Processo TC-015.934/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado de São Paulo.
1.2. Entidade: Conselho Regional de Biomedicina - 1ª Região (SP, PR, RJ, ES, MS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex-SP).
1.6. Representação legal: Adnan Saab (OAB/SP 161.256) e outros, representando Conselho Regional de Biomedicina - 1ª Região (SP, PR, RJ, ES, MS).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10087/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 11), ao representante e ao Instituto Nacional de Meteorologia.

1. Processo TC-027.337/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessora Empresarial Ltda. - EPP (05.340.639/0001-30).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Meteorologia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 020.503/2003-1, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas, a Dra. Arielle S. Vieira Cavalcanti apresentou sustentação oral em nome de Ildon Marques de Souza.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 10088 a 10127, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 10088/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.732/2017-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social (42.776.708/0001-89); Cláudia Perdigão de Souza (003.947.296-50).
4. Entidade: Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social (42.776.708/0001-89).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).
8. Representação legal: Audaliano Sergio Couto Santos (OAB/MG 28.391) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade da Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social - ABCC e da Sra. Cláudia Perdigão de Souza, ex-presidente da Associação, em razão da reprovação da prestação de contas relativa aos recursos repassados pelo Ministério do Turismo por força de convênio para realização do evento "Seminário com apresentação de Show Musical";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Cláudia Perdigão de Souza (CPF 003.947.296-50) e da Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social - ABCC (CNPJ 42.776.708/0001-89), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do RITCU;
9.2. condenar as responsáveis identificadas no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RITCU, ao pagamento da importância a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, eventuais valores já ressarcidos:

Data de origem Valor do débito (R$)
15/1/2008 65.000,00

9.3. aplicar à Sra. Cláudia Perdigão de Souza (CPF 003.947.296-50) e à Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social - ABCC, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e
9.6. dar ciência da presente deliberação à Procuradoria da República em Minas Gerais, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10088-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10089/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.764/2015-1.
1.1. Apenso: 035.045/2017-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração - (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Antônio Carlos Zampar (564.256.519-20).
4. Entidade: Município de Itambé - PR.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase, tratam de recurso de reconsideração interposto por Antônio Carlos Zampar em face do Acórdão 5.710/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual, entre outros, o Tribunal jugou irregulares suas contas especiais, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, por atender aos requisitos de admissão dispostos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10089-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10090/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 015.829/2015-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Francisco Neri de Oliveira (098.470.814-68).
4. Entidade: Município de Doutor Severiano - RN.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).
8. Representação legal: Emanuel Pessoa Dantas (OAB/RN 9.071) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Francisco Neri de Oliveira, ex-prefeito, em razão de irregularidade na execução física e financeira de convênio firmado com o propósito de apoiar a implementação do projeto intitulado "Festival Junino de Doutor Severiano - RN";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Neri de Oliveira (CPF 098.470.814-68), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do RITCU;
9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RITCU, ao pagamento da importância a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, eventuais valores já ressarcidos:

Data de origem Valor do débito (R$)
16/7/2008 100.000,00

9.3. aplicar ao Sr. Francisco Neri de Oliveira (CPF 098.470.814-68), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e
9.6. dar ciência da presente deliberação à Procuradoria da República do Rio Grande do Norte, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10090-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10091/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.651/2015-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas (00.043.711/0001-43).
3.2. Responsável: José de Nicodemo Ferreira Júnior (050.824.054-97).
4. Entidade: Município de Rafael Fernandes - RN.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), contra o Sr. José de Nicodemo Ferreira Junior (050.824.054-97), ex-prefeito do município de Rafael Fernandes/RN (gestões 2009-2012 e 2013-2016), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos federais transferidos àquele município, à conta do Convênio 39/2010;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José de Nicodemo Ferreira Júnior (050.824.054-97), ex-Prefeito Municipal de Rafael Fernandes/RN, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos I, II e III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. condenar o responsável acima mencionado, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento da quantia de R$ 57.541,48, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 2/8/2011, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:
9.3. aplicar ao Sr. José de Nicodemo Ferreira Junior a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. aplicar ao Sr. José de Nicodemo Ferreira Júnior a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10091-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10092/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.801/2008-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados: Adriana Rodrigues Silva (003.099.625-28); Aleandro de Souza Oliveira Filho (034.873.155-80); Alexandre Santos Oliveira (028.842.175-25); Almerindo da Paz dos Santos (014.118.185-04); Ana Beatriz Silva de Almeida Couto (042.187.355-81); Edvaldo Rocha Souza (029.410.235-34); Gelsonira Felismina de Oliveira Souza (223.397.795-53); Gessica Soares Souza (025.311.795-00); Ingrid Nascimento Souza (031.114.805-00); Jackeline Pereira dos Santos (017.369.705-42); Jandira Maria Silva de Almeida (316.175.575-87); Maria Jacinta dos Santos (424.954.745-00); Ramon Luiz Abreu Pereira (038.320.445-31); Sabrina Queller Santana Moura (025.311.905-70); Veyda Carolina Nascimento Souza (025.312.145-00).
4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Fabricio Luis Nogueira de Britto (OAB/BA 15.025) e outros, representando Ana Beatriz Silva de Almeida Couto.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão civil, emitidos pela Superintendência Estadual da Funasa na Bahia;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, § 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 5º, do RITCU, em:
9.1. considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil instituído por Jurandir Costa de Almeida (CPF: 104.206.495-49), cadastrado sob o número Sisac 10545123-05-2006-000045-4;
9.2. considerar prejudicados, em razão da perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil instituídos por Carmelita Marques Ferreira (CPF 016.860.545-72), número Sisac 10545123-05-2006-000003-9; Deosdete Silva (CPF 012.082.685-20), número Sisac 10545123-05-2002-000065-5; Eustáquio José Ramos (CPF 053.788.425-49), número Sisac 10545123-05-2002-000074-4 e Maria Virgínia Magalhães Souza (CPF 559.213.375-87), número Sisac 10545123-05-2005-000045-1, em razão da cessação dos efeitos financeiros do benefício;
9.3. determinar à Sefip que, com a urgência que o caso requer, proceda as medidas saneadoras a seguir:
9.3.1. destaque dos presentes autos o ato de concessão de pensão civil instituído por Antônio Carlos Pereira de Souza (CPF: 069.338.235-04), número Sisac 10545123-05-2004-000021-1, autuando-o em autos apartados para que seja realizada diligência com vistas a obter a documentação que fundamentou a concessão do benefício emitido em favor da beneficiária Veyda Carolina Nascimentos Souza (CPF: 025.312.145-00), tais como o termo de guarda e as condições em que a pensão foi concedida, a documentação que levou à marcação no ato de que a beneficiária comprovou a dependência econômica, bem como os dados dos seus genitores;
9.3.2. destaque dos presentes autos o ato de concessão de pensão civil instituído por João Silva Oliveira (046.675.575-91), número Sisac 10545123-05-2006-000042-0, autuando-o em autos apartados para que seja realizada diligência com vistas a obter a documentação que fundamentou a concessão do benefício emitido em favor dos beneficiários Alexandre Santos de Oliveira (CPF 028.842.175-25) e Aleandro de Souza Oliveira Filho (CPF: 034.873.155-80), tais como o termo de guarda, as condições em que a concessão emitida em favor dos interessados foi concedida, bem como informações sobre os respectivos genitores, esclarecendo as razões pelas quais registrou-se no ato que os beneficiários não comprovaram a dependência econômica e mesmo assim a pensão foi concedida.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10092-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10093/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.388/2013-6.
1.1. Apensos: 023.311/2016-9; 008.238/2018-9; 015.035/2017-4; 017.684/2017-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).
3. Recorrente: Gilberto Serpa Griebeler (112.297.649-68).
4. Entidade: Conselho Regional de Administração do Paraná - CRA/PR.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. José Carlos Cal Garcia Filho (OAB/PR 19.114) e outros, representando Gilberto Serpa Griebeler.
8.2. Glaucia Megi Rodrigues (OAB/PR 60.108), representando Conselho Regional de Administração do Paraná.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase, tratam de pedido de reexame interposto por Gilberto Serpa Griebeler, Presidente do Conselho Regional de Administração do Paraná - CRA/PR, em face do Acórdão 2.194/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o TCU aplicou ao responsável a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, ao considerar parcialmente procedente a presente representação;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame apresentado, por atender aos requisitos de admissão dispostos nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de sorte a conferir a seguinte redação ao subitem 9.2 do Acórdão 2.194/2017-TCU-1ª Câmara:
"9.2. aplicar ao Sr. Gilberto Serpa Griebeler a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"
9.2. determinar que seja suprimida a expressão "Na verdade o Presidente do CRA/PR pretende viver à margem da lei. Utiliza-se do cargo, do nome da instituição e do veículo em benefício próprio", constante do item 12.12 do Relatório (peça 38) e das demais peças em que ela esteja eventualmente inserida, com fundamento no art. 298 do RITCU, c/c o art. 78, § 2º, do Código de Processo Civil;
9.3. dar ciência desta deliberação à Segecex/TCU, ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10093-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10094/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.808/2017-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Adelson Ferreira de Figueiredo (181.764.882-91).
4. Entidade: Município de Vitória do Jari - AP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Setorial Contábil do Ministério do Desenvolvimento Social, em desfavor do Sr. Adelson Ferreira de Figueiredo, ex-prefeito do município de Vitória do Jari/AP (Gestão 2005/2008), em razão de impugnação total das despesas dos recursos transferidos ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2008, na modalidade fundo a fundo, a título de cofinanciamento federal das ações de continuidades da assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Adelson Ferreira de Figueiredo (181.764.882-91), ex-Prefeito de Vitória do Jari/AP, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. condenar o responsável acima mencionado, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
1.493,15	13/2/2008
6.000,00	19/2/2008
3.100,00	19/2/2008
3.260,00	21/2/2008
3.100,00	25/2/2008
3.100,00	12/3/2008
6.000,00	14/3/2008
1.493,15	14/3/2008
3.260,00	20/3/2008
6.000,00	8/4/2008
3.100,00	15/4/2008
3.260,00	18/4/2008
1.493,15	22/4/2008
1.493,15	8/5/2008
6.000,00	12/5/2008
3,100,00	12/5/2008
3.240,00	15/5/2008
1493,15	5/6/2008
6.000,00	6/6/2008
3.100,00	9/6/2008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.240,00 11/6/2008
6.000,00 1/7/2008
3.240,00 1/7/2008
2.512,50 1/7/2008
1.493,15 2/7/2008
3.100,00 3/7/2008
3.100,00 6/8/2008
1.493,15 7/8/2008
6.000,00 12/8/2008
3.220,00 15/8/2008
2.512,50 19/8/2008
6.000,00 4/9/2008
1.493,15 4/9/2008
3.100,00 4/9/2008
3.180,00 10/9/2008
2.512,50 10/9/2008
3.100,00 8/10/2008
3.160,00 13/10/2008
6.000,00 17/10/2008
3.100,00 11/11/2008
3.100,00 12/11/2008
1.493,15 3/12/2008
3.100,00 16/12/2008
6.000,00 19/12/2008
4.000,00 22/12/2008
1.493,15 23/12/2008

9.3. aplicar ao Sr. Adelson Ferreira de Figueiredo (181.764.882-91) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 15.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Amapá, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Social.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10094-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10095/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.050/2016-4
2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Odilson Vicente de Lima (546.727.169-53); Prefeitura Municipal de Campo Erê - SC (83.026.765/0001-28); Rozeni da Aparecida Loures Formighieri (637.296.799-53).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.Excluir o município de Campo Erê/SC da presente relação processual;

9.2.julgar irregulares as contas do Sr. Odilson Vicente de Lima e da Sra. Rozeni da Aparecida Loures Formighieri, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, condenando-os solidariamente, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

DATA DA OCORRÊNCIA VALOR ORIGINAL (R$) D/C
27/6/2012 126.666,45 Débito
13/09/2013 11.692,49 Crédito

9.3.aplicar, individualmente, ao Sr. Odilson Vicente de Lima e à Sra. Rozeni da Aparecida Loures Formighieri, com fundamento no art. 19 da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4.autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5.encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Social, bem como à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis (art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU).

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10095-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10096/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-016.213/2015-7.
2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Distrito Projeto Brejos da Barra (02.985.516/0001-68); Frederico José Veloso de Almeida (023.779.005-00); Ingo Hulsen Lemos Nascimento (075.029.858-83); Lukas Engenharia Ltda. (02.434.115/0001-10)
3.2. Recorrentes: Frederico José Veloso de Almeida (023.779.005-00); Distrito Projeto Brejos da Barra (02.985.516/0001-68); Lukas Engenharia Ltda. (02.434.115/0001-10).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Distrito Projeto Brejos da Barra.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).
8. Representação legal:
8.1. Pedro Jose Souza de Oliveira (3641/OAB/BA) e outros, representando Lukas Engenharia Ltda., Distrito Projeto Brejos da Barra e Frederico José Veloso de Almeida.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos conjuntamente por Lukas Engenharia Ltda., Distrito Projeto Brejos da Barra e Frederico José Veloso de Almeida, em face do Acórdão 9076/2017 - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Frederico José Veloso de Almeida, Distrito Projeto Brejos da Barra e Lukas Engenharia Ltda., para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, concedendo os efeitos integrativos descritos nas razões expostas pelo Relator;

9.2. manter os exatos termos do Acórdão 9076/2017-1ª Câmara; e

9.3. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10096-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10097/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-020.055/2014-5
2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Joais da Silva dos Santos (CPF 594.911.402-72); Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53); M de Jesus L Silva ME (CNPJ 02.601.766/0001-57); M P Construções e Comércio Ltda. ME (CNPJ 07.774.350/0001-54); e Construtora e Comercio Santana Ltda. ME (CNPJ 10.392.443/0001-29).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capixaba/AC.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secex/AC.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em desfavor do Sr. Joais da Silva dos Santos, na condição de ex-Prefeito do Município de Capixaba/AC, em razão da não apresentação da prestação de contas atinente aos recursos repassados à referida cidade por força do Convênio 28/2007 (Siafi 597094), ajuste que teve por objeto a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos no montante de R$ 209.965,29 (duzentos e nove mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Joais da Silva dos Santos (CPF 594.911.402-72) e Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53), bem como a empresa Construtora e Comércio Santana Ltda. ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelas empresas M de Jesus Leite Silva (CNPJ 02.601.766/0001-57) e M P Construções e Comércio Ltda. ME (CNPJ 07.774.350/0001-54);

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Joais da Silva dos Santos (CPF 594.911.402-72), ex-Prefeito do Município de Capixaba/AC, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 210, § 2º, e 214, inciso III, todos do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.4. aplicar ao Sr. Joais da Silva dos Santos (CPF 594.911.402-72), com fundamento no art. 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, a multa prevista no art. 58, inciso I, dessa mesma lei, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, na forma do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação atinente à matéria;

9.5. julgar irregulares as contas do Sr. Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53), ex-Prefeito do Município de Capixaba/AC, e das empresas M de Jesus L Silva ME (CNPJ 02.601.766/0001-57); M P Construções e Comércio Ltda. ME (CNPJ 07.774.350/0001-54); e Construtora e Comércio Santana Ltda. ME (CNPJ 10.392.443/0001-29, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e § 5º, 210 e 214, inciso III, todos do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. condenar solidariamente o Sr. Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53) e as empresas Construtora e Comercio Santana Ltda. ME (CNPJ 10.392.443/0001-29), M de Jesus L Silva ME (CNPJ 02.601.766/0001-57) e M P Construções e Comércio Ltda. ME (CNPJ 07.774.350/0001-54), ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento das dívidas aos cofres da Suframa, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas a seguir discriminadas até a data dos efetivos recolhimentos:

9.6.1. Sr. Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53) solidariamente com a empresa Construtora e Comercio Santana Ltda. ME (CNPJ 10.392.443/0001-29):

Data da ocorrência Valor (R$)
16/4/2014 29.512,21
5/6/2014 59.340,67
10/7/2014 48.416,87
20/8/2014 21.226,07

9.6.2. Sr. Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53) solidariamente com a empresa M de Jesus L Silva ME (CNPJ 02.601.766/0001-57):

Data da ocorrência Valor (R$)
24/1/2013 101.670,98

9.6.3. Sr. Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53) solidariamente com a empresa M P Construções e Comércio Ltda. ME (CNPJ 07.774.350/0001-54):

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Data da ocorrência Valor (R$)
20/6/2013 43.940,50
12/7/2013 10.140,07

9.7. aplicar individualmente ao Sr. Otavio Guimaraes Vareda (CPF 096.443.262-53), ex-Prefeito do Município de Capixaba/AC, e às empresas Construtora e Comercio Santana Ltda. ME (CNPJ 10.392.443/0001-29), M de Jesus L Silva ME (CNPJ 02.601.766/0001-57) e M P Construções e Comércio Ltda. ME (CNPJ 07.774.350/0001-54) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores a seguir especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, a teor do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o efetivo recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação aplicada à espécie;

Responsável Multa (R$)
Otavio Guimaraes Vareda 200.000,00
Construtora e Comercio Santana Ltda. ME 60.000,00
M de Jesus L Silva ME 40.000,00
M P Construções e Comércio Ltda. ME 15.000,00

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.9. encaminhar cópia do presente Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do Tribunal, para adoção das medidas judiciais cíveis e penais que entender cabíveis; e
9.10. dar ciência deste acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10097-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10098/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-023.882/2014-0
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Aluízio Bezerra de Oliveira, ex-Prefeito (CPF 003.402.431-04); Metodus Engenharia Ltda. (CNPJ 84.317.809/0001-31); Município de Cruzeiro do Sul/AC.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cruzeiro do Sul/AC.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em desfavor do Sr. Aluízio Bezerra de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Cruzeiro do Sul/AC, em razão da consolidação de irregularidades praticadas na execução dos Convênios 421/99, 424/99, 426/99, 427/99 e 418/99,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:
9.1. considerar revéis o Sr. Aluízio Bezerra de Oliveira, a empresa Metodus Engenharia Ltda. e o Município de Cruzeiro do Sul/AC;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Aluízio Bezerra de Oliveira e da empresa Metodus Engenharia Ltda., condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:
Valor Original (R$) Data de Ocorrência
2.385,55 19/12/2000
2.872,05 12/12/2000
2.647,43 24/11/2000
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Município de Cruzeiro do Sul/AC e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já ressarcidas e lançadas a crédito na tabela abaixo:
Convênio Valor Original (R$) Data de Ocorrência
418/99 15.194,50 (D) 25/4/2000
418/99 81,67 (C) 30/3/2001
421/99 6.567,92 (D) 3/5/2000
424/99 6.862,03 (D) 1/3/2000
426/99 9.778,85 (D) 19/4/2000
427/99 19.755,85 (D) 16/5/2000
427/99 21.17 (C) 29/3/2001
(D): débito;
(C): crédito;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e
9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10098-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10099/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.907/2015-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Airton da Silva Rego (666.615.368-53); M. Sampaio Promoções Artísticas Ltda. - ME (09.419.430/0001-17).
4. Entidade: Município de Bady Bassitt - SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
8. Representação legal: Alexandre Ortunho (OAB/SP 332.934), representando M. Sampaio Promoções Artísticas Ltda. - ME (peça 21)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Airton da Silva Rego, ex-prefeito de Bady Bassitt/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 110/2008 (Siafi/Siconv 732856), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Festival Cultural do Dia das Mães";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Airton da Silva Rego e M. Sampaio Promoções Artísticas Ltda. - ME e condená-los solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$) DATA DA OCORRÊNCIA
69.993,00 19/6/2008

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Airton da Silva Rego e M. Sampaio Promoções Artísticas Ltda. - ME, individualmente, multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10099-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10100/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.050/2014-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Eunice Cabral (031.191.728-39); Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e de Chapéus de Senhoras de São Paulo e Osasco (62.812.573/0001-77);
4. Entidade: Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e de Chapéus de Senhoras de São Paulo e Osasco.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).
8. Representação legal:
8.1. Maria Cândida Rodrigues (129.539/OAB-SP) e outros, representando Eunice Cabral e Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e de Chapéus de Senhoras de São Paulo e Osasco.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e e Chapéus de Senhoras de São Paulo e Osasco e por Eunice Cabral, ex-presidente da entidade, em desfavor do Acórdão 894/2018 - TCU - Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1a Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e de Chapéus de Senhoras de São Paulo e Osasco e por Eunice Cabral, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2 dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10100-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10101/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.481/2016-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Federação dos Empregados em Edifícios e Condomínios do Estado de São Paulo (01.002.082/0001-76) e Paulo Roberto Ferrari (032.094.568-52).
4. Entidade: Federação dos Empregados em Edifícios e Condomínios do Estado de São Paulo (01.002.082/0001-76).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).
8. Representação legal:
8.1. Renato Antonio Villa Custodio (162.813/OAB-SP) e outros, representando Federação dos Empregados em Edifícios e Condomínios do Estado de São Paulo e Paulo Roberto Ferrari;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Federação dos Empregados em Edifícios e Condomínios do Estado de São Paulo e por Paulo Roberto Ferrari contra o Acórdão 5.836/2018 - TCU - Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas e, no que interessa aos embargantes, cominou-lhes débito de R$ 150.032,00, em valores históricos, todavia sem aplicação de multa, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva desta Corte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com base no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 5.836/2018 - TCU - Primeira Câmara;

9.2. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação desta decisão, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP).

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10101-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10102/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.463/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Monitoramento)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Antônio Luiz Pinho Ribeiro (470.983.176-91); Clélio Campolina Diniz (006.416.186-20); Márcio Benedito Baptista (143.414.256-68); Roberto do Nascimento Rodrigues (129.635.186-68);

3.2. Recorrente: Universidade Federal de Minas Gerais (17.217.985/0001-04).

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento em cuja etapa processual se aprecia pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Minas Gerais contra o Acórdão 11.215/2017-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal expediu-lhe determinações para correção de procedimentos de pagamento de adicional por tempo de serviço (ATS);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Minas Gerais e dar-lhe provimento parcial, para prorrogar, até 1/1/2020 e 1/2/2020, os prazos para cumprimento das determinações constantes, respectivamente, dos subitens 9.4.1 e 9.4.2 do Acórdão 11.215/2017-TCU-Primeira Câmara;

9.2. conhecer do expediente formulado por Antônio Luiz Pinho Ribeiro (peça 26) como mera petição, nos termos dos arts. 48, parágrafo único, e 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014, e negar seguimento ao pleito;

9.3. determinar à Secex-MG que monitore o cumprimento deste acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal de Minas Gerais e a Antônio Luiz Pinho Ribeiro.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10102-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10103/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.153/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação)

3. Recorrentes: Jaqueline Silva dos Santos (017.260.515-60); Idalina Rocha da Silva Rezende (913.792.705-10); e Cláudio Soares Feres (068.994.926-01).

4. Entidade: Município de Brumado/BA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: João Francisco Coelho Narvaes (OAB/BA 25.932), representando Instituto da Visão da Bahia Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em cuja etapa processual se apreciam pedidos de reexame interpostos por Idalina Rocha da Silva Rezende, Cláudio Soares Feres e Jaqueline Silva dos Santos contra o Acórdão 3.269/2015-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal rejeitou as razões de justificativa dos ora recorrentes e os condenou ao pagamento da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Idalina Rocha da Silva Rezende, Cláudio Soares Feres e Jaqueline Silva dos Santos contra o Acórdão 3.269/2015-TCU-Primeira Câmara e negar-lhes provimento;

9.2 dar ciência deste acórdão aos recorrentes, ao município de Brumado/BA, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, ao Instituto Visão da Bahia Ltda. e à Procuradoria da República em Vitória da Conquista/BA.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10103-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10104/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.153/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Braz Agostinho Albertini (724.499.508-34); Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (62.469.952/0001-06); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00).

4. Entidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (62.469.952/0001-06).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal:

8.1. Israel Theodoro de Carvalho Leitão (233.343/OAB-SP) e outros, representando Braz Agostinho Albertini e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo;

8.2. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do subconvênio Sert/Sine 245/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo - Fetaesp, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto a cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), Braz Agostinho Albertini (CPF 724.499.508-34) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo - Fetaesp (CNPJ 62.469.952/0001-06), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsáveis: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo - Fetaesp (CNPJ 62.469.952/0001-06) e Braz Agostinho Albertini (CPF 724.499.508-34);

Valor original (R$)	Data da ocorrência
60.035,20	24/1/2005

Responsáveis: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo - Fetaesp (CNPJ 62.469.952/0001-06), Braz Agostinho Albertini (CPF 724.499.508-34), Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Valor original (R$)	Data da ocorrência
240.140,80	2/3/2005

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10104-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10105/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.565/2016-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); Instituto de Desenvolvimento para o Trabalhador - IDT (02.061.481/0001-70); João Batista Donadio (033.557.508-08).

4. Entidade: Instituto de Desenvolvimento para o Trabalhador - IDT.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do subconvênio Sert/Sine 165/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e o Instituto de Desenvolvimento para o Trabalhador - IDT, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto a cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF

017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), João Batista Donadio (CPF 033.557.508-08) e do Instituto de Desenvolvimento para o Trabalhador - IDT (CNPJ 02.061.481/0001-70), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento para o Trabalhador - IDT (CNPJ 02.061.481/0001-70) e João Batista Donadio (CPF 033.557.508-08);

Valor original (R$) Data da ocorrência
29.914,80 17/12/2004

Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento para o Trabalhador - IDT (CNPJ 02.061.481/0001-70), João Batista Donadio (CPF 033.557.508-08); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Valor original (R$) Data da ocorrência
82.265,70 11/1/2005
37.393,50 2/3/2005

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10105-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10106/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.372/2013-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Francisco Luiz Ferreira (128.978.501-59); Idimar Xavier da Silva (193.489.837-68).
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Felipe Rocha de Morais (OAB/DF 32.314) e outros, representando Francisco Luiz Ferreira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam aposentadorias instituídas no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Francisco Luiz Ferreira (128.978.501-59) e de Idimar Xavier da Silva (193.489.837-68), negando o registro aos atos correspondentes;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados da irregularidade verificada, a serem submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
9.5. dar ciência deste acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e aos representantes legais constituídos nos autos.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10106-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10107/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.825/2008-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Civil.
3. Interessados: Igla Ismaela dos Santos Cardoso (041.018.145-54) e Maria Jaime dos Santos (817.021.085-20), pensionistas de Alfredo Pereira dos Santos (029.269.705-87); Altamira Figueiredo do Nascimento (007.104.745-04) e Gabriel Anjos Calmon de Jesus (039.531.405-40), pensionistas de Arsênio Bartholomeu do Nascimento Filho (002.330.565-72); Ceres Paternostro Ponde (192.646.665-91), Daniel Ponde Barros de Azevedo (837.684.405-91) e Gabriel Ponde Barros de Azevedo (837.684.245-53), pensionistas de Fernando Montanha Ponde (002.230.425-87); Euvaldo Ferreira de Andrade (006.478.885-72) e Lucas Andrade Paraiso Borges (796.345.405-20), pensionistas de Maria Elisabeth da Silva Andrade (215.977.825-72).
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis instituídas no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legais as pensões civis instituídas por Alfredo Pereira dos Santos (029.269.705-87), Fernando Montanha Ponde (002.230.425-87) e Maria Elisabeth da Silva Andrade (215.977.825-72), concedendo o registro aos atos correspondentes;
9.2. considerar ilegal a pensão civil instituída por Arsênio Bartholomeu do Nascimento Filho (002.330.565-72), negando o registro ao ato correspondente;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106);
9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia que:
9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos interessados cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia;
9.6. dar ciência deste acórdão ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10107-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10108/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.838/2008-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Civil.
3. Interessados: Rafael Lira de Oliveira (392.516.068-03), pensionista de Grinauria Lira de Oliveira (090.994.414-87); Barbara Amanda de Freitas Colisse (362.859.368-97) e Jocimar Avelino de Souza Mariano (656.165.538-91), pensionistas de Maria Tenorio de Carvalho Mariano (501.813.948-04); Nathalia Gomes (217.671.968-90) e Neuza Gomes (217.638.838-09), pensionistas de Pedro Gomes (275.182.058-15); Wagner Filho da Silva (374.990.108-21), pensionista de Teresa Ferraz da Silva (050.059.408-20).
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis instituídas no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, §§ 1º e 5º, 261, caput, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame das pensões civis instituídas por Grinauria Lira de Oliveira (090.994.414-87) e Teresa Ferraz da Silva (050.059.408-20);
9.2. considerar legal a pensão civil instituída por Pedro Gomes (275.182.058-15), concedendo o registro ao ato correspondente;
9.3. considerar ilegal a pensão civil instituída por Maria Tenorio de Carvalho Mariano (501.813.948-04), negando o registro ao ato correspondente;
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106);
9.5. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo que:
9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.5.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.5.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessados tomou conhecimento do contido no item anterior;
9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo;
9.7. dar ciência deste acórdão ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10108-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10109/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.676/2015-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Roberto Volpe (246.112.128-15).
4. Entidade: Município de Santo Anastácio - SP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
8. Representação legal: Lindolfo José Vieira da Silva (86947/OAB-SP) e outros, representando Roberto Volpe.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Roberto Volpe, Prefeito Municipal, à época dos fatos, de Santo Anastácio/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1250/2009 (Siafi/Siconv 708671), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "XXXV FAISA - Feira Agropecuária e Industrial de Santo Anastácio";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Roberto Volpe e condená-lo ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$) DATA DA OCORRÊNCIA
153.104,00 14/12/2009

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Roberto Volpe multa no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10109-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10110/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.503/2003-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Ildon Marques de Souza (003.025.111-72); Jairo Sebastião Soeiro Casanova (031.825.842-00); Airton Jamenson do Nascimento (303.847.290-53); Antônio Leite Andrade, (001.885.571-72) e Antônio Magno de Souza Borba (053.956.663-20).
3.2. Recorrentes: Ildon Marques de Souza (003.025.111-72), Antônio Leite Andrade (001.885.571-72) e Antônio Magno de Souza Borba (053.956.663-20).
4. Entidade: Município de Imperatriz - MA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
8. Representação legal:
8.1. Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho (34.472/OAB-DF) e outros, representando Ildon Marques de Souza;
8.2. Eneas Garcia Fernandes Neto (6756/OAB-MA) e outros, representando Antônio Leite Andrade;
8.3. Daniel Endrigo Almeida Macedo (7018/OAB-MA) e outros, representando Antônio Magno de Souza Borba.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Ildon Marques de Souza, Antônio Leite Andrade e Antônio Magno de Souza Borba, contra o Acórdão 3.317/2007-TCU-Primeira Câmara, proferido em sede de tomada de contas especial, que julgou as contas dos recorrentes irregulares, com condenação em débito e aplicação de multa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 3.317/2007-TCU-Primeira Câmara;
9.2. dar quitação a Antônio Leite Andrade (001.885.571-72), ante o recolhimento da multa e do débito que lhes foram imputados pelos itens 9.1 e 9.2.4 do Acórdão 3.317/2007-TCU-Primeira Câmara;
9.3. reconhecer a existência de crédito em favor de Antônio Leite Andrade (001.885.571-72), decorrente do recolhimento a maior, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), das dívidas imputadas pelos itens 9.1 e 9.2.4 do Acórdão 3.317/2007-TCU-Primeira Câmara, conforme demonstrativos de débito às peças 125-127;
9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10110-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10111/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.276/2014-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão.
3. Interessada: Yara Mercedes Oliveira Santos (985.159.935-20).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos do ato de admissão de Yara Mercedes Oliveira Santos para ocupar o cargo de técnico em enfermagem na Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 259, inciso I, e 260, §º 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legal o ato de admissão de Yara Mercedes Oliveira Santos (985.159.935-20), autorizando o correspondente registro;
9.2. dar ciência deste Acórdão à Fundação Universidade Federal de Sergipe.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10111-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10112/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.984/2016-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade (05.667.115/0001-58); Eduardo Coutinho de Paula (116.800.618-01); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00); Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/SP (46.385.100/0001-84).
4. Entidade: Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).
8. Representação legal:
8.1. Wellengton Carlos de Campos (80.469/OAB-SP) e outros, representando Carmelo Zitto Neto.
8.2. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.
8.3. Louise Cristini Batista Rodrigues (229.495/OAB-SP) e outros, representando Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do subconvênio Sert/Sine 183/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto a cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), Eduardo Coutinho de Paula (CPF 116.800.618-01) e da Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade (CNPJ 05.667.115/0001-58), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:
Responsáveis: Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade (CNPJ 05.667.115/0001-58) e Eduardo Coutinho de Paula (CPF 116.800.618-01);

Valor original (R$) Data da ocorrência
9.857,08 4/1/2005

Responsáveis: Catalisa - Rede de Cooperação para Sustentabilidade (CNPJ 05.667.115/0001-58), Eduardo Coutinho de Paula (CPF 116.800.618-01); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Valor original (R$) Data da ocorrência
12.699,68 2/3/2005
37.265,00 14/3/2005

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10112-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10113/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 025.942/2014-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Embargante: Bartolomeu Braz Pereira (334.753.691-68).
4. Órgão: Ministério do Turismo (MTur).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).
8. Representação legal: Fabrício Silva Freitas (20.301/OAB-GO), representando Bartolomeu Braz Pereira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Bartolomeu Braz Pereira em face do Acórdão 5.841/2018-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento ao recurso de reconsideração por si interposto em face do Acórdão 1.492/2017-TCU-1ª Câmara, mantendo-o inalterado,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, mantendo-se inalterado o Acórdão 5.841/2018-TCU-1ª Câmara;
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10113-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10114/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.927/2016-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Heleno Manoel dos Santos Silva (244.142.474-20); Instituto Acácia Centro de Estudos, Pesquisas, Assessoria e Ação Social (05.618.231/0001-87).
4. Órgão: Ministério do Turismo (MTur).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Instituto Acácia Centro de Estudos, Pesquisas, Assessoria e Ação Social e de Heleno Manoel dos Santos, ex-presidente da entidade, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1860/2009 (Siafi/Siconv 728155), que tinha por objeto apoio ao projeto intitulado "Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis o Instituto Acácia Centro de Estudos, Pesquisas, Assessoria e Ação Social e Heleno Manoel dos Santos, ex-presidente da entidade, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Instituto Acácia Centro de Estudos, Pesquisas, Assessoria e Ação Social e de Heleno Manoel dos Santos, ex-presidente da entidade, e condená-los solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$) DATA DA OCORRÊNCIA
700.000,00 26/2/2010
783.460,00 16/7/2010

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Instituto Acácia Centro de Estudos, Pesquisas, Assessoria e Ação Social e a Heleno Manoel dos Santos, individualmente, multa no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.
10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10114-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10115/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.074/2015-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Aparecida Raimunda dos Santos (034.767.648-00); Associação Comunitária Ipiranguista - ACI (03.742.532/0001-92); Carmelo Zitto Neto (620.467.488-91); Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (017.692.008-00).
4. Entidade: Associação Comunitária Ipiranguista - ACI (03.742.532/0001-92).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).
8. Representação legal:
8.1. Leonardo Martins Carneiro (261.923/OAB-SP) e outros, representando Associação Comunitária Ipiranguista - ACI.
8.2. Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (97.557/OAB-SP) e outros, representando Francisco Prado de Oliveira Ribeiro.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em razão de irregularidades na execução do subconvênio Sert/Sine 158/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Associação Comunitária Ipiranguista - ACI, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 48/2004-Sert/SP, que tinha por objeto a cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), Aparecida Raimunda dos Santos (CPF 034.767.648-00) e da Associação Comunitária Ipiranguista - ACI (CNPJ 03.742.532/0001-92), condenando-os solidariamente ao pagamento do débito na forma a seguir especificada, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:
Responsáveis: Associação Comunitária Ipiranguista - ACI (CNPJ 03.742.532/0001-92) e Aparecida Raimunda dos Santos (CPF 034.767.648-00);

Valor original (R$) Data da ocorrência
25.597,20 17/12/2004

Responsáveis: Associação Comunitária Ipiranguista - ACI (CNPJ 03.742.532/0001-92), Aparecida Raimunda dos Santos (CPF 034.767.648-00), Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00) e Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91);

Valor original (R$) Data da ocorrência
70.392,30 4/1/2005
31.996,50 25/2/2005

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os acréscimos legais, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10115-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10116/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.205/2015-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Altair Gonçalves (056.064.258-07).
4. Entidade: Município de Ubirajara - SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal: Juliano Quito Ferreira (236.399/OAB-SP) e outros, representando José Altair Gonçalves.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de José Altair Gonçalves, ex-Prefeito Municipal de Ubirajara/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 283/2010 (Siafi/Siconv 733118), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "2º Festival Cultural Solidário";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de José Altair Gonçalves e condená-lo ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$) DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 100.000,00 24/6/2010

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a José Altair Gonçalves multa no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;
9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10116-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10117/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.719/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Claudia Maria Richmond (506.567.248-20); Helena Ester Alves Lapagesse (144.763.981-20); Valma do Amaral Cid (311.814.061-53); Vera Lucia Cobra Rache (280.139.561-72); Vera Lucia Hallack Avila de Azevedo (115.919.191-34).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Marcello Lavenère Machado (1120-A/OAB-DF) e outros, representando Vera Lucia Hallack Avila de Azevedo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Claudia Maria Richmond (506.567.248-20), Helena Ester Alves Lapagesse (144.763.981-20), Valma do Amaral Cid (311.814.061-53), Vera Lucia Cobra Rache (280.139.561-72) e Vera Lucia Hallack Avila de Azevedo (115.919.191-34), negando registro aos atos correspondentes;

9.2. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. em até 15 (quinze) dias notifique as interessadas dessa decisão e informe que elas poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.3.2. caso não ocorra retorno à atividade das ora interessadas, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após sua notificação;

9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelas interessadas com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.3.4. no prazo de 135 (cento e trinta e cinco) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que as interessadas foram notificadas dessa decisão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e às interessadas, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10117-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10118/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.721/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Diva Helena Mota de Abreu Iwasa (179.539.446-34); Helena Ferreira Ferri (154.398.361-87); Ivonia Borges da Silva (149.884.531-20); Maria Francisca da Silva Cruvinel (350.799.836-04); Maria dos Anjos de Castro e Silva (149.541.761-15).

4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Diva Helena Mota de Abreu Iwasa (179.539.446-34), Helena Ferreira Ferri (154.398.361-87), Ivonia Borges da Silva (149.884.531-20), Maria Francisca da Silva Cruvinel (350.799.836-04) e Maria dos Anjos de Castro e Silva (149.541.761-15), negando registro aos atos correspondentes;

9.2. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. em até 15 (quinze) dias notifique as interessadas dessa decisão e informe que elas poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.3.2. caso não ocorra retorno à atividade das ora interessadas, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após sua notificação;

9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelas interessadas com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância aos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.3.4. no prazo de 135 (cento e trinta e cinco) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que as interessadas foram notificadas dessa decisão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e às interessadas, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10118-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10119/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.158/2017-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Rute Alves de Araújo (102.625.551-15); Sebastião Maia Cândido (013.418.122-00); Tietha Maria Rodrigues de Souza (226.450.201-00); Ulisses Alceu Ruschel (185.055.890-68); Yeda Rios dos Reis Targino Alves (220.815.857-15).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Rute Alves de Araújo (102.625.551-15), Sebastião Maia Cândido (013.418.122-00), Tietha Maria Rodrigues de Souza (226.450.201-00) e Yeda Rios dos Reis Targino Alves (220.815.857-15), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos pelos interessados a título de vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992 após 25/2/2014, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;

9.2.2. em até 15 (quinze) dias notifique os interessados acerca desta decisão, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado, e os informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.2.3. na hipótese de os interessados optarem por retornar à atividade, promova a imediata exclusão da vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992, caso ainda não o tenha feito;

9.2.4. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.2.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.2.6. no prazo de 135 (cento e trinta e cinco) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.3. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, exceto em relação aos valores de que trata o subitem 9.2.1 supra;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. destaque o ato de aposentadoria emitido em favor de Ulisses Alceu Ruschel (185.055.890-68), número de controle 10001506-04-2013-000007-0, autuando-o em processo apartado;

9.4.2. no âmbito do processo a que se refere o item 9.4.1 supra, realize a notificação do interessado, para que se manifeste não só sobre a irregularidade apontada na instrução de peça 7, como também sobre o pagamento indevido da vantagem alusiva ao art. 9º da Lei 8.460/1992, alertando-o sobre a possibilidade de se determinar a devolução dos valores recebidos após 25/2/2014 com base nessa parcela;

9.4.3. monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10119-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10120/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.229/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Dionicio Barroso do Nascimento (284.881.487-04); Maria de Lourdes Gurgel de Araujo (006.980.082-00).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Dionicio Barroso do Nascimento (284.881.487-04) e Maria de Lourdes Gurgel de Araujo (006.980.082-00), negando registro aos atos correspondentes;

9.2. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. em até 15 (quinze) dias notifique os interessados dessa decisão e informe que eles poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.3.2. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após sua notificação;

9.3.3. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.3.4. no prazo de 135 (cento e trinta e cinco) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados foram notificados dessa decisão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10120-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10121/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 017.284/2015-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.

3. Embargante: Mamoud Amed Filho (007.358.172-00).

4. Entidade: Município de Itacoatiara/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral - art. 280, § 1º, inciso II, do Regimento Interno/TCU).

7. Unidade Técnica: Secex/AM.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de declaração opostos pelo Sr. Mamoud Amed Filho ao Acórdão 6.641/2018 - 1ª Câmara, por meio do qual, dentre outras medidas adotadas, as contas do embargante foram julgadas irregulares, com a imposição do débito apurado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência do TCU, retificar, de ofício e por inexatidão material, o Acórdão 6.641/2018 - 1ª Câmara, prolatado na Sessão Extraordinária de 11/7/2018, Ata 23/2018, relativamente ao subitem 9.1 do referido Acórdão, onde se lê: "9.1. (...) julgar irregulares as contas do Sr. Mamoud Amud Filho (...), leia-se "9.1. (...) julgar irregulares as contas do Sr. Mamoud Amed Filho (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado;

9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de declaração opostos pelo Sr. Mamoud Amed Filho ao Acórdão 6.641/2018 - 1ª Câmara, e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.3. dar ciência ao embargante desta deliberação.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10121-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10122/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.919/2017-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis/Interessados:

3.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Pitta (115.659.308-51); Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95); Ivandro Sanches (117.718.418-42); Moris Arditti (034.407.378-53); Reinaldo de Bernardi (081.719.998-59).

3.2. Interessado: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

4. Entidade: Genius Instituto de Tecnologia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

8. Representação legal:

8.1. Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB/DF 43.391) e outros, representando Reinaldo de Bernardi (peça 28);

8.2. Guilherme Siqueira Coelho de Paula (OAB/DF 48.370) e outros, representando Ivandro Sanches (peças 21 e 26).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados por meio do convênio 01.06.1228.00 (Finep: 3447/2006 e Siafi 580177) e da inexecução de seu objeto: "Desenvolvimento de um software de reconhecimento automático da fala por ditado, para o português falado no Brasil, e aplicações de seu uso em PC, telefonia e PDA".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa e razões de justificativas dos Srs. Ivandro Sanches e Reinaldo de Bernardi e excluí-los da relação processual;

9.2. considerar revéis os Srs. Carlos Eduardo Pitta e Moris Arditti, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. Carlos Eduardo Pitta e Moris Arditti, com fundamento nos arts. 16, III, "a" e "c", 19, caput, e 23, III, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, I, 209, I e III, 210 e 214, III, do RI/TCU, para condená-los, solidariamente, com a Genius Instituto de Tecnologia, ao pagamento das quantias abaixo demonstradas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do RI/TCU;

Valor original Débito (R$) Data da Ocorrência

697.737,54 6/2/2007

530.487,54 8/10/2007

514.277,54 19/6/2008

9.4. aplicar aos Srs. Carlos Eduardo Pitta e Moris Arditti e à Genius Instituto de Tecnologia, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, em cumprimento ao disposto noart. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10122-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10123/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.873/2015-3.

2. Grupo I - Classe: IV - Assunto: Prestação de Contas - Exercício 2014.

3. Responsáveis: Edila Ferreira Duarte Monteiro (057.713.902-91); Nazareno de Souza Santos (354.155.682-04).

4. Entidade: Superintendência Regional do Incra em Belém/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao processo de prestação de contas anual da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará (SR-01/Incra), relativa ao exercício de 2014.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar, parcialmente, as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Nazareno de Souza Santos;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Nazareno de Souza Santos, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, III, da mesma lei;

9.3. julgar regulares as contas da Sra. Edila Ferreira Duarte Monteiro, dando-lhe quitação plena;

9.4. aplicar ao Sr. Nazareno de Souza Santos a multa prevista no art. 58, I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, c/c o art. 8º da Lei 8.443/1992, que:

9.6.1. no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente a este Tribunal plano de ação para análise das contas prestadas nos convênios: 516680, 518830, 543792, 579380, 579386, 601517, 601785, 626348, 639972, 651539, 654383, 654384, 708853, 708934, 708951, 715451, 716180, 716198, 724459, 738840, 744617, 745692 (tratados no item II da audiência) e 513497 (item VIII), registrando estratégia para priorização das análises com base em critérios objetivos (materialidade, risco, entre outros) e contendo, para cada um dos convênios listados:

9.6.1.1. cronograma de cada atividade necessária ao exame das contas;

9.6.1.2. designação de cada servidor pessoalmente responsável pelas mencionadas atividades; e

9.6.1.3. previsão para conclusão das análises;

9.6.2. instaure tomada de contas especial com vista à elucidação dos fatos e à identificação dos responsáveis pelos prejuízos decorrentes da aprovação da prestação de contas do convênio 652425 (parágrafos 26 e 27 da proposta de deliberação);

9.6.3. informe, nas próximas contas ordinárias a serem prestadas pelo Incra/Sede, a situação do convênio 596475; e

9.7. dar ciência desta deliberação à Superintendência Regional do Incra no Estado do Pará , ao Incra/Sede, à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR) e, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10123-30/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10124/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.778/2007-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Denise Elza Felippelli Martins (388.138.157-00); Diogo de Azevedo da Silva (131.590.047-59); Marcos Paulo de Castro Fonseca (120.163.407-54); Mateus Braz Medeiros da Costa (876.573.682-68).

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Ademário do Rosario Azevedo (2.926/OAB-AM) e outros, representando Mateus Braz Medeiros Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pensões civis instituídas por ex-servidores da Superior Tribunal Militar,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, e no art. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pensão instituído por Gelda Esmeralda Terra Felippelli, em benefício de Diogo de Azevedo da Silva;

9.2. considerar legal os atos de pensão civil instituídos por Jorge Távora da Costa e Mércia de Castro Fonseca, em benefício de Mateus Braz Medeiros da Costa e Marcus Paulo de Castro Fonseca, respectivamente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de pensão civil instituído por Gelda Esmeralda Terra Felippelli, em benefício de Denise Elza Felippelli Martins;

9.4. determinar ao Superior Tribunal Militar que

9.4.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil ora considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensado o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à beneficiária da pensão civil considerada ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso tais recursos não sejam providos;

9.4.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a beneficiária da pensão civil considerada ilegal tomou conhecimento desta decisão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10124-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10125/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.145/2012-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Clodoaldo Sampaio Filho (037.290.523-49); Ladjane Lopes de Santana (231.293.364-00); Legilda Soares Pereira (224.922.244-49); Luiz Vieira Borges Junior (073.047.574-34); Maria de Fatima Barros de Oliveira (284.683.094-00); Regina Helena Bline Graciano (101.556.864-53); Vasco Torres Fernandes Bravo (101.473.654-49).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de aposentadoria de ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:
9.1. considerar legal e ordenar o registro do ato de aposentadoria de Maria de Fatima Barros de Oliveira;
9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Clodoaldo Sampaio Filho, Ladjane Lopes de Santana, Legilda Soares Pereira, Luiz Vieira Borges Junior, Regina Helena Bline Graciano e Vasco Torres Fernandes Bravo, e dispensar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelos interessados até a prolação desta deliberação, nos termos do Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que a eventual interposição de recurso com efeito suspensivo não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso não haja o provimento do recurso;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, cópia do comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento da decisão desta Corte;
9.3.4. cadastre no Sistema Sisac, no prazo de trinta dias, novos atos de aposentadoria dos interessados, escoimados da irregularidade verificada nos autos.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10125-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10126/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.044/2018-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Educação; Universidade Federal de Santa Maria.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), relacionadas a rescisão unilateral de contrato firmado para conclusão das obras de construção do prédio da Central de Unidade de Tratamento Intensivo daquele hospital,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer a presente documentação como representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;
9.2. determinar o arquivamento deste processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução-TCU 259/2014;
9.3. dar ciência deste acórdão ao representante, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10126-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10127/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.233/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em Prestação de Contas)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Douglas Augusto Pinto Junior (061.614.303-63); Emerson Fernandes Daniel Júnior (074.212.814-87); Francisco Evaldo Braz Azevedo (090.456.783-49); Glauco Rogerio de Araujo Mendes (513.894.526-20); Ivan Monte Claudino (092.077.833-04); Jose Berlan Silva Cabral (120.631.343-91); Jose Felipe Americo Cordeiro (072.943.953-49); Laucimar Gomes Loiola (259.978.313-53); Nádia Maria Araújo Farias (016.825.963-03); Walter Gomes de Sousa (003.892.184-72)
3.2. Recorrente: Emerson Fernandes Daniel Júnior (074.212.814-87).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam do recurso de reconsideração interposto por Emerson Fernandes Daniel Júnior (074.212.814-87) contra o Acórdão 1.149/2017-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 32, inciso I, e art. 33 da Lei 8.443/92, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando nulas as disposições do Acórdão 1.149/2017-1ª Câmara no que concerne ao recorrente;
9.2. encaminhar os autos ao Relator a quo, para que decida a respeito da renovação da audiência do responsável e das sugestões referidas no voto; e
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 30/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 28/8/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10127-30/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 53 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 4 de setembro de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

ATA Nº 31, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausentes o Ministro Bruno Dantas, em virtude de participação em evento educacional no exterior, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 30, referente à Sessão realizada em 28 de agosto de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 015.824/2015-2 e 017.779/2008-0, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

- 011.412/2016-0, 011.600/2009-5, 013.016/2011-3 e 020.075/2009-2, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

- 026.415/2014-3, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 10128 a 10518.

RELAÇÃO Nº 27/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 10128/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por 120 (cento e vinte) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que Universidade Federal de Alagoas cumpra a determinação constante do subitem 9.3 do Acórdão 10.257/2017 - 1ª Câmara, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-010.637/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ferreira Azevedo (026.229.634-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10129/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que Universidade Federal de Alagoas cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1. do Acórdão 6.173/2017 - 1ª Câmara, de acordo com o parecer da Sefip:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-017.779/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmen Lucia Tavares Almeida Dantas (133.974.514-34); Edleusa dos Santos Ferreira (153.981.294-49); Eunice Maria da Silva (870.518.184-49); Helena de Fatima Passos Cavalcanti (140.127.314-91); Joao Jose da Silva (140.066.184-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10130/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que Universidade Federal de Alagoas cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1. do Acórdão 6.174/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-017.780/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aparecida de Vasconcelos Fernandes (207.889.914-34); Maria Verotilia Lessa Mendonca (724.441.004-25); Maria de Fatima Gomes dos Santos (321.494.414-20); Maria de Fatima Silva Couto (116.599.391-00); Marines da Silva Silveira Macena (228.358.814-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10131/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para que Universidade Federal de Alagoas cumpra a determinação constante do subitem 1.7 do Acórdão 8.741/2017 - 1ª Câmara, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-017.803/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Yara Amorim Souza Leao (227.833.694-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10132/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92 c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e ordenar o seu registro, sem prejuízo de fazer a determinação constante do item 1.7, conforme proposta oferecida pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 5):

1. Processo TC-019.870/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josina Nunes da Cruz (428.079.997-00)
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que adote as providências necessárias para o ressarcimento das quantias pagas indevidamente à sra. Josina Nunes da Cruz, no prazo de 15 dias, caso ainda não o tenha feito, haja vista a ressalva consignada pelo controle interno no formulário de concessão (peça 1), por meio da qual informa que a aposentada recebeu proventos integrais de maio de 2002 a abril de 2016, em que pese a aposentadoria ter sido proporcional (23/30).

ACÓRDÃO Nº 10133/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.697/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Lúcia Teixeira Guerra de Mendonça (601.325.317-04); Marta Alarcon Chamarelli (493.003.267-91); Nelson Soares da Silva (365.682.287-53)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10134/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.717/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliana Ferreira Rodrigues (522.954.946-72); José Fernando de Paiva (237.964.136-68); José de Souza Leite (257.881.166-00); Lucília Camarão de Figueiredo (255.619.286-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10135/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.342/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edilea Felix Correa (007.947.347-40); Joel Rocha Trancoso (451.754.627-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10136/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.375/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Lira Filho (040.099.754-15); Lourdimar Fernandes Dantas (367.361.984-53); Miriam Bezerra da Silva (206.016.974-72); Osvaldo João de Souza (203.553.274-49); Teresa Alves de Figueiredo (584.049.454-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10137/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.666/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosa Aída Fagundes Pellegrini Kosicky (642.902.557-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10138/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.671/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adolfo José Cabral (076.614.794-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10139/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.676/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Graziela Zacchi Félix (455.162.949-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10140/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.632/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Paulo Ribeiro (235.710.041-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10141/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5.513/2017-TCU - 1ª Câmara , onde se lê "Vagner Gomes dos Santos Machado (022.047.725-69)" leia-se "Vagner Gomes dos Santos Cardoso (022.047.725-69)", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.739/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Italo Barbosa (016.014.755-78); Thiago Pereira Leite da Silva (009.773.845-00); Thiago Silva Oliveira (050.418.375-38); Thyala do Nascimento Pinheiro (025.476.645-50); Tiago Fernandes Machado (019.934.055-26); Tiago Trindade Ribeiro (014.061.795-74); Uerley de Jesus Oliveira (946.134.275-68); Vagner Gomes dos Santos Machado (022.047.725-69); Valdir Nascimento dos Santos (649.445.905-63); Valeria Brandao Souza (025.582.125-59)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10142/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.119/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Vanderson Moreira de Lima (017.695.633-69); Marcelo Antonio dos Santos (961.676.610-49); Thais Spohr Christ (029.910.410-99); Victor Hugo Nedel Oliveira (021.808.990-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10143/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em excluir por duplicidade os atos de admissão de pessoal integrantes deste processo, nos termos do Acórdão 2.100/2010-TCU-Plenário; promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.216/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Michele da Silva Oliveira Riella (000.446.270-09); Patricia Andreia Paiola Scalco (113.081.308-80); Rafael Andrioli Rasch (013.259.190-12); Vanessa de Amorim Amorim (017.965.640-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10144/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.078/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika Ramos de Alvarenga (067.762.196-56); Helio de Assis Pegado (808.816.297-15); Marconi Augusto Aguiar dos Reis (084.499.816-89); Pedro Lobo Alcantara Neves (073.168.496-65)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10145/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.106/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clarice Ana Dalla Vecchia Hamilton (330.074.380-04); Marcelle Gomes de Almeida Campos (023.981.627-70); Silvio Jose de Vasconcelos (010.617.774-56); Sueli de Lima Borges (080.784.907-39); Terezinha Biesek de Novaes (622.010.939-20); Thiago Braganca Lana Silveira Ataide (041.803.856-27); Thiago Horta Soares (034.805.816-09); Thiago Melo Diniz (006.633.133-17); Thiago Souza da Silva (029.173.935-05); Thierley do Nascimento Ferreira (051.852.956-86)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10146/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.907/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Philipe Grippa Barcellos dos Santos (120.185.557-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 8/8/2015.

ACÓRDÃO Nº 10147/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.934/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Silmara Cristina Dela da Silva (196.447.968-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que proceda a alteração no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do campo "Data de Validade do Concurso", passando a constar a data de 23/6/2011.

ACÓRDÃO Nº 10148/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.275/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Almeida Grandi (027.942.261-00); Giovanny Lima de Castro (004.562.483-66); Igor dos Reis Silva (800.951.515-91); Izabel Tereza da Silva Neta (015.029.551-05); Juliana Geber Andreazza (001.596.160-50); Luana Cavalcante Salgado Maciel (003.010.933-77); Matheus Eurico Borges Carneiro (043.753.391-36); Sâmia Rocha Gadelha (660.128.563-34); Thais Carvalho Ferreira (996.032.413-34); Verena Nunes Martins (822.497.505-30)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10149/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.284/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Emiko Sousa Chiba (752.123.822-20); Alline Pereira Coelho (860.384.512-34); Amanda Alves Coelho (881.478.782-49); Ana Ione Elisiário Nagawo (324.014.772-68); Ana Paula Faustino Garcias (983.074.441-87); Anne Gabriella Salgado dos Santos Mota (947.169.352-72); Arianne Torres Dourado (001.284.382-23); Arison Jorge Conceição Castro (673.819.792-68); Bárbara Tereza Costa do Nascimento (075.617.524-07); Cássia Valéria Pinheiro Correa (013.471.432-62)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10150/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.299/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gleid Ângela dos Anjos Costa (041.795.095-04); Henrique Jesus de Souza (023.776.875-55); Humbervânia Reis Gonçalves Vicente (095.584.237-93); Ingrid Cardoso Morais (047.855.115-08); José Paulo Sergio Muniz (668.920.075-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10151/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.308/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Lucas Jorge Serapião (620.897.732-00); Elisângela Roza Hanysz (872.048.609-00); Elizangélica Fernandes da Silva (421.647.372-53); Emi Silva de Oliveira (709.697.952-20); Enilda de Oliveira Aliares (707.359.482-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10152/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.313/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lilian Catiuscia Eifler Firme da Silva (069.835.096-09); Lucas Marlon Freiria (058.560.699-43); Marcel Leite Rios (887.923.582-68); Marco Antonio de Oliveira (921.212.336-87); Maria Goreth Araujo Reis (421.472.472-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10153/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-025.332/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Theomar Trindade de Araujo Tiburtino Neves (064.034.364-30); Thiago Vinicius Barros Ibiapina (023.039.163-05); Tulio Silva Lara (080.482.696-00); Vicente Moreira Rodrigues (596.188.411-20); Vivian Dielly da Silva Farias (964.121.782-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10154/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.337/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mairia de Andrade Lima Pitta Marinho (027.709.934-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10155/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.593/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Negri Lintzmayer (009.537.109-55); João Marcelo Borovina Josko (131.961.138-92); Luis Henrique de Lima (330.687.868-51); Mattia Petrolo (239.693.458-98); Vladimir Emiliano Moreira Rocha (339.969.368-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10156/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.596/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Melo Correa (006.364.712-50); Anderson Tiago de Oliveira (018.211.832-07); Caroline Laureano Sá (019.325.322-42); Francisco Mikael Alves de Sousa (045.318.064-76); Hygo Sousa de Oliveira (008.202.732-36); Igor Ivison Almeida Ferreira (008.149.022-43); Jefferson Eduardo da Silva Morales (002.191.552-08); Lisiane Machado Aguiar (007.522.640-52); Rafael Albuquerque Pinto (008.207.892-08); Regina Oliveira da Silva (529.356.202-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10157/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.601/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elizabeth Alejandra Rubinstein (015.114.786-83); Hudson Mendes da Silva (046.490.896-54); Karlla Andrea Leal Cruz (111.246.636-30); Marcus Vinicius Moreira Martins (351.419.208-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10158/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.608/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: João Henrique Pereira Silva (064.404.306-70); Jordy Luiz Cerminaro Spacca (428.322.188-06); Mauro Antonio Ongarelli (057.845.928-07); Mayara Fior Oliveira (376.323.678-37); Rafael Guedes Lang (369.461.408-77); Ugo Henrique Pereira da Silva (141.880.368-50)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10159/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.641/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Maranha Paes de Carvalho (118.871.967-06); Debora Pereira Cardoso (078.838.017-67); Edney Clemente de Souza (014.513.207-28); Igor Kippe Rubinsztajn (127.432.947-79); Jurema Hughes Sento Se (872.845.965-20); Maithe de Carvalho e Lemos Goulart (119.401.527-12); Maysa Lannes Duarte (106.044.977-33); Patricia Martins da Silva (910.096.850-15); Raquel da Silva Paes (122.717.537-08); Rodrigo Ferrari Lucas Lassance (032.852.421-24)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10160/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.643/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Henrique Juvencio da Silva (056.333.537-81); Francislene Juliana Martins (052.706.116-60); Igor Waltz Rangel Messias Pinheiro (123.940.857-97); Luana Fontes de Souza (134.138.857-31); Lucas Di Candia Ramundo (152.995.617-09); Maria Nazareth de Souza Salutto de Mattos (082.847.347-10); Reinaldo Cardenuto Filho (302.697.698-97); Renata Cristina de Oliveira Tomaz (078.800.667-30); Rodrigo Oliveira de Araujo (311.675.778-09); Silvana Rocha Brandão Machado (734.296.437-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10161/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.654/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Camila Michelle Druzian Silveira (931.338.980-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10162/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.656/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Romario Rodrigues Belem (010.439.752-76)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10163/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.660/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clara Marques Bodart (143.417.657-60); Laís Maria Rodrigues Silva (087.851.316-79); Nayara Garcia Silva (123.717.737-51)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10164/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.671/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Guilherme Maltez Souza (018.463.030-44)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10165/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.675/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Darllan do Rosário Pinheiro (918.963.982-00); Gabriela do Nascimento Campos (032.638.302-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10166/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.705/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Ely de Almeida (205.119.118-23); Elienai Lacerda Neves (213.066.888-76); Graziela Pigatto Bohn (803.651.320-04); Greisse Quintino Leal (020.951.411-64); Jonatas Oliveira Pantoja (045.906.594-76); Rafael Massambone de Oliveira (350.111.798-18)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10167/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.712/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bartira Mendes Gorgulho (356.723.228-24); Bruno Bernardo de Araujo (041.970.743-36); Érica Capriata Gonçalves (022.155.791-10); Keit Diogo Gomes (022.701.931-80); Leandro Dias de Jesus (011.212.141-18); Luiz Paulo da Cas Cichoski (052.838.319-14); Marcos Alberto de Carvalho (004.421.291-73); Pedro Alexander Cubas Hernandez (746.871.401-06); Walter Barbosa Galvão (788.641.191-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10168/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.714/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Teixeira Damasceno (001.384.655-84); Amanda Borges Amaral (016.452.996-94); Andreia Fernanda Tine de Souza Andrade (795.689.474-34); Letícia Ribeiro de Oliveira (044.978.686-21); Mariana Araujo Zocratto (096.616.446-67); Milene Dias Carneiro (029.991.241-80); Priscila Dantas da Silva (302.086.248-56); Renner Luiz Gonzaga (052.673.246-63); Rosiane Fernandes Carrijo (081.187.486-93); Vanessa Aparecida de Oliveira (091.895.556-43)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10169/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.716/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Dias Moraes (020.625.113-02); Emme Benedicta Caldas Pereira (045.521.283-02); Fábio Junio Lima de Sousa (814.462.503-00); Jéssica Leocádio Costa (046.907.143-55); Jéssica de Jesus Marques (041.958.723-32); Jonas Silva Neto (046.475.903-05); Joseane Martins Ribeiro (053.963.073-07); Renata Cristine Diniz de Sousa (024.825.963-60); Virgínia Cunha Barros Ossovski (086.584.646-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10170/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.721/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erivone Orso Ramoni (028.036.489-03); Julieta Sefora Rodrigues Nunes (367.430.384-15); Leila do Nascimento Vieira (043.820.759-98)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10171/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.732/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anuska Conde Fagundes Soares Garcia (030.098.125-23); Christine Arndt de Santana (887.470.935-87); Felipe Tenório Jalfim (462.494.514-04); Jane Delane Reis Pimentel Souza (022.875.675-85); Osmar França Siebel (818.218.245-04); Rodolpho Rodrigues Fonseca (351.273.058-28); Roniery Almeida Lima (044.051.175-51)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10172/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.737/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Yudi Endo (344.600.258-84); Ana Paula Dias França Guareschi (177.773.688-93); Anamaria da Silva Facina (053.049.678-01); Daniela dos Santos (283.780.908-09); Fernanda Emy Matsuda (294.256.848-80); José Cícero Stocco Guilhen (305.813.678-12); Mariana Pereira Antoniassi (368.270.188-57); Melissa Stefany Barbosa Silva (109.721.996-83); Tatiane Daniel dos Santos (083.103.066-60); Tiaraju Pablo DAndrea (275.110.198-46)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10173/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.746/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Leão de Brito (042.143.115-66); Cláudio Hanashiro Barbosa Silva (336.479.878-83); Lucas Matias Félix (049.671.245-42); Roberta Pereira Góes (027.339.445-25); Uriel de Souza Bezerra (857.675.135-62)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10174/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.836/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula dos Santos Braatz Vieira (114.556.376-70); Cláudio Rogério Maynart Lemos (076.405.178-42); Débora Alfaro São Martinho da Silva (205.419.748-31); Débora Cristina Massetto (383.611.078-43); Everton Adriano Tassi (300.647.728-61); Fábio Menegatti de Melo (355.499.038-81); Keila Caroline Pacheco Silva (305.601.568-55); Keila Michelly Canhina Sachimbombo (080.814.666-14); Luana Reis Vieira (302.871.348-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10175/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.845/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Sousa Mendes Silva (051.554.193-10); Eduardo de Sousa Lopes (059.286.903-20); Guilherme Maciel Salomão (050.349.384-80); Jéssica Milla Bezerra de Sousa (047.429.843-40); José Carlos Correa Baldez Junior (028.562.531-48); Karolina Lima Monteles (040.248.953-54); Marcelo Santos Silva Brandão (060.275.493-35); Maria Aparecida Bizerra Costa (042.931.993-22); Thiago Cardoso Sousa (049.870.813-69); Wanderson Martins Licar da Silva (053.082.873-17)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10176/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.860/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Elize Ribeiro DÁvila (831.094.630-91); Guilherme Tavares Nunes (018.681.660-07); Heron Torres (859.933.010-15); Lucas Rosa Fraga (833.980.660-20); Nikolay Steffens Martins (008.546.710-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10177/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.880/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aureo Freire Castelo Branco (102.695.413-49); Carlos Atila Melo de Paulo (011.769.373-16); Carolina Camara Lira (034.064.534-22); Cesar Lincoln Cavalcante Mattos (024.730.873-00); Cristiane Sousa da Silva (915.209.753-68); Danilo Rodrigues Vieira (011.096.663-57); Davi Soares Dantas (025.736.023-97); Diego Alves da Costa (048.971.065-40); Isabele Albuquerque de Andrade (052.985.573-92)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10178/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.893/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda dos Santos Mendes (121.920.107-37); Archimedes Barbosa de Castro Junior (089.058.247-57); Arthur Bastos Rodrigues (099.611.896-98); Fabiani Aguiar Coswosck (121.684.907-24); Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale (012.352.646-96); Luis Panfilo Yapu Quispe (062.298.037-80); Milene Maciel Carlos Leite (126.227.347-19); Tatiana Silva Barcellos (104.699.217-14)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10179/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.905/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Camila Mendes Andrade (031.243.495-20); Cristiane Ferreira (059.532.304-94); Erika Costa de Queiroz Velloso (024.265.515-77); Lilia Jade Costa Gonçalves Castro (051.722.515-88); Marion Schneider Meireles (001.181.720-85); Rubens Armando Merlo dos Santos Filho (009.828.190-99); Saluana Costa Bandeira (893.759.713-68); Samantha Aguiar Brongar (981.917.640-91); Suzana Oliveira Santos (014.089.315-67); Tamara Angelica da Rocha (826.379.625-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10180/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.916/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielle Aparecida da Silva Oliveira (851.239.435-87); Douglas Bispo dos Santos (013.875.175-70); João Ricardo Correia Andrade (017.752.495-22); Juliana Ferreira Lopes (068.566.524-02); Julio Pacca Rios (021.502.365-08); Sergio Azevedo Todt (574.743.115-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10181/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.922/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Cortez da Silva Accioly (129.712.048-55); Malkene Wytiza Freire de Medeiros Noronha (596.231.954-00); Maria Fabiana Medeiros de Holanda (011.800.464-63); Ray de Araujo Sousa (086.878.594-65); Ruan Rodrigo Araujo da Costa (080.574.654-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10182/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.926/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Márcia Helena Lopes Barreto Villela de Moraes (025.444.477-61); Márcia Nascimento Magalhães Pinto Monteiro (051.764.007-40); Mariane Del Carmen da Costa Diaz (058.523.297-03); Rosana de Moura de Aguiar (106.205.147-52)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10183/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.055/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiano Ferrara de Resende (088.118.156-06); Fernanda Vieira Nicolato (016.223.126-19); Lauro Cesar da Silva Maduro (083.310.726-77); Ludimila Brum Campos (102.280.116-39); Maria do Socorro Lina Van Keulen (865.419.516-91); Michele Nakahara Melo (131.510.347-80); Sílvia Regina Costa Dias (042.897.096-64); Vivian Espírito Santo Massi Paschoalino (091.466.647-93)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10184/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.057/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Grigoletto Duarte (352.747.798-59); Cassiane Dezoti da Fonseca (944.878.631-04); Cláudia de Oliveira Lozada (192.922.538-59); Ileidiane Ribeiro Butolo (076.948.966-47); Pâmela Cristina Bianchi (359.142.888-43)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10185/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.081/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Pires Nunes da Silva (112.278.207-12); Fabiane Gaute da Silva (076.452.967-63); Flávia Gonçalves de Almeida (054.370.847-06); Lays Layane Cardoso Junqueira (108.070.797-23); Melissa Silva de Melo (143.898.617-35); Paula Crespo Cerri (056.483.287-10); Pedro Henrique de Souza Borges (105.339.137-48); Priscila Costa Lemos Barbosa (133.769.357-00); Vanessa Demani dos Santos (100.949.537-24); Vítor Gabriel Caldas (159.724.127-05)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10186/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.088/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabiana Luíza Negri (868.018.999-53); Flávia Trevisan (040.994.549-83); Jeferson Teodorovicz (048.923.629-48); Juliana Passos Bosse (075.678.189-22); Luana de Conto (060.864.359-95)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10187/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.090/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Torrentes de Carvalho (093.507.497-00); Charles da Silva Nocelli (070.662.516-10); Emanuelle de Aguiar Pacheco (115.342.087-20); Fabielle Marques dos Santos de Araujo (127.271.667-88); Jamile Eleutério Delesposte (126.525.377-33); Lucilaine Lopes dos Santos (134.925.177-14); Marco Simões de Carvalho (090.604.557-62)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10188/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.091/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Moreira Herval (097.767.986-16); Andreia Sousa de Jesus (092.068.606-07); Leonardo Guimarães Miquelutti (220.972.828-22); Pietro Kiyoshi Maruyama Mendonça (080.351.416-60); Poliana Rodrigues Alves Duarte (079.249.246-39)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10189/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.102/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alécia Maria Gomes de Oliveira (032.917.184-45); Angélica Peçanha da Silva (088.316.097-85); Cristina Santos Muniz (026.843.404-20); Débora Cristina de Oliveira Bezerra (089.660.987-11); Júlia de Araujo Guedes (121.269.897-55); Luís Felippe Santos de Faria (128.158.647-11); Ozana dos Santos (009.922.505-01); Rômulo de Melo Pereira (018.048.947-02); Thiago Guimarães da Silva (309.345.138-80); Viviane Roberta da Silva (052.590.277-52)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10190/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.105/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Candice Costa das Neves (024.870.685-31); Ianny Tamara Valério Lima Costa (748.483.992-20); Ionara Cecile Silva (057.173.084-18); Janaína Ferreira de Resende (601.367.585-68); Laíse Félix dos Santos (020.181.425-00); Lucas Wynne Cabral (799.428.225-34); Manuela Lopes Varjão de Almeida (019.456.545-97); Patrícia dos Santos (842.615.445-04); Roberta Galdino Freitas (009.255.315-02); Rodrigo José Costa Gualberto (039.546.906-67)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10191/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.107/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Santos da Silva (052.590.699-19); Eliane Correa da Silva Amaro (859.159.551-34); Elizabeth Santana Alves de Almeida (038.418.295-03); Fabiana Finger Jardim (004.740.130-30); Fernanda Bemfica Alves (080.427.316-20); Fernanda Louisy Ferreira de Oliveira (022.550.555-03); João Paulo da Costa (961.538.650-20); Lívia Reverdosa Castro Serra (966.966.213-34); Marciana Zambillo (010.939.990-04); Monalisa Cabral (056.921.947-75)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10192/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.115/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Thais Ramos de Sateles (842.662.605-04); Frank Luna de Carvalho (661.437.802-34); Gabriela Diniz Fonseca (068.824.404-17); José Maria Gonçalves Nunes de Melo (457.805.603-15); Luciana do Nascimento Castello (776.832.692-04); Marina Neves da Silva (051.286.816-61); Murilo Santos de Souza (968.127.965-49); Paulo José da Costa Mariz Filho (557.386.724-53); Suilane Tavares Ribeiro (033.473.595-50); Tatiana Posse Estevez e Silva (782.923.795-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10193/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.169/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Pereira Coutinho (035.681.103-42); Adriano de Ulhoa Torres (072.953.376-01); Carolina Rocha e Silva (006.667.551-08); Lizandra Silva Sodré (053.982.033-47); Luciana Kamila Rodrigues Ferreira (025.079.633-36); Marcos Moura Silva (018.165.953-06); Vinícius Farias de Albuquerque (934.870.373-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10194/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.173/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Annyelly Virgínia Brito (076.969.914-69); Elis Regina Monte Feitosa (060.412.874-66); Felipe Augusto Dantas de Oliveira (097.299.224-38); Robson Locatelli Macedo (133.056.777-32); Ruan Sávio da Costa Tertuliano (066.508.244-45); Salatiel Dantas Silva (101.543.014-77)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10195/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.178/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Lafayette Lins Freire Vasconcellos (009.829.965-43); Edijane Matos Sales (835.225.815-04); Gleicianny de Brito Santos (026.413.685-36); Gracielle de Barros Jesus (035.103.515-09); José Geraldo Bomfim Lima (013.875.125-01); Maurício de Melo Teixeira Branco (007.784.625-79); Natália Matos de Menezes (018.342.115-90); Paloma Braga Araujo de Souza (973.561.825-72); Yoanny Rodriguez Calvo (740.235.941-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10196/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.204/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diógenes Egídio Cariaga (894.300.931-34); Evally Solaine de Souza Rodrigues (039.084.011-43); Fernando de Castro Além (475.687.201-87); Juliana Graffunder Barbosa (027.798.130-16); Kamilla Golin (082.660.969-45); Mary Cristina Olímpio Pinheiro (048.441.895-57); Nelson Alberto Mucanze (034.724.751-29); Paola dos Santos da Rocha (039.138.271-37); Renata Monteiro de Freitas Carneiro (867.163.361-68); Vanusa Rodrigues Horas (890.248.421-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10197/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.209/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Picinatto (588.766.509-20); Antonio David Viniski (077.265.219-88); Danniel Antonietto Chagas (274.471.108-09); Diego Antonio de Grandi (052.871.749-93); Diogo Elias Tártaro (029.571.519-79); Jéssica Costa (084.728.629-09); Júlia Glaciela da Silva Oliveira (052.795.206-08); Rafael de Jesus Pereira de Abreu (372.520.698-85)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10198/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.223/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Débora Pinguello Morgado (343.497.648-52); Eduardo Guedes Villar (045.059.039-90); Ibriela Bianca Berlanda Sevilla (026.326.339-82); José Maria de Castro Filho (398.817.840-34); Julie Matie Noda (026.740.970-27); Maicon Douglas Livramento Nishimura (068.755.629-52); Maurício do Nascimento Bernardo (066.870.928-63); Rafaela Iora Stock (064.968.339-07); Sara Cristina Stacheski Martins da Silva (087.916.739-41); Senaide Wolfart (055.627.589-62)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10199/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.229/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Helielson de Oliveira Carvalho (604.169.273-51); Jaelson dos Santos Silva (028.276.913-70); Lucas Cronemberg Diolindo (024.962.633-09); Tatiane da Silva Mendonça (053.635.363-82); Yuri Hernandez Diniz (008.409.613-67)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10200/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.243/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel de França Brasil Soares (018.535.583-89); Erika Maria Filgueira Pessoa (035.995.723-48); Josiany Oliveira Mota (019.664.433-07); Nayra Barbosa Mota (005.909.703-56); Nicholas Costa Barroso Lima (024.508.033-35)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10201/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.251/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Micas Roxo (111.697.567-00); Carlos Eduardo Simões Pólvora (803.135.820-68); Fábio Ferreira dos Santos (825.061.675-87); Fátima de Nazaré Vasconcelos Rodrigues (747.113.422-49); Hellen Fernandes de Carvalho Torres (098.807.144-40); João de Deus Teixeira Junior (963.678.572-49); Marielle Pires Quaresma (046.011.203-14); Mariza Ozório da Rocha (012.336.463-97); Naira Maria de Sousa Sales (038.820.843-08); Sebastião Neves Andrade (054.273.033-24)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10202/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.254/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ádria Lopes Ferreira (795.887.781-15); Fábio Campos Coelho (032.808.081-03); Nathalya Bastos Soares Ferreira (010.618.211-02); Patrick Rômulo da Costa Melo (025.745.213-31)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10203/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.296/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adson da Silva Santos (011.903.595-29); Ícaro João Figueiredo Barros (848.772.435-34); Marcos Antonio Santos Alves (049.087.125-90); Matheus Viana Araujo (051.073.945-82); Sâmia Lorena Morais da Fonseca (029.987.245-90); Sueli José Pereira Correa (137.229.158-05); Thairise Maria Silva Cunha (030.483.375-47); Thomaz Leandro Santos (035.087.955-94)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10204/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.302/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Fonseca Resende (081.674.056-99); Evandro Pereira da Silva (039.332.926-70); Isabela Oliveira Guimarães (106.105.726-79); Josemar de Souza Moreira (105.906.976-84); Leandro José Evilásio Campos (101.850.996-88); Milene Teixeira de Souza (066.319.096-78); Nathalia Layla da Silva Souza (121.416.616-41); Rafael de Carvalho Nogueira (120.048.566-10); Silvana Gisele Pegorin de Campos (191.440.938-88)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10205/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.304/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe de Souza Pinheiro (051.409.104-54); João Deodato Batista dos Santos (078.896.424-07); Marcos Mariano Viana da Silva (075.525.814-25); Milena de Oliveira Aguiar (097.743.964-05); Sergio Natan Silva (088.521.094-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10206/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.308/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Tamyris Cristina de Alcântara Dantas (384.827.508-28)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10207/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.312/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alice Maria de Araujo Ferreira (217.667.258-56); Andres Manuel Martin Duran (702.141.051-48); José Maria de Oliveira (209.668.906-63); Luciana Stoimenoff Brito (724.592.801-06); Mariana Correia Lacerda (014.281.041-00); Rodrigo Carvalho Magalhães (002.268.141-81); Sílvia Cláudia Loureiro Dias (523.885.651-20); Simone Mazzini Bruschi (167.945.878-74); Suzana Sumire Negrão Niho (033.172.361-16); Thales Eduardo Nascimento de Miranda (215.770.838-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10208/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.315/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Ramos (512.301.351-20); Eneida Gonzalez Valdes (700.738.641-53); Paulo Andrade de Mello (074.402.001-87); Rafael Luiz Carneiro Almeida (036.312.691-02); Roseline Beatriz Strieder (002.325.970-14); Rosineide da Paz Teixeira (665.906.801-59); Sandra Márcia Mazutti da Silva (709.789.641-87); Sandra Vieira de Matos (602.746.381-34); Simone Lacorte Recova (801.047.621-87); Thomas Christopher Rhys Williams (017.952.096-23)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10209/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.319/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Eduardo Milton de Santana (000.673.595-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10210/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.320/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jefferson Teixeira Olea Homrich (006.760.860-47)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10211/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.325/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Berthold Karl Zilly (012.022.619-73); Caroline Freitas Rafael (111.105.367-71); Caroline Pissetti (047.788.019-38); Fernanda Soares Aurélio Patatt (003.557.990-06); José Ricardo Perez Correa (800.463.199-13); Juliana Matias Faust (009.524.289-97); Lara Rodrigues Pereira (033.549.159-60); Patrícia Ilha (002.530.071-78); Rodolfo Palazzo Dias (048.162.289-69); Rúbia Teodoro Stuepp (078.084.909-46)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10212/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.327/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Riconi (055.806.899-50); Antonio Marcos Miranda (781.387.449-87); Clarissa Grahl dos Santos (068.404.659-85); Fernanda Alquini (035.449.149-05); Fernanda Marcello Scotti (066.922.059-05); Fernando Zimmermann (066.196.609-75); Giuliano Alessandro Sczip (015.930.179-36); Gustavo Crepaldi Formanski (097.607.539-36); Nhandeci Lopes Vieira (984.358.090-72); Patrícia Luíza Bremer Boaventura (006.951.709-61)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10213/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.829/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ismael de Lima (007.650.970-28); Michelle da Silva Antunes (021.469.560-38)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10214/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.833/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Aline Castro Jansen (019.992.210-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10215/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.834/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ângela Artini Gujel (002.649.610-05)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10216/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.835/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fábio Rodrigues Cieslak (001.155.560-28); Jane Kelly de Freitas Santos (069.406.809-85); Jonas Cardona Venturini (001.118.080-30); Letícia Grubert dos Santos (973.856.380-15); Núbia Martins de Oliveira (458.258.230-34); Sheila Motta Steffen do Nascimento (989.827.960-53); Stefania Poeta Pontes (059.245.819-93)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10217/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.840/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: André Carlesso (070.685.597-35)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10218/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.843/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Teresa Cristina Mate Calvo (100.337.988-50); Viviane Viana Coelho (087.255.776-62); Wancharle Sebastião Quirino (110.773.337-57)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10219/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.846/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antenor Alves Silva (645.874.602-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10220/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.847/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Fortini Bianchin (530.267.992-20); Leonora Cristina Ribeiro de Souza Rodrigues (846.036.232-91); Terezinha Maria de Jesus Buscariollo (058.371.039-53); Valdir José Alves (520.790.312-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10221/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.848/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Alessandra Cristina da Silva (969.911.196-87); Luciana Tavares Pires (788.423.526-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10222/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.856/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hélio Sério Leão de Carvalho (589.522.336-20); Yara dos Santos Augusto Silva (064.403.096-84)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10223/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.858/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adrianna Fazio de Carvalho (013.047.887-33); Alberto Gomes de Lima (352.597.287-34); Alessandra Costa Magalhães (053.508.987-28); Alexandra Sudário Galvão Queiroz (442.067.981-68); Alexandre Henrique Asada (302.597.528-86); Aline Paixão Miranda Carvalho (095.100.647-93); Alvaro da Silva Vieira (802.496.717-00); Amanda Alves Xavier de Oliveira (098.536.097-62); Amanda Silva de Oliveira (114.715.057-58); Amanda Valle de Almeida Paiva (092.889.927-66); Ana Carolina Eiras Coelho Soares (024.049.337-01); Ana Carolina Nuffer Sampaio (103.396.857-94); Ana Giselda Neto Fonseca da Silva (007.436.384-09); Ana Olívia Saldanha de Miguel (116.754.987-25); Ana Paula Teixeira da Cruz (080.177.737-22); Ana Paula Vianna Zaquieu (018.525.887-56); Ana Paula da Silva (056.633.287-69); André Luiz Lara Martins da Costa (087.084.187-48); André de Moraes Gonçalves Dias (116.022.757-85); Andressa Contreras (105.778.437-02)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10224/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.861/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniele Santos de Sousa (091.078.027-73); Danielle Pereira de Britos (037.958.237-65); Danielle de Almeida Galante Ferreira (128.530.487-05); Débora Cristina da Silva Cruz Conceição (111.133.227-48); Deise Bento de Oliveira Guimarães (094.517.357-12); Deise Diana Lava (069.321.579-85); Deividy Gila Paula de Oliveira (071.240.947-55); Delson dos Santos Filho (608.906.907-82); Diego Moreira Rodrigues (116.306.067-40); Doris Schaefer da Silva de Miranda (552.112.677-53); Ednea do Alto Souza (083.842.307-81); Edy Wilson de Souza (825.654.817-72); Elaine Cristina de Souza (106.718.487-20); Elizabeth Penna da Costa (268.899.517-00); Eric Assis dos Santos (058.901.897-35); Erika Carvalho de Paula (128.575.707-67); Erika Regina de Lima Ferreira (102.550.297-30); Erika de Carvalho Padilha Santana (101.755.027-14); Erika de Oliveira Ásfora (010.025.127-78); Ester Mariano Silva (058.598.317-81)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10225/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.865/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leandro Barbosa da Cunha (055.332.047-50); Lehy Chung Baik Torquato (099.032.817-14); Leonardo Mendes dos Reis (121.591.737-62); Leonardo Pereira Vieira (104.884.737-30); Letícia de Almeida Donato (095.474.767-42); Leyliane Gomes da Silva (116.852.597-74); Lívia Moura Cardoso Bastos de Farias (124.469.997-78); Lívia Vargas de Souza (123.500.517-81); Lorena Cardoso dos Santos (129.907.617-30); Lorran Pires Soares (123.142.227-09); Luana Cruz da Silva (105.862.587-01); Luciana Maria Saldanha Kuenerz (863.643.677-04); Luciana de Barros Mendes (052.050.117-93); Luciano de Azedias Marins (074.028.457-61); Luene Cristina Santos de Almeida (054.864.537-01); Luísa Andries Nogueira de Freitas (136.210.987-80); Luiz Augusto David Machado (130.805.157-30); Luiza Schiavo Magalhães (120.765.987-82); Manoela Lopes Carvalho (113.649.247-06); Marcelo Luiz Guedes Fonseca (010.534.067-70)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10226/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.867/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Michelle Correa Netto Machado (085.546.807-66); Michelle Hassel Petrow (105.413.757-92); Michelle Líria Almeida da Silva (055.886.717-08); Michelle de Oliveira Santos (098.508.297-61); Miguel Miranda Duarte (153.038.947-03); Milena Cristini da Silva (125.103.377-69); Mislene Pinheiro da Silva (079.705.717-00); Mônica Bayma de Andrade (343.236.191-20); Mônica de Freitas Teixeira (628.470.157-87); Monique Batista Carvalho (052.544.687-77); Moyza Teixeira de Oliveira dos Santos (059.317.427-51); Munik de Araujo Miranda (112.237.277-93); Munique Vieira da Silva (095.839.747-30); Nádia Maria da Silva Oliveira (436.934.157-49); Nanci Gomes Mascarenhas (634.224.177-53); Nathália Chrystine Vieira Pereira (137.422.557-62); Natália Joana Silva de Oliveira (102.028.887-62); Nelma Barcelos do Carmo (770.605.127-72); Osmar Preussler Neto (122.085.987-76); Pablo Philipe Amadeu Sousa Ribeiro (143.284.117-30)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10227/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.891/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalberto de Oliveira Pereira (030.714.927-74); Adriana Dias Moreira Menezes (078.822.767-07); Afonso Celso Fernandes Reis (712.389.806-00); Afrânio Barros Nogueira (092.983.677-40); Alan De'Nadai Scaramussa (058.916.547-09); Alexander Soares Pinho (070.849.697-05); Aline Gomes Cordeiro (054.720.697-69); Allan Petrilo Machado do Carmo (125.074.217-03); Aluízio José Muylaert Batista (679.581.257-04); Analiz de Oliveira Gaio (091.327.477-13); Anderson Vinícius Toledo Andrade (045.618.226-82); Ângelo Cunha Cnop (128.230.737-10); Antonio Sergio Nascimento Moreira (145.369.433-15); Arele Arlindo Calderano (053.605.056-21); Arivaldo Gomes da Silva (921.863.437-20); Camila Faria Rodolpho (136.782.207-62); Carmem Maria Coimbra Manhães (108.566.397-37); Caroline de Melo Carvalho (095.811.596-65); Cassiana Barreto Hygino Machado (107.043.687-90); Cesar Luís Siqueira Junior (053.654.837-40)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10228/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.896/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Túlio Mello Teixeira (030.649.167-26); Vanilda Ferreira Carneiro Pereira (553.315.646-15); Vinícius do Nascimento Cristo (106.543.017-51); Vítor Nascimento de Carvalho (092.314.407-21); Viviane Ribeiro Alves (134.277.677-10); Wagner de Almeida dos Santos (087.074.967-61); Wallace Rudeck Sthel Cock (827.671.737-34); Wallace da Silva Mello (125.784.537-30); Walquer Vinícius Kifer Coelho (118.659.757-70)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10229/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.901/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luís Felipe Barbedo de Souza (053.604.447-38); Márcia Emília Moreira de Luca (728.590.407-49); Márcia Menezes Thomaz Pereira (087.880.047-67); Márcio Henrique Pereira da Silva (003.149.887-69); Marcus Vinícius Bernardino Rangel (039.339.027-62); Maria Inês Nunes Storino (825.634.897-68); Maria Teresa da Silveira (021.522.348-98); Mariana Silva Figueiredo (132.460.437-95); Michel Corso Nocchi Serva (090.027.927-35); Michele Bretz Carvalho (104.872.817-05); Priscila Gomes Santos (111.782.267-27); Renata Castro Costa (125.333.187-10); Renato Messias Ferreira Calixto (053.987.426-47); Roberta Priscila Brasilino Barbosa (100.384.657-28); Rodolfo Alves de Oliveira (099.428.767-40); Rogério Serpa Teixeira (032.988.667-33); Rômula Fernandes Lins (015.146.946-62); Rubens da Mota Machado (112.588.267-04); Sandro de Mello Justo (053.169.227-27); Silvana Carolina Trevizan (048.849.429-06)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10230/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.296/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iracema Tavares da Silva (271.255.132-04); Janete Silva dos Santos (225.969.922-72); Joelma Pereira de Souza (330.003.442-68); Jonas Marçal de Queiroz (089.986.888-67); José Pantoja Ferreira (296.283.852-91); José de Vasconcelos Silva (612.722.644-91); João Paulo Góes de Oliveira Torres (672.766.102-25); Judson Barros Pereira (227.567.953-72); Juliana Domingues Lima (562.284.301-49); Kelly Tathiana Tork Pantoja (789.681.782-91); Luana do Socorro Carvalho da Silva (002.520.672-90); Luiz Fernando Brito Rocha (987.960.542-04); Maria Angélica Oliveira de Lima (366.967.142-00); Maria Catarina Pinto Girard (166.839.602-59); Maria Vagneide de Oliveira Ferreira (467.193.344-68); Maria da Conceição Barbosa Gonçalves (158.419.792-72); Michele Terra Costa Oliveira (106.377.277-03); Márcio Rogério Reis Dias (627.562.652-68); Nelceia Margareth da Silva Figueiredo Chermont (267.411.722-20); Olinda Consuelo Lima Araújo (338.429.652-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10231/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.364/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Márcia Maria Guimarães dos Santos (080.391.956-59); Márcia Monteiro (012.669.757-48); Márcia Rocha da Silva Alves (677.373.667-68); Márcia Vitória Correa Julio Silva (055.619.707-04); Márcio Blanco Chavez (073.526.777-47); Márcio Smith de Barros (043.476.017-00); Marco Antonio da Costa Borges de Carvalho (086.085.057-97); Marco Aurélio Alves Epifani Filho

(117.944.977-06); Marco Aurélio Siqueira da Silva (086.469.587-01); Marcus Paulo Araujo Macieira de Andrade (136.113.377-57); Margaret Vilanova Lima (366.358.127-68); Maria Aparecida da Silva Soares (082.222.337-69); Maria Auxiliadora Coutinho Figueiredo (012.823.297-82); Maria Auxiliadora da Silva (585.407.334-04); Maria Cândida Ferreira (487.809.957-72); Maria Dalva Casimiro da Silva (071.481.757-04); Maria da Glória Atalla (416.001.776-20); Maria da Glória Neiva (877.307.077-72); Maria de Fátima Caboclo da Silva (638.953.747-68); Maria de Fátima Ferreira Figueiredo (383.511.027-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10232/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.375/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Camila Nobre Costa Pires (031.287.531-21)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10233/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.381/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Thiago Aécio de Sousa (078.314.334-65)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10234/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.383/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: José Barbosa da Silva Junior (033.270.474-21)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10235/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.388/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Casilli (702.512.201-76); Alice Rocha Rosati (078.825.937-70); Ana Elisabeth Barreto de Barros (715.720.314-68); Andrea Camaz Deslandes (931.594.127-68); Anete Trajman (918.842.097-34); Ângela Cristina Silva Quintanilha (031.319.907-83); Antonio Ferreira da Silva Junior (084.783.777-78); Aquiles Tescari Neto (224.466.988-24); Atilla Ferreira Cavalcanti (014.722.717-85); Bárbara Cristina Rodrigues de Almeida (098.183.417-59); Bárbara Du Rocher Daguiar Silva (055.983.847-60); Beatriz Rohden Becker (041.058.519-00); Benedikt Josef Fischer (705.468.111-83); Bruno Moulin de Andrade (072.233.967-41)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10236/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.393/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Faraco Dias (068.414.397-67); Juliana Scofano Barrabin (103.137.697-61); Karen Aguirre de Sousa (927.861.387-87); Karine Daufenbach (023.727.569-40); Lidiane Orineu Esteves (117.984.657-52); Luana Azevedo de Aquino (100.960.097-48); Luana dos Reis de Souza (114.373.857-88); Lucas Maia Fernandes (102.042.827-99); Lucinez Ferreira Villa Maior (000.842.927-84); Luiz Ricardo Fonseca Tigre Maia (772.128.277-20); Marcela Pimenta Muniz (113.703.317-70); Marcos Fábio Henriques dos Santos (095.358.597-22); Maria Elvira Poleti Martucci (350.833.088-51); Maria Eugênia Pires Rebello do Rego (712.720.207-97); Maria José Batista Pinto Flores (040.230.376-80); Maria João da Anunciação Franco Bebianno (062.507.117-40); Maria Mercedes Martinez Okumura (275.841.878-97); Maurício Rosa (736.058.750-68); Michelle Gralle Botelho (051.958.087-75); Márcia Helena de Oliveira Santana (134.065.717-19)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10237/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.401/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Moreira Magalhães (021.669.857-00); Aline Riccioni de Melos (008.581.151-31); Aline de Araujo Medeiros (110.961.127-79); Ana Cláudia Mendes Coutinho Leandro (102.031.057-02); Ana Jordânia de Oliveira (130.215.307-29); Ana Paula Franchi (224.445.598-00); Andrey da Silva Brugger (077.636.656-45); Anna Faedrich Martins (763.472.730-04); Antonio José da Silveira (395.638.636-15); Ayala Liberato Braga (094.493.947-33); Belmira Benedita de Lima (109.675.698-69); Bruno Gonçalves Rosi (097.496.777-73); Bruno Ramos (095.116.087-70); Caio Oliveira Azevedo (118.552.297-22); Camila Valentim Bandeira Lisbôa (100.463.017-47); Camila de Almeida Pires (058.438.907-83); Carlos Eduardo Moreira de Araujo (073.110.837-02); Carmen Sílvia Andriolli (273.976.358-14); Cláudia Regina Gama Garcia (083.780.207-54)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10238/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.407/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thuany Cristine Lessa de Azevedo Vieira (128.046.267-17); Vanderlei Vazelesk Ribeiro (117.328.998-43); Vilmar Debona (341.282.968-48); Virna Mac Cord Catão (081.956.137-13); Vítor de Azevedo Almeida Junior (114.136.447-67); Viviane Santos de Barros Siqueira (098.535.527-10); Viviane Soares Lança Moreira (109.915.047-71); Vânia Rosal Guimarães Nascimento (006.535.551-21); Wagner Carvalho Santiago (028.357.235-36)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10239/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.805/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Allan Vinicius Jacobi (003.829.640-39); Camila Carolina Salgueiro Serrão (005.338.882-80); Douglas Fortini Bianchin (530.267.992-20); Eduardo Shinzato Lima (076.015.398-14); Giovanni Correia Vieira (021.803.665-58)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10240/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.810/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Thiago Dias Trombeta (003.850.071-08)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10241/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.812/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Thiago Arruda Rezende (068.735.506-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10242/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.815/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eder Carlos Guedes dos Santos (021.764.204-70); Eliomar Araújo de Lima (812.996.301-97); Erondina Azevedo de Lima (697.419.301-78); Fernanda de Siqueira (863.694.821-53); Filipe Lazzeri Vieira (008.655.541-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10243/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.835/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Alberto de Mesquita Bispo (961.136.773-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10244/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.839/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcia Capellini (558.135.181-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10245/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.411/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mônica Martins Nóbrega (048.971.984-88); Neusiene Medeiros da Silva (067.547.004-83); Wagner de França Alves (046.449.024-38); Weverton Ricardo da Silva (066.741.874-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10246/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.426/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Boari Coelho (296.881.338-25); Leda Maria Paulani (817.317.608-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10247/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.437/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriela Maria Noronha (002.597.060-78); Eduardo Brandl (020.527.059-02); Eduardo Morsch (051.830.529-56); Flávia da Rosa Silveira (080.461.349-45); Gilberto Takechi Genta (009.359.289-28); Jurema de Fátima Knopf (007.364.459-51); Lisiane Araujo Pinheiro (940.589.380-72); Ricardo Kiyoshi Tokunaga (058.974.389-94); Simone Moretto (069.828.529-89)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10248/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.445/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Daniel Torres Filho (083.764.034-27)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10249/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.451/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clauzer Antonio Silveira de Toledo (344.906.388-09); Daniele Ferraz Biceglia de Oliveira Coelho (312.628.858-84); Danyelle Almeida Saraiva (062.883.444-60); Douglas Buytendorp Bizarro (039.450.151-97); Estélio da Silva Amorim (606.248.922-04); Layla Oliveira de Moraes (335.958.198-96); Lucas Prates da Silva (381.318.178-22); Maria Denise Bortolini (376.247.330-72); Paula Renata de Morais Gomes Freitas (368.495.698-80); Priscila Borges Herradon Kuroishi (696.595.911-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10250/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.457/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elyssa Soares Marinho (089.170.347-05); Francisca Liliane da Costa Domingos (003.645.963-17); Francisco Luciano Castro Martins Junior (057.192.073-09); Lucas Ferreira Mendes (062.075.183-57); Mariana Baraldi Silva Silvino (647.476.463-53); Michelle Soares Pinheiro (626.626.513-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10251/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.462/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kamylla Santana Guimarães (035.989.521-20); Priscila Pereira Mendes Nascimento (009.471.861-07); Rialdo Luiz Rezende (606.622.801-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10252/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.467/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Betânia Maia Saraiva (686.346.332-68); Diani Fernanda da Silva Less (069.897.149-30); Giselle Moreira do Vale Lima (890.954.132-68); Larissa da Silva Soares (973.400.492-15); Mary Caroline Santos Ribeiro (824.520.752-72); Milena Rodrigues da Poça (708.692.512-87); Naiara Miranda Reis (887.266.812-34); Robson Pinheiro Guimarães (825.774.632-00); Thalis Ferreira dos Santos (019.362.855-41); Wesdras Negreiro Diogo (040.446.463-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10253/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.481/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Carioca de Lima (528.809.152-87); George Pereira Reis (038.132.793-08); Idalécio Pacífico da Silva (010.161.174-93); Pablo Marques da Silva (622.982.242-34); Valdiney Ferreira de Almeida (713.416.922-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10254/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.486/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Josilene Souza Lima Barbosa (714.128.085-53)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10255/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.495/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Erveton Pinheiro Pinto (938.604.472-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10256/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.500/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Edson Ponick (571.610.119-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10257/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.560/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Craveiro Franco (017.167.391-36); Karla dos Santos Gomes (915.029.693-00); Luiz Filipe de Carvalho Almeida (037.353.691-70); Mateus Mundel Sales (050.928.371-36); Maurício Almeida da Silva (096.394.756-70); Micael Oliveira Massula Carvalho de Mello (019.894.731-30); Márcya Cristina Gomes de Oliveira (035.551.091-03); Neiva Santos de Freitas (596.966.721-87); Paulo de Tarso Garcia (026.595.131-39); Ítalo Tavares de Sousa (032.748.361-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10258/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.574/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariane Lima Bettim (957.520.642-87); Leonardo Davi Souza de Pasquale (044.163.869-40); Leonardo Felisberto Olivier (009.696.979-29); Liziara Sarmento Portella (219.466.708-39); Manoela Lira Reis (061.860.129-56); Rafhael Anthony Pestana (054.709.939-81); Rubia Bertelli Peres (008.537.969-71)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10259/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.593/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Camargo (371.797.958-28); Diego Emanoel Rodrigues (031.389.941-05); Diovana Ferreira de Oliveira Thiago (005.668.191-71); Douglas Hilario da Cruz (027.358.211-96); Délio Marques Conde (574.680.791-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10260/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.599/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: James Dean Leal Rocha (050.856.391-70); Jaqueline Rodrigues de Souza Gentil (014.777.331-83); Jascieli Carla Bortolini (053.819.189-92); Jean Carlos Gomes Camargo (819.714.431-15); Joao Fernandes da Silva Neto (001.286.571-03)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10261/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.604/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luana Rodrigues Borboleta (725.504.571-53); Luciana Santos Marques (855.733.107-04); Luline Silva Carvalho (037.595.971-81); Marcelo de Moraes Cardoso (063.579.196-08); Maíra Ribeiro Gomes de Lima (026.819.811-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10262/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.609/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Piero Iori (327.514.578-94); Priscilla Cardoso Lazari (368.445.738-80); Pétra Pereira de Sousa (023.282.971-37); Rafael Battisti (015.118.090-35); Renan Ramos Marangoni (351.041.668-64)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10263/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.595/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jonata de Oliveira Soares (071.490.165-29); Maria Gildeci de Oliveira Soares (626.246.955-91); Pablo Gabriel de Oliveira Soares (071.490.435-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10264/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.763/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cacilda Braga de Lima (087.410.278-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10265/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.447/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Elisabeth Pangratz Gondim (003.623.649-74)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10266/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.452/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edir Schwenck (572.288.097-34)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10267/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.497/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jesus dos Santos (007.077.671-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10268/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.550/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Diana Mesquita (633.954.523-87); Teresa Freire de Mesquita (742.369.463-00); Tiago Mesquita (633.954.603-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10269/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.558/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Rosineide Costa da Silva (264.055.984-20); Maria do Carmo Nunes de Azevedo (021.518.334-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10270/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.561/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Áurea Zimelson Schechtman (178.901.017-91); Ilza Maria da Silva de Oliveira (073.004.407-62)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10271/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.563/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Ferreira Pithan (742.068.420-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10272/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 169, inciso V, 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação do subitem 9.6 do Acórdão 2.149/2014-TCU-1ª Câmara; e em arquivar os presentes autos, de acordo com o parecer Secex/RJ:

1. Processo TC-028.401/2017-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Hospital Federal do Andaraí; Ministério da Saúde (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10273/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MT:

1. Processo TC-023.676/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10274/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; julgar prejudicada a análise de medida cautelar formulada pela empresa Slimp Distribuidora Ltda.-ME; encaminhar cópia desta deliberação à representante, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog); e arquivar os autos, de acordo com o parecer da Secex/RS:

1. Processo TC-027.324/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (10.662.072/0001-58)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10275/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e os arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, ordenar a adoção da seguinte medida e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.342/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Instituto Nacional de Educação de Surdos
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência ao Instituto Nacional de Educação de Surdos de que, no âmbito do Pregão Eletrônico 18/2018, verificou-se a prática da seguinte irregularidade: tempo para resposta à impugnação apresentada pela empresa Pickler Soluções Corporativas superou o prazo estabelecido no item 19.3 do edital e no art. 18, parágrafos 1º e 2º do Decreto 5.450/2005.

ACÓRDÃO Nº 10276/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III, alínea "a", 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, formulada pela empresa Slimp Distribuidora Ltda.-ME contra o Pregão Eletrônico 6/2018, promovido pela Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa), para, no mérito, considerá-la procedente; julgar prejudicado o pedido de medida cautelar; adotar a medida constante no item 1.7; encaminhar cópia desta deliberação à representante e à Fundação Universidade Federal do Pampa; e arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.468/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Fundação Universidade Federal do Pampa (09.341.233/0001-22)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal:
1.7. Dar ciência à Fundação Universidade Federal do Pampa que a sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante que impôs a penalidade, conforme jurisprudência sedimentada do TCU (Acórdãos 3243/2012-Plenário, 1884/15-Primeira Câmara e 9910/2016-Segunda Câmara, dentre outros).

ACÓRDÃO Nº 10277/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) justificou, no termo de referência do Pregão Eletrônico 88/2018, que os sete itens licitados foram reunidos em um único lote devido à similaridade e à relação de dependência entre eles, ainda que a regra seja a adjudicação por itens.

Considerando que é legítima a adoção da licitação por lotes formados por elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados irá onerar o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle de diversos contratos, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Considerando que não há indícios de restrição à competitividade do certame, tendo em vista que dele participaram onze licitantes, apresentando diversos lances para cada item.

Considerando que o valor negociado no pregão com a licitante vencedora foi cerca de 32% menor que o valor estimado para a contratação, não havendo indício de prejuízo ao Erário.

Considerando que, embora a solicitação de medida cautelar pelo representante tenha sido fundamentada no indeferimento de recurso administrativo por ele interposto, no âmbito da licitação, verificou-se que os argumentos do recurso são diversos daqueles apresentados nesta representação.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o artigo 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII, do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; julgar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar; encerrar o processo e arquivar os autos, dando ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 15), ao representante e à unidade jurisdicionada.

1. Processo TC-027.629/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (92.969.856/0001-98)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 10278/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista o monitoramento dos Acórdãos 7.837/2013-1ª Câmara e 2.886/2015-1ª Câmara, referentes a aposentadorias concedidas pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT);

Considerando que, na deliberação de 2013, o Tribunal negou registro aos atos em face da inclusão nos proventos de parcela alegadamente protegida por decisão judicial (índice de 28,86%, cf. Lei 8.622/1993) há muito integrada - por força das subsequentes reestruturações de carreira - à remuneração ordinária dos cargos de origem das inativas, tratando-se, assim, de execução em excesso do respectivo julgado;

Considerando que, na oportunidade, a par de expressamente determinar a cessação dos pagamentos irregulares, o Tribunal dispensou o ressarcimento das quantias até então percebidas, supostamente de boa-fé, pelas interessadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que, notificadas a respeito, as ex-servidoras impetraram mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (MS 32.850), obtendo, de início, liminar assegurando a manutenção da vantagem em seus rendimentos;

Considerando que, mais tarde, ao apreciar o mérito do processo, a segurança foi denegada, com a consequente revogação da liminar;

Considerando que, em função disso, esta Corte, por meio do acórdão de 2015, reiterou a ordem anterior para cessação do pagamento da vantagem, bem como determinou a quantificação, para fins de reposição ao erário, dos valores pagos às interessadas desde sua ciência do Acórdão 7.837/2013-1ª Câmara (calculados em cerca de R$ 52.600,00, em valores nominais);

Considerando que, em nova investida judicial, as ex-servidoras, sob o argumento de que teriam recebido de boa-fé, entre maio de 2014 e março de 2015 (período em que vigente a liminar do STF), as parcelas indevidas, obtiveram sentença de primeira instância declarando a "inexistência de débito recebido a título de 28,86%, desde a edição do Acórdão TCU 7837/2013 até a efetiva cessação do pagamento do percentual" (cf. Ação Ordinária 0015403-83.2015.4.01.3600, 8ª VF, seção judiciária de Mato Grosso);

Considerando que, na fundamentação desse julgado, o juiz tomou como verdadeira a alegação das autoras de que "não concorreram para o descumprimento da primeira decisão [do TCU]", em que pese a impetração, pelas inativas, do MS 32.850;

Considerando a ausência de recurso voluntário por parte da representação judicial da FUFMT contra essa decisão, bem assim o não conhecimento da remessa oficial pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

Considerando que, atualmente, o pagamento da parcela impugnada não mais subsiste, remanescendo tão só - por força da decisão da 8ª VF/MT - a não restituição do indébito, malgrado o disposto no art. 46, § 3º, da Lei 8.112/1990;

Considerando, por fim, que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) e o Ministério Público sugerem a notificação da Advocacia-Geral da União acerca da tramitação da AO 0015403-83.2015.4.01.3600, com o subsequente arquivamento dos autos;

ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos II e V, e 243 do Regimento Interno, em adotar as medidas adiante especificadas, bem como em autorizar o oportuno arquivamento deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.517/2009-3 (APOSENTADORIA - MONITORAMENTO)

1.1. Interessadas: Carmen Lucia Baggeti Ferraz de Lima (383.454.717-49); Edna Maria Ferreira do Nascimento (843.101.548-91); Heliane Genofre Salles (245.683.257-49); Miris Terezinha Detoni (344.221.377-00); Yoko Yamamura de Oliveira (229.902.911-72); Zaine Untar Zardette (048.793.411-34)

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada na sessão plenária de 8/6/2011 (ata 22/2011), encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0015403-83.2015.4.01.3600, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no âmbito da qual foi proferida decisão que impede o integral cumprimento do Acórdão 2.886/2015-1ª Câmara;

1.7.2. dar ciência desta deliberação à Corregedoria-Geral da AGU e à Procuradoria-Geral Federal, para análise da conduta dos agentes responsáveis pela representação judicial da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso no processo 0015403-83.2015.4.01.3600, da 8ª Vara Federal de Mato Grosso, e adoção das medidas que entenderem pertinentes.

ACÓRDÃO Nº 10279/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.384/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria José Silva do Nascimento (340.385.747-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10280/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão de aposentadoria a Francisco Pereira da Costa se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do retorno do servidor à atividade e tendo em vista os pareceres constantes dos autos, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento na Lei 8.443/1992, art. 1º, V, e 39, II, e no Regimento Interno, art. 143, inciso II, e 260, § 5º, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de interesse de Francisco Pereira da Costa e legal o de ato de interesse de Evaristo de Luca, com determinação de registro.

1. Processo TC-009.224/2010-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Evaristo de Luca (690.599.858-34); Francisco Pereira da Costa (058.290.032-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10281/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.344/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Arruda (129.238.261-91); Francisca da Gloria Carvalho Vinhal (224.446.531-49); Jordanio Roberto de Lima (400.175.831-87); Marcia Vasconcelos de Oliveira (308.449.751-68); Maria da Conceição Neta (150.258.611-87); Marilza de Fatima Moreira Silva (222.087.981-04); Reginaldo Crispim da Silva (210.346.301-30); Tarciano Zavaglia Torres (193.339.601-63)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10282/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.535/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cacilda Mets (550.505.499-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10283/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-011.325/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Carlos Vieira Lima (199.856.813-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado do Piauí

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Sefip, para que promova a alteração do ato de aposentadoria cujo nº de controle é o 10010505-04-2010-000004-0, fazendo constar no campo "Tipo de Registro" a palavra "Inicial" e no campo "Servidor acumula outra aposentadoria" a palavra "2 - Não", devendo, ainda, proceder às anotações devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 10284/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seus processamentos pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados pela perda do objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.786/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jorge Asmar (005.615.337-68); Jose Ignacio Teixeira (187.416.147-04); Jose Pereira da Rocha Filho (311.763.647-15); José Jorge Ferreira da Silva (499.534.607-44); José da Silva Salles (175.144.527-53); Jubiry Vicente da Silva (042.833.337-00); Julio Cesar de Oliveira (635.753.457-91); Julio Pereira Leiros (062.656.507-34); Kleber Rodrigues Ornellas (014.043.937-49); Leda da Cunha Tardelli (164.293.117-91); Leivi Hendel (763.483.777-68); Luiz Carlos Camargo Maluf (265.014.907-82); Manoel de Siqueira (008.790.457-87); Marco Aurelio Ferreira de Barros (247.465.767-34); Marco Fabio Pereira Bezerra (642.142.147-49); Marcos de Oliveira (073.018.047-68); Maria Anita Fernandes Rodrigues (418.652.007-00); Maria Helena Andersen (029.089.567-72); Maria José da Conceição Ramos (289.548.407-44); Maria Lucia Medina (021.868.457-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10285/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.788/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valdeci de Souza (344.302.457-20)

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10286/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.912/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Ribamar Serra (003.309.902-25)

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amapá

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10287/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-024.934/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Jorge de Resende (355.566.416-68)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10288/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.931/2010-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Manoelina Clemente Teixeira (097.120.036-04)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10289/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.653/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto de Faria (056.597.874-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte, para que:
1.7.1.1. em cumprimento à determinação contida no item 9.3 do Acórdão 3.557/2014-1ª Câmara, exclua imediatamente a parcela "DIFERENÇA INDIVIDUAL L. 12998", anteriormente denominada "DPNI- §4º, ART. 5º, LEI 11.490/07", dos proventos de aposentadoria do interessado Carlos Alberto de Faria (056.597.874-87), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.1.2. no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelo interessado e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, o ressarcimento ao erário, levando-se em consideração os termos do item 9.3 do Acórdão 3.557/2014-1ª Câmara;
1.7.2. à SEFIP, para que:
1.7.2.1. promova a audiência do Sr. Fernando Luiz Rodrigues do Amaral (182.126.541-68), Chefe do Serviço de Gestão Administrativa do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio Grande do Norte, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 12, inciso III da Lei 8.443, de 1992, apresente suas razões de justificativa pelo não cumprimento do comando contido no item 9.3 do Acórdão 3.557/2014-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas determinou a exclusão da rubrica "DPNI- §4º, ART. 5º, LEI 11.490/07", posteriormente denominada "DIFERENÇA INDIVIDUAL L. 12998", dos proventos de aposentadoria do interessado Carlos Alberto de Faria (056.597.874-87);
1.7.2.2. monitore o cumprimento do item 1.7.1, representando ao Tribunal em caso de descumprimento.

ACÓRDÃO Nº 10290/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.233/2013-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Julia Araujo Venancio (051.920.913-30); Ana Julia Araujo Venancio (051.920.913-30); Oberlanda da Rocha Venancio (555.238.703-15); Pedro Henrique Araujo Venancio (051.920.923-02); Pedro Henrique Araujo Venancio (051.920.923-02)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10291/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.131/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Izolina Gomes de Souza (266.946.385-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10292/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.155/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Alayde Pereira Paixão (814.681.720-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10293/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.182/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Blair Dias Ribeiro (015.370.916-20); Blair Dias Ribeiro (015.370.916-20); Claro Durães Ribeiro (081.208.626-00)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10294/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-025.423/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Severina Maria da Conceição (044.639.291-05)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda às anotações/correções devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 10295/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-025.425/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Mario Ventura de Almeida (063.207.328-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda às anotações devidas no sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 10296/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.508/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ercilena Angela Inecco Vidal (173.178.648-46)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10297/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.368/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Fernanda de Oliveira Guedes (822.110.940-15); Joana Barboza de Oliveira (651.455.500-49)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10298/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando-se os termos do Ofício nº 22/2018/SGP-PB-MAPA, de 6/3/2018, encaminhado pelo órgão jurisdicionado, por meio do qual se requer a revisão do Acórdão nº 7.604/2012-1ª Câmara, tendo em vista que as pensões consideradas ilegais teriam sido concedidas por meio da Ação Ordinária nº 2005.82.01.012694-5;

Considerando-se que o órgão jurisdicionado foi notificado da referida decisão em 28/1/2013, tendo protocolado o presente pedido de reexame na data de 14/3/2018, bem depois do prazo recursal de 15 dias previsto na LOTCU e no Regimento Interno desta Corte de Contas;

Considerando-se o disposto no § 2º do art. 285 do RITCU que, ao regulamentar o art. 32, parágrafo único, da LOTCU, estabeleceu que "não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contado do término do prazo indicado no caput, caso em que não terá efeito suspensivo";

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/1992 c/c o artigo 143, inciso IV, alínea "b", do RITCU, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer do pedido de reexame interposto, em razão da sua intempestividade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.836/2012-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Recorrente: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba (00.396.895/0020-98)

1.2. Interessados: Matheus Henrique Medeiros Lira de Araújo (084.630.204-70); Milton Candoia de Araújo Neto (084.630.294-26); Moisés Pessoa de Araujo Filho (081.154.954-25)

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.8. Representação legal: Walter Pereira Dias Netto (15.268/OAB-PB) e outros, representando Milton Candoia de Araújo Neto; Monica Cristina Marinho Rocha Lucena (12.377/OAB-PB) e outros, representando Matheus Henrique Medeiros Lira de Araújo e Milton Candoia de Araújo Neto.

1.9. Determinação: dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado.

ACÓRDÃO Nº 10299/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula deste Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Sumário do Acórdão 2.787/2018-1ª Câmara, subitens 3.2, 8 e 9, prolatado na Sessão de 3/4/2018, inserido na Ata nº 10/2018 - 1ª Câmara, onde se lê: "3.2. Responsáveis: (...) Frigorífico Arabaiana (...) N. Paes de Melo Junior Comercio Eireli - Epp (...)", leia-se: ""3.2. Responsáveis: (...) Frigorífico Arabaiana Ltda. (...) N. Paes de Melo Júnior Comércio Eireli (...)"; onde se lê: "8. Representação legal: (...)Antônio Crisanto Tavares de Melo (OAB/PB 26.682), Maria Adabia Alves (OAB/DF 13.363) (...)", leia-se: ""8. Representação legal: (...)Antônio Crisanto Tavares de Melo (OAB/PE 25.682), Maria Abadia Alves (OAB/DF 13.363) (...)"; onde se lê: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Rômulo Soares Polari em desfavor do Acórdão 4.793/2017-1ª Câmara", leia-se: "VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Rômulo Soares Polari em desfavor do Acórdão 4.973/2017-1ª Câmara"; excluir do item 8 do acórdão referenciado o nome do advogado José Bartolomeu Macedo da Rocha (OAB/PE 25.511-D); mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos;

retificar, também por inexatidão material, o Sumário do Acórdão 4.973/2017-1ª Câmara, subitens 3.2 e 8, prolatado na Sessão de 27/6/2017, inserido na Ata nº 22/2017 - 1ª Câmara, onde se lê: "3.2. Responsáveis: (...) Frigorífico Arabaiana (...) N. Paes de Melo Junior Comercio Eireli - Epp (...)", leia-se: ""3.2. Responsáveis: (...) Frigorífico Arabaiana Ltda. (...) N. Paes de Melo Júnior Comércio Eireli (...)"; onde se lê: "8. Representação legal: (...)Antônio Crisanto Tavares de Melo (OAB/PB 26.682) (...)", leia-se: ""8. Representação legal: (...)Antônio Crisanto Tavares de Melo (OAB/PE 25.682) (...)",mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.837/2009-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Responsáveis: Antônio Borba Guimarães (160.163.354-87); Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira (203.996.854-72); Francisco Essenine e Silva (082.109.774-15); Frigorífico Arabaiana Ltda. (41.218.447/0001-19); José Fernandes Pimenta Júnior (086.931.104-20); João Flavio Paiva (069.846.064-20); Marcelo de Figueiredo Lopes (095.515.907-59); N Paes de Melo Júnior Comércio Eireli (05.938.234/0001-06); Rita de Cassia Souza Medeiros Guedes (141.024.554-34); Rômulo Soares Polari (003.406.424-91); Sonia Suely Araujo Pessoa (137.107.294-91)

1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Fábio Vinícius Maia Trigueiro (OAB/PB 16.027), Adelmar Azevedo Régis (OAB/PB 10.237), Antônio Crisanto Tavares de Melo (OAB/PE 25.682), José Bartolomeu Macedo da Rocha (OAB/PE 25.511-D), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12250), Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Maria Abadia Alves (OAB/DF 13.363) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10300/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em dar quitação à sra. Neidja Torres de Araújo (112.268.384-72), ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, observando-se as orientações abaixo:

Quitação relativa ao subitem 9.2 do Acórdão 363/2017-1ª Câmara, Sessão de 31/1/2017

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 31/1/2017

Valor recolhido: R$ 5.071,50 Data do recolhimento: 25/8/2017

1. Processo TC-028.598/2015-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Neidja Torres de Araújo (112.268.384-72); Roberto Natal Silva Saorim (042.514.648-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência da presente decisão ao Ministério da Saúde, à Advocacia Geral da União e à responsável.

ACÓRDÃO Nº 10301/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, e no art. 27 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em corrigir, por erro material, o Acórdão 4507/2018-1ª Câmara, de modo que onde se lê "Sr. Ulysses Fagundes Neto", passe-se a ler "Sr. Renato Villanova Benages", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão; e em dar ciência da deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-008.160/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Renato Villanova Benages (CPF: 060.838.758-46) e Associação de Populações Vulneráveis (APV) de São José do Rio Preto/SP (CNPJ 05.662.784/0001-37)

1.2. Entidade: Associação de Populações Vulneráveis (APV) de São José do Rio Preto/SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10302/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do RITCU, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.501/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira (33.659.327/0001-29); Roberto Paulo Cezar de Andrade (025.601.867-72)

1.2. Órgão: Ministério da Cultura

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ)

1.6. Representação legal: Rodrigo Rosa Viana (OAB/RJ 214.808)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência da presente decisão à Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira, ao sr. Roberto Paulo Cézar de Andrade (025.601.867-72) e ao Ministério da Cultura (MinC), remetendo-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 29.

ACÓRDÃO Nº 10303/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, e no art. 27 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em corrigir, por erro material, o Acórdão 1.505/2015-1ª Câmara, de modo que onde se lê "(...) o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art.23, inciso III, alínea " a", da Lei 8.443/1992 c/c o art.214, inciso III, alínea " a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), (...)" passe-se a ler "(...) o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art.23, inciso III, alínea " a", da Lei 8.443/1992 c/c o art.214, inciso III, alínea " a" , do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), atualizada monetariamente, se paga após o vencimento, desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão; e em dar ciência da deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-019.759/2011-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 002.197/2011-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.2. Responsáveis: Francisca Pereira de Oliveira (100.786.733-72); Halmisson Darley Santos Siqueira (701.923.083-00); Jeová Silva da Hora (352.593.533-15); espólio de Josemar Oliveira Vieira (273.633.503-10); Joseméia de Jesus Oliveira Vieira (515.063.003-91) e Rosário de Fátima Galvão de Assis (044.001.603-78)

1.3. Entidades: Município de Paulino Neves (MA) e Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Representação legal: Fábio Silva Araujo (4475/OAB-PI) e outros, representando Francisca Pereira de Oliveira e Joseméia de Jesus Oliveira Vieira; Ajalmar Rego da Rocha Filho (3813/OAB-PI), representando Jeová Silva da Hora.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10304/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor dos débitos atualizados monetariamente dos presentes autos é de R$ 70.404,99, inferior, portanto, à quantia de R$ 100.000,00, fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa 71/2012 para que seja dispensada a instauração de tomada de contas especial,

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "Aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União.",

Considerando que ainda não há citação válida nos presentes autos,

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da unidade técnica de arquivar o processo por economia processual,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/1992, 143, inciso V, letra "a", e 213 do Regimento Interno do TCU, e nos artigos 6º, inciso I e § 2º, e 19 da IN TCU 71/2012, em:

1. Processo TC-023.394/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luís Gonzaga de Carvalho Junior (396.375.733-72)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Demerval Lobão - PI

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar o arquivamento do presente processo, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da tomada de contas especial e ao responsável;

1.7.2. dar ciência ao órgão instaurador da tomada de contas especial que o arquivamento dos presentes autos não exime a autoridade administrativa de adotar outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso (§ 2º do art. 6º da IN TCU 71/2012).

ACÓRDÃO Nº 10305/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 RITCU, em autorizar o parcelamento do débito aplicado ao sr. Marcelo Azalim (177.349.246-20) por meio do Acórdão 4.428/2018-1ª Câmara, em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.693/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos da Costa Bezerra (461.746.307-06); Franklin Rubinstein (083.596.877-49); Galdino Guttmann Bicho (433.935.197-00); Marcelo Azalim (177.349.246-20); Maria Goretti Martins de Melo (418.344.966-91); Maria da Conceição Fernandes Soares (547.006.477-87); Maria da Graca Sant Anna Hofmeister (285.607.100-78); Mirtes Peinado (020.590.438-67); Moysés Diskin (162.335.656-34); Nur Shuqaira Mahmud Said

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Abdel Qader Shuqair (086.167.638-64); Pedro Jose Baptista Bernardo (380.859.767-49)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: Flávio Boson Gambogi (OAB/MG 97.527); Adrise Lage de Mendonça (OAB/DF 46.801); Júlio César Soares de Souza (OAB/MG 107.255); José Luis Wagner (OAB/DF 17.183); Vicente de Paulo de Oliveira Cândido (OAB/MG 43.650); Ronaldo Armond (OAB/MG 45.818); Luiz Antônio Müller Marques (OAB/DF 33.680); e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 alertar ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais previstas.

ACÓRDÃO Nº 10306/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 218 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em dar quitação ao sr. Luiz de Gonzaga Santos (058.586.408-00), ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, observando-se as orientações abaixo:

Quitação relativa ao subitem 9.5 do Acórdão 1.144/2015-1ª Câmara, Sessão de 24/2/2015

Valor original da multa: R$ 15.000,00 Data de origem da multa: 24/2/2015

Valor recolhido: R$ 17.018,42 Data do último recolhimento: 6/6/2018

1. Processo TC-030.988/2013-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Luiz de Gonzaga Santos (058.586.408-00); Prefeitura Municipal de Paraibuna - SP (46.643.474/0001-52)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Paraibuna - SP

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Advogados constituídos nos autos: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 10307/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Paulo Roberto Fernandes Monteiro (CPF 068.118.763-87), ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao subitem 9.4 do Acórdão 8.044/2010, proferido pela Primeira Câmara, em Sessão de 30/11/2010, conforme Ata 41/2010 - Primeira Câmara.

Sr. Paulo Roberto Fernandes Monteiro:

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 30/11/2010

Valor recolhido: R$ 4.507,65Data do último recolhimento: 09/11/2017

Data Valor
24/08/2015 R$114,77
25/09/2015 R$115,02
10/12/2015 R$349,77
04/02/2016 R$335,40
16/05/2016 R$216,74
27/05/2016 R$104,87
21/07/2016 R$106,04
29/08/2016 R$106,04
28/09/2016 R$107,67
10/10/2016 R$107,67
11/11/2016 R$107,40
12/12/2016 R$107,59
17/01/2017 R$107,91
13/02/2017 R$108,32
17/03/2017 R$108,68
20/04/2017 R$109,01
23/05/2017 R$109,10
11/07/2017 R$109,44
17/08/2017 R$109,18
19/09/2017 R$109,18
06/11/2017 R$109,18
09/11/2017 R$1.648,67

1. Processo TC-016.998/2006-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 028.965/2016-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 030.941/2007-0 (MONITORAMENTO); 009.889/2018-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.849/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.966/2016-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Carlos Antônio Germano de Figueiredo (441.836.904-04); Donário Galdino Nazianzeno (223.239.614-20); Erenilton Cavalcante da Silva (206.031.694-49); Evaldo de Almeida Fernandes (092.216.034-15); Expedito Leite da Silva (112.494.634-91); Expedito Pereira de Souza (070.189.834-87); Francisco de Sales Pereira (082.963.594-72); Josebias Brandão de Melo (798.604.354-72); Josival Junior de Souza (425.478.814-20); José Geraldo Pereira de Lima (092.103.854-20); João Nunes Neto (788.320.634-68); Maria do Livramento Ribeiro Nazianzeno (008.393.884-20); Paulo Roberto Fernandes Monteiro (068.118.763-87); Sara Maria Francisca Medeiros Cabral (602.173.084-49); Vital de Queiroga Vasconcelos (760.592.354-68).

1.3. Interessados: Controladoria Regional da União No Estado da Paraíba (); Prefeitura Municipal de Bayeux - PB (08.924.581/0001-60)

1.4. Entidade: Prefeitura Municipal de Bayeux - PB

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.8. Representação legal: Alexandre Vieira de Queiroz (OAB/DF 18.976); Caio Henrique Peters de Oliveira (OAB/DF 36.892); Carlos Antonio Vieira Fernandes Filho (OAB/DF 34.472); Jeferson Fernandes Pereira (OAB/DF 39.674); Polyana Mendes Mota (OAB/DF 33.721); Rodrigo de Sá Queiroga (OAB/DF 16.625); Rebeca Valadares de Oliveira (OAB/DF 42.029); Arielle Silva Vieira (OAB/DF 34.431); Jânio Luís de Freitas (OAB/PB 10.547); Luiz Gonçalo da Silva Filho (OAB/PB 5.862); Carlos Pereira de Souza (OAB/PB 9.634) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 10308/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.000/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Reinaldo Moschini (043.738.788-70).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10309/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.636/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: João Pereira Gomes (069.402.422-87); Maria Marques Correa (209.055.302-25).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10310/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.628/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Paulo dos Santos (446.250.577-87).

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10311/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.933/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose de Almeida Coelho (023.416.111-68).

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10312/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.294/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Augusto Sanches Trevizan (223.263.038-22); Celso Nigro Engracia de Oliveira (875.344.288-15); Luiz Henrique de Oliveira Amorim (029.852.741-33); Sergio Soares da Silva (870.371.301-68); Thiago Tasca Barbosa (725.716.591-20).

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10313/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.299/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daiana Assuncao Vargas (022.691.580-83); Izabel Milena Calixto Santos Souza (031.948.195-69); Lucas da Rocha Rodrigues (012.490.890-00); Marcelo Adriano Murussi Essvein (025.167.940-37).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10314/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.876/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leandro Vieira Soares da Silva (013.411.086-27); Leonardo Batista Quintao (088.396.776-66); Leonardo Neves de Lemos (012.580.476-83); Liliane Martins de Brito Chiappetta Telles (119.576.878-86); Linaldo Andre da Silva (514.390.344-00); Maguida Maria Holanda Martins (437.041.313-34); Mahelvson Bazilio Chaves (076.839.644-17); Maria Carolina de Andrade Romeiro (074.140.834-11); Mariane Rigatti Hartmann (003.310.100-03); Mauricio Lucena Couto (052.562.144-03); Miklecio Bezerra da Costa (013.353.534-70); Monique Ebrenz Aparicio dos Santos (101.386.897-84); Naman Gomes de Melo (043.676.584-57); Nayte Souza Braga (015.710.655-12); Patricia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Teixeira Cassella (661.750.545-04); Paulo Antonio Grizante Pacheco (969.967.736-87); Paulo Estefeson Pinheiro Bezerra (419.326.173-53); Pedro Alves Diniz Junior (013.749.924-88); Rafael Teixeira Chaves (118.754.517-14); Raphael Vianna Veras Antonio (125.077.897-27).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10315/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.877/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rebecca Camile de Albuquerque (013.715.954-45); Renata Cardoso Fernandes Paz (117.082.787-02); Renato Ramos Magalhães (056.309.434-64); Rodrigo Sitonio Souto (076.281.264-80); Rogerio Silva Lourenco (574.700.144-20); Samuel de Sales Barbosa (047.698.154-92); Sergio Alberto Pedroza Reis (888.075.764-49); Sergio Augusto Pessoa de Magalhaes (029.333.848-50); Thalles Sergio Caravellas Santos Costa (129.233.817-26); Tharley Soares de Andrade (074.045.344-02); Thiago Delfino Lima Vasconcelos (076.987.894-62); Tiago Brito Rodrigues (049.395.584-44); Victor Nunes Monteiro Guedes (058.783.877-94); Virginia Gonzalez Lima Conte (117.200.417-09); Wallison Silva Carneiro (029.029.946-21); Wellington Carlos da Silva Magalhaes (872.749.656-20).

1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10316/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.885/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Monte Schneider (015.494.250-21).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10317/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.913/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Magalhaes de Lima (065.578.384-90); Adriana Maia de Azevedo (899.753.162-04); Adriana Maria de Oliveira (054.894.467-90); Adriana Marques Ribeiro (499.940.931-34); Adriana Nery Nobrega da Silva (136.848.747-52); Adriana Novalski (032.589.709-39); Adriana Presta Giglio (014.802.727-01); Adriana Venturini Sartorio (124.171.447-94); Adriane Christino Silva (131.436.867-23); Adriano Aderne Pastor Cruz (061.136.614-23); Adriano Andrade Silva (508.714.392-04); Adriano Costa Queiroga Barros (099.015.016-01); Adriano Costa de Sousa (035.834.803-09); Adriano Ferreira Silva (054.000.213-52); Adriano Francisco de Melo (035.682.015-77); Adriano Loureiro Fernandes (031.860.341-16); Adriano Maia Pereira (154.216.237-85); Adriano Monteiro Silva Soares (067.041.344-50); Adriano Paulino da Costa (017.448.764-95); Adriano da Silva Magalhaes (793.014.872-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10318/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.915/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aislan Leite Matos (026.688.643-48); Akila Fontenele Vasconcelos (052.840.863-17); Alailson Holanda Rodrigues (054.027.213-27); Alaindelon Gomes Nunes (594.817.142-68); Alan Alves Magalhaes (039.371.145-56); Alan Farias Pontes (030.264.271-44); Alan Feijo Fernandes (063.592.454-42); Alan Ferreira da Costa (946.908.392-04); Alan Freitas Virtuoso (079.951.914-64); Alan Furtado Lopes (969.231.642-49); Alan Moraes Gonzaga (531.987.862-15); Alan Ribeiro Milagres (082.326.807-17); Alan Ricardo Bezerra dos Santos (064.730.214-42); Alan William da Silva e Silva (002.022.852-00); Alana Caroline Ferreira de Araujo (104.020.894-05); Alana Cerqueira Souza Monte (077.380.534-61); Alana Evangelista Rodrigues (061.573.693-96); Alanderson Antonio dos Santos (145.762.177-04); Alane Pereira Alves (066.087.024-00); Alberto Bono Alexandre Nunes (091.790.264-51).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10319/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.917/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Gomes dos Santos Lemes (028.910.011-92); Alessandro Pires de Arruda (046.714.864-31); Alessandro da Silva do Vale (127.121.077-05); Alesson Freitas de Oliveira (002.786.062-02); Alex Adriano dos Santos (015.562.086-00); Alex Alysson Amorim Barros (012.636.654-38); Alex Cledyson Goncalves Verissimo (086.998.274-58); Alex Dener Alves Goncalves (073.422.756-62); Alex Fabiano Florencio de Lima Junior (097.044.914-33); Alex Fernando Grion (138.552.097-31); Alex Filipe Coura Ataide (071.177.356-43); Alex Fonseca Borges (015.640.441-90); Alex Henrique de Sena Araujo (048.740.574-97); Alex Junior Almeida (072.634.269-60); Alex Junior Pietrobon (071.952.539-02); Alex da Cruz Lopes (682.698.896-87); Alex da Cunha Caliocane (962.055.801-44); Alex da Silva Araujo (142.233.227-61); Alex de Jesus Lisboa (048.592.575-37); Alex de Souza Jeronimo (884.688.792-15).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10320/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.920/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Vieira Manhaes Ferreira (133.006.887-44); Alexandre Vieira Souza (076.846.399-86); Alexandro Lopes da Silva (298.995.228-48); Alexia Dafni Tsoukalas (024.012.307-77); Alexia Heluy (835.492.857-87); Alexis Bornickel Alexiou (058.523.497-39); Alexis Giovani Muniz Pinheiro da Rocha (135.567.397-63); Alexon Estevam da Fonseca (090.135.074-50); Alexsander Alves Olartechea Veron (037.373.171-00); Alexsander Bruno Rodrigues (103.107.796-00); Alexsandra Pereira de Souza (102.640.576-94); Alexsandro Pinheiro da Silva (788.989.005-20); Alexsandro Rocha da Silva (016.575.232-76); Alexsandro Silva Souza (051.893.624-42); Alexsandro de Santana Oliveira (682.592.715-91); Alexsandro de Souza Goncalves (079.913.617-48); Alexson Gomes Viana (116.929.046-98); Alexssander Moreira Antunes (116.567.217-08); Alfredo Araujo Rocha (046.773.493-39); Alfredo Luiz Arredondo Montes (037.027.755-44).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10321/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.922/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Aline Debossan Velozo (138.507.707-70); Aline Fabiana da Silva (085.344.126-00); Aline Fernanda Verruci (341.608.218-47); Aline Firmino da Hora (997.115.915-53); Aline Gabriela Batista dos Santos (090.026.904-95); Aline Godoy Grance (030.417.011-97); Aline Goncalo Trindade (059.958.234-00); Aline Goncalves Batista (011.458.322-61); Aline Machado (064.323.269-90); Aline Mota Lopes (035.612.231-09); Aline Najara Fernandes Nogueira Frota (013.297.185-26); Aline Pereira de Oliveira da Rocha (139.049.117-08); Aline Peres da Paz (082.785.309-20); Aline Raniele Martins de Sousa (035.865.523-43); Aline Sampaio de Lima (001.440.010-39); Aline Silva Freire Lima (014.290.112-11); Aline Soares de Carvalho (026.002.085-00); Aline de Oliveira Rodrigues (023.109.951-77); Aline do Nascimento Araujo (018.484.811-36); Aline dos Santos Prado (529.897.802-97).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10322/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.925/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Alzira de Fatima Gervasio Veronezi (019.124.088-56); Amabile Grilo Silva (019.776.505-03); Amalia Goncalves de Toledo dos Santos (049.937.176-36); Amalia Jacqueline Formoso (808.845.639-87); Amalia Pinheiro da Costa Mesquita (859.527.612-91); Amanara Bandeira de Araujo (054.169.094-98); Amanda Aguilar Godinho (118.141.236-60); Amanda Alves da Rocha (049.326.751-43); Amanda Alves de Melo (060.727.996-63); Amanda Antunes Barbosa (383.767.148-80); Amanda Arinete de Faria Goncalves Ferreirinha (105.606.347-57); Amanda Barreto Mello (120.153.647-22); Amanda Bittencourt Lopes (086.156.199-64); Amanda Challyne de Souza (016.143.816-40); Amanda Cordeiro Cavalcante (081.567.634-40); Amanda Cristina Bueno Miranda de Oliveira (410.919.198-01); Amanda Cristina Perboire Emerenciano de Souza (103.130.134-89); Amanda Cristine Rocha da Cruz (120.220.767-70); Amanda da Silva Chagas Barbosa (095.868.084-16); Amanda de Sousa Reis (026.996.851-27).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10323/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em

considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.927/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Silva Santos de Medeiros (014.099.224-30); Amanda Soares da Silva (019.158.133-01); Amanda Violeta Morato (083.677.336-57); Amarildo Pessoa Bastos (143.534.178-35); Amarilis Rodrigues Donald (937.622.912-68); Amella Lorrane Ribeiro Lima (031.693.231-05); Amilson Albuquerque Limeira Filho (088.110.844-82); Amir Ferreira Passos Neto (013.473.645-10); Amonny Ramos Nobre (008.293.514-93); Ana Alice Rocha Teles (026.319.671-27); Ana Aparecida Queiroz de Souza (019.818.671-12); Ana Aparecida Ribeiro de Sousa (089.760.647-71); Ana Barbara Azevedo Boy Vantil (097.597.486-65); Ana Beatriz Silva de Souza (116.723.847-88); Ana Carla Nunes Lima (602.491.531-49); Ana Carla Ramos de Albuquerque (599.519.232-91); Ana Carolina Abi Rodrigues (026.683.040-40); Ana Carolina Alves de Melo (101.625.556-01); Ana Carolina Barbosa Vieira (093.507.036-29); Ana Carolina da Silva Serra (047.343.251-03).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10324/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.930/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Ana Cristina Pereira Araujo (031.978.423-16); Ana Danielle Cavalcante Menezes (014.403.683-50); Ana Ducila Cavalcante da Silva Fontes (089.275.754-07); Ana Elisa Ribeiro Guidi (046.670.916-14); Ana Emilia Klein (024.978.580-39); Ana Flavia Costa Fuloni (441.653.688-73); Ana Flavia Ferreira Bissiatti de Lima Martins (050.910.356-13); Ana Helena Oliveira do Nascimento (055.637.844-01); Ana Julia Garcia Azevedo Siqueira (036.666.191-42); Ana Karina Tavares Sena (916.095.694-15); Ana Katarina Brasil Barbosa da Silva (074.788.834-51); Ana Katia da Silva Herrera (516.139.212-68); Ana Lucia Rodrigues Vieira (467.957.900-53); Ana Lucia Santos Teixeira (991.266.055-20); Ana Lucia Thiele (365.941.560-04); Ana Lucia da Silva Ferreira (057.538.873-09); Ana Lucia dos Santos (101.834.216-80); Ana Luisa Cotta Bicalho (100.847.506-85); Ana Luisa Ferreira Gomes (085.046.124-30); Ana Luisa de Araujo Lourenco (097.435.734-02).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10325/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.934/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Fernandes Teotonio Lucas (010.080.523-02); Anderson Fernandes da Cunha (969.646.772-91); Anderson Francisco de Souza (046.459.124-45); Anderson Henrique Tocaceli (947.397.222-91); Anderson Hilgert (913.521.349-34); Anderson Hugo de Paula Fernandes (049.732.133-57); Anderson Iury Nunes Barros (024.799.391-38); Anderson Januario da Silva (095.897.524-89); Anderson Jose Golombieski (053.632.229-57); Anderson Lopes Feitosa (059.073.544-61); Anderson Nascimento da Costa Medeiros (530.808.822-53); Anderson Pereira Ribeiro (942.841.802-15); Anderson Rubio Juca Filho (145.625.957-10); Anderson Ryan Alves (045.400.023-50); Anderson Soares Freixo (043.591.565-70); Anderson Souza de Aguiar (109.038.157-37); Anderson Teles de Oliveira (015.139.595-06); Anderson Wagner Macedo de Pontes (049.160.804-75); Andiara Nattrodt Thome (985.586.682-72); Andja Valeria Gomes Ferreira (069.016.214-69).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10326/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.935/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andra Conceicao Lopes (838.618.745-04); Andre Augusto Corsetti Martins (118.075.797-19); Andre Barros Cardoso (028.180.027-88); Andre Barros Leao (131.026.517-80); Andre Carlos de Oliveira (094.999.556-82); Andre Clemente da Silva Amurim (046.470.044-22); Andre Dudatt (081.881.289-37); Andre Felipe Dutra Martins Rocha Elias (117.372.176-27); Andre Felipe Soares Ferreira (087.294.724-66); Andre Felipe de Medeiros Figueiredo (087.763.114-06); Andre Fernandes Ferreira (026.115.801-54); Andre Fernando Friedrich (622.123.460-34); Andre Fhellipe Vasconcelos da Silva (022.898.251-07); Andre Franca Rocha Borba (146.566.597-89); Andre Francisco Silva (108.707.896-27); Andre Gobbi da Silva (017.515.611-51); Andre Granzioli Belarmino Izidoro (058.701.299-40); Andre da Cruz Valeta (316.524.748-03); Andre da Rocha Macedo (043.138.024-44); Andre de Oliveira Silva (066.737.479-51).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10327/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.939/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Olivio Silva (985.036.692-34); Andreia Pereira da Costa (012.488.811-92); Andreia Ramos Patrocinio (043.040.561-82); Andresa Pereira de Lima Araujo (065.838.914-92); Andresa da Silva Santos (750.895.722-91); Andresanya Cristine Gomes Freitas (023.173.783-19); Andressa Alves Pinheiro de Lira (096.006.264-56); Andressa Emmelly Leopoldo Cavalcante (078.249.914-74); Andressa Lechackoski (060.099.009-56); Andressa Lima da Silva (014.874.982-84); Andressa Pinheiro Oliveira (017.248.571-18); Andressa Teles Chaves (059.104.143-05); Andressa de Freitas Dummer (116.234.457-10); Andressa de Oliveira (045.516.271-94); Andrew Calisthenes de Lacerda (045.646.644-41); Andrey Fernando da Silva Ribeiro (052.279.387-84); Andrey Trarbach Fraga (028.515.520-23); Andreyna da Silva Uchoa Pinheiro (054.294.773-03); Andreyssa Sayuri Watanabe Damous (016.299.182-70); Andreza Correa Araujo (744.929.422-20).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10328/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.943/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Camilo Moura de Menezes (668.263.493-53); Antonio Carlos David de Castro Neto (026.996.283-28); Antonio Carlos Dino (587.075.149-72); Antonio Carlos Erick Goncalves (696.201.211-04); Antonio Carlos Fontenele Fernandes (033.917.243-66); Antonio Carlos Rodrigues Filho (011.686.235-10); Antonio Carlos Valeriano Junior (074.235.734-18); Antonio Carlos da Silva (063.189.628-75); Antonio Carlos do Nascimento Cunha Junior (142.756.747-66); Antonio Chaves da Silva Neto (023.294.083-58); Antonio Cicero Soares dos Santos (301.895.478-55); Antonio Douglas de Negreiros Filho (027.542.224-05); Antonio Eduardo de Souza (060.359.274-08); Antonio Ernesto Brito Santana Santos (024.071.555-13); Antonio da Silva Chaves Neto (925.475.403-04); Antonio da Silva Oliveira (055.539.414-07); Antonio dos Santos Silva (085.338.984-52).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10329/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.944/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Antonio Fagner Custodio da Silva (092.112.164-43).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10330/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.945/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Fagner Lima de Araujo (007.728.962-59); Antonio Fagner Sampaio Monteiro (043.048.641-30); Antonio Francisco de Sousa Silva (023.764.483-52); Antonio Gilvan Sousa Albuquerque (054.209.073-21); Antonio Igor de Sousa Vieira (603.790.193-70); Antonio Iranilton de Carvalho (009.896.453-47); Antonio Jackson Santos Souto (048.145.443-83); Antonio Joaquim Arcanjo Neto (944.503.316-72); Antonio Jose Dutra dos Santos Junior (602.320.033-86); Antonio Jose Souza (039.266.354-60); Antonio Juliao de Sousa Neto Oliveira (038.792.551-13); Antonio Kayton da Silva Rosario (000.518.832-60); Antonio Lazaro Santos Queiroz (056.057.055-47); Antonio Marcos Barbosa (081.368.554-04); Antonio Marcos Machado da Cunha (033.131.217-48); Antonio Marcos Pereira Castro (057.273.313-58); Antonio Oliveira de Araujo (907.725.553-20); Antonio Rodrigues Alves Gomide (150.882.271-91); Antonio Rodrigues da Silva Junior (047.246.783-21); Antonio Ronnys de Oliveira Lemos (027.333.843-92).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10331/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.949/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arthur Ribeiro Domingues (048.466.949-41); Arthur Santiago Gouveia (067.243.874-77); Arthur Sousa Dantas Santos (077.151.714-92); Artur Barbosa Lima Maia (076.344.144-92); Artur Escobar (359.736.938-30); Artur Mendes Pereira Duarte (106.886.146-04); Artur Oliveira de Borba (670.756.570-20); Artur da Cruz Rocha (013.689.055-52); Aryane Laura Gonzalez Oliveira (029.848.201-00); Aryane Maryane Praxedes (056.406.574-99); Aryecha Arruda da Silva (060.443.844-38); Aryeh Hessel Craveiro (021.643.951-58); Asafe Lopes de Senna (023.050.222-98); Aslan Araujo Barreto (055.272.265-00); Asriel Shaddai de Araujo Miguel (411.093.968-21); Ataiana Marinho Ferreira (011.469.562-82);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ataulfo Celio Dias (109.822.646-15); Athos de Moura Melo (100.607.686-73); Audelino Correa Macedo (373.111.907-20); Audrey Mitchell Magalhaes de Oliveira (926.498.404-63).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10332/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.954/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Benjamim Araujo dos Santos (010.691.654-84); Benjamim Garcia Ramos (034.727.561-36); Bento Forte de Oliveira Neto (055.726.374-32); Berlano Benis Franca de Andrade (073.815.784-84); Bernardino Maia (591.639.846-87); Bernardo Coelho Carvalho (112.117.347-06); Bernardo Dornelles Salles (027.354.450-03); Bernardo Duarte Nadaf (023.701.421-11); Bernardo Gomes de Oliveira Lima Santos (044.919.345-41); Bernardo Lopes de Aguiar Filho (033.354.933-38); Bernardo Luiz Marconato (031.347.540-70); Bernardo Saad Gebran Busatto (081.301.289-93); Bernardo Simoes da Silva (133.571.777-30); Bernardo dos Reis Superbe (085.705.196-21); Betania da Silva Suzuki (075.387.028-22); Bethania Lima Nunes (054.714.627-26); Bethsabeia Campos de Souza Fernandes (016.997.615-74); Bharbara Martins Madeira (092.499.616-18); Bianca Chaves de Souza (323.750.468-89); Bianca Curi Braga (124.111.367-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10333/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.957/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Elisabeth da Silva (105.548.177-05); Bruna Ferreira dos Santos Vasconcelos (019.510.301-76); Bruna Foscarini da Silva (019.332.370-23); Bruna Guidoni do Rosario (134.037.727-64); Bruna Isabela de Campos Siqueira (037.657.541-70); Bruna Isabelle Medeiros de Morais (069.667.534-08); Bruna Livia Martins (094.376.156-59); Bruna Lopes Ferreira (327.327.608-89); Bruna Lucia Marques (124.607.056-11); Bruna Machel da Silva Moraes Azevedo (123.512.177-13); Bruna Nunes da Conceicao (113.775.097-96); Bruna Rafaella Comin da Costa (077.197.439-62); Bruna Rodrigues Vazquez Barreira (009.596.100-30); Bruna Rodrigues da Silva Ferreira (137.605.537-61); Bruna Silva Mardegan (135.777.927-52); Bruna Tavares da Rosa Silva (123.822.067-30); Bruna Vanessa Felix Rodrigues (016.320.014-97); Bruna Vieira de Oliveira (035.160.883-46); Brunna Lucena de Medeiros (097.379.544-16); Brunno Carvalho Freire (018.329.733-44).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10334/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.958/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Allan Rocha Baptista (144.630.097-82); Bruno Altamir Mendes Curcio (042.918.006-30); Bruno Alves de Carvalho (123.642.277-55); Bruno Antonio Foresta Vianna (007.192.980-08); Bruno Araujo Costa (036.255.471-47); Bruno Araujo Mendes (030.321.391-47); Bruno Augusto Barbosa Fonseca de Farias (084.026.444-57); Bruno Caldas de Santacruz Lima (099.399.757-08); Bruno Camera do Nascimento (130.935.567-32); Bruno Carlo Figueira Gatto (057.484.527-58); Bruno Cesar Jorge dos Santos (990.936.181-72); Bruno Cesar Neves Sena (228.960.008-36); Bruno Cesar Pasin do Couto (119.379.487-06); Bruno Costabeber Traspadini (099.904.217-30); Bruno da Costa Teles (039.038.675-86); Bruno da Silva (065.177.929-45); Bruno da Silva Lopes (126.299.487-06); Bruno de Andrade Lima Melo (057.413.664-90); Bruno de Aquino Cortez (531.581.212-04); Bruno de Deus e Magnago (106.445.587-50).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10335/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.960/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Jose da Silva (010.345.314-84); Bruno Leite Mozer (122.734.367-18); Bruno Lobato de Figueiredo (129.386.307-60); Bruno Lopes de Oliveira (076.293.149-30); Bruno Monkler Ferreira (091.892.016-71); Bruno Monteiro da Silva (037.050.811-44); Bruno Moreira Alves (027.543.501-60); Bruno Nogueira Grossi (694.645.531-20); Bruno Novato Silva (067.712.766-94); Bruno Oliveira de Melo (070.643.934-17); Bruno Paulo Cezani (123.855.807-05); Bruno Paulo de Sousa (016.755.552-90); Bruno Presley Junio Silvestre Rocha (121.469.926-03); Bruno Rafael da Silva (015.555.321-60); Bruno Ravelly dos Santos (040.886.793-00); Bruno Reili Bispo de Farias (009.579.951-64); Bruno Reis Abreu (124.045.317-51); Bruno Ricardo Monteiro Alcantara (644.022.313-53); Bruno Roberto Fidelis de Souza (074.912.354-09); Bruno Salustiano Silva Rodrigues (048.926.273-21).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10336/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.965/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Camila Melo Zanatta (018.556.581-60); Camila Meneses de Oliveira Bianchini (279.498.918-90); Camila Miranda Machado (027.507.341-69); Camila Morais (012.600.012-37); Camila Nascimento Sena (038.527.601-00); Camila Nogueira de Oliveira (054.561.203-99); Camila Oliveira Castilho (004.530.550-10); Camila Oliveira Lopes Abbatepaulo (419.433.678-09); Camila Porto de Castro (010.549.341-42); Camila Rodrigues Bandeira (002.992.622-00); Camila Rodrigues Pereira (014.102.133-07); Camila Rodrigues da Silva (086.702.484-41); Camila Rosa de Lima (086.695.309-45); Camila Sgarioni Ozelame (027.935.051-10); Camila Valente Machado (121.127.107-29); Camila Vardiero Cortes Elizeu (106.924.056-74); Camilla Azevedo de Aguiar Santos (020.950.005-01); Camilla Barroso Sales (028.548.003-03); Camilla Guimaraes de Campos (118.264.727-89); Camilla Mendes de Oliveira (038.068.773-94).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10337/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.966/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camilla William Costa (106.614.586-52); Camilly dos Santos Souza (035.948.221-09); Camilo Tibana Machado (997.444.901-44); Camyla Oliveira Mesquita (027.641.123-43); Carina Fontes Roppa (124.525.547-90); Carina de Santana Alves (057.518.035-82); Carine Naira Gonzalez Mansur (061.306.056-33); Cariny Aparecida da Silva Ribeiro (065.993.379-96); Carisvaldo Almeida da Silva (876.280.905-91); Carla Alves Caetano (027.913.261-11); Carla Alves de Oliveira (021.721.285-97); Carla Amaral de Sant Anna Rodrigues (110.636.077-01); Carla Beatris Ferreira (015.713.011-86); Carla Christina Luques Polido de Oliveira (019.214.177-57); Carla Cristina Rayzel (877.228.799-34); Carla Danta dos Santos (118.951.787-62); Carla Gonzaga Ramos (096.559.774-12); Carla Jacques Ibrahim (075.387.138-67); Carla de Azevedo Milanez (740.613.647-15); Carla de Oliveira Prata (019.677.013-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10338/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.970/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Gustavo da Rocha Ferreira Maio (792.275.547-34); Carlos Henrique Gualandi Junior (123.837.997-42); Carlos Henrique Moreira da Silva (039.435.671-33); Carlos Henrique Muller (049.366.509-94); Carlos Henrique Rossini (012.575.828-60); Carlos Henrique Silva dos Santos (133.924.137-47); Carlos Jose da Silva Junior (064.104.024-57); Carlos Jose de Souza Junior (080.821.534-58); Carlos Leonel Zeraik de Almeida (053.776.517-40); Carlos Magno (073.667.344-03); Carlos Mario Conceicao da Silva (002.428.352-52); Carlos Misael de Lima Costa (136.614.257-81); Carlos Pereira Cabral de Araujo (069.331.854-60); Carlos Rafael Dias Silva (129.043.017-98); Carlos Rafael Maria Trintini (045.906.239-51); Carlos Rafael Rodrigues de Jesus (111.639.276-35); Carlos Renato Lopes Nascimento (512.416.250-34); Carlos Roberto Alves (422.209.046-87); Carlos Roberto Costa (179.862.221-15); Carlos Rodrigo de Jesus Dantas (037.887.755-05).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10339/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.971/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Vasconcelos de Souza (063.929.705-68); Carlos Victor Barboza Rodrigues (116.005.577-75); Carlos Vinicius da Silva Pinto (019.764.990-46); Carmen Dolores Alves dos Santos (159.712.283-15); Carmen Dolores de Almeida Simoes (001.573.217-70); Carolina Agra Laberty (128.663.447-40); Carolina Alves Nery Marinho (081.152.274-12); Carolina Alves Pinto (144.800.017-35); Carolina Brino Cecchi (417.569.188-05); Carolina Buffo Limoli (219.770.728-01); Carolina Drager Bastos (079.196.846-41); Carolina Durks (046.311.711-54); Carolina Kazue Garzon (261.688.108-03); Carolina Machado do Nascimento (108.141.577-00); Carolina de Azevedo Turboli (145.204.967-05); Carolina de Carvalho Camargo (363.377.328-20); Carolina de Fatima Almeida Matos

(673.206.273-53); Carolina do Carmo Cuppone (380.745.698-88); Carolina do Nascimento Ferreira Lopes (064.029.875-30); Carolina dos Santos Malheiros (057.379.927-05).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10340/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.975/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Celina Pinto da Silva (043.871.901-83); Celio Roberto Caroba (044.552.846-05); Celso Alfaia Barbosa (711.000.162-87); Celso Ferreira Vieira (619.760.401-91); Celso Herminio de Amorim Pontes (033.978.814-39); Celso Moura Miyamoto (030.475.311-45); Celso Natalio Crescencio (070.441.796-06); Celso Pesco (483.201.709-82); Celso Ricardo Oliveira Andrade (170.023.198-76); Celso Santos Albuquerque (017.814.075-92); Celso Silverio de Freitas (309.899.948-99); Celson Henrique Costa da Silva Souto (814.152.812-20); Celyvane Polycarpo Bravim (122.090.977-70); Cesar Araujo Esposito (075.145.914-35); Cesar Artur da Silva (091.224.454-20); Cesar Augusto Santos da Conceicao (012.800.102-07); Cesar Nicacio Veras (053.961.434-36); Cesar Pereira da Silva (824.434.082-72); Cesar Rafael Nery (355.030.208-80); Cesar Valmor da Rosa (452.919.260-15).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10341/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.976/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cesar Vinicius de Noronha (084.165.686-00); Cezar Nascimento dos Santos (036.053.669-70); Charlandison Rodrigues dos Santos (088.036.754-77); Charlene dos Reis Goncalves Nascimento (088.876.697-16); Charles Duarte Gomes de Melo (024.397.044-74); Charles Martins Gomes (746.041.392-53); Charles Mendonca Amorim (010.462.402-77); Charles Rocha de Sousa (069.318.136-25); Charles Ubiratan dos Santos Azambuja (986.112.670-87); Charles da Silva Alves dos Santos (154.302.467-00); Charles da Silva Resende (904.494.602-15); Chenia Hanisch de Souza (020.506.471-07); Christian Douglas da Silva Costa (088.354.459-81); Christian da Silva de Aguiar (017.349.291-62); Christiane Guimaraes Ferreira (095.299.057-18); Christina Carneiro de Melo (017.987.281-84); Christina Lemos Simoes (042.500.386-88); Christyan Conceicao Beltrame (147.417.727-13); Cicero Akiles Paulino Olinda (033.218.143-07); Cicero Alexandro de Almeida e Silva (977.391.463-15).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10342/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.983/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Clissiane Inacio Feitoza (002.142.352-03); Clodoaldo Miguel da Silva (067.669.074-28); Conceicao Aparecida Barboza Borges (557.353.399-15); Conceilandia Mendes de Sousa Santos (600.291.523-05); Conrado Troyano (328.617.508-04); Conrado Troyano Neto (811.010.748-68); Constantilene Lisboa dos Santos Silva (025.492.153-11); Corinne Guntzel Lealdino (077.558.849-02); Criseli Oliveira Perazio (114.010.926-08); Criseverthon Navaque Fernandes Paulino (022.846.151-04); Crisiolanda Reis Veloso dos Santos (890.413.133-20); Crislaine Maria Ferreira de Oliveira (098.910.556-39); Crislene Dias da Silva (013.912.976-60); Cristiane Alves de Sousa (007.680.125-03); Cristiane Aparecida Domaredzki (090.583.139-05); Cristiane Correia Rodrigues (129.558.607-00); Cristiane Dorati Mallez (011.582.800-17); Cristiane da Rocha (280.893.278-26); Cristiane da Silva Santos (006.499.245-41); Cristiane dos Santos Nascimento (045.460.994-95).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10343/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.984/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiane Ferreira da Silva (064.331.664-74); Cristiane Freire de Queiroz (011.797.604-09); Cristiane Goncalves Santiago (841.422.602-78); Cristiane Martins da Silva (064.237.659-01); Cristiane Paula Camilo Lopes (053.728.296-30); Cristiane Ribeiro Fragoso (044.331.167-69); Cristiane Rodrigues de Moraes (091.074.767-95); Cristiane Silva Fonseca (066.382.676-47); Cristiane Tamahe Taira (104.418.857-05); Cristiano Arsand Foss (025.364.050-44); Cristiano Costa Brandao (070.376.837-95); Cristiano Farkas Tonello (948.288.572-49); Cristiano Jose Frassato (027.583.461-17); Cristiano Ransolin (010.964.050-08); Cristiano Rodrigo dos Santos Fernandes (086.173.826-86); Cristiano Santana Portela (030.400.635-10); Cristiano da Silva Rocha (020.828.593-80); Cristiano de Souza Silva (988.686.672-15); Cristina Albuquerque da Silva Franca (915.597.662-04); Cristina Aparecida de Andrade (114.343.738-19).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10344/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.986/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daiane Martins Stresser (074.062.519-55); Daiane Miranda de Souza (024.676.191-17); Daiane Pires Vila Real (980.043.360-00); Daiane Severo Muniz (060.047.399-60); Daiane Silva da Cruz (134.137.047-02); Daiane Ucceli Kreitlow (131.822.577-90); Daiene Aparecida do Amarante Dias (087.127.316-09); Daisa Alves Petronilho (062.265.169-25); Daisy Elena Lima Oliveira (466.274.996-49); Daivson Silva do Nascimento (066.781.714-03); Dalida Lima da Silva (107.912.497-78); Dalila Deconto (071.557.239-32); Dalila Helena Silva (018.716.451-74); Dalila Pereira Rodrigues (106.151.666-01); Dalilla Pacini Resplandes (016.741.381-30); Dalleth Maia Bessa (009.914.943-50); Dalliane Oliveira Soares (039.631.575-50); Dalva Manoel de Oliveira (499.309.589-91); Dalva Moreira da Silva Fogaca (112.131.338-82); Dalvina Teixeira Liberato (078.563.558-08).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10345/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.989/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Lucas Folguedo Araujo (063.023.343-81); Daniel Lucas Silva Santiago (034.976.571-58); Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro (131.652.687-97); Daniel Machado Berino (009.196.681-78); Daniel Mena Barreto Batista (029.189.761-48); Daniel Nascimento de Oliveira (039.831.445-43); Daniel Nicolas Lobo Morales Ruiz (059.334.281-08); Daniel Oliveira Goncalves (003.070.833-81); Daniel Pedro de Primo Santos (022.672.005-54); Daniel Pereira de Lacerda (052.999.319-80); Daniel Pinheiro Campos (096.391.336-04); Daniel Portela Carreiro (005.575.421-03); Daniel Rocha de Morais (056.386.325-06); Daniel Rodrigues da Silva (014.195.856-14); Daniel Rosick da Rosa (043.883.769-06); Daniel Sampaio Mota (055.339.086-41); Daniel Sant Anna Peixoto Pinheiro da Silva (334.261.728-44); Daniel Saraiva Vila Nova (042.424.303-29); Daniel Saute (896.915.200-87); Daniel Silva de Jesus (024.697.183-50).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10346/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.992/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danielle Carvalho Calixto de Moura (038.541.496-03); Danielle Chaves Carmim (668.145.702-97); Danielle Guimaraes dos Santos (858.195.142-20); Danielle Marri Santos Siqueira (074.367.894-06); Danielle Maura Lima de Souza (004.206.427-90); Danielle Oliveira de Freitas (046.844.094-14); Danielle Potiguara e Silva (028.169.041-30); Danielle Priscila Mira Araujo (952.871.322-04); Danielle Rosana Silva Amaral (063.835.404-83); Danielle Soares (958.607.385-87); Danielle Sousa Cebalho de Paula (010.027.871-06); Danielle Tavares Catarino (058.405.596-01); Danielly Regina Francisca de Fontes (097.067.874-61); Danielly Vanessa Moraes (081.735.619-31); Danielly Vinicius de Oliveira (073.670.484-14); Danielson Cavalcante Menezes (029.146.073-93); Daniely Araujo de Medeiros Santiago (068.076.784-36); Danila Cristina Modesto (280.085.048-54); Danillo Borges Santos Oliveira (081.284.544-71); Danillo Gabriel Moreira Correia de Souza (077.106.004-17).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10347/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.994/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danilo Nascimento Rolim dos Santos (058.631.584-50); Danilo Nobre de Medeiros Basilio (892.712.703-04); Danilo Pereira de Souza (140.123.277-98); Danilo Pereira dos Santos (050.946.031-32); Danilo Prudencio Silva (405.804.198-60); Danilo Santos Vasconcelos (101.470.734-05); Dante Albuquerque Salles (018.409.490-90); Danubia Oliveira Martins (003.983.053-58); Danuza de Lima Nascimento (549.115.916-68); Danyele dos Santos Sousa (054.468.203-39); Danyella Romeiro Sena (027.187.723-52); Danyelle Guedes dos Santos Oliveira (114.470.067-12); Dario Augusto Rodrigues Daboit (950.146.169-68); Dario Mateus da Silva Costa (103.532.864-00); Darlan Abreu Sena (044.899.826-23); Darlan Francisco Maurilho de Souza (603.031.573-05); Darlan Maranhao (935.401.917-04); Davi

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aragao da Gama (991.546.332-49); Davi Araujo de Santiago (003.727.933-55); Davi de Sousa Lopes (045.338.383-16).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10348/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.998/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Deise Mendes de Araujo Cunha (063.921.614-57); Deise Tatiane dos Santos (002.114.800-70); Deise Torres Athayde da Silva (322.113.179-87); Deisiane Veloso de Almeida (857.816.535-70); Deisilane de Freitas Silva (003.101.282-50); Deisy Danielle Batista Pereira (001.914.153-08); Deivis Andrea Mathias (751.491.410-20); Deivisson Gustavo Inacio (113.518.426-76); Deiviston Dener Sampaio e Luz (067.139.566-10); Delci Ferreira de Carvalho (166.309.201-04); Delcides Freitas da Silva Neto (033.435.281-96); Delcir Pereira de Alvim Junior (115.813.357-09); Deliane Xavier Serafim (118.269.707-03); Delma Souza Cardozo de Lucena (093.477.297-52); Delmar Farias Dutra Junior (016.084.240-90); Delson Franchi Filho (094.753.366-48); Delva da Silva Barros (115.694.997-13); Demetrio de Lima Sena (692.488.933-68); Dener Atila Damasceno (141.144.467-10); Denes de Lima Sousa (746.949.522-34).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10349/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.999/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denilson Almeida Maciel (752.828.282-00); Denilson da Silva Ramos (087.899.774-16); Denis Cruz Pereira (017.078.900-48); Denis Junior Oliveira Sirilo (012.832.142-37); Denis Lourenco (085.319.909-47); Denis Santos Mendonca (003.860.191-50); Denis Torres de Moura Santos (323.266.158-08); Denise Cabral Machado (344.799.068-60); Denise Ferreira (052.518.544-55); Denise Goncalves Bomfim (012.076.744-94); Denise Lima da Silva (047.673.543-23); Denise Nicolau Francisco (583.038.809-00); Denise Ramos Vitorino (888.410.222-72); Denise Romano Bernardes (169.692.862-15); Denise Santos de Souza Macedo (025.910.795-60); Denise Zeilmann (408.034.901-78); Denivaldo Barros Cordeiro (056.593.824-01); Dennis Patrick Figueiredo e Silva (946.510.002-15); Denysson Max Bandeira Romao (074.452.034-78); Derick Cassio Martins Silva (091.918.054-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10350/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.002/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Helano Ferreira Silva (032.316.993-71); Diego Holanda Martins Pereira (030.800.613-57); Diego Horta Bicalho (081.844.206-92); Diego Jesus de Carvalho (016.729.435-07); Diego Jose Goes Filgueiras (061.884.224-18); Diego Jose Kothe Neves (008.517.310-07); Diego Lemos Faria (073.898.746-86); Diego Lima Cunha (023.510.853-70); Diego Luduvice Nunes Valverde (010.648.965-88); Diego Marcena dos Santos (021.501.505-30); Diego Pestana Diniz (334.873.608-02); Diego Rafael Rodrigues de Sousa (005.660.671-02); Diego Rafael Zoletti da Silva (074.434.829-30); Diego Ribeiro de Albuquerque Silva (073.936.294-10); Diego Rodrigo Barbosa Vital (049.541.384-42); Diego Rogerio da Conceicao Pereira (987.089.612-04); Diego Sergio Aguiar Teixeira (007.132.393-79); Diego Silva de Souza (016.644.045-03); Diego Souto Rocha (124.495.567-10); Diego Uzeda Marques Agostinho (095.458.067-29).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10351/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.007/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Duany Aparecida dos Santos da Silva (378.909.388-29); Duarte da Silva (367.398.298-29); Dulcinete Chagas do Nascimento (071.551.127-04); Dyego Magalhaes de Melo (046.636.375-31); Eberthyn Marques (041.289.471-80); Ed Carlos Franca Rangel (567.307.995-87); Edelson Neves Conceicao (004.595.783-59); Edelvan Rombleski Carneiro (064.125.429-65); Edelvan Santos Vieira (024.824.335-76); Eder Lousada de Carvalho (795.191.561-00); Eder de Paula Santos (164.622.178-80); Ederson Heleno de Souza (087.168.326-12); Ederson Luiz da Silva (022.545.431-99); Ederson Moreira da Silva (042.280.385-57); Ederson Nishikawa (734.068.481-68); Edgar Coletto Imbert (008.366.670-26); Edgar Oliveira Campos (011.391.062-28); Edgard Melquiades Ribeiro Junior (066.335.174-08); Edhilson Antonio Silva das Chagas (939.585.792-72); Edienison Cunha Pantoja (949.769.452-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10352/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.008/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edila Jansen Melo Camara (635.747.481-91); Edilelio dos Santos Silva (057.724.235-09); Edilene Pereira Andrade (042.228.953-18); Edileuza Maria de Assuncao Nascimento (956.623.401-53); Edilson de Lima Ferreira (367.797.845-91); Edimar Azevedo dos Santos (053.267.445-62); Edimar Diogo de Morais Viana (088.718.794-30); Edimax da Silva Leal (046.170.844-28); Edina Ferreira dos Santos (741.084.339-04); Edinaura Lima Borges (039.849.781-89); Edisando Francisco da Silva (064.504.574-81); Edison de Oliveira Nakao (565.800.451-91); Edivaldo de Siqueira Melo Junior (020.725.152-54); Edjane Martins Ferreira (073.361.434-58); Edmaions da Silva Carvalho (019.234.131-63); Edmar Franca Sodre (984.091.402-25); Edmar Fricks Araujo (128.457.867-43); Edmar de Oliveira Gomes (432.761.566-87); Edmara Pereira de Souza (015.592.322-69); Edmarineudson Rodrigues Pinto (068.180.004-60).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10353/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.009/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edmilla Almeida Teixeira (095.092.224-29); Edmilson Laurentino da Silva (069.154.768-81); Edmilson da Costa Silva (041.878.613-51); Edna Aline Davi dos Santos (075.196.504-99); Edna Lopes Cabral (800.571.604-49); Ednaldo da Silva Lima Junior (001.462.652-70); Ednei Ueider Brito do Nascimento (683.551.302-00); Ednilson Calixto Martins (854.895.651-87); Edno Luiz Motrone (110.909.316-03); Edson Alves Ferreira (516.790.194-49); Edson Aparecido Chaves (095.078.618-74); Edson Barbieiri (522.946.412-72); Edson Belarmino de Sales (169.275.594-34); Edson Cardoso dos Santos Filho (477.354.492-91); Edson Flavio de Sousa (119.953.656-37); Edson Jose da Silva (072.562.034-03); Edson Junior Soares Lima (090.893.294-47); Edson Lourenco Oliveira (716.479.615-72); Edson Luiz Teixeira (519.000.849-53); Edson Luiz de Souza dos Santos (121.832.607-77).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10354/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.013/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elaine Carneiro Rosa (113.726.187-08); Elaine Cristina de Lima (780.792.501-97); Elaine Cristina de Oliveira Silvano (248.322.368-06); Elaine Cristine Luz Santos de Moura (034.508.951-09); Elaine Gomes Portela (047.071.695-97); Elaine Goncalves Pacheco de Freitas (096.387.696-10); Elaine Lima Brito dos Santos (706.883.381-00); Elaine Lins da Silva (067.454.756-00); Elaine Martins de Sousa Lima (118.744.446-41); Elaine Moreira de Oliveira (094.292.366-95); Elaine Queiroz de Freitas (028.389.181-50); Elaine Silva Sampaio Maciel (401.043.498-83); Elaine de Souza Fernandes (784.482.471-91); Elane Vasconcelos dos Santos (019.290.472-82); Elane da Silva Barreto Marcal (950.205.195-53); Elanir Cristina Gomes Guimaraes (876.744.677-91); Elanny Cristina de Araujo Carvalho (028.272.863-51); Elba Helena Oliveira (020.955.615-38); Elber Farias de Vasconcelos (057.868.393-89); Elcia Souza de Loyola (115.703.217-60).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10355/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.016/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elias Lopes dos Santos (737.415.661-87); Elias Rudio Rodrigues (134.702.427-12); Elid Moreira Pinheiro Penha (108.204.947-63); Elida Pereira Nobre (726.950.641-87); Eliel da Silva Sousa (002.776.152-59); Elielton Chaves Frazao (736.469.542-72); Eliene Maria de Melo (042.445.704-03); Elieny Rodrigues Martins de Menezes (023.889.581-56); Eliete Aparecida Verner (038.335.299-11); Eliete Pratti (607.242.006-06); Elieudes Borges da Silva (043.398.404-08); Eliezer Antonio da Silva (042.014.071-95); Eliezer Martins Moreira (034.796.213-09); Eliezer de Souza da Silva (126.429.007-11); Eliezer dos Santos (007.954.631-54); Elieziana Naara do Monte Andrade de Morais (013.139.614-50); Elihu Moreira dos Santos Filho (786.071.597-04); Elinaldo Alves da Silva (092.793.924-09); Elionay Manuel dos Santos Silva (020.040.213-73); Elisa Dalagnelo (057.288.779-58).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10356/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.018/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elisvan de Oliveira Morais (904.384.422-53); Elisvania Santos da Costa (062.201.224-02); Elivaldo Carvalho Rocha (912.136.062-68); Elivane Rosa Batista de Oliveira (014.178.564-08); Elizabete Alonso Marques (949.881.612-34); Elizabete Ferreira de Almeida (025.232.971-67); Elizabeth Antunes Sampaio (978.163.531-20); Elizabeth Novacki (601.754.789-53); Elizabeth Nucci Milani (388.722.398-50); Elizabeth Rohrbach (255.379.469-04); Elizabeth da Cruz Soares Assumpcao (052.049.457-17); Elizabeth de Jesus Souza (322.391.858-21); Elizangela Christian da Silva (635.153.261-20); Elizangela Sousa de Oliveira (045.471.357-62); Elizete Cristina Padilha (531.588.579-87); Elizete Ribeiro dos Santos (747.698.632-68); Elizon Moreira de Castro (698.481.652-15); Ellen Caroline Alves de Souza (028.976.241-32); Ellen Cristina Andrade Souza (051.793.766-29); Ellen Cristina da Costa Souza (042.411.751-71).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10357/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.019/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ellen de Moraes e Silva (991.488.892-53); Ellene Martins de Lira (016.800.071-73); Eloa Carvalho Pires (113.538.557-24); Elson Luis Costa da Silva (640.483.812-53); Eltevon Dias da Rocha (024.625.131-08); Elton Djones Tabosa de Oliveira (852.198.272-00); Elton Freitas do Bomfim (037.952.085-05); Elton Jhon Malacarne (048.374.831-51); Elton Possani Gongora (073.678.989-81); Eluanda Santos de Oliveira (117.439.747-01); Elvis Andrade Arrigoni (136.898.837-76); Elvis Elias Sampaio Pinheiro (076.410.464-01); Elyander dos Santos Souza (031.252.341-66); Elyesia Silvestre (058.612.807-70); Elyton do Nascimento Dornelas (077.420.064-21); Elza Maria de Paula (402.998.486-04); Elzilane Borges da Silva (028.615.793-40); Emanoel Dutra Thomas Santos (120.873.757-04); Emanuel Amancio dos Santos (998.214.007-87); Emanuel de Oliveira de Moraes (013.333.392-24).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10358/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.023/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika Moura Miranda (007.848.082-52); Erika Natanielle Barbosa da Silva (097.621.476-85); Erika Pereira Costa Vassoler (087.725.967-40); Erika Rocha Coelho (127.211.347-79); Erika Sayonara da Silva Soares (024.045.773-01); Erika Vettorazzi Machado (977.829.121-72); Erika Yasmin Euzebio de Melo (091.236.204-98); Erikson da Assuncao Ferreira Matinada (952.042.531-49); Erione Straus dos Santos (010.363.842-33); Erismar de Moura (020.347.631-06); Erison Tadeu Araujo Holanda (027.702.663-65); Erivaldo Santana Cardoso (809.056.092-04); Erlane Pereira dos Santos (011.505.912-18); Ernesto Chaparro dos Santos (042.930.359-90); Ernesto Ribeiro Barboza de Oliveira (937.475.005-87); Eron Alves (356.677.109-00); Eronaldo Soares dos Santos Filho (013.654.694-33); Eronildo Bezerra do Nascimento (042.868.804-78); Eryca de Souza Galvao (072.611.264-03); Esdras de Melo Souza (683.418.144-04).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10359/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.026/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Everson Passos da Rocha (087.257.207-24); Everton Calado Viana (099.686.034-73); Everton Leandro de Boregas Garcia (024.197.199-30); Everton Luis Alves Paz (514.332.730-04); Everton Luiz Ramalho Santos (065.492.274-88); Everton Nascimento de Arruda (010.389.411-05); Everton Santana Capistrano (055.495.835-00); Everton Vinicius Carvalho Moreira (003.794.572-61); Everton de Brito Mariola (027.393.331-02); Evileny Magalhaes Goncalves (963.737.172-91); Evilla Caroline dos Santos Sacramento (043.646.165-08); Ewelyn Samaris Carneiro dos Santos (088.313.714-36); Ewerton Caique Marques Sousa (061.255.113-08); Ewerton Rony Melo dos Santos (080.157.644-08); Ewerton Victor Pereira Mendonca (059.857.084-54); Ewerton Wanderson Goncalves dos Santos (017.992.732-96); Ezequiel Italo Moura Aragao (021.721.482-70); Ezequiel Martins Goncalves (100.739.166-92); Ezilda Silva (879.338.617-68); Fabiana Aparecida Cunha Pereira (072.760.556-98).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10360/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.030/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabrine Messias de Oliveira Souza (019.736.681-30); Fabrinne Santana Matos (015.741.575-90); Fagner Aldo Alonso (024.748.091-63); Fagner Arcelino Aureliano (052.044.474-40); Fagner Diego Cortes Verissimo Santos (008.166.810-40); Farley Pereira Ramos (111.811.624-08); Fatima Gomes Paixao (000.605.872-88); Fatima Maiara do Nascimento Jesus (054.681.125-66); Fatima Regina Lorefice de Lima (912.637.947-34); Fatima da Luz Bueno Sampaio (611.867.409-49); Fausto Aquino Filho (014.502.601-95); Fausto Johnny Alves Rocha (665.490.006-53); Feliciano Santos Santana (054.276.635-33); Felipe Alencar Motta (023.095.971-71); Felipe Alexandre Cardoso Freitas (758.619.092-53); Felipe Almeida Santos (125.406.717-56); Felipe Alves Cruz (935.609.582-53); Felipe Alves Fernandes (102.627.736-19); Felipe Anderson Viana de Souza (026.768.163-14); Felipe Andrade Ribeiro (052.517.735-36).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10361/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.031/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Aragao Freire (042.045.755-01); Felipe Augusto Dutra Bueno (368.760.068-83); Felipe Augusto Morais Ferreira (005.451.812-16); Felipe Augusto Vieira Ribeiro Fernandes da Silva (113.726.927-89); Felipe Barbosa da Silva (335.843.498-26); Felipe Batista da Silva (056.011.743-42); Felipe Bender Santos (034.352.741-31); Felipe Beserra Macedo (042.343.133-19); Felipe Bezerra Falcao de Almeida (077.185.584-28); Felipe Brazao Bononi (096.315.966-64); Felipe Cantareli Amado (029.505.140-06); Felipe Cerqueira do Nascimento Rosa (127.218.647-42); Felipe Cordeiro Giardino (082.809.729-19); Felipe Daniel Dal Piva (046.857.049-75); Felipe Defante Barbosa (119.471.647-40); Felipe da Silva Alves (100.545.847-28); Felipe de Almeida Firmino (736.462.291-87); Felipe de Oliveira Nascimento (076.074.439-40); Felipe de Souza Campos (087.606.537-01); Felipe de Souza Goncalves (126.304.657-64).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10362/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.034/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felyppe Oliveira Bitar Lobo (033.046.523-61); Ferdinando Moreira da Silva Junior (031.301.829-42); Fernanda Azevedo Couto (087.072.686-29); Fernanda Beatriz Ferreira Cavalcante (092.227.656-05); Fernanda Bispo dos Santos (123.782.477-02); Fernanda Camelo Ferreira (001.660.702-38); Fernanda Carolina Mendes da Silva (055.905.676-10); Fernanda Correa Silva (124.085.567-24); Fernanda Cristina Guilherme (043.075.136-22); Fernanda Dias da Silva (988.314.102-53); Fernanda Ferreira Guanaz (091.410.246-05); Fernanda Ferreira Leitao (053.204.085-60); Fernanda Goncalves Galvao Fogagnoli (067.513.678-48); Fernanda Goncalves Ribeiro (026.936.690-30); Fernanda Goncalves de Brito (012.842.195-93); Fernanda da Rocha da Silva (928.551.722-68); Fernanda da Silva Caminha (040.137.933-77); Fernanda da Silva Lavor (106.683.004-50); Fernanda de Alcantara Soares (057.746.427-20); Fernanda de Sales Carneiro (027.970.251-56).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10363/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.037/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Estevam Lauriano Ramos (339.924.600-53); Fernando Ferreira da Silva (392.987.600-00); Fernando Gomes Aguiar (604.064.973-97); Fernando Guimaraes Pimentel (121.054.367-22); Fernando Henrique Costa da Silva (051.527.535-29); Fernando Henrique Ferreira Cardoso (012.575.421-33); Fernando Henrique Goncalves Lourenco (012.310.582-00); Fernando Henrique de Araujo Oliveira (005.382.832-11); Fernando Joel Schmidt (984.086.740-72); Fernando Jose dos Santos (066.811.494-05); Fernando Justino dos Santos (081.662.374-07); Fernando Leite da Silva (012.363.572-13); Fernando Lima Oliveira (017.463.230-43); Fernando Lopes Silvestre (095.452.024-67); Fernando Luis Tenorio Mascarenhas (077.151.434-48); Fernando Luiz Felippe (483.526.327-87);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fernando Lustosa dos Santos (899.572.291-68); Fernando Massami Abe (352.577.308-04); Fernando de Souza Nascimento (055.190.217-59); Fernando dos Santos Inacio (015.781.092-56).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10364/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.041/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francelio Alves Feitosa (042.284.823-92); Frances Marina Alves da Cunha (013.276.203-08); Francesco Pona Balan (078.563.849-05); Franciele Correa de Freitas Silva (046.009.791-17); Franciele Lima Magalhaes de Arruda (024.415.071-09); Francieli Basso (014.036.060-30); Francielle Caetano de Quadros (054.063.519-74); Francielle Ferreira de Oliveira (015.671.031-54); Francielle Karine Dias Rocha (083.985.909-04); Francielle da Costa Firmo Fideles (094.629.424-04); Franciely Coelho de Souza Goncalves (045.192.831-83); Franciely Soares da Silva (059.830.209-35); Franciely dos Santos Ferreira (078.131.754-17); Francilene Rabelo Rodrigues (002.202.762-93); Francilio Xavier Correia Dias (038.974.135-31); Francimara Matos de Oliveira Sobrinho (715.829.672-53); Francine Fagundes Dias (039.372.970-22); Francine Farias Souza (028.390.130-61); Francine Vanessa Souza Silva (096.868.256-14); Francine de Cassia da Silva (113.394.996-73).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10365/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.042/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francineide Dias Pereira de Carvalho (016.310.435-28); Franciney Mouta de Oliveira (786.507.802-10); Francini Hirata (317.754.278-38); Francirene Pereira Bonfim (001.884.202-07); Francis Ferreira Franco (023.465.381-75); Francis Helen Araujo de Avila (010.614.520-77); Francisca Elzenite Siqueira Cavalcante da Costa (031.148.143-44); Francisca Emiliane Manicoba de Lima Fernandes (056.636.744-03); Francisca Islandia Gomes Diniz (044.032.523-46); Francisca Jessica Santos Ferreira (007.899.962-60); Francisca Liamara de Lima Moita (057.720.343-67); Francisca Lidia Rodrigues de Lima (048.455.333-08); Francisca Luciane Almeida da Silva (053.991.973-08); Francisca Naiane Ferreira Honorato (054.271.253-96); Francisca Nayana Brito Nunes (039.905.524-06); Francisca das Chagas Veloso de Oliveira (000.407.063-11); Francisca de Meneses Araujo (505.269.521-72); Francisco Alberto Duarte Cruz (042.148.793-33); Francisco Alison Quintino Braga (042.769.313-63); Francisco Ariedson Soares Guerra (767.414.783-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10366/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.043/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Arquimedes Negrao Grangeiro (832.347.134-72); Francisco Assis Alves de Almeida (091.100.517-08); Francisco Boniek Sousa de Oliveira (007.165.983-88); Francisco Carlos Rodrigues Pinto (208.863.063-53); Francisco Cleibson Dias Anute (465.388.602-49); Francisco Cleofanes Melo do Patrocinio (017.315.003-94); Francisco Dario Pereira Martins (032.636.633-48); Francisco Diogenes Junior (084.168.144-90); Francisco Edinir do Nascimento Junior (019.472.752-16); Francisco Edson Pinto Barreto (023.526.713-96); Francisco Edson de Souza Junior (104.626.774-43); Francisco Eduardo de Castro (076.865.786-58); Francisco Emiliao Ferreira (118.787.317-93); Francisco Erivelton Pereira de Lima (058.782.473-56); Francisco da Costa Sa (213.976.941-49); Francisco das Chagas Santana da Silva (620.722.853-72); Francisco de Assis Duarte Lisboa Junior (337.611.407-20); Francisco de Assis Lira da Silva (957.985.011-91); Francisco de Paula Vieira (200.048.181-72); Francisco de Sousa Reis (003.406.201-70).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10367/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.047/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Felippe Fontenelle Silva (130.712.827-02); Gabriel Ferreira de Moura (089.608.834-09); Gabriel Freitas Brenha (045.926.723-05); Gabriel Goncalves Dias (110.087.186-10); Gabriel Goncalves Faria Costa (840.339.835-20); Gabriel Hahn Tosca (009.786.300-92); Gabriel Henrique Costa Hoschele (414.833.768-00); Gabriel Joanol Dysarsz (085.921.509-14); Gabriel Kopke de Mello (137.994.867-39); Gabriel Leite Bittencourt (018.033.545-69); Gabriel Levy Tura Nunes (320.153.678-45); Gabriel Lima Grance (035.768.941-01); Gabriel Lucas Goncalves da Silva (064.072.459-07); Gabriel Luiz de Oliveira Araujo Brito (039.294.971-74); Gabriel Matos de Araujo Prata Ribeiro (073.706.086-70); Gabriel Meneses Ferreira (049.907.293-66); Gabriel Pereira de Souza (037.510.641-33); Gabriel Pinheiro da Rocha (035.333.663-75); Gabriel Requena Nizarala (017.982.750-23); Gabriel do Amaral Brito (142.282.837-99).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10368/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.048/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Rocha Alves (069.975.746-02); Gabriel Rocha Furtanetto (045.442.679-86); Gabriel Tadeu Alvares Pires Vieira (066.201.516-98); Gabriel Tarrago Avancini (000.215.260-60); Gabriel Tavares Florentino (021.338.773-55); Gabriel Valenca Rios (096.352.104-77); Gabriel Viana Guedes (084.367.369-90); Gabriel Viveiros Faustino Rosa (014.688.641-06); Gabriela Barcellos Ribeiro (059.967.046-09); Gabriela Correa da Silva Alves (112.988.957-23); Gabriela Correa de Castro (087.711.606-71); Gabriela Gobeti Faquim Pereira (427.812.508-99); Gabriela Loureiro Silva (030.336.473-40); Gabriela Maciel Alencar (004.500.412-98); Gabriela Mesquita Nogueira (010.538.583-29); Gabriela Monteiro da Silva (076.891.674-70); Gabriela Oliveira da Silva (416.169.198-09); Gabriela da Silveira Caprilli (033.685.280-09); Gabriela de Almeida (064.404.779-86); Gabriela de Vasconcelos (082.158.704-81).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10369/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.054/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilberto Pereira Rocha de Godoi (057.347.279-38); Gilciane Silva Duarte (811.060.502-82); Gilcimar Rocha Campos (052.265.766-41); Gildarte Andrade dos Santos (073.073.145-68); Gildeane Miranda Silva (057.596.153-86); Gildecy Moises Nunes Souza (092.435.666-95); Gilderlandio Duarte da Costa (043.106.033-94); Gileade Paulino de Souza (060.391.959-67); Gilia Neves de Araujo (069.724.716-30); Gilmar Cardoso Junior (090.126.476-81); Gilmar Celestino da Silva (806.230.425-68); Gilmar Morete Poubel Junior (132.773.687-00); Gilmar Rodrigues de Oliveira Junior (049.553.243-63); Gilmario Pereira da Rocha (016.392.235-76); Gilvan Alves de Queiroz (391.221.821-87); Gilvan Cleverson dos Santos Goes (042.760.065-03); Gilvan Silveira Duarte (428.488.907-97); Gilvando Rodrigues Chaves (050.082.344-80); Gilvandro Goncalves de Macedo (012.327.835-01); Gilvane Lima Sobrinho (963.815.072-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10370/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.056/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Gisela Oliveira de Souza (744.799.202-00); Gisele Batista Correia (029.787.619-89); Gisele Dellize (228.509.728-00); Gisele Feitosa Cavalcante (115.231.844-69); Gisele Giongo (016.768.270-99); Gisele Marie Dornfeld (023.009.910-63); Gisele Tavares Velho (768.487.019-04); Giselle Barbosa (008.725.229-54); Giselle Caetano Borges (097.693.117-66); Giselle Camargo de Sousa (097.764.306-94); Giselly de Medeiros Correia (115.342.247-69); Gislaine Eichstaedt (017.316.049-20); Gislaine Vidal (364.052.768-21); Gislane de Paiva Santos (100.618.794-44); Gislene Alvares Muzzi Lima (705.019.632-00); Gislene Cardoso Toledo (538.352.126-72); Gislene da Silva Queiroz (003.175.661-13); Gisleria Garcia de Paiva (646.799.931-20); Giuliana Santos de Amaral (125.143.197-65); Giullia Garcia Pires da Silva (390.280.048-82).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10371/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.057/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giunior Grisolia (294.468.738-78); Gizelle de Franca Lourenco (001.018.511-97); Gladson Aldeny Silva e Silva (054.943.143-83); Gladston Santiago Nobre (834.767.175-34); Gladston dos Santos Silva (986.798.135-91); Glauber Raniere de Medeiros Pereira (916.133.294-15); Glauber de Assuncao Moreira (106.578.684-00); Glaucia Alves da Costa (076.182.956-38); Glaucia Cristina Oliveira Bicalho (069.941.666-35); Glaucia Oliveira da Silva (982.840.532-68); Glaucia Regina Pecanha Neiva (866.174.357-53); Glaucinara Azevedo da Silva de Vasconcelos (893.162.822-68); Glauco Barros e Silva (945.624.822-

49); Glauco Maia de Figueiredo Lucas (121.945.617-90); Glayce Luiz Pereira (102.467.086-46); Glayttson Jales do Nascimento (791.798.784-15); Gleice Pereira da Silva (395.495.048-08); Gleice Souza Barros (848.938.182-87); Gleice Tailana Correa de Moraes (004.861.192-11); Gleidiane Monteiro do Nascimento (933.963.332-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10372/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.061/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guiomar da Silva (327.404.500-44); Gustavo Antonio Brandao (012.305.721-39); Gustavo Barbosa de Menezes (117.223.307-16); Gustavo Bruno de Freitas Paulo (016.943.634-90); Gustavo Cantuaria Campos (798.232.031-72); Gustavo Cassiano Peres (020.010.453-52); Gustavo Castelo Branco Cavalcanti (617.636.754-91); Gustavo Espindula Coqueiro (042.339.243-30); Gustavo Gomes Petali Costa (121.686.077-70); Gustavo Gontijo de Avelar (024.396.511-76); Gustavo Henrique Braga Costa (059.883.346-36); Gustavo Henrique Limeira Lisboa (323.085.400-44); Gustavo Henrique Pedras (086.400.236-03); Gustavo Lima Gomes (042.107.371-35); Gustavo Moreira Polito (134.219.117-03); Gustavo Nunes Silva (070.622.184-21); Gustavo Pinto Silva Filho (050.735.511-33); Gustavo Randazzo (122.771.916-71); Gustavo da Silva Almeida (004.607.681-66); Gustavo de Souza Cordeiro (017.096.996-71).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10373/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.063/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hebe de Moura Gomes (012.054.083-55); Hector Ferreira Goncalves Scuratto Abdal (371.787.208-75); Heider Evangelista Faria Santos (077.028.626-70); Heitor Augusto Erdei Georg (010.441.089-24); Helaine de Barcelos Martins (090.805.167-08); Helber de Souza Oliveira (020.101.345-24); Helcids de Sa Reis (801.292.503-68); Helcio Herbert Azzi (007.141.606-44); Helder Jose Lobato (484.096.936-15); Helen Queiroz dos Santos (032.336.281-88); Helena Vieira Pires de Souza (766.799.937-68); Heleno Rodrigo Goncalves (052.582.956-30); Heleno Szerwinsk de Mendonca Rocha (068.001.746-10); Heli Cassio Monteiro (090.395.186-02); Helia Basso (272.577.970-72); Heliane das Dores Silva (839.160.675-91); Helida Braga de Oliveira (033.316.225-08); Helino Silvio de Franca (033.839.021-96); Helio Alonso Goncalves Martins (087.914.126-33); Helio Alves Feitosa (922.337.322-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10374/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.065/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Henrique Dumont Pena (079.521.266-60); Henrique Freitas de Lima (042.337.043-06); Henrique Gaudio Campos da Fonseca (127.528.977-07); Henrique Jackson Rabelo Segundo (058.321.163-13); Henrique Lopes Palmira (026.022.230-50); Henrique Lorea Leite (002.342.610-13); Henrique Luis Cotting dos Santos (083.485.669-70); Henrique Mongenot Pires Rocha (015.703.631-61); Henrique Nicolau Maranholi (021.533.361-63); Henrique Padilha Neto (029.416.429-43); Henrique Pereira Reynaldo (111.687.357-50); Henrique Santos Cardoni (025.229.870-54); Henrique Soares de Melo Silva (390.558.568-51); Henrique do Carmo Lopes (020.591.061-09); Henry Bombarda Vieira de Souza (371.682.428-30); Heraldo Jose Melo da Cunha (428.006.844-53); Herbert Andre Melo (068.826.479-41); Herbert Luis Gouveia da Silva (024.008.865-47); Herbert Ribeiro Lima (375.034.448-51); Herbert de Melo Bezerra (805.293.482-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10375/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.067/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hipolito Cassiano de Oliveira (068.723.934-67); Hudson Alves Reis (034.428.573-17); Hudson Felipe de Jesus da Silva (122.582.756-60); Hudson Jackson da Silva (066.487.906-36); Hudson Luiz Mol Sampaio (327.695.046-49); Hudson Machado Lopes da Silva (085.280.426-18); Hudson Menezes da Silva (011.819.432-13); Hugo Abrantes Marques (065.218.084-19); Hugo Alexandre Souza (142.414.917-74); Hugo Augusto Lopes Sena (035.893.751-59); Hugo Azevedo de Lira (073.899.474-03); Hugo Jose Rodrigues Arruda (057.308.874-85); Hugo Leonardo Rolim Veras (039.248.763-20); Hugo Leonardo da Silva Costa (010.285.665-65); Hugo Leonardo de Oliveira Nunes (017.031.863-03); Hugo Monteiro Luz (154.553.717-89); Hugo Rodrigues Pereira (090.393.816-23); Hugo Rossa Camelo (026.619.683-77); Hugo Tolomei (051.941.177-36); Hugo de Souza Silva (066.704.616-07).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10376/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.069/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iara Soares Bolconte (071.569.184-86); Icaro Goncalves Campos (143.530.727-57); Icaro Moreno de Souza Melo (144.641.417-57); Icaro Piton Soares Santos (054.298.425-32); Icaro Ramon Conceicao Figueiredo (033.087.645-71); Icaro de Castro Moreira (020.080.723-47); Idalino Aldecir Zamboni (148.824.930-04); Idalmir dos Santos (092.555.314-09); Idehugo Santos Alves (007.896.612-41); Idelman Pinheiro da Costa Mesquita (925.013.702-87); Idiane Maria da Silva (838.655.275-15); Ieska Amorim Gurgel do Amaral (009.689.763-52); Ighor Waltrick Meiring (089.759.299-90); Igor Abritta Costa (066.538.956-61); Igor Amparo Manot Sarrat (018.155.295-71); Igor Antonio de Paiva Brandao (071.749.904-95); Igor Araujo de Carvalho Silva (063.493.325-63); Igor Bahury Ramos (013.627.073-50); Igor Carone Assad Fernandes Rodrigues (012.056.546-31); Igor David Mendes da Silva Mattesich Aguirre (138.467.687-23).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10377/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.070/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Igor Dias Schafer (027.783.631-06); Igor Henrique (147.512.657-33); Igor Jose Bomfim Pereira (036.142.353-51); Igor Oliveira de Azevedo (049.181.439-97); Igor Pagani Melo (138.855.247-75); Igor Ramon de Sousa Santos (600.221.413-59); Igor Ribeiro de Lima Moreira (030.218.361-27); Igor Ribeiro de Oliveira (039.205.041-27); Igor Soares Araujo (072.476.044-09); Igor Sousa Borges (056.936.557-09); Igor Souza Pellacani (142.913.587-50); Iguaran Brito Andrade (955.031.452-91); Ihana dos Santos Rosa (043.178.591-06); Ilber Alves da Silva (830.008.872-53); Ilma Kimie da Silva Nakamura (844.474.512-04); Ilmar de Sousa (017.973.901-80); Ilson Emir Lima da Trindade (948.507.200-72); Ilto Anjos de Oliveira (222.842.061-15); Ina Nogueira de Albuquerque (531.740.628-53); Inailde da Silveira Araujo (383.226.172-91).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10378/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.073/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabela Silva Santos (046.417.001-09); Isabele Kaline Dornelas Silva (064.545.664-04); Isabella Giese Guimaraes (054.454.221-51); Isabella Silva e Sousa (016.337.346-92); Isabella Vieira Mendes (003.143.143-77); Isabelle Carolyne de Melo Albuquerque (081.260.404-08); Isabelle Cristina dos Santos (130.737.187-61); Isabelle Rigolon Veiga (118.517.147-90); Isabely Cristina Paula de Oliveira (130.223.437-44); Isaias da Silva Santos (028.270.093-58); Isis Araujo Barcellos (050.223.773-22); Islana Vanessa de Sousa Gomes (078.583.834-18); Islane Ribeiro do Nascimento (010.682.122-92); Islena Maria Cavalcante Martins (015.271.132-56); Ismael Alves do Nascimento (979.959.672-68); Ismael Bernardino da Silva (012.718.153-97); Ismael Magno Hentges (010.133.220-37); Ismael Souza Damasceno (049.171.005-42); Ismael de Holanda Grilo (062.268.704-27); Ismael do Nascimento Silva (040.294.603-05).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10379/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.077/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Izael Cabral Aguiar Junior (045.791.983-36); Izaias Ferreira de Azevedo (314.598.461-68); Izalene Maciel Andrade (008.181.012-10); Jaciane Serafim Lemos Alves (033.266.614-01); Jaciara Carvalho Fortino (024.584.403-12); Jaciara Carvalho Paes Landin (002.784.643-19); Jacilene Aquino da Silva (807.456.791-53); Jackeline Barbosa Dantas (056.868.967-47); Jackeline Cristina Nogueira Guerrero (029.584.081-16); Jackeline Mendes da Silva (905.537.644-20); Jacks Mandl Quintana (313.817.988-61); Jackson Behenck Valadao (676.298.140-20); Jackson Guedes Fixina (060.464.784-05); Jackson Lenon da Silva Pais (027.536.481-07); Jackson Roberto Guzzi (063.887.489-02); Jackson Rodrigo de Lima Barbosa (923.183.122-49); Jackson Sandre Pereira Santos (670.328.264-15); Jacqueline Machado de Melo (019.971.133-09); Jacqueline Reis da Silva (052.429.284-17); Jacqueline Silva Rodrigues (820.467.602-63).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10380/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.078/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jacqueliny da Costa e Silva (939.631.492-72); Jacques Neurides de Oliveira (007.195.932-71); Jacques Souza Jardim (971.942.040-53); Jacy Campos Cerqueira Veloso (186.803.056-34); Jacymara Baptista da Silva (052.513.527-86); Jade Raquel Rodrigues Santos (111.058.696-52); Jadeilson Cruz Ribeiro (020.817.803-13); Jader da Silva Gama (468.435.822-49); Jadson Cordeiro (029.963.286-55); Jael Guimaraes Pereira (015.577.441-73); Jaiandra Samias Nazario (987.873.572-91); Jaide Bezerra Tenorio (081.678.924-09); Jailton Oliveira Cunha (033.452.265-02); Jaime Campos da Silva (593.330.145-00); Jaime Conceicao Amaral (271.863.855-91); Jaime Dornelles Prestes Junior (828.109.230-00); Jaime Martins Neto (509.592.396-34); Jaime Olavo Appel (179.913.070-34); Jainara Layse de Andrade Sousa (077.215.154-75); Jair Albuquerque Maciel (003.137.752-14).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10381/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.082/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jaqueline Lima Diolindo (018.713.391-38); Jaqueline Menezes (053.823.229-37); Jaqueline Oura (045.677.569-24); Jaqueline Pereira de Aragao (089.059.814-29); Jaqueline Silva Lima (037.177.441-19); Jaqueline Souza Alves (024.864.261-83); Jaqueline Teixeira Lamounier (064.768.146-30); Jaqueson Leal Medina (949.718.899-49); Jarbi Euler Portela de Sousa (053.083.413-89); Jardel Oliveira de Almeida (034.602.533-80); Jardel de Souza Nogueira (131.449.587-94); Jardson de Moura Lopes (804.659.602-78); Jarine Araujo de Almeida (033.546.395-98); Jarlete Rocha Papp (575.711.559-91); Jarson Santos Dantas (797.761.245-34); Jayane Nayhara Ribeiro Lopes (530.382.582-53); Jayanne Moreira Carneiro (844.038.705-97); Jaynde Borges de Paula (104.368.656-88); Jazon da Silva Aguiar (027.993.993-04); Jean Carlo Quirino Ferreira (039.073.391-18).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10382/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.084/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jeferson Ferreira Mendes (003.069.022-65); Jeferson Luiz Farias da Costa (007.754.182-00); Jeferson Soares Morais (848.158.170-49); Jefferson Corcino Bido (080.034.304-29); Jefferson Dias Neto (062.100.674-25); Jefferson Goulart Oliveira Junior (080.736.889-05); Jefferson Kaliel da Silva (105.217.964-90); Jefferson Luiz Guarnier (586.757.017-72); Jefferson Rodrigues da Silva (085.498.804-18); Jefferson Sant Ana Galvao (027.388.913-30); Jefferson Sodre Meneses (047.620.475-54); Jefferson da Costa Silva (052.282.504-41); Jefiter Siqueira Alves (138.182.457-97); Jeniffer Abe de Almeida (026.380.511-52); Jeniffer dos Santos Guedes Knoblauch (153.574.567-39); Jennifer Jayne Beato Avelar (108.585.936-37); Jeova Correa da Silva (850.990.582-72); Jeovane Lucas Azevedo Costa (018.589.835-17); Jeronimo Alves do Nascimento (522.096.104-78); Jerusa Buzatto Nunes (107.010.427-29).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10383/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.087/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jessica Siqueira Alves (129.192.667-48); Jessica Sousa Nascimento (040.190.651-52); Jessica Souza Lima (063.146.619-35); Jessica Spiguel Salvadego (093.286.059-11); Jessica Stefany Alcantara (140.179.837-31); Jessica Wanderley de Melo (105.381.484-46); Jessica Webler de Araujo Garcia (140.938.017-38); Jessika Lourainy Albuquerque de Lima (034.629.481-99); Jessika Muniz Herculano Borba (085.987.294-77); Jessyca Martins da Costa (035.278.201-32); Jessyca Mikaelly Benchimol de Andrade (012.153.412-02); Jesus Rodrigo da Silva Leandro (018.198.451-25); Jeverson Luiz Cattani (715.021.229-87); Jeverton Tramontin (071.057.269-70); Jhon Kennedy Santos de Miranda (015.870.162-30); Jhonata Lorin (040.238.801-16); Jhonatan Hatila Costa Nunes (022.912.871-84); Jhonatas Augusto Vitor Gama Duarte (050.659.945-01); Jhonathan Alves Moreira (091.053.416-04); Jhonnatan de Mattos Porto (061.391.379-50).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10384/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.091/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joao Mario Vieira Aureliano (050.085.844-64); Joao Marques de Oliveira Neto (036.416.971-07); Joao Moacir de Souza Cruz (006.902.002-77); Joao Moreira Filho (074.564.957-26); Joao Moreira de Souza Neto (039.479.495-88); Joao Nunes Feitosa (048.865.953-16); Joao Osiel Soares Lopes Filho (043.519.273-64); Joao Paulo Chaves de Sousa (026.956.661-95); Joao Paulo Damiani (131.464.537-46); Joao Paulo Freitas Lopes (046.100.663-43); Joao Paulo Passos de Molina (059.102.274-59); Joao Paulo Ribeiro Wercellens Barros (069.157.764-19); Joao Paulo Rossi (073.927.919-07); Joao Paulo Seibert Santos (039.254.605-19); Joao Paulo Silva da Rocha (013.634.804-13); Joao Paulo Silva de Souza (086.963.836-05); Joao Paulo Teixeira Costa (023.600.031-43); Joao Paulo de Almeida Amorim (816.306.622-91); Joao Paulo de Almeida Siqueira (107.958.576-16); Joao Paulo de Meneses Paiva (049.026.554-54).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10385/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.092/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joao Pedro Mansur Araujo Dias (038.659.231-43); Joao Rafael Dantas de Oliveira e Silva (074.371.984-01); Joao Ricardo Brito Pinheiro (963.265.302-53); Joao Ricardo Cardoso Cruz (799.245.905-97); Joao Roberto Barbosa Garcia (595.667.101-78); Joao Sergio dos Reis (087.621.399-91); Joao Soares de Moraes Junior (620.171.284-49); Joao Thiago dos Santos Siqueira (073.855.174-04); Joao Ubiratam Souza Martins (021.883.980-41); Joao Vianney de Sousa Resende (541.788.786-20); Joao Victor Barbosa de Souza (097.703.604-90); Joao Victor Capatto Rabelo (133.124.087-50); Joao Victor Farias Pereira (011.234.492-52); Joao Victor Moreira Soares (108.306.566-18); Joao Victor Vasconcelos Ramos (102.040.427-20); Joao Victor da Silva (074.380.629-88); Joao Vitor Franula Barone (383.884.478-58); Joao Vitor Machado Ritzel (032.557.640-84); Joao Vitor Mendonca Batista Souza (141.812.107-07); Joao Vitor da Silva de Jesus (046.450.071-06).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10386/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.095/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonatas Viterbino de Franca (888.229.312-20); Jonatham Silva Gervasio (085.632.836-77); Jonathan Andre Pereira de Lima (010.696.294-99); Jonathan Dawson Souza Brito (060.757.554-97); Jonathan Ferreira Isaias do Carmo (040.580.191-23); Jonathan Ferreira de Araujo (042.334.574-57); Jonathan Henrique da Silva (067.939.389-75); Jonathan Oliveira Monte Soeiro (045.662.583-60); Jonathan Soares Oliveira (045.933.733-52); Jonathan da Silva Mendes (110.709.626-00); Jonathan de Araujo Silva (097.977.957-05); Jonathan de Miranda Leite (097.068.404-51); Jonathan do Nascimento Porfirio (011.438.172-06); Jonathas Reuel Araujo Rezende (039.861.545-40); Jones Jeisson Lemes Ribeiro (021.231.580-38); Jones Marcos dos Santos (606.611.383-64); Jonh Herbet Nascimento (949.620.492-91); Jonny Souto Maior Silva Ferraz (085.936.744-45); Joquelcia Santos Fagundes Ramos (026.266.065-29); Jordan Alves do Valle (787.841.662-15).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10387/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.097/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jorge Luis Gama Aleixo (710.803.332-15); Jorge Luis Ramos Alves (123.646.947-01); Jorge Luiz Biscalquim (007.682.408-08); Jorge Luiz Candido de Batista (090.353.867-95); Jorge Luiz Lavagnoli Junior (122.302.417-29); Jorge Luiz Venancio Medeiros (021.472.861-76); Jorge Vitor Araujo Souza (088.218.074-60); Josafat Araujo Carneiro Filho (043.801.725-03); Josana Abreu de Souza (946.456.205-68); Josana Silva Martins (112.950.537-56); Joscia Costa Gandra (081.139.936-22); Jose Adecio Lima Chaves (023.501.413-30); Jose Adeildo Dantas Galdino (082.778.724-37); Jose Adeilson Pereira Lima (044.550.811-60); Jose Adolfo Lima Gomes (004.548.143-13); Jose Adriano Ferreira de Oliveira (858.007.403-72); Jose Adriano dos Santos Oliveira (874.680.422-68); Jose Agnaldo da Silva Junior (014.534.385-56); Jose Alesson Rodrigues Lima (107.110.944-89); Jose Alex Mamede Inacio Junior (019.342.141-08).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10388/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.101/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Luiz Adriano Nunes (046.869.075-19); Jose Luiz da Silva Toledo (803.070.947-15); Jose Marcelo Silva Pinto (008.787.857-79); Jose Marciano de Oliveira Junior (749.359.334-53); Jose Marcio Goncalves Moncao (110.267.986-04); Jose Maria de Jesus Oliveira (056.000.222-04); Jose Matheus Nascimento Gomes (053.035.775-54); Jose Mendes de Souza (007.338.923-45); Jose Nelson de Araujo (048.433.573-16); Jose Nicolau de Souza Junior (048.066.044-10); Jose Orlando Madureira Sena (017.738.405-09); Jose Paciente do Rego (189.895.439-91); Jose Pereira Monteiro (459.755.822-53); Jose Rabelo dos Anjos Junior (033.694.753-40); Jose Reynaldo Villanova Machado de Salles Carvalho (011.698.911-44); Jose Rian de Oliveira Coelho (934.650.092-15); Jose Ricardo Vieira Gomes Carrasco (054.727.904-33); Jose Richel Lima de Sa (082.731.354-38); Jose Rinaldo Queiroz de Lima (097.877.064-16); Jose Roberto Franco Barra (399.421.122-00).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10389/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.105/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joyce Maria de Moura Cavalcanti Felix (087.111.484-46); Joyce Oliveira dos Santos (149.409.087-20); Joyce Pereira de Sousa (408.381.438-14); Joyce Silva Tavares (098.385.306-11); Joyce Teodora Ferreira (109.169.257-22); Joyner Correia Soares (710.760.183-00); Jozeli Kazmierczak Soares (054.334.709-54); Joziane Santana de Lima (707.610.782-15); Juan Bruno Frazao Lima (041.072.233-29); Juan Pablo Silva dos Santos Polidoro (036.084.273-92); Juan Ramon Pinheiro dos Santos (066.743.244-26); Juan Warney Rebelo Pereira (961.128.912-04); Juarez Alves Sanches (030.144.265-71); Juarez Antonio Schmitz (313.338.850-91); Juarez Bezerra Regis Neto (048.613.053-30); Juarez Souza Lima (023.079.305-31); Jucelia Gomes Cavalcanti (052.712.784-17); Jucelia Lima Paredio (663.666.402-97); Jucelino da Silva Borges (015.781.782-23); Jucerney de Sousa Nunes (042.226.923-95).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10390/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.106/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juciany Kotowski (043.610.889-50); Jucie Clementino da Silva (857.689.874-87); Jucileide Santana de Alexandria (008.543.295-44); Jucilene Aparecida Marques da Silva (010.008.361-77); Jucineudo Matos de Souza (002.809.542-12); Judith Maria Moura Pinto de Carvalho (232.233.405-72); Julia Abreu Machado (158.016.047-66); Julia Andrade da Silva (425.572.178-59); Julia Angelica Pereira Seixas (127.857.208-22); Julia Borges Varjao Neta (034.800.875-90); Julia Caon Araujo (059.506.066-80); Julia Daniela Santos de Souza (015.129.922-67); Julia Fiuza Freire (151.059.827-89); Julia Garcia de Souza da Silva (038.659.475-90); Julia Rocha dos Santos (054.530.495-45); Julia da Silva Pereira (014.649.910-73); Julia dos Anjos Ribeiro (070.363.856-42); Juliana Alves Barbosa (037.453.374-17); Juliana Anastacio Silva Guerra (014.673.761-08); Juliana Andrade de Omena Mateus (028.113.864-83).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10391/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.107/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Juliana Aparecida Venturine (041.369.661-80); Juliana Araujo do Amaral (087.239.529-46); Juliana Bosi Goncalves (082.578.647-90); Juliana Camara da Silva (104.024.487-40); Juliana Carneiro do Nascimento (026.932.743-62); Juliana Chaves Strehlau (017.206.490-22); Juliana Conceicao Silva (127.028.227-11); Juliana Costa Ferreira da Silva (054.725.935-22); Juliana Cote da Costa Sousa (853.480.741-87); Juliana Coutinho Brunelli (365.878.908-57); Juliana Driessen (007.100.449-17); Juliana da Silva Fraga (121.855.927-69); Juliana da Silva Pecanha (092.975.147-74); Juliana da Silva Peixoto (018.989.372-90); Juliana de Andrade Neitzke (004.981.079-06); Juliana de Jesus Cardoso (100.292.257-79); Juliana de Mattos Martines (027.904.541-75); Juliana de Oliveira Damiao (342.844.748-47); Juliana de Toledo Bernardes (381.693.098-08); Juliana dos Santos Paula (016.486.410-59).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10392/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.111/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kairon Nascimento Batista (037.706.783-03); Kaled Raed Mohamed Ramadan (085.086.684-73); Kamila Feitosa Barbosa (015.654.253-67); Kamila Rocha dos Santos Mendes (023.630.511-57); Kamila Uchoa Monte (026.920.773-26); Kamila Vasconcelos Albuquerque (051.192.044-06); Kamila Wroblewski dos Santos (080.095.229-45); Kamila da Silva Cuelho (025.685.411-48); Kamylla Costa Fonseca (014.114.004-61); Karen Fagundes de Figueiredo (972.293.006-06); Karen Karoline Tavares Pessoa (061.109.224-71); Karen Lorrane Menezes de Castro (030.249.191-04); Karen Luiza Silva de Sousa (032.461.941-30); Karen Teixeira Lins (359.482.748-88); Karen Valencio da Silva (048.218.601-12); Karen da Fonseca Duarte Maciel (004.304.220-16); Karen da Silva Araujo Santos (147.534.857-65); Karen de Souza Sottili (007.655.850-90); Karin Giselle Lopes Pimentel (013.160.942-43); Karin Suely Ropelato (016.675.529-02).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10393/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.112/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Karina Brito de Lucas (097.445.266-10); Karina Caldeira Barros Guasti (078.930.086-95); Karina Mikolayczyk Juraski (077.350.799-07); Karine Monteiro Reboucas (026.978.523-01); Karine Siqueira Barros (065.639.474-92); Karise Dalinne Maranhao de Moraes (641.113.423-53); Karl Francis dos Santos Araujo (079.215.714-17); Karla Benedet Dalazen (041.891.949-64); Karla Jose Macedo (803.706.161-20); Karla Paola Penna (103.400.716-56); Karla Rubia Pereira Ramos Medeiros (018.959.531-03); Karla Rubia Silva Botelho (014.615.956-06); Karllos Yarck Soares Camurca Furtado (054.345.473-81); Karolina Salgado Maues (825.963.282-91); Karoline Scherwinski (005.792.551-82); Karoline Soares Lima (039.562.941-14); Karoline Vanille Freire Monteiro Lima (109.016.754-74); Karoliny Francisco Pereira Coelho (128.574.317-24); Karter da Silva Brito (004.103.962-90); Karyza da Silva Braga (004.250.882-78).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10394/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.116/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Keziane Santos Alves (013.181.062-65); Khayllys da Silva Martins (076.564.564-57); Khetlen Leitao (052.035.659-45); Kiara Ferreira de Souza (092.360.414-69); Kilson Arruda de Melo (712.446.464-15); Kirally Braga Coelho (054.423.183-02); Klarissa Albuquerque Larocerie da Silva (037.918.524-50); Klaus Carlos Gomes Madrid (717.056.511-00); Klaus Henrique Martins de Morais (039.914.773-00); Kleber Braga de Oliveira (697.341.941-00); Kleber Duarte Batista (362.611.141-53); Kleber Santos da Cruz (020.132.704-02); Kleber Souza da Silva (030.373.784-09); Kledison de Lima Pires (943.411.173-00); Kledja Germania Araujo da Silva Franca (101.781.284-57); Kleytton Tavares de Araujo Leite (059.262.484-69); Laelson Lourenco da Silva (875.203.034-20); Laercio Moreira Cardoso Junior (025.137.835-73); Laercio Pandolfo (382.915.680-49); Laercio Velozo Lima (070.735.114-60).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10395/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.118/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lais Tayna Carvalho de Araujo (007.888.812-30); Laisa Caroline Lima da Rocha (907.797.032-00); Laisla Fernanda Silva Moura (050.862.661-73); Laiza Amelia de Almeida Oliveira (101.342.436-09); Lamartini Fontana Barazzutti (031.780.940-75); Lana Cruz Mendes (046.132.745-75); Lanna Priscyla do Carmo Prado (049.772.073-60); Lara Amaral Maciel (028.609.601-39); Lara Batista Medeiros (017.844.643-25); Lara Modesto de Almeida Rogers (381.540.481-91); Lara Patricia de Oliveira (038.466.171-80); Larissa Casanova (042.566.929-75); Larissa Dimitriou Goncalves (076.205.427-10); Larissa Emanuela de Goes Colonhezi (018.098.531-09); Larissa Mello Roesler (024.548.200-80); Larissa Mendes Minussi (079.170.886-18); Larissa Miguez Ribeiro (138.414.797-74); Larissa Moreira Feitosa (833.368.002-00); Larissa Naiara de Mello Sampaio (082.165.229-08); Larissa Nascimento de Sousa Abreu (037.087.461-71).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10396/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.122/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leandro Garcia Machado (019.753.290-07); Leandro Gatti Ferreira Tavares (075.221.096-39); Leandro Gomes da Silva (114.199.827-02); Leandro Guedes Santos (011.956.052-69); Leandro Guilherme Verruch (833.305.931-72); Leandro Henrique Rispoli de Oliveira (027.591.849-19); Leandro Holanda Mesquita (015.159.453-83); Leandro Jose Mondin (515.718.110-87); Leandro Lima de Oliveira (515.920.612-49); Leandro Louzano Padial (072.827.447-77); Leandro Lucas de Lima (027.797.931-55); Leandro Macedo Silva (097.776.466-40); Leandro Martan Bezerra Santos (068.472.894-06); Leandro Martins Amaral (098.599.596-33); Leandro Miguel dos Santos (066.009.894-67); Leandro Oliveira Rios (013.680.815-84); Leandro Passos Rangel (015.251.720-00); Leandro Pereira de Souza (087.579.994-90); Leandro Rosa da Silva (080.434.986-01); Leandro Vieira Rodrigues (016.257.296-42).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10397/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.124/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lenilton Ferreira da Silva (018.532.623-40); Lenine CE Moreno Brasileiro Boregas e Rego (079.459.836-69); Lenita do Amor Divino Pereira (108.149.677-01); Leno Lobato de Carvalho (705.188.742-49); Lenon Victor Xavier Brasil (010.766.222-16); Leoclides Cezar Pantaleao da Silva (013.036.081-38); Leomar da Silva Soares (654.018.161-20); Leon Nazare da Cruz (015.341.832-05); Leonam Monteiro Gomes (001.640.392-44); Leonam Rodrigo Vieira dos Santos (093.049.447-40); Leonardo Andrade de Amorim (100.639.617-92); Leonardo Antonio Leite (775.685.086-68); Leonardo Assaf Pinheiro (123.879.187-54); Leonardo Assis de Bulhoes (077.152.944-97); Leonardo Caetano Silva (065.587.135-78); Leonardo Caldas da Silva (042.128.675-08); Leonardo Chagas Pessoa (026.914.115-40); Leonardo Cleriston Nobrega Felix (082.686.774-06); Leonardo Coutinho de Sousa (122.476.897-36); Leonardo Cristiano Ferreira Prado (049.154.626-25).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10398/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.126/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Santos Aguiar da Silva (019.548.415-07); Leonardo Santos Marinho Orsini (017.278.431-00); Leonardo Soares Gouveia Martins (121.170.397-58); Leonardo Souza Santos (011.575.805-48); Leonardo Souza e Carvalho (046.248.125-57); Leonardo Vieira Goldschmidt (013.153.981-76); Leonardo Xavier (002.820.451-47); Leone Franca Galvao (575.324.277-49); Leonidas Viana Laranjeira Junior (436.979.332-72); Leonilson Adao Soares Dantas (025.006.951-23); Leopoldo de Castro Fortuna (903.066.193-34); Leozette Santos Araujo (111.671.954-18); Leticia Antonia Fedato de Castro (004.769.680-03); Leticia Batista Alves (024.796.411-55); Leticia Bezerra Cuzzuol (011.200.082-71); Leticia Leite Pereira (022.714.641-70); Leticia Maria Oliveira Souza (045.167.635-16); Leticia da Silva Araujo (049.608.541-70); Leticia de Assis Pereira (033.694.689-99); Leticia dos Reis Sousa (004.885.782-30).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10399/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.130/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lillian Barbosa da Silva (040.598.431-64); Lilly Oliveira da Silva (070.776.004-67); Lina Raelly Oliveira Pinto (015.621.372-98); Lincoln Batista Damasceno (136.949.127-11); Lincoln Cruz Melo Cavalcante (049.648.543-10); Linda Jessica Costa de Souza (025.421.642-07); Linda Maria Santos Souza (043.391.311-80); Lindaura Janes Barros Laranjeiras Cunha (049.451.391-80); Lindorberg Barros da Silva (776.024.202-68); Lindyson Nazareth Venancio (130.180.617-05); Lineu Gomes Silva (839.154.352-87); Linneker Gustavo Alves de Souza (979.057.982-91); Lino dos Santos Moraes Junior (038.416.125-12); Lioneide Francisco de Lima (267.982.888-71); Lissandra Augusta Araujo Beiruth (947.488.372-68); Livia Antunes (079.398.246-43); Livia Daniella Santos da Silva (048.797.434-45); Livia Fernanda dos Reis Gomes Miranda (068.253.655-50); Livia da Silva Blumetti (030.597.385-13); Livia de Azevedo Correa (111.638.497-31).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10400/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.134/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luana Gabriela Serafim da Silva (093.740.074-28); Luana Gilles Simoes da Conceicao (007.349.521-20); Luana Katia Herber Quevedo (045.760.489-10); Luana Miranda Barbosa (050.161.983-65); Luana Sales dos Santos (853.607.165-68); Luana Silva Araujo (017.830.905-29); Luana Tavares de Souza (014.305.170-93); Luane Muliterno Cordeiro Pavao (097.417.684-27); Lucas Almeida Vilarinho (032.199.481-70); Lucas Alvares (027.162.011-02); Lucas Alves de Lima (090.875.669-05); Lucas Alves de Oliveira (031.895.955-00); Lucas Antunes Cheli (073.688.569-21); Lucas Aron Messias de Carvalho (067.218.599-71); Lucas Barbosa Queiroz (089.676.624-16); Lucas Barreto Guimaraes (052.616.545-64); Lucas Benjamim Barros de Moura (020.414.181-84); Lucas Carvalho (147.326.217-83); Lucas Cavalcante Gomes de Carvalho (047.474.251-28); Lucas Chagas Pessoa (025.600.105-77).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10401/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.135/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas Cordeiro Lube (145.474.027-28); Lucas Cordeiro de Oliveira (084.133.584-26); Lucas Correa Aranha (117.850.116-77); Lucas Costa Braga (026.075.861-27); Lucas Costa Pena (405.185.508-26); Lucas Cristaldo dos Santos Neves (097.126.414-73); Lucas Cunha Silva (121.769.386-66); Lucas Emanuel Rodrigues Borborema (086.998.484-55); Lucas Emanuel da Silva Oliveira (107.670.576-60); Lucas Emmanuel Mendes Aguiar (095.154.176-51); Lucas Evangelista Ferreira Cury (074.761.126-28); Lucas Fausto Moreira (044.205.931-05); Lucas Felipe Oliveira Possas (015.234.166-88); Lucas Fernandes Gomes da Silva (084.761.324-09); Lucas da Cunha Silva (047.631.715-00); Lucas de Araujo Sousa (607.480.763-95); Lucas de Lima Mendes (064.395.906-85); Lucas de Melo Pacheco (073.195.136-09); Lucas de Oliveira Pantoja (010.968.842-24); Lucas dos Santos Cabral de Sa (101.865.447-07).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10402/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.136/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lucas Garabini Cancado (080.050.566-21); Lucas Gil Savio Costa (014.372.210-76); Lucas Gutemberg Ribeiro Pereira (089.884.764-84); Lucas Hagime Takeda (091.500.029-61); Lucas Jordao da Silva Goncalves (043.603.433-61); Lucas Jose Bezerra Torres (043.643.209-94); Lucas Jose Vaz Chagas (080.424.379-43); Lucas Juvencio da Silva (093.557.786-60); Lucas Kanevieskir Carrenho (384.086.218-31); Lucas Lemos dos Santos (025.344.540-05); Lucas Leonard da Silva (001.968.233-66); Lucas Linhares Groth (049.557.523-22); Lucas Lopes Almeida Carvalho (107.227.886-30); Lucas Magno Silva (107.885.106-90); Lucas Marques de Lima Guerra (016.923.411-89); Lucas Martins Sorrentino (056.535.029-36); Lucas Monteiro de Amorim (058.619.574-28); Lucas Moreira do Vale (037.245.341-40); Lucas Moreno Maia (095.396.334-94); Lucas Neves Brito (033.763.425-47).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10403/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.140/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciano Schimith Souza da Cunha (132.203.797-37); Luciano Veras Rocha (015.838.893-37); Luciano Vieira Nunes (952.337.847-34); Luciene Candida da Silva (071.128.386-90); Luciene Fatima de Jesus (076.707.406-80); Luciene Leiko Shimada Augusto (179.898.778-30); Lucilaine Rodrigues Santos (015.286.646-98); Lucilei de Mattia (581.054.681-15); Lucilene Rodrigues Flora (061.396.039-43); Lucilo Alves Chaves Filho (138.879.552-34); Lucinea Sales de Souza (838.050.447-04); Lucineia Fatima da Silva (060.060.479-93); Lucineia de Sousa Beltrame (094.586.636-44); Lucineide Feitosa de Franca (268.985.355-87); Lucio Thadeu de Matos Zanazi (129.402.387-07); Lucio Vinicio Brito Dantas (057.954.685-33); Lucio de Siqueira (027.303.745-58); Lucivaldo Serra Cutrim (012.870.083-13); Lucivando Lopes Araujo (018.653.543-09); Lucivane Soares Arruda (825.603.152-20).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10404/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.144/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Carlos Nepomuceno Junior (326.502.048-77); Luiz Carlos Ramos Junior (084.272.099-59); Luiz Carlos Santos (385.315.507-34); Luiz Cesar Nunes Miranda (007.204.343-19); Luiz Claudio da Silva Rocha (023.508.871-46); Luiz Eduardo Bastos Mendes (117.280.847-33); Luiz Eduardo Colombo Pelisson (070.208.459-08); Luiz Eduardo Dantas (091.028.364-83); Luiz Eduardo de Almeida Santos (128.348.527-31); Luiz Eugenio da Costa Arruda (079.885.884-27); Luiz Felipe Barros Silva (086.363.494-00); Luiz Felipe Chaves de Lacerda (828.624.272-68); Luiz Fernando Breda de Lara (036.390.009-86); Luiz Fernando Caetano Feitoza (037.526.351-93); Luiz Fernando Nejar (013.417.388-09); Luiz Fernando Santos Vasconcelos (080.527.827-32); Luiz Fernando Siqueira Mascarenhas (053.322.236-25); Luiz Fernando da Freiria Zanardo (369.126.188-47); Luiz Ferreira da Silva (095.791.438-54); Luiz Gonzaga Bastos Viana Sobrinho (044.608.853-60).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10405/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.148/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maikel Goncalves Magalhaes (080.852.836-03); Maikel Messias Garcia Silva (055.872.156-79); Mailo Silverio (088.121.169-90); Mailson Alves Coelho (033.859.971-19); Mailson Araujo Silva (054.183.315-40); Mailson Cesar Melo da Silva (071.730.254-78); Mailson Santos Machado (036.159.383-05); Maira Borges do Carmo (027.124.501-83); Maira Crema Carnelossi (064.442.689-66); Maira Soares Lessa de Moraes (008.122.525-35); Maira de Melo Barbosa (065.752.526-05); Mairon James Hass de Medeiros (058.447.639-63); Maisa Delmondes Battistotti Vieira (164.460.701-87); Maite Arendt (018.845.230-30); Maite Priscila Lima Jota de Queiroz (101.439.514-32); Makson Plys Pereira Barreto (082.360.746-17); Mana Fideles Mendes (016.218.776-98); Manoel Forte de Melo Junior (058.200.594-92); Manoel Gustavo Lusitano Mosso (475.826.937-87); Manoel da Silveira Ramos Neto (010.398.424-02).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10406/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.149/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Manoel Jose Colen Guimaraes (611.719.306-82); Manoel Melquiades Pereira Neto (090.458.364-32); Manoel Messias de Jesus Bastos (027.851.325-56); Manoel Messias dos Santos (020.244.587-93); Manoel Nazareno de Sousa Torres (961.501.223-87); Manoel Rodrigues da Silva Neto (020.508.673-01); Manoel Russelmo de Aragao Costa Filho (012.806.802-70); Manoel Silvestre Lopes Neto (084.703.994-38); Manoelle Vitoria Pereira Sant Anna (121.995.107-27); Manoelson Rodrigues da Silva (968.395.542-87); Manuel Amancio de Assuncao (658.901.672-00); Manuela Alves Navega (102.331.067-82); Manuela Bacelar Rios Pereira (025.157.695-78); Manuella Bezerra Lopes (017.911.043-80); Mara Milene Brito dos Santos (914.669.460-91); Maraisa Lins da Costa (095.624.114-00); Marcel Albert do Nascimento Milcent (051.756.595-10); Marcel Silveira de Jesus (048.920.225-00); Marcel da Serra Cruz (009.972.102-30); Marcela Agliardi Oliveira (086.974.026-11).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10407/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.151/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Alexandre Gomes Dias (170.185.058-36); Marcelo Alves Pereira Junior (110.830.726-41); Marcelo Augusto Santos de Amorim (381.127.361-20); Marcelo Augusto de Araujo Monteiro (084.808.714-31); Marcelo Barros Fideles (009.961.401-40); Marcelo Bastos Carneiro (621.935.973-91); Marcelo Bregalda Fagundes (005.356.770-65); Marcelo Burack (059.692.899-81); Marcelo Campelo de Barros (656.157.273-49); Marcelo Carvalho Fernandes (528.974.272-72); Marcelo Cunha dos Santos (931.991.393-53); Marcelo Daltro Delgado (076.873.367-71); Marcelo da Silva Faria (008.986.807-27); Marcelo de Albuquerque Souza Santos (053.642.954-51); Marcelo de Alencar Campos (044.614.466-54); Marcelo de Andrade Dias (121.972.657-50); Marcelo de Carvalho (256.252.288-50); Marcelo de Matos Mesquita (959.446.722-34); Marcelo de Matos Oliveira (034.461.761-01); Marcelo de Oliveira Lima (017.197.525-16).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10408/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.154/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Wiebusch (629.908.610-68); Marcia Alacoque Coelho de Oliveira (068.388.696-75); Marcia Amozes Villard (051.982.527-60); Marcia Andreia Fernandes Marques (022.162.190-37); Marcia Cavalcante de Carvalho Oliveira (084.891.087-73); Marcia Celeste Gomes Mendes (391.070.272-49); Marcia Elaine Lourenco da Silva Martins (009.526.777-84); Marcia Estigarribia (008.015.301-13); Marcia Ferreira de Jesus (016.393.871-70); Marcia Freitas Peniche (173.621.958-85); Marcia Gisely Marinho (046.473.571-80); Marcia Matheus da Cruz e Souza (469.189.141-20); Marcia Midoes Bastos (970.892.492-04); Marcia Nilza Santana da Cruz (597.925.589-34); Marcia Pinheiro Alves (022.441.042-30); Marcia Raquel Chagas Meireles (038.206.286-81); Marcia da Silva (616.262.529-04); Marcia da Silva Oliveira (887.184.922-15); Marcia da Silva Teixeira (022.274.857-52); Marcia de Matos da Fonseca (040.261.255-80).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10409/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.155/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcia Rosa de Ataides (034.335.001-77); Marcia Satie Hirakava (298.226.158-84); Marcia Silva de Almeida (084.979.327-06); Marciara Matos Cabral (026.863.353-35); Marciele Silva Oliveira (092.388.156-58); Marcilene Damiana Rodrigues Coxev (882.276.341-68); Marcilene Silva Dantas Gomes (663.741.622-34); Marcilene de Paula Fonseca (006.307.827-92); Marcilia Albuquerque Teles (048.409.613-36); Marcilio Dias Peronico Sobrinho (011.957.151-02); Marcio Alexandre de Souza Costa (781.117.734-04); Marcio Antonio Coelho de Santa Isabel Junior (805.675.175-00); Marcio Castro de Oliveira (636.963.552-91); Marcio Cristiano dos Santos (395.900.972-00); Marcio Eustaquio Canela Filho (911.767.946-04); Marcio Fernandes Pereira (017.592.267-50); Marcio Ferreira Neves Filho (105.189.046-28); Marcio Freire Conceicao (057.945.195-09); Marcio da Silva Lima (000.546.212-67); Marcio de Sousa e Silva (989.525.792-91).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10410/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.159/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Jose Vatanabe (129.762.808-00); Marcos Kelvin Gomes Rufino (087.962.554-63); Marcos Marques de Melo (658.020.393-53); Marcos Paulo Amaral Maciel (020.376.071-99); Marcos Paulo Ferreira Pereira (096.425.034-92); Marcos Paulo Nascimento de Aguiar (076.806.774-09); Marcos Paulo Silva dos Santos (096.892.504-93); Marcos Pires de Andrade (431.533.136-87); Marcos Poleti Alves (044.131.359-03); Marcos Renan Andrade Bezerra de Melo (007.896.003-74); Marcos Roberto Wodarski (682.630.230-68); Marcos Rodolfo do Nascimento Silva (124.509.157-37); Marcos Rogerio Buron (009.617.920-19); Marcos Tulio Goncalves Rodrigues (703.145.601-06); Marcos Valerio Menezes de Azevedo Maia (257.740.262-72); Marcos Vinicius Carrer (078.531.649-39); Marcos Vinicius de Araujo Souza Faustino (052.676.604-26); Marcos Vinicius de Sillis Bilo (133.269.047-54); Marcos Vinicius de Souza (124.752.617-81); Marcus Adriel Caixeta de Araujo (027.435.511-60).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10411/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.162/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Maria Christina Mathias Steimbach (660.077.987-04); Maria Clara Vilar Boardman Cavalcanti (688.056.837-87); Maria Claudia Elias Batista (004.263.711-27); Maria Claudiceia Simoes de Maria (012.788.694-09); Maria Conceicao Gomes dos Santos (021.134.625-08); Maria Creiciane Lima Souza (057.703.733-18); Maria Cristina Alves da Silva Pinheiro (110.896.047-26); Maria Cristina da Costa (035.674.837-57); Maria Cristina dos Santos Oliveira (104.263.824-12); Maria Danielle de Almeida Nascimento (062.010.744-81); Maria da Anunciacao Soares Rezio (339.718.701-04); Maria da Conceicao Lima dos Santos (915.187.332-04); Maria da Conceicao Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Barbosa (977.213.605-87); Maria da Conceicao dos Santos Pinho (600.448.923-90); Maria das Gracas Buarque Costa (278.918.794-00); Maria das Gracas Leal (663.144.887-53); Maria das Gracas dos Santos (932.954.562-91); Maria de Fatima Conceicao dos Santos (828.007.585-20); Maria de Fatima Hygino de Campos (404.516.749-87); Maria de Fatima dos Santos Tomaz (557.359.671-34).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10412/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.164/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Maria Helena Gomes da Silva (017.793.095-03); Maria Heleniza Damasceno de Andrade Alencar (326.360.752-91); Maria Ines Cardoso Brandao (802.833.141-68); Maria Irineuda de Oliveira (002.642.483-50); Maria Isabella Epifanio de Sousa (041.604.543-05); Maria Ivone Costa (974.814.671-53); Maria Izenilce Batista Oliveira Pereira (798.863.373-20); Maria Jessica dos Santos (077.504.194-70); Maria Jose Freitas Franco Mattos (148.138.187-30); Maria Jose Menezes da Silva (051.562.655-45); Maria Jose Nacif de Melo (286.941.042-53); Maria Jose da Silva Doria (609.486.206-68); Maria Jose dos Santos Goes Coelho (297.156.876-87); Maria Joselma de Souza (058.193.434-25); Maria Liduina Freitas Santos (514.057.843-34); Maria Lisandra Souza Martins (007.968.280-40); Maria Livia Ferreira dos Santos (010.692.775-25); Maria Lucia de Nazare (581.743.466-00); Maria Lucieuda Castelo Torres (043.289.383-04); Maria Luisa Melo de Morais (065.101.494-86).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10413/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.168/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mariane Ehlke Rodrigues (037.179.249-58); Mariane Gesumira da Silva Guedes (087.606.614-70); Mariane Gomes de Moraes (014.260.141-12); Mariane Heredia de Oliveira (092.313.686-05); Mariane Matos Amorim (042.139.785-32); Mariane Soares Ribeiro (064.627.546-13); Mariane Teles Magno de Carvalho (049.013.845-46); Mariangela Ferreira de Almeida (026.775.789-13); Mariangela Garcia Cecci (004.535.718-83); Marianna Alves Teixeira de Sousa (132.998.487-04); Marianna Tiemi Harakawa (325.967.568-03); Marianni Picciani Abreu (121.820.757-47); Mariano dos Remedios Dias Neto (056.441.963-05); Maricelio de Melo Gomes (001.796.962-03); Maricelma Damiana Rodrigues (014.572.311-90); Mariela de Souza Pereira (025.357.112-06); Mariella Anacleto Almeida (118.964.097-09); Marielle Prates Gomes (043.220.215-30); Marielza Souza Valgueiro de Carvalho Barros Oliveira (101.814.534-60); Marijane Silva Santa Rita (020.130.795-24).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10414/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.169/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Marilda do Rocio Cunico Cordeiro (000.261.459-60); Marileia Gomes Barbosa (919.260.097-20); Marileia de Lima Cichella (605.040.139-04); Marilene Engers Marques (418.779.850-15); Marilene Pereira dos Santos (059.708.584-63); Marilene Silva Cavalcante (995.624.724-34); Marilene da Silveira Coelho de Souza (620.317.677-04); Marilesia Cardoso de Aguiar (404.811.310-00); Marilia Barros de Morais (646.344.423-53); Marilia Bechara Saft (311.203.758-86); Marilia Bezerra Rodrigues (053.839.503-62); Marilia Brito Romanha (123.053.587-09); Marilia Oliveira Freitas de Carvalho (042.928.945-66); Marilia Panisset Brandao Fadel (078.920.826-11); Marilia Pereira Ramos (023.200.141-36); Marilia Ribeiro de Sousa (082.519.056-80); Marilia Suyane Nunes Cruz (030.902.255-06); Marilia da Silva Oliveira (058.724.044-09); Marily Regina Rodrigues (049.198.169-44); Marilyn Emanuelle dos Santos Silva (060.090.144-09).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10415/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.171/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mario Cesar Morais da Silva (105.697.924-01); Mario Cesar Zettermann Berlese Filho (015.298.670-70); Mario Cezar Calegari Filho (915.238.262-15); Mario Conceicao Rangel (107.378.627-77); Mario David de Araujo do Nascimento (049.981.833-46); Mario Golemba (313.125.359-20); Mario Goncalves de Melo Junior (092.366.476-93); Mario Henrique Alves dos Santos (323.150.268-30); Mario Nelson Sarinho de Souza (002.581.157-69); Mario Nelson da Silva Vieira (380.936.002-30); Mario Rodrigues da Costa Junior (631.472.386-87); Mario Sergio Leite (059.281.694-00); Mario Tenorio Cavalcante (870.676.332-49); Marisa Reis Schwendler Russi (310.357.289-15); Marise Braz Araujo (027.343.277-08); Maristela Land (065.970.699-78); Maristela Schneider (077.680.919-90); Maristeli Daiane Lange (022.041.480-75); Marizete Borges Silva Serejo (012.427.013-11); Marjana Gutterres Boniati (026.700.660-89).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10416/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.176/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mauricio Jose Falcao Moreno e Acelo Nardini (024.489.251-27); Mauricio Lopes Correa (014.616.526-85); Mauricio Luis Paim Barros (066.238.315-09); Mauricio Pereira de Oliveira (021.152.965-67); Mauricio Queiroz Andrade (049.943.035-25); Mauricio Santos Fernandes (057.725.315-81); Mauricio Siqueira de Paula (076.539.008-60); Mauricio Veras da Silva (054.316.943-08); Mauricio Viana Palma (046.392.705-26); Mauricio de Oliveira Bispo (037.914.945-11); Mauricio de Souza Maximim (008.963.952-94); Maurilio Manoel Machado (449.535.341-15); Maurilio da Silva Euzebio (148.570.267-40); Mauro Araujo Lima de Souza (255.204.151-53); Mauro Figueiredo Rodrigues (593.099.972-49); Mauro Frank Lima de Lima (438.030.162-15); Mauro Garcias dos Santos (364.862.131-91); Mauro Henrique Valentim Firmino (083.441.336-10); Mauro Luis Zanovello (931.699.301-68); Mauro de Oliveira (169.484.750-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10417/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.178/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mayara Varejao Ferreira (115.955.417-05); Mayara Victoria Freitas da Costa (959.730.012-53); Mayck Andryws Costa Torres Cesar (096.864.254-38); Maycon Jefferson de Oliveira (086.825.034-17); Maycon John Carneiro de Oliveira (021.581.515-79); Mayk Gomes Araujo (094.252.634-18); Mayk Ramalho dos Santos (077.283.379-63); Maykon Lopes da Silva (043.000.821-03); Maylda Rodrigues da Silva (974.956.621-15); Mayling Vassoler Bedin (078.971.669-02); Maynara Goldner Herminio (116.993.917-18); Mayne Luiza Esteves Silva (102.512.796-00); Mayra Cervigni Bonalumi (005.172.901-62); Mayra Cruz de Araujo (033.523.065-24); Mayra Gabriela de Albuquerque Batista (045.486.344-60); Mayra Rocha Moura (040.769.353-06); Maysa Fernanda Leite da Silva Nascimento (060.709.934-89); Meiriele Nunes Martins (009.570.711-59); Meiryellen Dias Antunes (133.597.717-10); Melissa de Carvalho Martingil (095.912.287-75).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10418/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.180/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Michel Passos Ribeiro (019.406.825-09); Michel Sappak Ramos (399.142.658-71); Michel Xisto Silva Silveira (119.075.727-32); Michelangelo Vargas Fassarella (058.398.967-56); Michele Barbosa dos Santos Pereira (030.278.241-98); Michele Barros Souza (026.956.961-83); Michele Cristina Marques (037.276.559-92); Michele Natalia Barbosa Lima (835.333.972-20); Michele Siqueira Simoes Santos da Silva (145.867.737-07); Michele de Oliveira Pinheiro (093.845.646-64); Micheli Ferreira Pinheiro (073.803.174-74); Micheline Martiniano de Souza (023.320.554-36); Michelle Helene Machado de Souza (014.727.706-09); Michelle Mahlow Machado (002.712.031-70); Michelle Soares Pereira Baptista (028.673.487-73); Michelle dos Santos Faria (116.985.207-60); Michelli Rodrigues Rangel (034.387.347-88); Michelli Siqueira Barcelos (134.756.767-45); Miguel Nonato Lavareda de Oliveira (336.027.002-91); Mikaelly Moreira Morais (035.461.561-02).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10419/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.181/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mikal Pereira Santos (016.950.685-13); Milane da Rocha Modesto (846.145.956-34); Milena Coelho Savignon (116.419.387-22); Milena Rodrigues de Oliveira (017.231.180-28); Milene Carla Rosa Costa (054.610.626-95); Milene Martins da Silva (002.798.331-56); Milene Rodrigues Borba (018.875.282-02); Milene Santos Couto (123.679.577-62); Milene Soares de Souza (087.947.547-13); Millena Fonseca do

Nascimento (050.541.235-71); Milton Almeida Canabrava (455.930.196-49); Milton Valdoski (799.684.148-91); Milton de Andrade Costa Neto (095.624.934-58); Mineia Martins Cristaldo (012.783.681-08); Minerita Mesquita Barbosa da Costa (928.725.811-20); Miqueias Rezende dos Santos (024.331.635-60); Miqueias Vaz Oliveira (811.511.282-87); Mirela Santos Barros (068.137.444-61); Mirella Almeida Grespan (410.529.098-33); Mirella Araujo Caetano (017.699.131-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10420/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.185/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nadya Gabrielle Miranda Farias (097.362.184-22); Nafta Rosiele Souza Alves (103.996.026-07); Nagel Silva Pereira (214.731.882-53); Nagylla Santos de Melo (077.275.574-47); Nahuan Medeiros Fernandes de Melo (084.278.584-18); Nahum Felipe Marques Castro (089.048.644-10); Naiara Rejane Rodrigues Cerqueira Pereira (032.485.965-11); Naiara Trevisan Eloi (089.371.386-46); Naiara de Lima Zappe (822.716.230-49); Naila Diniz Campos (102.320.837-70); Naila Naijane Silva dos Santos (009.856.952-00); Nailde Souza de Lima (007.160.712-90); Naira Aparecida Almeida da Hora (028.059.045-83); Nairo Francisco Possas dos Santos (453.689.530-20); Naliane Dantas Olimpio Bezerra (048.241.254-21); Nara Campos de Oliveira Moraes da Conceicao (122.045.557-11); Nara Ferrel Oliveira (976.485.585-72); Nara Haru Marumo de Souza (021.589.745-59); Nara Roberta de Souza Almeida (617.507.602-82); Naraiana Cristiny dos Santos (100.927.056-77).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10421/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.190/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nelsiclea Santana de Souza (863.036.515-34); Nelson Cordeiro de Oliveira Neto (105.818.934-41); Nelson Fragoso da Silva (337.381.737-49); Nelson Renato Lima de Oliveira (142.513.102-68); Nelson da Silva Borges (701.748.652-87); Nelson de Aquino Albuquerque Neto (071.421.544-97); Nelson de Souza Verdinelli Bolsonaro (011.700.931-83); Nemesys Osorio Ferreira (018.845.760-79); Nemo Augusto Moes Cortes (071.858.104-00); Nerilene Medeiros do Couto (559.010.001-10); Nerivan Mendes de Souza (352.686.972-34); Neslayne Louise Campiol (033.398.985-61); Nestor Emidio Barbosa Sampaio (033.102.103-08); Neusilene Rosa da Silva Souza (946.658.261-53); Neuza Aparecida dos Santos (856.293.756-87); Neuzilon Gomes de Souza (569.039.281-20); Neverton Luis Michelin (486.648.800-00); Newton Cardoso da Rocha Neto (045.836.323-55); Newton Hasselmann Damasceno Vieira (678.084.097-15); Ney Charles Francisco Cunha de Oliveira (008.461.322-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10422/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.193/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nubia Dalila da Silva Penha (132.716.727-17); Nubia Goncalves Ferreira (637.468.596-20); Nubia Ieda de Souza Santos (788.992.222-15); Nubia Mical da Silva Nascimento (024.894.031-76); Nuthielle Silva da Costa (060.131.815-35); Nykolas Edwardo Gorgonio do Nascimento (013.461.084-98); Nylberson Vasconcelos Moura (037.360.353-30); Ocileide Xavier de Castro (399.334.072-87); Odacy Jose Oliveira de Melo (054.026.904-21); Odair Moreira Rosa (005.618.741-66); Odilon Antonio Menegusso (962.273.038-87); Odilon Henrique Portal Neves (889.895.342-91); Odivan da Costa Rodrigues (003.302.402-26); Ohanna Oliveira Matos do Rosario (061.299.187-39); Olinda Dias de Sarges (884.343.702-04); Olisses Dalpra Baggio (022.783.109-84); Olivia Lassance Cabral (120.383.827-19); Olivia Lorena Campos de Almeida (009.949.225-31); Olivia Mendes Albuquerque (531.263.512-04); Olmar da Silva Freitas Neto (021.582.435-03).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10423/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.194/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Omar da Silva Padilha (505.667.411-72); Onofre Hermano de Souza Filho (083.765.097-64); Orlando Augusto Nunes (898.481.101-78); Orlando Rodrigues dos Santos (057.767.745-43); Ornan Menezes Granja Junior (037.410.763-76); Ornella Scardua Ferreira (123.411.527-16); Osaias Fernandes Ribeiro (759.387.661-68); Osandi Ribeiro Soares Junior (025.384.553-08); Oscar Alves de Souza (967.350.663-91); Oscar Monteiro Ximenes Neto (008.884.834-57); Oseias Freitas de Oliveira Junior (945.710.661-04); Oseias Lopes de Oliveira (974.495.122-20); Oseias Rodrigues Macedo Dias (000.567.215-52); Oseias Rodrigues Macedo Dias (000.567.215-52); Osmar Jose dos Santos (036.245.399-30); Osmar Pereira de Mello Netto (124.436.987-00); Osmarina Freire da Conceicao (034.710.063-54); Osmayk Galvao Lima (885.574.482-87); Osmilton Samiro dos Santos (845.671.632-49); Osni Prusse (304.283.949-49).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10424/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.196/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pablo Naves de Rezende (011.916.876-60); Pablo Santiago Marinho Lima (029.832.443-18); Pablo Sergio Rodrigues (727.690.331-15); Paloma Cesar de Souza (124.263.617-00); Paloma Gabriela Cunha do Nascimento (015.582.296-98); Paloma da Silva Sa (047.272.001-55); Paloma dos Santos Azevedo (013.292.293-20); Pamela Rodrigues Pereira (138.372.647-77); Pamela de Oliveira Morais (082.204.379-36); Pamella Stephanie Santtos Nogueira (094.866.764-88); Pamila Caroline Santos de Almeida (006.805.572-29); Paola Kariny de Paula (088.528.496-88); Paola Mariana Assuncao Joaquim (094.245.606-80); Paola Palma de Lima (017.881.760-06); Paola Ribeiro Santos (104.570.077-02); Passio Roberto do Carmo Filho (028.911.091-20); Patricia Alexandre Carvalho Lima (052.091.973-44); Patricia Alves da Silva (076.838.944-51); Patricia Andrade Paschoa (015.703.943-93); Patricia Araujo Barini (947.106.601-82).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10425/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.199/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paula Cristina Binda dos Passos (016.976.452-40); Paula Cristina Goncalves Amaral (071.792.446-78); Paula Fernanda Pereira da Silva (014.338.501-17); Paula Freitas Sessa (059.226.257-05); Paula Helluska dos Santos Soares (032.585.451-38); Paula Juliana Vercosa da Silva (050.293.914-10); Paula Karolinne Lisboa Batista (011.024.772-81); Paula Paludo Malvestido (019.651.280-84); Paula Queiroz de Souza Araujo (853.035.692-68); Paula Regina Gama Silva (529.261.682-68); Paula Regina Toyota de Matos (989.350.381-72); Paula Rejane Santos Correa (731.406.432-68); Paula Renata de Jesus (118.299.026-60); Paula Roberta de Souza Xavier (802.917.592-20); Paula Tramontim (015.537.260-22); Paula da Silva Ferreira (038.926.151-36); Paulo Afonso Ribas dos Reis Filho (028.120.400-41); Paulo Anacletino Pereira Neto (054.864.714-32); Paulo Araujo de Paula Martins (142.496.037-17); Paulo Cesar Alves Pinheiro (471.895.681-15).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10426/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.202/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Roberto Correa (219.797.902-72); Paulo Roberto Merces (932.986.765-00); Paulo Roberto Ponciano (602.277.704-63); Paulo Roberto de Albuquerque (365.854.409-00); Paulo Roberto de Souza Ferreira (981.083.601-53); Paulo Rodrigo Alves Bento (624.514.051-04); Paulo Rodrigo dos Santos Sidronio (051.808.295-42); Paulo Romero Ferreira Rocha (050.556.134-40); Paulo Salomao Carvalho Pinto (027.371.173-30); Paulo Sergio Lima do Nascimento (016.325.493-10); Paulo Sergio Santos (005.092.367-66); Paulo Sergio da Silva Souza (046.400.275-32); Paulo Sergio de Aquino (001.439.977-69); Paulo Sergio dos Santos Vasconcelos (066.149.142-00); Paulo Vagner Veloso Fonseca (688.521.426-49); Paulo Victor Soares de Lima (016.434.913-85); Paulo Victor de Sousa Araujo (995.713.662-34); Paulo Vitor de Souza Franco (734.272.841-15); Pedro Alexandre Garcia Fagundes (406.759.408-93); Pedro Alves Juca Filho (036.746.293-13).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10427/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.204/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Froes Nunes Junior (005.775.342-38); Pedro Furtado Ferreira (719.591.492-53); Pedro Gomes Moura Filho (143.656.851-04); Pedro Henrique Araujo Dias Zagonel (029.741.569-75); Pedro Henrique Barbosa Barros (076.942.034-63); Pedro Henrique Bertolin Simoes (703.111.961-87); Pedro Henrique Btedini Brandao (007.456.071-95); Pedro Henrique Guerrero Silva Miranda (135.850.997-26); Pedro Henrique Hoelbriegel Caramez (080.988.897-18); Pedro Henrique Lima Martins (667.440.243-53); Pedro Henrique Maia Campos (151.287.137-09); Pedro Henrique Mendes Domingueti (086.941.596-43); Pedro Henrique Moreira Fraga (140.036.967-35); Pedro Henrique Neres de Oliveira (048.668.131-99); Pedro Henrique Omena Sampaio (095.549.364-19); Pedro Henrique Otten

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Diemer (009.917.790-02); Pedro Henrique Santos Barreto (003.397.562-09); Pedro Henrique Tenorio de Almeida Pessoa (095.615.934-67); Pedro Henrique de Oliveira Flores (026.824.690-43); Pedro Igor de Sousa Barbosa (937.790.202-97).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10428/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.208/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Priscila Shizu Martins Hasegawa (043.018.129-97); Priscila Silva da Conceicao (150.875.177-30); Priscila Soto Reinaux (072.984.854-07); Priscilla Bandeira Visconti (043.104.649-20); Priscilla Borges Ramos (150.472.987-01); Priscilla Garcia de Lima (035.023.109-55); Priscilla Kellen Cavalcante de Araujo (086.801.344-73); Priscilla Moreira Dias (042.423.251-00); Priscilla Oliveira de Sousa (034.092.313-07); Priscilla Pereira Santos (033.294.253-85); Priscilla Rayane de Franca Barboza (109.470.987-55); Priscilla da Costa Botelho (009.418.872-60); Priscilla da Silva Sousa (055.515.774-14); Priscilla de Carvalho Zortea (638.115.292-34); Priscylla Conceicao Guerreiro dos Santos (008.242.135-80); Priscylla Sousa do Vale (954.398.972-91); Prissila Nogueira de Araujo (042.925.681-70); Queila da Costa Marinho (124.324.347-30); Queiliane Barbosa de Sousa (897.069.001-87); Queren Isabela da Silva Dantas (057.494.985-22).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10429/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.210/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Erick Maia de Assis (093.338.104-20); Rafael Estacio Ferreira dos Santos (048.929.153-86); Rafael Evangelista Guimaraes Tavares (959.663.232-91); Rafael Felipe Prais (064.848.749-05); Rafael Ferraz da Silva (007.919.272-61); Rafael Ferreira Castro (750.424.012-53); Rafael Ferreira Cunha (035.260.743-21); Rafael Ferreira de Azevedo (039.656.334-14); Rafael Figueiro dos Santos (016.016.580-60); Rafael Gadelha Barbosa (077.926.134-88); Rafael Geraissate Gorenstein (359.076.588-78); Rafael Gomes Alves (021.335.453-52); Rafael Gomes Carvalho Pontes (061.528.324-11); Rafael Gomes Pugliesi Branco (009.467.314-46); Rafael de Castro Francisquini (086.972.639-05); Rafael de Lira Mansur Coury (038.657.255-03); Rafael de Souza Duarte (045.568.681-57); Rafael do Nascimento Alves (037.089.241-00); Rafael dos Santos Gomes (112.016.097-98); Rafael dos Santos e Silva (016.605.742-85).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10430/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.212/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Mauricio Silva (028.351.885-50); Rafael Morais Barbosa (018.677.993-32); Rafael Moura Machado (134.012.367-33); Rafael Moura Sousa (012.229.153-08); Rafael Mozart Mercer (051.152.919-83); Rafael Nonato dos Santos (067.345.684-66); Rafael Pedro da Silva (057.860.684-47); Rafael Penczkoski (009.502.369-00); Rafael Pereira Mizuno (140.050.117-21); Rafael Pereira dos Santos (013.834.574-09); Rafael Pinheiro Abdala (049.386.633-76); Rafael Puras (850.964.077-72); Rafael Quinteiro da Silva (029.890.165-03); Rafael Rauber (042.763.941-71); Rafael Regueira Santos (041.724.545-93); Rafael Ricacheneisky de Oliveira (028.756.470-32); Rafael Ricardo Bruxel (047.819.339-47); Rafael Romulo Matias de Lima (026.907.813-44); Rafael Rosa Lemos (133.239.087-08); Rafael Santos de Paula (094.940.666-00).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10431/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.216/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ramon Rodrigues Aleixo e Silva (015.295.472-45); Ramon Sales Cupertino (091.693.074-23); Ramon Volpasso Crescencio (125.575.227-08); Ramylas Dryelle de Assis Sousa (054.164.313-42); Rana Santos Damascena (110.689.156-25); Rander Filgueiras Diogo Costa (215.472.972-04); Randryk Cardoso Duarte (118.070.357-00); Rangel Souza Alves (039.029.445-44); Raniere Mendes dos Santos (996.721.703-00); Ranieri Felipe de Oliveira Aguiar (096.186.184-39); Raniery Vital de Souza Lima (073.944.724-69); Ranyk Joyce de Abreu (104.957.876-71); Raoni Alves Souza de Carvalho (031.555.145-31); Raphaanne Florentino Correia Barbosa (089.623.574-29); Raphael Augusto Paiva Escobar (458.820.700-82); Raphael Borges Figueira (056.451.647-33); Raphael Botelho Evangelista de Souza (084.794.044-69); Raphael Capuchinho Felix de Oliveira (069.377.744-35); Raphael Claudio Siqueira (045.068.311-79); Raphael da Silva Simiao Lellis (121.387.937-02).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10432/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.218/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raquel Burak (031.911.839-81); Raquel Carlos de Brito (029.749.273-00); Raquel Espirito Santo de Lucena (590.143.189-87); Raquel Ferreira Pacheco (077.316.616-52); Raquel Gouveia Muniz Santos (053.269.274-89); Raquel Magalhaes Correa (639.248.896-00); Raquel Oliveira Santana (083.055.256-19); Raquel Pereira Lima (040.363.313-37); Raquel Pires Silva (135.576.437-86); Raquel Santana Machado da Cruz (393.067.268-56); Raquel Santos Pereira Dias (147.526.187-02); Raquel Xavier dos Santos (183.969.708-31); Raquel Zenirma Martins (009.093.489-01); Raquel de Lucena Oliveira (093.273.147-35); Raquel dos Santos (635.168.291-68); Raul Felipe de Medeiros Morais (089.549.604-64); Raul Fernandes do Nascimento Araujo (097.402.154-75); Raul Luiz Pedroso (078.050.839-40); Raul Ventura Pereira de Souza (083.155.656-05); Raulino Rinaldi Junior (024.923.741-57).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10433/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.219/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raullyfrank Marcio Lima e Silva (591.190.472-15); Ravena de Almeida Gomes (075.692.004-38); Ravenna Catarina Souza Alves (087.580.804-22); Rayan Soares dos Santos (046.476.823-31); Rayane da Silva Felicio (004.217.202-04); Rayane de Paula Costa (022.102.611-80); Rayanna de Souza Dias (101.466.894-88); Rayanne Dantas Lima (035.748.793-18); Raylan Ribeiro de Araujo Ferreira (060.870.775-96); Raylson Carlos Sobral da Silva (086.648.244-01); Rayner Ferreira dos Santos (024.034.961-03); Rayssa Adrielle Meireles (044.137.341-06); Rayssa Kelly Duarte de Paiva (055.777.364-47); Rebeca Cerqueira dos Santos (030.865.465-06); Rebeca Cezimbra de Oliveira (028.669.585-51); Rebeca Marques Sobral Leitao (065.613.774-60); Regiane Aparecida da Silva (039.552.591-88); Regiane Cristina de Oliveira Castro (712.550.951-72); Regiane Pereira (735.940.409-68); Regiane Polizelli Pires (036.912.939-30).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10434/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.223/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Alves Menezes Barreto (047.090.171-31); Renato Cardoso do Nascimento (067.434.144-92); Renato Coelho de Oliveira (003.222.393-54); Renato Evangelista Mendonca (020.409.901-35); Renato Fagner Fernandes Couto (070.037.674-73); Renato Ferreira Filho (580.261.187-15); Renato Gabriel Ferreira (115.155.254-22); Renato Marques de Araujo (342.304.593-00); Renato Nascimento Lacerda Guimaraes (013.951.711-14); Renato Rocha (562.654.849-15); Renato Vicente Partezani (022.144.351-74); Renato de Lima Ballestero Anaya (132.931.697-59); Renato de Sousa Porto Gilioli (185.407.058-42); Renato dos Santos Amorim (022.280.571-42); Rene Francisco Fonseca Lopes (872.330.452-91); Rene Santana Lima (117.565.566-01); Renio Douglas Lopes de Oliveira (093.669.144-11); Renivaldo de Barros Albuquerque (104.045.464-04); Rennan Barbosa da Silva (005.125.812-90); Rennan da Silva Vieira (048.845.213-90).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10435/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.224/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rennan Felipe Costa Ribeiro (064.425.816-08); Rennan Moura Martins (035.924.141-78); Requel Vanderline da Silva (055.915.534-43); Reuel da Silva Torquato Costa (982.606.002-00); Rhaian Pereira de Souza Oliveira (133.850.497-50); Rhamon Godinho Batista (043.232.581-60); Rhuan Alencar da Silva (034.651.883-06); Rhuan Gustavo Luna de Carvalho (022.851.533-50); Rhuano Raphael da Silva Trigueiro (079.981.294-33); Ricardo Alex Pires Franco da Silva (949.205.912-68); Ricardo Alexandre da Silva Souza (666.061.104-59); Ricardo Alfonso Daga da Silveira (845.946.160-20); Ricardo Alves Amorim do Lago (049.638.873-80); Ricardo Andre Avelar da Nobrega (805.195.201-49); Ricardo Barros Becheli (042.310.348-26); Ricardo Borges dos Santos (043.809.715-70);

Ricardo Braga de Negreiros (042.124.133-02); Ricardo Christyan Matos Carvalho (023.209.744-58); Ricardo Correia Lima Goncalves (118.661.917-13); Ricardo da Anunciacao do Nascimento (011.583.775-25).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10436/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.228/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Jose Lube Teles (055.737.177-58); Roberto Jose da Silva (072.832.916-60); Roberto Marcio Sena (661.658.066-00); Roberto Miralha de Medeiros (073.025.707-01); Roberto Patrocínio Silveira (214.569.091-34); Roberto Rabelo Machado Bernardes (109.282.226-75); Roberto Romao Peres (929.605.451-68); Roberto Roubertie Ribeiro (099.879.127-02); Roberto Soares Santos (084.203.644-01); Roberto Tissianel Hespanhol (010.238.632-35); Roberto Vamos (537.390.948-34); Roberto Vasconcelos Eluan (694.079.322-49); Roberval Bomfim de Souza (642.181.715-72); Roberval Coelho Madeira de Sousa Junior (042.176.073-77); Robervelte Cicero Pereira Gomes (052.819.266-32); Robespierre Daves Gomes de Sousa Alvarenga Junior (051.055.573-01); Robmara Graciele Vieira (041.862.089-05); Robson Braga Marques (147.367.617-76); Robson Guarnieri dos Santos (344.078.138-06); Robson de Andrade Lima (079.774.604-83).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10437/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.230/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Barbosa dos Reis (055.911.547-43); Rodrigo Benevides Barbosa Gomes (042.623.983-07); Rodrigo Borges de Souza (122.091.797-42); Rodrigo Cabral Ponciano (058.745.434-22); Rodrigo Calsavara Raimundo (086.610.237-00); Rodrigo Capuano Pinheiro (813.873.930-49); Rodrigo Costa de Oliveira (832.966.542-91); Rodrigo Duarte de Alencar (744.292.212-00); Rodrigo Estevam de Lima (128.481.607-99); Rodrigo Fernandes de Carvalho (924.166.086-49); Rodrigo da Costa Batista (921.287.772-91); Rodrigo da Silva Alves (021.774.875-95); Rodrigo da Silva Dias (044.216.921-31); Rodrigo da Silva Magalhaes (055.704.573-80); Rodrigo de Amorim Guedes (226.178.598-43); Rodrigo de Sousa Moreira (899.731.782-20); Rodrigo de Souza Garcia (082.427.866-66); Rodrigo de Souza Guimaraes Soares (007.005.675-77); Rodrigo dos Reis (021.702.470-09); Rodrigo dos Santos Custodio (379.704.388-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10438/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.233/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Romana Alves (078.219.366-85); Romario Assuncao de Oliveira (045.122.371-35); Romario Oliveira Santos (857.939.805-39); Romario de Macedo Barros (067.304.974-40); Romeu de Sousa Reis (243.213.461-34); Romilson da Silva (093.372.644-98); Romney de Freitas Franca (055.489.296-07); Romualdo Carvalho Junior (148.329.787-05); Romulo Cabral de Carvalho (603.409.834-34); Romulo Gomes da Silva (061.058.504-50); Romulo Guilherme de Paula Santos (072.873.696-99); Romulo Lima Piauilino Ramos (011.074.573-60); Romulo Nascimento da Silva (074.093.274-80); Romulo Pablo Castro Lins (081.885.034-52); Romulo Reis Redua (141.006.467-04); Romulo Rocha Fontinele (040.966.101-51); Romulo Rodrigues Pacheco (092.203.346-31); Romulo Teixeira Braga Nunes (137.379.197-71); Romyka Wilk (011.712.181-92); Rômulo Guilherme Barbosa (127.538.977-51).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10439/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.235/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronio Rodrigues Miranda Barros (041.962.143-12); Ronivon Melo da Silva (804.942.772-20); Ronney Carvalho de Melo (047.846.484-37); Ronney Moreira de Souza (603.450.153-98); Rony Von Ribeiro de Souza (807.190.311-68); Roosevelt Tenorio Silva Junior (047.878.597-65); Rosa Laura de Pinho (855.564.321-04); Rosa Maria Costa Silva (000.864.661-94); Rosa Maria Pinto Soares (636.820.367-68); Rosalvo Henrique Oliveira de Souza (087.756.824-35); Rosalvo Pereira de Faria (041.666.008-85); Rosana Lins Souza (805.235.601-68); Rosana Maria Izaias Matozo (536.298.929-49); Rosana Moreira de Oliveira (995.023.481-68); Rosana Pereira de Oliveira (793.535.412-04); Rosana Rodrigues dos Santos (074.017.934-90); Rosana da Silva Aguiar (072.971.627-95); Rosandro Barros da Silva Souza (070.886.504-60); Rosane Aparecida Macedo dos Santos (718.528.917-34); Rosane Laura da Silva (847.275.601-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10440/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.240/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samara Silva de Oliveira (029.887.743-07); Samia Larissa de Lima Vale (056.384.834-03); Samila Pacheco (094.101.826-11); Samille Santos Rocha (030.350.945-78); Samuel Benassuli Pinheiro (019.575.142-64); Samuel Duarte Martini (042.729.391-06); Samuel Falconi Gomes de Medeiros (009.640.113-36); Samuel Fernandes da Nobrega (107.108.834-39); Samuel Fleck (000.455.310-13); Samuel Freitas Costa (994.182.312-04); Samuel Garcia Bueno (078.287.156-92); Samuel Luiz da Silva (059.550.064-19); Samuel Machado Vidal (035.029.233-70); Samuel Manske Machado (024.947.690-86); Samuel Oliveira Caetano da Silva (074.058.819-20); Samuel Ribeiro da Silva (063.465.994-45); Samuel Vitor Gaspar (061.076.406-30); Samuel da Silva Sousa (041.195.651-57); Samuel de Alcantara Goncalves (062.541.866-24); Samuel de Sousa Silva (057.631.463-36).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10441/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.242/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sara Francisca da Silva Villela Noronha (029.348.327-24); Sara Izabeliza Moreira Lima (150.922.397-51); Sara Jane Mendes (664.060.139-72); Sara Lima de Oliveira (036.939.909-99); Sara Maria Gomes Pinheiro (081.740.374-46); Sara Michelle da Silva Povoas (060.806.513-78); Sara Nicacia de Souza (097.086.759-03); Sara Rayssa Bernardes Araujo (011.164.541-73); Sara Silverio Leal Santos Tavares (128.592.097-00); Sara Tharfannes do Nascimento Silva (084.658.844-71); Sarah Christine Muniz Almeida (027.842.771-51); Sarah Karoline Farias Dantas (037.372.721-66); Sarah Lopes Machado (024.644.953-52); Sarah Mendes Cardoso (114.418.586-60); Sarah Yasmin Lemes Neves Marra (024.799.281-01); Sarah da Nobrega Viaro (089.524.574-47); Sarita Prati Marin (143.758.197-82); Sarita de Cassia Coelho Marques (126.853.717-96); Satierle Nunes Ginelli Figueiredo (024.233.102-50); Saul Carlos Costa dos Santos (039.738.415-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10442/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.245/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sheila Lima de Oliveira (044.427.356-54); Sheila Maria da Conceicao Costa (084.187.104-38); Sheila Regina Goncalves Ferreira Maciel (654.490.537-20); Shenia Siqueira dos Santos Araujo (086.529.157-84); Sherly Larocca do Amaral Fraga (009.933.781-96); Sheyla Paranagua Santos (019.879.465-70); Sheyla de Sales Braga (019.186.824-88); Shirlene Teixeira Lopes (014.648.345-63); Shirley Angela da Silva (069.110.844-74); Shirley Simone Reis (743.530.395-04); Shodi Takamoto (846.722.778-87); Sibely Luiza Pereira Rego (065.344.944-50); Sidartha Gautama Almeida de Oliveira (867.053.692-72); Sideli da Silva Lopes (288.224.388-09); Sidicley da Silva Cavalcanti (868.698.094-53); Sidiel Brito Queiroz (016.671.472-00); Sidinei Fedrizzi (762.320.500-53); Sidnei Jose Brasil Filho (088.041.119-84); Sidney Anizio de Assuncao (097.290.364-03); Sidney Gilberto de Carvalho (200.479.409-72).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10443/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.247/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Silvana Rajao dos Santos Silva (035.928.547-39); Silvania de Oliveira Froes (149.078.287-72); Silvano Gomes de Menezes (057.634.924-04); Silvano Soares da Silva (147.738.838-98); Silvia Jesseca Bezerra Lopes (036.115.133-00); Silvia Karla Batista de Macena Martins dos Santos (011.690.224-80); Silvia Maria Feliciano da Silva (221.107.122-87); Silvia Oliveira da Silva (881.608.152-04); Silvia Rodrigues de Aguilar Franca (110.295.756-90); Silvia Tubbs Saldanha (492.825.490-20); Silvio Alves do Nascimento (897.769.682-87); Silvio Antonio Nunes (796.758.676-04); Silvio Correa da Silva (884.938.652-49); Silvio Falcao Batista (646.818.402-97); Silvio Jose dos Santos (057.825.488-35); Silvio Luis Campos Filgueiras (932.744.831-68); Silvio Oliveira Sena (791.854.445-53); Silvio dos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anjos Pereira Silva (617.792.293-72); Simeia Angela de Sousa (645.727.144-87); Simon Felipe Suzart Chacon (128.321.827-55).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10444/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.249/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Sirlea Eustaquia de Melo Santos (035.115.466-30); Sirlei Pereira Ribeiro (050.043.695-93); Sirleide Veronica de Lima (476.991.164-53); Soeli de Fatima Correa (435.101.919-00); Soelita Dayane Martins Silva (023.275.841-75); Sofia Aparecida Santana Mesquita da Silva (029.996.735-23); Solange Folador Neves (028.567.739-07); Solange de Oliveira Carvalho (023.929.516-16); Solange dos Santos Tiburcio (324.251.206-53); Soleany Nunes Rocha (086.887.547-30); Solon Jose Barros (070.591.755-04); Sonia Aparecida dos Santos (804.454.549-20); Sonia Delfino dos Santos (979.354.506-25); Sonia Dulce Moreira (316.416.369-04); Sonia Elisabete Fricke (427.960.160-72); Sonia Maria Lopes da Silva (570.248.981-00); Sonia Maria Schuquel de Moura (003.502.110-19); Sonia Maria da Silva da Fonseca (018.034.948-16); Soniahonara Calixto de Oliveira (021.105.822-00); Sophia Fernandes Vidal (147.716.277-11).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10445/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.252/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Suzana Cavalcanti Sousa Braz (052.621.804-50); Suzana Lourenco Silva (140.941.757-33); Suzana Nascimento de Lima (495.044.792-00); Suzana Pereira Pacheco (957.860.582-04); Suzana Rosangela Rodrigues de Castro (019.650.890-89); Suzana Schuquel de Moura (029.987.390-08); Suzane Cristina Santana (018.576.881-47); Suzimeire Fernandes (046.516.029-83); Suzuki Correa Costa (001.581.321-57); Sydney da Cunha Costa (027.061.722-15); Syllas Nascimento de Melo (057.383.634-50); Sylvia Amanda da Silva Leandro (109.839.327-94); Sylvia Duarte Machado (091.188.056-98); Symara Kalianne Fernandes de Araujo (065.467.924-00); Tabata Idiely Sampaio (052.469.349-85); Tabata Vanessa Schulze (025.052.781-21); Taciana Millene Santana da Silva (074.643.754-40); Tacio Vinicius Gomes Valente Alves (033.901.255-23); Tadeu Cesario da Rosa (984.205.348-20); Tadeu Garrido Spinola (023.107.965-65).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10446/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.254/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Talita Mara Assis de Souza (069.262.386-85); Talles Bertann Vargas Quirino (117.550.496-33); Talles Thauan Leite Souza (020.734.605-42); Talles da Silva Duarte (065.273.554-16); Tallis Lemes da Cunha (013.851.721-50); Talluany Lima do Nascimento (028.639.232-18); Tamara Carla dos Santos Lima (019.049.195-70); Tamara Correia Alves Campos (036.776.441-51); Tamara Daiane da Rosa Costa (006.818.760-26); Tamara Dantas Farias (092.334.794-12); Tamara Dias de Assis (136.744.897-24); Tamara Garcia Chagas (581.967.062-00); Tamara Geralda Batista Sales (015.834.656-42); Tamara Neiva Costa Manrique (017.030.331-40); Tamara dos Santos Zerbinato (394.302.188-24); Tamires Abrantes (057.837.859-03); Tamires Alves Ferreira (017.853.163-46); Tamires Caetano Rosa da Silva (381.902.728-96); Tamires Cararo Ribeiro (012.799.180-80); Tamires Christine dos Santos (081.555.366-88).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10447/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.257/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Tatiana Pires de Santana (797.497.471-00); Tatiana Rosa Fulgencio (036.786.949-77); Tatiane Amaro da Cunha (982.150.602-00); Tatiane Arrais de Almeida Gois de Figueiredo (041.389.436-33); Tatiane Ferreira dos Santos (014.009.785-64); Tatiane Ferreira dos Santos (050.507.299-80); Tatiane Maria Salles Ferreira (140.724.387-07); Tatiane Maria Zucolotto (088.388.937-48); Tatiane Mendes de Sousa (968.150.002-49); Tatiane Silva Araujo (046.369.891-63); Tatiane Silva Machado (134.290.407-95); Tatiane da Silva Olimpio (111.737.447-54); Tatiane de Fatima de Fabricio (056.864.069-10); Tatiane de Freitas Zanesco (047.501.929-61); Tatiane de Sousa Moura (087.759.776-64); Tatiane dos Santos Costa Silva (119.200.567-85); Tatiani Meneghini da Silva (391.765.898-46); Tatiara Regina Souza Henriques (021.832.915-67); Tatyana Gresta Vieira da Silva (070.140.206-76); Tatyane Mendes Ferreira (017.100.021-82).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10448/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.259/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thadeu Augusto Lima Costa (644.963.333-68); Thaina Alves de Melo Ferreira (079.148.006-27); Thaine Cristina Garlet (079.266.899-55); Thainnan Cassia Santos Silva (141.257.567-24); Thais Borniatti (023.820.000-07); Thais Caldeira Brant Silva (113.344.206-45); Thais Cavalcante Aguiar (098.934.517-36); Thais Costa dos Santos (098.883.524-07); Thais Cristina Monteiro (346.470.028-37); Thais Fernanda da Silva (044.017.219-50); Thais Ferreira (098.325.156-88); Thais Filizzola de Lima (015.465.782-42); Thais Franca Freire (375.163.778-80); Thais Goes de Souza (033.344.205-90); Thais Gomes Cabral (000.390.492-05); Thais Leandro de Sousa (053.349.463-06); Thais Lima Rodrigues (602.289.583-93); Thais Mendes Teixeira (117.343.907-27); Thais Paz Watanabe (017.428.791-79); Thais da Paixao Furtado (015.138.272-78).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10449/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.263/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Ferreira Pereira (090.265.554-07); Thiago Frey Kvasne (013.558.352-75); Thiago Galeno Rodrigues de Freitas (008.147.743-00); Thiago Gonzaga Mesquita (082.170.196-73); Thiago Helcias Cavalcante (010.347.013-12); Thiago Henrique Jacon Chaves (060.632.289-26); Thiago Henrique de Farias Belchior (068.948.684-76); Thiago Jose Paz Angelo (098.732.197-81); Thiago Ladislau da Silva (055.450.374-38); Thiago Lima Goes (035.960.925-23); Thiago Lino Rosa (100.490.176-32); Thiago Mahrenholz (374.050.928-70); Thiago Marcorio Fernandes Camargo (755.316.311-20); Thiago Martins Monteiro (992.471.942-53); Thiago Meister Carneiro (040.485.979-81); Thiago Missagia Knaack (012.782.210-00); Thiago Monteiro Jatoba (042.249.564-62); Thiago do Nascimento da Costa (043.955.253-26); Thiago dos Reis Alvico (019.464.901-64); Thiago dos Reis Faustino Ventura (052.503.949-06).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10450/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.266/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tiago Felix Mendonca (073.809.064-61); Tiago Fernandes Spolavori (004.521.850-17); Tiago Jesser Marques Vieira (010.187.589-41); Tiago Jose Vicente Lemos (053.906.754-79); Tiago Lopes Barreto (046.901.815-19); Tiago Lopes Monteiro (042.320.283-90); Tiago Mateus Alves de Alencar (032.954.113-79); Tiago Monteiro de Faria (127.195.027-82); Tiago Nascimento de Santana (021.082.315-10); Tiago Olimpio Ferreira (031.169.891-33); Tiago Oliveira de Santana (141.673.907-60); Tiago Oliveira de Siqueira (025.379.815-96); Tiago Porfirio Roza Pontin (090.633.977-47); Tiago Rocha Cerqueira Lima (056.851.665-67); Tiago Rodrigues Pinto (827.487.052-20); Tiago Rodrigues da Silva (536.573.140-91); Tiago da Silva Nogueira (086.034.774-50); Tiago de Almeida Silva (115.921.877-30); Tiago de Carvalho Correia (124.119.357-65); Tiago de Paula Britto Santiago (042.884.493-67).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10451/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.270/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valdir Pontes dos Santos (085.592.274-58); Valentin Jose Sampaio Neto (468.286.565-04); Valeria Aparecida Candida (076.710.776-40); Valeria Azambuja Silva (007.637.116-67); Valeria Borges Bittencourt Ferreira (052.985.457-00); Valeria Caldas (035.411.247-33); Valeria Mortoni dos Santos (004.059.097-64); Valeria Muniz Rodrigues (015.560.497-06); Valeria Rocha de Sena de Oliveira (867.240.102-68); Valeria Sousa Landim (059.369.583-61); Valeria Vanessa Ribero (790.350.431-20); Valeria de Araujo Bueno (989.906.917-53); Valeriane de Jesus Ribeiro (072.429.166-07); Valeriano Pinheiro Portilho (018.649.213-82); Valerio Morais Arruda Costa (076.784.454-82); Valesca Poliana Sampaio Santana (052.016.513-64); Valeska Martins Torres (643.807.343-15); Valfran Bezerra de Farias (051.552.964-80); Valfrido Soares Filho (645.039.506-06); Valmor Janjacomo (417.889.858-26).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10452/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.271/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valnei Batista dos Santos (032.971.905-07); Valniele Cardoso Cascais (010.284.442-90); Valquiria Duarte Damato (113.906.876-86); Valquiria Gehlen (022.188.761-08); Valter Cezar de Souza (155.776.516-20); Valter Jose de Barros Junior (048.230.124-45); Valter Vitor dos Santos (073.721.154-77); Valtercarlos Santos Nascimento (041.595.765-67); Vanda Paz Lima (085.720.024-05); Vandekson de Oliveira da Silva (073.973.854-27); Vander de Souza Dias (722.702.178-53); Vanderlei Ribeiro Nunes (096.690.937-24); Vanderleia Aparecida Medeiros Lucena (065.591.814-05); Vanderleia Batista Galvao (075.904.009-55); Vanderley Roberto da Silva (883.556.081-00); Vanderman Alves Azevedo (020.867.502-77); Vanderman Alves Azevedo (020.867.502-77); Vandreane Ismenia Braga (936.518.211-53); Vaneila de Jesus Januario Pereira (043.228.476-17); Vanessa Barcellos Macedo Curi (096.101.907-74).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10453/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.273/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vanessa Paula da Silva (086.879.676-08); Vanessa Rezende de Santa Rosa Domingues (370.037.688-01); Vanessa Shelomy Ribeiro das Chagas (120.133.987-19); Vanessa Silva Resende (011.332.691-25); Vanessa Silva da Cruz (025.515.295-73); Vanessa Silveira dos Santos (029.202.039-24); Vanessa Strello (008.297.020-32); Vanessa Tamires Ribeiro dos Santos (026.980.123-58); Vanessa Vieira Cardoso da Silva (038.172.841-28); Vania Finamor de Oliveira (913.241.816-72); Vania Goncalves dos Santos (691.888.151-53); Vania Maria Marques (018.661.131-51); Vania Mont Alverne Lopes Angelim (665.026.913-15); Vania Pereira de Almeida (102.705.067-05); Vania Regina Sarruf (817.626.159-91); Vania de Oliveira Silva (006.622.152-81); Vanila Garcia Belo (034.308.601-80); Vanilza Teixeira de Paula Lima (518.405.021-34); Vannadson da Conceicao Silva (053.849.793-99); Vanoete Oliveira Silva (747.467.233-20).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10454/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.276/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Victor Hugo Santos de Souza (018.147.200-73); Victor Hugo Teixeira Lima Ferreira (602.999.923-06); Victor Hugo Torres Cruz (025.668.323-90); Victor Lima Tine (066.496.874-05); Victor Luiz Pedroza Nascimento (048.662.559-19); Victor Medeiros Divino Secundino (148.189.887-66); Victor Peruza de Oliveira Reis (028.555.611-83); Victor Rafael Moura Leitao (001.128.412-95); Victor Seiji Endo (363.473.448-58); Victor Siebra Pereira Ramos (014.335.444-23); Victor Silva Detalond Sieiro (111.161.386-97); Victor Toledo dos Santos Vimercatti (147.673.207-80); Victor Vieira de Souza e Silva (102.780.266-48); Victoria Lorena Oliveira Simplicio (018.097.271-54); Viktor Matthew Mendes da Silva (086.645.884-06); Vildson da Rocha Borba (037.743.204-03); Vilma Fernandes de Camargo (576.095.191-20); Vinicio Rogerio Nascimento Pereira (811.470.405-59); Vinicius Anselmo Goes (045.638.005-11); Vinicius Augusto Ferreira Barros (047.830.229-09).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10455/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.278/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vinicius Roppe Portella (109.074.277-07); Vinicius Sena Barradas (090.098.147-42); Vinicius Souza Alves (842.182.745-68); Vinicius Souza Santos (050.889.145-04); Vinicius Tadeu Silva de Almeida (085.553.496-64); Vinicius Taffarel Rodrigues (027.788.291-56); Vinicius Tiago dos Santos Silva (036.399.771-73); Vinicius Tristao Regino (132.345.847-61); Virginia Kalyne de Medeiros (056.594.834-29); Virginia de Sousa Nunes Januario (071.305.987-78); Virginia dos Santos Villa (080.299.289-71); Vita Dias de Almeida Santos (963.016.516-34); Vitor Cesar de Lima Gomes (090.295.004-50); Vitor Emanuel Resende da Silva (011.490.261-54); Vitor Gabriel Martines (359.089.268-41); Vitor Hugo Silva Crespo (134.359.097-30); Vitor Hugo Silva Teodoro Santiago Penha (125.760.647-60); Vitor Hugo de Oliveira (097.137.714-60); Vitor Joanni (061.207.944-92); Vitor Lucas Castro (125.120.397-30).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10456/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.283/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Warley Lopes Silva Mendes (010.784.861-90); Washington Lucas Soares de Franca (018.523.301-55); Washington Luiz Lobato Nunes (179.992.192-15); Washington Pereira da Rocha (030.668.454-35); Wclerio de Jesus Andrade (040.131.805-29); Wdo Renan Damasceno (034.833.693-41); Webson do Carmo Silva (006.688.992-80); Welber Danilo Pereira (373.202.598-50); Welber Goncalves de Souza (021.029.301-22); Welber de Oliveira Duarte (109.398.467-80); Welder Feitosa Souza (008.431.095-21); Welderson Lula Gomes dos Santos (000.177.662-22); Welika Christiane Correa (010.086.701-46); Welington Goncalves de Oliveira (035.987.756-79); Welington Pereira da Silva Junior (064.494.104-93); Welisson Araujo Cordeiro (919.777.972-53); Wellington Amorim Pessoa Bouzada (082.920.746-51); Wellington Cruz Silva (409.505.528-60); Wellington da Silva Seibel (090.921.806-45); Wellington do Nascimento Carneiro (076.165.104-77).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10457/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.284/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wellington Ferreira Tasca (091.784.627-38); Wellington Nunes Dantas (010.023.374-02); Wellington Nunes Lopes (101.219.936-39); Wellington Rodrigo Favaro (090.932.269-40); Wellington Salazar da Silva (616.346.893-72); Wellington Salotto e Silva (398.682.078-78); Wellington Sampaio de Souza (011.162.762-16); Wellington Wagner Damiao de Freitas (812.472.143-20); Wellita Aragao Barbosa (057.882.944-44); Welson Orlando Junior do Nascimento (068.001.714-33); Welton Alves da Silva (935.686.301-68); Wemerson Arnaud Gomes (073.774.574-65); Wendel Costa Nunes (895.182.253-20); Wendel Luis de Oliveira Lima (107.129.486-51); Wennys Dean Sousa da Silva (994.787.733-72); Werveson da Silva Nascimento (974.808.352-72); Wesley Ferreira de Carvalho (124.343.367-10); Wesley Gustavo Santos (090.398.829-16); Wesley Junior de Andrade (087.809.706-64); Wesley dos Santos Medeiros (072.778.016-60).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10458/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.287/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wilson Ferreira de Araujo (012.841.847-81); Wilson Moreira Saraiva (053.367.954-02); Wilson Oliveira Santos (064.606.354-55); Wilson Oliveira da Silva Junior (888.046.402-78); Wilson dos Santos Luz (019.600.041-66); Wilton Alves Pires (011.528.111-85); Wilton Lopes (087.720.554-05); Winnie Ludmila Mathias Dobal (014.301.480-39); Wisam Jamal Hezai Barakat Daakour (042.317.631-51); Witer de Souza Coelho (032.953.671-08); Wladmir Luiz de Carvalho (050.782.626-44); Wollyn Lawrence Lima da Paz (075.183.494-77); Wolney de Oliveira Nery Souza (076.167.956-17); Wudyanna Menezes de Oliveira (096.412.366-52); Wyller de Oliveira Barbosa (957.904.382-53); Wyllian Winckler Sartori (005.264.672-66); Xisto Mouzart Oliveira (988.818.176-91); Yago Ailton de Freitas Matias (107.228.604-12); Yago Alves Domingues da Silva (098.587.614-06); Yago Lira de Lima Mabelini (021.878.322-10).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10459/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.516/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andréa Aparecida Cruz (156.942.898-03); Clarissa Mara Silva (007.480.929-60); Cristina Kork (525.531.240-15); Daniela Rodrigues Barros (631.055.942-72); Eliane dos Santos Silva (847.798.297-04); Emílio Frescki Neto (078.935.769-01); Fabiana Rodrigues Pereira Lima (004.544.181-24); Fabrizia Vasconcelos de Queiroz (913.638.965-04); Izabela Cristina Duarte Pereira (075.259.226-24); Jonas André Schneider (820.921.410-15).
1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10460/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.515/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alice dos Santos Palmerim (508.884.712-20); Bianca Farias da Silva (876.743.782-68); Billbob Farias da Silva (876.742.892-49); Carlos Alberto de Souza Corte Junior (006.269.142-21); Carolina de Castro Thury (512.520.582-68); Clotilde da Silva Morais (646.982.622-91); Daniely de Ramos Silva (001.598.502-40); Felizarda Ferreira dos Anjos (401.918.422-49); Flozinha Sao Pedro dos Santos (178.476.482-53); Gerlan Breno Moraes de Moraes (015.483.092-57); Gilmar dos Santos Palmerim (508.884.802-10); Gisele do Socorro Gomes Barreto (691.888.232-53); Jessica Duarte de Morais Pontes (020.168.162-52); Jhonatan Patrick Souza Corte (006.481.512-98); Marcelo Fhilip de Souza Corte (008.480.682-62); Marcos Farias da Silva (876.742.382-53); Maria Livramento dos Santos (132.887.412-53); Maria da Graça Braga de Almeida (051.142.172-91); Maria da Graça Braga de Almeida (051.142.172-91); Maria de Assunção Lima (226.176.712-91); Maria de Nazare Brasil Cordeiro (316.053.462-68); Maria de Nazare dos Santos (267.415.392-04); Palmira Monteiro (618.305.692-87); Samara de Castro Milhomem (512.520.312-20); Tainara Misciele Moraes de Moraes (023.037.042-00); Tereza Viana Lima (080.573.112-15); Tomasia Galvao (581.979.742-68).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10461/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.520/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jovino Santana (119.904.222-68).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10462/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.522/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alexandro Silva Barbosa (007.405.732-41); Ana Maria da Silva Morais (000.047.032-51); Dulcelina Cavalcante Cordeiro (050.178.312-15); Eulalia do Nascimento Soares (518.624.412-00); Joana Alves Gouveia (012.363.692-20); Luzia Maria da Silva (643.049.222-20); Maria de Nazare Freitas da Costa (112.826.142-15); Oscarina Cardoso de Sousa (715.095.262-34).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10463/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.529/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Antonia Silva Monteiro (415.640.572-91); Maria Cardoso Coelho Maciel (209.993.052-04); Maria Inez dos Santos Chagas Santos (118.988.012-15); Maria Jandira de Oliveira Barbosa (209.830.182-00); Maria Jovelina de Alfaia (557.930.532-04); Maria Lucia Queiroz Ramos (064.602.162-15); Odete dos Santos (209.275.332-00); Patrícia Uanne Oliveira Barbosa (873.410.182-91).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10464/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-028.887/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Nilda Souza do Nascimento (382.947.292-72).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10465/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-028.924/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Fabio Ferreira Nascimento (754.467.662-53); Suellen Ferreira Nascimento (742.569.042-04); Valsiria Avila Nascimento (080.036.962-91).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10466/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-029.868/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Jesus dos Santos (823.967.603-00).
1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10467/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-029.894/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ana Paula Siqueira Gomes (068.124.361-94); Lara Eugênia Pereira Gomes (552.112.592-20); Tatiana Siqueira Santos Gomes (709.378.771-15).
1.2. Orgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10468/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, motivado pelo falecimento dos beneficiários, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.712/2018-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Artur Ademar de Oliveira (089.848.322-00); Celestino Alves da Costa (016.903.452-68); Cláudio dos Santos (015.604.332-72); Deuzimar da Silva Nascimento (037.388.682-91); Diamantino dos Santos Vigário (209.154.382-91); Isaque Madureira Pacheco (067.613.052-68); Ivo Rangel Pontes (044.335.132-53); Joel Soares Filho (041.731.392-68); Jorônimo Monteiro de Sá (037.371.872-15); Leomar Miranda Cordeiro (182.173.972-87); Raimundo de Souza (013.960.562-20); Sebastião Gonçalves Teixeira (066.826.002-59); Tiago Uberaba Soares Barata (012.385.742-20).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 24/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 10469/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado, de acordo com os pareceres da Sefip e do MP/TCU emitidos nos autos (peças 03/05).

1. Processo TC-028.507/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vera Lucia Azevedo Bueno da Silva (CPF 580.090.947-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10470/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor do Sr. João Jorge de Weba Lobato, ex-prefeito de Santa Helena/MA (gestão 2013-2016), em razão da inexecução do objeto do Contrato de Repasse 324.704-59/2010, Siafi 734156, firmado entre a Caixa, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700283

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

referido município, para a implantação de agroindústria de beneficiamento de pescado, constituída de edificação, poço artesiano tubular, máquinas e equipamentos.

Considerando que, durante inspeção realizada no âmbito dos autos do TC 012.126/2012-8 (peça 164, p. 40-47), equipe de fiscalização do Tribunal concluiu que a empresa D. W. Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 11.051.764/0001-22), contratada para a execução do objeto do Contrato de Repasse 324.704-59/2010, tratava-se de uma empresa de fachada, pois essa não dispunha de instalações físicas no endereço declarado e seus sócios formais não administravam efetivamente nenhuma atividade empresarial, mas apenas emprestavam o nome à sociedade;

Considerando que a constatação de que a empresa D. W. Construções e Comércio Ltda. era de fachada (fictícia) incorre no rompimento do nexo entre os recursos federais transferidos e sua aplicação no objeto do Contrato de Repasse 324.704-59/2010, conforme ampla jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 1.670/2015-Plenário, 1.430/2015-Plenário e 2.496/2016-Plenário, relator Min. José Múcio Monteiro; Acórdão 2.044/2016-1ª Câmara, relator Min. Benjamin Zymler; Acórdão 4.509/2018-2ª Câmara, relator Min. Marcos Bemquerer; Acórdão 374/2017-Plenário, relator Min. Bruno Dantas; entre outros);

Considerando o posicionamento da unidade técnica de incluir no rol de responsáveis a Sra. Helena Maria Lobato Pavão, ex-prefeita da gestão anterior e signatária do convênio, em face de essa ter celebrado contrato com a empresa D. W. Construções e Comércio Ltda. para execução do objeto do contrato de repasse, além de ter aceitado documentos fiscais inidôneos como comprovantes da execução do objeto do ajuste, considerando que a referida sociedade empresária não tinha existência física e não detinha capacidade técnico-operacional para realizar as obras e fornecer os bens contratados;

Considerando a caracterização do abuso de direito na utilização da pessoa jurídica D. W. Construções e Comércio Ltda., a qual encontra-se extinta desde 14/7/2016;

Considerando que o TCU pode desconsiderar a personalidade jurídica de empresa contratada, caso fique comprovado ser ela de fachada, com a verificação de abuso de direito e dano ao erário, ou ainda conluio e prática de atos ilegais ou contrários às normas constitutivas ou regulamentares da empresa, para responsabilizar os seus sócios de direito e/ou de fato (Acórdãos 356/2015-Plenário e 6.107/2017-1ª Câmara, relator Min. Bruno Dantas);

Considerando a solicitação de vista e cópia dos autos do município de Santa Helena/MA, interposta por meio de seu representante legal (peças 15 e 16);

Considerando, ainda, os pronunciamentos uniformes da unidade técnica (peças 21 e 22).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "c", e 202, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) desconsiderar a personalidade jurídica da empresa D. W. Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 11.051.764/0001-22), com fulcro no art. 50 do Código Civil;

b) promover a citação solidária da Sra. Helena Maria Lobato Pavão (CPF 198.352.303-82), ex-prefeita municipal de Santa Helena/MA, e do Sr. Darlã de Araújo Launé (CPF 293.009.323-49), na condição de sócio administrador da empresa D. W. Construções e Comércio Ltda., conforme proposta constante da instrução da unidade técnica à peça 21;

c) com base nos arts. 144 e 163 do Regimento Interno/TCU, conceder vista e cópia dos presentes autos ao município de Santa Helena/MA; e

d) restituir os autos à Secex/MA, para que dê prosseguimento ao feito.

1. Processo TC-000.935/2017-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Darlã de Araujo Laune (293.009.323-49); Helena Maria Lobato Pavão (198.352.303-82); João Jorge de Weba Lobato (279.233.203-49).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Santa Helena/MA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10471/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio CV-666/2010, celebrado com o Município de Ilhéus/BA;

Considerando que a Secex/BA identificou erro material na grafia do nome dos representantes legais Mesaque Barboza Soares e Itallo Assunção Cavalcante constantes do item 8 do Acórdão 8211/2018 - 1ª Câmara;

Considerando a proposta da unidade técnica, que teve a concordância do Ministério Público, de retificação da referida deliberação, tendo em vista a inexatidão material;

Considerando que, no âmbito do meu Gabinete, constatou-se equívocos também em relação aos representantes legais Maria Stella Menezes Carillo Silva (nome), Alcksander Alves de Souza (nome) e Higor Costa Pinto (número da OAB);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em corrigir, por erro material, o Acórdão 8211/2018 - 1ª Câmara, nos seguintes termos:

Onde se lê: "8. Representação legal: (...) Mesáque Barbosa Soares (...)"

Leia-se: "8. Representação legal: (...)Mesáque Barboza Soares (...)"

Onde se lê: "8. Representação legal: (...) Ítalo Assunção Cavalcante (...)"

Leia-se: "8. Representação legal: (...) Ítallo Assunção Cavalcante (...)"

Onde se lê: "8. Representação legal: (...) Maria Stela Menezes Carillo Silva (...)"

Leia-se: "8. Representação legal: (...)Maria Stella Menezes Carillo Silva (...)"

Onde se lê: "8. Representação legal: (...)Alcksander Alves e Souza (...)"

Leia-se: "8. Representação legal: (...) Alcksander Alves de Souza (...)"

Onde se lê: "8. Representação legal: (...) Higor Costa Pinto (OAB/BA 41.861); (...)"

Leia-se: "8. Representação legal: (...)Higor Costa Pinto (OAB/BA 41.865); (...)"

1. Processo TC-014.833/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Município de Ilhéus/BA (CNPJ 13.672.597/0001-62), Jabes Sousa Ribeiro (CPF 036.789.465-34) e Newton Lima Silva (CPF 034.413.425-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Ilhéus/BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé e Sub-Procurador Lucas Rocha Furtado (manifestação oral)

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação Legal: Otávio Augustus Carmo (OAB/BA 8.783); Marco Aurélio Lélis de Souza (OAB/BA 17.875); Alcksander Alves de Souza (OAB/BA 18.632); Mesáque Barboza Soares (OAB/BA 40.608); Thiago Nogueira Lino (OAB/BA 32.312); Ítallo Assunção Cavalcante (OAB/BA 32.693); Silvana Vieira Lins (OAB/BA 19.957); Maria Stella Menezes Carillo Silva (OAB/BA 19.868); Eileen Maria Tavares Lacerda (OAB/BA 6.259); Aloysio da Silva Santos Filho (OAB/BA 8.324); Célia Maria Costa Passos (OAB/BA 7.744); Fabiano Almeida Resende (OAB/BA 18.942 e OAB/DF 20.541); Sinésio Bomfim Souza Terceiro (OAB/BA 36.034); Higor Costa Pinto (OAB/BA 41.865); Márcio Cunha Rafael dos Santos (OAB/BA 19.012).

ACÓRDÃO Nº 10472/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do subitem 1.7.1 do Acórdão 3977/2016 - 1ª Câmara, que reiterou determinação expedida por meio do Acórdão 4.326/2015 - 1ª Câmara, no âmbito de representação formulada pela Procuradoria da República em Sergipe acerca de possíveis irregularidades praticadas pelo Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA-SE) na utilização de recursos federais, no período de 2010 a 2012 (TC-030.319/2013-7),

Considerando a determinação direcionada ao Conselho Federal de Administração, órgão central normatizador do Sistema CFA/CRAs, para que insira nos normativos previsão de que as diárias sejam devidas a partir do afastamento do conselheiro, empregado ou colaborador da sede da entidade onde tem exercício, bem como mecanismos que garantam a aplicação do princípio da prestação de contas, detalhando as regras para apresentação de documentos comprobatórios das despesas com diárias, passagens aéreas, deslocamentos e reembolso de quilometragem;

Considerando que foi promovida a audiência do ex-presidente do CFA, em razão do não atendimento da determinação, e diligência junto ao Conselho para manifestação do novo titular do cargo acerca das medidas adotadas para o integral cumprimento da deliberação;

Considerando que a unidade técnica propõe acolher parcialmente as razões de justificativa oferecidas pelo ex-gestor, uma vez que as providências adotadas pelo Sr. Sebastião Luiz de Mello atenderam apenas parcialmente à determinação;

Considerando a aprovação da Resolução Normativa CFA 544, em 6/6/2018, que trata da normatização da concessão de diárias e alterou o normativo anterior, atendendo plenamente à determinação reiterada pelo subitem 1.7.1 do Acórdão 3.977/2016 - 1ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243, do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação reiterada por meio do subitem 1.7.1 do Acórdão 3.977/2016 - 1ª Câmara;

b) acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sebastião Luiz de Mello;

c) dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução de peça 38, ao Conselho Federal de Administração (CFA), ao Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA/SE), e à Procuradoria da República em Sergipe (representante no processo originário);

d) apensar o presente processo ao TC-030.319/2013-7, nos termos do disposto no inciso II do art. 5º da Portaria Segecex 27/2009.

1. Processo TC-023.093/2015-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Sebastião Luiz de Mello (CPF 142.501.011-34).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Administração (CFA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX/SE).

1.6. Representação Legal: Marcelo Dionísio de Souza (OAB/DF 43963) e Maíra Fernandes Costa (OAB/DF 48913).

ACÓRDÃO Nº 10473/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Secex/PA (peça 21), dando conta do cancelamento do certame objeto da presente representação, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para considerá-la prejudicada por perda de objeto;

b) dar conhecimento deste acórdão, fazendo-o acompanhar de cópia da instrução à peça 21, à Prefeitura Municipal de Ananindeua/PA e ao representante;

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-031.841/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Híbrida Serviços de Consultoria Ltda. - EPP (83.339.796/0001-39)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ananindeua - PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 10474/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.978/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Izilda Ângela Guimarães (530.663.676-49); José Francisco da Paixão (427.403.637-53).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10475/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.583/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Maria Pinto Carvalho (664.533.997-68); Giovanna Altomare Catao (011.134.687-85); Luiz Fernando da Costa e Cunha (018.267.467-30); Renata da Motta e Silva (081.499.747-33).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700284

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10476/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.571/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Felipe da Silva Ragagnin (034.435.650-77).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10477/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.576/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Paula Alves Salgado (055.077.997-33).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10478/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.579/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Luiz Batista Neto (107.316.964-25); Jose Marcos Oliveira de Araujo (124.623.264-21); Jose Matheus Oliveira Barbosa (116.340.454-32); Kevin Emanuel Gomes Nunes (702.287.514-62); Kleryson Sanderson Medeiros de Moura (120.918.514-85); Leandro de Jesus Gomes (124.422.214-38); Leonardo dos Santos Martins (116.521.354-05); Levi Gabriel Basilio (124.287.944-77); Lucas Costa dos Santos (017.983.294-84); Lucas Mateus Bezerra Neo (117.853.374-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10479/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.586/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erickson Henrique Mendes Vitorio Andre (700.063.554-12); Flavio Alexandre da Silva (107.909.784-82); Gilmar dos Santos Junior (095.676.524-65); Giorgy de Lima Tomaz (702.642.144-12); Gisleno Sanderson da Silva Santos (702.743.244-74); Iago Luandson de Araújo Batista (089.644.374-46); Irlan Gomes da Silva (710.091.554-66); Jadson de Souza Ribeiro (700.818.654-14); Victor Camargo Freire de Figueiredo (111.167.054-43); Victor de Sousa Romão (113.352.144-45),
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10480/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.589/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Beatriz da Silva dos Santos (067.466.781-64); Dayana Mara Santos Cruz (066.852.083-33); Evelize Samira dos Anjos (364.728.218-95); Evelyn Rodrigues de Souza (431.261.358-38).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10481/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.591/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonatas Carlos Garcon (123.629.467-03).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10482/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.639/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabella Baptista de Souza Goncalves (169.522.457-40); Isadora Dutra Rabelo (152.348.727-50); Italo Magno Moura Arruda de Figueiredo (107.915.934-79); Jean Figueredo Novaes (176.172.387-11); Jessica Massad Antunes do Couto (142.781.587-93); Jhonatan Ferreira dos Santos Moura (130.313.017-30); Joao Blanco Muniz (169.431.677-74); Joao Matheus dos Santos Pinheiro (154.772.257-69); Joao Paulo dos Santos Pereira (127.329.327-44); Klara Agnes Barbosa Barros (106.252.974-07).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10483/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.644/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adenilza Maria Cordovil da Silva (021.546.722-13); Alexandre Xavier da Silva Junior (169.736.957-01); Aline Reis Ribeiro da Silva (475.651.428-67); Amanda da Silva Pacheco (031.378.380-29); Caio Viegas de Castro (155.175.087-23); Felipe da Silva Macedo (107.622.904-20); Jonatas da Silva Siqueira (438.266.838-70); Leonardo Marcelino Canedo (155.700.357-29); Monique Saraiva Aparicio (143.026.277-00); Natanael dos Santos Crispiniano (174.395.787-40).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10484/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.648/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda de Paula Pimentel Trindade (165.041.327-04); Anderson Arthur Macedo Batista (018.948.916-27); Beatriz Conceição dos Santos Freire (058.195.317-79); Beatriz Matos Gomes (168.044.717-33); Diogo Barbosa Ribeiro (099.170.796-61); Felipe Luz Nazareth (143.557.317-07); Fernando Paco de Souza (101.815.264-41); Lucas Vargas de Oliveira (122.725.547-09); Luciano Jose da Silva Filho (170.974.077-94); Luiz Affonso Neto (129.632.777-92).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10485/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.668/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luan Jeronimo dos Santos (162.517.607-45); Samir Elias Ayub Leite (441.414.148-67); Savio Cristo Pereira de Souza (058.991.393-07); Tatiana de Oliveira Silva (159.966.517-42); Thais Cristina Dias de Araujo (161.765.487-64); Thales Augusto Guedes Barbosa Comiano (162.196.287-30); Thayna Pontes Moreno (156.450.217-11); Thomas Queiroz Ferreira (039.299.440-22); Valcelir da Silva Santos Junior (140.682.377-51); Vitor Hugo Bonfim dos Santos (024.811.521-90).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10486/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.673/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Brand Bezerra Coutinho (105.640.707-77); Cassio Vicente da Fonseca (081.748.677-16); Cristian Tristão (938.920.390-20); Cristiane Faustino Silva Homero (071.432.417-50); Fabiana Nair Pereira Oriente (094.384.057-04); Jairo de Souza Rosa (075.520.967-21); Joice da Silva Bastos (092.535.977-71); Rafael Augusto Peçanha de Carvalho (053.227.307-96); Raquel Teixeira Lima (089.627.897-28); Renata Guimaraes de Oliveira (082.967.457-80).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10487/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso

II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.676/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Almeida Pinto Parga (124.236.117-06); Camila Fabiola Oliveira Ferreira (036.209.981-24); Cyntia Cristina Lobo Baeta (013.343.206-83); Gabriel Lucas Alves Martins (058.497.199-03); Italo Vitor Cavalcante (034.896.243-60); Joao Victor de Araújo (052.449.534-35); Michele Gusson Vieira da Silva (830.525.690-15); Murillo Victor Pinto (008.577.911-33); Priscila Negrão (079.147.649-90); Wellington Mendes Santiago (001.817.726-39).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10488/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.682/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Carolina Santos Grupilo Fonseca (099.095.037-94).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10489/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.700/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabella de Araújo da Silva (154.743.347-70); Rodrigo de Souza Almeida Lopes (171.367.457-21).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10490/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.703/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alef da Silva Jesus (157.879.797-70); Andressa Francielli Camargo da Silveira (028.466.580-05).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10491/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.724/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Salles Correa (155.193.617-89); Eliza Pinto da Silva (450.985.368-80); Felipe Vicente da Silva (165.248.757-37); Gabriela Vallim Muniz (166.248.287-65); Gustavo Henriques Nunes de Souza (048.283.701-29); Maria Eduarda de Oliveira Santos (463.234.378-13); Matheus Dias Formaggini (155.815.287-30); Nathan Rodrigues Ferreira (047.247.001-90); Rafael Carvalho Pinto (473.456.788-30); Rafaela de Almeida Surdo (039.996.690-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10492/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.756/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aslan Hideki Uide Toledo (412.657.138-80); Bruna Pereira Pedro (165.367.837-27); Bruna Studier (037.505.980-61); Diego Lacerda da Conceição (422.308.728-26); Gustavo Lima do Nascimento (448.742.408-95); Luka Rogerio Valentin (464.398.028-10); Marcela Risperi Barbosa (170.205.827-10); Marcus Vinicius Duarte da Cunha (173.702.637-62); Mariana Silveira de Andrade (475.171.798-70); Ottavio Augusto Tavares da Costa (018.027.574-73).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10493/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.766/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arthur Henrique Goncalves de Araujo (096.012.386-54); Carolina de Santana Givigi (163.122.727-02); Douglas Silva Dias (165.394.417-03); Gabriel Barbosa Machado (109.485.257-03); Gabriel Marcola Cesar (408.600.168-38); Matheus da Costa de Medeiros (167.670.697-60); Pedro Lima Eloy da Silva (168.405.547-40); Raiza da Silva Azevedo (107.509.877-74); Regiane Cristina Salvador Lira (167.463.387-46); Rhayane da Silva Calazaes Salles (165.439.337-12).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10494/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.771/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina Mara Ribeiro da Natividade (076.997.417-14); Daniella Diniz Webster Cardoso (077.137.087-31); Debora Cristina de Magalhaes Pinto (036.291.577-69); Debora Oliveira da Silva Carolli (053.269.397-38); Fernanda Calixto Saint Martin Leite (028.299.147-67); Isabel de Araújo Rabello (134.379.647-47); Juliana Serra Dias Miyamoto (098.340.687-19); Lais de Queiroz Gomes (096.193.387-90); Leonardo Barcelos Rodrigues (091.419.217-55); Raquel Motta Figueiredo (054.282.517-19).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10495/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.776/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Matheus Adriano Barbosa das Neves Brito (191.247.777-73); Paulo Roberto Cabral de Lima Junior (154.647.837-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10496/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.783/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Maria Lins Bertazzo (839.995.072-68); Bruno Lourenco Cavalcante (868.464.932-04); Estacio Alencar Mota Junior (656.946.002-15); Italo Loureiro Pesos (520.682.502-68); Jean Carlos Ramos (308.583.858-99); Kellen de Souza Bastos (880.712.602-82); Lidiane Gomes e Gomes (839.508.262-20); Roberta Ferreira da Silva Funes (900.333.612-15); Thaise Cascaes de Moraes (004.902.572-40).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10497/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.784/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Heitor Rodrigues Palmeira (154.422.887-21); Jefferson Ramalho da Cruz Paiano (167.375.497-05); Jowan Gomes de Souza Geraldo (165.658.747-51); Julio Yuuki Omura Alves Pinto (394.469.088-50); Kaio Matheus Guimaraes (161.293.107-30); Leonardo Vasconcelos Lima (186.615.737-00); Lucas Alves Carneiro da Silva (099.476.704-81); Lucas Neves Baptista (448.674.398-94); Lucas Silva de Moraes (161.095.327-46); Lucas Trindade Honorio (044.795.235-88).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10498/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.785/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos Paulo Marson Mei (436.885.398-93).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700286

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10499/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.797/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Henrique de Oliveira Costa Lima (116.415.314-52); Dario Gomes de Mendonca (139.241.807-09); Deisiane Dornelas Couto (125.214.556-01); Gabrielly Barbosa de Assunção Araújo (118.676.326-40); Helmut Vales Fidelis (140.416.457-00); Ingrid Barbosa Pereira (133.854.977-44); Rafaela Bittencourt Correia (164.448.167-77).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10500/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.801/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arthur Pereira Moreira (133.367.416-37); Edson Alves Januario Junior (173.997.217-18); Gabriel Araújo Machado (172.443.297-41); Lazaro Fernando Soares da Silva (162.481.337-27); Marcos Vinicius Fagundes Teixeira (129.296.366-29); Mateus Tolentino Paulino (094.265.186-30); Matheus Damiao dos Santos Leal (186.577.447-24); Vinicius Gomes da Silva (176.782.977-93); Washington Paulo de Azevedo Junior (158.182.717-22); Yago Ferreira Tavares (130.765.087-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10501/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.804/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Enrique Avelino Guinther (446.251.448-33); Carlos Alberto Goncalves Vieira Junior (168.780.887-20); Gustavo Junior Ferreira (122.326.156-50); Juan Henrique Lobo de Vasconcelos (160.473.937-13); Lucas Rodrigues Pego (433.591.988-32); Marco Fellipe da Silva Ribeiro (160.168.657-96); Marco Tulio Ladislau Monteiro (126.626.866-93); Pedro Henrique de Souza Alves (160.063.297-19); Ruben Roza Mariano Ialdo (144.785.457-82); Tiago Eleoterio Ibraim (136.078.567-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10502/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.934/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Viviane Aparecida Santos de Queiroz (920.456.426-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10503/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.988/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaroslav Duchnicky Junior (318.896.408-08).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10504/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.119/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Henrique dos Santos Pessoa (702.132.514-26); Samuel Alves da Silva (703.384.334-81).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10505/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.123/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriane Ricartes Guimaraes (562.787.301-97); Flavio Roque de Azevedo (007.185.831-83).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10506/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.125/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Milton Rafael da Silva (097.526.946-16).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10507/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.199/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vanessa Bica da Silva (042.809.170-94).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10508/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.208/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronaldo Manzan (073.883.868-31).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10509/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.124/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arlindo Pereira da Silva (163.640.157-00); Hilda Valerio da Silva (619.089.911-00); Judith da Silva Abrahão (428.507.117-72); Maria Patricio Gomes da Silva (036.555.467-77); Moacyr Benedito da Hora (033.128.797-87); Nedy Caruso Baere da Silva (360.477.677-53).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10510/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.126/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria do Carmo da Silva (077.420.022-72).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10511/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada

a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.181/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Mathilde Lima de Oliveira (078.543.367-84).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10512/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.417/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Aparecida Maria Nunes Rodrigues (893.017.659-34).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do presente ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10513/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.092/2018-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Denise Coelho Rocha Lazaro (149.610.917-15); Edilane Sao Severino Oliveira (032.766.817-22); Elisandra São Severino Oliveira (075.506.437-25); Emilia Therezinha de Almeida Maciel (627.410.807-63); Ivete Pessanha de Souza (046.964.757-43); Joana Candida de Mello Vivarini (341.863.287-49); Leli Fernandes de Souza (033.979.317-11).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10514/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.937/2018-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Amada Prado Vilalba (286.467.891-87); Cristina Suely Rosa Lopes (338.050.241-34); Isaura Vargas dos Santos Fernandes (777.807.521-00); Mara Regina Dorneles Vasconcelos Dare (229.922.781-49); Maria Goretti Rosa Lopes (250.817.561-72); Maria Tereza de Souza Fernandes Anschau (357.276.241-34); Maria Valdecy Vasconcelos Grangeiro (109.501.411-00); Rosane Dorneles Vasconcelos (284.764.761-91); Rosanery Dorneles Vasconcelos (534.840.881-68); Silvana Raquel Rosa Lopes (257.607.261-53); Tania Maria Vasconcelos de Moraes (111.305.631-20); Valentina Vaz (004.775.968-27).
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10515/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.939/2018-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Magda Moraes Santos (503.692.020-15); Marcia Santos Franco (341.961.610-49); Margareth Moraes Santos (437.556.400-82); Maria Angelica Quilante Branco (619.391.539-72); Maria Cleci Quilante Valle (681.895.759-53); Maria da Graça Braun (559.098.179-49); Marival Tavares (157.426.955-00); Marizete Philipps (162.156.649-87); Raquel Cleonice Bueno Soares (851.708.529-91).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10516/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.598/2018-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Aline Mesquita Ramalho (056.261.827-99); America Prata Fonseca (075.843.317-42); Carlos Alberto Prado Alves (370.053.247-49); Denise Ramos (670.356.987-87); Georgette Thomaz Braga (035.665.977-16); Ilza Dias Guimaraes (407.056.337-72); Jessica Moraes Gonzaga (128.934.367-57); Lucia Ramos Rodrigues (610.722.577-34); Maria Amelia de Jesus Valerio dos Santos (045.316.597-40); Maria Cristina Montedonio Torres (546.986.937-72); Regina Celia Barbosa de Souza (024.057.047-22); Rosangela Prado Alves (043.013.767-20); Teresa Cristina Ramos (544.448.107-34); Zelia Lima Fernandes (025.310.777-66).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10517/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.420/2018-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Arlete Berquó Rodrigues (040.091.788-25); Claudia Maria Rainha de Oliveira (345.146.431-49); Denise de Aragão Costa Martins (105.544.327-49); Divina Maria da Silva Correa (003.448.881-26); Leila de Aragão Costa Vicentini (244.114.931-87); Leopecina Berquó e Silva (348.534.051-00); Maria do Carmo Berquó Gonçalves (577.272.951-91); Nilda Berquó Simões (293.904.338-86); Sônia Maria Moll Ribeiro (183.669.960-34); Vera Lucia Marques de Azevedo (831.575.650-87); Waleska Bertolini Vieira Mussalem (585.369.651-34); Wania de Aragão Costa (388.917.867-72).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10518/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VI, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia desta deliberação, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx, à Base de Apoio Logístico do Exército, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos:

1. Processo TC-023.809/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.2. Órgão/Entidade: Base de Apoio Logístico do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 009.953/2018-3, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº 028.103/2015-7, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 10519 a 10558, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 10519/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.382/2017-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).
3.2. Responsável: Paulo César Santos Neves (506.640.936-04).
4. Entidade: Município de Guarani - MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em desfavor do Sr. Paulo César Santos Neves, na condição de ex-prefeito de Guarani/MG, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 1.716/2005;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Paulo César Santos Neves (506.640.936-04), ex-prefeito de Guarani/MG, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU;
9.2. condenar o responsável acima mencionado ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
64.000,00 (D)	27/3/2009
96.000,00 (D)	24/5/2010
96.000,00 (D)	4/7/2010
64.000,00 (D)	4/7/2010
228.410,74 (C)	12/11/2013

9.3. aplicar ao Sr. Paulo César Santos Neves a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700288

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10519-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10520/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.628/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti (142.531.784-72).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti contra o Acórdão 444/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor do recorrente em razão de suposta violação ao limite remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento e considerar legal o ato de aposentadoria de número Sisac 20783000-04-2014-000009-7, emitido em favor do Sr. Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti (142.531.784-72), promovendo o respectivo registro;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10520-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10521/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.219/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Dilmar Santos Ávila (066.137.561-72).

4. Entidade: Município de Maraã - AM.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros, representando Dilmar Santos Ávila.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Dilmar Santos Ávila, ex-prefeito de Maraã/AM, contra o Acórdão 9.309/2017-TCU-1.ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10521-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10522/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.230/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Maria Helena Martins Saldanha (265.020.974-72).

4. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Divinópolis/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Gerência Executiva do INSS em Divinópolis/MG em favor da ex-servidora Maria Helena Martins Saldanha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Helena Martins Saldanha (265.020.974-72), recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerência Executiva do INSS em Divinópolis/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em Divinópolis/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU, § 8º, *caput*, da Resolução-TCU 206/2007 e 19, *caput*, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo sistema e-Pessoal no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa - TCU 78/2018;

9.3.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10522-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10523/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.527/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3.2. Recorrente: Centro Cultural Internacional - Intercult - BSB (05.005.694/0001-73); Gisela Pelegrinelli (351.801.291-68).

4. Entidade: Fundação Cultural Palmares - Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Rafael Ferreira Guimaraes (OAB/DF 31.643) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase, trata de recurso de reconsideração interposto, de forma conjunta, por Gisela Pelegrinelli e Centro Cultural Internacional de Brasília - Intercult-BSB, contra o Acórdão 1.841/2017-TCU-1ª Câmara, que, entre outros, julgou irregulares as contas especiais dos ora recorrentes, condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes multa individual, com base no art. 57 da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, por atender aos requisitos de admissão dispostos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10523-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10524/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.464/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Pedro Edivaldo Ruiperes Selani (923.104.278-53).

4. Órgão: Ministério do Turismo (vinculador).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Pedro Edivaldo Ruiperes Selani, ex-prefeito de Diamante do Norte/PR, em razão de irregularidades identificadas na prestação de contas dos Convênios 1.439/2008 (Siafi 701582) e 1.429/2009 (Siafi 718486);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis as empresas M.P.L Estruturas para Eventos Ltda. (07.888.592/0001-79) e Paulo Luzzi Promoções Artísticas Ltda. (80.762.313/0001-16);

9.2. julgar irregulares as contas Sr. Pedro Edivaldo Ruiperes Selani (923.104.278-53), ex-prefeito de Diamante do Norte/PR, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar o responsável indicado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700289

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tipo	Data da Ocorrência	Valor Original (R$)
Débito	19/3/2009	50.000,00
Crédito	12/5/2009	973,11
Débito	22/12/2009	90.000,00
Crédito	22/3/2010	170,00
Crédito	31/5/2013	5.749,97
Crédito	31/5/2013	3.540,63

9.4. aplicar ao Sr. Pedro Edivaldo Ruiperes Selani (923.104.278-53) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00, fixando-lhe o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. dar ciência desta deliberação ao responsável, às empresas M.P.L Estruturas para Eventos Ltda. e Paulo Luzzi Promoções Artísticas Ltda., ao Ministério do Turismo e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e à juíza da 1ª Vara Federal de Paranavaí, Exma. Srª. Stephanie Uile Gomes de Godoy, responsável pela Ação Civil de Improbidade Administrativa 5003633-44.2013.4.04.7011 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR), para adoção das medidas que entenderem cabíveis.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10524-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10525/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.391/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de contas especial).

3. Recorrente: Fernando Azevedo Medrado (050.330.045-49).

4. Entidade: Município de Mucugê - BA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Fábio Soares Pereira (OAB/BA 46.722) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração em tomada de contas especial interposto pelo Sr. Fernando Azevedo Medrado, ex-prefeito de Mucugê/BA, em face do Acórdão 1.734/2017-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, uma vez presentes os requisitos previstos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10525-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10526/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.015/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessado: Murilo Oliveira Pinheiro Morais (123.168.026-13).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão civil emitido pela Fundação Universidade Federal de Uberlândia e instituído pela ex-servidora Maria Rosa de Oliveira em favor do beneficiário Murilo Oliveira Pinheiro Morais, habilitado na condição de menor sob guarda;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de pensão civil instituído por Maria Rosa de Oliveira (450.887.486-04), em favor de Murilo Oliveira Pinheiro Morais (123.168.026-13), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU;

9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0009164-07.2013.4.01.3803, que tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Ordinária 0009164-07.2013.4.01.3803, em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a decisão judicial ora favorável ao beneficiário da pensão instituída pela ex-servidora Maria Rosa de Oliveira, suspenda imediatamente o pagamento decorrente da pensão em epígrafe;

9.3.2. comunique o beneficiário Murilo Oliveira Pinheiro Morais do teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004;

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10526-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10527/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.763/2017-0.

2. Grupo: I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Charles Cezar Tocantins de Souza (CPF: 207.680.012-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tucuruí/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/PA.

8. Representação legal: Bernardo de Paula Lobo (OAB/PA 15.774-B) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde no Estado do Pará, em desfavor de Charles Cezar Tocantins de Souza, ex-secretário Municipal de Saúde de Tucuruí/PA, em razão da não comprovação de despesas executadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos exercícios de 2011 e 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, irregulares as contas de Charles Cezar Tocantins de Souza, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data da ocorrência	Valor original (R$)
8/2/2011	14.159,61
17/6/2011	14.899,22
17/6/2011	7.136,51
17/6/2011	2.964,27
9/8/2011	7.602,69
21/10/2011	5.934,32
21/10/2011	5.307,69
21/10/2011	6.185,70
14/2/2012	4.543,83
14/2/2012	295,10
14/2/2012	1.767,58
15/2/2012	1.570,80
15/2/2012	154,00
15/2/2012	800,43
15/2/2012	3.578,17
15/2/2012	215,60

9.2. aplicar ao responsável, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 19 e 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Pará para o ajuizamento das ações que considere cabíveis; e

9.5. dar ciência desta deliberação ao responsável.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10527-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10528/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.845/2017-0.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Representante: Município de Senador La Rocque/MA, CNPJ 01.598.970/0001-01.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Senador La Rocque/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8. Representação legal: Felipe Mendes de Souza, OAB/MA 9.148; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação em que o Município de Senador La Rocque/MA, sob sua atual administração, requer a instauração de tomada de contas especial em desfavor dos Srs. João Cruz Cury-Rad Neto e Francisco Nunes da Silva, anteriormente ocupantes do cargo de Prefeito, tendo em vista que, segundo afirma, irregularidades por eles cometidas haveriam resultado na inclusão daquele ente municipal no rol de inadimplentes do Governo Federal, com o consequente impedimento para receber transferências voluntárias,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no *caput* do art. 235 e no parágrafo único do art. 237 do Regimento Interno desta Casa, não conhecer da presente Representação, tendo em vista o não preenchimento de requisito de admissibilidade para tanto;

9.2. esclarecer à Prefeitura Municipal de Senador La Rocque/MA que:

9.2.1. foge à competência deste Tribunal de Contas da União a adoção de medidas contra a multa aplicada pelo Ibama, tendo em vista o não envolvimento da aplicação de recursos federais no caso, podendo ocorrer de, na hipótese de analisarem-se as responsabilidades do impacto causado aos cofres municipais pela referida penalidade, configurar-se a competência do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA;

9.2.2. para a retirada de inscrição de registro de inadimplência junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, deve ser respeitada a competência primária da entidade que incluiu o registro;

9.3. determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão:

9.3.1. ao município de Senador La Roque/MA;

9.3.2. ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA;

9.4. autorizar o arquivamento destes autos, nos termos do inc. III do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10528-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10529/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-022.335/2016-1.

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Paulo Batista Machado (CPF 060.720.205-00) (falecido).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Senhor do Bonfim/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Julio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Paulo Batista Machado, ex-Prefeito municipal de Senhor do Bonfim/BA, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 1015/2015 (Siafi 739909), tendo por objeto a implementação dos festejos juninos de Senhor do Bonfim, em 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas de Paulo Batista Machado, condenando o seu espólio, ou, caso já realizada a partilha, os seus herdeiros, até o limite do patrimônio transferido, ao pagamento da quantia de R$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 22/11/2010 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, descontado o valor de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), devolvido em 23/12/2010;

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.3. dar ciência desta deliberação à Srª Neuza Dione Gonçalves Libório Machado, representante do espólio do responsável nestes autos.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10529-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10530/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.806/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial 3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1 Recorrente: sr. Moisés de Aguiar (087.202.314-15).

4. Órgão/Entidade: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Xing (SE)5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: Francisco de Paula Filho (7530/OAB-DF), representando Moisés de Aguiar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 6.068/2016 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a dar a seguinte redação ao subitem 9.3 do Acórdão 6.068/2016-1ª Câmara:

"9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Moisés de Aguiar (087.202.314-15), na condição de Diretor-Geral do Instituto Xingó à época, e responsável pela execução e prestação de contas do Convênio 141/2000 (Siafi 401508) e do Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó (03.357.319/0001-67), entidade beneficiária dos recursos transferidos para execução do Convênio 141/2000 (Siafi 401508), nos termos dos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 19, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno/TCU, condenando-os solidariamente ao recolhimento das quantias especificadas a seguir aos cofres do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, nos termos da legislação vigente, a partir das respectivas datas até a data do efetivo pagamento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, o recolhimento das dívidas (art. 23, inciso III, alínea "a", da referida lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU):

Valor Histórico (R$)	*Data da Ocorrência*
20.684,70	22/11/2000
48.377,00	22/11/2000
6.976,99	21/12/2000
(13.081,63)	4/10/2001

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10530-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10531/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.767/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Home Care Medical Ltda. (62.248.067/0001-05); José Bernardo Ortiz (027.034.758-53); Prefeitura Municipal de Taubaté - SP (45.176.005/0001-08); Roberto Pereira Peixoto (738.598.508-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Taubaté - SP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Thiago de Borgia Mendes Pereira (234.863/OAB-SP) e outros, representando Roberto Pereira Peixoto.

8.2. Clayton Machado Valério da Silva (212.125/OAB-SP) e outros, representando José Bernardo Ortiz.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados para o suporte de ações de saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. excluir da relação processual a Prefeitura Municipal de Taubaté - SP;

9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis abaixo arrolados, condenando-os ao pagamento das quantias relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

9.2.1. sr. José Bernardo Ortiz em solidariedade com a empresa Home Care Medical Ltda.:

Valor original (em R$)	Data da ocorrência
1.259,02	14/7/2003
938,91	19/8/2003
2.270,45	19/8/2003
1.366,66	16/9/2003
4.367,25	16/9/2003
1.418,35	5/11/2003
3.778,34	5/11/2003
12.743,75	5/11/2003
2.192,79	18/11/2003
3.734,40	23/12/2003
1.259,02	15/3/2004
938,91	15/3/2004
2.270,45	15/3/2004
1.366,66	21/5/2004
4.367,25	21/5/2004
1.418,35	6/7/2004

9.2.2. sr. Roberto Pereira Peixoto em solidariedade com a empresa Home Care Medical Ltda.:

Valor original (em R$)	Data da ocorrência
453,60	20/5/2005
161,77	9/3/2006
4.597,94	9/3/2006
6.039,50	28/3/2006
171,50	31/8/2006
454,64	26/12/2006

9.2.3. sr. Roberto Pereira Peixoto:

Valor original (em R$)	Data da ocorrência
34.567,30	31/8/2006

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem 9.2 deste acórdão comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar ao responsável abaixo arrolado a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
sr. Roberto Pereira Peixoto	6.700,00

9.5 fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, alertando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.8. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10531-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10532/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.815/2010-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Darciluzia Magalhaes da Silva (049.440.034-04); José Carlos de França (031.579.114-49).

4. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Universidade Federal de Alagoas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria da sra. Darciluzia Magalhaes da Silva e do sr. José Carlos de França, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, o valor da rubrica alusiva à incorporação de "quintos de FC" atualmente paga ao sr. José Carlos de França, utilizando, para tanto, a tabela de referência de FC adotada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, disponibilizada no sistema Siape;

9.3.3. suspenda, de imediato,quaisquer pagamentos associados ao índice de 26,05%, referente à URP de fevereiro de 1989, realizados em favor da sra. Darciluzia Magalhaes da Silva e do sr. José Carlos de França, haja vista já integrados à remuneração ordinária dos interessados por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, assim, de execução em excesso dos respectivos provimentos judiciais;

9.3.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Darciluzia Magalhaes da Silva e ao sr. José Carlos de França, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas nestes autos;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10532-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10533/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.322/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame em Representação

3. Interessado/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Recorrente: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

4. Entidades: Município de Sertânia - PE e Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS contra o Acórdão 7.137/2017-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, com fulcro no art. 48, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285, caput e § 2º, e 286, parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistente o item 9.6 do Acórdão 7.137/2017-1ª Câmara;

9.3. determinar ao Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) que apure os indícios de irregularidades constantes desta representação e, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, informe ao Tribunal os resultados das apurações e eventuais medidas adotadas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10533-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10534/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.634/2009-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessada: Joana Ferreira de Moraes (396.106.323-00).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil concedida pela Fundação Universidade Federal do Piauí,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse da sra. Joana Ferreira de Moraes, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700292

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Joana Ferreira de Moraes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10534-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10535/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.173/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. Recorrentes: Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04); Força Sindical do Estado do Pará (03.829.263/0001-04).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará, atual Secretaria de Estado, Trabalho e Renda do Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal:

8.1. Samia Cristina Lopes Correa (21.904/OAB-PA), representando Força Sindical do Estado do Pará;

8.2. José Lobato Maia (2.965/OAB-PA), representando Roberto dos Santos;

8.3. Luana Tainah Rodrigues de Mendonca Ribeiro (28.949/OAB-DF), representando Suleima Fraiha Pegado.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 4.840/2017 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10535-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10536/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.231/2008-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Sokusuke Uehara (567.290.658-34).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Cláudio Renato do Canto Farág (OAB/DF nº 14.005).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria emitido no âmbito da Gerência Executiva do INSS em São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Sokusuke Uehara (567.290.658-34), determinando-se o correspondente registro;

9.2. determinar à Gerência Executiva do INSS em São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:

9.2.1. na hipótese de desconstituição das decisões judiciais obtidas pelas entidades representativas dos Auditores-Fiscais da Previdência Social em mandados de segurança que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento ao inativo Sokusuke Uehara (567.290.658-34) do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10536-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10537/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.372/2016-0

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Responsável/Interessado:

3.1. Responsáveis: Associação dos Sertanejos de Barra Mansa e Região/RJ (04.726.438/0001-02) e Luiz Carlos Liberato (617.492.306-15)

3.2. Interessado: Ministério do Esporte

4. Entidade: Associação dos Sertanejos de Barra Mansa e Região/RJ (04.726.438/0001-02)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte em desfavor da Associação dos Sertanejos de Barra Mansa e Região/RJ e de seu ex-presidente, sr. Luiz Carlos Liberato, devido à não comprovação da realização do objeto previsto pelo Convênio 701637/2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas da Associação dos Sertanejos de Barra Mansa e Região/RJ (04.726.438/0001-02) e do sr. Luiz Carlos Liberato (617.492.306-15), condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo discriminada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (consoante art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
425.355,81	21/8/2009

9.2. nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, à Associação dos Sertanejos de Barra Mansa e Região/RJ (04.726.438/0001-02) e ao sr. Luiz Carlos Liberato (617.492.306-15), multa no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação;

9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis e ao Ministério do Esporte.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10537-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10538/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.215/2018-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessada: Ana Cristina Gomes Batouli (830.993.607-91).

4. Entidade: Universidade Federal Fluminense.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pela Universidade Federal Fluminense,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse da sra. Ana Cristina Gomes Batouli, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal Fluminense que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Ana Cristina Gomes Batouli, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10538-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10539/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.780/2011-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Rosemary Batista Lima Porto Alegre (800.427.168-53); Rosemary Batista Lima Porto Alegre (800.427.168-53).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - SANTOS/SP - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos inicial e de alteração de aposentadoria emitidos no âmbito da Gerência Executiva do INSS - SANTOS/SP - INSS/MPS em favor de Rosemary Batista Lima Porto Alegre,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria da Sra. Rosemary Batista Lima Porto Alegre (800.427.168-53), negando-lhes o registro correspondente;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS - SANTOS/SP - INSS/MPS que adote as seguintes providências:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do presente acórdão;

9.4. determinar à SEFIP que:

9.4.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor da interessada, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, o qual deverá ser submetido a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;

9.4.2. monitore o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.3 acima, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10539-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10540/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 000.414/2017-4.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.

3.1. Responsável: Homero de Miranda Leão Neto (134.938.252-34), ex-Secretário de Saúde do Município de Manaus/AM.

4. Entidade: Município de Manaus/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação autuada pela Secex/AM, com base em informação da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM, noticiando supostas irregularidades na utilização, pelo Município de Manaus/AM, de recursos do Programa de Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS (Programa DST/AIDS), com desvio de finalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fulcro no art. 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Fundo Nacional de Saúde que adote providências com vistas à apuração integral das impropriedades elencadas nesta representação, relativas aos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) Programa DST/AIDS (exercício 2016) repassados ao Município de Manaus/AM, devendo, inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta deliberação;

9.3. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que adote as providências a seu cargo no sentido de remeter a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias após o seu recebimento, a tomada de contas especial referida no item anterior, caso a mesma venha a ser instaurada;

9.4. determinar à Secex/AM que:

9.4.1. encaminhe cópia dos presentes autos ao Fundo Nacional de Saúde com o objetivo de subsidiar os trabalhos;

9.4.2. acompanhe, no bojo deste processo, o cumprimento dos subitens 9.2. e 9.3. acima;

9.4.3. dê ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10540-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10541/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.935/2014-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antônio Santana dos Santos Filho (178.276.204-34).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico contra o Sr. Antônio Santana dos Santos Filho, em face da não apresentação do relatório final e da omissão no dever de prestar contas dos recursos que lhe foram repassados por força do Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto, referente à "unidade de treinamento para produtor de leite da cadeia familiar".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Santana dos Santos Filho, com fundamento no disposto nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, e 19, caput, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das quantias descritas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), abatendo-se, na oportunidade, as parcelas já adimplidas, com base no Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU:

VALOR (R$)	DATA
R$ 60.360,00	11/2/2009
R$ 19.500,00	22/12/2009

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.3. autorizar, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10541-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10542/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.343/2017-3.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Entidade: Município de Canguaretama/RN.

4. Responsável: Wellinson Carlos Dantas Ribeiro (037.506.354-47).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal: Fernando de Araujo Jales Costa (OAB/RN 4.602) e Rafael Pires Miranda (OAB/RN 13.298).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em nome do Sr. Wellinson Carlos Dantas Ribeiro, ex-Prefeito de Canguaretama/RN (gestão 2009-2012), pela omissão da apresentação da prestação de contas dos recursos repassados pela referida autarquia ao Município, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), durante o exercício de 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700294

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Wellinson Carlos Dantas Ribeiro, condenando-o ao recolhimento das importâncias originárias a seguir indicadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das seguintes datas até a do respectivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)
Data

5.280,00
26/03/2012

5.280,00
30/03/2012

5.280,00
26/04/2012

5.280,00
31/05/2012

5.280,00
29/06/2012

5.280,00
31/07/2012

5.280,00
31/08/2012

5.280,00
28/09/2012

5.280,00
31/10/2012

5.280,00
30/11/2012

2.616,00
26/03/2012

2.616,00
30/03/2012

2.616,00
26/04/2012

2.616,00
31/05/2012

4.360,00
29/06/2012

4.360,00
31/07/2012

4.360,00
31/08/2012

9.2 aplicar ao responsável retromencionado a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Valor (R$)	Data
4.360,00	28/09/2012
4.360,00	31/10/2012
4.360,00	30/11/2012
30.162,00	26/03/2012
30.162,00	30/03/2012
30.162,00	26/04/2012
30.162,00	31/05/2012
30.162,00	29/06/2012
30.162,00	31/07/2012
30.162,00	31/08/2012
30.162,00	28/09/2012
30.162,00	31/10/2012
30.162,00	30/11/2012
1.800,00	13/07/2012
1.800,00	13/07/2012
1.800,00	13/07/2012
1.800,00	13/07/2012

Valor (R$)	Data
1.800,00	13/07/2012
1.800,00	31/07/2012
1.800,00	31/08/2012
1.800,00	28/09/2012
1.800,00	31/10/2012
1.800,00	30/11/2012
5.430,00	26/03/2012
5.430,00	30/03/2012
5.430,00	26/04/2012
5.430,00	31/05/2012
9.050,00	29/06/2012
9.050,00	31/07/2012
9.050,00	31/08/2012
9.050,00	28/09/2012
9.050,00	31/10/2012
9.050,00	30/11/2012

9.3 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5 encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10542-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10543/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-018.328/2015-6.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Joel Rodrigues Lobo (305.268.411-68).

4. Entidade: Município de Careiro/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal: Pedro Santana de Sousa, OAB/DF 14.878.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Ministério do Turismo contra o Sr. Joel Rodrigues Lobo, ex-prefeito do município de Careiro/AM (gestão 2009-2012), em face da impugnação total das despesas efetuadas no Convênio 1.821/2009, que teve por escopo incentivar o turismo, por meio do apoio à realização dos festejos referentes ao projeto intitulado Réveillon.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Joel Rodrigues Lobo, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da correspondente data, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da ocorrência
200.000,00	23/2/2010

9.2. aplicar ao Sr. Joel Rodrigues Lobo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, com base no art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes nos subitens 9.1 a 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão:

9.5.1. à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU;

9.5.2. à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, em atenção à solicitação de informações constante, respectivamente, dos Ofícios 515, de 30/1/2014, e 491, de 20/7/2015;

9.5.3. ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, ante a possibilidade de emprego irregular da quota de contrapartida municipal.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10543-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10544/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 018.424/2015-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Entidade: Município de Monsenhor Tabosa/CE.

4. Responsáveis: Francisco Jeová Sousa Cavalcante (916.977.603-25); José Araújo Souto (020.688.693-49); e Município de Monsenhor Tabosa/CE (07.693.989/0001-05).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700295

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal: José Marques Júnior, OAB/CE 17.275, representando o Sr. José Araújo Souto (peça 32).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de apresentar a prestação de contas final dos recursos repassados ao Município de Monsenhor Tabosa/CE por meio do Termo de Compromisso TC/PAC 124/2008 (Siafi 649444), firmado em 31/12/2008, entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e a referida municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir da responsabilidade da presente Tomada de Contas Especial o nome do Sr. Francisco Jeová Sousa Cavalcante, Prefeito do Município de Monsenhor Tabosa/CE no período de 2013-2016;

9.2 julgar regulares com ressalva as contas do Sr. José Araújo Souto, Prefeito do Município de Monsenhor Tabosa/CE de 2009-2012, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992, dando-se-lhe quitação;

9.3 julgar irregulares as contas do Município de Monsenhor Tabosa/CE, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao recolhimento da quantia de R$ 351.341,97 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e um reais, noventa e sete centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 20/11/2012 até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente já devolvidas, nos termos da Súmula TCU 128, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.6 recomendar ao Município de Monsenhor Tabosa/CE que avalie a conveniência e oportunidade de adotar medidas tendentes à finalização dos demais Sistemas de Abastecimento objeto do TC/PAC 124/2008, uma vez que somente o do Sítio Mel/Onça/Sítio de Dentro/Sítio Meio foi concluído, havendo entrado em operação.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10544-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10545/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 025.476/2014-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Pereira da Silva Filho (547.809.264-91).

4. Entidade: Município de Maraial/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, tendo como responsável o Sr. José Pereira da Silva Filho, Prefeito do Município de Maraial/PE na gestão de 2005-2008, em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos oriundos do Convênio 1.215/2006, cujo objeto era a implantação de melhorias sanitárias domiciliares no município convenente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Pereira da Silva Filho e condená-lo ao pagamento dos valores indicados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas relacionadas até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor da Fundação Nacional de Saúde, devendo ser abatida, na ocasião, a importância de R$ 53,40 (cinquenta e três reais, e quarenta centavos), já recolhida em 06/12/2010, nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU:

Valor original do Débito (R$)	Data da ocorrência
178.777,45	10/9/2007
12.580,00	12/9/2007
10.831,93	3/10/2007
12.000,00	11/12/2007

9.2. aplicar ao Sr. José Pereira da Silva Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pernambuco, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10545-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10546/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.829/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Almir Batista dos Santos (038.991.526-20); Glycon Terra Pinto Junior (659.408.306-68); Marcos Roberto Muffareg (672.612.217-91); Ronaldo Cerqueira Lima (253.630.936-34).

4. Órgão/Entidade: Município de Santa Maria do Salto - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal :

8.1. Irmar Ferreira Campos (22.355/OAB-MG) e outros, representando Glycon Terra Pinto Junior.

8.2. Kennedy José Carvalho Ramos (83.685/OAB-MG), representando Almir Batista dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra Almir Batista dos Santos, ex-prefeito do Município de Santa Maria do Salto/MG no período de 2001 a 2004, em razão da reprovação da prestação de contas do Convênio nº 2147/2007,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Almir Batista dos Santos;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Carlos Henrique de Melo, Glycon Terra Pinto Junior, Marcos Roberto Muffareg e Ronaldo Cerqueira Lima;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Almir Batista dos Santos com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, dando-lhe quitação;

9.4. dar ciência do presente Acórdão à Fundação Nacional de Saúde, ao Município de Santa Maria do Salto/MG e aos responsáveis.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10546-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10547/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.597/2015-9.

1.1. Apenso: 024.830/2016-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Cassio Alexandre Reis de Amorim Urtiga (027.280.294-82); Olisan Construções Ltda. - EPP (07.628.328/0001-04); Paula Roselma da Rocha Nascimento (718.946.594-49)

3.3. Recorrente: Cassio Alexandre Reis de Amorim Urtiga (027.280.294-82).

4. Entidade: Município de Colônia Leopoldina/AL.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Eduardo Wagner Queiroz Tavares Cordeiro (8636/OAB-AL), representando Cassio Alexandre Reis de Amorim Urtiga.

8.2. Alexandre Marques de Lima (8.987/OAB-AL) e outros, representando Olisan Construções Ltda. - Epp.

8.3. Eliza Daize Inacio Pereira (10639/OAB-AL), representando Paula Roselma da Rocha Nascimento.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de recursos de reconsideração interposto por Cassio Alexandre Reis de Amorim Urtiga, contra o Acórdão 3.346/2016-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 32, inciso I, e art. 33 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Fundação Nacional de Saúde e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700296

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10547-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10548/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.958/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsável: Joaquim Ferreira da Cruz (124.394.876-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal :

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra Joaquim Ferreira da Cruz, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Município de Dores de Indaiá/MG, para os programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, no exercício de 2011;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Joaquim Ferreira da Cruz;

9.2. julgar irregulares as contas de Joaquim Ferreira da Cruz, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
R$ 3.542,50	18/1/2011
R$ 3.542,50	16/2/2011
R$ 3.542,50	15/3/2011
R$ 3.542,50	8/4/2011
R$ 3.542,50	13/5/2011
R$ 3.542,50	8/6/2011
R$ 3.542,50	7/7/2011
R$ 3.542,50	10/8/2011
R$ 3.542,50	12/9/2011
R$ 3.542,50	17/10/2011
R$ 3.542,50	17/11/2011
R$ 3.542,50	15/12/2011
R$ 3.542,50	16/12/2011
R$ 4.500,00	29/4/2011
R$ 4.500,00	2/6/2011
R$ 4.500,00	13/6/2011
R$ 4.500,00	18/7/2011
R$ 4.500,00	17/8/2011
R$ 4.500,00	16/9/2011
R$ 4.500,00	25/10/2011
R$ 4.500,00	17/11/2011
R$ 4.500,00	26/12/2011

9.3. aplicar a multa de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) a Joaquim Ferreira da Cruz, com fundamento nos arts. 19, *caput*, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10548-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10549/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.961/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura

3.2. Responsáveis: Anderson Faria Produções Cinematográficas Ltda. - Me (07.101.253/0001-09); Anderson Souza Faria (031.928.416-64); Eduardo Garretto Cerqueira (379.344.496-15); Maria das Graças Souza Faria (037.711.236-40); Usina Digital Distribuidora de Filmes Ltda. - Me (04.236.555/0001-98).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal:

8.1. Marcos Leonardo Rocha Filho (90.841/OAB-MG) e outros, representando Anderson Faria Produções Cinematográficas Ltda. - Me.

8.2. Leonardo de Lima Naves (91166/OAB-MG) e outros, representando Usina Digital Distribuidora de Filmes Ltda. - Me, Anderson Faria Produções Cinematográficas Ltda. - Me e Anderson Souza Faria;

8.3. Silvio Mendes Arruda (131.598/OAB-MG) e outros, representando Eduardo Garretto Cerqueira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), em razão da omissão no dever de prestar contas e da não comprovação da regular aplicação dos recursos captados para produção e distribuição de obra cinematográfica de longa metragem denominada "Ponto Org", mediante incentivo previsto nos artigos 1º e 1º-A da Lei 8.685/1993 e do Termo de Concessão de Apoio Financeiro 17/2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Anderson Faria Produções Cinematográficas Ltda., Usina Digital Distribuidora de Filmes Ltda., Anderson Souza Faria, Maria das Graças Souza Faria e Eduardo Garretto Cerqueira;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, c/c os arts. 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Anderson Faria Produções Cinematográficas Ltda., Usina Digital Distribuidora de Filmes Ltda., Anderson Souza Faria, Maria das Graças Souza Faria e Eduardo Garretto Cerqueira;

9.3. condenar Anderson Faria Produções Cinematográficas Ltda., Anderson Souza Faria e Maria das Graças Souza ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional da Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
3/1/2006	10.920,00
3/8/2006	36.400,00
20/1/2006	1.334,73
22/8/2006	1.239,94
5/11/2007	1,34
30/10/2007	351,87
30/10/2007	3,00
14/12/2007	203,85
14/12/2007	785.144,34

9.4. condenar Usina Digital Distribuidora de Filmes Ltda., Anderson Souza Faria e Eduardo Garretto Cerqueira ao pagamento do débito de R$ 8.181,61, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida à Agência Nacional do Cinema (Ancine), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 4/3/2010 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. aplicar a Anderson Souza Faria, Maria das Graças Souza Faria, Eduardo Garretto Cerqueira, Anderson Farias Produções Cinematográficas Ltda e Usina Digital Distribuidora Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores especificados a seguir, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.5.1. Anderson Souza Faria, no valor de R$ 888.000,00 (oitocentos e oitenta e oito mil reais);

9.5.2. Maria das Graças Souza Faria, no valor de R$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais); e

9.5.3. Eduardo Garretto Cerqueira, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.5.4. Anderson Farias Produções Cinematográficas Ltda., no valor de R$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais);

9.5.5. Usina Digital Distribuidora Ltda., no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.6. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida as notificações, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.10. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10549-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10550/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.975/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Francisco Evandro Freitas Costa Mourão (207.258.503-10).

4. Entidade: Município de Buriti/MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700297

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos repassados ao Município de Buriti/MA a? conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos relativo ao exerci?cio de 2006 (PEJA/2006);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, em:

9.1. declarar a revelia de Francisco Evandro Freitas Costa Mourão (207.258.503-10), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Francisco Evandro Freitas Costa Mourão (207.258.503-10), condenando-o, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
14.737,05	31/12/2005
33.020,83	2/1/2006
33.020,87	2/1/2006
33.812,50	4/5/2006
33.812,50	4/5/2006
33.812,50	4/5/2006
33.812,50	14/11/2006
33.812,50	5/12/2006
33.812,50	11/12/2006

9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência do teor desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, para que seja anexada ao TC 026.882/2017-5 e subsidie a análise pela unidade instrutiva.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10550-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10551/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.340/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Esporte (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsáveis: Instituto Cidade (05.659.197/0001-99); José Augusto da Silva (656.928.106-20); Mariangela Moreira Nascimento (174.904.645-87); Vanderson Segheto (504.004.286-87); Vicente Patricio Neto (089.911.636-10).

4. Órgão/Entidade: Instituto Cidade

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal:

8.1. Wellington Aparecido Pereira (118770/OAB-MG), representando Vicente Patrício Neto.

8.2. Pedro Mourão Paiva (130.141/OAB-MG) e outros, representando José Augusto da Silva.

8.3. Ana Cristina Gralha Schio (204.100/OAB-RJ), representando Mariângela Moreira Nascimento.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor de José Augusto da Silva, diretor-presidente do Instituto Cidade, em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos do convênio 202/2006, repassados pelo Ministério do Esporte, no exercício de 2006.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir Mariângela Moreira Nascimento, Vicente Patrício Neto e Vanderson Segheto da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas de José Augusto da Silva e do Instituto Cidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
74.000,00	21/9/2006
299.955,00	12/12/2006

9.3 autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Esporte e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10551-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10552/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.336/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adalberto Fazzio (098.449.371-91); Adalberto Grassi Carvalho (584.876.111-68); Adalberto Luis Val (823.590.328-87); Adriano Mendes de Almeida (702.810.681-00); Aloisio Nonato (050.380.067-87); Ana Maria Ferreira Leite (311.361.681-68); Arlindo Philippi Junior (077.958.749-91); Benedicto Fonseca Filho (239.968.891-00); Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho (337.000.447-04); Carlos Roberto Jamil Cury (115.080.278-20); Carmen Moreira de Castro Neves (352.259.201-87); Denise de Menezes Neddermeyer (151.373.841-00); Fábio de Paiva Vaz (666.431.121-68); Glaucius Oliva (045.686.168-83); Glauco Antonio Truzzi Arbix (518.652.118-34); Gustavo Jardim Portella (785.517.491-53); Ildeu de Castro Moreira (166.541.456-15); Isac Almeida de Medeiros (396.664.414-20); Izabel Lima Pessoa (305.166.761-72); Jean Marc Georges Mutzig (145.926.811-34); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04); Joao Carlos Teatini de Souza Clímaco (056.063.901-59); Jorge Almeida Guimarães (048.563.847-91); Jouhanna do Carmo Menegaz (061.485.259-50); João Fernando Gomes de Oliveira (036.284.638-31); Livio Amaral (173.032.300-68); Luis Filipe de Miranda Grochocki (935.117.441-72); Luiz Davidovich (532.487.597-04); Luiz Fernandes Dourado (246.767.561-00); Marcio de Castro Silva Filho (467.482.886-49); Maria Beatriz Moreira Luce (014.210.180-04); Marilene Maria Augusto Vieira (223.045.761-68); Mauro Antonio da Silva Sa Ravagnani (482.846.029-20); Naomar Monteiro de Almeida Filho (060.177.035-87); Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho (037.642.907-06); Paulo Antonio Skaf (674.083.628-00); Paulo César Duque Estrada (550.092.717-53); Paulo Speller (244.242.691-91); Ricardo Menna Barreto Felizzola (210.532.510-68); Rita de Cássia Barradas Barata (007.316.628-65); Robson Braga de Andrade (134.020.566-15); Romeu Weliton Caputo (030.868.756-66); Sergio da Costa Cortes (489.499.577-87); Targino de Araujo Filho (020.111.718-57); Vivian de Almeida Gregori Torres (124.642.968-30); Wanderley de Souza (347.341.807-25); Weder Matias Vieira (577.367.151-49)

3.2. Recorrente: Advocacia-geral da União (26.994.558/0001-23).

4. Órgão: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal:

8.1. Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (PF/FNDE).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação contra o Acórdão 1.397/2017-TCU-Primeira Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Ministério da Educação e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10552-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10553/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.445/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Construtora Bella Ltda (05.034.814/0001-60); Elaine Cristina da Silva Castro (585.860.672-53); Elenco Empreendimentos Ltda (15.759.525/0001-82); Empresa J. Oliveira Construções (83.589.432/0001-07); Fernando Pantoja de Souza Moreira (007.756.652-15); Francisco de Assis Ribeiro (040.059.022-00); Gisele Novaes Coutinho Morgado (381.502.802-78); João Francisco Bezerra de Oliveira (250.639.602-00); João Paulo da Silva Castro (615.105.802-04); Luiz Otávio da Motta Souza (081.447.532-91); Mario Gama da Silva (109.040.182-53); Osmar Antonio Assunção (004.142.552-91); Roberto Jorge Maia Jacob (042.407.152-53); Rosângela Almeida Novaes Coutinho (174.895.632-91); Silcastro Indústria e Comércio Ltda (83.917.880/0001-92); Teodoro Mamedes Rosa (137.808.592-20).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: Daniel Correa Furtado (22480/OAB-PA); Marta Maria Vinagre Bembom (5.082/OAB-PA); Emmely Fernandes Leandro (17547/OAB-PA); Edgar Pereira de Araujo Filho (5056/OAB-PA) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em decorrência de irregularidades na aplicação de recursos transferidos aos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE), para execução de obras de abastecimento de água em municípios paraenses;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos, 5º, inciso LV, da Constituição Federal, 31, da Lei 8.443/1992, e 174, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. tornar insubsistente o Acórdão 6.844/2016 - 1ª Câmara (peça 155) apenas em relação a Francisco de Assis Ribeiro e a Teodoro Mamedes Rosa, porquanto esses responsáveis não foram citados, mantendo-se inalteradas as demais disposições da referida deliberação;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10553-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10554/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.199/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Almir Munhoz (013.378.888-18); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Sindicato dos Trabalhadores Em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas Em SP (60.970.597/0001-29); Walter Barelli (008.056.888-20)

3.2. Recorrentes: Almir Munhoz (013.378.888-18); Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas em SP (60.970.597/0001-29).

4. Órgão/Entidade: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: Antonio Rosella (33792/OAB-SP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo e por Almir Munhoz contra o Acórdão 5.632/2016-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares as contas dos recorrentes e os condenou em débito;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo e por Almir Munhoz para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência aos recorrentes, à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, à Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10554-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10555/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.084/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Albérico de França Ferreira Filho (023.578.283-15); Arieldes Macário da Costa (014.342.764-49); CNH Industrial Brasil Ltda. (01.844.555/0001-82); Man Latin America Industria e Comercio de Veículos Ltda. (06.020.318/0001-10); Prefeitura Municipal de Barreirinhas - MA (06.217.954/0001-37).

4. Órgão/Entidade: Município de Barreirinhas - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal :

8.1. Tadahiro Tsubouchi (54221/OAB-MG) e outros, representando Cnh Industrial Brasil Ltda..

8.2. Marcelo Tesheiner Cavassani (71318/OAB-SP) e outros, representando Man Latin America Industria e Comercio de Veículos Ltda.

8.3. Marcelo Antonio Muniz Medeiros e outros, representando o Município de Barreirinhas - MA.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor de Albérico de França Ferreira Filho e Arieldes de Macário da Costa, ex-prefeitos municipais de Barreirinhas/MA, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio 703870/2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir Arieldes Macário da Costa da presente tomada de contas especial;

9.2. considerar revéis Albérico de França Ferreira Filho e o Município de Barreirinhas/MA para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. acolher as alegações de defesa de Man Latin América Ind. e Com. de Veículos Ltda. e CNH Industrial Brasil Ltda.;

9.4. julgar irregulares as contas de Albérico de França Ferreira Filho, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "a", e 23, III, da Lei 8.443/1992;

9.5. julgar irregulares as contas do município de Barreirinhas/MA, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b", 19, e 23, III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, e condená-lo ao pagamento do débito de R$ 59.752,30 (cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 25/5/2016 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. aplicar a Albérico de França Ferreira Filho a multa prevista no artigo 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10555-31/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10556/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.965/2016-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Especial (ex-Combatente).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Arina Silveira Schmall (155.927.159-00); Maria Clementina Schmall (010.185.401-30); Maria Jose Schmall Wolf (001.647.857-60); Maria Victoria da Cruz (254.959.339-15); Vera Lucia da Silveira Gonçalves (388.201.537-34).

4. Órgão: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões especiais instituídas por ex-combatentes, concedidas pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha em favor das interessadas indicadas no item 3 acima.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno em:

9.1. julgar legal e determinar o registro do ato de pensão especial instituída por Isnaldo Tavares da Silveira em favor da filha Vera Lucia da Silveira Gonçalves (388.201.537-34);

9.2. considerar prejudicado o exame do ato de alteração da pensão especial instituída por Jacob Hermann Schmall Filho em favor da viúva Arina Silveira Schmall (155.927.159-00);

9.3. considerar ilegal e recusar o registro do ato de reversão da pensão especial instituída por Jacob Hermann Schmall Filho em favor das filhas Maria Clementina Schmall (010.185.401-30), Maria Jose Schmall Wolf (001.647.857-60) e Maria Victoria da Cruz (254.959.339-15);

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé por Maria Clementina Schmall (010.185.401-30), Maria Jose Schmall Wolf (001.647.857-60) e Maria Victoria da Cruz (254.959.339-15) em decorrência do ato referido no item 9.3, acima, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que:

9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da pensão civil instituída por Jacob Hermann Schmall Filho em favor das filhas Maria Clementina Schmall (010.185.401-30), Maria Jose Schmall Wolf (001.647.857-60) e Maria Victoria da Cruz (254.959.339-15), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e no art. 262 do RI/TCU;

9.5.2. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, dê ciência acerca do teor deste acórdão às pensionistas indicadas no item 9.3 acima, alertando-as de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.5.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento do teor deste acórdão.

9.6. determinar à Sefip que acompanhe a implementação da medida disposta no item 9.5.1. *supra*, representando ao Tribunal em caso de descumprimento; e

9.7. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão da pensão civil instituída por Jacob Hermann Schmall Filho em favor das filhas Maria Clementina Schmall (010.185.401-30), Maria Jose Schmall Wolf (001.647.857-60) e Maria Victoria da Cruz (254.959.339-15) poderá prosperar, mediante emissão de novo ato escoimado da irregularidade apontada, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10556-31/18-1.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700299

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10557/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.682/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Amaro Felix dos Santos (587.758.898-20); Antonia Rosa Ferronato (921.885.168-34)
3.2. Recorrente: Antonia Rosa Ferronatto (921.885.168-34).
4. Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Rodrigo Silva Romo (OAB/SP 235183), peça 25

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Antonia Rosa Ferronato contra o Acórdão 1.613/2017-TCU-Primeira Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Antonia Rosa Ferronato para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Universidade Federal de São Paulo.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10557-31/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10558/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.320/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: José Cardozo do Nascimento (039.163.403-87).
4. Órgão/Entidade: Município de Araioses - MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal :
8.1. Scheila Maria de Araujo Rocha (5355/OAB-PI), representando Laercio Albuquerque Nascimento, Pedro Osenildo dos Santos Cardozo, Sávia Christiny Albuquerque Nascimento, Paulo Henrique Albuquerque Nascimento, Bernarda Albuquerque Nascimento e José Cardozo do Nascimento.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor de José Cardozo do Nascimento, em decorrência da não comprovação da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), repassados ao Município de Araioses/MA, no exercício de 2008,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis Haroldo Silva Cardozo, Polyana Santos Cardoso e Palova Mariana Santos Cardozo para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo espólio de José Cardozo do Nascimento;
9.3. julgar irregulares as contas de José Cardozo do Nascimento, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, c, 19, e 23, III, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, I, 209, III, 210 e 214, III, do Regimento Interno/TCU;
9.4. condenar o espólio de José Cardozo do Nascimento ou seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, na proporção da parte que na herança lhes couber e até o limite do valor transferido, nos termos do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, ao pagamento do débito abaixo discriminado, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor R$	Tipo
9/4/2008	59.362,31	D
18/4/2008	59.362,31	D
3/6/2008	1.255,93	D
3/6/2008	1.255,93	D
6/11/2008	15.247,41	D
28/11/2008	15.247,43	D

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;
9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10558-31/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 30 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 11 de setembro de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 105, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
Art. 1º A Estrutura Orgânica do Conselho Nacional fica alterada na forma dos Anexos I, II e III.
Art. 2º O Departamento de Gestão Estratégica fica autorizado a promover ajustes no Manual de Organização.
Art. 3º Ficam revogadas as Portarias nº 149, de 16 de setembro de 2014; nº 61, de 9 de junho 2015; nº 34, de 30 de maio de 2017 e nº 7, de 29 de janeiro de 2018.
Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI

ANEXO I

I - PLENÁRIO
1. Conselheiros
1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
3.1. Gabinete da Ouvidoria
II - PRESIDÊNCIA
1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência
SECRETARIA-GERAL
1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
3. Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário
3.1. Coordenadoria de Segurança
3.1.1. Seção de Segurança Interna
4. Secretaria de Cerimonial e Eventos
4.1. Seção de Cerimonial
4.2. Seção de Eventos
5. Secretaria de Comunicação Social
5.1. Seção de Comunicação Institucional
5.2. Coordenadoria de Imprensa
6. Secretaria Processual
6.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição
6.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização
6.1.2. Seção de Autuação e Distribuição
6.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos
6.2.1. Seção de Apoio ao Plenário
6.2.2. Seção de Processamento
6.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações
6.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões
6.3. Coordenadoria de Gestão de Documentação
6.3.1. Seção de Políticas de Gestão de Documentação
6.3.2. Seção de Arquivo
6.3.3. Seção de Jurisprudência
7. Departamento de Acompanhamento Orçamentário
7.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União
7.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União
7.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual
7.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual
8. Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
8.1.1 Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação
8.2. Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico
8.2.1. Seção de Gestão Negocial do Processo Judicial Eletrônico
8.2.2. Seção de Sustentação do Processo Judicial Eletrônico
8.3. Coordenadoria de Gestão de Sistemas
8.3.1. Seção de Qualidade e Padronização
8.3.2. Seção de Gestão de Sistemas da Presidência, da Corregedoria e dos Gabinetes
8.3.3. Seção de Gestão de Sistemas da Secretaria-Geral
8.3.4. Seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral
8.4. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura
8.4.1. Seção de Gestão de Segurança da Informação
8.4.2. Seção de Gestão de Banco de Dados
8.4.3. Seção de Gestão de Telecomunicações
8.4.4. Seção de Gestão de Serviços e Aplicações
8.4.5. Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário
8.4.6. Seção de Gestão de Microinformática
SECRETARIA ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA
1. Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica
2. Departamento de Pesquisas Judiciárias
3. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
4. Departamento de Gestão Estratégica
4.1. Seção de Gestão Socioambiental
4.2. Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário
4.2.1. Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário
4.2.2. Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia
4.3. Divisão de Desenvolvimento Institucional
4.3.1. Seção de Planejamento Institucional
4.3.2. Seção de Gestão de Processos
4.3.3. Seção de Organização e Normatização
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
1. Coordenadoria de Auditoria
1.1. Seção de Auditoria Interna
2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão
2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual
DIRETORIA-GERAL
1. Gabinete do Diretor-Geral
1.1. Seção de Passagens e Diárias
2. Comissão Permanente de Licitação
2.1 Seção de Licitações
3. Assessoria Jurídica
4. Secretaria de Administração
4.1. Seção de Material e Patrimônio
4.2. Seção de Compras
4.3. Seção de Gestão de Contratos
4.4. Seção de Almoxarifado
4.5. Seção de Arquitetura
4.6. Seção de Engenharia e Manutenção Predial
4.7.Seção de Serviços Gerais
4.8. Seção de Elaboração de Editais
4.9. Seção de Transportes
5. Secretaria de Orçamento e Finanças
5.1. Seção de Contabilidade
5.2. Seção de Análise e Liquidação
5.3. Seção de Planejamento Orçamentário
5.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
6. Secretaria de Gestão de Pessoas
6.1. Seção de Registros Funcionais
6.2. Seção de Benefícios
6.3. Seção de Legislação
6.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho
6.5. Seção de Educação Corporativa
6.6. Seção de Pagamento
6.7. Seção de Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário
III - CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA
1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Corregedoria
3. Assessoria da Corregedoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700300

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

Composição dos Cargos em Comissão e das Funções Comissionadas

Nível	Grupo Direção e Chefia	Quantidade
CJ-4	Diretor-Geral	1
CJ-3	Secretário	7
CJ-3	Diretor de Departamento	4
CJ-3	Diretor Executivo	1
CJ-3	Diretor de Projetos	1
CJ-3	Diretor Técnico	1
CJ-3	Assessor-Chefe do Gabinete de Conselheiro	13
CJ-3	Assessor-Chefe da Assessoria da Corregedoria	1
CJ-3	Assessor-Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral	1
CJ-3	Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica	1
CJ-3	Assessor III	1
CJ-2	Chefe de Gabinete da Presidência	1
CJ-2	Chefe de Gabinete do Diretor-Geral	1
CJ-2	Chefe de Gabinete da Ouvidoria	1
CJ-2	Presidente da CPL	1
CJ-2	Chefe do CEAJUD	1
CJ-2	Chefe de Divisão	3
CJ-1	Coordenador	11
CJ-1	Chefe de Gabinete de Secretaria	1
FC-6	Chefe de Seção	58
	Subtotal	11 0
Nível	Grupo Assessoramento	Quantidade
CJ-3	Assessor III	1
CJ-2	Assessor II	15
CJ-1	Assessor I	2
	Subtotal	18
Nível	Grupo Outras Funções	Quantidade
CJ-2	Pesquisador	4
FC-6	Oficial de Gabinete	3
FC-6	Supervisor	3
FC-6	Assistente VI	29
FC-5	Assistente de Projeto Estratégico	4
FC-5	Assistente V	10
FC-4	Assistente IV	3
FC-2	Assistente II	4
FC-1	Assistente I	1
	Subtotal	6 1
	Total	189

ANEXO III

Lotação dos Cargos em Comissão e das Funções Comissionadas

Unidade	Nível	Denominação	Quantidade
Plenário Gabinetes dos Conselheiros	CJ-3	Assessor-Chefe do Gabinete de Conselheiro	13
	CJ-2	Assessor II	13
	FC-6	Assistente VI	13
Ouvidoria	CJ-2	Chefe de Gabinete da Ouvidoria	1
	FC-6	Assistente VI	1
Presidência	CJ-2	Chefe de Gabinete	1
Secretaria-Geral	CJ-3	Assessor-Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral	1
	CJ-2	Assessor II	1
	CJ-1	Assessor I	1
	FC-5	Assistente V	2
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	CJ-3	Assessor III	1
	FC-6	Supervisor	3
	FC-5	Assistente V	3
Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário	CJ-3	Diretor de Departamento	1
Coordenadoria de Segurança	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
Secretaria de Cerimonial e Eventos	CJ-3	Secretário	1
	FC-6	Chefe de Seção	2
Secretaria de Comunicação Social	CJ-3	Secretário	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
Coordenadoria de Imprensa	CJ-1	Coordenador	1
Secretaria Processual	CJ-3	Secretário	1
Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	2
Coordenadoria de Processamento de Feitos	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	4
Coordenadoria de Gestão de Documentação	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	3

Unidade	Nível	Denominação	Quantidade
Departamento de Acompanhamento Orçamentário	CJ-3	Diretor de Departamento	1
Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	CJ-3	Diretor de Departamento	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico	CJ-2	Chefe de Divisão	1
	FC-6	Chefe de Seção	2
	FC-5	Assistente de Projeto Estratégico	4
Coordenadoria de Gestão de Sistemas	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	4
Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	6
Secretaria Especial de Programas , Pesquisas e Gestão Estratégica Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica	CJ-1	Chefe de Gabinete da Secretaria	1
	FC-6	Assistente VI	1
	FC-2	Assistente II	1
	FC-1	Assistente I	1
Departamento de Pesquisas Judiciárias	CJ-3	Diretor Executivo	1
	CJ-3	Diretor de Projetos	1
	CJ-3	Diretor Técnico	1
	CJ-2	Pesquisador	4
	FC-6	Oficial de Gabinete	3
	FC-5	Assistente V	3
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	CJ-2	Chefe do CEAJUD	1
	FC-4	Assistente IV	1

Unidade	Nível	Denominação	Quantidade
Departamento de Gestão Estratégica	CJ-3	Diretor de Departamento	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
	FC-5	Assistente V	1
Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário	CJ-2	Chefe de Divisão	1
	FC-6	Chefe de Seção	2
Divisão de Desenvolvimento Institucional	CJ-2	Chefe de Divisão	1
	FC-6	Chefe de Seção	3
Secretaria de Controle Interno	CJ-3	Secretário	1
	FC-5	Assistente V	1
	FC-2	Assistente II	1
Coordenadoria de Auditoria	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
	FC-2	Assistente II	1
Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão	CJ-1	Coordenador	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
	FC-2	Assistente II	1
Diretoria-Geral	CJ-4	Diretor-Geral	1
Gabinete do Diretor-Geral	CJ-2	Chefe de Gabinete do Diretor-Geral	1
	FC-6	Chefe de Seção	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700301

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	FC-6	Assistente VI	1
	FC-4	Assistente IV	1
Comissão Permanente de Licitação	CJ-2	Presidente da CPL	1
	FC-6	Chefe de Seção	1
Assessoria Jurídica	CJ-3	Assessor-Chefe	1
	FC-6	Assistente VI	3
Secretaria de Administração	CJ-3	Secretário	1
	FC-6	Chefe de Seção	9
	FC-6	Assistente VI	1
	FC-4	Assistente IV	1
Secretaria de Orçamento e Finanças	CJ-3	Secretário	1
	FC-6	Chefe de Seção	4
Secretaria de Gestão de Pessoas	CJ-3	Secretário	1
	FC-6	Chefe de Seção	7

Unidade	Nível	Denominação	Quantidade
Corregedoria Nacional de Justiça Assessoria da Corregedoria	CJ-3	Assessor-Chefe da Assessoria da Corregedoria	1
	FC-6	Assistente VI	4
Gabinete da Corregedoria	CJ-3	Assessor III	1
	CJ-2	Assessor II	1
	CJ-1	Assessor I	1
	FC-6	Assistente VI	5

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 401, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO no uso de suas atribuições legais e regimentais, OUTORGA à ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS TRABALHISTAS DO ESTADO DO PARÁ ATEP, cessão de uso, a título oneroso, de área específica no novo Fórum Trabalhista de Belém, localizado na Travessa D. Pedro I, 698, Umarizal, Belém/PA, observadas as condições presentes neste Ato e no Termo de Cessão respectivo.

DO FUNDAMENTO

1.1. A presente CESSÃO fundamenta-se nas Leis nºs 9.636/1998 e 8.666/1993, Decretos nºs 3.725/2001 e 99.509/1990 e Resolução nº 87 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, datada de 25 de novembro de 2011.

DO OBJETO E FINALIDADE DA CESSÃO

2.1. O CEDENTE entrega à CESSIONÁRIA fração de área no novo Fórum Trabalhista de Belém, localizado na Travessa D. Pedro I, 698, Umarizal, Belém/PA, medindo aproximadamente 24,18 m², com a finalidade específica de abrigar a sede da ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS TRABALHISTAS DO ESTADO DO PARÁ - ATEP, nos moldes delimitados no termo de cessão competente.

2.2. Será nula de pleno direito a utilização para fim diverso do permitido no presente Ato.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1. O CEDENTE não se responsabilizará por qualquer reforma ou preparação que seja necessária à expansão das instalações da sede.

3.2. A CESSIONÁRIA se responsabilizará por todos os ônus decorrentes dos serviços que vier a contratar por força da execução de obras ou serviços de adaptação de suas instalações, inclusive os relativos aos seus empregados.

3.3. Os serviços ali prestados, respeitadas as normas específicas do setor, deverão funcionar em compatibilidade com o horário de funcionamento do CEDENTE.

3.4. A CESSIONÁRIA não poderá realizar quaisquer serviços de adequação do espaço físico sem aprovação prévia do CEDENTE, a ser formalizada mediante a expedição de ato específico.

3.5. A CESSIONÁRIA será responsável pelas despesas com manutenção, conservação, telefone e energia elétrica, bem como, as despesas com água e vigilância do prédio de forma proporcional ao espaço cedido.

4. DOS PRAZOS

4.1. A presente cessão tem prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo inicio e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/1993.

4.2. A presente Cessão pode ser revogada a qualquer tempo, por interesse público e sem direito a indenização, em face da precariedade do ajuste, verificada pela possibilidade de desfazimento do ato de permissão de uso de bem público a qualquer momento.

4.3. Na hipótese de revogação do ato de cessão, a CESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do local.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente ato dará ensejo ao termo de cessão, que compreenderá as delimitações de uso da área e demais normas relativas a sua utilização.

5.2. A presente cessão não poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, sob pena de revogação do presente ato.

Publique-se e registre-se.

Des. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 31 DE JULHO DE 2018

Nº 38.047 - Processo Administrativo nº 1113/2016. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do ESTADO DO AMAZONAS - CRF/AM. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2015. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/AM DO EXERCÍCIO DE 2015, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 472ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 38.048 - Processo Administrativo nº 1141/2016. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - CRF/MS. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2015. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/MS DO EXERCÍCIO DE 2015, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 472ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 38.049 - Processo Administrativo nº 2339/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2016. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/PR DO EXERCÍCIO DE 2016, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 472ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 38.050 - Processo Administrativo nº 2337/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do eSTAdo DE PERNAMBUCO - CRF/PE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2016. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/PE DO EXERCÍCIO DE 2016, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 472ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 38.051 - Processo Administrativo nº 718/2016. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do ESTADO Do RIO GRANDE DO SUL - CRF/RS. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2015. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/RS DO EXERCÍCIO DE 2015, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 472ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 38.052 - Processo Administrativo nº 2338/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do ESTAdo de SERGIPE - CRF/SE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do Exercício de 2016. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/SE DO EXERCÍCIO DE 2016, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da II Sessão da 472ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 37.569, publicado no DOU de 27/08/2018, Seção 1, página 183, aonde se lê: "JULGAR IRREGULARES AS CONTAS DO CRF/DF DO EXERCÍCIO DE 2013, nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da III Sessão da 470ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado."; leia-se "JULGAR IRREGULARES AS CONTAS DO CRF/DF DO EXERCÍCIO DE 2013, com a imediata instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), nos termos do Relatório da Comissão de Tomada de Contas do CFF e da Decisão do Plenário, que é integrante da Ata da III Sessão da 470ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado."

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 527, DE 20 DE JULHO DE 2018(*)

Dispõe sobre a composição das chapas candidatas às eleições dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões para o período de 1º de abril de 2019 à 1º de abril de 2022, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n. 6.965/81 e o Decreto n. 87.218/82; Considerando o disposto nos artigos 35 e 36, do Regulamento Eleitoral dos Conselhos de Fonoaudiologia, aprovado pela Resolução CFFa nº 508/2017; Considerando a decisão do Plenário do CFFa durante a 3ª reunião da 160ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 30 de junho de 2018; resolve:

Art. 1º - A representatividade a ser obedecida para a composição das chapas dos Colegiados dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, para o período de 1º de abril de 2019 a 1º de abril de 2022, será assim constituída: I. CRFa. 1ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo, no mínimo, 2 (dois) membros efetivos e respectivos suplentes do interior do estado do Rio de Janeiro. II. CRFa. 2ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo, no mínimo, 2 (dois) membros efetivos e respectivos suplentes do interior do estado do estado de São Paulo; III. CRFa. 3ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) membros suplentes do estado do Paraná e 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes do estado de Santa Catarina; IV. CRFa. 4ª Região - 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (cinco) membros suplentes do estado de Pernambuco; 2 (dois) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes do estado da Bahia; 2 (dois) membros efetivos e 1 (um) membro suplente do estado da Paraíba, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado de Alagoas, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado Sergipe; V. CRFa. 5ª Região - 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 5 (cinco) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes do estado de Goiás; 1 (um) membro efetivo e 1(um) membro suplente do estado do Mato Grosso; 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado do Mato Grosso do Sul; 1 (um) membro suplente do estado de Tocantins; 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes do Distrito Federal. VI. CRFa. 6ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 8 (oito) membros efetivos e 8 (oito) membros suplentes do estado de Minas Gerais; 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Espírito Santo. VII. CRFa. 7ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo, no mínimo, 2 (dois) membros efetivos e respectivos suplentes do interior do estado do Rio Grande do Sul; VIII. CRFa. 8ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes do estado do Ceará; 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Maranhão; 2

(dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Rio Grande do Norte e 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Piauí. IX. CRFa. 9ª Região: 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) membros suplentes, sendo que o Colegiado deve ser composto por 6 (seis) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes do estado do Amazonas; 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes do estado do Pará; 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente do estado do Rondônia; 1 (um) membro suplente do estado do Acre; 1 (um) membro suplente do estado do Amapá e 1 (um) membro suplente do estado de Roraima. Art. 2º - Revogar as disposições em contrário. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THELMA COSTA
Presidente

MARCIA REGINA TELES
Diretoria Secretária

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 24/07/2018, Seção 1, pág. 200, com incorreções no original.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO

ACÓRDÃO

EMENTA. 1. Não Atendimento ou justificativa no prazo pelo Responsável Técnico incidência de multa; 2. Inexistência de provas extinção do processo; 3. Resolução 423/13, do COFFITO. 4. Resolução 139/92 do COFFITO.

Acórdão
Processo: 011/2017
Reunião Plenária: 11/06/2018
Assunto: INFRAÇÃO DISCIPLINAR
Interessado: M.E.S.
Relator: Marcelo Dalla Bernardina de Almeida
Data da Leitura: 12/07/2018

Decisão da reunião da plenária em 11/06/2018, sobre o processo 011/2017, de infração disciplinar por descumprimento do Art. 2º, § III e do Art. 6° da Resolução 139/92 do COFFITO:

Os membros da reunião da plenária do CREFITO 15, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Marcelo Dalla Bernardina de Almeida, por unanimidade: I - pela manutenção da multa posto que a representada descumpriu determinação expressa do CREFITO 15 não tendo sanadas as exigências ou tampouco tendo se justificado ao chamamento desta Autarquia Federal. II - pela extinção do processo ético disciplinar e seu consequente arquivamento pela inexistência de provas que possam levar ao julgamento justo acerca das atitudes da representada exclusivamente como responsável técnica da CLÍNICA DE ORTOPEDIA E FISIOTERAPIA SÃO GABRIEL LTDA. III - que a CLÍNICA DE ORTOPEDIA E FISIOTERAPIA SÃO GABRIEL LTDA com trânsito em julgado desta decisão, sofra no prazo de 30 dias nova fiscalização pelo DEFIS e que se tomem no caso de existência de irregularidades, todas as medidas administrativas e judiciais necessárias.

Vitória, 12 de julho de 2.018.
MARCELO DALLA BERNARDINA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO

EMENTA. 1. Ausência de pagamento de anuidade ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 2. Condição de legitimidade do exercício da profissão; 3. Conduta incompatível; 4. Norma autoaplicável do inciso VI, do artigo 16, da Lei 6.316/73; 5. Resolução 471/16, do COFFITO.

A ausência de pontualidade no pagamento da anuidade devida ao Conselho Regional acarreta pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Acórdão
Processo: 020/2017
Reunião Plenária: 11/06/2018
Assunto: INFRAÇÃO DISCIPLINAR
Interessado: P.S.F.
Relator: Marcelo Dalla Bernardina de Almeida
Data da Leitura: 12/07/2018

Decisão da reunião da plenária em 11/06/2018, sobre o processo 020/2017, de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade:

Os membros da reunião da plenária do CREFITO 15, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Marcelo Dalla Bernardina de Almeida, por unanimidade: I - julgar procedente o presente processo ético de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade. II - Condenar a representada a pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Vitória, 12 de julho de 2.018.
MARCELO DALLA BERNARDINA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO

EMENTA. 1. Ausência de pagamento de anuidade ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 2. Condição de legitimidade do exercício da profissão; 3. Conduta incompatível; 4. Norma autoaplicável do inciso VI, do artigo 16, da Lei 6.316/73; 5. Resolução 471/16, do COFFITO.

A ausência de pontualidade no pagamento da anuidade devida ao Conselho Regional acarreta pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Acórdão
Processo: 022/2017
Reunião Plenária: 11/06/2018
Assunto: INFRAÇÃO DISCIPLINAR
Interessado: G.G.P.
Relator: Marcelo Dalla Bernardina de Almeida
Data da Leitura: 12/07/2018

Decisão da reunião da plenária em 11/06/2018, sobre o processo 022/2017, de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade:

Os membros da reunião da plenária do CREFITO 15, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Marcelo Dalla Bernardina de Almeida, por unanimidade: I - julgar procedente o presente processo ético de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade. II - Condenar a representada a pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Vitória, 12 de julho de 2.018.
MARCELO DALLA BERNARDINA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO

EMENTA. 1. Ausência de pagamento de anuidade ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 2. Condição de legitimidade do exercício da profissão; 3. Conduta incompatível; 4. Norma autoaplicável do inciso VI, do artigo 16, da Lei 6.316/73; 5. Resolução 471/16, do COFFITO.

A ausência de pontualidade no pagamento da anuidade devida ao Conselho Regional acarreta pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Acórdão
Processo: 029/2017
Reunião Plenária: 11/06/2018
Assunto: INFRAÇÃO DISCIPLINAR
Interessado: M.C.M.B.
Relator: Marcelo Dalla Bernardina de Almeida
Data da Leitura: 12/07/2018

Decisão da reunião da plenária em 11/06/2018, sobre o processo 029/2017, de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade:

Os membros da reunião da plenária do CREFITO 15, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Marcelo Dalla Bernardina de Almeida, por unanimidade: I - julgar procedente o presente processo ético de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade. II - Condenar a representada a pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Vitória, 12 de julho de 2.018.
MARCELO DALLA BERNARDINA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO

EMENTA. 1. Ausência de pagamento de anuidade ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 2. Condição de legitimidade do exercício da profissão; 3. Conduta incompatível; 4. Norma autoaplicável do inciso VI, do artigo 16, da Lei 6.316/73; 5. Resolução 471/16, do COFFITO.

A ausência de pontualidade no pagamento da anuidade devida ao Conselho Regional acarreta pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Acórdão
Processo: 030/2017
Reunião Plenária: 11/06/2018
Assunto: INFRAÇÃO DISCIPLINAR
Interessado: S.V.V.
Relator: Marcelo Dalla Bernardina de Almeida
Data da Leitura: 12/07/2018

Decisão da reunião da plenária em 11/06/2018, sobre o processo 030/2017, de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade:

Os membros da reunião da plenária do CREFITO 15, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Marcelo Dalla Bernardina de Almeida, por unanimidade: I - julgar procedente o presente processo ético de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade. II - Condenar a representada a pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Vitória, 12 de julho de 2.018.
MARCELO DALLA BERNARDINA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO

EMENTA. 1. Ausência de pagamento de anuidade ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 2. Condição de legitimidade do exercício da profissão; 3. Conduta incompatível; 4. Norma autoaplicável do inciso VI, do artigo 16, da Lei 6.316/73; 5. Resolução 471/16, do COFFITO.

A ausência de pontualidade no pagamento da anuidade devida ao Conselho Regional acarreta pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Vitória, 12 de julho de 2.018.
MARCELO DALLA BERNARDINA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO

EMENTA. 1. Ausência de pagamento de anuidade ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; 2. Condição de legitimidade do exercício da profissão; 3. Conduta incompatível; 4. Norma autoaplicável do inciso VI, do artigo 16, da Lei 6.316/73; 5. Resolução 471/16, do COFFITO.

A ausência de pontualidade no pagamento da anuidade devida ao Conselho Regional acarreta pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Acórdão
Processo: 031/2017
Reunião Plenária: 11/06/2018
Assunto: INFRAÇÃO DISCIPLINAR
Interessado: L.L.S.
Relator: Marcelo Dalla Bernardina de Almeida
Data da Leitura: 12/07/2018

Decisão da reunião da plenária em 11/06/2018, sobre o processo 031/2017, de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade:

Os membros da reunião da plenária do CREFITO 15, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Marcelo Dalla Bernardina de Almeida, por maioria dos votos: I - julgar procedente o presente processo ético de infração disciplinar por ausência de pontualidade do pagamento de anuidade. II - Condenar a representada a pena de suspensão do exercício profissional até o pagamento da obrigação pecuniária em sua integralidade, incluindo todos os acessórios, nos termos do inciso IV, do art. 17, da lei 6.316/75.

Vitória, 12 de julho de 2.018.
MARCELO DALLA BERNARDINA DE ALMEIDA
Conselheiro Relator

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 35, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Instaura o Processo Eleitoral de Renovação de Mandatos do Colegiado, compreendendo o quadriênio de 2019/2023, do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª. REGIÃO - CREFITO-2, Autarquia Federal criada pela Lei nº 6.316, de 17.12.1975, com jurisdição no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO - CREFITO-2, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, consoante o disposto nos Artigos 1º e 5º da Resolução COFFITO-369, de 06.11.2009 (DOU de 06/11/2009), com a redação dada pela Resolução COFFITO-473, de 20.12.2016 (DOU de 03.01.2017) e na forma do Art. 3º da Lei nº 6.316/75, conforme deliberado na 1788ª Reunião de Diretoria, realizada em 11/09/2018, e referendada na 419ª Reunião Plenária, realizada em 12/09/2018, decide:

Artigo 1º - Instaurar o Processo Eleitoral de Renovação de Mandatos do Colegiado compreendendo o quadriênio de 2019/2023, do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª. REGIÃO, e com a deflagração do processo eleitoral, em cumprimento aos Artigos 1º e 5º da Resolução COFFITO-369, de 06.11.2009 (DOU de 06/11/2009), com a redação dada pela Resolução COFFITO-473, de 20.12.2016 (DOU de 03.01.2017), e na forma do Art. 3º da Lei nº 6.316/75, conforme deliberado na 1788ª Reunião de Diretoria, realizada em 11/09/2018, e referendada na 419ª. Reunião Plenária, realizada em 12/09/2018, e na forma do Art. 3º da Lei nº 6.316/75, sendo designado o dia 19/10/2018 - 6ª feira, inicio às 14:00 horas, no Auditório da Sede da Autarquia, situada na Rua Aguiar, nº 44 - Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ., a realização de sorteio público aleatório de 15 (quinze) profissionais Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-2, em condição de legitimidade do exercício da profissão, na forma prevista no Art. 15 da Lei nº 6.316/75, visando à formação da COMISSÃO ELEITORAL do CREFITO-2 e quadro de reserva, de acordo com a letra b, do Art. 5º da Resolução COFFITO-369, de 06.11.2009 (DOU de 06/11/2009), com a redação dada pela Resolução COFFITO-473, de 20.12.2016 (DOU de 03.01.2017).

Artigo 2º - Uma vez que consta na letra b, do Art. 5º da Resolução COFFITO-369, de 06.11.2009 (DOU de 06/11/2009), com a redação dada pela Resolução COFFITO-473, de 20.12.2016 (DOU de 03.01.2017), que seja efetuado levantamento no CREFITO dos profissionais residentes na circunscrição da sede da Autarquia dispostos em ordem alfabética recebendo cada um numeração individual e sequencial, iniciando do primeiro nome ao último da relação, sendo que a relação dos profissionais Fisioterapeutas e

Terapeutas Ocupacionais com os referidos números recebidos para o sorteio será divulgada no mínimo 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública, no sítio eletrônico oficial do CREFITO-2 para que seja procedido o sorteio público aleatório de 15 (quinze) profissionais Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, em condição de legitimidade do exercício da profissão, na forma prevista no Art. 15 da Lei nº 6.316/75, para a formação da COMISSÃO ELEITORAL do CREFITO-2 e quadro de reserva, fica determinado que o Departamento de Informática, com pessoal hábil para exercer esta função, proceda à emissão das listagens desses profissionais e faça a inserção no sítio eletrônico oficial do CREFITO-2, na forma prevista na Resolução COFFITO-369, de 06.11.2009 (DOU de 06/11/2009), com a redação dada pela Resolução COFFITO-473, de 20.12.2016 (DOU de 03.01.2017).

Artigo 3º - Realizado o sorteio público aleatório e sorteados os 15 (quinze) profissionais Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais para a formação da COMISSÃO ELEITORAL do CREFITO-2 e quadro de reserva, que seja procedido nos termos do § 3º do Art. 5º da Resolução COFFITO-369/2009, mediante a convocação desses profissionais por notificação formal, na qual deverá constar a advertência do disposto no Inciso V do Art. 16 da Lei nº 6.316/75, quanto à obrigatoriedade do cumprimento desta convocação, sob pena de não o fazendo incorrer em infração disciplinar, sendo que os profissionais convocados após entrevista informal sobre os cargos e funções, serão definidos os 5 (cinco) nomes, sendo 03 (três) nomeados para integrar a COMISSÃO ELEITORAL do CREFITO-2, e respectivos cargos, 2 (dois) vogais, e os demais integrarão o eventual cadastro de reserva.

Artigo 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

DRA. REGINA MARIA DE FIGUEIRÔA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Cremers nº 2, de 29 de agosto de 2018, publicada no DOU de 12/09/2018, Seção 1, pág. 257, inclua-se, por ter sido omitido, o anexo seguinte:

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO PADRÃO DO CORPO CLÍNICO ATUALIZADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CREMERS Nº 02/2018

CAPÍTULO I - CONCEITUAÇÃO:

Artigo 1º - O Corpo Clínico é o conjunto dos médicos que exercem suas atividades em uma instituição prestadora de serviços de assistência médica.

Parágrafo 1º - O Corpo Clínico deve manter um alto padrão moral, técnico e científico para a consecução de suas finalidades, nos termos deste Regimento Interno.

Parágrafo 2º - Os membros do Corpo Clínico gozam de plena autonomia profissional, técnica, científica, política e cultural.

Artigo 2º - O Diretor Clínico é o representante do Corpo Clínico do estabelecimento assistencial perante o corpo diretivo da instituição.

Parágrafo único - Os membros do Corpo Clínico, individualmente, respondem civil, penal e eticamente por seus atos profissionais.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO CORPO CLÍNICO:

Artigo 3º - O Corpo Clínico terá como objetivos, entre outros:

I - contribuir para o bom desempenho profissional dos médicos;

II - assegurar a melhor assistência aos assistidos da instituição;

III - colaborar para o aperfeiçoamento dos médicos e do pessoal técnico da instituição;

IV - estimular a pesquisa médica;

V - cooperar com a administração da instituição visando à melhoria da assistência prestada;

VI - estabelecer rotinas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO:

Artigo 4º - O Corpo Clínico será composto das seguintes categorias de médicos:

I - beneméritos

II - honorários

III - contratados

IV - temporários

V - efetivos

VI - consultores

VII - cortesia

VIII - residentes

IX - estagiários

Parágrafo único - Os médicos de uma dessas categorias podem participar simultaneamente de outras, respeitadas as exigências regimentais de admissão.

Artigo 5º - São membros Beneméritos os profissionais que, com quinze ou mais anos de serviços prestados à instutição, deixem a efetividade de suas funções.

Artigo 6º - São membros Honorários os profissionais que, por relevantes serviços prestados à instituição ou por seu valor pessoal e profissional, gozem de merecido conceito.

Parágrafo único - Para a concessão de título de Membro Honorário, o Diretor Clínico submeterá o Corpo Clínico, que apreciará a indicação, acompanhada de exposição de motivos e curriculum vitae, aprovando-a pelo voto de, no mínimo, 2/3 dos presentes à reunião.

Artigo 7º - São membros Contratados os profissionais admitidos diretamente pela Direção da Instituição de acordo com a legislação trabalhista, ou indiretamente, quando a contratação é intermediada por pessoas jurídicas, de acordo com a Resolução CREMERS nº 02/2017.

Parágrafo Primeiro - Conforme o inciso IV da Resolução CFM nº 2147/2016 é dever do Diretor Técnico certificar-se da regular habilitação dos médicos perante o CREMERS, bem como sua qualificação como especialista, exigindo a apresentação formal dos documentos cujas cópias devem constar da pasta funcional do médico perante o Setor Responsável;

Parágrafo Segundo - Conforme o inciso XIV da Resolução CFM nº 2147/2016 é dever do Diretor Técnico assegurar que as pessoas jurídicas que atuam na instituição estejam regularmente inscritas no CREMERS.

Artigo 8º - São membros Temporários os profissionais autorizados à prática da medicina na instituição de comum acordo entre a Direção Técnica e Clínica, desde que atendidos os critérios do artigo 24 deste Regimento, no prazo máximo de 03 (três) anos imediatamente sucessivos ao seu ingresso no Corpo Clínico.

Artigo 9º - São membros Efetivos os profissionais antes admitidos como membros temporários após o transcurso do prazo a que se refere o artigo anterior, na forma estabelecida no artigo 25 deste Regimento.

Artigo 10 - São membros Consultores os profissionais de reconhecida capacidade que aceitem colaborar, quando solicitados, com o Corpo Clínico na forma deste Regimento.

Artigo 11 - São membros Cortesia os profissionais autorizados de comum acordo pela Direção Técnica e Clínica, que atenderem, em caráter excepcional, pacientes particulares, em atenção ao Direito dos Médicos previsto no Código de Ética Médica (Capítulo II, inciso VI) de internar e de assistir seus pacientes em hospitais privados e públicos com caráter filantrópico ou não, respeitadas as normas técnicas de cada instituição.

Artigo 12 - São membros da Categoria de Residentes e Estagiários os profissionais vinculados à programação do Ensino e Treinamento.

CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS MÉDICOS:

Artigo 13 - A instituição manterá os serviços necessários à execução de suas finalidades, em regime de internamento ou de ambulatório.

Parágrafo Primeiro - O sistema de atendimento através de plantões será de responsabilidade da instituição, com prioridade aos membros efetivos do Corpo Clínico.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade pela organização da escala de plantão e pela continuidade do atendimento médico é do Diretor Técnico, na forma estabelecida na Resolução CFM nº 2.147/2016 e na Resolução CREMERS 01/2011.

Parágrafo Terceiro - Os serviços especializados deverão ser cadastrados no CREMERS, mediante requerimento de anotação de supervisão, coordenação, chefia ou responsabilidade técnica, com a indicação de médicos para as respectivas funções que possuam título de especialista na especialidade oferecida pelo serviço médico, com o devido registro do título pelo CRM.

CAPÍTULO V - DA DIREÇÃO:

Artigo 14 - O Corpo Clínico será dirigido por um Diretor Clínico e um Vice-Diretor Clínico, com assessoramento, se necessário de Comissões Permanentes e Temporárias.

Parágrafo Primeiro - O Diretor Clínico e o Vice-Diretor Clínico obrigatoriamente serão eleitos pelo Corpo Clínico, de forma direta e secreta, com mandato de no máximo 02 (dois) anos, em Processo Eleitoral especialmente convocado com essa finalidade, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, por maioria simples de votos.

Parágrafo Segundo - As competências do Diretor Técnico, do Diretor Clínico e da Comissão de Ética são as previstas em Resoluções específicas do Conselho Federal de Medicina.

Parágrafo Terceiro - As Comissões, tanto permanentes como temporárias, serão nomeadas pelo Diretor Clínico, sendo a de Ética eleita pelos membros efetivos do Corpo Clínico.

Artigo 15 - O Diretor Clínico, independentemente do cargo, continuará no exercício de suas atividades profissionais normais.

CAPÍTULO VI - COMPETÊNCIA

Artigo 16 - Ao Corpo Clínico compete:

I - prestar assistência médica aos pacientes sob seus cuidados;

II - prestar assistência médica aos pacientes, independentemente de cor, raça, religião, situação social ou política;

III - decidir a respeito da admissão de médico ao Corpo Clínico, na forma deste Regimento;

IV - decidir sobre punição de médico, depois de receber os resultados da respectiva sindicância, na forma deste Regimento;

V - realizar Assembléias e Reuniões Científicas;

VI - cooperar com a administração da instituição, respeitando o Código de Ética Médica, os regulamentos e as normas existentes;

VII - participar na educação sanitária da população;

VIII - colaborar nos programas de treinamento do pessoal da instituição;

X - contribuir para o aprimoramento dos padrões profisssionais;

XI - eleger o Diretor Clínico e seu substituto, na forma do artigo 14.

XII - eleger a Comissão de Ética Médica na forma prevista em Resolução específica do Conselho Federal de Medicina, bem como de outras Comissões se assim estiver previsto no Regimento Interno da instituição.

Artigo 17 - Aos médicos Efetivos compete, privativamente:

I - votar e ser votado;

II - decidir sobre a participação do Corpo Clínico em convênios, inclusive os do sistema público de saúde, firmados pela instituição para atendimento ambulatorial e hospitalar, ressalvado o direito individual do médico de não atender a tais convênios.

Parágrafo Primeiro - Se o Corpo Clínico decidir pelo não atendimento de determinado convênio, nenhum médico poderá individualmente atender, ressalvados os membros contratados e residentes.

Parágrafo Segundo - O membro efetivo do Corpo Clínico que deixar de atuar na instituição pelo prazo de 01 (um) ano terá suspensos seus direitos previstos no caput deste artigo, ressalvado o disposto no artigo 28.

Parágrafo Terceiro - Cessará a suspensão referida no parágrafo segundo quando o médico voltar a atuar na instituição.

Parágrafo Quarto - Não se aplicam as disposições do caput, inciso II e parágrafos primeiro, segundo e terceiro quando todos os membros do Corpo Clínico são médicos contratados.

Artigo 18 - O Diretor Clínico é o representante do Corpo Clínico do estabelecimento assistencial perante o corpo diretivo da instituição, notificando ao diretor técnico sempre que for necessário ao fiel cumprimento de suas atribuições, competindo-lhe dirigir e coordenar o corpo clínico da instituição, bem como:

I - assegurar que todo paciente internado na instituição tenha um médico assistente responsável, desde a internação até a alta;

II - exigir dos médicos assistentes ao menos uma evolução e prescrição diária de seus pacientes, assentada no prontuário;

III - organizar os prontuários dos pacientes de acordo com o que determina as Resoluções do Conselho Federal de Medicina nºs 1638/2002 e 2056/2013;

IV - exigir dos médicos plantonistas hospitalares, quando chamados a atender pacientes na instituição, o assentamento no prontuário de suas intervenções médicas com as respectivas evoluções;

V - disponibilizar livro ou meio digital para registro de ocorrências aos médicos plantonistas;

VI - determinar que, excepcionalmente nas necessidades imperiosas com risco de morte que possam caracterizar omissão de socorro, aos médicos plantonistas de UTI's e dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência Médica não sejam deslocados para fazer atendimento fora de seus setores;

VII - supervisionar a execução das atividades de assistência médica da instituição, comunicando ao diretor técnico para que tome as providências cabíveis quanto às condições de funcionamento de aparelhagem e equipamentos, bem como o abastecimento de medicamentos e insumos necessários ao fiel cumprimento das prescrições clínicas, intervenções cirúrgicas, aplicação de técnicas de reabilitação e realização de atos periciais quando estiver inserido em estabelecimento assistencial médico;

VIII - zelar, cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e os Estatutos da instituição quando em consonância; havendo divergência, prevalecerá o estabelecido no Regimento;

IX - supervisionar a efetiva realização do ato médico, da compatibilidade de recursos disponíveis, da garantia das prerrogativas do profissional médico e da garantia de assistência disponível aos pacientes;

X - atestar a realização de atos médicos praticados pelo Corpo Clínico e pelo hospital sempre que necessário;

XI - incentivar a criação e organização de centros de estudos, visando a melhor prática da medicina;

XII - recepcionar e assegurar, aos estagiários (acadêmicos e médicos) e residentes médicos, condições de exercer suas atividades com os melhores meios de aprendizagem, com a responsabilidade de exigir a sua supervisão;

XIII - nomear as Comissões Permanentes e Temporárias do Corpo Clínico;

XIV - zelar pela fiel observância do Código de Ética Médica, bem como das Resoluções do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul;

XV - determinar que nas cirurgias eletivas o médico assegure-se previamente das condições indispensáveis à execução do ato, inclusive quanto à necessidade de ter como auxiliar outro médico capaz de substituí-lo em seu impedimento;

XVI - impedir que o médico do Corpo Clínico realize procedimentos não reconhecidos pela comunidade científica ou consagrados como atos médicos.

XVII - convocar e dirigir as sessões ordinárias e extraordinárias das assembléias do Corpo Clínico, na forma prevista neste Regimento, encaminhando ao diretor técnico as decisões para as devidas providências, inclusive quando houver indicativo de suspensão integral ou parcial das atividades médicos-assistenciais por faltarem as condições funcionais previstas na Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2056/2013, em consonância com o disposto no art. 20 e parágrafos desse mesmo dispositivo. É, ainda, direito do Diretor Clínico comunicar ao Conselho Regional de Medicina e informar, se necessário, a outros órgãos competentes.

Artigo 19 - Ao Vice-Diretor Clínico compete:

I - substituir o Diretor Clínico nos seus eventuais impedimentos;

II - desempenhar as tarefas que lhe forem delegadas pelo Diretor Clínico;

III - auxiliar o Diretor Clínico.

CAPÍTULO VII - DOS DIREITOS E DOS DEVERES DO CORPO CLÍNICO

Artigo 20 - São direitos fundamentais dos integrantes do Corpo Clínico:

I - a autonomia profissional;

II - decidir quanto à admissão e exclusão de membros, garantindo-lhe a ampla defesa e obediência às normas legais vigentes, na forma prevista no Capítulo VIII deste Regimento;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700304

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - acesso à instituição e seus serviços;
IV - a participação nas Assembleias e Reuniões;
V - votar, e, conforme o caso, ser votado, na forma do artigo 14;
VI - receber a remuneração pelos serviços prestados da maneira mais direta e imediata possível;
VII - decidir autonomamente não atender pacientes vinculados a convênios, mesmo quando aceitos pelo Corpo Clínico, na forma deste Regimento;
VIII - decidir de forma final sobre a prestação do serviço médico.
Parágrafo Único - O disposto no artigo 20, incisos II e VII, não se aplica na hipótese de os membros efetivos do Corpo Clínico serem todos contratados.
Artigo 23 - São deveres dos integrantes do Corpo Clínico:
I - comunicar falhas observadas na assistência prestada pela instituição e reivindicar melhorias que resultem em aprimoramento da assistência aos pacientes;
II - obediência ao Código de Ética Médica, ao Regimento Interno do Corpo Clínico e aos Estatuto da Instituição quando em consonância; havendo divergência, prevalecem o Código de Ética Médica e o Regimento Interno do Corpo Clínico;
III - assistir os pacientes sob seu cuidado com respeito, consideração e dentro da melhor técnica, em seu benefício;
IV - colaborar com os colegas na assistência aos seus pacientes, quando solicitado; participar de atos médicos em sua especialidade ou auxiliar colegas, quando necessário;
V - cumprir as normas técnicas e administrativas da instituição quando em consonância;
VI - elaborar corretamente prontuário dos pacientes com registros indispensáveis à elucidação do caso;
VII - colaborar com as Comissões específicas da instituição;
VIII - deverá também o médico restringir sua prática à(s) área(s) para a(s) qual(is) foi admitido, exceto em situações de urgência e emergência.
Parágrafo Primeiro - O descumprimento dos deveres pelo integrante do Corpo Clínico sujeitará o infrator às sanções previstas neste Regimento Interno, após sindicância com amplo direito de defesa.
Parágrafo Segundo - Caberá aos médicos que se julgarem prejudicados por decisões de qualquer natureza recurso ao CREMERS.
CAPÍTULO VIII - DA ADMISSÃO E DA EXCLUSÃO
Artigo 24 - Os candidatos ao ingresso no Corpo Clínico na Categoria de Temporários deverão apresentar os seguintes documentos:
I - carteira de identidade de médico com registro no CREMERS;
II - indicação de especialidade ou área de atuação, com o número de inscrição no Registro de Qualificação de Especialidade no CREMERS, quando o tiver;
III - "curriculum vitae";
Parágrafo Único - Conforme inciso IV da Resolução CFM nº 2147/2016 é dever do Diretor Técnico certificar-se da regular habilitação dos médicos perante o Conselho de Medicina, bem como sua qualificação como especialista, exigindo apresentação formal dos documentos, cujas cópias devem constar da pasta funcional do médico perante o setor responsável.
Artigo 25 - O requerimento de admissão ao Corpo Clínico na categoria efetivo deverá ser acompanhada da documentação necessária e dirigido ao Diretor Clínico que o submeterá ao Corpo Clínico em 30 (trinta) dias, a contar da data em que foi protocolado o pedido.
Parágrafo Primeiro - A aprovação será por deliberação da Assembleia Geral do Corpo Clínico, pela maioria simples dos membros efetivos presentes.
Parágrafo Segundo - A decisão do Corpo Clínico será fundamentada com a presença do médico postulante, que terá direito à palavra na reunião.
Parágrafo Terceiro - O Diretor Clínico encaminhará o aprovado à direção administrativa da instituição em, no máximo 05 (cinco) dias; esta disporá, por sua vez, de um prazo máximo de 07 (sete) dias para manifestar-se. O silêncio da direção implicará na aceitação tácita.
Parágrafo Quarto - Em caso de discordância da direção administrativa da instituição, esta deverá ser fundamentada e remetida ao Corpo Clínico, que somente poderá rejeitá-la pelo voto de 2/3 dos presentes, em um prazo não superior a 15 (quinze) dias.
Parágrafo Quinto - Da decisão final cabe recurso ao CREMERS, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Sexto - Não se aplica o disposto neste artigo na hipótese na qual todos os membros efetivos do Corpo Clínico são contratados pelo hospital.
Artigo 26 - Os médicos contratados pela instituição e que não passarem na tramitação normal para ingresso no Corpo Clínico não serão considerados membros efetivos do Corpo Clínico, salvo na hipótese em que todos os médicos do hospital sejam contratados e assim sejam efetivos no Corpo Clínico.
Artigo 27 - As decisões denegatórias e os casos de exclusão do Corpo Clínico poderão ser objeto de reexame ao Corpo Clínico, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência ao interessado. O Corpo Clínico deliberará através de Assembléias convocadas com antecedência mínima de 10 (dez). Em primeira convocação o quorum mínimo será de 2/3 (dois terços) dos membros do Corpo Clínico, e em segunda convocação, após 1 (uma) hora, com qualquer número, decidindo por maioria simples de votos.
Parágrafo Primeiro - As decisões do Corpo Clínico, quer as originárias quer a de reexame, serão tomadas por votação nominal ou simbólica, sendo direito do interessado obter certidão da ata.
Parágrafo Segundo - Caso o pedido de reexame venha a ser julgado improcedente, o interessado poderá recorrer ao Conselho Regional de Medicina, no prazo de 30 (trinta) dias, justificando fundamentadamente suas razões.
Artigo 28 - O médico que tiver se afastar da sede da instituição cujo Corpo Clínico integra, nele desejando continuar, deverá formalmente comunicar o afastamento vinculado ao período de ausência, nunca superior a 3 (três) anos, sob pena de exclusão decorrido 1 (um) ano.
Artigo 29 - Terão direito a voto nas hipóteses previstas neste capítulo somente os médicos efetivos.
Artigo 30 - Será considerada falta ética grave um médico aceitar a sua contratação pelo estabelecimento de saúde em substituição a um médico contratado demitido quando na defesa dos princípios éticos da profissão.
Parágrafo Primeiro - Cabe ao CREMERS, quando provocado, emitir declaração sobre o mérito da eticidade da motivação que gerou a demissão.
Parágrafo Segundo - Quando a demissão for considerada antiética, cabe ao Diretor Técnico tomar as medidas cabíveis para que a administração da instituição corrija o ato e se abstenha de concretizar futuras ações dessa natureza.
CAPÍTULO IX - DAS PENALIDADES
Artigo 31 - As transgressões a este Regimento, cometidas por membros do Corpo Clínico, sujeitam os infratores às seguintes penas:
I - advertência reservada por escrito;
II - censura reservada por escrito;
III - afastamento temporário do Corpo Clínico pelo prazo de trinta a cento e oitenta dias;
IV - exclusão do Corpo Clínico.
Parágrafo primeiro: Salvo os casos de gravidade manifesta que exijam aplicação imediata de penalidade mais severa, a imposição das penas obedecerá à gradação deste artigo.
Parágrafo Segundo: Na hipótese de o Corpo Clínico ser constituído por membros efetivos exclusivamente contratados, a Assembleia do Corpo Clínico apenas sugerirá à direção da instituição as penas previstas nos incisos III e IV do caput.
Artigo 32 - Nenhuma penalidade será imposta sem sindicância, regularmente processada, assegurando-se ao acusado o mais amplo direito de defesa.
Artigo 33 - A execução de qualquer penalidade, por transgressão a este Regimento, imposta pelos membros efetivos do Corpo Clínico, caberá ao Diretor Clínico.
Parágrafo Único - No caso de indicio de infração ética, será remetida cópia da sindicância procedida ao CREMERS, que tomará as providências cabíveis de sua alçada.
CAPÍTULO X - DAS REUNIÕES:
Artigo 34 - As reuniões ordinárias serão realizadas pelo menos uma vez por mês, sob a presidência do Diretor Clínico.
Parágrafo Único - As reuniões terão ata lavrada em livro próprio e redigida por um Secretário designado pelo Presidente.
Artigo 35 - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas tanto pelo Diretor Clínico como por 1/3 (um terço) dos membros efetivos do Corpo Clínico, presidida, no último caso, por um deles, na ausência do Diretor Clínico, com antecedência mínima de 24 horas.
Parágrafo Único - Em primeira convocação o quorum mínimo será de 2/3 (dois terços) dos membros do Corpo Clínico e em segunda convocação após 1 (uma) hora, com qualquer número, decidindo por maioria simples de votos.
Artigo 36 - As decisões serão tomadas por votação nominal ou simbólica e maioria simples dos membros efetivos presentes.
Artigo 37 - As convocações deverão ser feitas por escrito, acompanhadas da respectiva pauta, com antecedência mínima de cinco dias, salvo urgência justificada.
CAPÍTULO XI - DAS COMISSÕES:
Artigo 38 - Além das Comissões de Ética e aquelas previstas pela legislação federal ou por Resoluções do Conselho Federal de Medicina, poderão ser criadas outras comissões, tanto permanentes quanto temporárias, devendo ter finalidades claramente definidas.
Parágrafo Único - Cabe ao Diretor Clínico nomear as Comissões Permanentes e Temporárias do Corpo Clínico ou ao Corpo Clínico, por meio de eleição, se assim estiver previsto no Regimento Interno da instituição, legislação específica ou Resolução do Conselho Federal de Medicina.
CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS:
Artigo 39 - O Diretor do Corpo Clínico não poderá acumular o cargo de Diretor Técnico em hospitais com mais de 30 (trinta) médicos.
Parágrafo Único - O Diretor Técnico somente poderá acumular a função de Diretor Clínico quando eleito para essa função pelos médicos componentes do Corpo Clínico com direito a voto.
Artigo 40 - O médico aceito no Corpo Clínico para trabalhar em uma determinada área médica não poderá atuar por conta própria em área diversa, salvo em urgência e emergência.
Artigo 41 - O médico aceito no Corpo Clínico para trabalhar em uma determinada área médica não poderá ser designado ou obrigado a exercer sua atividade em área diversa da que foi aceito.
Artigo 42 - Este regimento revoga expressamente o Regimento anterior.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.
DR. ROGÉRIO WOLF AGUIAR
Primeiro-Secretário
DR. FERNANDO WEBER MATOS
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA

DECISÃO Nº 33, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe e regulamenta a concessão e o pagamento de diária, meia-diária, JETON, auxílio embarque/desembarque, auxílio representação, critérios para emissão de passagens aéreas e reembolso pelo uso de carro particular, no âmbito do CRO-SC.

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 68.704 de 03 de junho de 1971, e cumprindo deliberação da Diretoria, conforme reunião realizada em 24 de março de 2017, e ainda Considerando que a Lei Federal nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, expressamente autoriza os conselhos de fiscalização de profissões a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação; Considerando a Decisão CFO 33/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias, jetons, auxílio embarque/desembarque, auxílio representação, estabelece critérios para emissão de passagens aéreas e dá outras providências; e, Considerando, o reconhecimento do Tribunal de Contas da União, por meio dos Acórdãos 25/2001 e 1163/2008, da possibilidade de os Conselhos de Fiscalização Profissional ressarcirem seus conselheiros e demais representantes dos gastos incorridos no exercício de suas funções, decide:
Art. 1º. O deslocamento a serviço, por convocação ou designação dos grupos beneficiários desta Decisão, em atividades de interesse do CRO-SC, no Estado de Santa Catarina ou fora dele, se regula pelos preceitos estabelecidos na presente normatização. Art. 2º. Será considerado deslocamento a serviço o afastamento do beneficiário do seu domicílio até a localidade onde se desenvolverão as atividades de interesse do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina. Parágrafo Único. O deslocamento ficará condicionado à autorização prévia do Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, com requerimento dirigido à Diretoria, que ficará responsável também pela fiscalização do cumprimento da presente norma. DAS DIÁRIAS - Art. 3º. A diária tem por finalidade cobrir despesas de hospedagem, alimentação e deslocamentos urbanos. § 1º. A diária será devida por dia de afastamento do domicílio, até a data do retorno. § 2º. O beneficiário receberá uma diária, quando o deslocamento da Sede, Delegacia Regional ou Domicílio demandar a necessidade de hospedagem (pernoite), e perceberá meia diária quando o afastamento ocorrer sem pernoite, retornando o beneficiário no mesmo dia de sua partida. § 3º. Quando ocorrer necessidade de hospedagem (pernoite) e o beneficiário retornar no dia seguinte, este receberá meia diária. § 4º. Ao convidado, não pertencente aos quadros do CRO-SC, é garantida a percepção do valor da diária dos Conselheiros Regionais, conforme descrito no Anexo I desta Decisão. Art. 4º. Na hipótese de viagem internacional o valor da diária corresponderá ao descrito no Anexo I. DO AUXÍLIO EMBARQUE/DESEMBARQUE - Art. 5º. Sem prejuízo na concessão da diária, os beneficiários farão jus ao auxílio embarque/desembarque, quando da realização de deslocamentos aéreos. § 1º. O auxílio embarque/desembarque corresponde ao trânsito do beneficiário, da residência ao local de embarque, do local de desembarque ao hotel ou local das atividades e vice-versa. § 2º. Será pago, apenas, um auxílio embarque/desembarque em cada deslocamento, mesmo quando os destinos forem diversos. § 3º. A importância devida ao auxílio embarque/desembarque corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) do valor da diária dos conselheiros, conforme Anexo I. Art. 6º. Os beneficiários que utilizarem seus veículos particulares nos deslocamentos, para atividades de interesse da Autarquia, farão jus ao recebimento de um reembolso, mediante solicitação formal e autorização formal do Presidente do CRO-SC. Parágrafo Único. O reembolso não configura qualquer espécie de vínculo, tampouco representa qualquer pagamento de natureza remuneratória, sendo apenas uma alternativa utilizada pela Autarquia em face do pequeno número de carros e motoristas à disposição desta. Art. 7º. Para fins de reembolso será pago o valor correspondente ao trecho entre a residência do beneficiado e a cidade para onde for feito o deslocamento em estrita utilidade para a autarquia, mediante prévia autorização por escrito da Presidência do Regional. Art. 8º. Como base para cálculo das distâncias entre as cidades será utilizada a tabela de distâncias oficial do governo do Estado de Santa Catarina. Art. 9º. Será pago o valor de R$ 1,20/Km (um real e vinte centavos por quilômetro) e a comprovação da participação dar-se-á nos mesmos moldes da utilizada para o pagamento de diária, meia diária, ou ajuda de custo. DA EMISSÃO DE BILHETES AÉREOS - Art. 10. A autorização para EMISSÃO DE BILHETE, quando se tratar de passagem aérea, deverá levar em consideração o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de translado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente que antecedam em no mínimo 3 (três) horas o início previsto dos trabalhos ou evento. Art. 11. Não serão autorizadas quaisquer alterações do percurso, data ou horário de deslocamento, ressalvada condição imprevisível, devidamente justificada, de forma completa, fundamentada e efetivamente clara. Art. 12. Poderá ser admitida, excepcionalmente, mediante solicitação formal do beneficiário, a utilização de veículo próprio, com devida indenização, considerando a inexistência de serviço aéreo na localidade e, subsidiariamente, acaso se apresente a medida, meio mais econômico aos cofres da Autarquia. DO JETON - Art. 13. Será permitido o pagamento do jeton, exclusivamente, ao conselheiro efetivo ou suplente que seja convocado para participar de reuniões de caráter deliberativo, da Diretoria e/ou do Plenário. Parágrafo Único.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700305

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O JETON não poderá ser cumulado com outra categoria de Diária, Meia-diária ou Auxílio-representação. DO AUXÍLIO-REPRESENTAÇÃO - Art. 14. O auxílio-representação será concedido quando convocado conselheiro efetivo ou suplente, empregado, ou convidado, para realização de representação honorífica, na localidade de sua residência. Parágrafo Único. O Auxílio-representação não poderá ser cumulado com outra categoria de Diária, Meia-diária, ou JETON. DOS PAGAMENTOS E COMPROVAÇÕES - Art. 15. Os pagamentos relativos à concessão de diária, meia-diária auxílio, embarque-desembarque e JETON, deverão ser realizados, preferencialmente, 48 (quarenta e oito) horas antes do efetivo deslocamento. Art. 16. O pagamento dos benefícios previstos nesta Decisão independem da comprovação de despesas efetuadas; porém, será demonstrada a efetiva participação na atividade em até 48 (quarenta e oito) horas, por meio de relatório pormenorizado encaminhado à Diretoria. Na documentação comprobatória, dependendo do tipo de benefício concedido, deverá constar: relatório de viagens; cópias de cartões de embarque ou declaração fornecida pela companhia aérea; cópias das atas de reuniões e descrição dos trabalhos realizados, consignando dias e horários. Parágrafo Único. Recebida a diária (ou outro benefício) e não realizada a viagem, ou quando cumprida parcialmente a atividade, deverá o beneficiário proceder a devolução do valor devido ao Conselho Regional de Odontologia Santa Catarina, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do retorno ou da interrupção do deslocamento. Art. 17. Os benefícios previstos nesta Decisão serão pagos aos beneficiários de acordo com a tabela apresentada no Anexo I, sendo expressamente proibido praticar valores superiores ao estabelecidos na referida tabela. Art. 18. Ao empregado que for beneficiário de Diária, Meia-diária, ou Verba de Representação, terá deduzido deste benefício, parcelada relacionada ao Vale Alimentação. Parágrafo Único. Como base de cálculos, para fins de descontos, considerar-se-á o mês com 30 (trinta) dias. Art. 19. Fica revogada a Decisão do CRO-SC 05/2017 e dispositivos contrários. Art. 20. Esta Decisão entra no dia 17 de setembro de 2018, quando de sua publicação oficial.

MURILO ROSA
Presidente do Conselho

CHRISTIAN CASAS
Secretário

AFONSO EUGENIO WUNDERLICH JUNIOR
Tesoureiro

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS , JETONS, AUXÍLIO EMBARQUE/DESEMBARQUE, AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO E REEMBOLSO POR USO DE VEÍCULO PARTICULAR

CATEGORIA	NAC. R$	INTER. US$	INTER. €
Conselheiros Regionais e Federais	700,00	400,00	400,00
Empregados do CRO (Chefias e Assessorias) - 70% do valor da diária dos conselheiros	490,00	280,00	280,00
Administrador, Advogado, Contador, Fiscal Cirurgião-dentista - 50% do valor da diária dos Conselheiros	350,00	200,00	200,00
Demais Empregados - 33% do valor da diária dos Conselheiros	231,00	132,00	132,00
Auxílio Embarque/Desembarque - 50% do valor da diária dos Conselheiros	350,00	Valor em reais acrescido de 50% convertido para a moeda do País de destino na data do pagamento das diárias.	Valor em reais acrescido de 50% convertido para a moeda do País de destino na data do pagamento das diárias.
JETON - 40% do valor da diária dos Conselheiros	280,00	_____	_____
Auxílio Representação - 25% do valor da diária dos Conselheiros	175,00	_____	_____
Indenização por KM rodado (artigo 9º)	1,20	_____	_____

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS, JETONS, AUXÍLIO EMBARQUE/DESEMBARQUE, AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO, EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS E REEMBOLSO POR USO DE VEÍCULO PARTICULAR

DADOS DO REQUISITANTE	
NOME COMPLETO:	
SETOR:	CARGO:
DADOS DO BENEFICIÁRIO	
NOME COMPLETO:	
CRO-SC OU CPF:	TELEFONES:
VÍNCULO	DADOS BANCÁRIOS
( ) CONSELHEIRO	BANCO:
( ) FUNCIONÁRIO	AGÊNCIA:
( ) CONVIDADO	OPERAÇÃO:
	CONTA:
DADOS DO EVENTO	
EVENTO:	
CIDADE DE REALIZAÇÃO:	
DATA E HORA	
DO INÍCIO:	DO ENCERRAMENTO:
FINALIDADE:	
MEIO DE TRANSPORTE:	
TRANSPORTE AÉREO	

TRECHO	DATA	HORA	VOO	COMPANHIA

OBJETOS DA SOLICITAÇÃO	
( ) DIÁRIAS ( ) QUANTIDADE	( ) JETONS
( ) AUX. EM./DESEMBARQUE	( ) AUX. REPRESENTAÇÃO
( ) PASSAGENS AÉREAS	( ) KM

ASSINATURA DO REQUISITANTE

ANEXO III

ROTEIRO ATIVIDADES, PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS, JETONS, AUXÍLIO EMBARQUE/DESEMBARQUE, AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO, EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS E REEMBOLSO POR USO DE VEÍCULO PARTICULAR

OBJETOS DA SOLICITAÇÃO	VÍNCULO
() DIÁRIAS () JETONS () AUXÍLIO EMBARQUE/DESEMBARQUE () AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO () EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS () KM	() CONSELHEIRO () FUNCIONÁRIO () CONVIDADO
DADOS DO BENEFICIÁRIO	
NOME COMPLETO:	
CRO-SC OU CPF:	TELEFONES:
DADOS DO EVENTO	
EVENTO:	
CIDADE DE REALIZAÇÃO:	
DATA E HORA	
DO INÍCIO:	DO ENCERRAMENTO:
FINALIDADE:	
MEIO DE TRANSPORTE:	
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

1ª CÂMARA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2016.005669-0. Recte: Mário Francisco Barbosa OAB/PR 49884. Interessado1: Conselho Seccional da OAB/PR. Interessado2: Susana Broglia Feitosa de Lacerda - Promotora de Justiça da 29ª Promotoria de Justiça de Londrina/PR (Adva: Andressa de Carvalho OAB/PR 44724. Relator: Conselheiro Federal Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (RR). Ementa n. 073/2018/PCA. Recurso. Pedido de desagravo. Censura e reprovação pública em razão de medidas tomadas na defesa do cliente diminui a liberdade de exercício da advocacia. Ofensa as prerrogativas do advogado. Recurso provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relatório. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 13 de fevereiro de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Bernardino Dias de Souza Cruz Neto, Relator. RECURSO N. 03.0000.2016.002449-9/PCA. Recte: Cirilo Alves Ferreira Neto. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Amapá. Relator: Conselheiro Federal Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (RR). Ementa n. 074/2018/PCA. Recurso. Pedido de inscrição principal. Incompatibilidade com o exercício da advocacia. Técnico de Controle Externo e Interesse de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Amapá. Recurso negado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Brasília, 26 de fevereiro de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Bernardino Dias de Souza Cruz Neto, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.005704-7/PCA. Recte: Gladis Regina Morgental Soares (Adv.: Gustavo Morgental Soares OAB/RS 71228). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (RR). Ementa n. 075/2017/PCA. Recurso. Pedido de inscrição principal. Incompatibilidade com o exercício da advocacia. Cargo de Especialista Rodoviário e Engenheira Civil da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária -DIR. Negado provimento ao recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 26 de fevereiro de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Bernardino Dias de Souza Cruz Neto, Relator. RECURSO N. 49.0000.2017.012297-3/PCA. Recte: J. C. P. T. S. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Sandra Krieger Gonçalves (SC). Ementa n. 076/2018/PCA. Recurso. Incidente de inidoneidade. Processos judiciais em trâmite. Existência de conduta incompatível com o exercício da advocacia. Independência das instâncias. Descabimento de trânsito em julgado da ação penal ou da ação de improbidade administrativa como requisito fundante da decretação de inidoneidade. Indeferimento do pedido de inscrição. Recurso conhecido e negado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018091700306

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 8º, § 3º da Lei n. 8.906/94, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso do Sul. Brasília, 25 de junho de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Sandra Krieger Gonçalves, Relatora. EMBARGOS N. 49.0000.2017.009006-9/PCA. Embte: Roberto Paes Barreto OAB/RS 80983A. Recorrente: Roberto Paes Barreto OAB/PE 09115 e OAB/RS 80983A. Interessado1: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Interessado2: Editora Folha de Pernambuco LTDA (Adv.: Djair Pedrosa de Albuquerque OAB/PE 03231). Relatora: Conselheira Federal Sandra Krieger Gonçalves (SC). Ementa n. 077/2018/PCA. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material no acórdão embargado. Pretensão dissociada da natureza integrativa dos embargos de declaração. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os Embargos, nos termos do voto da relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 6 de agosto de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Sandra Krieger Gonçalves, Relatora. RECURSO N. 07.0000.2016.025965-0/PCA. Recte: Mário Sergio Corrêa Pereira de Moura e Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Vinicius Jose Marques Gontijo (MG). Ementa n. 078/2018/PCA. Juiz de Paz. Não incidência da exceção prescrita no § 1º do Provimento n. 144/2011 deste CFOAB. Obrigatoriedade de se submeter ao Exame de Ordem. Recurso a que se nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao pedido, nos termos do voto do Relator. Brasília, 3 de setembro de 2018. Fernando Santana Rocha, Presidente em exercício. Vinicius Jose Marques Gontijo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.003075-1/PCA. Recte: Heitor de Sousa Gonçalves (Adv.: Clebes Cruz do Nascimento OAB/RJ 54266). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relatora: Conselheira Federal Cléa Anna Maria Carpi da Rocha (RS). Ementa n. 079/2018/PCA. Exame de Ordem. Inscrição originária. Indeferimento. Pedido de inscrição sem Exame de Ordem. Preenchimento, à época da norma anterior, dos requisitos autorizadores para a inscrição. Ausência de exercício por incompatibilidade com o cargo ocupado. Submissão ao Exame de Ordem. Ausência de direito adquirido pela inexistência do direito de inscrição aos quadros da OAB tanto pela Lei nº4.215/63 quanto pela Lei nº 8.906/94. Detentor de cargo incompatível (Escrivão de polícia/delegado de polícia). Precedentes. Recurso improvido, nos termos do art. 8º, inciso IV, do EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 3 de setembro de 2018. Fernando Santana Rocha, Presidente em exercício. Cléa Carpi da Rocha, Relatora. Recurso n. 49.0000.2018.004134-0/PCA. Recte: Rosangela de Oliveira Peres (Adv.: Rodrigo Villaça Gorgulho OAB/RJ 106957). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Cassio Lisandro Telles (PR). Ementa n. 080/2018/PCA. Bacharel em Direito. Estágio supervisionado realizado antes do advento da Lei 8.906/94. Prazo para aproveitamento, com dispensa do exame de ordem: 2 anos a partir da vigência da nova lei. Ausência de pedido de inscrição neste prazo, por exercer atividade incompatível. Pedido apresentado em 2016, após a aposentadoria. Necessidade de submissão ao exame. Ausência de direito adquirido. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator. Brasília, 3 de setembro de 2018. Fernando Santana Rocha, Presidente em exercício. Vinicius José Marques Gontijo, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2018.004575-3/PCA. Recte: Ricardo Ferreira Breier - Presidente da OAB/Rio Grande do Sul (Gestão 2016/2018). Recorrido: Plínio de Oliveira Santos (Adv.: João Vergilio Galvão de Bem OAB/RS 49459, Marcelo Cigana OAB/RS 87707. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). Ementa n. 081/2018/PCA. Recurso. Pedido de inscrição. Cargo/função de Coordenador do CREAS. Comprovada a inexistência de "poder de decisão relevante sobre interesse de terceiros". Deferimento de inscrição. Anotação do impedimento do art. 30, I da Lei n. 8.906/94. Recurso negado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 03 de setembro de 2018. Luciano Rodrigues Machado, Presidente em exercício. Joaquim Felipe Spadoni, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.005652-0/PCA. Recte: Paulo Roberto Marcondes Júnior OAB/PR 53511 (Adv.: Rodrigo Mancarz OAB/PR 69403. Interessado: José Daniel Toaldo - Juiz Substituto da 11ª Vara Criminal do Foro de Curitiba - PR (Adva.: Ana Paula Rossi Silva OAB/PR 68059. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luis Augusto de Miranda Guterres Filho (MA). Ementa n. 082/2018/PCA. RECURSO. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO. AÇÃO PENAL PROMOVIDA CONTRA O ADVOGADO, MATÉRIA QUE SE RESTRINGE AO ÂMBITO PROCESSUAL. AUSENTE ATENTADO ÀS PRERROGATIVAS DA CLASSE DOS ADVOGADOS. RECURSO IMPROVIDO. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 03 de setembro de 2018. Luciano Rodrigues Machado, Presidente em exercício. Luis Augusto de Miranda Guterres Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.006690-4/PCA. Recte: Thiago de Lara Vieira OAB/SC 24861. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Luciano Rodrigues Machado (ES). Ementa n. 083/2018/PCA. PROCURADOR GERAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. INCOMPATIBILIDADE RELATIVA. ART. 29, X, DA LEI 8.906/94. PRECEDENTES DO ÓRGÃO ESPECIAL. O Procurador Geral do Poder Legislativo só está legitimado a advogar em favor do ente municipal que representa, nos termos do art. 29 do EAOAB. Precedentes do Órgão Especial. Recurso a que se nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 03 de setembro de 2018. Vinicius José Marquis Gontijo, Presidente em exercício. Luciano Rodrigues Machado, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.007065-4/PCA. Recte: Luis Fernando Almeida OAB/SC 45769 (Adv: Vanderlei Balsanelli OAB/SC 45807. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS). Ementa n. 084/2018/PCA. RECURSO AO CONSELHO FEDERAL. VIOLAÇÃO AO ART. 75 DO EAOAB. NÃO CONHECIMENTO. MÉRITO. DIRETOR DE HABITAÇÃO. CARGO EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. INCIDÊNCIA DO ART. 28, III, EAOAB. Não se conhece do recurso ao Conselho Federal manejado contra decisão unânime proferida por Seccional, quando o recorrente não demonstra nas suas razões qualquer contrariedade à Lei n. 8.906/94, à decisão do próprio Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, ao Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina e/ou Provimentos. Não atendimento aos requisitos objetivos do art. 75 do EAOAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 3 de setembro de 2018. Luciano Rodrigues Machado, Presidente em exercício. Ary Raghiant Neto, Relator.

Brasília-DF, 13 de setembro de 2018.
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da Primeira Câmara

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO N. 49.0000.2017.010814-0/PCA. Recte: S.R. (Adva: Araceli Orsi dos Santos OAB/SC 21758 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. RECURSO N. 49.0000.2018.000005-0/PCA. Recte: Jasiel Bezerra de Oliveira. Recdo: Ronnie Preuss Duarte - Presidente do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco (Gestão: 2016/2018). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco.

Brasília, 14 de setembro de 2018.
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da Primeira Câmara

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br